UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Estudos da Linguagem
Departamento de Teoria e História literária

CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO (1825-1876)

- Um Crítico Literário Pioneiro do Romantismo no Brasil -

Carlos Augusto de Melo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual Paulista de Campinas como requisito para a obtenção do título de Mestre em Teoria e História Literária
Orientador: Prof. Dr. Francisco Foot Hardman
Co-orientador: Prof. Dr. Luiz Dantas

2006

Este exemplar é a redação final da tese defendida por CARLOS AUGUSTO MELO

e aprovada pela Comissão Julgadora em 17/02/2006

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

Melo, Carlos Augusto de.

M491c Cônego Fernandes Pinheiro : um crítico literário pioneiro do romantismo no Brasil / Carlos Augusto de Melo. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientador : Francisco Foot Hardman.
Co-orientador : Luiz Carlos da Silva Dantas.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Pinheiro, Fernandes, 1825-1876. 2. Romantismo - Brasil. 3. Literatura - Historiografia. 4. Literatura brasileira - Estudo e ensino. I. Hardman, Francisco Foot, 1952-. II. Dantas, Luiz Carlos da Silva. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. IV. Título.

Título diferente da página de rosto

Título em inglês: Clergyman Fernandes Pinheiro (1825-1876): a critical literary pioneer of Brazilian Romanticism.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Pinheiro, Fernandes, 1825-1876; Romanticism - Brazil; Literature - Historiography; Brazilian literature - History and criticism.

Área de concentração: Literatura Brasileira.

Titulação: Mestre em Teoria e História Literária.

Banca examinadora: Prof. Dr. Luiz Carlos da Silva Dantas, Profa. Dra. Maria Lídia Lichtscheidl Maretti e Prof. Dr. Jefferson Cano.

Data da defesa: 17/02/2006.

CARLOS AUGUSTO DE MELO

CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO (1825-1876)

- Um Crítico Literário Pioneiro do Romantismo no Brasil -

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual Paulista de Campinas como requisito para a obtenção do título de Mestre em Teoria e História Literária
Orientador: Prof. Dr. Francisco Foot Hardman
Co-orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Dantas

2006



(Cônego Fernandes Pinheiro)

Se me perguntarem o que é a minha pátria, direi:
Não sei. De fato, não sei
Como, porque e quando a minha pátria
Mas sei que a minha pátria é a luz, o sal e a água
Que elaboram e liqüefazem a minha mágoa
Em longas lágrimas amargas

Vontade de beijar os olhos de minha pátria
De niná-la, de passar-lhe a mão pelos cabelos
Vontade de mudar as cores do vestido (auriverde!)
tão feias
De minha pátria, de minha pátria sem sapatos
E sem meias, pátria minha
Tão pobrinha!

Vinícius de Moraes

Sumário:

Agradecimentos I

Resumo i

Abstract i

Introdução 1

PARTE I :

Capítulo I. Do cânone à margem: o "destino" do Cônego Fernandes Pinheiro na história da crítica brasileira 7

O Cônego Fernandes Pinheiro no Império das Letras 8

O "destino" do Cônego 23

As reivindicações 31

Um eclipse posterior? 38

Capítulo II. Ensino e Literatura no Império 47

O ensino imperial e a formação humanística 48

Os estudos literários e o ensino 59

Capítulo III. O Cônego, o ensino e a retórica 69

O mestre Fernandes Pinheiro 69

As lições de retórica e poética 76

a) Os manuais de retórica brasileiros 77

b) As *Postilas de Retórica e Poética* (1872) 83

Capítulo IV. O Cônego e a historiografia literária 93

O historicismo romântico no Brasil 94

Os primeiros passos: a fase das coletâneas 96

As "pré-histórias" literárias no Brasil 99

As histórias literárias precursoras 108

O pioneiro *Curso elementar de literatura nacional* (1862) 112

A reformulação crítica: o *Resumo de história literária* (1873) 121

Capítulo V. O Cônego e a imprensa imperial 127

1. Os periódicos oitocentistas 127

2. O Cônego como articulista 129

Capítulo VI: Um juízo sobre o Cônego Fernandes Pinheiro 153

Bibliografia 157

1. Textos do Cônego Fernandes Pinheiro 157

2. Textos sobre o Cônego Fernandes Pinheiro 167

3. Textos de apoio à pesquisa 172

PARTE II:

Antologia 179

Introdução 181

Textos em livros (prefácios, introduções, ensaios, etc) 183

Textos em periódicos [*A Religião* (1848-1849), *Guanabara* (1849-1856) e *Revista Popular* (1859-1862)] 261

A Religião (1848-1849) 261

Guanabara (1849-1856) 325

PARTE III:

Antologia (continuação)

Revista Popular (1859-1862) 401

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, pelo amor incondicional e por compreender minha constante ausência;

A todos meus familiares: pai Odair; minhas irmãs Daniela e Viviane; e, meus sobrinhos: Natani, Auldrey e Andrey;

Ao Prof. Luiz Roberto, por apostar em mim desde o início;

Ao Prof. Francisco Foot Hardman, pela amizade e orientação;

Ao Prof. Luiz Dantas, pelo amparo nos últimos dias antes da defesa;

À Profa. Maria Lídia Lichtscheidl Maretti, por embelezar a Banca com sua presença e suas belas sugestões críticas;

Ao Prof. Jefferson Cano, pela avaliação crítica da Dissertação;

À Assessoria Científica da Fapesp, pelos comentários sugestivos que ajudaram, e muito, no desenvolvimento da pesquisa sobre o Cônego Fernandes Pinheiro;

À Fapesp, pelo apoio financeiro necessário;

A todos os meus amigos por estarem sempre dispostos a me ouvir falar do Cônego – ou, como diziam, do "Homem de Gravatinha" – e, também, por me agüentarem nos momentos tensos de entrega de relatórios, de reuniões com Orientador, de redação da Dissertação, da Qualificação e da Defesa;

RESUMO

O Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876) foi um dos intelectuais brasileiros que mais se destacaram no aparelho cultural do Império, uma vez que teve uma vida intensamente dedicada às letras que compreende andanças por diversos campos institucionais do período. Se, naquele tempo, obteve uma posição privilegiada no "Império das letras", a recepção da elite literária posterior não conservou esse mérito, oferecendo-lhe apenas um profundo silêncio. Na tentativa de resgatar tal personalidade de nosso passado cultural, esse trabalho procura estudar o Cônego Fernandes Pinheiro como crítico literário pioneiro das letras brasileiras, a partir da leitura e análise dos livros mais relevantes dele: o Curso elementar de literatura nacional *(1862), as* Postilas de Retórica e Poética *(1871) e o* Resumo de história literária *(1873); bem como de seus artigos e ensaios publicados nos principais periódicos românticos. Com isso, pretende-se reavaliar a obra desse importante intelectual oitocentista, posto à margem pelos estudos literários e, assim, contribuir para a historiografia literária do Romantismo brasileiro.*

ABSTRACT

Pinheiro, J. C. Fernandes (1825-1876) was one of the most succeed intellectuals in the Brazilian Empire. He dedicated all his life to the glory of the Brazilian letters, working in many distinguished institutional fields. Although he had got privileged position in the "Empire of Letters", the same not happened after his death. The posterior literary criticism did not conserve his merit, offering him only a deep silence. Trying to rescue such personality of our cultural past, this text intends to study the Pinheiro's pioneer work, mainly his more important books: Curso elementar de literatura nacional *(1862),* Postilas de retórica e poética *(1871) and* Resumo de história literária *(1873); and, of course, his essays published in the Romantic national press. Then, it will be possible reevaluate Fernando Pinheiro as a critical literary pioneer, rank to the edge for literary studies e, thus, to contribute for the our literary historiography.*

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a atividade crítica literária desempenha importante função no sistema intelectual, principalmente porque expressa, com mais nitidez e esclarecimento, as bases ideológicas e literárias em que determinada literatura se apóia. Se a crítica literária possui tão valiosa contribuição, acompanhar a sua configuração pode ser uma tarefa das mais interessantes para um pesquisador de literatura, já que lança luzes nos bastidores da criação literária.

No caso da crítica romântica, essa espécie de estudo torna-se relevante pelo fato de se tratar especificamente do alicerce do que chamaríamos a crítica literária brasileira, a qual se formou só com o advento do Romantismo, quando se teve uma ação conjunta e regular de vários intelectuais que se interessaram pela produção literária brasileira. Pensar a crítica romântica é trazer consigo uma plêiade de escritores que, apaixonados pela pátria, contribuíram de alguma forma para a construção e afirmação da literatura nacional. E o resgate dos nomes desses críticos brasileiros e, algumas vezes, estrangeiros, juntamente com a sua produção crítica, torna-se um exercício necessário, pois pode se entender muito mais o ideário romântico brasileiro e, por extensão, a literatura do período.

É esse caminho que o presente ensaio pretende trilhar ao se dispor a estudar a produção crítica do Cônego Fernandes Pinheiro que, com outros estudos sobre os críticos da época, propõe contribuir para a reconstituição da história da crítica brasileira e, concomitantemente, de nossa história cultural. Infelizmente, trabalhos específicos como esse que se dedicam à pesquisa de críticos brasileiros oitocentistas são raros no sistema de estudos literários, principalmente quando delimitamos o período para a época do Romantismo.

Das poucas obras sérias existentes, quase todas são de períodos posteriores ao que propomos trabalhar, como, por exemplo, as de Antonio Candido, *O método crítico de Sílvio Romero*[1]; de João Alexandre Barbosa, *A tradição do impasse*[2]; de Luiz Roberto Velloso Cairo,

[1] CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: EDUSP, 1988.
[2] BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do impasse*: linguagem da crítica & crítica da linguagem em José Veríssimo. São Paulo: Ática, 1974.

Um salto sobre a própria sombra: o discurso crítico de Araripe Júnior – uma leitura[3]; teses de Doutoramento, publicadas em livro, as quais abordam alguns dos críticos brasileiros da famosa "Geração de 1870".

Desse modo, privilegiou-se a escolha de um crítico romântico de destaque, como foi o caso do Cônego Fernandes Pinheiro, sobre o qual os estudos literários atuais cobrem-lhe com um certo silêncio, com o intuito primordial de resgatá-lo e, assim, demonstrar sua contribuição para a configuração de nossa crítica literária. Acompanhando a atividade cultural oitocentista, observa-se que o Cônego garantiu uma coleção de trabalhos, bases para o entendimento do processo de formação de nossa história e independência cultural. Soma-se a isso a sua participação efetiva em centros, instituições de ensino e agremiações nacionais, nos quais os assuntos que atormentavam as mentes patriotas eram discutidos, como foi por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1838.

Nessa pesquisa sobre a atividade crítica do Cônego Fernandes Pinheiro as possibilidades de reflexão acerca do fenômeno da formação tanto de nossa literatura quanto da crítica literária aumentaram em grande escala. Como um grande polígrafo, ele participou das várias etapas nas quais a nossa crítica principiante enveredou-se. Tomando como base sua obra, tornou-se de grande relevância repensá-las, principalmente quando se trata das primeiras manifestações historiográficas que envolvem a periodização e a constituição do quadro canônico literário brasileiro. Acompanhar os primeiros passos da vertente historiográfica brasileira permitirá o entendimento das subseqüentes sistematizações do patrimônio literário, as quais levarão consigo, de uma maneira ou outra, os valores românticos de historicizar.

A escolha temática confere ao presente estudo um caráter de revitalização de fontes primárias brasileiras, uma vez que se propõe revisitar textos raros do Cônego e, pela escassez de reedições necessárias, tentar recuperá-los por meio da composição de uma antologia informatizada. Tal antologia só foi possível a partir de um trabalho de levantamento bibliográfico dos artigos mais relevantes do escritor, dispersos em diversos periódicos e revistas, além de seus prefácios críticos em (re)edições de obras brasileiras.

A monografia tenta estabelecer uma análise detalhada, sob uma perspectiva histórica coerente, sobre alguns aspectos da crítica do Cônego Fernandes Pinheiro. A partir dos textos

[3] CAIRO, Luiz Roberto Velloso. *O salto por cima da própria sombra*: o discurso crítico de Araripe Júnior – uma leitura. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

do Cônego, pretende-se entender a sua abordagem crítica quanto ao modo de encarar os problemas de literatura comuns daquele tempo, como por exemplo, a questão do nacionalismo e autonomia literária, etc; e, ao mesmo tempo em que se opera essa análise, examina-se a estrutura ideológica da sociedade da época, da qual recebeu influências que influíram na afirmação de sua atividade como crítico. Objetiva-se, portanto, levantar alguns aspectos relevantes de sua crítica que permitam tecer uma possível conclusão, reservada à última parte do ensaio, acerca de seu pensamento crítico na história das idéias românticas. E, com isso, estaríamos recompondo a fisionomia crítica de um dos homens das letras daquele tempo.

A dissertação possui três partes. Na primeira, há o estudo sobre o Cônego Fernandes Pinheiro, dividida em seis capítulos e, nas duas últimas, a antologia dos textos mais relevantes dele. No primeiro capítulo, intitulado "Do cânone à margem: o "destino" do Cônego Fernandes Pinheiro na história da crítica brasileira", recompõe-se o perfil biobibliográfico do Cônego Fernandes Pinheiro e, concomitantemente, tenta-se discutir o processo de sua marginalização na história da crítica literária a partir de um estudo de recepção de sua obra por parte dos diversos críticos e historiadores brasileiros. Procuramos acompanhar os diversos textos paradigmáticos que mencionaram, comentaram ou estudaram o nome e/ou a obra do autor até a nossa contemporaneidade para tentarmos responder, principalmente, à seguinte questão: Como o Cônego e sua obra foram vistos pelos demais críticos brasileiros?

Antes de analisarmos as obras críticas do Cônego Fernandes Pinheiro, reservada para os capítulos posteriores, procuramos estudar a educação humanística com relação à formação dos estudos literários brasileiros, uma vez que a maioria da obra desse eclesiástico esteve ligada à órbita educacional do império. Esse estudo foi feito no capítlo segundo que recebe o nome de "Ensino e Literatura no Império". No terceiro e quarto capítulos, com os respectivos títulos "O Cônego, o ensino e a retórica" e "O Cônego e a historiografia literária", trabalhamos com as obras oriundas do exercício como professor de literatura dos principais colégios do Império e, em particular, do Colégio Pedro II. Detivemo-nos nas três mais relevantes: o *Curso elementar de literatura nacional*, de 1862; as *Postilas de retórica e poética* (1872); e, o *Resumo de história literária*, de 1873. Na verdade, o estudo não possui um caráter reducionista, apenas baseado no itinerário *autor/obra/autor* - embora não rejeitando tal método. Há um interesse de vê-las como participantes de um sistema de trabalhos formadores das vertentes da crítica nacional, no caso, a retórico-poética e a historiografia literária.

O quinto capítulo, nomeado "O Cônego e a imprensa imperial", teve como objetivo estudar os artigos do Cônego Fernandes Pinheiro, resultantes de sua prática crítica na imprensa periódica, especificamente aqueles publicados na *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1838-), na *Guanabara* (1849-1856) e, por fim, na *Revista Popular* (1859-1862), sendo que a escolha foi pensada por conta da quantidade e relevância de seus artigos. Focalizando a produção jornalística, realizar-se-á um trajeto pelos periódicos em busca de decodificar outros elementos essenciais que configuram o discurso do crítico na medida em que pensamos estar num ambiente distinto do que o estruturado nos livros historiográficos e/ou teóricos.

Acompanhar a atividade crítica do Cônego Fernandes Pinheiro, tanto em livros quanto em periódicos, o que se realizou nos capítulos anteriores, nos permitiu apresentar algumas conclusões sobre o ideário do eclesiástico como estudioso de nossa produção cultural. É assim que, sexto e último capítulo, intitulado "Um juízo sobre o Cônego Fernandes Pinheiro", assume uma postura conclusiva e sintetizadora a respeito do pensamento crítico-literário do Cônego. Nesse sentido, procura-se recolher os elementos, encontrados durante a análise bibliográfica do escritor, e, assim, poder costurar uma imagem coerente do discurso do escritor, contribuindo para a historiografia literária do romantismo brasileiro, ainda carente de recuperação e reavaliação crítica dos estudiosos precursores de nossas letras.

Por fim, a monografia apresenta uma bibliografia totalmente atualizada do Cônego Fernandes Pinheiro, constando a referência completa das primeiras obras publicadas em livro, bem como dos artigos publicados em periódicos e dos estudos introdutórios em livros reeditados e/ou organizados pelo escritor. Nessa bibliografia há também um rol de estudos sobre o escritor encontrado durante o percurso da pesquisa. Na segunda parte, como dissemos, encontrar-se-á uma antologia dos textos mais relevantes do escritor, com a grafia da língua portuguesa atualizada, respeitando a pontuação, o estilo gramatical e todas as inversões sintáticas e expressões vocabulares daquele tempo. A antologia contém na íntegra todos os textos publicados nas revistas *Religião* (1848-1850), *Guanabara* (1849-1856) e *Revista Popular* (1859-1862), bem como alguns de seus ensaios críticos e prefácios em livros que conseguimos obter com a pesquisa de fontes.

PARTE I

CAPÍTULO I

———

Do cânone à margem: o destino do Cônego Fernandes Pinheiro na história da crítica brasileira

Dos poucos estudiosos que se propuseram a estudar a produção intelectual do Cônego Fernandes Pinheiro a maioria manifestou um certo interesse pelo silêncio que veio obtendo de parte de seus críticos e historiadores subseqüentes. Estes reservam-lhe um espaço à margem na história da crítica brasileira para que apenas seja lembrado como participante do grupo de críticos menores de nossa literatura e, quando muito, como autor do pioneiro *Curso elementar de literatura nacional* (1862). Fato bastante curioso para quem, no século XIX, foi uma das figuras centrais da elite cultural brasileira.

Nesse trabalho, o fenômeno de "marginalização" do Cônego Fernandes Pinheiro não poderia ser ignorado, considerando-se que a tentativa de resgate e reavaliação desse escritor envolve o entendimento da problemática de sua recepção crítica. Procurar-se-á, portanto, entender o processo de sua marginalização a partir do acompanhamento - valendo-se da expressão de João Alexandre Barbosa -, do "destino" da obra[4] desse literato no decorrer da história da crítica brasileira. Tentar-se-á perceber os critérios que justificam o motivo do deslocamento da posição canônica, de que granjeava na sociedade do Segundo Império, para a de "marginal" que não merece, muitas vezes, sequer importância *histórica* como um dos primeiros "desbravadores" da literatura brasileira.

O estudo da recepção compreendeu a análise acurada dos comentários de críticos literários paradigmáticos, principalmente daqueles que publicaram exemplos de história literária no país como, por exemplo, foram Silvo Romero, José Veríssimo, Ronald de Carvalho, Artur Mota, Nelson Werneck Sodré, Antonio Soares Amora, Antonio Candido, Afrânio Coutinho, Alfredo Bosi, Luciana Stegagno-Picchio, José Aderaldo Castelo etc.

O Cônego Fernandes Pinheiro no Império das Letras

> *Há um nome que estamos acostumados a ler em frente de todas as empresas literárias do Rio de Janeiro; um nome por mais de um título credor da simpatia e do respeito de quantos amam o progresso desta terra de tanto futuro; um nome que recorda uma de nossas glórias literárias: o Cônego Dr. Fernandes Pinheiro.*
>
> *Macedo de Soares*

Indiscutivelmente, o Cônego Fernandes Pinheiro foi uma das personalidades intelectuais brasileiras mais reconhecidas e respeitadas no ambiente cultural oitocentista, comprovado pela constância de seu nome nos diversos setores culturais da época. Essa posição foi granjeada com muito trabalho, como poderemos perceber ao analisar sua intensa atividade como intelectual, a qual compreende andanças pelo ambiente religioso, educacional, jornalístico, científico e literário.

De início, sua inserção na elite intelectual da época pode ter sido ocasionada, o que era de se esperar, pelo laço familiar que possuía com o reconhecido José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, de quem era sobrinho. Possuir, nada mais e nada menos, o sobrenome do Visconde – criador dos Cursos Jurídicos do Brasil (1827), autor dos *Anais da Província de São Pedro*, um dos fundadores e Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) etc – abriu-lhe as portas do círculo cultural nacional, uma vez que seria visto como o mais adequado sucessor de seu tio.

O historiador Joaquim Norberto confirma essa hipótese quando traça um parecer acerca do livro *Episódios da história pátria* (1859), do Cônego Fernandes Pinheiro.:

> Um dia o ameno literato, o erudito Visconde de S. Leopoldo, que era presidente do Instituto Histórico, apresentou-se ante esta associação, trazendo pela mão seu sobrinho. 'Consenti, disse ele a seus consócios, que tanto o respeitavam e amavam, que este menino se aveze à respirar (sic) esta atmosfera; dar-me-ei por muito feliz se aqui tiver um sucessor, que se sente no meu lugar, e que recorde o meu nome". O sucesso que alguns anos depois deveria sentar-se naquele recinto, herdeiro de seus talentos e de sua atividade literária, e pudesse recordar o seu nome, não se fez esperar; veio por si mesmo inscrever-se entre

[4] BARBOSA, João Alexandre. *Op. cit.*, 1974, p. 203.

> os sócios da ilustre associação e pedir um lugar honroso entre os historiadores da pátria: o Instituto, admitindo-o ao seu grêmio, elevou-o para logo à dignidade de seu secretário.
> Este novo adepto das letras não era o mesmo menino, filho do ilustrado visconde; os seus desejos porém, se completavam na pessoa de um sobrinho, e o Sr. Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro não se olvidou de sua parte de seu ilustre ascendente; completou as notícias, que o Instituto possuía sobre a biografia do elegante, conciso e ameno historiador, o autor dos *Anais das Províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina*, e por uma ativa e constante colaboração, que lhe faz hornra, ocupou desde então a atenção do Intituto com a leitura de suas brilhantes memórias pelo seu estilo pomposo e poético, que lhe dá grande realce e interesse, e torna fácil, encantadora e agradável leitura.[5]

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro[6] (1825-1876) – nascido no Rio de Janeiro, onde também faleceu, e filho do Major Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e de Maria Filadélfia de Bustamante Fernandes Pinheiro - teve uma formação religiosa e humanista numa das instituições de ensino mais afamadas do Rio de Janeiro, o Seminário Episcopal de São José. Neste, o Cônego Fernandes Pinheiro foi instruído para se dedicar à carreira religiosa pela característica tradicional do lugar, que se destinava muito mais à instrução de seminaristas do que ao ensino normal.

Depois de formado presbítero (1848), e pela fama de excelente discente, o Cônego Fernandes Pinheiro teve a oportunidade de trabalhar como secretário particular do Bispo do Rio de Janeiro, Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, permanecendo no cargo até a data de sua viagem a Roma em 1852:

[5] SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Episódios da história pátria. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t.V, jan./mar. 1860, p. 57.
[6] Para um estudo biográfico conferir: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. 4v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p.107-113; MOISES, Massaud et PAES, José Paulo. (org.) *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1967, p.195-196; PINHEIRO, Mario Portugal Fernandes. *Cônego Fernandes Pinheiro*: vida e obra. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958; SILVA, Innocêncio Francisco. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, t. 12, 1884, p. 27-28; (2ª. ed., t. IV, 19);

> Era, na primeira metade do século XIX, o Seminário São José um dos educandários religiosos de maior reputação na corte imperial. A excelência e a virtude de seus mestres repercutiam em todo o país. Foi, aí, que Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro aperfeiçoou as suas aptidões e enriqueceu as suas manifestações vocacionais. Fez um curso famoso pelo rigor dos mestres e mal obteve a ordenação de presbítero foi convocado pelo Conde de Irajá, o culto e magnânimo Bispo do Rio de Janeiro.[7]

O trabalho proporcionou-lhe um grau de confiança por parte do clero, o que o levou a ser admitido como professor de Teologia do Seminário de São José e colaborador e diretor das revistas religiosas do período como, por exemplo, *A Religião* (1848-1850). Prova de sua credibilidade revela-se por meio dos diversos atestados encomiásticos dos mais distintivos bispos e arcebispos do país, os quais rechearam as primeiras folhas de seu currículo. Em meados de 1852, o Bispo Conde de Irajá atestava oficialmente que:

> o Rmº. Sr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Cônego da S. Igreja Catedral e Capela Imperial desta Corte do Rio de Janeiro, é dotado de insignes qualidades que o recomendam e fazem digno de toda a estima. É versado nas letras divinas e humanas, e os seus costumes são irrepreensíveis. É distinto orador sagrado; e exerce alguns cargos, que bem tem desempenhado, como o de Examinador Sinodal, e de Professor de Retórica, Poética e História Geral no Episcopal Seminário desta Corte.[8]

Nesse tempo, o Cônego Fernandes Pinheiro dedicava-se à vida de poeta, escrevendo dois singelos livros de poesias sacras, respectivamente, *Carmes religiosos* (1850) e *Melodias Campestres* (1851) e publicando outros vários poemas, se não os mesmos dos livros, nos periódicos dos quais era diretor e colaborador, como *A Religião* (1848-1850) e a *Tribuna Católica* (1850-1851). Em tal carreira não obteve o sucesso esperado, o que o fez abandoná-la rapidamente, preferindo manter o contato com a poesia de outra forma, ou seja, como crítico literário quando começou, poucos anos depois, a escrever seus discursos e textos críticos sobre esse gênero literário. Dessa faceta de poeta, cumpre-nos dizer que a produção poética do Cônego Fernandes Pinheiro molda-se pelo viés eclesiástico. A temática direciona-se ao culto exacerbado divino-cristão que, disfarçado sob um trabalho estético e formal sem grandes

[7]RIBEIRO, Joaquim. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e a historiografia do Brasil. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 117.

pretensões, demonstra apenas o despreparo do jovem poeta. A crença, o desespero, a desesperança e o sofrimento, consolados pela fé, são expostos por meio de canções, cantos e baladas com a metragem de redondilhas que, segundo Phocion Serpa, afastam-se das técnicas poéticas utilizadas pelos poetas conterrâneos:

> Fernandes Pinheiro, não só no ensaio em que tomou para tema *A poesia Religiosa*, e, ainda, pelas epígrafes com que condecorou os próprios versos, evidenciou, à saciedade, o conhecimento que possuía dos maiores poetas do seu tempo, no Brasil e para além de nossas fronteiras. Em nenhuma de suas produções, porém, tentou versejar à maneira deles. Preferiu o metro das redondilhas, que era a medida exata dos seus pensamentos cristãos, a forma breve e leve, a mais adequada à sua Musa singela, inteiramente voltada para o Céu, com que, talvez, procurasse justificar a Poesia, como êle a entendia e amava: 'flor do céu transplantada para os jardins do mundo... [9]

Com certeza, os ensaios de poesia sacra do Cônego demonstram mais a figura de um devoto jovem e apaixonado tentando expressar seu sentimento de Fé, do que um verdadeiro poeta que tinha o domínio em trabalhá-lo dentro da órbita poética. Deixou-se levar pelos versos espontâneos sem trabalho estético algum, vindo, talvez, da sua concepção retórica de poesia que, segundo ele, "tomada porém em sentido restrito é a expressão dos conceitos, sentimentos e paixões do espírito humano feita por modo agradável."[10]

O acúmulo de vários cargos e títulos importantes nas grandes instituições do Rio de Janeiro demonstra os primeiros passos do Cônego Fernandes Pinheiro em atingir a elite do "Império das Letras"[11]. E o renome conquistado pelo afinco e dedicação aos estudos rendeu-lhe bons frutos. Em 1852, o Cônego era professor de "Retórica, Poética e História Universal" do Seminário Episcopal e havia conseguido ser o fundador de uma revista religiosa, a *Tribuna Católica* (1850-1851). Vale acrescentar a colaboração em outros periódicos da época, o cargo

---

[8] PINHEIRO, Mário Portugal Fernandes. *Op. cit.*, 1958, p.277.

[9] SERPA, Phocion. Os versos do cônego Fernandes Pinheiro. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p.228.

[10] PINHEIRO, J. C. F. *Curso de literatura nacional*. 3ª. ed Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília:INL/Ministério da Educação e Cultura, 1978, p. 9.

[11] Aproveitamo-nos, aqui, de uma expressão de Marisa Lajolo: "Esta mesma consciência sagaz do fino fogo entre mercado e produção do livro faz com que ele cimente as necessárias relações institucionais, nacionais e internacionais, essenciais à obtenção, manutenção, preservação e melhora de seu cacife na república, melhor dizendo – no Império – das Letras brasileiras do século XIX " (1995, p. 44)

como diretor da Biblioteca Fluminense[12] e, por fim, a obtenção do título de Examinador Sinodal e o convite (decreto) oficial do Imperador para que o clérigo fosse responsável pela Capela Imperial (o canonicato foi atribuído pelo decreto do Imperado D. Pedro II datado de 2 de fevereiro de 1852).

Nesse período, o Cônego Fernandes Pinheiro se inicia na carreira de crítica literária, divulgando seu primeiro estudo sobre poesia sacra, intitulado "Discurso sobre a poesia religiosa em geral e, em particular, no Brasil", que vinha prefaciando o *Livro de Job* (1852), de José Elói Ottoni. Ainda não satisfeito, ele busca se aperfeiçoar em teologia fora do país, ingressando na Universidade de Roma, de onde receberia o diploma de doutor em Teologia por volta de 1854.

Munido do título de Doutor, o Cônego Fernandes Pinheiro retorna ao Brasil e, logo, adquire o cargo de vice-diretor, capelão e professor de "História Sagrada e Dogma" do recém-inaugurado Instituto dos Meninos Cegos e recebe a Comenda da Ordem de Cristo pelo Decreto Oficial. Em 1854, o clérigo decide se candidatar como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) com a apresentação da memória "Ensaio sobre os Jesuítas". A qualidade do trabalho, respeitante ao espírito historicista dessa associação, e o peso do sobrenome "Fernandes Pinheiro" garantiram-lhe a entrada como sócio da Instituição. Teria a função de secretário suplente e membro da Comissão de Revisão de Manuscrito, na qual se dedicaria até 1858, a partir de quando consegue transferência para a segunda secretaria. No ano seguinte, obtém uma promoção e torna-se o Primeiro Secretário, ocupando a cadeira de Manuel de Araújo Porto Alegre, que tinha viajado a Europa. Nesse cargo, permaneceu até 1876, quando ocorre seu falecimento.

Os longos anos de trabalho assíduo no IHGB, com pretensões de engrandecimento do grupo e repercussão nacional e internacional da cultura do país, funcionaram ao Cônego Fernandes Pinheiro como uma alavanca promocional para o prestígio conseguido entre seus pares. O discurso do Visconde de Taunay, por ocasião de sua morte, deixa claro que ele participava com destaque da elite cultural da época:

[12] Em *A formação da leitura no Brasil*, registra-se que "a Bibliote Fluminense, nascida em 1847," possuía um acervo de "30 mil volumes de ciências, literatura e artes, nas línguas portuguesa, francesa, inglesa, espanhola, alemã, italiana e latina; da diretoria dessa biblioteca participava o cônego dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro." (cf. LAJOLO, Marisa et. ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 181.)

> Senhores! No ano passado, por esta mesma época, teve o Instituto Histórico e Geográfico de cumprir uma penosa obrigação: acompanhar até o limiar da derradeira morada seu velho e sempre chorado presidente, o ilustre Marquês de Sapucaí. Mal sanada a terrível impressão de perda tão sensível, novamente hoje nos congregamos no fúnebre recinto dos mortos para entregarmos à terra quem em vida foi um dos membros mais prestimosos de nosso Instituto, um dos mais infatigáveis trabalhadores de nossa sociedade, uma das mais valentes colunas de nossos edifícios literário e científico.[13]

O IHGB seria a primeira instituição dentre as várias que o Cônego Fernandes Pinheiro se envolveria em vida, como afirma Mario Portugal Fernandes Pinheiro:

> Fez parte o Cônego Fernandes Pinheiro de elevado número de agremiações estrangeiras e de quase todas as nacionais. Dentre tantas, aludirei apenas às de maior renome: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi primeiro secretário durante dezesseis anos (de 1859 à sua morte, em 1876), Conservatório Dramático, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Sociedade Amante da Instrução do Rio de Janeiro. Quanto às instituições estrangeiras, foi sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico da França, das Sociedades Geográfica de Paris e New York, Academia de Ciências de Lisboa e de Madri, da Societá Scientifica Litteraria-Artistica ed Umanitária El Chak, de Constantinopla, e de outras. [14]

Nesse período, o Cônego Fernandes Pinheiro já havia conquistado seu espaço no círculo intelectual brasileiro, tornando-se uma figura bastante respeitada e admirada pelos demais. Esse reconhecimento vinha traduzido, por exemplo, por meio da indicação direta de seu nome pelo Imperador para dirigir a revista *Guanabara* (1849-1856), em meados de 1854. Mas o espírito de *homem de letras* do Cônego almejava ir além. Em 1857, ele se candidata ao concurso público do Colégio Pedro II para o preenchimento da vaga de professor da disciplina "Retórica e Poética" (assim como Mário Portugal Fernandes Pinheiro e seus colaboradores, os professores Gildásio Amado, José Gonçalves Villanova, Luiz Souto, Niel Casses e Olmar Guterres, ainda não conseguimos descobrir qual foi a tese apresentada por ele, que concorreu ao cargo de docente do Colégio Pedro II). No ano seguinte, período em que se torna sócio do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro, o Cônego Fernandes Pinheiro teve a necessidade de renunciar à cadeira de História Sagrada do Instituto dos Meninos Cegos com receio de se

[13] PINHEIRO, Mário Portugal Fernandes. *Op. cit.*, 1958, p. 278-279.
[14] *Idem*, *ibidem*, p. 187.

prejudicar no novo trabalho. A partir de 1859, ainda na esfera escolar, torna-se docente de "Teologia Moral" no Seminário de São José e de "História Sagrada e Catecismo" no Colégio Inglês de Botafogo e continua sendo assíduo colaborador de periódicos, como a nascente *Revista Popular* (1859-1862). Ao final da década de 50, o Cônego Fernandes Pinheiro já possuía alguns títulos de livros didáticos em sua bibliografia, fruto da experiência que possuía nessa área desde 1848. Estavam em circulação no Império os *Apontamentos Religiosos* (1854), *Catecismo da doutrina Cristã* (1855) e os *Episódios de história pátria* (1859), os quais teriam muitas outras edições durante o século XIX.[15]

O alcance do cargo de docente no Colégio Pedro II facilitou, ainda mais, a publicação de diversos outros livros ligados à esfera escolar, como vieram a ser o *Curso elementar de literatura nacional* (1862), as *Postilas de retórica e poetica* (1872) e o *Resumo de história literária* (1873), citando aqueles mais conhecidos de sua carreira crítica. A docência no colégio funcionou como um título de credibilidade que impressionava, conforme veremos no segundo capítulo, a editores e intelectuais da sociedade.

E, nessa época, o Cônego não era mais o conhecido sobrinho do Visconde de São Leopoldo, mas um respeitado religioso, catedrático e literato que, para o orgulho e honra da pátria, proporcionava o engrandecimento cultural do país em suas diversas áreas. A maioria de sua produção bibliográfica circulava pelo Império como produto acabado, principalmente na área do ensino das letras, e serviria de modelo aos textos vindouros. Nota-se que se tornava popularmente conhecido ensino brasileiro, muito embora conseguisse ultrapassar a barreira escolar. Todos seus trabalhos alcançavam várias outros espaços instituicionais.

A recepção crítica era construída muito mais em torno da personalidade do Cônego do que do próprio valor da obra em si e, se nela houvesse alguma imperfeição, a qualidade de "orador sagrado, historiador amante da verdade alcançada a troco de penosas indagações, crítico de força, estilista apurado, todos veneram-lhe o nome de lidador ativo, para quem a vida científica tem sido um manancial de incessantes troféus"[16] bastava para justificar a publicação.

[15] Cf. BRAGA, Osvaldo Melo. Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro: ensaio bibliográfico. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 232-277.
[16] PINHEIRO, Mário Portugal Fernandes. *Op. cit.*, 1958, p. 287.

Os avaliadores de sua produção bibliográfica eram os colegas que dividiam o mesmo prestígio de que ele, dentro do Império das Letras, confirmando o que afirmou Marisa Lajolo, "por ser este mundo, em meados do século passado brasileiro, bastante acanhado e provinciano, reduzido a uma circulação pequena e endógena, onde *uns* lêem, prefaciam e elogiam os *outros* que, na primeira oportunidade lêem, prefaciam e elogiam os uns."[17] Rede endógena do saber que permanece ainda nos nossos dias.

As apreciações começaram cedo. Em 1856, Joaquim Manuel de Macedo publicava na *Revista Trimestral do IHGB* um parecer crítico sobre o ensaio "Breves reflexões sobre o sistema de catequese seguido pelos jesuítas no Brasil", que deixou "a mais agradável impressão no espírito de todos aqueles que ouviram a sua leitura, e indisputavelmente fazem tanta honra aos talentos como ao nobre caráter do seu ilustrado autor."[18] Vejamos um trecho da apreciação:

> O nosso ilustre consócio o Sr. Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro apresentou ao Instituto um trabalho muito recomendável, a que intitulou *Breves reflexões sobre a catequese dos Jesuítas*. Ele seguiu com um olhar indagador, profundo e consciencioso, a marcha dos padres da Companhia de Jesus desde os primeiros passos daqueles que desembarcaram com Tomé de Sousa no Brasil, até que os raios fulminadores da política do Marquês de Pombal destruíram o seu poder na terra de Santa Cruz, arredando-os dela para sempre. Imparcial e consciencioso, o Senhor Cônego Dr. Fernandes Pinheiro espalha flores pelo caminho trilhados pelos Nóbrega e Anchieta (...)[19]

É nessa rede endógena dos associados do IHGB que, em 1858, Manuel de Araújo Porto Alegre – então Primeiro Secretário – proferiu algumas palavras encomiásticas a respeito do ensaio histórico "A França Antártica", do novato sócio Cônego Fernandes Pinheiro. Este ensaio mereceu distinção entre os demais trabalhos apresentados naquela data : "De todos os nossos colegas inscritos para leituras de trabalho dois somente honraram nossas sessões com suas estimáveis lucubrações, o Sr. Cônego Fernandes Pinheiro e o Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo."[20] Em 1860, Joaquim Norberto dá as boas-vindas, de incentivo nacionalista, ao "novo opúsculo do ilustre escritor! Nacionalize-se tudo entre nós sem exceção da própria

[17] LAJOLO, Marisa. O cônego Fernandes Pinheiro, sobrinho do Visconde, vai à escola. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC/RS*. Porto Alegre, 2 (1), jun. de 1995, p. 40.
[18] *Revista Trimestral do IHBG*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 19, sup., 1856, p. 118.
[19] *Idem*, *ibidem*, p. 17.

leitura, eduquemos os nossos filhos de modo que sejam dignos de formar o povo do império diamantino, e que aí se levanta, como o primeiro da América do Sul!"[21]

No período de 1862, o Cônego Fernandes Pinheiro mereceria elogios dos colegas Joaquim Norberto e Emílio Zaluar pela publicação do *Curso elementar de literatura nacional* "pois (disse Zaluar), o livro do Sr. Cônego Dr. Fernandes Pinheiro veio prestar um serviço, senão completo, ao menos meritório, àqueles que desejam instruir-se na literatura pátria", ainda mais por se tratar de "um livro útil, porque pode auxiliar eficazmente os que desejam estudar e não podem ter à mão os materiais tão complexos, e alguns até bastante raros, de que se compõe um trabalho desta natureza."[22]

Joaquim Norberto realiza uma apreciação que parabenizando o autor pela completude da obra sobre o estudo as literaturas de língua portuguesa que, anteriormente a ela, só possuíamos "noções destacadas, informes, incompletas (...)". Mais adiante, acrescenta:

> Reunindo os materiais dispersos, juntando ao seu juízo o juízo dos críticos que o precederam, o autor andou bem; não impôs a sua opinião com a ênfase do *magister dixit*; mostrou antes que havia apelação para outros juízos mais autorizados pelo tempo; e, conhecendo a pouca vulgaridade das obras clássicas da língua portuguesa, o custo dos livros, a dificuldade que teriam os seus alunos em consultar todas as obras de que trata, juntou alguns excertos, dando a sua obra um triplicado valor. [23]

e, depois, completa:

> É, pois, o *Curso Elementar de Literatura Nacional* do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro digno de todo o acolhimento; e até o presente os prelos ainda não deram em nossa língua coisa mais completa neste gênero e que, por um esforço digno de seu autor, reúne às subdvisões dadas geralmente ao curso a escolha própria das seletas, a notícia das obras e seus autores e a crítica dos literatos abalizados. É uma obra que dispensa, com economia de tempo e despeza, o trabalho de haver, de juntar, de consultar muitas obras (...)[24]

O crítico Zaluar, porém, consegue se desvencilhar um pouco desse círculo conivente de comentaristas e divulgadores de obras nacionais e lança, nesse mesmo artigo, algumas

---

[20] Cf. *Revista Trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, t. 21, 1858, p. 506.
[21] SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. *Op. cit.*, 1860., p. 59.
[22] ZALUAR, Augusto Emílio. Estudos Literários: II *Curso de Literatura Nacional* pelo Sr. Cônego J. C. Fernandes Pinheiro. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XIV, abr./jun.1862, p. 180.
[23] Cf. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. XVI, 1862, p. 301.
[24] *Idem*, *ibidem*, p. 303.

observações críticas diferenciadas a respeito do livro do colega, não muito agradáveis para quem tinha o costume de ouvir apenas encômios da crítica. O destaque que oferece Zaluar é para a inquietante omissão crítica do historiador na compreensão e análise dos autores estudados, que se deixa levar apenas na reprodução dos discursos de outros críticos, assim como a exclusão de nomes importantes da história da literatura nacional, como, por exemplo, de José de Alencar, Bernardo de Guimarães, Casimiro de Abreu, Laurindo Rabelo etc. Observações pertinentes que, a nosso ver, revelam algumas das problemáticas fundamentais do *Curso elementar de literatura nacional*, que pode justificar o descrédito posterior da obra posteriormente. Zaluar comentava que:

> A quase precipitação com que o autor se viu obrigado a concluir a sua obra, tendo em mente aproveitá-la ainda para o curso do presente ano no colégio de Pedro II, desculpa de certo a falta de opinião individual que se nota em seu livro acerca da apreciação de certos autores, limitando-se apenas a citar a seu respeito os juízos, na verdade autorizados, dos escritores que mais cabal e conscienciosamente trataram do assunto.
> O mesmo acontece acerca da omissão de certos nomes, quando por fim estabelece a divisão entre as duas literaturas, portuguesa e brasileira.
> Conhecemos bastante o Sr. Cônego Pinheiro para acreditar que não foi intencional esta lacuna, pois se observa tanto a respeito do que diz de uma como de outra literatura, mas a justiça imparcial da crítica nos impõe o dever de lembrar alguns nomes de prosadores e poetas brasileiros, que tanto honram e ilustram as letras pátrias.[25]

A avaliação severa do crítico encobre-se por meio da imagem de um crítico amigável que tenta mostrar as eventuais causas que direcionaram o colega ao erro: "a quase precipitação com que o autor se viu obrigado a concluir a sua obra (...) desculpa de certo a falta de opinião individual" ou "conhecemos bastante o Sr. Cônego Pinheiro para acreditar que não foi intencional esta lacuna". Salvo algumas opiniões que se afastavam dos convencionais julgamentos críticos da época, como foi o caso de Emílio Zaluar, as demais abonações críticas vinham somente vangloriar, como dissemos, a figura ilustre do eclesiástico e a importância de sua obra como produto histórico nacional.

Não só nas terras brasílicas o Cônego Fernandes Pinheiro conseguiria tais distinções, sendo honrado, além do Atlântico, na ex-Metrópole portuguesa. Em 1864, recebeu um parecer positivo da importante Academia Real das Ciências por conta do *Curso elementar de*

literatura nacional (1862), o que lhe fez granjear o título de sócio correspondente estrangeiro da associação. Estas foram as palavras dos pareceristas Rebello da Silva e Antonio da Silva Tullio:

> Em obediência às prescrições da classe examinamos o *Curso Elementar de Litteratura Nacional* composto pelo professor do Collegio Imperial de Pedro II, no Brazil, o Sr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.
> Se esta obra, pela sua índole peculiar, como compêndio, ainda não é o livro de que tanto carecem as nossas lettras, parece nos todavia um dos escriptos mais completos e noticiosos, que sahiu dos prelos brazileiros, ou portuguezes, nos últimos tempos. (...)
> Em presença destas circunstancias, que fôra facilimo desenvolver detidamente, entende a commissão que o *Curso Elementar* merece os louvores que a imprensa lhe dedicou, e que o Sr. Pinheiro, pelo serviço valioso prestado com elle aos progressos litterarios, está muito no caso de ser pela Academia contemplado com o diploma de seu sócio correspondente estrangeiro.[26]

O interesse de permanecer no "Império das letras" fez com que ele encarasse esse reconhecimento como instável e, assim, mesmo encontrando-se numa situação canônica, não descansava por nenhum momento e procurava sempre outros interlocutores e lugares, dentro ou fora do território nacional, em que poderia construir relações e ser visto com distinção. Essa tentativa constante de projeção fica evidenciada quando se tomam para análise algumas correspondências de seu arquivo pessoal. Tais documentos manuscritos confirmam a habilidade empreendedora do intelectual em construir laços amigáveis e fortes, sabiamente calculados, com os mais conceituados nomes da época, envolvendo trocas ou favores oficiais que, posteriormente, garantiam-lhe um retorno pessoal.

Vale ressaltar que essa análise que empreenderemos acerca das estratégias de reconhecimento do Cônego Fernandes Pinheiro, através do espaço epistolar, torna-se bastante fragmentária pelo fato de que tivemos contato apenas com a correspondência passiva dele, exceto uma enviada por ele a seu amigo Carlos da revista *Novo Mundo*. Nesse sentido, silenciaremos a voz do Cônego pelo desconhecimento do conteúdo de suas cartas, as quais, possivelmente, encontram-se arquivadas em bibliotecas como as de Sainte Geneviève, e daremos a palavra a seus correspondentes. Essa reflexão basear-se-á principalmente nas cartas

[25] ZALUAR, Augusto Emílio. *Op. cit.*, 1860, p. 181.
[26] PINHEIRO, J. C. F. *Curso elementar de literatura nacional.* 2 ª. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1883, p. IX-X.

do historiador francês Ferdinand Denis, com o qual o brasileiro manteve um diálogo profícuo entre o período de 1862 a 1868.

Como representante do IHGB, o Cônego Fernandes Pinheiro distribuía constantemente exemplares da *Revista Trimestral do IHGB* aos intelectuais da época, ora por causa de encomendas destes ora por iniciativa própria. Esse serviço prestado ultrapassava as fronteiras nacionais e estendia-se a diversas Metrópoles, conforme atestam algumas correspondências recebidas por ele, em que estudiosos como um Dr. Renard, da Société Impériale des Naturalistes de Moscou, ou um Ferdinand Denis, da Biblioteca de Sainte Geneviève, agradecem o recebimento das edições do periódico.

Em 21 de março de 1870, o Dr. Renard manifestava-se oficialmente grato ao Cônego pelo envio do tomo 32 da *Revista Trimestral* do IHGB à Sociedade Imperial dos Naturalistas de Moscou e assim escrevia: "Monsieur.La Société Impériale des Naturalistes de Moscou a reçu *l'* ouvrage que Vous avez bien voulu lui adresser, intitulé: *Revista trimensal do Instituto historico geographico e ethnographico do Brasil. Tom. 32, parte primeira, trimestre. Rio de Janeiro 1869 à 8º* (...)"[27]

O *status* de Primeiro Secretário – por extensão o de representante cultural do país - oferecia ao Cônego Fernandes Pinheiro uma liberdade de estreitar essas relações e abrir um espaço de diálogo informal da crítica e historiografia literárias, uma vez que sempre aguardava um parecer crítico dos textos que escrevia. A partir da década de 1860, o Cônego Fernandes Pinheiro e Ferdinand Denis estabeleceram uma amizade por meio de cartas (possivelmente os dois não se conheciam pessoalmente). Não se sabe de quem veio a iniciativa, muito embora podemos inferir que talvez tenha partido do brasileiro por interesse, como dissemos, diplomático e também pessoal.

Esses manuscritos de Ferdinand Denis trazem várias possibilidades de estudo. São bastante valiosos para a compreensão de aspectos da atividade intelectual do Cônego, mas não só, pois possibilitam outras maneiras de leitura de nosso passado histórico-literário, como, por exemplo, a troca de informações e de idéias que os intelectuais estabeleciam por meio desse veículo de comunicação comum no século XIX ou

[27] A cópia original dessa carta do Dr. Renard encontra-se guardada no arquivo do Cônego Fernandes Pinheiro da Coleção do IHGB do Rio de Janeiro (cf. N. 124, lata n. 142).

> Tomadas como gênero documental, tais manuscritos são uma amostra bastante curiosa da relação mantida entre o Brasil e a França durante o longo período do século XIX. Mas são também uma amostra bastante rica, pois possibilita reflexões e discussões sobre, por exemplo, o caráter necessariamente intertextual da historiografia literária e, uma perspectiva do "varejo" das relações culturais França-Brasil, entre outras. [28]

Nesse texto, as correspondências de Denis importam muito mais pela possível tentativa de reconhecimento do Cônego Fernandes Pinheiro na Europa e, também, pelas intenções do brasileiro em aproveitar esse espaço de diálogo para o engrandecimento cultural e o debate crítico-literário. Acrescenta-se a isso, como sugere Margarete Edul de Souza, que "é bem provável que o sacerdote se aproveitava da correspondência com Denis, da troca de favores, para cair nas boas graças do historiador francês, afinal, além de seu (justo) desejo de integrar os quadros do Instituto Francês, se a obra do Cônego tivesse uma apreciação positiva por parte Denis, quem ousaria no Brasil daquele tempo, contestá-lo?"[29]

Juntamente com as edições da *Revista Trimestral do IHGB*, que faria parte do acervo da Biblioteca de Sainte Geneviève, o Cônego Fernandes Pinheiro enviava suas publicações bibliográficas a Ferdinand Denis, como aconteceu com a primeira edição do *Curso elementar de literatura nacional* (1862). O envio tinha como intuito a sua divulgação na Europa, bem como a obtenção, através de correspondências, das opiniões críticas de um respeitável pesquisador europeu, como era considerado Ferdinand Denis. Colheita por sinal bastante valiosa para que o Cônego destacasse na lateral da carta recebida de Ferdinand Denis, de 5 de Agosto de 1862, a seguinte informação manuscrita: "autographe littéraire/carta de Ferdinand Denis – acerca do meu *Curso de literatura Nacional*".

O conteúdo da carta de Ferdinand Denis de 1862 sugere uma possível espaço informal de discussão crítica-literária, revelando, principalmente, a corajosa posição de um discípulo nada modesto que, considerando estar numa relação interpares com Denis, expõe suas críticas sobre a obra do escritor de onde também buscava inspiração.[30] O brasileiro não se sentia nada

[28] Essa carta e mais duas outras se encontram traduzidas na revista *Letras de Hoje* da PUCRS (cf.TRIPOLI, Maílde Jerônimo et alii. Um Fragmento de diálogo nos bastidores da história: Ferdinand Denis e Fernandes Pinheiro. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, v. 30, nº. 3, set. 1995, p.109-115), as quais foram localizadas por Waldir Cunha e oferecidas ao grupo de pesquisa da professora Marisa Lajolo.
[29] Cf. SOUZA, Margarete Edul Prado de. Fernandes Pinheiro e as relações França-Brasil. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, v. 30, nº. 3, setembro 1995, p.132.
[30] SOUZA, Margarete E. Prado de. *Op. cit*, 1995, p.132.

intimidado em se posionar contra a algumas opiniões do cultuado historiador francês. Vejamos como Ferdinand Denis se porta diante às críticas do Cônego:

> Eu só posso estar infinitamente sensível com a remessa que, de vossa parte, me foi entregue recentemente e expresso aqui meus mais sinceros agradecimentos. É porque encontrei em vosso livro prazer e instrução que me permito endereçar-vos aqui uma observação alheia, por assim dizer, à vossa obra e a qual me diz respeito unicamente.
> Não ignoro, creia-me senhor abade, tudo que se deve de reverência, de respeito mesmo, à juventude, mas vós estais enganado, eu creio, sobre uma reflexão que fiz outrora a propósito de Ferreira. Como todos os humanistas, os alunos da Universidade de Coimbra estavam desde cedo familiarizados com as liberdades de linguagem que se permitiam os autores latinos, foi portanto menos surpreendente [2] que eles não se mostrassem desmesuradamente chocados com as mesmas liberdades reproduzidas pelo autor português. Se eu tivesse a honra, senhor, de ser mais particularmente conhecido por vós, se meus outros escritos tivessem sido levados por acaso aos vossos olhos, vós teríeis adquirido a convicção, eu creio, que eu não merecia as palavras severas com as quais qualificastes uma das passagens do meu livro. [31] (o número entre colchetes indica o número da página)

Nesse longo trecho, o crítico Ferdinand Denis contesta a declaração que fez o Cônego Fernandes Pinheiro no *Curso de literatura nacional* a respeito de sua leitura sobre as comédias do português Antônio Ferreira, uma vez que não havia defendido, como sugere o Cônego na Lição XI do *Curso*, o cultivo da linguagem obscena dos textos no estabelecimento de ensino:

> Dissemos que Ferreira não respeitára sempre nas suas comedias as leis da decência, cahindo por vezes na obscenidade. Esta censura, de que nenhum dos seus mais ardentes apologistas o poderá defender, procura-a attenuar o Sr. Ferdinand Denis, allegando *não serem ellas destinadas ao público, e sim á mocidades das escolas*. Não cremos porém que a linguagem solta e as expressões deshonestas devam tolerar-se nas casas de educação, nem jamais desejaremos que se confundam os bancos com as tarimbas.[32]

Além da "correção" sobre o "erro" de julgamento crítico, Denis deixa uma áspera sugestão ao audacioso discípulo, solicitando-lhe que seria conveniente um maior conhecimento de sua obra antes da emissão de conclusões precipitadas que poderiam levá-lo a cometer graves erros, como acabou ocorrendo. Margarete Edul de Souza acredita que "o

[31] TRÍPOLI, M. *Op. cit.*, 1995, p. 109.
[32] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1883, p. 102.

francês se justifica perante o clérigo, que, por sua vez, ao estar criticando (com a severidade alegada) a obra de alguém tão famoso quanto Denis, ou era um ingênuo atrevido que pensava entender das coisas, ou um gênio que merece ser reestudado."[33]

A iniciativa de apresentar a Ferdinand Denis o seu compêndio da história da literatura brasileira e tentar receber a aprovação do reconhecido crítico francês pode ser considerada apenas início dos vários outros textos, que poderiam acompanhar o costumeiro pacote com os números da *Revista Trimestral* do IHGB, enviados a Denis: "Por enquanto eu não sei como vos agradecer, senhor abade, o cuidado obsequioso com o qual quisestes completar minha coleção da *Revista* por intermédio do Sr. Durant que cumpriu imediatamente vossa incumbência."[34] Em carta de Denis, datada de 24 de junho de 1868, torna-se possível verificar que o brasileiro continuava enviando seus textos e, assim, dava continuidade a essa estratégica de *marketing* pessoal:

> Estou muito comovido com o simpático interesse com que me honrais em vossa carta de 21 de maio, para não vos manifestar toda a minha gratidão. É o benévolo assentimento de homens como V. Sª. que ainda eleva estas marcas de alta distinção que recebemos com reconhecimento... *Eu sei, Senhor Abade, que continuais com perseverança vossos importantes trabalhos e o aparecimento de alguns destes vossos artigos, onde encontro de uma só vez prazer e instrução, crede, é para mim uma sorte da qual me apresso a aproveitar.*[35] (grifos nossos)

O estabelecimento dessa amizade, possivelmente forjada, com Ferdinand Denis auxiliaria ao Cônego na participação como sócio do Instituto Histórico de Paris – instituição de renome daquela época –, passo que seria definitivo para o aguardado reconhecimento além das fronteiras. Uma carta de Denis, de 24 de abril de 1867 - provável resposta à carta do Cônego Fernandes Pinheiro à qual não tivemos contato - sugere que o brasileiro havia pedido a Denis que o recomendasse àquela Instituição. Denis declara que não perdeu "de vista vossas recomendações. Nada será mais fácil que satisfazer vosso desejo a respeito do *Instituto Histórico de Paris*."[36]

A confirmação do pedido encontra-se evidente num trecho da carta do Cônego Fernandes Pinheiro, endereçada a Ferdinand Denis em maio de 1867, divulgada em

---

[33] SOUZA, Margarete Edul Prado de. *Op. cit.*, 1995, p.132-133.
[34] Carta de Ferdinand Denis, 24 de abril de 1867. (cf. TRÍPOLI, M. *Op. cit.*, p. 111-112)
[35] TRÍPOLI, M. *Op. cit.*, 1995, p. 113-115.
[36] PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Op. cit.*, 1980, p. 111.

Eternamente em berço esplêndido, de Maria Helena Rouanet. Nesse trecho o Cônego, segundo a Rouanet, "envia uma carta, em maio de 1867 para 'agradecer a obsequiosa solicitude que [Denis] empregou em prol de [sua] pretensão a membro do Instituto Histórico de França'... 'nenhuma dúvida me resta de que serei admitido em tão sábio grêmio."[37]

Sinais do comprometimento do Cônego Fernandes Pinheiro em ultrapassar as barreiras nacionais e alcançar outros territórios, agora da capital européia, revelam-se numa carta enviada ao redator da revista *Novo Mundo* de Nova York em outubro de 1874. Nesse manuscrito, percebe-se que o eclesiástico tentava divulgar seus trabalhos ecléticos e instrutivos no território norte-americano. Pelo que consta, até essa data, já havia enviado duas resenhas ao redator da revista: "Incluso achará a minha 3ª. resenha bibliográfica, que denominei – Investimento literário no Brasil – por ser mais compreensível e para conformar-me com o título que deu à penúltima, ou antepenúltima."[38]

Parece-nos que a pretensão do Cônego era de ser o "correspondente efetivo", por extensão, o representante brasileiro na América, posto que não estava contente com a posição "inferior" de colaborador eventual. Para tanto, utiliza-se de suas artimanhas procurando fazer propaganda da qualidade de seus artigos, com o intuito de convencer o amigo a contratá-lo como crítico correspondente:

> serei seu correspondente efetivo no Rio de Janeiro remetendo-lhe por todos os vapores da linha de Nova York correspondências literária, religiosas, políticas e de instrução pública, além de tudo mais que possa interessar aos seus leitores. O espírito dos meus artigos será rasgadamente liberal, propondo unicamente as conveniências de que entenda deverem ser preparadas. Pelo que tenho publicado poderá avaliar o que me proponho publicar.[39]

O "destino" do Cônego

Torna-se indiscutível que o Cônego Fernandes Pinheiro possuía um grande prestígio dentro e fora do país e aproveitava de todas as honrarias e benefícios que o círculo, quer endógeno ou não, poderia oferecer a intelectuais como ele. Não obstante, parece que o grande

[37] Cf. ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido*: a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991, p. 152.
[38] Carta de Ferdinand Denis (Rio de Janeiro - 20/10/1874), encontrada no arquivo do Cônego Fernandes Pinheiro da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
[39] *Idem, ibidem*.

esforço do eclesiástico para conseguir consagrar-se nas letras brasileiras foi em vão se considerarmos que, posteriormente a sua morte, ficaria à margem na história da crítica brasileira.

A recepção negativa da produção bibliográfica do Cônego Fernandes Pinheiro parece ser construída por conta de seu envolvimento intrincado com a tradição retórica, considerado por demais retrógrado, e, principalmente com o universo escolar que o afasta da qualidade "respeitável" de certos tipos de trabalho intelectual. Devem-se a isso as novas formulações teóricas e filosóficas subseqüentes que, no decorrer da história, vão estabelecendo outros parâmetros de valoração e construindo barreiras entre literatura e escola.

Digamos que seu trabalho conseguiu algum êxito, o de ter livrado-lhe do cruel destino de escritor totalmente esquecido e, assim sendo, conseguiu ser mencionado pela maioria dos historiadores da nossa literatura. Pode-se ressaltar, também, que a recepção da obra de Fernandes Pinheiro é quantitativamente maior em comparação a de outros professores e retores do período. Quase todas as histórias literárias, como as de Sílvio Romero, José Veríssimo, Ronald de Carvalho, Nélson Werneck Sodré, Wilson Martins, Antonio Soares Amora, Antonio Candido, Afrânio Coutinho, Luciana Stegagno-Picchio, José Aderaldo Castelo, entre outras, dele se ocuparam, embora a atenção oferecida seja de caráter referencial sem entrarem em qualquer tipo de discussão e de análise mais acurada. Nelas, passou-se a ser mencionado, com freqüência, como participante do grupo precursor de nossa historiografia literária e pela publicação do *Curso elementar de literatura nacional*, e, quando muito, das *Postilas de retórica e poética* e do *Resumo de história literária*.

De qualquer modo, a menção freqüente de seu nome nas mais diversas histórias literárias nos aponta que o Cônego Fernandes Pinheiro tornou-se uma figura respeitável dentro do círculo de historiadores da nossa literatura, possuindo, assim, um lugar no cânone da literatura brasileira. Com efeito, torna-se cânone no campo de críticos e historiadores *menores*, os quais não possuem sequer o mérito de serem apreciados, a não ser no caso de demonstrá-los como fracassados intelectuais das letras. As opiniões coincidem constantemente, salvo algumas que, mesmo seguindo o percurso de desvalorização do crítico, tentam considerar também seus aspectos positivos.

Em 1879, o nome do Cônego Fernandes Pinheiro aparecia num texto de Araripe Júnior que, ao tratar da recepção crítica de José de Alencar por parte dos críticos da época, salienta

que o eclesiástico não havia contemplado Alencar no seu *Curso de Literatura*[40]. A lembrança de Araripe Júnior no que tange a omissão do Cônego instaura o que seriam as primeiras manifestações contra a perspectiva do eclesiástico no que diz respeito ao seu trabalho como estudioso de nossa literatura. Mas quem diretamente faria uma avaliação crítica sobre o Cônego Fernandes Pinheiro foi Sílvio Romero, com a publicação de sua *História da literatura brasileira* em 1888, na qual ele se faz presente em vários momentos. Poderia ter sido um excelente veículo em que pudesse convalidar sua obra e alcançar o século XX, se não fosse a recepção nada encomiástica de Sílvio Romero. Em todos os momentos, ele parece utilizar-se do trabalho do Cônego como o referencial daquilo que não seria parâmetro de nossa crítica para por em destaque aqueles com maior credibilidade.

Na apreciação biográfica de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, destaca a falha de Cônego Fernandes Pinheiro no estabelecimento de datas biográficas:

> A biografia do ilustre franciscano é bem conhecida em seus traços gerais. O que de positivo se sabe dela é o que consta de sua própria obra. O Cônego Fernandes Pinheiro parece não a ter lido com atenção para escrever estas palavras: '... professou na ordem franciscana aos 12 de dezembro de 1717 devendo portanto ter nascido em 1700, ou talvez antes dessa época.' Não satisfeito, o cônego ajunta em nota: 'O sr. Inocêncio pensa que o nascimento de Jaboatão deveria ter sido pelo ano de 1695, supondo que professara aos vinte e dois. Ignoramos o fundamento da hipótese do ilustrado bibliógrafo, sendo o nosso cálculo baseado na idade canônica (17 anos) antes da qual não é lícido professar nas ordens religiosas.' Se o Cônego Pinheiro tivesse lido a obra do franciscano teria encontrado o fundamento da suposta hipótese de Inocêncio da Silva.[41]

Num volume posterior torna-se mais direto e decreta a condição inferior do eclesiástico em contraposição à "probidade literária" do historiador Joaquim Norberto. Daí em diante, já podemos visualizar os traços depreciativos que os próximos historiadores iriam sustentar na avaliação da obra do Cônego Fernandes Pinheiro como, por exemplo, fez seu discípulo Antonio Candido.

---

[40] Cf. ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. *Araripe Júnior*: teoria, crítica e história literária (seleção e apresentação de Alfredo Bosi). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/São Paulo: Edusp, 1978, p. 82.

[41] ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 4ª ed. (org. e pref. por Nelson Romero) Rio de Janeiro: José Olympio, T. II, 1949, p. 240-241.

> Bem se vê este trabalho preliminar indispensável para quem tiver de empreender a história da literatura brasileira. É possível escrevê-la sem recorrer nunca às publicações de J. M. Pereira da Silva e do Cônego Fernandes Pinheiro. Êstes não foram pródigos nem de teorias, nem de fatos; seus livros são cópias mais ou menos hábeis dos antecessores. Norberto não, é caprichoso e tem probidade literária. Seus defeitos capitais são falta de cultura clássica e falta de cultura filosófica e científica. Daí a ausência de idéia dirigente no complexo de seus trabalhos e o desalino perpétuo da forma em seus escritos.[42]

Falando dos historiadores românticos, Sílvio Romero reserva um tópico específico a cada crítico, como, por exemplo, Magalhães, Porto Alegre, Teixeira e Souza, Norberto e Dutra Melo. Todos eles com um extenso estudo bibliográfico. O Cônego Fernandes Pinheiro fica fora desses tópicos e consegue apenas ser visto junto com Sotero dos Reis "como dois retóricos despidos de qualquer talento analítico. De todos os gêneros literários e científicos é aquele que tem sido neste país um desenvolvimento mais enfezado e raquítico."[43]

Esse repúdio justifica-se pelo fato de o Cônego Fernandes Pinheiro representar a crítica a que Sílvio Romero contestava em defesa da nascente crítica-ciência. Os dois, portanto, encontravam-se em extremos opostos no campo da crítica literária. "Cabia-lhe (diz Virgínia Lacerda), é claro, como naturalista que foi combater a crítica romântica que o procedera, menosprezando-a. Cabia-lhe também, é natural, reivindicar para a província, que provinciano era, a reforma positivista da crítica, sobretudo quando vibrada contra um crítico que era não só católico, mas também sacerdote católico"[44]

Sem embargo das suas asseverações críticas contra o Cônego Fernandes Pinheiro, Sílvio Romero não chega ao extremismo de excluí-lo. Acrescenta-o no rol canônico - porém secundário - de críticos e historiadores brasileiros. Quanto à história, participa do grupo de historiadores que são apenas citados: Inácio Acioli, Melo Morais (o Velho), Felício dos Santos, Abreu e Lima, Moreira de Azevedo, César Marques e Tristão Araripe.

No quadro da crítica romântica, encontramos o Cônego Fernandes Pinheiro no período de intermédio, "sem as investigações eruditas de alguns precursores e com veleidades retóricas de estafo classicismo". E, mais adiante, na fase das "pretensas narrativas históricas":

---

[42] ROMERO, Sílvio. *Op. cit.*, 1949, t. III, p. 173.
[43] *Idem*, *ibidem*, p. 183.
[44] LACERDA, Virgínia Cortes de. Reivindicações críticas em torno da obra do cônego Fernandes Pinheiro. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 219.

> Mais tarde, passa da biografia individual a pretensas narrativas históricas, isto é, passa das biografias isoladas a uma série de biografias presas por épocas ou por gênero literários, sem filosofia, sem sistema, sem idéias gerais dirigentes. Tal caráter do *Curso Elementar de Literatura Nacional* e do *Resumo de História Literária*, do Cônego Fernandes Pinheiro, e do *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, - de Sotero dos Reis.[45]

Torna-se inegável, porém, o discernimento de Sílvio Romero em perceber alguns aspectos que caracterizam exatamente o pensamento crítico do Cônego, como, por exemplo, a sistemática de periodização e a sobrecarga retórica na elaboração do discurso crítico.

José Veríssimo seria um pouco mais condescendente e conseguiria até utilizar, como referência válida, alguns textos do Cônego Fernandes Pinheiro em sua *História da literatura brasileira* (1916). Veríssimo reconhece a pesquisa de fontes, que recuperou vários textos de poetas coloniais, empreendida pelo eclesiástico: "Outrossim poetou nesta época Sebastião da Rocha Pita, acaso a melhor figura literária dela. A sua produção poética, porém, nos seria totalmente desconhecida não foram os documentos relativos às academias literárias de que fêz parte, existentes na Biblioteca Nacional e as transcrições dêles feitas por Fernandes Pinheiro."[46] E, adiante, vale-se de sua compilação ao tratar da crítica literária dos acadêmicos.[47]

A respeito do papel do Cônego Fernandes Pinheiro na história da crítica literária, José Veríssimo o coloca em destaque histórico como precursor dos estudos sistemáticos em contraposição àquela "manifestação pessoal de impressões recebidas dos livros lidos, mais talvez por amor dos autores que da literatura, como estímulo ou um reclamo, e também às vezes, mas raras, como um anátema (...)"[48] Além do pioneirismo, não revela qualquer outro mérito do escritor e apenas reclama, num tom menos radical, a pouca originalidade de seus dois livros e a sua indisposição em trabalhar a produção brasileira neles. Conserva, também, a metodologia de Sílvio Romero em relação à colocação do Cônego como contraste aos críticos considerados superiores. Nesse caso, o crítico não seria Joaquim Norberto, mas sim Machado de Assis que, com "melhor sentimento literário, com mais firme percepção estética, e

[45] ROMERO, Sílvio. *Op. cit.*, t. V, 1949, p. 441-442.
[46] VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 5 ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 73.
[47] *Idem*, *ibidem*, p. 271.
[48] *Idem*, *ibidem*, p. 273.

sobretudo com muito melhor estilo, mas apenas acidental e esporàdicamente, também fêz crítica". Vejamos o que diz sobre o Cônego Fernandes Pinheiro:

> Quem mais sistemàticamente a fêz depois das duas primeiras gerações românticas, pelo menos como professor oficial de literatura, foi o Cônego Fernandes Pinheiro, que deixou dois livros consideráveis de matéria cujo docente era no Colégio de Pedro II, *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862) e *Resumo de História Literária* (1873). De fundo próprio, quer de erudição, quer de pensamento, pouco havia do autor dêstes livros, onde se continuavam extemporâneamente sistemas críticos já ao tempo absoletos. Demais, apesar do título, o seu *Curso* era sobretudo de literatura portuguêsa, para o qual o autor achava o trabalho já feito. A brasileira, mormente no seu mais importante período, o nacional, apenas ocupava algumas páginas.[49]

Muito mais pessimista, Ronald de Carvalho veria o eclesiástico como participante do grupo de brasileiros com "incapacidade como historiadores e críticos." Todavia, o grupo é bastante numeroso, salvando-se apenas dele Varnhagen e João Lisboa. Verifica-se, porém, na crítica de Ronald de Carvalho uma recuperação do pessimismo crítico de Sílvio Romero contra os estudos críticos românticos:

> Antes do movimento evolucionista de Recife, com exceção da *História Geral*, de Varnhagen, e do *Jornal de Timon*, de João Lisboa, apareceram aqui apenas obras de mero caráter informativo, como as biografias de Norberto Silva, os episódios romanceados de Pereira da Silva, as divagações literárias de Sotero dos Reis, que irmanou o Marquês de Maricá à La Rochefoucauld, e do Cônego Fernandes Pinheiro, que comparou os *Timbiras*, de Gonçalves Dias, "à arquitetura ciclópica de Vetrúvio e Vignola."[50]

No caso do Cônego Fernandes Pinheiro, torna-se desvalorizado pelos elogios descabidos que fazia aos brasileiros a partir de frágeis comparações retóricas, como sendo o seu único fundamento crítico. Analisando o *Curso*, Ronald de Carvalho cita vários exemplos em que percebemos o manejo comparativo do eclesiástico, ressaltando também o desconexo de sua narrativa histórica arraigada em nomes e datas sem significação. Por outro lado, o posicionamento crítico do Cônego Fernandes Pinheiro se justifica por não ter fugido do contexto geral de crítica literária daquela época:

---

[49] VERÍSSIMO, José. *Op. cit.*, 1969, p. 273-274.
[50] CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. 8a. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1949, p. 263.

> No *Curso Elementar de Literatura Nacional*, do Cônego Fernandes Pinheiro, sob a solenidade didática aparece, igualmente, o impertinente sestro de elogiar despropositalmente os nossos escritores colocando-os mal na companhia de alguns grandes nomes da cultura européia. Quando êle se refere aos nossos românticos, é, sobretudo, de uma ingenuidade realmente estranha num professor catedrático da matéria... Descobriu, por exemplo, na obra de Magalhães, indistintamente, "o sentimentalismo de Lamartine, a suave melancolia de Chateaubriand, a vigorosa imaginação de Lord Byron, ou de Vitor-Hugo, as graves e profundas cogitações de Schiller e de Goethe;" (...)
> Ora, com semelhante crítica de colegial aplicado não é possível dizer-se alguma coisa de aproveitável as linhas gerais da história literária confundem-se, baralham-se num farelório sem nexo, numa mestiçagem inaceitável de meias-idéias e meios-conceitos destituídos de fundo e de forma. Ficamos, apenas, com alguns nomes e datas na memória, mas sem poder ligá-los, tolhidos na apreciação dos valores em tal ou qual época, em certo e determinado momento. O Cônego não escapou ao meio, pois era assim que se entendia a crítica, eram êsses os seus processos no Brasil, de 1830 a 1870.[51]

Em 1930, Arthur Motta começa a escrever uma história literária, mas não chegou a completá-la por conta de sua morte. Consegue, porém, publicar dois volumes que compreendem a história da literatura brasileira até o período de sua transformação (das tentativas de autonomia ou primeiro movimento para a independência ao advento do romantismo), anterior, portanto, da consolidação do movimento romântico. Nesse sentido, não teve tempo de refletir sobre a crítica literária romântica em si. O máximo que fez foi fazer uma "Bibliografia de caráter geral" das "obras sobre a literatura brasileira", na qual inseriu o *Curso elementar de literatura nacional* como a mais antiga "historias, propriamente ditas, da nossa litteratura".[52]

Tudo indica que Arthur Motta foi um pouco mais condescendente com o Cônego Fernandes Pinheiro e não conservou o mesmo discurso construído pelos historiadores até então. Em quase todos os capítulos percebemos que Motta cita a obra do Cônego Fernandes Pinheiro como referência para pesquisa ou consulta bibliográfica e, algumas vezes, nas suas considerações críticas acerca dos poetas brasileiros, recorre às afirmações do religioso.

[51] CARVALHO, Ronald de. *Op. cit.*, 1949, p. 268-269.
[52] MOTTA, Arthur. *História da literatura brasileira*: época de formação (séculos XVI e XVII). São Paulo: Editora Nacional, 1930, p. 272.

Estudando Manoel Botelho diria, por exemplo, que no "estylo descriptivo de minúcias e enumerações houve, mais tarde, effeito repercussivo em '*Caramurú*', de Santa Rita Durão. Tornou-se, como o classificou, com razão, Fernandes Pinheiro, um precursor de Gonçalves de Magalhães e Porto Alegre."[53]

Diferentemente de Arthur Motta, Nelson Werneck Sodré quase não o mencionaria na sua *História da literatura brasileira*, de 1938, ilustrando-o apenas como "outro autor de comparações formidáveis e descabidas"[54] dentre o grupo dos críticos Sotero dos Reis e Pereira da Silva. Somente percebemos como caracteriza o tipo de crítica do Cônego a partir de seu comentário sobre Sotero dos Reis. Dizia assim: "A sua crítica, porém, compendiada na *Literatura portugueza e brasileira*, é vaga e imprecisa, cheia de comparações ao gosto do tempo, nebulosa e diffusa, ornada ao extremo. Seriam os primeiros passos da crítica, sem objetividade, desde que, a cada passo, transfere para o domínio universal, em absurdos parallelos, os nossos escrivinhadores."[55] Sua opinião coloca em evidência o *paralelismo literário* que Ronald de Carvalho, como vimos, apontou em 1919.

Por outro lado, parece-nos que Sodré tenha se redimido do quase absoluto silêncio imposto ao Cônego Fernandes Pinheiro e, em 1960, refundindo a sua *História da literatura brasileira*, torna-se mais criterioso e elabora um extenso comentário sobre a crítica romântica, no qual coloca em destaque o mérito do autor, digno também até de uma breve biografia no rodapé da obra:

> A crítica política, no jornal, no panfleto, no opúsculo, no livro, foi exercida com algum rigor. Tal crítica exigia dotes literários, como os entendiam os contemporâneos e por isso muitos dos que a trataram ficaram nas páginas da história das letras, embora hoje os julguemos hóspedes nela. E nem era a literatura tão desimportante, no tempo, que já não merecesse o exercício da crítica, das reconstituições históricas e biográficas, até mesmo a atenção demorada das reedições de antigos autores, no esforço de salvá-los do esquecimento, e com o mérito de lhes procurar definir o papel e a importância. Nesse sentido, não é possível desmerecer a tarefa de um Fernandes Pinheiro, de um Sotero dos Reis, de um Antônio Henriques Leal, de um Joaquim Norberto de Sousa e Silva, principalmente.

[53] MOTTA, Arthur. *Op. cit.*, p. 485.
[54] SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*.: seus fundamentos econômicos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 20.
[55] *Idem*, *ibidem*.

> Pouco se tem demorado a crítica nos trabalhos desses precursores, que tinham, em seu desfavor, a precariedade dos recursos do tempo, a ausência de simpatia pelo que faziam, a incompreensão ante a pesquisa, a análise e a interpretação que não se cingisse à simples apologética. Claro está que mais atraíam as atenções as antologias, as poliantéias, os florilégios, particularmente os de poesia. É digna de atenção, entretanto, a tarefa daqueles inciadores, que reuniram os dados, ordenaram a matéria, estabeleceram paralelos, discriminaram influências – tudo dentro de uma deficiência natural que os levou à parcialidade. O aparecimento, em 1862, do *Curso de Literatura Brasileira*, de Fernandes Pinheiro, na Corte, é apenas um prenúncio.[56]

No caso da *História da literatura brasileira* (1954), de Antonio Soares Amora, verifica-se que há apenas uma referência ao *Curso elementar de literatura nacional* como veículo em que se tenta caracterizar a literatura nacional, dentre outros como o *Bosquejo histórico da poesia brasileira*, de Norberto, e o *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*, de Varnhagen. O caráter referencial não sugere uma negação da obra do Cônego, mas a escolha metodológica de Antônio Soares Amora, uma vez que todos os outros autores e obras foram também citados sem comentários específicos.

As reivindicações.

Até meados do século XX, não obstante as menções rápidas nas histórias literárias, poucos críticos e historiadores literários dedicaram-se a um estudo mais demorado acerca da obra do Cônego Fernandes Pinheiro. Na década de 1950, graças à cumplicidade da família "Fernandes Pinheiro", organiza-se um movimento crítico a favor do Cônego que, liderado pelo sobrinho-neto Mário Portugal Fernandes Pinheiro, tenta mudar o seu *destino* reivindicando-lhe um lugar no cânone da história da crítica brasileira. Nesse momento, surgem diversos estudos específicos a respeito do Cônego Fernandes Pinheiro e sua obra, divulgados pela imprensa periódica.

Um pouco antes do movimento, Lúcia Miguel Pereira se vale também da opinião do Cônego para falar das posições dos críticos a respeito da nossa literatura produzida no século

[56] SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*: seus fundamentos econômicos. 3 ª. ed. (integralmente refundida) Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, p. 302.

XIX, colocando-o em conjunto com outros dois críticos que se tornaram mais abalizados na história da crítica, como, foram Machado de Assis e José Veríssimo:

> Três opiniões sôbre a nossa literatura traduzem, descontados os feitios pessoais dos críticos, os pontos de vista das diversas fases. O Cônego Fernandes Pinheiro, em 1862, proclamava o *Colombo* de Porto Alegre uma obra-prima à altura da *Divina Comédia*, e via, em Magalhães, um êmulo de Byron, Victor Hugo, Schiller e Goethe reunidos. Em 1873, Machado de Assis descobre, ao lado de "excelências", "defeitos" na literatura brasileira "que há dado bastante e tem certíssimo futuro". Em 1901, espantava-se José Veríssimo de que ainda possuíssemos literatura nas "desgraçadíssimas condições, materiais e morais, de nosso país.[57]

Dois anos depois Wilson Martins parece antecipar de algum modo o sentimento de defesa que caracterizaria o grupo reivindicador como podemos perceber em *A crítica literária no Brasil* (1952). Em vários pontos da obra, observa-se que o crítico tenta destacar a idéia fixa de Sílvio Romero de combater o eclesiástico por conta do embate entre crítica romântica e naturalista. Não obstante o destaque, Wilson Martins reconhece o valor da obra do escritor, pois ao avaliá-la respeita as idéias como produto de condições históricas e filosóficas específicas de cada época, o direcionamento dos textos e as antecipações críticas, quer sejam originais ou não, em relação à crítica contemporânea:

> Vítima das simplificações polêmicas de Sílvio Romero, na sua obsessiva preocupação de apresentar-se como criador exclusivo de nossa história literária, Fernandes Pinheiro passa por escritor de pobres recursos, de julgamento falho e miserável argúcia. Sem dúvida, não é possível encará-lo como crítico, nem mesmo como historiador da literatura, no sentido moderno da palavra, mas é preciso lembrar que os seus livros foram escritos com intenções didáticas, destinados aos seus alunos no curso secundário, o que explica em muito o caráter informativo e convencional que os distingue. Se, quanto ao aspecto documental, é possível escrever a história de nossa literatura sem recorrer nunca à sua obra, como queria Sílvio Romero, tal procedimento não seria correto no que concerne à crítica: corresponderia, pelo menos, a ignorar idéias que podem ser ou não ser as nossas, mas que já tinham sido expressas antes de nós.[58]

[57] MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. Prosa de Ficção: de 1870 a 1920. In: LINS, Álvaro (org.). *História da literature brasileira*. São Paulo: Editora José Olympio, 1950, p. 15.
[58] MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, v. I, 1983, p. 142.

Como José Veríssimo, recorreu, muitas vezes, ao texto "A Academia Brasílica dos Esquecidos" ao falar dos primeiros passos de nossa crítica literária, demonstrando, assim, a confiança no trabalho crítico e histórico do Cônego Fernandes Pinheiro. Além disso, revelou-se interessado em anunciar a estréia do escritor "como crítico literário na capital do Império com o 'Discurso sobre a poesia religiosa em geral e em particular no Brasil', que servia de introdução ao *Livro de Jó*, 'traduzido em verso português' por José Elói Otôni"[59] e valeu-se de um parecer crítico do Cônego Fernandes Pinheiro à obra do retor Honorato para caracterizar os tratados de retórica da época. O parecer demonstra as controvérsias e contradições dentro do círculo de autores de compêndios (dois anos depois de declarar que a falta de "idéia nova" era "inadmissível num compêndio", o Cônego publicaria suas *Postilas de retórica e poética* (1872) que se caracterizariam também pela mera reprodução de idéias).

Wilson Martins observa: "Nem por isso deixavam de aparecer os tratados escolares de retórica, como, em 1861, a *Sinopse de Eloqüência e Poética Nacional*, de Manuel da Costa Honorato (1838-1891), impressa no Recife. Prefaciando-lhe a segunda edição (1870), dizia o Cônego Fernandes Pinheiro, com alguma rudeza: 'não contém idéia alguma nova, nem isso era admissível num compêndio.'"[60]

Com Wilson Martins, percebe-se que há uma mudança na maneira de encarar o Cônego Fernandes Pinheiro, pois o estudo apresenta uma reflexão mais apurada acerca de sua produção bibliográfica e, por fim, de seu pensamento crítico. Em *A crítica literária no Brasil*, não tenta destacar apenas as imperfeições críticas do escritor, mas também elabora um comentário sobre o caráter da obra, destacando seu pioneirismo, para, a partir daí, levantar algumas conclusões a respeito de sua crítica literária:

> Caberia a Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro publicar, neste mesmo ano [1862], o *Curso Elementar de Literatura Nacional*, que é a primeira obra em que o assunto foi sistematicamente tratado, das "origens da língua portuguesa" à "escola romântica brasileira". Por *literatura nacional* ele entendia a literatura no idioma comum: o seu livro é tanto uma história da literatura portuguesa quanto uma história da literatura brasileira, ou, se quisermos, ele encara esta última como um simples desdobramento da primeira, sob outros céus, em outras circunstâncias históricas. Essa evolução divide-se, no seu entender, em seis épocas, sendo a partir da terceira (1495-1580) que os autores por nós chamados de *brasileiros*

[59] MARTINS, Wilson. *Op. cit.*, p. 122.
[60] *Idem*, *ibidem*, p. 136.

> começam a aparecer: Fernandes Pinheiro os trata em pé de igualdade com os demais; no decurso da quinta época (1750-1826) ocorre a independência do Brasil; daí por diante, até, realmente, ao aparecimento da escola romântica brasileira, dir-se-ia que os portugueses são tratados em pé de igualdade com os brasileiros. Não esqueçamos de que se trata de livro didático, forçosamente submetido aos programas escolares oficialmente adotados; resta, entretanto, que eram essas mesmas as suas concepções pessoais.[61]

Desde o início do século XIX, a família "Fernandes Pinheiro" demonstrou ter um zelo especial pelos seus antepassados, principalmente por aqueles que representavam seu sobrenome perante a sociedade. O Cônego Fernandes Pinheiro marcou presença na tradição da família. Tanto ocupou-se em recuperar o nome de parente – escreveu a biografia do tio - como passou a ser objeto de estudo dos parentes vindouros. O interesse dos parentes pelo Cônego revela-se em vários momentos a partir do final do século XIX.

O primeiro deles, Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro Júnior, empreendeu a republicação de várias obras do escritor. Em 1883, conseguiu publicar a segunda edição do *Curso elementar de literatura nacional* e, logo, em 1885, a quarta edição das *Postilas de retórica e poética.* Todas elas revisadas e melhoradas por ele. Apresenta, por exemplo, nas *Postilas* um capítulo a mais, em anexo, com as técnicas de metrificação, visando à complementação da obra.

No século XX, Mário Portugal Fernandes Pinheiro, sobrinho-neto do Cônego, foi um outro parente apaixonado pela áurea intelectual do tio-avô. Mário manifestou interesse em resgatar o nome do tio-avô: escreveu biografias, contestou os juízos depreciativos, ajudou na reedição das obras etc. De fato, possibilitou a terceira edição do *Curso de literatura nacional*, de 1978, e a segunda edição dos *Estudos históricos*, de 1980, todos publicados pelo Instituto Nacional do Livro e a Editora Cátedra.

Desejando a reabilitação do tio-avô, Mário Portugal publicou vários textos: dois ensaios na *Revista Trimestral do IHGB*: "Ensaio biobibliográfico" (1952) e "Cônego Fernandes Pinheiro: vida e obra (1958)"; *Outras reivindicações a favor do Cônego Fernandes Pinheiro* (1956); *A exatidão e a pesquisa histórica I* e *II* (1957); *Sagrada mansidão* (1959); introdução biobibliográfica respectivamente nas edições do *Curso de literatura nacional* (1978) e dos *Estudos históricos* (1980) etc. Vale ressaltar que todos giram em torno da idéia

[61] MARTINS, Wilson. *Op. cit.*, p. 139-140.

de reivindicar um lugar do Cônego Fernandes Pinheiro a partir do combate dos discursos pejorativos feitos contra o seu tio-avô.

Desses trabalhos, o mais significativo seria a biobibliografia "Cônego Fernandes Pinheiro: vida e obra", versão ampliada do artigo anterior "Ensaio biobibliográfico sobre o Cônego Fernandes Pinheiro" e, posteriormente, incluída naquelas duas introduções que citamos acima com algumas pequenas modificações. O ensaio torna-se relevante muito mais pela grandiosa reunião de textos de recepção crítica do Cônego Fernandes Pinheiro do que pela construção argumentativa, uma vez que o discernimento crítico do autor fica por vezes comprometido na maneira entusiástica e cega que tentou convalidar a idéia de que o parente fosse o "fundador da historiografia e crítica literárias" por conta da publicação do *Curso elementar de literatura nacional*: "Não se pode negar ao Cônego Fernandes Pinheiro, em face de tudo o que até agora foi desenvolvido, o título a que tem incontestavelmente direito: o de FUNDADOR DA HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA LITERÁRIAS NO BRASIL"[62]

Buscando apoio nas opiniões de alguns escritores, como, por exemplo, as de Carlos Maul, Joaquim Ribeiro, Maurício de Medeiros e Virgínia Côrtes de Lacerda, Mário Portugal Fernandes Pinheiro tenta destruir as declarações injustas dos críticos Sílvio Romero, José Verissímo e Ronald de Carvalho que, segundo ele, foram "os principais causadores do silêncio que, durante muito tempo, se fêz em tôrno dos méritos do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro":

> Passo agora a examinar o procedimento de outros autores em relação ao fundador de nossa historiografia e crítica literárias. Sílvio Romero, José Veríssimo e Ronald de Carvalho praticam deploráveis injustiças... Refutarei aquelas injustiças que me parecem mais graves a fim de evidenciar, à luz da razão e da verdade, a improcedência das apreciações que fazem, e a posição ingrata, insustentável, em que se colocam.[63]

Considere-se que o texto acompanha passo a passo cada declaração desses três historiadores, principalmente a de Sílvio Romero, seguida de um comentário em que se tenta comprovar o "erro" das afirmações em comparação com as que seriam verdadeiras: "Creio haver comprovado, suficientemente, a improcedência das críticas feitas por Sílvio Romero à

[62] PINHEIRO, Mário Portugal Fernandes. *Op. cit.*, 1958, p. 197.
[63] *Idem*, *ibidem*, p. 205.

obra do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Motivo não há, pois, para aceitá-las."[64]

Mário Portugal Fernandes Pinheiro coloca-se contra a afirmação de Sílvio Romero de que Ferdinand Wolf seria nosso pioneiro de história literária, ou de José Veríssimo sobre o pioneirismo de Sotero dos Reis. Para tanto, apóia-se basicamente no critério cronológico, posto que as duas histórias literárias teriam sido publicadas posteriormente à do Cônego Fernandes Pinheiro. Realiza, também, uma pesquisa detalhada em defesa do uso que faz o Cônego Fernandes Pinheiro do *paralelismo* literário que, segundo Ronald de Carvalho, comprometia o *Curso de literatura nacional*. Mário justifica que "as comparações que estigmatiza eram de uso fluente nos meados do século XIX. (...) Critério eminentemente literário, adaptavam-se os paralelos ao espírito da época, no Brasil e no estrangeiro" e o método de utilização de símiles permaneceu nas histórias posteriores.

Por conta da comemoração do centenário de entrada do Cônego Fernandes Pinheiro no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, muitos intelectuais se incumbiram de estudar a obra do Cônego Fernandes Pinheiro, o que veio a enriquecer a sua bibliografia crítica. O grupo compõe-se de especialistas que representam a diversidade da crítica brasileira: Américo Jacobina Lacombe, Barbosa Lima Sobrinho, Celso Vieira, Feijó Bittencourt, Joaquim Tomás, Joaquim Ribeiro, José Gonçalves Vilanova, Mozart Monteiro, Osvaldo Melo Braga, Phocion Serpa, Virgínia Côrtes de Lacerda. Seus trabalhos, alguns deles já anteriormente publicados e outros inéditos, foram reunidos na edição comemorativa da *Revista Trimestral do IHGB* de 1958. Na introdução, assim se declarava:

> A coleção dos diversos estudos, reimpressos agora no presente número da *Revista*, vai contribuir para melhor exame daquela nobre figura do nosso passado – cuja memória certos críticos apressados, na sua ligeireza, não têm sabido apreciar. A crítica vesga ou parcial tem o seu dia passageiro.
> É, no entanto, agradável de verificar que vozes de outras gerações, que o não conheceram, acorrem generosamente para estudar e exaltar a obra histórica e literária de um mestre desaparecido, há mais de 80 anos, enastrando-lhe à fronte, que já sofrera os espinhos da incompreensão e da pura malevolência, com a coroa de rosas da gratidão e do aprêço do futuro, com a palavra isenta dos julgamentos definitivos.[65]

[64] PINHEIRO, Mário Portugal Fernandes. *Op. cit.*, 1958, p. 226.
[65] Centenário de Fernandes Pinheiro no Instituto Histórico. *Revista Trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 240, jul./set. 1958, p. 99.

Os textos estudam as várias facetas da vasta obra do Cônego Fernandes Pinheiro, privilegiando, porém, o aspecto historiográfico. Torna-se unânime a exaltação encomiástica em torno da figura do fluminense pelo direcionamento específico de reabilitação dos textos. Na maioria deles, encontramos declarações em que o Cônego se envolve num manto de tamanha credibilidade que chegamos a questionar até que ponto seriam críticas substanciais ou se configurariam apenas como elogios de um grupo decidido em recolocá-lo no cânone. Falando da importância e a influência do Cônego Fernandes Pinheiro na história das letras, José Gonçalves Villanova afirme que sua "obra foi um verdadeiro farol, guiando a marcha do ensino rumo à posteridade, merecendo conseqüentemente o nosso respeito e a nossa admiração. De suas cátedras e de seus livros nos chega a mensagem benéfica daquele que empregou os seus lazeres a colher documentos verídicos, entre montes de papéis escritos, para ilustração de contemporâneos e pósteros."[66] Num tom parecido, Américo Jacobina Lacombe escreve a respeito do caráter historiográfico e documental do trabalho do Cônego sobre o Rio de Janeiro:

> Colacionar documentos reputados decisivos sobre um tema e atendo-se a eles, traçar as linhas de um estudo eminentemente objetivo, incorporando as lições aproveitáveis dos cronistas antecedentes, não se pode considerar trabalho desprezível. É contribuição científica no alto sentido da palavra e aos estudiosos da história carioca não é possível deixar passar qualquer oportunidade sem consignar a esse ilustre e sábio conterrâneo, carregado de serviços às letras históricas e ao ingrato ofício do magistério, as homenagens devidas a um nobre predecessor.[67]

[66]VILLANOVA, José Gonçalves. Importância e influência da obra do Cônego Fernandes Pinheiro. *Revista Trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 240, jul./set. 1958, p. 200.
[67] LACOMBE, Américo Jacobina. O Cônego Fernandes Pinheiro. *Revista Trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 240, jul./set. 1958, p. 153.

É importante destacarmos um estudo que se revela uma contribuição de peso para a bibliografia crítica do Cônego Fernandes Pinheiro. Trata-se do primeiro levantamento bibliográfico sério da produção textual do escritor, superado apenas pela nossa pesquisa. O artigo intitulado "Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro: ensaio bibliográfico", de Osvaldo Melo Braga, com o apoio das informações do *Dicionário* de Sacramento Black, conseguiu relacionar sistematicamente todos os títulos dos livros do Cônego com notícias das várias edições que tiveram. Além disso, Osvaldo Melo Braga fez uma relação parcial dos textos esparsos nos periódicos e nas reedições anotadas.

O levantamento bibliográfico, porém, não foi completo uma vez que deixou de citar muitos textos, até mesmo aqueles existentes nos periódicos que havia consultado. Por isso, empreendemos uma atualização partindo desse material e, assim, acrescentamos muitos outros trabalhos encontrados no decorrer de nossa pesquisa bibliográfica, os quais aumentaram significativamente a bibliografia do Cônego Fernandes Pinheiro. O "ensaio bibliográfico" de Osvaldo Braga torna-se também relevante por divulgar um precioso material para o estudo do Cônego Fernandes Pinheiro: os *Livros d'Assentos e notas pertencentes a J. C. Fernandes Pinheiro desde o anno de 1870 ao de (...)*. Segundo Braga, trata-se do "caderno de notas, precioso documento manuscrito, caderno-índice, de 400 páginas pautadas, onde o Cônego registrava todos os seus negócios relativos às edições, tiragem, etc., de suas obras com o livreiro Garnier."[68]

Um eclipse posterior?

Tudo levava a crer que as reivindicações críticas em torno do Cônego Fernandes Pinheiro modificariam os olhares dos críticos e historiadores subseqüentes. O esforço do grupo durante quase toda a década de 1950 parece que não teve a repercussão esperada e, muito embora tenha alimentado significativamente a bibliografia crítica do Cônego, encontrou por parte dos críticos e historiadores posteriores poucas respostas positivas. Nesse sentido, o Cônego Fernandes Pinheiro seria recepcionado com a mesma indiferença que vinha tendo nas décadas anteriores. E Antonio Candido viria consolidá-la.

[68] BRAGA, Osvaldo Melo. *Op. cit.*, 1958, p. 233-234.

Desse período é a obra *Quadro sintético da literatura brasileira* (1956), de Alceu Amoroso Lima. Sem maiores comentários, o escritor coloca o Cônego como o iniciador das nossas histórias literárias, junto com o professor Sotero dos Reis. Colocava nas seguintes palavras, com algumas pequenas confusões em relação à data de nascimento do eclesiástico:

> A crítica literária começou a florescer por essa época, a medida que a literatura de criação tomava corpo, pois são dois gêneros que se complementam.
> Nesse período romântico, foi a crítica apenas, uma antologia, com Januário da Cunha Barbosa (1780-1846); uma antologia acompanhada de biografias com Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-1891), fundador da nossa crítica literária; enfática, didática e descritiva com o Cônego Fernandes Pinheiro (1826-1876), iniciador da nossa história literária ou com Sotero dos Reis (1800-1871). O "Curso Elementar de Literatura Nacional", de Fernandes Pinheiro, é de 1862. Do ano seguinte é a "Histoire de la Litérature Brésilienne" do austríaco Ferdinando Wolf, escrita sob as indicações de Domingos Gonçalves de Magalhães e a pedido de Pedro II, balanço valioso e honesto das nossas letras até à época e, há pouco, traduzida para o vernáculo (Coleção Brasiliana).[69]

Um ano depois do centenário do Cônego Fernandes Pinheiro, o crítico Antonio Candido publicava um livro para os interessados pela nossa história da literatura, intitulado *Formação da literatura brasileira* (1959). Dedicando um capítulo especial à crítica literária, é nele que apresenta suas considerações nada animadoras a respeito da obra crítica do eclesiástico, muito embora consiga concordar de leve com a idéia de pioneirismo em que Mário Portugal Fernandes Pinheiro se apoiou nas suas reivindicações. Antonio Candido, porém, aproxima-se muito mais da opinião de Wilson Martins - é literalmente citado na *Formação* –, uma vez que acredita ser o *Curso elementar de literatura brasileira* apenas a primeira história literária escrita por um brasileiro:

[69] LIMA, Alceu Amoroso. *Quadro sintético da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Agir, 1956, p. 42.

> O *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862), isto é, portuguêsa e brasileira, de Fernandes Pinheiro, foi '(...) a primeira obra de brasileiro sôbre o conjunto da nossa história literária, por sinal que entrosando a literatura colonial em suas origens portuguêsas mais agudamente que muitos historiadores que o sucederam.' Mais ou menos refundido, êle aparece, em continuação ao estudo das grandes literaturas estrangeiras, nos dois volumes do *Resumo de História Literária* (prefácio datado de 1872). (...)
> Deve-se, todavia, creditar-lhe o louvável esforço de sistematizar uma realidade contemporânea sem recuo confortável do tempo, e a decisão de apresentar compreensivamente o que admira, guardando quanto ao resto, pelo menos uma reticenciosa prudência. [70]

Sem embargo do destaque do pioneirismo, Antonio Candido aponta com azedume a deficiência crítica e metodológica das obras do fluminense, explicada pelo seu caráter didático e também pela "limitada inteligência do bom cônego", não lhes creditando nenhuma importância além de seu posicionamento histórico:

> São livros didáticos muito banais, com pouco senso histórico, embaraçados numa divisão complicada de épocas e gêneros, êstes predominando como critério, o que faz a exposição em dado setor vir de 1500 a 1700 e voltar de nôvo para trás, num ziguezague pesado e confuso. A limitada inteligência do bom cônego transparece a cada passo, no convencionalismo dos juízos, na ênfase vazia de estilo, na incapacidade de dar vida aos elementos biográficos. Na parte relativa à literatura contemporânea do Brasil (única reputada independente da de Portugal), governa-se pelo espírito de clã e o mêdo (sic) da novidade, exaltando com os mais descabelados louvores os companheiros de revista literária, Colégio Pedro II ou Instituto Histórico, mal contemplando os jovens de talento, já consagrados pela opinião.[71]

Tal opinião vem confirmar o que já havia dito no livro da sua tese de Doutoramento, intitulada *Introdução ao método crítico de Sílvio Romero*, de 1945, num capítulo sobre a crítica "pré-romeriana", em que se fala da falta de talento do Cônego para a carreira histórica e literária, superado dentro seu próprio grupo "medíocre" de historiadores. Destaca também o seu desconhecimento de que a "literatura possa estar submetida a algum condicionamento, que as obras influam umas sobre as outras, ou que haja tendências periódicas". Antonio Candido

[70] CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. São Paulo: Martins, v. 2, 1971, p. 353-354.
[71] CANDIDO, Antônio. *Op. cit.*, 1971, 353-354.

assim comentava sobre as obras historiográficas do "pomposo professor de Retórica", dando razão ao "furor" de Sílvio Romero em relação ao escritor:

> Em todos, porém, a única coisa que sobressai é a sua irremediável incapacidade histórica e literária (...) compêndios se desfazem ao primeiro toque da análise. As suas definições de literatura e de história – nas quais mostra o aferro com que se ligava à convenção retórica – explicam o sagrado furor de Sílvio contra ele e os seus pares. (...)[72]

Por outro lado, embora Antonio Candido não seja animador no sentido da reabilitação do escritor e não reserve nenhum tópico específico para tratar dele em seu livro *Formação da literatura brasileira*, como ofereceu a Santiago Nunes Ribeiro, Pereira da Silva e Norberto, pode-se dizer que o seu estudo de recepção do Cônego Fernandes Pinheiro tem mais consistência do que os realizados nas histórias literárias anteriores, sobretudo se pensarmos que a visualização da obra do Cônego não se reduz à citação, ou qualquer coisa nesse sentido, e consegue fazê-la circular com alguma representação na história da crítica brasileira.

Por diversas vezes, o Cônego Fernandes Pinheiro aparece na *Formação da literatura brasileira* e, se em alguns momentos aparece como o crítico com "falta de inteligência", em outros, sua opinião é exemplo de mais clareza em comparação aos seus companheiros românticos. Em relação ao movimento contra o nacionalismo, tornou-se um dos mais representativos:

> É preciso agora, com efeito, mencionar êste fenômeno de contracorrente: a opinião dos que negavam caráter distinto à nossa literatura, reputando-a, no todo ou na parte inicial, mero galho da portuguêsa, sem com isso deixarem de ser nacionalistas a seu modo, isto é, vendo no seu enriquecimento uma forma de grandeza nacional. É o caso de um jovem do maior talento, Álvares de Azevedo, e de um compassado canastrão, o cônego Fernandes Pinheiro. (...) A opinião de Fernandes Pinheiro é mais justa e clara; não há literatura brasileiro antes do Romantismo porque, até então, apesar de particularidades manifestas, os nossos autores nada exprimiam de diferente dos portuguêses. (...)[73]

Com Antonio Candido houve uma possibilidade de ampliação da focalização da produção intelectual do Cônego Fernandes Pinheiro, porque ele discutiu não apenas as obras historiográficas do escritor, mas também as referentes ao campo retórico-poético, como as

[72] CANDIDO, Antônio. *Op. cit.*, 1988, p. 22.
[73] CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, 1971, p. 341-342.

Postilas de retórica e poética (1872). Em 1945, o crítico apontava as *Postilas* como um dos exemplos de manuais de retórica e poética pelos quais "a mocidade se punha em contato com a crítica, ingerindo enormes quadros sinóticos, cheios de esquemas e nomes complicados."[74]

No desenrolar da apreciação crítica sobre os manuais, expõe o conceito "mais sintético" de crítica literária do Cônego Fernandes Pinheiro, concluindo que o autor, assim como Freire e Honorato, tinha "um conceito judicativo, firmado no padrão retórico, indicando uma passividade intelectual que vinha desacreditando, cada vez mais, o ponto de vista estético em literatura e tornando urgentes revoluções literárias, como a de que seria protagonista Sílvio Romero."[75]Em *Formação da literatura brasileira*, Antonio Candido torna-se mais sucinto e registra as *Postilas de retórica e poética*, como um dos "livros inspirados em Blair" e marca em poucas linhas o atraso de retores como Cônego Fernandes Pinheiro ao basearem-se ainda no "lastro tradicional" das idéias de Blair. A tal respeito declara: "É o caso (para citar um exemplo) da sua opinião sôbre romance, reservada, mas simpática e compreensiva; no entanto, foi provàvelmente sôbre ela que Fernandes Pinheiro baseou o seu ponto de vista, de intolerável filistinismo, em que permanecem apenas a reserva e a incompreensão. Entretanto, o inglês escrevia em 1783 e êle em 1850..."[76]

Também dessa época são as colocações de Afrânio Coutinho, no livro *A literatura no Brasil* (1955-1959). Novamente, o Cônego Fernandes Pinheiro seria posto de lado quando se apreciam os críticos românticos em tópicos específicos. Afrânio Coutinho dedica atenção especial a Santiago Nunes Ribeiro, Joaquim Noberto de Sousa Silva, Macedo Soares, José de Alencar; porém, ao eclesiástico conserva apenas um pequeno parágrafo. As obras do Cônego Fernandes Pinheiro são vistas como antologias como muitas outras, que apresentaram "de mistura as produções literárias dos portugueses e brasileiros", dado que participavam do "princípio de que a fase colonial da literatura brasileira pertenceria à literatura portuguesa."[77] Essa indisposição de estudar o Cônego Fernandes Pinheiro se torna bastante curiosa se levarmos em conta o que dissera, em 1958, ao prefaciar a favor do opúsculo "Cônego Fernandes Pinheiro: vida e obra", de Mário Portugal Fernandes Pinheiro. No prefácio, assim dizia:

---

[74] CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, 1988, p. 23-24.
[75] *Idem*, *ibidem*, p. 25.
[76] CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, 1971, p. 347.
[77] COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 6 ª. ed. São Paulo: Editora Global, v. III, 2002, p. 337

> Felizes seriam os escritores se tivessem descendentes que lhe cuidassem da memória e lhe propagassem o culto à sua obra com o zêlo que Mário Portugal Fernandes Pinheiro dedica ao seu grande antepassado, o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Zêlo que muitas vêzes raia pela cólera sagrada, quando, mui justificativamente, investe contra os detratores ou vergastas os que sem razão subestimam o valor da contribuição que o Cônego ofereceu à nossa literatura.[78]

Não obstante o quase silêncio, Afrânio Coutinho não poderia ser considerado como ele mesmo apontou um dos "detratores ou vergastas" da obra do Cônego Fernandes Pinheiro, posto que em nenhum momento conferiu-lhe qualquer tipo de desconsideração como aconteceu, por exemplo, em Sílvio Romero e Antonio Candido. Mesmo observando a problemática da periodização, faz uma breve e amena consideração a respeito dos historiadores românticos como o Cônego: "Joaquim Norberto, Ferdinand Wolf (1863), Fernandes Pinheiro encaram o problema, sem todavia conseguir libertar-se da cronologia pura ou da política."[79]

Embora tenha feito considerações menos depreciativas, Afrânio Coutinho o coloca à margem de nossa crítica brasileira. Nesse sentido, o fato nos leva a questionar o que justificaria, então, a possível "marginalização" do Cônego Fernandes Pinheiro n'*A literatura no Brasil* se, em 1959, n'*A introdução à literatura no Brasil* enquadraria o escritor no rol dos "eruditos e críticos" brasileiros, dividindo espaço com um Varnhagen, um José Veríssimo e, até mesmo, um Sílvio Romero? Por que, então, o veria como um das referências para o estudo do Romantismo? Seria uma reformulação de seu posicionamento crítico ou simples menção sem quaisquer outras pretensões?. Na parte em que estuda a crítica romântica, o autor revela: "A importância dos árcades brasileiros tem sido posta em relevo por uma série de eruditos e críticos – Januário da Cunha Barbosa, Varnhagen, Pereira da Silva, Joaquim Norberto, Fernandes Pinheiro, Oliveira Lima, José Veríssimo, Ramiz Galvão, Sílvio Romero, João Ribeiro, Alberto Faria..."[80]

Pelo que consta, nos séculos posteriores não há novidades no que diz a recepção da obra do Cônego Fernandes Pinheiro. Exceto o seu eclipse total na história literária, *História concisa da literatura brasileira* (1970), de Alfredo Bosi, as outras trariam considerações

[78] COUTINHO, Afrânio. A reabilitação do Cônego Fernandes Pinheiro (prefácio). In: PINHEIRO, Mário Portugal Fernandes. *Op. cit*., 1958, p. IX
[79] COUTINHO, Afrânio. *Op. cit*., 2002, p. 338.
[80] COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 7 ª. ed. Rio de Janeiro: EDLE, 1959, p. 134.

análogas como as que vimos expondo até o momento, porém, um pouco mais complacente e valorativa. Em 1977, Luciana Stegagno-Picchio concede um título bastante ambíguo - "canônico Joaquim Caetano Fernandes" - ao fluminense e vê em sua obra os primeiros passos da historiografia brasileira rumo à autonomia: "Ao lado, existia uma família historiadora, numa linha que vinha de Joaquim da Cunha Barbosa, passava por Gonçalves Dias e sua escola e assumia uma inicial tímida postura de disciplina autônoma nos textos historiográficos e retóricos do canônico Joaquim Caetano Pinheiro (1825-1876). Permanecia ligada à historiografia literária sem desvincular-se do biografismo e do determinismo positivista."[81]

Em introdução a sua *História da literatura brasileira* (1986), no volume relativo ao movimento romântico, Massaud Moisés menciona o trabalho do Cônego Fernandes Pinheiro e o enquadra como também pertencente aos nossos primeiros críticos que "participaram decisivamente no processo de nossa tomada cultural de consciência literária", como, por exemplo, Sotero dos Reis, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Pereira da Silva, Odorico Mendes, Francisco Adolfo de Varnhagen, Antônio Henrique Leal, etc. Nessa apresentação, Massaud Moisés se confunde em algumas datas de publicação das obras de referência. Vejamos:

> Resultados mais duradouros pretendiam, decerto, os autores de livros, geralmente recrutados no magistério, e que não escondiam as intenções didáticas de seus escritos, nem as origens de suas predileções e critérios de apresentação e exegese dos fatos literários. Tirante os estrangeiros que, voltando-se para as nossas letras com todo o peso da tradição cultural européia, participaram decisivamente no processo de nossa tomada cultural de consciência literária, são de citar os seguintes historiadores e/ou críticos: J. C. Fernandes Pinheiro, autor do *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862), *Resumo de História Literária* (1872), *Postilas de Retórica e Poética* (1865), onde os excessos da formação neoclássica se compensam pelo pioneirismo de uma visão global da nossa atividade literária; Francisco Sotero dos Reis, autor do *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* (5 vols. 1866-1873), onde a nossa produção literária é analisada no quarto volume, de forma descritiva, escolar, sem maior preocupação filosófica e num estilo purista que trai o professor vernáculo lido nos clássicos e avesso às "modernidades" românticas;[82]

[81] STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977, p. 694.
[82] MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*: Romantismo (1836-1881). São Paulo: Cultrix, v. II, 1984, p. 24.

A recente história literária de José Aderaldo Castello, *A literatura brasileira: origens e unidade* (1999), conserva também o critério de referência nominal, no qual o vê como uma das "figuras brasileiras representativas dessa historiografia nascente", colocando-o no grupo de "autores de histórias ou panoramas históricos das literaturas portuguesa e brasileira". Porém, a referência é feita a todos os nomes de nossa historiografia literária que, em algumas histórias, seriam tratados com distinção:

> Surge, ao mesmo tempo, um lado importante das idéias críticas da época, representado pelos esforços e pesquisas para a elaboração de nossa historiografia literária, iniciada conjuntamente com as preocupações de reforma e "nacionalismo" da literatura que cultivávamos. Se teve como ponto de partida Ferdinand Denis, Almeida Garrett, Sismonde de Sismondi e Bouterweck, foram inspiradores de Gonçalves Magalhães, e por este sintetizados. A todos, devemos juntar outras figuras brasileiras representativas dessa historiografia nascente. E nela, a contribuição dos brasileiros pode ser reconhecida em dois agrupamentos. 1°) de autores de antologias e organizadores de edições de obras prefaciadas e documentadas de poetas – Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, João Manuel Pereira da Silva, Francisco Adolfo Varnhagen; 2°.) de autores de histórias ou panoramas históricos das literaturas portuguesa e brasileira – ainda Joaquim Norberto, e mais Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Ferdinand Wolf, Eduardo Perié e Francisco Sotero dos Reis.[83]

Mais adiante, Aderaldo Castello trata de ressaltar o atraso dos historiadores como Fernandes Pinheiro, Sotero dos Reis e Ferdinand Wolf, que "continuam com formulações idênticas àquelas iniciais. Do primeiro é o *Curso elementar de literatura nacional*, de 1862, com 2ª. edição póstuma melhorada, de 1883. É uma visão paralela da literatura portuguesa com a do Brasil Colônia, só distinguidas com o Romantismo."[84]

[83] CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira*: origens e unidade. São Paulo: EdUSP, 1999, v. II, p. 509-510.
[84] *Idem*, *ibidem*, p. 512.

Algumas páginas depois, o critico volta a relembrar a importância daqueles "primeiros biógrafos, historiadores, historiadores e críticos brasileiros: (...) Sotero dos Reis, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (...)"[85] Se formos avaliar a quantidade de textos publicados após as reivindicações da década de 1950, pode-se considerar que o silêncio protestado voltou a rondar a áurea do Cônego Fernandes Pinheiro. Poucos críticos literários se dedicaram a analisá-lo com mais profundidade. Marisa Lajolo, Sônia Barbosa, Margarete Edul Prado de Souza, Roberto Acízelo compõem o quadro de escritores mais contemporâneos que escreveram sobre o Cônego Fernandes Pinheiro.

O estudo de Roberto Acízelo parece ser o mais substancial. No livro *O Império da eloqüência* (1999), o autor dedica-lhe um tópico específico. O texto escapa do tradicional uso de citação (nome e obra) e possibilita um maior aprofundamento de sua obra. Isso, porém, não quer dizer que não deixa de verificar algumas falhas no "sucinto tratado de Fernandes Pinheiro". Analisando-o a partir das *Postilas de retórica e poética*, visto como um dos símbolos do estudo da eloqüência nos oitocentos, consegue construir uma idéia interessante do pensamento crítico do escritor. Dos escritores estudados, o Cônego Fernandes Pinheiro é o único que Roberto Acízelo não coloca como tendo o "destino de escritor esquecido". Traça um parágrafo biográfico e, sem mais rodeios, detém-se numa abordagem analítica, acerca das "suas reservas à noção de originalidade (reservas, para dizer o mínimo) e as idéias que formulou sobre o romance, o realismo e a crítica literária."[86] Em resumo, consegue perceber que o autor "manteve-se coerente com seu desapreço pela originalidade", cultivou o moralismo contra a escola realista, expôs uma idéia de crítica literária que "em chave lhe confere algum interesse".

Mesmo com a recepção de um Roberto Acízelo, talvez a reabilitação do Cônego Fernandes Pinheiro ainda esteja longe de acontecer efetivamente, posto que o seu destino de cânone "menor" construído conseguiu se consolidar no aparelho cultural brasileiro. E fica, assim, o desejo de seu maior cultor Mário Portugal Fernandes Pinheiro: "de trazer o mesmo nome daquele que, em vida, fêz juz às honras que recebeu, dando a Deus e à Pátria todos os frutos de seu grande saber e caráter impoluto." [87]

---

[85] CASTELLO, José Aderaldo. *Op. cit.*, p. 517.
[86] SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da eloqüência*: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999, p. 74.
[87] PINHEIRO, Mário Portugal Fernandes. *Op.cit.*, 1952, p. 130

CAPÍTULO II

———

Ensino e Literatura no Império

Embora ultrapassasse a órbita escolar, a maioria dos títulos bibliográficos da carreira crítica do Cônego Fernandes Pinheiro tivera o direcionamento didático, sendo que os três mais relevantes – o *Curso de literatura nacional* (1862), as *Postilas de retórica e poética* (1872) e o *Resumo de história literária* (1873) - que nos interessam em particular, foram escritos explicitamente para preencher a lacuna de manuais didáticos das aulas de literatura no Colégio Pedro II.

Desse modo, sentimos que não deveríamos abandonar o método de contextualização e, assim, preferimos fazer uma breve descrição da história do ensino brasileiro durante o Império, tentando traçar as características do sistema educacional, principalmente no que diz respeito à educação humanística e ao ensino de literatura, para o melhor esclarecimento e compreensão dos aspectos formais e filosóficos desses três livros do Cônego Fernandes Pinheiro que serão objeto de análise em seguida. Convém esclarecer que o intuito dessa panorâmica não foi fazer uma pesquisa de caráter original, a partir de levantamento e estudo detalhado das fontes, mas oferecer uma idéia geral a respeito do ensino imperial brasileiro por meio da organização das informações oferecidas em trabalhos anteriores, realizados por especialistas dessa área, como, por exemplo, os textos de Circe Maria Fernandes Bittencourt[88], de Maria de Lourdes Mariotto Haidar[89], de Maria José Garcia Werebe[90], de Roberto Acízelo

[88] BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.
[89] HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1972.
[90] WEREBE, Maria José Garcia. A educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org) *História Geral da Civilização Brasileira*: Brasil monárquico – declínio e queda do Império. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971, t. II, v. 4.

de Souza[91], de Sidney Barbosa.[92] Muitas vezes, porém, apoiamo-nos na leitura direta de alguns decretos oficiais coligidos e organizados em livro por Primitivo Moacyr[93].

O ensino imperial e a formação humanística.

O fenômeno da formação intelectual dos brasileiros na fase imperial é dos mais interessantes da nossa história cultural. Mesmo com a infiltração dos pensamentos inovadores como o romântico-nacionalizante, nas propostas de um Ferdinand Denis ou um Almeida Garrett, os intelectuais permaneciam ainda arraigados à cultura literária clássica. Essa situação permaneceria muito tempo depois do advento da proclamação da República.

Com certeza, o fenômeno torna-se compreensível haja vista a formação educacional que esses brasileiros obtiveram do ensino oitocentista, completamente espelhado na abordagem humanística da educação jesuítica, cuja filosofia era formar indivíduos portadores de conhecimento geral, como os da sociedade européia, preparando-os para a etapa da carreira especializada.

O predomínio dos estudos humanísticos no sistema educacional, como iremos verificar, explica sobremaneira também a posição versátil e eclética assumida pela classe intelectual brasileira. Com a educação fundamental (a primária e a secundária) a serviço das humanidades, de caráter enciclopédico, o Brasil formava os conhecidos *homens de letras*, que se interessavam pelo domínio dos diversos assuntos do saber humano. Por sua vez, a sua atividade profissional compreendia a acumulação de vários cargos e, ao passo que se encarregavam da vida política do país, participavam da imprensa periódica, escreviam literatura, associavam-se a instituições ou associações científicas e literárias, exerciam o magistério e dedicavam-se à carreira eclesiástica.

No Brasil, a primeira manifestação de um sistema educacional data de 1549. Refere-se ao período em que os jesuítas tiveram a iniciativa de introduzir as noções do alfabeto, compreendendo também a leitura, a escrita e as operações matemáticas básicas. A evolução do

[91] SOUSA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 1999.
[92] BARBOSA, Sidney. Caminhos e descaminhos da educação brasileira no século XIX. In: PERRONE-MOISÉS, L. (org) *O Ateneu*: retórica e paixão. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1988, p. 59-67.
[93] MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3 v., 1936-1938.

método foi rápida e, em 1550, já se administravam aulas de Humanidades no Colégio dos Meninos de Jesus da Vila de São Vicente.

Inspirado no plano de estudos europeus[94], o ensino de Humanidades (ou humanístico) consistia na adoção da perspectiva de transmissão de um conhecimento cultural de âmbito geral, onde se encaixavam a lingüística e a literatura, "com o destaque para o latim e sua literatura, e mais gramática portuguesa e retórica (nesta última subsumida a poética)".[95]

Roberto de Acízelo oferece-nos uma explicação histórica suficientemente maior sobre esse tipo de ensino:

> Tratava-se de um ensino dito *humanístico*, qualificativo que quer compreensão bem precisa, o que nos remete aos substantivos *humanidades* e *humanismo*, de que deriva... Entre outros termos, a educação humanística pretende facultar um conhecimento *comum* a todos os homens, concebido como matéria coincidente com a própria natureza ou essência humana, donde sua designação mediante a palavra latina *humanitas*, literalmente *humanidade*, propriedade do que é humano. O vocábulo aparece pluralizado nas línguas modernas (português *humanidades*, espanhol *humanidades*, francês *humanités*, inglês *humanities*, alemão *Humanwissenschaften*), provindo da expressão latina *studia humanitatis* (literalmente, "estudos da humanidade"), empregada por Cícero e depois na idade média, quando passa a designar o conjunto das disciplinas de ensino ...; com a elipse do determinado *studia*, a idéia de plural nele presente teria migrado para o determinado *humanitatis*, no qual se concentrou o sentido do sintagma latino.[96]

A literatura era considerada como o veículo essencial para a formação do homem. Na grade curricular encontravam-se livros canônicos que se tornaram tradicionais nas aulas de literatura: *Eneida*, de Virgílio; *Odes*, de Horácio; *De lege Agrária*, *De Oratore*, discurso *Post Reditium*, *De officilis, Cartas*, de Cícero; *Diálogos*, de Lucano; *De ponto (Ponticas)*, de Ovídio etc...[97]

---

[94] Roberto de Oliveira Brandão ressalta para o fato de que o "plano de estudos de Humanidades no Brasil deveria seguir o usado no Colégio das Artes de Coimbra, que desde 1555 passara para as mãos dos jesuítas. Como o Ratio Studiorum, que era o estatuto geral da Companhia, só foi promulgado em 1599, antes as escolas brasileiras, nos diz Serafim Leite, estavam mais próximas do programa do Colégio de Évora, de 1563." (cf. BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros do século XIX*. Tese (Doutorado em Letras). Departamento de Lingüística e Línguas Orientais/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1972, p. 10)

[95] SOUSA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 1999, p. 25.

[96] *Idem*, *ibidem*, p. 22.

[97] Cf. BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *Op. cit.*, p. 10; também, LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Porto: Liv. Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950, VII, p. 152.

Mesmo com a expulsão dos jesuítas (1759) e, depois, com a reforma do ensino, iniciada pelo regente D. João VI, o método humanístico de educação não mudara no decorrer do século, uma vez que havia se consolidado no meio intelectual brasileiro. A única mudança significativa no sistema educacional aconteceu com a instalação dos primeiros cursos superiores, os quais tinham caráter profissionalizante, como o direito, a medicina e a engenharia.

Inauguraram-se, portanto, a Academia da Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810), que formavam profissionais para a defesa da colônia; o curso de cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro e o curso de anatomia e de Medicina (1809) do Rio de Janeiro. Há "na Bahia, a cadeira de Economia, em 1808, o curso de Agricultura, em 1817, o de desenho técnico, em 1818; - no Rio de Janeiro, o laboratório de Química, em 1818, o curso de Agricultura, em 1814, a Escola de Ciências, Artes e Ofícios (criada em 1816 e transformada, em 1820, na Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil e em Academia de Artes em 1826)."[98]

A criação do Ensino Superior tinha interesse em investir na formação especializada para atender às novas condições do país em desenvolvimento, carente de profissionais como médicos, arquitetos, agrônomos etc. Esse investimento educacional demonstra a preocupação da Corte em fazê-lo apenas em áreas em que a perspectiva intelectual dos jovens não se ampliasse, evitando-se assim futuras ameaças ao governo colonial.[99]

Se a modificação na instrução brasileira, com a fundação do Ensino Superior, apresentou pontos positivos para a sociedade brasileira, infelizmente o mesmo não se verificou no ensino fundamental, por conta da despreocupação do governo com o sistema educacional primário. Havia diversas reformas, mas sem nenhuma execução eficaz. O desinteresse pela educação nacional revela-se quando é promulgado o *Ato Adicional*, de 1834, cujo artigo 10 § 2º. indicava que ficaria ao poder das Assembléias Legislativas Provinciais o papel de administrar a instrução pública, exceto o Ensino Superior (faculdades de medicina, Academias Militares, cursos jurídicos) e os colégios do Município Neutro. Como observou Sidney Barbosa, tal posicionamento dos governantes nos leva à conclusão de que o "Estado Central queria se desobrigar de suas atribuições referentes ao ensino primário. E a prática veio demonstrar que, levados pelas mesquinharias provinciais, pela falta de recursos, sem o freio

[98]WEREBE, Maria José Garcia. *Op. cit*, 1971, p. 368.
[99] *Idem*, *ibidem*, p. 368.

fiscalizador do Governo do Rio de Janeiro, os deputados e presidentes das Províncias fizeram total descaso da Educação Elementar."[100]

Na verdade, a lei considerava a possibilidade de coexistirem os dois sistemas de instrução, o provincial e o geral, oferecendo à Assembléia Geral a liberdade de criar nas províncias qualquer estabelecimento de ensino sob a sua responsabilidade. Mesmo assim, o Poder Geral atuou apenas na sede da Corte e se esqueceu do restante do país. De acordo com Maria de Lourdes Haidar, embora não tivesse uma política educacional direcionada às províncias, o governo Central controlava indiretamente o ensino das mesmas, especialmente no nível secundário, porque:

> destinando-se precìpuamente ao preparo de candidatos para as escolas superiores do Império, o ensino secundário em todo o país, com um ou outro acrescentamento, com uma ou outra lacuna, reproduzia em seu currículo o conjunto de disciplinas fixadas pelo Centro para os exames de ingresso nas Academias. Por outro lado, a avaliação dos candidatos realizada inicialmente junto aos próprios cursos superiores, e posteriormente, também através dos famosos *exames gerais*, foi tarefa da qual o governo central jamais abdicou. Em tais condições, apesar da descentralização instituída pelo Ato Adicional, mantiveram os poderes gerais, indiretamente, o contrôle do ensino secundário em todo o Império.[101]

A passagem elucida que a possibilidade de os estudantes participarem dos cursos superiores estava totalmente condicionada aos exames preparatórios dos estudos secundários, os quais eram obrigatórios no momento de efetuar a matrícula nas Faculdades. Como o conhecimento específico exigido pelos institutos superiores era baseado nas disciplinas do currículo dos colégios secundários da Corte, mais especificamente as do Colégio Pedro II, as escolas provinciais viam-se obrigadas a reproduzi-lo. Ainda com o controle indireto do centro e a conseqüente uniformização dos estudos secundários, a maioria da elite brasileira preferia educar seus filhos na Corte, principalmente porque a admissão nas famosas Faculdades da época era quase certa ao estudante do Colégio Pedro II.

[100] BARBOSA, Sidney em PERRONE-MOISÉS, L. *Op. cit.*, 1988, p. 64.
[101] HAIDAR, Maria de Lourde Mariotto. *Op. cit.*, 1972, p. 19.

O Rio de Janeiro demonstrou viver *à parte* da situação precária do país, oferecendo-nos a imagem de um ensaio de cidade européia dentro dos trópicos, o que foi propositalmente tencionado desde a permanência da Família Real. E, com isso, a sociedade fluminense teve privilégios que em outras localidades não eram possíveis. Esse fenômeno se estende também ao ensino. Com a lei de 1834, a educação da Corte passou a ser administrada isoladamente, recebendo uma atenção especial em comparação às oferecidas nas demais províncias. Em 17 de fevereiro de 1854, há uma reforma educacional específica no município. O projeto sancionado de Luiz Pedreira do Couto Ferraz regulariza o ensino fundamental e os colégios particulares; cria a Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, a qual ficaria encarregada de fiscalizar as escolas públicas e privadas, de todos os níveis (fundamental e médio), sendo permitida à mesma a cassação do seu alvará de funcionamento. Além disso, reformula o programa de estudos do Colégio Pedro Segundo e os estatutos da Aula de Comércio da Corte e da Academia de Belas Artes; organiza o treinamento para preparação dos professores primários; inaugura os Exames Gerais de Preparatórios; cria o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

Embora o sistema educacional apresentasse sérios problemas, alguns colégios conseguiam sustentar uma certa qualidade de ensino, sendo a maioria localizada no Rio de Janeiro. Os mais abalizados foram os eclesiásticos, que seguiam a linhagem da educação jesuítica. O Colégio Pedro II exclui-se desse grupo, embora tenha sido dirigido por religiosos[102] e seguido a base educacional dos seminários com uma rígida instrução religiosa.

Portanto, o espaço educacional onde se formaram os intelectuais da época foram o Colégio São José e o Seminário São Joaquim, esse último posteriormente transformado no Colégio Pedro II. Quanto a esse colégio, se não serviu como lugar de formação para alguns personagens de nossa elite intelectual, funcionou pelo menos como instituição em que eles exerceram o magistério.

---

[102] "Nas quintas-feiras e domingos terá logar a instrução religiosa distribuida do seguinte modo: além da missa haverá orações de vesperas, que são comuns para todo colegio, os alunos da aula oitava (1ª. serie) decorarão historia sagrada e pedaços do Novo e Velho Testamento que lhe serão explicados pelo capelão; os das aulas 7ª. e 6ª. (2ª. e 3ª. series) decorarão o catecismo da diocese, com as explicações que o capelão julgar necessarias; os alunos das aulas 5ª., 4ª., 3ª., (4ª., 5ª., 6ª. series) assistirão à exposição dos dogmas da religião e das provas em que se apóiam. Para as aulas 2ª. e 1ª. (7ª. e 8ª. series) haverá conferencias filosoficas sobre a verdade da religião, sua historia e os beneficios que lhe deve a humanidade." (Parte do Regulamento do Colégio de Pedro II, expedido pelo ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos em 31 de janeiro de 1838. apud MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3 v., 1936-1938, p. 283.)

O Seminário Episcopal de São José iniciou seu funcionamento no ano de 1739, sob a instância do bispo frei Antônio de Guadalupe. Durante o século XIX, o Seminário localizava-se "na ladeira do Castelo, fronteira à rua dos Barbonos (lugar hoje ocupado pela Biblioteca Nacional)"[103]. À instituição caberia oferecer uma instrução secundária a indivíduos leigos ou seminaristas, tanto pobres quanto ricos. Só a esses que cabia o pagamento. Excetuando-se o período em que se funde ao Seminário de São Joaquim (1817), o Episcopal São José seguiu sozinho na formação religiosa e humanística.

Nos primeiros anos, ensinava-se latim, grego, francês, inglês, português, retórica, geografia, matemática, filosofia e teologia; e, em meados do século, com acréscimo significativo de disciplinas religiosas, há na lista as aulas de "teologia moral, teologia dogmática, instituições canônicas, história sagrada e eclesiástica, filosofia racional e moral, gramática e língua latina, retórica, poética, geografia, francês, liturgia e cantochão."[104] O tradicional Seminário de São Joaquim, anteriormente denominado Seminário dos Órfãos de São Pedro, foi criado em 8 de julho de 1739 pela provisão do bispo d. Antônio de Guadalupe. Das palavras de Haidar, sabe-se que foi destinado a "acolher meninos órfãos e desamparados, instruindo-os na doutrina cristã, leitura, escrita, na língua latina, música e instrumentos, bem como nas funções eclesiásticas de que pudessem ser capazes."[105] Esses garotos participavam de enterros e pompas fúnebres, exercendo a função de "corista, cantores e mestres-de-cerimônias de solenidades eclesiásticas."[106] A denominação "São Joaquim" veio da proximidade da instituição com a Igreja de São Joaquim – antiga capela do Rio de Janeiro: "Engastado na igreja, cuja fachada estava voltada para oeste, tinha duas frentes: uma para a rua do Valongo e a outra para a rua Estreita de São Joaquim (atual Marechal Floriano Peixoto). Era, portanto, a partir da fachada da igreja que tinha início a rua Larga de São Joaquim."[107]

No decorrer dos anos, o Seminário passou a se chamar Real Colégio de São Joaquim (1813) e, depois do período de sua extinção (1818), começou a ser conhecido como Seminário Imperial de São Joaquim. Daí por diante, consegue se restabelecer com o apoio do Ministro

---

[103] RIOS FILHO, A. M. de los. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: UNIVERCIDADE/Topbooks, 2000, p. 402.
[104] *Idem, ibidem*, p. 402.
[105] HAIDAR, Maria de Lourde Mariotto. *Op. cit.*, 1972, p. 97.
[106] RIOS FILHO, A. M. de los. *Op. cit.*, p. 403.
[107] *Idem, ibidem,* p. 402.

José Linho Coutinho, reduzindo o período de curso em seis anos com o ensino das disciplinas filosofia, francês, latim, desenho e primeiras letras.

No entanto, a instituição não conseguiu prosperar. Só com o decreto que o transformava no Colégio Pedro II livrou-se da humilhante falência. A transformação em colégio oficial do governo deu novos rumos ao seminário, não conservando o caráter de formação de meninos "órfãos e desamparados". A partir de 1837, essa instituição dirigia-se à instrução da elite jovem do Brasil, embora ressaltasse o decreto a possibilidade de admitir alunos (11 alunos internos e 18 externos) com isenção no pagamento das taxas cobradas pelo governo, como a anuidade das despesas de moradias dos internos e o honorário "que a título de ensino, fôr fixado pelo governo."[108]

O deputado Torres Homem, um dos membros da Comissão de Instrução Pública da Câmara temporária, comentava em 1846 sobre o caráter elitista do Colégio Pedro Segundo ao defender a criação de um outro colégio secundário *verdadeiramente* público, o Liceu Nacional:

> O Colégio de Pedro II conserva ainda o caráter de um *estabelecimento particular*, o que se vai criar é uma escola pública. Aquêle (sic) colégio foi fundado especialmente para receber internos; o liceu será um externato. A instrução do primeiro é *inteiramente paga*, a do segundo é quase gratuita (...) O Colégio de Pedro II é destinado para *receber os filhos das classes abastadas* de nossa sociedade, e a máxima parte da população não poderia gozar dos benefícios dessa instituição. (...)[109] (grifos nossos)

Mesmo com toda a popularidade que o Seminário de São José granjeava[110], torna-se impossível competir com a fama do Colégio Pedro II, ainda mais quando se sabe que depois de 1858 só havia esse estabelecimento de ensino secundário no Município Neutro e o único de qualidade no Império. A história do colégio torna-se extremamente importante para o entendimento da formação intelectual brasileira, esclarecendo conseqüentemente a relação fértil entre o ensino e a literatura que, a partir da regularização do ensino brasileiro, constrói várias pontes no sistema literário brasileiro, principalmente quanto ao possível grupo: livros

[108] MOACYR, Primitivo. *Op. cit.*, 1936-1938, p. 277.
[109] Anais da Câmara dos Deputados, 1846, t. 2, sessão em 28 de julho de 1846, p. 342 et seqs. apud. HAIDAR, Maria Lourdes Mariotto. *Op.cit.*, 1972, p. 105.
[110] "(...) segundo o testemunho de Spix e Martins que o conheceram por volta de 1817, 'o melhor estabelecimento de ensino secundário da cidade do Rio de Janeiro'". (cf. DORIA, Escragnolle. *Memória histórica comemorativa*

didáticos e histórias literárias. Outros fenômenos aparecem se acompanharmos a evolução regulamentada da educação literária no que se refere à implantação tardia de um ensino de literatura brasileira e a coexistência de duas ambivalentes vertentes da crítica: a historiográfica e a retórico-poética. Enquanto o sistema educacional superior voltava-se para o estudo pragmático e técnico de formação profissional, o ensino secundário formava verdadeiros atuantes das letras, ou melhor, como o Regulamento oficial dizia, *bacharel em letras*[111] e alcançava contornos de nível universitário.

O Ministro e Secretário de Estado da Justiça e Interino do Império estava interessado em estabelecer um colégio de estudos secundários padrão no Império. Por meio do decreto de 2 de dezembro de 1837, consegue com o apoio do Regente Araújo Lima converter o Seminário de São Joaquim no Colégio Pedro II, que seria o modelo de escola brasileira particularmente porque espelhado no modelo dos colégios franceses da época.

O Colégio Pedro II assumiu a tarefa de formador da sociedade oitocentista na área de humanidades, porém condicionado, como ficou dito anteriormente, a preparar os estudantes aos exames de admissão nas Academias. Com a fundação da escola, perpetuou-se a linhagem humanística da tradição jesuítica, predominando os estudos literários em detrimento dos estudos científicos. Nas duas primeiras séries predominava o ensino de gramática latina e nacional; mais adiante, nas 6ª., 5ª., 4ª. e 3ª. séries encontram-se as matérias humanísticas clássicas; e, por fim, nos dois últimos, a filosofia e a retórica se sobressaem.

---

do 1º centenário do Colégio de Pedro II (2 de dezembro 1837 - 2 de dezembro de 1937) Publicação oficial sob os auspícios do Ministério da Educação, Rio de Janeiro, apud. HAIDAR, 1972, p. 97)

[111] O Regulamento de 31 de janeiro de 1838, executado pelo ministro Vasconcelos, dizia: "O aluno que houver feito os estudos declarados nestes estatutos, obterá o diploma de bacharel em letras quando em todas as matérias ensinadas fôr aprovado. O bacharel em letras não será obrigado a fazer exames de preparatorios para entrar nas Academias do Império, bastando apresentação do seu diploma. Esta determinação fica dependendo de aprovação do Poder Legislativo." (apud. MOACYR, P. *Op. cit*, p. 288)

Segundo Haidar, previa "o Regulamento, a concessão do diploma de bacharel em letras, título que garantiria a matrícula nas Academias do Império independentemente da prestação dos exames de preparatórios. Tal concessão, pendente de aprovação do legislativo seria posteriormente reconhecida através do Decreto nº 296 de 30 de setembro de 1843.". (1972, p. 101)

De acordo com o Regulamento de 1838, o aluno teria o período de seis anos para o cumprimento das oito séries de matérias oficiais, constantes na tabela de estudos do colégio.[112] Essa carga disciplinar mudaria apenas em 1841, por ocasião da reforma de Antônio Carlos nos Estatutos do Colégio Pedro II, fixando em 7 anos o curso de bacharelado em letras. Para o sétimo ano, conforme afirma Maria Lourdes Haidar, estava reservado um "currículo verdadeiramente enciclopédico"[113], pois ofereciam disciplina de grego, latim, alemão, inglês, francês, geografia, história, retórica e poética, filosofia, geometria, matemática e cronologia, mineralogia e geologia, zoologia filosófica, desenho figurativo e música vocal.

Em 1854, a reforma de ensino no Município da Corte modificou o sistema educacional do colégio Pedro II. Adotou-se a divisão de curso em dois ciclos. O primeiro ciclo compreenderia o período dos primeiros quatro anos de curso, indicado ao estudante desinteressado em bacharelar-se em letras, o qual receberia apenas um certificado especial; o segundo, os três últimos anos finais para aqueles que se interessassem em ser bacharéis. Ao segundo ciclo estavam reservadas as disciplinas humanísticas: latinidade; grego; alemão; geografia e história antiga; geografia e história da idade média; filosofia racional e moral; retórica e poética; e italiano. Três anos depois, em 1857, haveria uma outra reforma educacional do Novo Ministro Imperial, o Marques de Olinda,[114] e o Colégio Pedro II passa a ter dois espaços físicos para a instrução de seus colegiais. Ficou estabelecido que a instrução dos externos seguiria no antigo prédio de São Joaquim e a dos internos, no Engenho Velho, num campo chamado Chácara da Mata.

---

[112] Tabela 1ª. (aulas 8ª., e 7ª.): 24 lições/semanais - gramática nacional (5 lições); gramática latina (5 lições); aritmética (5 lições); geografia (5 lições); desenho (2 lições); música vocal (2 lições);
Tabela 2ª. (aula 6ª.): 24 lições/semanais – latinidade (10 lições); língua grega (3 lições); língua francesa (1 lição); aritmética (1 lição); geografia (1 lição); história (2 lições);
Tabela 3ª. (aulas 5ª. e 4ª.): 25 lições/semanais – latinidade (10 lições); língua grega (5 lições); língua francesa (2 lições); língua inglesa (2 lições); história (2 lições); história natural (2 lições); geometria (2 lições);
Tabela 4ª. (aula 3ª.): 25 lições/semanais – latinidade (10 lições); língua grega (5 lições); língua inglesa (1 lição); história (2 lições); ciências físicas (2 lições); álgebra (5 lições);
Tabela 5ª. (aula 2ª.): 30 lições/semanais – filosofia (10 lições); retórica e poética (10 lições); ciências físicas (2 lições); história (2 lições); matemática (6 lições);
Tabela 6ª. (aula 1ª.): 30 lições/semanais – filosofia (10 lições); retórica e poética (10 lições); história (2 lições); ciências físicas (2 lições); astronomia (3 lições); matemática (3 lições);
(Regulamento de 31 de janeiro de 1838. In: MOACYR, Primitivo. *Op. cit.*, p.284-285)

[113] HAIDAR, Maria Lourdes Mariotto. *Op. cit.*, 1972, p. 102.

[114] "O Colégio Pedro 2.º será dividido em dois estabelecimentos de instrução secundária, externato, e internato. O Internato será colocado fora da cidade, com terreno espaçoso não só para exercícios de ginástica, banhos e natação, como para recreio. O Externato será estabelecido no edifício atual do Colégio." (Dec. 2006 de 24 de outubro de 1857. apud. MOACYR, P. *Op. cit*., p.40.)

A divisão de curso no Colégio Pedro II é o reflexo da preocupação européia de ensino, particularmente da Alemanha, país onde se estipulou uma renovação no estilo de educação, as *realschulen*. O ensino científico tornou-se mais valorizado do que o literário, por causa da necessidade de atender à carência educacional da classe de cidadãos da área comercial e industrial. Como na Europa, a adequação de um curso especial no Colégio Pedro II permitia preparar os jovens para a área profissionalizante, o que a formação clássica não propiciava.

Todavia o projeto fracassou por completo, comprovado pela extinção do curso especial do Colégio Pedro II em 1862.[115] Quando, em 1859, formar-se-ia a primeira turma da classe especial já não havia procura por esse tipo de ensino. A explicação da falta de interesse pelo curso está no desejo dos jovens pelo ingresso nas Faculdades de formação de doutores e bacharéis, só possível ainda com a finalização do bacharelado em letras. O fracasso da estrutura separatista de ensino, estabelecida pela Reforma de Couto Ferraz, opera o retorno do sistema antigo de ensino do colégio. O novo plano de estudo amplia o ensino do "idioma nacional, o do latim, o do grego e o do francês", diminuindo "o estudo da física, química e ciências naturais", com o acréscimo dos "estudos históricos criando um curso especial de História Romana no 3º. ano e distribuindo por duas séries (4º. e 5º.) a História da Idade Média".[116]

A coexistência das duas áreas de conhecimento (humanística e cientificista) encontrou sempre resistência no sistema educacional imperial. O sintoma pareceu um pouco mais evidente na efervescência cientificista no final do século XIX. A visão cientificista extremista elaborava-se a favor da supremacia dos estudos científicos sob as humanidades por conta da opinião determinista de que à ciência caberia o papel de preparação para a carreira especializada, diferentemente da finalidade dos estudos humanísticos, apenas voltado à formação integral do homem. Nesse sentido, construíra-se a teoria de que os estudos científicos e humanísticos deveriam caminhar separados durante as atividades educacionais. Queriam desobrigar os indivíduos a se submeterem a uma instrução desnecessária para o exercício de sua profissão.

Ao lado dessas propostas extremistas levanta-se uma nova espécie de pensamento mais universalizado quanto à positiva atuação das diversas áreas de conhecimento na

[115] "4.º - fica suprimido o curso especial de 5 anos de que trata o Dec. n. 2006 de outubro de 1857". (Decreto 2882 – 1º. de fevereiro de 1862. apud. MOACYR, Primitivo.*Op. cit.*, p.47)
[116] HAIDAR, Maria Lourdes Mariotto. *Op. cit*., 1972, p. 120.

formação do indivíduo. Na proposta de Rui Barbosa constata-se a defesa de que as letras e a ciência devessem compartilhar o mesmo espaço de ensino, uma vez que ambas aparecem como configuradoras indissociáveis do saber humano, e o andamento independente desses dois saberes acarretaria um conhecimento fragmentado.

Porém, a opinião de que as humanidades conseguiriam, sem grandes problemas, educar o homem integralmente torna-se inválida no pensamento positivista da época. A posição de defesa dos estudos universalistas confere ao ensino secundário o papel de disciplinador e organizador do espírito para as atividades nas Academias. A nova tendência educacional refletiu de leve no quadro da educação brasileira, principalmente nos estudos do Colégio Pedro II. As reformas (1870) do Ministro do Império Paulino Souza atentaram para a formação dos alunos no ensino das ciências físicas e naturais enquanto diminuíram a cobrança referente aos estudos literários. Se o colégio funcionava como modelo para a admissão nas faculdades brasileiras, as facilidades das reformas de Paulino Souza - conservadas também nas reformas posteriores -[117], caminharam em direção à transformação dessa escola em um verdadeiro espaço de preparação aos Exames de Admissão, reduzindo, portanto, a procura pelo bacharelado.

A problemática da conversão "indireta" do estudo secundário do Colégio Pedro II em preparatório dos Exames agrava-se no momento em que os estudos do bacharelado tornam-se desnecessários aos colegiais apressados em cursar as Academias. Muitos dos estudantes optavam por não prosseguir nos estudos dos dois últimos anos. Mesmo com as ameaças, as reformas fortaleciam o sistema de educação humanística que caracterizava o colégio. Em 1878, a estruturação do ensino desta instituição, elaborada por Carlos Leôncio de Carvalho, valorizava a veia humanística, acrescentando o estudo da língua italiana. A reformulação de 1881, de Homem de Mello, apoiava essa vertente oferecendo o ensino de duas línguas mortas e quatro vivas, de retórica e poética, e, principalmente, da língua vernácula. A situação prosseguiria até mesmo depois da República com a conversão do Colégio Pedro II em Ginásio Nacional.

[117] Refere-se à regularização efetiva das matrículas avulsas e à obrigatoriedade da execução dos "exames finais por disciplina, realizados em diferentes momentos do curso, ao encerrar-se o estudo de cada matéria" (HAIDAR, Maria Lourdes Mariotto. *Op. cit*., 1972, p. 126)

Os estudos literários e o ensino.

Era de se esperar que o espírito romântico, por extensão nacionalista, propagasse-se nas instituições de ensino, como vinha acontecendo, desde muito cedo, nos vários espaços culturais da época. Todavia, a educação brasileira oitocentista demonstrou-se verdadeiramente atrasada quando se fala da incorporação da filosofia romântica nos estudos literários escolares, conservando por muito tempo o conteúdo tradicional de aprendizado dos preceitos retórico-poéticos em detrimento das perspectivas histórico-nacionalistas da época. Sem dúvida nenhuma, como já constatamos, a área de humanidades nos estabelecimentos de instrução pública e particular teve êxito, pelo menos, até os primeiros anos de República. Ainda com as tentativas de ascensão do pensamento tecnicista, pode-se dizer que as ciências humanas ocuparam um espaço bastante privilegiado, especialmente na área dos estudos de literatura.

Sob os domínios das disciplinas de "Retórica e Poética", a educação literária do Império acompanha a tendência universalista dos estudos clássicos, marcados pelo ensinamento das regras formais da retórica e poética que eram aplicadas às leituras de obras literárias da tradição clássica e de algumas nacionais. Tomava-se a produção literária como material de apoio para a exemplificação dos conceitos da disciplina, sem ter qualquer outro tipo de função. No nosso caso, a menção de alguns nomes da literatura nacional ocorria pela representação de gênero ou outros níveis do discurso nos quais estão inseridos. O nome de Durão passa a ser mencionado porque seus textos servem como exemplo para o termo teórico da poética universal, como, por exemplo, o *gênero épico*, e as poesias de Souza Caldas representariam a *ode religiosa*, que seria uma das subdivisões da espécie *ode* do *gênero lírico*, muito longe, portanto, de representarem a literatura do país.

Os estudos literários que valorizassem a perspectiva histórica do fenômeno literário brasileiro, por conta da influência do Romantismo, demorariam a chegar aos programas curriculares das escolas. Tudo leva a crer que os primeiros passos dados em favor dessa nova abordagem de ensino, como foi o historicismo literário romântico, ocorreram em meados do século XIX, momento em que se exige pela primeira vez o ensino de "história da literatura portuguesa e nacional", conforme a ementa de 1858 da disciplina de "Retórica e Poética" do sétimo ano do Colégio Pedro II. Além do ensino oficial de retórica e poética, a matéria englobava "exercícios de composição, tanto em prosa como em verso, analyse critica dos

classicos portugueses; discursos, narrações, declamações, historia da litteratura portugueza, e nacional."[118]

Em 1860, a ementa dessa mesma disciplina torna-se mais clara e detalhada quanto ao conteúdo de história da literatura, ao passo que o de retórica e poética aparece bastante simplificado em comparação aos detalhamentos anteriores[119]. A mudança parece significativa e evidencia a adesão da educação brasileira pelo estudo mais historicista, oficializada dois anos depois com a mudança do título da disciplina "Retórica e Poética" por "Poética e Literatura Nacional". Mesmo assim, a vertente retórico-poética dos estudos literários encontrou-se sempre fortalecida, pelo menos durante o Império, e perceptível por meio do seu predomínio na programação curricular dos colégios. Essa situação converter-se-ia só em 1892 quando há "o triunfo completo da vertente historicista, que permanecerá absoluta até o final do século, eliminando do currículo sua adversária."[120]

Com a inauguração de um curso de literatura com especificidade para a portuguesa e brasileira, despertam-se os olhares para a literatura brasileira, sendo nada mais e nada menos um reflexo natural, mas tardio, do nacionalismo literário. Se houve atraso dos estudos literários nas escolas no que tange ao interesse pelo historicismo e, por extensão, pela literatura nacional, vale ressaltar ainda que o atraso foi muito maior em se tratando do estudo particularizado dessa literatura.

Embora o sentimento de nacionalidade estivesse em evidência, a disciplina específica de literatura, com a expressão explícita de "literatura nacional" na ementa do programa, acompanha simultaneamente o ensino das duas literaturas: portuguesa e brasileira. Na verdade, ensinava-se muito mais a primeira do que a última, por incoerente que possa parecer para um país que buscava afirmar-se independente literariamente desde as primeiras décadas do século! Em todo caso, a disciplina que compreendia a instrução da literatura luso-brasileira seria adotada oficialmente até 1876. A adoção do compêndio *Curso elementar de literatura nacional*, do Cônego Fernandes Pinheiro, como material didático para o acompanhamento da disciplina de "Literatura Nacional" ou "História da Literatura em geral e especialmente da portuguesa e da nacional" do Colégio Pedro II, entre 1862 e 1870, comprova o significado dúbio do termo "literatura nacional" utilizado por professores patriotas como o cônego. Como

[118] Vide a ementa publicada em SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 1999, p. 164.
[119] *Idem, ibidem*, p. 165 e 166.
[120] SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 1999, p. 36.

se pode verificar, o livro elabora a exposição histórica da evolução das literaturas portuguesa e brasileira conjuntamente até a emancipação da última, reservada para a final quando se refere às reformas românticas de Garrett e Magalhães.

Apesar da reformulação das disciplinas de estudo de literatura do Colégio Pedro II, em 1877, incluindo o ensino histórico da produção literária brasileira num módulo separado, a literatura nacional ainda não recebe um espaço privilegiado. Basta analisar os títulos e o conteúdo das matérias - "Retórica, Poética e Literatura Nacional" (1879-1891), "Português e Literatura Geral" (1879-1880), "Português e História Literária" (1881-1891) - para perceber que a literatura vernácula comumente dividia seu lugar com outras disciplinas pela tendência universalista da educação literária oitocentista.

No século XIX, a relação fecunda entre *escola* e *literatura* propiciou o engrandecimento dos estudos literários brasileiros. Da reflexão sobre a literatura, sob as perspectivas da retórico-poética e do historicismo, pela ou para a prática do magistério, resultou uma produção de trabalhos, alcunhados de compêndios[121], que participaram da constituição da história da cultura literária brasileira. Foram saberes direcionados primeiramente ao ambiente escolar que não se restringiram, no entanto, a esse campo pelo fato de que a política educacional e/ou mercadológica do momento direcionava os livros ao público *extra-escolar*, atingindo a sociedade em geral.

Essa hipótese comprova-se, segundo Roberto Acízelo, pelo "fato de que alguns dos livros que lemos na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ostentam o ex-libris de Dom Pedro II ou da imperatriz Dona Tereza Cristina, tendo, portanto, originariamente integrado a biblioteca particular da família real". Além disso, constata-se a existência de noticiários comuns em periódicos em que era divulgada a publicação das obras didáticas em questão.[122]

De qualquer modo, a liberdade na elaboração dos compêndios tornava-se bastante restrita pela dependência dos autores dos livros didáticos com o programa oficial de ensino, permitindo-lhes apenas seguir o caráter especificamente didático. Esses trabalhos necessitavam atender prioritariamente ao conteúdo programático das disciplinas das instituições de ensino e restringiam-se ainda mais pelo fato de que deveriam obrigatoriamente

[121] Roberto Acízelo oferece-nos algumas variantes do termo *compêndio*, são elas: elementos, lições, manual, pontos, postilas, sinopse, tratado. (cf. SOUZA, 1999, p. 39)
[122] SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 1999, p. 39.

basear-se no programa daquelas instituições afamadas e respeitadas na época, como foi o caso do Colégio Pedro II. Ao resenhar o *Compêndio da história da idade média*, de J. B. Calogeras, o Cônego Fernandes Pinheiro demonstra-se consciente da restrição que sofriam os escritores de livros didáticos por conta do plano de estudo dos colégios e o conseqüente comprometimento na qualidade da obra. No caso, demonstra também as estratégias de adaptação dos livros ao mecanismo didático sem que houvesse maiores prejuízos:

> Destinando o seu livro aos alumnos do imperial collegio de Pedro II, teve o autor de conformar-se com o seu plano de estudos que determina que entre a história média nas matérias do 3°. anno, a moderna nas do 4 º. e a antiga nas do 6°., começando portanto o seu curso de história pelo meio. Não investigamos aqui quaes forão os motivos que induzirão o governo mandar ensinar a historia por semelhante metodo, e apenas mencionamos esta disposição do regulamento de 24 de outubro de 1857, para mostrar que o Sr. Calogeras não tem toda a liberdade de acção estreando pela historia média. Como hábil professor remediou um dos maiores inconvenientes que resultavão de ingnorarem os alumnos a historia antiga com os seus *Prolegomenos*, em que dá uma succinta idéa do imperio romano, que, como se sabe absorvêra em si o mundo antigo, e cujo conhecimento não podia se dispensar para a boa intelligencia da historia média.[123]

Essa restrição justifica-se bem mais a partir da constatação da presença do editor no comando da rede comercial de produção de livros didáticos dos oitocentos. Em "Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)", Circe Bittencourt demonstra a participação importante do editor nesse processo:

> O autor de uma obra didática deve ser, em princípio, um seguidor dos programas oficiais propostos pela política educacional. Mas, além da vinculação aos ditames oficiais, o autor é dependente do editor, do fabricante do seu texto, dependência que ocorre em vários momentos, iniciando pela aceitação da obra para publicação e em todo o processo de transformação do seu manuscrito em objeto de leitura, um material didático a ser posto no mercado.[124]

Diante disso, o elaborador de compêndio deveria estar atento a todas as exigências das editoras para que os livros conseguissem a aprovação e a publicação. Não bastava seguir estritamente os programas de ensino. A aceitação pela editora baseava-se no renome dos

[123] PINHEIRO, J. C. F. Compêndio da História da Idade Média por J. B. Calogeras. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./abr. 1859, p. 51.
[124] BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Op. cit.*, 2004, p. 479.

autores e da instituição na qual trabalhava e na possibilidade de aprovação pelo conselho educacional. As editoras do porte de uma Laemmert ou B. L. Garnier estavam cientes de que as produções advindas de colégios renomados garantiriam a vendagem dos produtos didáticos, posto que os nomes dos professores - os autores dos livros – davam credibilidade ao produto e garantiam o sucesso de vendagem.

Daí o interesse comercial em propagar freqüentemente a biografia social do autor na página do rosto dos compêndios e, quando não, o acréscimo de outros documentos que autenticavam a excelência do escritor e/ou do livro. Nesse aspecto, podemos citar diversas produções nas quais se utilizava esse recurso publicitário, como as dos professores Lopes da Gama, Costa Honorato, Fernandes Pinheiro e Velho da Silva. Na quarta edição do *Compêndio de retórica e poética* (1879), de Manoel da Costa Honorato, publicava-se uma extensa relação dos títulos do autor com o auxílio da repetida expressão "etc" no final, que enfatizava a existência de muito mais titulações. Na capa lia-se:

COMPÊNDIO

DE

RHETORICA E POÉTICA

(4ª. EDIÇÃO CONSIDERAVELMENTE AUGMENTADA)

ADAPTADO

AO PROGRAMA DO IMPERIAL COLLEGIO PEDRO II

pelo

Conego MANOEL DA COSTA HONORATO

Bacharel formado em sciencias sociaes e juridicas pela
Faculdade de Direito do Recife, Professor substituto da cadeira de
rhetorica, poetica e litteratura nacional do Imperial
Collegio Pedro II, Vigario da freguezia de Nossa Senhora
da Gloria do Rio de Janeiro,
Advogado no foro civil e no ecclesiastico,
Vigario Geral honorario e Examinador Synodal da Diocese
de S. Pedro do Rio Grande do Sul, (...)[125]

[125] HONORATO, Manoel da Costa. *Compêndio de retórica e poética*. 4ª. ed. consideravelmente aumentada. Rio de Janeiro: Typ. Cosmopolita, 1879.

A boa referência dos colégios e, por extensão, dos autores parecia crucial, uma vez que assegurava a aprovação dos livros didáticos por parte da burocracia do poder público – como a Congregação do Colégio pretendido, o Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, a Inspetoria Geral da Instrução Primária do Município da Corte e o Ministério da Corte – o único modo pelo qual se conseguiria veiculá-los nas Instituições de Ensino.

Por outro lado, a segurança do aceite pelo setor institucional se encontrava na rede pequena de companheirismo do sistema intelectual e político imperial, cujos avaliadores das obras didáticas, quando não eram conhecidos dos autores pelos laços de amizade, apareciam como os mesmos membros das escolas. Apesar da restrição autoral, não muito questionada na época, o casamento com a indústria editorial parecia interessante aos escritores, porque a certeza de ascensão social e reconhecimento, com a aprovação das obras e a atuação propagandista das editoras, tornava-se previsível. Soma-se a isso o retorno financeiro que parecia bem sugestivo a professores como os do Colégio Pedro II (Freire de Carvalho, Honorato, Velho da Silva, Fernandes Pinheiro, Manuel de Macedo, Manoel da Costa Honorato e Moreira de Azevedo), que se dedicaram ao ofício de *fazer* livros didáticos, o que lhes trouxe uma significativa complementação na renda de professor. De acordo com a declaração de Circe Bittencourt, os "ganhos financeiros dos autores incentivavam de maneira considerável essa geração de escritores de obras didáticas (...)".[126] O magistério e o ofício de "homem de compêndios" pareciam mesmo recompensadores, sendo possível a João Ribeiro escolhê-los como "forma de trabalho para o sustento dos seus."[127]

Conforme a constatação de um ensino oitocentista centrado nos estudos das humanidades, certifica-se que o quadro de livros didáticos constrói-se principalmente em redor das matérias de literatura, retórica e poética, gramática, história e geografia. No caso dos estudos literários, a produção de compêndios escolares foi representativa pelos diversos títulos que assomavam a cada ano no círculo intelectual oitocentista. Só pela vertente retórico-poética encontra-se um rol de tratados, como adianta Roberto Acízelo, de "trinta e quatro publicações, entre 1810 e 1886, atestando-se assim o dinamismo do movimento editorial na área da retórica-poética ao longo de quase todo o século."[128]

---

[126] BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Op. cit.,* 2004, p. 488.
[127] GASPARELLO apud BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Op. cit.,*2004, p. 488.
[128] SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 1999, p. 45.

Segundo a lista de Acízelo, há títulos como, por exemplo, *Lições elementares de eloqüência nacional* (1834), de Francisco Freire de Carvalho; *Nova retórica brasileira* (1860), de Antônio Marciano da Silva Pontes; *Sinopse de poética nacional* (1859), de Manoel da Costa Honorato; *Elementos de retórica nacional* (1869), de Luis José Junqueira Freire; *Postilas de gramática geral* (1862), de Sotero dos Reis; *Postilas de retórica e poética* (1872), de Fernandes Pinheiro; *Pontos de retórica* (1881), de Luiz Maria Vidal; *Lições de retórica* (1882), de José Maria Velho da Silva; *Manual de retórica e poética* (1886), de Jerônimo Tomé da Silva, entre outras.

Do que ficou dito, no ensino literário do Império utilizou-se de duas abordagens ao trabalhar a literatura, a retórico-poética e a histórica, configurando assim o que seriam dois ramos dos estudos literários brasileiros característicos do século XIX. Obviamente, os compêndios seriam produzidos seguindo respectivamente os dois aspectos referidos. A demanda de compêndios de retórica e poética era quase absoluta em comparação às histórias literárias, pelo simples motivo de que o ensino da primeira sobressaiu-se por quase todo o século.

O número de compêndios próprios de história literária é muito restrito. Até meados de 1870, reconhecemos que havia somente dois apropriados ao estudo da história da literatura do país. Citamo-los: o pioneiro *Curso elementar de literatura nacional*, de Fernandes Pinheiro, e o *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, do professor maranhense Francisco Sotero dos Reis, ambos publicados na década de 1860. Esses livros didáticos eram basicamente textos semelhantes uns aos outros, com a mesma carga resumida da matéria por conta do referencial educacional que exigia do professor a transmissão de um conteúdo enciclopédico da área dos estudos literários, não importando a qualidade do que se ensinava, mas o cumprimento integral da ementa. Com isso, pode-se explicar a freqüente utilização de nomes como *resumo*, *sinopse*, *lições* nos títulos de tais trabalhos.

Se a brevidade era o que mais caracterizava os trabalhos didáticos daquele momento, não devemos nos esquecer de que o conteúdo era inspirado nos livros estrangeiros, quando não literalmente *resumido* ou *copiado*. No caso dos manuais de retórica, bastava basear-se em obras consagradas no assunto, tais como *Lições de retórica e belas letras*, de Hugh Blair, que aparece como a mais cultivada pelos brasileiros. Por outro lado, quando não acontecia de se inspirarem nos originais, fundamentavam-se nas releituras ou apropriações do discurso de

Blair através dos textos do português Francisco Freire de Carvalho: as *Lições elementares de eloqüência nacional oferecidas à mocidade de ambos os hemisférios* (1834), junto com as *Lições elementares de poética nacional* (1840).

Tínhamos, portanto, um *resumo* do *resumo*, reduzindo ainda mais o conteúdo e a qualidade desses trabalhos didáticos. Porém, a falta de originalidade dos compêndios era fato conhecido e aprovado sem problemas pelo círculo intelectual, já que, conforme Eduardo Vieira Martins, "a categoria de imitador é externa à retórica, que aconselhava a imitação e a emulação como artifícios válidos... O que direcionava esses autores era menos o desejo de elaborar uma teoria própria e original do que o intuito de compilar e divulgar conceitos consagrados pela tradição."[129]

Esse acordo afastava os retores da necessidade de contribuir com uma reflexão própria aos estudos literários. A possibilidade de encontrarmos conceitos originais adaptados à nova condição da prática retórica, distante, portanto, do contexto clássico para que foi construída, parece ser muito pouco provável nos manuais de retórica. Poucos ousaram ser contrários às restrições das diretrizes da retórica como Lopes Gama. Em prefácio às *Lições de eloqüência nacional* (1851), o autor demonstra-se incomodado com o aspecto didático dos compêndios que carregavam "os excessos de subdivisões e esquematismo"[130] que, segundo ele, reduziria a capacidade de "desenvolvimento philosophico": "Sei que alguns mestres, e geralmente os discípulos se tem queixado da extensão das minhas Lições, porque abbreviando elles os estudos a ponto de darem dous ou tres preparatorios em tres mezes de ferias, o que mais estimão he huma triste caderneta de definições sem ordem, sem nexo, sem systema, sem nenhum desenvolvimento philosophico, quando sirva em summa para passar por um mero exame de formalidade."[131]

No caso dos compêndios de história literária, a situação demonstra-se ficar mais às escondidas, pois os critérios de avaliação eram diferenciados, uma vez que levava em conta a originalidade de pensamento no estudo historiográfico da literatura. Por outro lado, isso não quer dizer que a suposta "exigência" era de todo considerada pelos autores. Era natural

[129] MARTINS, Eduardo Vieira. *A fonte subterrânea*: o pensamento crítico de José de Alencar e a retórica oitocentista. 2003, Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas/SP, p. 23-24.
[130] SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 1999, p. 62.
[131] GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *Lições de eloqüência nacional* [2ª. ed.] Pernambuco: Typ. de Santos e Companhia, 2 v., 1851 em SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, p. 62

recorrer-se, como fala Fernandes Pinheiro, à reflexão "dos mais afamados criticos, sempre que isto nos foi possivel" com receio da "fraqueza dos nossos juizos"[132], mesmo correndo os riscos da depreciação crítica. Lembrando-se também que esse escritor praticamente transferiu a sua história literária à periodização constante no *Bosquejo histórico da literatura clássica, grega, latina e portuguesa*, de Borges de Figueiredo, apenas inserindo um período a mais.

[132] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit*., 1883, p. VIII.

C A P Í T U L O III

———

O Cônego, o Ensino e a Retórica

O mestre Fernandes Pinheiro

Pela biografia, constata-se a estreita ligação estabelecida entre o Cônego Fernandes Pinheiro e o ensino. Desde muito cedo, como vimos observando, iniciou-se na carreira do magistério e até o ano de sua morte ainda lecionava nas Instituições de Ensino do Rio de Janeiro. A suposta "paixão" pela docência o fez abandonar o canonicato assim que ingressou na cadeira de Retórica, Poética no Colégio Pedro II, onde permaneceu por dezenove anos. O exercício do magistério consagrou Fernandes Pinheiro no ambiente cultural oitocentista. Tal reconhecimento encontra-se nas declarações dos intelectuais abalizados do período. Em "Microcosmo", de 1883, Carlos Laet expressa a admiração pelo mestre Fernandes Pinheiro, destacando-o como "um laborioso escritor e professor consciencioso; na cadeira que ocupou talvez tenha sido igualado, mas ainda não foi excedido."[133]Digno também de não menos uma exclamação, profundamente encomiástica, "Eis o amigo da mocidade!", do crítico e amigo Macedo Soares.

Realmente, a docência revela-se um elemento de importantíssima contribuição para o desenvolvimento da produção bibliográfica de Fernandes Pinheiro. E, dissociá-lo do ensino reduz a possibilidade de entendê-la por completo. Conforme assevera Phocion Serpa na "estante clássica da didática de nosso país, os volumes pacientemente elaborados pelo grande mestre, ocupam a prateleira inicial, por servirem de marco e roteiro à pirâmide simbólica que o tempo faria crescer, dando novos rumos ao ensino e à cultura do Brasil."[134] Do número que compõe a vasta obra do Cônego em livro, a maioria é fruto do exercício do magistério, enquadrando-se na órbita dos *compêndios, resumos* e *manuais*, etc., de caráter estritamente

[133] Cf. LAET, Carlos. Microcosmo. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1883 em PINHEIRO, M. Portugal Fernandes. *Op. cit.*, 1958, p. 189.
[134] SERPA, Phocion. *Op. cit.*, 1958, p. 227.

didático. Essa espécie de direcionamento consciente se expressa não só nos referidos títulos, mas também no seu explícito complemento, *dictados (as) aos alumnos...*, *contados à infancia, etc.*, ou nas breves introduções explicativas como a presente na edição do *Curso elementar de literatura nacional*, na qual o Cônego Fernandes Pinheiro deixa bem claro que quando "em 1857 fomos nomeado professor de rhetorica, poética e litteratura nacional do Imperial Collegio de Pedro II, reconhecemos praticamente a falta de um compendio adaptado á ultima parte do nosso curso. Para preencher esse vasio tomamos sobre os nossos debeis hombros uma empreza que a outros melhor caberia; e o resultado é o que ora apresentamos ao publico."[135]

Em "Advertência" das *Postilas de retórica e poética* também é possível perceber a orientação didática de sua obra: "Havendo me demonstrado a experiência o inconveniente das postilas manuscritas, resolvi imprimir as que, em desenvolvimento do Programa adotado, ditei aos alunos das classes que leciono no Imperial Colégio Pedro II."[136] O *Resumo de história literária* termina por comprovar a estreita ligação da obra crítica do Cônego com o ensino. Nela se declara na "Prefação": "Obrigado pelos deveres do magistério a estudar as fontes da literatura nacional concebemos a idéia da obra, que ora submettemos à correção dos doutos."[137]

O compromisso de Fernandes Pinheiro com o ensino recheia o seu quadro bibliográfico com as obras didáticas: *Catecismo da Doutrina Cristã* (1855), *Episódios da história pátria* (1859); *Curso elementar de literatura nacional* (1862), *História sagrada ilustrada* (1863), *Meandro poético* (1864), *Gramática da infância* (1864), *Resumo de história contemporânea* (1866), *Lições elementares de geografia* (1869), *Gramática teórica e prática da Língua Portuguesa* (1870), *História do Brasil contada aos Meninos* (1870), *Postilas de retórica e poética* (1871), *Catecismo constitucional* (1873) e *Resumo de história literária* (1873).

Apenas por meio dos títulos já é possível observar que os compêndios versam fundamentalmente sobre assuntos religiosos, históricos e literários, áreas nas quais o autor esteve sempre envolvido por ocasião das disciplinas ministradas no Seminário Episcopal de São José, no Instituto dos Meninos Cegos, no Colégio Inglês de Botafogo e, por fim, no Colégio Pedro II. A escolha do Cônego pelo viés didático na elaboração da maioria de sua

[135] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1883, p. VII.
[136] PINHEIRO, J. C. F. *Postilas de retórica e poética*: ditadas aos alunos do Imperial Colégio de Pedro II pelo respectivo professor Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. 3 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p.5.
[137]PINHEIRO, J. C. F. *Resumo de historia literaria*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1873, p. 7.

obra intelectual explica-se pela facilidade no acolhimento por parte do público-leitor e pela menor cobrança de conteúdo e originalidade de que os livros didáticos se beneficiavam. Os defeitos do trabalho poderiam ser *desculpados* pelo *status* inferior que esse gênero de livro gozava.

Sob um discurso retórico *comum* entre os mestres, Fernandes Pinheiro recorre a essa tática por diversas vezes. Em "Ao leitor", da primeira edição do *Curso elementar*, declara que não "temos a vaidade de crer que completo seja o nosso trabalho; é de suppor que tenha defeitos, originados uns da nossa insufficiencia, e outros da estreiteza do plano que abraçamos, tendo em attenção a multiplicidade de materias que estudam os alumnos do setimo anno do referido collegio, para os quaes principalmente o escrevemos."[138] O mesmo ocorre na "Prefação" do *Resumo de história literária*: "No desempenho do nosso plano é bem possivel que não tenhamos attingido o alvo; que numerosos sejão os erros e omissões, involuntariamente commetidos".[139]

As obras mais relevantes da carreira do Cônego são o *Curso de literatura nacional*, as *Postilas de retórica e poética* e o *Resumo de história literária*, resultantes da prática das disciplinas "Retórica e Poética", "Literatura Nacional" e "Português e História Literária" do Colégio Pedro II. A composição desses trabalhos comprova a adesão do Cônego às já citadas vertentes da crítica literária da época. Enquanto as *Postilas* tratavam do estudo retórico-poético, o *Curso elementar* e o *Resumo* tornavam-se representantes da vertente historicista romântica, confirmando conseqüentemente a adesão do crítico ao movimento nacionalista brasileiro.

Esses livros didáticos compartilham das mesmas práticas de *síntese* que os outros compêndios da época. Tal hipótese se comprova pelos nomes *postilas*, *resumo*, *curso*, etc. dos títulos, mas também por meio dos prefácios e do conteúdo dos textos. O caráter resumido das *Postilas* é assumido deliberadamente pelo Cônego, pelo fato de que a "estreiteza do tempo de que podem dispor os mencionados alunos aconselhou-me a maior concisão na exposição dos preceitos, deixando para a explicação oral o preenchimento das lacunas que nelas se hão de notar."[140]

---

[138] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1883, p. VII.
[139] PINHEIRO, J. C. F. *Op.cit.*, 1873, p.7.
[140] PINHEIRO, J. C. F. *Op.cit*, 1885, p. 5.

A configuração de resumos de história da literatura como, por exemplo, o *Curso de literatura nacional* e o *Resumo de história literária*, vem do conceito simplista de *história literária* que, segundo o Cônego, compreende "a enumeração e rapida analise das producções litterarias" e, por isso, "lançamos rapido olhar sobre as litteraturas estrangeiras apreciamos perfunctoriamente as hebraica, grega latina, italiana, franceza, ingleza, allemã e hespanhola; que mais, mais ou menos, influirão para a formação, ou aperfeiçoamento da nossa."[141]

Pelo grande vulto do nome do Cônego Fernandes Pinheiro na sociedade brasileira e, ainda, pelos estreitos laços de amizade com o dono da editora B. L. Garnier, o livreiro Garnier, a publicação dos *compêndios* ficava facilitada, inclusive quando a editora tinha a certeza do sucesso da vendagem do produto ao público extra-escolar. Com isso garantia a entrada nas Instituições. Freqüentes eram os anúncios de mais um livro ou uma reedição do Cônego na imprensa nacional, contando com um time de reconhecidos intelectuais colaborando na divulgação, o que era bastante *comum* na singela rede endógena do universo das letras brasileiras oitocentistas.

É nesse sentido que o historiador Joaquim Norberto "vendia" a obra do amigo ao falar da primeira edição dos *Episódios da história pátria*, nas páginas da *Revista Popular*, declarando, sem economia nos elogios, que

> Incansável em seus trabalhos, o ilustre Cônego compreendeu a missão do historiador; votou-se a todas as classes da sociedade, e à maneira que escreve para os sábios, que investigam, repartindo com eles das suas lucubrações, não se esquece da infância brasileira, e vem como digno discípulo do Divino Mestre que amava a companhia dos pequenos, sentar-se no banco das escolas, e esboçar-lhes sem o aparato e erudição ou o alarde de historiador, esses quadros da história pátria, que tão facilmente se prestam à compreensão infantil, pelo seu colorido tão natural e tão cheio de novidade.
> A obra, que o exímio Cônego Dr. *escreveu para as escolas*, e que o governo adotou, é a melhor que possuímos em seu gênero, (...)[142](grifos nossos)

Dessa passagem convém ressaltar dois pontos: o primeiro é a referência explícita do uso escolar do livro do Cônego, mesmo sabendo que o direcionava a outra camada de leitores. O segundo refere-se à coerente propaganda dos *Episódios* na *Revista Popular*: como o livro era

[141] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1873, p. 7.
[142]SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Episódios da história pátria. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, t.V, 5 de jan. de 1860, p. 57.

publicado pela mesma editora da revista, a B. L. Garnier, nada mais conveniente e lucrativo ao editor do que utilizar-se de seu veículo para vender a mercadoria, o que acontecia constantemente com outras obras, com destaque para a de Fernandes Pinheiro.

Nesse sentido, uma mão lavava a outra. Enquanto Garnier lucrava mais pelo aumento do número de compradores, pela credibilidade da publicidade e pelo merchandising gratuito, o Cônego recompensava-se, até mesmo em dobro, pois conseguia consolidar sua imagem no sistema cultural brasileiro e ainda recebia alguns *trocadinhos* pela venda.

Em 1862, Norberto e Zaluar comprometer-se-iam a divulgar o novo compêndio de Fernandes Pinheiro, o *Curso elementar de literatura Nacional*, que "veio prestar um serviço, senão completo, ao menos meritório, àqueles que desejam instruir-se na literatura pátria. (...)".[143] Machado de Assis também se adaptou ao processo publicitário e ajudou na divulgação dos livros do Cônego. Em 14 de novembro de 1864, anunciava no *Diário do Rio de Janeiro* a publicação do *Manual do pároco*, "um livrinho do Sr. Conego Fernandes Pinheiro, editado pela casa Garnier. (...) O primeiro é um livro de summa utilidade, e que tem a rara vantagem de corresponder ao título, nesta época em que os títulos não correspondem ás cousas."[144] Alguns dias depois, em 22 de novembro do mesmo ano, voltava a falar nas *Crônicas* do outro "livrinho" do Cônego, o *Meandro Poético*,

> colecção de poesias dos primeiros poetas brasileiros para uso da mocidade dos collegios. É coordenada pelo Sr. Dr. Fernandes Pinheiro. Está enriquecida com esboços biographicos e numerosas notas historicas mithologicas e geographicas. (...) Os poetas escolhidos para a presente colecção são Claudio Manoel, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga, padre Caldas Durão, J. Carlos, J. Basílio da Gama, José Bonifacio, M. de Paranaguá, Natividade e outros.
> É um livro muito aproveitavel para o ensino dos collegios.[145]

E remata elogiando a editora de Garnier: "A impressão, feita em Paris, é o que são as ultimas impressões da casa Garnier: *excellente*."[146] (grifo nosso)

Os títulos do Cônego também contribuíam para a vendagem dos livros. Na maioria de suas publicações, depois do título vinha como complemento um resumo da extensa biografia

---

[143] ZALUAR, A. E. Estudos Literários. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, t. XIV, 1 de abr. de 1862, p. 180.
[144] ASSIS, Machado. *Chronicas*: (1864-1867). São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre: W. M. Jackson, v. 2, 1938, p. 248.
[145] ASSIS, Machado. *Op. cit.*, p. 262.
[146] *Idem, ibidem*, p. 263.

do autor. Na folha de rosto do *Curso elementar de literatura nacional*, apresentava-se: "Curso elementar de literatura nacional pelo Cônego Doutor Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, professor de Rhetórica, Poetica e Litteratura Nacional no Imperial Collegio de Pedro II, socio effetivo do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, membro das Academias das Sciencias de Lisboa e Madrid, etc., etc."[147] O acréscimo do "Parecer da Academia Real das Sciencias de Lisboa", no qual há exaltação encomiástica do compêndio e de seu autor, tornava-se bastante relevante para a vendagem do produto, uma vez que autenticava a excelência do escritor e/ou do livro.

No *Resumo de história literária* também ocorria esse procedimento, mas com uma versão mais ampliada da biografia. Vejamos: "Resumo de historia literaria pelo conego Doutor Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, commendador da Ordem de Christo, chronista do Império, professor de rhetorica, poetica e litteratura nacional no Imperial Collegio de Pedro II, membro dos Institutos Historicos do Brasil e de França, das Academias das Sciencias de Lisboa e Madrid, da Sociedade Geographica de New-York, e d'outras associações nacionais e estrangeiras."[148]

O retorno lucrativo do comércio de livros didáticos incentivava ainda mais o Cônego ao exercício nessa área e, como sugere Marisa Lajolo, "há tênues indicações de que moedinhas também tilintaram ao tempo em que o Cônego, arregaçando as mangas da batina, semeava livros a mancheias. Ao que tudo indica, Fernandes Pinheiro não se limitava a semear seu jardim: também regava com cuidado sua horta, pensando na colheita..."[149]

O Cônego adotou uma espécie de diário, intitulado *Livro d'assentos e notas*, no qual administrava detalhadamente os negócios feitos com a sua produção bibliográfica. Nele, constam os nomes das obras; o número, o valor e a tiragem de cada edição; as datas de entrega dos títulos e de recebimento do pagamento; o preço de revenda; o nome do editor; a porcentagem de lucro; e, até a questão dos direitos autorais etc. Minúcias nas anotações, de uma argúcia invejável, das quais se depreende o espírito estritamente capitalista do religioso.

[147] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1883. (folha de rosto)
[148] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit*, 1873. (folha de rosto)
[149] LAJOLO, Maria. O cônego Fernandes Pinheiro, sobrinho do Visconde, vai à escola. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC/RS*. Porto Alegre, 2 (1), jun. de 1995, p.41.

Por ocasião da venda dos *Episódios da história pátria*, comprova-se a natureza detalhista do documento de que estamos falando:

> Vendi a 6.ª edição d'esta obrinha ao Garnier pela quantia d'um conto e quinhentos mil reis. A tiragem foi de tres mil exemplares. Recebi a quantia supra no dia 14 de Fevereiro de 1870. Cada exemplar é vendido a dois mil reis, cabendo-me de direitos d'autor quinhentos mil reis por cada mil exemplares.
> NB. Tirão-se mais d'esta 6.ª edição 270 exemplares, além dos três mil acima mencionados.
> Recebi no dia 26 de Novembro de 1870 a importância da diferença de tiragem, isto é, o accrescimo dos 270 exemplares, havendo porém um equivoco contra mim: porquanto em vez de cento e trinta e cinco mil reis apenas recebi cento e oito, faltando por consequencia vinte e sete mil. (...)
> Vendi a 8.ª edição d'esta obra ao Garnier nas condições porq. lhe vendera a 6.ª (de Paris) isto é, a tiragem deverá ser de mil exemplares – Entreguei o exemplar corrigido no dia 31 de 8bro. de 1872.[150]

Nesse trecho, é interessante notar o cálculo preciso de Fernandes Pinheiro no que tange aos lucros ou, no caso, aos prejuízos decorrentes da venda de suas obras: "havendo porém um equívoco contra mim: porquanto em vez de cento e trinta e cinco mil reis apenas recebi cento e oito, faltando por conseqüência vinte e sete mil". Ademais, o acompanhamento bem cuidado da venda das tantas edições pelo Cônego revela-nos a grande receptividade do trabalho do escritor por um público variado no decorrer dos anos.

O direcionamento claro ao público infantil compreende a preocupação inteligente de Fernandes Pinheiro em atingir um campo maior de leitores, tendo em vista conseqüentemente uma maior lucratividade. E, quando há possibilidade de estender mais ainda esse público, a rentabilidade e o sucesso aumentam, como acontece ao publicar livros religiosos à infância, caso da *História sagrada ilustrada para uso da infância...,* cujo projeto ultrapassa o público infantil atingindo outro bem mais lucrativo: o católico. Tanto é que a produção torna-se mais requintada com presença de gravuras que "talvez representasse um bem-vindo refrigério para o sisudo ensino do Brasil oitocentista."[151]

---

[150] PINHEIRO, J. C. F. *Livro d'assentos e notas pertencentes a J. C. Fernandes Pinheiro. Desde o anno de 1870 ao de ...* (não publicado) apud. BRAGA, Osvaldo Melo. *Op. cit.*, 1958, p. 256.
[151] LAJOLO, Marisa. *Op. cit.*, 1995, p. 42.

As lições de retórica e poética

Os longos anos de ensino de retórica e poética nos colégios do Império, principalmente nas disciplinas do Colégio Pedro II, permitiram que o Cônego Fernandes Pinheiro coletasse um material didático considerável acerca do assunto e o reunisse numa publicação que levaria o nome de *Postilas de Retórica e Poética*, editada pela B. L. Garnier em 1872.

Embora não tenhamos dados comprobatórios, é muito provável que as *Postilas* foram aprovadas pelo setor público e tenham sido adotadas nos cursos de retórica e poética do referido colégio, uma vez que o seu autor tinha assumido o comando da disciplina já há quinze anos e permaneceria nele até seu falecimento em 1876. Além do mais, estava claro no título que elas eram "dictadas aos alunos do Imperial Collégio de Pedro II pelo respectivo professor Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro."[152]

O eclesiástico demonstrou-se interessado em esclarecer o caráter bem específico das *Postilas*, que se configuravam como apoio didático nas exposições orais da disciplina – dizia no prefácio que a "estreiteza do tempo de que podem dispôr os mencionados alumnos aconselhou-me a maior concisão na exposição dos preceitos, deixando para a explicação oral o preenchimento das lacunas que n'ellas se hão-de notar."[153] -, todavia sua projeção *extra-escolar* era bem previsível, tal como vinha acontecendo com os seus demais trabalhos didáticos. Como ilustração, podemos dizer que, no mês da publicação das *Postilas*, sairia no *Correio do Brasil* uma nota crítica em que se divulgava o novo título: "Sob o modesto título de *Postilas de Retórica e Poética*, acaba de surgir à luz da publicidade um novo trabalho do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro."[154]

O compêndio escolar não seria o pioneiro e, muito menos, novidade para aquele momento em que a produção de trabalhos didáticos específicos sobre retórica e poética havia se consolidado no país e o número de publicações crescia significativamente. Para se ter uma idéia, os textos de Freire de Carvalho, Lopes Gama, Manoel da Costa Honorato e Junqueira Freire já estavam, há algum tempo, nas mãos dos interessados em aprender as técnicas de eloqüência.

[152] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1885. (folha de rosto)
[153] *Idem*, *ibidem*, p. 5.
[154] PINHEIRO, Mário Portugal Fernandes. *Op. cit.*, 1958, p. 287.

Sem maiores pretensões, as *Postilas* apareceram como mais um texto didático que visava auxiliar no ensino da matéria nas instituições, reproduzindo os famigerados preceitos da tradição retórica. Além de sua importância histórica, o texto interessa-nos essencialmente pelas considerações teóricas que revelam o posicionamento crítico de seu autor em relação à literatura e, portanto, não como um produto textual com cunho de reflexão autonômico de contribuição às idéias da crítica literária.

De início, convém expormos alguns comentários acerca dos manuais de retórica vigentes na época, antes de direcionarmos o nosso olhar às *Postilas de retórica e poética*, na tentativa de buscar os aspectos teórico-retóricos mais relevantes dos quais o Cônego Fernandes Pinheiro utilizou-se na empreitada como leitor crítico de literatura, os quais, por conseguinte, caracterizam o seu ideário crítico.

a) Os manuais de retórica brasileiros

Como vimos, os manuais de retórica eram textos didáticos utilizados como apoio das aulas teóricas de literatura nas instituições de ensino. Afora as considerações iniciais sobre os conceitos ou definições de retórica e poética, os livros em geral tratavam apenas de repassar, por meio de divisões e subdivisões mecanicistas e sistemáticas, os elementos da retórica e poética com exemplificações através de excertos de textos literários.

Tais preceitos eram considerados necessários à adequação e aperfeiçoamento dos estudantes na prática do discurso oral e escrito para a sua inserção no ambiente cultural, social e político do país. Por outro lado, tornavam-se importantes no aprendizado detalhado dos aspectos poéticos que iriam permitir-lhes aproveitar com maior profundidade o que a literatura poderia oferecer para a sua formação humanística.

Antes das *Postilas* de Fernandes Pinheiro, além do espaço privilegiado granjeado pelos textos de Freire de Carvalho, tínhamos no circuito escolar as *Lições de eloqüência nacional* (1846), de Lopes Gama, as *Sinopses de poética nacional* (1859) e suas várias edições "mais correcta e consideravelmente aumentada", de Manoel da Costa Honorato, e os *Elementos de retórica* (1869), de Junqueira Freire.

Basicamente, esses livros didáticos eram divididos em duas partes. A primeira parte compreendia o estudo da retórica: as técnicas da eloqüência e as etapas de construção do

discurso (citamos alguns exemplos: a invenção, a disposição, a elocução etc.), e a segunda, o estudo da poética, que ensinava o conceito de poesia, as regras de versificação, as definições dos vários gêneros, e, freqüentemente, a definição de gosto, razão, belo, sublime e crítica literária. Os manuais ofereciam um espaço especial ao estudo dos gêneros e, como Roberto de Oliveira Brandão observou, "além das três modalidades principais da poética antiga, lírica, épica e dramática, eram arroladas também algumas formas secundárias, a epigramática, a ode, a pastoril, a elegíaca, a didática etc."[155]

O esquematismo na exposição dos saberes retóricos ora tornava-se excessivo, levando-se a rigor a taxonomia e as escolhas lexicais simplificadas, ora conseguia afastar-se um pouco do consenso simplista da tradicional rede de retores. Na primeira categoria, citaríamos como exemplo os compêndios de Honorato, onde se evidencia uma classificação excessiva e confusa, embora consiga, em muitas das vezes, ir além, posto que "obcecado em classificar, procede no entanto por simples justaposição, como quem se vai lembrando um tanto aleatoriamente de novos elementos, os quais acabam, menos do que classificados, apenas desajeitadamente agregados ao conjunto."[156]

Na segunda, de outra forma, vemos as *Lições* de Lopes Gama e os *Elementos de retórica* de Junqueira Freire, tidos como manuais que manifestaram, em alguns aspectos, querer traçar outros caminhos metodológicos para a exposição e reflexão dos preceitos retóricos, embora não sejam modelos dispostos em última instância a negar a tradição.

Lopes Gama, como vimos, declarou-se insatisfeito com as "cadernetas de definições sem ordem, sem nexo, sem systema, sem nenhum desenvolvimento philosophico"[157] e, assim, construiu um discurso aparentemente mais fluido que podemos ver como destaque nas suas modificações dos léxicos, apontadas por Roberto Acízelo numa reflexão acerca da frase "Do mesmo Estylo julgo ser esta Lyra do nosso Gonzaga", de Lopes Gama. Acízelo chama "a atenção para um detalhe da formulação: quem venha a ler Caneca, em que só há lugar para certezas freqüentemente expressas pelo verbo *dever*, surpreende-se com a pressuposição de

[155] BRANDÃO, Roberto de Oliveira. Os manuais de retórica brasileiros do século XIX. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. (org.) *Op. cit.*, 1988, p. 44.
[156] SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 1999, p. 68.
[157] GAMA, Miguel. do Sacramento Lopes em SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 1999, p. 62.

alternativas contida nos enunciados de Lopes Gama, no caso em apreço manifesta por aquele dubitativo e relativizante *julgo*."[158]

É interessante recolocar que o manejo desses recursos metodológicos diferenciados está muito longe de parecer uma negação absoluta do discurso retórico, principalmente à medida que constatamos repetidas vezes uma retomada do método da velha retórica. Se num determinado momento Lopes Gama demonstra querer libertar-se da tradição, mais adiante apresenta-se como um devoto bastante apaixonado pela mesma, declarando que "nenhum guia me pareceu mais seguro do que o grande Quintiliano, cujas doutrinas e métodos têm merecido o aplauso e louvor de todos os sábios e de todos os séculos."[159]

Outro aspecto importante dos manuais diz respeito ao seu comportamento diante dos influxos do Romantismo. A escola romântica vinha defender a liberdade de criação e a inovação poética em detrimento da imitação servil dos moldes clássicos, enquanto o dogmatismo retórico-poético preconizava as regras controladoras da composição. No século XIX, essas idéias totalmente divergentes passaram a coexistir no terreno da crítica literária e, assim, a retórico-poética como disciplina dominante até então encontraria um forte concorrente. Como duas grandes tendências coexistindo uma ao lado da outra, foi impossível que os seus respectivos cultores não deixassem de receber de alguma forma alguma influência em seus discursos críticos.

Mesmo com toda a ortodoxia da disciplina, muitos retores revelaram-se influenciados pelo pensamento romântico enquanto expunham os ensinamentos da retórica e poética até então vigentes. Junqueira Freire foi um dos que demonstraram participar dessa particularidade disciplinar, uma vez que era adepto das mudanças evolutivas do pensamento. E, conforme ressalta Roberto de Oliveira Brandão, "embora a estrutura geral de sua obra continue integrada aos modelos da retórica tradicional, encontram-se certas manifestações de simpatia e de compreensão face ao Romantismo, que o distinguem de todos os outros manuais do gênero."[160]

Além de um singular discurso, há outros aspectos dos livros didáticos de Junqueira Freire que são bastante significativos. O escritor defende a imaginação poética por conta da inviabilidade de composição que era delimitada pelos meios esquematizados da retórica

[158] Cf. SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 1999, p. 60.
[159] *Idem*, *ibidem*, p. 30.
[160] BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *Op. cit.*, 1972, p. 58.

tradicional: o "romantismo legitimo não posterga as normas do bom gosto: só não curva-se á prepotencia de alguns preceitos arbitrarios: só não obedece a imposições despoticas ainda que venhão de Aristoteles. Não segue regras de Quintiliano porque são de Quintiliano, segue-as em quanto harmonizam-se com a razão."[161]

Com um tom impregnado pelo espírito romântico de fundo evidentemente nacionalista, ele coloca-se de acordo com a impossibilidade de continuarmos buscando inspiração clássica para a criação poética. Continuando com aquele discurso, conclui dessa maneira: "Não destroe, mas também não continúa a edificar o templo dos classicos, para que os Ciceros futuros não sejão somente os Ciceros passados, para que os Virgilios, que hão de ser, possão ser mais que os Virgilios, que forão, para que o mundo literário não limite-se a um circulo vicioso para todo o sempre."[162]

Se as manifestações favoráveis às inovações românticas parecem receber adeptos dentre os retores da época, sendo incorporadas, de algum modo, ao sistema retórico-poético, acredita-se que os ideais da escola realista não tenham tido a mesma receptividade. O fato é que o *realismo* era mal visto por grande parte dos estudiosos, principalmente porque, segundo eles, vinha modificar a maneira "amena", "delicada", "bela", ao mesmo tempo "honesta", com que tratavam no romance os "vícios" e "virtudes" da sociedade através do uso de um *moralismo* mais radical, em que se privilegia o uso excessivo da minúcia descritiva no julgamento *cru* desses aspectos da realidade.

Honorato e Fernandes Pinheiro foram os que mais cultivaram essa aversão pela dita "metamorphose" da escola romântica. Os dois retores dedicaram um pequeno espaço nos seus respectivos textos para fazer declarações nada receptivas à nova tendência literária. Observa-se, no entanto, uma afinidade de idéias entre eles que denuncia o círculo vicioso de compilação e/ou cópia, sobre o qual comentou Antonio Candido: "Quintiliano se inspira em Aristóteles, Blair se inspira em Quintiliano, Freire copia Blair, Fernandes copia Freire, Honorato copia todos."[163]

O Cônego Fernandes Pinheiro constrói seu discurso crítico acerca do *realismo* a partir do moralismo e da negação às influências francesas, muito embora não se apóie apenas nesse tipo de argumento, indo, portanto, um pouco além do conceito retórico convencional. De

[161] FREIRE, Luis José Junqueira apud. SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 1999, p. 72.
[162] *Idem*, *ibidem*.
[163] CANDIDO, Antonio. *Op. cit*., 1988, p. 24.

forma embrionária, expõe a configuração da estética realista remetendo-se à oposição entre verdade e a verossimilhança:

> O *realismo* é uma metamorphose, um novo aspecto d'essa escola. É uma aberração do principio de Goethe, que buscava o bello na reprodução fria e calma da natureza, ao envez de Schiller, que no seu *idealismo* excessivo se perdia nos nevoeiros da abstração e do absoluto.
> Combatendo os sonhos da escola romantica, o falso ideal que imaginára cahiu no extremo opposto e aproximou-se da prosa, querendo pintar ao vivo a natureza, e antepondo a verdade á verosimelhança. Como o anatomico dissecou o coração humano, prescrutou-lhe as paixões, pouco confessaveis, o móvel occulto e quiçá ignobil de muitas acções, e, applicando esse rigor de analyse á sociedade, expoz com repugnante minudencia vicios e crimes, antes da competência dos tribunaes do que da alçada litteraria.[164]

Por outro lado, Honorato pareceu muito mais descontente com o posicionamento da "nova escola denominada *realista*". Seu discurso torna-se bastante enfático na condenação dessa tendência, apesar de munir-se moralmente, em geral, da mesma idéia e exemplos de Fernandes Pinheiro, porém, sem mencionar a referida antinomia.Vejamos:

> Poderiamos dizer ainda alguma cousa sobre a nova escola denominada *realista*, si a nossa penna não se recussasse a escrever os effeitos de uma aberração do principio de Goethe, que buscava o bello na reprodução fria e calma da natureza, ao envez de Schiller, que em seo idealismo excessivo, perdia-se nos nevoeiros da abstração e do absoluto (...) esta escola só tem produzido obras indecentes e immoraes, indignas de figurarem nas estantes de quem procura alimentar o seu espírto com escritos, que reunão o util ao agradavel.[165]

O repúdio à escola realista, principalmente aos romances adeptos dela, não se torna exclusivo dos escritores de compêndios de literatura. Muitos críticos da época condenavam a presença da escola e não hesitavam em proclamar seu preconceito pela maneira nova de perceber a realidade. Mantinham todos uma certa resistência àqueles, como dizia Machado de Assis, "livros de certa escola francesa." A maioria concebia um discurso incisivo contra o prejuízo causado pela nova geração poética. Em artigo sobre o romance *Filha da mãe*, de Fernandes dos Reis, Nuno Álvares lança algumas considerações nada amáveis a respeito do símbolo pioneiro do realismo, *Madame Bovary*, de Gustavo Flaubert. O crítico não se abstém

[164] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1855, p. 166-167.
[165] HONORATO em SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 1999, 67.

de considerar a "imoralidade" das "produções modernas" que "são venenos lentos, que se deslizam imperceptivelmente pelo coração, e que pouco a pouco se inoculam nas almas incautas, que sempre se deixam levar pelo lado romântico ou da imitação!" :

> Entretanto existe nos romances modernos um cancro, que interiormente vai solapando, e quiçá por de mais ramificado se acha na literatura moderna; falamos, não da imoralidade torpe e asquerosa, que a polícia proibira e que só seria aplaudida pelos espíritos totalmente pervertidos, é de outro gênero a imoralidade a que nos referimos: é a que sob as formas caprichosas da poesia se ostenta em algumas produções modernas. Balzac foi o primeiro a iniciar-se nesse gênero de literatura, após ele uma plêiade de imitadores surgiu de todos os cantos , sobressaindo entre todos Gustavo Flaubert com um dos romances , que tem obtido a maior nomeada em Paris, falamos de *Madame Bovary*.[166]

Machado de Assis também está inserido no quadro de intelectuais que refutaram o *realismo* no Brasil. Foi além da mera ocasião de criticar o *moralismo* das narrativas, pois desenvolveu com argúcia os argumentos dos críticos anteriores e percebeu, por exemplo, como era negativo à literatura o aspecto da superficialidade na construção da moral das personagens realistas. Dignos de nota são os polêmicos dois artigos críticos a respeito do *Primo Basílio*, de Eça de Queiroz, os quais estiveram publicados no periódico *O Cruzeiro* entre 16 e 30 de abril de 1878.

O intuito aqui não será explorá-los por completo. Na verdade, tentamos registrar algumas aproximações entre a opinião de Machado de Assis e as dos demais retores da época. No caso da influência francesa, embora retores como o Cônego Fernandes Pinheiro tornem-se bem mais pessimistas do que Machado de Assis - "á cujas perniciosas obras cabe em grande parte a responsabilidade dos desastres que opprimirão o seu desventurado paiz", escreve o primeiro. Podemos aproximá-los na medida em que viam o poder negativo da influência como subversora da literatura nacional. Machado assim declarava: os "livros de certa escola francesa, ainda que muito lidos entre nós, não contaminaram a literatura brasileira, nem sinto nela tendências para adotar as suas doutrinas, o que é já notável mérito. As obras de que falo, foram aqui bem-vindas e festejadas, como hóspedes, mas não se aliaram à família nem tomaram o governo da casa."[167]

---

[166] ALVARES, Nuno. A filha da vizinha: romance do Sr. Antônio José Fernandes dos Reis. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. VIII, out./dez. 1860, p. 84.
[167] ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, v. III, 2004, p. 805.

Além da concordância dos dois escritores em relação à má recepção àqueles livros estrangeiros, novamente coadunam-se quando se trata do uso sem medidas da descrição, ou seja, da "exação de inventário". Por outro lado, afastam-se no que diz respeito ao alvo da descrição. De um lado, Fernandes Pinheiro e os retores reclamavam da "repugnante minudência" como expunham os aspectos da sociedade[168], do outro, Machado colocava-se contra o destaque dado à excessiva descrição física nos romances: "Porque a nova poética é isto, e só chegará à perfeição no dia em que nos disser o número exato dos fios de que se compõe um lenço de cambraia ou um esfregão de cozinha."[169]

Para finalizar, expomos um trecho do artigo de 30 de abril (o texto é uma resposta às objeções de alguns críticos da época, favoráveis a Eça de Queiros, os quais reagiram à crítica de 16 de abril), em que há a condenação explícita de Machado de Assis à doutrina realista, que, como estudamos, encontramos no discurso crítico dos autores dos manuais de retórica. Aqui, Machado traz uma previsão bastante pessimista sobre a duração do *realismo* na literatura brasileira, além de proclamar a sua exclusão:

> Resta-me concluir, e concluir aconselhando aos jovens talentos de ambas as terras da nossa língua, que não se deixem seduzir por uma doutrina caduca, embora no verdor dos anos. Este messianismo literário não tem a força da universalidade nem da vitalidade; traz consigo a decrepitude. Influi, decerto, em bom sentido e até certo ponto, não para substituir as doutrinas aceitas, mas corrigir o excesso de sua aplicação. Nada mais. Voltemos os olhos para a realidade, mas excluamos o Realismo, assim não sacrificaremos a verdade estética.[170]

b) As Postilas de retórica e poética *(1872)*

Conquanto as fronteiras entre retórica e poética sejam tênues[171], o Cônego Fernandes Pinheiro tenta elaborar um estudo em separado de cada disciplina nas *Postilas de retórica e*

[168] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1885, p. 167.
[169] ASSIS, Machado de. *Op. cit.*, 2004, p. 904.
[170] *Idem*, *ibidem*, p. 913.
[171] Roberto Acízelo afirmava que "qualquer tentativa de traçar limites precisos entre retórica e poética está destinada a resultados precários. Falar da poética como uma das disciplinas clássicas dos discursos implicará, portanto, constante referência à retórica, na qual muitas vezes a poética se achará subsumida, sem embargo de se poder apontar também certo esforço de distinção relativa desta em face daquela." (*Op. cit.*, 1999, p. 12)

poética, tendo em vista que a retórica, para ele, "é o complexo das regras relativas a eloqüência" ao passo que a poética é "a arte (...) que nos dirige no uso" da poesia.[172]

A obra, portanto, compreende duas partes, divididas num total de vinte e seis capítulos ou, como escreve, "pontos". A primeira parte com quinze "pontos" é dedicada à retórica, expondo desde os aspectos mais gerais como as "definições e utilidade da Rhetorica e da Eloquencia" aos mais detalhistas, que incluem os itens: as partes do discurso (o exórdio, a narração, a confirmação e refutação e a peroração), os ornatos oratórios, os diversos tipos de eloqüência (política, do Foro e do púlpito) e de narrativa (história, obras filosóficas, diálogos, epístolas e romances) e, por fim, a ação oratória. Nos onze "pontos" restantes, a segunda contempla o ensinamento da poética, partindo da tentativa de detectar a origem e a definição do assunto, percorrendo, por conseguinte, as regras de versificação, os conceitos de gêneros (lírico, épico, dramático, elegíaco e pastoril), de escolas literárias (clássica, romântica e realista), de crítica literária, de gosto, de belo e de sublime.

Percebe-se sem dificuldades que o Cônego inspirou-se no enfadonho sistema classificatório dos manuais didáticos vigentes, formulando divisões e subdivisões que acabam por construir um texto totalmente complicado e desinteressante. Nesse sentido, convém exemplificarmos com o "Ponto X: Do Ornato Oratório". O capítulo apresenta o que seria o "ornato oratório". Este admite três partes (pinturas, conceitos e adornos), que são subdivididas em *outras* (pinturas: enargueias, semelhanças, parábolas, imagens, bosquejos, ênfases; conceitos: fortes, agudos, agudos ou sentenças; adornos: tropos e figuras) e, conseqüentemente, as *outras* se subdividem em *outras* mais e assim por diante, numa supersaturação do mecanismo classificatório.

Nesse texto trataremos das partes que envolvem diretamente a área dos estudos literários, deixando para um outro momento a parte específica da eloqüência. De começo, é interessante perceber o curioso fenômeno de enquadramento da categoria romance (e suas versões novela e conto) como se fosse assunto da retórica, visto que

[172] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1885, p. 7 e 118.

> a rethorica não se limita unicamente a oratoria; é também extensiva á arte d'escrever, por isso que o discurso escripto é a forma litteraria mais rica e mais completa (...) os conselhos que a razão e a experiência podem dar ao orador applicão-se igualmente as outras producções do espirito humano, considerando-se a rhetorica como indispensável complemento de toda a educação liberal.[173]

Nesse sentido, embora o Cônego Fernandes Pinheiro não cite em nenhum momento o romance na relação que estabelece entre eloqüência e discursos em prosa, podemos inferir que o enquadramento torna-se possível pelo fato de o romance, assim como os outros discursos, a história, a filosofia, a espistolografia - que também não tinham um lugar específico dentro da eloqüência modelar -, utilizar-se das mesmas artimanhas que a oratória: a persuasão e o convencimento. O romance, por carregar a faceta moralista, teria que persuadir o leitor e convencê-los das regras da boa conduta.

> O consummado orador sendo o que sabe persuadir e convencer, póde-se dizer que o philosopho é o orador capaz de melhor convencer, e o poeta o que mais persuade.
> Tão íntima é a conexão entre a eloqüência, a história, a philosophia e a moral que ninguém contestará a utilidade do estudo da rhetorica aos que aspirarem aos foros de historiadores, philosophos e moralistas. Sendo pois o discurso o typo de todas as obras intellectuaes, os conselhos que a razão e a experiência podem dar ao orador applicão-se igualmente as outras producções do espirito humano, considerando-se a rhetorica como indispensável complemento de toda a educação liberal.[174]

Num estudo de Eduardo Vieira Martins sobre os retores Blair, Freire de Carvalho e Honorato, percebemos que estes apresentavam, como Fernandes Pinheiro, similar dificuldade em lidar com o gênero romance:

[173] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1885, p. 9.
[174] *Idem*, *ibidem*, p. 9-10.

> Por se tratar de uma forma nova, não prevista pelos manuais antigos, havia uma certa dificuldade em lidar com ela, uma perplexidade perceptível até mesmo no grande número de termos utilizados para nomeá-la: romance, conto, novela, romance histórico, de costumes etc. (...)
> Como não havia um lugar pré-determinado onde abrigá-lo em meio às formas consagradas, foi deslocado para aquela franja da retórica oitocentista onde se encontravam os discursos em prosa que não se enquadravam nos modelos tradicionalmente concebidos como pertencente à eloqüência pública, encaixando-se ao lado de modalidades discursivas tão distintas quanto o diálogo, a espistolografia, a filosofia e a história.[175]

O Cônego, de fato, trabalhou o romance junto com a história, o diálogo e a epístola. Baseado no bispo de Avranches, a concepção de romance constrói-se a partir da funcionalidade da narrativa enquanto discurso moralizador, o qual consegue, através do "recreio da imaginação", instruir a sociedade das virtudes da vida moral. Nesse aspecto, há uma condição ao romancista: é necessário para a instrução moral construir narrativas em que se valorizem "os attrahentes quadros da virtude". Isso provavelmente deveria se aplicar às formas conto e novela, que, para ele, seriam romances reduzidos.

> *Romances* são narrativas de aventuras e paixões imaginárias: offerecendo um deslumbrante painel da vida moral, recreião a nossa imaginação e despertão-nos a sensibilidade. (...)
> A utilidade do romance depende primeiro que tudo da sua moralidade, esmerando-se o escriptor em traçar attrahentes quadros da virtude sem se deixar arrastar pelo prazer de pintar o vicio e o crime em toda a sua hendiondez, com mira no effeito dramatico do contraste.
> O enredo deve ser simples e engenhosamente urdido; os caracteres dos personagens traçados com vigor e variedade; e o estylo fluente e ameno.
> Chamão-se *novellas* e *contos* os romances de pequena dimensão.[176]

É importante destacar que concebe o "romance histórico" não como um desdobramento do "romance", ou seja, das "narrativas de aventuras e paixões imaginárias", mas como uma outra espécie do discurso em prosa que circula entre o campo do romance e da história e, para tanto, dedica-lhe um item específico "Romance Histórico" (p. 106) fora daquele subscrito por "Romances" (p. 105). A particularidade desse gênero narrativo torna

[175] MARTINS, Eduardo Vieira. *Op. cit.*, 2003, p. 77.
[176] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1885, p. 105-106.

difícil a sua configuração pelo trabalho limite do romancista em manter a verdade da história em bases ficcionais:

> O *romance histórico* é uma composição mixta, que participa da história, quanto à idéia principal e á existencia real dos personagens do primeiro plano, e do romance, no desenvolvimento da acção, nos episodios, e no caracter dos personagens subalternos. (...)
> Da alliança dos dois elementos heterogeneos provém a maior difficuldade d'esses romances, que devem cingir-se á verdade historica na exposição dos factos capitães, dando largas á imaginação nos lugares em que a história fôr omissa, ou quando, sem inconveniente, se possão introduzir episódios ou personagens fictícios.[177]

Na segunda parte do livro, referente à poética, encontramos outras concepções teórico-literárias que Fernandes Pinheiro aplicou em seu exercício como crítico de literatura durante o século XIX, provavelmente valores dos quais se armou ao empreender a construção das duas histórias literárias que o revelaram como historiador de nossa literatura.

Comecemos pela conceituação de poesia. Tudo indica que o Cônego concorda com o dito popular "oradores fazem-se, os poetas nascem", acrescentando, porém, a possibilidade de aperfeiçoamento da arte por meio dos tópicos da poética: "A poesia, assim como a eloqüência, é uma faculdade innata; a arte porém que nos dirige no uso d'essa faculdade chama-se *poetica*."[178] Sua definição de poesia apóia-se na frágil oposição entre essa arte e a prosa, pensada como veículo de expressão do belo e do sublime, a partir de um elemento formal distintivo: o ritmo. Segundo o Cônego Fernandes Pinheiro, a poesia

> é a expressão do bello e do sublime por meio da palavra melodiosa. Esta ultima condição é a que essencialmente a distingue da prosa; sem o rythmo, muitas composições poeticas, por exemplo as didacticas, se confundirião com a prosa (...) Dissemos que era esta a expressão do bello e do sublime, por que taes sentimentos elevão a alma, fazendo-a sahir das condições normaes do dominio da prosa. Sempre que nos sentimos agradevelmente impressionados, ou quando profunda commoção nos abala o ânimo, desperta-se-nos o estro e respiramos um ambiente poetico."[179]

Levando em consideração as divisões de Hegel, o Cônego considera que a poesia pode manifestar-se em diversos gêneros: os primários (lírico, épico e dramático) e os secundários

[177] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1885, p.106-107.
[178] *Idem*, *ibidem*, p. 118.
[179] *Idem*, *ibidem*, p. 118.

(elegíaco, bucólico ou pastoril e didático), ainda que nas lições subseqüentes trabalhe com mais algumas especificidades, trazendo suas respectivas subdivisões:

> Pelo que acabamos de dizer intuitivo é que os generos poeticos reduzem-se a três, a saber: o *lyrico*, nascido do arroubo e da inspiração do momento; o *epico*, destinado a celebrar as façanhas dos heroes e as legendas das primeiras idades; e o *dramatico*, que põe em acção factos imaginarios, buscando commover os corações pelo pathetico, ou corrigir os costumes pelo ridiculo. A esses três generos juntão alguns auctores o *elegiaco*, em que se lamentão as desditas e infortunios, ou pinta-se o estado d'alma, propenso á melancolia; o *bucolico*, ou *pastoril*, constante do canto dos pastores, e quaesquer outros habitantes permanentes dos campos; e finalmente o *didactico* em que se formulão as regras de alguma sciencia ou arte, ou se preceituão maximas e philosophicas.[180]

É possível melhor compreensão daquilo que o Cônego Fernandes Pinheiro vê como poesia se recorrermos às concepções de belo e sublime, trazidas na última lição de suas *Postilas de retórica e poética*. As idéias de belo giram em torno da fonte platônica: "Belo é o esplendor do verdadeiro". O belo seria, portanto, um atrativo de que se devem munir as idéias boas e verdadeiras na poesia para que sobressaiam e conquistem a "alma" do leitor. O eclesiástico estabelece uma divisão bastante confusa, segundo a qual compreenderia três espécies de belo (físico, intelectual e moral), superpostas por uma subdivisão (belo real e belo ideal), envolvendo, por conseguinte, uma outra subdivisão do "belo ideal" em: beleza relativa e absoluta. É uma exposição confusa pela inversão dos itens, consistindo num erro classificatório. Percebemos que a subdivisão "belo real e belo ideal" seria, na verdade, a primeira divisão de *belo*, enquanto os elementos (físico, intelectual e moral) participam como subitens do "belo real", e as belezas "relativa e absoluta", do "belo ideal".

Diferentemente de outros retores, parece que o Cônego Fernandes Pinheiro bebeu de fonte diversa para elaborar o conceito de sublime. Pela referência, concorda com a idéia de Longino acerca do sublime: "O *sublime*, diz Longino, é tudo o que eleva a alma e a faz conceber uma alta idéia de si própria, enchendo-a de júbilo e nobre orgulho, como si fôra auctora do que acaba de admirar. O sublime suppõe sentimentos elevados e generosos, concebe a ideia em sua maior elevação e exprime-a como a concebe."[181]

[180] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1885, p. 117.
[181] *Idem*, *ibidem*, p. 175.

Traz consigo três espécies de sublime (do pensamento, do sentimento e da imagem), resvaladas pelo interesse de destacar as várias formas que despertam os sentimentos "elevados e generosos". Na sua conclusão, conseguimos uma aproximação com o famoso retor Blair ou seu divulgador Francisco Freire que, apesar da ausência de referências, talvez sejam, além de Longino, outras fontes em quem se inspirou. Assim como eles, o Cônego Fernandes Pinheiro demonstra-se contrário à utilização dos tropos e figuras, por obscurecerem a clareza das idéias. Finaliza o tópico dessa maneira: "O escolho em que de ordinario naufragão os que procurão o sublime está na empolação, ou acervo de tropos e figuras que obscurecem o esplendor da idéia, no nevoeiro dos falsos ornatos."[182]

No início do texto, expusemos a opinião do Cônego acerca da escola realista. Convêm, agora, algumas palavras sobre como ele desenvolve seu conceito sobre as duas outras escolas literárias, a clássica e a romântica, que estuda nas *Postilas de retórica e poética*. Num capítulo específico, o "Ponto XXIV: Das Escolas Clássica, Romântica e Realista", expõe rapidamente o conceito das três escolas literárias, para, em seguida, prolongar-se um pouco mais num estudo de sua evolução histórica:

> a escola litteraria que se conforma com os preceitos exarados nas obras dos autores *classicos*, isto é, de primeira ordem (*auctores classici, vel pimae notoe et proestantissimi*). Dá-se o nome de *romântica* à escola que foi buscar origem nos cantos dos *trovadores*, inspirando-se no chrstianismo e na cavallaria, servindo-se das linguas *romanas*, ou *romances*. Denomina-se *realista* a escola que tomou por ponto de partida a *realidade*, isto é, a natureza, observada em seus innumeráveis phenomenos. [183]

Percebe-se que se trata de definições simplistas que caracterizam a qualidade resumida dos livros didáticos daquela época. O eclesiástico inicia o bosquejo histórico destacando que a escola clássica tornou-se uma delimitadora da inspiração e da originalidade das literaturas nativas, que pregavam a liberdade de expressão até então, por ocasião da fixação de modelos de imitação e cópia, no caso, de autores gregos e latinos. A construção dessa argumentação, em que se destacam tais pontos, é totalmente pensada tendo em vista a introdução posterior do que viria a ser a escola romântica, um movimento contrário à escola clássica.

[182] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1885, p. 177.
[183] *Idem*, *ibidem*, p. 163.

A figura central da revolta contra o Classicismo e do despertar da nova escola está em Lessing, que "foi o primeiro que se ergueu contra a influencia exclusiva da litteratura franceza, e procurou demonstrar que não havia ella comprehendido a *Poetica* de Aristoteles, tomando como regras infalliveis os conselhos e preceitos occasionais do philosopho de Stagyra."[184]

Segundo o Cônego Fernandes Pinheiro, a origem do Romantismo ocorreu na Alemanha, onde, pela influência de Lessing, desperta-se o interesse pelas "produções tão esquecidas dos seus poetas *medievistas*".[185] A partir daí, inicia-se um movimento de recuperação daquilo que a escola anterior havia privado a literatura, tendo como representantes os poetas Goethe, Schiller e Herder. Depois de descrever a origem da escola romântica, o eclesiástico passa a relatar a entrada dessa tendência literária na França, de onde se propagou aos "outros povos da raça latina". A boa recepção francesa ocorreu por meio da "propaganda" de Chateaubriand em *O Gênio do Cristianismo* (1802) e, também, de Madame Stäel em *De l'Allemagne* (1810), os quais foram favoráveis ao novo pensamento literário.

A concepção de Romantismo nas *Postilas* baseia-se na idéia convencional de oposição ao molde clássico e de valorização das idéias de inspiração original, consagrando-se ao culto do grotesco e dos contrastes como recurso artístico, "chegando a dizer que as discordancias e incoherencias erão elementos da harmonia". Nesse ponto, reconhecemos o retor Fernandes Pinheiro falar mais alto, pois destaca que a escolha estética da escola foi o que causou o seu fim:

> N'esse plano inclinado devêra o romantismo encontrar sua ruina; e de facto não tardou que o bom senso se erguesse contra a idolatria da forma e os devaneios dos que se havião libertado das leis da crítica. O novo ideal degenerou logo, dando nascimento a obras informes, e abrindo espaço para a anarchia, proveniente da exageração do principio autonômico. A escola romantica succumbiu victima dos seus proprios excessos.[186]

Para finalizar, vejamos qual o posicionamento do Cônego Fernandes Pinheiro a respeito de crítica literária. Considera-se que sua exposição do conceito é bastante extensa para um manual que pregava a síntese, oferecendo a ela, nada mais e nada menos que um capítulo inteiro, com quatro páginas. O estudo pode ser visto do seguinte modo: 1º.) – traz a

[184] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1885, p. 164-165.
[185] *Idem, ibidem*, p. 164.
[186] *Idem*, *ibidem*, p. 166.

definição de crítica; 2º.) faz algumas considerações sobre o que não se caracteriza como crítica; 3º.) narra suas origens; 4º) traça o papel do crítico literário; 5º.) comenta os tipos de crítica da época.

Embora ainda obedecendo aos padrões retóricos, a concepção de crítica literária do Cônego constrói-se com muito mais requinte e detalhes do que a de muitos outros retores da época, e os aspectos valorizados aproximam-se daquilo que alguns, atualmente, concebem como crítica. Depreende-se da posição do eclesiástico uma valoração do papel orientador da crítica literária, que, através dos apontamentos de certo e errado, busca "evitar os erros que os maiores engenhos havião commettido"[187] e, assim, possa, da melhor maneira possível, desenvolver o "belo" na obra literária. Com certeza, trabalha a idéia de que a literatura é fruto do "gênio", o qual "em sua pasmosa irradiação pode comprehender e exprimir o que há de mais elevado"[188], mas que necessita dos preceitos teóricos e críticos para conseguir refinar o "gosto" com exeqüibilidade.

A crítica seria, portanto, a orientadora do "gosto" poético, uma vez que ele "é susceptível de corromper-se assim como de aperfeiçoar-se, devendo ser a missão da critica o mantel-o em seu verdadeiro padrão"[189]:

> *Critica litteraria* é o juizo imparcial e esclarecido das obras dos escriptores antigos e modernos. Exige rectidão d'espirito, sentimento vivo e delicado das bellezas e defeitos, grande honestidade e elevação de vistas, intelligencia profunda da verdade, e erudição solida e variada.
> Uma severidade exclusiva que reduzisse o bello a formas convencionadas, a condições externas e secundarias, não seria verdadeira *critica*, a qual deve ser obra do talento e muitas vezes do genio que julga com indulgencia e não dá pábulo ao ciúme e á inveja.
> Dá-se vulgarmente o nome de *critica* a um acervo de juizos mesquinhos em que o capricho e a malignidade profligão sem plano o lado mão das cousas e os ridiculos do auctor. Essa nunca foi a verdadeira *critica*, que fazendo garbo de desinteresse, folga com os triumphos alheios, e jamais esquece da polidez e cavalheirismo tão necessarios no tracto das letras.[190]

[187] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1885, p. 170.
[188] *Idem, ibidem*, p. 170.
[189] *Idem*, *ibidem*, p. 174.
[190] *Idem, ibidem*, p. 169-170.

Essa longa passagem ilustra também uma certa aversão do Cônego Fernandes Pinheiro pela linguagem de alguns discursos críticos, nos quais se divulgavam apenas os aspectos negativos da obra criticada com a falta de "polidez e cavalheirismo", munindo-se totalmente da parcialidade. Para quem apoiava o julgamento imparcial, a linguagem crítica deveria se revestir de certo ornamento retórico em que apontasse as "belezas" e os "defeitos" sem se deixar levar pelo instinto pessoal. Dessa maneira, tenta traçar o papel do verdadeiro crítico:

> Convem o papel de critico aos escritores sãos e delicados, que destituidos da qualidade inventiva limitão sua ambição a analysar os trabalhos alheios, apontando-lhes as bellezas e defeitos: os magistrados da litteratura que applicão as leis com amplo conhecimento de causa. Bem que modesta, não é menos util a sua missão; e Horacio, que com tanta proficiencia a desempenhou, comparava-se á pedra d'afiar que dá corte ao ferro sem ter a virtude de cortar. [191]

Logo após, aponta três tipos de crítica literária, valorizando, portanto, a última, que compreende uma análise por meio de uma espécie de comparação entre obras comumente utilizadas pelos retores. Roberto Acízelo diria que a "quem pretenda ver aí um algum protocomparativismo, levado pelo entusiasmo que hoje suscita a assim chamada literatura comparada, é preciso advertir para a arbitrariedade dessa suposição, pois o cônego não faz senão transpor para o campo da crítica o esquema de um processo retórico da composição, conhecido como *confronto*, cujas formas habituais são o *contraste* e o *paralelo*."[192] Vejamos, então, pelas palavras do Cônego, quais seriam os métodos de análise propostos, atentando-nos para a postura crítica atual do eclesiástico no que diz respeito à perspectiva histórica no entendimento da obra literária:

> pela impressão que resulta da primeira leitura de qualquer obra; pela analyse detida e minuciosa de cada uma de suas partes, tomadas em separado; e pela confrontação da obra que analisamos com outra de natureza indentica, ou semelhante. (...) O terceiro methodo deve ser o preferido com a clausula d'uma conscienciosa analyse, tanto absoluta como relativa ao espirito da obra. Condição essencial é do crítico transportar-se pela imaginação a epocha em que foi escripta a obra que tem de julgar, fazendo consciencioso estudo das ideias que então dominavão e do caracter dos homens que tomaram activa parte nos acontecimentos. [193]

[191] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1885, p. 171.
[192] SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 1999, p. 79.

C A P Í T U L O IV

———

O Cônego e a Historiografia Literária

Durante os seus dezoito anos de Colégio Pedro II, o Cônego Fernandes Pinheiro ensinou não só a matéria de retórica e poética, mas também a de história da literatura portuguesa e brasileira, por conta dos tópicos obrigatórios da ementa das disciplinas de literatura: "Retórica e Poética" (1858-1861), "Retórica e Poética e Literatura Nacional" (1862-1869) e "História da Literatura em geral e especialmente da portuguesa e da nacional" (1870-1876).

Com isso, o Cônego Fernandes Pinheiro se envolveria diretamente com a historiografia literária, desenvolvendo vários trabalhos, dos quais os mais significativos são os livros de história literária que escreveu como auxílio didático às aulas de história da literatura do referido colégio. Em 1862, oficializada a disciplina de "Literatura Nacional", o eclesiástico oferece aos alunos do sétimo ano um compêndio de história da literatura portuguesa e brasileira, o *Curso elementar de literatura nacional*, considerado o precursor da história literária no Brasil.

Pela primeira vez, tínhamos um livro que sistematizava a evolução do fenômeno literário brasileiro, embora acompanhado da literatura portuguesa pela posição crítica lusófila do autor, que acreditava em nossa dependência literária antes do romantismo. Bem longe, porém, seria o modelo ideal e acabado de história literária que desejávamos. Estávamos apenas iniciando uma nova fase da historiografia literária no Brasil, a de constituição das histórias literárias brasileiras. Ainda no século XIX, participariam dessa fase as histórias literárias, como, por exemplo, as de Ferdinand Wolf, *O Brasil literário* (1863), de Sotero dos Reis, o *Curso de literatura portuguesa e brasileira* (1866-1873), de Sílvio Romero, a *História da literatura brasileira* (1888).

---

[193] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1885, p. 172.

O *Curso de literatura nacional* do Cônego Fernandes Pinheiro torna-se significativo porque, pelo pioneirismo, possibilita finalmente aos brasileiros ter um produto reconhecido que comprovasse a existência de uma tradição literária nacional e, assim, marcasse a nossa independência literária. Essa possibilidade de afirmação literária tornou-se um dos interesses dos historiadores da época, os quais, desde o início do século, trabalhavam em conjunto pela restituição histórica de nosso passado literário.

O historicismo romântico no Brasil

As manifestações de crítica literária oitocentista dividem-se em duas vertentes: a retórico-poética e a historicista. A primeira adveio da educação humanística clássica, cultivada pelos mestres de ensino, enquanto a segunda instaurou-se pela influência da filosofia romântica, tendo uma ampla repercussão em todo o circuito intelectual desse período.

No Brasil, a grande receptividade que teve a tendência historicista deveu-se ao fato de que as diretrizes históricas do Romantismo atendiam diretamente aos anseios patrióticos brasileiros de construção da nacionalidade. O historicismo romântico, sob os influxos subjetivo, mítico e idealista, surgiu com a perspectiva de individualização do povo. Tentava-se colocar em destaque o caráter *próprio* que cada um deles expressava como característica de sua identidade diante dos demais. Estavam estabelecendo, portanto, "fronteiras imaginárias" entre os grupos, que terminavam por criar "ilhas culturais" sob a designação de "nação", "comunidade" etc. Em estudo conhecido sobre essa temática, J. Guinsburg assinala pertinentemente que "o Romantismo, na sua propensão historicizante, aglutina as sociedades em mundos, comunidades, nações, raças, que têm antes culturas do que civilizações, que secretam uma individualidade peculiar, uma identidade, diferencia de quaisquer outros."[194]

No Brasil, a filosofia histórico–romântica veio a calhar, porque refletia de imediato o desejo incondicional do país de constituir uma *nação* independente de Portugal, despertado pela emancipação política. A construção oficial da História do Brasil, até então inexistente, tornar-se-ia o elemento-chave da comprovação, uma vez que um país só teria o *status* de nação quando apresentasse a história de seu passado, por vezes mítico ou idealista, que o distinguisse

[194] GUINSBURG, J. Romantismo, historicismo e história. In: _____. (org.) 2ª ed. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 15.

dos outros. Nessa história, o exercício era destacar o conjunto de *traços* peculiares da sociedade brasileira que mostrassem o seu desligamento perante Portugal.

É nesse sentido que os intelectuais da época entregam-se, segundo Antônio Soares Amora, à atividade de "construção da história de um Brasil que nasce no século XVI (do descobrimento e da colonização portuguêsa) e que em três séculos cresce e define um caráter nacional, que se impõe no comêço do século XIX e que compete aos historiadores definir claramente na consciência dos brasileiros."[195]O esforço comunitário dos brasileiros na tentativa de estabelecer, com os trabalhos historiográficos, uma tradição histórica brasileira, muitas vezes forjada, tendo em vista a construção identitária do país, poderia ser interpretado como um processo de *invenção da tradição*, conceituado pelo historiador Eric Hobsbawn como

> Um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta–se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.[196]

Almejando a construção da História do Brasil, houve a necessidade de compor a história da literatura brasileira como parte da história do país da qual tiraríamos os elementos necessários para demarcar uma tradição literária. Um dos traços que confirmam uma *nação* está na história da cultura literária do país. Impulsionados pela urgente historicização do fenômeno literário nacional, os estudiosos românticos de nossa literatura encararam a literatura muito mais como um elemento histórico de "afirmação e diferenciação de autonomia" do que uma expressão artística.[197] Os trabalhos do período giravam em torno da ambição quantitativa de confirmação do passado cultural, e daí advém a coerente abundância de coletâneas, de edição e reedição de obras, de biografias e de histórias literárias.

---

[195] AMORA, Antônio Soares. *História da literatura brasileira*: séculos XVI–XX. São Paulo: Saraiva, 1958, p. 74.

[196] HOBSBAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In:_____. *et alii*. *A invenção das tradições* (trad. Celina Cardim Cavalcante). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9.

[197] Em "A biblioteca imaginária ou o cânone na história da literatura brasileira", João Alexandre Barbosa expressa que os estudos literários românticos baseavam–se "no princípio básico da exaltação nacionalista das expressões brasileiras com relação às fontes européias. Os critérios eram, portanto, a diferenciação e a afirmação de autonomia." (cf. In: *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê, 2003, p. 28.)

Essencialmente, a orientação dos nossos estudiosos era compor um quadro sólido do passado literário da jovem nação, ou seja, da história da literatura brasileira, que, na verdade, não ocorreu de maneira instantânea, como se poderia esperar.

Os primeiros passos: a fase das coletâneas.

Como era recente a tomada de consciência nacional, revelávamos um despreparo material para que pudéssemos empreender um trabalho grandioso como o da sistematização da literatura brasileira. Nesse sentido, é compreensível o processo progressivo das etapas que passamos antes da constituição das primeiras histórias literárias. Num capítulo importante sobre a consciência literária romântica, Antonio Candido traça as várias etapas da historiografia literária romântica:

> Primeiro, o panorama geral, o "bosquejo", para traçar rapidamente o passado literário; ao lado dele, a antologia dos poucos textos disponíveis, o "florilégio", ou "parnaso". Em seguida, a concentração em cada autor, antes referido rapidamente no panorama: são as biografias literárias, reunidas em "galerias", em "pantheons"; ao lado disso, um incremento de interesse de textos, que se desejam mais completos; são as edições, reedições, acompanhadas geralmente de notas explicativas e informação biográfica. Depois, a tentativa de elaborar a história, o livro documentário, construído sobre os elementos citados.[198]

Anteriormente à fecundação das primeiras histórias literárias, procede-se a um trabalho de recuperação e compilação de textos literários, reproduzidos nas antologias e coletâneas, sob os nomes, como revela Antonio Candido, de "florilégio", "parnaso" e seus derivados, tendo em vista fundamentalmente a divulgação, a preservação e a reabilitação dos nomes de escritores e dos textos literários antigos e contemporâneos, bem como o incentivo aos novos literatos, para dar prosseguimento à tradição literária.

O *Parnaso Brasileiro* de Januário da Cunha Barbosa figura como um dos trabalhos precursores mais representativos dessa fase antológica, reunindo nos dois volumes da obra, publicada em 1829 e 1831 respectivamente, os escritores árcades brasileiros, com destaque para os mais conhecidos: Inácio da Silva Alvarenga, José Basílio da Gama e Cláudio Manoel da Costa. O trabalho de Cunha Barbosa inspirou–se no *Parnaso Lusitano*, de Almeida Garrett,

de 1826. Ainda nesse setor, havia uma coletânea congênere à de Januário de Cunha Barbosa. Em 1843, Pereira da Silva lança o primeiro volume do seu *Parnaso Brasileiro*, pela editora Laemmert, com o objetivo de ampliar o quadro de escritores do parnaso do colega Januário, divulgando as "poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil" até a época do autor, contemplando, porém, os escritores do século XIX só no segundo volume do ano de 1848.[199] Nesse sentido, a coletânea engloba os nomes de Gregório de Mattos, dos árcades e, no segundo tomo, de alguns românticos como Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias.

Como afirma Antonio Candido, o *Florilégio da poesia brasileira* ou *coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo a biografias de muitos deles, tudo precedido de um ensaio histórico sobre as letras*, de Francisco Adolfo Varnhagen apareceria como uma das "três obras principais dessa etapa antológica"[200] da crítica literária brasileira. Tal antologia apresenta-se pela primeira vez em dois volumes em 1850 e, logo em seguida, em 1853, teria seu terceiro volume. Varnhagen a prepara sob uma posição declaradamente mais rígida do que as anteriores ao selecionar os escritores, pois se baseia no critério da naturalidade brasileira, no sentido de que são excluídos do quadro canônico da obra todos aqueles escritores não nascidos no Brasil. O trabalho de Francisco Varnhagen configura-se como o mais completo em relação a textos publicados, como se pode averiguar, por exemplo, por meio do número significativo de poesias de Gregório de Mattos, presente no mesmo.

> De Eusébio de Matos a Fr. João Batista da Purificação, passando por Gregório de Mattos, Manuel Botelho de Oliveira, Cláudio Manuel da Costa, Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Gonzaga e Domingos Borges de Barros, o *Florilégio*, com apêndice acrescido em 1872 ao tomo III, arrolou 67 poetas, testemunho concreto de um levantamento cuidadoso e até generoso, se pensarmos nos que saíram da história literária pelo mesmo veículo que nela os havia feito penetrar.[201]

---

[198] CANDIDO, Antonio. *Op. cit*., 1971, p.349.
[199] cf. MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalidade e originalidade: a formação da literatura brasileira no pensamento crítico do Romantismo*. 1989, 275 f. Tese (Doutorado em Letras.) Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, p. 101.
[200] CANDIDO, Antonio. *Op.cit.*, 1971, p. 349.
[201] MARTINS, Wilson. *Op. cit*, 1983, v. 1., p. 122.

Nesse aspecto, também conhecido é o *Meandro poético* do Cônego Fernandes Pinheiro. Publicado pela Garnier em 1864, o livro traz a representação da produção literária brasileira seguindo os mesmos parâmetros dos demais trabalhos do gênero. Havia, porém, uma pequena especificidade em relação aos outros: é que o *Meandro poético* direcionava-se especificamente aos jovens, sendo assim de caráter didático, como se pode observar no seu prefácio de 1863.

Num trecho desse prefácio, verificamos o direcionamento didático do livro: "Julgamos prestar serviço à *juventude estudiosa* oferecendo-lhe uma seleção de poesias de alguns autores brasileiros cuja reputação já se acha consolidada pelo juízo da posteridade. (...) É este mais um livrinho elementar que dedicamos aos nossos *jovens compatriotas*, sobre cujas louras cabeças adejam as esperanças do Brasil."[202] O *livrinho* do Cônego é uma coletânea de poesias de quatorze *poetas nacionais* com suas respectivas biografias. Elas foram expostas aos leitores "para que fosse satisfeita a natural curiosidade de conhecer o autor antes de ler suas obras."[203]

Embora estivéssemos em pleno período áureo do Romantismo, o livro contempla somente alguns poetas brasileiros das fases literárias anteriores. Talvez tal postura se justifique por haver um interesse maior em resgatar e conhecer o passado literário para, depois, dar prosseguimento à divulgação da produção atual. Por outro lado, pode-se pensar que, nesse período, instaurava-se certo medo em estudar a contemporaneidade por conta da incerteza que o presente literário instaurava. Nela, encontram-se tanto os árcades Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, José de Santa Rita Durão e Basílio da Gama, quanto os que chamaríamos de pré-românticos: Francisco de São Carlos, José da Natividade Saldanha, José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco Vilela Barbosa (Marques de Paranaguá), João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, Francisco Bernardino Ribeiro, Manuel Alves Branco e Luis Paulino Pinto da França.

[202] PINHEIRO, J. C. F. Prefação. In: *Meandro Poético* (coordenado e enriquecido com esboços biográficos e numerosas notas histórias mitológicas e geográficas pelo cônego Doutor J. C. Fernandes Pinheiro). Rio de Janeiro: B. L. Garnier/Paris: Garnier Irmãos, 1864, p. I.
[203] Cf. PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1864, p. I.

As "pré-histórias" literárias

Ao passo que nos dedicávamos à reconstituição e à divulgação do nosso acervo literário, por meio de antologias, coletâneas, parnasos etc., apresentávamos as primeiras manifestações historiográficas, visando à sistematização do fenômeno literário nacional, divulgadas geralmente em periódicos ou prefácios das coletâneas. Esses textos não passavam de breves *esboços* da história da literatura brasileira.

A idéia de *historiar* a evolução literária brasileira, porém, não foi original, muito menos a primeira. Um pouco antes dos primeiros *esboços*, os estrangeiros já se preocuparam com a produção literária dos trópicos e foram a fonte inspiradora de nossos críticos e historiadores. Entre 1801 e 1819, Friedrich Bouterwek consagrava-se à sistematização da literatura ocidental na sua *História da poesia e eloqüência*, dedicando-se ao estudo da literatura portuguesa em seu quarto volume, de 1805, em cujo conteúdo figuram o nome de dois escritores brasileiros como pertencentes à mesma: Antônio José da Silva e Cláudio Manoel da Costa.

Em seguida, Sismonde de Sismondi escrevia *De la littérature du midi de l'Europe*, de 1813, na qual também examinava alguns escritores naturais do Brasil sob a mesma perspectiva. Demonstrava, no entanto, rapidamente, num tom meio profético, a possibilidade de independência literária do país, tendo em perspectiva a transferência do reino português. Sismondi dizia que "acontecimentos de todo imprevistos conferem à nação outra juventude e novas energias; *e não estarão próximos os tempos em que o império do Brasil venha a produzir, em língua portuguesa, dignos sucessores de Camões*?"[204] (grifos nossos)

As obras desses escritores não nos influenciaram de imediato, mas as de outros dois europeus: Ferdinand Denis e Almeida Garrett, "cujas obras, respectivamente, *Résumé de l'histoire du Portugal* e *Parnaso lusitano* ou *poesias seletas dos autores portugueses antigos e modernos*, ambas de 1826, marcaram a geração romântica, vindo a desempenhar um papel singular na configuração da literatura do Brasil."[205]

[204] SISMONDI, Sismonde de. De la littérature du Midi de l'Europe: excertos. In: CESAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo*: a contribuição européia – crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978, p. 26.
[205] MOREIRA, Maria Eunice. *Op. cit.*, 1989, p. 18.

Em Paris, o português Almeida Garrett lança o *Parnaso lusitano ou poesias seletas dos autores portugueses antigos e modernos, ilustrados com notas*, no qual registra, num "Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa", os nomes dos brasileiros, enquadrando-os, porém, como representantes da literatura portuguesa, principalmente porque a presença brasileira, no caso da quinta época da história literária portuguesa, daria mais vitalidade literária ao país desse período.

Pela periodização do bosquejo, organizada por meio do critério cronológico em acordo com as evoluções políticas e literárias de Portugal, pode-se perceber esse enquadramento lusófilo da literatura brasileira:[206]

Quadro 1

Épocas	**Período**
1ª. Época	fins do século XIII até os princípios do XVI;
2ª. Época	idade do ouro da poesia e da língua, desde os princípios do XVI até os do XVII;
3ª. Época	principia a corromper-se o gosto e a declinar a língua – começo até o fim do XVII século;
4ª. Época	idade de ferro; aniquila-se a literatura, corrompe-se inteiramente a língua – fins do XVII até meados do XVIII século;
5ª. Época	restauração das letras em Portugal – meio do XVIII século até o fim;
"6ª." Época	segunda decadência da língua e literatura; galicismo e traduções;

[206] Cf. CESAR, Guilhermino. *op. cit.*, p. 82. ou ZILBERMAN, Regina. Uma teoria para a história da literatura no Brasil. In: MOREIRA, Maria Eunice. (org.) Anais do I Seminário Internacional de História da Literatura. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 3, n. 1, abril de 1997, p. 21.

De fato, a aceitação do esboço historiográfico de Garrett pelos brasileiros encontra-se no incentivo do autor à nossa independência literária, uma vez que ressalta a capacidade dos poetas de constituírem uma literatura própria a partir do momento em que representassem a *natureza pátria* como temática das suas poesias, conferindo-lhe um *caráter nacional*. É por esse caminho que Garrett envereda ao analisar as obras brasileiras, buscando os poetas que melhor trabalharam os elementos nacionais (mais especificamente a natureza), e que poderiam por isso oferecer maior representação à literatura do país. Desse modo, consagra Basílio da Gama como verdadeiramente nacional pela publicação d'*O Uraguai*, no qual o trabalho com as *coisas pátrias* é mais significativo do que nas outras obras literárias brasileiras.

No ano de 1826, assomava também em Paris o *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, de Ferdinand Denis. A obra visualiza pela primeira vez o evento literário brasileiro em separado da literatura portuguesa, ao contrário do que sugeriam o seu título e a proposta de ser um apêndice ao final do resumo da história da literatura de Portugal. Conforme Regina Zilberman, a "localização do ensaio chama a atenção, pois, até o momento, as obras de Denis haviam se voltado quase que exclusivamente ao exame da região americana, procedimento que continua usando após a publicação dos resumos de 1826."[207]

Ferdinand Denis, entretanto, efetua o desmembramento da literatura do Brasil sem a preocupação de sistematizá-la nos padrões das histórias literárias, detendo-se apenas na reivindicação de que essa literatura tinha condições de apresentar-se totalmente livre pelas fontes de inspiração que possuíam os poetas dentro da própria pátria. Baseava-se no conceito de que a literatura independente é aquela que se apresenta *original* e, para tanto, deve ter sua *cor local*, alcançada por meio da extração de temas oriundos do espaço, em específico, a *natureza*: "O Brasil, que sentiu a necessidade de adotar instituições diferentes da que lhe havia imposto a Europa, o Brasil experimenta já a necessidade de ir beber inspirações poéticas a uma fonte que verdadeiramente lhe pertença; e, na sua glória nascente, cedo nos dará as obras-primas desse primeiro entusiasmo que atesta a juventude de um povo."[208]

---

[207] ZILBERMAN, Regina. Administrando a literatura por meio da história: Ferdinand Denis, Almeida Garrett e a literatura brasileira. *Letras de hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 25, n.3,, setembro de 1990, p. 98.
[208] DENIS, Ferdinand. Resumo da história literária do Brasil: texto integral. In: CESAR, Guilhermino. *Op. cit.*, p.36.

Nesse sentido, sob uma abordagem retrospectiva, o crítico detecta que, no período colonial brasileiro, mesmo não totalmente independente no aspecto literário, "o amor infeliz, o descobrimento dessa bela região, as conquistas dos Europeus, haviam já inspirado aos homens do Novo Mundo; sem o perceber, deixavam-se seduzir por um ambiente delicioso; poetas da natureza, haviam celebrado seus encantos; dominados por paixões nobres e ardentes, cantavam o seu poder"[209] e, por isso, declara que a literatura brasileira "começou com alguns imperfeitos relatos do século XVI, os quais se refugiaram, em grande parte, nos arquivos da Torre do Tombo", mas seria

> completamente ocioso pretendermos descobrir poetas, antes do princípio do século XVII, que tenham merecido honrosa citação. Os primeiros tempos, após o Descobrimento, foram gastos em tantas atividades guerreiras e tão penosos trabalhos, que não houve quem se ocupasse, em especial, da literatura propriamente dita.[210]

O estudo garante algumas manifestações nacionais na literatura do Brasil, mas não a sua completa emancipação do jugo da Metrópole. Nisso, o *Resumo da história literária do Brasil* se transforma mais em um programa direcionador da literatura nacional no auxílio da maturidade literária brasileira do que uma história literária propriamente dita. No quadro de autores, salvo alguns outros nomes mencionados rapidamente, figuram basicamente os mesmos nomes canônicos dos árcades, Caldas, Alvarenga, Santa Rita Durão, Basílio da Gama e Tomás Antônio Gonzaga, os três últimos com um estudo mais detalhado.

Após os precursores ensaios historiográficos de nosso evento literário, configurados como verdadeiros manifestos de reforma da literatura brasileira, advindos dos olhares europeus, os brasileiros se motivaram a traçar a história da literatura nacional como fator essencial na comprovação de nacionalidade.

Na verdade, o Brasil demonstrou-se bem atrasado em manifestar os primeiros trabalhos de historiografia literária, quando se tem em perspectiva o adiantamento daqueles europeus em relação a nós mesmos. Gonçalves de Magalhães apresentaria apenas em 1836 o manifesto de independência literária brasileira, no qual se detecta o primeiro esboço brasileiro do desenvolvimento da literatura do país sob a perspectiva historiográfica. Como assegura Afrânio Coutinho:

---

[209] DENIS, Ferdinand apud CESAR, Guilhermino. *Op. cit.*, p.35-36.
[210] *Idem, ibidem*, p. 41-42.

> Magalhães situou nos devidos têrmos uma filosofia historiográfica e fundamentou o problema da história literária. Punha têrmo à confusão entre a verdadeira história literária e os florilégios, antologias, catálogos bibliográficos. Libertou a história literária das suas ligações espúrias. E o estudo permanece como o seu ponto de partida, ao menos no sentido de que constitui *a primeira formulação de filosofia historiográfica brasileira* (...)[211] (grifos nossos)

O texto, intitulado "Discurso sobre a história da literatura do Brasil", uns dos ensaios do primeiro volume da revista *Niterói*, de 1836, acompanha a vida literária nacional paralela à evolução histórica do país, dividindo-a em dois momentos importantes. O primeiro relaciona-se basicamente com todo o período colonial, desde o descobrimento (séc. XVI) até o século XVIII. Nesse último se verifica o progresso literário, pois neste

> século os moços, que na Europa colheriam os frutos da sapiência, trouxeram para o seio da pátria os gérmens de todas as ciências, e artes; aqui benigno acolhimento acharam nos espíritos ávidos de saber, e destarte se propagaram as luzes, dado que a estrangeiros, e alguns livros impedido fosse o ingresso. (...) Então vasto campo literário abriu-se no Brasil, todos os ramos da literatura aí foram cultivados; homens de subida [sic] têmpera mostraram que os gênios dos incultos sertões da América podiam dilatar seu vôo até as margens do Tejo.[212]

O segundo trata do início do século XIX, a partir de 1808, até a atualidade do poeta, permitindo-lhe pensar numa fase mais fértil da literatura brasileira, pelo assomo do espírito patriótico nos nossos poetas: "Uma só idéia absorve todos os pensamentos, uma nova idéia até ali desconhecida, é a idéia de pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome."[213]

O quadro de periodização literária de Magalhães pode ser desenhado desta maneira:

---

[211] COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada*.: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1968, p. 151.
[212] MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. In: MOREIRA, Maria Eunice et ZILBERMAN, Regina. Crítica literária romântica no Brasil: primeiras manifestações. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. V. 5, n. 2. Porto Alegre – RS: EDIPUCRS, agosto/1999, p. 36.
[213] *Idem, ibidem*, p. 36.

Quadro 2

Partes	Períodos
1ª. Parte : "os séculos XVI, XVII e XVIII"	Século XVI: nenhum escritor nacional; Século XVII: alguns prosadores e poetas de características religiosas; Século XVIII: início do desenvolvimento literário do país quando se cultivam vários ramos da literatura, sob influência estrangeira;
2ª. Parte: "De 1808 até os nossos dias"	Século XIX: novas perspectivas para o desenvolvimento literário nacional, tendo como elemento propulsor o sentimento pátrio;

Oito anos depois, o crítico Santiago Nunes Ribeiro apresenta-nos, na *Minerva Brasiliense*, o artigo "Nacionalidade da literatura brasileira", com uma proposta de historização do passado literário do Brasil. Conforme declara Maria Eunice, a "divisão literária, realizada em torno dos acontecimentos históricos, é movimentada pelas 'evoluções íntimas da literatura', que, segundo sua concepção, refletem a dinamicidade do progresso."[214]

A periodização desenvolvida por Santiago Ribeiro apropria-se dos séculos para a demarcação histórica da evolução literária, mas distancia-se do período estático completo do tempo, estabelecendo uma flexibilidade, pois acompanha as representações literárias a partir das atividades sociais no decorrer do período. Dessa maneira, o quadro histórico da literatura nacional resume-se em três épocas distintas, como é possível observar no quadro abaixo:

[214] MOREIRA, Maria Eunice. *Op. cit.*, 1989, p. 110.

Quadro 3

Épocas	Períodos
1ª. Época:	Do século XVI até meados do século XVII, representada pela figura do escritor Botelho de Oliveira e pela presença da literatura espanhola da decadência;
2ª. Época:	Do século XVII até 1830. Silva Alvarenga torna-se o grande representante deste período;
3ª. Época:	Marcada pela presença de Gonçalves de Magalhães;

Desse período, há um texto introdutório, "Estudos sobre a literatura", de Pereira da Silva, publicado em seu *Parnaso brasileiro*, em que há a preocupação de traçar a história da literatura brasileira. O autor dessa antologia utiliza-se dos períodos da história, sob a perspectiva nacionalista, na elaboração da retrospectiva literária do país, que alcança desde a fase de descobrimento até o século XVIII, não se detendo na fase posterior, do século XIX, deixando "os comentários sobre essa fase para uma etapa posterior, limitando-se a relacionar os escritores representativos do gosto da época e que integrarão sua coleção."[215] Nessa abordagem, constata algumas manifestações literárias nacionais nos poetas do século XVIII, muito embora não nos permitisse a declaração da existência da literatura brasileira até esse período.

Quadro 4

Séculos	Situação
Século XVI	Detecção da quase inexistência de produção poética;
Século XVII	Das poucas representações literárias, todas porém são presas aos padrões da Metrópole;
Século XVIII	O mesmo quadro se repete;

[215] MOREIRA, Maria Eunice. *Op. cit*., 1989, p.109.

Outro estudioso que tentou apresentar um estudo historiográfico foi Joaquim Norberto de Sousa e Silva com a publicação do "Bosquejo da história da poesia brasileira", como parte introdutória do livro *Modulações Poéticas*, de 1841, na qual há, segundo palavras de Candido, "a primeira tentativa de distinguir períodos configurados em nosso passado literário"[216]. O escritor, porém, fez sua reformulação, alguns anos depois, ao escrever parte dos capítulos da projetada história literária, inseridos nas páginas da *Revista Popular*, entre 1859 e 1862.

No "Bosquejo", a leitura histórica das letras brasileiras de Norberto baseia-se no sistema divisório totalmente mecanicista de épocas, as quais são organizadas de acordo com séculos ou passagens da história política ou literária do país. O esquema geral se estabelece como se pode observar no quadro 5:

Quadro 5

Época	Período
1ª. Época:	Do século XVI até o final do XVII;
2ª. Época:	Inícios até meados do século XVIII;
3ª. Época:	De meados até fins do século XVIII;
4ª. Época:	Desde o início do século XIX até a proclamação da independência do Brasil;
5ª. Época:	Da independência até a reforma da poesia;
6ª. Época:	Da reforma da poesia nacional;

Desses historiadores, Joaquim Norberto foi quem mais próximo chegou de construir uma história literária.[217] Ele idealizou escrever o que seria a primeira história literária brasileira se o projeto não fracassasse no meio do caminho. Assim, conseguiu apenas publicar alguns dos capítulos na *Revista Popular*, da qual foi assíduo colaborador. Nos quatro anos de circulação da *Revista*, foram divulgados quatro capítulos do Livro 1º- *Introdução Histórica* e dois capítulos do Livro 2º- ***Século 1º-***. Os artigos que constituem o Primeiro Livro são: "Da Introdução"[218], "Da Nacionalidade"[219], "Da Inspiração"[220] e "Da Originalidade"[221]. Os do

[216] CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, 1971, p. 335.
[217] Cf. CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, 1988.; COUTINHO, Afrânio. *Op. cit.*, 1968; MOREIRA, Maria Eunice. (org.) Anais do I Seminário Internacional de História da Literatura. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 3, n. 1, abril de 1997;
[218] *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, t. IV, p. 257; t. V, p. 21.
[219] t. VI, p.298; t.VII, p.105, 153, 201, 286.
[220] t. XVI, p. 261.

Segundo são os seguintes: "Das tendências dos selvagens para a poesia"[222], "Da catequese e instrução dos selvagens pelos jesuítas"[223].

Modelado de acordo com "os momentos significativos da vida brasileira"[224], o projeto inicial propunha seguir a seguinte periodização do desenvolvimento literário nacional:

Quadro 6

Livro 1: Introdução Histórica	
Capítulos I	Da Introdução
Capítulo II	Da Nacionalidade
Capítulo III	Da Inspiração
Capítulo IV	Da Originalidade
Livro 2: Século I (1500)	
Capítulo I	Da Tendência dos Selvagens para a Poesia
Capítulo II	Da Catequese e Instrução dos Selvagens pelos Jesuítas
Capítulo III	Da Língua Portuguesa (Inédito)
Capítulo IV	Da Literatura Portuguesa. (Inédito)
Livro 3: Século II (1600) - (Inédito)	
Livro 4: Século III (1700) – (Inédito)	
Livro 5: Século IV (1800) – (Inédito)	

Mesmo justificando que as "épocas são meras divisões históricas, difíceis de reter na memória com todos os autores, que nelas apareceram, o que não sucede quando nos referimos à divisão cronológica"[225], a reformulação da periodização da história da literatura não apresenta grandes modificações, posto que ainda apoiada no sistema mecanicista do tempo, mesmo que o deixasse um pouco mais amplo do que a anterior.

Se muitos acreditavam que a literatura brasileira havia começado com a proclamação da república literária na voz de Gonçalves de Magalhães, Norberto, nacionalista ferrenho, acompanhou a literatura de seu país já emancipado, desde as primeiras expressões dos

[221] t. IX, p. 160 e 193.
[222] t. II, p.243; t. III, p.5; t. IV, p.271.
[223] t. III, p. 237.
[224] MOREIRA, Maria Eunice. *Op. cit.*, 1997, p. 113.
[225] SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Introdução histórica sobre a literatura brasileira. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, t. V, jan./março de 1860, p. 23-24.

indígenas até a ruptura decisiva com a independência política e a publicação da obra *Suspiros poéticos e saudades*, de Magalhães.

Como nos outros casos, a visão nacionalista direciona o posicionamento historiográfico do crítico quando tende a detectar os traços distintivos nacionais na produção brasileira desde os primórdios, os quais valorizam e destacam a tradição da literatura do país. No caso de Joaquim Norberto, os escritores mais significativos antes da consagração do nacional na literatura gira em torno dos autores árcades como Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga, Basílio da Gama e Santa Rita Durão.

As histórias literárias precursoras

As primeiras histórias literárias revelam seguir parâmetros nacionalistas de detecção da representação nacionalista, como elemento de diferenciação e emancipação da literatura brasileira, similares aos adotados pelos esboços historiográficos anteriores. A história da crítica literária registra que a constituição dos primeiros exemplos de histórias literárias só foi possível a partir de 1860.

Por meio do critério de ordenação temporal, pode-se dizer que a primeira história literária brasileira na qual se apresenta um mecanismo crítico-literário de sistematização da produção literária surge em inícios dos anos 60, com a publicação do *Curso elementar de literatura nacional*, de Fernandes Pinheiro. Nele há, pela primeira vez, a adoção de uma perspectiva evolutiva da literatura que, por meio da linhagem temporal, fundamenta um *recorte* do fenômeno literário nacional. Os autores e obras são observados em um conjunto definido por suas características em comum, que se sustentam a partir de uma base intra ou extraliterária.

Nesse período teríamos duas outras obras. Em 1863, o estrangeiro Ferdinand Wolf publica em francês *O Brasil literário*, e, três anos depois, o também professor de literatura, Sotero dos Reis, coloca em circulação o primeiro volume do *Curso de literatura portuguesa e brasileira*. Com o *Curso de literatura nacional*, essas três histórias literárias participariam do primeiro quadro canônico de história literária, contestado, no final do século, a partir da publicação da *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero. Elas trouxeram os primeiros traços formais e teóricos que configurariam esse gênero narrativo no país no que diz respeito,

pelo menos, à periodização histórica, à análise da produção literária, à constituição do quadro canônico de autores e obras e à tendência nacionalizante, os quais, de uma maneira ou de outra, seriam sustentados pela grande maioria de nossas histórias literárias subseqüentes.

De acordo com a filosofia da época, o Cônego Fernandes Pinheiro, Sotero dos Reis e Wolf adotaram a perspectiva metodológica da disciplina histórica, em que o fato literário era visto como um ramo da evolução da história nacional, pois permitia afirmar o *status* de nação brasileira. Os três historiadores tentam traçar uma história da literatura no Brasil, marcados pelo instinto de exaltação nacional e imbuídos do desejo de destacar a emancipação brasileira, utilizando-se, portanto, da mesma periodização aplicada à história política e social do país. Segundo René Wellek, para as histórias literárias, a "literatura é, assim, entendida como se fosse inteiramente determinada pelas revoluções políticas ou sociais de uma nação, e problema de determinar os períodos é endossados aos historiadores políticos e sociais, cujas divisões e períodos são adoptados usualmente e sem questão."[226]

Embora fosse produto de sistema metodológico semelhante, pode-se dizer que o estudo historiográfico dos brasileiros se afasta em alguns momentos do utilizado por Wolf. Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis estudaram a literatura portuguesa e brasileira conjuntamente. Já Ferdinand Wolf elaborou uma sistematização diferenciada, pois tentou traçar a evolução histórica da literatura especificamente brasileira sem qualquer estudo paralelo da literatura lusitana, inspirando-se na perspectiva de seus colegas brasileiros Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre e, principalmente, Joaquim Norberto.

Como veremos, o precursor Fernandes Pinheiro pretendia escrever um estudo da história da literatura nacional, dirigido aos alunos do Colégio Pedro II, e acabou elaborando uma narrativa sobre as duas literaturas: portuguesa e brasileira. Tudo se justifica pelo pensamento crítico do autor, que considerava o fenômeno literário do Brasil, antes do movimento romântico, como pertencente à metrópole colonial. Desse modo, constitui a trajetória histórica das literaturas portuguesa e brasileira, baseando-se nas datas da evolução política de Portugal. Na análise, porém, confunde-se numa periodização por meio de épocas, subdivididas por gêneros literários, que revela uma confusão característica da formação retórica e historicista do autor.

---

[226] WELLEK, René et WARREN, Austin. *Teoria da Literatura*. 2 ed. Lisboa: Publicações Europa-América/Biblioteca Universitária, 1971, p. 332.

Também de caráter didático foi o *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, de Sotero dos Reis, que representou, para muitos, como Antonio Candido, ser "sem dúvida, apesar de tudo, o mais considerável empreendimento no gênero, antes de Sílvio Romero"[227] e, mais, "o primeiro livro coerente e pensado de história literária, fundindo e superando o espírito de florilégio, de biografia e de retórica, pela adoção de métodos de Villemain. Merece, portanto, mais do que lhe tem sido dado."[228]

Os cincos volumes do livro acompanham um estudo sistemático das literaturas portuguesa e brasileira, porém os três primeiros são reservados exclusivamente à primeira, e o quarto e parte do último volume à segunda. A sistemática de Sotero dos Reis segue um esquema de contextualização histórica, exposição biográfica e, por fim, análise direta da obra. Dessa maneira, o estudo torna-se bastante claro e coerente com a tentativa de traçar *historicamente* a representação literária das duas nações. No procedimento historiográfico percebe-se a clara influência da posição de Villemain que, segundo Sotero dos Reis, tinha "compreendido melhor a necessidade de fazer um estudo sério e aprofundado desta segunda parte, dando-nos a análise das produções do gênio em cursos especiais, onde tudo quanto respeita à literatura de diversos povos é tratado e exposto com o preciso desenvolvimento."[229]

Essa admiração pelo mestre não o deixa escapar de todo da formação retórica com que foi criado, uma vez que revela nas análises críticas das obras a necessidade de exaltar, por meio do belo e da habilidade estética, além de utilizar-se do sistema comparativo entre os grandes cânones da literatura mundial para tentar igualar a capacidade poética dos autores e reivindicar a sua respeitabilidade no meio literário. Estudando Sousa Caldas, afirma sobre ele: "grande poeta que foi, segundo attesta o seu dialecto poetico e apurado gosto, um dos mais genuinos reprentantes da escola de Camões, florecêo no reinado de D. Maria I, e na regência do principe D. João que reinou depois como o título de D. João VI, e foi contemporaneo de Francisco Manoel e de Bocage, aos quaes igualou em talento, e excedêo em instrução."[230]

Desejoso de estabelecer o Brasil como nação frente aos países da Europa, o Imperador conferiu a Ferdinand Wolf a tarefa de escrever uma história da literatura brasileira que pudesse demonstrar-lhes que havia uma tradição intelectual e literária no país. *Le Brésil litteréraire* (*O*

[227] CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, 1971, p.354.
[228] *Idem*, *ibidem*, p. 356.
[229] *Idem*, *ibidem*, p. 354-355.

Brasil literário) configura-se por meio de uma metodologia diferenciada das duas anteriores, pois se trata de uma história da literatura brasileira que não trabalha com a literatura portuguesa. Sem conhecer diretamente a nação brasileira, o autor utiliza-se do material e das informações de amigos brasileiros, como Gonçalves de Magalhães e Porto Alegre, para elaborar sua história.

Como deixou claro, a sistematização se inspira na divisão do historiador Joaquim Norberto, encontrada no livro *Modulações Poéticas* de 1841, tendo apenas uma modificação "na fusão que fazemos do 4º e do 5º Períodos num só, o nosso 4º, visto que a declaração da Independência, seja qual for a importância política que tenha tido, não nos parece que tenha tido influência bastante sobre a literatura, além de ter determinado uma época de transição dificilmente perceptível."[231]

Nessa divisão, Wolf se confunde, pois a periodização presente no livro engloba cinco períodos, mesmo declarando em nota, como transcrevemos acima, a fusão dos dois últimos períodos. Desse modo, o que encontramos no conteúdo do livro são esses períodos: 1º, Descobrimento ao final do século XVII; 2º, Primeira metade do século XVIII; 3º, A outra metade do século; 4º, Do início do século XIX até a emancipação literária de 1840; 5º, De 1840 à atualidade do autor;[232]

A leitura historiográfica de Ferdinand Wolf compreende a narração da história política do país e, em seguida, a apresentação dos mais representativos escritores e obras, tudo guiado pela verificação da emancipação literária do país, através da identificação dos traços distintivos nacionais que denotam o desligamento e a diferenciação da literatura da Metrópole.

---

[230] REIS, Sotero dos. *Curso de literatura portuguesa e brasileira*. Maranhão: professado no Instituto de Humanidades da Província do Maranhão. São Luis do Maranhão: B. Matos, 1866-1873, v. 4, p. 230.
[231] WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário*: história da literatura brasileira. (trad. Jamil Almansur Haddad). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955, p.8.
[232] *Idem*, *ibidem*, p. 7-8.

O pioneiro *Curso elementar de literatura nacional* (1862):

Na historiografia literária, o Cônego Fernandes Pinheiro tornar-se-ia bastante lembrado pela elaboração de um *compêndio* que seria visto como a nossa primeira história literária, que, primeiramente, direcionava-se aos estudantes da disciplina "Literatura Nacional", da turma do sétimo ano do Colégio Pedro II, no ano de 1862, mas, como era previsto, alcançaria um público muito maior. O eclesiástico mostrou-se ciente do *pioneirismo* que o livro granjeava. Em "Ao leitor", espécie de prefácio à obra, comemorava o acontecimento, embora disfarçado por certa modéstia retórica. Vale ressaltar, também, o direcionamento flexível da obra ao círculo escolar, perceptível pela presença do advérbio "principalmente", o qual nos permite interpretar que escrevia a outros tipos de leitores. Vejamos:

> Não temos a vaidade de crer que completo seja o nosso trabalho; é de suppor que tenha defeitos, originados uns da nossa insuficiência, e outros da estreiteza do plano que abraçamos, tendo em attenção a multiplicidade de matérias que estudam os alumnos do setimo anno do referido collegio, para os quaes *principalmente* o escrevemos. Consola-nos porém a persuasão de sermos o primeiro a realisar um pensamento que, quando aperfeiçoado, será de grande vantagem para a juventude.[233]

O *Curso de literatura nacional* apresenta-se dividido em quarenta e três lições, nas quais se trabalha o conteúdo específico do programa de ensino do Colégio Pedro II. As duas primeiras lições concentram-se em fazer um panorama histórico das origens da língua portuguesa e mostrar o conceito de divisão da literatura por onde o livro guiou-se. As outras restantes analisam diretamente as produções literárias.

A segunda lição torna-se essencial para o entendimento do pensamento histórico-literário do Cônego Fernandes Pinheiro, uma vez que nela se obtêm o conceito de nacionalidade e a explanação do tipo de periodização utilizada no acompanhamento historicista do desenvolvimento literário nacional. O Cônego adota uma periodização baseada nas fases políticas de Portugal ao encarar a literatura portuguesa e brasileira, tendo como modelo o método do escritor Borges de Figueiredo, publicado no livro *Bosquejo histórico da literatura clássica, grega, latina e portuguesa*, o qual divide em cinco fases da literatura portuguesa: *infância* (1140-1279), *adolescência* (1279-1495), *virilidade* (1495-1580), *velhice*

[233] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1883, p. VII.

(1580-1750) e *renascimento* (1750-1826). A única diferença é que há uma leve modificação na periodização, pelo acréscimo de uma nova fase, a *reforma*, que marca a inauguração da escola romântica "em Portugal pelo exímio poeta visconde de Almeida Garrett, e no Brazil pelo Sr. Dr. J. Gonçalves de Magalhães"[234], respectivamente, nos anos de 1826 e 1836 até a atualidade do autor. Nessa fase, percebem-se duas modificações: a primeira refere-se ao fato de que a periodização deixa de acompanhar a evolução da literatura por meio dos momentos políticos da Metrópole, encarando agora o evento literário por si só; a segunda, está na possibilidade de ver a produção literária brasileira independente da portuguesa, até a última fase encaradas como co-irmãs. Os períodos organizam-se do seguinte modo:

Quadro 7

Épocas	Período
Infância (1140-1279)	período de 139 anos que vai desde a fundação da monarquia em 1140 até o reinado de D. Diniz, que começou em 1279;
Adolescência (1279-1495)	duração de 216 anos, equivalente aos reinados de D. Diniz e D. Manoel;
Virilidade (1495-1580)	abrange 80 anos, desde o reinado de D. Manoel até o início de D. Filipe II; visto com o "*século áureo* da literatura portuguesa";
Velhice (1580-1750)	duração de 170 anos, compreendendo os reinados de D. Filipe II até D. João V;
Renascimento (1750-1826)	período de 76 anos, desde o reinado de D. João I ao de D. João VI, considerada "idade de prata, pelos grandes engenhos que nela viveram";
Reforma (1826) (1836)	estreada em Portugal pelo escritor Almeida Garrett e, no Brasil, por Gonçalves de Magalhães.

[234] PINHEIRO, J. C. F. *op. cit.*, 1883, p. 11.

A definição de literatura demonstra a forte ligação do Cônego Fernandes Pinheiro com os códigos retóricos de formação, baseados na idéia de *belas-letras*:

> Deriva-se a palavra literatura do vocábulo latino, *littera*, que, como se sabe, significa letra. Na sua mais ampla acepção é a literatura, na frase do Sr. de Lamartine, a expressão memorável do homem transmitida ao homem por meio da palavra escrita. Tomada porém em sentido restrito é a expressão dos conceitos, sentimentos e paixão do espírito humano feita por modo agradável. É nesta última acepção que lhe cabe o epíteto de *belas letras*, *humanidades* ou *boas letras*, como também lhe chamavam os nossos clássicos.[235]

Outra característica da obra que revela a influência da retórica seria a análise literária por gêneros poéticos. No *Curso de literatura nacional*, o eclesiástico analisa os escritores e as respectivas obras dentro da sua representação em cada *gênero* ou aspecto poético. Os gêneros se dividem em lírico, didático, épico e dramático; romance; diálogos; oratória; epistolografia, biografia, historiografia e viagens. Aos dois primeiros, acrescenta-se uma subdivisão em *espécies*: O gênero lírico apresenta três *espécies*: a lírica, a bucólica e a elegíaca; já o gênero didático, em duas *espécies*: a didática e a epigramática. É importante ressaltar que a análise sistemática dos gêneros poéticos é restrita à terceira, quarta e quinta épocas literárias das duas literaturas, mas continuada de maneira mais despreocupada na última época. (vide quadro 8)

No referido livro, o Cônego Fernandes Pinheiro enquadra toda a produção literária brasileira colonial como pertencente à literatura portuguesa, seguindo os parâmetros do pensamento historiográfico lusitano. Provavelmente seguiu como modelo o pensamento do português Almeida Garrett, expresso, principalmente, no "Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa" do *Parnaso Lusitano*. Aproximando-se muitas vezes de Garrett, o Cônego Fernandes Pinheiro assinala que, mesmo observando uma "fisionomia própria" na obra dos brasileiros, advinda da influência exercida pela nova terra, diferenciando-os dos portugueses, ainda não era possível considerar que constituíssem uma literatura independente:

[235] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1978, p. 9.

Quadro 8

3ª- época (1495 – 1580)	4ª- época (1580 – 1750)	5ª- época (1750 – 1826)
1. Gênero Lírico: 1.1 Espécie bucólica; 1.2 Espécie lírica; 1.3 Espécie elegíaca;	1. Gênero Lírico: 1.1 Espécie bucólica; 1.2 Espécie lírica; ----------	1. Gênero Lírico: 1.1 Espécie bucólica; 1.2 Espécie lírica; 1.3 Espécie elegíaca; 1.4 Espécie didática; 1.5 Espécie satírica; 1.6 Espécie epigramática;
2. Gênero Didático: 2.1 Espécie didática; 2.2 Espécie epigramática	2. Gênero Didático: 2.1 Espécie satírica;	
3. Gênero Épico:	3. Gênero Épico:	3. Gênero Épico:
4. Gênero Dramático:	----------	4. Gênero Dramático:
5. Romance:	4. Romance:	5. Romance:
6. Diálogos:	5. Diálogos:	----------
----------	6. Oratória:	6. Oratória:
7. Epistolografia:	7. Epistolografia:	7. Epistolografia:
8. Biografia:	8. Biografia:	8. Biografia:
9. Historiografia:	9. Historiografia:	9. Historiografia:
10. Viagens:	----------	----------

Para o eclesiástico, a influência do meio geográfico e social e a língua de um país não podem servir como fatores definidores de uma literatura própria. Isso só aconteceria se "o clima, a religião, a forma de governo, os usos e costumes"[236] tivessem o poder de atuar decididamente sobre a literatura dos povos, o que, segundo ele, estava longe de acontecer. A independência literária estaria ligada à *originalidade* dos escritores, o que, no entanto, não se verificava nos versos de nossos antepassados literatos:

[236] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1978, p. 10.

> Discordamos porém da opinião dos que pretendem enxergar uma nacionalidade, um cunho particular nos escritos de alguns ilustres brasileiros, compostos durante o regime colonial, ou ao crepúsculo da aurora boreal da independência, quando as preocupações políticas absorviam todas as atenções. Não passam de gloriosos precursores Durão, Basílio da Gama, os dous Caldas, S. Carlos, os dous Alvarengas, Cláudio Manuel da Costa e alguns outros belos engenhos que faziam ouvir seus cantos no meio da servidão da pátria. Não descobrimos porém em seus versos uma idéia verdadeiramente brasileira, um pensamento que não fosse comum aos poetas de além-mar. [237]

O Cônego Fernandes Pinheiro demonstra que a falta de originalidade de nossos brasileiros deve-se, em parte, à educação que eles então recebiam, a mesma dos portugueses; enfim, a européia. A educação orientava-os a imitar os modelos literários já preestabelecidos pelas matrizes, afastando-os do caminho que os levaria a obter uma literatura original, e, conseqüentemente, própria. Esse ponto de vista assemelha-se um pouco ao do citado português Almeida Garrett, pois, segundo Afrânio Coutinho, ele considerava também que a educação européia conduzia os nossos escritores à imitação da poesia européia, "a qual embotava ou apagava o espírito nacional."[238]

A questão da originalidade da literatura, no *Curso de literatura nacional*, é o fator decisivo para distinguir a literatura brasileira da literatura portuguesa. Fernandes Pinheiro só admite uma literatura nacional a partir do momento que observa, nas produções literárias de nossos brasileiros, um cunho original. Ele baseia-se, de perto, na concepção de *originalidade* de Ferdinand Denis. Ser original é possuir idéias próprias, independentes das influências das matrizes européias, alcançadas a partir da habilidade e maturidade de cantar as "coisas pátrias", principalmente, a natureza brasílica: "Impossível é pedir originalidade a quem não tem idéias suas. Se por empregarem alguns nomes indígenas devem esses autores ser classificados na literatura brasileira, injusto fora excluir da indostânica Camões, Barros e Castanheda."[239] Isso só viria a acontecer alguns anos depois da independência política do Brasil, quando aparece, em Paris, o jovem Domingos José Gonçalves de Magalhães com seus *Suspiros poéticos e Saudades*, no qual o "sentimentalismo de Lamartine, a suave melancolia de Chateaubriand, a vigorosa imaginação de lord Byron, ou de Victor Hugo, as graves e

[237] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1978, p. 11.
[238] COUTINHO, Afrânio. *Op. cit.*, 1968, p. 21
[239] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1978, p. 11.

profundas cogitações de Schiller e de Goethe, se acham reunidos neste livro, precioso talismã dos novos romeiros"[240].

No último capítulo do *Curso de literatura nacional*, dedicado à Escola Romântica Brasileira, único espaço em que os brasileiros são estudados separadamente da literatura lusitana, o Cônego Fernandes Pinheiro demonstra estar bem interessado em deixar evidente que a independência literária brasileira não se associa a nossa independência política. Segundo ele, a emancipação brasileira dos domínios políticos da Metrópole não exerceu nenhuma influência no que se refere à autonomia literária brasileira:

> Dissemos independência literária e não política, porque esta precedeu àquela: formamos primeiro uma nação livre e soberana antes que nos emancipássemos do jugo intelectual; hasteamos o pendão auriverde, batizado pela vitória nos campos de *Pirajá*, muito tempo antes que deixassem de ser as nossas letras pupilas das ninfas do Tejo e Mondego.[241]

O primeiro brasileiro a ser estudado pelo Cônego Fernandes Pinheiro foi o poeta Manoel Botelho de Oliveira, que aparece na quarta época como representante do gênero lírico, mas especificamente da espécie lírica. Nessa fase, encontra-se a figura de Gregório de Mattos, tido como escritor da espécie satírica. Depois, na quinta época, o quadro dos nomes, os quais comporão os nomes árcades do cânone de nossa literatura, tem um acréscimo significativo quando são estudados os nomes de Sebastião da Rocha Pitta, Antônio Pereira de Souza Caldas, Tomás Antônio Gonzaga, Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, José Basílio da Gama e Santa Rita Durão.

Na última lição do *Curso de literatura nacional*, em que se aborda a Escola Romântica Brasileira, figuraram definitivamente os nomes dos românticos que percorrerão a maioria das histórias literárias brasileiras como Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre, Gonçalves Dias, Teixeira e Souza, Joaquim Norberto, Joaquim Manoel de Macedo, Dutra Melo, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Pereira da Silva, Varnhagen e João Francisco Lisboa.

Como todas as histórias literárias da época, a análise histórico-literária da evolução da literatura do Cônego Fernandes Pinheiro apoiou-se explicitamente no critério da *diferenciação* e *afirmação* de autonomia, de acordo com conceito de João Alexandre Barbosa já referido neste texto. Mesmo analisando a produção brasileira do período colonial conjuntamente com a

[240] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1978, p. 498.
[241] *Idem*, *ibidem*, p. 494.

portuguesa, depreende-se do discurso do Cônego, por diversas vezes, um esforço em salientar que a literatura brasileira caminhava rumo à sua emancipação.

A escolha de colocar escritores lusitanos e brasileiros lado a lado oferece muitas vezes a sensação de uma estratégia comparativa para destacar o processo de desligamento literário dos últimos em relação aos primeiros. Ao estudar as poesias de Manuel Botelho de Oliveira, o Cônego Fernandes Pinheiro declara que "oferecendo alguns fragmentos dessa excelente produção de Botelho de Oliveira, desejamos mostrar que, apesar dos embaraços com que lutava, tendia a poesia brasileira a tomar uma fisionomia própria, aspirava um cunho de originalidade que ainda não pôde totalmente alcançar."[242]

A preocupação em destacar o despontar de uma literatura autônoma e diferente permeará por completo o discurso crítico do Cônego Fernandes Pinheiro, desde a exposição da obra lírica de Botelho de Oliveira, como já vimos, até a análise de trabalhos de um Basílio da Gama e de um Santa Rita Durão. Na lição XXXI, referente à *espécie lírica* da quinta época literária (1750-1826), o eclesiástico, ao apresentar um trecho da poesia lírica de Souza Caldas, o "precursor da Escola Romântica", em conclusão, lamenta que seja "talvez este o único lugar das *Poesias* de Caldas em que se reflete o céu brasileiro, em que vigorosamente desenhada se vê a *cor local*, que tantas vezes abrilhanta as páginas de Durão, Basílio da Gama e S. Carlos."[243]

Se na produção poética de Caldas desponta raríssima referência nacional, o Cônego Fernandes Pinheiro reclama nessa mesma lição a indiferença de Gonzaga pela "natureza americana" e lastima essa falha, posto que lhe atribuía grande capacidade poética, no sentido de que poderia inaugurar "uma escola nova", dando-nos a "glória" da emancipação literária:

[242] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1978, p. 175.
[243] *Idem, ibidem*, p. 302.

> Outro reparo que não podemos deixar de fazer é que cedesse Gonzaga à funesta tendência dos escritores seus coevos de fecharem os olhos para não verem as maravilhas da natureza americana, para moldurarem seus painéis com as reminiscências de além-mar, ou fantasias mitológicas. Parece-nos que a sua alta ilustração facilmente se antolharia quanta glória lhe estaria destinada, se, rompendo com as velhas tradições, inaugurasse uma escola nova, em que as descrições do nosso clima e dos nossos costumes formassem base.[244]

A insatisfação pela despreocupação patriótica dos poetas brasileiros desse período revela-se também na parte dedicada a Cláudio Manoel da Costa, representante da *espécie epigramática* do gênero lírico. Segundo o Cônego Fernandes Pinheiro, apesar da beleza poética, poucas vezes o poeta "deixa escapar um pensamento patriótico, tão imbuído se achava ele na leitura dos seus *caros italianos*, tornando-se por demais europeu em suas imagens, o que lhe exprobra o Sr. Ferdinand Denis."[245]

De fato, o Cônego Fernandes Pinheiro registra a presença nítida de alguns elementos nacionais na produção literária do Brasil, oferecendo assim a possibilidade de declarar a existência de poemas verdadeiramente brasileiros, mesmo que ainda dependentes da literatura lusitana, a partir de *O Uraguai*, de José Basílio da Gama, que, segundo as palavras do crítico, é "o primeiro poema brasílico" [246] Nesse sentido, sistematiza outros autores e obras brasileiros representativos da nacionalidade, por exemplo, o Fr. José de Santa Rita Durão, com o *Caramuru*, que "é o segundo poema épico que contam as letras brasileiras"[247], e o Fr. Francisco de São Carlos e a *Assunção*, "um poema eminentemente nacional; um desses poucos monumentos que nos legou a geração passada para a formação da nossa literatura."[248]

Se a escolha dos brasileiros da fase colonial baseia-se inteiramente em critérios de identificação de traços que denunciam o processo de abnegação dos modelos europeus ou a falta deles, a seleção dos românticos brasileiros está basicamente ligada à perspectiva de afirmação de autonomia. Todos os escritores românticos selecionados necessariamente apresentam o cunho de originalidade que os diferencia totalmente dos seus "compatriotas" de além-mar.

---

[244] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1978, p. 305.
[245] *Idem, ibidem*, p. 369.
[246] *Idem, ibidem*, p. 384.
[247] *Idem, ibidem*, p. 391.
[248] *Idem, ibidem*, p. 444.

Quando, por exemplo, um Gonçalves de Magalhães passa a pertencer ao quadro de literatos brasileiros do *Curso de literatura nacional*, significa, na verdade, que a sua obra apresenta-se completamente original e nacional, inspirada diretamente pelos elementos das plagas brasileiras, o que permitirá, assim, declará-la brasileira. Basta verificar com que propriedade proclama *Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, como um dos trabalhos que nos oferece a oportunidade de declarar a existência dessa literatura nacional: "Reflete nestes versos a natureza basílica, e ninguém ao lê-los poderá duvidar da nacionalidade do poeta. Tudo aqui é nosso; os assuntos, os nomes, as comparações, as imagens, tudo é americano. É com produções desta ordem que incontestavelmente firmaremos a nossa independência literária."[249]

Dentro dessa perspectiva de análise, o Cônego Fernandes Pinheiro percorre alguns dos nomes românticos significativos da literatura brasileira, tecendo breves comentários sobre a produção literária de cada um, desde a poética até a historiográfica, com especial atenção àqueles de seu mesmo grupo intelectual: Porto Alegre, Norberto, Manuel de Macedo. Depois de identificar o cunho original do reformador da literatura brasílica, o autor inicia a exaltação da originalidade dos demais poetas, colocando em destaque, em primeiro lugar, as obras de Manuel de Araújo Porto Alegre, nas quais há (falando d'*As Brasilianas*): "uma poderosa individualidade, prestam-lhe um cunho, uma fisionomia originais. Nelas se descobrem grandes belezas, e porventura grandes defeitos, porque, como pensa o Sr. Juan Valera, tudo neste poeta é novo e extraordinário, sendo por excelência americano, e quem com mais verdade e entusiasmo pinta e exalta as grandezas e formosura do novo mundo."[250]

Nesse sentido, destaca também da produção poética do amigo Joaquim Norberto de Souza e Silva, "de quem faríamos o elogio, se ele disso houvesse mister, e se pelos estreitos laços da mais fraternal amizade não estivéssemos a ele ligado", o cunho original que confirma a emancipação literária do país. Reconhece no autor a naturalização de uma espécie de poesia, cunhada pelo nome de *balata*, a qual lhe parece ser "convinhável à educação poética do povo, tão asada a alimentar nele os sentimentos patrióticos, e o culto das grandes idéias"[251]e a capacidade do mesmo em historiar as "cousas pátrias". Detendo-se nesse gênero historiográfico, mais adiante, cita também o nome de dois "gloriosos" brasileiros, João

[249] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1978, p. 499.
[250] *Idem, ibidem*, p. 501-502.
[251] PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Op. cit.*, 1978, p. 510-511.

Manoel Pereira da Silva e Francisco Adolfo de Varnhagen, e o de suas obras mais representativas: respectivamente, *Plutarco Brasileiro* e *História geral do Brasil* .

Aos nossos literatos mais renomados atualmente, Gonçalves Dias, Manuel de Macedo, Dutra e Melo, Álvares de Azevedo e Junqueira Freire, presentes no *Curso de literatura nacional*, confere um pequeno espaço, no qual basicamente menciona o nome de algumas de suas obras ou, até mesmo, limitando-se a apenas citar o nome do poeta, com a desculpa de que, no caso de Dutra e Melo, "pouco conhecemos do primeiro, cujas principais poesias, por causas que ignoramos, ficaram inéditas"[252].

A reformulação crítica: o *Resumo de história literária* (1873)

O pequeno fôlego do Cônego Fernandes Pinheiro na apresentação da literatura brasileira a ele contemporânea não ocorreria com a publicação do livro décimo, "Literatura luso-brasileira", espécie de edição melhorada do curso anterior, publicado como parte de uma história literária mais universal, como pode ser considerado o *Resumo de história literária* de 1873. Principalmente no que se refere à ampliação do quadro de escritores analisados e à mudança na abordagem do fenômeno literário nacional acerca da periodização.

Conserva-se, porém, a conceituação de que a literatura do Brasil "é um garfo do tronco portuguez, um angulo que se afasta do seu vertice, à proporção que se distancia a epocha do descobrimento e colonisação, e pela força das causas que modificão a indole e os costumes dos dois povos co-irmãos"[253]. Há também a atenção pelo destaque de manifestações de nacionalidade, portanto, na produção dos escritores da fase colonial brasileira. Conforme assegurou Virgínia Cortes de Lacerda, há "entre o *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862) e o *Resumo de História Literária* (1873) grande progresso, revelado, sobretudo, numa posição mais autônoma, relativamente à literatura produzida no Brasil, posição que sabemos ser um resultado da própria índole nacionalista do romantismo."[254]

[252] *Idem, ibidem*, p. 517.
[253] PINHEIRO, J. C. F. *Resumo de historia literária*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, t. II, 1873, p. 9.
[254] LACERDA, Virgínia Cortes. Reivindicações críticas em torno da obra do cônego Fernandes Pinheiro. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 223-224.

O *Resumo de história literária*, completo em dois volumes, configura-se como uma história da literatura universal, onde se encontra um estudo panorâmico da representação das literatura

> Hebraica, grega, latina, italiana, franceza, ingleza, allemã e hespanhola; que, mais ou menos, influirão para a formação, ou aperfeiçoamento da nossa. Detivemo-nos mais na portugueza, e passando a luso-brazileira procuramos cuidadosamente seguir-lhe os lineamentos, como que surprehendendo-a nos reconditos arcanos do seu genesis.[255]

Diferentemente do livro anterior, o *Resumo* não revela explicitamente à qual disciplina esteve direcionado, embora julguemos que fosse escrito para o uso nos cursos de "História da Literatura em geral e especialmente da portuguesa e da nacional" (1870-1876) e de "Literatura" (1877-1878), do Colégio Pedro II, por conta do conteúdo da obra, que reflete de perto as mudanças de caráter universalista do programa curricular das disciplinas literárias da instituição de ensino.

A comprovação se tornou impossível pela lacuna nos registros do Colégio e, principalmente, pela falta de referência nominal dos compêndios adotados nas documentações existentes desse período. Por outro lado, é quase certo que a sua adoção oficial ocorreu na disciplina de "Português e História Literária" da turma do sétimo ano de 1882, uma vez que na sua ementa declare-se que o livro a ser utilizado seriam "Postillas do professor (em falta de compendio); Historia litteraria: conego Fernandes Pinheiro."[256]Independentemente disso, o *Resumo* conserva os laços didáticos de exposição do evento literário nacional, característica comum na obra do Cônego Fernandes Pinheiro, com um sistema de apresentação autor-obra totalmente resumido num discurso simplista, no qual há exaltação retórica das qualidades e defeitos de cada um.

No segundo volume do *Resumo*, a literatura nacional é novamente sistematizada pelo Cônego, recebendo um capítulo específico sem ser analisada conjuntamente com a literatura portuguesa e sob nova perspectiva de periodização, baseada em denominações diretamente ligadas à evolução literária nacional, embora a divisão temporal esteja ainda calcada dentro dos limites seculares, quando a vê em três períodos: a *formação*, compreendendo os séculos XVI e XVII, o *desenvolvimento*, o século XVIII, e, por fim, a *reforma*, o século XIX.

---

[255] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, t. II, 1873, p.7.
[256] SOUZA, Roberto Acízelo de. *Op. cit.*, 1999, p. 187.

Se a sistematização do corpus literário brasileiro mantém ainda o caráter mecanicista, o terceiro período recebe uma atenção especial no que concerne à extrapolação desse sistema, posto que tal unidade do livro se subdivide em mais três épocas distintas, sob a égide dos fatos históricos do país. Nesse sentido, a subdivisão configura-se do seguinte modo:

Quadro 9

Terceiro Período	Primeira Época	de 1800 a proclamação da república em 1822, marcada pela presença da família real;
	Segunda Época	desde a independência política (1822) ao fim da menoridade (1840);
	Terceira Época	da Maioridade de D. Pedro II (1840) à época do autor; fase de florescimento literário;

A fragilidade da adoção mecanicista de periodização, pela delimitação dos séculos, é reconhecida pelo crítico no *Resumo de história literária*. Essa perspectiva histórica antecipa os questionamentos dos historiadores da literatura hodiernos em relação às barreiras históricas como delimitadoras da expressão literária.

> Adoptando a divisão por periodos litterarios nas ordens dos seculos não desconhecemos a incongruencia de semelhante classificação, visto como prolongão-se indeterminadamente no seguinte as ideias dominantes no anterior, não se sabendo ao certo quando acabão as antigas, nem se podendo fixar o ponto de partida das novas ideias. Na deficiencia porém de melhor methodo seguimos o mais geralmente praticado pelos que nos hão precedido na senda, que ora timidamente trilhamos.[257]

No que concerne à ilustração dos autores e obras, representantes da literatura brasileira, é evidente um acréscimo significativo de nomes, apresentando, como por exemplo, na fase colonial, os de um Bento Teixeira, Manuel de Moraes, Eusébio de Mattos e Antônio de Sá

[257] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1873, t. II, p. 418-419.

juntamente com os já consolidados Gregório de Mattos e Botelho de Oliveira. Torna-se mais expressivo o terceiro período, em que o número aumenta quantitativamente por conta de um estudo mais detalhado em comparação ao livro de 1862. A literatura brasileira é vista sob vários aspectos; por exemplo, a poesia (lírica, épica, dramática), a prosa, a filologia, o jornalismo (político e literário), a memória, a história, a biografia etc.

Essa amplitude dos estudos literários deve-se à concepção do crítico sobre literatura, definida como "o conjuncto das produções escriptas d'um paiz e durante uma epocha, ou de todos os paizes e em todas as epochas."[258]E mais adiante complementa:

> Ao princípio a palavra litteratura aplicava-se também ás sciencias e artes, mais tarde porém reconheceu-se a necessidade de restringir-lhe a significação, limitando-se aos assumptos em que o util podesse se alliar ao agradável. Ora, entre esses assumptos occupa a poesia o primeiro lugar, seguindo-se-lhe a historia, a eloquencia, o romance, e as narrativas de viagem, fazendo-se mister para todas essas manifestações do pensamento a palavra, verdadeiro característico da espécie humana (...)[259]

A condição de resumo ou, como diria o Cônego, de "rápido bosquejo" acaba modelando o livro em um texto de referência nominal e quantitativa apenas, no sentido de afirmação nacional, reduzindo – e muito –, a possibilidade de trabalhar o desenvolvimento a partir da fundamentação e representação do evento literário em si. Tal delimitação advém também da conceituação insuficiente e atrasada do Cônego Fernandes Pinheiro sobre o papel da história literária, que, para ele, compreende "a enumeração e rapida analyse das producções litterarias."[260]

Vale ressaltar que o pequeno espaço de análise das obras brasileiras reserva-se à citação das opiniões de críticos românticos da época, como por exemplo, o discurso de Torres-Homem sobre *Suspiros Poéticos*, de Gonçalves de Magalhães; e a crítica de Almeida Garrett acerca do poema *Caramuru*. Das poucas análises feitas pelo Cônego Fernandes Pinheiro no referido capítulo, percebe-se que obedecem novamente ao mesmo sistema de avaliação das obras como confirmadoras da nossa emancipação literária, completamente imbuídas do sentimento de nacionalidade, característica própria do espírito romântico. Para tanto, como no

[258] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1873, t. II, p. 418-419.
[259] *Idem, ibidem,* p. 9.
[260] *Idem, ibidem*.

Curso de literatura nacional, para convalidar seu ponto de vista, cita, muitas vezes, diversos críticos românticos.

As obras do Cônego Fernandes Pinheiro, no caso, o *Curso elementar de literatura nacional* e o *Resumo de história literária*, retratam um dos momentos mais importantes da história da crítica literária nacional. Segundo Virgínia Cortes, "só nelas, pela unidade e coerência que apresentam, pelo corpo de teoria e de aplicação que reúnem, se pode realmente avaliar o sentido e significação da historiografia e da crítica literárias românticas no Brasil; o grau e o método do seu ensino entre nós."[261]

[261] LACERDA, Virgínia Cortes de. *Op. cit.,*1958, 224.

C A P Í T U L O V

———

O Cônego e a Imprensa Imperial

Os periódicos oitocentistas

Após a criação da Imprensa Régia, em 1808, o processo de evolução dos periódicos nacionais foi intensivo, com maior destaque para a primeira metade do século XIX, com a presença efetiva de D. Pedro II como patrocinador "oficial" da cultura do país. O investimento do Imperador para o desenvolvimento das letras brasileiras foi bastante expressivo para a época. Apenas como exemplificação do grande incentivo imperial, pode-se citar o apoio dado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, e a sua respectiva revista (*Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*). Também, é interessante observar a sua participação como protetor oficial da publicação da revista *Guanabara* a partir de setembro de 1854.

É indiscutível o papel importante que a imprensa periódica adquiriu a partir do período imperial brasileiro. Foi neste momento que os jornais começaram a compartilhar espaço com as diversas áreas de conhecimento, deixando de ser estritamente direcionados à política. Os periódicos tornaram-se veículo de propagação cultural do país, atendendo às expressivas necessidades da jovem nação na busca da (re)constituição do patrimônio cultural nacional. Isto se deve, e muito, ao fato de que, com a independência política da colônia, os nossos intelectuais despertavam para um certo instinto de nacionalidade que os instigava a valorizar as coisas nacionais, porque, mais do que nunca, consideravam-se verdadeiramente brasileiros.

Por meio deste veículo de comunicação, os "brasileiros" conseguiram cumprir certamente algumas das suas metas desejadas, dentro das possibilidades da jovem nação. No que diz respeito à literatura, eles publicavam e, conseqüentemente, divulgavam vários tipos de textos literários, como por exemplo, as crônicas, as biografias, os ensaios, os noticiários, as resenhas, os romances, as poesias etc.

Tratando-se de trabalhos do meio jornalístico, é possível dividir e colocar este rol de textos literários em dois grupos. No primeiro grupo, os romances e as poesias, pertencentes à categoria de textos de trabalho estético, os quais tinham como tarefa primordial proporcionar a fruição, a distração, enfim, o entretenimento do público-leitor. No segundo, os demais, de caráter de crítica literária, os quais tendiam a divulgação, a discussão, a análise e o julgamento dos textos do primeiro grupo.

Vale ressaltar que os escritores do segundo grupo, ou seja, os críticos literários possuíam uma tarefa não muito fácil quando produziam os seus textos. Eles procuravam atender a dois tipos de público-leitor: "o leitor das obras de ficção e o leitor das críticas" e sendo " assim, coube ao crítico despertar, no seu discurso, o interesse pela leitura das obras a serem analisadas e implementar o outro lado, a discussão, a análise e o julgamento das obras que eram e das que viriam a ser consumidas. [262]

Isto acontecia também pelo fato de que surgia, no período, um novo público-leitor, devido à mudança na estrutura da sociedade quando se estabeleceu o sistema imperial que, em parte, oferece uma base política sólida ao país. A sociedade deixa de ser rural e se afirma como urbana, desenvolvendo e, concomitantemente, estabelecendo novos hábitos que vão desde assistir a corridas de cavalo até fazer uma boa leitura das ficções, publicadas em folhetins nos recentes jornais e revistas.

Sem dúvida alguma, podemos dizer que a imprensa brasileira divulgou os nossos primeiros esboços de crítica literária, que constituiriam, mais adiante, a crítica literária brasileira da época, já que, no século XIX, a crítica nacional se encontra em processo de formação. Os métodos de crítica literária, utilizados pelos escritores, eram variados, e iam desde uma breve resenha impressionista até a uma profunda análise de cunho científico, mais comum no final do século, passando também pelas biografias, pelos noticiários e pelas crônicas.

[262] CAIRO, Luiz Roberto Velloso. *Op. cit.*, 1996, p. 51.

O Cônego como articulista

Foi nesses jornais e revistas que nossos brasileiros estrearam como críticos de literatura e, com muito fôlego, construiriam os alicerces da critica literária brasileira. Foi o caso, por exemplo, do Cônego Fernandes Pinheiro. Na imprensa imperial, ele esteve presente desde jovem, sendo colaborador, organizador e diretor de diversos jornais e revistas da época. Primeiramente, estreou nos periódicos de cunho religioso, como *A Religião*, *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil*. É o período em que consegue fundar um periódico da igreja Católica, intitulado a *Tribuna Católica*, em 1851:

> Em princípios de 1848 começou a publicar-se o primeiro jornal religioso, redigido pelos srs. Monsenhor dr. Miranda Rego e padre dr. Patrício Moniz, aos quais mais tarde também nos associamos. Era o nosso propósito instruir o povo nas verdades da santa crença que professamos e combater a propaganda socialista que então devastada a França. Lutávamos nessa arena quando a grave moléstia e lamentável morte do principal redator (monsenhor Rego) obrigou-nos a suspender o certame. Buscamos depois preencher a lacuna que de um jornal religioso existia na nossa imprensa, e fundamos em 1851 outro sob a denominação de *Tribuna Católica*, que se sustentou até a nossa partida para a Europa.[263]

Nessa fase, o Cônego Fernandes Pinheiro ensaiava estrear-se como poeta sacro. Além da publicação de dois livros, expressou o desejo escrevendo singelos poemas em periódicos da época. Escreveu, então, um número considerável de poesias religiosas, principalmente na *Tribuna Católica* e n'*A Religião*. Os textos são parecidos com aqueles dos livros, trabalhando a temática cristã, que envolve desde a narração reconfortante da morte de um cristão até o canto devoto à "Anunciação da virgem". Poesias simples onde prevalecem apenas o moralismo católico e a inocência de versejar. Vejamos uma parte da poesia "A morte do cristão": "6. Assim preparado/ Cristão moribundo,/ Sem dor, sem saudade,/ Se aparta do mundo./ 7. "Oh! filhos queridos, Oh! cara consorte,/ Lhes diz com voz fraca/ Nas vascas da morte."/ 8."Em Deus confiado,/ Em Deus tão clemente,/ Eu morro feliz/ Eu morro contente."/ 9. Depois um silêncio/ Profundo reinou:/ A alma do justo/ Pra o Céu remontou!" [264]

[263] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit.*, 1873, p. 475.
[264] PINHEIRO, J. C. F. "A morte do cristão: canção". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 8, v.1, sexta-feira 15 de setembro de 1848, p. 8.

Ainda que se dedique mais à poesia, o Cônego encarregou-se também de escrever artigos sobre assuntos diversos dentro da órbita cristão-católica. Nesse sentido, desenvolveu narrativas históricas e pequenas crônicas, nas quais aparecem os objetivos da primeira comunhão, revela-se o exercício santo das freiras, divulga-se o restabelecimento da "S. Santidade o Papa Pio IX", descreve-se um cemitério etc.. Havia assuntos mais filosóficos como a reflexão sobre o ato de orar, a relação entre o "Cristianismo e as ciências" ou o "Cristianismo e a escravidão".[265]

Como crítico, o Cônego Fernandes Pinheiro fez carreira na *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (*RTIHGB*), na *Guanabara* e na *Revista Popular*. Na *RTIHGB*, iniciou-se com a publicação do "Ensaio sobre os Jesuítas", onde trabalhou "a conduta da Companhia de Jesus no cenário tanto mundial quanto nacional".[266] Entre a sua entrada até os últimos anos de sua vida, o Cônego Fernandes Pinheiro apresentou diversos estudos de cunho histórico à revista do Instituto Histórico, os quais foram coligidos em dois tomos e publicados, mais adiante, no ano de 1876, sob o título de *Estudos Históricos*[267]:

> Anuindo às benévolas solicitações de alguns amigos deliberamos colecionar em dois volumes os nossos *Estudos*, expensos no vasto repositório da *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*.
> Revendo trabalhos, compostos no longo período de vinte anos, poucas correções e aditamentos lhes fizemos, para que não perdessem o sabor da atualidade, e servissem outrossim de termômetro dos progressos que porventura tenhamos feito na dificílima ciência de Tucidides e de Tácito.[268]

Apresentou, por exemplo, os seguintes ensaios: "Ensaio sobre os Jesuítas" (1855), "Breves reflexões sobre o sistema de catequese seguido pelos Jesuítas no Brasil" (1856), "França Antártica" (1859), "Brasil Holandês" (1860), "Luiz do Rego e a posteridade: estudo histórico sobre a Revolução Pernambucana de 1817" (1861), "Antônio José e a Inquisição" (1862), "A carioca" (1862), "Os últimos Vice-Reis do Brasil" (1865), "As batalhas dos Guararapes" (1866), "A Academia Brasílica dos Esquecidos: estudo histórico e literário" (1868), "Os padres do Patrocínio ou o Porto Real de Itu", "Paulo Fernandes e a Polícia de seu

[265] Conferir os textos da revista *A Religião*, que se encontram na antologia em anexo.
[266] PINHEIRO, Mario Portugal Fernandes. *Op. cit.,* 1958, p. 249.
[267] Este livro possui uma 2ª. edição, mais recente, do ano de 1980, pela editora Cátedra em convênio com o Instituto Nacional do Livro.
[268] PINHEIRO, J. C. F. Prefácio à 1ª. Edição. In: *Estudos históricos*: acrescidos de estudos avulsos e Brasileiros Célebres. 2ª. ed. Rio de Janeiro/Brasília: Cátedra/INL, 1980, p.8.

tempo" (1868), "A Academia Brasílica dos Renascidos: estudo histórico e literário" (1869), "Discussão histórica – O que se deve pensar do sistema de colonização seguido pelos portugueses no Brasil" (1871), "Motins políticos e militares no Rio de Janeiro: prelúdios da Independência do Brasil" (1874), a série "Brasileiros Célebres" etc.

A maioria dos textos tem como interlocutores os colegas do Instituto Histórico, como se pode perceber pelas expressões do discurso: "penso que não desaprazerá ao Instituto a leitura do seguinte romance" e "Receio converter o Instituto em outeiro, por isso ponho aqui termo às citações". Como muitos dos textos destinavam-se a ser lidos no púlpito da associação, o Cônego Fernandes Pinheiro utilizou-se muitas vezes das técnicas da eloqüência que parecia dominar como regra de apresentação de suas teses ao público ouvinte e, por extensão, aos leitores da revista.

A estruturação do discurso obedecia a alguns dos itens da oratória como o exórdio, a narração, a confirmação e refutação e a peroração. Em sua particularidade, recorre-se freqüentemente ao pronome pessoal de primeira pessoa do singular pensado na importância da informalidade do discurso e numa maior proximidade do público. Porém, não se torna regra. É perceptível a variação entre o primeiro aspecto e o retorno à impessoalidade do discurso acadêmico. Seguindo a filosofia do IHGB, o Cônego Fernandes Pinheiro valorizou em seus estudos o aspecto historiográfico nacional. Empreendeu um projeto que tinha pretensões implícitas de ser uma *História do Brasil*, na qual discutiria alguns dos tópicos históricos específicos de nosso passado histórico. No entanto, foi-lhe apenas possível conseguir concluir alguns "ensaios", deixados nas páginas da *RTIHGB*. Ciente da impossibilidade da conclusão do desejado livro, o Cônego manifesta-se assim em 8 dezembro de 1874:

> Os *Estudos Históricos* que ora reunimos são fragmentos de obra de maior tomo, que desde verdes anos temos entre mãos, e que, por causas alheias à nossa vontade, talvez nunca chegue a seu termo, nem veja o lume da publicidade. Sirva esta confissão de atenuante à sua falta de coesão. Dedicando-os ao Instituto Histórico rendemos-lhe homenagem de profunda gratidão, pela nímia benignidade com que serviu-se de acolhê-los. Acerca do mérito absoluto, ou relativo, pronunciará o público seu venerando *veredichem*.[269]

Além da preocupação a respeito da linguagem retórica, o estudo histórico do Cônego Fernandes Pinheiro adere ao sentimento romântico e tenta contribuir com a construção da

[269] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit*, 1980, p. 8.

identidade nacional. Para tanto, demonstra-se interessado pela pesquisa documental e, com a ajuda das reflexões dos outros pensadores de nossa história, tenta valorizar a reconstituição dos fatos mais importantes de nosso passado. E, com isso, a valorização da tradição expressa-se por meio de uma intensa adjetivação dos nomes e fabulação dos fatos históricos. Em 1868, colocaria esse parágrafo anedótico sobre os "Padres do Patrocínio":

> A pacífica Itu acordou do seu secular letargo, sentiu girar-lhe nas veias sangue patriótico, e passando todas as outras preocupações ergueu-se de salto ao elétrico choque da liberdade.
> Os padres também são cidadãos: os Hidalgos, os Morellos no México hastearam bem alto o estandarte da independência e fizeram recuar os aguerridos soldados de Fernando VII. Feijó era dessa têmpera; e, se as circunstâncias o tivessem exigido, tê-lo-íamos visto brandindo a espada, ou manejando a escopeta. A marcha natural dos acontecimentos fê-lo porém homem de tribuna e de governo;[270]

Tal aspecto contradiz a perspectiva da narrativa histórica que propunha escrever baseada na imparcialidade:

> Historiadores há que entendem ser lícito adornar com os arabescos da ficção os fastos nacionais, exalçar as vitórias alcançadas sobre os contrários, e esconder, ou atenuar as próprias derrotas; a esta escola pertenceram Heródoto, Tito Lívio entre os antigos, e João de Barros e Rocha Pita entre nós. Por mais respeitáveis que sejam tais autores, por mais patriótico que pareça seu propósito, apartamo-nos de seu método, pensando que abdicaria a história a mais nobre das suas prerrogativas se deixasse de falar aos homens a verdade.[271]

Para ele, a imparcialidade era um das condições exigidas para quem quisesse escrever qualquer tipo de história, sejam "crônicas", "anais", "memórias", "monografias" , "biografias" ou "auto-biografias". Nas *Postilas de retórica e poética* impunha as regras para um história de qualidade:

[270] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit*, 1980, p. 419.
[271] *Idem, ibidem*, p. 188.

> Intuitivo é que, sendo a historia a exhibição retrospectiva da vida dos povos, cumpre seja escripta com nobreza d'estylo e concisão adaptável á facil comprehensão dos factos narrados. A fidelidade é outra condição impreterivel a esse genero de composição, devendo comprehender-se debaixo d'essa qualidade as três seguintes: *veracidade*, *exactidão* e *imparcialidade*.[272]

Se na prática nega a *imparcialidade*, pode-se dizer que o Cônego Fernandes Pinheiro obedeceu ao espírito de pesquisador de história, utilizando-se da pesquisa de fontes e da abonação crítica como critérios historiográficos. Ambicionado pelo esclarecimento de nosso passado retrospectivo, empenhou-se em vasculhar os documentos originais, fez pesquisa nos arquivos das bibliotecas do Império e, a partir daí, analisou os temas históricos com profundidade até onde os dados e sua inteligência lhe permitiam.

Em "Paulo Fernandes e a polícia de seu tempo", o Cônego Fernandes Pinheiro menciona o contato com as fontes: "De posse de preciosos e autênticos documentos venho esboçar-vos, a largos traços, uma das mais ativas e profícuas administrações que contou o reino do Brasil: refiro-me a intendência da polícia, exercida pelo desembargador do paço conselheiro Paulo Fernandes Viana desde 5 de abril de 1808 até 26 de fevereiro de 1821."[273]

Vários são os outros momentos em que o vemos mencionar a fonte da pesquisa. Em "A Academia Brasílica dos Esquecidos" (1868) novamente cita as fontes:

> Um conjunto de circunstâncias, a que alguém denominaria *acaso*, e que abstenho-me de qualificar, permitiu que os trabalhos da *Academia Brasílica dos Esquecidos*, que o venerando primeiro presidente do nosso Instituto considerava *irreparavelmente perdidos*, viessem parar às mãos do mais humilde dos seus secretários (sic). Considerando como uma espécie de legado de honra o prosseguir na tarefa iniciada por meu saudoso tio, peço vênia para entreter a vossa atenção com o resultado do minucioso estudo que fiz dos três grossos volumes *in folio*, nos quais os escritos dos acadêmicos bahienses dormiam o sono do *esquecimento*.[274]

Uma das ações do IHGB foi fazer conhecer as personalidades brasileiras que participaram na construção da nacionalidade do país. O Cônego Fernandes Pinheiro prestou-se à efetivação desse trabalho nacionalista escrevendo biografias de "homens ilustres nas

[272] PINHEIRO, J. C. F. *Op. cit*., 1885, p. 103.
[273] PINHEIRO, J. C. F. Paulo Fernandes e a polícia de seu tempo. In: *Op. cit.*, 1980, p. 423.
[274] PINHEIRO, J. C. F. A Academia Brasílica dos Esquecidos. In: *Op. cit*, 1980, p. 339-340.

ciências, letras, armas e virtudes, que deixaram de pertencer ao número dos vivos". Essas biografias pertenceram à série *Brasileiros Célebres* e grande parte delas foi publicada concomitantemente num outro periódico do qual era assíduo colaborador: a *Revista Popular*. A série foi idealizada para ser divulgada, em conjunto com o trabalho *Brasileiras Célebres*, de Joaquim Norberto, os quais seriam reunidos posteriormente numa coletânea que denominaram *Panteon Brasileiro*. Numa nota da biografia de Antônio Felipe Camarão, deixa bem claro que

> Faz esta biografia parte de uma galeria de homens ilustres nas ciências, letras, armas e virtudes, que deixaram de pertencer ao número dos vivos; a qual, de combinação com o Sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva, temos entre mãos, havendo para ela escolhido o título coletivo de *Panteon Brasileiro*. A primeira parte, devida à hábil e elegante pena do Sr. Norberto, é conhecido dos leitores pela denominação de *Brasileiros Célebres*, e se acha no prelo.[275]

O número de brasileiros biografados é bastante extenso: Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, Amador Bueno de Ribeiro, André Vidal de Negreiros, D. Antônio Filipe Camarão, Conselheiro Dr. Cláudio Luiz da Costa, Cláudio Manoel da Costa, Custódio Ferreira Leite (Barão da Aiuruoca), Frei Francisco de Mont'Alverne, Fr. Francisco de São Carlos, Henrique Dias, Irmão Joaquim, Frei José da Costa Azevedo, Visconde de S. Leopoldo, Cônego Luiz Gonçalves dos Santos e Conde de Irajá.

Como sacerdote católico, percebe-se que o Cônego Fernandes Pinheiro nunca se deixou desligar da religião, mesmo tendo que renunciar ao canonicato na escolha de prosseguir na docência. Prova disso encontramos na temática de seus ensaios e, principalmente, no quadro de seus biografados. Geralmente a série de biografias comporta um número de figuras do clero brasileiro: Frei Mont'Alverne, Frei Costa de Azevedo, Irmão Joaquim etc., nas quais se destaca a sua importância para a história do país. Talvez o Cônego tenha tido interesse em elaborar uma história religiosa do Brasil.

Em geral, as biografias são construídas pela perspectiva de exaltação das qualidades dos brasileiros que justificam sua representação na história do país. Nesse sentido, detêm-se em destacar os seus atrativos como patriotas. A narração gira em torno do *climax* de um momento da história no qual o biografado torna-se o protagonista. Nesse sentido, o discurso fica condicionado a dirigir o leitor a uma dada ação "grandiosa" do brasileiro, preparando-os

[275] PINHEIRO, J. C. F. Brasileiros Célebres: D. Antônio Felipe Camarão. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, ano III, t. XII, out./dez. 1861, p.196.

por meio da apresentação de alguns elementos secundários que prenunciam o evento. Geralmente, os elementos são traços da personalidade. Desde o nascimento o biógrafo tenta destacar do biografado as "virtudes" de sua personalidade que levarão o leitor a entender as futuras atitudes "grandiosas" para a história do país. Dessa maneira iniciava a biografia de D. Antônio Felipe Camarão:

> Crê-se que nas vertentes da serra Ibiapaba, próximo ao sítio onde hoje ergue-se Vila Viçosa, na importantíssima província do Ceará, vira a luz do dia no começo do século XVII o valente moçarara, cuja vida ora esboçamos.
> Pertencia à corajosa tribo dos *carijós*, que, chamada ao conhecimento da verdadeira religião pelos incansáveis esforços dos jesuítas, tão poderoso auxílio prestara à civilização européia. (...)
> Ignoramos quais foram as primeiras façanhas do ilustre guerreiro, que nos bronzes da brasílica histórica gravou seu nome; pensamos, porém, que ativa devera ser a sua juventude, e que em marciais exercícios adestrara suas forças para futuras e gloriosas empresas.[276]

O Cônego Fernandes Pinheiro, no entanto, decidiu escrever biografias daqueles brasileiros pertencentes "a todas as classes", uma vez que julgava encontrar o heroísmo "na coragem do médico, do padre ou do enfermeiro, que afrontam a morte para levarem ao pestiferado os socorros da ciência, da religião ou da caridade." Como religioso, valorizava muito a questão da moral e, nas suas biografias, torna-a o elemento principal para o elogio dos homens célebres da história do país. O Barão da Aiuruoca foi um deles:

> Não foi o protagonista da nossa tosca narrativa um denodado guerreiro, que com a espada gravasse o seu nome nos dísticos nacionais, um sábio, que com suas lucubrações alargasse o círculo dos conhecimentos humanos, um missionário, que estendesse os horizontes da fé; mas um honrado lavrador, sincero patriota, providência dos pobres, enérgico agente da civilização e do progresso.

[276] PINHEIRO, J. C. F. Brasileiros Célebres: D. Antônio Felipe Camarão. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, ano III, t. XII, out./dez. 1861, p.196.

> Quem há aí nas três províncias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Gerais, que nunca ouvisse falar no coronel Custódio Ferreira Leite, condecorado na sua velhice com o título de barão de Aiuruoca? Quem há que não refira algum ato de beneficência por ele praticado? Quantas famílias não foram por ele amparadas, quantas dissenções domésticas pela sua legítima ascendência terminadas?
> Não registrará portanto esta revista em suas páginas a biografia de um homem obscuro, ou de algum desses enfatuados, que nenhum vestígio, senão os da vaidade e do orgulho, deixaram de sua passagem pelo mundo.[277]

Além das biografias, interessa-nos especialmente dois de seus artigos publicados na *Revista Trimestral do IHGB*: "A Academia Brasílica dos Esquecidos: estudo histórico e literário" (1868) e "A Academia Brasílica dos Renascidos: estudos histórico e literário"(1869). Os dois foram reconhecidos pela crítica posterior e, como vimos, passaram a ser referência para o estudo do início da crítica brasileira. José Veríssimo, por exemplo, menciona-os quando trabalha os prenúncios da crítica literária no Brasil.

De fato, os ensaios tornam-se relevantes em alguns aspectos. Considera-se que o Cônego Fernandes Pinheiro foi um dos primeiros a despertar curiosidade pela produção dos acadêmicos coloniais, assim como desenvolveu um estudo que, além do pioneirismo, consegue divulgar alguns dos textos poéticos das academias e, ao mesmo tempo, problematizá-los dentro da ambientação crítico-literária. No caso da Academia Brasílica dos Renascidos, o Cônego publica um índice de nomes dos membros dessa instituição literária, com uma breve informação biográfica de cada um deles, contribuindo para a sua divulgação na posteridade.

É certo que o estudo do Cônego Fernandes Pinheiro era o único no Brasil. A respeito de outras academias tínhamos os trabalhos do Visconde de S. Leopoldo e Joaquim Norberto. O Visconde de S. Leopoldo parece ter se interessado pela Academia dos Esquecidos e dos Renascidos, mas não pôde prosseguir seu estudo por considerar os documentos sobre elas "*irreparavelmente perdidos*". A reflexão sobre as duas academias brasílicas ainda não havia sido feita e, naquele momento, tornava-se possível porque documentos concretos haviam sido encontrados. E o Cônego Fernandes Pinheiro tinha em mãos os textos publicados pelos acadêmicos daquelas duas instituições literárias.

[277] PINHEIRO, J. C. F. Custódio Ferreira Leite: Barão da Aiuruoca. In: *op. cit*, 1980, p. 482.

O primeiro ensaio, "A Academia Brasílica dos Esquecidos", é comparativamente mais completo do que o segundo, "A Academia Brasílica dos Renascidos", se leva em conta o seu desenvolvimento reflexivo, muito embora este último traga, como comentamos, mais dados informativos. Uma vez que o assunto era quase desconhecido pelos seus interlocutores, o Cônego Fernandes Pinheiro dedica-se a fazer uma investigação histórica a respeito do surgimento das academias literárias fora do país para, assim, perceber a sua influência e introdução entre nós: "Parte integrante da família portuguesa, acompanhava o Brasil todas as oscilações políticas, sociais e literárias, que se operavam na metrópole; assim, pois, parece-me acertado ir buscar além do Atlântico a extremidade do fio elétrico que na sede da colônia luso-americana vibrava as fibras da intelectualidade."[278]

Munindo-se de trabalhos anteriores, como, por exemplo, a *História da literatura espanhola*, de Ticknor, e a *História da literatura italiana*, de Perrens, o Cônego Fernandes Pinheiro narra o despertar do movimento literário daquela época colocando em destaque, porém, a literatura italiana diante das demais. É verdade que deixa evidenciada a péssima qualidade da produção literária da época e a polêmica estabelecida entre italianos e espanhóis:

> Notam os historiadores que, uma, como epidemia moral, acometera as letras no fim do século XVI e começo do XVII: dessa epidemia foram principalmente vítimas, dois povos da raça latina, que nessa época caminhavam à frente da civilização européia, em que pese a seus detratores. Marini na Itália e Gongora na Espanha eram dois astros que arrastaram em sua órbita crescido número de satélites. Imperava o mau gosto, que só por antifrase pode ser chamado *cultismo*.[279]

O interesse dessa panorâmica incide em verificar a influência literária que os portugueses receberam e que, em conseqüência, viria a ser da colônia brasileira. Nesse sentido, o Cônego Fernandes Pinheiro defende a idéia de que os portugueses estavam muito mais próximos da literatura espanhola do que da italiana, por conta de alguns aspectos: "Se íntimas e contínuas eram as relações entre a Itália e a Espanha, ainda mais contínuas e íntimas eram as relações entre a Espanha e Portugal. A identidade de origem, a semelhança de linguagem e os entrelaçamentos das respectivas famílias reinantes contribuíam poderosamente

[278] PINHEIRO, J. C. F. A Academia Brasílica dos Esquecidos. In: *op. cit.*, 1980, p. 340.
[279] *Idem*, *ibidem*, p. 340.

para essa amálgama (...)"[280]. E, por isso, confere à literatura portuguesa o título de literatura *terciária*:

> Portugal, porém, nunca se achou em contato com a Itália; assim, pois, pode-se dizer que a sua literatura é *terciária* para servir-me de uma expressão consagrada pelos geólogos. O raio do sol dos Medicis não iluminava os horizontes portugueses, senão perpassando pelas veigas de Castella: Sá de Miranda era mais discípulo de Boscan e Garcilaso, do que de Sannazaro e Guarini; e Gil Vicente, cuja originalidade tanto preconizam os seus ilustrados editores, segue passo a passo João del Encina, que por sua vez se havia inspirado nas comédias de Bebiena e Ariosto.[281]

Depois da exposição da situação literária e do sistema de influências da época, no primeiro ensaio do Cônego Fernandes Pinheiro há um mapeamento das primeiras manifestações das academias literárias, ocorridas, inicialmente, na Itália, mas propagando-se por influência na França com as reuniões dos *homens de letras* nos salões da marquesa de Rambouillet. Daí, a Espanha toma conhecimento pela França e inaugura a *Academia Espanhola*, influenciando, por conseguinte, Portugal: "Raramente vemos a independência política das nações corresponder à sua emancipação literária: assim, Portugal, despedaçando tão heroicamente os grilhões que lhe roxeavam os pulsos continuou a reconhecer por mais de um século a hegemonia intelectual da sua antiga metrópole (a Espanha)." [282]

Para o Cônego Fernandes Pinheiro, o movimento academicista gerou um empobrecimento da literatura universal, principalmente a de Portugal. Idéia fundamentada (literalmente) nas palavras de Rabelo da Silva e Garrett. Na França, embora perceba um engrandecimento literário do país de quando surgiu, contribuindo para que houvesse um "aperfeiçoamento da obra de Malherbe", o Cônego ressalta porém o desfalecimento das letras logo em seguida:

> Não puderam, porém, escapar aos saraus da marquesa de Rambouillet da dura lei da decadência e degeneração a que parecem votadas todas as criações humanas. O amor da novidade desvirtuou com lapsos de tempo tão úteis reuniões: importava fornecer cada noite novo alimento à indefesa atividade dos espíritos: foi então que chegou a época dos *rondós*, *sonetos*, *madrigais*, *acrósticos*, *anagramas*, etc., etc.[283]

[280] PINHEIRO, J. C. F. A Academia Brasílica dos Esquecidos. In: *op. cit.*, 1980, p. 342.
[281] *Idem*, *ibidem*, p. 343.
[282] *Idem*, *ibidem*, p. 345.
[283] *Idem*, *ibidem*, p. 344.

Por outro lado, ocorreu à literatura portuguesa uma contínua decadência. As academias que se proliferavam nas plagas de Portugal incitavam, citando Garrett, o "*mau-gosto* dos cultos, que arregimentados em uma infinidade de academias dos nomes mais extravagantes e incríveis, conseguem tirar toda a cor a literatura portuguesa de todos os gêneros e fazer da língua uma algaravia afetada ao ridículo;"[284]

Brevemente, o Cônego Fernandes Pinheiro comenta a existência das academias *dos Generosos* e *dos Singulares* das quais, para ele, a última "parece ter sido ela que servira de norma à *Brasílica dos Esquecidos*".[285] De Portugal, portanto, receberíamos a influência na realização das academias literárias, iniciadas pelo vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes César, que "planejou a fundação de uma academia vasada no molde dos *Generosos* e *Singulares*, que pareciam haver atingido ao ideal da perfectibilidade."[286]

No ensaio "A Academia Brasílica dos Esquecidos", a narração da fundação da primeira associação literária do país torna-se breve. Fala-se do papel do vice-rei e torna-se público o seu discurso de inauguração. Em seguida, o Cônego Fernandes Pinheiro entrega-se à análise crítica das atividades da referida academia. Remete ao "gongorismo e marinismo", expõe o processo poético e histórico pelos quais os seus membros se envolveram e divulga alguns exemplos de sua produção. Nas suas considerações críticas prevalece a desconsideração pela poética dos acadêmicos de influência do gongorismo, que, segundo ele, "repletas na quase totalidade de lugares comuns e guindadas alusões são para nós destituídas de mínimo interesse."[287] Coloca, porém, em evidência a qualidade do discurso retórico:

> Forma porém felicíssima exceção o discurso recitado pelo padre-mestre Rafael Machado, reitor do colégio dos jesuítas da Bahia, na abertura da sétima conferência. Havendo tomado por tema o pensamento de Salomão: *Nihil sub sole novum*; deu tratos à sua copiosa erudição para conciliá-lo com a novidade dos descobrimentos dos portugueses; e nesse certame, rendido o devido preito ao dominante gongorismo, mostrou-se por vezes digno de êmulo de Rocha Pita e Brito Lima.[288]

Por fim, o Cônego Fernandes Pinheiro registra que a 4 de fevereiro de 1725 houve o término das atividades da associação e conclui com a reprovação da academia considerando a

[284] PINHEIRO, J. C. F. A Academia Brasílica dos Esquecidos. In: *op. cit.*, 1980, p. 346.
[285] *Idem, ibidem*, p. 346.
[286] *Idem, ibidem*, p. 347.
[287] *Idem*, *ibidem*, p. 354.

sua pobreza poética. Todavia, se a Portugal o movimento academicista proporcionou apenas desvantagens, ao Brasil, houve um aspecto positivo, chegando a se declarar que seu aparecimento proporcionou-nos um período literário áureo. O Cônego se refere estritamente ao momento profícuo de consagração às letras que o pais viveu pela primeira vez:

> Descendente em linha reta das academias italianas, espanholas e portuguesas, foi a *Academia Brasílica dos Esquecidos* a legítima representante do espírito fútil e da incontinência tropológica que tanto prejudicaram a suas avoengas. Os homens, porém, consagraram seus lazeres ao cultivo da inteligência, posto que mal encaminhada, numa época em que tão poucas aspirações eram deixadas às letras, devem ser considerados beneméritos da pátria, e sua saudosa memória religiosamente guardada na urna do respeito e veneração dos pósteros.[289]

O artigo "A Academia Brasílica dos Renascidos" é uma continuação dos estudos sobre as academias literárias que marcam o período inicial de nossa literatura. O texto é mais curto do que o primeiro por não trazer uma história das academias estrangeiras e nacional e entrar diretamente na análise dos documentos relativos à Academia dos Renascidos:

> Permitiu, porém, minha boa estrela que, compulsando os documentos que vos foram oferecidos pelo sr. conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, deparasse com alguns apontamentos relativos a uma sociedade que existiu na Bahia em 1759 com o título de *Academia Brasílica dos Renascidos*. Resolvi para logo utilizar-me deles em complemento do anterior estudo, ofertando-vos este outro, ainda mais exíguo na substância e na forma.[290]

Anterior à análise, fala-se da existência de duas outras academias entre o período que compreende o término da Academia dos Esquecidos e a inauguração dessa nova, apoiando-se em declarações de Visconde de S. Leopoldo e Joaquim Norberto. Elas – a Academia dos Felizes e a Academia dos Seletos - tiveram uma vida bastante breve e quase nada se falou delas. Quanto à Academia dos Renascidos, o Cônego Fernandes Pinheiro assim a introduzia:

---

[288] PINHEIRO, J. C. F. A Academia Brasílica dos Esquecidos. In: *op. cit.*, 1980, p.354.
[289] *Idem, ibidem*, p. 358.
[290] PINHEIRO, J. C. Fernandes. A Academia Brasílica dos Renascidos: estudo histórico e literário. In: *Op. cit.*, 1980, p. 359.

> vemos surgir na cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos uma sociedade, cuja denominação era um solene protesto contra as idéias obscurantistas, uma alta aspiração à continuidade de um pensamento que em outra era assomaria a mente de alguns prestimosos cidadãos: a *Academia dos Renascidos* reclamava a herança jacente da dos *Esquecidos*, e firmava seu direito na identidade de fins e analogia de meios. [291]

Sobre tal instituição literária o Cônego Fernandes Pinheiro possuía mais informações: apresenta a sua data de inauguração, a quantidade e os nomes de seus sócios (40 efetivos e 76 supra-numerários), os números de reuniões e suas respectivas datas de realização e a causa de seu aniquilamento:

> Engolfada se achava a Academia no estudo de importantíssimas questões, quando o raio da ira ministerial veio fulminar seu diretor perpétuo, o conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, lançando o pasmo e o terror em tão pacífica assembléia. Debalde tomara por Mecenas o conde de Oeiras, que então dirigia o timão do Estado, debalde se colocara sob a égide real, seus dias estavam contados e o dente venenoso da calúnia cravou-se nas flácidas carnes de um venerando ancião, de um magistrado íntegro, de um desvelado cultor das letras.[292]

A brevidade do estudo deixou apenas uma vaga idéia dessa instituição. O que sobressai é a indicação de que havia um exercício de crítica literária naquele momento, exercida pelos censores nos pareceres oficiais. O Cônego Fernandes Pinheiro acredita sem nenhuma dúvida na existência da crítica, muito embora a despreze pelo molde utilizado na época: "Como espécimen do estilo da época e do modo por que era então entendida a crítica literária, peço permissão ao Instituto para citar integralmente o parecer do último dos referidos censores."[293] Para ele, a avaliação dos censores torna-se totalmente inválida, uma vez que valorizavam as "alegorias, de péssimo gosto e entretecido de antíteses e trocadilhos".[294]

Embora haja uma remissão à existência de vida crítico-literária na colônia, a informação que o Cônego Fernandes Pinheiro nos passa é pouca para fazermos qualquer tipo de avaliação mais detida sobre o assunto que, posteriormente, seria trabalhado também por

[291] PINHEIRO, J. C. Fernandes. A Academia Brasílica dos Renascidos: estudo histórico e literário. In: *Op. cit.*, 1980, p. 361.
[292] *Idem*, *ibidem*, p. 361-362.
[293] *Idem, ibidem*, p. 363.
[294] *Idem*, *ibidem*, p. 363.

José Veríssimo. Fica apenas a hipótese de que o Cônego Fernandes Pinheiro conseguiu identificar, talvez sem muito discernimento, os primeiros passos dos estudos literários no país.

Após retornar da Europa, doutor em Teologia pela Universidade de Roma, em 1854, o Cônego inicia-se como redator da *Guanabara*, representativo periódico dos ideais românticos, da primeira fase do Romantismo brasileiro. Junta-se aos fundadores, Porto-Alegre e Macedo, e acaba, logo após, assumindo a responsabilidade total da produção da revista, a pedido do Imperador. No decorrer dos frágeis anos de vida da revista, que se prolongou até 1856, o Cônego Fernandes Pinheiro praticamente conseguiu fazê-la sobreviver com a publicação de seus artigos, diante da grande escassez de colaboradores.

Na *Guanabara*, a produção textual do crítico difere um pouco do que ele havia escrito para a *RTIHGB*. Durante os dois anos como colaborador da revista, publicou artigos críticos diversificados. Todavia, a espécie de maior recorrência foi, de fato, o noticiário, que se caracterizava por informar o leitor e, ao mesmo tempo, germinar "a curiosidade que o conduziria à leitura efetiva da obra e, caso isto não acontecesse, assegurava, até certo ponto, o conhecimento da obra que estava sendo analisada."[295]

Dentre os mais expressivos artigos, que se enquadram perfeitamente no aspecto noticiário da crítica, estão os trabalhos reunidos na seção "Boletim Bibliográfico" da revista. No total, o Cônego Fernandes Pinheiro publicou cinco boletins, nos quais eram divulgadas algumas das obras publicadas no Brasil. Foram as obras *Lições da história do Brasil*, de A. A. Pereira Coruja; *Memória da literatura contemporânea*, de A. P. Lopes de Mendonça; *Obras Oratórias*, do padre Mont'Alverne; *Eneida Brasileira*, de Odorico Mendes, entre outras.

Do seu discurso o que prevalece é a brevidade de pensamento e a manifestação entusiástica pelo "progresso das letras", uma vez que a publicação de livros nacionais era rara no período. No artigo "Retrospecto literário" (1855), o Cônego avalia a situação: "Que influência teve o ano de 1854 no progresso das letras pátrias? Apressemo-nos em responder rapidamente a esta pergunta que nos farão os leitores da *Guanabara*. Se considerarmos que atravessamos uma época de transição, diremos que o ano que acaba de findar da esterilidade literária."[296]

---

[295] CAIRO, Luiz Roberto Velloso. *Op. cit.*, 1996, p. 51.
[296] PINHEIRO, J. C. Fernandes. Retrospecto literário. *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia da Empresa Dois de Dezembro de Paula Brito, 1855, t. II, no. 2, p. 429.

Geralmente, tratava-se de parágrafos curtos nos quais fazia um resumo do conteúdo das obras para, em seguida, apontar as suas principais qualidades e a sua importância para o círculo intelectual do país. Havia também a preocupação de deixar bem claras as qualificações dos autores, pensando na credibilidade que viria ter o produto divulgado. É importante lembrar que, como adepto da crítica de *símile*, sempre tenta colocá-las ao lado de obras canônicas, principalmente as universais. Em comparação com esses modelos perfeitos, os livros tinham que possuir qualidade igual ou superior, pois, assim, ficava justificada a sua relevância como publicação literária. Tal técnica se aplicava tanto a produtos nacionais quanto estrangeiros. O Cônego Fernandes Pinheiro estava interessado em nos constituir como um país de cultura literária e, assim, as influências estrangeiras permitiam o engrandecimento literário do Império das Letras. De todo modo, as obras nacionais ou aquelas que tratavam do Brasil tinham maior destaque e importância.

De posição lusófila, acolhe com entusiasmo as *Memórias da literatura contemporânea*, de Lopes de Mendonça, nas quais se encontram comentários acerca da produção literária de alguns brasileiros. Observe-se a recorrência dos paralelos na apreciação crítica e interesse pela divulgação de nossos produtos além-mar:

> Já a imprensa diária desta capital publicou alguns escritos do belíssimo trabalho, que ora anunciamos, e cuja leitura causou-nos extraordinário prazer. O Sr. Lopes de Mendonça, espirituoso folhetinista da Revolução de Setembro, e autor de uma estimada *Viagem à Itália*, traça-nos um vivo e pitoresco quadro da literatura portuguesa contemporânea, e mostra-nos que a velha pátria de Camões acompanha o progresso das letras. Ai vemos que as obras do Sr. A. Herculano, sobre a História, os do falecido Sr. Duque de Palmella sobre diplomacia, do Sr. Marreca sobre a economia política, do Sr. Garrett sobre o drama e a poesia, podem ser postas em paralelo com a que há de melhor nos países os mais adiantados.

> Revela-nos além disso a existência de uma plêiade de escritores, que nos eram quase que desconhecidos, e por essa ocasião lamentamos sinceramente o desprezo que votamos ao nosso idioma, a ponto de ignorarmos o movimento literário de Portugal, e vice-versa ! O livro do Sr. Lopes de Mendonça seria mais completo se abrangesse as obras publicadas na língua portuguesa em ambos os hemisférios: e agradecemo-lhe cordialmente a delicadeza com que nos trata, e o juízo favorável que de nós forma, analisando os escritos dos Srs. Marquês de Abrantes, Gonçalves Dias, e Álvares de Azevedo, que por uma feliz casualidade chegaram ao seu conhecimento. É tempo de permutarmos também nossos livros com os dos nossos irmãos de além-mar, e desta arte nos apreciarmos melhor. [297]

Por vezes, o espírito crítico se deixa envolver pelo impressionismo analítico, predominando considerações superficiais que valorizam as sensações despertadas dos textos poéticos publicados. Em 1855, expressa-se desta maneira quando exprime seu juízo crítico a respeito do livro de poesia de José Albano Cordeiro:

> Seus gemidos são calmos; sua dor é resignada, porque o nosso amigo é um poeta cristão: vê na morte o começo da eternidade, e nutre esperança de juntar-se um dia aquela, que tanto amou na terra. A versificação é simples e melodiosa como convém ao assunto; é no nosso fraco entender um belo trecho de poesia elegíaca, digno de ser cantado pelas jovens pianistas nessas horas de inexplicável melancolia, em que a nossa alma desgostosa do mundo parece suspirar pela sua pátria celeste, de que guarda fraca, mas doce reminiscência.[298]

[297] PINHEIRO, J. C. F. Boletim bibliográfico: *Lições da História do Brasil, adaptadas para leitura das escolas* - Pelo SR. A. A. Pereira Coruja; *Memórias da Literatura Contemporânea* - Pelo Sr. A. P. Lopes de Mendonça; *Históire du 41. Fauteuil de l'Academic Francaise* - Por Arsène Houssaye; *L'Empire Chinois* - Par Huc, Missionário Apostólico; *Dictionnaire Universel des Sciences, des Lettres et des Arts* - Por Bouillet. *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 8, 1855, t. III, p. 227-229.

[298] PINHEIRO, J. C. F. Álbum de Armia ou Gemindos sobre o túmulo de uma brasileira. *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 1, março 1855, t. III, p. 21.

Além dos noticiários, o Cônego Fernandes Pinheiro escreveu ensaios sobre assuntos diversos: religião, biografia, literatura estrangeira, retórica etc. Dentre os títulos, interessa-nos em especial dois deles: "A literatura italiana" e "Retrospecto literário". O primeiro por se tratar da posição historiográfica do autor e o segundo, de um discurso crítico totalmente controverso em relação à imagem pacífica e omissa de crítico literário como pareceu ser diante da literatura contemporânea. O artigo "A literatura italiana" permite visualizar as tentativas do Cônego Fernandes Pinheiro de circular pela historiografia literária mundial. Esse posicionamento revela-se mais nitidamente com a publicação de seu *Resumo de história literária*, no qual elabora um panorama da história da literatura universal, englobando nesse quadro a literatura nacional. A escolha por em estudar a literatura italiana justifica-se por dois motivos: apresentou-se curioso pela cultura italiana uma vez que havia chegado recentemente da Itália e, para ele, o estudo de literaturas paradigmáticas influenciava os brasileiros a produzirem literatura:

> Em desempenho da nossa palavra, consagramos estas linhas à literatura italiana, tendo unicamente em vista despertar o gosto dos nossos talentosos patrícios para que lhe consagrem alguns dos seus lazeres, certos de que por muito bem pagos se darão do pouco tempo que consagrarem ao estudo de uma língua, que tanta afinidade tem com a nossa. Um jardim mais rico do que o das Hisperides ser-lhes-á franqueado em prêmio de algumas horas de estudo.[299]

Dentre os aspectos essenciais daquela literatura, o Cônego Fernandes Pinheiro parece exaltar a riqueza da língua italiana, que havia sido enobrecida com as contribuições de Dante e Petrarca. Além disso, analisa os símbolos literários a partir dos gêneros literários: Dante e Tasso representaram a epopéia; Bocaccio, a prosa; Policiano, o teatro; Sanazaro, a poesia bucólica; Mestatásio, o melodrama; Guicciardini, os estudos históricos; entre outros exemplo. Encontram-se, porém, outros nomes do mesmo gênero, reservando-lhes, algumas vezes, um pequeno comentário. Nas análise dos mais representativos ressalta as qualidades e os defeitos, embora aquelas se sobressaiam:

[299] PINHEIRO, J. C. F. A literatura italiana. *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 11, 1855, t. II p. 392.

> O melodrama, essa graciosa composição poética, deveu a Metastasio tão grande lustre, que não pôde ser depois imitado. É impossível ler suas óperas sem sentir-se penetrado de um sentimento de amor e veneração para com o ilustre poeta, cujo berço Roma ufana-se de ter possuído. Supriu pela suavidade o que lhe faltava em energia: seus heróis são adamados; mas o enredo do drama não deixa por isso de ser interessante.[300]

Embora demonstre erudição literária, o artigo perde muito pela superficialidade das idéias, condicionadas ao entusiasmo de exaltação das glórias literárias universais, como um incentivo aos brasileiros para acompanhar as tendências culturais européias. Seriam modelos a seguir para possuirmos uma verdadeira literatura de sucesso. A escolha analítica pelo viés dos gêneros literários revela a formação humanística do Cônego Fernandes Pinheiro, preanunciando, também, a metodologia que iria utilizar na elaboração de obras historiográficas de mais peso como o *Curso de literatura nacional* e o referido *Resumo*.

O Cônego Fernandes Pinheiro não foi um espírito polêmico para a sua época. Era bastante conservador, muito embora tenha participado das reivindicações nacionalistas. Reivindicava uma literatura nacional, mas não se contrapunha com azedume à literatura portuguesa, tal como fez seu colega de trabalho Joaquim Norberto. O Cônego pareceu ser um nacionalista menos radical nas suas concepções críticas e historiográficas e, assim, explica-se a posição lusófica que ostentava nos estudos de literatura. Em alguns momentos, no entanto, desse espírito pacífico parece revelar-se, muito raramente, um grau de revolta principalmente contra a vida cultural brasileira da época. Se nos livros de história literária a revolta se traveste em silêncio crítico - no *Curso de literatura nacional* e no *Resumo de história literária* não se estuda a literatura contemporânea de seu tempo -, no ensaio "Retrospecto literário" o Cônego Fernandes Pinheiro permite-se desabafar sem nenhum receio. Nele encontra-se um manifesto a favor das letras. Percebe-se a "esterilidade literária", a "situação do homem de letras", a indiferença cultural da população, e , ao mesmo tempo, procura apoio dos literatos para modificar o quadro da literatura brasileira daquela época.

Dessa maneira, grita a seus conterrâneos:

[300]PINHEIRO, J. C. F. A literatura italiana. *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 11, 1855, t. II, p. 390.

> Avante! Avante! Olhemos para a coroa do Senhor D. Pedro Segundo, como os soldados de Henrique IV para o seu penacho branco; lembremo-nos que seu reinado deve ser para nós o que de Leão X e de Luiz XIV foram para os italianos e franceses; façamos tudo por um príncipe que, mais que nenhum outro, é digno das homenagens do seu povo.[301]

Primeiramente, o Cônego Fernandes Pinheiro constata que estávamos numa "esterilidade literária" pela falta de incentivo da população e dos governantes, que desvalorizam a função dos homens de letras. Sem auxílio financeiro, as publicações tornam-se cada vez mais raras. O Cônego assim falava sobre a situação dos literatos e reclamava seus direitos:

> A tísica financeira ameaça a existência de muitas destas publicações vendo outras seus dias em perigo pela carência de matéria com que possam encher suas páginas. Ninguém vive entre nós de ser homem de letras: todos têm suas ocupações com que granjeiam o pão cotidiano: deixando-lhe estas muito poucas lazeres para se entregarem às lucubrações literárias (sic). A acumulação de empregos indispensável entre nós em razão dos nossos mesquinhos ordenados absorve-nos o tempo que poderíamos dedicar ao estudo, e daí a esterilidade de algumas penas que poderiam aliás ser tão fecundas. Dê-se aos cultores das letras meios de honesta e folgada subsistência e torne-os depois responsáveis pelo tempo que tiverem desperdiçado.[302]

Em seguida, o Cônego revela o esforço das academias e dos jornais literários em prosseguir no mundo das letras, que "com isto prestam um verdadeiro e assinalado serviço ao país"[303]. Os mais representativos seriam o IHGB, o *Ginásio brasileiro*, o *Ensaio Filosófico* e o *Ateneu Paulistano*. Diante dessa dificuldade cultural, lança uma idéia de "reunir nossos esforços em favor de um só jornal: fazê-lo chegar às mãos do povo por uma módica assinatura, ou ainda distribuindo gratuitamente por todos aqueles que mostrarem interesse pelo progresso nacional."[304] E, aí, parece chegar ao objetivo central do trabalho: tentar reerguer a *Guanabara*:

---

[301] PINHEIRO, J. C. F. Retrospecto literário. *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 12, 1855, t. II, p. 431.
[302] *Idem, ibidem*, p. 429.
[303] *Idem*, *ibidem*, p.430.
[304] *Idem,ibidem*, p. 430.

> Cremos não irrogar (sic) ofensa a quem quer que seja asseverando que nenhum jornal, ou revista, está nas condições da nossa para realizar esse *desideratum*. O *Guanabara* pois faz um novo apelo aos nosso literatos; pede o tributo de todas as inteligências, e está convencido que pode representar no Brasil o papel da *Revista dos dois Mundos*, se for auxiliado pelos que poder têm para isso.[305]

Sem embargo do particular interesse do Cônego, o artigo é bastante relevante no que se refere à posição dos literatos diante do sério problema do forjamento literário numa sociedade precariamente letrada. O ânimo de constituir uma nação culturalmente estabelecida debatia-se com a falta de estrutura política, social e educacional do país. E as crises eram freqüentes.

Após três anos de encerramento da publicação da sofrida *Guanabara*, o Cônego Fernandes Pinheiro entra no time dos colaboradores da recente *Revista Popular* de 1859, onde compartilharia o espaço com alguns dos críticos mais representativos do período, como por exemplo Augusto Emílio Zaluar, Joaquim Norberto, Joaquim Manuel de Macedo e Antônio Joaquim de Macedo Soares. Na revista, o Cônego Fernandes Pinheiro conseguiu publicar um número expressivo de artigos se considerarmos o curto tempo que o periódico circulou no país: apenas quatro anos (1859-1862). Seus artigos compunham-se de assuntos bastante ecléticos dentro da área de humanidades, que compreendiam desde temas geográficos à crítica literária propriamente dita.

Na seção biográfica, o Cônego Fernandes Pinheiro publicou várias biografias de brasileiros, as quais, algum tempo depois, como vimos, foram inseridas na *RTIHGB*. O projeto de divulgá-las num *Panteon* de biografias dos ilustres homens de nosso passado histórico e literário foi pensado quando estava na *Revista Popular*. O projeto inicial parece ter se expandido, ao menos parece, já que também escreveu biografias de personalidades estrangeiras, como a do poeta português Luiz de Camões, a da rainha de Portugal Sr. D. Estefânia etc.

Como na *Guanabara*, o Cônego Fernandes Pinheiro participou dos *noticiários bibliográficos*, aonde fez resenhas críticas divulgando, por exemplo, as novas edições dos *Suspiros Poéticos e Saudades*, de J. Gonçalves de Magalhães; das *Lições de história do Brasil*,

[305] PINHEIRO, J. C. F. Retrospecto literário. *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 12, 1855, t. II, p. 430.

de Joaquim Manoel de Macedo; e também a publicação do livro sobre Chateaubriand, intitulado *Chateaubriand e seu tempo*, de Conde Marcellus.

Todavia, a seção "Boletim Bibliográfico" parecia ser um pouco mais requintada do que na *Guanabara*, já que não trazia comentários breves sobre os livros e, sim, artigos mais críticos com uma extensão bastante razoável. Conservando apenas a *símile* literária, pode-se dizer que se tratava de uma crítica literária mais acurada e reflexiva, expondo, além dos elogios que eram peculiares da época, um resumo crítico detalhado e observações pertinentes, com apoio de outros estudiosos, e dignas de citação do próprio texto. Por ocasião da publicação do *Compêndio da história da Idade Média*, de J. B. Calogeras, o Cônego assim introduzia o texto:

> A apparição de um bom livro é sempre um fausto acontecimento no mundo literário, máxime quando esse livro vem supprir uma falta geralmente sentida. Professores e alumnos lamentavão que não houvesse na lingua portugueza uma obra elementar de historia, sendo constrangidos a recorrerem ás escriptas em estranhos idiomas. (...)
> Reconhece o Sr. Calogeras a difficuldade em marcar os limites da idade média.
> No nosso fraco entender a historia em duas grandes divisões; assignadas pela nossa chronologia, isto é, antes e depois de Christo, sendo a cruz o marco milliario que separa as duas civilisações. Confessamos porém que seria necessario alterar o programma para seguir um novo methodo historico, e o autor não podia melhor do que o fez accomodar-se ao systema adoptado. (...)[306]

Outro exemplo é a divulgação da nova edição dos *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães. No texto fala muito mais sobre a nacionalidade da literatura brasileira do que da própria edição que estava sendo lançada naquele momento. Essas mudanças do caráter noticiário revelam-se no título dos artigos que, muitas vezes, não conservavam a legenda "Boletim Bibliográfico", trocando-a por títulos originais, como, nesse caso, em que se expõe "Rápido estudo sobre a poesia brasileira".

De fato, mesmo com as mudanças, os noticiários permaneceram arraigados ao nacionalismo literário. Sobre as *Preleções de economia política*, de P. Autran da Matta Albuquerque, o Cônego acolhia com ânimo o livro do compatriota:

[306] PINHEIRO, J. C. F. Compêndio da História da Idade Média, por J. B. Calogeras. *Revista Popular*: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 50.

> É sempre com o maior júbilo, que saudamos a apparição d'um bom livro; e mais vivo torna-se esse sentimento quando é elle escripto por algum compatriota nosso, ou consagrado aos interesses do paiz. Tamanhos são os obices com que luctão entre nós os cultores das letras tão difficil é ainda viver a vida do espirito que não podemos deixar de votar uma coroa cívica aos benemeritos, que subtrahindo-se ao poder do imundo materialismo dedicão seos lazeres á instrução do povo. Número desses benemeritos distingue-se o sr. conselheiro doutor Autran (...)[307]

Na *Revista Popular*, o Cônego Fernandes Pinheiro tentou elaborar um série de narrativas históricas, baseadas em documentos originais de cronistas do período colonial, de onde, segundo ele, extraíram-se "o que mais interessante encontrarmos, e respeitando a integridade dos factos vesti-los-emos com moderna roupagem", sendo assim contadas de "forma episódica e por isso mais agradável".[308] Essa série chamou-se *Recordações* ou *Narrativas Coloniais*. Há um empenho do Cônego em produzir ficção a partir do que entendia o gênero literário "romance histórico", que, como estudamos, circulava entre o campo da história e da literatura. No entanto, a proposta de narrativa ficcional demonstrou-se fracassada porque a limitada imaginação do escritor não permite grandes vôos, prevalecendo um estudo histórico-descritivo, sem acrescentar mais do que a confusão de idéias misturadas numa sucessão de datas e fatos. O Cônego pareceu empolgado com as narrativas e publicou muitas nas páginas da revista: "O Caetaninho" (1859), "O Rio de Janeiro em 1583" (1859), "Uma sedição fluminense" (1859), "Um dia nefasto" (1859), "A destruição dos Palmares" (1860) e a "A conjuração de João de Deus" (1860). Além desses textos, interessou-se em escrever alguns apontamentos sobre a viagem e, nesse sentido, publicou "Uma semana santa em Roma" (1859), "Roma" (1859), "Nápoles"(1860), "Paixão em Jerusalém" (1860), etc. A maioria discorre sobre a sua experiência na Itália no período em que estudou na Universidade de Roma.

Entre 1859 e 1862, o Cônego Fernandes Pinheiro começou a escrever o *Curso elementar de literatura nacional*. Por conta disso, lançou nas páginas da *Revista Popular* alguns textos de historiografia literária. Neles, detectam-se alguns aspectos de seu posicionamento crítico em relação à questão da nacionalidade e da periodização da história da

[307] PINHEIRO, J. C. F. Bibliografia: Preleções de economia política do Dr. Autran da Matta Albuquerque. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. VI, abr./jun. 1860, p. 280.

literatura brasileira. Foram os ensaios: "Rápido estudo sobre a poesia brasileira", "A origem da língua portuguesa" e "Formação da literatura brasileira".

Tanto o primeiro quanto o último ensaio apresentam interesse em demonstrar a evolução da literatura brasileira até a sua emancipação, por meio da identificação dos traços de originalidade da produção poética. Em ambos os ensaios, o Cônego Fernandes Pinheiro estuda os "vislumbres de cor local" nas obras representativas de nossa literatura: a de Gregório de Mattos, Botelho de Oliveira, de Cláudio Manoel da Costa, de Basílio da Gama, de Santa Rita Durão, Silva Alvarenga, de Frei Francisco de S. Carlos, de Souza Caldas, culminando na manifestação nacionalista de Gonçalves de Magalhães:

> Reservara-se essa glória a um jovem fluminense, que estreara na poesia por um ardente *elmanismo*, e que se fizera conhecido pela melancolia de seus versos. O Sr. Domingos José Gonçalves de Magalhães, partindo para a Europa pouco depois da revolução d'Abril, presenciara a fasta ascensão da eschola romantica, os triumphos de Goethe, Schiller, Lamartine, Victor Ugo, Manzoni, Pellico, Byron, (...). Deslumbrado por tão viva luz rompeu com o passado, repudiou as tradições clássicas e alistou-se nas fileiras do romantismo. Publicou em 1836 no *Nitctheroy*, revista brazileira, redigida em Pariz por alguns mancebos enthusiastas, o seu manifesto de guerra, e nesse mesmo anno deu á luz os seus *Suspiros Poeticos e Saudades*, que para a nossa geração teve a importância d'um acontecimento.[309]

Neles estariam traçadas as etapas pelas quais a literatura brasileira passou antes de ser inteiramente original. É possível perceber que o Cônego Fernandes Pinheiro divide a literatura produzida no país em duas: a literatura colonial e a literatura nacional. A literatura colonial corresponde à época em que nossa produção literária estaria presa ao modelo da Metrópole portuguesa. O interesse do crítico em deixar evidente que, embora trouxessem em suas poesias o espírito nacionalista, a cor local do país, os poetas coloniais não conseguiram a independência literária. A literatura brasileira, como já foi dito, se torna independente com a publicação dos *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães.

Esses dois ensaios historiográficos apresentam uma concepção de originalidade e de nacionalidade brasileira similar à presente no *Curso elementar de literatura nacional* e no

---

[308] PINHEIRO, J. C. F. Recordações coloniais – o Rio de Janeiro em 1853. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 137.

[309] PINHEIRO, J. C. F. Rápido estudo sobre a poesia brasileira. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. III, jul./set. 1859, p. 31.

Resumo de história literária. Vale ressaltar que há uma pequena distinção em relação à perspectiva analítica do primeiro livro se considerarmos a presença da literatura portuguesa. Os ensaios anteriores consideram a literatura brasileira isoladamente enquanto o *Curso* vai se deter numa análise dupla, estudando a brasileira e a portuguesa. Só no *Resumo* que adotaria a abordagem historiográfica dos ensaios. Esse posicionamento do *Curso*, em discordância com os outros textos do Cônego Fernandes Pinheiro pode ser claramente entendido por ele seguir à risca o programa de ensino das disciplinas do Colégio Pedro II, para o qual foi escrito.

Com certeza, a contribuição do Cônego Fernandes Pinheiro nos periódicos do Império mais diretamente ligada à crítica literária foi grandiosa. Foi um dos intelectuais brasileiros mais interessados na reconstituição de um capital literário verdadeiramente brasileiro. Transitando entre os campos da literatura e da história, conseguiu reunir um material evidentemente vasto do ponto de vista cultural, atendendo às necessidades da jovem nação em se afirmar como independente.

C A P Í T U L O VI

———

Um Juízo sobre o Cônego Fernandes Pinheiro

O trabalho de resgate e de revisão crítica do Cônego Fernandes Pinheiro não pareceu uma tarefa fácil por conta de seu atual descrédito na história da crítica brasileira. É verdade que havia um receio de chegarmos à conclusão de que os julgamentos depreciativos sobre o escritor estavam certos e, assim, não conseguiríamos destacar nenhum aspecto positivo em sua contribuição para a nossa história cultural. Os riscos pareciam grandes, mas mesmo assim decidimos enfrentar o polêmico Cônego na esperança de bons resultados. As respotas foram positivas e, mesmo constatando grandes problemáticas em seu discurso crítico, foi possível constatar a sua relevância.

O Cônego Fernandes Pinheiro produziu muito em seu tempo com o intuito primordial de contribuir para o engrandecimento cultural do país. Com essa meta, escreveu textos de conteúdo diverso que refletiam a sua própria formação intelectual eclética, principalmente ligada à religião, à história e à literatura. Da volumosa produção, na verdade, poucos textos se destacam, pois muitos encontram-se perdidos num pensamento vago, sem muita necessidade de serem retomados enquanto produtores de idéias críticas.

No terreno da crítica, não conseguiu reconhecimento posterior por ter se deixado levar pelo caminho fácil da crítica retórica e escolar. Os diversos críticos subseqüentes tanto negaram a tradição retórica quanto construíram uma certa barreira contra o saber veiculados nos livros didáticos. No século XIX, o caráter didático dos textos, como vimos, começava também a ser contestado por alguns intelectuais. Com certeza, seria inconseqüência negar a fragilidade de muitos textos do Cônego, ainda mais pela evidente confusão que ocorreu quando estabeleceu o contato entre retórica e historiografia literária.

De fato, o Cônego Fernandes Pinheiro esteve envolvido nas duas vertentes de crítica literária e, tentando relacioná-las, muitas vezes não conseguiu um resultado positivo. Afora as deficiências discursivas, foi um espírito crítico decidido e construiu um discurso historiográfico bastante coerente com o momento romântico: apresentou uma leitura estética

da literatura, sistematizou a evolução do fenômeno literário nacional, tentou construir um quadro histórico de nossos representantes patriotas, divulgou obras etc.

Contudo, o eclesiástico foi um nacionalista pacífico, se assim podemos dizer, sem um fervor de um Gonçalves de Magalhães ou de um Joaquim Norberto. E, assim, conseguiu transmitir uma idéia de formação da literatura brasileira mais concreta, uma vez que percebeu a existência de manifestações literárias no período colonial e a consolidação de uma literatura nacional a partir do evento literário romântico. Nesse sentido, distinguiu, também, a diferença entre emancipação política e literária, embora não deixasse de enxergar a influência nacionalista da primeira.

Discípulo de Ferdinand Denis, o Cônego Fernandes Pinheiro soube argumentar a favor da originalidade da literatura, identificando o papel fundamental da "cor local" como identificador de uma literatura independente. Nesse ponto, divulgou a necessidade de cultivar a "cor local" e, ao mesmo tempo, incentivou os "sucessores de Magalhães" a escolherem os traços nacionais para que conseguissem consolidar a "jovem" literatura brasileira.

Se nas idéias nacionalista conseguiu manter um discernimento bastante consistente, o mesmo não acontece em relação às concepções mais propriamente teóricas. Pelo envolvimento com a retórica e poética, o Cônego Fernandes Pinheiro manteve-se fiel às regras estéticas da disciplina e, assim, aplicou-as nos diversos estudos sobre literatura. Daí, acatou sem nenhum questionamento a concepção de literatura como um "conjunto das produções escritas d'um país e durante uma época, ou de todos os países e em todas as épocas" ou, um pouco mais restrita, "assuntos em que o útil pudesse se aliar ao agradável". Cultivou a divisão clássica de literatura sagrada e profana e, conseqüentemente, apresentou os três tipos de literatura profana: a clássica, a romântica e a realista.

Os gêneros poéticos tornaram-se o seu ponto de partida para as análises literárias. Tentava destacar das produções literárias aqueles aspectos que as encaixassem num determinado gênero. Diante desse tradicionalismo retórico, conservou o repúdio pelas inovações que eram tidas como de mau gosto literário por conta da dificuldade de encontrar um lugar nos pontos de retórica e poética. E, por isso, manteve-se sempre afastado das manifestações mais recentes de seu tempo, como, por exemplo, o romance.

Dos tratados retóricos, o Cônego retirou as técnicas mecanicistas de sistematização, aplicando-as também no campo da historiografia literária. Daí, a confusão de períodos

históricos e literários misturados com as subdividida por gêneros e espécies de poética, apagando qualquer novidade de seu trabalho. É este foi um sistema metodológico levado durante todo o percurso como crítico e historiador literário.

De fato, a obra do Cônego Fernandes Pinheiro possui um valor mais histórico para a tradição da crítica brasileira, pois é exemplo dos primeiros trabalhos de nossa historiografia literária. Como se manteve preso à tradição, ficou impossibilitado de contribuir com idéias novas e originais; porém, não foi o único, posto que, como pertinentemente afirmou Antonio Candido[310], a critica romântica configura-se sob as mesmas idéias de afirmação nacional com apenas pequenas divergências ideológicas no que se refere, quase sempre, à periodização da nossa emancipação literária e cultural.

É inevitável falar do Cônego sem nos remeter ao seu pioneirismo histórico nas letras. Seu *Curso elementar de literaturatura nacional* será sempre considerado, como vimos, um marco na história das histórias literárias brasileiras. Ele apresenta, pela primeira vez, uma sistematização do fenômeno literário nacional. Pelo que parece, esse pioneirismo também revela-se quando publica o *Resumo de história literária*, por ter sido a primeira tentativa de sistematizar a história das literaturas universais.

No entanto, a pesquisa conseguiu destacar alguma relevância nessas obras, que vai além do imaturo culto ao pioneirismo do Cônego. Com certeza, elas importam muito mais pela representação do interesse nacionalista de contribuição à culturalização do país do que pelo significado de idéias e formulações teóricas, as quais poderiam engrandecer a literatura em si. Porém, elas conseguem refletir sobre aspectos ainda difícieis de serem estabelecidos naquele momento, como, por exemplo, a questão da verdadeira existência de uma literatura nacional. A formulação de que a nossa literatura tenha passado pelas etapas de formação, desenvolvimento e reforma merece destaque enquanto formadora de uma sistemática trazida pelos historiadores da literatura brasileira. Se se identifica essa influência de idéias, torna-se possível dizer que o historicismo romântico do Cônego Fernandes Pinheiro mereça o nosso interesse como pesquisadores da cultura brasileira.

[310] CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, 1971, p.328.

BIBLIOGRAFIA[311]

———

1. Textos do Cônego Fernandes Pinheiro:

1.1. Obras impressas: [312]

Carmes religiosos: dedicados ao ex.mo. e rev.mo D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, bispo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. de Silva Lima, 1850.

Melodias campestres: dedicadas à Ill.ma Srª. D. Gabriela Celestina de Torres Quintella. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Francisco Manuel Ferreira, 1851.

Apontamentos religiosos: dedicados ao Ill.mo e ex.mo sr. Conselheiro Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara. Rio de Janeiro: Typ. do Diário de A. &. C. Navarro, 1854.

Catecismo da Doutrina Cristã: para uso dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Rio de Janeiro, 1855. (3ª. ed., 1862; 7ª. ed., 1870; 12ª. ed., 1898)

Episódios da história pátria: contados à infância. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Cia, 1859. (2ªed., 1861; 3ªed., 1864; 4ªed., 1866; 5ªed., 1869; 6ªed., 1870; 7ªed., 1871; 8ªed., 1873; 9ªed., 1875; 11ªed., 1887)

Luiz do Rego e a posteridade: estudo histórico sobre a Revolução Pernambucana em 1817. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1861.

Curso elementar de literatura nacional. Rio de Janeiro: Livraria H. Garnier, 1862. (2ªed., 1883; 3ªed., INL/Ministério da Educação e Cultura, 1978)

História sagrada ilustrada: para o uso da infância, seguida de um apêndice, contendo: 1º., a relação analítica dos livros do antigo e novo testamento; 2º., uma tabela cronológica dos principais acontecimentos; 3º., um vocabulário geográfico explicativo. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1863. (2ª. ed.; 1868; 3ª ed., 1870; 6ªed., 1879; pelo que informa Blake havia já 11ª. ed.)

Bosquejo biográfico do Exm. e Revm. Sr. Bispo Conde de Irajá. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp., 1863, 60 p.

Meandro poético: coordenado e enriquecido com esboços biográficos e numerosas notas históricas mitológicas e geográficas pelo Cônego Doutor J. C. Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier; Paris: Garnier Irmãos, 1864.

---

[311] Para a elaboração dessa bibliografia atualizada do Cônego, tivemos como apoio de pesquisa o notável estudo bibliográfico, "Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro: ensaio bibliográfico", de Osvaldo Melo Braga, o qual foi publicado na *Revista do IHGB* em 1958, bem como os dicionários bibliográficos de Sacramento Blake e de Inocêncio Francisco da Silva.

[312] Privilegiamos, aqui, a indicação das primeiras edições; seguiu-se sua ordem cronológica.

Gramática da infância: dedicada aos srs. Professores d'Instrução Primária pelo Cônego Doutor J. C. Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864. (8ª ed., 1880; 18ªed., s/d)

Resumo da história contemporânea desde 1815 até 1865: por um professor. Paris: B. L. Garnier, 1866.

Manual do pároco. Paris: B. L. Garnier, 1867.

Lições elementares de geografia: segundo o método de Gaultier por Estácio de Sá e Menezes. Paris: B. L. Garnier, 1869. (5ª. ed., 1902)

História do Brasil: contada aos meninos por Estácio de Sá e Menezes. Paris: B. L. Garnier, 1870. (2ª. ed., 1875; 3ª. ed., 1880; 4ª. ed., 1889; 10ª. ed., s/d)

Gramática teórica e prática da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Typ. de F. Alves de Sousa, 1870. (2ª. ed., s/d)

Postilas de retórica e poética: ditadas aos alunos do Imperial Colégio de Pedro II pelo respectivo professor Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872. (3ª. ed., 1885; 4ª. ed., 1901)

O conselheiro Dr. Cláudio Luiz da Costa: esboço biográfico lido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 5 de Maio de 1871, pelo Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: Imp. da Pinheiro & C.ª, 1871.

Catecismo constitucional: por Demophilo. Rio de Janeiro, 1873.

Resumo de história literária: pelo Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1873.

Estudos históricos: pelo Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876. (2ª. ed., 1980)

1.2. Publicações em periódicos:

1.2.1. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 -)

"Ensaio sobre os Jesuítas". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 18, 1855, p. 67-157.

"Apontamentos biográficos sobre o Visconde de São Leopoldo". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 19, 1856, p. 132-142.

"Breves reflexões sobre o sistema de Catequese seguido pelos jesuítas no Brasil". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 19, 1856, p. 379-397.

"Discurso proferido em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por ocasião de dar-se à sepultura o cadáver de Mont'Alverne". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 21, 1858, p. 497-498.

"A França Antártica". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 22, 1859, p. 3-134.

"O Brasil holandês". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 23, 1860, p. 67-111.

"Luis do Rego e a posteridade: estudo histórico sobre a Revolução Pernambucana de 1817". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 24, 1861, p. 353-490.

"O cônego Luis Gonçalves dos Santos: sua vida e suas obras". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 23, 1862, p. 163-175.

"Antônio José e a Inquisição". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 25, 1862, p. 363-419.

"A Carioca: memória histórica e documentada". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 25, 1862, p. 565-587.

"Parecer sobre a *História Jesuítica do Paraguai*, do cônego João Pedro Gay". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 25, 1862, p. 660-663.

"Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araújo". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 27, II, 1864, p. 194-227.

"Os últimos Vice-Reis do Brasil". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 28, II, 1865, p. 225-273.

"As batalhas dos Guararapes". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 29, II, 1866, p. 309-331.

"Parecer sobre a *Memória do Conde de La Hure*". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 29, II, 1866, p. 373-390.

"Parecer sobre os vinte e seis manuscritos propostos à compra do Instituto". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 30, II, 1867, p. 495-506.

"Henrique Dias". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 31, 1868, p. 365-383.

"A Academia Brasílica dos Esquecidos". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 31, II, 1868, p. 5-32.

"Antônio Filipe Camarão". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 32, 1869, p. 201-208.

"André Vidal de Negreiros". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 32, 1869, p. 329-342.

"A Academia dos Renascidos". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 32, II, 1869, p. 53-70.

"Cláudio Manuel da Costa". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 32, II, 1869, p. 113-124.

"Mont'Alverne". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 33, 1870, p. 143-156.

"Os padres do Patrocínio ou o Porto Real de Itu". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 33, II, 1870, p. 237-248.

"O conselheiro Dr. Cláudio Luis da Costa". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 34, 1871, p. 117-139.

"Custódio Ferreira Leite: Barão de Aiuruoca". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 34, 1871, p. 299-306.

"O que se deve pensar do sistema de Colonização seguido pelos portugueses no Brasil". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 34, II, 1871, p. 113-122.

"Frei José da Costa Azevedo". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 34, II, 1871, p. 123-128.

"Os predecessores de Colombo: João Cousin". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 37, II, 1874, p. 71-77.

"Motins políticos e militares no Rio de Janeiro: prelúdios da Independência". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 37, II, 1874, p. 341-366.

"Parecer sobre os documentos legados ao Instituto pelo Conselheiro Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 37, II, 1874, p. 424-426.

"Parecer sobre Paulo Fernandes e a polícia de seu tempo". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 39, II, 1876, p. 65-76.

"Relatórios". *Revista trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 22, 1859, p. 683-704; t. 24, 1861, p. 771-796; t. 25, 1862, p. 707-717; t. 26, II, 1863, p. 915-924; t. 27, II, 1864, p. 393-402; t. 28, II, 1865, p. 334-342; t. 29, II, 1866, p. 433-445; t. 30, II, 1867, p. 495-506; t. 31, II, 1868, p. 405-420; t. 34, II, 1871, p. 389-403; t. 35, II, 1872, p. 607-618; t. 36, II, 1873, p. 611-623; t. 37, II, 1874, p. 457-466; t. 38, II, 1875, p. 393-400.

1.2.2. Revista Universal (1847-1848):

"O lavrador cristão". *Revista Universal*. 1847-1848, p. 208.

1.2.3. A Religião (1848-1850):

"Poesia: uma visão". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 5, vol. 1, 1 de agosto de 1848, p.8.

"A morte do cristão: canção". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n.8, v.1, sexta-feira 15 de setembro de 1848, p. 8.

"A anunciação da virgem". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n.15, v.1, segunda-feira 1 de janeiro de 1849, p.7-8.

"Estudos Históricos: a caridade cristã, ou a peste de 1686 na Bahia". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 17, vol. 1, quinta-feira 1 de fevereiro de 1849, p.5-8.

"A esperança". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 20, vol. 1, quinta-feira 15 de março de 1849, p.2-3.

"Salmo". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 22, vol. 1, domingo 15 de abril de 1849, p. 8.

"Tradução do Hino: Ave Maris Stella". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 23, vol. 1, terça-feira 1 de maio de 1849, p. 8.

"À Mulher". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 5, vol. II, quarta-feira 1 de agosto de 1849, p. 39.

"O lavrador Cristão". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 7, vol. II, sábado 1 de setembro de 1849, p.50-53.

"A oração". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 10, vol. II, segunda-feira 15 de outubro de 1849, p. 77-78.

"O berço e o túmulo". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 10, vol. II, segunda-feira 15 de outubro de 1849, p. 80.

"O Cristianismo e a Ciência". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 18, vol II, sexta-feira 15 de fevereiro de 1850 e n. 19, vol. II, sexta-feira 1 de março de 1850, p.146-147.

"O peregrino". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 24, vol II, quarta-feira 15 de maio de 1850, p. 181.

"A despedida do cruzado". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 24, vol II, quarta-feira 15 de maio de 1850, p. 181.

"Os cemitérios". *A Religião.* Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 2, vol. III, segunda-feira 15 de julho de 1850, p. 1-4.

"O restabelecimento do Papa". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 3, vol. III, quinta-feira 1 de agosto de 1850, p. 1-4.

"A Assunção da Virgem". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 4, vol. III, quinta-feira 15 de agosto de 1850, p. 1-2.

"Uma ordenação". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 4, vol. III, quinta-feira 15 de agosto de 1850, p. 1-2.

"A primeira comunhão". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n.5, vol. III, domingo 1 de setembro de 1850, p.6-8.

"O placet regium". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 6, vol. III, domingo 15 de setembro de 1850, p.3-4.

"A volta do Papa à Capital do Mundo Cristão". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n. 6, vol. III, domingo 15 de setembro de 1850, p.8.

"A prisão do Arcebispo de Turim". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, n.7, vol. III, terça-feira 1 de outubro de 1850, p. 3-5.

"Domingo". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Do Diário do Rio, nº 8, vol. III, terça-feira 15. de outubro de 1850, p. 1-2.

"A Freira". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Do Diário do Rio, nº 8, vol. III, terça-feira 15. de outubro de 1850, p. 7-8.

"O Cristianismo e a Escravidão". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Do Diário do Rio, nº 9, vol. III, sexta-feira 1º. de novembro de 1850, p. 6-8.

"Poesia: A profissão de uma religiosa". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Do Diário do Rio, nº 8, vol. III, terça-feira 15. de outubro de 1850, p. 8.

"O Cristianismo e a Escravidão: estréia ginástica". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Do Diário do Rio, nº 10, vol. III, sexta-feira 15. de outubro de 1850, p. 1-3.

1.2.4. Folhinha Histórica Laemmert (1850):

"Visão de Cabral ou Descobrimento do Brasil". *Folhinha Histórica Laemmert*. Rio de Janeiro, 1850.

1.2.5. Tribuna Católica (1850-1851):

"Ode". *Tribuna Católica*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Francisco Manuel Ferreira, n. 9, 1850.

"A Assunção". *Tribuna Católica*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Francisco Manuel Ferreira, n. 14, 1850.

"O mendigo". *Tribuna Católica*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Francisco Manuel Ferreira, n. 16, 1850.

"Sermão pregado na Catedral e Capela Imperial do Rio de Janeiro por ocasião da sagração do bispo da diocese do Maranhão". *Tribuna Católica*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Francisco Manuel Ferreira, n. 25, 1850.

1.2.6. Guanabara (1849-1856):

"Eloqüência Sagrada: obras oratórias do Revm. Padre Mestre Francisco de Mont'Alverne". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 7, 1854, t. II, p. 215-228.

"Reação Lingüística". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense L. A. de Menezes, n. 8, 1854, t. II, p. 263-268.

"Glória do púlpito brasileiro." *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 10, 1854, t. II, p. 369-376.

"Visita aos cemitérios: recordações de viagem". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 10, 1855, t. II, p. 355-360.

"Imperial visita ao Instituto dos Meninos Cegos". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 10, 1854, t. II, p. 380-381.

"Da literatura italiana". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 11, 1855, t. II, p. 387-392.

"Instituto Histórico e Geográfico do Brasil". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 11, 1855, t. II, p. 393-394.

"Retrospecto literário". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 12, 1855, t. II, p. 429-431.

"Roma subterrânea". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 11, 1855, t. II, p. 432-435.

"O Guanabara". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense L. A. de Menezes, n. 1, 1855, t. III, p. 1-2.

"O Brasil e o Anuário dos Dois Mundos". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 1, 1855, t. III, p. 8-10.

"Bibliografia: Vicentina – romance do Sr. Dr. J. M. de Macedo; Álbum de Armia ou Gemidos sobre o túmulo de uma brasileira". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 1, 1855, t. III, p. 17-21.

"Filosofia religiosa: Terra e Céu por J. Reynaud". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 2, 1855, t. III, p. 31-34.

"Uma resposta". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 4, 1855, t. III, p. 97-98.

"Boletim bibliográfico: *Budget du Brésil, ou Recherches sur lês ressouces de cet'Empire dans leurs rap ports avec les intérets europeens du commerce et de l'emigration* – pelo Conde Augusto Van der Straten-Ponthoz; *Les hommes d'E'tat de l'Angletèrre du XIX. siecle, suivis coup d'o'il sur la Russie et sa politique* – pelo Conde de la Guerranière; *Etudes sur lê XVIII. siecle* – por Ernesto Bersot; *Pélerinage em Terre-Sainte* – pelo Abade Azais". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 8, 1855, t. III, p. 227-229.

"Boletim bibliográfico: *Histoire de France au 16. siecle*. – *Renaissance* – por Michelet; *Etudes sur la Renaissance* – par Nisard; *Legendes Democratiques du Nord* – por Michelet; *Les Femmes de la Revolution* – por Michelet; *Les Femmesde l'Évangile* – pelo R. P. Ventura de Raulica; *La Femme Catholique* – pelo R. P. Ventura de Raulica". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 9, 1855, t. III, p. 247-250.

"Boletim bibliográfico: *Lições da História do Brasil, adaptadas para leitura das escolas* - Pelo Sr. A. A. Pereira Coruja; *Memórias da Literatura Contemporânea* - Pelo Sr. A. P. Lopes de Mendonça; *Históire du 41. Fauteuil de l'Academic Francaise* - Por Arsène Houssaye; *L'Empire Chinois* - Par Huc, Missionário Apostólico; *Dictionnaire Universel des Sciences, des Lettres e des Arts* - Por Bouillet". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 10, 1856, t. III, p. 259-261.

"O Visconde de São Leopoldo: reminiscência da infância". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 11, 1856, t. III, p. 265-275.

"Boletim bibliográfico: *Promenade Em Amerique – Estats-Unis – Cuba, Mexique* – par Ampère e ***Histoire De La Russie -*** par A. de Lamartine". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 11, 1856, t. III, p. 277-280.

"Boletim bibliográfico: *Resumo da História do Brasil* por Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 13, 1856, t. III, p. 329-330.

"A caridade poema heróico pelo Sr. Manoel Pessoa da Silva". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 13, 1856, t. III, p. 353-357.

"Epílogo". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 13, 1856, t. III, p. 359--360.

1.2.7. Revista Popular (1859-1862)[313]:

*"O Caetaninho". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 5-10.

*"D. Pedro V – Rei de Portugal". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 42-45. (ps. F. P.)

*"Petrópolis". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 46-49.

"Compêndio da História da Idade Média, por J. B. Calogeras". *Revista Popular*: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 50-55.

**"O carnaval". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I., t. I, jan./mar. 1859, p. 54-56(bis).

*"Chateaubriand e seu tempo". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, Jan./mar. 1859, p. 119-122.

"Recordações coloniais – o Rio de Janeiro em 1853". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 137-140.

"Frei Francisco de Monte Alverne". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 168-175.

"Uma sedição fluminense: narrativa dos tempos coloniais". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 201-207.

"Educação e ilustração: estudo moral". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 330-333.

*"A Sra. D. Estephania: rainha de Portugal". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 371-372.

"Uma semana santa em Roma: recordações de viagem". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. II, abr./jun. 1859, p. 97-113.

*"Roma". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. II, Abr./jun. 1859, p. 178-181.

"Frei Francisco de São Carlos". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. II, Abr./jun. 1859, p. 295-298.

**"Notícia literária e artística". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. II, abr./jun. 1859, p. 375-376.

"Rápido estudo sobre a poesia brasileira". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. III, jul./set. 1859, p. 28-32.

*"Anais da Academia Filosófica". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. III, jul./set. 1859, p. 54-56.

"Um dia nefasto – recordação do reino do Brasil". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier. ano I, t. III, jul./set. 1859, p. 83-90.

[313] Os textos deste item, precedidos pelos asteriscos, recebem assinatura de possíveis pseudônimos do cônego Fernandes Pinheiro na *Revista Popular*.

"Boletim bibliográfico: Compêndio da História da Idade Média pelo Sr. J. B. Calogeras". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. III, julh./set. 1859, p. 175-182.

"O brado do Ipiranga". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. III, jul./set. 1859, p. 307-310.

"Resenha filosófica". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. IV, out./dez. 1859, p. 5-13.

"A imprensa no Brasil". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. IV, out./dez. 1859, p. 217-224.

"A destruição dos Palmares". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. V, jan./mar. 1860, p. 149.

"A viagem Imperial". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. V, jan./mar. 1860, p. 231-237.

"Literatura dramática: Gil Vicente e o Teatro português – fragmento de um livro inédito". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. V, jan./mar. 1860, p. 328-334.

"A paixão em Jerusalém". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. VI, abr./jun. 1860, p. 35-41.

"Nápoles". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. VI, abr./jun. 1860, p. 226-233.

"Bibliografia: Preleções de economia política do Dr. Autran da Matta Albuquerque". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. VI, abr./jun. 1860, p. 280-286.

"O Barão de Aiuruoca". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. VII, abr./jun. 1860, p. 9-13.

"Naturalistas brasileiros – Fr. José da Costa Azevedo". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. VII, jul./set. 1860, p. 136-139.

"A conjuração de João de Deus: narrativa dos tempos coloniais". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. VIII, out./dez. 1860 , p. 219-222.

"Literatura: origem da Língua Portuguesa". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. IX, jan./mar. 1861, p. 295-300.

"Lições de história do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II pelo Sr. Joaquim Manuel de Macedo". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. IX, jan./mar. 1861, p. 362-365.

"Um bispo pacificador: episódio da Guerra dos Cabanos (1832-1835)". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. XI, jul./set. 1861, p. 302-306.

"Biografia: Luis de Camões". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. XII, out./dez. 1861, p. 163-171.

"O dia de Finados". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. XII, out./dez. 1861, p. 172-173.

"Brasileiros Célebres: D. Antônio Philippe Camarão". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. XII, out./dez. 1861, p.196-200.

"Brasileiros Célebres: Cláudio Manuel da Costa". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. XII, out./dez. 1861, p. 367-373.

"Formação da literatura brasileira". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XIII, jan./mar. 1862, p. 45-49.

"Brasileiros Célebres: André Vidal Negreiros". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XIII, jan./mar. 1862, p. 146-154.

"Estudos etnográficos: os Tupis". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XIII, jan./mar. 1862, p. 286-289.

"Brasileiros Célebres: Henrique Dias". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XIII, jan./mar. 1862, p. 356-366.

"Brasileiros Célebres: O irmão Joaquim". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XIV, abr./jun. 1862, p. 94-101.

"Antônio José e a Inquisição". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XIV, abr./jun. 1862, p. 173-178 e 278-284.

"Brasileiros Célebres: D. Alexandre Rodrigues Ferreira". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XV, jul./set. 1862, p. 12-17.

"Amador Bueno de Ribeira". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XVI, out./dez. 1862, p. 161-165.

1.2.8. Jornal das Famílias (1863-1878)

"Pequeno panorama". *Jornal das Famílias*. Paris: Garnier, t. I, julhor de 1863, p. 203-209.

"D. Francisca de Sande ou A epidemia de 1686 na Bahia". *Jornal das Famílias*. Paris: Garnier, t. II, junho 1864, p. 169-171.

1.2.9. A Luz (1870-1873)

"Carioca: memória histórica e documentada". *A Luz*: jornal literário e instrutivo. Rio de Janeiro: Typ. da Luz, v. II, p. 121-123.

1.3. Introduções:

"Discurso sobre a poesia religiosa em geral e em particular no Brasil". In: *Job traduzido em verso por José Eloy Ottoni*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de F. Manuel Ferreira, 1852.

"Bibliografia de Fr. Francisco de S. Carlos". In: CARLOS, Frei Francisco de S. *A Assunção*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1862.

"Juízo crítico acerca do poema *A Assunção*". In: CARLOS, Frei Francisco de S. *A Assunção*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1862.

"Introdução e notas históricas e geográficas". In: VASCONCELLOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Typ. de João Ignácio da Silva, 1864.

"Dedicatória à Academia Real das Ciências de Lisboa". In: FERREIRA, Antonio. *Obras Completas*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: B. L Garnier/ Paris: Typ. de Ad. Lainé e J. Havard, t. 1, 1865, p. 5.

"Prefácio". In: FERREIRA, Antônio. *Obras completas*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: B. L Garnier/ Paris: Typ. de Ad. Lainé e J. Havard, t. 1, 1865, p. 7-10.

"Estudo sobre a vida e obras do poeta Antônio Ferreira". In: FERREIRA, Antônio. *Obras completas*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: B. L Garnier/ Paris: Typ. de Ad. Lainé e J. Havard, t. 1, 1865, p. 11-13.

"Apêndice à *História Universal* de V. Duruy". In: DURUY, V. *História Universal*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1867.

"Parecer". In: COSTA HONORATO, Manoel da. *Sinopses de eloqüência e poética nacional*. Acompanhadas de algumas noções de crítica literária extraídas de vários autores e adaptadas ao ensino da mocidade brasileira. Rio de Janeiro: Tipografia Americana de Eduardo Augusto de Oliveira Editor, 1870.

"Notícia sobre a vida e obras de Antônio Gonçalves Dias". In: DIAS, Gonçalves. *Poesias de A. Gonçalves Dias*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870.

"Notícia sobre a vida e obras de Luiz de Camões". In: CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*: poema épico. Rio de Janeiro: F. Briguiet/H. Ganier, Livreiro-Editor, 1873, p.VII-XII.

1.4. Edições e reedições anotadas:

JABOATAM, Fr. Antônio de Santa Maria. *Novo orbe seráfico brasílico* ou *crônica dos Frades menores da província do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1858.

SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Rio de Janeiro: Typ. de Guerreiro & Irmão, 1859-1861.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. (trad. Luis Joaquim de Oliveira). Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1862.

BARBOSA, Domingos Caldas. *Recapitulação dos sucessos principais da História Sagrada* . Rio de Janeiro, 1865.

2. Textos sobre o Cônego Fernandes Pinheiro:

2.1. Referências em livros e dicionários.

AMORA, Antônio Soares. *História da literatura brasileira*: séculos XVI–XX. São Paulo: Saraiva, 1958.

ARARIPE JÚNIOR. *Teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/São Paulo: Edusp, 1978.

ASSIS, Machado. *Chronicas*: (1864-1867). São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre: W. M. Jackson, v. 2, 1938, p. 248 e 262-263.

BARBOSA, João Alexandre. A biblioteca imaginária ou O cânone na história da literatura brasileira. In: *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê, 2003.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. 4v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p.107-113.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros do século XIX*. Tese (Doutorado em Letras). Departamento de Lingüística e Línguas Orientais/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1972, 128 f.

CANDIDO, Antônio. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: EDUSP, 1988.

_____ . *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. São Paulo: Martins, 1971.

CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. 8a. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1949.

CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira*: origens e unidade. São Paulo: EdUSP, 1999.

CESAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo*: a contribuição européia – crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

CHAVES. Vânia Pinheiro. *O Uraguai* e a fundação da literatura brasileira. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 6 ª. ed. São Paulo: Editora Global, v. III, 2002

_____. A Tradição Afortunada (o espírito de nacionalidade na crítica brasileira). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EDUSP, 1968.

_____. *Introdução à literatura no Brasil*. 7 ª. ed. Rio de Janeiro: EDLE, 1959.

LAJOLO, Marisa et. ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.

LIMA, Alceu Amoroso. *Quadro sintético da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*: Romantismo (1836-1881). São Paulo: Cultrix, v. II, 1984.

_____. et PAES, José Paulo. (org.) *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1967, p.195-196.

MOREIRA, Maria Eunice et ZILBERMAN, Regina (orgs). Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro: introdução. In: _____. *O berço do cânone*: textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 321-325.

MOTTA, Arthur. *História da literatura brasileira*: época de formação (séculos XVI e XVII). São Paulo: Editora Nacional, 1930.

LIMA, Alceu Amoroso. *Introdução à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Prosa de Ficção: de 1870 a 1920. In: LINS, Álvaro. *História da literature brasileira*. São Paulo: Editora José Olympio, 1950.

PINHEIRO, M. Portugal Fernandes. *A exatidão e a pesquisa literária*. Rio de Janeiro, 1957.

_____. *Cônego Fernandes Pinheiro*: vida e obra. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

_____. Apresentação. In: PINHEIRO, J. C. Fernandes. 3ª. ed. *Curso de literatura nacional*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília:INL/Ministério da Educação e Cultura, 1978.

_____. Introdução. In: PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Estudos históricos*: acrescidos de estudos avulsos e Brasileiros Célebres. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília:INL/Ministério da Educação e Cultura.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 4ª ed. (org. e pref. por Nelson Romero) Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

SILVA, Innocêncio Francisco. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, t. 12, 1884, p. 27-28; (2ª. ed., t. IV, 19).

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*: seus fundamentos econômicos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

_____. *História da literatura brasileira*: seus fundamentos econômicos. 3 ª. ed. (integralmente refundida) Rio de Janeiro: José Olympio, 1960

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da eloqüência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

VERISSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

2.2. Artigos em periódicos:

BARBOSA, Sônia Monnerat. Comparação e legitimação no *Curso de literatura nacional* de Fernandes Pinheiro. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 37, nº 2, p. 321-329, junho, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.

BITTENCOURT, Feijó. A biografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 127-151.

BRAGA, Osvaldo Melo. Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro: ensaio bibliográfico. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 232-277.

BRITO, Lemos. Cônego Fernandes Pinheiro. *Vanguarda*, 16 nov. 1953.

COSTA, Nelson. Cônego Fernandes Pinheiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 fev. 1955.

FILHO, M. Paulo. Livros da semana: outras reivindicações a favor do cônego Fernandes Pinheiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 dez. 1956.

JULIO, Sílvio. O cônego Fernandes Pinheiro e a historiografia do Brasil. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 20 jan. 1957.

LACERDA, Virgínia Cortes. Reivindicações críticas em torno da obra do cônego Fernandes Pinheiro. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 216-224.

LACOMBE, Américo Jacobina. O cônego Fernandes Pinheiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 17 jun. 1956. (tb. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 151-153.)

LAET, Carlos de. Ensino oficial da literatura. *O Jornal*, 17 nov. 1927.

LAJOLO, Maria. O cônego Fernandes Pinheiro, sobrinho do Visconde, vai à escola. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC/RS*. Porto Alegre, 2 (1), jun. de 1995, p.39-49.

LEÃO, Múcio. O cônego Fernandes Pinheiro. *Jornal do Brasil*. 27 fev. 1954.

LIMA, Raul. Cônego Fernandes Pinheiro. *Diário de Notícias*. 6 dez. 1953.

LIMA, Ronaldo. Idéias, livros e notícias: esboço bibliográfico sobre o Cônego Fernandes Pinheiro. *O Imparcial*. Curitiba, 1954.

MAUL, Carlos. O pai da nossa historiografia literária. (carta aberta a Mário Portugal Fernandes Pinheiro). *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, maio-jun. 1957.

MEDEIROS, Maurício de. Da crítica literária e seus cultores. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, t. especial, p. V, 1914, p. 729-730.

MELO, Carlos Augusto de Melo. Vida Literária Romântica: sobre o Cônego Fernandes Pinheiro In: *CDROM - Anais do X Encontro Regional da ABRALIC 2005*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005, v.10, p. 1-9.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. Rio de Janeiro: Livro técnicos e científicos, 2 ed. Ver. aumentada e atualizada, 1978.

MONTEIRO, Mozart. Cronista-mor do Império. *O Jornal.* 24 out. 1954. (tb. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 154-157.)

PINHEIRO, Mario Portugal Fernandes. Esboço biobibliográfico sobre o cônego Fernandes Pinheiro. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 217, outubro-dezembro, 1952, p. 109-130.

_____. As *Lições* de Ventura Boscoli. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 20 mar. 1955.

_____. Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e o homicídio de Santos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 7 out. 1956.

_____. O Cônego Fernandes Pinheiro e a historiografia nacional. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 29 set. 1956.

RAZZINI, Márcia. Um compadre do Brasil no século XIX. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 30, nº 3, setembro 1995, p. 125-127.

RIBEIRO, Joaquim. As antecipações do Cônego Fernandes Pinheiro. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 100-115.

_____. A contribuição cultural do Cônego Fernandes Pinheiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 20 jan. 1957.

_____. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e a historiografia do Brasil. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 116-126.

SERPA, Phocion. Cônego Fernandes Pinheiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 26/27 nov. 1956.

_____. Os versos do Cônego Fernandes Pinheiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 13 fev. 1955. (tb. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 225-231.)

SILVA, Inocêncio Francisco. Cônego Fernandes Pinheiro. *Diário Ilustrado*, no. 633, 13 jun. 1874.

SILVEIRA, Alfredo Balthazar. Cônego Fernandes Pinheiro. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 3 fev. 1957.

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Retrato a lápis – Fernandes Pinheiro. *O Kaleidoscópio*. São Paulo: Instituto Acadêmico Paulistano, nº. 22, 1 de set. 1860.

SOUZA, Margarete Edul Prado de. Fernandes Pinheiro e as relações Franca-Brasil. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 30, nº 3, setembro 1995, p. 129-133.

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Episódios da história pátria. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t.V, jan./mar. 1860, p. 57-58.

_____. Parecer a respeito do *Curso elementar de literatura nacional*. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t.XVI, out./dez. 1862, p. 301-303.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O Cônego Fernandes Pinheiro e o *Judeu*. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 13 nov. 1955. (tb. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 149-173.)

SOBRINHO, Jorge Chaloupe. Cônego Fernandes Pinheiro. *Diário Trabalhista*. Rio de Janeiro, 16 abr. 1958.

_____. Reedições necessárias. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 jan. 1957.

TRIPOLI, Maílde Jerônimo. O caminho das pedras: passos iniciais de uma pesquisa historiográfica. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 30, nº 3, setembro 1995, p. 117-123.

_____ *et elii*. Um fragmento de diálogo nos bastidores da história: Ferdinand Denis & Fernandes Pinheiro. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 30, nº 3, setembro 1995, p. 109-115.

THOMAZ, Joaquim. Três estudos do Cônego Fernandes Pinheiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 17 jul. 1954. (tb. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 174-190.)

_____. Referências ao Cônego Fernandes Pinheiro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 out. 1953.

VIEIRA, Celso. Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876). *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 9 jan. 1955. (tb. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 191-195.)

VILLANOVA, José Gonçalves. Importância e influência da obra do Cônego Fernandes Pinheiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 8 jan. 1956. (tb. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 240, julho-setembro, 1958, p. 196-215.)

ZALUAR, Augusto Emílio. Estudos Literários: II *Curso de Literatura Nacional* pelo Sr. Cônego J. C. Fernandes Pinheiro. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XIV, abr./jun., p. 179-182.

3. Textos de apoio à pesquisa:

ABDALA JUNIOR, Benjamim et. PASCHOALIN, Maria Aparecida. *História social da literatura portuguesa*. São Paulo: Ática, 1982.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*: história e legislação. (trad. Antônio Chizzotti) São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 1989

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 2004.

BARBOSA, João Alexandre. *A leitura do intervalo: ensaios de crítica*. São Paulo: Iluminuras/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

_____. *Opus 60*: ensaios de crítica. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

BARBOSA, Sidney. Caminhos e descaminhos da educação brasileira no século XIX. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. (org.) *O Ateneu*: retórica e paixão. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1988, p. 59-67.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. Os manuais de retórica brasileiros do século XIX. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. (org.) *O Ateneu*: retórica e paixão. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1988, p. 43-58.

BROCA, Brito. *Românticos, Pré-românticos, Ultra-românticos*: vida literária e Romantismo brasileiro. São Paulo: Polis; Brasília: INL/MEC, 1979.

CAIRO, Luiz Roberto. *O salto por cima da própria sombra*: o discurso crítico de Araripe Júnior – uma leitura. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

CAMPOS, Haroldo. *A arte no horizonte do provável e outros ensaios*. (dir. J. Guinsburg) São Paulo: Perspectiva, 1969.

CANDIDO, Antonio.. A literatura durante o Império. In: *História geral da civilização brasileira*. (dir. Sérgio Buarque de Holanda). São Paulo: DIFEL, 1982, t. II, v. 3.

_____. Letras e idéias no Brasil Colonial. In: *op. cit.*, 1982, t. I, v. 2.

_____. *Literatura e sociedade*. 7 ed. São Paulo: Nacional, 1985.

CANO, Jefferson. *O fardo dos homens das letras*: o "orbe literário" e a construção do império brasileiro. (Tese de Doutorado) Campinas: PPG - História do IFCH da Unicamp, 2001.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. 2 ed. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978/1984, 8v.

_____. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Tecnoprint.

CASTELLO, José Aderaldo. A literatura brasileira do romantismo ao modernismo - I – II – Teoria e ideologia. In: Suplemento do Centenário. *O Estado de São Paulo*. nº. 25/6, de 21 e 28 de junho de 1975.

_____. *Textos que interessam à história do Romantismo*. São Paulo: Impressão Oficial/Conselho Estadual de Cultura Comissão de Literatura - Secretaria do Governo de São Paulo, I vol. 1960; II vol. 1963.

_____ et CANDIDO, Antonio. *Presença da literatura brasileira*. 6 ed. São Paulo: DIFEL, 1974, 3 v.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*: momentos decisivos. 7 ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL/MEC, 1980, 2 v.

_____. *Notas de teoria literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____ et SOUSA, J. Galante. (org.) *Enciclopédia de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: FAE-Fundação de Assistência ao Estudante, 1989, 2 v.

CURTIUS, Ernest Robert. Literatura europea y Edad Media Latina. (Trad. Margit Frenk Alatorre y Antonio Alatorre). México-Madrid-Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1989.

CUNHO, Fausto. *O romantismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

DIMAS, Antônio. *Tempos eufóricos*: análise da Revista Kosmos (1904-1909). São Paulo: Ática, 1983.

DOYLE, Plínio. *História de revistas e jornais literários*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: MEC, 1976.

EAGLETON, Terry. *A função da crítica*. (trad.) São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições* (trad. Celina Cardim Cavalcante). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HONORATO, Manoel da Costa. *Compêndio de retórica e poética*. 4ª. ed. consideravelmente aumentada. Rio de Janeiro: Typ. Cosmopolita, 1879.

FARIA, Maria Alice de Oliveira. *Brasileiros no Instituto Histórico de Paris*. São Paulo: Imprensa Oficial/Conselho Estadual de Cultura - Comissão de Literatura, 1970.

FLEIUSS, Max. *O Instituto Histórico através de sua Revista*: boletim do Instituto Histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

FUMAROLI, Marc. *L'Âge de l'éloquence*. Genève: Librairie Droz, 2002.

GARMES, Helder. *Os Ensaios Literários (1847-1850) e o periodismo acadêmico em São Paulo de 1833 a 1860*. (Dissertação de Mestrado) Campinas/SP: PPG – Teoria Literária do IEL/UNICAMP, 1993.

GUINSBURG, Jacó (org.). *O Romantismo*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1972.

HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições* (trad. Celina Cardim Cavalcante). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JOBIM, José Luiz (org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

LACOMBE, Américo Jacobina. Literatura e jornalismo. In: COUTINHO, Afrânio. (org.) *A literatura no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Global, 2002.

LAJOLO, Marisa. *Usos e abusos da literatura na escola*. Bilac e a literatura escolar na República Velha. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1976.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Porto: Liv. Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 10 t., 1938/1950.

LIMA, Alceu Amoroso. A crítica literária no Brasil. *Decimália* (Separata). Rio de Janeiro: MEC/Biblioteca Nacional, 1959.

_____. Nota sobre a evolução da crítica literária no Brasil. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: A. B. L., nº 52, set.-dez., 1936.

LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda*: ensaios sobre literatura e teoria. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

_____. *O controle do imaginário*: razão e imaginação no Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LOPES, Hélio. *A divisão das águas*: contribuição ao estudo das revistas românticas: *Minerva Brasiliense* (1843-1845) e *Guanabara* (1849-1856). São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia/Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

_____. *Letras de Minas e outros ensaios*. (org. Alfredo Bosi) São Paulo: Edusp, 1997.

MAGALHAES, Gonçalves de. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. In: _____ . *Opúsculos históricos e literários*. Rio de Janeiro: Garnier, 1865, tomo VIII.

MALLARD, Letícia et alii. *História da literatura*: ensaios. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MARTINS, Eduardo Vieira. *A fonte subterrânea*: o pensamento crítico de José de Alencar e a Retórica oitocentista. 2003, 224 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

MELQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*: breve história da literatura brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3 v., 1936-1938.

MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalidade e originalidade: a formação da literatura brasileira no pensamento crítico do Romantismo*. 1989, 275 f. Tese (Doutorado em Letras.) Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

_____. (org.) Anais do I Seminário Internacional de História da Literatura. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 3, n. 1, abril de 1997.

_____ et ZILBERMAN, Regina. Crítica literária romântica no Brasil: primeiras manifestações. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 5, n. 2, agosto/1999.

_____. (orgs.) *O berço do cânone*: textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

MORETTI, Franco. Slaughterhouse of literature. *Modern Language Quarterly*, spring 2000, p. 207-227.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. (org.) *O Ateneu*: retórica e paixão. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1988.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: UNIVERCIDADE/Topbooks, 2000.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)*: com um breve estudo geral sobre a informação. Ed. Fac-Similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

_____. Crítica e história da literatura no século XIX: verso e reverso da mesma moeda? *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, n º 106, 1996, p. 7-13.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido*: a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991.

SARAIVA, Antônio José et. LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 7 ed. Porto: Alberto de Oliveira; Santos: Martins Fontes, 1973.

SODRE, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____ *A formação histórica do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

SOUSA SILVA, Joaquim Norberto de. *Bosquejo da história da poesia brasileira*. (edição, apresentação e notas ao texto por José Américo Miranda). Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

_____. Introdução histórica sobre a literatura brasileira. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, t. V, jan./março de 1860, p. 23-24.

WELLEK, René et WARREN, Austin. *Teoria da Literatura*. 2 ed. Lisboa: Publicações Europa-América/Biblioteca Universitária, 1971

WEREBE, Maria José Garcia. A educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org) *História Geral da Civilização Brasileira*: Brasil monárquico – declínio e queda do Império. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971, t. II, v. 4, p. 366-383.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ZILBERMAN, Regina. Administrando a literatura por meio da história: Ferdinand Denis, Almeida Garrett e a literatura brasileira. *Letras de hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 25, n.3, p. 97-111, setembro de 1990.

_____. Uma teoria para a história da literatura no Brasil. In: MOREIRA, Maria Eunice. (org.) Anais do I Seminário Internacional de História da Literatura. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 3, n. 1, abril de 1997, p. 20-26.

P A R T E II

A N T O L O G I A

_____

Para a revisão, não basta adaptar um autor a novos modos de ler: é fundamental que, antes de mais nada, se tenha a sua obra para a leitura. E sabem todos os que, por um instante, já se debruçaram sobre assuntos brasileiros: o grande trabalho a ser feito é, ainda e infelizmente, o da recuperação de dados e do estabelecimento de informação entre as épocas. As grandes teorias e as audaciosas sínteses só podem existir por sobre a base segura da pesquisa paciente e tenaz. Não é que nos demitamos das abstrações, é a certeza de que estas serão mais férteis na medida em que o trabalho da escavação por entre o espesso terreno das informações perdidas for realizado.

João Alexandre Barbosa

INTRODUÇÃO

Nesta parte, apresentamos ao leitor uma antologia que reúne, de maneira sistemática, os textos publicados pelo Cônego Fernandes Pinheiro em três revistas bastante reconhecidas do século XIX: *A Religião*, *Guanabara* e *Revista Popular*; bem como grande parte de seus paratextos introdutórios a livros editados ou reeditados por ele naquele período. O intuito foi de oferecer ao leitor uma idéia da vasta produção intelectual do Cônego, ainda grande parte dispersa, tornando-a, assim, mais conhecida e acessível para consulta. A antologia é resultado de alguns anos dedicados ao trabalho exaustivo de levantamento, atualização ortográfica e organização dos textos do Cônego, iniciado na pesquisa de iniciação científica pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Assis, e tendo a sua continuação, no Mestrado, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Convém expormos, agora, os principais critérios de transcrição e atualização da escrita que nortearam a confecção dessa antologia:

1- A atualização só foi feita das formas de algumas palavras que, hoje, ou encontram-se em desuso ou não são mais registradas porque passaram pelo processo evolutivo da língua, como, por exemplo, “mor” no lugar de “maior”, “dous” por “dois”, “cousa” por “coisa”, “litteratura” por “literatura”, “biographia” por “biografia”, etc;
2- Conservaram-se, portanto, a estruturação frasal dos textos e a pontuação escolhida pelo autor, para conservar o estilo do escritor;
3- Aplicou-se a regra de acentuação atual para a indicação de crase, mesmo naqueles casos em que não era marcado no texto;
4- Todos os grifos em itálico e/ou negrito foram grafados da mesma forma;
5- Os erros gráficos foram corrigidos, como, por exemplo, “peesia” por “poeisa”;
6- Os desvios da norma culta foram mantidos;
7- Os nomes e os trechos em língua estrangeira tiveram sua forma conservada;
8- Todas as notas de página foram registradas por número, seguindo à numeração contínua da dissertação;

T E X T O S E M L I V R O S
[prefácios, introduções, ensaios, etc]

"Ao leitor". In: PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Carmes religiosos*: dedicados ao ex.mo. e rev.mo D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, bispo do Rio de Janeiro, conde de Irajá, do Conselho de S. M. o Imperador, seu Capelão-Mor, etc., etc.,etc. Rio de Janeiro: Typ. de Silva Lima, 1850, p. XII.

AO LEITOR

—

Algumas das poesias, que ides ler, já foram publicadas em diferentes jornais desta corte, principalmente no denominado – *A Religião*, mas desejando oferecer um pequeno tributo de gratidão ao sábio e venerando Prelado, que felizmente preside aos destinos da igreja Fluminense coligimo-las debaixo do título de *Carmes Religiosos*.

Semelhante a abelha que colhe o suco de várias flores para dele extrair os produtos da sua maravilhosa indústria, assim também dos poucos autores, que temos lido colhemos os pensamentos, que passando pelo crisol do nosso rude engenho, se transmutaram neste pequeno volume de poesias, que, ora vendo a luz da imprensa, não busca elogios cônscio de não merecê-los; mas sim indulgência.

Vale.

"Ao leitor". In: PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Carmes religiosos*: dedicados ao ex.mo. e rev.mo D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, bispo do Rio de Janeiro, conde de Irajá, do Conselho de S. M. o Imperador, seu Capelão-Mor, etc., etc.,etc. Rio de Janeiro: Typ. de Silva Lima, 1850, p. XII.

AO LEITOR

—

Algumas das poesias, que ides ler, já foram publicadas em diferentes jornais desta corte, principalmente no denominado – *A Religião*, mas desejando oferecer um pequeno tributo de gratidão ao sábio e venerando Prelado, que felizmente preside aos destinos da igreja Fluminense coligimo-las debaixo do título de *Carmes Religiosos*.

Semelhante a abelha que colhe o suco de várias flores para dele extrair os produtos da sua maravilhosa indústria, assim também dos poucos autores, que temos lido colhemos os pensamentos, que passando pelo crisol do nosso rude engenho, se transmutaram neste pequeno volume de poesias, que, ora vendo a luz da imprensa, não busca elogios cônscio de não merecê-los; mas sim indulgência.

Vale.

"Discurso sobre a poesia religiosa em geral e em particular no Brasil". In: OTTONI, José Eloy. *Job* (dedicado ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Manoel Joaquim da Silveira Bispo do Maranhão, precedido de um discurso sobre a poesia em geral e em particular no Brasil pelo cônego J. C. Fernandes Pinheiro; segundo de uma notícia sobre a vida e poesias do tradutor pelo senhor Teófilo Benedito Ottoni; terceiro de um prefácio extraído da versão da Bílblia por De Genoude). Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense F. Manoel Ferreira, 1852, p. V- XXXIX.

DISCURSO SOBRE A POESIA RELIGIOSA EM GERAL E EM PARTICULAR NO BRASIL

No dia em que o homem sublimou o seu pensamento até o seu Criador nesse dia nasceu a poesia Religiosa. É a primogênita dentre suas irmãs: pois primeiro o homem extraiu de seu peito, como de uma harpa eólia, um hino de agradecimento ao Senhor do Universo, que lhe dera por berço as delícias do Éden, do que cantou as façanhas dos heróis, celebrou a formosura das virgens, ou pranteou a morte de seus parentes e amigos. Abel, oferecendo ao seu Deus as primícias dos frutos da terra, fazia-as acompanhar de orações tão puras como as suas oferendas, e que como as chamas do seu sacrifício incruento remontavam-se ao trono de Jeová. Era a mais bela a sublime poesia: partia do coração, não da cabeça, filha do sentimento e não do cálculo. Não eram uns poemas frios de idéias, ardentes de palavras, que povoam nossas bibliotecas, ditados pela adulação, e inspirados pelo interesse. Os cânticos sagrados dos primeiros Patriarcas eram cheios de unção, do nobre entusiasmo. Disto tanto a Bíblia das epopéias de Homero quanto a Poesia Religiosa é superior da Poesia Profana.

[VI] A Poesia, que nascera da contemplação das maravilhas do Criador, degenerou entre os povos idólatras. Eles que tinham alterado a Revelação primitiva, corromperam também a Poesia, que saindo pura das mãos do Eterno não podia senão degenerar nas mãos dos homens.

Os Gregos, eminentemente amigos da glória e da liberdade fizeram servir a Poesia para o seu engrandecimento. O estabelecimento dos jogos olímpicos, em que a Grécia inteira assistia ao certame dos poetas, dos oradores, dos atletas, em que deferia aos vencedores a coroa, que haviam ganhado, não podia deixar de ser um poderoso incentivo para o desenvolvimento do gênio poético, sob a influência do benéfico céu dessa abençoada região; daí a aparição do Pindaro, fundador da poesia lírica, e de Eurípides e Sófocles, criadores da tragédia grega. A rivalidade entre os povos, em que estava dividida a Grécia, trazia a emulação entre os poetas, com notável vantagem das letras.

A Grécia viu a sua poesia fulgurar com a sua liberdade, e com ela extinguir-se, ao passo que Roma herdando uma perdia outra. Desgraçadamente para os Romanos a sua poesia lírica nasceu imediatamente depois das guerras civis de Mário e Sylla; por isso trouxe sempre impressa em sua fronte o selo da sua origem. Horácio, em sua brilhante e rápida poesia, modula o seu canto segundo todos os tons: turifica a Augusto e a Mecenas, e vai depois

celebrar a dedicação de Regulo, e a grande alma de Catão. É impossível aliar tanta baixeza com tão grande elevação de espírito. Seu estilo encantador seduz o ouvido, enquanto a lisonjeia a todas as paixões a sua voluptuosa doutrina.

Tal era no mundo antigo a poesia do Ocidente, ao passo que no Oriente existia um povo ignorado, [VII] escarnecido, ludibriado por seus vizinhos, mas que há muitos séculos possuía uma poesia original, cheia de inspiração e de sentimentos filha das instituições e dos costumes. A poesia Religiosa entre os Hebreus foi sempre augusta intérprete da Religião; e enquanto Homero divinizava as paixões, favorecendo a todos os vícios, a harpa sagrada dos Profetas exprobrava ao povo os seus crimes, os seus desvarios, e ameaçava-o com a cólera do Senhor. Isaias faz ouvir os acentos da sua profunda indignação, e Jeremias pranteia as ruínas de Sião no meio do seu luxo, e das suas galas.

As instituições dos Hebreus eram muito próprias para inspirar os seus poetas. Os povos da Judéia corriam em tropel todos os anos a cidade santa, que só em todo o reino possuía o templo do Deus vivo, do Deus, que criara o universo, e que conduzira seus pais através do deserto e do Mar Vermelho. – Prostravam-se diante da Arca onde estavam guardadas as tábuas da Lei: e esses monumentos da sua crença conservados pela veneração pública eram um testemunho subsistente da aliança que Deus jurara a seus pais. Essas santas solenidades, que a Divindade parecia assistir enchia os corações de admiração e de amor: e tais são os sentimentos que animam os cânticos de Moisés, os hinos de David, e as profecias de Isaias.

Uma qualidade essencial à poesia é o ser ela a arte de tocar os corações: é intérprete da natureza, cujos acentos, exprimidos em linguagem cadente, penetram infalivelmente as nossas almas, máxime quando escolhe para assunto dos seus cânticos objetos alegres, ou tristes: porque pela organização da nossa natureza estamos sempre dispostos a partilhar as dores, ou as alegrias dos nossos semelhantes, uma vez que saibam despertar tais sentimentos em nossos corações. Assim a poesia foi a [VIII] cadeia de que se serviu Deus para ligar os homens entre si, associá-los para que se prestassem mútuos auxílios. A engenhosa Grécia figurara Orpheu domesticando as indômitas feras, os leões bravos; e erguendo os muros de Thebas ao som da sua lira: era uma poética ficção para simbolizar o poderoso influxo, que exerce a poesia sobre a civilização dos povos.

Na infância das sociedades encontramos sempre a Poesia Religiosa sentada junto ao berço das nações: nas margens do Jordão, e nas do Nilo, na Grécia bem como nas Gálias são os sacerdotes e os druidas os que instruem os povos com seus cânticos sagrados. O verso grava-se melhor na memória do que a prosa; e daqui procede que os primeiros legisladores, como Lycurgo e Sólon, escreveram as suas leis em verso, e que os Israelitas sabiam a Bíblia de cor em razão da sua linguagem cadenciosa e harmônica. Observando que os mais antigos monumentos da literatura se acham em verso em sábio professor de Edimburgo, Mr. Blair, não duvidou afirmar que a poesia era mais antiga do que a prosa. Nem parecera estranha esta opinião se notarmos que os povos bárbaros usam mais da linguagem tropológica e figurada do que os povos civilizados, e que mesmo entre os selvagens da América e da Oceania acharam os viajantes hinos sagrados e guerreiros, assim como cânticos funéreos: -

Ouçamos por um pouco ao ilustre poeta, o Sr. Lamartine, e vejamos como ele define a poesia: “A poesia, como tudo o que é divino não pode ser definida por uma palavra, nem por mil. É a incarnação do que o homem tem de mais íntimo no coração, de mais divino no pensamento, do que a natureza divina tem de mais magnífico nas imagens, de mais melodioso

nos sons. É simultaneamente [IX] sentimento e sensação, espírito e matéria, eis porque é a linguagem completa, a linguagem por excelência, que se apossa do homem pela sua humanidade, idéia pelo espírito, sentimento pela alma, imagem pela imaginação, e música pelo ouvido. Eis porque essa linguagem quando é bem falada fulmina ao homem como o raio, aniquila-o pela convicção interna e evidencia irrefletida, ou encanta-o com um filtro, embala-o como um menino adormecido em seu berço às magas canções de sua mãe! Eis porque o homem não pode produzir, nem suportar muita poesia: é porque apoderando-se da alma pelos sentidos, e exaltando as suas faculdades; o pensamento pelo pensamento, os sentidos pelas sensações, exaure-a, oprime-a, como todo o prazer demasiado, de uma voluptuosa fadiga, e fá-la exalar em poucos versos, em poucos instantes tudo o que existe de vida íntima, de força de sentimento em sua dupla organização. A prosa não se dirige senão à idéia, e o verso fala à idéia, e a sensação ao mesmo tempo. Essa linguagem misteriosa e instintiva, por isso mesmo que o é jamais poderá perecer. Não é unicamente a linguagem da infância dos povos, o balbuciar da inteligência humana; é a linguagem de todas as idades do gênero humano, cândida e simples no berço das nações, narradora e maravilhosa como a ama na cabeceira do menino; amorosa e pastoril entre os povos jovens e pastores; guerreira e épica entre as hordas guerreiras e conquistadoras, mística, lírica, profética ou sentenciosa nas teocracias do Egito ou da Judéia, grave, filosófica e corruptora nas civilizações avançadas de Roma, de Florença, ou de Luiz XIV, desgrenhada e ululante nas épocas de convulsões e de ruínas [X] como 1793; nova melancólica e incerta, tímida e audaciosa ao mesmo tempo nos dias de nascimento, e reconstrução social como hoje. Mais tarde na velhice dos povos, triste, sombria, gemebunda e desanimada como eles, e respirando em suas estrofes os pressentimentos lúgubres, os sonhos fantásticos,e as firmes e divinas esperanças de uma ressurreição da humanidade: eis a poesia. É o mesmo homem, é o instinto de todas as suas épocas; é o eco interno de todas as suas impressões; é a voz da humanidade pensante e sensiente, resumida e modelada por certos homens, mais homens do que o vulgo, *mens divinior*, e que paira acima desse ruído tumultuoso das gerações, e dura mais do que elas; e que testemunha a posteridade os seus gemidos, ou as suas alegrias, seus feitos, ou as suas idéias. Essa voz não se extinguirá no mundo, porque não foi inventada pelo homem: foi Deus quem lha deu, foi o primeiro hino de reconhecimento que remontou ao Céu, será também o último que o Criador ouvirá no dia, em que por sua ordem o derradeiro sol alumiar o mundo."

Pelo que acabamos de ler ver-se que a Poesia é uma flor do céu transplantada para os jardins do mundo: os homens não a inventaram, assim como também não descobriram a linguagem, como muito bem observa o senhor Guilherme d'Humbolt, à frente da nova escola etnográfica. Deus, diz o ilustre sábio alemão, deu ao homem uma linguagem, perdida depois da confusão de Babel, e da dispersão dos povos; mas de cujos fragmentos se compuseram todas as línguas e dialetos, que existiram, ou ainda existem. Ora se a Poesia saiu da inteligência divina, como Minerva armada da cabeça de Júpiter, é claro que a Poesia Religiosa, que traz sempre consigo o selo indelével [XI] de sua origem, é infinitamente superior a sua irmã a Poesia Profana.

Son front est couronné de palmes et d'etoilles,
Son regard immortel, que rien ne peut tenir,
Traversant tous les temps, soulevant tous les voiles,
Reveille le passé, plonge dans l'avenir!
Du monde sous ses yeux les fortes se deroulent.
Les siècles à sés pieds comme um torrent s'ecoulent;
A son gré descendant, ou remontant leur cours,
Elle sonne aux tombeux l'heure fatale,
Ou sur la lyre virginale.
Chante au monde vieilli ce jour père des jours.
(LAMARTINE 30. e *Meditation*.)

Estabelecendo o paralelo entre a Bíblia e Homero, o imortal visconde de Chateaubriand, diz no seu livro de ouro, o gênio do Cristianismo:

"A simplicidade da Escritura é a de um antigo sacerdote, que cheio das ciências divinas, e humanas, dita no fundo do santuário oráculos ungidos pela sabedoria:

A simplicidade do Poeta do Chio é a de um velho viajante, que conta no lar do seu hóspede o que aprendera no curso de uma vida longa e agitada."

A Poesia Religiosa, debulhada em pranto jazia sentada à sombra das palmeiras, que sombreiam a fonte de Siloé, quando o sol do Evangelho despontou sobre o horizonte do mundo dissipando as trevas da idolatria. Platão queria banir os poetas da sua república; a religião Cristã fez deles seus intérpretes, e abriu-lhes os seus templos. Ela veio reconciliar no homem a imaginação com a razão o que não tinham podido fazer os filósofos pagãos.

A Poesia expressão do que há de mais divino no homem não podia passar sem crenças. Nada há mais raro, diz de Genoude, de que ver um [XII] Poeta incrédulo. Voltaire é o único que oferece esse exemplo; e coisa admirável descobrem-se dois homens no mesmo Voltaire; o poeta e o filósofo, Voltaire filósofo, é incrédulo; Voltaire poeta, é cristão. Era impossível render a Religião mais bela homenagem.

O Cristianismo porém não necessitava desse testemunho para fazer crer na sublimidade de seus dogmas, das suas tradições e da sua moral: já a França lhe devia a *Athalia*, *Esther*, e *Polyeutha*; a Alemanha a *Messiada*: a Inglaterra o *Paraíso Perdido*; a Itália a *Jerusalém libertada*, e a *Divina Comédia*; e todas as línguas da Europa os primores da sua literatura.

"Quando à voz dos Padres da Igreja tudo se transformava sobre a terra, diz o Abade de Genoude, leis, costumes, linguagem, e nova poesia nasceram à sombra do santuário, não era mais essa musa frívola, que outrora cantava debaixo dos loureiros da Grécia as desavenças dos deuses, e os amores dos heróis; que se aprazia no meio dos festins, e que celebrava na mesma lira a razão e a loucura, a virtude e o vício, a sabedoria e o prazer. Filha do Cristianismo a nova Poesia canta na harpa dos anjos a glória de Deus, que enche o Céu e a terra. Em lugar de convidar ao homem a gozar de bens frágeis e caducos lhe recorda a sua celeste origem, e os seus imortais destinos; conta-lhe a queda do nosso primeiro pai, e a história dos primeiros mártires."

Entre os antigos povos eram os Poetas, que tinham criado a Religião, e entre os modernos é a Religião que engenha os Poetas, eis o tipo característico da nova escola de Poesia, escola, que deve a sua origem aos cantos dos trovadores, à cavalaria, e esse culto pela

mulher, que fazia [XIII] o brasão dos Bayard, dos Cid, e dos Nun'Alvares. Existe para nós mais beleza, mais sublimidade nesses menestréis, que iam de castelo em castelo, cantando as lendas dos santos, ou as proezas dos cavaleiros, e que morriam debaixo dos muros da cidade santa, nessa terra regada pelo sangue do Redentor, do que nas epopéias de Homero, ou Virgílio, do que nas odes de Píndaro, ou de Horácio. Porque, como sabiamente observa, o senhor Carlos Nodier, o céu deserto dos ateus diz mais coisas ao pensamento do que Saturno e Júpiter. Não há uma onda, vindo quebrar-se sobre os rochedos escarpados, que não traga mais inspirações do que a fábula de Netuno com o seu eterno cortejo.

Observa-se até os fins do século passado na literatura dos povos da raça latina uma imitação, quase servil, dos grandes modelos, que nos legou a antiguidade grega e romana. Ninguém podia aspirar aos foros de poeta sem que soubesse de cor todas essas absurdas e quiméricas ficções, que constituía a mitologia grega. Tinham travado na cabeça dos poetas uma luta de morte as tradições da infância com as do colégio, as idéias cristãs com as reminiscências pagãs: e daí nascia esse sincronismo, que observamos em Dante, em Tasso, e no nosso Camões; esse amálgama repugnante, que fazia figurar a impudica deusa de Cythera ao lado das mais imaculada de todas as criaturas, do Tabernáculo Deus vivo, da Rainha dos Anjos, numa palavra de Maria.

Os povos da raça saxônica, ou germânica, conservavam uma literatura a parte: o poema dos Nibelungem, o livro dos heróis (*Heldenbuch*) e os fragmentos dos *minnesonger*, seus cantores de amor, resumem toda a poesia cavalheirosa da idade média: o grande dramaturgo inglês Shakespeare ignorava as regras poéticas de Aristóteles e de Horácio, não indo beber as suas inspirações na fonte da Castalia, talvez que nunca compulsasse as tragédias de Eurípides e de Sêneca.

"A idade-média, diz Mr. Victor Cousin na sua História da Filosofia, como todas as grandes épocas da humanidade, tinha tido a sua expressão nas artes e na literatura. Desde o 12 º até 15 º século, vemos sair do estado social da Europa do Cristianismo, que é o seu fundamento, artes e literaturas próprias da Europa; aparecem os trovadores da Provence, os menestréis da Alemanha, e os romanceiros espanhóis: Dante e Shakespeare são poetas originais. A tomada de Constantinopla pelos turcos no 15 º século trouxe uma revolução: os Gregos de Constantinopla importaram na Europa as artes, a literatura e a Filosofia antigas. Então se viu que umas nações se lançaram com ardor na literatura clássica, tais como a França, a Itália, a Espanha e Portugal, e que as nações germânicas continuaram na sua antiga literatura, ligeiramente modificada."

Tal era o estado da literatura até o fim do século 18 º, quando a Revolução Francesa, semelhante as águas que se despenham com terrível fragor na catarata de Niagara, veio renovar a face da Europa.

Os miseráveis triunfos da impiedade, proclamando como hipótese a Providência, a ordem e a imortalidade, não tinham deixado ao homem senão o orgulho de um falso saber, a convicção da incerteza geral, sem lhe permitir essa estabilidade, que nasce da harmonia da crença humana com a religiosa. Alguns se arrastavam ainda após do carro vazio de Voltaire, outros se preparavam para lisonjear o novo herói, que lhes conferia empregos, [XV] e ricas pensões em troco dos seus louvores oficiais. Mas enquanto Napoleão restaurava o antigo culto como símbolo de ordem e de disciplina, Chateaubriand quis fazer aparecer a sua beleza. O materialismo comunicado pela ciência reduzira a Poesia a uma fria contemplação: e os

enciclopedistas, renegando a natureza e a Deus, tinham escrito com o compasso, e o cálculo e jamais com o coração. Chateaubriand, no *Gênio do Cristianismo*, descobriu as harmonias misteriosas que prendem o Céu a terra: deu por defesa a Religião abalada pelo sarcasmo de Voltaire, pelo espírito de Diderot, pelo fogo de Rousseau, pelos desvarios de Raynal, os encantos da imaginação, a vida das afeições, e as belezas do culto. Essa efusão de harmonias esquecidas fez ler com avidez o seu livro: a sociedade, cansada de ceticismo, tinha sede de crenças; não podia permanecer no estado de dúvida; se a não tornasse católica perder-se-ia nos tenebrosos labirintos da mais grosseira superstição. O *Gênio do Cristianismo* não foi um livro, e sim um grande acontecimento.

Ao lado de Chateaubriand erguia-se uma figura tão grande como ele em inteligência, e talvez maior que ele em coragem; pois era uma mulher, a baronesa de Staël, amazona intelectual, na enérgica expressão de César Cantu, que desviando os seus olhos dessa França mofadora e incrédula, para fixá-los na Alemanha grave, estudiosa, crente, e idealista, fez conhecer os seus poetas e filósofos, abatendo assim as barreiras que separavam a literatura alemã da francesa: esses dois gênios foram os fundadores da nova escola, conhecida pela denominação de Romântica, inspirando-se nos mistérios sublimes do Calvário, nas crenças dos povos cristãos, e que em tão grande reputação hão granjeando na Alemanha Goethe e Schiller; [XVI] na Inglaterra Byron, e Scott; na França Lamartine, e Victor Hugo, na Itália Manzoni e Pellico; na Espanha Donoso Cortes e Martinez de la Roza; e em Portugal Garrett e Herculano.

Seguimos a história da Poesia até o ponto da sua conversão ao Catolicismo, lancemos agora uma vista retrospectiva sobre os poemas que se ocuparam mais exclusivamente de assuntos religiosos.

O primeiro poeta inspirado pela Musa Cristã é Dante, ilustre Florentino, que nasceu no meio das comoções, das guerras civis, que ensangüentaram a Itália, durante o 13 º e 14º séculos: na *Divina Comédia*, observa-se uma singular mistura de antiguidade, ciências teológicas e imaginação. Adorador de Virgílio, Dante não concebe nada de melhor do que tomar esse pagão por guia no mundo sobrenatural dos cristãos; porém abaixo de Virgílio, e acima da Poesia, coloca a Teologia, a ciência sagrada. A *Divina Comédia* é um poema político-religioso, é a genuína expressão da sua época; o primeiro passo para a emancipação da poesia.

O *Rolando Furioso* de Ariosto, que seguiu-se na ordem cronológica, não é mais do que um poema romanesco, não tendo nem a gravidade, nem a extensão da epopéia; e alternativamente sério e jocoso, grotesco, e sublime. O vate de Ferreira não tivera outro objeto senão celebrizar as aventuras cavalheirescas desses ilustres Paladinos, que no tempo de Carlos-Magno renovavam as façanhas dos Hércules e Theseus. Colheu as tradições populares, e enobreceu-as com pomposos e sonoros versos.

A *Jerusalém libertada* de Torquato Tasso é incontestavelmente a primeira epopéia moderna: seguiu os passos de Homero e algumas vezes excedeu [XVII] ao seu ilustre modelo. Na escolha do assunto revelou Tasso o seu grande gênio; pois que nos fastos modernos não existia objeto algum tão heróico como das Cruzadas, essa luta de gigantes, esse duelo de morte entre a Cruz e o Crescente, entre a civilização e a barbárie. A cena da *Jerusalém libertada*, tão rica de recordações, tão brilhante por sua associação com as nossas idéias religiosas, é ainda aquelas em que a natureza ostenta as suas mais ricas galas, e em que os mais risonhos e

austeros quadros estão sucessivamente preparados para a Poesia. Os Jardins deliciosos do Éden e as areias do deserto acham-se a par. Todos os povos cristãos forneceram seus guerreiros ao exército da Cruz: aqui o mundo inteiro é patrimônio do poeta: a Irlanda, separada do resto do mundo, se acha ao lado da Grécia, pelos seus guerreiros. A marcha do poema é verdadeiramente épica: é uma, simples, grande, terminando nobremente como começara. Tasso principia a narração o mais próximo possível do desfecho: a ação do poema não passa de quarenta dias: e as regras Poética são por ele escrupulosamente observadas nesse ponto, si alguns defeitos se lhe podem notar no curso do seu poema não passam de pequenas manchas, que não podem obscurecer o brilhante disco do sol. Se não tem o fogo da imaginação de Dante, e mais correto do que ele; ambos são ilustres: de ambos com razão se ufana a Itália.

Menos fecunda do que a Itália em poemas épicos a Inglaterra, em época mais recente, produziu um, que rivaliza com as criações dos belos gênios. "Milton, diz Blair, abriu em poesia uma nova estrada: compulsando as páginas do seu *Paraíso perdido*, acham-nas transportadas em um mundo invisível, cercados de entes celestiais e [XVIII] de espíritos do arcano. Os anjos e os demônios não são aí empregados como máquinas para o maravilhoso: são as principais personagens do poema, e o que em qualquer outra obra seria uma ficção, é nele o efeito da ordem natural das coisas" Causa admiração como com tão pequeno número de materiais, fornecidos pela História Sagrada, formasse ele um edifício tão completo, tão regular, tão cheio de belezas. Adão e Eva no Paraíso terrestre, nos recordam das doces e suaves ocupações de uma vida pacífica; as empresas de Satanás, a guerra entre os anjos rebeldes e as celestes legiões, apresentam-nos cenas vivas e tumultuárias. A inocência, a pureza, a amabilidade de nossos primeiros pais, formam em todo o poema um feliz contraste com o ambicioso orgulho do príncipe dos demônios. Só o desfecho é que demasiadamente trágico para uma epopéia.

O Messias, esse nome santificado por virtudes infindas, deveu ao alemão Klopstock nova glorificação. O Salvador foi o herói, que se propôs acompanhar, através das humilhações e dos sofrimentos da terra até os sublimes triunfos do céu. O poeta desenvolveu tudo o que havia de divino, de angélico em sua alma juvenil, educado com a leitura da Bíblia, nutrido com a sua seiva; viveu com os Patriarcas, com os Profetas, e os percussores, como se eles fossem seus contemporâneos. O que torna Klopstock superior a todo o elogio, diz Mme. de Staël, é o de ter concebido a idéia de um hino religioso, sob a forma da epopéia, que dominou a *Messiada*, e a qual consagrou vinte anos da sua vida; ninguém mais do que ele conservou ao sentimento cristão toda a sua pureza. Os Padres da Igreja inspiraram a Dante, a Bíblia a Milton, e a Klopstock inspirou o Novo Testamento, em cuja fonte foi beber as [XIX] suas imagens maiores belezas: soube fazer sobressair as flores da poesia no meio da nobre simplicidade do Evangelho. Começando a leitura deste poema julgamo-nos transportados a uma grande basílica, no meio da qual reboa o órgão sagrado, e a devoção, o recolhimento religioso, que nos inspiraram os templos do Senhor, se apossam da nossa alma ao lermos a *Messiada*.

Depois da epopéia de Klopstock, segue-se a dos *Mártires*, de Chateaubriand; a primeira canta as dores do Homem Deus, e a segunda celebra a heróica constância dos primeiros heróis da fé.

Chateaubriand asseverava que o Cristianismo era mais favorável à poesia épica do que o politeísmo cumpria demonstrá-lo, importava andar diante daqueles, que negavam o

movimento. *Justificar aos homens as vias humanas*, segundo a bela expressão de Milton, tornar visível a ação da Providência em um fato bastante universal, e bastante vasto para justificar a sua invenção especial, tal é a missão do poeta épico depois que o Cristianismo substitui a humanidade à nacionalidade, as leis gerais da espécie humana as tradições das raças. A vocação dos gentios pelo sacrifício de uma sacerdotisa das Musas, de uma virgem do sangue de Homero, foi o fato teológico sobre o qual se fixou o poeta e que buscou ornar com todo o esplendor do seu inimitável estilo.

No rápido esboço que fizemos das epopéias cristãs pusemos de parte todas as que não tinham tomado para assunto um objeto exclusivamente religioso: por isso a *Araucana de D. Alonzo d'Ercilla*, a *Henriade* de Voltaire, e as *Lusíadas* de Camões assim como alguns outros poemas épicos de que temos conhecimento, não podiam figurar no nosso plano; conquanto os seus autores recorressem à Religião Cristã para a confecção das [XX] suas obras, e a esta devessem a maior parte das suas belezas.

Semelhante ao nauta, que após uma longa e perigosa navegação avista com prazer o *Pão de Açúcar* gigante de pedra, posto de atalaia na entrada da formosa Guanabara, experimentamos nós uma doce emoção tendo de tratar da poesia religiosa no Brasil, de volta de uma ligeira peregrinação pelos domínios da poesia asiática e européia.

"A história da literatura, disse um distinto literato nosso, o Sr. Norberto de Souza e Silva, é a história da humanidade. Saída da mesma origem, nascente imensa e fecunda, que produz torrentes, rios e regatos, divide-se, subdivide-se, modifica-se, altera-se, toma a cor céu por onde passa, e depois une-se ao infinito para depois de novo dividir-se: a literatura como a humanidade é um círculo imenso, que sempre engrandece, e cujo eixo único, ou ponto de intercessão é Deus. O Brasil, colônia imensa de Portugal, debaixo do seu domínio, recebe a língua, os costumes, os conhecimentos, e enfim a literatura dos colonizadores portugueses, que pouco a pouco se modifica, a princípio pela diferença do clima, depois pelos inventos políticos, pela alteração do caráter, pela influência das literaturas e todas as outras nações, trazida pela liberdade do comércio, e principalmente dos livros." ([314])

O século 16º ou da descoberta, foi todo ocupado em trabalhos de colonização e de conquista: era necessário disputar palmo a palmo a posse do país, vencer essa hordas guerreiras, que não queriam, como os inertes habitadores do Ganges e do Indo, curvar suas frontes ao julgo lusitano. Os Tupinambás, [XXI] valentes e esforçados, os Tamoyos, fortes e robustos, os Caéthés indomáveis e valerosos, cujo Deus era Tupã, cujos templos eram as majestosas florestas, opunham uma resistência tenaz aos conquistadores, e conquanto estes tivessem a imensa superioridade da tática e armas européias não teriam certamente subjugado o Brasil sem o auxílio da Religião, uma vez que não quisessem imperar sobre cadáveres.

Qual será o Brasileiro, que compulsando as páginas da história de sua pátria deixe de tributar a homenagem do seu profundo reconhecimento para com os heróicos filhos de S. Ignácio de Loyola, que deixando o repouso dos seus colégios vinham arrastar a morte, arrancando das mãos dos antropófagos. Tupinambás os cadáveres ainda palpitantes das suas vítimas, que prezavam a paz no meio dos terrores da guerra, que suportavam a fome e a sede para ganhar almas para Jesus Cristo, que se interpunham entre o vencedor e o vencido, a todos aconselhando o perdão, o esquecimento das injúrias, e que suspendiam a lâmpada das letras sobre as aras da Religião.

[314] Vide Mosaico Poético

Talvez que nos averbem de suspeito, de defender os Jesuítas por espírito de classe, deixemos portanto falar ao Sr. Dr. Pereira da Silva que não é padre, nem Jesuíta: "Abriu-se com a espada o caminho das brenhas, diz esse ilustre literato na sua introdução ao Parnaso Brasileiro, atravessavam-se com a lança as alcantiladas montanhas venciam-se à força as torrentes e caudalosos rios, e ai, onde se plantava as cinco chagas de Cristo, um religioso, um Jesuíta se achava, e a vitória da persuasão, o triunfo da palavra por eles empregada não eram inferiores às vitórias e triunfos alcançados manobrando o gládio, e dardejando a morte."

[XXII] Uma e outra eram precisas. A perícia das armas, a audácia dos invasores, a tática dos Europeus ganhavam terras, edificavam povoações, estabeleciam o domínio do seu soberano, a brandura e a eloqüência dos Religiosos, a santidade de vida, que professavam, que sabiam dar, chamavam ao grêmio os selvagens, conciliavam-nos com os Portugueses faziam-nos desamparar a adoração do sol, dos rios, e das florestas para abraçarem e Cristianismo. Indígenas e Portugueses, todos deviam favores aos Jesuítas, todos os adoravam."

As primeiras aulas que se abriram no Brasil foram nos colégios dos Jesuítas, foram eles os primeiros mestres que o Brasil colonial viu em seu seio, e foi também um Jesuíta, quem primeiro pulsou a harpa sagrada na terra de Cabral. O Padre José de Anchieta foi o mais rico presente que o Céu propiciou podia fazer-lhe: a uma rara virtude juntava imenso saber, e ardente desejo de ser útil aos povos, cuja rápida conversão operava o seu Instituto. O seu poema da *Virgem*, escrito em versos latinos, revela nele grande erudição dos clássicos, profundo conhecimento da literatura hebraica e dos Padres da Igreja, e se não tem a sublimidade de Klopstock, e a imaginação de Milton, é o seu canto um hino harmonioso, a doce expressão do culto, que professa pela Rainha dos Anjos. É pena que o venerando Missionário escolhesse o latim para compor nele o seu poema, desprezando o idioma de Camões, que apesar de não ser o do seu país, manejava-o com muita elegância. Era o gosto da época escrever em língua estranha desprezando a própria: gosto de que se ressente a literatura portuguesa desse tempo.

A coroa épica juntava Anchieta a de dramaturgo: [XXIII] compôs um auto em verso denominado *A Pregação Universal* era destinado a correção dos costumes dos vencidos e vencedores, e por isso escrito nas línguas indígena e portuguesa para que pudesse ser compreendido por ambas as raças.

"Tinha este drama, diz o Sr. Dr. Magalhães, todos os caracteres da prisca comédia, e ainda mais, os atores do drama, que não eram cômicos de profissão mas sim particulares, a quem damos o título de amadores, falavam em seu próprio nome, e se acusavam de seus próprios erros."

Destarte moralizavam os Jesuítas ao povo, inspirando-lhe o gosto pela poesia,e fazendo dela um instrumento de perfeição religiosa, e não um filtro corruptor como em nossos dias.

O século 16º antes de submergir-se no acaso viu ainda representar o auto intitulado – *O Rico Avarento e Lázaro Pobre* composição dos Jesuítas, e que operou em Pernambuco muitas esmolas e conversões. Oxalá que os nossos dramas modernos pudessem produzir outro tanto!!

O primeiro século literário do Brasil foi o 17º e admira como em um país tão novo, onde os interesses materiais tanto predominam, avultasse tão grande número de poetas e prosadores. O nosso fito não é fazer a história literária do país, e sim seguir os vestígios da poesia religiosa através do labirinto, em que se perdem os nossos poetas.

Salvador de Mesquita, nascido no Rio de Janeiro em 1646 foi autor de um drama-sacro a que deu nome de *Sacrificium Jephae*, no qual descobrem os críticos algumas belezas originais, que a par da novidade do assunto, o tornam digno de particularidade apreço. É para lamentar que nunca visse a luz da imprensa, e que se ache submergido [XXIV] na Torre do Tombo em Lisboa, com privilégio de *palimpsesto*. João Mendes da Silva também nascido no Rio de Janeiro em 1648 compôs um poema igualmente inédito, que tinha por objeto a Paixão e Morte de N. S. Jesus Cristo, e seguindo a sorte de quase todos os seus contemporâneos, que se consagravam à poesia, aquém do Atlântico morresse pobre e ignorado, quando talvez fosse credor de grande nomeada: talvez que como o pai de Tasso merecesse figurar o seu nome ao lado de seu filho Antônio José, e *Plauto Brasílio*. De todos os poetas sagrados, que aparecem nesse século aquele que no nosso humilde entender tem a preeminência é Fr. Eusébio de Mattos, cujas poesias por muito tempo litigiosas com as de seu irmão Gregório de Mattos, o famoso satírico dessa época, parecem hoje caber-lhe exclusivamente, até pela unção religiosa de que o Juvenal Brasileiro não era certamente capaz. Lemos no *Florilégio* do Sr. Varnhagem alguns excertos das suas Poesias Sacras, principalmente o *Ecce Homo* e a *Soledade da Virgem*, que nos pareceram de muito merecimento poético. É por sem dúvida uma tarefa bem difícil procurar os escritos dos filhos das palmeiras, que consagravam os seus lazeres a poesia, em uma época em que não havia na nossa terra o maravilhoso invento de Guttemberg, em que as produções das musas sepultavam-se no pó das livrarias monaquais, nas quais ainda se achariam se os vândalos modernos as não destruíssem.

A poesia brasileira, que durante os dois primeiros séculos, que se seguiram a descoberta, não fora mais do que o vagido do infante ainda no berço, no 18º já era a voz estridente do menino buliçoso e travesso. Mas os ferros coloniais roxeavam os pulsos do gigante dos trópicos; não contente [XXV] a metrópole de retardar os seus progressos materiais, como que limitava o horizonte da sua inteligência. Que importa que em 1724 se fundasse na Bahia uma sociedade com o nome de *Academia Brasílica dos Esquecidos*, sob a proteção do Vice Rei Vasco Fernandes César de Menezes, e que em 1752 se abrisse no Rio de Janeiro a *Academia dos Seletos* sob os auspícios do Marques de Lavradio, Vice-Rei do Estado, e que cinco anos antes estabelecesse Antônio da Fonseca uma tipografia no Rio de Janeiro; os sucessores desses ilustres Vice-Reis, melhor instruídos na política da Corte, a que os primeiros talvez contrariassem, mandaram fechar as sociedades que por si definhariam à falta de alento, a tipografia emudeceu tendo apenas impresso uma pequena relação composta por Luiz Antônio Rosado, e o *Exame dos Artilheiros*, do lente da Escola Militar José Fernandes Pinto Alpoin. "Esta tipografia, diz o Sr. Varnhagen, na introdução ao seu *Florilégio*, emudeceu, ou porque o fizeram calculadas medidas de uma política desconfiada, ou porque não poderia por si mesma sustentar-se, o que não era para crer, quando tantas outras havia já em várias cidades muito inferiores da América Espanhola."

A literatura brasileira não era mais do que um pálido reflexo da portuguesa, apenas relampadejando aqui e acolá algumas exceções. Nos séculos 16º e 17º seguirá a escola de Gongora e Marini, que cuja influência lavrará no meio dia da Europa: a *Música do Parnaso* de Manuel Botelho de Oliveira, e os sermões do Padre Antônio Vieira, são uma prova da nossa asserção. Dominava a escola italiana, e esta língua está tão vulgarizada, ao menos entre os homens de letras, que o Cantor dos Lusíadas introduziu entre as suas estâncias um verso italiano, sem necessidade de traduzi-lo. No [XXVI] século 18º a escola francesa tinha substituído a italiana: o filósofo de Ferney jungia ao seu carro triunfal todas as inteligências: do fundo do seu castelo fazia e desfazia reputações, e os reis, como Frederico aspiravam a

honra de ser contados no número dos seus amigos. Escrevia sobre todos os ramos de conhecimentos humanos com o seu estilo faceto e leviano, e das decisões do seu tribunal não havia apelação. Portugal se entregara com ardor à leitura dos livros franceses, esquecendo a lição dos seus clássicos, e quiçá a sua língua: e o Brasil, satélite da metrópole, seguia a rotação deste astro.

Nem era possível que acontecesse de outra sorte: no nosso país não haviam senão aulas preparatórias, essas mesmas desorganizadas depois da fatal supressão dos Jesuítas, e os que desejavam completar a sua educação literária, obter um grau acadêmico, que é como o complemento dos sonhos de um mancebo votado às letras, e além disto dispunham de meios iam para a Universidade de Coimbra, donde voltavam impregnados das idéias dominantes. Daí a falta de patriotismo, de cor local, que se notam nos escritos dos nossos literatos: daí esse completo esquecimento das nossas belezas, da majestade do nosso Céu recamado de estrelas, da nossa virgem natureza americana, dos nossos gigantescos rios, do Amazonas, do Tocantins, do Madeira e do Paraná, para cantar o Tejo, o Douro, o Mondego, e o Guadiana, esquecendo as nossas florestas de ipês, de cangerenas, e jequitibás.

Onde não cala o sol, não entra a lua,

para celebrizar falhados bosques de carvalhos, faias e pinheiros.

Perdoem os nossos leitores esta digressão, permitam [XXVII] que juntemos a nossa débil voz a dos ilustres brasileiros que hão lamentado esse quase geral desprezo da pátria, que se nota na mor parte dos nosso autores, esse preconceito de que a nossa terra não se prestava à poesia, e que os obrigava a porém de parte a púrpura nacional para mendigarem estranhos andrajos: e vamos examinar quais são os poetas religiosos desse século.

À frente dos poetas, que nessa época, consagraram o seu estro à Musa de Sião, figura o *Ânimo Itaparicano*, que o Sr. Varnhagen afirma ser o Padre Fr. Manoel de S. Maria Itaparica, da Ordem Seráfica, que escreveu um poema em oitava-rima em honra de S. Eustachio, e que por isso denominou *Eustachidos*. A descrição do inferno faz honra ao benemérito baiano: existem nela belezas, que podem correr parelhas com as do ilustre Florentino, autor da *Divina Comédia*, e para que os nossos leitores possam avaliar por si mesmos delas, citaremos aqui algumas estâncias:

Revolcando-se em chamas crepitantes
Ali está Judas numa cama ardente,
No coração tem víboras flamantes,
Na língua um aspide feio e pestilente,
Geme e suspira todos os instantes,
Blasfema irado, ruge impaciente,
Tendo a seu lado Herodes e Pilatos
Anãs, Caiphás, e outros metecaptos.

Jaz em um lago graviolente e imundo
O Archisectário arabigo e agaremo
Que perdição quis ser de quase um mundo,

Patrocinando o vício vil terreno:
De uma parte submerso no profundo
De si mesmo furor, peste e veneno,
Está Calvino e d'outra agonizando,
Lutero em fogo e água ardendo e elando.
[XXVIII]
Preso em um calabouço tenebroso
Está Alexandre em um nevado rio,
Que ainda agora por muito cubiçoso
Temem queira do inferno o senhorio
Em um vulcão de chamas horroroso
Estão Belo, Xerxes, Scevola e Dario
Aurélio, César e Domiciano
Augusto, e Nero, Tito e Juliano.
.....
.....
Em o mais alto deste sólio infando
Em um trono de chamas sempre ardentes,
Jaz Lúcifer a quem estão tragando
Áspide negros, serpes pestilentes:
Ele com ira e com furor bramando
Se despedaça com agudos dentes
Sendo para seu dano e eterno fado
De si próprio fiscal e algoz irado."

"Víboras por cabelos cento a cento
Por olhos tem dois Etnas denegridos,
Por boca um crocodilo truculento,
Por mão dois basiliscos retorcidos,
Por cérebro a soberba e o tormento,
Por coração, por membros os latidos,
Por pernas duas cobras sibilantes,
Por pés dois Mongibellos tem flamantes.

Aquilo mesmo crê do que duvida,
Tem fastio do mesmo que apetece,
O que não quer para isso se convida,
E afeta aquilo tudo que aborrece;
Quando quer repousar então mais lida;
Quando abrandar-se muito se enfurece;
Anciãs são gosto, penas desafogo,
Por fogo a neve tem, por neve o fogo."

Na pintura que faz da destruição de Jerusalém por Tito sobressaem estas duas magníficas estâncias:

[XXIX]

" Onze vezes cem mil neste conflito
Do consócio dos vivos se apartaram,

Noventa e sete mil ao grande Tito
Por cativos humildes se entregaram.
Assim se destruiu do antigo rito
A Cidade Princesa e só ficaram
As pedras onde teve sepultura
O Filho de Maria Virgem pura.

Aquele Templo, que exaltou a fama
Casa de Deus primeira neste mundo,
Maravilha maior que hoje se aclama
Houve por todo o círculo rotundo,
Destruído com ferro e pela chama
Abrasando ficou, desfeito e imundo,
Exemplo aos homens dando desta sorte
Que os mármores também padecem morte."

Depois de ter lido esta transcrição o leitor lamentará conosco que tal poema seja tão pouco conhecido, e que apenas tivesse uma única edição, sendo hoje sumamente raro!

O Rio de Janeiro, pátria de tão ilustres varões, a quem tanto devem as brasílias letras, teve ainda a glória que nele vissem a luz do dia os dois maiores poetas sagrados desse século, o Padre Antônio Pereira de Sousa Caldas, e Fr. Francisco de São Carlos.

O Padre Antônio Pereira de Sousa Caldas, nascido aos 24 de Novembro de 1762, era um homem de vasta erudição, poeta sublime, que inaugurou com seus cânticos, verdadeiramente inspirados pela Religião da Cruz, uma nova escola na literatura portuguesa e brasileira, foi ele o primeiro, que soltou o brado da emancipação da escola clássica, dessa servil imitação dos autores gregos e romanos, dessas absurdas quimeras, conhecidas pelo nome de Mitologia: é ele o verdadeiro fundador da *escola romântica* entre nós. "Ainda não tinha aparecido Lamartine, diz o senhor [XXX] Doutor Pereira da Silva, com seus cânticos de dor, seus suspiros de entusiasmo religioso, seu arrobo celeste, e já Caldas tangia essa corda da lira moderna. Sua alma grande como o universo, sua imaginação vasta como o pensamento de Deus, e melancólica como o som da harpa no meio da escuridão das trevas, lhe haviam aberto a verdadeira estrada da poesia, dessa poesia sublime, inspirada pelo Céu, e que hoje se tem apelidado *Romantismo*. Caldas é um dos maiores poetas que conhece a língua portuguesa: os próprios Portugueses como Garrett, no seu Prefácio ao Parnaso Português, e Stockler em vários escritos, são os primeiros a confessá-lo, e que mesmo talvez maiores incensos queimem à glória desse gênio tão raro, e tão grandioso."

Quem não tem lido e admirado a bela versão dos Salmos de David, em que o Vale Fluminense iguala, senão excede muitas das belezas da Vulgata, donde vertera para o nosso idioma? Em que língua existe uma tradução do Psaterio, que possa ser comparada com a sua? Caldas já teria granjeado imenso renome se limitasse ao papel de tradutor, quanto mais sendo poeta original. O belo volume publicado em Paris em 1821, sob o título de Poesias-Sacras e Profanas, veio engastar mais uma pedra no seu brilhante diadema. A sua Ode ao *Homem Selvagem*, em que o nosso poeta se mostra tão apaixonado pelos sedutores paradoxos de J. J. Rousseau, é um primor de poesia: e que profunda convicção não devera estar plantada em sua alma, quando exclama no começo da sua *Ode à Religião Cristã*:

"Desembainha, Mahomet, a espada,
Vem ferir-me e provar-me

[XXXI]

Que é santa a tua lei ensangüentada.
Mas onde está a voz nobre e sagrada
Que o Céu para avisar-me
De tua vinda, despediu a terra,
Que ímpio devastas com tirania guerra?

Que inflamado Profeta do futuro
O véu descortinando.
Fez raiar aos meus olhos seu prejuro,
Cruento nome? Dize oh homem duro?
Em que dia soando:
A tua voz cedeu a natureza,
Para mostrar divina a tua empresa?

Não queiras áurea lira
Manchar as tuas cordas sonorosas,
Tu, a quem só virtude afina e inspira
Com gesto e mãos mimosas:
Não ressoes o nome, e a fama indina
Do monarca impostor da vil Medina."

Na Ode à *Existência de Deus* o poeta parafraseia o *Fiat lux*; e se não pode atingir ao sublime bíblico, paira ao menos pelas regiões do belo:

"A luz se faça e súbito criada
A luz resplandecendo
A voz ouvia, que aviventa ao nada:
Dentre as trevas se foi desenvolvendo
O caos, que estendendo
A horrenda face tudo confundia
A terra e o mar, e os Céus, e a noite, e o dia."

Longe iríamos se quiséssemos citar todas as belezas e sublimidades, que avultam no suaviloquo deCaldas, suas obras correm pelas mãos de todos, posto que não sejam geralmente apreciadas.

Nove meses mais tarde, em 13 de agosto de 1763, nascia na muito leal e heróica cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro Fr. Francisco de S. Carlos, nobilíssimo filho da Ordem de S.

Francisco, e autor [XXXII] da mais perfeita epopéia sagrada, que possuímos, a *Assunção da Virgem*.

Ninguém ignora o culto, que os Americanos em geral, e em particular os Brasileiros prestam a Mãe Santíssima; e os viandantes, que tem atravessado os campos das nossas fazendas, alumiados pelo astro das noites, ouvem o som longínquo das vozes, que entoam o *Terço*. Podemos talvez asseverar, sem erro, que essa tão poética devoção, que graças ao indiferentismo moderno vai pouco a pouco se apagando, é devida aos Jesuítas, a quem também devemos tudo o que há de belo e grandioso em nossa terra. Era impossível um culto tão nacional deixasse de se manifestar nos cânticos dos nossos poetas: e assim aconteceu; pois além do poema de Anchieta consagrado à *Virgem*, de que já falamos, consta-nos também existir outro, dedicado à *Conceição de N. Senhora*, e publicado em 1757 por José Pires Carvalho e Albuquerque, natural da Bahia; e de que faz honrosa menção o Sr. Dr. Pereira da Silva, no seu Plutarco Brasileiro, aos quais se juntou mais tarde a *Assunção da Virgem* do nosso distinto patrício, Fr. Francisco de S. Carlos.

O assunto escolhido para a sua epopéia sacra parecia à primeira vista um pouco árido, e como que esgotado, por terem diferentes vates nele ensaiado o seu estro: mas não há dificuldades, que não supere o gênio, e até lhe servem estas de estímulo. S. Carlos voou pelos campos da imaginação, conduzido pelo Anjo da Poesia Religiosa, em seus arroubos divinais jamais se esqueceu do rigor teológico: não sacrificou o dogma aos devaneios poéticos. A sua epopéia é, na elegante frase de um escritor moderno, um jardim matizado das mais encantadoras flores, e dos frutos os mais saborosos: nela tudo é belo, grande, diremos mesmo original: [XXXIII] vemos esquecer-se muitas vezes da bússola e sextante, e correr, qual outro Colombo, em busca de regiões desconhecidas. Onde ilustre Franciscano se torna verdadeiramente credor dos maiores encômios, é nos episódios, que habilmente introduziu no seu poema, e que semelhantes aos *oasis* espalhados nos desertos da Arábia, como uma ilha de verdura, recreiam a imaginação do leitor, extasiado das maravilhas de Jerusalém Celeste, onde entra, com um brilhante cortejo de Anjos, a Rainha das Virgens. Nesses episódios instaurava ele a escola da poesia americana, ao tempo, em que o seu ilustre rival, Caldas, libertava a Poesia Brasileira do julgo mitológico: ambos cooperavam poderosamente para a reforma literária, donde devera sair, pulcra e radiante, a nova escola *brasílico-romântica*. José Basílio da Gama, no episódio de *Lindóia*, que tanto embelece o seu poema do Uraguai e em alguns outros; Fr. José de S. Rita Durão, no da morte de *Moema*, e no de *Aldeiados Selvagens*, que esmaltam o poema do *Caramuru*, deixam aparecer a natureza americana com todas as suas galas, com todos os seus originais primores: mas como que a medo, como que receosos de abraçar e desenvolver idéias ainda não conhecidas, e que expô-las-ia ao ridículo: e assim os melhores episódios dos seus poemas, aqueles, em que se deixaram inspirar pelo céu da pátria, pelo grato murmúrio das nossas cachoeiras, despenhando-se no centro das matas virgens, e na borda das estradas, foram aí colocados mau grado seu: talvez por uma força superior a sua. Não aconteceu o mesmo com S. Carlos, com mão ousada, quiçá temerária, abriu ele novos caminhos: teve a feliz e a original idéia de colocar os frutos do Paraíso na América, nesse verdadeiro jardim da terra. O nosso poeta era verdadeiramente patriota; não se esqueceu de fazer [XXXIV] no seu poema a descrição da América, das Províncias do Brasil, e do Rio de Janeiro, porque aqui nascera.

"Nas ribeiras do plácido Janeiro

Prezado berço meu, que fez a sorte
Do aurífero Brasil o centro e a corte."

e cuja grandeza e civilização, cujo futuro radiante e belo, assim canta:

"E tu, fausto lugar, que inda alguma dia
Nobre assento serás da monarquia;
Tu, que já foras inclyto e florente
Nas artes, na riqueza e ilustres gente;
Escuta agora os dons esclarecidos,
Que a ti do céu estão apercebidos.
Verás soberbas filhas do oceano,
Prenhes de rico peso, que cada ano
Feudos te pagaram das ricas teias
Das plagas orientais, das européias
Verás do reino físico aclarados
Seus segredos tê-li não revelados,
Madeiros de fabrício primorosos
Cascas de tintas, óleos preciosos,
Tantas resinas, massas e perfumes
Que ora desprezam bárbaros costumes;
E outras mil raridades descobertas
Reduzidas à classe e a regras certas.
Tesouros a meu ver mais importantes
Do que teu ouro, do que teus brilhantes.
Verás brilhar as artes, florescendo
Novos inventos: maquinas nascendo:
O prêmio honrado do talento e zelo
E este o prêmio honrar com o merecê-lo.
Respeitado o cinzel dos Praxitelles
Com letras de nobreza a arte de Apelles.
Verás das santas leis ao doce abrigo
Da donzela o tesouro sem perigo.
A órfã lacrimosa consolada,
A viúva de insultos resguardada,
Do ávido tutor e desvalido
Inocente pupilo protegido,
Verás, verás, então com grande lustre,

[XXXV]

Renascer de teu seio prole ilustre,
Novas raças de heróis, bravos guerreiros,
Dos heróis da nação filhos e herdeiros.
Rivais de Magalhães, rivais dos Gamas.
Que farão renascer as lusas famas,
Que farão respeitar a pátria cara
Tornando-a por seus feitos grande e clara,
Levando, a ser preciso, o fogo e a guerra

A ilha mais longínqua, aos fins da terra.
Verás do santo culto a lei sagrada
No último esplendor depositada.
Ao céu subir sagrado puro incenso
Por mãos mais puras dado ao Deus imenso.
O santo sacerdócio irrepreensível,
O templo venerando o altar terrível.
Que todos esses bens enfim se esperam
Quando as virtudes num lugar imperam.
Verás.... mas ah! não quer o Céu que a humanos
Eu revele ainda mais os seus arcanos."

Este belo poema, em que notam os críticos um só defeito, o da monotonia, causada pelas rimas pareadas; mas que é suficientemente compensado por infinitas belezas de todo o gênero, é quase que completamente desconhecido no país, foge-se dele como de uma obra mística; e nem é para admirar que tal aconteça quando o seu ilustre autor viveu pobre e esquecido, e a sua lápida sepulcral, sobre a qual se senta uma geração indiferente, jaz no convento de S. Antônio desta corte: e quase que poderíamos dizer deste benemérito fluminense, o que o Sr. Garrett disse do imortal cantor dos Lusíadas.

"Onde jaz, Portugueses o moimento
Que do imortal canta as cinzas guarda?
Homenagem tardia lhe pagastes
No sepulcro se quer... Raça d'ingratos!...
(CAM. *Cant*. 10º)

Enquanto erguia a sua pátria o obelisco literário da sua glória, os magnates, os grandes da [XXXVI] terra olhavam talvez com desdém para o burel do pobre Franciscano. "Quanta reputação, e quanta glória, diz o Sr. Varnhagem, não poderá ter adquirido um dos poderosos de então, se houvesse querido, e sabido proteger um pobre frade, que em seus versos implora a benevolência da posteridade. – Sem aguardar para mais longe, já os que nascemos depois, quase que condenamos todos, os que então figuraram no Rio, e com quanto prazer, com quanta glória para ele, não citaríamos aqui Mecenas, se alguém tivesse querido então sê-lo"

Depois de Fr. Francisco de S. Carlos ocupa distinto lugar o Sr. José Eloy Ottoni, nascido na Vila do Príncipe (hoje cidade do Serro), da província de Minas Gerais, no dia 1º de dezembro de 1764. A primeira fase de sua preciosa existência consagrou-a o exímio poeta mineiro a poesia profana; suas íntimas relações com Bressani e Bocage, como que não lhe permitiam outra coisa. O sol da mocidade descambando sobre os montes da vida, e à fugitiva luz do crepúsculo que precede as trevas, ocupou-se o Sr. Ottoni com o estudo e paráfrase dos Livros Santos: nós, lhe devemos a elegante tradução do *Stabat Mater*, do *Miserere*, e de mais algumas outras poesias ligeiras, que tem sido publicadas e continuarão a sê-lo, na *Tribuna Católica*, enquanto ela existir na arena do jornalismo, e à medida que tais poesias nos cheguem às mãos. O que porém constitui a sua maior glória, o seu maior merecimento poético, é a bela tradução dos Provérbios de Salomão, que viu a luz em 1815, e onde a par da maior fidelidade como tradutor, revelando o perfeito conhecimento da língua latina, que com grande aplauso lecionara na sua província, descobre-se grande talento poético, e a unção religiosa, que respira [XXXVII] em todos os seus escritos. Animado pela geral aceitação, que a sua obra

encontrou entregou-se o nosso poeta a versão, ou antes a paráfrase do livro de *Job*, cuja linguagem cândida e sublime, cujas máximas da mais santa resignação, são conhecidas pelos nossos leitores. Tendo terminado o seu importantíssimo trabalho, e merecendo os gabos de pessoas de reconhecida inteligência, a quem mostrou, recusou-se todavia de publicá-lo durante a sua vida, talvez por ser em demasia observador do preceito horaciano *nonumque prematur in annum* .- Esta honra nos estava reservada, graças a bondade do Illm. Sr. Theophilo Benedicto Ottoni, sobrinho do ilustre poeta, que sabendo que desejávamos colher todas as poesias de tão distinto brasileiro, na persuasão de assim prestarmos um pequeno serviço ao nosso país, apressou-se em confiar-nos o manuscrito da tradução do *Livro Job*, que ora damos ao prelo. Se o nosso humilde voto pudesse inscrever-se no catálogo das capacidades, que tem julgado esta versão, diríamos que é esta a mais bela jóia, que estava oculta no tesouro literário do ilustre finado. Os magoados queixumes do Patriarca da Idúmea tem mais doçura, mais expressão, vertidos para o idioma de Gonzaga pelo preclaro bardo mineiro. Os nossos leitores terão por si mesmo ocasião de avaliar das suas belezas; não nos animamos a fazer a menor alterações em obra tão bem acabada, até as suas repetições e variantes deixamos ilesas: porque não queríamos que se dissesse, que um pigmeu mutilara a obra do gigante. Fazemos preceder ao *Livro de Job*, uma notícia sobre a vida e escritos do nosso poeta devida à pena do seu nobre sobrinho o Sr. Theophilo Ottoni, e já publicada no *Jornal do Comércio*; para ela remetemos os que desejarem ter notícias mais minuciosas.

[XXXVIII] Caldas e S. Carlos tinham soltado o grito da independência literária, muito antes da nossa emancipação política; uma surda agitação reinava no campo das Musas, um ardente desejo de reformas, leiam-se as poesias de Américo Elysio (José Bonifácio) e nos convenceremos desta verdade; necessitava-se porém de um piloto, que dirigisse o baixel da poesia

"Por mares nunca d'antes navegados"

e a Providência tinha designado do Sr. Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães para esta sublime missão. Os seus *Suspiros Poéticos e Saudades*, que viram a luz em Paris em 1836, foi o modelo, que estudaram , os nossos jovens cultores do novo Parnaso. Quem não tem lido e admirado essas páginas brilhantes de poesia, perfumadas com odor religioso, onde o sentimentalismo de Lamartine se casa com a doce melancolia de Chateaubriand. Não nos cabe aqui fazer uma análise das suas obras poéticas, somente apontaremos algumas daquelas que mais particularmente consagrou a Religião. *A Bíblia em um dia de tristeza*, deixa na alma gravado um profundo sentimento religioso, com que nos causa *nostalgia celeste*, na poética expressão de Lamartine, no seu cântico *As Ruínas de Roma*, choramos com o bardo fluminense sobre a cidade dos Cesares, que, como uma rainha destronada, repousa à sombra da tiara: mas a nossa alma se eleva acima de sua órbita, como que deseja romper os laços corpóreos, e voar às regiões donde partira em exílio para este globo, ao lermos o seu belíssimo hino ao *Cristianismo na Catedral de Milão*.

Em quase todos os poetas da escola *brasílico-romântica*, encontram-se excelentes produções consagradas [XXXIX] à Religião Cristã: suas obras ai estão; correm pelas mãos de todos, o que nos dispensa de emitir um juízo sempre perigoso, quando se trata de contemporâneos, a muitos dos quais consagramos particular estima. Lamentamos porém que

não haja em nossos dias aparecido uma obra poética só e exclusivamente religiosa; e fazemos os mais ardentes votos para que os Caldas, os S. Carlos, e os Ottonis, tenham imitadores, e que os nossos poetas, cujo brilhante gênio admiramos, arrastados talvez pela demasiada imitação da escola francesa, se possam preservar dos funestos desvarios, em que tem caído os ilustres bardos, que pulsam a lira nas margens do Sena e do Loire, que buscando o original, sedentos de novidade, submergiram-se no monstruoso. Essa bela escola, que como muito bem observa Mr. Menche de Loisne, (na sua obra sobre a influência da literatura francesa de 1830 a 1850, e publicada este ano) começara sob tão belos auspícios, que havia inspirado as *Meditações* de Lamartine, as *Orientais* do Vitor Hugo; abismou-se na *Rolla* de Alfredo de Musset, e no *Ahasverus* de Edgar – Quinet: Deus preserve a Poesia Brasileira de semelhantes excessos, e próspero galerno enfune as velas da nau, em que se embarcaram os novos Argonautas. São estes os nosso humildes votos.

Rio de Janeiro 5 de junho de 1852.

CÔNEGO JOAQUIM CAETANO FERNANDES PINHEIRO.

———————

“Biografia de Fr. Francisco de S. Carlos”. In: CARLOS, Fr. Francisco de S. *A Assunção*: poema composto em honra da Santa Virgem. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862, p. IX-XX.

BIOGRAFIA DE FR. FRANCISCO DE S. CARLOS

—

Francisco Carlos da Silva, que na Ordem Seráfica tomou o nome de Fr. Francisco de S. Carlos, nasceu nesta cidade do Rio de Janeiro aos 13 de Agosto de 1763. Batizou-se na freguesia da Sé como filho legítimo de José Carlos da Silva e D. Ana Maria de Jesus, ambos naturais desta mesma cidade.

Na tenra idade de treze anos tomou o hábito de S. Francisco no convento de S. Boaventura da vila de Macacu, onde mais tarde professou. Seu grande amor pela solidão, e pelo estudo, levaram-no a dar semelhante passo; e em verdade nenhuma outra profissão podia tão bem quadrar ao gênio melancólico de S. Carlos.

No colégio desta capital fez o jovem religioso os seus cursos de filosofia e de teologia, e chegando à idade canônica recebeu o presbiterado que lhe foi conferido pelo ilustre bispo D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, a quem tanto deve a nossa diocese; sendo logo depois eleito passante (professor substituto) do seu colégio em prêmio do seu grande talento e notável aplicação.

A instância dos seus superiores partiu S. Carlos em 1790 para a caidade de S. Paulo a fim de aí exercer, por cinco anos, o honroso cargo de lente de teologia dogmática; o que desempenhou com geral aplauso. Regressando à pátria em 1796, foi nomeado comissário dos Terceiros da Penitência, em cujo emprego pouco demorou-se por ter de acompanhar a Bernardo José de Lorena, capitão-general de Minas Gerais, na qualidade de visitador geral das Ordens Terceiras e Confrarias Fransciscanas.

Terminada a sua honrosa comissão, voltou ao Rio de Janeiro em 1801, onde a fama dos seus grandes talentos oratórios o havia precedido a tal ponto, que o bispo Mascarenhas convidou-o para reger a cadeira de eloqüência sagrada no seminário de S. José.

No curto espaço de cinco anos exerceu duas guardianias (a do convento do Bom Jesus da Ilha, e de N. S. da Penha da província do Espírito Santo) com grande prudência e critério, fazendo amar-se pelos seus confrades. Coube-lhe mais tarde (em 1813) a honra de presidir ao convento desta corte, recebendo em galardão dos seus relevantes serviços os cargos de definidor e visitador geral da província da Imaculada Conceição, como se denomina a ordem franciscana do Brasil.

Sendo escolhido para pregar por ocasião das festividades que se celebravam nesta capital pela chegada da família real (1808), ficou o príncipe regente (depois el-rei D. João VI) tão encantado da sua eloqüência, que confessou nunca ter ouvido nada de melhor, escolhendo-o logo para pregador da sua real capela; e agraciando-o pouco tempo depois com o honorífico emprego de examinador da Mesa da Consciência e Ordens.

Retirado do púlpito, teatro da sua glória, logo que se sentiu falto de forças recolheu-se à solidão do claustro, onde calmos se deslizaram seus derradeiros momentos, e onde veio buscá-lo o arcanjo da morte no dia 6 de Maio de 1839, na díade de sessenta e seis anos, três meses e sete dias. Jaz sepultado na quadra em que se enterram os religiosos.

Estas particularidades sobre a vida conventual de Fr. Francisco S. Carlos (que devemos à bondade do muito digno provincial dos Franciscanos, o Revmo. padre mestre Fr. Antônio de Coração de Maria e Almeida) foram desprezadas pelos seus anteriores biográficos, por julgá-las talvez de pouco interesse para o público Discordando do seu juízo, do que lhes pedimos desculpa; porque pensamos que não pode ser indiferente aos vindouros o saberem se o frade foi ou não considerado em sua ordem, quais os cargos que nela exerceu, e a que circunstâncias deveu o elevar-se na hierarquia monástica. Seria completa a biografia de um militar em que se omitissem as patentes que obtivera, as batalhas em que se distinguira, e as praças que comandara? – Não por certo; pois o mesmo acontece com o frade.

Outra consideração nos levou a indagarmos dos passos da sua carreira claustral. Para obter um lugar distinto na Ordem Franciscana do Rio de Janeiro na época em que viveu S. Carlos, em que tantos talentos floresciam à sombra do santuário, em que tão profundo e variado saber abrigava-se debaixo da estamenha, devera-se possuir um mérito real, e uma ilustração transcendente: tais eram, pois, as qualidades de Fr. Francisco de S. Carlos.

Dupla coroa adornava sua majestosa fronte, a de orador e a de poeta: como orador sagrado magnetizou seus contemporâneos, que o chamavam – *sereia do púlpito* -; como poeta, legou-nos o poema da *Assunção da Virgem*, que a crítica coloca a par do *Paraíso Perdido* e da *Messíada*.

Fr. Francisco S. Carlos era o Pindaro da tribuna sagrada; dele diria Bocage:

> "......Agitado d'ímpeto divino
> Acessos turbilhões na voz desatas."

Torrentes de eloqüência despenhavam-se de seus lábios, como as águas do rio S. Francisco na cachoeira de Paulo Afonso; sua voz maviosa, semelhante a do sabiá, deleitava os ouvidos do auditório; enquanto sua vigorosa dialética prendia as atenções. Por vezes abandonava-se à inspiração; voava sobre as asas do improviso e arrebatava os ouvintes a regiões desconhecidas: então era Crysostomo, era Basílio, era Gregório de Nazianzeno, numa palavra, era Massillon. A frescura das suas imagens, o viço e o esplendor da sua dicção transmutava o sermão em hino, e dir-se-ia que dedilhava a harpa de David. Na oração fúnebre reconheceriam nele um digno êmulo Bossuet e Flechier. Falando da que pronunciara nas exéquias da rainha D. Maria I, assim se exprime o Sr. Dr. J. M. Pereira da Silva:

"Todo este sermão é admirável; os pensamentos superiores, a elegância da frase, a eloqüência das idéias e a vivacidade do estilo se reúnem, e se combinam em proporções iguais: a alma do pregador expande-se maravilhosamente; seu coração fala em todas as palavras; sua inteligência aparece em todas as expressões: Fr. Francisco de S. Carlos, com este sermão fúnebre, toma lugar entre os mais respeitados e conhecidos pregadores de todas as modernas nações.[315]"

[315] PLUTARCO BRAS., Tom. I, págs. 132 e 133

Seguindo a trilha do grande bispo de Meaux na sua famosa oração fúnebre da rainha de Inglaterra, viúva do desgraçado Carlos I, o nosso ilustre patrício iguala, se não excede o seu modelo.

O que há de mais patético do que o lugar em que descreve a morte da Sra. D. Maria I, e de mais sublime do que a sua entrada na bem-aventurança? Julgamos não abusar da benevolência dos leitores citando este belíssimo trecho:

"..... – Assim vivíamos, quando.... E direi eu, Portugueses, aquele sussurro triste e pavoroso, que vossos corações presagos rejeitavam, como ave de mau agouro? ... Aquela voz surda, que saía pela boca do povo, e que dizia, como que em segredo – Nossa rainha está mal – Nossa rainha perece – morre! – Oxalá que não fora! Verificou-se! – Morreu! – Aqui tendes morta! – Morta? – Eu me reporto – não – viva, porque os justos não morrem! – Era necessário que se rompesse este muro de divisão, que impedia-lhe ver o seu Deus sem enigmas: era necessário que os olhos, que foram sempre inundados de lágrimas, estancassem o pranto, e vissem aquela formosura sempre antiga e sempre nova, como diz Santo Agostinho. Bate pois as asas, oh! pomba, solta-te das prisões terrestres, do peso da casa de barro! Hoje é o dia dos teus triunfos! Ergue o colo altivo; remonta os vôos, atravessa as portas dos tabernáculos eternos, abisma-te no coração do teu Jesus, cujas ingratidões nos pecadores tanto magoaram o teu. Recebe o cetro que ele te há preparado; mas que cetro? – Uma vara arrancada de uma árvore, despojada de suas folhas, privada de fazer sombra, a que o artista dando-lhe um verniz de ouro não lhe tirou a condição de corromper-se? Não. – É este cetro da virtude de Deus que o senhor envia a Sião para dominar sobre seus inimigos. Arrecada o reino em que teu Deus te mete de posse: mas que reino? – O de Portugal, que foi fundado em rios de sangue nos campos de Ourique, que no quarto século da sua fundação esteve em perigo de ser a herança de estranhos, que no sexto gemeu na viuvez, e que agora um atrevido repartia sem ser o seu dono[316]? – Não. – É este reino que não tem fim; *et regni ejus non erit finis*. – Recolhe enfim a coroa que te é reservada pelo justos juiz. – Que coroa? – Disto que se chama ouro, a que um falso brilhantismo dá o merecimento, e a avareza o preço? – Destas pedras chamadas ricas, que brilham com a claridade emprestada do sol, e para dizer tudo – terra e mais terra - ? Não: a recompensa e coroa é o mesmo Deus recompensador!"

Juntai ao vivo colorido destas palavras a magia de uma pronunciação clara e elegante, gestos expressivos e apaixonados, a natural simpatia que inspirava uma bela e majestosa figura, que seus coetâneos comparavam a de S. Basílio, e formareis idéia do exímio orador que possui o Rio de Janeiro na pessoa de Fr. Francisco de S. Carlos.

Mas, me perguntareis vós, onde param as homilias, os sermões, as orações fúnebres do ilustre Franciscano? Monte Alverne responder-vos-lo-á:

"A dificuldade da impressão, a falta de recursos, a indiferença para com toda a sorte de empresas tipográficas, talvez mesmo a modéstia dos autores, impediam a execução destes projetos que ilustraram outras nações, e fizeram avultar a massa dos conhecimentos humanos. Todas essas inspirações do gênio, essas felizes produções que faziam o encanto e a admiração dos nacionais e dos estrangeiros, eram destinadas a morrer no mesmo dia de sua aparição, ou quando muito a obter, qual peça de teatro, novas recitas. A posteridade estava fechada para os nossos oradores: as honras da imprensa eram apenas concedidas aos discursos recitados por ocasião de algum grande acontecimento, e cuja publicação convinha àqueles que os pregavam

[316] Alude à divisão do reino de Portugal por Napoleão I, em virtude do tratado secreto de Fontainebleau.

ou faziam imprimir. A ninguém lembrou ainda reunir as orações fúnebres de S. Carlos e de S. Paio, e formar uma coleção, qual a que os Franceses fizeram das orações fúnebres de Bossuet e Flechier. Estes brios nacionais estão quase extintos: para nós tudo está materializado; nossa vida é para o dia de hoje, porque a vida dos sentidos – é o presente; o futuro pertence à inteligência[317] ."

Oxalá que tão severo anátema não caia sobre a nova geração: oxalá que os depositários desses magníficos discursos os transmitam à posteridade pelo maravilhoso invento de Guttemberg.

[317] OBRAS ORATÓRIAS. – *Discurso Prel.*, pág. XI.

"Juízo crítico acerca do poema". In: CARLOS, Fr. Francisco de S. *A Assunção*: poema composto em honra da Santa Virgem. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862, p. XXIII-XLIV.

JUÍZO CRÍTICO ACERCA DO POEMA

—

É tal o desprezo com que tratamos o que nos pertence, que poucos Brasileiros sabem que a nossa nascente literatura possui um poema digno de rivalizar com o *Paraíso Perdido* de Milton, e a *Messiada* de Klopstock.

Se o bardo fluminense não tem a inspiração altiva, e o estilo altissonante do cego de Albion; se lhe falta a mística melancolia, que unge os carmes do êmulo de Goethe e de Schiller; não é menos casto o seu estro, nem menos bela e graciosa a sua imaginação. Apontemos com sinceridade as belezas e defeitos que julgamos encontrar em tão preciosa produção.

A devoção para com a Virgem Santíssima inspirou a Fr. Francisco de S. Carlos o assunto do seu poema, e dentre as diversas fases de sua gloriosa vida escolheu ele a *Assunção*, como a que mais larga margem oferecia aos vôos da imaginação.

Serviu-se com talento da pia crença que a faz viver em Epheso depois da morte de seus filho, indo porém morrer em Jerusalém, e ate a omissão dos Evangelistas lhe foi favorável. A causa dessa omissão é belamente explicada pelo abade Orsini, nestas eloqüentes palavras:

"Nada nos restas sobre a residência de Maria em Epheso; explica-se facilmente esta omissão pelas preocupações da época. Depois da ressurreição do Salvador, os apóstolos, unicamente ocupados com a propagação da fé, consideraram como secundário tudo o que não entrava de modo direto e saliente nesse vital interesse. Compenetrados de sua alta missão, entregues à salvação das almas, esqueceram-se tão profundamente de si próprios, que apenas nos deixaram pequeno número de documentos incompletos sobre os trabalhos evangélicos, que mudaram a face do globo; de sorte que sua história assemelha-se a um epitáfio sublime, porém meio apagado, a que falta o começo e o fim. Concebe-se que a Mãe de Jesus tenha partilhado a sorte dos apóstolos; deslizando-se longe de Jerusalém os últimos anos de sua vida numa terra estranha, onde sua estada não assinalou-se por nenhum fato notável, não oferecendo senão uma superfície lisa, que não deixou vestígio durável na fugaz memória dos homens. Todavia o estado florescente da igreja de Epheso, sua terna devoção para com Maria, e os elogios que S. Paulo faz a sua piedade, indicam suficientemente os frutuosos cuidados da Virgem, e as divinas bênçãos que por toda parte acompanharam-na. A rosa de Jessé deixou o ar impregnado do seu perfume, e esse vestígio, por mais ligeiro que pareça, é preciosa revelação da sua passagem[318]"

Sem vaidade, sem nenhuma pretensão aos foros de poeta épico, escreveu S. Carlos o seu livro, como ele próprio nos confessou no seu modesto prólogo, e como mais tarde, à beira do túmulo, dizia ao seu venerando amigo o padre-mestre Mont'Alverne.

[318] Histoire de la Vierge, chap. VIII.

Com explicação da origem deste poema, e sua apreciação pelo próprio autor, julgamos comprazer aos leitores, transcrevendo aqui o quadro da última entrevista dos dois ilustres Franciscanos, esboçado pelo vigoroso pincel do nosso particular amigo, o Sr. Araújo Porto alegre:

"Na última visita que lhe fez o padre-mestre Mont'Alverne, quando o poeta encarava a morte com toda a resignação rolou a conversação sobre o seu poema, sobre as críticas que sofreu, e nesta mesma circunstância disse o ilustre moribundo – que levava o pesar de não ter podido reimprimir a sua obra com todas as alterações que fizera, não só no todo, como em muitas partes, pois havia composto alguns episódios, e aumentando outros.

E nisto, trêmulo se debruça, cava debaixo do travesseiro, tira um volume, e mostra-o ao seu amigo: era o da primeira edição, todo riscado, emendado, escrito à margem, intercalado com folhas manuscritas e aumentado com caderninhos do mesmo formato; tudo escrito pelo próprio punho, e nitidamente feito e pronto para sair à luz da imprensa.

Eis aqui o meu poema, diz ele ao meu amigo (o padre-mestre Mont'Alverne). Possa esta obra dar algum realce a nossa Ordem no Brasil. Sinto morrer sem mostrar que fui dócil à opinião dos amigos e críticos que me honraram. Eis aqui uma obra, cuja história é simples, mas curiosa, porque nasceu debaixo de inspirações alheias ao aparecimento destas criações: aqui nada houve de profano, nada do que pertence ao século.

Na minha primeira guardiania, que pouco ou nada me dava que fazer, comecei por devoção e desenfado a compor alguns hinos a Nossa Senhora: era uma pura devoção. Depois de haver borrado algum papel, senti o inocente desejo de unir todos aqueles cantos em um todo, e dar-lhe uma forma mais ampla e mais digna da minha devoção: destarte empregava o meu tempo nobremente, encurtava-o com o trabalho, e tinha mais um veículo por onde fizesse sair as emoções de minha alma, e mesmo o amor da pátria: não havia idéia de poema, e muito menos de publicação.

A obra foi crescendo, e, à proporção que avultava, foi também crescendo o desejo de a embelezar com algumas descrições brasileiras, com algumas pinturas do nosso país: mostrei-a, quando regressei a esta casa, a alguns dos nossos bons e ilustrados companheiros; mostrei-a também a alguns distintos seculares, e todos me animaram a progredir e a publicá-la; levei nesta publicação mais o desejo de testemunhar a minha devoção à Virgem Nossa Senhora, do que o amor da glória mundana; e vós bem o sabeis, pois a minha vida foi o fiel retrato da minha alma.

Arrependi-me de a ter publicado, porque fui o primeiro a reconhecer suas imperfeições, logo que saiu à luz: e muito mais lamentei a minha precipitação, quando ouvi a opinião dos sábios: era já tarde. O que fazer para desfazer um erro? Melhorá-lo; e fiz quanto pude para isso, como se vê ai. Os Gregos, quando escreviam nas suas obras – fazia, - tinham toda a razão; porque as obras de arte nunca se acabam, e o homem morre fazendo-as; há sempre que corrigir, há sempre incertezas e mui fundadas desconfianças da própria capacidade.

Aqui está um filho que me fez passar dias mui felizes e tormentosos durante a sua formação: aqui está a sentença terrível do que fui na terra, e o documento da minha incapacidade. Não me arrependo inteiramente de o ter escrito; porque nele está o nome da

minha Santa Virgem, porque nele há o meu amor pela minha pátria. Não posso reimprimir; seja feita a vontade de Deus[319]"

Neste testamento literário, estenografado das íntimas práticas de Mont'Alverne, pelo distinto autor das *Brasilianas*, assistiram os leitores à formação do poema da *Assunção*, e penetraram no segredo das dores e alegrias que por sua causa experimentou o padre-mestre Fr. Francisco de S. Carlos.

Além de uma infinidade de críticas anônimas, consta-nos que dois homens notáveis (o cônego Januário e Ledo) se ocuparam com a análise da obra, e a seus conselhos refere-se certamente o poeta nas palavras acima citadas. Pena é que não nos reste o seu juízo, ao qual de bom grado submeteríamos o nosso.

Quais são, porém, os defeitos que se podem objetar contra o poema da *Assunção*? Examinemo-los com imparcialidade.

Ressente-se a ação de certa frieza e monotonia: mas a natureza do objeto não permitia que o poeta procurasse agradar a todos os paladares, variando a cada passo de situações, e imprimindo à marcha do poema uma vivacidade pouco consentânea com o assunto. Lembremo-nos que S. Carlos escrevia um poema sacro, e não imitava o *Orlando Furioso* de Ludovico Ariosto. Aos que se queixam da monotonia da *Assunção* recomendamos a leitura da *Messiada*, tão aplaudida na Alemanha, e estimada no mundo literário.

Pecou contra as unidades de tempo e de lugar. – Confessamos que, a querer pautar este lindíssimo poema pelos preceitos estabelecidos na *Arte Poética* de Aristóteles, impossível será deixar de censurar-lhe o haver colocado no espaço a sua ação, não assinalando-lhe um período de duração determinado.

Para defesa do poeta basta porém que atendamos a sua declaração de não ter querido fazer uma epopéia, para a qual foram estabelecidas estas regras, que não são por tal modo infalíveis, que não tenham sido com vantagem violadas por grandes engenhos, como por exemplo Dante et Milton.

Confunde o sagrado com o profano, e recorre a miúdo aos deuses da fábula. – É um grave defeito, mas filho da educação literária que então se recebia. Travava-se no espírito dos poetas acerbo antagonismo entre as reminiscências clássicas e as crenças religiosas: - Dante, Tasso, Milton e Camões pagaram o tributo às idéias do seu tempo, e admitiram em seus imortais poemas o amplexo do cristianismo com a mitologia: partindo todos do falso princípio de que sem o Olimpo não podia haver poesia. Como o cantor dos *Lusíadas*, conhecia S. Carlos a impropriedade das imagens pagãs; o que se colige destes versos, que se encontram no canto III:

"Não direi que no âmago d'anosa
Faia se esconde Dríada formosa:
Que os travessos capripedos dão saltos
Na campina, alternando bailes altos;
Que as Napeas brincando pelos prados,

[319] Carta do Sr. Porto Alegre ao Sr. Dr. Lagos, inserta na *Revista Trimestral* do Instituto Histórico Geográfico do Brasil, Tomo III, n. 12 da 2ª. Série, págs. 544-545.

Seus risos lhes consagram, seus agrados.
Nem que o velho Sileno, honrando os velhos,
Dita ao jovem Thioneo almos conselhos.
Não, só presidem anjos tutelares
Que do lugar dissipam os pesares."

mas empregava-as como ornado poético.

"A ninguém é dado, disse judiciosamente Cousin, ir adiante do seu século"

Muitas das suas descrições, como, v. g., a do inferno, são visivelmente imitadas. – É fora de dúvida que assim é: a poucos cabe em partilha a originalidade. Ninguém pretendeu jamais elevar Fr. Francisco de S. Carlos à categoria de gênio; mas, contentamo-nos com marcar-lhe um distinto lugar entre os fecundo e primorosos talentos da nossa terra. Descobrem-se os sinais de suas muitas e variadas leituras nas páginas do seu poema. Imita o que acha de bom nos que lhe precederam, mas não copia servilmente: e se a imitação fosse um crime, a *Eneida* merecera ser queimada pela mão do algoz. Infinidade de poetas tem descrito o inferno, guiando-se por Homero e Virgílio; só Dante apartou-se da vereda, e conseguiu ser inimitável. O que há em todas as literaturas que seja comparável ao suplicio de Ugolino? Mas o Orestes de Florença achava-se em circunstâncias excepcionais: vagava de cidade em cidade, e fustigava com o azorrague da sátira a geração passada e a geração presente.

São demasiadamente longos os episódios. – No nosso fraco entender, a maior beleza do poema consiste nesses mesmos episódios. O assunto, posto que de sumo interesse para as almas pias, correria perigo de tornar-se enfadonho para o comum dos leitores, se o poeta não descobrisse nos episódios maneira de atrair sua atenção, e recriar a sua fantasia. Falando em episódios, não emitiremos como prova da franqueza com que procedemos a este juízo a má impressão que causou-nos a pintura do sonho de Demétrio, na narração da Virgem, pela mal cabida aparição de Diana. Convinha que a humilde habitadora de Nazareth, criada à sombra do templo de Jeová, fosse menos erudita na ciência profana do que parece em todo o seu discurso dirigido a Elias e a Enoch, e principalmente de seus lábios não partisse a menor alusão aos deuses do paganismo, cujo seu Divino Filho viera destruir.

Aqui só pode desculpar-se o poeta franciscano com o muito conhecido verso de Horácio

Quandoque bônus dormitat Homerus.

Monótona e fatigante é a sua metrificação. – A primeira página de leitura do poema convencerá ao leitor da justiça desta censura. Levado por uma pasmosa facilidade em encontrar consoantes, e vendo por outro lado que os melhores poetas portugueses haviam buscado na rima a melodia que tanto os caracteriza, caiu S. Carlos no excesso, e abusou da rima. Primeiro que ninguém conheceu o poeta o erro em que caíra, como se depreende do seu prólogo. Se somos bem informados teria na nova edição desaparecido este inconveniente, se o

poeta a tivesse feito em sua vida, ou se circunstâncias, que logo examinaremos, não obstassem o cumprimento do seu voto.

Escaparam-lhe locuções prosaicas e não poucos galicismos. – Encadeado ao pesado jugo do metro que adotara, não restava ao poeta tempo para pesar o valor de cada palavra e acepção em que devera tomá-la. Assim, pois, saíram da sua pena termos impróprios, como sejam os verbos *aguar*, *avinagrar*, dizendo no canto II:

> "Conheceram os anjos que a anarquia
> Do inferno vinha *aguar* sua alegria;"

e no canto V:

> "E *avinagrando* aquele santo riso,
> Converteu em inferno o paraíso."

e muitos outros. A respeito dos galicismos, que infelizmente abundam neste belo livro, podemos dizer que é este um defeito mui genérico, ainda aos nossos melhores escritores, originando pela sua grande aplicação à literatura francesa, com menosprezo da nacional.

Tendo assim feito o inventário dos defeitos do poema, pelo que podemos julgar, indiquemos também algumas das suas infinitas belezas, que lhe servem para permissão.

O maior mérito que para nós tem a *Assunção* é o de ser um poema eminentemente nacional: um desses poucos monumentos que nos legou a geração passada para a formação da nossa literatura. Numa época em que os bardos brasileiros volviam as suas vistas para além do Atlântico, em que só achavam o Tejo, o Douro e o Mondego dignos de seus cantos, suspirando eternamente pela fabulosa Arcádia; quando Santa Rita Durão empregava a medo os termos brasílicos; quando Cláudio Manoel da Costa escrevia no prefácio das suas obras: "A desconsolação de não poder substabelecer aqui as delícias do Tejo, do Lima e do Mondego, me fez entorpecer o engenho dentro do meu berço; mas nada bastou para deixar de confessar a seu respeito a maior paixão;" Fr. Francisco de S. Carlos deparava com um oceano de poesia nas comparações pátrias, nas alusões aos nossos usos e costumes; colocava no paraíso os nosso frutos, para ter ocasião de descrevê-los; e encontrava em um dos emblemas do canto da Virgem a pintura do Brasil, e especialmente do Rio de Janeiro. Quando outro mérito não tivesse o poema da *Assunção*, bastaria este para recomendá-lo à posteridade.

Com que delicadeza não nos descreve ele o Paraíso em que Elias e Enoch aguardavam há tantos séculos a vinda do Mesias? Inspirado por dois poderosos sentimentos, que quais duas musas equilibravam o seu estro, o amor da religião e o da pátria, o vate fluminense deixou-nos no seu canto III um quadro de inestimável valor, abrilhantado pelo mais fino colorido. E se dentre tantas belezas se pudesse especializar uma, mencionaremos a graciosa metamorfose da grinalda da Virgem em constelação.

No canto V recomenda-se, pela sua originalidade, a pintura da morte, em que o poeta, encarando-a como filósofo cristão, empresta estas palavras a sua heroína.

"Para mim direi sempre que foi bela,
Alto dom do Senhor, risonha estrela,
Mensageira do céu, guia segura
Que me arrancou das mãos da desventura."

A narrativa dos últimos momentos da Mãe de Deus, que se lê nesse mesmo canto, exala agradabilíssimo perfume, e foi ditada pela mais pura devoção.

Sempre Brasileiro, não perde ocasião de falar em seu país, e viajando mentalmente pelas constelações do zodíaco, aproveita-se do ensejo para comemorar com admirável exatidão e em riquíssimos versos a moagem das canas, que começam no mês de Julho.

Nesse mesmo VIII e último canto deparará o leitor com a formosa imagem de Astrea, que, saindo ao encontro de Maria, declara que ela nunca fora mais do que um figura, e que o verdadeiro símbolo da justiça e da paz era a Rainha dos Anjos. A fala de Jesus, que se vê poucas páginas adiante, produz o melhor efeito, e distingue-se pela perfeita aliança da dignidade do Deus com a ternura do Filho. Finalmente, a descrição dos muros da Jerusalém celeste muito abona o bom gosto, e conhecimentos estéticos do nosso benemérito patrício. Mas, ao largar a harpa de Sião, em que tão nobre e santamente cantara, queixa-se, como outrora o cantor do Gama, do pouco caso que dele faziam seus contemporâneos, nestes melancólicos versos:

"Vale-me agora, ó musa, tu somente,
Que só me tens válido até o presente
Que aquele mesmos que meus suores
Deveriam ter parte são piores
Surdos se têm mostrado e indirerentes
A tão nobres vigílias. Vê que gentes,
Que estima pelas musas, que alto brio
Produz do seu Janeiro o ilustre Rio."

Antes de concluirmos o nosso imperfeito trabalho, digamos duas palavras sobre esta nova edição.

Como viram os leitores no exato da carta do nosso douto amigo o Sr. Porto Alegre, deixou S. Carlos correto o seu poema, que a morte lhe vedava de novamente publicar.

Consta dessa mesma carta que o padre mestre Mont'Alverne lhe pedira para ser editor, ao que se recusara o ilustre moribundo, alegando que já dele fizera doação a uma sua irmã. Mais tarde o cônego Januário procurou obter dessa senhora a obra emendada, oferecendo-lhe todos os lucros da empresa, ao que se recusou ela pedindo pela cessão dos manuscritos a quantia de doze contos. Não foi portanto avante o projeto do cônego, que por experiência sabia quão ruinosas são para os homens de letras no Brasil as empresas deste gênero.

Anos se passaram sem que ninguém mais falasse no poema da *Assunção*, e, quando algum *bibliomaniaco* o mencionava, não faltava quem levantasse as espáduas exclamando: *É uma obra mística, horrivelmente massante!*

Cumpre não olvidar o generoso esforço do nosso ilustrado amigo o Sr. J. Norberto de Souza e Silva, a quem tanto devem as letras pátrias; o qual, desejando quebrar os selos do indiferentismo, trasladou para as colunas do *Mosaico Poético*, que redigia, o poema de que nos ocupamos.

Incumbido pelo Sr. Garnier de presidirmos esta nova edição buscamos por intermédio de um digno magistrado obter *as corrigendas* do P. M. S. Carlos, que param em mãos de uma sobrinha sua. Não quis porém esta desprender-se do seu tesouro senão por uma quantia relativamente fabulosa, atendo o pouco apreço de que ainda gozam entre nós as letras: à vista do que limitamo-nos à expurgá-la dos erros mais grosseiros que afeiavam a de 1849, não tomando porém sobre nós alterar o texto, convencidos da insuficiência própria, e piamente crendo que só dessa tarifa com vantagem podia encarregar-se o autor.

"Ao Leitor". In: PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Curso elementar de literatura nacional*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

AO LEITOR

———

Quando em 1857 fomos nomeado professor de retórica, poética e literatura nacional do Imperial Colégio de Pedro II, reconhecemos praticamente a falta de um compêndio adaptado à última parte do nosso curso. Para preencher esse vazio tomamos sobre os nossos débeis ombros uma empresa que a outros melhor caberia; e o resultado é o que ora apresentamos ao público.

Não temos a vaidade de crer que completo seja o nosso trabalho; é de supor que tenha defeitos, originados uns da nossa insuficiência, e outros da estreiteza do plano que abraçamos, tendo em atenção à multiplicidade de matérias que estudam os alunos do sétimo ano do referido colégio, para os quais *principalmente* o escrevemos. Consola-nos porém a persuasão de sermos o primeiro a realizar um pensamento que, quando aperfeiçoado, será de grande vantagem para a juventude.

Estudando sucessivamente os autores que mais se abalizaram, tivemos o escrupuloso cuidado de conservar-lhes a fisionomia, não só lhes respeitando a dicção, como ainda nos conformando com a sua ortografia, por mais estranha que nos parecesse. Nada seria mais ridículo (quanto a nós) do que rebocar e caiar um velho edifício gótico, que no sombrio do seu aspecto ganha em veneração o que porventura perde em beleza: assim também entendemos que cumpre seja acatada a ortografia dos clássicos, por ter ela o cunho da sua época e servir, até certo ponto, para caracterizá-los. Infelizmente, porém, não nos foi sempre possível observar o rigor que nos havíamos prescrito, pela dificuldade de obter as edições primitivas.

Receando da franqueza dos nossos juízos, buscamos escudar-nos com os dos mais afamados críticos, sempre que isto nos foi possível.

Se porventura erramos no conceito que de alguns escritores formamos, foi sempre de boa fé, e com o desejo veemente de seguir a verdade.

Tal foi o nosso programa, tal o pensamento que nos guiou na confecção deste *Curso Elementar de Literatura Nacional*, ao qual consagramos os poucos lazeres que nos sobram da nossa atarefada vida.

Vale.

1862.

———————

“Prefação”. In: PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Meandro Poético*: coordenado e enriquecido com esboços biográficos e numerosas notas histórias mitológicas e geográficas. Rio de Janeiro: B. L. Garnier/Paris: Garnier Irmãos, 1864.

PREFAÇÃO

———

Julgamos prestar serviço à juventude estudiosa oferecendo-lhe uma seleção de poesias de alguns autores brasileiros cuja reputação já se acha consolidada pelo juízo da posteridade.

Reconhecido é por todos o encanto que acham os meninos na leitura de versos; cumpre porém que, em proveito seu, seja guiada essa propensão. Se demos preferência aos poetas nacionais, foi porque entendemos que desde os primeiros anos convém iniciar a nova geração nos gloriosos feitos dos seus maiores, e nas magnificências do abençoado solo que com dadivosa mão outorgou-lhe a Providência, facilitando-lhe a leitura das perfumadas páginas legadas pelos Durões, os Basílios da Gama, os Natividades Saldanhas, os S. Carlos, e outros.

Havendo obersavado que muitas vezes desgostam-se os meninos dos livros de poesia por falta de conhecimento de muitos termos pouco comezinhos, adicionamos a nossa seleta a sua explicação; e para que fosse satisfeita a natural curiosidade de conhecer o autor antes de ler suas obras, fizemos preceder aos extratos breves notícias biográficas.

É este mais um livrinho elementar que dedicamos aos nossos jovens compatriotas, sobre cujas louras cabeças adejam as esperanças do Brasil.

J. C. FERNANDES PINHEIRO

30 de novembro de 1863.

"Introdução". In: VASCONCELLOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Typografia de João Ignácio da Silva, 1864, p. I-VIII.

INTRODUÇÃO

———

Nenhuma instituição humana há sido julgada com mais parcialidade do que a dos jesuítas: para uns foram eles a idealização do poder católico, o tipo mais perfeito do ministro do Evangelho, numa palavra verdadeiros *apóstolos*, como em sua aparição, os denominou o povo: para outros simboliza o instituto de Loyola a falsificação da fé, o relaxamento das máximas da moral cristã, a corrupção da disciplina eclesiástica, quando exigiam-no os interesses de sua egoística política. Anuindo ao gracioso convite de um amigo nosso, que se incumbiu da nova edição da "Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil" pelo padre Simão de Vasconcellos - , vamos, mais uma vez, emitir juízo sobre tão melindroso assunto.

Exageradas nos parecem tais apreciações; e cremos que a verdade assenta-se aqui, como quase em toda parte, no seu ponto de intersecção. Grave injustiça descobrimos na opinião adversa, bem como hiperbólicos encômios na que lhes é favorável: houve no grêmio da Companhia bons e maus indivíduos: houve santos, dignos de apoteose cristã, e entes desnaturados, que por seus vícios, e quiçá por seus crimes, merecedores se tornaram das gemônias. Para julgá-los desapaixonadamente releva que somemos os benefícios e os danos que de tal instituição provieram ao mundo, e, com a serenidade de espírito com que falava Tácito dos Othões e Vitellios, julguemos a obra do solitário de Manresa.

Após um lapso de nove anos, permanecemos nas idéias que professamos, quando endereçamos ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil o mesquinho trabalho que granjeou-nos a imerecida honra de inscrever-nos em seus dipticos[320]. Como então pensamos que no labirinto da história jesuítica servirá de fio de Ariadne a divisão em duas épocas bem caracterizadas, bem distintas: a dos *santos* e a dos *políticos*. Em Ignácio de Loyola e nos dois Franciscos (Xavier e de Borgia), acha-se a mais genuína representação do primeiro período: identifica-se em Cláudio Aquaviva a expressão da segunda fase da existência da Companhia, fase perniciosa, que a desviando da pureza e santidade de suas máximas primitivas, arrojou-a no encapelado pélago das paixões e interesses humanos.

Semelhante a esses templos antigos cujos perystillos de grosseiras colunas contrastam com a magnificência interna, façamos preceder à *Crônica* de Simão de Vasconcellos, sempre tão interessante, e por vezes de eloqüente simplicidade, tosco, mas sincero alvidramento, do célebre instituto que por mais de três séculos tem ocupado a atenção do mundo.

O defeito capital da obra de S. Ignácio, solidificada por Laynez, foi o do excessivo poderio confiado aos gerais. Quando na cadeira presidencial do *Gesú* sentava-se o santo fundador, ou o seu piedoso auxiliar de Carlos V, podia-se ter de antemão a certeza de que a

[320] *Ensaios sobre os Jesuítas* impresso no tomo XVIII da *Revista do mesmo Instituto*.

melhor direção seria dada aos destinos da Companhia. Mas quando em vez de tão pios varões subiu ao *generalato* o ambicioso príncipe romano, que comentava as *Constituições* no *Diretório*, alterando-lhe o sentido com aparências do mais escrupuloso respeito à forma, metamorfosearam-se os jesuítas em diplomáticos, trocaram o confessionário pelos gabinetes dos príncipes, e, no açodamento com que buscaram apossar-se do domínio das almas, travaram intermináveis questões com outras ordens religiosas.

Pertence a primeira quadra essa série de triunfos alcançados no campo da polêmica religiosa pelos Salmerons, Bobadillas e Cannisius, no da conversão das almas pelos Lefevres, Rodrigues, e mais que todos pelo excelso taumaturgo Xavier, justamente denominado de – *Alexandre das missões*. –

Satisfazendo a uma imperiosa necessidade, e otimamente compenetrada da sua missão, a Companhia de Jesus foi recebida com verdadeira efusão pelas nações católicas. Poucos eram os operários para acudirem aos chamados que se lhes fazia de todas as partes: supria porém ao número o zelo ardente que os animava. Dir-se-ia que se multiplicavam milagrosamente, resolvido o problema da ubiqüidade. Constava apenas de seis professos e já transpunha com Xavier os umbrais da Europa, e ia nas margens do Ganges e do indo plantar a fé de Cristo. Trilhando mais tarde a vereda que Cabral ensinara ao mundo, vinha, nove anos depois da sua formal aprovação começar na terra de S. Cruz essa Odisséia de peregrinações apostólicas, essa Ilíada de conquistas espirituais que a seus próprios adversários maravilha.

Compreende-se no primeiro período os admiráveis sucessos narrados por Simão de Vasconcellos, os edificantes quadros de que são protagonistas os Nóbregas, os Grams e os Anchietas. Ninguém lerá sem interesse a tocante narrativa que nos faz da vida austera desses novos cenobitas, que broqueleados pela oração e pelo trabalho, se preservavam das seduções do mundo: ninguém deixará de contemplar com assombro os perigos que afrontaram, arcando braço a braço com os ferozes instintos das hordas antropófagas. Quando porém depois de indizíveis esforços e fadigas observa o leitor que faltam cegadores para a abundância da messe, quando vê, à sombra do Evangelho, abrigarem-se os filhos das palmeiras, sobe de ponto a sua admiração, e não duvida reconhecer nesses missionários os legítimos e imediatos sucessores dos apóstolos.

Com intencional anacronismo confundem alguns historiadores os acontecimentos dessa época com os que depois dela seguiram-se: procuram nas páginas de Charlevoix e Muratori idílios da patriarcal vida dos selvagens do Canadá e do Paraguai, e, com os resplendores do sol da fé, pretendem iluminar a paisagem que já no acaso se escondia.

Reconhecemos e proclamamos os serviços que à catequese prestaram os jesuítas nas diversas partes do globo para onde dirigiam seus passos: fazemos justiça aos nobres sentimentos que animavam a alma dos primeiros missionários, chegamos mesmo a desculpar-lhes os erros políticos e administrativos em atenção de suas intenções religiosas; quando porém vemos que, envoltos no manto da fé e da caridade, buscavam muitos deles servir aos seus interesses particulares, e utilizarem-se da influência que tão bem souberam granjear seus antecessores, para acumular riquezas que se tornaram proverbiais, ou para darem aos negócios públicos a direção que melhor lhes aprazia então com pesar nosso, separamo-nos dos seus panegiristas.

Dissemos que desculpávamos os erros políticos e administrativos dos primeiros missionários, cumpre que designemos quais sejam.

Quanto a nós grande erro era o de aniquilar inteiramente a vontade dos catecúmenos e neófitos, reduzindo-os ao mesquinho papel de *máquinas-ambulantes*. Considerando os índios como meninos que necessitavam de guias para se não despenharem nos abismos do vício, de tutores para não dissiparem a própria fazenda, entenderam os varões apostólicos, que primeiro os chamaram ao grêmio da Igreja e da civilização, que deveram ser eles esses guias, esses tutores; no que não se enganaram. Levando porém muito longe o zelo que pela família espiritual tinham, transmitiram intacto tão grande poder aos seus sucessores, esquecendo que era ele por sua natureza precário, e apenas próprio para a primeira fase da transição da vida selvagem para a civilizada. Daqui nasceu o abuso que assinalamos, daqui proveio que jamais teve o índio autonomia, jamais pensou em dirigir-se por suas inspirações, em assumir a responsabilidade de seus atos: daqui originou-se finalmente a destruição total da obra da catequese, que tão próspera e vivaz parecia, logo que faltou-lhe o braço jesuítico que de pé a sustinha.

Outro grave erro (também justificado pelas circunstâncias) foi o de acumulação das funções paroquiais com as de magistrado e administrador da comunidade. Logo que o selvagem saía das faixas da barbaria, convinha que obedecesse a dois poderes distintos, importava que no antagonismo desses poderes achasse ele refúgio contra os excessos de qualquer deles: infelizmente porém assim não acontecia; o cura era ao mesmo tempo juiz e executor temporal; impunha penitência, e aplicava penas. Da realização desse sistema fácil é de compreender-se que exercia a Companhia de Jesus um império sem limites sobre as *reduções* e *aldeamentos* dos índios: assim quando partiu de Roma a senha de *dominar a todo o transe*, aos jesuítas da América coube que esperavam abalar o mundo. E esse ouro extraiam-no eles do suor dos míseros indígenas, condenados como servos de gleba, a um incessante, e, para eles, quase que improfícuo trabalho.

À ninguém é desconhecida a porfiada luta que travaram os jesuítas com os colonos do Brasil, à propósito da escravidão dos índios. Intempérie do clima e gênero de lavouras tão diferentes do usado no antigo continente, fizeram com que os primeiros colonos procurassem auxiliares nos aborígines; mas recusando-se estes ao voluntário trabalho, habituados como estavam a vagarem pelas florestas, ou a sulcarem o leito dos rios, em busca da caça, ou da pesca, sem que nada tolhesse a sua liberdade, empregaram os europeus a violência e deram princípio ao funesto sistema da escravidão. Com louvável zelo combateram os primeiros jesuítas tão escandaloso abuso da força, e não trepidando em incorrer no ódio dos seus compatriotas pugnaram pelos direitos da humanidade oprimida. Homenagem a tão prestimosos varões, e cobertos de benção passem seus nomes a mais remota posteridade.

Durante esses combates entre a cobiça e o direito, entre os discípulos de S. Ignácio, escudados pela bulas pontifícias e resoluções régias, e os colonos, acastelados numa tenaz resistência que com o favor da longitude em que se achavam e da geral cumplicidade que nos delegados do poder encontravam, entrou a Companhia na segunda fase da sua existência, regulando-se por outras máximas e princípios. Cedo notaram os colonos que ao passo que definhava a sua lavoura por falta de braços, que se finava o comércio pela escassez dos produtos agrícolas remetidos aos mercados, pingues e copiosas eram as sagras dos jesuítas, sobravam-lhes trabalhadores, que com o nome de *administrados*, *ou índios forros* roteavam as matas, e lavravam os campos, diferenciando-se apenas dos escravos em não serem objeto de comércio. Pejados de gêneros coloniais saíam dos portos os navios da Companhia, que em

virtude de odiosos privilégios e singulares imunidades, eram isentos dos direitos e alcavalas que aos seus concorrentes peavam.

Consta tais favores e contra tais exceções revoltou-se o bom senso do povo, e, ouvindo o parecer de pessoas doutas e religiosas, não tardou em qualificar de abusivo o método empregado pelos jesuítas em suas *reduções*, e contrário ao espírito e a letra dos sagrados cânones o escandaloso comércio que, em larga escala, faziam.

Bem depressa ateou-se a mais desabrida guerra, e, para não falarmos senão do que mais especialmente nos toca, citaremos apenas os sérios conflitos suscitados no Pará, Maranhão, S. Paulo, e Rio de Janeiro, nos quais, passando pelas forças caudinas da humilhação, subscreveram a quantas condições lhes foram ditas, com ânimo deliberado de faltar a todas, mediante a sua predileta e fatal doutrina das *restrições mentais*. Singular é que nesses conflitos destinguiu-se por sua linguagem virulenta e acrimoniosa um varão, recomendável pelas suas muitas virtudes e prodigioso saber. O padre Antônio Vieira, que individualmente tomado, oferecia o tipo de abnegação e do desinteresse, como membro da Companhia de Jesus era todo ambição e intolerância:

À despeito da contrariedade oposta pelo Sr. Crétmeau Joly, somos dos que pensam que sem a expressa determinação, ou pelo menos tácito consentimento, de superiores da ordem não se atreviam seus prepostos na América Meridional à suscitarem todo o gênero de embaraço à execução do tratado de limites de 1750, estipulado entre as coroas da Espanha e de Portugal. Quem cuidadosamente houver estudado a organização das missões jesuíticas, jamais se capacitará que obedecesse Sepé as suas próprias inspirações quando marchava contra as forças, capitaneadas por Gomes Freire e Val de Lírios.

Encaremos sob diverso aspecto o instituto de Loyola.

Um dos móveis do seu rápido predomínio foi a ilustração de grande número de seus consócios. Nas ditas de Worms, Spira e Ratisbonna, no colóquio de Passy, e no concílio de Trento eclipsaram seus teólogos à todos os outros, com bizarria aceitando o repto que para a liça da ração e da crítica, faziam os sectários de Lutero, Melanchthon e Calvino. Nesses dias de provação, e quando a barca de Pedro vagava pelos mares encapelados da heresia e do schisma, a Companhia de Jesus, que, como Minerva da fábula, saíra armada do cérebro da Igreja, assinalou-se pelo seu denodo e dedicação a sé de Roma. Daí as honras, privilégios e isenções em que foi pelos sumos pontífices galardoada.

Para a obra da regeneração que haviam empreendido, conheceram os jesuítas a necessidade de encaminhar a infância e a juventude pela vereda da ortodoxia, que importava combater o mal em sua origem: porquanto era nas fontes da ciência que principalmente buscavam os inimigos da nossa fé envenenar os eleitos da nova geração.

Maravilhoso espetáculo foi por certo contemplar esses varões eminentes que haviam feito emudecer os hereges nos certames da palavra, sentados na cadeira do catequista, e chamando a si, como seu Divino Mestre, os meninos para iniciá-los nos sacrossantos mistérios da nossa crença!!

Não parou aqui sua apostólica caridade: antes sabendo quão pouco divulgada andava a instrução pública, e quão difícil era para o maior número a aquisição dos conhecimentos indispensáveis à vida, abriram aulas gratuitas, e consagraram ao magistério os poucos lazeres que lhes sobravam da afanosa existência a que se haviam votado.

Como fácil é de pensar, semelhante proceder conquistou poderosas adesões e gerais simpatias. Não houve império, reino, república, ou cidade livre, que pressurosos não chamassem os jesuítas para confiar-lhes a educação da juventude. A ciência e solicitude dos mestres, a respeitosa amizade que sabiam inspirar aos alunos, o mérito relativo dos seus métodos de ensino, recomendavam suas aulas, e atraiam-lhes descomunal concorrência.

Mau fado é porém das obras humanas, por mais santas e sábias que sejam, terem no anverso a corrupção e o abuso. Recebidos com alvoroço em toda a parte, festejados pelos reis, pelo clero, pelos nobres e pelo povo, compenetraram-se os jesuítas da sua importância e da precisão que deles havia; e, idéias de exclusivismo, de monopólio do ensino, não tardavam em assomar-lhes à mente, idéias, que, sopeadas quando empuhavam os santos o bastão do mando, fizeram ostentosa aparição logo que a escola dos políticos teve de suceder-lhes.

Já vimos como disputou a Companhia de Jesus às demais ordens religiosas a glória de evangelizarem os gentios; por análogo procedimento observemos agora a tenacidade com que arrancam os privilégios dos corpos ensinantes, com que procuram usurpar os foros universitários, selados pelo tempo e pela veneração dos povos. Habilmente prevalecendo-se das circunstâncias, lograram plantar seus troféus sobre as ruínas do ensino livre; conseguiram que só pelos seus livros estudasse a mocidade do orbe católico; aferiram o pensamento pelos seus padrões, e chegaram a se persuadir que pelos seus moldes seria no futuro vazado o espírito humano. Vã tentativa! Baldadas esperanças!

Por uma dessas evoluções que não raro aparecem na história, vimos que o XVIII século que devera trazer a realização do plano jesuítico, exprimira síntese da sua gigantesca obra, foi o que lhes desfechou o fatal golpe que jamais se puderam reerguer.

Cursado haviam suas aulas e por suas mãos laureados os homens eminentes que por uma feliz casualidade, presidiam aos destinos seus amigos e decididos protetores eram Luiz XV, Carlos III, D. José I, e Fernando I, que então sustentavam-se nos sólios desses belos países. – Do colégio de *Louis le Grand* saía Voltaire, voltava de Turim J. J. Rousseau acabando de abjurar a fé protestante nas mãos dos padres catequistas, Diderot estudava teologia, e pensava em ordenar-se.

De súbito acumulam-se no horizonte espessas nuvens mensageiras de próxima borrasca, e do alto do observatório do colégio romano declaram os astrônomos da Companhia que impelida vinha ela das florestas da Germânia pelo vento da reforma.

Enganavam-se. Planta indígena nascera a reação do excesso com que por mais de dois séculos se quis torturar o espírito público numa espécie de leito de Procusto: aquecia demasiadamente a máquina da compressão, e fechadas hermeticamente as válvulas do pensamento, pavorosa detonação advertiu aos maquinistas do seu erro quando tarde já era para remediá-lo.

Escritores houve que quiseram explicar a supressão da Companhia de Jesus por uma vasta conspiração urdida por Choiseul, Pombal, Aranda e Tannuci, que ilaqueando a boa fé de seus crédulos monarcas, conseguiram transformar em questão de interesse público o cumprimento dos seus maléficos e vingativos desejos. Por mais poderosos que fossem esses ministros, por mais respeitados os nomes dos reis a quem serviam, não cremos que pudessem conseguir derribar uma instituição, que profundas raízes tinha no solo católico, que tanto se identificara com os interesses da religião e da pátria, se essa mesma instituição não tivesse se desviado do seu alvo, se pelos abusos de alguns de seus membros, sancionados por quem

poder tinha para coibi-los, não houvesse alienado a estima pública, e clamorosamente reclamado um paradeiro a seus excessos.

Nem se diga que a precipitação e a violência ditaram o breve de 21 de Julho de 1773: porquanto quatro anos consumiu o sábio e prudente Ganganelli em estudar a questão, em ouvir as acusações e defesas, sem que a linguagem, por vezes inconvenientes de alguns diplomáticos, lhe demovesse do propósito de proceder com toda a calma e reflexão.Pensamos pois que este ato, emanado de um pontífice, como Clemente XIV, é um dos que mais o honra, e dos que mais fecundos foram em grandes resultados.

Acatando, como nos cumpre, as decisões do cabeça visível da Igreja, numa matéria em que lícita é a discussão, pedimos vênia para dizer que a promulgação da bula do SS. P. Pio VII de 7 de Agosto de 1814 invalidando o ato de seu glorioso antecessor, foi inspirada pela violenta reação que então se manifestara contra as idéias e tendências que na revolução francesa acharam complemento. Tão impolítica nos parece semelhante restauração como seria a dos templários, ou de qualquer das outras ordens militares e religiosas, cuja valente espada deteve em seus términos o islamismo triunfante, e sob cuja brilhante escolta caminhou a civilização nos séculos bárbaros.

Se os jesuítas, como pensava Gioberti, tivessem bastante abnegação para repudiarem quimeros planos de domínio, e de endebita influência, se volvessem aos áureos dias de sua primitiva história, recuperaria seu escudo o brilho, que lhe desbotara a ambição, e ainda numerosas e reais serviços prestariam a Igreja e ao Estado. – Não os julgamos porém decididos a abraçar semelhante conselho; antes obstinando-se em combater as conquistas da moderna civilização, e identificando-se com um passado que, a semelhança das múmias do Egito, dissolve-se ao sopro do progresso, parecem reprovados pelo espírito do século, condenados pela nova fase em que entrou o catolicismo.

J. C. Fernandes Pinheiro

"Aos leitores". In: PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Bosquejo biográfico do Exm. e Revm. Sr. Bispo Conde de Irajá* (pelo Cônego Doutor J. C. Fernandes Pinheiro: membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Conservatório Dramático, das Sociedades Auxiliadora da Indústria Nacional e Amante da Instrução do Rio de Janeiro; Sócio Correspondente da Real Academia de Geografia e Arqueologia da Madri, etc., etc.) Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp., 1863, p. I-II.

AOS LEITORES

———

Por quatro anos (1849-1852) exercemos as funções de secretário particular do último senhor bispo do Rio de Janeiro, residindo em seu palácio, acompanhando-o por quase toda a parte, e sendo por isso testemunha de edificantes quadros que com o manto da humildade escondia ele aos olhos da publicidade. Adito a sua pessoa pelo mais sagrado dos deveres, e honrado com provas inequívocas da sua bondade, vimos hoje depositar uma murcha capela de saudades em sua campa, ainda semi-aberta, vimos divulgar o que poucos sabem e muitos sentiam, vimos, numa palavra, formular o juízo da posteridade, porque a posteridade para um bispo começa no dia seguinte ao da sua morte.

Admirando as raras qualidades que enobreceram aquela bela alma, respeitaremos todavia os foros da [II] verdade, e não converteremos a sua biografia em panegírico. A simples exposição dos fatos, despida de ornatos de que não é capaz a nossa pena, constituirá o único elogio do santo prelado cuja perda pranteia a igreja fluminense.

Releva que o obscuro biógrafo respeite a modéstia do seu herói; importa que, bosquejando a largos traços uma vida tão cheia de ações virtuosas, não se preocupe mais da forma do que da substância; convém que não misture no turíbulo da gratidão o incenso da lisonja com a mirra da verdade.

Buscaremos ser fiel a este programa, e o público, cuja sentença acatamos, que nos julgue.

———————

"Dedicatória à Academia Real das Ciências de Lisboa". In: FERREIRA, Antonio. *Obras Completas* (anotada e precedida de um estudo sobre a vida e obras do poeta pelo Cônego Doutor J. C. Fernandes Pinheiro: professor do Imperial Colégio de Pedro II, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Sociedade Geográfica e Estatística de Nova York, etc.). Rio de Janeiro: B. L. Garnier/ Paris: Typographia de Ad. Lainé e J. Havard, 4 ed., t. 1, 1865, p. 5.

DEDICATÓRIA

———

À Academia Real das Ciências de Lisboa.

A quem melhor do que a vós, em cujo recinto se guarda o tabernáculo da língua portuguesa, poderia eu dedicar esta nova e acurada edição das obras do Dr. Antônio Ferreira, que tanto ilustrou e enobreceu o pátrio idioma? Dignai-vos pois de aceitá-la como mesquinha oblação do mais profundo acatamento que vos consagra.

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

"Prefácio". In: FERREIRA, Antonio. *Obras Completas* (anotada e precedida de um estudo sobre a vida e obras do poeta pelo Cônego Doutor J. C. Fernandes Pinheiro: professor do Imperial Colégio de Pedro II, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Sociedade Geográfica e Estatística de Nova York, etc.). Rio de Janeiro: Garnier/ Paris: Typographia de Ad. Lainé e J. Havard, 4 ed., t. 1, 1865, p. 7-10.

PREFÁCIO

—

Sensível e lamentável é o pouco estudo que da língua portuguesa hoje se faz, contentando-se a mor parte das pessoas com as rudimentais noções que nas aulas primárias recebemos. Ao passo que com tanto esmero busca a juventude adquirir conhecimento do grego, do latim e dos modernos idiomas da culta Europa, menospreza o pátrio, e descuida-se de informar-se da índole e qualidades características desse mesmo idioma.

Sobeja-nos talento e aptidão para as ciências, letras e artes; infelizmente porém falta-nos gosto para as coisas pátrias, carecendo entre nós a instrução pública do cunho verdadeiramente nacional. Pelos livros estrangeiros [8] aprendemos, por eles alimentamos o sagrado fogo da inteligência, e nas bibliotecas do sábio e do literato raras obras em vulgar se encontram.

Diversas causas hão contribuindo para tão funesto resultado: a assídua leitura de livros estranhos, que somos forçados de consultar para acompanhar os progressos do espírito humano; a deficiência, de que já falamos, dos estudos elementares, que sós poderiam servir de corretivo ao mal; a raridade das obras reputadas clássicas, e o seu conseqüente excessivo preço, concorrem poderosamente para a corrupção da língua e o desaparecimento daquela elegância no falar e escrever que tanto distingue os nossos clássicos.

Cumpre plantar balizas diante do abismo em que corre a despenhar-se a bela língua que falava Cabral, e que pelos vínculos de sangue e de educação tão nossa é como dos habitadores das ribas do Tejo, Douro, ou Mondego. Emulemos com os nossos irmãos de além-mar no nobre empenho de restaurar-lhe as priscas [9] galas, imprimir-lhe novas e elegantes formas, respeitadas as leis de analogia, e arrojemos para bem longe de nós a cruel censura de desbaratarmos a opulenta herança que de nossos pais recebemos.

Anelando, obscuro alvanel, concorrer com mal faceada pedra para o monumento que deixamos delineado, propuzemo-nos dar nova edição aos *Poemas Lusitanos* do Dr. Antonio Ferreira, que escassos se iam tornando em nosso mercado; mas havendo-nos mostrado a experiência que a falta de cabal conhecimento de muitos vocábulos antiquados, de muitas alusões e referências a usos e costumes obsoletos, afastava não poucos leitores da freqüência dos clássicos, pensamos que prestaríamos algum serviço à mocidade estudiosa se, à guisa do que se tem praticado em outros paises, lhe adicionássemos notas explicativas, fazendo-as preceder de um ligeiro estudo sobre a vida e obras do exímio poeta que só

..... a sua terra amou e a sua gente.

[10] Servindo-nos da edição de 1771, como a mais completa, cuidadosamente a colacionamos com a de 1598, hoje raríssima, e cuja consulta foi-nos facultada por um amigo nosso, distinto bibliófilo, a quem folgamos de render os nossos agradecimentos. Respeitamos a ortografia das primeiras edições, convencido de que muito perderia a veneração que tais obras inspiram se a trajássemos com modernas vestes.

Tal foi o pensamento que presidiu a nova edição dos *Poemas Lusitanos* que ora apresentamos ao público, solicitando seus sufrágios. Se, como esperamos, favoráveis nos forem, servir-nos-á isso de incentivo para novos, e quiçá maiores cometimentos.

———

"Estudo sobre a vida e obras do Doutor Antonio Ferreira". In: FERREIRA, Antonio. *Obras Completas* (anotada e precedida de um estudo sobre a vida e obras do poeta pelo Cônego Doutor J. C. Fernandes Pinheiro: professor do Imperial Colégio de Pedro II, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Sociedade Geográfica e Estatística de Nova York, etc.). Rio de Janeiro: B. L. Garnier/ Paris: Typographia de Ad. Lainé e J. Havard, 4 ed., t. 1, 1865, p. 11-33.

ESTUDO SOBRE A VIDA E OBRAS DO DOUTOR ANTONIO FERREIRA.

———

Cercado de gloriosas tradições é o berço da monarquia portuguesa: a raça vigorosa que tenaz resistência opôs às intrépidas legiões de Roma não degenerou caldeando o sangue com o de diferentes povos que sucessivamente dominaram na Espanha. É um povo de heróis esse a quem a Providência colocou, como de atalaia, num ângulo da península para vislumbrar o inimigo nas imensuráveis planícies do oceano. Nos mármores da história entalhou seu nome, e, arrojando os Árabes para além do estreito, conteve o colosso ibérico nas infranqueáveis [12] barreiras do Tejo, Douro e Guadiana. Legendários, por estupendos, parecem os seus anais, que se não assemelham aos de nenhuma outra nação, antiga ou moderna.

Entre as numerosas singularidades da sua história há uma sobremodo característica; queremos falar do fenomenal consórcio das letras com as armas. Conhecido e averiguado é que espavoridas fogem as musas ao ruído das batalhas, e que os períodos de máximo ardor marcial correspondem na vida das nações a certa rudeza nos costumes, certo menosprezo pelas produções do engenho humano. Cerrado esta o templo de Jano quando no horizonte de Roma despontou o século de Augusto.

Feliz exceção desta regra oferece Portugal: seus primeiros reis, seus mais esforçados guerreiros, foram ao mesmo tempo os primeiros poetas; guerrear e trovar pareciam misteres igualmente próprios ao seu belicoso e enamorado ânimo. Gonçalo Hermiques, o fidelíssimo Egas Moniz, o rei lavrador, o conde de Barcellos, o amante de Inês de Castro, e o mal-aventurado duque de Coimbra, refocilavam-se dos combates tangendo o arrabil.

Árdua foi a tarefa cometida aos trovadores; à semelhança de Dante deveram criar a língua em que [13] modularam seus cantos; de heterogêneos e repugnantes elementos fazer sair um sonoro, enérgico e expressivo idioma, invejado pelos mais cultos da Europa. Pouco a pouco adelgaçou-se o dialeto galego, falado pelos companheiros de Afonso Henriques; pelo contato com o italiano e provençal adquiriu novos torneios, e no saudoso alaúde de Bernardim Ribeiro tocou ao zenith do esplendor a que deveram chegar as línguas da Europa meridional antes dessa revolução literária a que se deu o nome, talvez impróprio, de *renascimento*.

Sem negar a vantagem dos estudos clássicos, sem desconhecer que preciosos tesouros encerram as literaturas grega e latina, pertencemos ao número dos que pensam que a servil

imitação dos antigos grandemente prejudicou ao espontâneo desenvolvimento que na Europa latina iam tendo as letras, que no cristianismo, nos novos hábitos adquiridos na diversa fase em que entrara a sociedade, encontrava outros elementos de vida, outros germens de expansão. Descobrimos muito mais poesia na *Divina Comédia*, ou no *Orlando Furioso*, do que na *Jerusalém Libertada*, primor da suposta regeneração.

Estava porém fadado que a Itália, irmã da Grécia [14] pelo seu clima, pelo gênio dos seus habitantes, devera dar o sinal da reação, abrindo os suntuosos salões de Florença e de Roma aos foragidos de Constantinopla, evocando os manes dos Homeros, Virgílios, Aristóteles e Quintilianos.

Com que açodamento quebravam-se os ídolos da véspera! Com que afã se retrogradava, dando as cartas ao futuro, que tão rico de esperanças ia surgindo!!... Os romances e vilancetes dos trovadores, que ainda há pouco faziam as delícias das damas e cavalheiros, perfumavam os saraus com o olor de uma patriótica e cristã poesia, foram esquecidos, acoimados de bárbaros, e com o febril alvoroço dos apóstatas, homens, mulheres, velhos e meninos se puseram a parodiar Gregos e Romanos, arrojados pelo sopro divino do cenário da história.

Encravado na Europa, e intimamente ligado ao movimento que capitaneavam os Medicis, não tardou Portugal em ceder ao poderoso impulso reacionário.

Dois varões recomendáveis pelo seu caráter e vasta erudição puseram-se à frente da restauração clássica, e suplantaram a escola dos trovadores, cujo último representante finava-se de saudades no melancólico retiro de Cintra.

[15] Escolhemos para objeto do nosso estudo o Dr. Antonio Ferreira, um desses *legisladores do Parnaso Português*, como os denomina o Sr. Ferdinand Denis, e, como de razão, começaremos por esboçar-lhe a vida antes de estudar-lhe as obras.

Corria o ano de 1528 quando na muito antiga e muito heróica cidade de Lisboa viu a luz do dia uma criança que na pia batismal devera receber o nome de Antonio. Foram seus progenitores Martim Ferreira, cavalheiro da ordem de S. Thiago e escrivão da fazenda do duque de Coimbra, e D. Mecia Fróes Varella, senhora de nobre ascendência, e ainda mais nobre coração.

Despindo as faixas infantis revelou-se singular perspicácia e grande vocação para as letras. O tempo que os meninos malbaratam em brincos e folguedos consagrava-o o pequeno Antonio à assídua leitura de bons livros; assim também era ele o discípulo querido de seus mestres, sempre o primeiro da sua classe.

Recebida a primeira e elementar instrução partiu para Coimbra, cuja célebre universidade derramava brilhante luz por todo o reino e conquistas. Destinado à carreira das letras, que não quisera abraçar seu irmão Garcia Fróes, preferindo a das armas, [16] cedo mostrou que bem fundadas eram as esperanças que nele depositavam seus pais. Ouviu com grande proveito as lições dos Gouvêas, Teives, e Buchamans, amestrou-se nas línguas clássicas, com gosto cursou as aulas de filosofia e matemáticas, e pôs remate aos estudos dando-se à ciência dos Ulpianos e Bartholos.

Íntima e duradoura amizade contraíra (não sabemos quando) com o Dr. Francisco de Sá Miranda, que entre os contemporâneos gozava de grandes créditos, podendo-se sem exageração afirmar que empunhava o cetro das letras lusitanas. Sabido é que foi ele quem

hasteou o pendão da revolta contra a escola latinista, dirigida pelo célebre Diogo de Teive, cuja escola reputava pouco digna de assuntos graves e *romance vulgar*, apesar dos foros que lhe outorgara o herói de Aljubarrota. Ferreira, a quem sólidos estudos da antiguidade grega e romana, e sobretudo a influência de seu venerando mestre, tê-lo-iam lançado nessa literatura híbrida, formada dos elementos desconexos do passado e do presente, escapou, por graça da amizade, ao perigo que iminente se antolhava.

Nessa áurea quadra da existência que, como doce penumbra, separa a juventude da mocidade, foram [17] compostas a maior parte das poesias do primeiro volume, dedicadas em sua grande totalidade a amorosos assuntos.

Colige-se da leitura dos seus sonetos que algumas paixões se lhe atearam no sensível peito; porquanto ora vemo-lo enviando saudosos versos a uma ninfa do Tejo, ora pranteando o passamento de uma beldade que das margens do Almonda fora transplantada para as do Douro; ora finalmente rendendo-se à fascinação que sobre os mancebos estudantes exercem as formosas Conimbricenses. Conseguiu uma delas, por nome D. Maria Pimentel, tornar-se único e exclusivo objeto do amor do poeta, que em face dos altares jurou-lhe perpétua fidelidade.

Sabemos que dos bancos universitários subira à cadeira magistral, ignorando porém qual a disciplina que lecionara, nem por quanto tempo exercera tão árduo mister. Por falta de vocação, ou porque mais risonho futuro lhe acenasse a magistratura, deixou o magistério e encaminhou-se para Lisboa, a fim de exercer o honroso cargo de desembargador da casa da suplicação.

A retidão dos seus juízos, a nobre independência, os profundos e variados conhecimentos que mostrara, [18] atraíram-lhe a geral estima e particular consideração do monarca, que o agraciou com o título de fidalgo da sua casa. E essa estima, essa consideração, nunca as desmereceu Ferreira, através das vicissitudes políticas por que passou Portugal em seu tempo. Vemo-lo prezado por D. João III, pela rainha D. Catarina, pelo cardeal-infante, e pelo cavalheiroso mancebo que só de armas curava.

Dava à poesia os poucos ócios que da sua trabalhosa profissão sobravam; à poesia, essa amiga da infância, que o engolfando na contemplação do passado, ou nas magas intuições do porvir, abstraia-o da realidade da vida, fazendo-o respirar o puro oxigênio do idealismo.

Não faltou porém quem lho exprobrasse, quem achasse inconvinhável à gravidade do magistrado a composição de versos, esquecendo destarte que nos alcaçares da realeza hospedara-se a musa lusitana no primeiro período da sua história. A esses *ruins* respondeu Ferreira numa epístola endereçada ao cardeal-regente, onde o vigor dialético porfia com as graças do estilo.

Semelhante à piroga do índio nas frementes águas do Amazonas corria a vida do exímio poeta [19] para as empinadas ribas do sepulcro. Sobre os tetos da cidade de Ulisses pousava o anjo da morte no torvo aspecto de assoladora peste. Em negregada hora perdeu Portugal o cidadão benemérito que tantos e tão bons serviços lhe prestara, o abalizado escritor que em castiça linguagem trasladava os primores da Grécia e do Lacio, o árbitro do bom gosto que nas verdadeiras máximas de poetar doutrinava os mancebos. Sobre o firmamento da pátria passou como fatal meteoro o ano de 1569. A morte do Dr. Antonio Ferreira foi uma calamidade pública: todos o prantearam; e das plangentes liras de Bernardes, Caminha e Sá de Menezes saíram sentidas endechas. Depositados seus ossos no cruzeiro do convento do Carmo

da sua cidade natal, ainda aguardam, como por largos anos os de Camões, condigno e duradouro moimento.

Consta o espólio literário de Ferreira de uma coleção de poesias com o título de *Poemas Lusitanos*, que viram o lume público em 1598 por indústria de Estevão Lopes, sendo dedicadas por Miguel Leite Ferreira, filho do poeta, ao príncipe D. Filipe, herdeiro da vasta monarquia espanhola. Mais tarde (em 1622) publicou o impressor Antônio Álvares as suas comédias conjuntamente com as de Sá [20] de Miranda. Houve mais duas edições dos referidos *Poemas*: a de 1771 em dois tomos de 8º., precedida da vida do autor, escrita por Pedro José da Fonseca, professor de retórica em Lisboa, e a de 1829, em dois pequenos volumes de 16º.

Cento e dois sonetos formam outras tantas colunas que sustentam o pórtico das obras poéticas de Ferreira. Ainda que nova não fosse esta espécie, havendo dela usado o infante D. Pedro Vasco de Lobeira, e ainda recentemente Sá de Miranda, é todavia incontestável que contribuo grandemente para pô-la em voga.

Posto que a idéia mais do que a forma merecesse do nosso autor particular atenção, recomendam-se ainda por este último predicado alguns dos seus sonetos, como os XII, XIX, XXIV do livro I, e o XXVIII do livro II.

Pode outrossim ser considerado de criador da poesia descritiva em Portugal; porque ninguém antes dele pensara que por mais primoroso que seja um quadro muito perde do seu valor se por ventura lhe falta rica e elegante moldura.

Pede porém a justiça que confessemos que os sonetos de Ferreira muito longe estão de emparelhar com o do cantor dos *Lusíadas*. Isentos não é o [21] distinto quinhentista de certo prosaísmo, certa rudeza de dicção que gravemente prejudicam a forma que pela sua elegância e fluidez tanto apraz aos amigos das musas.

Extremado admirador dos Gregos, buscou naturalizar a epigrama. Tomando-o na primitiva acepção, escreveu alguns que se pela originalidade não se singularizam, estimáveis se fazem pela delicadeza de imagens e propriedade de expressão. Destaca-se desse gracioso grupo o que tem por título *Marte Namorado*, considerado como um primor de composição.

A ode, desconhecida dos trovadores, que pela canção substituíam-na, deveu a Ferreira seus forais no Parnaso português. Discípulo de Horácio, empenhou-se em trasfoliar-lhe os relevos, debuxar-lhe os contornos, e não raro degenerou a imitação em cópia. Os inspirados arroubos do rei-profeta, o vigoroso estro do vate tebano, ou ainda o entusiasmo, por vezes fictício, do conviva de Mecenas, não ditava os versos do nosso poeta. Censura-lhe a crítica o emprego de expressões pouco adequadas à majestade da ode, e sobretudo o funesto hábito de enlaçar as estrofes, em dano da melodia da frase e da sublimidade do pensamento. A despeito destas máculas [22] avultam em suas odes belezas de raro quilate; e neste gênero, bem como em muitos outros, cabe-lhe sem dúvida o título de *padre da poesia portuguesa*.

Mais conforme ainda a sua índole reflexiva e merencória era a elegia. Ora dando-lhe a inteligência que algumas vezes lhe deram os Gregos e Romanos, compunha com tal denominação o formosíssimo idílio consagrado ao mês de Maio; ora tomando-a na mais genérica acepção, pranteava a morte do príncipe D. João, ceifado pela segure da morte na alvorada da existência, ou lastimava o passamento de Bittencourt, a quem prendiam-no estreitos laços de fraternal amizade.

Levado pelo impulso que arrastava os bardos portugueses para a poesia bucólica, legou-nos Ferreira lindas éclogas, sobressaindo entre todas as denominada *Os segadores*, dedicada ao infante D. Duarte. Remiu ai a maior parte dos pecados que cometera quando nas aras de Bercan e Sannazaro imolara o *nativismo*, e, desdenhando as cores tão pitorescas do pátrio torrão, aprazia-se em descrever os outeiros da Arcádia, ou os amenos vales de Tempe. Quase original tornou-se na écloga a que aludimos, traçando com perfeição os costumes [23] pastoris, e conseguindo, através de congênita dificuldade, atingir às raias da melodia.

Como todos os epitálamos, não passa de um tecido de louvaminhas e de hipérboles o que compôs por ocasião do consórcio da infanta D. Maria com o príncipe de Parma, Alexandre Farnese. Semelhante a um precipitado químico despenhar-se-ia no olvido se o não salvasse o donaire do estilo, e a graça de algumas mitológicas pinturas.

Passa pela menos importante das produções de Ferreira a lenda rimada com o título de *História de S. Comba*. "Esta lenda (diz Costa e Silva) poderia dar um lindo poema se fosse tratada por um poeta alemão. Ele faria do mouro um gentil mancebo, animado de todo o fogo e impetuosidade de um amor africano, e pintaria na pastora os combates entre o amor que a inclinava ao rei, e a virtude que a obrigava a fugir dele, ajudada dos socorros sobrenaturais. Porém não estava no caráter de Ferreira, nem no estado em que então se achava a arte, o encarar o assunto debaixo desse ponto de vista[321]."

Como na precedente composição, é também a opulência da dicção que resgata a pobreza das [24] imagens e a completa ausência de interesse dramático.

Servem as cartas de pórtico ao secundo volume dos *Poemas Lusitanos*, composto em proveta idade e quando já trajava a toga de magistrado. Sempre entusiasta do vate venusino, imitou-lhe as formas, inspirou-se até de suas idéias aplicando-as com mais ou menos fortuna aos mais nacionais assuntos.

Como dissemos, era Ferreira varão recomendável pela integridade e honradez, e se novas provas disso precisássemos, fornecer-nos-iam suas cartas endereçadas a diversas personagens. Causa hoje certa estranheza o contemplar o modo livre, sem deixar de ser respeitoso, com que falava aos reis, ou aos que mais junto do sólio se sentavam.

Lhano com os amigos, nunca lhes recusava conselhos e consolações; como oráculo ouvido pelos contemporâneos, jamais abusou do seu predomínio; jamais cegou-lhe a vaidade fazendo-o supor demasiadamente de si. Com que ingenuidade expõe a Diogo Bernardes as suas idéias acerca da poesia! E no entanto é essa carta verdadeiro código do bom gosto, emulando com a epístola aos Pisões, e com a Arte Poética de Boileau.

[25] No bulício da corte, circundado de distinções e homenagens, não se esquecia dos seus velhos amigos, nem do saudoso tempo que folgara nas ribeiras do Mondego. Particularmente revelam-se tão puros sentimentos na mui conhecida epístola mandada a seu douto mestre Diogo de Teive, onde a cândida alma do poeta expande-se aos benéficos raios do sol da amizade.

Nos epitáfios que se seguem às cartas descobre-se alguma monotonia, inerente a tais composições. Avantajam-se entre eles o consagrado à memória del-rei D. Diniz, e os dois que dedicara à saudosa recordação de sua esposa D. Maria Pimentel.

---

[321] *Ensaio Crit. e Biogr.*, t. II, cap. III.

O maior pregão porém da glória literária de Ferreira é por sem dúvida a tragédia *Castro*. Vazada nos moldes gregos, observando com escrúpulo os lineamentos de Sófocles e de Eurípides, causou verdadeira revolução na cena portuguesa, apenas inaugurada pela musa faceta de Gil Vicente. Razões há para acreditar que desconhecia o nosso autor a *Rosmonda* e o *Orestes* de Ruccelai e a *Sophinisba* de Trissini, que na Europa moderna renovaram as clássicas tradições; mas ainda quando houvesse manuseado semelhantes peças, reconhecida [26] é por estranhos e naturais juízes a superioridade do trágico lusitano.

Não pretendemos apresentar a *Castro* como estreme de defeitos, nascidos uns da demasiada simplicidade do enredo, procedentes outros da deficiência de lances dramáticos, da extensão dos coros, e da quase que constante frouxidão do verso. Não falta quem busque atenuar-lhe o principal defeito alegando que nos fastos nacionais haurira ele o assunto da sua peça, que nas laudas de Fernão Lopes, tão imponentes em sua simplicidade, achava-se já registrado o lamentável caso.

". . . . . Da misera e mesquinha,
Que depois de ser morta foi rainha[322]*."*

Mas por ventura respeitaram Maffei e Voltaire a fábula de Merope?

Mal entendida fidelidade histórica, superticioso culto das tradições ditaram a Ferreira a fraqueza com que desenhou os seus caracteres, os quais, com exceção do de Ignes, e quiçá do secretário do infante, são de glacial frieza e inverosimilhança. Há mesmo um (o del-rei D. Affonso) com razão denominado *de ignóbil* pelo distinto crítico Martinez de [27] la Rosa. Nem sequer ocorreu ao poeta proporcionar uma entrevista entre D. Pedro e sua aflita esposa, onde a eminência do perigo, mesclada às reminiscências do passado, originassem cenas de comovedora impressão.

Pago o tributo à imparcialidade que nos guia a pena, procedamos ao rápido inventário das belezas que nesta composição se encontram.

Admiravelmente traçado pareceu-nos o diálogo entre D. Afonso e os seus conselheiros. A hesitação do rei, a luta travada entre seu coração, acessível aos sentimentos de piedade, e a cabeça, assas fraca para deixar-se vencer por insidiosos argumentos, fazem honra à musa de Ferreira.

Nem menos belo é o monólogo que se lhe segue, onde em relevo se divisão os encontrados sentimentos que agitavam o ânimo do vencedor do Salado, o pungente espinho do remorso que lhe lacerava os seios da alma, e a falsa segurança de consciência que na alheia responsabilidade procurava.

Apesar de declamatória e extemporânea a fala com que estréia D. Pedro o último ato, há nela valentia de expressão e assomos de apaixonado amor.

Quase como um acontecimento político fastuoso para o país foi festejada a aparição desta peça [28] pelos amigos das letras: a inveja porém suscitou-lhe logo contraditores, que, à guisa do escravo que acompanhava o triunfador romano, lhe mangrassem a glória. Nada

[322] Camões, *Lusíadas*.

menos do que a vergonhosa acusação de *plagiário* pretenderam arrojar às faces do exímio poeta. Vejamos em que se fundavam.

Vinte um anos antes que dos prelos ulisiponenses saísse a *Castro* de Ferreira publicara em Madri o dominicano espanhol Jerônimo Bermudez uma tragédia intitulada *Nise Lacrimosa*. A extrema parecença que entre ambas existe autorizou a suspeita de que o autor dos *Poemas Lusitanos* se houvesse apropriado do trabalho do religioso forasteiro. Contra tal argüição debalde protestava a lealdade e nobreza, nunca desmentidas, do magistrado português, e os elogios que em sua vida lhe endereçaram por este motivo ilustres contemporâneos, e nomeadamente Bernardes, no soneto XCIV das *Flores do Lima*; exigiam-se provas não induções; convinha derribar o colosso da calúnia, cotejando as duas obras, e marcar a fronte do falsário com o ferrete da ignomínia. Deste trabalho incumbiu-se um ilustre conterrâneo de Bermudez, o estimável e nunca assas pranteado literato Martinez de la Rosa, demonstrando com cabal [29] evidência que, apesar de havê-la precedido no domínio da publicidade, era a *Nise* tradução da *Castro*, mui seguramente consultada em manuscrito pelo discípulo de S. Domingos de Gusmão, que por largos anos residira em Portugal, convivendo talvez com o mesmo homem cuja reputação literária procurou defraudar.

A tão autorizada sentença opôs Costa e Silva embargos, que esperamos ver desprezados no supremo tribunal da imparcial crítica. A duas categorias podem eles se reduzir: de só aparecerem nos coros da tragédia *Castro* odes sáficas que se não encontram nas demais poesias de Ferreira; e da existência de certo frescor nativo de *Nise* de Bermudez, que revela não ser ela traduzida de língua alguma. Quanto à primeira objeção, responderemos que nada impedia ao distinto poeta português o reservar a manifestação de uma nova espécie lírica para a obra que sobre todas prezava; como mais tarde praticou Garção, abrindo espaço na comédia *Assembléia*, *ou Partida*, para a magnífica *cantata de Dido*. Acerca da alegada naturalidade dos pensamentos e das galas do estilo, que imprimem à tragédia de Bermudez o cunho de originalidade, diremos que para quem, [30] como ele, conhecia o gênio dos dois idiomas, e a próxima analogia que entre eles existe, difícil não era apossar-se do pensamento de Ferreira e exprimir com fidelidade até os mais imperceptíveis cambiantes da dicção.

Duas comédias, de *Bristo* e do *Cioso*, completam as obras dramáticas do Dr. Antonio Ferreira; a primeira *escrita*, como ele próprio no-lo diz, *durante umas férias da universidade*, e a segunda em época mais adiantada.

Inferior na arte de dialogar a Sá de Miranda, lhe leva decidida vantagem na pintura dos caracteres e no desenvolvimento da ação. Se pelo gosto moderno as quisermos porém aferir, ou ainda submetê-las às ríspidas regras de Aristóteles e de Horácio, incorrerão na mesma censura que Voltaire fulminava contra as de Lopo da Veja e Calderon de la Barca. Injusto porém será sempre aquilitar qualquer produção do engenho humano sem que nos transportemos pela imaginação à época em que fora composta, e estudemos cuidadosamente o grau de apreço que dos contemporâneos merecera.

Assim procedendo menos desagradável impressão sentiremos ao ler as máximas de relaxada moral, as situações pouco decorosas, e a, por vezes, [31] desonesta linguagem que nas comédias de Miranda e Ferreira abundam. Nada exigentes eram os antigos a semelhante respeito; e dos autores cômicos só exigiam que lhes provocassem perene hilaridade. Para explicar como Sá de Miranda ousava representar perante o cardeal D. Henrique as comédias *Vilhalpandos* e *os Estrangeiros*, como Ferreira dedicava a *Bristo* ao príncipe D. João, e

levava-a á cena da universidade de Coimbra, convém que nos recordemos que nos paços de Leão X, e na sua presença, representaram-se, com fastosa decoração, as peças de Bibiena e de Ariosto, infinitamente mais livres do que as dos dramaturgos portugueses.

Bem que somenos a do *Cioso*, oferece a de *Bristo* situações interessantes, cenas espirituosas, como a da prática do comendador Annibal com o soldado Mont'alvão, e a deste com Bristo. Os papéis de Calidonio, Roberto e Leandro são com arte sustentados; frágil porém nos pareceu a tela para os recamos com que a quis ornar o poeta.

O Cioso, considerada como a primeira comédia de caráter que possuiu a Europa depois do *renascimento*, leva às lampas a precedente, não só pela urdidura do enredo, como pela maior perfeição dos caracteres. Posto que exagerado, é o papel de Júlio [32] perfeitamente cômico; a constante ansiedade e o perpétuo desassossego a que seus infundados zelos o condenam, despertam mais de um malicioso sorriso. Digna das satíricas penas de Menandro e Terencio é a personagem de Bromia, abstraindo o que nela há de imoral.

Renova Costa e Silva a acusação de *plágio* tratando das comédias de Ferreira; e estribando-se na semelhança que oferecem elas com algumas italianas, muito em voga em seu tempo, não duvida afirmar que as peças do ilustre poeta não passam de traduções, cujos originais se perderam.

Havemos por vezes reconhecido que faltava à escola petrarquista o sentimento da originalidade, que preferia importar estranhos tesouros a buscá-los nas minas da inspiração; contestamos porém que um homem do jaez de Ferreira se rebaixasse ao triste papel que lhe empresta o crítico a quem respondemos. Nenhum peso tem, quanto a nós, o argumento tirado da rapidez com que foi composta a *Bristo*, de onde pretendeu Costa e Silva deduzir que só uma tradução poderia ser feita em tão curto lapso de tempo; porquanto, ninguém ignora que o que mais custa ao escritor é a escolha do assunto, a disposição das diversas partes da sua obra, e não a [33] redação, que podemos qualificar de operação quase que mecânica. Ora, ninguém nos informa do tempo que gastou Ferreira em pensar no assunto da sua comédia e na disposição das suas cenas, e apenas sabemos (pelo seu próprio testemunho) que a escrevera em *certos dias de férias*, nada nos autorizando para tirar a conclusão a que chegou Costa e Silva. Façamos uma última reflexão: seria possível que Ferreira tivesse a petulância de dedicar ao herdeiro do trono uma obra espúria, atrever-se-ia a fazer representar diante da maliciosa mocidade de Coimbra uma comédia alheia, dando-a como própria? – Não o cremos.

Pensamos que o leitor benévolo, que nos houver honrado com a sua atenção, pensará conosco que o Dr. Antonio Ferreira foi um dos maiores engenhos nascidos na terra de Portugal, um dos luminares do seu século, e o homem que, depois de Camões, maiores serviços prestou à língua e literatura pátrias.

J. C. Fernandes Pinheiro

———————

"Prólogo". In: PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Episódios da história pátria*: contadas à infância pelo cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. (4 ed. melhorada) Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866, p. 7-10.

PRÓLOGO

Não tenho a pretensão de haver escrito um compêndio de história do Brasil mais completo e metódico do que os que atualmente existem; outras foram minhas vistas, diverso o meu plano. Cumpre-me explicá-lo.

Penso que não são as aulas primárias onde se deva aprender a história pátria; pois que à infância que as freqüenta falta o necessário [8] desenvolvimento intelectual para bem apreciar as causas donde dimanaram os principais acontecimentos, nem tão pouco pode investigar a verdade no meio de diversas e muitas vezes contrárias opiniões dos historiadores. Julgo conveniente que seja semelhante estudo adiado para mais proveta idade, para que mais fruto dele se possa colher.

Reconheço, por outro lado, a necessidade de dar aos meninos noções rudimentares da história nacional, iniciá-los nas glórias e também nos revezes pátrios, mas de modo agradável, apresentando-lhos como uma grinalda histórica, ou uma galeria de quadros em que vejam traçados os mais memorandos sucessos. Creio que será esta a mais útil das leituras que se lhes possam oferecer.

Longe estou de haver preenchido este *desideratum*; o livrinho que ora ofereço ao público [9] é um ensaio, uma tentativa, que submeto à correção dos doutos, podendo ser mais tarde melhorado, se disto se fizer digno.

Segui sempre a ordem cronológica, e na escolha dos fatos preferi os que me pareceram mais importantes ou melhor averiguados. Recorrendo as mais puras fontes, deixei de citá-las, porque entendi que num trabalho deste gênero a erudição seria descolocada; a redução e o método porém são meus, e por eles respondo. Parei na proclamação da independência e do império, porque tão faustos acontecimentos abrem os tempos contemporâneos, sobre os quais não tenciono, por ora, escrever.

Se, buscando a simplicidade e a concisão, parecer algumas vezes florido o estilo, foi porque a beleza do assunto a isso arrastou-me; nunca porém sacrifiquei a verdade histórica ao feliz emprego de uma figura.

Desejando compor para a infância uma obrinha extraída dos nossos anais, meu maior galardão será a utilidade.

"Parecer". In: HONORATO, Manuel da Costa. *Sinopses de eloqüência e poética*: acompanhadas de algumas noções de crítica literária extraídas de vários autores e adaptadas ao ensino da mocidade brasileira. Rio de Janeiro: Typ. Americana de Eduardo Augusto de Oliveira, 1870, p. V-VII.

PARECER

———

do Revm. Sr. Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, Professor de Retórica, Poética e Literatura Nacional do Imperial Colégio de Pedro II, e ex-Professor de Teologia Moral do Seminário Episcopal de S. José.

Um dos mais indefessos cultores das letras pátrias, o Revm. Sr. Cônego Doutor Manoel da Costa Honorato, vai dar à estampa uma nova edição dos opúsculos intitulados – " *Sinopses de Eloqüência Nacional*" "*Sinopses de Poética Nacional*" e "*Noções de Crítica Literária*": e, querendo honrar-nos, lembrou-se de consultar-nos acerca do mérito dos mencionados opúsculos.

Bem espinhosa é por certo a tarefa de apreciar escritos de autores contemporâneos, com quem convivemos, máxime quando por nossa parte de tanta indulgência carecemos: façamos porém um supremo esforço de abstração e consideremos o livro esquecendo o autor.

Ab Jove principium A "*Sinopses de Eloqüência Nacional*" não contem idéia alguma nova; nem isso era admissível num compêndio que, por sua própria natureza, deve apresentar o que de mais incontroverso existir na matéria de que se ocupar. O autor foi inspirar-se nas páginas de Aristóteles, Quintiliano, Blair, Fonseca, Freire de Carvalho e de outros que distribuíram em migalhas o pão da eloqüência. Seu mérito está na escolha dos preceitos, e [VI] no método que seguiu com o qual quase sempre nos conformamos.

Dissemos quase sempre; porque lá uma, ou outra vez, discordamos do autor, como por exemplo, na divisão dos gêneros que ele entende, com Blair, deverem ser os da tribuna, do foro e do púlpito; ao passo que nós damos preferência à antiga e clássica divisão em gênero demonstrativo, deliberativo e judiciário. Mas *tot capita, quot sententeae*.

Os exemplos, em geral bem apropriados, são em abundância colhidos nos jardins das literaturas latina e portuguesa: quando na nossa recente, mas já brilhante literatura, depararia o autor paradigmas não menos frisantes, que teriam de mais a vantagem de habituarem o aluno com a lição dos escritores pátrios.

O mesmo método observado na *Retórica* observa o autor na *Poética*, e também ai lastimamos não poder acompanhá-lo em sua classificação: porquanto somos partidários da divisão de Vegel, ligeiramente modificada pelo erudito Richter.

Notamos que o autor na parte retórica corroborasse suas regras com exemplos clássicos latinos e portugueses, olvidando-se dos escritores nacionais, na poética porém pensamos poder-lhe fazer um ligeiro reparo, em sentido diametralmente oposto. Aqui, levado pelo

ardente patriotismo que em alto grau o caracteriza, e de que já deu a mais irrefragável das provas, consultou mais vezes o coração do que a cabeça dando as suas citações latitude pouco convinhável às obras didáticas.

Desejáramos vê-lo dar maior desenvolvimento ao gênero dramático, máxime ao drama propriamente dito, destinado [VII] a ocupar nas modernas sociedades o lugar de honra que os antigos destinavam à tragédia. Bem fez em especificar a *ópera* e a *farsa*, deixadas em completo olvido por Freire de Carvalho em seu, aliás, estimável compêndio.

Julgamos outrossim que a crítica literária devera merecer-lhe mais alguma individuação: por isso que é ela o roteiro do novel escritor.

O estilo dos opúsculos a que nos temos referido é quase sempre claro, correto e por vezes elegante: e, se aqui, ou acolá, escaparam ao autor alguns equívocos, se houve algumas omissões, devemos lançá-las por conta da rapidez da composição da circunstância, mui atendível, de achar-se longe de seus livros, e padecendo quiçá de essa nostalgia que fazia dizer ao suavíloquo poeta de Sulmona:

> "*Si qua meis fuerunt, ut erunt, vitiosa libellis,*
> *Excusata suo tempore, lector, habe:*
> *Exsul eram.....*"
> (TIIST *lib*. IV *eleg*. I.)

Eis o que pensamos relativamente aos opúsculos do nosso distinto colega, a quem de todo o coração auguramos luzente meta de glória ao cabo do escabroso estádio das letras.

Rio de Janeiro, 4 de Outubro de 1869.

J. C. Fernandes Pinheiro

"Notícia sobre a vida e obras de Antônio Gonçalves Dias". In: DIAS, Gonçalves. *Poesias de A. Gonçalves Dias*. 5 ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, t. I, 1870, p.21-37.

NOTICIA SOBRE A VIDA E OBRAS DE ANTONIO GONÇALVES DIAS

———————

on doit la vérité aux morts....
Bossuet, *Oraisons funèbres.*

Raiou para Gonçalves Dias o sol da posteridade: cessaram os epinícios e também os vitupérios. É um nome histórico, uma das maiores glórias da nossa nascente literatura. *Sine ira et studio*, na expressão do grande analista romano, empreendemos esboçar-lhe a biografia e emitir perfunctório juízo sobre suas principais obras: possa o nosso trabalho merecer a aceitação do público.

Dez dias se tinham apenas passado desde que a antiga vila, e hoje cidade de Caxias, abrira suas portas às forças independentes, ao mando do capitão-mor Filgueiras, quando numa humilde choupana do sítio denominado Boa-Vista, terras da fazenda de Jatobá, nasceu o inspirado poeta, cuja prematura morte ainda hoje pranteiam as letras brasílicas.[323]

[22] Foi seu pai o negociante português João Manuel Gonçalves Dias e sua mãe Vicência Mendes Perreira. Bafejou-lhe a adversidade o berço, porquanto havendo-se tornado seu pai suspeito de simpatizar com a causa defendida pelo sargento-mor Tidié, teve de foragir-se, temeroso das represálias e mesquinhas vinganças que a plebe soe exercer em tais ocasiões.

Não se julgando ainda assaz seguro na solidão de Jatobá, resolveu João Manuel embarcar-se ocultamente para Portugal, onde foi esperar que os ânimos se aplacassem e a seu salvo pudesse regressar ao país que como segunda pátria amava.

Longe das paternais vistas criou-se a meninice do futuro poeta, que bem travou íntimas relações com a pobreza, felizmente suportada nessa quadra da vida em que os risos estancam as lágrimas.

Quando as circunstâncias políticas da província do Maranhão permitiram a João Manuel volver ao seu antigo tráfego, chamou ele para sua companhia o menino Antônio, e, mal sondando-lhe a vocação, destinou-o à carreira mercantil.

Aí deu ele provas de suma perspicácia e revelou tão singulares disposições para as letras, que, por solicitações de amigos e parentes, foi mandando à aula do professor Ricardo João Sabino, que o iniciou nos rudimentos das línguas latina e francesa.

Adquirida a soma de conhecimentos indispensáveis para matricular-se em estudos superiores, partiu em companhia do seu extremoso pai para a cidade de S. Luiz, capital da província (em 1837), de onde não tardou a trasladar-se para Portugal, onde João Manuel ia buscar cura, ou pelo menos alívio, aos seus padecimentos pulmonares.

[323] No dia 10 de Agosto do 1823.

Não lhe valeu porém tal sacrifício, pois que a 13 de Junho desse mesmo ano exalava o último alento nos braços de seus carinhoso filho, que referindo-se a esse tremendo lance assim se expressava alguns anos depois:

[23]

Escutei suas últimas palavras
Repassado de dor! Junto ao seu leito
De joelhos em lágrimas banhado
Recebi seus últimos suspiros:
E a luz funérea e triste que lançavam
Seus olhos turvos ao partir da vida
De pálido clarão cobriu meu rosto;
No meu amargo pranto refletindo
O cansado porvir que me aguardava [324]

Semelhante infortúnio teria mangrado o ridente porvir do esperançoso mancebo, se não lhe viesse em auxílio a munificência de sua madrasta, que facultou-lhe os meios de poder prosseguir em seus estudos, recusando generosamente os subsídios que várias pessoas haviam oferecido.

Ignaro da sorte que o aguardava, havia voltado ao Maranhão, de onde teve de volver a Portugal a 13 de Maio de 1838, em companhia do abastado capitalista Bernardo de Castro e Silva.

Quando lhe foi penosa essa nova separação dos entes que lhe eram mais caros, exprimiu-o ele nos seguintes melancólicos versos:

Parti dizendo adeus à minha infância
Aos sítios que eu amei, aos rostos caros
Que eu já no berço conheci – àqueles
De quem mau grado a ausência, o tempo, a morte
E a incerteza cruel do meu destino,
Não me posso lembrar sem ter saudades
Sem que aos meus olhos lágrimas despontem.
Parti, sulquei as vagas de oceano;
Nas horas melancólicas da tarde
Volvendo atrás o coração e o rosto,
Onde o sol, onde a esperança me ficava,
Misturei meus tristíssimos gemidos
Aos sibilos dos ventos nas enxárcias![325]

[24] Mas porque encaminhava-se Gonçalves Dias a Portugal, porque ia freqüentar a Universidade de Coimbra quando já nessa época funcionava o curso jurídico de Olinda, onde com maior facilidade, e quiçá com menor despesa poderia alcançar a láurea academia que ambicionava? Peçamos a um dos seus mais esmerados biógrafos, o senhor doutor Antônio Henrique Leal, que nos ministre o fio condutor, a chave desse enigma:

[324] Poesias diversas. – Saudades. – À minha irmã.
[325] *Idem*. – Saudades.

"Era a Universidade de Coimbra, antes das fáceis e rápidas comunicações estabelecidas pelos paquetes a vapor entre esta e as províncias, em cujas capitais se acham as nossas faculdades científicas, o centro quase exclusivo para onde convergiam os Maranhenses que aspiravam a carreira das ciências, obtendo os mais inteligentes grande proveito de uma tal freqüência; por isso que recebiam na convivência e nas palestras dos colegas e professores das diversas matérias, que ali se liam, maior soma de conhecimentos e robusteciam-se nas que eram próprias de seus estudos, e nas humanidades, ou preparatórios, que são as verdadeiras e sólidas bases dos que se prezam de saber, principalmente a língua pátria, em que sempre timbrou a mocidade maranhense; e é ao que se atribui o gosto que têm os filhos desta província pela leitura dos clássicos, tão entusiasticamente manuseados e aproveitados pelo ilustre intérprete de Virgílio, Manuel Odorico Mendes, e por aqueles que, como João Francisco Lisboa e o senhor Francisco Sotero dos Reis, mais de perto os conversavam: e si da Universidade colhiam os estudiosos úteis frutos, não menos deliciosos e sazonados obtinham de Coimbra os prediletos das musas".[326]

Na aula de latim do então *Colégio das Artes*[327], regida pelo abalizado Luiz Ignácio Ferreira, adquirido Gonçalves [25] Dias foros de exímio estudante, merecendo que seus condiscípulos o denominassem: *de esperançoso menino do Maranhão*.

No meio dos seus triunfos escolares, sobreveio-lhe grande desgraça, a interrupção da mesada que fazia sua bondadosa madrasta, em conseqüência dos prejuízos que sofrera com a guerra civil do Maranhão, conhecida pela *Bolaiada*. Vendo-se de novo baldo de recursos, tomou o caminho de Figueira a fim de implorar do prestante varão que o acompanhara em sua última viagem, os meios indispensáveis para regressar à pátria.

Conhecia essa intenção de alguns estudantes brasileiros, assentaram opor-lhes seu *veto*, e fazendo *bolsa comum*, ministrarem ao talentoso mancebo os recursos que lhe faltavam.

Coube a João Duarte Lisboa Serra a iniciativa de tão nobre idéia, sendo calorosamente apoiado pelos senhores Alexandro Theophilo de Carvalho Leal, Joaquim Pereira Lopes, José Hermenigildo Xavier de Moraes.

Os sentimentos pundonorosos do jovem poeta, impeliram-no a recusar a aceitação de semelhante benefício; tendo porem de render-se ante as solicitações tão instantes quão despretensiosas.

Lançando um olhar retrospectivo sobre sua vida de estudante servia-se destas magoadas expressões:

"Triste foi a minha vida de Coimbra, que é triste viver fora da pátria, subir degraus alheios, e por esmola sentar-se à mesa estranha. Essa era de bons e fiéis amigos, Embora! O pão era alheio, era o pão da piedade, era a sorte do mendigo".[328]

Comendo de amigos para apropriar-nos de uma locução de Diego do Couto, falando de Camões, transpôs Gonçalves [26] Dias os umbrais dos estudos preparatórios e matriculou-se no curso jurídico.

---

[326] *Biografia de Antônio Gonçalves Dias*, precedendo a edição das Obras póstumas do mesmo poeta, p. XXXV e XXXVI.
[327] Hoje convertido em Liceu.
[328] Carta ao Sr. Theophilo citada na biografia do Sr. Dr. Leal.

"Operário da inteligência (diz o sempre citado doutor A. N. Leal), nunca mediu o estudo pelo tempo; largava os livros das mãos só de puro cansaço. Magnífico exemplo para a nossa mocidade que fia a cultura do espírito mais agudeza ingênita com que o dotou a Providência, do que do estudo e do trabalho paciente, consciencioso e de todos os instantes! É a inteligência como a terra, produz rica messe de frutos, porém somente depois de infundir-se-lhe nela muito capital e muito suor. Facilmente conquistou o nosso poeta um dos primeiros lugares entre os mais distintos condiscípulos, a par de Bruschy, de Cardoso Avelino, Salgueiro, Couto Monteiro, Beça Correia, Pedroso, Pinto e Nobreza."

Não era porém só na ciência de Paschoal de Mello que primava o nosso conterrâneo; a literatura servia-lhe de jardim onde plantava e colhia as mais mimosas e fragrantes flores. Assim, quando Serpa Pimentel[329] fez surgir em 1838 o teatro acadêmico, e quando dois anos depois fundou uma revista[330] contou-se Gonçalves Dias entre os mais esforçados lidadores que tão alto levantaram os pendões do romantismo, e com tanta galhardia continuaram a obra da regeneração literária empreendida por Garrett, Herculano e Castilho.

Por um bem entendido patriotismo entendeu que as primícias do seu estro deveriam pertencer à pátria, e só a muito custo consentiu na publicação de uma poesia intitulada: *Inocência*[331], recitada num festim campestre dado pelos estudantes brasileiros ao chegar a Coimbra a notícia da maioridade do senhor dom Pedro II.

[27] Tocava à meta de suas aspirações acadêmicas, não tardaria a ver cingida a fronte da láurea doutoral, quando sagrados e imperiosos deveres de família levaram-no à serra do Gerez, impedindo-lhe o complemento dessas mesmas aspirações. Já era porém bacharel em ciências jurídicas, e satisfazendo-se com esse modesto grau deliberou volver aos seus lares, indo exercer a nobre profissão de advogado em Caxias (em 1845).

Curta e atribulada foi sua residência nessa cidade, e por experiência própria convenceu-se de que para talentos da ordem do seu é por demais acanhado o cenário da vida de província, e que mais altos destinos o chamavam algures.

Foi no ano de 1846 que pela primeira vez avistou o *Pão de Açúcar* que devera depois celebrar na belíssima alegoria do *Gigante de Pedra*. Nesse mesmo ano deu ao prelo os seus *Primeiros Cantos* que lhe valeram honroso e justo louvor de um dos maiores sabedores de nosso idioma:

"Merecer a crítica de Alexandre Herculano (diz ele no prólogo da segunda edição desses cantos) já eu consideraria como bastante honrado para mim; uma simples menção do meu primeiro volume rubricada com o seu nome, desejava-o de certo, mas esperá-lo seria de minha parte demasiada vaidade."

De certo quem conhecer a parcimônia com que o eminente historiador profere seus alvidramentos, convencer-se-á que grande soma de merecimentos descobria ele nos primeiros arpejos dessa musa juvenil.

Saudada como um verdadeiro acontecimento a publicação desse livro, e desde logo destinada a marcar uma época em nossa história literária, foi seu autor alvo de inúmeras atenções e obséquios.

---

[329] Atualmente visconde de Gouveia.
[330] A *Crônica Literária*.
[331] Esta poesia foi impressa no 1º. Número do *Trovador*.

Enquanto inebriavam-lhe os perfumes encomiásticos, sentia rasgar-lhe as carnes os acerados espinhos de pobreza, e foi talvez com referência a essa quadra da sua tão dramática existência que dizia ele num dos seus mais lindos sonetos:

[28]

Pensas tu, bela Armia, que os poetas
Vivem dar, de perfumes, d'ambrosia,
Que vagando por mares de harmonia,
São melhores que as próprias borboletas?

No profundo estudo que do latim fizera, encontrou meios de subsistência, e por espaço de quatro anos exerceu com notável aptidão o magistério dessa língua no Liceu Provincial que então existia na cidade de Niterói.

Os curtos lazeres que lhe deixava o fiel e exato cumprimento de seus deveres, consagrava-os ele ao ameno trato das musas, dando à estampa em 1847 o melhor de seus dramas intitulado *Leonor de Mendonça*, e no ano seguinte as *Sextilhas de frei Antão*, monumento de erudição filosófica.

Bem curioso é o histórico dessas *Sextilhas*, e seja o senhor doutor Leal quem no-lo transmita:

"Apresentara Gonçalves Dias ao exame e crítica do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro outro drama, *Beatriz de Cenci*, sem nome de autor e por letra estranha. Desfecharam os censores os mais desapiedados golpes contra o pobre escrito desapadrinhado, e o reprovaram, assacando-lhe primeiramente *erros crassos de linguagem*, e isto num *português de contrabando*. O poeta, que sabia e manejava a língua como mestre, sentiu-se da afronta: e jurando para se tomar vingança dos censores, compôs *as sextilhas de frei Antão*, provando destarte, que além descrever como Castilho e Herculano, quando queria também o fazia numa linguagem particular e privativa de uma época determinada. Foi nobre o desforço, e a resposta cabal e satisfatória!"

Rompera o nome de Gonçalves Dias o nevoeiro que soe obumbrar ainda os mais esperançosos talentos, começava a ser reconhecida e apreciada a sua mestria e o colégio de Pedro II ambicionou-o para seu professor, confiando-lhe as cadeiras de latinidade e história pátria. Nesse estabelecimento normal deixou ele bem gratas recordações, e muitos [29] dos que tiveram a fortuna de ouvir-lhe as lições, comemoram saudosos os arroubos de eloqüência que lhe manava dos lábios quando o assunto lho permitia.

Dos ônus professoral distraiu-o o governo imperial em 1851, confiando-lhe a importantíssima missão de estudar praticamente o estado da instrução pública em várias províncias do norte indicando ao mesmo tempo os meios conducentes a melhorá-la. Recomendava-lhe outrossim o mesmo governo que coligisse nos arquivos públicos e particulares quaisquer documentos úteis à nossa história no período anterior à independência. Do modo por que desempenhou tal incumbência, podem servir de abono os relatórios que por essa ocasião escreveu e que nos consta jazerem desprezados na secretaria do império, e as notícias e apontamentos exarados nas páginas da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

De volta de sua excursão ao norte do império, foi despachado oficial da secretaria de estado dos negócios estrangeiros (em 1852); e nesse mesmo ano contraiu matrimônio com a senhora D. Olympia da Costa, filha do estimável e venerando D. Cláudio Luiz da Costa. Desse matrimônio resultou apenas uma menina que faleceu em tenra idade.

Por tão bem servido se dera o governo imperial com o desempenho da tarefa encarregada a Gonçalves Dias, que lhe confiou outra idêntica ampliando-lhe as proporções. Em 1855 partia ele para a Europa incumbido de estudar nos principais países dessa região os métodos mais seguidos e melhor adotáveis às nossas circunstâncias locais.

Escolhendo Portugal para começo de suas pesquisas, aproveitou utilmente sua estada na antiga metrópole a fim de manusear curiosamente os arquivos de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, extraindo cópias e apontamentos de tudo o que de mais interessante ofereciam para a nossa história colonial.

Reservando para mais tarde ulteriores indagações deixou a pátria de seus maiores para percorrer sucessivamente [30] França, Inglaterra e Alemanha, examinando com esmero todos os estabelecimentos de educação e instrução, e remetendo minuciosos e lúcidos relatórios que parece tiveram a sorte dos primeiros.

Achando-se em Leipzig proporcionou-se-lhe ensejo de entreter amigáveis relações com o muito conceituado livreiro Brockhaus, que lhe sugeriu a idéia de uma edição de seus *Cantos*, que foram dados a lume com o título de *Primeiros, Segundos e Últimos Cantos*. Por esse mesmo tempo (1857) confiou aos tipos o seu *Dicionário da língua Tupi, chamada língua geral dos Indígenas do Brasil*, e os quatro primeiros cantos de uma epopéia americana denominada: *Os Timbiras*.

Regressando ao Rio de Janeiro, não encontrou ai o repouso de que tanto necessitava, mas sim novo apelo no seu nunca desmentido patriotismo. Por indicação do Instituto Histórico e Geográfico, resolvera o então ministro do império, Sr. Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz (hoje barão do Bom Retiro), nomear uma comissão científica a fim de explorar e catalogar as riquezas que com tão pródiga mão doou a Providência a este ubérrimo solo.

Dividida em cinco secções, coube a de etnografia ao nosso poeta, que na composição do seu *Dicionário da língua tupi*, tão amplos conhecimentos revelara na ciência dos Montoyas e Figueiras. A coordenação e redação da viagem ficaram também a cargo do mesmo indivíduo.

Não nos pertence averiguar as causas que fizeram malograr essa generosa tentativa de prosseguir nas investigações científicas do Ferreiras, Câmaras, Bettencourts, Coutos, Feijós e alguns outros beneméritos brasileiros, que, ainda sob o regime colonial, inventariaram nossos naturais tesouros.

Deixando a província do Ceará, escolhida pela comissão como base de suas operações, fez Gonçalves Dias uma curta visita aos seus amigos do Maranhão (em fins do ano de 1860) dirigindo-se daí às duas mais setentrionais província do império. Nas margens do caudaloso Amazonas, [31] pensava ele encontrar a solução dos grandes problemas etnográficos e lingüísticos que tanto têm preocupado os sábios do antigo e novo continente.

Nessas pesquisas consumiu cerca de seis meses, e ao cabo desse tempo achou-se com a saúde tão deteriorada, que forçoso lhe foi tomar o caminho do Rio de Janeiro, onde aportou em princípios do ano de 1862.

Por tal forma agravaram seus crônicos padecimentos hepáticos e pulmonares, que, por conselho dos médicos, resolveu-se a tornar a Europa, abandonando a idéia que a princípio concebera de esperar dos pátrios ares a recuperação de sua saúde.

Na travessia de Pernambuco para o Havre, a bordo do navio francês *Conde*, ocorreu uma circunstância que lhe proporcionou o invejável prazer de ouvir na própria vida o juízo que a nosso respeito terá de emitir a posteridade.

Foi o caso que, havendo falecido no referido navio um passageiro, divulgou-se logo a notícia que fora ele, o ilustre poeta brasileiro, que tão gravemente enfermo se embarcara. A imprensa dos países que falam o idioma português, pranteou-lhe a morte sem distinção de matizes políticos: o Instituto Histórico suspendeu a sua sessão ao saber de tão lamentável ocorrência; na capital e nas demais cidades e povoações do império, celebraram-se missas e ofícios fúnebres, e a família do poeta cobriu-se de pesado luto. Não tardou em ser desmentida a infausta nova por cartas do próprio Dias, que soube tirar partido da eventualidade para chistosas facécias.

Momentâneas foi porém a satisfação dos seus amigos e admiradores: progredia a fatal moléstia frustrando a ciência e solicitude dos mais abalizados médicos. Debalde mudava de clima: a morte seguia-lhe as pegadas, semelhante ao animal que a ligeira seta de destro índio ferio em sua vertiginosa carreira.

Um como sinistro pressentimento advertia-o de seu próximo e trágico fim. Poucos dias antes de deixar as plagas [32] européias, endereçou ele estas linhas ao seu particularíssimo amigo o senhor doutor Leal.

"Amigo Antônio Henriques: - Persuadido que uma longa viagem por mar me há de ser da alguma proveito, resolvi-me a seguir para o Maranhão pelo Havre. Dizem-me que há um navio a sair no dia 10 do corrente (setembro de 1864); se há, vou nele. Em princípios de outubro devo lá estar, *si não ficar no mar...*

No caso da alguma catástrofe, *quod absit*, os retratos ficam para a biblioteca. Os manuscritos (cópias) manda para o Instituto.

Tenho, não sei porque, ainda esperanças que a viagem me fará bem, mas quando mesmo me não dê mal, e muito mal, é mais que provável que tenha ainda o prazer de te dar um abraço.

Adeus. Lembranças a Theophilo, Rego, Pedro, e mil saudades do teu do coração, - Gonçalves Dias."

Firme no propósito anunciado embarcou-se a 14 desse mês e ano barca *Ville de Boulogne*, com destino ao Maranhão, e quando sôfregos aguardavam-lhe a vinda amigos, parentes e afeiçoados, soou a lutuosa notícia de sua morte ocorrida no naufrágio da mencionada barca.

Eis como narrou essa catástrofe o correspondente do *Correio Mercantil do Rio de Janeiro*:

"Começarei esta missiva por uma notícia tristíssima: o doutor A. Gonçalves Dias, morreu no dia 3 do corrente (novembro de 1864) em o naufrágio da barca francesa *Ville de Boulogne*, nas imediações do farol de Itacolomy.

Vinha o navio com quarenta e tantos a cinqüenta dias de viagem do Havre, onde o ilustre poeta embarcou, persuadido de que um longo trajeto marítimo lhe havia de fazer bem, e desejava melhorar, ou morrer e ser enterrado na terra do seu beco. Lá em cima, estava previsto o contrário.

O poeta piorou consideravelmente na viagem. Contam as pessoas da tripulação da barca, que alguns dias antes do [33] naufrágio, já o doente não se podia levantar, nem tomar alimento. Fumou charutos até quanto pôde, e quando nem isso mesmo lhe foi mais possível fazer, dizem que pedia a alguém que fumasse a seu lado e lhe soprasse à boca o fumo. Estava sem carnes, sem voz, sem vida.

O capitão da barca, afirma que, quando o navio bateu nos baixios, já Gonçalves Dias tinha morrido.[332] Acredita-se, porém, que estando o ilustre poeta à morte, a tripulação o abandonou, deixando-o encerrado no camarote, do qual não podia sair por lhe faltarem as precisas forças. Veja que morte aflita e angustiada estava à espera do desditoso poeta!

Achava-se o navio a umas oito léguas do porto da capital.

Dizem os práticos da barra, e consta que o naufrágio parece ter sido intencional, porque no lugar em que ele se deu, só bate o navio que quer bater. Combina-se isto com a notícia de que o capitão não quis receber no Havre passageiro algum, admitindo o doutor Gonçalves Dias, depois de muitas instâncias, persuadido naturalmente de que o passageiro, gravemente enfermo, não agüentaria a viagem.

Logo que se soube do naufrágio, sua Excelência o senhor Presidente da Província, o senhor doutor Chefe de polícia interino, tomaram e expediram todas as providenciais, recomendando muito a procura do cadáver, e dos baús pertencentes à bagagem do ilustre poeta. O segundo, de acordo com o primeiro, ofereceu um prêmio à pessoa que encontrasse o corpo. Outro prêmio e para o mesmo fim foi [34] oferecido por vários amigos do doutor Dias, em cujo número se conta o doutor Antônio Henriques Leal[333].”

Aludindo ao malogro de suas tentativas assim se exprime o referido senhor doutor Leal:

“Por mais diligências que empregamos os amigos e admiradores do poeta, não conseguimos descobrir o cadáver de quem, para dobrado infortúnio, não chegou a dar o último alento nos braços de amizade, ou logrou que seus restos repousassem na terra da pátria, e nem se quer temos podido obter até hoje (Janeiro de 1868) os escritos que consigo trazia, e que param, segundo estou convencido, na cidade de Alcântara em poder de quem pretende, talvez, um dia aproveitar-se com eles.[334]„

Apagada a última cintilha da esperança de encerrar os restos mortais do festejado poeta em modesto e decente jazigo, voltaram-se as vistas dos amigos para a idéia da ereção de uma estátua que transmitisse aos pósteros seu glorioso nome. Abraçada com entusiasmo essa idéia, tem sido sua realização apenas retardada pelas críticas circunstanciais do país, e também pela

---

[332] Numa notícia publicada no *Jornal do Recife* lê-se que logo o navio bateu e o capitão o viu perdido, correu à câmara para ir buscar o Dr. Dias, porém o mastro grande da embarcação, que o choque derribara, caindo desgraçadamente sobre a câmara esmagara o infeliz poeta dentro do camarote em que estava deitado.”
Gonçalves Dias. T. I.

[333] O prêmio oferecido pelo governo montava em trezentos mil reis, e o dos amigos do poeta num conta de reis.

[334] Prólogo das *Obras póstumas* de A. Gonçalves Dias.

grave enfermidade que acometeu a um dos seus principais promotores, o senhor doutor Antônio Henriques Leal.

Gonçalves Dias é inquestionavelmente o nosso primeiro poeta lírico: nenhum melhor do que ele compreendeu e executou as leis desse dificílimo gênero de composição. A bela alma do poeta espelha-se em seus inspirados carmens, e jamais deixou de revelar neles os generosos impulsos que o guiavam. Como os peixes nadam, os pássaros voam, os animais andam ou correm, assim poetava G. Dias, satisfazendo a uma imperiosa necessidade do seu organismo, isto tem o menor cálculo, sem a mínima ostentação.

[35] Eis como o apreciava um estimado crítico contemporâneo:

"Antônio Gonçalves Dias, nas suas *Poesias Americanas*, avantajou-se aos seus predecessores, deixando ficar atrás de si o próprio Araújo Porto Alegre, que, em suas *Brazilianas* lhe mostrara o caminho que cumpriu seguir. Não satisfeito de descrever *subjetivamente* a impressão que lhe causavam as particularidades da natureza e dos costumes brasileiros, ele conseguiu identificar-se *objetivamente* com as idéias e as expressões dos indígenas. Tão depressa o vemos como um vate indiano (*piaga, ou pajé*) explicar ou conjurar as visões, tão depressa entoar cânticos guerreiros, como cantar sacrifícios, e combates sanguinolentos. Ora chorar como um *marabá*, os destinos dessa raça mestiça, desprezada pelos indígenas, ora transformado em menino índio falar dos encantos da *mãe d'água*, que, semelhante às sereias, o atrai para seu leito úmido. Em uma palavra, Gonçalves Dias aproxima-se da *balada*; acha-se no melhor caminho para criar uma poesia verdadeiramente *nacional* e revestida de forma apropriada ao gosto do nosso tempo. Não é pois para admirar que as suas *Poesias Americanas* tenham adquirido no Brasil uma grande popularidade."[335]

Não foi só no Brasil que as *Poesias Americanas* granjearam súbitos louvores ao nosso autor: vulto mais proeminente da literatura portuguesa contemporânea assim se expressou noutro escrito justamente célebre.[336]

"Quisera que as *Poesias Americanas*, que são como o pórtico do edifício[337] ocupassem nele maior espaço. Nós poetas transatlânticos há, por via de regra, demasiada reminiscência da Europa. Esse novo mundo que deu tanta poesia a Saint-Pierre e a Chateaubriand é assaz rico para imperar [36] e nutrir os poetas que crescerem à sombra de suas selvas primitivas."

Cedendo a tais conselhos e exortações, consagrou-se Gonçalves Dias ao estudo da teogonia dos nossos indígenas, pesquisou-lhes as crenças e usanças, e nesse ponto levou as lampas (como muito bem observa Wolf) ao próprio senhor Porto-Alegre, *que lhes mostrara o caminho*. No colorido porém dos quadros, na plástica representação da esplêndida natureza tropical ficou muito abaixo de seu émulo.

Seguindo a trilha dos senhores Malgalhães e Porto Alegre logrou Gonçalves Dias desde a sua primeira aparição no cenário da literatura nacional, ser contemplado entre seus principais chefes, excedendo-lhes ainda em popularidade. A razão dessa sobre excelência cumpre buscar no fanatismo com que a juventude segue todas as inovações, e nessa espécie de *feitiço* operado pelo vocabulário indígena que o poeta naturalizou em seus Cantos. À exceção de um, ou de outro termo, indispensável para exprimir idéias que desconhecia a velha

[335] O senhor Fernando Wolf na sua obra intitulada: *Brésil littéraire.*
[336] *Futuro literário de Portugal e do Brasil*, pelo autor senhor Alexandre Herculano.
[337] Referia-se aos *Primeiros Cantos*, impressos pela primeira vez no Rio de Janeiro.

linguagem de nossos pais, cremos desnecessários semelhantes neologismos, e no nosso pensar mal inspirado andou o poeta dando-lhes tanta voga e inoculando na nova e esperançosa geração, o vírus da logomaquia.

Não era só em versos que sabia escrever o distinto literato: a prosa também mereceu-lhe particular esmero e, nas páginas da *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, acham-se registradas Memórias suas de reconhecido merecimento. Dentre elas avantajam-se pela importância dos assuntos e mestria de execução as intituladas *As Amazonas* e o *Brasil e a Oceania*.

No primeiro desses trabalhos investiga o grau de credibilidade que merece a tradição das amazonas na Scythia e na Líbia, e os motivos que tiveram Orellana e Christovão da Cunha para supor a sua existência nas margens do majestoso rio que delas tomou o nome. Ao cabo de erudita e lúcida discussão, propende o autor pela negativa e afirma que jamais existiram semelhantes criaturas em parte alguma do mundo.

[37]*O Brasil e a Oceania*, é um estudo de etnologia que abundantes luzes derrama sobre as intrincadas questões das origens das autóctones das novas regiões reveladas à Europa pela impavidez de seus nautas. Fazendo passar pelo esmeril de sua delicada crítica as várias opiniões dos sábios que largamente se ocuparam da matéria, revelou uma proficiência científica que não era dado esperar de quem tão avezado estava aos arroubos da imaginação.

Antes de concluirmos esta rápida apreciação das obras de Gonçalves Dias, digamos duas palavras acerca dos *Timbiras*. Consideramo-lo como soberbo peristilo de colossal templo, cuja arquitetura ciclópica fusta-se ao compasso de Vetrúvio e Vignólia. É porém uma obra inacabada, onde nem se quer se pode rastrear a traça que o autor pretendia dar-lhe, sendo portanto impossível aferir-lhe o mérito.

As *Obras Póstumas*, piedoso sarcófago erguido pelas mãos de amizade encerram as relíquias literárias do malogrado poeta. Como soe acontecer em tais publicações e ouro, as pérolas e as pedras preciosas brilham ao lado das lantejoulas e das estalactites: produções efêmeras, ou mirando alvos mal conhecidos, sentem-se vexadas e confusas, tendo de comparecer no *agora* da imprensa. Representam outras esses períodos de transição, essas aspirações vagas e indefenidas, que os autores, semelhantes aos pintores de antiguidade, escondem cautelosamente às vistas profanas.

Pelo que dissemos, vê-se que Gonçalves Dias nascera poeta, como nasceu Camões e Bocage; o estudo aprimorou-lhe o estro: e si mais vivesse, e lhe fosse dado lançar retrospectivo olhar para seus escritos, temos fé que deles apagaria algumas nódoas, e castigando-os com a lima de Horácio, legaria à posteridade irrepreensíveis e invejáveis exemplares de bom gosto e castiça linguagem.

Nova Friburgo, 20 janeiro 1870

J. C. Fernandes Pinheiro

“Advertência”. In: PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Postilas de retórica e poética*. 1 ª. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872.

ADVERTÊNCIA

———

Havendo me demonstrado a experiência o inconveniente das postilas manuscritas, resolvi imprimir as que, em desenvolvimento do Programa adotado, ditei aos alunos das classes que leciono no Imperial Colégio de Pedro II.

A estreiteza do tempo de que podem dispor os mencionados alunos aconselhou-me a maior concisão na exposição dos preceitos, deixando para a explicação oral o preenchimento das lacunas que nelas se hão de notar.

Poucos foram os exemplos com que busquei confirmar esses preceitos; porquanto, em conformidade do aludido programa, é no sétimo ano que, estudando a literatura nacional, oferece-se excelente ensejo para verificar a aplicação da teoria anteriormente aprendida.

Se algum mérito existe neste mesquinho trabalho é do método e clareza, aprendidos no magistério dessas matérias no longo período de dezoito anos. Oxalá possa ele ser de algum proveito à juventude para quem o escrevemos e a quem também a dedicamos.

Rio de Janeiro, 1º- de Dezembro de 1871.

J. C. Fernandes Pinheiro.

PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Postillas de retorica e poetica* (excertos). 1 ª. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872.

POSTILAS DE RETÓRICA E POÉTICA

(excertos)

PONTO XVI

ORIGEM E DEFINIÇÃO DA POESIA E POÉTICA

Perde-se a origem da poesia na noite dos tempos, não se podendo designar o povo onde primeiro fizesse sua aparição. No pensar de alguns autores é ela anterior à prosa; na Grécia os *oedos* precederam aos *logógraphos*: Homero e Hesíodo celebraram as legendas nacionais muito antes que Heródoto as coligisse em sua monumental história. Vulgar é o prolóquio – *os oradores fazem-se, os poetas nascem* -: a inspiração poética conhecida pelo nome *d'estro* é um dom natural, susceptível todavia de cultura e aperfeiçoamento.

Se a nossa raça, como asseveram os etnólogos, procede da Índia, aí deveram ter existido os primeiros poetas cujos cantos registram os *Vedas*. Em seu longo peregrinar deixaram os *aryas* vestígios da faculdade inventiva que os caracterizava e dos singulares dotes de uma fulgurante imaginação. Nem menos favorecidos foram os *semitas* como, no-lo atestam as brilhantes poesias hebraica e árabe, cujos fragmentos ainda hoje admiramos. Refratária à civilização, a raça etíope parece contudo não haver desconhecido o mágico poder da poesia, porque nos cânticos guerreiros das tribos africanas descobre-se o elemento lírico, bem como em suas elegias o sentimento da dor ou da tristeza. No unânime dizer dos viajantes existiam poetas entre os americanos e polinésios e, pelo que nos diz mais particularmente respeito, sabido é que as tribos brasílicas possuíam os seus *piágas* e *nhengaçaras* cujas inspiradas estrofes tanto apraziam a Thevet e a Lery.

Supõe-se, com bons fundamentos, que a primitiva manifestação da poesia devera ser lírica e elegíaca, passando depois a épica e mais tarde a dramática. A poesia bucólica ou pastoril, bem como a didática, não constituem, na opinião de Hegel, gêneros distintos. A primeira é uma espécie lírica que existiu desde as mais remotas épocas da humanidade nas rudes canções dos pastores, e só muito tarde foi submetida a regras pelo delicadíssimo engenho de Theocrito. Tendo por principal móvel a instrução acompanhada de deleite, bastante perde a poesia didática dos predicados característicos da verdadeira poesia; por isso o abalizado crítico alemão, supra citado, recusa-lhe os foros de gênero poético.

Pelo que acabamos de dizer intuitivo é que os gêneros poéticos reduzem-se a três, a saber: o *lírico*, nascido do arroubo e da inspiração do momento; o *épico*, destinado a celebrar as façanhas dos heróis e as lendas das primeiras idades; e o *dramático*, que põe em ação fatos imaginários, buscando comover os corações pelo patético, ou corrigir os costumes pelo ridículo. A esses três gêneros juntam alguns autores o *elegíaco*, em que se lamentam as

desditas e infortúnios, ou pinta-se o estado da alma, propenso à melancolia; o *bucólico*, ou *pastoril*, constante do canto dos pastores, e quaisquer outros habitantes permanentes dos campos; e finalmente o *didático* em que se formulam as regras de alguma ciência ou arte, ou se preceituam máximas morais e filosóficas.

Depois de havermos perfunctoriamente discorridos sobre a origem da poesia e a divisão dos seus gêneros, vejamos qual a melhor definição que se lhe possa dar.

Poesia é a expressão do belo e do sublime por meio da palavra melodiosa.

Esta última condição é a que essencialmente a distingue da prosa; sem o ritmo, muitas composições poéticas, por exemplo as didáticas, se confundiram com a prosa, que aliás possui alguns trechos, como os de Garrett, Herculano e Castilho, que podem emparelhar com os da melhor poesia.

Dissemos que era esta a expressão do belo e do sublime, porque tais sentimentos elevam a alma, fazendo-a sair das condições normais do domínio da prosa. Sempre que nos sentimos agradavelmente impressionados, ou quando profunda comoção nos abala o ânimo, desperta-se-nos o estro e respiramos um ambiente poético.

A poesia, assim como a eloqüência, é uma faculdade inata; a arte porém que nos dirige no uso dessa faculdade chama-se *poético*.

(...)

PONTO XXV

DA CRÍTICA LITERÁRIA

Crítica literária é o juízo imparcial e esclarecido das obras dos escritores antigos e modernos. Exige retidão de espírito, sentimento vivo e delicado das belezas e defeitos, grande honestidade e elevação de vistas, inteligência profunda da verdade, e erudição sólida e variada.

Uma severidade exclusiva que reduzisse o belo a formas convencionais, a condições externas e secundárias, não seria verdadeira *crítica*, a qual deve ser obra do talento e muitas vezes do gênio que julga com indulgência e não dá pábulo ao ciúme e à inveja.

Dá-se vulgarmente o nome de *crítica* a um acervo de juízos mesquinhos em que o capricho e a malignidade profligam sem plano o lado mau das coisas e os ridículos do autor. Essa nunca foi a verdadeira *crítica*, que fazendo garbo de desinteresse, folga com os triunfos alheios, e jamais se esquece da polidez e cavalheirismo tão necessários no trato das letras.

A *crítica* originou-se do exame das boas obras, assim como a retórica nasceu do estudo dos primores da eloqüência. Os exemplares legados pelos grandes mestres revelam-nos as belezas em todo a sua plenitude e nos dão idéias claras daquilo de que só possuímos confusas e vagas noções. O gosto apura-se com o manusear dos grandes modelo; a reflexão corrige os erros e desenvolve o sentimento do belo. O gênio em sua pasmosa irradiação pode compreender e exprimir o que há de mais elevado, independentemente do estudo e aplicação das regras; os grandes mestres da antiguidade acharam em si próprios as mais belas e sublimes

inspirações. Mais tarde porém conheceu-se que havia necessidade de preceitos para evitar erros que os maiores engenhos haviam cometido, fazendo outrossim caminhar o espírito humano a novas conquistas e poupando-lhe experiências e tentativas por outros já ensaiadas. Foi este o pensamento que determinou Platão a escrever os seus *Diálogos* e Aristóteles as suas *Retórica* e *Poética*, genuínos códigos do bom gosto, destinados a um povo que achava a representação viva e animada do belo nos versos dos seus poetas e nos discursos dos seus oradores.

Convém o papel de crítico aos espíritos sãos e delicados, que destituídos da qualidade inventiva limitam sua ambição a analisar os trabalhos alheios, apontando-lhes as belezas e defeitos: são os magistrados da literatura que aplicam as leis com amplo conhecimento de causa. Bem que modesta, não é menos útil a sua missão; e Horácio, que com tanta proficiência a desempenhou, comparava-se à pedra de afiar que dá corte ao ferro sem ter a virtude de cortar.

> "..... *Fungar vice cotis, acutum*
> *Reddere quae ferrum valet, exsors ipsa secandi."*

Há três maneiras de proceder-se à crítica: pela impressão que resulta da primeira leitura de qualquer obra; pela análise detida e minuciosa de cada uma de suas partes, tomadas em separado; e pela confrontação da obra que analisamos com outra de natureza idêntica, ou semelhante.

O primeiro método é mui suscetível de erros; porquanto quase sempre nos entusiasmamos, ou indignamos com as primeiras palavras do que lemos, e se formos julgar pelas impressões que resultam dessa rápida e imperfeita leitura, raramente deixaremos de incorrer em graves injustiças e inexatidões.

O segundo método tem o inconveniente da falta de unidade, podendo acontecer que o mérito da obra esteja no conjunto de todas as suas partes, algumas das quais, consideradas destacadamente, não sejam escoimadas de imperfeições.

O terceiro método deve ser o preferido com a cláusula de uma conscienciosa análise, tanto absoluta como relativa ao espírito da obra.

Deparando o crítico com a razão da sua existência, confrontá-la com outras congêneres, tendo em atenção as diferenças de tempo, lugar, etc.; porquanto absurdo seria pretender que os personagens de Ilíada procedessem do mesmo modo e tivessem idênticas idéias que os contemporâneos de Péricles, ou Alexandre.

Condição essencial é do crítico transportar-se pela imaginação a época em que foi escrita a obra que tem de julgar, fazendo consciencioso estudo das idéias que então dominavam e do caráter dos homens que tomaram ativa parte nos acontecimentos. Aristarco é apresentado como o tipo de bom crítico, e Zoilo do mau.

"Prefação". In: PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Resumo de história literária*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1873.

PREFAÇÃO

Obrigado pelos deveres do magistério a estudar as fontes da literatura nacional concebemos a idéia da obra, que ora submetemos à correção dos doutos.

Lançamos rápido olhar sobre as literaturas estrangeiras apreciamos perfunctoriamente as hebraica, grega latina, italiana, francesa, inglesa, alemã e espanhola; que, mais ou menos, influirão para a formação, ou aperfeiçoamento da nossa.

Detivemo-nos mais na portuguesa, e passando a luso-brasileira procuramos cuidadosamente seguir-lhe os lineamentos, como que a surpreendendo nos recônditos arcanos do seu gênesis.

No desempenho do nosso plano é bem possível que não tenhamos atingido o alvo; que numerosos sejam os erros e omissões, involuntariamente cometidos; resta-nos porém a grata consolação de havermos sido o primeiro em trilhar semelhante vereda: assim como coube-nos a honra de ter escrito, há dez anos, o primeiro *Curso Elementar de Literatura* que possuía a língua portuguesa.

Com franqueza e lealdade citamos os mananciais onde fomos saciar a nossa sede de saber, e, como a abelha, sugamos de todas as flores o suco que mais nos aprouve.

Respeitando os indivíduos, e acatando as suas opiniões, não renunciamos o direito de aquilatá-las pelo crisol da nossa crítica.

Aceitamos e agradecemos conselhos e admoestações, firme porém no propósito de não entreter polêmicas, nem repelir *injúrias*.

Rio de Janeiro, 16 de Dezembro de 1872.

PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Resumo de história literária* (excertos). Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1873.

RESUMO DE HISTÓRIA LITERÁRIA

(excertos)

PROLEGOMENOS

Literatura é conjunto das produções escritas d'um país e durante uma época, ou de todos os países e em todas as épocas.

Debaixo da denominação de *história literária* compreende-se a enumeração e rápida análise das produções literárias.

Ao princípio a palavra literatura aplicava-se também às ciências e artes, mais tarde porém reconheceu-se a necessidade de restringir-lhe a significação, limitando-se aos assuntos em que o útil pudesse se aliar ao agradável. Ora, entre esses assuntos ocupa a poesia o primeiro lugar, seguindo-se-lhe a história, a eloqüência, o romance, e as narrativas de viagem, fazendo-se mister para todas essas manifestações do pensamento a palavra, verdadeiro característico da espécie humana, como mui judiciosamente observa Max Muller[338]. Em verdade que não poderá Deus fazer-nos mais valioso donativo, por si só capaz de exprimir todos os nossos sentimentos, e ainda seus variados matizes e cambiantes. Mas se a palavra, como emanação divina, tem todos os predicados que acabamos de indicar a invenção da escritura foi talvez a mais prodigiosa de que se pode gloriar o engenho humano.

Tão íntimo é o nexo entre o pensamento e a palavra que quase as não podemos figurar separadamente, e ainda nas mais usuais aplicações aparecem eles reunidos: e se bem que não subordinemos a existência do pensamento à da palavra somos dos que crêem que ficaria aquele em estado embrionário sem o poderoso auxílio que esta lhe ministra.

Não dissimulemos que se pode facilmente abusar de tão preciosos dons; mas tal é o conceito que de sua dignidade e importância formamos que cremos que tais abusos (aliás inerentes às coisas humanas) jamais lograrão marear o esplendor dos mencionados dons.

Inútil seria por certo querer demonstrar a suprema influência que exerce a palavra sobre todos os atos da vida, em todas as relações sociais e civis, e a profunda impressão que em nosso ânimo exerce a energia da linguagem. O juízo que formamos das nações e determinado pelas mesmas causas que regulam o nosso juízo a cerca dos indivíduos: estamos naturalmente predispostos a reconhecer como mais espirituoso e civilizado o povo que com maior elegância e clareza se exprime. Daí procede que muitas vezes damos os epítetos de bárbaros e selvagens aos que nos são pouco, ou nada conhecidos, mas cuja linguagem é tosca e rude.

A dignidade e importância das ciências e artes, que se manifestam pela palavra, serão melhor compreendidas examinando-se a imensa influência que nos destinos das nações

[338] Science du Langage, 3me leçon.

exerceram: é então que com toda a sua plenitude e majestade se patenteia a literatura, complexo das produções intelectuais de um povo.

O mérito e o esplendor de qualquer nação não se determina somente por vastos e assombrosos feitos; porquanto nações houve (aliás opulentas de glória), que pereceram no olvido, enquanto outras, mais felizes, transmitiram aos pósteros as lembranças de suas proezas, porque o pregam de sua glória chegou-nos pela voz do gênio. Quem falaria hoje de Aquiles e dos outros heróis do ciclo troiano se seus nomes não fossem talhados nos mármores da Ilíada e da Odisséia? Feitos memoráveis, pasmosos acontecimentos, grandiosos destinos, não bastam para prender a atenção e determinar o juízo da posteridade; preciso é que suas vitórias e

Façanhas sejam enobrecidas pelo imaginoso estilo de um Tito Lívio, suas desgraças e decadência comemoradas por um Tácito, pois só assim ocupará em nosso ânimo mais elevada plana do que essa multidão de povos que, indiferentes vemos desfilar no cenário da história; alternativamente vencedores e vencidos.

Demonstrada perfunctoriamente a utilidade da literatura ocupemo-nos com sua divisão.

Considerada em seu objetivo divide-se em *sagrada* e *profana*.

Literatura sagrada é a que se ocupa com assuntos fornecidos pelos livros do Antigo e Novo Testamento, escritos dos Santos Padres, vidas e legendas dos santos.

Literatura profana é a que trata de todos os outros assuntos, não compreendidos na anterior classificação.

A literatura profana subdivide-se em *clássica*, *romântica* e *realista*.

Literatura clássica (que se deriva do vocábulo latino *classis*) é a que toma por modelos as monumentais obras legadas pela antiguidade greco-latina, procurando em imitações, mais ou menos felizes, aproximar-se a esses padrões.

Literatura romântica é a que, abjurando a plástica imitação dos clássicos, buscou na inspiração cristã e nas tradições cavalheiresca da idade média o tema de suas composições. Chamou-se *romântica* por causa *do romance provençal* em que os trovadores e menestréis escreveram seus poemas e canções.

Literatura realista é a que pretende pintar a natureza em sua casta nudez, e fotografar em seus inúmeros acidentes os fenômenos da vida humana. Nasceu da reação operada por Goethe contra o *idealismo vaporoso* de Schiller e seus sectários.

Há quem pretenda classificar as literaturas segundo as línguas em que foram compostas as obras; infundada julgamos semelhante pretensão; por isso que obras existem escritas em latim, francês, etc., e que, por forma alguma, podem ser compreendidas nas literaturas a que à primeira vista parecem pertencer. O bispo D. Jerônimo Osório, compondo a sua magistral obra *De rebus Emanuelis Gestis*, não teve por um instante a veleidade de querer ser contemplado na família dos Suetônios e Quinto-Curcios; e Sylvestre Pinheiro Ferreira pertence incontestavelmente à literatura portuguesa, ainda que tenha muito escrito na língua de Bemjamim Constant. Fénimore Cooper, Washington Irving e Longfellow, podem ser considerados clássicos da língua inglesa, em que pese aos sucessores de Addison e de Johnson.

(...)

LIVRO DÉCIMO

—

LITERATURA LUSO-BRASILEIRA.

A epígrafe que adotamos para este livro manifesta a toda a luz nosso modo de sentir na debatida questão da nacionalidade literária que alguns eruditos quiseram atribuir-lhe aos escritores brasileiros. Havendo lido e meditado no que a tal respeito disseram os senhores Magalhães[339] Varnhagen[340] Pereira da Silva, Abreu Lima, Gama e Castro, Santiago, Norberto, Alencar, e outros, chegamos a íntima convicção de que – a nossa literatura é um garfo do tronco português, um ângulo que se afasta do seu vértice, à proporção que se distancia a época do descobrimento e colonização, e pela força das causas que modificam à índole e os costumes dos dois povos co-irmãos. – Em vez de entrar no pleito, onde nada de novo poderíamos ajuntar ao que tão luminosamente foi alegado pró e contra, preferimos demonstrar praticamente a nossa opinião bosquejando a história dessa literatura, desde a aurora da sua aparição até o momento em que estas linhas traçamos[341]. Dividi-la-emos em três períodos a saber o da *formação* (séculos XVI-XVII), o do *desenvolvimento* (século XVIII) e o da *reforma* (século XIX).

(...)

———————

[339] Hoje barão d'Araguaia.
[340] Atualmente barão de Porto-Seguro.
[341] *Scribitur ad narrandum, non ad probandum*, como dizia Tácito.

"Notícia sobre a vida e obras de Luiz de Camões". In: CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*: poema épico (edição para as escolas com uma notícia sobre a vida e obras do autor pelo Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro e com um estudo sobre Camões e os Lusíadas por José Veríssimo da Academia Brasileira). Rio de Janeiro: F. Briguiet/H. Garnier, Livreiro-Editor, 1873, p.VII-XII.

NOTÍCIA SOBRE A VIDA E OBRAS DE LUIZ DE CAMÕES.

———

Luiz de Camões, filho legítimo de Simão Vaz de Camões e de Anna de Sá e Macedo, nasceu no ano de 1524.

Por ocasião da peste que assolou a capital do reino no ano de 1527 transferiu Simão Vaz sua residência para Coimbra, onde seu filho Luiz fez os primeiros estudos no colégio de Sta. Cruz, freqüentado pelos mancebos das principais famílias.

Sua primeira poesia (a *Elegia à Paixão de Cristo*) dedicou-a a D. Bento de Camões, abade geral do mosteiro de Sta. Cruz, e irmão de seu pai, a quem principalmente devia a educação literária que estava recebendo.

Pela mesma época (1539) traduziu e comentou os *Triunfos* de Petrarca.

O *Auto dos Anfitriões* foi composto em 1532, e crê-se ter sido representado pelos estudantes da universidade, na qual completara seus estudos de humanidades, [VIII] visto como André Falcão de Rezende denomina-o de *bacharel latino.*

No ano seguinte (1553) o vemos de volta a Lisboa, onde começou a freqüentar os serões do paço, sendo muito aceito por damas e cavalheiros, por causa de seu grande engenho poético.

Cedendo à decidida vocação que tinha pelo teatro, escreveu a comédia d'*El-Rey Seleuco*, representada em casa de Estácio da Fonseca no ano de 1545. Nesse mesmo ano tiveram princípio os amores de Camões com D. Catharina d'Athayde, filha de D. Antônio de Lima, cujos amores se podem considerar como causa primordial dos infortúnios do poeta.

Desterrado da corte, em razão da grande notoriedade desses amores, contrariados pela família da donzela, dirigiu-se à cidade de Coimbra, onde esperava achar distração na douta convivência de seu tio. Soube porém em caminho que falecera este a 2 de Janeiro de 1547; e tomou então a resolução de oferecer-se para ir servir na África, procurando a morte honrosa no campo da batalha. Aceito o oferecimento, embarcou-se para Ceuta, onde se conservou dois anos, adquirindo reputação de bravura e trazendo certificado de suas proezas na perda do olho direito.

Já em 1550 sabemo-lo de volta à capital, onde todavia não pôde permanecer, como no-lo atesta o fato de ter tomado passagem para a Índia na nau *S. Pedro dos Burgalezes*. Havendo essa nau arribado, desembarcou Camões e deixou de partir para o seu destino.

Em conseqüência de um conflito suscitado entre o nosso poeta e Gonçalo Borges, moço de arreios de D. João III, do qual resultou o fermento do segundo dos contendores, foi o primeiro recolhido à cadeia da cidade, onde consta compusera o primeiro canto [IX] dos *Lusíadas*, inspirada pela leitura das *Décadas* de João de Barros.

Obtido o perdão de Gonçalo Borges, foi posto em liberdade, podendo dar cumprimento ao seu desejo de visitar as regiões do Oriente. Efetivamente a 24 de Março de 1553 embarcou-se na nau da carreira da Índia intitulada *S. Bento*, em substituição de Fernando Casado, e servindo-lhe de fiador seu tio Belchior Barreto. Recebeu de ajuda de custo para os preparativos da viagem a quantia de *dois mil e quatro centos réis!!*

Chegando a Goa em princípios de Setembro desse ano, acompanhou no mês de Novembro ao vice-rei D. Affonso de Noronha em sua expedição contra o Chembé. No ano seguinte fez parte de outra expedição o Achem, e sempre em companhia de D. Fernando de Menezes, filho do vice-rei, percorreu toda a costa de Malabar.

Sucedendo a seu velho amigo e protetor D. Afonso de Noronha o *jovem e severo* Francisco Barreto (em 1555), mudada se achou a situação do poeta. Parece que ao princípio excelentes foram as relações entre ambos, visto como para solenizar a sua posse escreveu Camões o seu ato de *Filodemo*, infelizmente seguido de uma virulenta sátira em que foram rudemente verberados alguns indivíduos preponderantes na capital da Índia Portuguesa.

Com o fito de subtraí-lo à vingança desses indivíduos, mandou-os o governador Barreto exercer o cargo de *provedor mor dos defuntos e ausentes de Macau*. Partiu para essa longínqua paragem em 1556, e na aldeia de Patane aperfeiçoou o primeiro canto e compôs mais cinco dos *Lusíadas*.

Ao cabo de dois anos (1558) foi mandado ir a Goa sob prisão, por ordem de Francisco Barreto, em cujo ânimo haviam prevalecido as intrigas urdidas contra o honrado funcionário. No trajeto naufragou na [X] costa de Cambaia, junto a foz do rio Mercon. Nesse naufrágio perdeu tudo o que possuía, salvando dificultosamente os seis cantos dos *Lusíadas*, a que já nos referimos.

Chegando a Goa, foi mandado para a cadeia até justificar-se das acusações que lhe eram feitas, e aí soube do falecimento de sua adorada *Natercia* (D. Catharina d'Athayde).

A 3 de Setembro de 1558 tomou posse do governo da Índia na categoria de vice-rei D. Constantino de Bragança, sendo um dos seus primeiros atos restitui a poeta ao uso da liberdade.

Dias serenos e despreocupados deslizaram-se-lhe durante os vice-reinados de D. Constantino de Bragança e de D. Francisco Coitinho, (conde de Rezende): invejou-lhe porém a sorte tão longa ventura, porquanto em 1561 visitou de novo os cárceres, a requerimento de Miguel Rodrigues Coitinho, mais conhecido pela alcunha de *Fios secos*. Obstou-lhe essa prisão acompanhar o conde em sua expedição destinada a firmar pazes com o Samorim.

Recuperada a liberdade, depois de saldado o seu débito com Miguel Rodrigues, entrou nas boas graças do vice-rei até a época do falecimento deste último (1564). Na pessoa do que veio substitui-lo (D. Antão de Noronha) encontrou um velho amigo, que, desejando isentá-lo da posição precária que até então tivera, deu-lhe a sobrevivência da feitoria de Chaul, da qual infelizmente nunca chegou a gozar-se.

Foi por esse tempo que Camões se lembrou de colecionar suas poesias líricas, a que deu título de *Parnaso*.

Cansado de esperar pela vacatura da feitoria de Chaul, aceitou o convite que lhe fizera Pedro Barreto de acompanhá-lo a sua capitania de Moçambique. O desacordo dos dois caráteres cedo manifestou-se, [XI] rompendo as hostilidades por ocasião de reclamar Barreto o pagamento de duzentos cruzados que emprestara ao poeta.

Ai nessa remota colônia africana curtiu todas agruras da miséria buscando resfôlego no retoque e conclusão de sua imortal epopéia (os *Lusíadas*) e coordenação de suas poesias líricas (o *Parnaso*), que se julga terem-lhe sido aí roubadas.

A providencial arribada da nau *Santa Clara*, em que regressavam ao reino D. Antão de Noronha e muitos outros amigos, permitiu-lhe voltar à pátria, cujas saudosas plagas saudou no dia 7 de Abril de 1570. Aí chegando soube da morte de seu pai e do estado vizinho da miséria em que vivia sua mãe.

Graças à valiosa intercessão de D. Manuel de Portugal pode apresentar *Os Lusíadas* a el-rei D. Sebastião, alcançando a 23 de Setembro de 1571 alvará de privilégio para a sua impressão, depois das indispensáveis censuras. A 12 de Março do ano seguinte (1572) obteve a mais dificultosa das licenças censórias (*a do santo ofício*) mediante os bons ofícios do ilustrado dominicano frei Bartolomeu Ferreira, íntimo amigo de poeta, e cujos conselhos consta terem-lhe sido de grande valia.

Em remuneração do relevante serviço prestado às letras e também aos seus feitos nas partes da Índia concedeu-se-lhe a tença de QUINZE MIL RÉIS durante três anos. Pela apostila de 2 de Agosto de 1575 ou torgou-se-lhe prorrogação de outros três anos, cujo pagamento se retardou em razão dos lamentáveis acontecimentos que assinalaram os últimos dias do reinado de D. Sebastião. Em 1576 obteve ordem para que se lhe pagassem os atrasados; e grato a tão *benigno despacho* oferece a el-rei três oitavas comemorativas do donativo que lhe fizera o papa remetendo-lhe uma seta que penetrara o corpo de D. Sebastião. Celebrou também a benção do estandarte [XII] que devera ser levado à expedição da África, e mostrou-se sumamente magoado pela preferência dada a Diogo Bernardes para cantor da sobredita expedição.

Vítima da peste que açoitou Lisboa nesse ano, sucumbiu (a 10 de Junho de 1580) ao receber a notícia do desastre de Alcacer-Kebir, na pobre casa de sua residência, à rua de Sta. Ana, junto à praça hoje denominada de – *Camões* -, onde se ergue a sua estátua, obra do escultor Vitor Bastos.

———————

T E X T O S E M P E R I Ó D I C O S

[*A Religião* (1848-1850), *Guanabara* (1849-1856) e *Revista Popular* (1859-1862)]

A R e l i g i ã o (1848-1850)

“Poesia: uma visão”. *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 5, vol, 1, 1 de agosto de 1848, p.8.

POESIA.

Uma visão.

___

Et ecce ego vobiscum sum omnibus
Diebus, usque ad consummationem
saeculi.
(S. Math., cap. 28, vers. 20)

Jazia a humanidade envolta em trevas:
Era tudo silêncio!... a natureza
Parecia dormir sono tranqüilo:
Em meu humilde leito repousava
Dos labores do dia.

Numa barca lutando ao som dos ventos,
Com tartareo fragor mugindo os mares,
A meus olhos um velho s’apresenta
De notável figura, grave aspeito.
Horrível furacão, procela ingenta,
O seu fraco baixel assoberbava,
E o Anjo da Morte sobre o triste
Já pairava medonha.

Uma Cruz sem igual, Cruz luminosa,
Rutilava no Céu: nesse momento
Ferem meu coração vozes divinas:
“Nada temas, bom velho, que eu prometo
Contigo estar, até que o mundo inteiro
Tenha ao nada volvido.”
Tal dizendo, escampou-se a tempestade,
E com vento galerno a barca voga.

Se aniquila a razão ante o mistério:
E minha fraca mente não podia
Esse véu penetrar d’atra espessura.
Mas um Anjo de Deus, do Céu baixando,
Tais palavras me diz com voz sonora:
“Esse velho que viste, venerando,
É aquele que em Roma sempiterna,
Na cadeira de Pedro hoje se assenta.
O baixel, que tão fraco parecia,
É o Filho de Deus, Igreja Santa:
E as vagas, que bramiam furiosas,
Os crimes, as paixões, são dos humanos!
A que ouviste promessa, foi de Cristo:
Pode a Igreja ser fraca, ser nutante,
No deste mundo movediço solo;
Mas vê-la perecer na terra... nunca,
Que a palavra de um Deus cumprir se deve.”

Como um sonho fugaz desaparece
Dos meus olhos o Anjo!...

J. C. Fernandes Pinheiro Junior.

“A morte do cristão: canção”. *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 8, v.1, sexta-feira 15 de setembro de 1848, p. 8.

POESIA

A morte do cristão

Canção.

Vous pleurez! Et dejà dans la coupe sacrée
J’ai bu l’oubli dês maux, et mon ame enivrée
Entre au celeste port.
(Lamartine, 27 me. MEDITNTION).

1.
No leito da morte
Jazia prostrado
Cristão virtuoso,
De filhos cercado.

2.
A terra consocia,
Esposa querida,
Da dor mais pungente
Se via aprimida.

3.
Um sábio ministro
Da Cruz sacrosanta,
Lhe prega doutrina
Tão doce, que encanta.

4.
Lhe diz que por Cristão
Já foi prometido,
Lugar para o justo
No Céu escolhido.

5.
Que em harpas douradas
Um hino entoando,
Celestes Arcanjos
O estão esperando.

6.
Assim preparado
Cristão moribundo,
Sem dor, sem saudade,
Se aparta do mundo.

7.
“Oh! filhos queridos,
Oh! cara consorte,
Lhes diz com voz fraca
Nas vascas da morte.”

8.
“Em Deus confiado,
Em Deus tão clemente,
Eu morro feliz
Eu morro contente.”

6 sic. (9).
Depois um silêncio
Profundo reinou:
A alma do justo
Pra o Céu remontou!

J. C. Fernandes Pinheiro Júnior.

"A anunciação da virgem". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 15, v.1, segunda-feira 1 de janeiro de 1849, p.7-8.

A ANUNCIAÇÃO DA VIRGEM.

Canto.

Ecce enim ex hoc beatam me decent omnes gnerationes, quia fecet mihi magna, qui potens este t sanctum nomem ejus.
(S. Luc. Cap. 1, vers. 48-49).

I.
Chegara o tempo, que os Profetas tinham
Por vezes nove ([342]) ao povo anunciado,
E mil anos havia ([343]), que um rei sábio ([344])
Maravilhoso templo edificara:
Na casa de Jacob o cetro empunha
Herodes Idumeu, príncipe estranho ([345]):
E vive em Nazaré, pobre esquecida
Uma Virgem d'Heróis mil descendentes ([346])
Que esposara Joseph, lhe prometendo
Dos Anjos a pureza conservar-lhe ([347])
Desd'aurora da vida consagrada
Ao templo do Senhor, ali pensava
Do sacrosanto culto nos mistérios.
II.
Dourava o sol um dia n'ocidente
O cume das montanhas, quando um Anjo

[342] As nove profecias de que aqui falamos são: 1ª., a que Jacob fez a seus filhos, prometendo-lhes que o Mesias nasceria da sua raça: 2ª., as palavras de Moisés aos Judeus significando-lhes que Deus enviaria um Profeta semelhante a ele, e que seriam punidos se o não escutassem: 3ª., o salmo 109, em que David fala de um Sacerdote, segundo a ordem de Melchisedech, cujo sacerdócioseria eterno: 4ª., o salmo 21, no qual se representam os sofrimentos do Messias, e de que Jesus fez aplicação a si na Cruz: 5ª., a profecia de Isaias, que anuncia que um menino nasceria de uma Virgem, tendo por nome *Emanuel*. (Deus conosco): 6ª., o capítulo 53º., do mesmo profeta, onde se fala dos sofrimentos do Salvador: 7ª., a passagem de Daniel, onde prediz que o Cristo seria morto 70 semanas, ou 490 anos depois da reconstrução de Jerusalém: 8ª. e 9ª., as profecias de Ageu e de Malachias, nas quais asseguravam que o Messias houvera de estar no segundo templo que os Judeus então reedificavam.

[343] Segundo a cronologia da vulgata o primeiro templo de Jerusalém foi concluído e dedicado no ano 3001 do Mundo, e 1003 antes do nascimento de Cristo.

[344] Parece desnecessário dizer que esse rei é Salomão, que foi chamado o sábio por excelência, por ter preferido a sabedoria a tudo o que há no mundo de mais sedutor, e isto em tão verdes anos! Foi ele que edificou o templo, de que acima falamos, olhado, com razão, com uma das maravilhas do mundo.

[345] Como o cetro saindo da tribo de Judá estava nas mãos de um príncipe Idumeu, cria-se geralmente chegado, segundo a predição de Jacob, o tempo do Messias.

[346] Todos sabem que a Virgem Maria era da tribo de Judá e da raça de David, assim como Joseph, seu esposo.

[347] A Santa Virgem esposara S. Joseph para que este fosse o guarda, o protetor da sua pureza; esposaram-se, como diz S. Agostinho, com o propósito recíproco de só se unirem espiritualmente.

No tugúrio pousou do par ditoso:
"Graciosa Maria, eu te saúdo
Dentre as filhas d'Adão afortunada."
Tal ouvindo turbada a Virgem Santa,
Pudibundo rubor na face assoma.
E então Gabriel, de Deus amigo,
Lhe revela o sublime, alto mistério,
Desse Cristo por nós crucificado.
"Eu serva do Senhor, em mim se cumpra
Sua santa palavra, a Virgem torna."
III.
O futuro que as mães vêem tão risonho,
De seus filhos no berço despontando,
É pra ti de pavor de torvo aspecto:
Em Jesus vês, Maria, a hóstia pura
Da verdade holocausto sublimado;
Do Pretório e Calvário o negro quadro
Esculpido na mente já conservas:
E pendente da Cruz a cada instante
O teu filho divisas não nascido; ([348])
Pois o Cristo, do Deus humanidade,
Era Isaac, era Abel imagem clara,
Mas se o amor conjugal perdera o mundo ([349])
De uma mãe o amor salvá-lo pode:
Se à palavra de um Deus o sol fulgura
De uma Virgem à voz um Deus se mostra ([350]).

J. C. Fernandes Pinheiro Júnior.

[348] Não ignorava que Deus deveria suscitar ao príncipe das trevas uma inimiga na mulher, que essa mulher deveria dar a luz um menino, destruidor do império do demônio.
Era o primeiro oráculo dos livros sagrados, objeto das contínuas meditações de Maria: não olvidara que Deus havia prometido um sinal à família de David, e que esse sinal seria de uma virgem mãe.

[349] De todos os sentimentos da humanidade é o amor materno o mais puro. Composto de dedicação e de fraqueza o amor conjugal arrastara Adão a partilhar o delito de Eva; não podia salvar o mundo, pois que o perdera: cumpria a mulher, mas a mulher, mãe salvá-lo: assim todo o poder da afeição, que lhe é dado se acha no amor materno, unido a tudo o que essa afeição pode ter de mais santo.

[350] Deus disse no princípio, faça-se a luz, a luz foi feita; porém se essa palavra de Deus deu nascimento ao sol a resposta da Virgem deu nascimento ao Homem Deus. "Virgem Santíssima, diz S. Bernardo, todos os homens, todos os séculos estão pendentes dos vossos lábios; o Anjo espera uma resposta, e nós uma palavra de piedade." Uma palavra mudou todas as leis da natureza; uma Virgem concebe, um Deus é homem; um homem é Deus, uma mulher tornar-se o santuário da Divindade!!.... (Vid. De Genaude, Nouvelle Exparction du Dogme Catholique).

"Estudos Históricos: a caridade cristã, ou a peste de 1686 na Bahia". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 17, vol. 1, quinta-feira 1 de fevereiro de 1849, p.5-8.

ESTUDOS HISTÓRICOS

A CARIDADE CRISTÃ, OU A PESTE DE 1686 NA BAHIA.

I.

Viu o ano de 1686 a formosa e opulenta capital da América Portuguesa, S. Salvador da Bahia de Todos os Santos, a primogênita das brasílicas cidades, trajar pesado luto. Estendera sobre ela as negras asas a baça enfermidade, a que o povo no seu falar singelo denominara – *bicha*. –

Por ordem do Arcebispo, o sacro bronze emudecera nos campanários, para não aumentar o terror dos míseros habitantes, pois que tantos eram os mortos, que não chegando as catacumbas e os carneiros, já se enterravam nos adros das Igrejas. Nessas ruas há pouco tão ruidosa, e por onde circulava comerciante povo, reinava o silêncio dos túmulos, apenas interrompido de quando em quando pelo ruído surdo que faziam os apressados passos daqueles que iam chamar o médico, ou buscar remédio à botica. E se acaso alguns conhecidos se encontravam ouviam-se as mais sinistras notícias. – Narravam uns a morte do desembargador João do Couto de Andrade, magistrado integérrimo, que deixara as mais vivas saudades e que em sua última hora, pelo exato cumprimento dos deveres cristãos, edificara a quantos lhe assistiram. Recordavam-se outros do eclipse de lua, que se vira no ano anterior, e dos vaticínios do jesuíta Valentim Extancel ([351]), e em sua imaginação inflamada pelo sol dos trópicos o mais negro painel se desdobrava.

Não podia tal estado de coisas ser indiferente ao zeloso, ao sábio governador D. Antônio Luiz de Souza Tello e Menezes, marques das Minas, que então governava a Bahia em nome de seu soberano el-rei D. Pedro II. Conduzamos o leitor a seu palácio, e vejamos as medidas por ele tomadas.

II.

Em uma das mais suntuosas salas do palácio do governo da Bahia, donde se avistava a bela Itaparica, coberta de constante verdura, vêem-se dois homens sentados junto a um bufete: um ancião de nobre aspecto, e cujas cans tornavam-no vunerável, apoiando entre as mãos a

[351] Em dezembro de 1685 houve um grande eclipse de lua, tendo antes havido outro de sol, e o jesuíta Valentim Extancel, que os observara em Pernambuco, e seguia o sistema da antiga astrologia prognosticou que grandes males ameaçavam o Brasil fazendo acreditar tal prognóstico o aparecimento da epidemia. – Vide Rocha Pitta. Hist. da Amer. Port., e Accioli Memem. Hist. e Polit. da Bahia. -

larga fronte – é o marques das minas - : o outro gentil mancebo, e extremado cavalheiro – é seu filho o conde do Prado. –

- Bastante doloroso para meu coração, diz o marques, é não poder minorar os males de um povo, a quem tanto amo.

- Não tendes vós, meu caro pai, empregado todos os meios a vosso alcance para fazer cessar tão terrível flagelo? – Deve estar tranqüila a vossa consciência. –

- É verdade, que alguma coisa tenho feito, mas quem sabe se agora mesmo, apesar dos meus esforços, não estão morrendo alguns miseráveis à míngua?

- Impossível é a um mortal estar presente a todos os lugares, porque este atributo só a Deus pertence: mas tudo o que é humanamente possível tendes feito. – Expondo vossos dias tão preciosos, visitais aos enfermos, sem distinção de classe, nem de cor, e aberta vossa bolsa dela partem socorros aos desgraçados, que lutam com as vascas da morte. –

- Falas tão emfaticamente daquilo que não é mais do que uma ação ordinária: seria eu indigno da confiança, que Sua Alteza em mim depositou se assim não praticasse; se cruzando os braços visse com criminosa indiferença a terrível peste dizimar os seus fiéis vassalos!!....

É interrompido este diálogo pela chegada do Dr. Mendonça, médico então mui conceituado na Bahia, e amigo do marques, que depois daquelas palavras, que são de estilo entre amigos, diz-lhe:

- Anciosamente vos esperava, meu prezado Dr., para me dares exatas informações sobre os progressos do mal, que assola esta malfadada cidade.

- Exm. Sr., o sopro da morte tem feito murchar centenares de vidas, e nós outros os médicos, a quem em tais ocasiões não é permitido um só instante de repouso, havemos notado os mais ameaçadores sintomas: nuns aparece calor tépido, e pulso sossegado, noutros delírios, ânsias, grande febre, e expiram todos lançando copioso sangue pela boca.

- Muito receio, Dr., que a frota não inverne este ano por falta de marinheiros.

- Ponhamos confiança em Deus, e Ele se compadecerá de nós.

Um criado anuncia que o ouvidor deseja falar ao marques, e este o manda entrar.

- Neste momento, Sr., foi-me entregue a ordem de V. Ex. determinando-me que viesse à palácio, e eis-me a sua disposição.

- Mandei-o chamar, Sr. Ouvidor, a fim de repararmos uma injustiça: há três dias que foi presa a mulher acusada de ter envenenado dois homens, que em sua casa jantaram; ora, os sintomas que manifestaram esses indivíduos são exatamente os mesmos, que segundo acaba de informar-me o Sr. Dr. se tem geralmente apresentado. Além disto recebi hoje um ofício do governador de Pernambuco participando-me que este mal já por lá grassara, e que um tanoeiro que abrira algumas barricas de carne vindas de S. Thomé, fora a primeira vítima, tendo-se depois espalhado com tal rapidez, que já ali morreram duas mil pessoas. Portanto, à vista da sua inocência, mande por a mulher em liberdade.

- Há de V. Ex. conceder-me licença, diz o Dr. Medonça, a fim de que volte para o meu posto de honra.

Nós todos o acompanharemos, e no mais travado da peleja emularemos em zelo, ficando a nossa prática adiada.

III.

Vivia nessa época uma senhora, que herdara de seu marido grandes cabedais, e cuja casa passava por uma das mais magníficas da cidade. Em suas salas alcatifadas com os mais preciosos tapetes, e onde, por entre cortinas de damasco penetrava branda e serena a luz do dia, viam-se os mais ricos móveis, os mais suntuosos candelabros, o ouro, a prata, brilhavam em sua baixela, e nem era menor o luxo, que se ostentava nos outros aposentos do seu palácio. Mas apenas informada D. Francisca de Sande, a quem tudo isto pertencia, de que no hospital da Misericórdia já não havia espaço para acomodar o grande número de enfermos, que para ali concorriam, fez desaparecer, como por magia, toda essa magnificência. Converteram-se em vastas enfermarias os salões fastosamente ornados, e de debaixo do seu hospitaleiro teto encontravam os doentes todos os socorros todos os maternais carinhos, que seu mísero estado reclamava.

Se quereis, oh! leitor, conhecer quanto é sublime a caridade cristã, quanto é superior à filantropia que lhe pretenderam opor os filósofos, entrai pelo pensamento, nessas enfermarias, e achá-la-eis representada por três ilustres personagens: - o marques das Minas, que depois de ter corrido os bairros mais açoitados pela peste, e a eles levado auxílio, via ali repousar das suas fadigas exercendo o nobre cargo de *enfermeiro-mór*, o Arcebispo D. Frei João da Madre de Deus, que sobre o ânimo abatido dos moribundos derrama o bálsamo sagrado da Religião, preparando-os assim para gozarem das inefáveis delícias da vida eterna; e D. Francisca de Sande, prodigalizando os maiores desvelos, a maior solicitude para com os infelizes, que em sua casa buscavam asilo. –

IV.

Em seu leito jazia moribundo o venerando Prelado D. Frei João da Madre de Deus, pois que nem o palácio arquiepiscopal poupara o anjo da morte em seu trajeto pela Bahia.

O marques das Minas, seu filho o conde do Prado, as dignidades eclesiástica, e as pessoas mais consideráveis da cidade em torno do leito do ilustre enfermo guardavam religioso silêncio, quando este com voz fraca, porém inteligível pronunciou estas palavras:

- Meus queridos filhos, na derradeira hora da minha vida, no momento em que tenho de comparecer na presença do Senhor para dar-lhe da minha conduta estreitas contas, eu vos tomo por testemunhas, de que sempre busquei cumprir o meu dever, sempre desejei a felicidade do rebanho, de que era tão indigno pastor, mas se bem contra minha vontade à alguém ofendi, mil perdões lhe peço.

Lágrimas borbulhavam dos olhos de todos os circunstantes, e o marques beijando a mão do Arcebispo, exclamou:

- Ah! meu pai, permiti-me que vos chame por este doce nome, quanto sou desgraçado por perder em voz o amigo, o companheiro dos meus trabalhos: de hoje em diante o mundo será um deserto, a vida para mim mui pesada! .....

- Meu presado marques, meu caro filho, eu morro contente deixando a Bahia entregue a vossas piedosas mãos: mas ouvi um conselho que na hora do seu passamento vos dá Frei João.

- Falai, meu venerando pai, e vossas ordens serão por mim cumpridas.

- Recorrei ao glorioso S. Francisco Xavier, e talvlez que por sua intercessão Deus tenha de voz piedade, e termine a peste, que aflige esta terra.

O Arcebispo guardou silêncio, sua alma traspassara os umbrais da eternidade, deixando todos mergulhados em profunda dor.

V.

Depois de haver entregue à terra os restos mortais do Arcebispo, cuidou o marques das Minas de dar cumprimento a sua última vontade

No dia 10 de maio de 1686 as ordens e confrarias religiosas então existentes na Bahia, acompanhadas de imenso povo foram ao Colégio dos Jesuítas buscar a imagem do glorioso Apóstolo das Índias.

Julgamos que não será desagradável ao leitor a descrição dessa procissão penitencial, pois que nos revela a fé pura, que animava nossos maiores.

A tudo precedia a figura da morte com as insígnias da brevidade da vida, e depois a Santa Cruz acompanhada de dois anjos com brandões; seguiam-se mais sete figuras vestidas de saco, com insígnias nas mãos mostrando as virtudes, que representavam, com a penitência, confissão, contrição, satisfação, obediência, memória da morte, e desprezo do mundo; levando cada uma delas diante de si um anjo. Formavam alas os irmãos terceiros da Ordem Seráfica de S. Francisco, com os de N. Senhora do Monte do Carmo, e no meio iam vinte andores bem ornados, cobertos de tela de outro roxa, e neles colocados Santos de estatura ordinária; ia depois em andor N. Senhor Jesus Cristo com a Cruz às costas. Adiante de cada andor caminhavam dois anjos com tarjas e nelas escrito o nome do Santo, e a virtude em que mais se exercitara, e aos lados dos andores quatro tocheiros com tochas acessas.

Seguia-se o andor de N. Senhora do Carmo riquissimamente ornado, e diante dele dois formosos anjos com capelas de flores e palmas; sobre o mesmo andor iam os Santos Doutores que defenderam a Conceição puríssima colocados de joelhos, aos pés da mesma Senhora. A ordem de S. Franciscolevando em precioso andor o seu Santo Patriarca acompanhava-a dele o Vigário Capitular conduzindo a Custódia, acompanhado de seis belos anjos com incensórios.

O governador e capitão general, bem como as pessoas mais qualificadas da terra iam, como é de estilo, atrás do pálio.

Tendo feito nesta ordem o giro da cidade levaram o milagroso Santo para a Igreja dos Padres da Companhia ([352]) sendo desde esse dia considerado como o principal padroeiro da Bahia ([353]).

VI.

Três dias se há passado depois da procissão, que acabamos de descrever, e já aqueles que se achavam nas margens do sepulcro passeiam pelas ruas da cidade, já o pranto não corre, assoma o sorriso em todos os lábios, e os gratos baianos reconhecem que a ira do Senhor fora aplacada pela intercessão do seu dileto servo S. Francisco Xavier.

Repicam todas as Igrejas, salvam as fortalezas, que defendem a entrada do porto: subindo as ladeiras vêem-se centenares de pessoas em trajes festivais, uns à pé, outros a cavalo, e as damas em formosas serpentinas ([354]). Fora esse dia declarado de grande gala, e concorria o povo à catedral, onde se achava o governador e as pessoas mais gradas da terra, para assistir ao *Te-Deum*, que ai por tão fausto motivo, como era o da cessação da peste, se entoava.

Eis, benévolos leitores, o quadro da peste que assolou a Bahia no ao de 1686: nele não achareis beleza e sim verdade; porque nos cingimos quanto foi compatível com o plano que tínhamos adotado às memórias do tempo.

J. C. Fernandes Pinheiro Júnior.

[352] A câmara continuou todos os anos a fazer esta procissão até o ano de 1828.

[353] Em ofício de 20 de julho do mesmo ano pediu a câmara a el-rei D. Pedro II. a confirmação do seu voto, o que foi deferido por provisão de 3 de março de 1678. Em conseqüência disto requereu a referida câmara a confirmação pontifícia, e a instâncias do *Cardeal Carpenha* a congregação dos ritos no pontificado de Alexandre VIII aprovou essa eleição em 13 de setembro de 1688, concedendo ao mesmo Santo todas as prerogativas concedidas aos padroeiros pela constituição de Urbano VIII. (*Accioli, Mem. Hist. e Polit. da Bahia tom. I.*)

[354] Serpentina se chamava uma espécie de palanquim.

"A esperança". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 20, vol. 1, quinta-feira 15 de março de 1849, p.2-3.

A ESPERANÇA.

Os *Gregos* tinham sobre a esperança uma engenhosa alegoria. Foi o único bem que ficou no fundo da fatal boceta de Pandora, para consolar o homem de todos os males, que se tinham derramado sobre a terra. É sem dúvida a esperança a nossa mais constante amiga: toma-nos na infância das mãos de nossas mães, e acompanha-nos para onde quer que vamos, espargindo odoríferas flores sobre as veredas, tantas vezes ásperas, que temos de percorrer, antes de entrar no *vale das sombras da morte*. É em seus braços que vemos cair o véu que nos tira a vista do mundo dos vivos, porém antes que sua meiga mão nos cerre os olhos, faz-nos ver ao longe, e além do estreito horizonte do túmulo, sua radiante e pacífica estrela, a única, que não se oculta.

Participa a esperança da natureza dos sonhos, e coloca-nos, como eles, em um mundo imaginário: porém, durante os sonhos noturnos nossa imaginação vagabunda corre ao acaso, como uma barca sem leme, e não temos nem um império sobre os seus quadros vacilantes, e algumas vezes lúgubres. Em nossos sonhos do dia somos nós, que manejamos a varinha mágica e criamos os espaços do futuro, e as suas risonhas cenas, segundo nossos gostos. O pobre marinheiro, esse filhos da desgraça, esse aluno das tempestades, vê escoarem-se as longas horas do quarto, quando a lua se espelha sobre a superfície das vagas, lembrando-se do feliz momento da sua chegada. Vê sua mulher, seus filhos, seus honrados vizinhos correrem-se ao seu encontro; ouve o ruído da sua aldeia natal no marulho das ondas, que açoitam o costado do navio. A brisa, que murmuria nas velas, e que sibila nas enxárcias, lhe parece o som longínquo dos sinos na noite, do *Ângelus*, a doce oração de Maria, a esperança do nauta. E se rouca voz do canhão tira-o seu meditar, as cores esparsas do quadro não se afastam logo, misturam-se lentamente antes de confundirem-se.

Nossos gozos presentes são de ordinário tão incompletos, que o homem tornar-se-ia mais pobre de felicidade do que o último mendigo o é de fortuna, se só tivesse as suas ordens a atualidade. A esperança qual hábil mágico, tornando-nos a vida mais suave, reanima-nos por perfumes mais odoríferos que os da rosa matutina, e derrama em nossa alma deslumbrante luz que desce em chuvas de esmeraldas, de safiras e de diamantes, como a que cai das janelas das antigas catedrais góticas. Por sua encantadora presença tudo toma mais rico aspecto, mais brilhante colorido: os campos apenas semeados se mduam em abundantes searas, a cabana coberta de palha em elegante casa de campo, e a barca do pescador em navio mercante. – César partilhava com seus amigos os restos da sua fortuna – O que reservas para ti? Pergunta-lhe um cavalheiro Romano. – A esperança, responde César. Essa esperança era o império do mundo, e ela realizou-se.

Mas se a esperança humana é doce, também é algumas vezes ilusória ao passo que a esperança divina é tão doce como aquela e nunca ilude. Uma, é um meteoro, que nos atrai algumas vezes a perigosos paués, e que se extingue em suas úmidas margens; a outra, é a

coluna de luz que guiava os Hebreus através do deserto, e que não os deixou senão na terra da Promissão, no solo da liberdade.

Há no pequeno número das horas, que tão prodigamente despendemos neste mundo, uma hora misteriosa e fatal, em que nossas ilusões caem, uma por uma ante o celeste raio da verdade. É a hora em que todas as nossas ações culpáveis, que o prisma das nossas paixões disfarçada, vagueiam lentamente em torno de nossos leitos com suas hediondas figuras, como espectros, que desfilam ao clarão da lua: é a hora em que tudo o que temos negligentemente aniquilado no choque das nossas paixões, esmagado debaixo das pesadas rodas do nosso egoísmo, clama ao Senhor pedindo vingança, e desperta em nós ecos de reprovação. O malvado se sente então debaixo da mão de Deus, o ímpio começa a duvidar do nada, que tomou por partilha, e o próprio justo conhece que a morte é um terrível momento. Porém, não abandona a esperança o leito fúnebre do homem. Ela diz ao Santo com a sua meiga e clama voz: - "Anima-te, porque tu tens um bom Senhor." E ao pecador: - "Ainda que entraste na vinha da última hora do dia, espera naquele, que salvou o ladrão da direita, e que compôs as tocantes parábolas do *filho pródigo*, e *do bom pastor*; espera naquele, a quem o Apóstolo chamou o *Deus da Esperança*." Tenham os pagãos crimes inexpiáveis; mas nunca é assaz tarde para um cristão arrepender-se.

E muitos dormem com seus pais escutando estas consoladoras palavras, e muitas outras, depois de terem vivido como se nada esperassem do Céu voltam-se para morrer, como diz Montesquieu, para o lado da esperança.

Pelo Padre – J. C. Fernandes Pinheiro.

"Salmo". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 22, vol. 1, domingo 15 de abril de 1849, p. 8.

SALMO.

Nisi Dominus custodierit civitatem
in vanum vigilat qui custodit eam.
(Salmo. 126. vers. 2).

Meu Deus e meu Senhor, tu que regulas
Lá da santa Syon do mundo a sorte,
Teus olhos para nós volve clemente,
Nossa pátria protege.

Essas cenas de horror, cenas do averno,
Que do Sena as ribeiras enlutaram,
Ah! desvia, Senhor, eu te suplico,
Do brasílico império.

O feroz despotismo, monstro horrendo,
A tartarea cruel, ímpia anarquia,
Dos nossos climas adejar vão longe,
Que tão belos formaste.

A mais doce que o néctar, paz mimosa,
Esse fruto por nós tão suspirado,
Nossos campos amenos fertilize
Nossas veigas ridentes.

No regaço da paz prosperem letras,
No regaço da paz se anime a indústria,
Cresça o comércio, e as lavouras cresçam,
As ciências fulgurem.

Ah! se os netos de Abraham pelos desertos
Com luzente coluna dirigias,
Tu proteges da Cruz o novo império
Com teu braço potente.

Permitiste, meu Deus (oh que bondade!)
Que de sólio de Affouso, Pedro herdeiro,
Nossos ferros grilhões despedaçasse
Do Ipiranga na margem

Quando o primeiro americano trono
Vacilava nas mãos de um povo irado,
Nele um Anjo, Senhor, sentar fizeste
Em sinal de bonança.

Quando convulsa e delirante a Europa,
Das armas ao ruído se deleita
Sob o Céu do Brasil dias serenos
Ah! permite fruirmos.

Pelo Padre Fernandes Pinheiro

"Tradução do Hino: Ave Maris Stella". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 23, vol. 1, terça-feira 1 de maio de 1849, p. 8.

POESIA

———

TRADUÇÃO DO HINO – AVE MARIS STELLA

HYMNUS.	HYMNO.
Ave maris Stella, Dei mater alma, Atque semper virgo, Felix coeli porta.	Salve do mar a estrela, De um Deus a Mãe adorada, Oh pulcra e casta Maria, Do Céu feliz entrada.
Summens illud Ave Gabrielis ore, Funda nos in pace Mutans Hevae nomen.	As de Gabriel palavras Os ouvidos teus prestando, Entre nós a paz fundaste O nome d'Eva mudando.
Profer lumen caecis, Solve vinculla reis, Mala nostra pele, Bona cuncta posce.	Permite que os cegos vejam, Dos réus os grilhões caindo, Ah! tornai-nos venturosos, Nossos males expelindo.
Mostra te esse matrem, Sumat per te preces, Qui pro nobis natus Tulit esse tuus.	Carinhosa Mãe te mostres, Que preces jamais rejeita, E quem por nós foi nascido Como filho teu aceita.
Virgo singularis, Inter omnes mitis; Nos culpis salutos, Mites face et castos.	Oh! tu Virgem singular, Oh! tu que és toda brandura, Dos homens perdoa as culpas, Que sejam castos procura.
Vitam praesta puram Iter para tutum, Ut videntes Jesum Sempre collaetemur.	Se a nossa vida sancia, Vereda certa trilhemos, Para que Jesus nos vendo De prazer puro exultemos.
Si laus Deo Patri, Summo Christo decus, Spiritui Sancto, Tribus honor unus	Louvor ao Pai seja dado, E do Filho a majestade, O Santo Espírito tenha, Nosso culto na Trindade.

Pelo Padre. J. C. Fernandes Pinheiro

"À Mulher". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 5, vol. II, quarta-feira 1 de agosto de 1849, p. 39.

POESIA.

À MULHER

Dedicado a mlle. Emília Eulália Nervi.

Tudo deves, mulher, à lei de Cristo:
Essa lei sacrossanta,
Que jugo vil da escravidão quebrando
Teus direitos outorga.
Quando do paganismo as atrás nuvens
Nosso globo enlutavam,
Tu não eras do homem companheira
E sim a sua escrava.
Nessa Grécia, quiçá civilizada,
Na belicosa Roma,
Que o mundo de bárbaro tratavam
Do homem ao capricho
Tua sorte somente dependia
Tua vida sagrada.

Se não vires da Cruz fanal brilhante,
Foge, foge tremendo,
Esse sítio pra ti é tormentoso,
O déspota ali reina
O prazer sensual só escutando.
Ah! vê d'Aurora o berço
Onde a de Mafoma lei impera
E onde num serralho
Para o gozo de um homem mil mulheres
Vegetam desgraçadas!!....

Também vê no Indostão sobre a fogueira,
A esposa subindo
Porque o homem cioso não consente,
Que além do seu túmulo,
Dos prazeres da vida a mulher goze
A seu carro jungida.

Nova lei no Calvário promulgada
A mulher enobrece,
De uma Virgem no Ventre Imaculado
O verbo s'encarnado,
O amor conjugal é consagrado
Pela Voz do Senhor

Canta, canta, mulher, hosana, glória,
Ao Filho de David:
Que os foros teus, sublimes privilégios
Liberal te concede.

Pelo Padre *J. C. Fernandes Pinheiro.*

"O lavrador Cristão". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 7, vol. II, sábado 1 de setembro de 1849, p.50-53.

O LAVRADOR CRISTÃO

I.

A família do lavrador cristão acaba de ser aumentada com mais um membro; o pai solícito espera com impaciência o dia em que possa levar seu tenro filho à pia batismal. Chega enfim esse dia, os padrinhos, convidados, o pai, e a carinhosa ama que em seus braços conduz o recém-nascido se põe a caminho para a Freguesia. Das cúpulas das frondosas árvores saúdam os passarinhos o rei dos planetas, que faz fugir diante de si as nuvens que o obumbravam, e derrama ondas de luz sobre as veigas onde cresce a suculenta cana ao lado do odoroso café. Os repiques do sino da Paróquia anunciam que vai começar o sacrifício da Missa; a nossa comitiva apressa-se por entrar, e só acham lugar junto à porta da Igreja, porque toda ela está cheia de fieis: ali se vê ajoelhado o principal fazendeiro do lugar, que ocupara diversos cargos da governança do seu município, o miserável coberto de andrajos, e o escravo que rega o solo com o suor do seu rosto, todos ali são iguais: porque todos são filhos do mesmo Pai. Concluída a Missa apresenta o nosso lavrador seu filho ao Vigário, e este pronunciando as palavras de Jesus Cristo, lava na piscina cristã a nódoa que o pecado original imprimira na fronte juvenil. Voltam para casa, e a mãe ainda no leito abraça seu filhinho tão puro como os anjos que rodeiam o trono do Altíssimo.

II.

Depusera o menino as faixas infantis, e entre mil inocentes folguedos chegara à idade de sete anos: e como então começa ele a ter noções do bem e do mal, e o negro carvão do vício pode tisnar-lhe a cândida alma apressam-se seus pais a dar-lhe por guia o homem formado na escola do Evangelho. Prostrado aos pés do venerando ancião, cujas cãs contrastam com o seu traje, tão imutável como o Deus a quem serve, confessa ingenuamente as suas faltas, leves sim, porém que se não fossem extirpadas podiam com o volver dos tempos tornarem-se crimes nefandos, e ouve em compensação conselhos cheios de sabedoria: aprende a votar ao seu Criador um culto de gratidão e respeito, acatar de seus pais todas as ordens, sempre tendentes a sua felicidade, bem que algumas vezes lhe pareçam arbitrárias; e preferir as ínvias veredas da virtude à larga estrada que conduz ao vício.

Saindo do confessionário notam-se seu proceder algumas mudanças: o menino que algumas vezes se mostrava iracundo, é de então todo brandura; ele que desdenhoso olhava para o mísero escravo como pertencendo a uma raça vil e abjeta, que nenhum ponto de contato tinha com ele distingue-se pela sua afabilidade, pela maneira lhana e caridosa com que trata seus servos: cessaram as lutas contínuas com seus irmãos, já os contempla como aliados naturais, que a benéfica mão da Providência colocou a seu lado.

III.

Doze anos se há passado desde o dia em que o menino vira pela primeira vez a luz: está na primeira da vida e é este o tempo marcado para que o adolescente se uma ao seu Criador. Uma bela manhã atravessa as campinas esmaltadas por mil flores, cuja fragrância embriaga os sentidos àquele que deve nutrir sua lama com o místico sustento, que a Igreja como mãe desvelada lhe tem proporcionado. Chegando ao Templo deposita o Vigário em sua língua ainda não maculada pela mentira, o pão dos anjos, enquanto bebe ele o puro sangue meritório do cordeiro.

Crescem as searas nos campos, os frutos nos pomares: o ar, as águas do Céu, tudo concorre para sustentar a vida transitória do homem. Mas o homem não vive só de pão; e assim como tem corpo, também tem alma, e esta tem fome e sede que lhe são próprias; e ávida de verdade e de amor, e o homem composto de alma e corpo necessita para ambos não somente da vida temporal, mas também da vida eterna. Em vão procurareis nos sistemas dos filósofos, nas religiões de todos os povos, não encontrareis nenhum sustento para o corpo e para alma: estava reservada para a Religião de Jesus Cristo resolver esse problema. Tudo está completo graças à Eucaristia: e o homem pode exclamar com o Profeta: "*Assim como a terra produz a semente, e o jardim seus frutos, assim também fará o Senhor germinar a justiça, e alegria aos olhos das nações.*"

IV.

O menino tornou-se homem: e a Religião que o seguira com terna solicitude no estado da natureza não o abandonara no da sociedade. Quando o fogo das paixões estiver para inflamar-lhe o peito virá a Confirmação guiar seus passos vacilantes na carreira da vida, semelhante ao bordão em que se arrimava o peregrino que arrastando as fúrias dos filhos d'Agar ia à santa cidade de Jerusalém visitar o sepulcro d'Aquele que para nos resgatar expirou no Golgotha. O Sacramento da Confirmação tão necessário nos tempos de perseguições, quando todos os cristão deviam estar prontos para derramar o sangue em testemunho da sua fé encerra sublime moral: porque aquele que tem força para confessar à Deus praticara necessariamente a virtude, pois que o criminoso renega a seu Criador.

V.

Entre as diversas donzelas que costumam reunir-se aos domingos e dias festivos na Igreja Paroquial existe uma, cujas graças realçadas por singular virtude fazem sobre o nosso mancebo a mais viva impressão. Comunica este a seu pai o seu amor, e o respeitável velho, a quem os anos e as enfermidades impossibilitam de montar a cavalo dirige-se em um carro à situação do seu vizinho a fim de alcançar para seu filho a mão da donzela que lhe preocupa a imaginação. Apenas exprimiu o seu desejo, que foi este favoravelmente acolhido tanto pela moça como por seus pais,

concordam no dia em que deve ter lugar o consórcio. Grande cavalgada, composta dos noivos, e dos convidados, seguida por dois carros em que iam os anciãos de ambas as famílias, se dirigem no dia aprazado para o modesto Templo que lhes serve de Freguesia. Aí chegando, a virgem coroada de flores de laranjeira, e o mancebo trajado com toda a simplicidade, caminham para o altar onde os aguarda o Vigário: então pronuncia este as palavras da benção nupcial, palavras que o mesmo Deus dirigiu aos nossos primeiros pais, as quais enchem o marido de profundo respeito dizendo-lhe que acaba de cumprir o ato mais importante da sua vida, e que vai como Adão ser o chefe de uma nova família, e que deve conhecer todo o peso da importante missão que lhe é confiada. Nem menos instruída é a mulher nesse momento solene, a imagem do prazer desaparece a seus olhos ante a do dever. Não é a esposa cristã simples mortal, é um ente extraordinário, misterioso, angélico, é a carne da carne, o sangue do sangue do seu esposo.

Voltam todos na mesma ordem para a habitação do noivo: e um festim campestre em que reina a alegria põe termo a cerimônia. O bom pastor que se acha presente chora de júbilo vendo a felicidade desses jovens que ele batizara, e eleva a sua oração ao trono do Eterno para que seus dias se deslizem na paz e na ventura.

VI.

Tal como o ribeiro que brandamente serpeja por entre as flores de um jardim, assim fluía a vida do par feliz cujo consórcio acabamos de descrever. Desde que o anjo da manhã abria as portas do dia, até que o sol ocultando-se no horizonte ia levar a luz e o calor a outros povos achava-se o esposo fora do seu casal dirigindo os seus escravos, ora na colheita do café, ora na plantação da cana, e na da mandioca essa preciosa raiz que para o lavrador brasileiro serve de pão cotidiano. A esposa, sempre ocupada no misteres domésticos, aguarda com impaciência pelo esposo, o qual apertando-a em seus nervosos braços, e saboreando a frugal comida que ela lhe tem preparado, esquece-se de suas fadigas para só lembrar-se da sua ventura.

Recolhe-se um dia o lavrador mais cedo do que costumava e cai prostrado no leito: devoradora febre lhe escalda o sangue, e opressa lhe sai a respiração. A aflita esposa expede um após o outro diversos portadores para irem chamar o médico: o qual vem sem demora. Examina o doente, e receita, assegurando que espera triunfar da moléstia; porém ao sair diz às pessoas da família que como o corpo está em perigo será bom que tratem da salvação da alma.

É chamado o Vigário, que apesar da sua avançada idade, jamais se recusa prestar todos os socorros espirituais de que é depositário. Chega, e sentando-se à cabeceira do leito do moribundo pratica com ele sobre a imortalidade da sua alma, e essa cena sublime que a antiguidade apresentou uma só vez na morte do seu principal filósofo, se renova todos os dias sobre o humilde grabato do último do último cristão.

Soou a hora do passamento: um Sacramento lhe abriu as portas da vida, outro Sacramento virá fechá-la: mas desta vez não se servirá a Religião d'água e sim do óleo, emblema da incorruptibilidade celeste. Já lhe parece ouvir os hinos divinais que em honra de Joseph entoam imortais serafins em harpas de ouro. Traspassou os umbrais da eternidade sem que ninguém lhe ouvisse exalar um suspiro, e a esposa, os parentes, os amigos grupados ao redor do seu leito ainda guardam morno silêncio com receio de perturbar-lhe o sono.

Deus, diz o rei Profeta, nos humilha nesse dia de aflição cobrindo-nos com a sombra da morte. Torna-se o mundo inteiro um altar expiatório em que são sucessivamente imolados os homens à eterna duração de Deus. Todos sem exceção consumam esse ato de dependência, todos desaparecem quando sobre eles pesa a Mão do Eterno. Tudo mostra a instabilidade desta vida, onde o homem corre atrás das sombras. Tudo o que nos cerca revela a justiça do Céu, e quando queremos edificar neste mundo e fazer uma cidade permanente assemelhamo-nos a esses povos que constroem suas habitações sobre vulcões, e cujo treme de todas as partes.

VII.

A dor mais pungente está debuxada em todos os semblantes, e a inconsolável viúva banha com copioso pranto os restos inanimados do seu finado esposo. Mas é tempo de dar sepultura ao cadáver, e apesar da distância em que se acha a Igreja Paroquial querem todavia os amigos conduzi-lo em seus ombros, não confiando esse piedoso dever aos animais, como se pratica nas cidades. Todos os vizinhos com seus brandões funéreos fazem parte do acompanhamento, que se aumenta à proporção que se aproxima à Igreja, porque todos os lavradores que vêm passar o enterro do seu companheiro nos rurais trabalhos não deixam de se incorporar a ele. Religioso silêncio reina nessa multidão somente interrompido de tempos a tempos pelo ululado dos escravos, que no senhor perderam a mão benéfica que lhes sanava a chaga cancrosa da miséria.

Merencórios dobram os sinos da Paróquia: e com passos lentos penetra o funeral no santuário. O venerando Sacerdote, que em sua tenra fronte aspergira as águas do batismo, e que o seguira nas diversas fases da vida, vestido de branco no meio do luto geral, com a figura pálida, e os olhos debulhados em lágrimas, balbucia sobre o féretro do seu jovem amigo a mesma oração de que se serve a Igreja sobre os mausoléus dos grandes da terra.

Concluída a cerimônia religiosa e quando a fria lousa ia ocultar para sempre o corpo do honrado lavrador aos olhos dos humanos, o Pároco debruçando-se sobre o caixão, exclama: “Ah! meu filho, sempre pensei que vos precedesse no túmulo, sempre esperei que vossas mãos piedosas serrassem minhas pálpebras: mas Deus determinou o contrário e a nós só cumpre resignarmos, e adorar os seus inescrutáveis decretos.”

FIM

J.C.F.P.J.

"A oração". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 10, vol. II, segunda-feira 15 de outubro de 1849, p. 77-78.

A ORAÇÃO

> La prière rend l'affliction moins douleurese et la joie plus pure: elle melle à l'une je ne sais quoi de fortifiant e de doux, e à l'autre um parfum celeste. (*Lamenais*)

A oração, semelhante à escada da visão de Jacob, é o laço que une o Céu à terra; é por seu intermeio, que a criatura se comunica com o seu Criador. Quando na taça da desventura temos sorvido o último trago elevamos nossos olhos ao Céu, imploramos o socorro divino, e logo a esperança, baixando aos nossos corações neles derrama um bálsamo salutífero. E ainda que os grandes da terra, os afortunados do mundo muitas vezes orem para pedirem a Deus, ou a conservação do seu estado, ou o melhoramento dele, todavia parece ser a oração a linguagem própria dos desgraçados, o apanágio da dor.

Em tosco leito jaz prostrado louro e gentil menino: o anjo da morte adejando em torno dele parece disposto a cortar o débil fio que ainda prende a sua fraca existência. Os médicos o desenganaram; mas no auge da desesperação sua mãe cai de joelhos diante da Imagem de Jesus Crucificado: seus lábios movem-se com presteza sem que uma só palavra seja articulada; no cabo de alguns minutos levanta-se, administra o seu filho um remédio, que como último recurso receitaram os médicos; a moléstia faz remissão; o doente está salvo; e a extremosa mãe abraça seu filho como se o visse surgir da lousa sepulcral.

Não vês aquela jovem prostrada ante a Imagem de Maria deixando flutuar negras madeixas sobre as suas alabastrinas espáduas? É uma virgem que pede à Mãe de Deus a sua proteção para com aquele, que soube lhe inspirar o seu primeiro amor, lhe roga que o preserve das balas, que em torno dele sibilam furiosas, e em breve o restitua a seus braços, sempre amante, sempre fiel dele fazendo um terno esposo. Finda a oração um raio de esperança ilumina o rosto da moça, tornando-a ainda mais bela.

Até nesses antros da miséria, nessas lúgubres mordas onde não penetra a luz do dia, onde reina sepulcral silêncio, os seus habitadores, que só parece deverem aguardar o terrível momento nem que hão de servir de espetáculo a um povo ávido de emoções, ainda assim dirigem a Deus fervorosas preces, ainda do Céu esperam lenitivo aos seus males E quantas vezes não os temos nós vistos arrancados das margens do sepulcro repousarem engrinaldados de flores no alcaçar da fortuna!!...

Sobre as solitárias vagas do Oceano lá se distingue um navio; de súbito negra procela ameaça tragar o frágil lenho; mas de joelhos sobre o convés a tripulação e os passageiros entoam a *Ladainha de todos os Santos*, e as ondas irritadas recuam respeitosas as aspecto daqueles, que imploram o auxílio dos servos de Deus: e próspero galerno enfunando as velas leva o navio ao desejado porte.

Se a oração é tão necessária ao homem, se é uma companheira indispensável na sua peregrinação do berço ao túmulo, qual não deve ser o cuidado dos pais, e dos preceptores em ensinar os meninos a orar? Se a nossa fraca voz tivesse a ventura de ecoar no lar doméstico, nós pediríamos a todas as mães de famílias em nome da futura felicidade de seus filhos, que apenas balbuciassem as primeiras palavras lhe fossem inspirando sentimentos religiosos; que quando, sentados sobre os seus joelhos, se mostrassem admirados do belo azul do Céu, desses globos luminosos, que volvem harmonicamente no espaço, lhes ensinem que tudo é obra de um Deus infinitamente bom e amável, fazendo-os repetir e procurando que compreendam o *Pai Nosso*, essa curta e sublime oração que o mesmo Deus ensinou aos homens. – O menino que estiver persuadido que as suas ações por mais ocultas que sejam, os seus mais recônditos pensamentos estão patentes aos olhos de Deus, fugira do vício, e irá insensivelmente trilhando a estrada da virtude, que fará a sua felicidade nesta e na outra vida.

É sobretudo a mulher, essa mais bela porção da espécie humana, que mais necessita da oração. Mesquinhas considerações de família, e às vezes o mais hediondo egoísmo tornam-nas escravas, vítimas inocentes de tiranos domésticos. Que lhe resta senão implorarem o auxílio celeste, suplicarem a Deus que as defenda com o escudo da resignação cristã contra o qual vão se embotar os golpes dos seus perseguidores.

A assistência na Igreja, a observância das práticas religiosas redundam em grande proveito para a alma, que necessita tanto de sustento e de repouso como o corpo. Na casa de Deus retira-se o mundo visível; cessa o ruído dos negócios; os olhos internos volvem-se para as gloriosas regiões da eternidade. É então que a alma agitada, depois de ter vagado pelo mar tempestuoso do mundo, âncora alfim em bonançoso porto.

Padre J. C. Fernandes Pinheiro.

"O berço e o túmulo". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 10, vol. II, segunda-feira 15 de outubro de 1849, p. 80.

POESIA

O BERÇO E O TÚMULO

MEDITAÇÃO.

Tu és, oh berço, o marco milionário
Donde o homem partindo
Busca o túmulo seu, posto derradeiro,
Por entre mil perigos.
Qual o nauta, que as ondas arrostando
Avista terra amiga
Tu recebes o meigo, terno infante
N'horizonte da vida
Como estrela brilhante despontando.
Quando as flores odoras
Da inocência e candura só o cercam
E o ar embalsamam!
Qual o astro do dia luminoso
Para o ocaso caminha
Ao depois do zenith haver tocado
E no mar se ocultando
Vai a luz espalhar por outros climas
E mais belos torná-los.
Assim é nosso fado, nossa sorte
Neste vale de dores
Se dois passos apenas hemos dado
Na carreira da vida
Encontramos na laje do sepulcro
Espectro pavoroso!
Do banquete da vida quantas vezes
Não somos arrojados
Pelo Anjo da morte à lousa fria?
E quando descuidosos
Na taça do prazer há longos tragos
A ventura sorríamos!!....
Mas se acaso findar pode meu corpo,
A minha alma sublime,
De um Deus Eterno emanação divina,
Há de eterna viver.

Pelo Padre J. C. Fernandes Pinheiro.

"O Cristianismo e a Ciência". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 18, vol II, sexta-feira 15 de fevereiro de 1850.

O CRISTIANISMO E AS CIÊNCIAS

———

DISCURSO

RECITADO NA ACADEMIA FILOMÁTICA DO RIO DE JANEIRO A 22 DE JUNHO DE 1848.

> Omnium artium, ut ego arbitrer, imperitum et indoctum esse praestat quam semiperitum, et semi doctum.
>
> TRONTINAS AD. M. Coes. Lib. IV, ep. 3.

Todos nós, Senhores, vos lembrais que o ano passado quando no seio desta Academia suscitou-se a questão: se as ciências e as letras podiam concorrer para o futuro engrandecimento do Brasil, tivemos a honra de vos ler um pequeno discurso, em que sustentávamos que se elas não fossem baseadas na Religião os seus frutos seriam danosos ao país longe de lhe serem úteis, e por essa ocasião falamos mui ligeramente, sobre as relações das ciências com o Cristianismo. Vos dignastes acolher com a bondade que vos caracteriza esse nosso imperfeito trabalho, e grato a isso, formamos desde então o desígnio de estudar mais profundamente a matéria, e dedicar-vos o resultado de nossas lucubrações. No que ides ouvir, Srs., nada há de original, o nosso trabalho foi meramente compilar, e as doutrinas que expedimos são extraídas das imortais obras de Cuvier, Humbolt, Balbi, Roselly de Horgues, mas sobretudo da excelente obra do Dr. Wiseman, que tem por título – *Discours, sur les Rapports entre la Science et la Religion Revelée*.

Pelo rápido bosquejo que vamos fazer sobre o estado das ciências relativamente à Religião vós conhecereis a exatidão de nossa epígrafe. Sim, meus Srs., do estudo superficial das ciências emanou essa inumerável multidão de objeções formadas contra a Religião de Cristo, porém a medida que elas são melhor estudadas suas conclusões diametralmente se opõem ao que primeiramente pareciam. A Religião so tem um inimigo que é a ignorância. Homens mal intencionados não tendo a necessária coragem para penetrarem no santuário da natureza, mal observando as suas leis, apresentaram objeções contra as verdades reveladas. Se pudessem chegar a esse lugar onde reinam misteriosas sombras teriam prostrados reconhecido o seu erro.

Como sabeis, Srs., três são os pontos da História Sagrada que foram mais contestados, a criação e suas fases sucessivas, o dilúvio histórico, universal, e a dispersão dos povos, conseqüência de um acontecimento fortuito que modificou a linguagem até então uniforme nas famílias humanas.

Vejamos como a ciência moderna tem resolvido esses problemas de magna transcendência.

A Geologia pode com razão chamar-se ciência das antiguidades da natureza. Tem suas pirâmides nas montanhas de origem incerta, seus aquedutos nos rios majestosos que banham imensas regiões e seus cemitérios nessas curiosas cavernas em que os ossos das gerações primitivas jazem embalsamados por sua mão conservadora. De todas as ciências é esta a que mais influência sofreu da imaginação, ou das afeições do homem: nem uma ofereceu matéria mais ampla a teorias ideais e frágeis sistemas, forjados com vistas mui diversas.

Alguns sábios procuraram nela a confirmação dos fatos referidos no Gêneses, outros a sua fácil refutação, e outros finalmente estudaram-na no ponto de vista verdadeiramente científico.

A grande questão que toca à Geologia resolver, é primeiramente a criação e depois o dilúvio, cuja data, segundo a cronologia de Moisés, não remonta a mais de cinco mil anos. Diz-nos expressamente o Gêneses, que por ocasião da formação do nosso globo estavam os elementos em estado crótico; ora para que esses elementos se reduzissem ao estado em que ora os vemos deveria ter-se passado um período infinito de anos, durante o qual cessasse a desordem da natureza: porque as palavras do texto não exprimem simplesmente uma pausa momentânea, entre o primeiro *Fiat* da criação e a produção da luz, ao contrário, o espírito de Deus, a energia criadora é representada cobrindo o abismo, e comunicando-lhe a sua virtude o que exprime ação contínua e não passageira. Esse período indefinido ofereceu largo campo à imaginação do homem, e todas as cosmogonias conservam a tradição de uma época em que a terra foi destruída e renovada. É o tempo sem limites dos Assírios, opinião, que parece ter sido seguida pelos primeiros Padres da Igreja, e sustentada pelos geólogos modernos.

Serve para confirmar essa teoria a presença dos fósseis gigantescos encontrados nas entranhas da terra, porque o mais violento dilúvio não poderia colocá-los nas profundidades em que se acham, além de que estariam misturados nas diversas camada; porém assim não acontece, porque os restos dos animais achados nas camadas inferiores são inteiramente diversas da das superiores, e de modo que, as que estão próximas à superfície da terra contem restos misturados de animais de toda a espécie. Se a Escritura Sagrada não marcasse um intervalo entre a criação e a organização, dificílimo seria conciliá-lo com as recentes descobertas.

Pensaram alguns autores, que os seis dias da criação não deveriam ser tomados na acepção ordinária; que a palavra hebraica *yom* não significava um espaço de vinte e quatro horas, porém sim um período indeterminado, necessário para o desenvolvimento dos fenômenos, que a ele se referem. Fazem observar esses autores que a disposição dos restos orgânicos nas diversas camadas da terra corresponde exatamente à ordem em que a Bíblia dá a sua criação. Com efeito nas rochas primitivas, bem como nas primeiras camadas, não se descobrem nenhuns vestígios de vida animal, ou vegetal: vem depois os peixes misturados com plantas e conchas, indicando que o mar foi o primeiro em produzir habitantes, e finalmente a terra se povoa e sobre os fósseis marinhos se encontra os restos de grandes quadrúpedes.

Ainda que não haja nenhuma dificuldade em admitir a hipótese do período indefinido, julga todavia preferível o Dr. Wiseman a opinião do longo intervalo o decorrido entre a criação e organização definitiva da terra.

Tratando agora do dilúvio, sobre o qual tantas dúvidas lançaram os primeiros geólogos, examinaremos primeiro a sua existência, depois a sua universalidade, e a final a sua data.

Inúmeras são as provas geológicas da existência do dilúvio, sendo as principais os *valores de inundação*, assim chamadas as cavidades feitas nas montanhas pela ação das grandes correntes; *massas errantes*, que são aquelas que se encontram na direção constante de nordeste a

sudoeste; as *cavernas ósseas*, em que está depositada considerável multidão de fósseis de toda a qualidade de animais, cujas espécies ainda existem, assim como os terrenos chamados *diluvianos*, porque se supõe formados pelas águas do dilúvio, e finalmente, animais pertencentes à zona tórrida como os elefantes, achados nos gelos polares. A uniformidade dos efeitos produzidos pelo dilúvio é uma prova da sua universalidade. Quanto à data deste grande acontecimento o aspecto geral da terra parece indicar uma organização comparativamente recente, e essa asserção é corroborada pela formação dos *deltas*, ou acumulação das aluviões na embocadura dos rios. "Se há alguma coisa de incontestável em Geologia, diz o grande Cuvier, é que a superfície do nosso globo foi vítima de grande e súbita revolução, cuja data não pode remontar além de cinco, ou seis mil anos."

Interrogando a natureza, as suas respostas não podiam deixar de ser exatas, e sobretudo sinceras, não acontece assim com a história humana. Todos os povos, por natural pendor, tem a vaidade de fazer perder a sua origem na noite dos tempos: e nisso a todos excedem os Índios. Suas tábuas astronômicas, que tão grande defensor acharam na pessoa de Bailly, dão-lhe uma antiguidade de 4.320,000 anos, mas os trabalhos de Montucla e Delambre mostraram que não era esse número prodigioso de anos, mais do que um grande período durante o qual o mundo se renova, segundo os Índios. Estudando os mais preciosos documentos chegou o coronel Tod a fazer coincidir a fundação da monarquia índia com a época em que se estabeleceram as dos Egípcios, Chineses, e Assírios, isto é, pelos tempos em que vivia Abraham: e o sábio Klaprot assevera, "que as tábuas astronômicas dos Índios, as quais se atribuía prodigiosa Antigüidade, foram formadas no sétimo século da era vulgar, e referidas pelo cálculo a época anterior:"

Um país, cuja história é ainda mais interessante para nós do que da Índia, é certamente o Egito. Sua origem parecia ter sido para ele um problema, e por conseqüência para todos.

As misteriosas alegorias do seu culto, a obscura sublimidade da sua moral, e sobretudo o enigma impenetrável das inscrições, que cobrem seus monumentos, lançava um véu mitológico sobre a sua história. Os inimigos da Religião apontavam para os hieróglifos como para outras tantas objeções contra a Bíblia, mas esses hieróglifos por eles invocados não tardavam em vir depor em prol da narração mosaica. Ouçamos a este respeito as eloqüentes palavras do Dr. Wiseman:

"Enquanto tal obscuridade envolvia a história do Egito, não nos devemos admirar que os adversários da Religião se tenham abrigado atrás dessas trevas como numa posição fortificada, e com o favor desse abrigo atacassem-na com tanto ardor. Juntaram os fragmentos dispersos dos anais do Egito, como Isis juntou os membros lacerados d'Osoris, e trataram de construir uma cronologia de inumeráveis séculos, inteiramente incompatível com a de Moisés. Volney não hesitou em colocar a fundação dos colégios sacerdotais do Egito treze mil e trezentos anos antes de Jesus Cristo, chamando essa época o segundo período da história do povo. E até o terceiro período, durante o qual supõe que se construíra o templo de Esneh, deveria remontar-se a quatro mil e seiscentos anos antes da nossa era. São os monumentos misteriosos do Egito, que forneceram a esses assaltantes, as suas melhores fortificações. Apelavam para o testemunho dessas imagens colossais, semi-sepultadas, para esses templos hoje transformados em subterrâneos, para demonstrar a antigüidade da origem e civilização do povo, que os erigia; apelavam para as suas ruínas astronômicas, a fim de provarem a habilidade, sazonada por séculos de observações, daqueles que traçado haviam esses sinais. Viam nas inscrições hieroglíficas, datas veneráveis dos templos em que reinaram soberanos deificados, muito tempo antes dos modernos dias de Moisés, e de Abraham, mostravam triunfantes os misteriosos caracteres, que

invisível mão traçara em antigas paredes, e pretendiam que só faltava um Daniel para decifrá-las, e mostrar quão leves eram as provas em que se fundava o Cristianismo! Vão triunfo! Responderam os templos do Egito a esse apelo numa linguagem mais inteligível do que poderiam supor os incrédulos, um novo Daniel apareceu para esse estudo, em que era necessário tanta sagacidade como perseverança. Depois que se interrompera a sucessão dos sacerdotes egípcios Young, e Champollion vestiram a toga de linho do hierofante, e os monumentos do Nilo, diferentes da terrível imagem de Saias, consentiram que se levantasse o véu, que encobria, sem outras conseqüências mais do que as salutíferas e consoladoras vantagens colhidas pelo seu trabalho."

Até a numismática não deixou de concorrer com o seu contingente para o esclarecimento da verdade. Nas medalhas de bronze da cidade de Apanéa na Phoygia, vê se no verso um cofre vogando sobre as águas no qual estão um homem, e uma mulher; e encima do cofre um pássaro tendo, no bico um ramo de oliveira. Sobre um dos lados descobrem-se algumas letras, que depois de grande discussão, verificou-se serem um N e um O, estando apagada a terceira por ser a parte saliente do relevo. Sendo costume de muitas cidades antigas tomarem para símbolo os importantes sucessos que tiveram lugar em seus arredores, parece indubitável que a cidade de Apanéa adotou a arca de Noé, porque o monte Ararat está na sua vizinhança.

Resta-nos tratar do último ponto, isto é, da dispersão dos povos, como conseqüência da mudança da primitiva linguagem, e a solução desse problema foi confiado à etnografia, ou estudo comparado das línguas.

Tratando-se das línguas, uma questão prévia se apresenta que é a da sua origem, e não nos achando nós habilitado para emitir o nosso juízo contentar-nos-emos de citar a opinião do ilustre Guilherme Humbolt.

"Estou intimamente convencido, diz ele, que não devemos desconhecer essa força verdadeiramente divina que revelam as faculdades humanas, esse gênio criador das nações sobretudo no estado primitivo em que todas as idéias e até as faculdades da alma recebem mais viva força da novidade das impressões, em que o homem pode conhecer combinações, a que não teria jamais chegado pela marcha lenta e progressiva da experiência. Pode esse gênio criador ultrapassar os limites, que parecem prescritos ao resto dos mortais, e se fosse possível traçar a sua marcha não seria menos vivificadora a sua presença. Longe de negar na explicação da origem das línguas, a influência desta causa poderosa e primária, e assinar a todas uniforme e mecânica marcha, que as arrastasse passo a passo desde o mais grosseiro começo até o seu aperfeiçoamento, abraçarei a opinião dos que referem a origem das línguas a imediata revelação da Divindade. Ao menos reconhecem estes a centelha divina, que luz através de todos os idiomas, ainda os mais imperfeitos, e menos cultivados."

Assim vemos que esse distinto etnógrafo convém em que as línguas não chegam a seu desenvolvimento particular por graus lentos, mas sim recebem-no de alguma energia desconhecida ao espírito humano.

A etnografia, senhores, como quase todas as ciências, mostrou-se no seu começo hostil à Religião revelada. Tendo-se abandonado o sistema de subordinar todas as línguas a uma que era a hebraica, recorreu-se a sua classificação; mas o número extraordinário de idiomas independentes uns dos outros, que então apareceu era incompatível com a unidade primitiva da espécie humana. Gradualmente as massas, que pareciam errar incertas, reuniram-se, como os jardins flutuantes do lago do México, e combinaram-se para formar territórios compactos e extensos, suscetíveis, e

dignos da mais desvelada cultura. Gruparam-se as línguas por diversas famílias, e destarte reduziu-se muito o número dos idiomas primitivos, que concorreram para a formação dos outros, e subseqüentes trabalhos fizeram descobrir o laço que os ligava aos grupos já formados, isto é, indo-europeu, o semítico, e o malaio.

Comparando entre si estas três grandes famílias de línguas vê-se que são três irmãs oriundas de uma mãe comum; sem que nenhuma delas possa reclamar para si os direitos da primogenitura. Mostram os vestígios da sua antiga união, que a ruptura não foi gradual e lenta, porém sim rápida e inopinada, tal, como no-la descreve Moisés.

(*Continua*)

"O Cristianismo e a Ciência". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 19, vol. II, sexta-feira 1 de março de 1850, p.146-147.

CRISTIANISMO E AS CIÊNCIAS

DISCURSO

RECITADO NA ACADEMIA FILOMÁTICA DO RIO DE JANEIRO A 22 DE JUNHO DE 1848.

(*Continuado do n. antecedente*).

O sábio Adriano Balbi, tão conhecido no mundo científico e literário, dando conta destes resultados, no seu Etnográfico de *Globo* diz: "Até agora nenhum monumento tanto histórico como astronômico, pôde provar que os livros de Moisés fosses falsos, mas, pelo contrário estão de maneira mais notável de acordo com os resultados obtidos pelos mais sábios filólogos, e mais profundos geômetras."

Acabamos de ver como pelo estudo da ciência etnográfica somos levados ao conhecimento desta grande verdade, que todas as línguas espalhadas pela superfície do globo não são mais do que ramificações de uma língua primitiva; vejamos agora se a história natural da raça humana, que tão estreita conexão tem com a etnografia, pode explicar-nos como a imensa variedade de homens descende de um só casal.

Entre os Gregos Aristóteles dividiu a espécie humana em quatro classes que eram Gregos, Negros, a que chamava Egípcios, os Citas, e Thracios, divisão que durou até a meia idade em que prevaleceu a idéia de classificá-la em três grandes famílias, descendentes das três filhas de Noé. Ate então não se tinha atendido senão à cor da pele, porém os naturalistas do século passado começaram também a considerar a *forma* como base das classificações e Camper apresentou o seu famoso sistema do *ângulo facial*, que foi depois substituído pelo de Blumenbach, que considerou a *forma* da cabeça por diverso ponto de vista. Segundo este célebre naturalista a raça humana divide-se em três grandes famílias que são: a caucásica, etíope, e mongólica, com duas intermediárias, a malava, e a americana.

A forma é tão suscetível de modificações como a cor, com a diferença todavia que aquela regula-se pelo grau de civilização, ou mais exatamente, pelo desenvolvimento intelectual, e que esta recebe grande influência do clima, hábitos e costumes. O Dr. Wiseman, faz ver como raças inteiras perderam a sua cor primitiva mudando de clima, e que assim por sucessiva degradação podemos seguir a cor branca, até que se torne inteiramente preta. Para a explicação deste fenômeno não basta o clima, ou a temperatura, como no-lo prova a Índia, onde com as mesmas formas de cabeça vêem-se cores totalmente diversas. Aqui existe algum véu misterioso que não nos é dado por ora levantar: mas contudo o estado atual da ciência nos habilita para podermos asseverar que qualquer que seja a cor de um indivíduo da espécie humana, pertence ele incontestavelmente à raça única de que todos nós descendemos.

Pelas considerações que tivemos a honra de vos apresentar vereis, Srs., confirmado o que para vós já era certamente um axioma, isto é, que a religião cristã não teme a luz, que não tem interesse algum em comprimir o estudo das letras, e das ciências, nem receia que ele se propague, uma vez que seja acompanhado do conveniente respeito para com a sã moral, e pureza da fé; porque mostra-nos a experiência, que os progressos científicos tendem sempre a aumentar o número das provas do cristianismo, e dar novo lustre às que já possuíamos. Seja-nos ainda lícito corroborar essa asserção com o juízo de alguns grandes homens.

Boubé, no seu *Tratado de Geologia Popular*, diz, falando da Bíblia: "Aqui apresenta-se uma consideração, de magna importância, e é que um livro, escrito em época em que tão pouco esclarecidas estava as ciências naturais, encerre em poucas linhas o sumário das mais importantes conseqüências, a que não foi possível chegar senão depois de imensos progressos operados na ciência pelo décimo oitavo e décimo nono séculos; visto estarem tais conclusões em relação com fatos que não eram conhecidos, nem tão pouco suspeitados até aquela época, que os filósofos de todas as eras sempre julgaram contraditórios e errôneos, que esse livro enfim tão superior a seu século quanto às ciências o é também pelo que respeita à moral, somos obrigados a reconhecer que há nele alguma coisa superior ao homem, alguma coisa que se não vê, nem se concebe, porém que nos arrasta irresistivelmente."

Mabilon provou de maneira vitoriosa que até entre os homens que passavam a vida no centro dos claustros, foram sempre protegidas e cultivadas as letras; e Bacon fala com os maiores elogios do zelo que sempre mostrara a igreja católica para com as ciências. "Deus, diz ele, mandou ao mundo sua divina verdade acompanhada das ciências, para que lhe servissem de auxiliares. Grande número dos bispos e padres da igreja eram mui versados nas ciências e letras, de modo que o edito de Juliano, proibindo que os cristãos as cultivassem, foi olhado como mais temível do que todas as perseguições dos seus predecessores. Foi a igreja cristã quem no meio das invasões do Seythas, vindos do Noroeste e dos Sarracenos, saídos das regiões de Leste, conservou em seu seio os fragmentos da antiga ciência profana, que a não ser isto teriam infalivelmente perecido. E ninguém ignora os serviços prestados às ciências e às letras nos tempos modernos pela Companhia de Jesus."

Animado pela vossa benévola atenção corremos o estádio que nos tínhamos proposto; fizemos ver a convergência das verades reveladas com as descobertas, e bem que imperfeitamente, vos apresentamos algumas pinturas semelhantes às que Homero descreve sobre o escudo dos seus heróis, coisas e movimentos celestes pertencentes à esfera mais elevada, cercadas com borbaduras de representações terrestres e ordinárias: só nos resta implorarmos a vossa indulgência pela inúmeras imperfeições do trabalho, que ora vos lemos.

Pelo Padre – *J. C. Fernandes Pinheiro.*

"O peregrino". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 24, vol II, quarta-feira 15 de maio de 1850, p. 181.

POESIAS

O PEREGRINO
BALADA.

Onde vás, oh! peregrino,
Com esse saco e bordão?
- Vou livrar a Terra Santa
Do vil jugo do Sultão.

Mas, se tu armas não tens
Com que possas batalhar,
Como o Sepulcro de Cristo
Intentas tu libertar?

- Vai comigo à Palestina
Muito nobre e castelão:
Eles pelejam armas,
E eu co'a minha oração.

Abandonou pátrios lares
Deixando a esposa querida,
Deixando os caros filhinhos
Penhores da tua vida?

E não receias acaso
Morrer por esses caminhos,
Deixando a esposa viúva,
Sem pai os tristes filhinhos?

- A mãe de Deus Piedosa
Há de sobre eles velar,
Enquanto por longes terras
Eu me vou peregrinar.

E se o alfange agareno
Os dias meus terminar:
- Hão de em Cristo, por quem morro,
Um esposo, um pai achar.

Pelo Padre *J. C. Fernandes Pinheiro*.

"A despedida do cruzado". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 24, vol II, quarta-feira 15 de maio de 1850, p. 181.

A DESPÉDIDA DO CRUZADO

BALADA.

Adeus, oh! dama formosa,
Oh! dama dos meus pensares,
Vou caminho d'Oriente,
Vou correr tristes azares.

Se três anos se volverem
Sem que eu tenha voltado,
Um responso na Capela
Manda que seja rezado.

Das juras, que me fizeste,
Ficarás desobrigada,
Em santa união tu sejas
Com belo donzel ligada.

- Vai, oh! nobre cavaleiro,
O Sepulcro libertar
Daquele que veio ao mundo
Somente por nos salvar

Na guerra dentre os horrores
De mim jamais esquecido,
Conservai-me amor sincero,
Um peito constante e fido.

Que as juras, que a ti eu fiz,
A outro jamais farei:
Se morreres, em um clautro
Meus dias sepultarei.

Pelo Padre *J. C. Fernandes Pinheiro*

"Os cemitérios". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 2, vol. III, segunda-feira 15 de julho de 1850, p. 1-4.

OS CEMITÉRIOS

Com bastante acanhamento (por sermos o primeiro a reconhecer a nossa insuficiência), que entramos numa questão tão delicada como a dos Cemitérios, que ora ocupa a atenção dos supremos poderes do Estado. Nossa posição porém de jornalista religioso nos impõe o dever de alguma coisa aventurarmos sobre a matéria, para que se não diga que a imprensa católica do Rio de Janeiro guardou silêncio quando se tratava dos seus mais palpitantes interesses.

Lancemos um rápido olhar sobre os Cemitérios, e vejamos o desenvolvimento dessa instituição através dos séculos. Como as leis proibiram as sepulturas dentro das cidades, os Romanos queimavam os corpos dos seus defuntos, e recolhendo as suas cinzas depositavam-nas em sarcófagos ao longo das estradas, para fazer com que o viandante, a quem os epitáfios pediam um momento de atenção (*Sta. viator*), refletisse sobre a fragilidade humana. Quando o sol do Evangelho veio alumiar o mundo romano os primeiros cristãos, a quem S. Paulo havia recomendado obediência e respeito às autoridades constituídas, iam sepultar fora das cidades os corpos dos heróis da fé, daqueles, que expiravam entre mil tormentos confessando a divindade de Cristo, nos lugares chamados Cemitérios, isto é, lugar de repouso; porque para eles a morte não era um sono eterno; mas sim o começo da imortalidade.

Logo que Constantino, abraçando o Cristianismo, que já era a Religião da maioria dos seus súditos, deu a paz a Igreja, começaram os fiéis a trasladar as relíquias dos mártires para dentro das cidades, fundando sobre elas Igrejas, que nessa era se chamavam – *Memória Martyrum* – Nasceu naturalmente o desejo de serem sepultados junto a esses Templos, esperando destarte melhor granjearem a intercessão dos Servos de Deus, que aí se achavam. Acedeu a Igreja a tão piedoso desejo; não lhe cumprindo contrariá-lo. Assim foram se introduzindo as sepulturas nos adros, nos Cemitérios contíguos, e mais tarde, do século 9º. em diante, dentro das mesmas Igrejas. Verdade é que esta graça não foi concedida ao comum dos fiéis: porque o Concílio Moguntino do ano 803 dispõe no can. 52: *Nullus mortuus intra Ecclesiam sepeliatur, nisi Episcopi, Abbates, aut digni Presbyteri, vel fideles laici si per vitae meritum talem vivendo suo corpori defuncto locum acquisiverunt*. De concessão em concessão, chegou-se a permitir que fossem todos os fiéis, dignos deste nome, sepultados em catacumbas pegadas aos Templos, e era este o estado, em que nos achávamos, quando a epidemia, que ultimamente assolou a Capital do Império, veio romper com as antigas tradições, lançando-nos em um estado provisório, estado de inquietações e de dúvida.

Talves fosse aqui o lugar de emitirmos o nosso juízo a respeito da celeuma, que ultimamente se tem levantado contra as sepulturas dentro das Igrejas, exagerando-se as vantagens

dos cemitérios *extra-muros*; mas contentar-nos-emos com citar as palavras de um escritor francês (de muito mais peso do que as nossas), que em 1844, assim falava do seu país: "O costume tão eminentemente religioso e moral, diz esse escritor, de sepultar-se junto das Igrejas não subsiste mais em França nas cidades, e mesmo em muitas aldeias. Pensou-se que seria prudente afastar os Cemitérios dos lugares, onde se aperta uma população numerosa, e eles foram relegados para lugares solitários. Uma experiência de mais de quarenta anos (no momento em que escrevemos estas linhas), tem acaso provado que a mortalidade haja diminuído? Sabemos que não é assim. Os campos quiser o imitar as cidades; mas se nestas podia-se temer a insalubridade, em razão daí não circular facilmente o ar, havia que temer este perigo nas paróquias rurais? Morre-se menos e de uma idade mais avançada, porque uma piedosa população, ao sair dos Ofícios Divinos, já se não aperta mais para recitar um *De Profundis* sobre as sepulturas dos defuntos que lhe foram caros? Há mais moléstias, e mais mortalidades nas paróquias, que conservam o seu Cemitério ao pé das Igrejas, sob a salvaguarda da casa da oração?". (Origine et Raison de la Lithug. Catholiq. art. Cemit.)

Examinemos agora uma matéria conexa; e vejamos quantas são, segundo os Cânones, as diversas espécies de sepulturas. Contam-se até três: *a familiar*, *a eleita e a paroquial*; sendo a primeira na ordem cronológica a *familiar*, como no-lo prova o Gêneses falando dos Patriarcas, e os monumentos mais antigos do Cristianismo, onde se vêm que os fiéis, que eram abastados edificavam sepulturas para si e suas famílias. Os Cânones regulam esta espécie de sepultura como um direito hereditário; sendo por isso que deram à mulher casada, ao filho o mesmo jazigo do marido, do pai, salvo se escolherem outro. Por este mesmo motivo é que o Monge e o Frade deve ser sepultados em seus Mosteiros e Conventos; os Bispos, Cônegos e mais Beneficiados, nas Catedrais, ou Igrejas, a que estavam adictos. A escolha de sepultura é uma das mais brilhantes prerrogativas da liberdade humana, nenhum cristão, que se ache no pleno gozo dos seus direitos, ou que não esteja compreendido em alguma das hipóteses, que acima figuramos, pode ser dela esbulhado, uma vez que a sepultura seja em lugar *sagrado*, ou mesmo *religioso*, como as *Capelas* e *Oratórias*, conforme a declaração de Bonifácio 8º. (Cap. 2. Cum quis de sepuls, in 6. Se quis) A terceira e última espécie abrange todos os cristão, que não tem jazigo de família, nem escolheram sepultura enquanto vivos.

Releva porém observar que em nenhum dos casos, que expendemos, perde o Pároco o direito de encomendação, de *levantar a cadáver* da sua ovelha, como passamos à demonstrar mui perfunctoriamente.

Não há quem ignore a grande diferença, que existe entre as exéquias e a sepultura; posto que muitas vezes se achem compreendidas debaixo da mesma denominação *jus funerandi*, *jus sepeliend*; sendo as exéquias a parte espiritual, e a sepultura a material. É porém incontestável, que assiste aos Páracos e direito de celebrarem as exéquias das suas ovelhas; porque se o Pastor guia o seu rebanho nas sendas tortuosas da vida, como pode abandoná-lo na hora do passamento? Pois se os Párocos são obrigados a administrar os Sacramentos aos seus fregueses, como desampará-los depois de mortos? Daqui se deduz o princípio de Abbas, seguido pela torrente dos Canonistas: *Jus funerandi et exequiarum est de jure parochiali, quem admodum est Sacramentorum exhibitio*. Desta regra geral há todavia alguma exceções, marcadas em Direito, tais são os privilégios, de que gozam os Bispos e os Cônegos, que embora residam em paróquia alheia devem contudo receber os Sacramentos da Catedral; porque tem o Cabido nestes casos o *jus quase – parochiali*, e às Comunidades Religiosas foi concedido o mesmo direito; mas tão somente para as pessoas, que fazem parte dessas Comunidades. As Ordens Terceiras, Confrarias,

e Irmandades não ficaram porém isentas da jurisdição paroquial, pelo que respeita às exéquias, ainda que possam dar sepultura a seus irmãos nas Igrejas da sua Ordem, ou Confraria, quando as mesmas sepulturas são de *famílias*, ou *eleitas*, como acima dissemos. Jamais poderão exibir uma só Bula Pontifícia autêntica; porque em todas elas vem salvos os direitos paroquiais: *salva justitia illarum Ecclesiarum, a quibus mortuorum corpora assumuntur* (Cap. 9. *de sepult*) e Van-Espen diz: *Nulla fere authentica Bulla proferatur ea conditione destituta*.

Vê-se pois, que era por mero abuso, e nunca fundadas em nenhum privilégio, ou insenção, que em semelhantes casos não pode haver, que nas Ordens Terceiras, e Confrarias entre nós se faziam encomendações, por sua natureza, paroquiais. Agora porém que o Governo Imperial entendeu em sua sabedoria dever proibir os enterramentos dentro das Igrejas, mandando que fossem feitos em Cemitérios *extra-muros*, parece-nos poder-se restabelecer a disciplina em todo o seu vigor; do que resultaram não pequenas vantagens.

Não descobrimos nenhum inconveniente em que as encomendações se façam nas Matrizes pelo respectivo Páraco para todos os fregueses, sendo depois os cadáveres conduzidos para o Cemitério, em que hão de sepultar-se. Nem se nos objete que a acumulação dos corpos dentro do recinto das Igrejas pode infeccionar a atmosfera, porque é geralmente sabido, que sendo seis as paróquias de dentro da corte, não há risco de haver em cada uma delas grande multidão de corpos; ainda nas circunstâncias anormais de uma epidemia, como aquela, de que fomos vítimas, e da qual a Misericórdia Divina nos quis livrar.

Falando das encomendações paroquiais aproveitaremos o ensejo para alçarmos a nossa débil voz contra o regulamento sanitário do Illm.a. Câmara Municipal desta Corte de 4 de Maio do corrente ano, que no art. 10º. dá a *casa* do finado como o lugar das encomendações. Não se poderá contestar, que sejam atos públicos de Religião os ofícios pelas almas dos mortos, e esses atos devem ser feitos nos Templos, que são o seu lugar próprio. Sendo privada a encomendação nada obsta a que seja feita na Paróquia; porque tendo o cadáver necessariamente de sair de casa, e fazer um longo trajeto para chegar ao Cemitério; porque não poderá parar por um pouco na Matriz para se fazer a encomendação? Perigará por isso a salubridade pública? Cremos que não. Se a encomendação for solene além das razões acima expendidas, e de não terem todas as casas os cômodos necessários para que com decência se possam elas fazer. Acresce que devemos poupar as famílias o doloroso e aflitivo espetáculo de verem as suas casas cobertas do crepe funerário, a chegada do Clero em préstito, e ouvirem os hinos sagrados da Igreja vibrarem em seus corações sensíveis como nas cordas de uma harpa colia.

Em todos os países, onde existem Cemitérios *extra-muros* são os corpos dos fiéis levados às Igrejas Paroquiais a fim de serem encomendados; e daí trasladados para o seu último jazigo. Se consultarmos a Selvagio nele acharemos, que na França, quando lícita a escolha da sepultura, era de estilo serem os cadáveres encomendados nas suas paróquias embora se fossem ao depois sepultar noutras Igrejas: *In Galliis.... illlud moris est ut cadver prius ad Ecclesiam Parochialem deferatur, ibique exequiae.... abbrentur et sic dein ad Ecclesiam alertae sepulsurae (*hoje se deve dizer *ad Caemiterium) adsportetur*. E mandando a lei de 23 prairial ano XII (12 de Junho de 1804) no art. 18, tit. 5º. Guardar as cerimônias precedentemente estabelecidas, já se vê, que está em seu antigo vigor o uso, que mencionamos.

Uma outra vantagem em serem as encomendações feitas nas Igrejas Paroquiais, e é a de terem os Párocos um Clero adicto ao serviço das mesmas. É impossível, que os Párocos e os seus Coadjuctores (por via de regra um em cada Paróquia) possam subministrar devidamente o pasto

espiritual a suas ovelhas, mui numerosas nas Paróquias da Corte, e das principais cidades do litoral, ou espalhadas por uma vasta superfície de terreno, como nas rurais. Todos aqueles, que freqüentam às Igrejas Paroquiais sabem o como se vêm embaraçados os Vigários todas as vezes, que tem de fazer preces, procissões, ou outros atos, que dependem do auxílio do Clero; embaraço com que não lutavam as Ordens Terceiras e Confrarias; por isso que tendo cotidianas encomendações solenes, de que resultavam um estipêndio aos Clérigos, que convidavam, prestavam-se estes de bom grado todas as vezes que era mister fazer algum serviço gratuito. As Constituições do Arcebispado da Bahia, que regem todos os Bispados do Brasil, com a previdência, que os caracteriza, tinham disposto esta medida, no liv. 4º. titl. 46,, no. 826: "Encomendamos aos párocos e mais pessoas, a quem pertence, que para estes acompanhamentos, e para as exéquias, havendo de se chamar Padres de fora, *chamem e prefiram quanto for possível, aos Clérigos, que nas obrigações da Igreja os costumam ajudar,* e prefiram os que tiverem atual licença para se confessar aos que não tiverem." Julgamos, que seria uma das providências mais adequadas para que as nossas Paróquias pudessem atingir ao fim para que foram criadas, e produzir os benefícios, a que o povo tem direito a esperar delas.

Conviria outrossim que as fábricas das Igrejas Paroquiais gozassem exclusivamente do direito de fornecer carruagens, armações fúnebres, ornamentos, e fazer todos os fornecimentos necessários para os enterros e para a decência e pompa dos funerais, como acontece em França, em virtude da lei, já citada, de 12 de Junho de 1804, tit. 5º. art.22. Desejávamos ver introduzido semelhante uso no nosso país; uma vez que a lei das fábricas, embora modelada pela da França, tivesse um aspecto mais eclesiástico. Quiséramos que estivessem imediatamente sujeitas aos Bispos, e que os Vigários tivessem nelas mais preponderância do que tem. Incalculáveis são as vantagens que daí resultariam; a receita proveniente do fornecimento dos objetos necessários para os funerais habilitaria as fábricas a fazer face às despesas do Culto Divino, celebrando com o brilhantismo, que lhe é congênito, as pompas augustas do Cristianismo.

Ao terminar este artigo, que já vai um pouco folgamos em declarar, que temos as mais bem fundadas esperanças, de que o Corpo Legislativo do Brasil dota-lo-a de uma lei de Cemitérios, que seja digna da sua alta ilustração, o dos seus sentimentos eminentemente religiosos.

O Padre J. C. Fernandes Pinheiro.

"O restabelecimento do Papa". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 3, vol. III, quinta-feira 1º. de agosto de 1850, p. 1-4.

O RESTABELECIMENTO DO PAPA.

Desde as margens do Tibre até as mais longínquas florestas da América opulenta entoam os fiéis sagrados hinos pelo feliz regresso de S. Santidade, o Papa Pio 9º., à capital do mundo cristão, operado no dia 12 de Abril do corrente ano.

Depois de dezesseis meses de ausência entrou o Sr. Padre na Capital dos seus Estados, nessa Roma, donde o fez fugir um furioso partido demagogo, que trocava as armas de S. Pedro pelo gorro republicano, e a autoridade paternal dos seus Papas pelos furores de um Mazzini.

Recebendo deles em troco de mil benéficos em prol do seu povo a mais negra ingratidão, Pio 9º. Buscou asilo no reino vizinho: Gaeta lhe abre as portas, ufana por possuir o Vigário de Cristo, e o rei Fernando pondo à disposição do Santo Padre sua pessoa, e todo o seu reino, gravou seu nome na história com caracteres indeléveis.

Fomos testemunhas da geral indignação, que se apossou do todos os cristãos ao saberem, que um pugilo de anarquistas pretendia quebrar um trono, que dez séculos pareciam ter petrificado. Para vingar as injúrias do Pontificado as potências católicas ofereceram seus exércitos; mas foram os descendentes daqueles, que comandados por Godefredo de Bouillon, plantaram o estandarte da Cruz sobre os muros de Jerusalém, que abrindo com seus canhões as portas de S. Pancrácio, confirmaram a doação de Carlos Magno, e de seus piedosos sucessores.

Não cabe nos estreitos limites de um artigo de jornal demonstrar todos os benefícios, que dos sumos Pontífices, tem recebido Roma, e o mundo inteiro; além de haver sido esta matéria habilmente tratada por alguns autores, e entre outros recomendamos aos nossos leitores a excelente obra do Conde de Maistre intitulada – *Du Pape* – Digamos todavia alguma coisa de passagem já que tocamos neste assunto.

Vejamos como começou o poder temporal dos Papas.

Roma fora sucessivamente tomada e saqueada por Alarico, rei dos Godos, Genserico, rei dos Vândalos, e Totila, rei dos Hércules. A esses bárbaros, tinham sucedido outros bárbaros. Os Lombardos, recentemente estabelecidos na alta Itália, daí se espalhavam para supreender as cidades mais remotas, precedidos pela peste e pela fome. Nenhum sucesso se podia esperar de Oriente; pois que os governadores, enviados de Constatntinopla só faziam sentir a sua presença pelas extorsões mais cruéis, que a dos bárbaros. Os habitantes da Sardenha, segundo se colige de uma carta do Papa a Imperatriz Constância, mulher do Imperador Maurício, viam-se constrangidos a vender os seus próprios filhos para satisfazer às exações do jugo imperial. Nestas tristes conjunturas é S. Gregório Magno elevado a Cadeira Pontifícia. Suas orações, e vigilância detiveram o contágio, que desolava Roma; e tornado pela força das circunstâncias chefe temporal do governo, ocupa-se da defesa militar do país, confiado aos seus desvelos, e no seu governo e no dos seus sucessores imediatos Roma, e a Itália viram dissipar-se a nuvem de bárbaros, que os obumbrava.

Poderemos ser taxados de fanáticos falando do poder temporal dos Papas preferimos por isso citar a opinião de Gebbon, que sendo protestante é por tal título desafeto à Igreja de Roma, e ao seu Chefe.

"O pontificado de Gregório Magno, que durou treze anos, seis meses e dez dias, diz o escritor inglês é um dos períodos mais edificantes da história da Igreja. No seu reinado os arianos da Itália e da Espanha se reconciliaram com a Igreja Católica, e a conquista da Bretanha refletiu menos glória sobre o nome de Cezar que sobre o de Gregório 1º. Em lugar de seis legiões, quarenta monges se embarcaram para essa ilha longínqua, e o Pontífice lamentava que os seus austeros deveres não lhe permitissem partilhar os perigos dessa expedição espiritual. Em menos de dois anos pode anunciar ao Arcebispo de Alexandria, que haviam eles batizado o reio de Kent com dez mil Anglo-Saxônico, e que os missionários romanos, como os da primitiva Igreja, não possuíam outras armas senão os poderes espirituais e sobrenaturais.

O poder temporal dos Papas surgiu naturalmente das calamidades dos tempos, e os Bispos Romanos foram constrangidos a reinar como ministros da caridade e da paz. Gregório pode ser justamente chamado o pai de sua pátria, o salvador de Roma. Desenganado de poder alcançar um tratado geral e definitivo entre os Lombardos e o Gregos, ousou salvar o seu país sem o consenso do imperador, ou do exarca. O gládio inimigo estava suspenso sobre Roma, e só foi desviado pela suave eloqüência e liberalidade de um Pontífice, que impunha respeito aos bárbaros, e aos hereges. Os méritos de Gregório eram na corte de Bizâncio objeto de escarneo ou de insulto: mas na afeição de um povo reconhecido achou ele a mais bela recompensa de um cidadão, e o melhor direito de um soberano.

A teocracia pontifícia diz Matter na sua obra – Influência das leis sobre os costumes – foi a égide do Cristianismo, que salvou as ruínas da civilização antiga, subtraída ao fanatismo de Bizância; asilou e protegeu as letras e as artes, comunicando-as à Europa bárbara, e acabou por operar a grande restauração dos estudos no décimo-quinto século. Exerceu sobre os costumes do Ocidente profunda influência, e traçou por longo tempo as regras, os princípios, numa palavra conduziu a Europa ao estado da civilização em que a vemos."

Essa teocracia foi ao mesmo tempo o império mais moral e o mais vigorosamente organizado; o sacerdócio mais piedoso, mais ilustrado que jamais existiu; e se Roma por dez século exerceu a ditadura da Europa, essa ditadura limitou-se unicamente ao culto, as crenças, aos costumes, e os gênios das instituições. Sua soberania em política foi apenas nominal. Dispôs de todas as coroas desde a do Imperador até a de duque, cingiu-se de um túplice diadema, porém os seus princípios governativos foram sempre meios espirituais. Roma só dirigiu as consciências, nunca governou diretamente, e é enexato o dizer-se que a Europa na meia idade foi uma teocracia romana.

Todavia Voltaire, o apóstolo da incredulidade, o patriarca do filosofismo, ousou caluniar a salutar influência dos Papas na meia idade. Ouçamos suas blasfêmias.

"O mais absurdo dos despotismos, o mais humilhante para a natureza humana, o mais contraditório, mais funesto é o dos padres; e de todos os impérios sacerdotais o mais criminoso é indubitavelmente o dos padres da religião cristã..... Assim os Bispos de Roma, que tinham sido os primeiros a dar este fatal exemplo estenderam simultaneamente o seu domínio e a sua seita pela metade da Europa."

Para avançar semelhantes proposições é necessário supor ou muita ignorância, ou muita má fé:

Pode haver quem ignore que o pontificado salvou a Europa da barbaria, corrigiu a realeza, e o feudalismo ainda mais bárbaro: impedindo a sociedade de cair nos braços do poder material?

As doutrinas, as regras de costumes, e lições de penitência, que o Ocidente recebeu da soberania espiritual de Roma, apoiando sua autoridade na Religião, tiveram bastante poder para *moralizar* a Europa, submetê-la ao mesmo tempo à fé e à lei, introduzindo com algumas artes os elementos de alguma civilização. Nenhuma legislação humana, nenhuma filosofia poderia produzir semelhante resultado. Tais fatos em prol do pontificado são um elogio que nada será capaz de ofuscar.

Abramos a história e nela veremos que sempre a cristandade esteve em perigo achou-se um Papa a seu lado para defendê-la. A fraqueza dos imperadores bisantinos, que gastavam o seu tempo em miseráveis sofismas, quando os bárbaros estavam às portas de Constantinopla, permitiu que se elevasse na Ásia a potência anti-cristã de Mahomet. Encontrando os fiéis mil embaraços em visitar os lugares santificados pela paixão e morte do nosso Salvador, não poucas vezes pagando com a vida a sua temerária peregrinação. Chegaram suas queixas aos ouvidos de Urbano 2º., que atravessando os Alpes, pregou no numeroso concílio de Clement, a primeira cruzada. Todos têm ouvido falar dessa luta de gigantes, que começando pela tomada de Jerusalém devida ao invicto Godefredo de Bouillou, acabou pela vitória de Lepanso donde data a declinação do poder otomano alcançada por D. João d'Austria, auxiliado pelos socorros e orações de S. Pio 5º. Se os Papas não tivessem oposto um dique a torrente muçulmana talvez nem sobre os muros da Cidade Eterna tremulasse hoje o estandarte da Cruz. Os imperadores teutônicos, que cingiam o diadema dos Cezares, por mercê dos Papas, esquecendo sua origem quiseram calcar aos pés os direitos da Igreja na célebre questão das investiduras; eis que S. Gregório 7º. Surgindo dentre as trevas da idade média fulmina com anátema o imperador Henrique 4º. Desligando os seus vassalos do juramento de fidelidade, que lhe haviam prestado. A luta entre o Sacerdócio e o império, representados pelos *guelfos e os gebelenos*, apresenta o magnífico espetáculo da Igreja tomando a defesa dos povos contra os imperadores e reis da Germânia, e protegendo o pobre e o desvalido contra o rico e o poderoso. Os nomes de Bonifácio 8º. e de Inocêncio 3º. serão sempre venerados pelos cristãos pela energia com que souberam sustentar as imunidades da Igreja; de que eram tão dignos Pastores. Em defesa da indissolubilidade do matrimônio, uma das bases em que se assenta a moral cristã, não temeu Clemente 7º. arrostar a cólera de Henrique 8º., embora daí resultasse o schisma anglicano, e a perda dessa ilha, que outrora mereceu tão justamente o nome *d'Ilha dos Santos*. Muito teríamos a dizer em prol da soberania temporal dos Papas; mas pelo que temos dito colige-se facilmente quão grande e sincero deve ser o júbilo, em que transbordam os corações cristãos, pela volta do S. P. Pio 9º. à cidade de Roma.

O Brasil, que deve à Igreja a sua civilização a terra denominada de Santa Cruz, não podia deixar de tomar parte nas demonstrações de amor e respeito que o mundo cristão hoje tributa à sagrada pessoa do Soberano Pontífice. Na Catedral, nas principais Paróquias desta Corte solenes *Te-Deum* tem sido cantados em ação de graças por tão fausto acontecimento, além daquele que o Representante da S. Sé neste Império fez celebrar no dia 14 de Julho no mosteiro dos Religiosos Beneditinos.

O Pe. *J. C. Fernandes Pinheiro.*

"A Assunção da Virgem". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 4, vol. III, quinta-feira 15 de agosto de 1850, p. 1-2.

A ASSUNÇÃO DA VIRGEM

(A 15 DE AGOSTO)

Quão belo! quão poético é o dia de hoje! Descem os Anjos, e os Arcanjos ao encontro da sua Rainha! os Patriarcas esperam-na nas nuvens: é uma filha dos reis, a filha de David, que sob à celeste mansão.

Que glória estava reservada para aquela, que foi tão humilde e tão cheia de graça! Deus Padre a espera, como sua Filha: Deus Filho, como sua Mãe; Deus Espírito Santo, como sua Esposa.

Regozijam-se os santos do céu: e choram os santos da terra: acabam de ver morrer a Mãe dos vencedor da morte; acabam de ver se extinguir essa doce luz, que no meio deles brilhava.

Desde a morte de Cristo, Maria, apesar do seu amor pelo retiro, fora cercada dos respeitos e homenagens dos Apóstolos e discípulos; e todos os que sofriam, ou morriam confessando a divindade de Jesus, professavam para com sua Mãe a mais profunda veneração. E assim devera suceder; porque a Virgem cuja ainda fora traspassada pelo gládio da dor; só podia ser consolada, vendo a salvação do mundo emanar da morte do seu filho.

Essa morte tão cruel, essa agonia sobre a Cruz não se apresentavam mais ao espírito da Virgem para torturá-la. O jardim das Oliveiras a consolava do Golgotha, e se sobre a montanha do suplício divisavam-se ainda alguns vestígios de sangue sobre o monte das Oliveiras gravadas estavam as provas da *Assenção*.

Entrando o Filho de Maria na glória do seu celeste império não podia deixar por muito tempo sua Mãe no nosso vale de lágrimas. Apressam-se os reis triunfantes em revogar o exílio dos seus amigos; assim julga-se que a morte da Virgem não excedeu ao primeiro ano da graça.

Julgam alguns autores que fora em Epheso que tivera lugar este acontecimento; mas nada há de certo a tal respeito: nenhum detalhe dão os Evangelistas sobre o nascimento, a vida, e a morte da Virgem; dir-se-ia que Deus quis cobrir com um véu de nuvens essa flor da humildade, como envolve com o véu de vapor a planta, a que molesta o sol: e o que unicamente sabemos pelo Evangelho, é que quando o temor dispensou os discípulos e os Apóstolos, quando o Cristo viu o abandono dos seus reunir-se aos tormentos da sua paixão; a Mãe não soube fugir: seu coração teve mais força do que o de todos esses homens, que poucos dias antes tantos protestos faziam de amor e lealdade!

E observemos que o Evangelho, que nos mostra a Santa Virgem junto ao Calvário ensangüentado, não no-la apresenta nas ruas de Jerusalém no dia, em que seu Divino Filho fazia sua entrada triunfal. Não, ela tinha muita humildade para ir brilhar aos raios da glória; mas também muita coragem para não chorar seu Filho pregado a uma cruz.

Vemos que depois da Ascensão de Cristo assistia a Santa Virgem às assembléias, e as orações dos Apóstolos, e a tradição no-la mostra assentada entre eles quando o Consolador desceu do Céu: e quem mais do que ela precisava ser consolada, ela, que ao pé da cruz podia dizer: vede o viandante se há dor, que se possa comparar a minha.

Supõe-se que depois da dispersão dos Apóstolos Maria acompanhou S. João a Epheso: e acrescenta a tradição que Maria Madalena e outros discípulos fizeram parte dessa pequena sociedade, e nós de bom grado esposamos essa crença. Aqueles, que tinham conhecido Cristo, ouvido suas lições, não o vendo mais sobre a terra, deverão experimentar a necessidade de estarem juntos para falarem ainda dele, para comemorarem sua bondade, admirarem seu poder, e orarem em seu nome.

Nessas santas reuniões que alegrias para a Mãe do Glorificado! e como devera aspirar o momento, em que o seu Divino Filho enviaria os seus Anjos a libertá-la do seu exílio!

Klopstock, em seu belo poema da Messiada, nos representa o Anjo da morte, equilibrado em suas largas asas, formando imensos círculos ao redor da Cruz, e, a despeito da ordem do Eterno, não ousando aproximar-se ao Cristo para extinguir-lhe o sopro da vida... Esse Anjo, ordinariamente tão ousado, a quem nenhuma grandeza, nenhum poder detém, receia tocar no agonizante do Calvário. Pois bem; parece que a morte também devera hesitar em receber o último suspiro de Maria; Maria, nascida sem mácula não era sua vassala. Nós morremos, porque temos impresso em nossas frontes o selo do pecado de Adão.

Mas perdera o sepulcro o seu horror depois que o autor da vida nele repousara: a Virgem Mãe não receou descer a ele: resignada, a lei comum às filhas de Eva, passou pelo túmulo para chegar à glória celeste.

O povo, em suas poéticas crenças, cercou do maravilhoso o sepulcro da Virgem: Tendo os Apóstolos, diz ele, lhe prestrado os últimos ofícios, e querendo ainda honrar seus restos fizeram levantar a pedra do sepulcro para sobre ele espargir flores e perfumes; mas oh! prodígio! o sarcófago está vazio, e lírios, símbolo da pureza e da virgindade, cresceram no lugar, onde repousou o seu corpo imaculado, que imortais serafins transportaram a celeste morada, quando a voz de Deus o despertou do seu ligeiro sono!....

Respeitemos o véu, que aprouve ao Senhor, estendeu sobre a vida e morte de Maria, e estejamos certos, que aquela, que deu a vida ao Salvador dos homens está cercada das homenagens dos Anjos, e das magnificências de Deus. Quem é tão justo para com todas as criaturas não será injusto para com sua Mãe; e o que a terra teve de mais perfeito está sem dúvida colocado no lugar mais elevado do Céu.

O Pe. *J. C. Fernandes Pinheiro.*

"Uma ordenação". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 4, vol. III, quinta-feira 15 de agosto de 1850, p. 1-2.

UMA ORDENAÇÃO

Domingo, quatro de Agosto do corrente ano conferiu S. Ex.a. R.ma., o Sr. Bispo Conde Capelão-Mor, a sagrada ordem de Presbítero a vinte e quatro Ordenandos; tendo lugar este ato na Capela do Palácio Episcopal da Conceição.

Nunca assistimos a uma Ordenação (inclusive a nossa) que mais nos impressionasse do que esta; pelas circunstâncias de que foi revestida, e pelas qualidades intelectuais e morais, de que eram dotados a maior parte dos candidatos.

Os muitos dignos e zelosos diretores do colégio de S. Pedro d'Alcântara, R.mos. P.es. M. es. Paivas, tendo alcançado permissão de S. Exa. R.ma. levaram os meninos do seu colégio para cantarem o *Veni, Creator Spiritus*, que foi acompanhado por um harmônio. À voz Angélica da infância baixou o Espírito Vevificador sobre a cabeça dos novos Ministros do Santuário; senão, como outrora em línguas de fogo, certamente de uma maneira invisível e toda espiritual.

Nos semblantes de todos os assistentes via-se debuchada a alegria; e todos formavam votos pela felicidade desses novos levitas, que vinham oferecer ao Senhor as premícias dos seus trabalhos.

Sede bem vindos, oh! vós novos operários do Evangelho, vós, que superando mil preconceitos, abraçastes uma vida hoje bem pouco invejada, e quiçá menosprezada. Lembrai-vos porém da imensa responsabilidade, que sobre vós pesa; da importante missão, de que vos incumbistes, vós sois a luz do mundo, o sal da terra (*lux mundi, sal terrae*) de que fala o Evangelho. Deveis aos fiéis o exemplo das vossas virtudes, e da vossa ilustração; porque, como bem diz Creteneau Joly, não é a Religião, que o povo examina, é o seu Ministro é o Padre. Sabeis, que o Clero gozou da mais bem merecida influência quando as letras, fugindo espavoridas ao ruído das armas, achavam asilo junto aos altares, ao mesmo tempo que os Padres edificavam os cristãos pelas suas virtudes. Não criais que na carreira eclesiástica vossos dias se deslizem tão serenos e tranqüilos como o ribeiro que serpeja por entre as flores de um jardim: não; a vida de Padre não é folgada como vulgarmente se pensa, é uma vida de obrigação e de sacrifício. Releva, que resguardeis vossos peitos com o escudo da sabedoria sagrada; que traveis luta com vossas paixões, que triunfeis dos vossos instintos: que no desempenho dos vossos deveres, tendo os olhos no Céu, e a mão sobre a vossa consciência, não atendais a nenhumas considerações humanas por mais fortes, que vos pareçam. E será isto fácil? Ah! certamente seria impossível consegui-lo se o Céu propício não escutasse nossos votos, se Deus não abrisse os tesouros inexauríveis da sua graça, para os que com um coração contrito suplicam o seu auxílio. Não ignorais que tendes de travar peleja com a corrupção dos costumes, com o veneno corrosivo da indiferença, e da irregularidade, que a Filosofia sensualista do século passado infiltrou na população, abalando as crenças religiosas, que a nossos avós faziam felizes. Entrando no ministério da Igreja nos tempos calamitosos, em que vivemos, não vindes colher os louros da vitória, mas talvez as palmas do martírio.

Todavia muito tem progredido entre nós o espírito religioso nestes últimos anos. Ainda há bem pouco tempo nenhum moço de habilitações, pertencente a algumas das principais famílias da nossa terra, se animaria a entrar para o estado eclesiástico. As academias de medicina, os cursos jurídicos, as escolas militar e da marinha, absorviam (e ainda absorvem) quase toda a nossa talentosa mocidade, e só algum, que era repelido de todas essas classes, vinha se asilar, na Igreja, como em seu último refúgio. E porque? Porque quando todas as classes da sociedade brasileira tem merecido mais, ou menos, atenção dos supremos poderes do Estado, a eclesiástica, aquela a quem o Brasil tudo deve, aquela que lhe ensinou os primeiros rudimentos das letras, e ciências, parece ter só retrogradado desde a nossa emancipação política. Onde estão as academias eclesiásticas? Quando os soldados são doutores, os Padres só serão de *Réquiem*?!.... Venham nos dizer que o Clero é ignorante!... Ignorante; porque não o querem instruir; porque apesar de fraco e humilhado, ainda dele se temem como de um aspecto pavoroso! Desenvolveremos estas idéias em um próximo artigo; por agora limitamo-nos a agradecer a Divina Providência, que permite que ainda hajam vinte e quatro moços, muitos dos quais alcançariam em qualquer outra profissão uma brilhante posição social, que votem os seus serviços a Igreja, que busquem lhe ser úteis num tempo em que tudo lhe parece ser contrário.

Perdoem-nos a liberdade com que falamos; somos: jornalista, e jornalista religioso, que a tudo deve antepor a verdade; e mormente quando a verdade, de que somos eco, não irroga a injúria a nenhuma pessoa em particular.

O Padre *J. C. Fernandes Pinheiro.*

“A primeira comunhão”. *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 5, vol. III, domingo 1º. de setembro de 1850, p.6-8.

A PRIMEIRA COMUNHAO

Domingo 11 de Agosto do corrente ano teve lugar na Igreja das Religiosas da Ajuda a cerimônia da primeira Comunhão dos meninos, que seguiram a direção religiosa do Sr. Abade Bertin. S. M. O Imperador, e a Sua Virtuosa Consorte, sempre ávidos de animarem a tudo quanto há de belo e grandioso no nascente e formoso país, que a Providência confiou a seus desvelos, dignaram-se de honrar com a sua Augusta Presença a este tão tocante ato da nossa santa Religião. Com que respeito não se aproximaram essas almas cândidas a quem o negro carvão do vício ainda não tinha tisnado, a sagrada mesa da comunhão, para participarem do Corpo adorável do nosso Redentor! Ao vê-los tão simples, tão modestos, dir-se-iam Anjos do Céu baixados para ensinarem os homens a render a Deus o verdadeiro culto: e ao ouvir seus cânticos de alegria julgamo-nos transportados a celeste mansão, onde imortais Serafins em harpas de ouro entoam em honra de Juhovak melódicos hinos.

Honra e glória ao Sr. Abade Bertin, que não se poupa a fadigas para instruir a juventude; e louvores a esses país que confiaram a tão digno Sacerdote a educação religiosa de seus filhos que lhes deve ser tão proveitosa; quer vogue tranqüila a barca da sua existência pelos mares da felicidade, quer seja açoutada pelo tufão da desgraça.

Sua Excelência Reverendíssima, o Sr. Bispo Conde Capelão-Mor, com a bondade que o caracteriza, serviu-se de administrar na mesma ocasião o Sacramento da Confirmação; bem como de assistir a Missa, que por convite do ilustre Eclesiástico francês, tivemos a honra de celebrar, e no fim da qual fizemos a alocução que abaixo transcrevemos.

ALOCUÇÃO AO MENINOS DEPOIS DA SUA PRIMEIRA COMUNHÃO NA IGREJA DO CONVENTO DA AJUDA, NO DIA 11 DE AGOSTO DE 1850, NA PRESENÇA DE SS. MM. II.

SENHOR

Quanto é belo, doce, e glorioso para estes meninos o dia de hoje, e quanto lhes deve ser sempre grata e saudosa a lembrança! Gozastes ao fim meus caríssimos Filhos das doçuras inefáveis de uma primeira comunhão, animada dos sentimentos de uma fé viva, e de uma piedade igualmente terna e respeitosa. Desceu a vossas almas o Rei da glória, para ai espargir a abundância das suas graças e das suas bençõe: está em vós, como vós estais nele: e se a Igreja chama particularmente dia do Senhor, o da sua ressurreição gloriosa; porque foi o triunfo do seu poder; não é também particularmente para vós o dia do Senhor aquele, em que ele veio aos vossos corações para consumar o triunfo de seu amor? Quanto folgo figurar-se-me o momento, em que recebestes o corpo adorável de Jesus Cristo! Primeiramente, como que abismados pela

majestade do grande Deus, que acabáveis de receber, vossos sentimentos foram os de uma adoração profunda; para vós o mundo não existia mais; estáveis só com Deus. Logo o amor inflamando vossos peitos: praticaste comesse Deus de bondade, expondo-lhe vossas necessidades testemunhando-lhe vossa terna confiança com toda a candura de um filho, que fala ao melhor dos pais; e finalmente o reconhecimento dilatando vossos corações parece-me que desejareis, publicar por todo o Universo as misericórdias do Senhor. Possa esse desejo ser tão durável como é hoje sincero!

Quando o Eterno publicou outrora a sua santa lei sobre a montanha do Sinai, fez Moisés erigir um altar cercado de doze colunas, que representavam as doze tribos de Israel; e como era de estilo selar os tratados com o sangue das vítimas, imolou ele hóstias pacíficas, pegando depois no livro de aliança, e fez a sua leitura perante o povo que escutou-o no mais profundo silêncio; e que depois de tê-lo ouvido exclamou: Faremos o que o Senhor ordena. – Então Moisés tomou o sangue dos animais imolados, fez com ele uma aspersão sobre o livro da lei, dizendo: Eis o sangue da aliança, que Deus fez conosco. Esta é, meus Filhos, uma imagem sensível de augusta cerimônia, de que hoje fizestes parte. Deus estava em seu excelso trono: vós vos dirigistes para junto dos tarbernáculos, em que Ele repousa: seu Ministro como outro Moisés vos falou em seu nome, vos fez falar suas divinas vontades: e vós prometestes ser fiéis a elas. Não é esta uma promessa vã e ilusória, é um contrário divino e irrevogável; os anjos foram as testemunhas: e o Céu ratificou. Sim; prometestes ser fiéis ao vosso Deus, servi-lo como vosso senhor, amá-lo como vosso pai; e o Eterno em sua misericórdia, obrigou-se a tratar-vos como seus servos e seus filhos. Não derramou o Sacerdote sobre vós o sangue das novilhas e dos touros: porém o sangue do cordeiro sem mácula correu sobre o altar, e selou o contrato da vossa aliança com Deus. – Houve jamais um pacto mais solene, e mais sagrado? Todos vós conheceis a obrigação de lhe guardar fidelidade: todos desejais conhecer os meios de perseverar com coragem nos sentimentos, que vos animam, e é o que vou fazer em poucas palavras, procurando sobretudo falar de modo, que me possais facilmente compreender.

Seria, Senhor, bem funesta ilusão o pretender alguém salvar-se pelos meios da sua escolha, e não por aqueles, que Deus estabeleceu para a nossa santificação. Ora, de todos eles o mais indispensável, mais poderoso, mais conforme às vistas da Providência, é certamente a oração. Pedi, e recebereis; procurai e achareis; batei a porta e se vos abrirá: tais são ao mesmo tempo as ordens e as promessas de Jesus, nosso legislador. Quem pede recebe; e quem não pede não recebe eis a conduta ordinária da Providência e no governo das almas. Orai, meus Filhos, todos os dias, se quereis receber as graças, que são necessárias a vossa fraqueza para perseverar na justiça: orai de manha, depois do vosso despertar; o primeiro movimento seja o de elevar vossas almas ao Senhor. Não vos parece justo dar graças pelo repouso que acabais de desfrutar, do dia, que ainda vos concede, consagrar-lho inteiramente, pedir-lhe para passá-lo no seu temor, e de espargir sobre vossos pais a sua santa benção? Lembrai-vos que Deus é cioso das primícias do vosso dia; exige que o vosso primeiro ato seja a oração: diferi-la é expor-vos a omiti-la, ou então a fazê-la na agitação e no tumulto de mil diversos pensamentos. Parece que alguns momentos depois de acordarmo-nos o espírito fortificado pelo repouso da noite, tem mais vigor e agilidade para sublimar-se a Deus: é então que estando mais calmo dir-se-ia a oração partir de um coração puro como o incenso da agradável fragrância, é o grito do justo que penetra as nuvens, como uma chama viva, que se eleva aos Céus; remonta-se ao trono de Deus fazendo dele emanar graça e misericórdia. Quanto é sublime o ver uma mãe cheia de terna solicitude pela salvação de seus filhos, orando no meio deles, e com eles; ela ora pelos doces penhores do seu amor, e estes oram por ela; e essa comunicação de votos e sentimentos, entretém e inflamam sua mútua

ternura. Oh!, pais cristãos, orai por vossos filhos; filhos, orai por vossos pais: são estas orações que o Céu atende. Orai no fim do dia, a preguiça, a negligência, o descuido não vos façam esquecer uma prática tão santa. Não deveis agradecer uma prática tão santa. Não deveis agradecer a Deus de vos ter conservado a vida, oferecer-lhe o sono a que vos ides entregar, pedindo se passe ele na sua misericórdia? Sabeis se vereis o dia de amanhã, se o vosso leito de repouso será o vosso túmulo? Orai, antes e depois das vossas refeições. Nada há mais natural do que agradecer a Deus os benefícios recebidos. Orai finalmente no meio das vossas ocupações, vossos trabalhos, e deveres da vida; não que seja preciso a todo o momento curvar os joelhos diante do Senhor e recitar fórmulas de orações: mas quem vos tolhe de elevar vossos espíritos a Deus? Um pensamento do espírito: um desejo do coração, um olhar para o Céu bastam para com Aquele não necessita de palavras para nos compreender.

À oração juntai a freqüência dos Sacramentos. Apresenta-se aqui naturalmente uma reflexão bem simples e bem salutar. Dizei-me, meus Filhos, se tendes a ventura de fazer hoje a vossa primeira Comunhão com uma alma cândida quem principalmente a deveis? Não é ao uso da confissão, aos sábios conselhos de um diretor esclarecido; as santas instruções, que da sua boca ouvistes, que ao mesmo tempo, que difundia a luz nos vossos espíritos inflamava vossos corações? Pois bem; estas disposições se sustentariam pelos mesmos meios, que as viu nascer; mas o que acontece? Se um menino é preguiçoso nessa idade em que as paixões são mais vivas, as tentações mais delicadas, deixa-se seduzir pelos atrativos do prazer, despreza os exercícios ordinários da vida cristã; enfraquecesse a sua piedade; a sua consciência, ainda mais tímida e inquieta, sente o aguilhão dos remorsos; mas retém-no a vergonha. O Anjo das trevas que o tornara ousado para fazer mal, torna-o pusilamine para declará-lo; não se confessa; existe o pecado sempre vivo em sua alma, ai lança profunda raízes, e faz destroços, que talvez nunca se possam reparar. Desgraçado! não ousa declarar a sua culpa: isto é, recusa recorrer ao médico quando está enfermo, e antes quer guardar dentro de si um veneno, que o devora, do que livrar-se dele por um remédio salutar. Mas quantas vezes será mister apresentar-vos durante o ano do tribunal da reconciliação? Só vos digo que siguais os conselhos daquele, que dirigiu vossas consciências. Não defirais a confissão de vossas faltas do momento, em que vos conhecerdes culpados: porque a confissão é um poderoso remédio, até contra as ligeiras faltas: e devemos desconfiar daqueles cujas confissões, são raríssimas. Mães cristais, reclamo neste momento a vossa vigilância. Cumpre-vos mostrar sabia fineza em prevenir negligências, que podem ser para o futuro bem funestas: e que mais tocante uso podereis fazer da autoridade, que vos dão, de comum acordo, a natureza e a Religião, do que empregá-la na santificação de vossos filhos? É do seu interesse, e também do vosso. Sim; logo que um menino abandonar a confissão não tardará em tornar-se dissipado, indócil, vicioso, até que finalmente vê-lo-eis percorrer com passos gigantescos a estrada do erro e da perdição.

O terceiro exercício da vida cristã é a leitura espiritual. Eu quisera, meus amáveis Filhos, que tivésseis bastante zelo para não deixardes passar um só dia sem fazer alguma leitura edificante. Suas santas máximas nutririam a vossa piedade, e os seus santos exemplos despertariam a vossa coragem. Seria vosso livro um amigo fiel, que advertir-vos-ia das vossas faltas, ajudando-vos a levantar-vos das vossas quedas, consolar-vos-ia nas vossas dores, pondo-vos sem cessar diante dos olhos a coroa imortal prometida a fidelidade. Quantas vezes, depois da dissipação, quase inevitável do comércio da vida, sentimos o desejo de retrair-nos em nós mesmos! É então que vosso livro virá ajudar-vos em vosso recolhimento. Um livro de piedade é um censor, que nada perdoa, e que todavia jamais ofende; que vos faz envergonhar-vos sem ferir

a vossa vaidade; e que sem se tornar importuna tem o privilégio de apresentar aos vossos olhos o quadro de todas as vossas fraquezas.

Finalmente, meus caros Filhos, às práticas, que acabo de mencionar juntai a vigilância sobre vós mesmos: velai sobre os vossos sentidos, porque são as portas por onde o inimigo busca penetrar em vossas almas. Velai sobre os vossos olhos, a exemplo do casto Job, ([355]) que nos diz: que fizera um ajuste com seus olhos para não fixar coisa alguma., que pudesse escandalizar o seu pudor. Velai sobre os vossos ouvidos; sejam na frase da Escritura ([356]), rodeados de uma cera de espinhos, para que deles afaste as palavras licenciosas. Velai sobre a vossa língua para que nunca escape dela palavras de malidicência, de cólera, ou de libertinagem: essa língua sobre a qual repousou a carne virginal de Jesus, deve agitar-se em lodo impuro? Velai sobre vosso espírito para dele apartar os tumultuosos e maus pensamentos; velai sobre os vossos corações para que as impressões involuntárias do vício não chegue até ele, e antes possa sempre repeli-las com coragem. Velai sobre as vossas ações para que nada façais de imprudente, escolhendo com todo o cuidado as amizades, que contrairdes: porque um mau amigo pode nos arrastar a um porvir bem desastroso.

Acabo, meus amabilíssimos Filhos, de recomendar-vos a oração, freqüência dos Sacramentos, a leitura espiritual, e a vigilância sobre vós mesmos para vos acautelardes contra as tentações, os vícios nascentes, e as ocasiões perigosas. Se fordes fieis as regras que vos expus, nunca vos abandonará o Senhor; e ides ser para vossas famílias um objeto bem consolador e edificante; porque deveis hoje entrar em seu seio, como Anjo do Céu baixados: deveis mostrar-vos novas criaturas derramando ao redor de vós o odor de Jesus Cristo. Espera-se e com toda a razão que sejais mais que nunca dóceis respeitosos, e ternos pura com vossos pais. A árvore diz o Senhor, ([357]) conhece-se pelos seus frutos; e a vossa comunhão deve se conhecer pela vossa conduta. Releva que sejais a alegria daqueles a quem deveis a luz do dia: e escutai o que S. Agostinho nos diz de si mesmo. As seguranças, refere ele que minha Mãe me dera em sua última moléstia, que estava contente comigo, me eram de grata consolação: chamava-me seu bom filho; aprazia-se em dizer-me da maneira a mais terna, que jamais me escapara uma só palavra, que lhe fosse desagradável. Oh! meninos cristãos, possais merecer por vossa conduta ouvir da boca dos vossos pais um tão consolador testemunho e tornar-vos dignos da honra que vos fazem os Augustos Monarcas Brasileiros, dignando-se de abrilhantar com sua presença ao ato solene da vossa primeira comunhão – Amém.

O Padre *J. C. Fernandes Pinheiro.*

[355] Job. XXI, 1.
[356] Eccles. XXVIII 28.
[357] S. Math. VII 20.

"O placet regium". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 6, vol. III, domingo 15 de setembro de 1850, p.3-4.

O PLACET REGIUM

Nova era desponta no horizonte da Alemanha. Esclarecido pelos acontecimentos o imperador Francisco José acaba de restituir à Igreja a sua liberdade e independência: o descendente de José 2º. Despedaçou os grilhões, que seu antepassado forjara contra ela; e este grande ato de reparação e de justiça basta para ilustrar o reinado do jovem imperador.

A Áustria rompeu com as pérfidas tradições do *josefismo*, que concebera o satânico projeto de conservar a Igreja em ferros: reconheceu-a como um poder independente do Estado, como uma instituição divina, restabeleceu-a em seus direitos, na íntima convicção de que destarte cumpria um dever.

Não terão mais os Católicos desse Estado de reivindicar direitos como se recebessem uma esmola; mas doravante podê-lo-ão exigir *sub titulo restitutionis*. Cremos que tão belo procedimento não tardará a ser imitado por todas as Potências Católicas.

Liberdade de correspondência dos Bispos com a S. Sé, abolição do *placet regium* para todas as publicações emanadas de autoridade eclesiástica; reconhecimento da jurisdição canônica, consagração do repouso dos domingos; respeito e diferença para com os conselhos dos Bispos; segurança de não fazer nenhuma apresentação sem previamente ouvi-los; tais são os pontos do decreto, que abaixo transcrevemos, traduzindo-o do jornal francês *l'Univers*.

O Padre *J. C. Fernandes Pinheiro*.

DECRETO.

"Em execução dos direitos garantidos à Igreja Católica pelo 2º. da Carta de 4 de Maio de 1849, aprovo, sobre proposta do meu ministro dos cultos e da instrução pública, e tendo ouvido o meu conselho de ministros, as seguintes disposições:

1º. É permitido tanto aos Bispos, como aos fiéis, que lhe estão sujeitos, dirigirem-se ao Papa para os negócios espirituais, receberem suas decisões, e ordens, sem dependência de prévia licença das autoridades temporais.

2º. É lícito aos Bispos Católicos dirigirem exortações e regulamentos sobre objetos de sua competência, e nos limites de sua jurisdição, ao seu clero, e comuns, sem a aprovação prévia de autoridade temporal: Se todavia os mandamentos envolverem resultados exteriores, e devam ser publicados, serão os Bispos obrigados a mandar uma cópia as autoridades, em cujos distritos tiver lugar a dita publicação.

3º. Ficam abrogadas as ordenanças que proíbam as autoridades eclesiásticas de infligir penas canônicas, que não tem nenhuma influência sobre os direitos civis.

4º. Pertence ao poder eclesiástico suspender das suas funções aos seus empregados, ou demitir na forma prescrita pelas leis canônicas, aqueles, que não desempenharem as suas obrigações, podendo-os privar dos respectivos vencimentos.

5º. Pode ser pedida a cooperação de autoridade temporal para execução da sentença, si o processo regular de autoridade eclesiástica lhe for comunicado com as peças, em que se funda.

6º. O meu ministro dos cultos e da instrução pública fica encarregado do cumprimento das disposições acima.

Se um Padre Católico abusar das suas funções, a ponto de que seja necessário destitui-lo, as minhas autoridades se entenderão a tal respeito com o seu superior eclesiástico.

Se for condenado algum Padre Católico por qualquer crime, ou delito, deverão os tribunais transmitir os autos ao Bispo para instrui-los, no caso de assim o pedir.

Considero o direito que tenho de nomear Bispos, como me tendo sido transmitido pelos meus antepassados e quero exercê-lo conscienciosamente para a utilidade da Igreja. Quando tiver de prover a algum Bispado, tomarei, como até agora, o conselho dos Bispos, mormente os da província eclesiástica, a que pertence o Bispado vago.

Pelo que respeita a forma do exercício dos direitos majestáticos no provimento dos empregos e prebendas eclesiásticas, o meu ministro dos cultos e da instrução pública far-me-á as propostas necessárias.

Cada Bispo poderá ordenar e dirigir o culto na sua diocese, na forma das resoluções adotadas pela assembléia dos Bispos.

Nos lugares, em que a maioria da população for católica, velarão as minhas autoridades para que o domingo e as mais festas católicas não sejam perturbadas pelos trabalhos ruidosos, e o movimento comercial.

Tendo em atenção ao que me comunicou a assembléia dos Bispos autorizo ao meu ministro dos cultos, e da instrução pública para realizar as suas vistas.

Ser-me-á presente, com a maior brevidade possível, um relatório sobre as questões ainda não decididas; assim como das negociações, que for necessário entabular com a S. Sé. Fica outrossim autorizado o meu governo para tomar as precisas cautelas, em ordem a afastar dos empregos a homens, que possam comprometer a ordem social.

Viena 18 de Abril de 1850.

Francisco- José”

"A volta do Papa à Capital do Mundo Cristão". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 6, vol. III, domingo 15 de setembro de 1850, p.8.

A VOLTA DO PAPA A CAPITAL DO MUNDO CRISTÂO.

Oh, Rome! my caunty! city of the soul!!
The orphans of the heast must turn to thee
Lone mother of dead empires! and controul
In their shut breart their petty misery.
(BYRON. – *Childe-Hevarld*).

Aleluia! aleluia! egregia Roma!
De Deus o Gerente cá na terra,
A risonha Parthenope deixando
Ao fim teus muros busca.

Já de São Pedro a cúpula soberba
Com luzes mil rutila, demonstrando
O prazer, em que nada o povo fido
Um momento rebelde.

Momento quiçá bem desditoso
Em que cegas paixões te alucinando
Preferiste Mazzini sanguinário
Ao grande, ao sábio Pio.

Do teu passado crime arrependido
Suplicas o perdão; perdão alcanças,
Que vingar-se não sabe o Vice-Cristão
Da mais atroz injúria.

Esse quadro tão negro, tão nefando,
Pelo da ingratidão pincel traçado
Apaga dos anais teus fulgurantes
Dos humanos na história.

Como tipo de amor, de lealdade
Apontada serás pelos vindouros,
Teus Papas acatando tu garantes
Os dias teus futuros

Pelo *Padre J. Fernandes Pinheiro.*.

"A prisão do Arcebispo de Turim". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, nº 7, vol. III, terça-feira 1º. de outubro de 1850, p. 3-5.

A PRISÃO DO ARCEBISPO DE TURIM

A história da Igreja é um longo martirologio; filha da Cruz, nascida no Calvário, não podia deslevar os seus dias em um leito de rosas: e parece que, na eloqüente expressão de Tertuliano, o sangue dos mártires é semente de cristãos. No momento em que escrevemos o grito de dor da Igreja Subalpina vem perturbar os *hosannas* do mundo cristão pelo feliz regresso do SS. Padre, Pio 9º., a cidade dos Cezares. O venerando Arcebispo de Turim, o Sr. Franzoni, jaz encarcerado na cidadela da capital do reino Sardo!!.....

Sabem os nossos leitores que, as imunidades eclesiásticas açoitadas pelo furacão revolucionário, que derribara o trono de S. Luiz, e sendo sucessivamente expelidas de quase todos os estados da Europa e da América, acharam o seu último asilo na bela Auronia, e dentre as neves eternas que cobrem as montanhas da Sabóia. Ainda neste último reduto as foi perseguir a influência maléfica da *escola voltairiana*, pois a lei Siccardi acaba de bani-las da Sardenha, a despeito das concordatas, a cuja sombra pareciam repousar tranqüilas.

Tendo-se retirado logo depois da publicação da lei o Núncio Apostólico em Turim, sem que deixasse nenhuma instrução aos Bispos sobre a conduta, que deveriam seguir em tal conjuntura, o Sr. Franzoni de acordo com os seus colegas no Episcopado dirigiu uma circular ao Clero da sua diocese permitindo-lhe, e recomendando-lhe a *sua obediência a mecionada lei, comparecendo perante juízes leigos, respondendo aos interrogatórios, com a única condição de protestarem serem a isso constrangidos pela força, e com reserva dos direitos da Igreja.*

Esta conduta tão nobre, e tão digna do venerando Arcebispo excitou todavia a bílis dos ministros de Victor Manuel. Sendo o governo informado da existência dessa circular mandou que sem perda de tempo magistrados públicos fizessem a mais rigorosa pesquisa no Palácio do Arcebispo a fim de apreenderem todas as cópias que da mesma encontrassem e levaram eles a audácia a ponto de nem respeitarem o aposento particular do seu Prelado! Muitos exemplares já tinham sido distribuídos e no dia seguinte apareceu estampada na *Gazzetta del Popolo*. Nesse mesmo dia, à tarde, o Ministro do Interior (Galvagno) dirigiu uma carta ao Sr. Franzoni na qual expressava-lhe, que se abstinha de emitir um juízo qualquer sobre a sua circular; por isso que estava entregue aos tribunais: mas que prevendo que seria ela origem de muitas contestações, julgava dever prevenir ao Arcebispo que as poderia evitar retirando-se imediatamente de Turim. Acrescentava o ministro, que da repugnância do Prelado em aquiescer aos seus desejos poderiam resultar graves prejuízos ao princípio religioso, o qual todavia estava o governo resolvido a proteger com todas as suas forças.

A resposta do Arcebispo foi simples e corajosa: disse que, a sua circular não podia desagradar senão aos inimigos da Religião, que eram também os do governo: que estava tranqüilo, atenta a certeza que lhe dava o mesmo governo de estar disposto a cumprir o seu dever; e que finalmente se algum conflito aparecesse a outros caberia a responsabilidade.

Fiel ao sistema de humilhar a Igreja, e de marcar (se é possível), o esplendor divino do Episcopado, quis o governo que o Sr. Franzoni comparecesse perante um tribunal secular ao que se recusou o digno Prelado. Sendo intimado para se apresentar à barra do tribunal de primeira instância no dia 19 de Abril, bem longe disto, dirigiu nesse mesmo dia ao juiz competente a seguinte carta, que reproduzimos por parecer-nos mui própria de um sucessor de S. Máximo, hora e glória da Sé de Turim.

"Ilustríssimo Senhor,

Tendo sido citado para comparecer perante V. S. Illma., examinei maduramente se poderia aplicar a mim mesmo as regras, que em minha circular de 18 do corrente, tracei aos eclesiástico da minha diocese, declarando-lhes que poderiam comparecer perante o juiz secular, e responder aos seus interrogatórios.

Ora, recordei-me não somente dos decretos do Concílio de Trento, segundo os quais em todas as causas criminais, estão exclusivamente os Bispos dependentes do Sumo Pontífice ([358]), como também da circular da Sagrada Congregação da imunidade, promulgada a instâncias de S. M. o Rei em 14 de Junho de 1823. Dispõe essa circular que os eclesiásticos chamados para deporem perante um tribunal leigo deverão comparecer; mas excetua o caso em que seja necessário chamar a juízo um Arcebispo, ou Bispo; porque então pelo respeito devido a sua dignidade e caráter, cumpre que haja para tal fim um autorização especial de Sua Santidade, e para cada caso em particular.

Já vê V. S. que, em presença de disposições tão claras e tão formais, acho-me na impossibilidade absoluta de poder prestar-me a subradita citação. E é este o motivo porque, protestando a mais profunda submissão às leis do país, em tudo o que não for contrário a minha consciência, como na hipótese em questão, peço que me seja concedido o tempo necessário para solicitar da S. Sé a autorização, que me é inteiramente indispensável, e logo que a tenha recebido, considerar-me-ei obrigado a conformar-me às prescrições da lei.

Esperando que me seja outorgada a necessária delação para poder escrever a Roma, aproveito o ensejo para certificar que sou &c.

Luiz, *Arcebispo de Turim*"

Não julgando dever comparecer o venerando Arcebispo foi encarregado da sua defesa, o advogado dos pobres (Vigliani). E quanto não foi honrosa para o Sr. Franzoni uma tal escolha, que seria uma humilhação para os grandes da terra! Dirigindo-se o advogado ao Palácio Arcepiscopal para combinar com S. Exa. Rvma. a respeito da sua defesa, teve por única resposta *que nada tinha a dizer*.

Desesperando de poder triunfar pelos meios legais, isto é, pelo aparato do pretório, apelou o governo Sardo para a força física; novo Ova levantou mão sacrílega sobre a arca da Igreja, e cedo, eu tarde cairá ferido pelo raio da vingança divina.

[358] Conc. de Trent. Sess. 24, Cap. 5. de Reformat.

No dia 4 de Maio pela uma hora da tarde um capitão e um sargento dos carabineiros reais se apresentaram no Palácio Arcepiscopal, e introduzidos à presença do digno Prelado lhe significaram a ordem que traziam de prendê-lo, conduzindo-o à cidadela de Turim. O Sr. Franzoni, mostrou nessa ocasião a doce serenidade, que só é o fruto de uma consciência pura. Pediu unicamente tempo para tomar vestes que mais o agasalhassem, e pegando no seu Breviário, fortificado pelo exemplo do glorioso Pio VII, seguiu os agentes da força pública; assim como o imortal Pontífice acompanhara o general Radet.

Já em nossos dias deu a Igreja ao mundo gloriosos exemplos dessa força maravilhosa, que em seus Pontífices se une tão admiravelmente a uma doçura que os inimigos do Catolicismo não podem sequer compreender. Os excelsos nomes dos Arcebispos de Colônia e de Posen, e do Bispo de Laus-anna e Genebra serão eternamente gravados nos fastos da Igreja ao lado dos nomes desses confessores da fé, que esmaltaram os anais dos primeiros séculos da era cristã: e a eles juntará também um dia a História Eclesiástica o preclaro nome do Sr. Franzoni, Arcebispo de Turim.

Se alguma coisa porém pode suavizar o cativeiro do *Arcebispo-Martir*, são certamente as sinceras homenagens que lhe tributa o Episcopado Subalpino, de que é tão digno chefe; associando-se as suas idéias, oferecendo-se para partilhar seus trabalhos; e a veneração, o respeito, e o amor, que lhe consagra o Clero, que não podendo de outro modo manifestar os seus sentimentos, juntou a oração *pro Episcopo constituto in carcere*, às orações que costumava a recitar no Sacrifício da Missa.

Julgam-se fortes os perseguidores da Igreja porque tem soldados e cadeias, e enquanto esta só tem orações; insensatos! que se não lembram que mãos alçadas para o Céu, como diz Bossuet, são mais poderosas do que mãos armadas de lanças!!.. Regozije-se o Governo Piomontez por ter prendido um Arcebispo, velho, e desarmado; a empresa é digna da sua coragem.... Declare guerra à Igreja, num tempo, em que os poderes humanos só acham respeito nos povos católicos: é digno da sua sabedoria....

Oh! jovem rei, vos que vos cobristes de glória nos campos de Novara, defendendo os direitos da vossa pátria, olhai para a conduta de vossos ministros, que destarte avultam a Cruz de Sabóia.

O Padre *J. C. Fernandes Pinheiro.*

"Domingo". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Do Diário do Rio, nº 8, vol. III, terça-feira 15. de outubro de 1850, p. 1-2.

O DOMINGO

Para honrar o dia da Ressurreição de seu Divino Mestre estabeleceram os Apóstolos que o dia da santificação dos cristãos fosse o domingo, primeiro dia da semana segundo os Hebreus, e o dia consagrado ao sol pelos pagãos. Desde o tempo de S. João, o Evangelista, chamava-se este dia *dies dominica*.

S. Bernabé na sua epístola diz: Nós celebramos este dia na alegria em memória da Ressurreição de Nosso Senhor, porque foi então que saiu do túmulo.

S. Ignácio, mártir, na sua carta aos Magnésios quer que nós honremos este dia do Senhor, dia da Ressurreição, o mais belo, mais excelente dos dias!

S. Justino levado perante Marco-Aurélio, e caminhando para o martírio revela ao imperador idólatra toda a excelência do domingo.

"No dia do Senhor, diz ele, dia que outros chamam dia do sol, nossos irmãos das cidades e dos campos se juntam num mesmo lugar; e aí se lêem os escritos dos Apóstolos, ou os livros dos Profetas. Finda a leitura aquele que preside à assembléia toma a palavra e exorta aos assistentes a praticar as máximas, que acabam de ouvir: todos se levantam depois para orar; oferece-se o pão com o vinho, e água, que se distribui aos fiéis. Terminada a consagração e as ações de graças, antes de se separarem aqueles, que podem contribuir para o alívio dos pobres, e o resgate dos cativos dispõem os seus donativos voluntários. Temos escolhido o domingo para reunirmo-nos, porque é o primeiro dia da criação do mundo, e aquele em que Nosso Senhor Jesus Cristo ressuscitou dos mortos."

O que há de mais puro, e de mais santo do que esse domingo primitivo? Reunirem-se como irmãos para se amarem cada vez mais, comer o mesmo pão, e na mesma sagrada mesa, louvar juntamente a Deus, juntos socorrerem os pobres, consolarem os aflitos, resgatarem os cativos, fortificarem-se mutuamente contra as perseguições lendo os atos dos Apóstolos, e dos mártires, elevarem suas almas com a poesia dos Profetas, não terem senão um coração e um só espírito, quão admirável era a maneira porque esses cristãos santificavam o dia do Senhor!?

Quando os primeiros fiéis contavam aos seus perseguidores a santidade das suas festas como não deveriam ficar cheios de surpresa esses Gregos e Romanos, esses grandes voluptuosos do mundo, adoradores de Júpiter e de Vênus, de Flora e de Mercúrio! Quando tanta pureza era posta em face das suas impurezas, tanta sabedoria ao lado de tantas loucuras, tão castos pensamentos à vista de tantas abominações, o rubor da vergonha devera cobrir a face daqueles, que assentavam nos tribunais para interrogar e perseguir! Cremos que se a comparação entre eles e os cristãos não viesse ao seu espírito seriam mais tolerantes e menos cruéis. Detestamos sempre aqueles, que nos fazem corar. O réptil vil e rasteiro, que roja por entre as plantas venenosas dos pântanos, pode amar o branco cisne, que da onda pura dos lagos forma o seu vôo para o céu?

Desde a origem do domingo vemos como este dia de oração e de repouso é próprio para elevar a alma acima dos pesares da terra. S. [2] João, desterrado pelo imperador Domiciano na

ilha de Pathmos, diz-nos que foi em semelhante dia que o arrebatou Deus às alturas do céu para lhe revelar o que jamais olhos viram, ouvidos ouviram, e corações humanos sentiram.

A meditação, as orações para esse dia prescritas, o recolhimento da alma, o canto dos hinos, a pompa dos altares, são na realidade poderosos meios de aproximarmo-nos a Deus, são como os degraus dessa maravilhosa escada, que Jacó, adormecido sobre a pedra de Bethel, viu colocada entre o céu e a terra. A utilidade espiritual do domingo foi sentida desde os primeiros dias do Cristianismo; apenas vinte e cinco anos haviam, que Jesus Cristo tinha ressuscitado, e todos os Apóstolos, exceto S. Thiago Maior, ainda viviam, quando passando S. Paulo pela Troada para se dirigir a Jerusalém, reuniram-se os fiéis no primeiro dia da semana, dia do Senhor, para partirem com ele o pão. Nessa assembléia pregou S. Paulo, e ressuscitou um morto.

O homem, que trabalhou uma semana inteira para granjear o seu sustento e o da sua família, necessita de um dia de repouso, mas esse repouso acha-lo-á no tumulto e na agitação? O viandante fatigado senta-se a sombra das árvores, que bordam a estrada, assim também o homem que quer recuperar as forças na senda, tantas vezes escabrosa da vida, vai colocar-se debaixo da sombra do altar. Estando aí só acharia o repouso, e a quietação; mas num dia fixo, no domingo, encontrará nesse lugar toda a família reunida, estará com seu pai e sua mãe, seu irmão e irmã, sua mulher e seus filhos. Que repouso se pode comparar com este?

Essas reuniões de fiéis de uma mesma cidade têm suma utilidade nas vistas ainda puramente humanas: ensinam as famílias a se conhecerem. Homens, que jamais se encontrariam acham-se reunidos uma vez todos os oitos dias, aos pés dos altares de um Deus, a quem nada é oculto. Se houver no fundo da alma desses cristãos alguns pensamentos de rancor e de ódio, esse ódio e esse rancor, como mãos espíritos abandonaram o peito, que os acolhera, para não comparecerem perante Aquele, que expele os demônios. Não duvidamos, muitos homens, que se teriam detestado todo a sua vida, aprendem a se amarem orando juntos; chamando Deus nosso Pai, são forçados a terem entre si sentimentos fraternos.

Assim vemos que sob a relação da sociedade, e da paz a celebração do domingo é útil e desejável, e um célebre escritor ([359]) chegou a dizer: "que se o dia do Senhor não fosse de instituição divina, fora mister inventá-lo como um dos mais seguros meios de conservar a paz entre os homens."

Passa o domingo suavemente para os que sabem santificá-los: a oração, a caridade, os inocentes folguedos, as reuniões de família o encheram. E quando, como todos os outros dias, se submerge no abismo do passado, vai radiante das boas obras, que viu fazer, e perfumado do incenso, que fumegou ante os altares.

Padre *J. C. Fernandes Pinheiro*.

[359] O Conde de Rasowky, Ministro da Instrução pública em 1810.

"A Freira". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Do Diário do Rio, nº 8, vol. III, terça-feira 15. de outubro de 1850, p. 7-8.

A FREIRA

E nesse claustro, onde o mundo
Te reputa desgraçada.
Das paixões do mundo isenta
Tu vives afortunada.
(*Carmes Religiosos do Autor.*)

Sabeis vós, oh! leitores, o que é uma Freira? – É uma virgem cristã, que se vota em holocausto a Deus; sublime holocausto, que consiste no sacrifício de todas as suas paixões, na completa abnegação de si mesmo escoando seus dias à sombra do Santuário. Desde o momento, em que pronuncia os seus solenes votos expiram para ela todas as aflições da terra: a porta regral, gemendo sobre seus gonzos, faz desaparecer a seus olhos pai, mãe, irmãos, amigas!... As doces palavras de um pai, as meigas carícias de uma mãe, o folgar alegre dos irmãos, das companheiras da infância, tudo para ela está findo: e sua lembrança assoma-lhe ao espírito como aurora horeal, que alumia as regiões hiperboreais na ausência do sol. Semelhante a essas flores mimosas, que vegetam na obscuridade, o cálice da sua beleza não será vivificado pelos raios do amor: não verá prostrado a seus pés gentil mancebo, oscular-lhe as mãos com lágrimas ardentes fazendo-lhe mil juras de fidelidade: ao seu lado, engrinaldada de flores, não caminhará ao santuário, nem ouvirá da boca do sacerdote as bênçãos, que o Eterno derramará sobre nossos primeiros pais, quando felizes, e descuidosos, erravam debaixo das naturais alamedas, [8] que oferecia o paraíso terrestre: as delícias da maternidade lhe serão vedadas, e não verá sua imagem renascer na sua prole.

Mas o que são essas desvantagens, quiçá imaginárias, em comparação dos bens de que frui, e dos males que evita? Se das carícias do lar paterno está privada encontra no claustro virgens educadas na escola da caridade, que lhe prestam naturais desvelos: E o Anjo exterminador não se sentaria um dia no lumiar da sua habitação, arrancando-lhe seus pais, colunas da sua felicidade? – Donzela rica os passos mais inocentes da sua vida seriam sinistramente interpretados; sua conduta, embora imaculada, oferecida em espetáculo sobre o pelourinho da maledicência pública; a seus pés teria mil adoradores, não fascinados pela sua beleza; mas sim pelos seus tesouros: seria vítima das suas riquezas; e em lugar de um esposo talvez que encontrasse um déspota, que a flagelasse escravisando-lhe até o pensamento, e obrigando-lhe a satisfazer os seus menores caprichos. – Pobre; tragaria até as fezes o calix da amargura; sentada nos lares estranhos comeria o pão da adversidade, e sabe Deus com que custo poderia salvar a arca da sua honra do naufrágio da sua felicidade! Talvez que deslumbrante beleza lhe granjeasse um esposo; mas passado esse tempo de magas ilusões, a que os gregos chamavam tão poeticamente *a lua de mel*, viriam as recriminações; então se lhe diria que era ela a origem dos males, que pesavam sobre a família, que a seu lado tinham transposto os umbrais da casa a miséria, e a doença. Esses filhos, que pendentes dos seus peitos lhe sugarão a existência, novas víboras, seriam quiçá os primeiros a encherem seus velhos dias de desgostos e amarguras: e quando submissos e reverentes, nas desditas refletiriam em seu coração, como as estrelas do céu espalham sobre a lisa superfície de um lago tranqüilo. Ai da virgem incauta que presta ouvidos às sedutoras palavras desses homens fementidos, que tendo mel nos lábios, tem fel e absinto no coração! Enquanto o perfume da sua beleza exala deleitável fragância ver uma falange de adoradores desfilarem perante ela com a mesma rapidez, com que os quadros encantadores se

sucedem num diorama: mas si o lírio, e a çucena não podem ter sempre o mesmo frescor, assim também, a mulher, não pode ser sempre bela: rugas cobrem seu rosto, outrora tão lindo, as cãs povoam sua fronte: então a glacial indiferença, o riso mofador, são as únicas homenagens, que recebe, e depois de ter esmolado de porta em porta vai terminar seus dias sobre o humilde catre de um hospital.

E a Freira? – Ah! ela está livre de todos esses males: esposa de um Deus vela constantemente sobre sua existência. Para ela o mundo termina nas abóbodas do seu convento, e aí reina a paz, a alegria a doce confiança que a virtude soe depositar na virtude. A cultura do seu jardim, e os atos de devoção constituem o seu trabalho cotidiano; as flores são a pedra de toque da sensibilidade, - quem não ama as flores tem um coração de aço -: a devoção é um solo feliz e abençoado, onde correm regatos de leite e mel, e que produz frutos de delicioso sabor. – O mundo, que vê as pessoas piedosas jejuarem, e orarem, sofrerem e perdoarem, servirem aos enfermos, visitarem os pobres, conclui que tais pessoas são dignas de lástima; mas é porque ignora o sentimento interno, que torna tais atos doces e fáceis.

Temos muitas vezes ouvido dizer que *todas as moças que entram para os conventos são a isso constrangidas*. Não duvidamos, que uma, ou outra vez, tenha tal acontecido: - mas que sejam *todas* é que absolutamente negamos. Ainda há bem poucos dias tivemos uma prova do que acabamos de asseverar: uma virgem de dezessete anos, rutilante de graça e de beleza, ídolo de seus pais, furtou-se aos aplausos do mundo, onde seria a rainha dos salões, para professar no convento de Nossa Senhora d'Ajuda!... E seria violentada? Ela que fazia a alegria, a consolação de seus pais? Ah! só se foi pela Graça, que a destina para fazer parte da Corte Celestial. Quão sublime não era essa menina abraçando os joelhos de seu pai, no moento supremo em que se ia separar dele para sempre, e caindo nos braços da Veneranda Madre Abadessa, como um nauta demanda bonançoso porto!! Oh! este espetáculo seria capaz de converter um ímpio, de tornar religioso o próprio Valtaire, o apóstolo da incredulidade!!.....

Virgens Cristãs, que floresceis na virtude à sombra dos altares, agradecei a esses paladinos da vossa liberdade, que derramam lágrimas de crocodilos pela opressão, em que dizem viveis; e pedi ao Senhor em vossas orações, que suas mulheres, e suas filhas, jamais açoitadas pelo vendaval da desgraça, tenham motivos de invejar a vossa sorte.

O Padre *J. C. Fernandes Pinheiro*.

"O Cristianismo e a Escravidão". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Do Diário do Rio, nº 9, vol. III, sexta-feira 1º. de novembro de 1850, p. 6-8.

O CRISTIANISMO E A ESCRAVIDÃO.

(ESTRÉIA GINÁSTICA.)

Senhores!

Temos a honra de ser sócio fundador do Ginásio Brasileiro, vimos confiar a terra a semente dessa majestosa árvore, a cuja benéfica sombra se sentam os filhos mais queridos da pátria, aqueles a quem estão confiados os destinos do Império de Santa Cruz. Ministro do Santuário, ligado a outros deveres, vimo-nos forçado a afastarmo-nos desse foco de luz, a que chamamos Ginásio Brasileiro; mas hoje, superando todas as dificuldades que nos tolhiam, e grato ao vosso honroso convite, viemos tomar parte nos vossos trabalhos, instruirmo-nos com vossas lições, na íntima convicção de que o comércio dos homens de letras ainda nos é mais útil do que o estudo do gabinete.

Chegando ao nosso conhecimento, lá nessa nova Thebaida, onde nossos dias se escoam, que vós tratáveis da questão da escravidão, tomamos as armas, que de momento podemos juntar para entrar na lice, semelhante a esses monges guerreiros da idade-média, que a voz da Igreja deixavam o Breviário para voar ao campo do combate.

Tereis sem dúvida, Srs., expendido as mais brilhantes teorias a tal respeito, em cuja discussão confessamos não poder acompanhar-vos, cônscio da nossa insuficiência, limitando-nos unicamente a consignar um princípio, que talvez vos haja escapado, e vem a ser que a Igreja Católica, da qual dois dignos filhos, foi [7] a primeira que proclamou a emancipação dos escravos, que abateu as barreiras, que separava do resto dos homens.

Não há hoje quem de boa fé possa duvidar da grande influência que teve a Igreja para que a escravidão fosse abolida, e maravilha-nos que Mr. Guizot, cujo critério é geralmente reconhecido se lembrasse de dizer: que por muito tempo subsistiu a escravidão no meio da Igreja, sem que ela se inquietasse muito com isto. O ilustre sábio francês, fascinado certamente pelo sentimento de ódio que o protestantismo, a que pertence, consagra a Igreja Católica, parece desconhecer que era impossível a esta com o espírito de ordem e de paz, que a anima, eliminar repentinamente a escravidão.

Todos sabem quão numerosos eram os escravos entre os antigos: e como a escravidão estava arraigada nos hábitos e costumes do povo. Só em Atenas contou-se por ocasião de um recenseamento vinte mil cidadãos e quarenta mil escravos: e em Roma é tão grande o número deles, que se propondo dar-lhes um vestuário próprio opôs-se a isso o Senado receoso de que se estes chegassem a conhecer o seu número perigasse a ordem pública e a guerra de Spartaco mostrou que não eram sem fundamento tais receios. A História faz menção da horrível carnificina de Tyro, que foi modernamente imitada no Haiti, e sabemos por César, a multidão de escravos que havia na Gália. Ora, sendo tão possível restituir-lhes a liberdade de uma só vez sem por em

conflagração o mundo, e que foi necessário proceder com toda a calma e discernimento. Vejamos, porém, rapidamente qual o método empregado pela Igreja para realização do seu programa.

O primeiro passo do Cristianismo a respeito dos escravos foi dissipar as idéias, que se opunham a sua emancipação universal. Não somente jazia opressa e degradada grande parte da humanidade; como estava geralmente admitida uma opinião errônea, que ainda mais buscava humilhá-la. A raça dos escravos era segundo essa opinião, uma raça vil,que jamais podia alçar-se ao nível da dos homens livres: era uma raça degradada pelo mesmo Júpiter, marcada com o estigma humilhante pela própria natureza, destinada eternamente a esse estado de abjeção e de vileza. Doutrina falsa e desmentida pela natureza, pela história, e pela experiência, mas que não deixou de ter distintos defensores, e de florescer por largos séculos, até que o Cristianismo a veio lançar por terra proclamando os direitos do homem.

Existe no coração humano um sentimento de nobre independência, que não lhe permite sujeitar-se a vontade de outro homem, a não se manifestarem títulos legítimos, que fundamentem às pretensões ao mando. Se são semelhantes títulos acompanhados da razão e justiça, e sobretudo se estão firmados nos altos objetos a que o homem acata e venera, o espírito se convence e cede. Porém se a razão do mando é unicamente a vontade do outro homem, então aparecem os sentimentos de igualdade que até ali se achavam ocultos. Para que se alcance a obediência voluntária e duradoura, é mister que o que manda se oculte, desapareça o homem, e só se veja o representante de um poder superior, ou a personificação dos motivos, que manifestam ao súdito a justiça e a utilidade da submissão.

Não foram tais verdades desconhecidas ao Cristianismo, é por isso que se pregou a obediência, procurou radicá-la em títulos divinos: se conservou aos Senhores seus direitos, também lhes ensinou claramente as suas obrigações, e onde prevaleceram as doutrinas cristãs poderão dizer os escravos: é verdade que somos infelizes: os azares da vida nos reduziram a escravidão: mas enfim reconhece-se que todos somos irmãos: e que entre nós e os nossos senhores há uma reciprocidade de direitos e obrigações.

Tão benéficas doutrinas não podiam deixar de ter como resultado o melhoramento da sorte dos escravos: metigando-se desde logo o rigor com que eram tratados. Sabem que o senhor tinha sobre o seu escravo o *jus necis*, e que muitas vezes privava-se da existência por mero capricho. Consta-nos pelo testemunho de Thucidides, que receando-se em certo dia em Lacedemônia a má vontade dos Ilotas reuniram-nos ao redor do templo de Júpiter, e foram todos passados a fio de espada, e sabemos pelos historiadores Romanos, que o povo [8] rei condenava a morte todos os escravos cujos senhores morriam assassinados.

Desterrar tão horrendas atrocidades era o primeiro fruto que deveria resultar das doutrinas cristãs; e pode assegurar-se que a Igreja não perdeu jamais de vista tão importante objeto, procurando, que se melhorasse a condição dos escravos quanto era possível, que em matéria de castigos se substituísse a indulgência à crueldade, e o que é mais importante esforçou-se para que a razão tomasse o passo ao capricho, e que a impetuosidade dos senhores sucedesse a calma dos tribunais; e finalmente para o arbítrio recuasse o direito.

Não se olvidou a Igreja da bela lição que deu S. Paulo quando escrevendo a Felemon, entercedia por um escravo, e escravo fugido; (Cita-se Epist. de S. Paulo)

Numerosas disposições conciliares vem em abono do que acabamos de expender; o concílio d'Elvira celebrado no ano 305 impunha penitência a senhora, que maltratar a sua

escrava: *Si qua domina furori zeli accena flagris verberavit ancillam suam ita ut in tertium diem animam cum cruciatu effundat; eo quod incertum sit voluntate na casu occiderit; si voluntate, post septem annos, si casu post quinquennii tempora, acta legitima paenitentia ad communionem placuit admitti. Quod si infra tempora constituta fuerit infirmata, accipiat communionem* (Can. 5) O d'Orleans, celebrado em 549 (can. 22) determina que se algum escravo for se refugiar na Igreja seja restituído a seu senhor depois de prestar este um juramento de não lhe fazer o menor dano. Revela-nos este canon duas coisas: a primeria a crueldade usual dos senhores: e a segunda o zelo e solicitude da Igreja em prol dos desgraçados; pois que apesar de ser nimiamente escrupulosa em matérias de juramento não duvidava fazer interver o augusto nome de Deus; para dar mais força a tais promessas. O concílio de Mérida reunido no ano 666 proibia aos Bispos e aos Sacerdotes o mutilarem seus escravos: o que levanta uma ponta do véu deixando ver cruezas, que envolvia a Europa nessas eras.

(continua)

O Padre *J. C. Fernandes Pinheiro*

"Poesia: A profissão de uma religiosa". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Do Diário do Rio, nº 8, vol. III, terça-feira 15. de outubro de 1850, p. 8.

POESIA

A PROFISSÃO DE UMA RELIGIOSA

Céu livre, terra livre, e livre a mente
Paz íntima, e saudade, mas saudade,
Que não doe, que não mirra, que consola
São as riquezas do ermo, onde sorriem
Das proceilas do mundo, os que o deixarão
(Alex. Herculano – A Harpa do Crente)

A Deus bela, ditosa menina,
Que ao serviço de Deus te votaste,
Que os prazeres do mundo falazes
De uma vez para sempre deixaste.

Dentre tantas formosas florinhas
Do jardim fluminense a mais bela:
É tua alma um composto de graças,
Que os primores do Céu nos revela.

E se os raios do sol deste mundo
Bem podiam teus dias fanar;
Vai no claustro buscar um asilo,
Vai no claustro feliz te tornar.

Os teus dias ali se deslizem
Como a barca, que vaga tranqüila
Vai as ondas sulcando ligeira
Sem nenhum vendaval, que a repila.

Se o dos homens amor fementido
Penetrasse no teu coração,
Inda mesmo num trono sentada
Viverias na dor, na aflição.

Quando a flor da beleza murchasse
Ah! também seu amor murcharia:
Quanto tu lhe serias pesada!
Que desprezos de ti não faria!!

E na taça do amor maternal,

Que parece bordada de mel,
Tu terias talvez encontrado,
Que seu fundo compõe-se de fiel.

Se tu deixas um pai extremoso,
Se tu deixas a mãe desvelada;
No *Senhor* novo Pai tu encontras,
E na *Virgem* a mãe mais amada.

Em teu peito tão casto, tão puro,
Ao teu Deus um altar elevaste;
E nas aras do amor divinal
As da terra afeições imolaste.

Tuas preces ao Céu elevando
Como a chama eleva da pira;
Pelo bardo obscuro intercede,
Que teus dotes celebra na lira.

O Padre *J. C. Fernandes Pinheiro*

"O Cristianismo e a Escravidão: estréia ginástica". *A Religião*. Rio de Janeiro: Typ. Do Diário do Rio, nº 10, vol. III, sexta-feira 15. de outubro de 1850, p. 1-3.

O CRISTIANISMO E A ESCRAVIDÃO

(ESTRÉIA GINÁSTICA)

(CONTINUADO DO Nº. ANTECEDENTE.)

Cumpria também para assegurar a emancipação dos escravos providenciar sobre a sorte daqueles, cuja liberdade não deixava desgraçadamente de sofrer rudes golpes da parte dos ricos e poderosos. Costumados ao cativeiro não sabiam os libertos assaz apreciar a sua liberdade, ignorando absolutamente as regalias do homem livre. Empregou para isso a igreja o meio de conferir a liberdade dentro dos templos: o que vinha a ser uma tática declaração do quanto era agradável a Deus a liberdade do homem: proclamação prática da sua igualdade perante a justiça celeste. Verificada destarte a alforria tinha a igreja o incontestável direito de defender a sua liberdade e podia reclamar a observância alegando, que faltar a ela era de certo modo uma profanação do lugar onde fora celebrado o fato.

Não se esquecia também de aproveitar em favor dos libertos de semelhantes circunstâncias, e assim vimos que o primeiro concílio de Orange no ano 441 dispõe no seu canon 6º.: que era mister reprimir com censuras eclesiásticas aos que quiserem sujeitar ao cativeiro aqueles escravos, cuja liberdade tenha sido dado na igreja: *Si quis autem mancipia clericorum pro suis mancipiis ad Ecclesiam fugientibus crediderit occupando per omnes Ecclesias districtissima damnatione feriatur* (Can. 6) Todos os que prezarem a dignidade de homem, que asilarem em seus peitos alguns sentimentos de humanidade, não levarão seguramente a mal que a igreja se intrometa nessa classe de objetos, ainda que a sua missão não fosse outra senão a que compete a todo o homem generoso; isto é, a defesa dos fracos e dos oprimidos.

Era a redenção dos cativos objeto tão privilegiado, que para um tal fim não duvidava a igreja vender suas alfaias, e até os vasos sagrados; tratando-se desses infelizes não tinha limites a caridade. Através da inevitável confusão, que consigo trouxe a erupção dos bárbaros, vemos a igreja sempre constante no seu propósito, jamais desmentindo a generosa conduta com que estréia. Pelo canon 5º. do concílio de Macon celebrado em 858, vemos que os sacerdotes se ocupavam com o resgate dos cativos, empregando para tal fim os bens eclesiásticos e o de Rheins celebrado no ano 625, impõe a pena de excomunhão ao Bispo, que vender os vasos sagrados *por qualquer motivo, exceto para a remissão dos cativos*.

O zelo da igreja por uma tão santa obra não podia deixar de contribuir poderosamente para a diminuição do número dos escravos. Quando pela queda do colosso romano, e pela flutuação dos povos porque passou a Europa durante esses séculos, com toda a razão chamdos de ferro, eram tão freqüentes as guerras, e tão familiar tinha-se tornado o reinado da força, a não haver a ação benéfica do cristianismo, longe de diminuir teria aumentado o número dos escravos.

É geralmente sabido que pelo direito antigo aquele, que tinha a desgraça de cair na escravidão não podia recobrar a sua liberdade [2] senão à apraizamento do seu senhor; pois que

sendo o escravo uma verdadeira propriedade ninguém podia dispor dela sem o consenso do dono, e muito menos o próprio escravo. Semelhante jurisprudência mui conforme às idéias pagãs não estava no mesmo caso em face das doutrinas pregadas pelo cristianismo: para a qual, se o escravo era uma propriedade, não deixava por isso de ser homem. Não entregou portanto a igreja esse ponto unicamente às leis, que regulavam a propriedade, e todas as vezes, que se oferecia alguma oportunidade inclinava-se a favor do escravo. Por todas estas considerações pode-se apreciar a sabedoria com que procedeu a igreja quando determinou que as pessoas livres, que houvessem sido vendidas, ou empenhadas por necessidade, tornassem ao seu estado primitivo uma vez que restituíssem a seus senhores a quantia, que estes haviam despendido em tais aquisições.

Pelo rápido bosquejo, que acabamos de traçar, conhecereis, Srs., a veracidade da nossa asserção, isto é, que o cristianismo foi quem aboliu a escravidão na Europa, apesar das idéias, costumes, interesses e leis, que formavam qual um muro de bronze para impedir sua marcha sempre progressiva, e sem que daí resultassem violências e agitações. Vimos a igreja católica empregar contra a escravidão um sistema vasto, variado e eficaz ao qual teve esta de necessariamente sucumbir. Primeiramente ensinando as verdadeiras doutrinas sobre a dignidade do homem, marcando os deveres dos senhores e dos escravos, e declarando-os iguais perante Deus. Da exposição dos princípios descendo à prática procurou suavizar o duro jugo, que oprimia os escravos, aboliu o *jus vitae et necis*, abriu asilo nos templos, procurando substituir a vendicta privada à ação dos tribunais. Destarte vemos, que apesar do caos, em que se achava a Europa, apesar das inumeráveis calamidades, que inutilizavam toda a ação reguladora e benéfica, a escravidão, essa lepra, que afeava a antiga civilização, diminuiu rapidamente nas nações cristãs, e hoje felizmente a vemos quase totalmente extinta.

Não deveis também olvidar-vos de que quando os Espanhóis aportando às plagas de um novo mundo, que Deus revelara a Colombo, pretenderam escravizar os indígenas não contentes de havê-los despojado das suas riquezas, o primeiro brado que se levantou em seu favor foi a eloqüente e piedosa voz do virtuoso Bispo D. Bartholomeu de Las Casas, que arrostou a cólera dos seus compatriotas em prol dos desditosos e miserandos filhos das palmeiras.

Permitiu-nos ainda citar o testemunho de Robertson na sua História d'América. É presbiteriano, e como tal desafeto a igreja católica, mas a verdade o força a confessar: *que os índios ainda olhavam os eclesiásticos, tanto regulares, como seculares, existentes nos estabelecimentos espanhóis, como seus defensores naturais, e a eles recorriam para livrá-los das exações e violências, de que eram vítimas*.

A leitura dos nossos anais vos terá mostrado, Srs., que a grande luta, que tiveram de sustentar os heróicos filhos de S. Ignácio de Loyola, foi toda originada por se oporem estes a que os ávidos colonos escravizassem os primitivos habitadores das nossas florestas, cujo único crime era o de não terem-nas sabido defender contra os invasores. Sabeis, que foi a instâncias dos apóstolos do Novo Mundo, que o Sumo Pontífice Paulo 3º. expediu a Bula de 2 de Junho de 1537, em que declarou serem os Índios verdadeiros homens (notai bem a expressão!) capazes de receberem a fé católica e de gozarem da liberdade das suas pessoas e do domínio das suas propriedades: também não ignorais que a publicação desta Bula atraiu sobre aqueles, que a tinham solicitado os raios da avareza dos primeiros colonos, que recusaram obedecer-lhe fundados no falso e fútil pretexto de que não tinha o *placet regium*. Continuando o atroz sistema de se escravizarem os indígenas para rotearem os bosques, que tinham-nos visto nascer tão livres como o ar, recorreram os Jesuítas ao sólio lusitano, dele fazendo baixar a lei de 20 de Março de 1570, que ordenava, que se reputassem os índios por pessoas livres, e que à ninguém fosse lícito

tê-los em escravidão, o que foi corroborado por várias outras leis e alvarás, como a de 11 de Novembro de 1795, 5 de Junho de 1605, &c. &c.

O duelo entre a igreja, representada pela Companhia de Jesus, e os postergadores dos [3] direitos mais sagrados do homem, prolongou-se por todo o século 16º. e 17º. ocasionando neste ínterim a expulsão dos Jesuítas no Maranhão e Pará no ano de 1653, e embora fossem depois restabelecidos, sua persistência não foi longa, pois que logo o marques de Pombal sacrificou-os nas aras da sua ambição.

Donde procede finalmente esse pensamento elevado, que ora vemos impelir os estadistas de todos os paises civilizados da Europa e da América a declararem-se tão terminantemente contra o tráfico de africanos? Quando a posteridade buscar o princípio vital que dirigia a civilização do século 19º. encontra-lo-á no cristianismo. Sim, foram os generosos esforços que os prelados e sacerdotes católicos empregaram para suavisar a sorte dos escravos, onde quer que existissem, foram as missões, essas conquistas pacíficas do exército da cruz, e sobre tudo as letras apostólicas de Pio 2º. expedidas em 1482, as de Paulo 3º. em 1537, as de Urbano 8º. em 1639, as de Benedicto 14º. em 1741, e finalmente as de Gregório 16º. em 1839, que operaram esse grande resultado que hoje admiramos.

O cristianismo pois cumpriu perfeitamente a sua missão de paz e de amor, despedaçando sem injustiças e catástrofes as cadeias com que estava manietada grande porção da espécie humana, e quebra-las-ia totalmente se pudesse dominar por algum tempo na Ásia e na África, fazendo desaparecer a ignonímia que sobre aqueles desditosos países lançou o maometismo e a idolatria.

Revelai-nos, Srs., se roubamos o vosso precioso tempo, reproduzindo em tosca linguagem o que certamente sabeis melhor do que nós; mas receosos de ter pela nossa longa ausência perdido os foros de cidadão do GINÁSIO, julgamo-nos obrigado a apresentar uma estréia, na conformidade dos vossos Estatutos, e confessamos ingenuamente, que além do círculo das ciências eclesiásticas, das quais somos o mais humilde neófito, começam para a nossa inteligência, os gelos polares da ignorância.

O Padre *J. C. Fernandes Pinheiro*.

G u a n a b a r a (1849-1856)

"Eloqüência Sagrada: obras oratórias do Revm. Padre Mestre Francisco de Mont'Alverne". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 7, 1854, t. II, p. 215-228.

ELOQÜÊNCIA SAGRADA.

Obras Oratórias do Revm. Padre Mestre Frei Francisco de Mont'Alverne.

———

Já em breve notícia bibliográfica inserta em uma das folhas diárias desta capital dissemos alguma coisa acerca da importante publicação, que acaba de sair dos prelos dos Srs. Laemmert, e que tem por título – *Obras Oratórias do Padre Mestre Frei Francisco de Mont'Alverne*. – Por falta de espaço não podemos entrar na análise desse belíssimo trabalho, que consideramos como um dos mais notáveis, que, em seu gênero, tenha sido publicado em nossa língua. Buscaremos provar esta proposição, sentindo unicamente não possuirmos bastante cabedal de conhecimentos para tratar a matéria, como exigem a gravidade do assunto e a bem merecida nomeada do exímio pregador.

Ninguém ignora a magnitude da missão do orador sagrado, e quanto as suas palavras podem influir para o bem-estar da sociedade, e a salvação eterna dos seus membros: o foro oferece vasto campo ao talento empregando-se na defesa do fraco contra o poderoso, do pobre contra o rico; os Cíceros, os d'Aguesseaus, insereveram seus nomes no catálogo dos bem-feitores da humanidade: a tribuna parlamentar é a arena, onde vão pleitear os gladiadores da pátria; os interesses os mais importantes do estado dependem não poucas vezes da impressão produzida pelo discurso de algum célebre orador: república francesa de 1848 devem talvez a sua origem à famosa arenga de Lamartine, no dia 24 de Fevereiro perante a câmara dos deputados; mas é o púlpito, que mais reais, mas relevantes serviços pode prestar aos homens: pois que o pregador ocupando no santuário o lugar de Deus todas as verdades morais lhe pertencem, e força aos homens a tornarem-se acusadores de si próprios no segredo dos seus pensamentos, e na solidão dos seus remorsos, para servir-nos de uma eloqüente expressão do cardeal de Maury.

Não nos conta que as religiões antigas lançassem mão do ministério da palavra para moralizar o povo, e ajudá-lo a suportar as suas mágoas: o hierofante revestido da sua toga de fino e alvíssimo linho presidia os mistérios eleusinos e comunicava a alguns entes privilegiados essas verdades primeiras, que Platão chamou [216] *idéias eternas, arquetipas*: não guiava porém o povo pela vereda tão difícil e escabrosa dos seus deveres. Essa glória estava reservada ao Cristianismo; seu divino Fundador ensina aos homens uma moral nova, que era um escândalo para os Judeus, e uma loucura para os pagãos na frase de S. Paulo; e seus discípulos, homens ignorantes e grosseiros percorrem o mundo chamando as nações a penitência, e pregando o dogma sagrado da igualdade perante Deus, em cuja balança só as virtudes e boas ações podem

sobrepujar. Perseguido por monstro como Nero, que desonravam o cetro e a coroa, o Cristianismo refugia-se nas catacumbas, onde opera a maravilhosa conversão do mundo.

O quarto século é verdadeiramente a idade áurea da literatura cristã; a essa Religião, que passava tão inopinadamente das criptas ao trono dos Cesares maravilhou o mundo pela vasta e profunda erudição dos seus doutores: "C'est au milieu de l'abaissement le plus honteux dês esprits el dês courages, diz o Sr. Villemain no seu *Tableau de l'eloquence chrétienne au quatrième siecle*, c'est dans un empire gouverné par dês eunuques, envahi par les Barbares, qu'un Athanase, un Chrysostome, un Ambroise, un Augustin font entendre la plus morale, la plus haute eloquence. Son genie Seul est debrout dans la decadence de l'empire. Ils sont l'air de fondateurs, au milieu des ruines. C'est qu'en effet ils étaient les architectes de ce grand édefice religieux, qui devait succeder à l'empire romain."

Ao mais perfeito conhecimento das escrituras juntam esses Padres copiosíssima instrução profana. Gregório de Nazianzo e Basílio tinham passado longas horas da usa juventude ouvindo as lições da Academia, e nessa Atenas, que ainda no 4º. Século era a metrópole das ciências, das letras e das artes, granjeiam a estima dos sábios pelo seu talento e assídua aplicação. De Alexandria, famosa pelo seu observatório, fundado pelos Ptolomeus, e ainda mais por essa imensa biblioteca, que devera ser mais tarde pasto das chamas, cidade estudiosa e turbulência, devera sair o grande Athanasio, o atleta ilustre que em sua pessoa simboliza um século. Lá, onde se mostram em toda a sua nudez as misérias do império de Oriente, o despotismo caprichoso dos príncipes, as intrigas palacianas, a corrupção de uma grande cidade por sua natureza anfíbia, que não era grega nem romana, que mais parecia uma colônia de que uma capital, numa palavra nessa Constantinopla, sede de todos os vícios fazia-se ouvir a eloqüente voz de S. João Crisóstomo. A África rivaliza com a Grécia e com o Oriente, e apresenta na pessoa de S. Agostinho um campeão digno de figurar em tão ilustre matrícula. Todas as regiões do mundo contribuíam nessa época para o completo triunfo da eloqüência sagrada: os Padres da Igreja não pertenciam a um só país; uns com efeito, como S. Jerônimo tinham vivido na Síria, na Judéia, e respirado o entusiasmo das margens do Jordão; outros, como Tertuliano, Arnobio, Agostinho, nascidos debaixo do céu ardente de Carthago, eram mais orientais do que latinos. A língua romana, segundo diz o já citado Sr. Villemain, impregnava-se do gênio árabe ardente e sutil, sucessivamente aquecida pelos sois da África e de Ásia.

A literatura da meia idade segundo pensa o Sr. Guizot, não tem sido bem [217] avaliada: apesar da sua forma grosseira e extravagante, seu método confuso e vicioso não é destituído de mérito pelo originalidade dos seus pensamentos, e ousadia das suas expressões. É rica de belezas, ainda que de natureza diversa das que estamos habituados a admirar nos clássicos, gregos e latinos.

A eloqüência cristã não podia deixar de ressentir-se profundamente do depreciamento dos estudos profanos, que a invasão dos Bárbaros quase que desapareceram da superfície da Europa. As homelias dos bispos e os sermões e práticas dos padres abundavam em citações bíblicas; ostentavam inteiro conhecimento do dogma e ampla leitura dos anais da Igreja; mas o gosto, a amenidade do estilo, que tanto distinguira os seus predecessores do 4º. século, estava extinto. Ao estudo dos grandes modelos, que nos legou a antiguidade pagã, seguiu-se o de mesquinhas complicações, espécies de enciclopédias inteiramente incapazes de formar distintos oradores. Pedro, arcebispo de Ravenna, fornece-nos um testemunho irrecusável da rápida queda da eloqüência. Seus discursos abundam em argúcias sendo completamente vazios de pensamentos, filhos da meditação e estudo das verdades eternas do Cristianismo: é forte em trocadilhos, ama a

simetria das frases, o cortejo de palavras sonoras, porém vazias de sentido: não obstante o que seus rudes contemporâneos, para quem tais efeitos pareciam belezas, denominaram-no de *Chrysologo*.

A célebre Savonarola com a sua eloqüência ardente, mas desordenada e declamatória fazia pender dos seus lábios os florentinos do 14.º século: a cidade dos Medicis prodigalizava ovações ao ilustre dominicano, cuja morte devera em breve pedir a grandes brados. O brilhante século de Leão X tão fértil em artistas, poetas e historiadores, viu também distinguirem-se no púlpito Bembo, Sadoleto, Annibal Caro e Guicciardini. Não eram porém esses oradores mais do que precursores da grande Segnere, que viu a luz em Nettuno no ano de 1624. Falando acerca deste célebre orador, assim se exprime o Sr. Guilherme Andisio no seu *Compendio delle Lezione di Eloquenza Sacra*: "Se egli fa uma parrazione la dipinge copiu naturali e veri colori; se muove um affetto, mol fa da donnicciuola Che ad ogni passo abbia uma lagrimetta da spremer su quase per arte; ma da generoso italiano, anzii da generoso apostolo che mira ad illuminare e poi a commovere; se amplifica um sentimento, lo presenta con nobile dignità: il suo style risplende per agli ornamenti d'uma facondia naturali senza gli smisurat vezzi d'uma studiata affettazione; le prove dispone e incalza come Cicerone, le incarna e lê fa veder cogli occhi per via delle imagine; il suo dialogizzare lucido, ameno, franco, vittorioso, ricrea, assale, ne piu abandona l'auditore sino al punto della resa: e si nel convincere che nel commovere, egli è sempre come Demostene, l'oratore delle popolari adunanzi."

Sabem os nossos leitores, que a glória das letras passou da Itália à França, e que o século dos Medicis foi substituído pelo de Luiz XIV. O púlpito se acha representado nessa época por três grandes ilustrações; Bossuet, o pregador da imaginação. Bourdalou, o da razão, e Massillon o do coração.

Bossuet, o Homero da tribuna evangélica, o Isaias da nova lei, desprende dos [218] seus lábios torrentes de eloqüência: o seu estilo elevado, e vigor dos seus pensamentos mereceram-lhe o nome *d'águia de Meaux*. A escritura, os Padres, a Teologia são os arsenais onde vai buscar as armas poderosas com que deve fulminar os erros e os vícios, e a esses conhecimentos adicionando vasta leitura dos autores profanos, tanto antigos como modernos.

Ainda sob a impressão da poderosa voz de Bossuet correu Paris a ouvir a um grave e sábio Jesuíta, o grande Bourdaloue, Catão do púlpito. Cada um dos seus sermões parecia exceder ao precedente, e era ouvido com admiração cada vez maior. Bourdaloue não procura senão convencer o seu auditório, ele raciocina, apresenta as provas em quase se firma: despreza as figuras, os floreios da retórica; mas sua dicção é tão pura que agrada, cativa quando disto menos se ocupa.

Se Bossuet pela veemência é o Demóstenes da França, se pela regularidade Bourdaloue é o seu Cícero, Massillon pela ternura e angélico coração não acha igual na Grécia, nem em Roma. Possui o seu estilo a simplicidade e elegância gregas, e a cópia e gravidade romana. No que principalmente se distingue é no emprego do patético, doce, constante, sagrado e divino: suas palavras enternecem a alma, fazendo-a derramar lágrimas de compunção.

Bossuet fizer erguer a eloqüência sagrada do sepulcro em que jazia há doze séculos, restituindo a pureza primitiva dos Padrões, obrigando o século de Racine a venerá-la; Bourdaloue comunicou-lhe a retidão, que caracterizava o seu espírito, aplicando-lhe, se nos é lícita a expressão, a geometria da razão, mas foi somente a doce voz de Massillon, que fê-la saudar pela França como a rainha dos corações.

Parece que a eloqüência sagrada nesse país tocou ao seu Zenith no reinado do grande rei, e que logo depois começou a sua decadência. Não conhecemos nenhum pregador distinto, que fosse contemporâneo de Luiz XV e XVI: e os poucos que aparecem não podem ter a pretensão de serem continuadores da grande obra encetada pelos Bossuet e Bourdaloue. A mediocridade dos pensamentos e a pouca elevação do estilo são o apanágio de todos esses oradores, que sucessivamente subiram aos púlpitos da França nas vésperas desse grande e providencial acontecimento, a que chamamos – Revolução Francesa.

A convenção erigindo como o dogma da nova Religião, unicamente duas verdades a *da existência de Deus, e a imortalidade da alma*, tinha feito desaparecer o Evangelho, e por conseqüência os seus pregoeiros; quando Camillo Desmoulins perorava as massas no *Palais Royal*, arrastando-as à conquista da Bastilha, os púlpitos deviam estar silenciosos.

Restaurados os altares pela vontade onipotente do maior homem dos tempos modernos, era necessário restituir aos franceses as crenças de seus pais, e dessa tarefa foi incumbido o doce e metódico talento de Frayssinous, que em suas conferências encarregou-se da educação moral e religiosa do povo de S. Luiz. Seu estilo é simples, e mais se assemelha ao de um catequista, que explica à infância os primeiros rudimentos do nosso culto, do que ao de um pregador, que desenvolve teses geralmente admitidas.

[219] Caminhando os espíritos em progressivo melhoramento, foi ocupar o lugar, que deixara vago o bispo de Hermópolis, um célebre dominicano, que ainda hoje faz a admiração de toda a Europa, e quiçá do mundo: os nossos leitores compreendem que queremos falar do reverendo padre Lacordaire, dessa figura épica, colocada pela mão do Eterno entre o passado e o futuro da Igreja. Numa época de renascimento social e religioso, seguiu-se outra caracterizada por uma impaciência dolorosa, por uma sede da Religião, que se desejava, mas que não se podia definir: assim a Frayssinous devera substituir Lacordaire, com a sua lógica irresistível, com o seu inimitável e pitoresco estilo, que atraia a basílica de *Notre Dame de Paris*, uma mocidade estudiosa e ávida de emoções, e os discípulos do patriarca de Ferney; uns para serem edificados pela sublimidade dos seus pensamentos cristãos, e outros para se extasiarem ante a magia das suas frases, que soavam pelas góticas naves como os sons duma harpa perdida na solidão da noite. E para que nada faltasse à glória desse povo que reúne em si todas as glórias da Europa, um ilustre proscrito fez ouvir na igreja da *Assunção* aquela mesma voz que na maior basílica cristã tinha arrancado a admiração do mundo. O padre Ventura de Raulica é um digno êmulo do padre Lacordaire.

O protestantismo dissecando o espírito humano, e erigindo-se em campeão do livre exame, parecia excluir a eloqüência do púlpito: com efeito, quem tem por fim de mover o auditório do propósito em que está, fazendo-o abraçar as suas próprias opiniões; assim a Reforma que tenha rejeitado a interpretação da Igreja, e o seu ensino proclamando o princípio que a cada homem podia dar a Bíblia à inteligência, que lhe aprouvesse, certo de que o Espírito Santo o iluminaria, não devera para ser conseqüente, admitir o uso da predica, que nada menos é do que uma instrução pastoral dada ao povo. Quis porém imitar a sociedade, de cujo grêmio saía, e os seus ministros fatigam os fiéis com longas e fastidiosas práticas que são despidas do brilhante colorido dos nossos pregadores, e que tem de mais a mais o grave inconveniente de serem lidas, o que lhes tira todo o movimento oratório. Um dos seus mais distintos pregadores, o doutor Blair, assim se exprime, falando no seu curso de Retórica e Belas Letras, acerca da eloqüência sagrada: *Um sermão inglês é uma série de raciocínios instrutivos e sem calor: um sermão francês passaria entre nós por um discurso florido, e muitas vezes pela arenga de um entusiasta*. Não nos

ocuparemos por tanto com as obras oratórias dos protestantes, em muitas das quais, como nas de Saurin, se descobre profunda erudição, porém sempre a ausência completa do sentimento, e disso que chamamos *unção*, em que tanto se tem ilustrado os melhores oradores católicos, tais como Fenelon entre os do século de Luiz XIV, e Ventura, entre os que ainda hoje fazem a honra do púlpito. Não descobrimos nada na oratória protestante que possa se comparar com os sermões do arcebispo de Cambraia, nem com as *Conferências sobre a Paixão de J. Cristo* pelo sapientíssimo ex-general dos Theatinos.

A pátria de S. Thomaz de Villanova, o eloqüente pregador de Carlos Quinto, a católica Espanha, possui grande número de exímios oradores sagrados, cujas obras infelizmente são pouco conhecidas fora do seu país natal: todavia o nome [220] de Balmes pode franquear os Pyrenneus escudado por uma brilhante nomeada, e seu diploma de grande e conspícuo pregador foi firmado pelos sábios de ambos os mundos.

Portugal contou sempre distintos pregadores seus claustros foram um manancial fecundo da ciência sagrada; deles saíam homens ilustres, que desprendiam dos seus lábios torrentes de eloqüência com notável proveito dos povos, a cuja conversão se propunham. Pena é que esses grandes homens fossem por demais modestos, que se roubassem aos aplausos da posteridade, recusando publicar as suas obras oratórias. Entre aqueles porém que poderiam escapar ao ostracismo a que as condenavam os seus autores, fazem-se notar sensíveis belezas, e revelam que a ilustração se achava nesse reino mais adiantada do que geralmente se pensa. Na realidade é com justo orgulho que podemos citar o nome do padre Antonio Vieira, não temendo estabelecer o paralelo entre ele e todos os oradores da Europa seus contemporâneos. O seu famoso sermão pregado na Bahia pelo bom sucesso das armas dos Portugueses contra os Holandeses em 1640, e quando apenas contava trinta anos, é um primor do estilo grandíloquo, e ousamos afirmar que poucos oradores se tem elevado à altura em que o ilustre jesuíta se remontou, pairando por tanto tempo pelas regiões do sublime, e afrontando as vistas de Jeová, a quem diretamente se dirige, tal com outrora o legislador dos Hebreus, que praticava face à face com o seu Deus no cume do Sinai. Repreendeu os vícios da corte lusitana com uma liberdade que faz honra ao seu caráter, bem como a piedade do rei, que tanto se aprazia em escutá-lo, e que não poucas vezes admitia-o em seus conselhos, e incumbia-o de difíceis e honrosas comissões, como a de Roma, onde por obediência juntou o mais brilhante florão a sua coroa oratória. Seu estilo porém ressente-se dos vícios da época em que viveu, desses conceitos, dessas contínuas antíteses, numa palavra, desse *gongorismo*, que forma o cunho dos nossos escritores *seiscentistas*; mas a ninguém é dado ir adiante do seu século, como muito bem disse o Sr. Villemain. Em tempos mais próximos a nós o pregador que mais se avizinhou ao grande Vieira foi o padre José Agostinho de Macedo, muito conhecido pelo seu poema do *Oriente*.

Também nós tivemos grandes pregadores; e quando el-rei o Sr. D. João VI aportou as nossas plagas, o Brasil possuía uma brilhante plêiade de oradores sagrados: S. Carlos, S. Paio, e Caldas eram os marechais desse exército, e faziam o seu passeio triunfal pelos púlpitos desta corte acompanhados de um luzido estado-maior.

Perdidas porém foram para a posteridade as impressões desses gênios sublimes: não possuímos deles senão o eco da sua imensa nomeada, e a literatura deplora a falta dos primores que lhe teriam fornecido esses abalizadores mestres. "*A dificuldade da impressão*, diz o Padre Mestre Mont'Alverne no discurso preliminar aos seus sermões, *vez mesmo a modéstia dos autores, impediam a execução destes projetos que ilustraram outras nações, e fizeram avultar a massa dos conhecimentos humanos. Todas essas inspirações do gênio, todos esses esforços do*

talento, essas felizes produções, que faziam o encanto, a admiração dos naturais e dos estrangeiros, eram destinados a morrer no mesmo dia de sua aparição, ou quando muito a obter, qual peça de [221] *teatro, novas récitas. A posteridade estava fechada para os nossos oradores: as honras da impressa eram apenas concedidas aos discursos recitados por ocasião de algum grande acontecimento, e cuja publicação convinha àqueles que os pregavam ou faziam imprimir. A ninguém lembrou ainda reunir as orações fúnebres de S. Carlos, e de S. Paio, e formar sua coleção, qual os Franceses fizeram das orações fúnebres de Bossuet e Flechier. Estes brios nacionais estavam quase extintos: para nós tudo está materializado; nossa vida é para o dia de hoje, porque a vida dos sentidos e o presente, o futuro pertence à inteligência.*"

Estava reservada ao ilustrado brasileiro, cujas palavras acabamos de citar, o erguer o primeiro monumento à eloqüência sagrada do seu país. O Rev. Padre-Mestre Mont'Alverne, figura homérica vivendo em um século de prosa, pôde lutando com obstáculos de todo gênero fazer imprimir os quatro volumes das suas obras oratórias, cuja breve análise prometemos fazer.

Os sermões do distinto franciscano tem uma fisionomia que os faz diferençar de todos os outros: o seu estilo, suas provas, e dizemos quase a disposição das diversas partes desses discursos, lhe são próprios. Reúne em si os predicados que ilustraram os mais formosos pregadores: sabe aliar a sublimidade de Bossuet à doce eloqüência, as perfumadas frases do suavíloquo Massillon. Cremos todavia que entre todos os credores franceses do século de Luiz XIV, que lhes serviram de mestres, tinha mais predileções pela vigorosa lógica de Bourdaloue. Cônscio do dever do orador evangélico de doutrinar ao povo, sempre que falava colhiam-se das suas palavras úteis lições, era o Platão católico expondo o dogma ou a moral, como o sábio grego explicava a sua república ideal. Longe de seguir o exemplo de muitos pregadores cujos discursos são pobres de idéias porém abundantes de palavras, que exprime mesquinhos e triviais pensamentos em sonorosas frases, o nosso eloqüente patrício não se serve dum vocábulo supérfluo, ou um epíteto desnecessário.

Com que vigorosa e enérgica expressão nos disptera a lembrança da morte, num sermão de Cinza pregado na capela real desta corte em 1819 não trunquemos suas palavras, não desfiguremos os seus nobres pensamentos: citemo-los textualmente:

"Levantai-vos pois acima de vós mesmos, oh! meus irmãos, entrai com a firmeza de um Cristão nos abismos espantosos da morte; refleti sangue frio nas conseqüências inevitáveis, que acompanha a vossa destruição, para destarte iludir as ciladas, de que o homem é muitas vezes assaltado. Que! não tendes forças para conservar a lembrança desta morte, a que sois irrevogavelmente condenados; e suportareis em vosso corpo a cruz de Jesus Cristo, como ordena o Evangelho? Vossa coragem vos abandona, quando pensais na vossa dissolução; e ousareis mortificar os vossos sentidos, fazer-lhes guerra, e domá-los com a penitência? Vós não vos podeis familiarizar com as humilhações do tumulo: tremeis diante de um cadáver: um esquife vos penetra de pavor e medo; e vencereis o orgulho, a vaidade, e todos esses excessos contra os quais um cristão deve lutar e combater? Virgens sublimes e heróicas, a quem a raiva dos tirano, e todos os horrores da morte não puderam inspirar o susto, nem arrancar [222] "do nosso coração o amor do nosso Deus, que direis de uma mulher, que se contempla ao espelho cem vezes no dia, e não tem valor para pensar que este rosto, objeto de tanta complacência é destinado a ser posto da corrupção e dos bichos!

"Aqueles, que se nutrem destes pensamentos, aqueles, que fogem do século, para estudar no livro sublime da morte as lições da mais alta filosofia tem a combater a violência das paixões:

e poderia reprimi-las os sufocam esta importante lembrança? O som da trombeta celeste, as pompas fúnebres do túmulo não poderão abafar os cânticos harmoniosos do mundo: a beleza voluptuosa de Roma vem distrair os sérios pensamentos de S. Jerônimo, a lembrança desta meretriz famosa, que arrastava ao carro das suas vitórias os grandes e sublimes da terra desenvolve um resto de calor nos ossos descarnados do penitente, entinuado com jejuns e deitado sobre a cinza e os cilícios, e tereis força para arrancar-vos dos prazeres do século, evitando com cuidado a lembrança do vosso derradeiro destino?"

O epílogo deste mesmo sermão é sublime: o orador se transforma em profeta que com mão firme folheia as páginas do livro do futuro: é Isaias ameaçando os Judeus com a cólera do senhor Deus: é Jonas ordenando os jejuns e os cilícios aos voluptuosos Ninivitas, Ouçamo-lo:

"Não; vós não escapareis a vingança do Senhor: há na sua cólera segredos espantosos: seus flagelos seguem de perto a depravação dos costumes. Considerando o desprezo tão completo de vossos deveres, refletindo no esquecimento profundo de vosso último fim, não podemos deixar de anunciar-vos todo o gênero de calamidade. Dia virá, em que todos os males, caindo de tropel sobre vossa cabeça virgem completamente o esquecimento de tantas desgraças: *Venient dies in te, e o quod non cognoveris tempus visitationis tuae*. Quem de vós não tem visto realizada uma parte destas ameaças, tantas vezes fulminados contra as noções! Quantos de vós mesmos tem sido testemunhas de nossos próprios desastres!

Por uma hábil peripécia o pregador intercede por esse mesmo povo, que acabava de fulminar com raios da sua poderosa eloqüência, e dirigindo-se a Deus exclama:

"Salvai, oh! Deus, salvai este povo. São os netos dos heróis, que levaram a luz do Evangelho às extremidades da terra, são os filhos deste povo em outro tempo tão célebre pela sua piedade, onde Baal nunca teve altares, nem os deuses das nações bosques e oráculos.Vede sobre o trono português o sangue de tantos reis zelosos da vossa honra, e dá exaltação do vosso nome; é o sangue de Izabel, e de Mafalda. Enchei-o de glória e magnificência entre as nações para que o vosso nome seja cada vez mais glorificado. *Propter David servum tuum non avertas faciem Christi tui*."

O preclaro filho de S. Francisco referindo-se a pouca atenção, diremos mesmo a gélida indiferença, com se ouve a palavra divina, a murmuração de que são objeto os ministros dos santuários chama o povo ao cumprimento dos seus deveres de Cristão nestas eloqüentes palavras.

[223]"Oh! vós, que vós reunis em o templo nos dias solenes, em que a Igreja envia os seus ministros para vos instruir nos vossos deveres, o que vinde fazer à casa do Senhor? A quem vindes ouvir e atender? Estais convencido que nós recebemos do Eterno a missão augusta, que nos autoriza para reprimir os abusos, espantar os pecadores, lançar em rosto as suas iniqüidades e forcejar por arrancar-los do delírio de suas paixões? Reconheceis nos ministros do Evangelho os enviados do Eterno, os cooperadores de vossa salvação, como diz S. Paulo? Não contradizeis com as vossas ações os sentimentos do vosso salvação? Não desmentis com o vosso procedimento os princípios de religião, de que vos mostrais penetrados! Não é de ordinário o costume, a curiosidade, e muitas vezes o espírito de maledicência que vos conduz a pregação para notar a maneira com que o pregador trata os objetos de religião e de moral? Vindes por ventura com disposição de abraçar as exortações saudáveis, que Deus vos envia por seus ministros? Onde está este recolhimento da alma este sentimento da nossa baixeza e da soberania do grande Mestre, cujas lições deveis surgir e respeitar? Qual é o acatamento, que aparece no meio de tão augusta

reunião, à face dos altares e diante do Senhor, em cujo nome o Orador anuncia as máximas importantes da salvação? Observando as vossas distrações, ouvindo as vossas observações, poderemos duvidar que aproveiteis o tempo da pregação como um recreio e um passatempo? Poderemos acreditar que vós nos considerais como ministro de um Deus, que nos revestiu do seu poder, que exige que vós nos atendais, como a ele mesmo, e que diz claramente, que todo o que nos despreza, despreza aqueles, que nos enviou, quando vos vemos desamparar os templos com estrondo no momento em que proclamamos as mais importantes verdades, dando assim a conhecer vossa indiferença e vosso desprezo para com a palavra do Senhor? Como é possível desempenhar o preceito positivo de ouvir a palavra de Deus, se apareceis nos templos para ouvir a pregação de um homem, cuja autoridade não respeitais, sem advertir que um simples homem não tem direito de censurar publicamente os vossos costumes, exclama S. João Chrysostomo? Não é assim que anulais a eficácia da palavra divina e destruís o efeito das exortações do orador? É a vosso respeito que se verifica esta inscrição do Apóstolo: - Que os fiéis adulteram a palavra de Deus ouvindo-a como um discurso, que só serve para o seu prazer, ou como um desenfado.- Vós vindes à casa do Senhor para comparar os oradores uns com outros, distribuir os nossos louvores, ou as vossas censuras segundo as vossas aflições, e decidir da importância dos nossos discursos, da beleza do nosso estilo, da extensão dos nossos conhecimentos, e dos nossos meios oratórios."

O Miguel Ângelo, do púlpito traçou-nos o quadro da morte do pecador endurecido com o mesmo pincel com que foi desenhada a última cena do vale de Josaphat. No seu magnífico sermão sobre a *demora da conversão* não sabemos o que mais se deve admirar se a elevação dos pensamentos, ou se a majestade do estilo: [224] suas palavras têm alguma coisa que se aproxima ao colorido que Dante sabia dar aos seus quadros. Citemo-las ainda e sejam juizes os nossos leitores:

"Eis-aqui chegado este momento, para o qual o pecador tinha retardado a sua conversão! Soou a hora além da qual a pêndula da vida não deve balançar mais. Evadido aos acasos, escapado a uma morte prematura e violenta o novo Antiocho está lançado no leito, donde não se levantará mais. Entrai dentro de sua casa!... Não, não é mais o som dos cânticos, a harmonia dos concertos, o estrondo agradável dos bailes, que vos encanta, e surpreende a vossa admiração. É o grito da desolação: é o gemido pungente da desgraça: é a esposa desmaiada, são os filhos banhados em lágrimas, é a turbação dos criados, que se empurram, tropeçam e correm em sentido contrário!!! Chegai-vos ao leito do moribundo! O medo está pintado em seu rosto; seus olhos exprimem a mais profunda agitação! Pungido dos remorsos, aterrado com a idéia de sua reprovação, convencido de sua indignidade, ele não espera, mas treme; não invoca o Eterno, mas geme, suspira e agoniza. Como entornar a confiança no seio da desesperação?! Como reanimar as chamas do amor em um coração, que não sente? São 20, 30, 40 e 60 anos, que se trata de por em ordem! É o negócio da Eternidade, que convém ultimar dentro de algumas horas!.. Confiai a este homem o menos importante dos vossos negócios! Encarregá-lo de dirigir uma negociação, dar um conselho, tomar uma deliberação!.. Oh! meu Deus! quando a natureza desfalece, quando as dores se exarcebam, quando os vínculos os mais apertados e mais preciosos são despedaçados, quando a Fé aparece só para espantar o pecador; quando a Esperança foge, e está morta a Caridade: abnegar-se!... renunciar a própria vontade!! Lançar-se em vossos braços cheio de confiança em vossa misericórdia!!.."

No exórdio do sermão sobre a *profanação dos Templos*, o orador católico mostrou que os estudos clássicos lhe eram sumamente familiares: seu estilo é *ciceronicano*, e parece que ao escrevê-lo tinha em mente o imitar o famoso exórdio insuativo do ilustre filósofo de Tusculum na sua célebre oração em defesa do seu mestre, o poeta Archias: "Se a carreira apostólica, começa o nosso benemérito patrício, ofereceu jamais aos oradores sagrados verdadeiros motivos de sucumbir debaixo do peso do seu ministério; se em alguma ocasião o dever de anunciar as máximas do Evangelho tem oprimido os ministros de um Deus cioso dos seus direitos: é sem dúvida no momento, em que tendo a braços a torrente das paixões, põe-se em risco a divina palavra sem talvez a esperança de obter algum sucesso." E assim prossegue em todo esse belíssimo exórdio, um dos mais bem concebidos e melhor executado de todos quantos nos oferece tão rica coleção de discursos sagrados.

Traçando em breve quadro a história da rápida propagação do Cristianismo, no seu primeiro sermão do *Espírito Santo*, o nosso autor, atinge a proporções tão colossais, seu estilo é de tal modo grandíloquo, que julgamos ouvir Píndaro introduzindo os heróis da Grécia no Panteon da imortalidade. Depois de nos ter descrito essa tocante história das perseguições, e essa luta entre a religião dominante e um culto que do centro da terra abalava o mundo; depois de nos ter pintado com [225] tétricas cores a queda dos quatro impérios, que precederam ao dos Cesares no domínio do mundo, exclama: "Onde estão, oh Roma! teu senado, teus comícios, tuas festas militares, teus cônsules, tuas legiões e tuas águias? Um império tão formidável foi ferido e desmembrado pela espada dos Alanos dos Hunos, dos Suevos, dos Godos e dos Normandos. Dezoito séculos tem passado, e o cristianismo nada tem perdido da sua glória, da sua grandeza e consideração."

Nos seus sermões do *Sacramento*, o discípulo do *Doutor Sutil*, deixando a parcialidade da escola, segue as pisadas de *Santo Thomaz d'Aquino* no seu nunca assas louvado hino de *Pange Lingua*. O gênio venceu as dificuldades da empresa, e sobre um mistério tão adorável, quão incompreensível, o Padre Mestre Mont'Alverne achou matéria para escrever três sermões, sem se repetir, nem tocar nas syrtes do plagiato.

Entrando na justa apreciação dos *oráculos messiânicos*, ocupa-se o sábio pregador no seu *sermão da Circuncisão de N. S. J. Cristo*, em esboçar-nos com os vigorosos toques de seu pincel o estado do mundo no momento em que aprouve à Providência Divina enviar-nos o Desejado das nações. Chamamos a atenção dos nossos benignos-leitores sobre este notável discurso. Que belezas não encerra ele! Como são exatas as suas comparações! Com que graça, com que donaire, não reveste com a púrpura da sua elocução pensamentos verdadeiros, mas que se tornaram triviais à força de repetições! Exemplifiquemos o que acabamos de dizer, e tomemos ao acaso alguns de seus períodos. Seja este: "As nações dormindo à sombra dos troféus ganhados em *Actium*, sentiam os abalos da natureza, que forcejava por dar à luz o Justo por excelência." A idéia não é nova; mas a expressão?

Lede e admirai esse lindíssimo quadro das Ordens Militares e Religiosas que traça como por acaso, sem nenhuma pretensão, no seu *sermão do SS. Coração de Jesus*. O orador mostra-nos ai que a ciência de Cantu lhe é tão familiar, como a de Siguerio, Perrone e Cousin. Ao terminar o seu rico painel, em que figuram os Templários, os Hospitaleiros, os Teutônicos, e esses intrépidos defensores de Rhodes, reclama para o Cristianismo a glória dessas instituições nestas nobres palavras: "Para cúmulo, para honra da Religião, não há uma só lembrança, não há uma só instituição importante nos séculos modernos que o cristianismo não possa reclamar."

O culto da Virgem, tão popular entre nós, esse culto, que na frase de Orsini concorreu tanto como a palavra do Apóstolo para a conversão do mundo, não podia deixar de obter distinto lugar na série dos sermões, que rápida e imperfeitamente analisamos. No *panegírico de N. Senhora da Candelária*, o moderno S. Bernardo rouba as tintas do Céu para nos descrever as perfeições de Maria e como seu confrade, o Klopstock brasílico, desprende as catadupas da eloqüência inundando o auditório com um oceano de belezas. Pintando-nos no *panegírico de N. Senhora Mãe dos Homens* as dores incomensuráveis da Rainha dos Anjos, prorrompe nestas palavras: "Não, não é a mãe de Moisés que banha de suas lágrimas o berço de seu filho, que ela mesma entregava às ondas; não é a filha de Japhth, que pranteia nas montanhas de Galaad a indiscrição do voto de seu pai; nem a esposa desditosa de Saul, arrancando a trança elegante dos seus cabelos diante dos restos ainda quentes de seus [226] filhos escapados ao ferro dos Gabaonitas: é a Mãe do Salvador do mundo, inabalável junto à cruz de J. C., associando-se a ele na oblação do sangue precioso de seu Filho, se outra oblação pudesse ser aceita!!"

Referindo-se a um fato da vida de S. Francisco de Paula, o orador cristão no panegírico do mesmo Santo, aproveita o ensejo para dar uma sublime lição de moral àqueles que têm o nobre encargo de governar os homens. Não podemos resistir à tentação de citar textualmente as suas palavras, até porque pensamos que seria uma profanação se as alterássemos. Ei-las:

"Francisco faz em pedaços uma moeda de ouro, e mostra ao rei as gotas de sangue que corriam deste metal precioso... É o sangue dos teus vassalos arrastados à miséria por tuas vexações, grita o homem de Deus! É o suor dos povos sobrecarregados de contribuições enormes, para saciar tua cobiça e promover tuas desordens. São as lágrimas de milhares de infelizes cansados da tua dominação, e que te consideram seu verdugo, e seu mais implacável tirano! Acreditas por ventura, que tu és o senhor inexorável de um povo que te foi confiado para governar e não para oprimir? Esqueces, que o Eterno te colocou no meio de teus súditos para ser o ministro de sua providência sobre esta fracção da grande família do gênero humano? Treme, oh! rei, treme da vingança, que te aguarda. Um dia as maldições deste mesmo povo, pisado do teu despotismo, irão reunir-se aos flagelos com que Deus sabe vingar a iniqüidade e a prepotência dos reis. Não é João Batista na corte de Herodes? Não é o Apóstolo penetrando de terror e sobressalto o proconsul Sérgio Paulo? Não é Elias trovejando contra Achab? Como não teria Francisco de Paula suplantado a tirania, pois que Deus o enviara para defender a causa da humanidade indignamente ultrajada? Como não zelaria os interesses da razão o homem reservado para ser o salvador do seu país, e o muro de ferro, diante do qual veria quebrar-se a raiva do maior inimigo da civilização e da liberdade?"

O que pode dizer a crítica acerca de tão belas imagens, de tão verídicos quão profundos pensamentos? Curvar a fronte diante do gênio no silêncio da sua admiração.

O condor fluminense, cujos vôos acabamos de contemplar, pairava em seus verdes anos sobre os cimos do Cubatão, e lá nessa romântica Paulicéia, que devera ser a terra clássica da nossa liberdade, o Ourique da nossa história, dirigia-se aos netos de Amador Bueno, recordando-lhes em poucas mas enérgicas palavras a fidelidade devida às lusas quinas. Permita-nos o leitor que transcrevemos aqui poucas frases desse riquíssimo discurso, são estas:

"Ministro do Deus dos exércitos, de um Deus que atenta aos vossos votos, deste Deus que reanimou os filhos de Israel para aniquilar os robustos de Moab, os guerreiros de Madian e de Jericó; que conduziu nossos batalhões invencíveis ao coração da Ásia, além do fero Adamastor, eu me contentarei de exigir de vós o desempenho do juramento, que acabais de prestar à face das

vossas bandeiras. Eu vos direi, que tendes contraído a dívida mais importante; e que todos os olhos estão fixados em vós."

Dos seus sermões políticos, todos escritos sob a impressão do seu ardente patriotismo, porque debaixo de burel de S. Francisco sempre nele pulsou um coração brasileiro, apenas escolheremos o recitado na igreja paroquial do SS. Sacramento no [227] dia 3 de Novembro de 1833; não porque queiramos estabelecer preferências entre os filhos queridos dum mesmo pai; mas porque foi como que o seu cântico do cisne: Um lampejo divino perpassou pela mente do exímio pregador, quando agradecendo ao SENHOR o ter restituído a saúde ao garfo da monarquia enxertado na frondosa árvore da liberdade americana, e aterrado pelas funestas conseqüências que seguir-se-iam se o Arcanjo da Morte baixasse sobre o berço do Pupilo da nação, exclama:

"Não sei se me engano. Mas pondo a mão sobre o meu peito, creio, que, quando mesmo o Brasil nada tivesse a sofrer com a morte antecipada do seu imperador; só a idéia de possuirmos um príncipe, que respirou nascendo, este ar embalsamado; e abrindo a primeira vez os olhos, viu o céu dos trópicos tão sereno; e dum azul tão fascinador; gera tanto enlevo, nutre um orgulho tão nobre, que não encontro um só brasileiro, que não esteja pronto a sacrificar a sua vida a fim de conservar os dias preciosos do seu augusto compatriota! Vós o destes duas vezes ao Brasil, em penhor de sua estabilidade, oh! Deus! Deus Onipotente e cheio de misericórdia! Vós ratificastes o contrato feito com o vosso povo, restituindo o príncipe querido aos lamentos da pátria, que com ele zombará de todos os perigos e todos os azares. Seu trono será eterno na vossa presença, qual o sol em todo o seu fulgor, a lua na fase da maior beleza, e esse brilhante arco celeste, fiel testemunho da vossa eterna aliança: *Thronus ejus, sicut sol in consputu meo: et sicut luna perfecta in aternum, et testis in caelo fidelis*.(Psal. 88 e 36)"

Dir-se-ia que o vidente do claustro, correndo o reposteiro do futuro, lia aos seus ouvintes as páginas do glorioso reinado do Salomão Brasileiro. O que só então parecia um voto torna-se hoje uma realidade.

Também das orações fúnebres, em que o nosso autor tanto primou rivalizando com o grande Flechier, escolheremos unicamente uma: não só para evitar as constantes citações, que em nós já parece vício, como para fazer sobressair um sublime trecho da célebre oração, pronunciada por ocasião das solenes exéquias da nunca assas chorada primeira Imperatriz do Brasil.

Na muito conhecida oração de Bossuet pronunciada em honra da Princesa Henriqueta de Inglaterra, duquesa de Orleans, a águia de Meaux, parafraseando o sublime pensamento do Elccelisiaste: *Vanilas vanitatum et omnia valitas*, faz ver o nada das grandezas humanas com uma tal eloqüência, que lhe mereceu os gabos da iracunda e inexorável inveja. O nosso ilustrado compatriota tendo de orar em ocasião idêntica, e ocorrendo-lhe um pensamento semelhante mostrou como o talento e a erudição imitam; mas não copiam. Desafiamos a crítica a mais implacável para que acuse de plagiato a seguinte passagem.

"Oh! Glória tu és um vão fantasma!... Pompas, ostentações do mundo, vos sois qual uma visão, que não tornará outra vez a mostrar-se, escuma ligeira que a tempestade dispersou! Que interesse pode o homem tirar dos cuidados, de que tem cercado a sua vida? Que energia o pode animar contra os caprichos da sorte? Eu ajuntei os tesouros dos reinos e das províncias, dizia o mais sábio dos Reis; possui tudo o que pode lisonjear os sentidos: e excedi em opulência a quantos existiram antes de mim em Jerusalém. Eu entreguei-me a todas as delícias e nada recusei aos meus desejos; [228] mas quando refleti nas dificuldades, que tinha experimentado; quando

comparei os dissabores, que me causaram tantos esforços; reconheci, a pesar meu, que tudo era vaidade e aflição de espírito; e que nada era estável sobre a terra."

Tocamos a meta do estádio que nos propusemos percorrer: longe iríamos se quiséssemos citar tudo quanto nos agradou nessa magnífica composição, e talvez que puséssemos termo as nossas citações quando tivéssemos transcrito textualmente toda a obra. Apesar do nosso entusiasmo por esse brilhante monumento do gênio pátrio, não desconhecemos que nele existem alguns defeitos: o erro é a partilha humana; o Moisés de Miguel Ângelo, o Apolo de Belvedere, a Vênus de Medicis, a Madalena de Canova, não são isentos de imperfeições: só as obras de Deus são de Deus são verdadeiramente grandes e irrepreensíveis. Além desses defeitos inerentes a tudo quanto dos homens procede, existem outros que lhe são peculiares: erros em que forçosamente devera cair um homem que escrevia com mãos alheias, e lia com olhos que também não eram os seus. O Milton Seráfico devera sofrer um longo martírio durante toda essa cena de dores e de contrariedades que se chama revisão de provas, por mais benignos e inteligentes que fossem os seus cooperadores.

Se alguma vez lamentamos não ter nascido alguns anos mais cedo, foi certamente ao ler os sermões do Padre Mestre Mont'Alverne: desejáramos gozar por nós mesmos dessas emoções que deveriam experimentar os contemporâneos a sua glória do púlpito; ouvi-lo recitar seus discursos, animados pela sua voz metálica, como a da araponga; dramatizados pelo seu grave e original acionado.

Já tivemos a honra, no nosso primeiro artigo bibliográfico, de responder à censura de orgulho com que a mediocridade ou a ignorância tem buscado ferir a obra do ilustre franciscano. Repetimos que a linguagem de que o Padre Mestre Mont'Alverne se serve não é a do orgulho e da vaidade, é a linguagem do coração, a do homem que há dezoito anos está morto para o mundo, que sentado sobre o seu túmulo fala da sua glória como de um objeto que já não lhe pertence. Ele não é egoísta, antes reparte essa glória com o público, cujas ovações o animaram durante a luta; é o atleta vitorioso, que depõe sua coroa de louros aos pés da estátua da pátria.

Mas os sermões de Mont'Alverne são de antiga escola; seu estilo não é para os nossos dias, dir-nos-á alguém que queira fazer sofrer aos púlpitos cristãos o tirânico jugo da moda. Velhos! pois a eloqüência varonil, o estilo altissonante também envelhecem? Quando deixarão de ser admirados os sermões de S. João Chrysostomo, de S. Bernardo e de Bossuet? Lacordaire na sua oração fúnebre de O'Connell ainda toma por modelo a Flechier, e Ventura a Segnere: emancipando-se das antigas regras naquilo que elas tem de mudável, conservaram profunda veneração por seus mestres. No teatro francês da famosa metrópole das letras, as tragédias de Racine e os dramas de Victor Hugo ocupam alternativamente o palco cênico.

Finalizando este imperfeito esboço, para o qual imploramos toda a indulgência dos nossos leitores, ousamos formar um voto: Oxalá que Fr. Francisco de Mont'Alverne não seja o *último franciscano do Brasil*, e que o convento de S. Antônio do Rio de Janeiro possa ainda ser chamado o *Atheneu Nacional*.

O Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro.

"Reação Lingüística". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense L. A. de Menezes, n. 8, 1854, t. II, p. 263-268.

REAÇÃO LINGÜÍSTICA.

———

Nosso fito escrevendo estas toscas linhas é chamar a atenção dos benévolos leitores sobre a salutar reação, que lenta, mas progressivamente se opera em favor da língua e literatura italianas.

Ninguém ignora o quanto a língua de Dante foi estimada pelos portugueses do tempo de Camões, e como lhes era familiar a ponto do grande épico não duvidou introduzir no meio das suas estâncias este verso – *Tra la spiga e la man qual muro e messo* – sem traduzi-lo. A literatura portuguesa ganhava infinitamente com este íntimo contato, e a língua polia-se, tomando as formas e inflexões do idioma na moderna Ausonia. Portugal sacudindo heroicamente os ferros de Castella aspirava também a independência na linguagem, desejava evidenciar que não falava um dialeto do espanhol como então se dizia, e pena é que ainda se diga no resto da Europa.

Ai está toda a nossa brilhante literatura do século 16º., provando a verdade desta proposição. O latim, e o italiano eram estudados com ardor: liam-se os clássicos antigos, apreciavam-se as suas belezas, a profundeza dos seus pensamentos, e quando o espírito fatigado procurava resfolegar abriam-se as páginas olentes do cantor de Laura, ou ouvia-se um conto do espirituoso Boccacio. A língua italiana, filha primogênita do latim, ajudava a portuguesa sua irmã mais moça, a constituir-se, comunicando essa inefável doçura, que a faz considerar como a mais melodiosa de quantas os homens hoje falam.

A extinção da ilustre dinastia do Mestre de Aviz trouxe a Portugal incalculáveis males, conseqüências fatais do domínio estrangeiro. A língua e a literatura dos usurpadores reinou exclusivamente com prejuízo manifesto da indígena, e daquelas que tinham contribuído para o seu desenvolvimento. Falou-se, escreveu-se e até pensou-se em espanhol: Faria e Sousa, Pedro Botelho de Oliveira e outros muitos não vacilaram em consagra [264] suas bem aparadas penas para o passageiro triunfo da língua falada nas margens do Manzanares.

A igreja família de Bragança chamada pelo solo unânime da nação, sentou-se no trono enobrecido por tantos heróis e com ela a regeneração do idioma dos conquistadores do Oriente.

Perdeu porém terreno a língua italiana apenas cultivada por um, ou outro sábio no silêncio do seu gabinete; sem cursos públicos, sem o menor incentivo para a sua propagação. Era o latim, que nunca perdera a sua influência, que fazia o objeto predileto das lucubrações filológicas dos nossos doutos avós. Interpretar Horácio, fruir das delícias que encerram os cadentes versos do imortal Mantuano, era o *supra-summum* do saber humano. Extasiavam-se os eruditos lendo as descrições de Tito Lívio, as eloqüentes orações de Cícero, e fechavam o livro exclamando: - *É impossível escrever melhor!* – O gênio inventivo estava extinto; a imitação e a paródia tinham tomado o seu lugar. Longe de imitarem os italianos, que consagrando o maior culto pelas letras gregas e latinas, não desdenhavam de trilhar novas veredas, os nossos antigos levaram o seu servilismo literário a um grau excessivo. Copiavam o estilo, regulavam as suas frases pelo gosto

dos autores da antiguidade romana. Dizemos romana, porque a língua grega sempre foi muito pouco cultivada em Portugal.

Teve porém a língua latina de particular o seu trono no século 18.º com a francesa, assim como já o fizera com a italiana: porém aquela, por sua natureza mais inquieta e caprichosa do que esta, foi pouco a pouco solapando generosidade, a tolerância. Mais fácil que a latina, mais simples em suas formas, posto que infinitamente menos bela e vigorosa, a língua francesa foi acolhida com grandes demonstrações de favor. Pertencia ela a um povo que desde a época de Luiz XIV se pusera à frente do progresso humanitário. A sua literatura ganha em superfície o que perde em profundidade, e para o comum dos homens, que pouco se importa com extrair a raiz das coisas, descer as minas do entendimento humano, um – *Um million de faits,* - uma enciclopédia de algibeira, em que tanto abunda a literatura francesa, é fecundo manancial para os semi-doutos, mil vezes mais funestos que os ignorantes na frase de Bacon; habilitando-os para falar de *onne scibili*, e decidir *ex-cátedra* de todas as questões.

Quem se tiver dado o trabalho de compulsar os nossos escritores destes dois últimos séculos, terá notado a progressiva corrupção do idioma pátrio: e esta corrupção é, a nosso ver, unicamente devida ao predomínio da língua [265] francesa, que tem reinado sem rival nas nossas bibliotecas. Entre o leitor em qualquer casa dum homem que não tenha circunscrito as suas leituras ao *Jornal do Comércio*, *Mercantil e Diário*, ou então à *Marmota* ou ao *Periódico dos Pobres*, examine os livros, que estão em sua estante ou ainda sobre a sua mesa de trabalho, e verá que a quase totalidade deles é escrita em francês. Donde provirá este gosto tão decidido por uma língua estrangeira com exclusão manifesta da nacional, e das outras mais conformes a sua índole? Pensamos poder atribuir este resultado por todos conhecidos a duas causas.

Já entre nós não se estuda o latim como outrora: limitam-se os moços a traduzir com o socorro dum dicionário algumas passagens mais fáceis dos clássicos e julgam-se aptos para fazerem exame deste preparatório exigido para a ascensão aos estudos superiores. Essa condescência, essa bonhomia inata ao caráter brasileiro, e que se revela nas mais pequenas coisas, faz com que os examinadores passem de ordinário a esponja sobre os erros dos candidatos, tendo em atenção à razão hoje mais que nunca valiosa da perda do tempo, que resultaria se fosse o jovem obrigado a volver à classe de latim. Demais, como dizem alguns, é uma língua morta, pouco ou nada necessária para as relações das sociedades modernas; esquecendo os que assim pensam que correr-nos a nós brasileiros e portugueses o dever de estudar a origem, as bases da nossa linguagem; que ainda ninguém contestou que fossem estas a língua e a literatura latinas. Nas academias e nas aulas de ensino superior são os compêndios, pela maior parte, escritos em francês, bem como todos os livros consultivos, vendo-se os mancebos na rigorosa necessidade de praticarem essa língua, cujos rudimentos aprenderam nos colégios. Daí o gosto pelo idioma dos sábios dos elegantes escritores, que em seu estilo ameno tratam das questões as mais abstrusas: e que aproveitando-se habilmente da clareza e regularidade das suas frases estendem todos os dias as raias do seu domínio científico e literário. A assídua e única leitura dos livros franceses revela-se nas idéias, que professamos e até na contextura dos períodos dos nossos escritos. O galicismo invadiu o campo da literatura portuguesa; e era inevitável conseqüência do pouco apreço, para não dizermos do total abandono dos nossos clássicos.

A outra razão, que também cremos ter contribuído, e ainda contribui para o exclusivismo da língua francesa, é que nenhuma das outras, inclusive a nossa, tem até hoje podido lutar com ela no abastecimento de gêneros para o mercado das letras. As casas dos livreiros estão atulhadas de obras francesas, que em razão da sua abundância são vendidas por um preço muito mais

cômodo do que se podem obter de outro qualquer [266] idioma. Os livros portugueses são excessivamente caros, as edições feitas com pouco gosto e com infinitos erros tipográficos. Para obter as obras do Sr. Alexandre Herculano, por exemplo, gasta-se uma soma superior a que seria preciso para possuirmos todos os escritos dos Srs. Thiers, Guizot e Villemain. As obras antigas são ainda mais caras e escassas: de modo que muitas vezes estaríamos dispostos para despender uma soma embora avultada com tanto que achássemos alguns dos nossos bons quinhentistas; e frustra-se o nosso empenho. Não admira pois que sejam tão geralmente ignorados os nomes, e ainda mais os importantes trabalhos dos que nos precederam no cultivo do idioma lusitano. Para obviar este grande mal, que tanto ameaça o futuro da nossa língua, e até para vulgarizar o seu estudo entendemos que não seria fora de propósito a organização de uma sociedade cujo fim fosse a reimpressão dos clássicos da língua; assim como as dos autores contemporâneos, que em Portugal tanto se tem desvelado para desbastarem-na de peregrinas frases, e grosseiros barbarismos, entendendo-se para isso com os nossos irmãos de além-mar. Poderiam as edições tiradas com a mais escrupulosa exatidão, mas a que a presidissem os princípios econômicos, que dirigem tais trabalhos na Alemanha, serem vendidas por um preço razoável, e ao alcance das fortunas ainda as mais modestas.

Ainda existe outro meio para equilibrar a influência da língua e literatura francesas, e consiste ele em promover o estudo das outras línguas estrangeiras, como a grega, a latina, a alemã, a inglesa, a espanhola e a italiana. Esta última sobretudo, que tantos e tão bons serviços prestou a nossa, ainda no berço, deve ser restaurada no nosso país, e são os felizes sintomas deste fausto acontecimento, que nos apressamos de saudar nas colunas do GUANABARA.

O feliz consórcio de S. M. o Imperador com uma Princesa Italiana foi o primeiro passo dado na estrada da nação lingüística, que ora assinalamos. Por essa época publicou um ilustre estrangeiro, que de há muito vivia entre nós, um precioso livro, a que intitulou "*Ramalhete Poético do Parnaso Italiano*" em que coligiu grande cópia de belezas do seu pátrio idioma, fazendo passar para o nosso as que eram suscetíveis disso; visto que as mais ricas galas, os mais loução primores duma língua são intraduzíveis noutra. Em que língua se poderão exprimir os versos do exilado de Florença, errando pela Itália como Orestes agitado pelas fúrias, sacudindo o archote do seu ressentimento sobre a cabeça dos seus inimigos, e chamando a barra do seu tribunal povos e reis, *guelfos e gibelinos*? As magoadas endeixas de Petrarca, cantando a formosura de *Madonna Laura* ao ato murmurar da fonte de *Vareluse* são tão difíceis de exprimir em outra [267] língua, como as sonorosas liras do nosso Gonzaga aos que empreenderem a sua tradução.

A primeira companhia lírica italiana que aportou as nossas plagas, despertando o gosto ingênito pela música serviu poderosamente para a restauração da língua de Tasso. Os amadores (*dilettanti*) arrombados pelos gorjeios duma simpática cantora, fascinados pelas melodias de Bellini, quiseram compreender a *Norma*, e pouco satisfeitos com a versão do *libretto*, procuraram muitos conhecer o original. Desde essa época compreendeu que não pode cantar com expressão numa língua quem a desconhece, e muitas patrícias nossas adicionaram o estudo do italiano aos que até então formavam a sua educação.

Eram porém ensaios isolados, nobres e heróicos esforços nem sempre coroados de feliz sucesso. Estava reservado ao ano de 1854 o marcar a era da regeneração da língua italiana, para que contribuíram dois fatos, que parecem formar um sistema; tão admirável é a sua coincidência!

Fazia-se sentir a falta dum dicionário italiano-português e vice-versa, pois que o único que existe publicado por Costa e Sá em 1773 era além de incompleto, por só ter a primeira parte, raríssimo. O Sr. Antônio Bordo consagrando às letras o tempo limitadíssimo, que sobejava-lhe das suas habituais ocupações, acaba de acudir ao geral reclamo com a impressão do seu dicionário portátil de ambas as línguas. De hoje em diante os cultores do italiano terão de lutar com uma dificuldade de menos, e abençoarão o louvável empenho do ilustrado lexicógrafo. Honra e glória ao estrangeiro que desta arte nos retribuo pela fácil, mas leal hospitalidade, que lhe prestamos.

O Sr. Galleano Ravara, distinto professor assas conhecido na Europa, quis também lançar uma pedra no grandioso edifício da reabilitação do seu idioma na rainha da América Meridional. Seus talentos tinham sido devidamente apreciados em Lisboa: era justo que nós herdeiros dos herdeiros do Gama ouvíssemos a voz do eloqüente literato. Seus cursos da língua italiana, abertos em alguns colégios desta capital, foram freqüentados pela mocidade ambos os sexos, ávida de instrução. O serviço porém mais importante que atualmente nos presta é o da redação dum jornal (*l'Iride Italiano*) consagrado às letras. Incalculáveis são as vantagens que dele provirão: o nosso século prefere a leitura das gazetas a dos livros, e releva que aqueles que tem a nobre missão de instruir e moralizar o povo, acompanham o seu pupilo ainda nesse terreno por ele escolhido. Temos fundadas esperanças para augurar a estabilidade, e por conseqüência os imensos e benéficos resultados que dessa revista [268] virão para a nossa literatura, apresentando na italiana uma êmula a língua francesa: e se somos bem informado, um Augusto Horticultor regará com a sua beneficência inesgotável essa tenra e exótica planta.

Nós, entusiasta pela língua, a cujo estudo nos temos entregado com ardor, e que tivemos a insigne ventura de ouvi-la falar no próprio solo, dirigimos nossas cordiais felicitações ao benemérito professor que introduziu entre nós tão útil instituição, e reservamo-nos para em outro artigo mostrar as vantagens do estudo da língua italiana, e as belezas da sua literatura, tão infelizmente desconhecidas no Brasil.

O Cônego Dr. *J. C. Fernandes Pinheiro*.

“Glória do púlpito brasileiro.” *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 10, 1854, t. II, p. 369-376.

GLÓRIA DO PÚLPITO BRASILEIRO.

———

Fazendo nesta Revista uma breve análise das Obras Oratórias do Padre Mestre Mont’Alverne, servimo-nos destas palavras: “Se alguma vez lamentamos não ter nascido alguns anos mais cedo foi certamente ao ler os sermões do Padre Mestre Mont’Alverne: desejamos gozar por nós mesmos dessas emoções, que deveriam experimentar os contemporâneos à sua glória do púlpito; ouvi-lo recitar os seus discursos, animados pela sua voz metálica, como a da araponga, dramatizadas pelo seu grave e original acionado.” Nesses votos se acham hoje realizados: tivemos a insigne ventura de ouvir pregar a Frei Francisco de Mont'Alverne!

O dia 19 de outubro do ano de 1854 marca uma época memoranda nos fatos da eloqüência sagrada no Brasil. Uma *Vontade Augusta*, semelhante ao Arcanjo do vale de Josefa, fez surgir das sombras do claustro, como de um túmulo, um ilustre franciscano, que há dezoito anos vivia eclipsado aos olhos o mundo, e envolto no manto de sua glória.

Divulgou-se a notícia que Mont’Alverne ia-se mostrar nesse mesmo púlpito, donde há vinte e cinco anos, tinha saudado a inauguração da imagem de S. Pedro d’Alcantra, implorando a sua proteção em prol do nosso então nascente império: e a catedral do Rio de Janeiro achou-se apinhada de numeroso concurso de fieis. Cidadãos de todas as classes: os homens da atualidade, os representantes do passado e do futuro, ambicionavam ouvir o Baudelaire brasileiro. Os velhos, que o tinham ouvido cheio do viço dos verdes anos, criam que depois de tão longo intervalo, depois de tantas dores físicas e morais, não veriam senão um espectro do antigo Mont’Alverne. “Um cego não pode estudar, diziam eles, e é cruel expor uma antiga reputação aos azares do improviso”. Queriam os moços avaliar por si mesmo da poderosa magia, que esse homem extraordinário exerce sobre seus pais, que dele falavam como que de um ente misterioso, quase de um mito. Ao ouvir o elogio do grande homem um sorriso de incredulidade roçara por alguns lábios juvenis: “é impossível pensavam eles, que agrade-nos esse antigo orador à nós, que lemos os sermões de Lacordaire e Ventura:” Velhos e moços se enganavam: Mont’Alverne nada perdera da sua antiga eloqüência: pregou na presença do segundo Imperador como o fizera diante do primeiro; seu estilo foi brilhante, como o de dominicano francês, grave e profundo, como do ex-general dos theatinos.

O ministro sagrado acabava de cantar o Evangelho, e todos os olhos se volveram para a capela-mor, onde um frade de joelhos pedia ao Bispo a sua benção para anunciar a palavra divina. Mas esse frade era cego:- e quem se encarregaria de conduzi-lo ao púlpito? Um sacristão? - não. Um mestre de cerimônias? também não. Quem será pois? O Monsenhor Decano, o presbítero assistente - Em murmúrio de aprovação respondeu a este ato de delicadeza do respeitável ancião, cujas virtudes e piedade sabe apreciar o povo fluminense.

Semelhante a Cipião, desembarcando na África, Mont’Alverne calçou com o pé no púlpito como para tomar posse do terreno: passou a mão pela fronte, como para chamar todas as reminiscências do seu glorioso passado. Nenhum pensamento, ousamos asseverá-lo, perpassou pela mente dos seus ouvintes em quanto orava: todas as atenções se achavam concentradas nele. No fim do exórdio quando invocando a Religião exclamou:

"Religião divina, misteriosa e encantadora! Tu, que dirigiste meus passos na vereda escrabosa da eloqüência, tu, a quem devo todas as minhas inspirações, tu, minha estrela, minha consolação, meu único refúgio, toma esta coroa... Se dos espinhos que a cercam rebentar alguma flor, se das sílabas, que a enlaçam reverdecerem algumas folhas, se um enfeite, um adorno renascer destas vergônteas já secas; deposita-as nas mão do Imperador para que as suspenda como um troféu sobre o altar do Grande homem, a quem ele deve seu nome, e o Brasil a proteção a mais decidida". Aplausos involuntários partiram de um auditório, que sabe que no templo do *Senhor* é defesa toda e qualquer manifestação de entusiasmo. Sua comoção era tal que privou-o de raciocinar.

O triunfo marchou pela estrada da vitória, adornada a fronte com os lauréis do gênio, e quando desceu do púlpito, recebeu uma ovação tão grande, tão sincera, como nunca presenciamos, nem tivemos notícia. Os anciões congratulavam-se com ele e agradeciam a Deus o ter lhes conservado a vida até este dia: os moços beijavam-lhe as mão, essas mãos sagradas, que empunhavam o cetro da eloqüência. Subiu as escadas em triunfo, e a sala das sessões capitulares foi literalmente abstraída pela multidão ávida de vê-lo, de admirá-lo. "Padre Mestre, diziam seus discípulos, nós o reconhecemos engrandecido pelo infortúnio, santificado pela dor. 'Padre Mestre, exclamavam os mancebos, que nele viam o mais belo símbolo dos dias que não eram os seus, Padre Mestre, abençoe-nos para que possamos transmitir a sua benção a nosso filhos, legar seu nome a posteridade'." Padre Mestre, acrescentamos também nós, permita-nos que registremos algumas das suas brilhantes imagens nas colunas do *Guanabara*: prometeu alguns excertos ao *Mercantil*, dá-los-ei também ao *Guanabara* respondeu-nos o ilustre veterano do púlpito.

Apesar da nossa insuficiência façamos também nós uma rápida análise do último sermão pregado pelo Revm. Padre Mestre Mont'Alverne, que teve a bondade de confiá-lo, servindo de continuação a que tivemos a honra de escrever sobre as suas Obras Oratórias.

Antes de começar, seja-nos lícito assinalar duas dificuldades para nós quase insuperáveis. Proíbe-nos o autor que transcrevamos todo o seu magnífico sermão, o que tencionávamos fazer como sendo o único meio de comunicar aos nossos leitores parte das sensações, que experimentamos nesse dia memorável, em que a eloqüência sagrada do Brasil levantou-se como Lázaro do túmulo, em que jazia a dezoito anos; a outra é de termos sido precedido por alguns escritores, cujo brilhante estilo e depurado gosto são conhecidos pelos nossos leitores. O *Correio Mercantil* disse a tal respeito coisas tão belas, que nos é absolutamente impossível imitar: e escolheu do sermão os trechos, que rutilavam no meio dos esplendores desse grandioso artefato colocando aos seus sucessores, na necessidade de copiá-lo: o que de bom grado fazemos sempre que não podemos evitar as perigosas sortes das suas muitas apropriadas citações.

No exórdio deste sermão, tão justamente admirado, o orador traça um belíssimo quadro do estabelecimento do Cristianismo e dos obstáculos com que teve de lutar: mostra-nos a expectação do mundo pela vinda do Messias, os holocaustos sangrentos que ofereciam os homens à Divindade justamente irritada por seus vício e crimes. Transporta-nos depois à era dos mártires e faz-nos descer à arena dos anfiteatros *onde um batalhão de virgens mandadas à morte por conservar a sua pureza cobriam de confusão essas mulheres, que não tinham pejo de assistir em completa nudez às ceias voluptuosas de Tigelino nas alamedas dos seu jardins profusamente iluminada*. Em seguida apresenta as flagelações e as penitências substituídas ao martírio, marcando o tipo característico de cada século cristão, e como representante, como símbolo de

todas essas diversas perfeições, descobrem-no a imagem veneranda de um homem *a quem os Anjos chamaram Pedro, e o lugar de seu nascimento acrescentou-lhe o apelido D'Alcantara.*

Sua posição era especial, tinha precisão de falar de si, necessitava de explicar a sua reaparição na tribuna evangélica: e fê-lo da maneira mais arrebatadora. Suas palavras, para servimo-nos das frases do colega do *Correio Mercantil,* são tocantes da mais singela eloqüência, repassadas de tristeza que podem servir de exemplo da mais poética literatura cristã. Citemo-las, ainda que já não tenhamos o mérito da novidade.

"Não, não poderei terminar o quadro que acabei de bosquejar: compelido por uma força irresistível a encetar de novo a carreira, que percorri vinte e seis anos, quando a imaginação está extinta, quando a robustez da inteligência está enfraquecida por tantos esforços, quando não vejo as galas do santuário e eu mesmo pareço estranho aqueles, que me escutam, como desempenhar esse passado tão fértil de reminiscência? Como reproduzir esses transportes, esse enlevo com que realcei as festas da religião e da pátria? É tarde!...É muito tarde!... Seria impossível reconhecer um carro de triunfo neste púlpito, que há dezoito anos é para mim um pensamento sinistro, uma recordação afetiva, um fantasma infenso e importuno, a pira em que arderam meus olhos e cujos degraus desci só e silencioso para esconder-me no retiro do claustro. Os bardos do Thabor, os cantores do Hermon e do Sinai, batidos da tribulação, devorados de pesares, não ouvindo mais os ecos repetirem as estrofes dos seus cânticos nas quebradas de suas montanhas pitorescas; não escutando a voz do deserto, que levava ao longe a melodia dos seus hinos: penduraram seus alaúdes nos salgueiros, que bordavam o rio da escravidão; e, quando aqueles que, se deleitavam com os perfumes do seu estilo e a beleza de suas imagens vinham pedir-lhes a repetição dessas epopéias, em que perpetuavam as memórias de seus antepassados e as maravilhas do Todo-Poderoso, - eles cobriam suas faces umedecidas do pranto, e abandonavam as cordas frouxas e desafinadas de seus instrumentos músicos ao vento das tempestades."

A invocação à Religião, que já citamos é um grande movimento oratório desempenhado por habilíssimo mestre, e a imagem da coroa que pede seja depositada nas mão do Imperador para que a suspenda sobre o altar de S. Pedro d'Alcantara, está acima de todo o elogio.

Entrando em matéria, o orador pinta-nos com vivas cores as pasmosas conquistas do Evangelho, *desse livro admirável*, diz ele, *que tem escapado aos mais temerosos cataclismos*, *e sobrevivido às revoluções do globo*, e entre essas conquistas não se esquece de comemorar a reabilitação da mulher nestas enérgicas palavras. " A mulher tipo do devaneio e da fatuidade, é subjugada pelo prestígio do maravilhoso; e aventura-se aos resultados da mais fatal desobediência enganada pela serpente, símbolo da fascinação e do encantamento. O homem escuta a sua esposa; deixa-se dobrar de suas carícias, quebranta um preceito, que contraria a sua vaidade, esquece promessas, que ele não compreende, afogado por deleites, que ele conhece que ele experimenta, que ele sente cada dia, e arrasta sua posteridade nos horrores da desventura. O Reparador estendendo a mão aos filhos do grande culpado na frase a mais assustadora, aceita as condições de sua fragilidade; satisfaz as necessidades da razão franqueando-lhe os domínios da fé; atenua os estímulos do desejo com a eternidade do remorso; realça os sacrifícios do amor próprio com as sublimidades das recompensas, e abrilhanta sua ações com o reflexo da Divindade." Prossegue descrevendo a rápida conversão do mundo pelos esforços dos pregoeiros dessa lei de amor e de verdade, extasia-se contemplando a unidade católica, e quando chega ao século XVI estigmatiza a audácia do monge apostata que adulterou as máximas *deste Evangelho, que escarneceu das arguciosa do erro e zombou dos tramas da perfídia*, e apresenta na pessoa de

S. Pedro D'Alcantara o antídoto contra o veneno, que se infiltrava pelos poros da sociedade do seu tempo.

Suas descrições são sempre poéticas, e a que nos faz do convento de Manjanrez e da vida penitente do seu herói é tão viva, que parece-nos assistir às cenas que nos pinta, e ver os sítios, de que nos fala. Copiemos o começo deste parágrafo deixando à inteligência do leitor suprir o que não nos é permitido transcrever integralmente:

"Subamos as serranias da Nova Castela, penetremos o convento de Manjanrez, atravessemos essas arcadas silenciosas, esses vastos dormitórios, em que se perde o ruído do século...Quem é este jovem escapado aos abraços maternais, e que saindo a pouco da Universidade, que espantará com os seus talentos deixa a carreira das dignidade e impõe silêncio à linguagem da sedução? O que vêm ele buscar no meio destes homens, que estabeleceram o mais irreconciliável antagonismo ao regalo e às delicias? O filho do governador D'Alcantara está vestido com o Saial do Padre de Assis. Pedro está na lista dos penitentes." Continua neste estilo grandíloquo, com esta sublimidade de pensamento a traçar-nos a vida, e os trabalhos do santo, que fazia o objeto de seu discurso, e aproveita-se do feliz ensejo para reivindicar para as ordens monásticas a grande parte da obra da civilização moderna. O resumo, que bosquejou dos seus serviços é notável pela extraordinária cópia de verdades, que encerra em tão poucas palavras; e seus ouvintes ao retirarem-se do templo deveram ficar convencidos que os *monges e frades* não são uma excrescência, como muita gente pensa, mas que ao prestado relevantíssimos serviços, e que ainda hoje os podem prestar uma vez que se queira olhar com atenção para o que se passa no claustro, e dar-lhes o remédio, que se acha na sua mesma regra. Foi um verdadeiro triunfo para a Religião o elogio das instituições monásticas feito por um pregador tão simpático ao povo. É impossível que as suas palavras não tragam uma reação favorável em prol dessas casas religiosas, que foram outrora o asilo da sabedoria e da piedade.

O episódio, descreve-nos a glória do Imperador Carlos V, cujo braço vitorioso humilhava a arrogância do Bey de Tunis com a mesma facilidade com que desfazia em Muchlberg a liga dos príncipes alemães conspirados contra ele, sua abdicação e o seu retiro no convento de S. Justo, seu desprezo pelas grandezas do mundo, seu arrependimento pelos males que fez, ou deixou fazer, é um dos mais ricos trechos de eloqüência, que temos lidos: e o que torna-o ainda mais apreciável é a oportunidade com que foi introduzido em uma narração, em que parecia não ter ele lugar. Cada vez estamos mais convencido de que não há dificuldades, que não supere o gênio.

Não há quem gabe o riquíssimo painel da morte do santo, cujas tintas são de tal modo lúgubres que ao ouvi-lo julgamos presenciar os últimos instantes do grande penitente. O original acionado do orador tornava ainda a ilusão mais completa.

Vamos a peroração, que o nosso ilustre predecessor retido como nós pela promessa de não transcrever todo o sermão deixou incólume; mas que nós registaremos nas colunas do *Guanabara*, para que os nossos leitores, que não tiveram a aventura de ouvi-lo possam formar idéia do que perderam. Ei-la:

"Salve homem privilegiado! Salve, três vezes salve, herói preclaro e excelso!... Vinte e cinco anos são passados, que aqui mesmo, neste mesmo dia proclamei a inauguração de tua estátua, e dei a saber que a igreja te havia reconhecido por principal patrono do Brasil. Não me ilude quando preconizei teu acrisolado merecimento; não fui enganado quando acreditei que os brasileiros estavam bem resguardados com o teu eficaz patrocino. Vinte anos de ilusão e desvios;

vinte anos de dezares e calamidades quase esquecidas e dissipadas devem ter altamente comprovado que um poder invisível contra o qual em vão se desenfreiam os tufões os mais embravecidos, abriga e protege o Império Brasileiro. Todas essas quimeras de uma perfectibilidade social, que não é permitido possuir, todas essas utopias falazes, que ainda não aproveitaram a algum povo, esvaeceram-se para dar ocasião a melhoramentos aconselhados pela sabedoria, e reformas acreditadas pela circunspeção. Um Príncipe no vigor da mocidade prossegue avante à testa deste movimento acelerado que impele as nações para a sua prosperidade. Mais notável pelos dotes do seu coração do que pela transcendência de suas concepções, persiste com afinco no intento glorioso de levantar o seu país ao grau de importância, que lhe reservam seus destinos. Animando as artes, favorecendo as ciências, dando a instrução literária o desenvolvimento de que é suscetível, restaurando os costumes, sendo ele mesmo modelo de honestidade pública e doméstica, o Novo Augusto marcará uma época nos fatos do seu reinado; e mais distinto, mais admirável por ter arrancado seu povo de abjeção em que o deixaram o descuido e a indiferença dos seus antigos dominadores, ganhará para si um renome, uma consideração, que o estrondo das conquistas, e o brilho efêmero das armas não podem alcançar. Uma das esposas mais dedicadas de J. C. vossa discípula querida, Santa Teresa de Jesus, deixou-nos dito que o *Senhor* não rejeitaria alguma súplica apoiada na vossa mediação. Pois bem; eu me dirijo à vós mesmo, neste dia grandioso e memorável, eu vos suplico empenheis a vossa poderosa intervenção em favor do Imperador, em favor desta Nação briosa e magnânima, de quem vós sois o escudo, e um baluarte invencível e inexpugnável."

O que poderíamos dizer depois de ter transcrito este trecho da mais pura e cristã eloqüência? - Repetir o que Voltaire queria que se escrevesse no fim da tragédia - Athalia de Racine - *belo, sublime, admirável!*

Os gestos, a voz do orador davam ainda as suas palavras um encanto inexprimível; extático de prazer, e no arroubo do seu entusiasmo pelo grande homem a quem vota sincera e filial amizade, a análise do *Correio Mercantil*, escrevia a tal respeito este espirituoso conceito, que folgamos de copiar, concordando inteiramente com ele:

"Mas para se poder verdadeiramente compreender o mérito do discurso, de que copiamos algumas frases, era preciso ter-se ouvido os acentos da voz grave e triste do orador, o ter-se presenciado o arremesso do seu braço descarnado, o franzir da sua testa larga e pensativa. Mais do que nunca reconhecemos a verdade da resposta de Demóstenes, de que a ação é a parte essencial do orador: ou de que eloqüência de um discurso está, como diz Villemain, no gesto e na voz de quem o proferiu."

A imprensa tem sido unisoma (sic) em tributar homenagem ao exímio franciscano, e se por ventura ainda existe algum zoilo, a quem incomode tão público e universal testemunho, esconde-se estes nos antros da inveja para soltar seus latidos, quando o tempo tiver arrefecido o entusiasmo que ora se manifesta em toda a população fluminense, e seguramente em todo o Brasil, logo que as suas diversas partes chegar o eco de tão nobres e eloqüentes palavras. Frei Francisco de Mont'Alverne deve ter uma grande consolação, capaz para si só de compensá-lo das suas longas tribulações, vendo a geração atual juntar suas ovações à de seus predecessores na estrada da vida.

O Cônego Dr. Pinheiro.

“Visita aos cemitérios: recordações de viagem”. *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 10, 1855, t. II, p. 355-360.

VISITA AOS CEMITÉRIOS

Recordações de Viagem.

———

Hoje que a Religião convida seus filhos a depositarem uma lágrima sobre o túmulo dos que lhe foram caros; hoje que as galas, as pompas do mundo se trocam pelo crepe, quando todos os enganos e preocupações cessam perante a terrível realidade dos túmulos, coordenemos as nossas notas de viagem, e digamos duas palavras sobre os cemitérios, que tivemos ocasião de visitar durante a nossa curta peregrinação pela Europa.

Depois que a civilização moderna ensinou aos povos que não era conveniente que as casas consagradas à oração, e onde os fiéis iam sublimar seu espírito até Deus, servisse de receptáculo aos corpos destinados a serem presas da putrefação, foi estabelecido o erro dos cemitérios, que datam da mais remota antiguidade.

Foi Lisboa a primeira cidade da Europa, que visitamos, e assim começaremos pelo cemitério dos *Prazeres* o que tal respeito pretendemos dizer. É este cemitério de origem moderna pois só data de 1834; mas faz-se recomendável pelo seu pitoresco local donde se descobre toda a cidade, e pela riqueza de alguns túmulos e jazigos de família, entre os quais ocupa o primeiro lugar o do falecido Duque de Palmella, mandado erigir por seu filho. As ruas porém, apesar de largas e bordadas de ciprestes e salgueiros, são mal calçadas tornando incômodo o seu trajeto principalmente no inverno. Alguns epitáfios são de tocante simplicidade, outros porém revelam a vaidade companheira inseparável do homem até na estância da morte. Notamos todavia pouco gosto nos túmulos, provando o atraso que nas belas artes infelizmente existe em Portugal. Apenas dói faziam exceção desta regra, e fixavam a atenção dos viajantes; um, sobre que se via uma linda coluna quebrada parecendo obra do acaso mas sendo na realidade o emblema da vida de quem ali jazia, a quem semelhante [356] ao cedro do Líbano despedaçava o furacão da morte: o outro apresentava ao observador uma rosa desfolhada por baixo da qual se lia o seguinte sentencioso verso de Malherbe:

Elle a vecu ce qui vivent lês roses,
L’espace d’um matin.

Era o último asilo duma donzela de dezesseis anos.

Percorremos com grande rapidez as cidades de Espanha e Itália, que nos ficavam em caminho para Roma, alvo das nossas mais ardentes aspirações, não nos foi portanto possível consagrar algumas horas ao exame dos seus respectivos cemitérios, objeto, que aliás muito nos interessava por considerá-lo um dos meios pelos quais pode o estrangeiro avaliar da civlização dos países, que visita.

Os dois maiores cemitérios da cidade eterna, o de S. Sebastião e de S. Calixto, não tem aquela magnificência que se devera esperar do culto pelas artes, que tanto distingue seus

moradores; mas em compensação reina ali uma doce e suave melancolia própria a inspirar-nos sublimes pensamentos sobre o nada das grandezas humanas. A ausência de monumentos sepulcrais, que se observa é procedia do estilo romano de mandarem as famílias nobres e abastadas construir túmulos nas igrejas, a fim de neles serem recolhidos os ossos dos seus parentes, sendo o cemitério apenas um lugar de transição. Pensamos ser este uso muito piedoso, por colocar à sombra dos altares os restos daqueles a quem amamos em vida, resguardando-os das vistas profanas e de impertinentes visitas.

Existe em Roma um cemitério sumamente original que recomendamos àqueles dos nossos leitores, que se dirigirem a cidade dos Cezares e dos Papas, queremos falar do dos Capuchinhos do convento da Conceição. Desde a nossa chegada que ouvíamos com admiração falar dele a todos os patrícios, ali residentes, e aproveitando-nos da obsequiosa direção do estimável Sr. Rocha, nosso colega nos estudos teológicos, saímos da casa da nossa residência na *piazza Madama* e encaminhamo-nos para a *de'Termini*, onde se acha a igreja e o convento *della Concezione*. Nosso amável *sicerone*, a quem uma residência de cinco anos em Roma, tinha-lhe granjeado grande número de relações, perguntou na portaria por *fra. Felice*, e um respeitável ancião, cujos cães alvejavam sobre o seu hábito escuro de grossa estamenha, cingidos os seus rins com uma cintura de couro, e calcado com velhas sandálias apresentou-se com o sorriso nos lábios e sabendo que desejávamos ver o cemitério do seu convento prestou-se com a melhor boa vontade a servir-nos de guia.

[357] Seguindo seus passos atravessamos um longo corredor, ornado com grande número de retratos de santos, de cardeais e de homens eminentes oriundos desse austero instituto. Atravessando o coro da igreja descemos por uma escada estreita ao santuário dos mortos. Abriu-se a porta e um espetáculo para nós inteiramente novo revelou-se a nossos olhos. Vastos carneiros iluminados tinham por divisa uma cruz, e as paredes e teto eram *ornados* de ossos humanos. Dizemos ornados porque eles formavam na realidade grinaldas, florões e até lustres suspensos na abobada, dando a essa lúgubre habitação da morte o aspecto de ameno jardim. O âmbito das sepulturas era guarnecido de *tíbias* dispostos com simetria e formando de distância em distância nichos espaçosos espécies *loculi*, que se vêem nas catacumbas. Ali na atitude da oração ou do somo mostraram-se os mortos antigos e modernos, todos filhos do claustro, revestidos com o seu grosseiro burel e com o crucifixo na mão. À vista desses corpos escapados, ao menos em parte, à dissolução do túmulo vos penetra dum certo terror religioso, mitigado pela calma inalterável das fisionomias, que indica esperarem tranqüilos pelo grande dia da ressurreição dos mortos.

Aos olhos do mundo parece uma profanação essa disposição simétrica dos ossos; mas para o filósofo e principalmente para o cristão a espécie de familiaridade respeitosa com a morte é uma conseqüência da vitória que sobre ela alcançou. Assim o Religioso, que nos fazia as honras do cemitério mostrava-nos com santo júbilo a campa, que lhe estava destinada, e parecia ter pressa de juntar-se aos seus finados companheiros.

Uma residência de vinte dias em Nápoles permitiu-nos o visitar *il campo sancto nuovo*, que pela sua deliciosa situação pode ser considerado como o mais belo cemitério de toda a Europa. Nada há mais propício para tocar o coração do que esses lugares que reúnem à amenidade do sítio, à mais doce temperatura, o aspecto encantador da mais risonha e variada perspectiva. Compreende-se facilmente porque escolheram os Napolitanos tal sítio para a eterna habitação dos seus mortos. Quem religiosamente sentado sobre a base dum soberbo mausoléu lançar suas vistas em torno de si, verá túmulos em que só reina o frio da morte, e que inspiram

santas emoções misturadas de melancolia, como quando nos achamos junto aos altares; mas si ceder a necessidade de desviar suas vistas para mais livremente respirar, verá descortinar-se a seus pés o imenso jardim de Nápoles guarnecido todo o ano de eterna verdura: além o Vesúvio com a sua mágica cratera, e mais além a longa cadeia de montanhas, que fatigam os olhos ao contemplarem as formas caprichosas com que se vão perder num horizonte vaporoso à direita Nápoles que se denuncia pelo majestoso campanário dos Carmelitas, cuja soberba flecha não conhece rival; [358] enfim iriam suas vistas perder-se nesse poético golfo, que poder-se-ia tomar pelo palácio de Amphitrite, suas ilhas, pelas colunas, que o exornam e os reflexos luminosos das suas águas por outros tantos diamantes e pérolas, que o decoram. Os sentidos seduzidos por tantos esplendores não se despertariam da sua doce embriaguez senão pela lembrança de que eles eram as primícias de um mais feliz futuro, precursores da felicidade suprema.

No recinto do cemitério eleva-se um majestoso pórtico de forma retangular, sustentado por colunas, que abraçam cem capelas com seus hipogeus, assinadas as confrarias laicais da cidade. Estas confrarias são em número de cento e setenta e quatro, e um dos seus deveres essenciais é de acompanhar seus mortos ao cemitério; porque foi a caridade, que as instituiu. Todos os Napolitanos se filiam a essas pias associações, que lhes garantem médicos e medicamentos quando doentes, e funeral, desonerando as famílias do cumprimento de tão triste quão penoso ônus.

Perguntando quem era o autor da estátua colossal da Religião, que se eleva no meio do recinto, informaram-nos ser obra do cavalheiro *Tito Angelini*. O capuchino, que servia-nos de condutor, e a quem devemos as particularidades, que acabamos de narrar, disse-nos que esse esplêndido e suntuoso monumento fora inaugurado no mês de Setembro de 1845 por ocasião do 7.º congresso dos sábios italianos reunido em Nápoles. No adro do templo dividido por dois claustros está o local em que se sepultam os mendigos e as pessoas das classes ínfimas da sociedade.

Não longe dali vê-se um convento de forma gótica, que serve de habitação a doze capuchinhos destinados ao serviço espiritual do cemitério. Ao redor desses edifícios elevam-se outras igrejas com os seus hipogeus, pertencentes as outras ordens religiosas, e uma multidão de monumentos fúnebres de diferente forma e estilo, rodeados de jardins, cujas flores são cuidadosamente regadas pelos guardas do estabelecimento. A municipalidade assinou um lugar distinto para os túmulos dos homens de letras, ou para aqueles cidadãos, que se tornassem notáveis pelas suas virtudes e serviços prestados à pátria. Oxalá que entre nós houvesse idêntica instituição! Os grandes homens, semelhantes a ave fabulosa dos Egípcios, renascem das cinzas dos seus antecessores.

Il campo sancto de Pisa, que tivemos ocasião de admirar na nossa digressão à Toscana, é como sabem os leitores, obra do insigne arquiteto João de Pisa, começado em 1218 no estilo germanotoscano. Caía esta maravilha de arte em decadência quando Napoleão nomeou conservador ao veneziano Carlo Lasinio, a quem se deve a sua restauração. [359] É um vasto retângulo rodeado de pórticos com sessenta e duas arcadas de gosto semi-gótico. A terra, que cobre o campo santo foi transportada de Jerusalém em cinqüenta galeras da república, no tempo em que Pisa partilhava com Veneza e Gênova o cetro dos mares. Não faremos a descrição dos magníficos quadros e pinturas à fresco, que ornam seus muros; seria para isso necessário possuir conhecimentos especiais, que nos faltam.

Os baixo-relevos e os sarcófagos merecem também fixar a atenção do viajante, mas a grande quantidade de túmulos antigos, que são ao mesmo tempo pródigos de escultura, dão a este cemitério a aparência duma galeria, dum museu arqueológico; tudo ali recorda um tempo, já de nós muito distante, o último jazigo dos homens que fizeram a honra e a glória do seu país, e que se cobririam de pejo si se vissem ao lado daqueles, que o hão desdourado e entregue à dominação estrangeira. Assim *il campo sancto* deixou de ser o cemitério da geração atual, e *il campanite*, inclinando para o solo a sua altiva fronte pranteia a escravidão da pátria.

Passamos em Paris o dia de finados do ano de 1853; e acudindo a voz do dever e da curiosidade encaminhamos nossos passos para o cemitério do *Perè la Chaise*, o mais célebre dos quatro que possui a capital do império francês. Releva ter visitado a França para avaliar do caráter desse povo, o mais religioso, e ao mesmo tempo o mais libertino, que existe na Europa. Paris, a cidade dos prazeres, a Sibaris moderna, apresenta no dia de hoje o espetáculo o mais edificante, que imaginar se possa. Todas as ruas, que vão ter aos cemitérios estão apinhadas de homens, mulheres e crianças que na atitude a mais grave caminham silenciosos, e como que temerários que as suas vozes, e até o ruído dos seus passos possa interromper a série de meditações e de tristes lembranças a que se entregam. Pode-se dizer com verdade que habita em Paris a Religião dos mortos, e que este povo tão distraído sabe concentrar as suas idéias, e deixando neste dia o seu caráter jovial mostra-se meditabundo com os filhos da merencória Germânia.

Nessa infinidade de capelas, que se observam nas vastas alamedas do cemitério, nesses hipogeus, que encerram os restos dos que já foram mortais vereis coroas de *sempre-vivas* dispostas com grande simetria, e junto ao crucifixo, ante o qual ardem duas, ou mais tochas, a mãe chorando por seu filho, o marido por sua esposa, o amigo pelo seu amigo e levantando-se cheios de fé, crêem que Deus os reunira um dia na morada eterna.

Este recolhimento, este respeito para com os mortos, que seja dito em [360] honra sua, é comum aos franceses, que se descobrem sempre que encontram um saimento, absorvia totalmente a nossa atenção não nos permitindo o ler as inscrições e os epitáfios que ornavam alguns túmulos. Dois porém são de tal sorte notáveis que não podemos passar por eles sem consagrar alguns minutos a sua contemplação queremos falar da capela e túmulo de *Heloise e Abailard*, colocados logo à entrada, e o monumento ereto à memória do famoso orador Casimir Périer.

O serviço religioso desta célebre necrópolis é feito com a maior regularidade, e o atual Sr. Arcebispo de Paris acaba de dar-lhe um regulamento, que poderia com grande vantagem ser aplicado aos estabelecimentos que nesses gêneros possuímos.

Não nos ocuparemos com os cemitérios de *Mont-martre*, *Mont-Parnasse e de Pícpus*, que por serem de menor importância não visitamos.

Praza a Deus que os cemitérios do Rio de Janeiro possam também um dia chamar a atenção do viajante que visitar nossa plagas, senão pelo esplendor dos seus moimentos, ao menos pela ordem que neles reinar, e pela veneração consagrada às cinzas dos mortos.

Rio, 2 de Novembro de 1854.

O Cônego Dr. *Pinheiro*.

“Imperial visita ao Instituto dos Meninos Cegos”. *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 10, 1854, t. II, p. 380-381.

IMPERIAL VISITA AO INSTITUTO DOS MENINOS CEGOS

———————

No dia 3 de novembro próximo passado, dignou-se S. M. o Imperador de visitar o *Instituto dos Meninos Cegos*, que já fora honrado com sua Augusta Presença no dia da inauguração. Às onze horas, anunciada a sua chegada, desceram ao portão os Srs.: Diretor, Professor de Primeiras Letras, e o Capelão, para terem a honra de o receber, S. M. dirigiu-se imediatamente à classe de instrução primária a cargo do Sr. Dr. Pedro d’Almeida, e ali com a mais paternal solicitude assistiu à lição de leitura e escrita dos jovens cegos, reconhecendo os progressos que tem feito pelo sistema dos pontos, vantajosamente adotado no estabelecimento, de preferência ao do relevo.

Seguiu-se a instrução religiosa, na qual pouco adiantamento mostraram os alunos, não só em razão do limitado tempo que tinham de exercício (menos de dois meses), como pelo natural acanhamento de falarem perante um Soberano. Temos notado que lhes é muito mais difícil compreender o sentido das palavras, do que de decorar páginas inteiras do catecismo: preferimos porém o primeiro método, embora talvez mais moroso.

Dirigindo-se depois o Imperador à classe das meninas, visitou na passagem a sala do refeitório, vasta e arejada, e a biblioteca, deixada pelo falecido Azevedo, cuja prematura morte deploram a Pátria e as letras, dignando-se o mesmo Augusto Senhor de examinar com escrupulosa atenção algumas obras, e mostrando-se satisfeito com a aquisição desse núcleo de futura riqueza literária dos cegos. A rouparia e a cozinha mereceram também as honras de uma visita, inquirindo S. M. do Sr. Diretor as horas em que se distribuía o serviço do Instituto.

Pareceu-nos estar contente pelo asseio e ordem que reinam em todo o estabelecimento, graças à inteligência e zelo do ilustrado Sr. Dr. Sigaud. Chegando à aula de meninas, dirigida por Mlle. Adélia Sigaud, serviu-se de permitir que dessem as alunas suas lições, nas quais revelaram ainda mais do que os meninos a emoção de que se achavam possuídas pela honra que acabava de fazer-lhes o nosso excelso Monarca. Mlle. Adélia deve consolar-se conosco do *fiasco* que fizeram suas discípulas, ficando certa que todos que tiverem a ventura de conhecê-la, farão justiça aos seus conhecimentos e desvelos verdadeiramente maternais.

[381] Voltou depois S. M. à classe de primeiras letras, onde o Sr. Ledi, professor de música, aguardava as suas ordens para mostrar-lhe o que tinham aprendido os seus alunos no pouco tempo que os leciona. Dois meninos foram ao piano e tocaram a escala, perturbando-se ainda numa matéria para que mostram tanta inclinação, e na qual tem tido incontestável adiantamento.

Passando ao salão, onde ouviu um cântico que ora aprendem os meninos, retirou-se S. M. com as mesmas formalidades com que fora recebido, levando a sua bondade a ponto de conceder ao nosso estabelecimento hora e meia, animando com a sua Imperial Visita professores e

discípulos, aqueles a secundarem as suas sábias e piedosas intenções, e a estes para trabalharem com mais ardor, a fim de se tornarem dignos da proteção que tão generosamente lhes outorga.

O dia 3 de novembro veio juntar-se ao de 19 de setembro, e marcará, com bem pequeno intervalo, duas épocas, que jamais poderão ser apagadas da memória dos jovens cegos, e da daqueles que, como nós, têm a nobre missão de servir-lhes de guias.

Ao terminar estas toscas linhas, faremos uma reflexão. Quando lemos o regulamento anexo ao decreto de 12 de setembro, fixando em trinta o número de alunos de ambos os sexos que deve admitir o estabelecimento, cremos piamente que o governo seria em breve obrigado a elevar esse número, tão engrandeceria a afluência dos que aspirassem ver seus filhos ou pupilos, arrancados à ignorância, e restituídos à vida intelectual. Contra a nossa expectação, poucos alunos tem entrado para o estabelecimento, e se fosse ele uma instituição particular, teria de fechar as suas portas por falta de meios com que se pudesse manter. Infelizmente existe na nossa terra o hábito de combater todas as idéias de progresso, não com argumentos, mas com um poder hoje reconhecido de grande valor, queremos falar da *inércia*.

Em um dos próximos números consagraremos um artigo ao Instituto dos Meninos Cegos, em que procuraremos responder às objeções que contra ele temos ouvido fazer.

O Cônego Dr. *Pinheiro*

"Da literatura italiana". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 11, 1855, t. II, p. 387-392.

DA LITERATURA ITALIANA

———

Já em um dos últimos números desta revista chamamos a atenção dos leitores sobre o estudo da língua italiana, e saudamos os primeiros assomos da feliz reação, que se notava em seu favor: diremos agora duas palavras sobre a literatura.

A França, a Inglaterra e a Alemanha estão incontestavelmente mais adiantadas do que a Itália, pelo que diz respeito à indústria, e diremos mesmos nas ciências posto que esta última região possua ainda grandes capacidades. A medicina muito deve a Giacomini, e a Rasori; o Heródoto moderno, Cesare Cantu, viu a luz na Lombardia; o Piemonte lamenta a morte de um grande filósofo, de um homem digno de ser contemporâneo de Bacon a Descartes, numa palavra, do ilustre abade Gioberti; o sábio Vico estuda no seu observatório do Colégio Romano o curso das estrelas, e indica aos astrônomos da Europa a marcha que devem seguir, em quanto o infatigável Marchi desce as catacumbas de Roma e revela ao mundo os mais recônditos mistérios da ciência arqueológica.

Apesar das suas desgraças, do seu longo e glorioso martírio, a Itália conserva o domínio das artes: as tradições de Buonaroti e Canova ainda se conservam, ainda as suas estátuas tem o cunho da superioridade que em todos os tempos distinguiu a arte italiana. Roma, Florença, Nápoles e Veneza apresentam em suas galerias quadros de modernos pintores dignos dos belos tempos de Rafael e Tiziano. Vê-se na Itália o que não se observa em parte alguma o amor entusiasta, diremos quase, o culto do belo professado pelas classes as menos ilustradas da sociedade. Identifica-se o povo com a glória dos seus artistas, e o Florentino diz cheio de orgulho - *il nostro Michel Ângelo*- as esplêndidas galerias do Louvre, du Luxembourg e de Versailles não arrancam a admiração do viajante que chega da Itália. Horácio Vernet e Delacroix são grandes pintores: seus quadros porém não possuem aquele doce colorido, aquela delicadeza de contornos com que tanto simpatizamos nas produções da escola italiana. Pode Mayerbeer compor sublimes *partituras*, que os diletante sempre lhe anteporão Rossini e Donizzetti.

Quem ousará disputar com a Itália o cetro da literatura? Que povo conta como ela tão grande número de exímios poetas e distintos prosadores? Desde o século um décimo, em que a mais bela e sonora língua da moderna Europa saiu das faixas infantis, sobre a proteção de Henrique II, não tem cessado um só instante de contar grande cópia de homens doutos, que lhe hão consagrado os dourados frutos do seu talento.

Quando o denso nevoeiro da ignorância envolvia o mundo, no meio do estridor das armas, quando não se ouvia falar senão nas eterna dissensões (sic)dos *guelfos e gibelinos*, um ilustre Florentino concebia e executava um poema original, fazendo dele uma arma de vingança e expondo a execração da posterioridade aqueles, que o obrigavam a errar de cidade em cidade. A

Divina *Comédia* é um poema sem modelo; Dante não imitou a ninguém; por isso no nosso humilde entender é esta a primeira epopéia depois da Ilíada de Homero. Quanta glória não cabe ao famoso *Sibilino* se nos recordamos que ele teve de criar uma língua para nela escrever o seu magnifico poema?! O italiano dessa época era um latim abastardado, falado unicamente pelo povo: Dante enobreceu-o com os seus cantos imortais; e desde então inscreveu-se na matrícula das línguas sábias.

Petrarca com as suas rimas e sonetos contribuiu poderosamente para o progresso do seu idioma, e posto que ele prezasse mais o latim, como sendo a língua dos doutos, nele escrevendo o seu poema da África, não lhe granjeou este tão grande nomeada como essas poesias fugitivas dedicadas a Madona Laura, e que muito longe estava de esperar que merecessem as honras de uma menção honrosa da posterioridade.

A prosa saiu das mãos de Boccacio, como Minerva da cabeça de Júpiter, e *il Decamerone* é um vasto repertório de romances acomodados ao gosto do tempo, onde se nota muito espírito, grande conhecimento do coração humano, sendo unicamente para lastimar que o autor não respeitasse sempre as raias da decência. Suas descrições são sumamente bela, e a da peste, que em 1348 assolou Florença, pode suportar com vantagem a paralelo que dela se fez com a Atenas, narrada por Tucidides na sua *Guerra do Peloponeso*.

Ângelo Policiano e Pico della Mirandola são precursores do grande século de Leão X, astros brilhantes que sulcaram o céu das letras numa noite serena que devera ser seguida de um majestoso dia. Policiano lançou os alicerces do teatro italiano escrevendo o seu *Orfeu*, e Pico della Mirandolla despertou o gosto pelos estudos sérios e profundos, fazendo pasmar os seus contemporâneos pela sua maravilhosa erudição.

O acontecimento que mais nos surpreende no século XVI, é a aparição nele de duas epopéias de subiu valor: o *Orlando Furioso* de Ariosto, e a *Jerusalém Liberata* de Tasso. Grande devera se por sem dúvida o desenvolvimento intelectual da Itália, para que tão pequeno intervalo mediasse entre cada uma dessa obras de tão colossais proporções (sic). O *Orlando* é um poema cavalheiresco, cujo assunto tirado da crônica de Turpin, inspira pouco interesse pela sua demasiada inverosimilhança; mas cuja leitura atrai-nos insensivelmente pelas brilhantes imagens que nele lemos, e sobretudo pela perfeição com que é traçado o caráter de seus personagens. Ai todos tem uma fisionomia variada e conveniente ao papel, que devem representar: Orlando, Rogério, Rinaldo, Astolfo, Rodomonte, Madricardo, Bradimarte e outros, são sempre pintados com cores adequadas ao seu caráter. A *Jerusalém* de Tasso pelo contrário causa o maior interesse pelo seu objeto. O poeta propôs-se a cantar as heróicas ações desses varões, que se imortalizaram nesse pleito glorioso entre a cruz e o crescente, nessa luta de gigantes entre duas raças cheias de fé nas suas crenças religiosas. O plano era vastíssimo; Tasso porém limitou-o a primeira cruzada: tomou por protagonista a Godofredo, e terminou a ação do seu poema quando viu a cruz arvorada sobre a torre de David. O caráter das personagens é igualmente bem sustentado: Reinaldo é mais interessante do que o Achilles de Romero: posto que mais apaixonado, e todavia menos impetuoso e iracundo. Na *Jerusalém* as batalhas não são monótonas como na *Ilíada,* e os seus episódios muito mais variados e amenos.

A poesia bucólica teve seu representante na literatura italiana, na pessoa do famoso Sanazaro, que na sua *Arcádia* soube guardar o justo meio entre Theocrito e Virgílio, corrigindo um pelo outro. Seus versos são de grande suavidade, e pena é que adotasse a rima esdrúxula, meto assaz difícil, e pouco em harmonia com a índole do idioma italiano. Não sabemos porque a

inovação por ele iniciada da combinação do verso com a prosa no gênero pastoril, que nos parece de grande utilidade, teve tão poucos imitadores.

Se Bocacio teve a glória de ser chamado *il padre della prosa italiana,* estava reservada a Macchiavelli, também Florentino, a de ilustrá-la por seus escritos, e principalmente pelos importantíssimos trabalhos que lhe foram inspirados pela musa da história. Os seus "*Discorsi sulle Deche*" de Tito Livio revelaram os profundos conhecimentos, que havia adquirido na história romana, e combina com arte o flórido estilo do seu modelo, com a grave simplicidade de Tácito. As suas *Storie Fiorentine* tornam-se notáveis, não só pela imparcialidade com que são escritas, como pelo aticismo da linguagem. O *libro del príncipe* deste mesmo autor, que tão má reputação lhe granjeou por não ter sido bem compreendido, é antes uma sátira a conduta dos pequenos tiranos que em seu tempo oprimiam a Itália, tornando-se verdadeiros flagelos dos povos, do que regras de política dadas com todo o sangue frio do dogmatismo. O secretário da república de Florença não podia de boa fé dar lições aos pequenos príncipes do seu país para abusarem do seu poder vexando seus súditos.

Os estudos históricos tem ocupado a muitos escritores italianos, podendo-se colocar a frente deles Guicciardini pela maneira franca e leal com que narrou-nos os acontecimentos do seu país, prodigalizando elogios a quem deles se tornava credor e censuras aos que mereciam-nas. Seu estilo é simples como convém ao Tácito italiano. Omitiremos os nomes de Paolo Giovio. Fra Paolo Sarpi, Davila bota e outros para não falar senão de Cesare Cantu, cuja História Universal mereceu ser traduzida em todas as línguas da Europa.

O melodrama, essa graciosa composição poética, deveu a Metastasio tão grande lustre, que não pode ser depois imitado. É impossível ler suas óperas sem sentir-se penetrado de um sentimento de amor e veneração para com o ilustre poeta, cujo berço Roma ufana-se de ter possuído. Supriu pela suavidade o que lhe faltava em energia: seus heróis são adamados; mas o enredo do drama não deixa por isso de ser interessante.

A tragédia nas mãos de Maffei e sobretudo nas de Alfieri adquiriu uma importância, que até então não gozava na Itália, país onde se prefere o belo ao sublime, onde as fortes emoções incomodam aos que estão habituados a contemplar uma natureza sempre calma e formosa. A *Merope* de Maffei é uma tragédia clássica (sic), no rigor da palavra, e para cuja confecção foram com proveito consultados os bons autores gregos e latinos. Alfieri porém estreou nova senda, transplantou para além dos montes o gosto da escola de Corneille e Racine, e fez aplaudir pelos seus compatriotas o que tinha causado a admiração do povo o mais espirituoso do mundo. Verdadeiro apóstolo do heroísmo, assim como Metastasio é o do amor, teve necessidade de empregar grande talento para exprimir as paixões violentas em uma língua, que depois de Dante tinha perdido o uso da energia varonil. No nosso fraco entender o italiano é devedor a Alfieri da força que hoje nota-se nos escritos de alguns dos seus literatos, e é ele o verdadeiro restaurador da língua dos heróis. O célebre Monti prosseguiu na encetada empresa e ilustrou a nova escola trágica, e com brilhantes produções do seu engenho, entre as quais se distingue o *Aristodemo,* onde a vivacidade e valentia de Shakespeare foram transmigradas para a cena italiana.

O que os famosos poetas que acima citamos faziam em favor da tragédia, Goldoni encarregava-se de operar em proveito da comédia, assim pode ser ele considerado como o reformador do palco, cômico elevando-o a tal perfeição, que não teme hoje a concorrência com o que de melhor possuem as outras literatura.

Longe iríamos se quiséssemos fazer o inventário de todas as riquezas que possuem a literatura italiana; bastar-nos-á dizer que não conhecemos nenhuma fecunda. Para não falar senão da poesia elegíaca, citaremos Hugo Foscolo, que no seu *Carme dei Sepolcri* revelou grandes e profundas luzes filosóficas, reunidas a extrema facilidade de verificar: não desmerecendo do conceito, que lhe souberam granjear as suas cartas de *Jacopo Ortis* , onde mostrou-se digno rival de Goethe, no seu Werther, tão justamente célebre.

Terminando este mal traçado esboço da literatura italiana, mencionaremos ainda um gênero novo em que muito se tem distinguido alguns dos seus modernos escritores; referimo-nos ao romance histórico. Todos sabem que foi Walter Scott que o popularizou na Europa, sendo seguido por grande número de adeptos. Coube a Manzoni a glória de naturalisá-lo no seu país, e ninguém ignora quão bem aceito foi o seu romance "*I Promessi Sposi*". Ninguém melhor do que ele soube aliar o *utile dulci* , instruindo e deleitando ao mesmo tempo aos seus leitores. Tomas Grossi no seu *Marco Visconti* , Cesare Cantu em *Margherita de Pusterla* , Rosini na *Monaca de Monza*, Guerrazzi na *Battaglia di Benevento*, e na *Assedio di Firenze*, mostraram-se dignos continuadores da obra de tão preclaro mestre.

Em desempenho da nossa palavra, consagramos estas linhas a literatura italiana, tendo unicamente em vista despertar o gosto dos nossos talentosos patrícios para que lhe consagrem alguns dos seus lazeres, certos de que por muito bem pagos se darão do pouco tempo que consagrarem ao estudo de uma língua, que tanta afinidade tem com a nossa. Um jardim mais rico do que o das Hisperides ser-lhes-á franqueado em prêmio de algumas horas de estudo.

Foi com verdadeiro prazer que vimos no regulamento de 17 de fevereiro do ano passado consignada a idéia da criação no Imperial Colégio de Pedro Segundo de mais uma cadeira de uma das línguas do meio-dia da Europa; e como cremos que a espanhola não terá a menor pretensão de entrar em competência com a língua italiana, desde já felicitamos o governo por ter aberto ao idioma de Dante e de Tasso as portas do santuário das belas letras no Brasil.

(Cônego Pinheiro)

"Instituto Histórico e Geográfico do Brasil". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 11, 1855, t. II, p. 393-394.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL

———————

Celebrou esta útil associação, no dia 15 de dezembro passado a sua 16ª sessão aniversaria com assistência de SS.MM., e de um numeroso concurso de pessoas distintas, que costuma abrilhantar com suas presenças as festividades literárias, que se celebram no nosso país, entre as quais permita-se nos que digamos, que as do Instituto ocupam o primeiro lugar.

As cinco e meia horas anunciando-se a chegada dos seus Augustos Protetores desceu o Instituto representado nas pessoas dos membros presentes a recebê-los e voltando à sala das sessões começou o ato para que tinha sido convocado. O Exm. Sr. Visconde de Sapucaby, ocupando a cadeira da presidência, abriu a sessão lendo um pequeno mas eloqüente discurso relativo à solenidade do dia. Seguiu-se o relatório dos trabalhos da associação durante o ano, que acabava de passar-se, lido pelo Sr. Dr. J.M. de Macedo, seu digníssimo primeiro secretário. Os que tem a fortuna de conhecer de perto este ilustre literato sabem que é ele um tesouro de erudição, realçado pelas graças e doçuras de um estilo ameno e suave. O trabalho por S.S. apresentado nesse dia é de grande e subido valor; teve o talento de dizer coisas velhas de modo novo: superou como que insensivelmente as dificuldades da árdua empresa que lhe fora confiada do modo o mais satisfatório. Por espaço de quase duas horas em que ocupou a atenção do auditório, com tão importante leitura soube tornar-se cada vez mais interessante, e quando na peroração saudou os progressos do Brasil, no reinado do seu Segundo Imperador, e vaticinou-lhe o mais brilhante futuro, foi então verdadeiramente sublime de entusiasmo e de patriotismo!

O Instituto ouviu depois aos seu orador. Nada diremos do Sr. Manoel de Araújo Porto - Alegre, cujo único nome importa o seu elogio: além de que poderíamos ser averbado de suspeito, por votarmos ao exímio vate reconhecida e filial amizade: tem sido nosso pai intelectual, nosso guia nas letras. O trabalho de S.S., apesar de confeccionado durante uma crise de padecimento físicos, esteve igual aos demais anos: e o Sr. José Clemente Pereira achou nele um biógrafo na altura do seu grande e simpático nome.

Coube ao Sr. Dr. Capanema a honra de tecer o elogio do sábio Augusto de St. Hilaire, do sincero amigo do Brasil, do homem que nos fez conhecidos na Europa, confundindo as calúnias que contra nós dirigem ignorantes, ou malévolos viajantes. Revela o elogio do nossa ilustre consócio o imenso conhecimento que em tão verdes anos já tem adquirido da ciências naturais; e ninguém por certo seria mais digno do que ele de expor à veneração pública os serviços prestados pelo benemérito naturalista francês: estamos no caso de dizer

Poetas por poetas sejam lidos
Poetas por poetas entendidos.

Uma banda de música, colocada na sala imediata, tocava escolhidas peças nos intervalos, e, depois de ter o Sr. Dr. Paula Menezes, na qualidade de 2º Secretário, feito a leitura dos prêmios que S. M. I. e o Instituto prometiam aos que melhor desenvolvessem os programas dados, o hino nacional fez-se ouvir e com ele finalizou a festa anual das letras pátrias.

O país, cujo Monarca, como o Sr. D. Pedro Segundo, anima as letras, recebendo-as em seu palácio, assistindo as suas justas, aos seus torneios, consagrando-lhes as poucas horas que a gestão dos públicos negócios lhe deixam livres, deve ser certamente um grande e venturoso país! Também nós na nossa humildade te saudamos, o aurífero brasileiro império! também te auguramos épicos destinos, também vemos no teu Imperador o novo Pedro, Eremita, de uma nova cruzada civilizadora! Possa o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a quem tanto devemos, pela benevolência com que nos franqueou as suas portas, inscrevendo o nosso obscuro nome no seu livro de ouro, enobrecido pelo de tantos sábios, contar muitos dias semelhantes a esse de que acabamos de escrever a história!

O Cônego Dr. Pinheiro.

"Retrospecto literário". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 12, 1855, t. II, p. 429-431.

RETROSPECTO LITERÁRIO.

———

Que influência teve o ano de 1854 no progresso das letras pátrias? Apressemo-nos em responder rapidamente a esta pergunta que nos farão os leitores do *Guanabara*.

Se consideramos que atravessamos uma época de transição, diremos que ano que acaba de findar da esterilidade literária. Algumas produções apareceram de súbito valor, entre estas forças é distinguir as *Obras Oratórias* do Padre Mestre Mont'Alverne e a *Eneida Brasileira* do Sr. Odorico Mendes, das quais já fizemos menção nas nossas colunas.

O jornalismo literário continuou a preencher a sua árdua tarefa através de dificuldades quase insuperáveis: lutando com o indiferentismo da população, que em grande parte preocupa com os interesses políticos e materiais, pouco ou nenhum auxílio presta às empresas literárias. A tísica financeira ameaça a existência de muitas destas publicações vendo outras seus dias em perigo pela carência de matéria com que possam encher suas páginas. Ninguém vive entre nós de ser homem de letras: todos tem suas ocupações com que granjeiam o pão cotidiano: deixando-lhe estas muito poucas lazeres para se entregarem às lucubrações literárias (sic). A acumulação de empregos indispensável entre nós em razão dos nossos mesquinhos ordenados absorve-nos o tempo que poderíamos dedicar ao estudo, e daí a esterilidade de algumas penas que poderiam aliás ser tão fecunda. Dê-se aos cultores das letras meios de honesta e folgada subsistência e torne-os depois responsáveis pelo tempo que tiverem desperdiçado. Assinalando estas causas do deperecimento dos nossos jornais científicos e literárias, folgamos em declarar que o *Guanabara* tem-se felizmente subtraído à perniciosa influência da primeira, graças a uma Alta e Generosa Proteção; seguindo a sorte dos mais, quanto à segunda, pela força indicinável (sic) das circunstâncias. Temos sido poderosamente auxiliado pela nossa aristocracia literária, mas os tipos são avaros; pedem originais e mais originais; e a redação em chefe entregue às nossas inexperientes e débeis mãos, vê-se em grandes embaraços sempre que assoma no horizonte o primeiro de cada mês. Ladeado pelos nossos dignos colegas, não desanimaremos; como filho do progresso temos fé no futuro e para ele apelamos com resignação e confiança.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a frente de todas as associações literárias, prosseguiu em sua marcha civilizadora; à sombra do cetro imperial cresce e prospera esta mimosa planta transmigrada para os jardins da América. Suas sessões foram celebradas com admirável repartida desse foco difundiu-se por toda a periferia do império. Em todas as capitais onde existiam faculdade de direito ou de medicina formaram-se associações, que como nos anos anteriores deveriam ter passageira existência, nascidas do entusiasmo não deveriam ter passageira existência, nascidas do entusiasmo não podiam ter longa duração; fecundaram porém o solo confiando-lhe o gérmen de novas idéias. Semelhantes ao perilampo, interrompem a escuridão da noite e servem de guia ao viajante transviado por nossas defesas. O *Ginásio brasileiro* nesta

corte, e o *Ensaio Filosófico e Ateneu Paulistanos* formam uma brilhante exceção, e provam que um grande pensamento presidiria a sua organização. Vegetam por ora na obscuridade; mas vivem, e com isto prestam um verdadeiro e assinalado serviço ao país. Duas vezes se reuniram as nossas sumidades literárias e duas associações se foram, a Sociedade de Estatística e a Colombiana. Passam seus desejos ser preenchidos.

Todos os dias lemos nas folhas diárias brilhantes artigos devidos à pena da nossa esperançosa mocidade e lamentamos que tanto talento, tanta erudição, se percam condenados ao esquecimento e absorvidos pelo grande turbilhão dos interesse matérias. Porque não funda a nossa mocidade um jornal literário, ou colabora para os já existentes? - porque deseja que seus artigos sejam lidos; e as nossas revistas científicas e literárias pouca ou nenhuma circulação tem. E não haverá meio de remediar este mal? Pensamos que sim: e consiste este em reunir nossos esforços em favor de um só jornal: fazê-lo chegar às mãos do povo por uma módica assinatura, ou ainda distribuindo gratuitamente por todos aqueles que mostrarem interesse pelo progresso nacional. Cremos não irrogar (sic) ofensa a quem quer que seja asseverando que nenhum jornal, ou revista, está nas condições da nossa para realizar esse *desideratum*. O *Guanabara* pois faz um novo apelo aos nosso literatos; pede o tributo de todas as inteligências, e está convencido que pode representar no Brasil o papel da *Revista dos dois Mundos*, se for auxiliado pelos que poder tem para isso.

É tempo de libertarmo-nos do jugo de velhos preconceitos que consideravam o literato e poeta como homens inúteis à sociedade, sejam estes estimados pelo povo assim como são honrados pelo Monarca e os bons livros aparecerão, os jornais terão suculentos artigos e as sociedades literárias terão concorridas suas sessões. Os veteranos da imprensa cansados por tantas lutas que gloriosamente sustentaram, e curvados pelo peso dos louros, almejam por descanso; e chamam novos combates, que venham ocupar nas trincheiras o lugar que ocupam: cumpre-nos acudir a seu chamado, militar debaixo de suas ordens, e sem aspirar o bastão de marchais, tomar o fuzil do simples soldados. Socorram-nos eles com seus conselhos em troca do ardor com que serviremos a boa causa.

Avante! Avante! Olhemos para a coroa do Senhor D. Pedro Segundo, como os soldados de Henrique IV para o seu penacho branco; lembremo-nos que seu reinado deve ser para nós o que de Leão X e de Luiz XIV foram para os italianos e franceses; façamos tudo por um príncipe que, mais que nenhum outro, é digno das homenagens do seu povo.

O Cônego Dr. Pinheiro.

“Roma subterrânea”. *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 11, 1855, t. II, p. 432-435.

ROMA SUBTERRÂNEA

Recordações de Viagem.

———

Três coisas mais que todas atraem a atenção do peregrino que visita a cidade dos Cônsules, dos Cezares e dos Papas – S. Pedro, o Coliseu e as Catacumbas. – Depois de ter admirado na maior basílica cristã o gênio de Buonarotti; contemplado nas ruínas do Coliseu a majestade do povo rei, descemos à cidade dos mártires para robustecer a nossa fé adorando as relíquias dos heróis da Igreja.

Era o último dia do mês de Abril do ano de 1853, uma bela tarde da primavera; o sol descambando para o acaso brilhava nesse céu de safiras, que inspirou a Tasso e a Ariosto, e imortalizou o pincel de Rafael e de Tiziano. O zéfiro brincava com as folhas das árvores; o ar estava tépido e perfumado; e sentíamo-nos felizes por viver em tão belo clima, sob tão doce temperatura. Acabavam de soar três horas na torre da Universidade quando saímos da nossa casa na *Piazza-Madama* com direção à igreja de S. Sebastião.

Este templo de modesta aparência é todavia muito tolerável pela sua antiguidade, merecendo ser colocado no número das basílicas de Roma. O corpo do santo titular acha-se colocado debaixo do altar-mor e sobre o túmulo vê-se a sua imagem de mármore traspassada por setas de prata. Ajoelhando junto a *Platônia* fazíamos oração nesse lugar, onde por algum tempo repousaram os corpos dos Santos – Apóstolos Pedro e Paulo, quando a voz do Religioso Franciscano nos veio interromper chamando – *Signori alte-catacombe*. Distribuindo depois por nós e por nossos companheiros pequenos achortes, encaminhou-se para a porta lateral em cujo alto lia-se a seguinte inscrição:

Hoc este eaemiterium Calixti
Papae et martyris.

[433] A prezada porta gemeu os seus gonzos e nós descemos ao subterrâneo da igreja de S. Sebastião.

Acreditai, benignos leitores, que é um espetáculo verdadeiramente majestoso o contemplar esse imenso labirinto formado por inumeráveis galerias que se escoam em *zig-zags*. À direita e à esquerda só se encontram túmulos superpostos uns aos outros, túmulos de mártires de todos os sexos, climas e condições; mas túmulos vazios. A igreja militante expôs seus restos mortais à veneração dos fiéis, para que suas virtudes servissem de estímulos a novas virtudes. Guardados em suntuosos templos sobre aras rutilantes de ouro e de preciosas gemas esperam no meio das homenagens do Universo o dia da ressurreição geral para ocuparem na triunfante Igreja o lugar que pelo Senhor lhes for assinalado.

À proporção que penetrávamos nessa sombria estância da morte encontrávamos escavações de diversos tamanhos, praticadas no flanco das galerias. Câmaras, *cubicula*, grutas, *cripta*, praças*, ara*, tais são os nomes dados a esses lugares duplamente célebres pela sua forma e destino. Digamos duas palavras acerca dos *cubicula*.

Figurai-vos uma pequena câmara de alguns pés de circunferência e de forma irregular, representando quase sempre o interior duma capela. O fundo é ocupado pelo tumulo de algum mártir um pouco elevado e posto em um nicho. A parte superior do túmulo constitui uma mesa sobre a qual se podem com facilidade celebrar os sagrados mistérios. Nas paredes laterais do *cubiculum* estão colocados horizontalmente dois ou três *loculi*. Prestai a todos estas partes a cor escura devida à ação dos séculos e tereis uma idéia aproximada dos *cubicula*. Algumas vezes o *cubiculum* comunica-se com a superfície do solo por uma pequena abertura, e então chama-se *cubiculum clarum* (câmara esclarecida). Essas pequenas aberturas, *luminária*, serviam para dar passagem ao ar e à luz; e pensam alguns autores serem também destinadas à descida dos víveres quando as perseguições tornavam difíceis a sua entrada pelas portas ordinárias. Reuniam-se os primeiros cristãos nessas pequenas capelas, aí celebravam suas assembléias religiosas, e tal era o respeito que lhes votavam uma classe especial de levitas foi incumbida da sua guarda com o nome de *cubicularii*.

É também digna de singular menção a pequena praça, *ara*, onde S. Filippe Néri passou dez anos da sua vida, orando, qual outro Moisés, em prol dessa mesma Igreja contra a qual tão rudes golpes descarregava a impiedade de Lutero e Calvino.

Percorrendo as criptas de S. Calixto líamos a fraca luz do nosso archote [434] as mais brilhantes páginas da história do Cristianismo. Ali cada pedra era uma testemunha eloqüente: umas tinham visto venerandos pontífices foragidos consagrar seus sucessores no episcopado e no martírio, outras se haviam enternecido contemplando essas pudibundas virgens, esses tenros meninos, que fugindo às perseguições do mundo vinham buscar um asilo junto aos túmulos de seus pais na fé. Cada galeria, cada gruta, cada *cubiculum* repete um episódio da grande tribulação o nome de um herói, um uso sagrado, um fato memorável dessa época para sempre célebre. Longo seria repetir aqui esta história contada por mil ecos das catacumbas.

Qual é a origem dessa vasta necrópolis, subdividida em cinqüenta cemitérios, abrangendo toda a extensão da cidade eterna? Segundo a opinião do sábio arqueológico, P. Marchi, são as catacumbas de origem inteiramente cristã, e funda-se no silêncio que a respeito de tão grande maravilha guardam os historiadores de antiga Roma. Com efeito, que leu a minuciosa descrição que fazem Tito Lívio, Suetônio, Tácito e Plínio dos circos, dos teatros, dos aquedutos de que se ensoberbecia a senhora do mundo, não pode deixar de concordar com o douto jesuíta, que a sua omissão foi procedida de desconhecerem a existência desses momentos da piedade de nossos maiores. Além disso, se as catacumbas fossem obra dos pagãos, as inscrições supririam o silêncio da história e dariam ao menos algum testemunho da sua origem; e todavia nada disso existe. Em milhares de túmulos até hoje descobertos não se tem encontrado uma só inscrição, cuja data seja anterior à era cristã.

Como porém puderam os cristãos perseguidos construir tão maravilhosa obra? Sabem os nossos leitores que os Romanos serviam-se para as suas admiráveis edificações duma espécie de barro conhecido hoje pelo nome de *pouzzolana*, e que os lugares donde ele era extraído chamavam-se *latomias*, ou *arenarios*. Ora, essas escavações feitas ao longo das vias militares, abundavam na campanha romana, e nada é mais natural do que supor-se que os primeiros fiéis,

para se subtraírem à cólera dos seus algozes, procurassem um refúgio nesses subterrâneos; mas que não tendo eles capacidade para conterem tão grande multidão, se vissem forçados a continuar as escavações aproveitando-se da natureza favorável do terreno. Assim pensa o sábio Boldetti, cujo juízo nos parece em tal matéria de súbito valor.

Roma olha para as relíquias dos mártires como para um precioso legado: desvela-se em guardá-las preciosamente esmerando-se para que a sua autenticidade possa resistir ao exame da mais severa crítica, cercando [435] a extração dos ossos de todas as formalidades imagináveis. Quando sobre a lápida sepulcral não lê-se nome algum bastam a palma e vaso de sangue para atestar o martírio; mas a simples qualidade de mártir não lhes dá jus a serem venerados como santos, sendo para isso necessário que os fastos da Igreja façam expressa menção da sua vida e heróicos feitos.

Tais são as ligeiras observações, que nos sugeriram a visita às catacumbas de S. Sebastião ou S. Calixto, remetendo o leitor curioso para as excelentes obras que a tal respeito se tem escrito.

O Cônego Dr. *Pinheiro*.

“O Guanabara”. *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense L. A. de Menezes, n. 1, 1855, t. III, p. 1-2.

O GUANABARA.

———

Quando no dia 1º. de dezembro de mil oitocentos e quarenta e nove alguns homens corajosos publicaram o primeiro número desta Revista, muito longe estavam de esperar que ela chegasse ao seu terceiro tomo. Foi um ensaio, uma tentativa, como muitas outras que a tinham precedido: Deus porém abençoou a sua obra, e ele, que lê no fundo dos corações, conheceu que nenhum outro pensamento, senão o de promover o desenvolvimento intelectual do país, guiava a tais homens.

Sabem os nossos leitores a terrível crise que teve de atravessar o *Guanabara* durante o ano climaterico e nefasto de 1850. Sua publicação foi interrompida, e só em junho de 1851 é que pode mostrar-se ao público, provando-lhe que seus redatores não tinham desanimado, e que, à semelhança dos Israelitas, caminhavam através do deserto para a terra da promissão, dirigidos por uma coluna luminosa. Algumas irregularidades porém se notaram, apesar da boa vontade e dos heróicos esforços dos seus destros palinuros; entre alguns números houve grandes intervalos, que faziam espalhar o sinistro boato da sua morte. Enganavam-se os que assim pensavam, e por sem dúvida não tinham a ventura de conhecer de perto a homens, à quem os laços de amizade e gratidão nos privam de fazer o elogio. Esses homens eram nimiamente ocupados; novos Atlantes, suportavam sobre os seus ombros o Olimpio das letras pátrias; tinham resolvido o problema da ubiqüidade, mas ainda assim faltava-lhes o tempo para escreverem com assiduidade para esta Revista. O publico, nem sempre justo, retirou-lhe quase que totalmente o seu auxílio, cerrrando os ouvidos às razões alegadas pela redação; o *Guanabara* vacilou sobre o seu pedestal, sua ruína era certa, quando uma voz PODEROSA fez-se ouvir, e o lázaro da imprensa levantou-se do seu sepulcro envolto no sudário da imortalidade! Graças a essa GENEROSA E AUGUSTA PROTEÇÃO, o *Guanabara* tem a sua existência segura: os mais brilhantes talentos ilustraram suas colunas, e a mirra da inteligência ser-lhe-á trazida de todos os ângulos do império. Era porém preciso quem recebesse os tributos que a piedade [2] literária levava ao templo, que velasse sobre o seu asseio, que fosse numa palavra seu ostiário; então o nosso obscuro nome foi pronunciado, e nós recebemos com ufania o lugar que se nos assinava.

Em Setembro do ano passado os leitores desta Revista viram a um neófito das letras, conscrito do grande exército da imprensa, associado a grandes ilustrações do país. Era uma grande honra que se nos fazia; ela porém não nos deslumbrou: sabíamos o posto que nos tocava, e procuramos desempenhá-lo tal, como no-lo permitiam nossas forças. Recebemos as oblações, que nos eram mandadas, e as depositamos sobre as aras, cuja guarda nos era confiada. Auxiliado pelo reconhecido zelo e solicitude do nosso digno editor fizemos sair todos os números com a mais escrupulosa pontualidade. Não há mais razão de queixa: o *Guanabara* está em dia; e se nos fosse permitido, diríamos que se há falta de variedade em seus artigos, é esta originada pela atual e momentânea esterilidade da nossa literatura. O gênio está de incubação; grandes obras se preparam; mas o movimento literário é escasso, e diremos quase mesquinho. Já uma vez

dissemos – a época é de transição: quando o termômetro subir, mais interessante será a nossa Revista.

Temos as mais bem fundadas esperanças que o ano de 1855 ser-nos-ia benigno; pois que além dos elementos com que sempre contamos, algumas novas e valiosas colaborações nos estão prometidas por pessoas, que de nós exigem que ocultemos seus nomes com um sigilo quase sacramental. Cumpre respeitar suas vontades por dever e até por interesse. Alguns lidadores pelo contrário estão resolvidos a entrar na arena com viseira alçada: nossos leitores conhecê-lo-ão em breve, e tomem o nosso silêncio acerca dos seus nomes como uma agradável surpresa que lhes preparamos.

Seguindo o nosso programa, aperfeiçoa-lo-emos quanto nos for possível, não fazendo novas promessas com receio de faltar a elas. O *Guanabara* deseja antes ser julgado pelos seus atos, do que pelas suas palavras: sentado à sombra duma árvore mais gigantesca do que o cedro do Líbano tem fé no futuro e aguarda o triunfo das suas idéias.

O Cônego *Dr. Pinheiro*.

"O Brasil e o Anuário dos Dois Mundos". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 1, 1855, t. III, p. 8-10.

O BRASIL E O ANUÁRIO DOS DOIS MUNDOS.

_____

voilla comme on écrit l'histoire.

É admirável a maneira porque somos julgados na Europa, ainda por aqueles, que deveram ser mais circunspetos em razão do eminente posto, que ocupam no jornalismo. Os fatos os mais inocentes da nossa história são envenenados, e o nosso caráter, as tendências do nosso governo descritos de modo inteiramente falso. Nenhum dos leitores ignora que a *Revista dos Dois Mundos*, publicação de sumo interesse e para a qual escrevem muitas doutas penas, costuma mimosear os seus assinantes com um volume contendo a história política e diplomática de todas as nações do globo no curso dum ano, sendo conhecida esta coleção pelo nome de – *Anuário dos Dois Mundos* -. Como era de esperar, tivemos o nosso lugar neste vasto repertório e é contra algumas das suas proposições que julgamos do nosso dever protestar solenemente.

Depois de narrar com exatidão os acontecimentos, que levaram ao poder o Senhor Marques de Paraná, a política de conciliação por ele inaugurada, passa o cronista a falar dos negócios do Rio da Prata, acerca dos quais, seja-nos permitido dizê-lo, nem sempre guardou as raias da verdade, revelando as suas palavras grande indisposição contra nós.

Chamamos a atenção dos nossos compatriotas para o seguinte parágrafo: "A anarquia da república de Uruguai é uma ameaça permanente para as suas províncias do sul, máxime para a do Rio Grande, limítrofe do Estado Oriental. Infelizmente o interesse que manifesta o Brasil pelos negócios orientais parece muitas vezes exceder os limites de que é devido a sua própria segurança. Suas intervenções têm a aparência, senão dum ensaio de incorporação destas províncias, ao menos dum ato de alta *suserania*, que tende a tomar um caráter normal."

Para demonstrar proposições tão inexatas o autor vê-se na necessidade de adulterar os fatos dando fisionomia diversa às nossas relações internacionais com as repúblicas do Prata. Pinta-nos como arrancando pela força os tratados de 12 de Outubro de 1851, faltando com malícia ao subsídio pecuniário, que tínhamos prometido para que o Estado Oriental [9] se pudesse organizar regularmente, favorecendo por intermédio do nosso ministro, o Sr. Paranhos, as cenas sediciosas de 18 de julho, que serviram de prefácio à abdicação do Sr. Giro, e finalmente a chegada à Montevidéu do Sr. Amaral, como um novo Menschikoff.

Todos os que seguiram com atenção a marcha dos acontecimentos, que tiveram ultimamente lugar nas margens do Prata, sabem o que há de falso em semelhantes asserções, e devem ficar estupefatos vendo o *aplomb* com que se assassina a verdade. É impossível mostrar-se mais generosidade, maior abnegação do que mostrou o Brasil na luta travada com *tigre de Palermo*, protegendo com todo o seu poder, com o imenso prestígio da monarquia a populações

fracas e exauridas por uma longa guerra civil. Nosso dinheiro nos procurou aliados, a nossa esquadra e o nosso exército se cobriram de louros em *Tonclero* e em *Moron*, obtendo o que as duas maiores nações do mundo tinham em vão desejado. E abusamos da vitória depois de tão grande triunfo? Ninguém de boa fé o dirá. O tratado de limites, que então celebramos, é baseado sobre o princípio do *uti possidetis*, apressamo-nos em retirar as nossas tropas, e até recusamos recuperar nossas bandeiras que a fatalidade, ou a imperícia haviam entregue ao inimigo em Ituzaingo. Fizemos mais: a República Oriental se achava nos últimos apuros financeiros, e o Brasil lhe franqueou seus cofres: a ordem pública não estava consolidada, os *blancos* e os *colorados* se disputavam o poder, e sem nos ingerirmos nas questões internas prometemos nossa assistência ao presidente legal. Quem assim procede é ambicioso? Mas diz o escritor a quem respondemos: - o Brasil deixou cair o Sr. Giro, que implorava o seu auxílio e foi dar a sua proteção ao Sr. coronel Flores, chefe dos insurgentes. Para responder cabalmente a este tópico, ser-nos-ia preciso fazer a história do que se passou em Montevidéu depois da submissão de Oribe, e da queda de Rosas, cuja história não é desconhecida ao ilustre autor do *Anuário*, que sem dúvida leu os debates do nosso parlamento e sabe quanta luz derramaram sobre esta matéria os importantes discursos do nobre presidente do conselho de ministros. A matéria, a nosso ver, se acha exausta e nada mais faríamos do que repetir o que tão bem se disse.

A ocupação de Montevidéu por uma divisão do nosso exército, que tanto parece incomodar ao escritor francês, foi reclamada em virtude dos tratados pelo governo oriental e aprovada pelas câmaras. Não entramos ali como denominadores e sim como amigos e auxiliares da ordem, que sem nós era impossível fazer observar. Pagamos aos nossos soldados como se estivessem em qualquer das nossas províncias, e em nada são eles pesados aos nossos vizinhos. Não é um protetorado que queiramos estabelecer, [10] não são tão pouco vistas conquistadoras; porque se tal ambicionássemos outro seria o nosso proceder. O *Anuário* se quisesse ser justo, e despisse por um momento a aversão, que parece consagrar-nos, veria no seu próprio país exemplo daquilo mesmo, que tanto condena no nosso. Os exércitos franceses ocupam Roma e Atenas e o vosso governo protesta à face da Europa que não exerce sobre os Estados da Igreja nem sobre a Grécia o menor protetorado, e que semelhante fato é unicamente filho das circunstâncias especiais, em que esses países se acham colocados. Pensamos que o direito que tendes de ser acreditados nos é também extensivo.

Não podendo o *Anuário* recusar os seus elogios a linguagem e verdadeiramente nobre, que caracteriza a circular do Sr. visconde de Abaethé, de 19 de janeiro de 1854, busca atenuar a favorável impressão que tal documento produziu nos círculos políticos e diplomáticos fazendo uma sofística distinção, e atribuindo ao governo imperial dois sistemas um ostensivo e outro oculto: destarte ao passo que proclama os sãos princípios do direito internacional lança mão da intriga e das maquinações tenebrosas para fazer triunfar seus planos de avassalar as repúblicas vizinhas. Há tão pouca lealdade em semelhante acusação, que julgamos mais acertado entregá-la ao desprezo.

Não lhe escapou a famosa questão da livre navegação do Amazonas e para ser coerente com a boa vontade, que nos testemunha em todo o seu trabalho, diz-nos que a França e a Inglaterra reprovam a política que a tal respeito temos adotados; e nos ameaça com a insólita pretensão dos Estados Unidos, formando quase votos para que ela seja levada à efeito. Responderemos a isso com o verso italiano

Tra la spiga e la man qual muro e messo

Termina a sua diatribe dizendo que a nossa história contemporânea é um composto de esforços inteligentes e de grande inércia, de ambições e fraquezas. Repelindo com toda a energia de que somos capaz semelhante corolário dizemos que o Brasil é um dos países que desde a sua independência mais tem caminhado na estrada da civilização, e que nestes últimos anos seus progressos tem sido tão espantosos que poucas nações o podem igualar, sobretudo se quisermos atender as dificuldades quase insuperáveis com que tem de lutar, dificuldades provenientes de causas, que não examinaremos aqui, mas que serão totalmente aniquiladas pela dedicação de seus filhos, e mais que tudo pela graça inefável que do céu recebeu na pessoa do seu IMPERADOR.

Cônego, Dr. *Pinheiro*.

"Bibliografia: Vicentina – romance do Sr. Dr. J. M. de Macedo; Álbum de Armia ou Gemidos sobre o túmulo de uma brasileira". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 1, 1855, t. III, p. 17-21.

BIBLIOGRAFIA

Vicentina romance do Sr. Dr. J. M. dE Macedo.

O romance é de origem moderna; veio substituir as novelas e as história, que tanto deleitavam a nossos pais. É uma leitura agradável, e diríamos quase um alimento de fácil digestão proporciona aos estômagos fracos. Por seu intermédio pode-se moralizar e instruir o povo fazendo-lhe chegar o conhecimento de algumas verdades metafísicas, que alias escapariam à sua compreensão. Se o teatro foi justamente chamado a escola dos costume, o romance é a moral em ação: o romancista tem ainda mais poder do que o dramaturgo; este só fala a alguns centenas de pessoas, cujas posses e ocupações lhes permitem de freqüentar os espetáculos, e aquele dirige-se à numerosa classe dos que sabem ler. Penetra no palácio e pousa sobre o esplendido bufete do rico e do nobre, sobre a mesa do trabalhado do literato alcatifada de livros, folhetos e jornais, dando a imagem perfeita do caos, ou então penetra no albergue do pobre, do artesão, e vai suavizar-lhe os amargores do trabalho recreando a sua inteligência, e infiltrando nela os princípios de moral e de sua filosofia, que devem servir-lhe de norma na escabrosa vereda da vida. O rico pode possuir obras de luxo para ornar suas estantes senão para ilustrar o seu espírito; o literato estará a par da ciência sacrificando à compra de livros o minguado resíduo das suas economias, ou então pondo em contribuição seus colegas bibliomaníacos; mas o homem do povo, o homem do trabalho não tem meios, nem tempo para consagrar ao estudo, não pode ler esses volumes, que encerram, como em um sarcófago, a saber humano, entretanto sua alma precisa alimentar-se assim como seu corpo; tem também seus direitos; sua necessidades; e traindo nas mais pequenas evoluções a sua origem divina voga à velas cheias para as regiões do pensamento em cata de idéias. Para satisfazer a este anelo a Religião lhe apresenta o catecismo, e a filosofia de mãos dadas com a poesia o romance.

Mas para que o romance produza os benefícios, que acabamos de enumerar, cumpre que ele saiba guardar as regras, que lhe são traçadas, que seja como uma colmeia de saboroso mel e não uma taça de deletério veneno. O povo em sua cândida simplicidade de busca nele instruir-se, deleitando-se: e quão negro não é o crime daquele, que abusando do seu espírito, das graças da linguagem, e das seduções da poesia propaga idéias funestas, que plantam a descrença na alma, fazendo murchar uma por uma as flores da esperança, ou então tomando-se ainda mais culpável santifica o vício emprestando-lhe as cores da virtude! *Paulo e Virgínia*, de Bernardin de *S. Pierre, René e Atala*, de Chateaubriand estão no primeiro caso, o *Conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas, e os *Sete Pecados Mortais*, de Eugênio Sue pertencem à segunda classe.

Quem não lamentará conosco a rápida decadência dessa literatura romântica, que mostrando-se em seu berço tão casta e tão pura, precipitou-se nos abismos da impiedade julgando correr após o ideal e o vaporoso!

Deixemos esta matéria para objeto de um artigo especial e ocupemo-nos com o romance do nosso nobre amigo e colega o Sr. Dr. Macedo.

Vicentina, é o título dessa composição, que julgamos conhecida pela maior parte dos nossos leitores, e que foi o ano passado publicada nas colunas da *Marmota Fluminense*. As ocupações, e os estudos a que habitualmente dedicamos os nossos lazeres nos tinham privado do prazer de avaliar por nós mesmo do mérito de uma obra, da qual ouvimos fazer os maiores elogios pelos mais competentes e imparciais juizes. Vexado porém de confessar constantemente a nossa ignorância à tal respeito no círculo dos nossos amigos, assentamos em ver o romance, cuja leitura se nos recomendava; e uma noite abrimos o livro, e não o fechamos senão onde findavam as últimas palavras do autor. Não era possível parar depois de ter começado; o somo voou para longe de nós; e a nossa atenção magnetizada pelo amável colega pendia da sua pena como pende dos seus lábios todas as vezes que nos é dado o inefável prazer de ouvi-lo.

O plano é simples e de suma moralidade: é uma lição dada às moças para que aprendam a preservar-se dessas serpentes, que se introduzem por entre as flores, que sussurram aos seus ouvidos palavras fementidas, que abusam do juramento para imolá-las nas aras da volúpia dando-lhe em troco da sua credulidade a miséria e o opróbrio!... *Vicentina* é mais infeliz do que culpada; foi vítima de uma horrível trama; Frederico é um monstro e o crime de Fabiana não há termos na linguagem humana em que possa ser traduzido. Mas seus pais, que por um sentimento de vaidade expunham as seduções do mundo essa mimosa planta, que apenas desabrochava e que devera ser cautelosamente guardada nas estufas do amor materno, seus pais são os únicos culpados; mas também bem caro pagaram a sua imprevidência! Oh! Quanto é bela, a pintura que nosso ilustre amigo põe na boca do Dr. Benedito, dos bailes e das sociedades brilhantes e estrepitosas! Oiçamo-lo por um pouco... "Que cegueira! Uma menina de dez, ou doze anos, que vive no lar doméstico alegre, expansiva, e brincando, anjo ainda no seio dessa celestial ignorância, que prova que ela é ainda mais do céu do que da terra, mais de Deus que dos homens, é levada ao baile e quando volta já medita o resto da noite, já cisma na manhã seguinte, já observa como a olham, já calcula quando fala, já combina as palavras, que lhe dizem; em uma palavra, já coroa. Oh! para que tão cedo fazer pisar na terra a inocente pomba, que ainda, voa perto do céu!..."

De propósito fizemos falar o Sr. Dr. Macedo, a quem ninguém acusará de retrogrado, antes é reconhecido geralmente como um dos mais genuínos representantes do progresso. Se fossemos nós que enunciássemos tais idéias, além de não terem elas a magia do seu inimitável estilo, seriamos taxado de impertinente, e dir-se-ia que pregamos um sermão de quaresma! Tal é a vantagem da poesia! *Lectorem delectando, parterque monendo*.

O caráter do Dr. Benedito é maravilhosamente traçado: é o tipo da honradez nunca desmentida; é o anjo tutelar da família de Cristiano. Ele prevê as intrigas e as traições de Fabiana e Frederico; e sabe neutralizá-la no momento oportuno. As últimas cenas em que o velho médico vê-se obrigado a fazer uso dos segredos, que devia a sua nobre profissão, para salvar uma inocente menina, que era arrastada por um malvado aos pés dos altares são sublimes: e bastariam por si só para granjear-lhe grande renome se só por outros títulos já o não possuísse. O amor materno, que quase purificava Lucrecia Borgia debaixo do pincel de Vitor Hugo santifica a pérfida Fabiana no romance do nosso distinto patrício. O arrependimento desta contrasta com o endurecimento do seu cúmplice Frederico.

Com que talento serviu-se o Sr. Dr. Macedo do Maravilhoso! A habitadora da *ermida arruinada* é um ente misterioso; mas a sua aparição em casa de Cristiano na véspera de S. João,

não espanta aos leitores, que já se acham predispostos para esta cena, e produz salutar efeito sobre o ânimo dos circunstantes pelas palavras que a cada um deles dirige.

Onde porém o gênio do nosso colega se revela com todas as suas galas é nas descrições, que lhe são naturais, que todos julgar-se-iam capazes de fazê-las. Tente porém qualquer, e verá a dificuldade que nisso acha. A cena da moagem, e a conversa de Cristina, a galante menina da ermida, com as senhoras que cercavam, são de uma candura inexprimível.

O diálogo de ordinário tão enfadonho em quase todos os romancistas, que obriga-nos a voltar muitas páginas, é vivo e animado. Nenhuma circunstância pode ser omitida, e os episódios se ligam de tal modo com a ação principal, que a realçam, embelezando-a .

Em resumo: a *Vicentina* do nosso amigo e colega é uma composição, que lhe faz muita honra: um romance cuja leitura recomendamos as nossas jovens compatriotas como um poderoso antídoto contra o veneno corrosivo da sociedade em que vivemos. É além disto um serviço feito a literatura brasileira; naturalizando entre nós o verdadeiro romance; o romance moral e instrutivo; familiarizando-nos com as nossas cenas campestres; ensinando-nos finalmente a apreciar o que temos. O colega deve saber que não somos lisonjeiro; aceite pois os nossos cumprimentos como partindo do coração.

ÁLBUM DE ARMIA OU GEMIDOS
SOBRE O TÚMULO DE UMA BRASILEIRA.

———

Temos diante dos olhos um volume de poesias acompanhadas de música devidas, que elas ao nosso prestante colega, o Sr. José Albano Cordeiro, e esta diversos autores. Sobre a última parte nada diremos, por sermos nela completamente leigo, e apesar da nossa inópia na primeira, com tudo como acerca de religião, política e poesia todos falam, emitiremos também o nosso juízo.

Um nobre pensamento presidiu a concepção do álbum de Armia; seu autor acabava de perder a esposa adorada, a companheira que escolhera para fazerem juntos a peregrinação por este vale de provas à que chamamos mundo. Sua alma ferida na parte mais sensível exalou amargos, pungentes queixumes, que ter-se-iam perdido na amplidão do espaço, como acontece ao comum dos homens. O poeta porém é um ser privilegiado, ele ri e chora ao som da harpa; é sua sócia nos prazeres e nas dores. Como o coração transbordará de tristeza, os sons da sua harpa foram tristes e melancólicos.

Seus gemidos são calmos; sua dor é resignada, porque o nosso amigo é um poeta cristão: vê na morte o começo da eternidade, e nutre esperança de juntar-se um dia aquela, que tanto amou na terra. A versificação é simples e melodiosa como convém ao assunto; é no nosso fraco entender um belo trecho de poesia elegíaca, digno de ser cantado pelas jovens pianistas nessas horas de inexplicável melancolia, em que a nossa alma desgostosa do mundo parece suspirar pela sua pátria celeste, de que guarda fraca, mas doce reminiscência.

Cônego Dr. Pinheiro

“Filosofia religiosa: Terra e Céu por J. Reynaud”. *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 2, 1855, t. III, p. 31-34.

FILOSOFIA RELIGIOSA.

Terra e Céu por J. Reynaud.

———

Acabamos de ler uma interessante obra publicada o ano passado, com o título acima, em que são ventiladas as mais graves questões de Filosofia Religiosa. Seu autor procura abalar todas as nossas crenças e convicções: e o seu ceticismo longe de assemelhar-se ao de Voltaire tem pelo contrário alguma coisa do misticismo alemão, hoje tanto em voga.

O Sr. Reynaud, divide a sua obra em seis partes; tratando sucessivamente da terra, das suas idades, do primeiro homem, do céu, dos anjos e do inferno. Digamos alguma coisa sobre cada uma delas e façamos uma rápida analise deste importante livro.

Depois de traçar-nos as condições astronômicas da terra, suas variações produzidas pelo princípio do calor planetário, entretanto em ponderosas considerações geológicas, passa o autor a descrever-nos o quadro das dificuldades da vida sob o império da natureza. As contrariedades causadas pela lei da gravitação, pela da grandeza da terra, pela interposição dos mares e montanhas, pelas leis do calor solar e pela escassez dos gêneros alimentares são passadas em revista, e a todas opõe a vontade e a energia do homem neutralizando umas pelas forças mecânicas, superando outras pelos meios de locomoção, ou pelos progressos da indústria: donde concluí a universidade da lei do trabalho. Concordando com as sabias reflexões do ilustre filósofo, seja-nos permitido afastarmo-nos das conclusões que tira dos princípios tão lucidamente expostos. Deslumbrado pelo adiantamento da espécie humana, pela coragem com que tem lutado contra os obstáculos de todo o gênero, que pareciam destinados a impedir a sua marcha civilizadora, chega o nosso autor ao ponto de vaticinar a perfectibilidade absoluta dos descendentes de Adão, e mostra-se quase esquecido do anátema fulminado por Deus. A terra transformada em jardim de delícias será habitada por um povo de bem-aventurados; o trabalho em vez de ser uma pena, tranformar-se-á em prazer; as doenças tomar-se-ão raríssimas, e até a morte será encarada com sentimento de grata satisfação pela serenidade das crenças. Pena é que o Sr. Reynaud se tenha esquecido de marcar-nos a época em que deve começar o seu futuro Éden. Logo nesta primeira parte revela-se o gosto da utopia, que deve reinar em toda a obra.

A idade da terra, ou as épocas em que se divide a sua história, fazem o objeto de profundas considerações do autor: rejeita a cronologia dos livros santos e para combatê-la ostenta um luxo de erudição infelizmente assaz conhecido. Em substituição das seis idades, que lemos no Gênesis, e que a ciência moderna encarregou-se de provar a veracidade, recorreu a velha divisão das quatro épocas; isto é, a do fogo, do oceano, dos continentes e a do homem; divisão seguida pelos filósofos e poetas do paganismo. Assim, o Sr. Reynaud julgando avançar, retrograda, e para dar expansão ao seu desejo de apartar-se da bíblia, não dúvida também desprezar os teoremas geologia, cerrando os ouvidos as respeitabilíssimas razões dos Cuvier, Geoffroy, Marcel de Senes, e outros muitos.

Nada há mais fácil do que por em dúvida os cálculos os mais bem combinados da cronologia: ninguém ignora o quanto são falíveis as bases em que esta ciência se firma, e a idade do mundo; mesmo conforme a tradição bíblica, varia segundo as suas diversas versões. O que nos parece porém dificultosa empresa é o apresentar uma emenda substitutiva, que mereça senão a adoção, ao menos as honras do debate: a do Sr. Reynaud porém parece-nos estar neste último caso, e sentimos não ser o lugar próprio para entrar em sua discussão.

A origem da nossa espécie, e a presença no mundo do primeiro homem, suscita ainda as dúvidas do autor, que mostra-se incomodado com aceitar o jugo da narração mosaica: ele desejaria apresentar alguma coisa de novo a tal respeito; mas as veredas que para ali conduzem o investigador estão demasiadamente trilhadas. A hipótese da preexistência da alma, que tanto preocupou a Platão, não podia escapar ao seu exame; e deverá forçosamente passar pelo crisol da sua inexorável crítica. Rejeitando uma após outra as teorias de Platão de Tertuliano e de Origenes, e chegando à proposição adotada pela grande maioria dos teólogos católicos, e que Deus cria as almas cotidianamente e as infunde nos corpos, ainda nos seios das mães, quando estes estão prontos para a animação, nos opõe as dúvidas de S. Agostinho, sua discussão com S. Jeronimo, e pretende achar uma solução mais filosófica, ensinando que as nossas almas foram criadas por Deus desde o princípio do mundo, e que esperavam o nosso nascimento em algum astro, para onde reverteram depois de nossa morte. Já se vê que o autor aproximando-se muito da opinião de Origenes, condenada pela igreja, que fazia do nosso globo um lugar de expiação para as lamas que tinham tido a desgraça de abusarem da sua liberdade, não trepida em apresentar no meio do século XIX a doutrina da metempsicose ligeiramente modificada. Aceitando, como dissemos, com extrema repugnância a tradição bíblica da unidade primitiva da espécie humana, que o Sr. Reynaud, que assim como na natureza existem metamorfose progressivas; se o pássaro em seu ninho, o peixe e o molusco na liberdade das águas, o inseto na do ar são sujeitos a ela, a formação do primeiro homem devera ser regulada por combinação análoga. Em tal hipótese, em vez de ser Adão, uma estátua fundada por Deus de um só jato, e a qual aviventou com seu sopro, devera passar por uma série de degradantes metamorfose!

Na descrição que nos faz do céu, extasia-se diante da sua magnificência; vê em cada uma das estrelas fixada um sol em torno do qual gira um completo sistema planetário, e como que não bastando tanta grandeza a sua poética imaginação, povoa esses astros de habitadores, que não fazem mais do que passas; porque após uma curta residência devem transmigra para outros astros de ordem superior, ou inferior, segundo os seus merecimentos. Aniquila a crença geralmente admitida que os justos gozaram perpetuamente da visão beatifica; não existe para o autor tal visão, e almas são destinadas a uma perpétua peregrinação pela região sideral. Para apoiar seu sistema emprega muito talento mas a ninguém convence; porque ninguém pode tomar ao sério as suas suposições.

Felizmente para as almas piedosas, a qual é tão grata a crença dos anjos, o autor não os baniu do seu credo: admite-os, até mostra ter deles grande precisão para colonizar (seja-nos lícita expressão) a infinidade de mundos, que acaba, qual Colombo aéreo, de descobrir. Somente deseja dar-lhes um corpo, posto que mais delicado do que o nosso, e não quer por forma alguma consentir que sejam eles puros espíritos. Julgamos inútil prossegui na analise de semelhantes quimeras.

A eternidade das penas, e a existência de um lugar de suplício comumente chamado inferno, não merecem o assentimento do Sr. Reynaud, que concordando com a necessidade da crença da punição da além-túmulo, quer todavia que esta seja temporária, e para corroborar a sua

argumentação, socorre-se dos códigos elaborados nos tempos, que todos tendem mais, ou menos a tomar passageiro o castigo, confiando seus autores na *regeneração da carne*, na frase de P. Leroux. Não entraremos aqui na questão relativa à excelência do novo sistema penitenciário; não avaliaremos das suas vantagens; mas em resumo diremos, que parece-nos mais curial, que os homens se regulem pelas leis de Deus, do que este pelas dos homens.

Eis, benignos leitores, um rápido e imperfeito esboço das idéias emitidas na obra do Sr. J. Reynaud, que como vedes não passam de meras utopias, de algumas belas e poéticas hipóteses, próprias quando muito para testemunharem a capacidade intelectual do autor, mas incapazes de resistir a mais calma e imparcial discussão. Antes de terminar, devemos render ao filósofo francês a justiça de dizer que todas as vezes se aparta do dogma, ou mesmo das crenças admitidas pela Igrejas, fá-lo com toda a delicadeza e dignidade; numa palavra, que o seu livro se torna recomendável pelo modo, porque é escrito.

Cônego, Dr. Pinheiro.

"Uma resposta". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 4, 1855, t. III, p. 97-98.

UMA RESPOSTA

———

Publicando no número anterior desta Revista um artigo do Sr. Nunes de Sousa acerca da Geografia Histórica Física e Política do Brasil, de nenhuma forma nos tornamos solidário com as idéias e conclusão nele explendidas e apenas quisemos mostrar ao público o espírito de imparcialidade que nos dirige. Lêem-se ai duas proposições que não podemos deixar passar sem pronta resposta, que nos propomos a dar, sem de modo algum termos a intenção de molestar ao ilustre escritor, mas unicamente em desempenho do nosso cargo, e mesmo para tranqüilidade da nossa consciência.

Não acompanharemos em seus cálculos estatísticos, que revelam a grande erudição e acurado estudo, que tem feito nesta ciência, que por ora se acha envolta nas faixas infantis; não sabemos o grau de perfectibilidade das suas bases, mas com franqueza diremos que nos pareceram exageradas as conclusões, que delas tira, sobretudo quando assevera, muito categoricamente, que *marchamos na retaguarda das repúblicas da jovem América*. É contra esta proposição que nos cumpre protestar com todas as nossas forças. Só o espírito de prevenção poderia tal conceber e sustentar! O Brasil, o gigantesco império, que como um imenso quadro tem por moldura ao norte o Amazonas, ao sul o Prata, a Este o oceano, e ao Oeste a cordilheiras dos Andes, em cujo fertelíssimo torrão se encontram todos os climas, e as produções de todas as regiões do globo, ligadas as suas diversas partes pela comodidade de interesses, de língua e de Religião, e submetidas todas ao cetro dum mesmo Príncipe, que se esmera em fazer a felicidade dos seus súditos, e cimentar cada vez mais o amor às instituições, que devemos à sabedoria dos nossos maiores: estará menos adiantado na carreira da civilização do que essas repúblicas da raça espanhola, que dilaceram-se em intermináveis guerras civis, sujeitas ao regime da espada, que as avulta e embrutece causando até admiração como se achem nelas homens assas audaciosos para se ocuparem [98] com a cultura do espírito? Felizmente para nós não temos de corar diante do estrangeiro ao ouvir pronunciar nomes como os do Dr. Francia, de Rosas e de alguns outros. Os mais severos escritores nos rendem justiça confessando que somos a primeira potência da América Meridional, e os últimos acontecimentos do Prata, que nosso digno colaborador melhor do que nós conhece, nos asseguram indisputavelmente este lugar conquistado pela superioridade da nossa diplomacia, e pela bravura e disciplina do nosso exército e da nossa armada. Se em seu ardente patriotismo desejaria o escritor a quem respondemos, que mais rápidas fosse os nossos progressos é bastante ilustrado para reconhecer que muitas era as causas que o entorpeciam, e que a maior parte delas tem sido felizmente vencidas.

Passemos ao segundo ponto, que entendemos precisar também de réplica. É a censura que se dirige ao *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, *de não ter ainda preenchido a essencial*

condição do seu programa, relativo as notícias histórico-geográficas, muito principalmente a trabalhos estatísticos.

Julgamos sumamente injusta semelhante censura formulada contra uma associação, que tanto tem trabalhado em prol da nossa história e geografia, e cremos piamente que o próprio Sr. Nunes a julgará diversamente se quiser dar-se ao trabalho de compulsar as suas Revistas, precioso tesouro onde se acham guardadas todas as jóias da nossa coroa literária. Infatigáveis tem sido muitos dos seus membros em coligir dados que possam servir às pesquisas dos futuros historiadores,e geógrafos, e até a estatística não poderá deixar de consultar seus trabalhos, posto que não entre este ramo senão *per accidens* no seu plano de estudos. Por própria experiência terá conhecido o Sr. Nunes o quanto é difícil o escrever acerca das coisas pátrias na ausência quase absoluta de documentos e quão moroso seja o colecioná-los. É esta a tarefa do *Instituto*, que a vai cumprindo gloriosamente graças à especialíssima proteção, que se digna prestar-lhe uma AUGUSTA PERSONAGEM. Não duvidamos que Sua Senhoria tenha direito a uma medalha pelos seus trabalhos estatísticos, e pedimos-lhe que apresente seus luminosos escritos a essa mesma associação, para com a qual tão injusto se mostrou, na certeza que, ela os tomará na devida consideração, e que não recusará o galardão a quem dele se fizer merecedor.

Eis a nossa resposta em nome da redação.

Cônego Dr. *Pinheiro*.

"Boletim bibliográfico: *Budget du Brésil, ou Recherches sur lês ressouces de cet'Empire dans leurs rap ports avec les intérets europeens du commerce et de l'emigration* – pelo Conde Augusto Van der Straten-Ponthoz; *Les hommes d'E'tat de l'Angletèrre du XIX. siecle, suivis coup d'o'il sur la Russie et sa politique* – pelo Conde de la Guerranière; *Etudes sur lê XVIII. siecle* – por Ernesto Bersot; *Pélerinage em Terre-Sainte* – pelo Abade Azais". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 8, 1855, t. III, p. 227-229.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO ([360])

———

Budget du Brésil, ou Recherches sur lês ressouces de cet'Empire dans leurs rap ports avec les intérets europeens du commerce et de l'emigration – Pelo CONDE AUGUSTO VAN DER STRATEN-PONTHOZ, - três volumes em 8.º, em casa de Garnier, rua do Ouvidor n. 69.

Firmado no princípio de que *um estado governado por instituições representativas, reflete-se inteiramente no seu orçamento*, o Sr. Conde Straten-Ponthoz, que por muito tempo habitou entre nós, escreveu a interessante obra, que recomendamos aos nossos leitores, como um dos trabalhos mais completos e imparciais, devidos a penas estranhas relativamente as coisas pátrias. O primeiro volume é consagrado à análise do orçamento da despesa pública, e sobre cada uma das suas rubricas faz o autor a apreciação da lei que a autoriza, e deste modo dá uma idéia do nosso regime administrativo, e das bases fundamentais da nossa legislação. Suas apreciações porém nem sempre são justas, e escoimadas de erros, que mau grado seu, introduziram-se em seu importantíssimo trabalho. Além de que o fundamento dos seus cálculos, tirado de orçamento apresentado ao corpo legislativo para o ano financeiro de 1846-47, tem o inconveniente de ser antiquado e de mostrar-nos os olhos da Europa em uma época, em que nos achávamos muito mais atrasados do que na atualidade. Imensos são os progressos, que de então para cá temos feito, e grande parte das censuras, que nos dirige o Sr. Conde Ponthoz seriam hoje mal cabidas, e muitos dos males que aponta vão sensivelmente desaparecendo. Ocupa-se no segundo volume com o orçamento da receita: examina escrupulosamente o movimento da navegação e do comércio nos diferentes portos do Brasil, [228] e o rendimento das nossas alfândegas, e estranha o rigor das tarifas, incontestavelmente nocivo à liberdade de comércio. No terceiro e último volume dedica-se à investigação das riquezas latentes, que assim chama o autor as que podem provir do roteamento e da cultura das terras públicas, da colonização e do imposto territorial. Esta última parte é sumamente importante, principalmente pelo que diz respeito à colonização e os seus conselhos, pareceram-nos muito aproveitáveis.

Terminaremos o que a tal respeito tínhamos de dizer, louvando ao ilustre estrangeiro que tomou o nobre empenho de nos fazer conhecidos no mundo civilizado, contribuindo destarte para desvanecer muitos preconceitos, que infelizmente ainda contra nós se nutrem.

[360] Debaixo deste título publicaremos de ora avante uma notícia de todas as obras novas, que chegarem ao nosso conhecimento, e pedimos aos nossos ilustres colaboradores, que hajam de nos transmitir os seus juízos sobre as suas recentes leituras.

Les hommes d'E'tat de l'Angletèrre du XIX. siecle, suivis coup d'o'il sur la Russie et sa politique – pelo CONDE DE LA GUERRANIÈRE, - um volume em 18º, em casa de B. Garnier.

No momento atual, em que todos os olhos estão voltados para o Oriente, onde talvez se agitem os destinos da humanidade, é de sumo interesse o estudo dos homens políticos duma nação, que tão grande papel representa na luta, e cujo parlamento é incontestavelmente a assembléia a mais veneranda da terra. O Sr. Conde de la Guerranière compreendeu belamente a necessidade da situação e em seu valiosíssimo trabalho faz-nos apreciar o tesouro inestimável, que a Inglaterra possui nos seus homens de estado, fiéis depositários das suas tradições livres. Os estudos sobre *Sir Robert-Peel*, *Lord Aberdeen, Lord Palmerston* e *Lord John Russel* distinguem-se entre os demais pela graça e eloqüência com que são escritos, e sobretudo por abrangerem em um quadro sinótico os acontecimentos mais importantes da história contemporânea. Em forma de apêndice vêm uma apreciação sobre o estado da Rússia, e algumas idéias muito justas e imparciais sobre o seu futuro. O retrato do imperador Nicolau é bem feito, e as suas grandes qualidades são ai postas em relevo a par da sua demasiada ambição, que provocou a guerra que tantas vítimas tem custado.

Etudes sur lê XVIII. siecle – POR ERNESTO BERSOT, - dois volumes em 18º, em casa de Ganier

O XVIII século tem sido o objeto de profundos estudos e desencontrados juízos: para uns o seu espírito foi maléfico, fez ele mais mal à humanidade [229] do que todos os que o precederam; para outros foi civilizador em alto grau, e a quem cabe a glória das luzes de que hoje gozamos. O ilustre professor, que escreveu a obra que ora anunciamos, emite o seu parecer com a maior calma; passa em revista a vida e os escritos dos grandes representantes desse século (Voltaire, Rousseau, Diderot e Montesquieu); mostra as tendências de cada um deles, o influxo que exerceram sobre os seus contemporâneos, e quanto as suas doutrinas puderam influir para o grande dilúvio social de 1789. Não contente com este exame geral desce à pormenores, conduz-nos às sociedades, faz-nos travar relações com os homens distintos, e com as mulheres de espírito, que constituíam a mais genuína expressão do seu tempo. Os salões, de que nos traça deliciosos quadros, faziam então as vezes dos nossos jornais, e é aí que autor nos faz contemplar a gosto a sociedade do século passado, e onde mais do que nos livros dos filósofos se preparava o triunfo das idéias, de que tanto nos ufanamos de professar. O leitor, que for levado à apreciação desta obra pelo nosso conselho, aplaudir-se-á do bom emprego do seu tempo.

Pélerinage em Terre-Sainte – PELO ABADE AZAIS, - um volume em 18º, em casa de Pinto e Waldemar, rua do Ouvidor n. 87.

A *Terra Santa* teve sempre o mérito de excitar a curiosidade de todos os homens, ainda mesmo dos que não tem ventura de olhá-la como berço da Religião divina, que civilizou o mundo. *O Itinerário de Paris a Jerusalém* pelo Visconde de Chateaubriand, e as *Lembranças e*

Impressões duma Viagem ao Oriente pelo Sr. Lamartine, tornavam conhecidos os Santos-Lugares, e muitos peregrinos, que depois deles empreenderam esta viagem confessaram a impossibilidade de melhor descrever-se os sítios onde se passaram as cenas do Antigo e do Novo Testamento. O Sr. Abade de Azais, que fazia parte da caravana dos quarenta peregrinos franceses, que em 1853 foram a Jerusalém não tem a pretensão de levar a palma aos seus dois ilustres predecessores, porém procurou unicamente pintas com cores vivas o triste estado de opressão em que vivem os católicos da Palestina, e as vexações de todo o gênero que sobre eles exercem os Gregos Schismaticos, animados pela proteção da Autocrata de todas as Russias. É uma obra de atualidade; porque os nossos leitores se recordaram que foram os Santos-Lugares, que serviram de pretexto à missão do príncipe de Menchikoff.

Cônego, Dr. *Pinheiro.*

"Boletim bibliográfico: *Histoire de France au 16. siecle*. – *Renaissance* – por Michelet; *Etudes sur la Renaissance* – par Nisard; *Legendes Democratiques du Nord* – por Michelet; *Les Femmes de la Revolution* – por Michelet; *Les Femmesde l'Évangile* – pelo R. P. Ventura de Raulica; *La Femme Catholique* – pelo R. P. Ventura de Raulica". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 9, 1855, t. III, p. 247-250.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

———

Histoire de France au 16. siecle. – *Renaissance* – POR MICHELET – um volume em 8º, em casa de Garnier, rua do Ouvidor n. 69.

São geralmente conhecidos os importantes trabalhos históricos do ilustre professor o Sr. Michelet, e não há ninguém que tendo lido as suas obras deixe de apreciar o brilhante colorido do seu estilo, e a fina crítica que emprega na apreciação dos fatos. Tem porém um grande defeito como historiador, falta-lhe a imparcialidade. Levado pelo seu entusiasmo democrático é muitas vezes injusto, senão cruel, para com os soberanos representantes do velho princípio monárquico, e esquecendo-se dos valiosos serviços, que prestaram a Europa e ao mundo, durante os dois dias nebulosos da sua história, só parece enxergar neles vícios e crimes, formando a virtude raríssimas exceções. Sirva de prova do que acabamos de dizer os juízos do autor sobre os dois grandes heróis do *Renascimento*, Carlos Quinto e Francisco Primeiro, um, diz ele, *é o herdeiro produto de três loucuras, monstro de duas cabeças, procurando fundir a Europa nas fornalhas da Inquisição;* o outro*, mancebo leviano, alma material, composta de fauno e de satiro*. Não se pode julgar mais apaixonada e injustamente!

Todavia o livro do Sr. Michelet se torna recomendável sobretudo pela sua interessante *introdução*, que vêm lançar mais um raio de luz sobre uma época ainda infelizmente tão mal conhecida. Os artistas lerão com prazer o que aí se diz acerca de Brunelleschi, Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo e outros grandes gênios, e o filósofo contemplará gostoso a marcha do espírito humano, procurando sacudir os grilhões, que o oprimiam.

Etudes sur la Renaissance – PAR NISARD – um volume em 18º, em casa de Garnier, rua do Ouvidor n. 69.

Devemos também ao Sr. Nisard uma série de Estudos sobre a época do [248] *Renascimento*. Seguindo uma vereda diversa da trilhada pelo Sr. Michelet o ilustre acadêmico ocupa-se com a vida e escritos de Erasmo. Thomaz Morus e Melanchton, que considera como os genuínos representantes do seu tempo. Seu estilo não possui o brilhantismo do precedente escritor, seus juízos porém parecem-nos mais calmos mais justos e menos impregnados de

desprezo por uma época que também tinha sua grandeza. O estudo sobre Erasmo é preferível aos dois outros, mesmo porque este grande homem foi a maior inteligência do 16.º século.

Legendes Democratiques du Nord – POR MICHELET, – um volume em 18º, em casa de Garnier.

A triste sorte da Polônia, esmagada debaixo das rodas do carro do despotismo, não podia deixar de atrair a atenção do Sr. Michelet, conhecido em todo o mundo pelas suas idéias eminentemente liberais. Consagrou-se pois um livro com o título acima indicado, em que nos traça o pungente quadro dos sofrimentos da heróica pátria dos Jagellons e Sobieskis. A biografia do imortal Kosciusko, o último herói da independência polaca, desperta no leitor, o mais fleugmático, o sentimento de entusiasmo por esse povo cavalheiresco, e insensivelmente associa-o a indignação do autor para com a fria crueldade dos seus algozes. Em aditamento dedica alguns capítulos aos mártires da Rússia, que tiveram a cabeça cortada pela mão do carrasco, ou que expiam nos inóspito clima da Sibéria o horrendo crime de amarem o seu país e de se persuadirem que era chegado a tempo de entrar no grêmio da civilização européia, cessando para sempre o bárbaro regime do *knout*. É uma verdadeira obra da atualidade, que habitará o leitor, a formar sua opinião sobre a *Santa Rússia*, como lhe chamam seus turiferários.

Les Femmes de la Revolution – POR MICHELET, - um volume em 18º, em casa de Garnier.

Como terão notado os leitores temos predileção pelo Sr. Michelet, e procuramos ler tudo quanto sai da sua eloqüente pena. Poderíamos acerca da obra acima anunciada renovar a crítica, que lhe fizemos quando falamos da sua *História do Renascimento*; seremos porém agora mais indulgente, reconhecendo que o autor não se propõe a escrever uma história, [249] mas sim esboçar alguns tocantes quadros do heroísmo das mulheres durante a Revolução Francesa. É este livrinho consagrado ao sexo feminino, e por ele deve ser principalmente lido. Se tivéssemos a ventura de saber estas nossas toscas linhas chegavam às mãos das nossas patrícias lhe recomendaríamos especialmente capítulos, que tratam de Madame de Staël, Roland, Condorcet, e sobretudo o que descreve a dedicação e a morte sublime de Carlota Corday, a Joanna d'Arc da Revolução. Lhes rogaríamos outrossim que meditassem no que diz o erudito escritor sobre a influência, que exerceu o seu sexo em toda essa grande epopéia, que fecha o século passado e abre as portas daquele, que ora atravessamos.

Les Femmesde l'Évangile – PELO R. P. VENTURA DE RAULICA – um volume em 8º, em casa de Garnier.

O ilustre Ex-Geral dos Theatinos, o exímio orador Ventura, publicou o ano passado uma coleção de *Homelias* pregadas em Paris, em S. Luiz d'Antin, tendo por objeto mostrar qual deve ser o caráter da mulher cristã, explicando as diversas passagens em que o Legislador da Nova-Lei aponta a sublime missão, que na terra tem de desempenhar a mulher. O nome do padre Ventura é

tão conhecido como orador sagrado que nos dispensa tudo o que poderíamos dizer acerca da sua dicção; os leitores ainda guardaram que a impressão que experimentaram lendo as suas magníficas *Conferências sobre a Paixão*, pregadas em S. Pedro em Roma, e as não menos célebres debaixo do título de *Razão Católica e Razão Filosófica*, pronunciadas do púlpito de Assunção, na capital de França. O grande êmulo de Lacordaire dirigindo-se nas suas *Homelias* a mais interessante metade da espécie humana déia por um pouco o seu estilo grandíloquo, e lhes falta a linguagem, que o Divino Mestre empregava quando instruía ao povo, e lhes insinua com amável simplicidade os seus deveres de mães, de esposas e de filhas, segundo o Evangelho.

La Femme Catholique – PELO R. P. VENTURA DE RAULICA – dois volumes em 8º, em casa de Garnier.

A obra, de que acabamos de fazer menção ficaria incompleta senão fosse acompanhada duma parte prática, ou exemplificativa. O padre Ventura preencheu otimamente este desejo, que exprimiam os leitores ao terminarem as suas tocantes *Homelias*, e nos mimoseia agora com dois belos [250] volumes em que a mulher, segundo o Evangelho, é posta em ação. Abrindo as páginas da história desenrola aos nossos olhos o mais brilhante panorama. Aqui vemos as virgens derramar o seu sangue pela fé de Cristo; ali são ilustres matronas, como Fabiolas, as Paulas, que fundam hospícios para a mendicidade, e para a infância desvalida; além são nobres damas, elegantes donzelas que fogem do mundo para melhor servirem a Deus; mais longe são santas rainhas, que convertem povos com o seu espírito, e trocam as monarquias dos ferozes. Francos e Hunos nos piedosos reinos de S. Luiz e S. Estevam. É esta uma obra, que todos os pais de famílias devem comprar para dar de presente as suas mulheres, e as suas filhas, devendo achar-se nas bibliotecas de todas as senhoras católicas.

Cônego, *Dr. Pinheiro*.

"Boletim bibliográfico: *Lições da História do Brasil, adaptadas para leitura das escolas* - Pelo Sr. A. A. Pereira Coruja; *Memórias da Literatura Contemporânea* - Pelo Sr. A. P. Lopes de Mendonça; *Históire du 41. Fauteuil de l'Academic Francaise* - Por Arsène Houssaye; *L'Empire Chinois* - Par Huc, Missionário Apostólico; *Dictionnaire Universel des Sciences, des Lettres e des Arts* - Por Bouillet". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 10, 1856, t. III, p. 259-261.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO.

———

***Lições da História do Brasil, adaptadas para leitura das escolas* - Pelo SR. A. A. Pereira Coruja - um volume em 18.**

O Sr. Coruja, assaz conhecido pelos seus interessantes compêndios, e pelo desvelo, que tem mostrado pela instrução da mocidade deste império, acaba de prestar-lhe mais um relevante serviço com a publicação das suas *Lições da História do Brasil*. Este livrinho se torna recomendável pela clareza de exposição, veracidade dos fatos, colhidos nas melhores fontes, e excelência de método. E' ainda enriquecido de um apêndice com a *notícia abreviada das épocas do Brasil, sua população, divisão de províncias*, etc.; assim como da nossa constituição política e do ato adicional. No nosso humilde entender é este compendio preferível aos dos Srs. Bellegarde e Abreu Lima, e formamos votos para que seja ele adotado nas nossas escolas primarias. Receba o Sr. Coruja as nossa humildes, porém sinceras felicitações, pelo seu novo escrito, que veio juntar mais uma flor à sua grinalda literária.

***Memórias da Literatura Contemporânea* - Pelo Sr. A. P. Lopes de Mendonça - um volume em 8º , em casa de Garnier, rua do Ouvidor n. 69.**

Já a imprensa diária desta capital publicou alguns escritos do belíssimo trabalho, que ora anunciamos, e cuja leitura causou-nos extraordinário prazer. O Sr. Lopes Mendonça, espirituoso folhetinista da Revolução de Setembro, e autor de uma estimada *Viagem à Itália*, traça-nos um vivo e pitoresco quadro da literatura portuguesa contemporânea, e mostra-nos que a velha pátria de Camões acompanha o progresso das letras. Ai vemos que as obras do Sr. A. Herculano, sobre a História, os do falecido Sr. Duque de Palmella sobre diplomacia, do Sr. Marreca sobre a economia política, do Sr, Garrett sobre o drama e a poesia, podem ser postas em paralelo com a que há de melhor nos países os mais adiantados. Revela-nos além disso a existência de uma plêiade de escritores, que nos eram quase que desconhecidos, e por essa ocasião lamentamos sinceramente o desprezo que votamos ao nosso idioma, a ponto de ignorarmos o movimento literário de Portugal, e vice versa !

O livro do Sr. Lopes de Mendonça seria mais completo se abrangesse as obras publicadas na língua portuguesa em ambos os hemisférios: e agradecemo-lhe cordialmente a delicadeza com que nos trata, e o juízo favorável que de nós forma, analisando os escritos dos Srs. Marquês de Abrantes, Gonçalves Dias, e Álvares de Azevedo, que por uma feliz casualidade chegaram ao seu conhecimento. É tempo de permutarmos também nossos livros com os dos nossos irmãos de além-mar, e desta arte nos apreciarmos melhor.

Históire du 41. Fauteuil de l'Academic Francaise - Por Arsène Houssaye- um volume 8º. em casa de Garnier, rua do Ouvidor n. 69.

Sabem os nossos leitores que a amizade, ou o acaso tinham presidido a escolha dos quarenta membros da Academia Francesa, e que o cardeal de Richelieu declarara solenemente que este número não poderia ser por forma alguma alterado. Mas como por uma culpável negligência não fora contemplado nesse número o grande Descartes, o restaurador da filosofia, e um dos maiores gênios, que o mundo tem possuído, forçoso foi abrir-se uma exceção em seu favor, e criar-se um lugar supranumerário; e é a história dessa 41ª cadeira, que nos relata de uma maneira encantadora semeada de chistosos epigramas o Sr. Houssaye. Por uma notável coincidência os maiores homens da França sentaram-se nela, assim vimo-lo ocupada por Gassendi, Pascal, Molière, Malebranche, os dois Rousseau, Mirabeau, André Chenier, Lammenais, e muitos outros. Para que nada faltasse à sua glória, dois excelsos monarcas, Luiz XIV e Napoleão a possuíram; um no apogeu da sua grandeza, e outro quando partia para Santa Helena. Eis ainda essa cadeira tão justamente cobiçada, que acaba de recusar o célebre Beranger, a quem a Academia foi em corporação convidar no seu albergue (sic)!

***L'Empire Chinois* - Par Huc, Missionário Apostólico - dois volumes em 8º, em casa de Garnier**

O Império chinês, acerca do qual se tem contado tantas fábulas, foi cuidadosamente estudado pelo digno Missionário, o Sr. Huc, que no-lo faz conhecer tal qual é, com seus defeitos, a corrupção dos seus magistrados, o indiferentismo glacial infiltrado na população, a par de algumas boas qualidades, como sejam o amor ao trabalho e os hábitos pacíficos de seus habitantes. O leitor encontrará nesta obra a explicação desse movimento, que ainda há pouco abalou todo o celeste império, pondo em iminente perigo a dinastia mant choua, e que ainda não está completamente extinto. É uma leitura agradável e instrutiva ao mesmo tempo, que recomendamos a todos os que se interessam pelos estudos etnográficos.

***Dictionnaire Universel des Sciences, des Lettres e des Arts* - Por Bouillet - um grande volume de 1750 páginas em 8º , em casa de Garnier.**

Ninguém hoje contesta a utilidade de semelhantes dicionários, espécie de Enciclopédias portáteis, de fácil consulta, encerrando em poucas linhas o fruto de grande lucubrações. *Times is money*, é o emblema do nosso século, e parece-nos que poucos tel-o-ão compreendido tão bem, como o Sr. Bouillet, escrevendo o seu interessante *Dicionário Universal de Geografia e de História*, e fazendo-o acompanhar pelo das *Ciências, Letras e Artes*. É um desses livros de que nunca nos arrependeremos de tê-lo comprado.

Cônego Dr. Pinheiro.

"O Visconde de São Leopoldo: reminiscência da infância". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 11, 1856, t. III, p. 265-275.

O VISCONDE DE S. LEOPOLDO

Reminiscências da Infância.

———

Por muito tempo hesitei em escrever alguma coisa acerca do meu prezado tio, receando que fosse censurado de pouco modesto o que a tal respeito dissesse: animou-me porém o exemplo de muitas pessoas notáveis, tem feito a biografia dos seus mais próximos consangüíneos, fortaleceu-me ainda que o desejo de comunicar ao público as impressões, que deixou ele gravadas com caracteres indeléveis em meu espírito juvenil. Não sou eu, mas sim o Brasil inteiro pelo órgão dos seus mais legítimos representantes, pela voz do jornalismo, pela da tribuna, pela das academias, que proclamaram um varão benemérito, um ilustre servidor do Estado, um distinto literato; e pois, cumpre que lhe ergamos uma estátua, que seu busto seja colocado no Panteão literário, ao lado dos do Cônego Januário e do Marechal Cunha Matos, seus dignos irmãos de armas.

Para que um grande homem seja bem conhecido, e bem avaliado releva fazê-lo ver sob vários aspectos: é necessário o trabalho de diversos artistas; uns traçam o desenho e concebem o pensamento da estátua, outros fundem o bronze, ou cinzelam o mármore, e outros finalmente ocupam-se com os baixos-relevos do pedestal. O Visconde de S. Leopoldo foi ao mesmo tempo um estadista sem mácula, um exímio literato, um excelente pai de família, e um prestimoso parente. Ao seu digno sucessor na cadeira presidencial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao nobre Visconde de Sapucai, cabe escrever a vida do homem político, e certamente fá-lo-á com a exatidão de fatos, elevação de pensamentos, e aticismo de linguagem, que tanto o distinguem entre os cultores da letras: e o ilustre orador do mesmo Instituto, meu distinto amigo e mestre o Sr. Porto-Alegre ,incumbiu-se na sessão solene de 9 de Setembro de 1847 de espargir sobre a campa do literário as flores da sua arrebatadora eloqüência, e as lágrimas saudosas da mais sincera amizade. Ainda parece-me ouvir os inspiradas trinos que o cantor de Colombo entoou nesse solene momento em honra de meu caro tio. A estátua está quase terminada, e esperando a sua conclusão final, serei eu, obscuro alvanel, quem me encarregue das obras mais grosseiras, dos mais simples baixos-relevos do pedestal. Procurarei pintar o Visconde de S. Leopoldo na sua vida íntima, invocando para isso as recordações da infância, e as tradições de família. Não pense o leitor que vou prevalecer-me desta ocasião para descrever-lhe a nossa genealogia, enfeitar-me com brasões heráldicos verdadeiros, ou falsos; não, tal não é meu intento, e unicamente dir-lhe-ei, que José Feliciano Fernandes Pinheiro, depois Visconde de S. Leopoldo, pertencia à classe média, *à essa burguesia* que pôde reivindicar para si os mais belos triunfos do nosso século. Oriundo por ambos os lados da província do Minho, no reino de Portugal, foram seus pais o coronel de milícias, e honrado negociante, José Fernandes Martins, e sua mãe D. Teresa de Jesus Pinheiro. Veio a luz na antiga vila (sic), hoje cidade de Santos, província de S. Paulo, aos 9 de Maio de 1774. Plácidos e serenos se deslizaram os primeiros anos da sua vida, e tendo terminado o estudo dos rudimentos da língua materna entregou-se ao do

idioma de Virgílio, sob a direção do hábil professor, então chamado *Mestre Régio*, José Luiz de Mello, que contemplava no número de seus primeiros discípulos. O jovem José Feliciano não era um prodígio talento, mas sim de aplicação, e as horas, que seus companheiros davam ao recreio, consagrava-as ele aos livros, de sorte que no dia seguinte a vitória pendia para o seu lado; o estudo tinha vencido a fácil concepção e a feliz memória.

O Vigário de Santos, Doutor em Cânones, José Xavier de Toledo, seu padrinho de crisma, querendo recompensar o ardor, que mostrava pelas letras, ofereceu-se para ensinar-lhe a traduzir a língua francesa, o que deu suma satisfação ao jovem estudante por abrir-lhe mais uma porta do templo de Minerva. Poucos eram nessa época os que podiam penetrar-nos arcanos dessa fácil e brilhante literatura, hoje tão vulgarizada: havia quase que uma temeridade em facilitar aos moços a leitura das obras, que pareciam suspeitas aos olhos de uma vigilante e por demais suspeitosa ortodoxia. Contava-me meu pai um fato que servirá para caracterizar esse tempo já de nós tão distante, mais pela mudança das idéias do que pelo número de anos decorridos. Um irmão de minha avó, Cônego da Catedral de S. Paulo, e homem distinto pelos seus conhecimentos teológicos, sabendo que meu tio estudava francês assustou-se com semelhante inovação nos clássicos estudos, e cheio do mais santo zelo pela pureza da fé de seu sobrinho reclamou a suspensão formal desse estudo, que ia pô-lo ao fato das obras hereges, as quais só conhecia por tê-las visto no *índex expurgatorum*, e confundindo inocentes e culpados, proscrevia a língua francesa como a dos libertinos, dos ímpios, e dos ateus. Felizmente o bom senso de meu avô opôs o seu veto, e meu tio continuou a traduzir o Telemaco do sábio e pio Arcebispo de Cambraia.

Na tenra idade de dezoito anos desprendeu-se dos braços maternos, privou-se das doçuras do lar doméstico, e atravessando o Atlântico foi buscar na Atenas Lusitana o complemento dos seus votos, a aquisição de um pergaminho, que o habilitasse para melhor servir ao *rei e à pátria*. Havendo finalizado os seus estudos preparatórios, matriculou-se no curso de Cânones, obtendo o grau de bacharel formado, em 1798, quando apenas contava vinte e quatro anos. Meu tio não se sentia com vocação para o estado eclesiástico e estudava o direito canônico unicamente para satisfazer ao gosto de sua piedosa mãe, cujos irmãos eram todos padres, ou frades, e tendo recebido notícia, logo depois da sua formatura, de que ela era falecida, alcançou meu avô licença para dedicar-se à carreira da magistratura, para a qual se achava igualmente apto, graças ao método do estudo simultâneo de ambos os direitos, seguido da Universidade de Coimbra. Mais tarde mostrou pesar, quase que arrependimento, de não ter entrado para o serviço da igreja, como se depreende do seguinte trecho de uma carta que me dirigiu três meses antes da sua morte. " *Passando à outro ponto essencial da citada sua carta, dizia-me ele: como poderei deixar de aprovar, quanto em mim cabe, um estado e profissão no qual eu me iniciei outrora, e não sei se em meio das procelas da minha vida pública por vezes tenho arrependimento de não ter prosseguido e a ele me dedicado?*"

Sabe Deus por quanto tempo estaria em Lisboa, confundido na grande turba dos bacharéis requerentes, se não lhe valesse a proteção do nosso parente Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, que gozava da privança de D. Rodrigo da Silva Coutinho, então ministro dos negócios do ultramar. Empregado no Arco do Cego, ocupou-se em fazer várias versões do inglês, cujo conhecimento adquiria em Coimbra, apesar de ser *língua de hereges*. Tal exercício, confessava ele, lhe fora muito útil, obrigando-o a fazer um acurado estudo da língua vernácula, a ler e meditar sobre os grande modelos da nossa literatura, e adquirindo essa pureza de dicção, essa graça de linguagem, que todos reconhecem em seus escritos. Residiu por quase três anos na

capital da monarquia portuguesa, até que foi despachado em 1801 para o lugar de juiz das alfadengas do Rio Grande e Santa Catarina, e incumbido de criá-las.

Tornou a ver em dezembro de 1801 o seu país natal, depois de nove anos de ausência, e passando alguns meses no seio da sua família, de quem estava tão saudoso, dirigiu-se à cidade de Porto - Alegre, onde chegou em meado do ano seguinte. imensos foram os embaraços com que teve de lutar e só em 1804 é que pode tornar efetiva a criação da alfândega de Porto-Alegre e do consulado do Rio Grande. Na criação da junta da fazenda teve ele o lugar de procurados da coroa, servindo ao mesmo tempo de juiz conservador dos contratos do quinto e dizimo e inspetor do papel selado.

Achou na administração do Rio Grande do Sul o último dos seus governadores, chefe da esquadra Paulo José da Silva Gama, depois barão de Bagé, para quem trouxe cartas de recomendação do ministro do *ultramar*. O governador e o moço juiz ligaram-se com a mais íntima amizade: e não poucas vezes recebia este em seu gabinete nas horas silenciosas da noite a visita do velho militar que ia-o consultar sobre o modo porque melhor se haveria na gerência do públicos negócios. Longe de ensoberbecer-se com tal honra, com semelhante confiança, ele ocultava-a cuidadosamente, e só muito tarde na intimidade de família é que nos fazia essas revelações.

Ao barão de Bagé sucedeu D. Diogo de Souza, com o título de capitão general, e como nutrisse antiga rivalidade com o último governador, quis dispensar-se do *auxílio* que a este tinham prestado as luzes e a moderação do juiz da alfândega. Por muito tempo ambas as autoridades se conservaram em respeitosa distância, e fortificados em seus respectivos arraiais. Era um estado dúbio, ou na eloqüente frase do Sr. Guizot, uma paz armada. Quem foi o primeiro a romper o armistício? - o capitão-general. - E eis, como me referia meu tio, tinha-se passado essa cena.

Em uma das mais frias noites do inverno de 1806 trabalhava ele no seu gabinete, quando um pagem lhe veio anunciar que um homem envolto em um ponche desejava falar-lhe. Apenas transpondo o limiar da sala, que D. Diogo (pois era ele o desconhecido) se lança em seus braços, pede-lhe mil desculpas pela maneira reservada com que até então o tratara, e roga-lhe que seja para com o capitão-general o mesmo inteligente conselheiro que fora para com o antigo governador. O orgulhosos fidalgo se achava em bem sérios embaraços; pois que o leitor se recordará que em junho desse mesmo ano uma divisão inglesa ao mando de Sr Popham e do general Bererford, havia invadido o Rio da Prata, e que dificílimo era guardar a neutralidade entre os dois beligerantes. Chegará o tempo de inclinar-se a espada ante a pena, e de dizer com Cícero: *Cedant arma toga*.

Como auditor geral das tropas acompanhou ao exercito pacificador e assistiu a campanha de 1811 a 1812, no que muito lucrou, pelo conhecimento prático das localidades, onde se passaram as cenas de que se constituiu o narrador nos seus interessantes *Anais da Província de S. Pedro*. Esta obra, assaz conhecida, custou-lhe imensos labores, teve de colecionar documentos, que andavam esparsos, interrogar o testemunho de pessoas fidedignas, e joeirar com a mais severa crítica as tradições populares, que um historiador nunca deve desprezar, nem tão pouco fazer-se eco delas, a imitação de Tito Livio. O autor dos *Anais da Província de S. Pedro* tinha tomado a Tácito por seu modelo, e procurou quanto permitiam a natureza diversa dos objetos e a índole das duas línguas, seguir as pisadas do grande historiador romano. Só os que se tem ocupado com o estudo das coisas pátrias é que poderão avaliar o importante serviço prestado às

letras pelo Visconde de S. Leopoldo, salvando do olvido fatos gloriosos da nossa história, a custa de incalculáveis sacrifícios, consagrando a esta árdua empresa as horas de repouso, que lhe deixavam as suas variadas ocupações.

Desembargador honorário desde o ano de 1811, gozando das honras de coronel, como auditor geral foi membro da primeira junta de justiça, que se criou na província de S. Pedro. Os acontecimentos de 1821 o encontraram no meio dos seus prediletos estudos, e no desempenho das suas tão complicadas funções, mas a reputação de que geralmente gozava o designou para o lugar de deputado as cortes gerais e constituintes da nação portuguesa pela província da sua residência e pela do seu nascimento, donde se achava ausente a dezenove anos. Tomando assento no Congresso, como representante por S. Paulo, defendeu com grande inteligência os interesses do Brasil, e quando ai se tratou de trocar com a Espanha a praça de Montevidéu na América pela de Olivença na Europa, impugnou a idéia com tanto conhecimento de causa, que o distinto brasileiro Hipolito José da Costa, que em Londres escrevia o *Correio Brasiliense* dando conta da discussão, serviu-se destas formais palavras: "*o deputado Fernandes Pinheiro manejou este negócio com mão de mestre*." Recusando seguir o exemplo dado por alguns dos seus colegas deputados do Brasil, conservou-se em Lisboa até a proclamação definitiva da nossa independência, e só deixou de comparecer às sessões das cortes quando julgou findo o seu mandato. Semelhante procedimento, não sendo devidamente apreciado pelas paixões de uma época de ebulição, teve de sofrer o seqüestro de bens, o que não pouco arruinou a sua pequena fortuna, adquirida à custa da mais estrita economia.

Novamente eleito deputado à Assembléia Constituinte por ambas as províncias, que o haviam mandado às cortes de Lisboa, optou ainda pela de S. Paulo, e como seu representante achou-se nessa memorável Assembléia , cujos atos tem sido tão diversamente interpretados. Ai, como no congresso português, seguiu *o justo meio*, e suas idéias se distinguiam por uma grande moderação; por isso não teve de sofrer as amarguras do exílio.

Encarregado de administração da Província de S. Pedro, na qualidade de seu primeiro presidente, ocupou-se seriamente de desenvolver todos os elementos de prosperidade, que encerra esse abençoado país, cujas necessidades, talvez melhor do que ninguém, conhecia. Fundou a colônia de S. Leopoldo, cujos prazos por si mesmo dividiu, e cabe-lhe certamente a glória de havê-la assentado sobre bases tão sólidas, que ainda hoje é considerada como a primeira de quantas o Brasil possui. Foi o primeiro provedor da Casa de Caridade de Porto - Alegre, e organizou a primeira tipografia, que houve na Província.

Deixemos ao Sr. Porto - Alegre narrar a ação grandiosa por ele praticada como provedor da Casa de Caridade.

"Sendo presidente do Rio Grande, no dia 1º de Janeiro de 1825, aquele respeitável cidadão abriu o novo hospital da Caridade, e transladou os enfermos de uma casa velha para o novo e amplo estabelecimento: toda a cidade de Porto-Alegre o viu, cheio de unção, com a sua farda doirada, carregando as costas um doente deitado em uma rede, e dando este exemplo de humildade evangélica, que foi por todos seguido."

O Sr. D. Pedro I querendo empregar em mais larga escala os seus talentos administrativos, nomeou-o nesse mesmo ano de 1825 para o elevado cargo de ministro e secretário de estado dos negócios do império. Nada direi sobre o modo porque se houve quando ministro, e unicamente citarei como padrões de sua glória os decretos, por ele referendados, criando as academias jurídicas e a das belas-artes. À pena mais hábil toca o desenvolver as lutas,

que teve de sustentar, o indiferentismo, que teve de vencer, para chegar a tão úteis resultados. O magnânimo fundador do império mostrou-se satisfeito pelos seus serviços agraciando-o com o título de Visconde com grandeza, fazendo-o conselheiro de estado, e escolhendo-o senador na lista tríplice da província de S. Paulo, que vinha o seu nome em primeiro lugar.

Os sucessos políticos, que originaram a abdicação do primeiro Imperador, desgostaram profundamente ao Visconde de S. Leopoldo, que se tornará notável pela sua sincera adesão ao princípio monárquico, e o obrigaram a retirar-se da cena política.

Havendo escolhido para sua esposa a uma das senhoras mais virtuosas de Porto-Alegre, e que tornou-o pai de numerosa progênie, achou nas doçuras da família ampla compensação dos seu pesares como homem político. Todo entregue à educação de seus filhos, do que era sumamente zeloso, dedicava as suas horas vagas ao estudo e à cultura de uma chácara, que possuía nos arredores da cidade, e em cujo portão mandara gravar este dístico:

Nestes Elísios, Quase Pintou Virgílio,

Em Ócio Honroso a Vida Deslizamos.

Gozava das doçuras do lar doméstico, inteiramente retirado dos negócios quando a revolução de vinte de Setembro de 1835, cimentada por antigos ódios e profundas rivalidades, o veio tirar do seu *ócio honroso* e lembrar-lhe o dever de todo bom cidadão, que como pensava o sábio Licurgo, não deve ficar indiferente no meio das dissensões (sic) civis. Era muito conhecido por seus sentimentos monárquicos, para não ter de sofrer da parte dos homens, que arvoraram a *esfarrapada bandeira da república Piratinim*. Ele traçava-me anos depois, com verdadeira eloquência o quadro desses dias lutuosos, em que viu a sua bela chácara talada pelos rebeldes, que ali assentaram o seu quartel general durante todo o tempo, que durou o cerdo de Porto-Alegre; seus escravos fugidos, para irem assentar praça no *exército liberal*, e acordando-se de noite sobressaltado ao pavoroso ruído das bombas e granadas, que rebentavam sobre a cidade. Contava também a parte que tivera no bom êxito da reação, que o partido da legalidade operou na capital, que havia por deplorável descuido caído em poder dos sediciosos: a combinação dos seus planos com os do marechal Chagas, à cuja prudência e dedicação folgava de render sincera homenagem e dissimulação, que lhe era mister guardar para não tornar-se cada vez mais suspeito ao partido revolucionário, - que todavia soube respeitar a sua pessoa e toda a sua família.

A nau do Estado, dirigida por hábeis pilotos, atravessara os mares procelosos da menoridade e aproximava-se ao termo da sua viagem, quando o Visconde de S. Leopoldo entendeu que devera vir tomar parte nos trabalhos da câmara de que era membro. Tinha seu lugar fixo em duas importantíssimas comissões da casa - a de diplomacia e da resposta à fala do trono, que, como se sabe, é o órgão do pensamento da maioria, e suas opiniões moderadas, a diferência com que tratava a todos, granjeavam-lhe simpatias de *gregos e de troianos*.

O esclarecido Sr. Conselheiro Antônio Peregrino Maciel Monteiro, que então exercia o cargo de ministro dos negócios estrangeiros, endereçou-lhe um ofício, datado de 25 de outubro de 1837, em que participava-lhe achar-se nomeado presidente da comissão encarregada de averiguar os limites naturais do Brasil. Desejando corresponder à confiança, que nele depositava o governo imperial, escreveu uma luminosa memória, que sendo em alguns pontos contestada pelo Conselheiro Costa e Sá, colocou-o na necessidade de replicar da maneira a mais satisfatória.

Talvez que seja agradável aos leitores o ver a maneira porque, na intimidade das nossas relações, ele avaliava este seu trabalho, o que farei citando o trecho de uma carta, que me dirigiu em 15 de Setembro de 1846.

"Por justa reciprocidade incluo nesta dois folhetos, um dos quais a *Resposta às Breves Anotações* etc. - modernamente publicada; talvez não tivemos ocasião de ver: foi obra de capricho, e para a polêmica não me sinto azado; na esgrima esfrio sempre, pela presunção da minha inferioridade; não tanto por mim, como por circunstâncias, que ocorreram, era do meu pundonor sair à arena. O meu antagonista, o Conselheiro Costa e Sá é, ou era, um dos mais distintos membros da Academia Real das Ciências de Lisboa, não sei se por ciúme do acolhimento que se fez à minha - *Memória sobre os limites do Brasil* -, ou por qualquer outro motivo, analiso com paixão, e perdoando eu injúrias dirigidas a mim, saltei a craveira da moderação na pag. 235 da minha *Resposta*, porque tocaram geralmente à pátria: como se desconfiasse que alguém, por atenção, a sumisse, fiz chegar particularmente às mãos de S.M.I., que com o seu especial discernimento a mandou levar ao Instituto: forçoso então me foi apanhar a luva, e aceitar o desafio, e ir-lhe na pista, quando menos para mostrar-lhe que se errei, e não correspondi à confiança do Instituto, foi involuntariamente; gladiei desprovido de armas, porque estava longe dos meus livros e manuscritos, que tenho em Porto-Alegre."

Empreendendo no ano de 1838 uma viagem à Santos, sua pátria, para negócios de família, aproveitou a sua curta residência nessa cidade para colher os documentos precisos a fim de escrever dois estudos biográficos acerca dos irmãos Alexandre de Gusmão e Bartolomeu Lourenço de Gusmão, conhecido pela denominação de - *Voador* -, seus ilustres conterrâneos, cuja memória desejava vingar do injusto esquecimento, em que jazia. Não nos cabe o avaliar do merecimento desse trabalho; e só dizemos que depois da sua leitura ficaram muitos brasileiros sabendo que era ao patrício nosso que se devia a descoberta dos balões aerostáticos.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que de acordo com o Cônego Januário e o Marechal Cunha Matos, tivera a satisfação de criar, e que grato a isso o fizera seu primeiro presidente perpétuo, era no fim da vida o objeto de todas as suas predileções, e ao qual consagrava uma importante obra, a cuja conclusão veio opor-se a morte. Era para admirar a assiduidade com que meu tio numa idade tão avançada, freqüentava as sessões desta útil Associação, a parte ativa, direi quase entusiástica, que tomava em suas deliberações, e como se sentia feliz todas as vezes que via que por suas luzes e experiência podia concorrer para o adiantamento desse seu filho querido.

Poucos meses antes de morrer, em abril de 1847, escrevia ele estas palavras, que foram para mim o seu canto do cisne.

"Ainda na próxima sessão não poderei ir ao Senado; arrasto com muito custo o peso de setenta e três anos; sinto a passos largos fugir-me a vida, o desfalecimento das minhas faculdades físicas e morais a todo o momento me adverte que não pode estar longe a hora do trespassado, eu espero sem horror, resignado, como pode estar um cristão, e um filósofo; se melhores serviços não prestei a pátria, prestei-lhe os que se deveriam esperar de uma educação acanhada, mas com honra e probidade, despedi-me do Instituto, e renunciei o título de seu presidente perpétuo, agradecendo a nomeada, que com isso me deu; não contínuo porque eu mesmo desconfio da minha cabeça, não desejo comprometer os negócios públicos.

Conta-se que Napoleão dizia que *a roupa suja lava-se em casa*. Não tenho o remorso de dissipar o patrimônio de meus filhos; uma rebelião, na qual eu mais padeci pelo meu aferro e

devoção a monarquia, dissolou, e incendiou a minha chácara. Duas vezes o Imperador parou diante dela indo para Viamão: nada tenho pedido, senão a indenização do meu ofício da Alfândega do Rio Grande, o que não é uma graça, é uma justiça; porque era uma propriedade, que eu criei, e exerci por mais de vinte anos, com honra e sem nota, e ninguém me o negará."

Era este o seu tratamento político-literário, a expressão genuína das suas crenças junto às margens do sepulcro, onde devera baixar no dia 6 de julho de 1847, na idade de setenta e três anos, um mês e vinte e cinco dias. Morreu rodeado de sua mulher e de seus filhos, nessa pitoresca cidade de Porto-Alegre, que tanto prezava, deixando profundas saudades, um vácuo imenso no coração de seus parentes e amigos.

Terminarei este grosseiro esboço biográfico copiando as eloqüentes palavras do meu respeitável amigo, o Sr. Porto-Alegre, que teve tantas ocasiões de conhecê-lo e apreciá-lo de perto:

" O Visconde era um homem, que possuía todas as mais altas qualidades para bem desempenhar o mais nobre e o mais difícil de todos os cargos; ele nasceu para ser historiador, para ilesamente (sic) transmitir a verdade dos fatos à posteridade.

"Nos seus preciosos escritos a adulação era substituída por um severo respeito, a superstição por uma crença pura, a inépcia por uma ciência profunda, cultivada com plácido afinco durante meio século; a mocidade pela experiência, a dúvida pelo conhecimento dos fatos, pelo preciosos documentos, que colhera durante os seus cargos administrativos; os prejuízos, que poderia sugerir a sua alta posição eram equilibrados pela sua modéstia proverbial; os erros tradicionais por uma fria e atilada crítica, e os seus sofrimentos, no meio de tantos embates, eram modificados pela sua alta resignação, pela sua paciência evangélica. Ele possuía a coragem cívica no mais alto grau de sua serenidade: o chanceler Bacon havia dado em sua alma o último toque de força no quadro da morte, cujo aspecto deve ser sempre agradável ao homem, que conhece este mundo de dor, de sussurro e de fumaça.

A alma do Visconde era como um espelho polido, onde todos os objetos se refletiam com serenidade e doçura; era um lago tranqüilo acobertado pelo céu risonho do seu âmeno e inalterável caracter."

Tal era meu tio, acerca do qual nada mais direi.

Cônego - Dr.. Pinheiro

"Boletim bibliográfico: *Promenade Em Amerique – Estats-Unis – Cuba, Mexique* – par Ampère e ***Histoire De La Russie*** **-** par A. de Lamartine". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 11, 1856, t. III, p. 277-280.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO.

———

Promenade En Amerique – *Estats-Unis – Cuba*, *Mexique* - Par Ampère.

Dois Volumes em 8.º, em casa De Garnier, rua Do Ouvidor N. 69.

O nome de Sr. Ampére, tão notável pelos seus importantes trabalhos de história e erudição levaram-nos a ler a sua viagem a América, que acaba de sair dos prelos dos Srs. Michel Levi Frères, em Paris. Observador imparcial, o ilustre acadêmico francês elogia tudo o que acha bom no regimen democrático dos Estados -Unidos: a força vital, que ali se a ostente, a prodigiosa atividade dos particulares quase que dispensa a ação administrativa, porque nesse país, como é geralmente sabido, tudo se faz por meio de associações, e realiza-se mais que em parte alguma o princípio da *self-government*, que parece ser o timbre da raça ânglo-saxonica. Simples particulares fundam colégios e academias, amam navios para expedições longínquas, como a que saiu ultimamente em pesquisa de Sr John Franklin perdido nos gelos do pólo. Os cidadãos entendem que podem fazer tudo por si mesmo, sem auxílio do governo, fieis observadores da máxima *help your self*: Bem diversamente do que se prática entre nós, onde se exige que o governo se ocupe com os mais pequenos negócios. O Sr. Ampère enumera também os graves inconvenientes que resultam da extrema latitude que os Americanos do Norte dão a esse princípio, e aponta por exemplo a malograda expedição de Cuba, dirigida por aventureiros, e na qual a administração central não tomou parte alguma. Lamenta que os laços federais não sejam mais fortes, e que cada Estado tenha a faculdade de legislar a seu bel-prazer, e muitas vezes em sentido contrário aos interesses da união, e sem querer destruir a sua liberdade desejaria que o governo de Washington tivesse uma ação mais direta sobre o dos Estados confederados. Põe em relevo, pelo testemunho dos homens os mais competentes, a rivalidade entre o norte e o sul por causa do eterno debate sobre a escravidão, que ameaça um cisma político, apenas retardado pelos esforços dos seus maiores estadistas. Falando desse espírito de conquista, que parece ter-se apoderado dos *Yankees*, mostra quanto lhes pode ser este funesto, ainda no caso de serem felizes todas as suas empresas, pela necessidade que haverá de entregarem o governo a generais, que aniquilaram a constituição liberal, que os rege, estabelecendo a ditadura da espada, como na América outrora espanhola e depois a monarquia despótica, como a dos Césares Romano. Dos Estados-Unidos passa o autor a ilha de Cuba e ao México, que denomina *Estados-Unidos futuros*.

Na rainha das Antilhas, a mais importante colônia que resta hoje à Espanha, notou o Sr. Ampère um geral desgosto contra o governo da metrópole, que no meio do século XIX ainda persiste em conservar o regímen odioso, que lhe alienou as simpatias dos seus vassalos da América muito tempo antes que soasse a hora da independência. Deixando a colônia no maior abandono, e só se lembrando dela para enviar-lhe desmoralizados e ferozes satrapas,

sobrecarregando-a de pesados impostos, o gabinete de Madrid parece ter empenho de levar os Cubanos a se lançarem nos braços dos norte-americanos, que espreitam a ocasião oportuna de se lançarem sobre a sua presa. Longe de imitar a sabedoria do governo inglês, que alargou o círculo das franquezas coloniais no Canadá, dando-lhe tão grande soma de liberdade que ele está decidido a guardar a sua união com a Inglaterra, resistindo energicamente a toda as sugestões dos seus vizinhos, os Espanhóis obstinam-se em tratar os habitantes de Cuba como Cortes e Pizarro tratavam os do México e do Peru no templo de Carlos Quinto, e não lhes fizeram ainda experimentar as doçuras do governo representativo.

O México, esse país tão belo, tão poético, tão favorecido pela natureza, mostrou-se ao sábio viajante sob o aspecto o mais triste e desanimador, pela completa ausência do espírito público, pela total falta de patriotismo. É um povo em estado de dissolução, tal como eram os Gregos do Baixo Império nos últimos tempos da sua existência, antes que o alfanje de Mahomet II. viesse por termo as suas escandalosas rixas. A guerra civil é o estado normal do país; todos os chefes militares aspiram a honra de sentarem-se na cadeira presidencial, e as eleições se fazem no campo da batalha.

Dir-se-ia que ao menos com essas lutas fratricidas haviam ganhado o espírito marcial; pois nem isso alcançaram, como nôl-o prova a cobarde maneira porque se houveram na última guerra contra os Estados-Unidos, e as humilhantes condições que lhes ditou o general Scott. Ali ninguém tem fé no futuro, e tudo ressente-se do caráter provisório que forma a base da sua vida política. A administração está em péssimo estado; não há segurança pessoal, a ponto de levarem os viandantes consigo o dinheiro, que devem dar aos salteadores, como um tributo que devessem pagar ao Estado, Tudo parece agourar que em breve será o México riscado da carta das nações e incorporado à União Norte-Americana!

***Histoire De La Russie* - par A. de Lamartine, - Dois Volumes em 8.º, em Casa de Garnier.**

O Sr. De Lamartine, que nos vagares que lhes deixa o seu repouso político, parece destinado a escrever a história de todos os povos, acaba de publicar a da Rússia em seguimento da Turquia. As mesmas belezas e defeitos notam-se em ambas as obras, escritas sobre idêntica inspiração. Há ai alguma coisa no gênero de Walter Scott; são antes romances históricos do que verdadeiras histórias; tal é pelo menos a nossa humilde opinião. É sempre o brilhante autor dos *Girondinos*, o encomiaste da revolução de 1848, escrevendo como Cezar os seus próprios *Comentários,* o romântico narrador da época da Restauração, que nos deslumbra pelo mágico colorido de seu pincel, como o dos quadros da escola veneriana, mas onde falta a gravidade do Sr. Thiers, o Juízo seguro do Sr. Guizot, e a profunda e vasta erudição do Sr. Aug. Thierry.

O primeiro livro é como um prefácio destinado a nos familiarizar com as revoluções russas, e nos mostrar o estado desse império antes da aparição de Pedro o Grande, que pode ser contemplado como seu fundador ou pelo menos como o seu maior herói. É desse grande homem que começa a tornar-se interessante a história do colosso moscovita, e sentimentos que o ilustre historiador-poeta não nos descrevesse a natureza e a índole das instituições do *Czar*, ele, que como homem o político deve também conhecer a ciência administrativa, empregando o seu incontestável talento em contar-nos as intrigas de palácio; introduzindo em sua história cenas e diálogos, que é sempre lícito ao historiador por na boca das suas personagens algumas alocuções,

mas não deixar-se levar tanto por esse gosto, que faça perder a gravidade que deve guardar em seu estilo. O leitor pode com justa razão perguntar ao Sr. De Lamartine quem lhe comunicara essas práticas íntimas entre Catarina II. e seus validos; de que modo soubera dos menores segredos da vida dos *Czares*, que assoalha com tanta galhardia, e que pensamos que pouco perderíamos se ignorássemos, indenizando-nos o autor com a história política da Rússia, e do papel por ela representado nos últimos tempos.

O quadro da situação da Europa nos *imperados* de Alexandre e de Nicoláu, provam-nos que o autor poderia tornar mais interessante e mais grave a sua História, se não se tivesse deixado dominar pela sua paixão predileta de *dramatuar*.

Cônego - Dr. Pinheiro.

"Boletim bibliográfico: *Resumo da História do Brasil* por Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 13, 1856, t. III, p. 329-330.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO.

———

Resumo da História do Brasil – POR HENRIQUE LUIZ DE NIEMEYER BELLEGARDE - um volume em 16º

Acaba de sair dos prelos do sr. F. de Paula Brito a quarta edição do muito conhecido *Resumo da História do Brasil*, pelo falecido major Bellegarde; e como dissemos alguma coisa acerca do compêndio do sr. Coruja, pede a justiça que não guardemos silêncio a respeito deste livrinho elementar. Esta nova edição está consideravelmente melhorada, e a sua introdução e o aditamento tornam-se recomendáveis pela clareza e exatidão com que são escritos. É um verdadeiro serviço pôr ao alcance da juventude os sucessos mais notáveis dos fatos nacionais, e fá-la amar a glória pátria, interessar-se pelo progresso do seu país, assim pois consideramos como beneméritos todos os que tomam sobre seus ombros a dificílima tarefa de escrever compêndios mil vezes mais laboriosa do que a confecção de uma obra qualquer, principalmente a de algum volume de trovas. Honra ao Exm. Sr. General Bellegarde, que movido pelo sentimento de amizade fraterna, tornou muito mais interessante a obra do seu digno irmão.

No Gramática Latina – PELO SR. DR. ANTÔNIO CASTRO LOPES.

Posto que ainda não visse a luz publica a obra que acima anunciamos, tão adiantada se acha a sua impressão que não podemos resistir ao desejo de chamar sobre ela a proteção dos nossos ilustrados leitores, pedindo-lhes a sua valiosa coadjuvação em prol de tão louvável empresa. O nosso amigo teve a bondade de mostrar-nos algumas lições, que se achavam impressas, e por elas avaliamos de quanta utilidade será para a mocidade [330] a aplicação que se propõe fazer o ilustre latinista do método de Robertson ao ensino dessa língua clássica, cujo conhecimento se torna indispensável aos que desejam penetrar no templo das ciências, ou ainda mesmo conhecer a etimologia das palavras do idioma nacional. Até hoje muita gente recuava ante a dificuldade, que apresentava o estudo do latim, que, cumpre confessar, era o verdadeiro *Cabo Tormentório* da juventude, passado o qual podia esta, à imitação do Gama, saudar as aprazíveis margens do Ganges; agora porém, graças ao Sr. Dr. Castro Lopes, a língua de Cícero se torna de tão fácil compreensão, como a francesa e a inglesa, e até as nossas jovens patrícias poderão ler no original os melodiosos versos de Virgílio.

Cônego – *Dr. Pinheiro.*

"A caridade poema heróico pelo Sr. Manoel Pessoa da Silva". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 13, 1856, t. III, p. 353-357.

A CARIDADE

———

Poema-Heróico pelo Sr. Manoel Pessoa da Silva.

Causa-nos verdadeira surpresa quando vemos anunciar em um século de prosa a aparição de algum poema, maravilha-nos que ainda hajam homens assaz corajosos para afrontar o positivismo que com suas densas camadas cobre a superfície da sociedade em que vivemos!! Um desses audazes argonautas, que buscam uma passagem para as regiões da poesia através dos gelos polares da indiferença, é por sem dúvida o Ilm. Sr. Manoel Pessoa da Silva, natural da cidade da Bahia, a que com razão chamou o Sr. Dr. Magalhães a Itália do Brasil. Devemos a sua bondade e uma delicadeza a oferta de um exemplar do seu poema a - Caridade - do qual apenas fizemos a primeira leitura; dizemos - primeira porque à obras de igual quilate costumamos consagrar mais minucioso exame; por acontecer-nos com elas o mesmo que experimentamos todas as vezes que visitamos a famosa Basílica de S. Pedro em Roma, onde sempre descobríamos novas belezas. Desejoso porém de dizer alguma coisa acerca de tão importante trabalho, comunicamos aos leitores do *Guanabara* o resultado das nossas primeiras impressões.

O poema do Sr. Pessoa pode ser classificado na categoria dos religiosos; trilhou a senda encetada por Milton e Klopstock e entre nós por Fr. Francisco de S. Carlos. A ação é simples, bem conduzida e verdadeiramente épica. Desde a queda do primeiro homem, arrastado pela soberba de Satã até a sua regeneração pela vinda do Messias, o Criador da Caridade, o autor abraçou com admirável síntese os diversos períodos da história humana, provando-nos desta arte que tem nutrido o seu espírito de grandes e proveitosas leituras; é um secular que emboca a tuba sagrada com engenhoso esmero, que perlustra as campinas do dogma espargindo sobre ela as flores da poesia, discutindo as mais difíceis questão com um *L'adre da Igreja*.

O ilustrado Bardo baiano não podia deixar de pertencer à moderna escola da poesia, invoca portanto a *Musa da Verdade* dizendo:

> "Profano assunto não me empenha o gênio; -
> Divindades, que fábulas criaram
> Quando em tempo gentílico à verdade
> Do homem a razão deu preferência
> Ao falso brilho de mentidos quadros
> - Hoje em Musas não creio - ...

mas se é romântico pelo estilo e pela forma, é clássico quanto ao desempenho das regras e pelo seu depurado gosto, mostrando-nos que conhece tão bem Homero como a Dante, a Sófocles como a Shakespeare.

Com toda a razão deu preferência ao verso solto à rima e por isso o seu poema escapa felizmente a peça de monótono de que tem sido averbado o da Assunção, de S. Carlos, no qual também notamos pouco gênio inventivo. O Sr. Pessoa tendo de tratar de um assunto já por demais trilhado não desanimou, e como homem de verdadeiro talento achou em muitos lugares o meio de ser original. Suas comparações são sempre felizes, e suas pinturas, por mais longas que sejam, não fatigam. Conhece perfeitamente as regras da poética e semeia com graça os tropos e figuras. Metrifica otimamente, e não encontramos em todo o poema um só verso duro, ou mal medido.

Digamos agora com franqueza quais são os trechos de que mais gostamos.

A criação do homem que se lê no canto 1.º, é belíssima:

"Então que feito lhe o contemple imenso
E porque o goze - o Arbitro Supremo
Debuxa o homem na divina idéia
A sacra imagem sua: - é Deus, e d'Ele
Só bastando o querer p'ras quanto intente
Toma do barro uma porção, com um sopro
Parte do seu lhe infunde Eterno Espírito,
E dentre as suas mãos o homem surge;-
Ante o seu Criador a fronte humilha
Seu Criador adora; - pasma, os olhos
Pondo em tudo que o cerca - em posse entra
De alma delicias que o seu Deus formará."

A criação da mulher, que se lhe segue, é de igual senão de superior merecimento estético, posto que a achemos (peroe-nos o exímio poeta) um pouco erótica para um poema sagrado.

A morte de Abel é digna do pincel de Gessner: e a ele se poderiam atribuir estes versos:

"Talhado ao puro Abel da vida o fio
Vertido sangue a túnica lhe tinge-
Qual do luzente sol ferido aos raios
O mimoso penacho o lírio pende,
Tal do bárbaro irmão fenece ao golpe
O mimoso penacho o lírio pende,
Tal do bárbaro irmão fenece ao golpe
A inocente vítima, e sua alma
Na celeste mansão coroada fulge. -"

A descrição do divino, que se acha no começo do canto terceiro, é também de mérito, e são tão vivas as suas energias que parece-nos assistir a esse grande cataclisma. Esse quadro de Arca, balouçando-se nas vagas agitadas de um oceano sem limites, é realmente byronniano.

Se o autor não nos tivesse assegurado que nunca saíra do Brasil diríamos que tinha modelado o seu Moisés pelo de Miguel Ângelo, e que escrevera seus sublimes versos na igreja de S. Pedro - in Vincoli.

O sonho de José, quando tentado pelo Anjo da Volúpia vêm em seu socorro Uriel, é uma das mais felizes concepção do poema. São inimistais os seguintes versos (sic):

"Deus que velava atento o homem puro
Logo a ele Uriel do céu despede
A destruir do Orco o fero damo-
Ao leitor de José unido o Anjo
Pelas entranhas corruptora a linfa
Já se atua atroz; - no somo incerto
Um brando rosto de não visto encanto
Afagar se afigura: - Ao coldre ebúrneo
Do casto amor tomando então o Anjo
Uma áurea flecha - de José no peito
No ponto em que a embebe - ele desperta
Salvo a traça infernal; - e vê que a pulma
Que ligeira do Anjo as mãos lhe escapa,
Era o brando objeto em que tocava. -"

Como é simples e tocante o quadro que nos traça o autor dessa mãe desnaturada que vai ela mesma enjeitar seu filho; porque

"Ante lembrança da fatal volúpia
O filho que à luz deu para ela é nada;
Põe-lhe um entrave à desenvolta vida!"

esse menino, porém renegado pela autora de seus dias, encontra refúgio na caridade, e

"Afagadoras mão aqui lhe acodem
Prontas, que o alçam ao tranqüilo poiso
De seus tenros irmão na desventura:
Despida a roupa sórdida, que o cobre,
Enfaixam-no gentis cuidadas vestes."

A mísera sorte do escrevo mereceu a atenção do poeta da Caridade, e tornam-se recomendáveis pela unção religiosa os versos que lhe consagra: assim como aos últimos momentos do padecente.

Se em todo o decurso do poema assistimos com júbilo o esforço do gênio pairando, por cima do Trabor (sic) e do Sinai, e devassando com olhos da águia o pequeno planeta que habitamos, no sexto e último canto o contemplamos no seu cabo *Sunnio* discutindo com profundeza os mais espinhosos problemas sociais, como sejam a da escravidão e da abolição da pena de morte. Homem do progresso não podemos destra de simpatizar com suas idéias, e

apertando-lhe cordialmente a destra dir-lhe-emos que admiramos tanto ao poeta como amamos ao filosofo.

Oxalá que o Sr. Pessoa seja estimado, como merece, possa seu poema granjear-lhe proteção, e que, voltando a sua romântica Bahia, se recorde saudoso do nosso pátrio Rio. São estes os nossos votos.

Cônego Dr. Pinheiro.

"Epílogo". *Guanabara*. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarense de L. A. de Menezes, n. 13, 1856, t. III, p. 359--360.

EPÍLOGO

—

Com este número termina o terceiro número do *Guanabara*; e assim como fizemos o *exordio* julgamos que também devêramos fazer o *epílogo*. Tínhamos as mais bem fundadas esperanças em março de 1855, que a nossa *Revista* pudesse atingir ao grau de interesse, de que se torna digna, pela Alta Proteção sob que se acha colocada, havendo nós convidado as mais brilhantes penas do país para sua colaboração. Algumas acederam logo ao nosso convite e suas produções, que ficam registradas nas colunas do *Guanabara*, nos dispensam de emitir sobre elas o nosso juízo; outras porém por suas numerosas ocupações, ou por outro qualquer motivo, que não nos cumpre averiguar, deixaram de corresponder a nossa expectativa, privando assim ao público de apreciar novamente a beleza e primor dos seus escritos. A terrível epidemia do *cholera-morbus*, que nos visitou este ano, como a febre amarela em 1850, foi talvez uma das causas que contribuíram para a pouca animação que se notou nas regiões das letras, e da qual necessariamente devera participar a nossa *Revista*: fomos porém mais felizes que outrora, porque não tivemos de interromper a sua publicação, ainda durante o período mais assustador, como podem testificar os nossos assinantes. Era contudo um viver lânguido, não se achando ninguém com disposição para escrever, quando não se ouvia falar senão de postos médicos e ambulâncias. Apenas cessou o terror, o *Guanabara* ganhou em interesse, e ninguém contestará que os três últimos números são merecedores, pelas matérias neles contidas, do favor do público ilustrado.

A mãos mais hábeis, que não as nossas, deve estar entregue a primeira *Revista* literária do Brasil, receamos que possa ela perecer por insuficiência [360] nossa, ainda que nos sobeje a boa vontade de bem servir; assim pois pretendemos suplicar muito humildemente a nossa demissão do honroso cargo de redator em chefe, e como seja talvez esta a última vez que tenhamos de falar nessa qualidade, aproveitamo-nos dela para agradecer a todos que tiveram a bondade de coadjuvar-nos no desempenho da espinhosa tarefa de que nos incumbimos, mal calculando as nossas forças, pedindo mil perdões, infinita indulgência pelos nossos erros, consignaremos aqui um voto de gratidão ao digno editor, o Sr. Paula Brito, pelo cavalheirismo com que sempre se houve para conosco.

Cônego – *Dr. Pinheiro*.

R e v i s t a P o p u l a r (1859-1862)

"O Caetaninho". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 5-10.

O CAETANINHO.

(Narrativa dos Tempos Coloniais)

———

Governava a capitania de S. Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha quando ai praticou-se um ato bem característico da prepotência dos régulos que nos oprimiam: refiro-me ap suplício do trobeta do regimento de cavalaria dos voluntários reais Caetano José da Costa, mais conhecido pelo apelido de – *Caetaninho* ([361]).

No dia 16 de setembro de 17..... dirgiu-se Martim Lopes acompanhado de vários oficiais dos dois regimentos da guarnição e muitas outras pessoas para um sítio, arredado dez léguas da cidade de S. Paulo, e denominado – *Fazenda de S. Bernardo* – e de propriedade dos Beneditinos com o duplo fim de examinar as obras da estrada de Santos e de assistir a uma festividade religiosa que ai celebravam os monges. Mais de três mil pessoas concorreram a esse lugar com o atrativo da festa da igreja e dos folgares que de ordinário se lhes seguiam. Havia-se anunciado a representação de uma comédia; e tanto bastava para chamar o povo, sempre ávido desse gênero de espetáculos.

[6] Não existia nessa época no Brasil nenhum teatro regula, e as representações executadas por curiosos faziam parte integrante das festas religiosas como no tempo de Gil Vicente. Entre esses curiosos contava-se Antônio Lobo de Saldanha, filho do capitão-general e seu ajudante de ordens, mancebo libertino e de caráter perverso, que aliciava o que de mais corrompido existia na cidade, cercando-se de entes abjetos e crapulosos. Amigo e companheiro nas orgias do moço ajudante de ordens era o trombeta de cavalaria Caetano José da Costa, que, possuindo o talendo de tocar bem clarim e rabeca, fora elevado à categoria de chefe da orquestra do improvisado teatro da *Fazenda de S. Bernardo*.

Consagrava-se o dia à festividade religiosa em que pregava o D. abade de S. Bento e padre-mestre Dr. Camello, cujos conhecimentos (diz o velho manuscrito) estavam de perfeito acordo com o seu muito significativo nome. A maioria porém do auditório, que quase sempre aflui às *festinhas da roça*, não podia avaliar dos talentos oratórios do exímio pregador, e uma vez que gritasse e gesticulasse muito não duvidariam pô-lo acima de Vieira e de Antônio de Sá. Não sei dizer-vos, amigo leitor, se já nessa era havia o indefectível *leilão*; posso porém afiançar-vos que os ouvidos dos espectadores deverão ser como hoje aturdidos pelo estrondo das bombas e foguetes; porque sem muito barulho nunca entenderam os Portugueses e seus filhos que houvesse festa.

[361] Não consta de manuscrito donde extrai esta narrativa em que ano tivera lugar o sucesso; mas devera ser entre os anos de 1775 a 1782, em que o referido Martins Lopes serviu de capitão-general,

Trouxe a noite o começo do espetáculo profano, e uma decoração digna do teatro, da peça e dos atores; deslumbrou os felizes romeiros, pouco habituados a tais esplendores. Como era natural serviu de protagonista Antônio Lobo de Saldanha, e trajado do modo mais ridículo e impróprio a sua posição social: trazendo a seu lado o *Caetaninho* em tal estado de embriagues que mal podia suster-se. Trocada as primeiras palavras do diálogo puxou o trombeta por uma faca e feriu o seu nobre amigo com uma ligeira escoriação entre a orelha esquerda e o pescoço. Espalhou-se de súbito nos assistentes, e o luto sucedeu à alegria. Pálido e temeroso retirou-se o mancebo da cena acompanhado de grande número de lisonjeiros, que exagerando a importância do ferimento, aumentavam o valor da sua solicitude. Não faltou um cirurgião que declarasse perigosa a ferida, recomendando as maiores precauções, e o reverendíssimo Fr. Camello apressou-se em confessar o doente para destarte aumentar a gravidade do ato.

Informado o capitão-general do ocorrido determinou que fosse manietado o *Caetaninho*, que jazia prostrado por efeito da embriaguez. Como de costume excederam os executores as ordens recebidas, e o pobre trombeta foi terrivelmente malhado e até ferido no ato da prisão, a que não se lembrou de opor a mínima resistência. Convinha impressionar vivamente a imaginação popular e fazê-la [7] crer que um inaudito atentado fora cometido contra o filho do representante de S. M. F. nesta parte do Brasil, e dar-lhe as aparências de um delito público. Para semelhante fim lembraram-se os lisonjeiros que rodeavam a Martim Lopes de fazer transportar o ferido numa espécie de féretro, encaminhando-se o fúnebre préstito para a capital no meio das alas formadas por oficiais e soldados que de tochas acesas o seguiam: comunicando-lhe o mais lúgubre aspecto a escuridão da noite. Aos gemidos do filho correspondiam os soluços e abafados queixumes do inconsolável pai, a que faziam coro as hipócritas lágrimas dos parasitas e aduladores de sua corte. Chegando à cidade, já prevenida por emissários do que acabava de ocorrer, saiu imensa multidão ao seu encontro, com brados e alaridos contra o agressor e lamentações à vítima.

Recolhendo-se ao palácio ordenou o altivo Martim Lopes que se encerrassem todas as suas portas e janelas, *conservando-se de nojo* até que lhe fosse dada, com o suplício do miserável trombeta, a satisfação que exigia o seu desmedido e feroz orgulho.

Carregado de ferros em negra masmorra jazia o triste cúmplice dos prazeres do moço Saldanha, aguardando em cruel ansiedade o êxito da sua melindrosa situação. Dir-se-ia uma vítima de ante-mão talhada para o sacrifício; causava horror a sua presença, e até lhe foram recusados os socorros médicos para as feridas que a brutalidade dos agentes das iníquas ordens do déspota lhe havia causado. No espaço de quase vinte dias sofreu toda a espécie de martírios, incluindo as torturas da fome e da sede: e quebrantado o ânimo por tais sofrimentos fácil foi aos algozes arrancar-lhe as confissões que a seu plano mais convinham; mas que valor algum tinham aos olhos da razão e do direito. Desgraçadamente porém os caprichos de um atrabilário satrapa prevaleciam sobre todas as leis divinas e humanas.

Incumbido pelo governador de proceder ao corpo de delito e de abrir devassa sobre o crime cometido na noite anterior, procedeu o ouvidor e corregedor da comarca com a maior prudência e legalidade; remetendo todas as peças do processo ao major Nóbrega, comandante do regimento a que pertencia o acusado.

Reunido o conselho de guerra, sob a presidência do referido major, e servindo de auditor o juiz formador da culpa, aí compareceu o trombeta em tal estado de prostração que parecia um esqueleto, e ouvida a sua defesa consistente na absoluta falta de premeditação, existindo até,

como já disse, relações de boa camaradagem com o ofendido, firmando-se principalmente na circunstância de achar-se fora do uso da razão na ocasião em que [8] praticara o crime pelo qual respondia. Pensaram essas considerações nos ânimos dos juízes, que todos, à exceção do comandante e mais dois capitães, foram de parecer que não merecia o réu a pena capital, e sim a de *carrinho perpétuo*, por ter alçado mãos violentas contra seu superior, e para exemplo da disciplina e obediência que entre os militares convém que subsistia.

Espalhando-se a notícia desta sentença causou ela sumo prazer à parte sensata da população, que aplaudiu a nobre conduta do ouvidor e dos juízes que haviam anteposto os ditames da sua consciência à cega condescendência com as vontades do general. Ressentiu-se porém o déspota do ato de coragem praticado por seus subordinados, e despindo-se de todo o disfarce anulou por uma ordem do dia a decisão do conselho de guerra, determinado que se procedesse o novo julgamento em que devera ser proferida contra o réu a pena última. É de simples intuição a monstruosidade de semelhante *firman*, no que, além de constituir-se com toda a indecência juiz em causa própria, feria profundamente a imunidade do tribunal, que assim tornava dócil instrumento da sua insensata ira. Cobrindo de baldões ao íntegro magistrado que assessorara ao conselho e a quem atribuía a sentença que tanto lhe desagradara excluiu-o ignominiosamente do novo julgamento, fazendo-o substituir por velho advogado assas conhecido pela sua ignorância e avareza. Foram igualmente excluídos todos os juizes [9] que haviam votado pela prisão com trabalho, sendo conservados o major e os dois capitães, a que se juntaram outros oficiais cujas opiniões a esse respeito eram de antemão conhecidas.

Com o maior escândalo e preterição de todas as fórmulas prescreveu-se novo corpo de delito quando já cicatrizada estava a arranhadura de Antônio Lobo, e encontraram-se cirurgiões assas impávidos para certificarem que o ferimento apresentava ainda bastante perigo. Na nova devassa obrigaram-se as testemunhas a calar todas as circunstâncias que podiam favorecer ao réu, de quem também extorquiram-se, como fica dito, confissões de fantásticos delitos. Entre eles figurava o de sedição de que faziam-lhe a honra de constituir cabeça, e para fins que nunca lhe haviam passado pela imaginação. Era por certo escarnecer do bom senso o fingir-se acreditar que um pobre e ignorante trombeta de cavalaria, conhecido pela sua proverbial embriaguez, concebesse o plano de uma sedição contra a autoridade do capitão-general, e que tendo mil ocasiões de atentar contra a vida deste, fizesse escolha de seu filho para saciar o seu ódio levando a estultícia a ponto de pretender assassiná-lo numa representação teatral, ele que tantas vezes se encontrava a sós com o seu suposto adversário!..... Só o desejo imoderado que nutria o estúpido autor *ad hoc* de encontrar o crime de lesa-majestade para dele tirar as últimas e disparatadas conseqüências poderia inspirar-lhe semelhante acusação.

A organização do conselho de guerra e as causas externas que sobre ele atuavam não deixavam esperar que sua sentença fosse senão a consagração do assassinato jurídico que a sanguinária mente de Martim Lopes concedera e que seus áulicos se propunham executar. Condenado o réu à pena última subiu o processo ao conhecimento do capitão-general, que fascinado pelo poder de que estava revestido, e ignorando sem dúvida os limites de sua jurisdição, não trepidou em confirmar a sentença e mandá-la executar com manifesta violação de suas instruções que não conferiam tal atribuição, nem ainda aos vice-reis do Estado.

Surdo ao clamor público, às respeitosas e enérgicas representações do ouvidor, e do juiz de fora por parte do senado da câmara, do Bispo e do Cabido em nome da Religião e da Humanidade, inflexível mostrou-se Martim Lopes. Acrescenta a tradição que furioso mandara levantar o próprio filho, que implorava perdão do desventurado trombeta.

Perdidas as últimas esperanças entrou o réu para o oratório dando-lhe por diretores espirituais dois religiosos Franciscanos. Compungidos estes do lamentável estado em que acharam o padecente, [10] a quem arrancada a farda, só restava uma despedaçada camisa, pedirão que ao menos por decência lhe fosse concedida roupa com que subisse ao cadafalso. Nem a tão justa reclamação cedeu o déspota, ordenando ao oficial inspetor da execução que fosse o padecente conduzido pelas ruas mais públicas da cidade da mesma forma em que no cárcere estava.

Despontou finalmente o dia da execução tão ardentemente almejado pelo capitão-general, que dando nele por findo o seu *nojo* mandou abrir todas as janelas e portas do palácio, e revestindo-se com a sua mais rica farda e empunhando o clássico bastão, emblema do absoluto poder que para desgraça nossa exerciam no Brasil os delegados do poder executivo, tendo à ilharga seu filho também ricamente fardado, assistiu à passagem do lúgubre cortejo, e consta que ao desfilar este por debaixo da janela, donde assistia a tão lastimoso espetáculo, exclamara Martim Lopes com a maior hipocrisia: "*Eu te perdôo do mal que me fizeste !*"

Um fato de inaudita crueldade refere o manuscrito que me serve de guia; quando, como acabamos de ver, caminhava o padecente para o patíbulo, foi sua mulher lançar-se aos pés do verdugo, que inexorável repeliu-a vituperando ainda a pobre vítima. Pungida por inexprimível sentimento desfaleceu a pobre mulher, abortando apenas voltou a si.....

A irrisão acompanhou ao crime. Entoaram-se *Te-Deum* em ação de graças pelo restabelecimento de Antônio Lobo de Saldanha, pregando por essa ocasião o célebre abade de S. Bento, que não se descuidou de entornar o fel das suas invectivas sobre a memória do infeliz *Caetaninho*.

Nenhum dos atores desse nefando drama ficou sem recompensa e os cofres reais abriram-se pública ou secretamente para premiar sua baixa lisonja e abjeta docilidade.

Curta porém foi a bárbara alegria de Martim Lopes; pois que apenas informada a piedosa rainha D. Maria I dos seus despotismos e atrocidades mandou-o render por Francisco da Cunha e Menezes, dando assim satisfação à opinião pública, a quem veneravam os próprios governos absolutos.

J. C. Fernandes Pinheiro.

"D. Pedro V: Rei de Portugal". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 42-45. (pseudônimo F. P.)

D. PEDRO V : Rei de Portugal

—

O jovem monarca lusitano não tem história; sua vida é um álbum de esperanças. Filho dos virtuosos príncipes D. Maria II e D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, nasceu em Lisboa a 16 de Setembro de 1837. Desabrochou, qual mimosa flor, na estufa dos maternais carinhos; sua primeira palavra foi perdão, seu primeiro ato a esmola. – Madrugou-lhe a inteligência que hábeis mestres procuravam desenvolver e encaminhar. Órfão aos dezesseis anos, subiu ao trono (a 15 de Novembro de 1853) sob o paternal tutela do rei D. Fernando, que alheio aos partidos, dirigiu com prudência o timão do Estado durante a menoridade.

Para um príncipe principalmente viajar é instruir-se. Por causas que não apreciaremos aqui retardara-se Portugal na marcha do progresso, cumpria pois que o jovem rei que ai inaugurar uma nova época visitasse as nações mais adiantadas na civilização, introduzindo em seu país úteis reformas. Além do natural desejo de correr terras, tão próprio dos moços, e das razões políticas a que aludimos, dava-se então uma circunstância excepcional que convidava a D. Pedro V a deixar por algum tempo seus lares. Referimo-nos à exposição de Paris de 1855, esse jubileu da indústria universal, que atraía a capital do império francês viajantes de todas as regiões do globo.

Deixando o Tejo, hoje tão deserto e que outrora banhava as quilhas de inumerosas naus e galeões, chegou o príncipe português a Inglaterra [43], onde admirou esse pasmoso mecanismo do governo parlamentar, que faz a força e o esplendor do império britânico. Percorrendo as gigantescas *docas* donde saem os *Leviatães*, os museus, os jardins zoológicos, a estupenda alfândega, que encerra os produtos do universo, o *tunnel*, que faz esquecer os jardins suspensos de Babilônia, as oficinas do *Times*, eco colossal da opinião pública, o jovem príncipe sentiu dilatar-se o horizonte de suas concepções, perante Deus que assistia aos seus pensares – protestou despertar seu reino do longo letargo em que jazera e atá-lo por todos os meios ao seu alcance a locomotiva do progresso.

Nas asas do vapor voou de Londres a Paris. Novos e diversos quadros se desenharam a seus olhos; completa foi a mutação de cena: Atenas substituíra a Corinto. Já não lhe soava aos ouvidos o contínuo ruído das máquinas; cessaram os vapores do Tamisa, e a negra nuvem de fumo que lhe toldava os ares na esplêndida *Regent-Street*, e *Trafalgar-Square*, os *boulevards*, a *praça da Concórdia*, os *Campos Elísios*, os *jardins das* (ver) *e de Luxemburg* apresentam-lhe o segredo dessa poderosa organização do exército francês que ainda há pouco na Criméa renovou os pródigos de Marengo e Austerlitz. Contempla com prazer, pois ama as letras, a proteção que ai lhes é dada; pronuncia com respeito o nome de Richelieu, fundador da academia francesa, e saúda no Instituto o cenáculo de ciência. Como em Londres toma Deus por testemunha que Portugal verá em seu reinado os séculos de Péricles e de Augusto. A Bélgica e a Suíça ofereceram ao augusto viajante vasto campo de cogitações; via dois povos, não maiores do que o seu, fazendo-se respeitar em sua fraqueza pelo seu ardente amor às instituições pátrias, e prosperando com o favor do comércio, da indústria e da lavoura. Animado por tão nobres exemplos propõe-se imitá-los seguindo as sábias lições do grande Leopoldo. Aguardavam-no além dos Alpes as belas-artes para patentearem-lhe os tesouros que tornam incompatível a Itália. A catedral de Milão, a praça de S. Marcos em Veneza, o circo de Verona, o Campo Santo e a

torre inclinada de Pisa, S. Pedro e o Vaticano em Roma, e o palácio Petti em Florência e o de Cansta em Nápoles encheram-no de pasmo e tristeza por ver que sua pátria nada possuía de semelhante, e robusteceram o seu intento de declarar-se protetor das artes. No entanto obrigava-o a voltar a Lisboa, interrompendo sua poética peregrinação, a época da maioridade.

Como já dissemos, o rei D. Fernando assinalara a sua regência por uma grande prudência, revelando superior tino administrativo. Conservara o ministério Saldanha, imposto à rainha nos últimos anos do seu reinado, vivendo na melhor harmonia com as cortes; [44] e celebrara vários tratados com a Bélgica e os Estados Sul-Americanos.

Seguindo as pegadas de seu augusto pai, não quis D. Pedro V logo nos primeiros dias do seu governo pôr em execução as reformas que planejara, esperando que os acontecimentos lhe fornecessem para elas favorável ensejo. Assim pois continuou a honrar com a suas confianças ao marechal duque de Saldanha e ao ministério de que era chefe, apesar de reconhecer o vício da sua organização, até que dando-se um conflito entre o velho marechal e a maioria da câmara dos pares, teve este de se retirar na melhor inteligência com [45] o novo soberano. O Márquez de Loulé, conhecido pelas suas opiniões liberais e conciliadoras, foi o chefe do segundo ministério, que cedeu o lugar no ano passado a outro ainda mais progressista, a cuja frente se acha o ilustre parlamentar Ávila.

Para completar este ligeiro esboço biográfico, diremos que os laços do himênio prendem há um ano o jovem rei de Portugal à princesa D. Estefânia, filha do príncipe Antônio Carlos de Hohenzollern Sigmaringen, próximo parente do rei da Prússia. D. Pedro V tem uma fisionomia agradável, que atrai as simpatias de quantos o vêm; afável em suas maneiras, deixa encantados os que o praticam; maravilha aos sábios pela grande cópia de luzes que em tão verdes anos possui. Não é platônico o seu amor pelas letras; cultiva-as com proveito e protege com magnificência aos literatos: Alexandre Herculano, A. F. de Castilho, Mendes Leal, e Rebello e Silva, as maiores glórias da literatura portuguesa contemporânea, gozam da sua privança, honrados com seus benefícios. Esquece as opiniões miguelistas de Sacra Família e Roquette, para nomear ao primeiro bispo de Coimbra, e ao segundo cônego da patriarcal. De sua coragem cívica e caridade evangélica deu exuberantes provas durante a epidemia da febre amarela que ultimamente assolou Lisboa. Viram-nos os pobres na cabeceira dos seus leitos: trocou a régia pelos hospitais, à imitação do augusto Tio, o Anjo Tutelar do Brasil.

À vista do que acabamos de expor, poderá D. Pedro V restituir Portugal ao glorioso século de D. Manoel e de D. João III? Não, o passado não ressuscita: a Grécia moderna não será a de Leônidas e Temístocles. O cetro dos mares que fazia a sua grandeza no tempo dos Gamas e dos Cabrais caiu-lhe das mãos, quando dormia encadeado aos pés de Castela. As galeras de D. Frias Roupinho não irão mais expulsar os mouros de suas costas, nem as naus de Albuquerque e as de D. Francisco de Almeida avassalarão as praias do mar das Índias. – Os tempos estão mudados. Conserve Portugal suas colônias alimentando com elas a sua navegação: Una-se ao continente europeu pelo fio elétrico e o trilho de ferro: interesse a política em sua conservação protestando com dignidade contra qualquer abuso da força; fomente a agricultura, o comércio e a indústria, e a sorte da Bélgica, da Holanda, da Suíça e do Piemonte lhe será reservada. Eis o que deve aspirar; eis o que sem dúvida lhe assegurava o esperançoso reinado de D. Pedro V.

F. P.

"Petrópolis". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 46-49. (pseudônimo *F. P.*)

PETRÓPOLIS

——

Petrópolis (a cidade de Pedro) jaz situada no cimo da serra da Estrela, e no mesmo lugar que outrora se denominava *Córrego Seco*. Antes de 1845 o viandante que transitasse por esse sítio não poderia supor que ai se ergueria uma graciosa povoação, cheia de vida e de futuro, destinada para a residência de estio do monarca brasileiro.

Como todas as idéias grandes partiu também está do Sr. D. Pedro II, e tiveram a honra de serem imediatos executores de sua vontade três homens, dos quais dois (o visconde de Sepetiba e o major Koeller) pertencem à eternidade; e o terceiro (o Sr. Conselheiro Paula Barbosa da Silva) ocupa ainda o nobre encargo de mordomo da casa imperial. Releva não omitir que o terreno do *Córrego Seco* pertencia ao patrimônio imperial; e que a esta circunstância deveu-se a pronta realização do generoso pensamento emanado da coroa.

A salubridade do clima, a proximidade da corte, e os fáceis meios de transporte, aconselhavam a fundação de uma colônia de Alemães, cuja morigeração era atestada por alguns anteriores ensaios, especialmente em S. Leopoldo, na província do Rio Grande do Sul. Graças aos esforços dos três ilustres cidadãos supra-mencionados, pouco mediou do pensamento à execução.

Intérprete das magnânimas intenções do seu augusto soberano, o Sr. Conselheiro Paulo Barbosa secundou poderosamente a nova colônia, recebendo com paternal carinho os seus primeiros hóspedes, enquanto [47] o visconde de Sepetiba (Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho) na qualidade de presidente da província vinha em seu auxílio e liberalizava-lhes sua eficaz proteção, com aquela energia e boa vontade que tanto o caracterizava. O major de engenheiros Júlio Frederico Koeller, distinto hanoveriano ao serviço do império, associou-se à grandiosa idéia, e dedicou-lhe todo o seu zelo e solicitude.

Com tão felizes auspícios rápido foi o desenvolvimento da colônia, que pressentindo seus gloriosos destinos tomou o nome de *Petrópolis*.

Sob o inteligente machado do laborioso alemão abateram-se as árvores que, despidas da sua verde cama, transmutaram-se em excelente madeira com que construíram as suas modestas, porém cômodas habitações, que cobertas de variegadas tabuinhas dão-lhes certo ar pitoresco e elegante. Apesar da dificuldade do solo, que por montanhoso pouco se prestava, funcionou a charrua e o arado, e os métodos mais aperfeiçoados da agricultura foram com vantagem empregados nesse amento torrão.

O amor da propriedade prendeu o colono a sua nova pátria e poucos houve que não se esquecessem da nebulosa Germânia quando viam o sol dos trópicos alumiar-lhes o berço de seus filhos, ou quando os ossos de seus pais foram no cemitério esperar o derradeiro juízo.

Folgamos de declarar que a população alemã de *Petrópolis* confirmou por sua ulterior conduta o favorável conceito que dos seus bons costumes e amor ao trabalho haviam formado os fautores do plano.

Dependente por muito tempo da vila de Estrela obteve *Petrópolis* em 1857 a sua completa emancipação, e com ela a categoria de cidade. Houve mesmo a idéia de transferir para o seu seio a capital da província, ao que opôs Niterói os direitos de prioridade, e talvez com mais fundamento a sua maior proximidade da corte.

Conta a recente cidade alguns bons edifícios avantajando-se entre eles o palácio imperial, que, posto que pequeno é muito mais gracioso do que o de S. Cristóvão; a igreja Matriz de simples, mas decente aparência; alguns hotéis, como o de *Bragança*, em nada inferiores aos do Rio de Janeiro; o templo protestante, de modesta arquitetura; bem como casas particulares recomendáveis pelo bom gosto que presidiu a sua construção.

Desliza-se brandamente pelo meio da cidade o rio *Piabanha*, sobre o qual se assentam algumas pontes que permitem o trajeto entre os dois bairros em que ela se divide. O capim que tapiza as margens do rio, assim como suas ruas e praças, revela que a natureza ainda não cedeu a todo o campo à arte; e é isto a nosso ver, o que constitui a mor beleza desta tão romântica localidade.

Já dissemos que montanhoso é o solo de *Petrópolis*, e essa desigualdade de terreno dá-lhe o aspecto da verde *Cintra* com que tem sido [48] tantas vezes comparado. Ao entrar em *Via Tereza* divisam-se logo casas cobertas de tabuinhas, ou de arderias, e debruçadas sobre despenhadeiros, onde inúmeras cascatas vão quebrar suas águas com grato ruído.

Ao ver os colonos desempenhando ai seus serviços que noutras partes do Brasil são reservados aos escravos; contemplando essas meninas, tão claras como a neve, indo buscar água ao rio e carregando-a em cântaros sobre os seus louros cabelos, julgamo-nos transportado pela imaginação aos séculos vindouros em que o flagelo da escravidão, que a indolência, ou a cobiça de nossos avós nos legara terá desaparecido; em que uma raça vigorosa e inteligente renovará no Brasil os prodígios que hoje admiramos nos Estados Unidos.

A residência da Família Imperial, durante a estação calmosa, comunica a *Petrópolis* um excesso de vitalidade que lhe é sumamente proveitosa. Assim também é sua vinda ansiosamente esperada, e quando se avista do alto da *Vila Teresa* a carruagem do Imperador debruça-se a alegria em todos os semblantes, e entusiásticas aclamações acolhem os augustas viajantes. É proverbial a estima de que gozam o Imperador, a Imperatriz e sereníssimas Princesas da parte dos bons petropolitanos; todos os amam como a pessoas de suas famílias, todos lhes votam a mais viva gratidão pelos infinitos benefícios, que, semelhantes a deusa dos jardins na mitologia grega, fazem brotar debaixo dos seus passos.

Pena é que *Petrópolis* não seja mais freqüentado pelas diversas classes [49] da nossa sociedade, a quem tão cômoda seria a sua habitação; recomendada pela salubridade do clima, aprazível pelos pitorescos quadros da natureza, e fácil pelos multiplicados meios de transportes.

Tomai, leitores, um lugar na barca de Mauá, sentai-vos no mole coxim do *magor*; subi em ligeira caleça a estrada normal da Estrela e em poucas horas vos convencereis que nada há de exagerado nesta nossa tosca narração.

F. P.

"Compêndio da História da Idade Média por J. B. Calogeras: Rio de Janeiro, Garnier, 1859, 2 volumes in-8 com mapas". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 50-55.

COMPÊNDIO DA HISTÓRIA DA IDADE MÉDIA

Por J. B. CALOGERAS

Rio de Janeiro, GARNIER,* 1859*, 2 volumes in-*8 *com mapas.

———

A aparição de um bom livro é sempre um fausto acontecimento no mundo literário, máxime quando esse livro vem suprir uma falta geralmente sentida. Professores e alunos lamentavam que não houvesse na língua portuguesa uma obra elementar de história, sendo constrangidos a recorrerem às escritas em estranhos idiomas. O governo imperial, sempre solícito pela instrução pública, adotara para uso do colégio de Pedro II, estabelecimento normal do ensino secundário, o *Manuel du Baccalaureat* na carência de outro melhor compêndio.

Graças ao Sr. J. B. Calogeras, vantajosamente conhecido pela sua vasta erudição e talento pedagógico, possuímos a obra de que necessitamos. Apenas existe publicado o primeiro volume do seu *Compêndio da História da Idade Média*; mas tal é o nosso regozijo pela sua aparição, que apressamo-nos em congratularmo-nos com os estudiosos da história, em cujo número inscrevemo-nos em último lugar.

Reconhece o Sr. Calogeras a dificuldade em marcar os limites da idade média.

No nosso fraco entender a história tem duas grandes divisões, assinadas pela nossa cronológica, isto é, antes e depois de Cristo, sendo a cruz o marco miliário que separa as duas civilizações. Confessamos porém que seria necessário alterar o programa para seguir um novo método histórico, e o autor não podia melhor do que o fez acomodar-se ao sistema adotado. Moldurou a cognominada idade média com fatos bastante salientes para constituir uma época, e estes fatos foram a propagação da fé cristã, a invasão dos bárbaros, e a queda do império romano para o seu princípio, e a organização das novas monarquias européias, a tomada de Constantinopla e o descobrimento da América para o seu acaso.

[51] Destinado o seu livro aos alunos do imperial colégio de Pedro II, teve o autor de conformar-se com o seu plano de estudos, que determina que entre a história média nas matérias do 3º ano, a moderna nas do 4º e a antiga nas do 6º, começando portanto o seu curso de história pelo meio. Não investigaremos aqui quais foram os motivos que induziram o governo a mandar ensinar história por semelhante método, e apenas mencionamos esta disposição de regulamento de 24 de outubro de 1857, para mostrar que o Sr. Calogeras não tem toda a liberdade de ação estreando pela história média. Como hábil professor remediou um dos maiores inconvenientes que resultavam de ignorarem os alunos a história antiga com os seus *Prolegomenos*, em que dá uma sucinta idéia do império romano, que, como se sabe absorvera em si o mundo antigo, e cujo conhecimento não podia se dispensar para a boa inteligência da história média. Em poucas e eloqüentes páginas traça um verídico quadro da opulência, luxo, e abatimento dos Romanos, e para darmos uma mostra do belo estilo com que é escrito, citemos um trecho em que fala do luxo do povo-rei.

"Os Romanos traziam os dedos cheios de anéis, exceto o médio. As taças eram cravejadas de pedras preciosas, e estimavam principalmente os vasos de myrrhina (substância

cuja composição se ignora; alguns destes vasos custavam centenares de contos) que vinham da Carmania e da Parthia, e cuja fragilidade excitava-lhes o prurido de ver quebrar-se a cada instante um tesouro. Os navios de Calígula e as camas de Nero eram adornadas com prodigiosa quantidade de pedras; os templos, os palácios, móveis e até os forros dos aposentos eram marchetados de marfim, ébano, cedro, tartaruga e âmbar. Os seus vestidos eram de seda que mandavam vir da Índia e da Síria a peso de ouro, pois já achavam demasiado grosseira a lã da Apulia e da Espanha."

Depois de disputar o entusiasmo da infância (a que é principalmente consagrado o seu livro) com o poético quadro da vinda do Messia e da rápida propagação do seu divino culto, extasia-se o autor falando da vida sublimemente austera dos primeiros heróis no cristianismo. Ouçamo-lo:

"Nos áridos desertos da Thebaida, nas abrazadas solidões d'Arábia, da Palestina e da Síria, aparecem homens grosseiramente trajados; um manto de pelo de cabra no ombro, um tosco capuz na cabeça, eis todo o luxo com que correspondem à vaidade e ao orgulho mundano.

Expostos aos raios do sol mais ardente, assim como aos rigores do mais ardente frio, extenuados pelos jejuns, parecem espectros ambulantes saídos do pó dos túmulos.

A erva dos campos constitui o seu único alimento, a água a sua única bebida. Submetidos à direção de um venerável ancião, [52] encanecido no meio de privações e austeridades inauditas, guardam o mais profundo silêncio, a sua voz somente se eleva para entoar hinos ao Senhor. Antes de se retirarem para o deserto, venderam e distribuíram pelos pobres os seus bens. As santas escrituras são o alimento de seu espírito, e meditam continuadamente sobre elas para purificarem suas almas."

Com o fio de Ariadne do seu excelente método introduz-nos o autor no labirinto da invasão dos bárbaros. Assinala a sua origem, traça o seu caráter, e marca sobre a carta da Europa os vestígios das suas incursões. Seu estilo ainda há pouco tão pitoresco torna-se agora da maior simplicidade; e assim é preciso, para que os meninos compreendam a mais dificultosa parte da história média.

Não perde o Sr. Calogeras ocasião de iniciar aos seus discípulos naqueles pontos da história eclesiástica que feio seria ignorar. Assim, por exemplo, lhes diz quem foi Ario, e em que consistia a sua heresia, e aponta-lhes sobre o *monte Cassino* o lugar em que S. Bento erigiu o primeiro mosteiro que teve a Europa. Os Ostrogodos de Theodorico, e os Francos de Clovis lhe mereçam particular menção, e judiciosamente designa as causas da queda de uns e da grandeza de outros.

Guiados por tão ilustrado mestre, assistem os alunos à formação da monarquia de Clovis, a invasão dos Visigodos na Espanha, e vêm desembarcar nas praias da Grã-Bretanha os Saxônios comandados pelos dois irmãos Hengist e Howa. Os elementos do direito feudal e os princípios sobre que repousa o edifício social dessas eras lhes são aplicados com concisão e elegância.

Com a rápida locomoção do pensamento, o autor transporta os seus leitores às margens do Bosphoro, e mostra-lhes Justiniano empenhando-se em soster um império que por toda a parte desmorona, e convocando os jurisconsultos para confeccionarem esse admirável código a que ligou seu nome.

A entrada dos Lombardos no cenário da história, sua descida a Itália chamados pelo eunuco Narses em despeito à imperatriz Sofia é esboçada em algumas páginas de grande beleza.

As lutas que os sucessores de S. Pedro tiveram de sustentar contra esses ferozes habitadores do Danúbio, terminadas com a vitória de Carlos Magno sobre o seu rei Didier, são para nós de grande interesse, porque nos assina o começo do poder temporal dos papas e da independência da Igreja, interesse ainda aumentado pela narrativa do autor.

A clara exposição dos fatos e a simplicidade que procura atingir tolhe algumas vezes os vôos da poética imaginação do Sr. Calogeras. Indeniza-se porém logo que lho permite o assunto. O despontar de Maomé no horizonte da história levou-o a tratar dos Árabes, instrumentos da glória do Profeta, e então o prisma do seu estilo toma todas as cores de íris.

[53] "Eis o povo do deserto, longe de nós as verdes campinas, a frescura vivificadora dos ares, as ricas e tumultuosas cidades. Aqui o horizonte só apresenta ermos, planícies arenosas, rochedos áridos e inacessíveis, uma serenidade abrasadora reina constantemente no céu, e o silêncio do deserto só é interrompido pelo tropear do cavalo nos terrenos pedregosos ou pelo canto melancólico do viajante que sobre o paciente camelo vai pisando as areias do deserto.

Dir-se-ia que o calor imenso destas regiões entorpece as faculdades humanas. De quando em quando vão os Árabes reunirem-se à sombra de algum mesquinho arvoredo, ao pé de uma fonte viva que por milagre haja brotado da pedra como no tempo de Moisés ou de Ismael.

O mais ancião conta as suas histórias maravilhosas e os seus companheiros escutam-no com muda atenção, fumando, tomando café ou ópio, e queimando perfumes; eis o único passatempo dos Árabes. Parecem impassíveis. Passa, porém, por junto deles uma caravana da Síria, da Mesopotâmia, ou da Pérsia, logo lhes desaparece a flegma, anima-se-lhes os negros olhos; a sua fisionomia toma uma rara expressão de ferocidade; montados em seus cavalos ligeiros e fogosos, arremessam-se sobre os viajantes, matam, roubam e voltam para as suas cabanas com a tranqüilidade e alegria do caçador que acaba de fazer boa preza. E porque não? Os Árabes nenhuma distinção fazem entre roubar no caminho, ou saquear na guerra; para eles guerreiro e salteador vale o mesmo. Nascidos numa terra ingrata que nada lhes produz, julgam-se com direito de se apoderarem de tudo que passa pelos seus desertos."

Não descreveram mais primorosamente Chateaubriand e Lamartine essas regiões habitadas por um povo indomável, e a pintura dos seus costumes destacando-se da narração histórica assemelha-se a essas ilhas flutuantes que outrora vogaram pelas águas do Meschacebeo.

O fundador do islamismo e a sua sanguinária doutrina são devidamente apreciados pelo autor, que nos conta as conquistas do alfanje agareno com o coração compungido lamentando que o crescente otomano profane ainda o zimbório de Santa Sofia.

Faz-nos assistir à queda do Califado de Bagdá; à divisão desse gigantesco império, e lastima que os cristãos sejam bastante fracos e divididos para não entrarem logo de posse da sua herança.

A entrada dos Árabes na Espanha, a queda dos Visigodos desbaratados com seu último rei Rodrigo nas margens do Guadelete, inspira-lhe sentimento de dor, que se traduz em sua animada narrativa.

Transporta-nos o autor à França, para assistirmos à exaltação da nova dinastia dos Carlovingios, e apresenta-nos o magnífico espetáculo de um herói (Carlos Martello) derrotando, nas planícies de [54] Tours, ao terrível Abdel-Rahman, e salvando destarte a sua pátria do jugo mulçumano, enquanto fraco sucesso de Meroveu jazia na inação.

As vitórias de Carlos Magno e sua a gloriosa administração ditam ao Sr. Calogeras páginas notáveis pelo seu brilhante colorido, e reflexões próprias de um filósofo. Chama a admiração dos alunos para esse grande colosso moral, que num tempo de geral barbaria animava as letras, honrava os sábios e defendia a Igreja.

Poucas páginas na lúcida exposição do autor bastam para que se forme completa idéia da luta entre o sacerdócio e o império por causa das investiduras. O vulto grandioso de Gregório VII, esse acérrimo defensor das imunidades eclesiásticas, é posto em relevo, assim como a ignávia do imperador Henrique IV.

Com grande talento narrativo mostra-nos o Sr. Calogeras a Inglaterra conquistada pelos soldados de Guilherme o Bastardo; e fazendo o paralelo das instituições inglesas com as francesas, prova a imprensa superioridade das primeiras.

O estabelecimento dos Normandos no sul da Itália, e contínuas guerras das três repúblicas marítimas (Veneza, Gênova e Piza) da península, formam um dos mais belos capítulos de seu livro.

Da Itália conduz-nos o Sr. Calogeras à cavalheirosa Espanha para contemplarmos o renascimento da realeza godê com D. Pelayo, que repara em Cavadonga a afronta de Xeres de la Frontera. A renhida contenda dos príncipes cristãos com os emires mouros que oferece uma das mais curiosas peripécias da história, não podia deixar de merecer a atenção do autor, e de inspirar-lhe eloqüentes expressões.

A origem de nação portuguesa, tão desprezada nos livros estrangeiros, é claramente explicada pelo autor que não ignora o quanto interessa aos alunos terem suficientes noções de um povo do qual quase todos eles descendem. Referindo a visão de Ourique, e citando as disposições das cortes de Lamego, não desconhece o Sr. Calogeras o que a tal respeito ensina a crítica moderna; mas cita-os apoiando-os nos mais graves historiadores nacionais e reserva para mais proveta idade a discussão dos pontos controversos.

Finaliza o primeiro volume da História da Idade Média com um bosquejo das dinastias frígia e Macedônia no império do Oriente, chegando ao ano 1057 da era vulgar. Recusando a pena do douto historiador traçar cenas devassidão, é sempre respeitada a decência ainda mesmo quando se ocupa com adissoluta corte de Bizâncio.

É tempo de terminarmos esta tosca *Notícia Bibliográfica*, e de emitirmos resumidamente o nosso juízo.

O *Compêndio da História da Idade Média*, pelo Sr. J. B. Cologeras, é uma preciosa aquisição para a nossa literatura, e de suma utilidade [55] para os alunos. Pareceu-nos excelente o método adotado, e a lucidez com que é escrito torna o compreensível ainda as mais curtas inteligências. O estilo é sempre elegante, e não poucas vezes florido.

Muito abona a pureza da dicção e acerto da linguagem os conhecimentos que do nosso idioma possui o autor, e cremos que, tornando agradável a leitura do seu livro, fez que com maior prazer seja estudada a mais útil das ciências morais.

Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro.

"Chateaubriand e seu tempo". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 119-122. (pseudônimo *F. P.*)

CHATEAUBRIAND E SEU TEMPO

(Pelo conde Marcellus)

———

Acaba de chegar a livraria Garnier uma interessante obra devida à eloqüente pena de um dos primeiros literatos da França contemporânea. Antes, porém, de ocuparmo-nos com o livro do conde Marcellus, digamos duas palavras sobre a vida de Chateaubriand, tão estimado pelo público brasileiro.

Nasceu Francisco Augusto de Chateaubriand, em Combourg (Bretanha) no ano de 1769. No solar paterno deslizaram-se os primeiros anos de sua infância, fazendo ai seus estudos clássicos com destino à carreira eclesiástica, a que se consagravam os filhos mais moços das famílias nobres.

Manifestando depois pouca vocação para o estado clerical entrou no regimento de Navarra no posto de tenente. Sua primeira viagem à Paris e apresentação na corte datam do ano de 1789, em que começou a revolução. Relacionado com Fontainnes, Lahape e Guinguiné, colaborou para o Mercúri de França e o Almanaque das Musas com grande aceitação dos árbitros da literatura da época.

Desgostoso das marchas dos acontecimentos políticos e entusiasmado pelas vivas pinturas que da América faziam os companheiros de Lafayette embarcou-se para Baltimore em 1791. Chegando a Filadélfia procurou o grande homem que eclipsou nos tempos modernos a glória dos Aristides e Cincinatos e travou com ele amigáveis relações. Saudando em Boston o primeiro campo da liberdade americana e em Lexington as novas Thermopylas, embrenhou-se pelas solidões que hoje formam populosos Estados.

Sentado às margens dos lagos Erié e Ontário, seguindo o curso do Mississipi e do Ohio estudou a poesia nas páginas do grande livro da natureza, e os Natches, Atala, René e as viagens a América brotaram de sua fértil imaginação.

Arrancando de suas graves meditações por estas palavras de um jornal Flight of the King que o acaso fizera cair em suas mãos, voa a Europa e apresenta-se no campo de Coblentz. Encorporado como guarda nobre a um regimento do exército dos príncipes fez a campanha de 1792, é ferido em Thionville, e escapa da peste que dizima o exército prussiano.

No porão de um barco passa de Ostende à Inglaterra e arrasta em Londres uma miserável existência a que a religião ainda não consolava. Chama o trabalho em seu auxílio e ganha o pão diário dando lições de francês e traduzindo para os livreiros. Nos raros momentos que lhe deixaram esses árduos misteres concebe o vasto plano de chamar a juízo todas as gerações, demonstrando que a humanidade fora sempre a mesma, e a conseqüente inutilidade das revoluções. Dois anos se passam em estudos preliminares, e o ano de 1796 vê aparecer o Ensaio Histórico.

Volvendo à França em 1801 obteve com de Fontannes o privilégio do Mercúrio, e parece que foi por esse tempo que somou-lhe ao espírito o plano do Gênio do Cristianismo. Desejoso de experimentar o efeito que produziram suas novas idéias, destacou da obra o episódio de Atala, acolhido em toda a Europa como uma espécie de fanatismo. "O Grego, diz Camé, leu Atala sobre as ruínas dos Profileléos, e diz-se que as sultanas pranteavam os infortúnios da filha Simaghan à sombra dos haréns."

A aparição do Gênio do Cristianismo em 1802 veio completar o mágico sucesso de Atala. Seis edições em um ano provaram que o público recebia com prazer um livro que tão brilhantemente inaugurava a reação católica continuada pelos Frayssinous, de Bonald, de Maistre, Lamennais e outros exímios campeões da boa causa.

Beijando a mão que lhe estendia Bonaparte, pôs o seu livro (debaixo da proteção daquele a quem a providência designara para o complemento dos seus prodigiosos desígnios) recebendo em recompensa a nomeação de secretário da embaixada da França em Roma, para onde partiu em 1803.

Visitou-lhe o espírito o pensamento de escrever um poema cristão quando percorria as ruínas do Coliseu e as catacumbas de S. Sebastião. Que lugar mais próprio para inspirar os Martires, Justificar, a bela expressão de Milton, aos homens a visa de Deus?

Uma desinteligência como o cardeal Fesch, que representava a França junto à Santa Sé, trouxe-o à Paris, onde Napoleão designou-o para ocupar na Academia Francesa o lugar de Chénier, e deferindo-lhe um dos prêmios decenais.

O assinato do duque de Enghien pôs termo as boas relações entre o senhor da Europa e o publicista cristão, que, perdendo a propriedade do Mercúrio, foi de novo constrangido a voltar à terra do exílio.

Deste repouso forçado soube Chateaubriand aproveitar-se, visitando em 1806 os lugares escolhidos para o teatro de seu poema. Percorreu a Itália, embarcando-se em Veneza para a Grécia, de onde dirigiu-se a Smyna e daí à Constantinopla. Em sua peregrinação visitou Rodhes, Chypre, e andou genuflexo o monte Carmelo, e aportando a Jafa atravessou o deserto derramando à vista da cidade Santa as lágrimas de compunção que outrora orvalharam as faces dos companheiros de Godofredo. Estudada a Palestina caminhou para o Egito, entrou em Roseta, remontou o Nilo, voltou à Alexandria, de onde regressou à Europa. A poética pátria do Cid atraiu seus passos; contemplou venerabundo a Alhambra, cenotáio do poder árabe, e desprendeu dos baixos relevos de suas gloriosas tradições as Aventuras do último dos Abencerrages.

Permitida a sua residência em França, retirou-se a Val-du-Loup, consagrou seu ócio político à revisão dos Mártires e do Itinerário, que então se publicavam. Surpreenderam-no nessa Tebaia os grandes acontecimentos de 1814, assim como havia surpreendido a fuga de Luiz XVI nas florestas da América. Nova esfera abria-se a sua atividade; o literato convertia-se em político e imprimia o seu libelo Bonaparte e os Bourbons, cheio de ódio e indignação contra o homem que já uma vez admirara.

Quando Napoleão, semelhante aos deuses de Homero, franqueou com um só salto o espaço que separava a ilha de Elba das Tuilerias, acompanhou Chateaubriand ao rei legítimo a seu limbo de Gand, e ai publicou na qualidade de ministro o seu Relatório ao rei sobre a situação da França, mais recomendável como produção literária do que como política.

Em 1816 inspirou–lhe sua violenta oposição contra o duque de Richelieu uma brochura a que denominou A monarquia conforme a carta, destinada a iniciar os homens da emigração nos estilos e filigranas parlamentares.

A exaltação ao poder do ministério Decazes em 1821, para o que poderosamente contribuíra, trouxe-lhe a nomeação de ministro da França em Berlim que mais tarde trocou pela embaixada de Londres. É curioso estudar nos comentários do conde Marcellus a conduta do poeta diplomata e assistir por assim dizer à formação de suas idéias. Foi aí que escreveu Os quatro Stuarts, em que o cronista faz desaparecer o historiador filósofo e o paisagista literário.

Para não alongar o esboço biográfico, omitimos o papel importante que representou no congresso de Verona de onde saiu ministro dos negócios estrangeiros.

A parte que Chateaubriand teve na invasão da Espanha, e a maneira por que a considerava, encontraram os leitores nas eruditas notas que as Memórias de Além - Túmulo acaba de adicionar o conde Marcellus na obra a que nós temos sempre referido. O profundo ressentimento do ilustre estadista pela inqualificável maneira por que foi demitido exala-se em suas confidências ao amigo íntimo que lhe servira de secretário em Londres, e a quem votou toda a sua vida a mais sincera afeição.

As duas revoluções de 1830 e de 1848 acharam a Chateaubriand fora dos negócios, fiel a seu culto pela legitimidade de Henrique V, a quem almejava esperar com a liberdade.

Espectador de tantas catástrofes, e conhecedor dos homens com que vivera, ocupou-se Chateaubriand nos últimos anos de sua vida em coordenar suas lembranças e impressões para serem publicadas com o título de Memórias de Além - Túmulo. Neste vasto diorama mostram-se todos os homens, todas as mulheres célebres, assiste-se a todos os acontecimentos, vive-se numa palavra com as gerações do império, da restauração e da monarquia de julho. Mas como acontece sempre aos trabalhos deste gênero, muitos lugares são para nós enigmáticos, falta-nos o fio para penetrarmos nesse novo labirinto de Creta.

Este vácuo veio felizmente preencher o belo trabalho do conde Marcellus, seu amigo, seu discípulo, e seu admirador. Percorrendo com escrupuloso cuidado os onze livros em que se dividem as Memórias, comenta o sentido de cada expressão que parece obscura, ou anfibológica; retifica alguns enganos em que caíra o autor que citava quase sempre de memória, assinala os neologismos que fazia freqüente uso o cantor dos Mártires, apreciando seu mérito real. Testemunham a lealdade do seu proceder e o amor pela glória de seu preclaro mestre estas nobres palavras o seu prefácio:

"As Memórias de Além - Túmulo são as confissões de um fidalgo, de um viajante, pobre, desterrado, operário do pensamento para ganhar o pão cotidiano; de um poeta apaixonado pelos combates do entendimento, primeiro é mais robusto atleta do cristianismo no nosso século; de um homem de Estado, de um publicista dominador da imprensa, inabalável em sua fé política, lutador invencível mesmo quando se retira perante o esforço dos partidos; enfim de um grande escritor cujo gênio ninguém jamais contestou. Não sofreu esta última obra sua as combinações de uma regular composição. Sem cessar revista, e submetida a múltiplas divisões, nunca foi por assim dizer coordenada. É uma série de fragmentos, sem plano, quase sem simetria, impregnados de mau humor respirando o capricho do dia; onde confunde – se a imaginação com a memória, volta a pena depois de consagrada a outros objetos para sombrear as mil vicissitudes do presente com o passado a que esmaltam as reminiscências."

Raros são na nossa época os homens que, com o conde Marcellus, destinam seu talento a realçar o merecimento alheio, que tomam defesa do amigo morto, ao qual não sobrevive as influências da família.

Recomendando aos nossos leitores este excelente comentário às Memórias de Além - Túmulo não fazemos um reclamo, um anúncio charlatânico para atrair compradores a um livro, cujo único título não pode deixar de despertar a atenção das pessoas que amam a literatura. Nosso fim é mais elevado; pretendemos aconselhar aos possuidores das obras completas de Chateaubriand, cuja modicidade de preço torna hoje muito comuns, que completem-nas com a aquisição do livro que acaba de sair da elegante pena do ilustrado autor das Lembranças do Oriente.

F.P.

"Recordações coloniais: o Rio de Janeiro em 1583". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 137-140.

RECORDAÇÕES COLONIAIS

—

O Rio de Janeiro em 1583.

I

Pretendemos publicar nesta *Revista* sob o título de *Recordações e Narrativas Coloniais* uma série de artigos consagrados ao estudo da nossa história em forma episódica, e por isso mais agradável. Extraímos dos cronistas e dos velhos manuscritos o que mais interessante encontrarmos, e respeitando a integridade dos fatos vesti-los-emos com moderna roupagem.

Começaremos hoje por apresentar aos leitores um breve quadro do Rio de Janeiros dezesseis anos depois da sua fundação extraído das cartas que o padre Fernão Cardim enviava ao Provincial dos Jesuítas em Portugal, nesse estilo simples e chão, que distinguia os contemporâneos de Gabriel Soares. Companheiro do P. Cristóvão Gouvêa, visitador geral do Brasil, pode por si mesmo examinar tudo o que descreveu, e sem a menor pretensão narrou o que viu. Já vedes pois quão habilitado e seguro é o nosso *cicerone*.

Diz-no o singelo viajante que partindo o P. Visitador, o irmão Barnabé Tello e ele da capitania do Espírito Santo, chegaram a 20 de dezembro de 1583 ao Rio de Janeiro, após três dias de perigosa navegação; sendo aqui cordialmente recebidos pelo P. Ignácio Tolosa, reitor do colégio, o governador (Salvador Correia de Sá) e os principais da terra, desembarcaram ao som das salvas de artilharia, o que demonstra qual era o grau de consideração de que nessa época gozava a companhia de Jesus.

Passaram o Natal no colégio, onde se organizou um lindo presépio, [138] que, afirma ele, *fazia esquecer o de Coimbra*, e onde o irmão Bernabé *alegrava as noites com o seu birimbau*.

A grande festividade porém estava reservada para o dia de S. Sebastião (20 de Janeiro), por ser o do padroeiro da cidade e por haver trazido o P. Visitador uma relíquia do glorioso mártir engastada em um braço de prata. Numa das oitavas da festa dirigiu-se o governador à praia seguido do grande número de Portugueses rufando tambores, disparando tiros de arcabuz, com bandeiras despregadas, embarcaram-se com o visitador e os magnatas da terra em uma grande barca enfeitada com ramos e bandeiras, onde se armou um altar na tolda para esse fim primorosamente alcatifada. Cerca de vinte canoas pintadas de várias cores, e algumas empenadas, com variegados remos, numa das quais ia o valente *Ararigboia*, ilustre *maçarára dos Tupiminós*, escoltavam a capitania.

Simulou-se um combate entre as canoas de índios e as fortalezas; a vozeria dos selvagens, o ruído do canhão e do mosquete trazia à lembrança o tempo ainda bem próximo em que nestas

mesmas paragens se disputavam aos Franceses o domínio do belo país, então submetido ao cetro de D. Felipe II.

Fazia no entanto a frotinha seu passeio triunfal pela nossa pitoresca baia ao som das flautas, pífaros, e tambores, que enchiam o ar de alegria e derramavam um perfume de santidade nesse singular recreio. Releva não esquecer que ardiam em torno do portátil altar numerosos círios, e que o órgão fazia ouvir suas graves harmonias na flutuante capela.

Ao desembarcar encaminhou-se o préstito para a igreja da Misericórdia, cita no local onde hoje a vemos, trazendo a relíquia debaixo do pálio, em cujas varas pegavam os vereadores da câmara, e os mais notáveis dentre os conquistadores da terra.

Na porta da igreja via-se o teatro coberto, como o dos Romanos, com um grande *velário*, e colocada a devota relíquia sobre um altar, deu-se começo à representação, cujo assunto era fornecido pelo martírio do santo. Além do diálogo, em que tomavam parte os atores ricamente vestidos, figuravam os choros, como nos teatros da antiguidade; e bem assim *nos mistérios e autos* da idade média. Parecerá talvez estranho ao leitor, se lhe dissermos (de acordo com Cardim) que um mancebo atado a um pau fazia as vezes de S. Sebastião, fingindo ser açoitado, com grande satisfação dos espectadores, que *derramavam lágrimas de devoção e de ternura*. A este estupendo e gratuito espetáculo acudiu imenso povo, e nenhuma de nossas avós ficou em casa.

Depois da representação seguiu-se a predica no mesmo lugar por ser acanhada a igreja, não podendo conter o grande número de fiéis. Subiu ao púlpito o P. Cardim e discorreu largamente sobre os milagres [139] do santo e das mercês que lhe devia o Rio de Janeiro na guerra transata, sendo ouvido com o mais respeitoso silêncio.

Beijada a relíquia pelo P. Visitador foi todo o povo admitido a essa honra, guardadas porém as hierarquias, e evitado cuidadosamente o tumulto.

Terminada a osculação puseram-se todos em caminho para a igreja dos Jesuítas, e é curioso o contar-nos Cardim que acompanhava a procissão uma turba de meninos índios, dos quais o mais velho teria oito anos, *completamente nus*, com guizos nos pés, braceletes nos braços, *cocares* nas cabeças, dançando à moda dos selvagens. Nenhuma estranheza assevera *ser a mais aprazível dança que vira no Brasil*, acrescentando que se *esses meninos se mostrassem no reino andariam todos atrás deles!... Tempora mutantur et nos mutamur in illis*, dirá conosco o leitor.

Prosseguindo em sua narrativa, refere Cardim que no dia de Reis fora o P. Visitador à aldeia de S. Lourenzo, onde celebrara missa cantada acompanhado pelos índios com órgão e flauta: casando a alguns e dando a comunhão a outros.

Chegando à parte descritiva, apresenta o Rio de Janeiro como uma terra mui sadia, dotada de excelentes ares e águas. Enumera a prodigiosa quantidade de madeiras de construção que possuímos, e que hoje quase que desapareceram graças ao *machado iconoclasta*, na poética frase do autor das *Brasilianas*; e falando das de tintuaraia menciona algumas espécies de súbito valor que parecem agora desconhecidas. A abundância de gados, de caça, de aves domésticas e silvestres causam admiração, inspiram saudades numa quadra de escassez: e a fartura das hortaliças, a profusão de frutas que sem ênfase, com a maior naturalidade, expõe o viajante jesuíta renova-nos o suplício de Tântalo.

Para dar-vos um espécimen da riqueza deste abençoado torrão, da facilidade com que se deparavam com os meios de subsistência e mostrar-vos um recanto da nova Chanaan, copiaremos aqui as próprias palavras de Fernão Gardim.

"A cerca é coisa formosa; tem muitas mais laranjeiras que as duas cercas de Évora, com um tanque e fonte, mas não se bebe dela por a água ser salobra; muitos marmeleiros, romeiras, limeiras, limoeiros, e outras frutas da terra. Também tem uma vinha, que dá boas uvas; os melões se dão no refeitório quase meio ano e são finos; nem falta couves mercianas bem duras, alfaces, rábãos e outros gêneros de hortaliças de Portugal em abundância: o refeitório é bem provido do necessário; a vaca na bondade e gordura se parece com a d'Entre-Douro e Minho; o pescado é vário e muito, e são para ver as pescarias da sexta-feira, e quando se compra valo arrátel a quatro réis, e se é [140] peixe sem escama a real e meio, e com um tostão se farta toda a casa, e residem nela de ordinário vinte oito padres e irmãos, afora a gente que é muita, e para todos há. Duvidara eu qual era melhor provido se o refeitório de Coimbra se este, e não me sei determinar."

Notará o leitor que o P. Cardim aferindo sempre as magnificências do nosso país termômetro de Portugal, sem nunca olvidar-se de sua pátria, dá-nos preferência em muitos pontos; e termina o parágrafo, acima transcrito, exprimido uma dúvida acerca de abundância entre o refeitório da casa-mãe e o de um recente colégio de longínqua e esquecida colônia.

Havendo-se demorado mais alguns dias, empregados em prédicas e confissões, deixou o Visitador a nossa cidade, então habitada por cento e cinqüenta pessoas, não compreendendo os escravos, e aproveitando-se das monções dos nordestes seguiu o rumo de S. Vicente.

Tal era o Rio de Janeiro nos fins do ano de 1583 e o começo do de 1854: pequeno, pobre e fasto; e que é hoje a rainha da América Meridional? – Uma grande, opulenta e faminta cidade.

J. C. Fernandes Pinheiro.

"Esboço biográfico: Frei Francisco de Monte Alverne". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 168-175.

FREI FRANCISCO DE MONTE ALVERNE

Esboço biográfico

———

O grande Franciscano que acaba de descer ao túmulo onde o aguardavam seus irmãos na glória, S. Carlos e Sampaio chamava-se no século Francisco José de Carvalho, era natural do Rio de Janeiro, onde vira a luz no ano de 1785, sendo seus pais João Antônio da Silveira e D. Ana Francisca da Conceição.

Arrastado por uma ardente e sincera vocação entrou para o convento de Santo Antônio desta corte, que então era o Ateneu do Brasil na eloqüente frase do Sr. Porto-Alegre, e recebeu o hábito das mãos do Provincial Fr. Antônio de S. Bernardo Monção a 28 de junho de 1801, professando a 31 de outubro do ano seguinte. Nomeado colegial pela congregação de 7 de abril de 1804 partiu para São Paulo para continuar seus estudos sob a direção de Padre-Mestre Fr. Ignácio de S. Justina, que gozava da reputação de iminente teólogo.

Na pátria de Amador Bueno passou Monte Alverne os mais belos anos de sua existência, iniciando-se aí nas ordens sacras em janeiro de 1807, recebendo o sacerdócio das mãos do virtuoso Bispo D. Mateus de Abreu Pereira um ano depois. Sua aplicação e raro talento haviam-lhe granjeado tal nomeada, que aos 25 anos de idade era nomeado pregador e passante (substituto) do colégio de S. Paulo, numa época em que tão rica de capacidades era a sua Ordem: e aos 31 anos era lente de prima, honra destinada aos velhos.

A fama da sua facúndia chegou aos ouvidos do rei D. João VI, que o nomeou por provisão de 17 de outubro de 1816 pregador da sua Real Capela. Aqui alargou-se o horizonte de Monte Alverne; já não era em uma cidade de província que tinha de fazer ouvir a sua voz; e sim perante um numeroso e ilustrado auditório, a que presidia um Príncipe, que como [169] Luiz XIV, amava os esplendores do culto, e cultivava com proveito as sagradas letras; seus rivais eram os colossos do púlpito por quem esquecera o velho rei a sua predileta patriarcal. Vejamo-lo apreciar a sua nova situação:

"Lançado na grande carreira da eloqüência em 1816, como pregador régio, oito anos depois que nela entravam S. Carlos, Sampaio, Monsenhor Neto e o Cônego Januário da Cunha Barbosa, tive de lutar com esses gigantes da oratória, que tantos louros tinham ganhado, e que forcejavam por levar de vencida todos os seus dignos rivais. O país sabe quais sucessos neste combate desigual: ele apreciou meus esforços, e designou lugar a que eu tinha direito entre os meus contemporâneos; pertence a posteridade sancionar este juízo".[362]

Esse juízo para que apelava o ilustre Franciscano não se fez esperar. Ainda em sua vida colocou a nova geração seu preclaro nome par das maiores glórias do púlpito, pronunciando-o

[362] Ob, Orat. de Monte Alverne, tom. 1. Discurso Prel.

com respeito de envolta com os de S. Carlos e Sampaio, e formando com eles a trindade oratória dos Franciscanos brasileiros.

Abriu-lhe o púlpito o tesouro das graças: a 20 de setembro de 1818 foi nomeado examinador da mesa da Consciência e Ordens, e a 18 de novembro deste mesmo ano teólogo da Nunciatura Apostólica; a 23 de outubro de 1819 eleito Guardião do Convento da Penha na província do Espírito Santo.

Ufana a ordem pelos triunfos de seu ilustre membro, e querendo remunerar seus importantes serviços, confirmou-lhe a 27 de outubro de 1821 todos os privilégios de lente prima, acrescentando-lhes as de uma nova guardiania. Unanimemente escolhido para secretário da província (Franciscana) a 11 de março de 1824, tomou a 5 de fevereiro do ano seguinte assento na Mesa Capitular na elevada hierarquia de Custódio.

Não era somente entre seus confrades que se apreciaram os grandes talentos e profundas luzes de Monte Alverne: o doutíssimo Bispo do Rio de Janeiro D. José Caetano de Souza Coutinho foi procurá-lo em sua cela para confiar-lhe a regência da cadeira de Retórica do Episcopal Seminário de S. José, mandando-lhe passar para esse fim a honrosa provisão de 30 de abril de 1829 e autorizando-o para a substituir as faltas do professor de Filosofia e Teologia Dogmática, cujas cadeiras mais tarde regeu como proprietário. Satisfeito pelos seus bons serviços, galardoou-o o mesmo Excelentíssimo Prelado com a nomeação de Examinador Sinodal.

A vastidão dos seus conhecimentos mereceu-lhe diplomas de várias associações científicas nacionais e estrangeiras; o Instituto Histórico de França fê-lo seu membro correspondente em 17 de fevereiro de 1835, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil elegeu-o seu membro honorário a 24 de junho de 1847: igual honra lhe conferiu em 10 de novembro de 1848 a Imperial Sociedade Amante da Instrução. Nesse mesmo ano (a 10 de dezembro) era solenemente proclamado pela Sociedade Ensaio Filosófico – Genuíno Representante da Filosofia do Espírito Humano no Brasil – recebendo das mãos do Excelentíssimo e Reverendíssimo Sr. Bispo Conde, que presidia a sessão, uma coroa de louros oferecida pela mesma Sociedade, que por diploma de 11 de fevereiro de 1849 fazia-o seu Grande Conservador.

No meio de tantos e tão respeitados troféus literários não se esquecia Fr. [170] Francisco de Monte Alverne da sua Ordem, nem tão pouco era ela esquecido. Declarado Lente jubilado no capítulo de 24 de abril de 1841, foi-lhe concedida por Breve Apostólico, expedido por Monsenhor Bedini, na qualidade de Inernuncio Apostólico, dispensa de irregularidade contrariada pela cegueira para poder ser eleito Definidor de Mesa, sendo-lhe permitido assinar de chancela. Em virtude deste privilégio exerceu ainda o venerando cego os cargos de Custódio, e Definidor Adjunto, conferindo-lhe ultimamente outro Breve Apostólico as funções de Definidor Geral da Ordem. Para condescender com os desejos manifestados pelo digno Provençal Fr. Antônio do Coração de Maria de Almeida, estava no exercício das funções de Custódio da Província regendo no Convento as cadeiras de Filosofia e Teologia Dogmática quando sucumbiu no dia 2 de dezembro de 1858 em S. Domingos de Niterói, vítima de um ataque de cabeça de que por vezes fora acometido.

Tais são as notas biográficas que devemos a obsequiosidade do atual Prelado dos Franciscanos o P. M. Fr. Antônio do Coração de Maria de Almeida, a quem folgamos de render público testemunho da nossa gratidão pela benevolência com que acolheu a nossa súplica, e solicitude com que buscou satisfazê-la.

Parecia talvez demasiada minúcia da nossa parte em assinar todos os cargos que na sua Ordem exercera P. M. Monte Alverne; levou-nos porém a isto a idéia de que a vida do frade passa-se toda em seu convento restando apenas ao mundo o reflexo da sua glória.

Consideramos aqui o exímio Franciscano como orador, literato e filósofo, deixando de falar na parte que por ventura tomou nos negócios políticos porque são eles mui recentes: faltando-nos para sua justa apreciação os necessários elementos.

Pertence incontestavelmente a Monte Alverne à glória de ser o primeiro Brasileiro que publicou uma coleção completa de seus sermões enriquecendo com ela a literatura nacional e facilitando a crítica os meios de julgá-los. Seja-nos lícito citar, a tal respeito o que há quatro anos escrevíamos em uma publicação literária quase idêntica a esta.[363]

"Os sermões do distinto Franciscano tem uma: fisionomia que o faz diferente de todos os outros: o seu estilo, suas provas e diremos quase a disposição das diversas partes desse discurso, lhe são próprio. Reúne em si os predicados que ilustravam os mais famosos pregadores; sabe aliar a sublimidade de Bossuet à eloqüência e às perfumadas frases do suaviloquio Massillen. Cremos todavia que entre todos os oradores franceses do século de Luiz XIV, que lhe serviram de mestres, tinha mais predileção pela vigorosa lógica de Boudaloue. Cônscio do dever do orador evangélico de doutrinar o povo sempre que falava colhiam-se de suas palavras úteis lições; era o Platão católico expondo o dogma ou a moral como sábio Grego explicava o exemplo de muitos oradores cujos discursos são pobres de idéias, porém abundantes de palavras, que exprimem mesquinhos e triviais pensamentos em sonoras frases o nosso eloqüente patrício não se serve de um vocábulo supérfluo, nem de um epíteto desnecessário."

[171] Em nada modificaram o tempo e ulteriores estudos o juízo que então formávamos acerca do varonil eloqüente do grande pregador brasileiro; achamo-lo ainda enérgico na frase, profundo o pensamento. Dir-se-ia que em vez da pena lançava mão do buril para gravar seus sermões. Para espécime desse valente e original estilo citemos um trecho de seu magnífico sermão de S. Francisco de Paula:

"Francisco faz em pedaços uma moeda de ouro, e mostra ao rei as gotas de sangue que corriam deste metal precioso... É o sangue dos teus vassalos arrastados à miséria por tuas vexações, grita o homem de Deus! É o suor dos povos sobrecarregados de contribuições enormes, para saciar tua cobiça e promover tuas desordens. São as lágrimas de milhares de infelizes cansados de tua dominação, que te consideram seu verdugo e seu mais implacável tirano! Acreditas por ventura que tu és o senhor inexorável de um povo que te foi confiado para governar e não para oprimir? Esqueces que o Eterno te colocou no meio de teus súbditos para ser o ministro da sua providência sobre esta fração da grande família do gênero humano? Treme, oh rei! treme da vingança que te aguarda. Um dia as maldições deste mesmo povo, pisado pelo teu despotismo, irão reunir-se dos flagelos com que Deus sabe vingar a iniqüidade e a prepotência dos reis. Não é João Baptista na corte de Herodes? – Não é Apóstolo a penetrando de terror e sobressalto o procônsul Sérgio Paulo? – Não é Elias trovejando contra Achab? Como não ter a Francisco de Paula suplantado a tirania, pois que Deus enviará para defender a causa da humanidade é indignadamente ultrajada? Como não zelaria os interesses da razão o homem reservado para ser o salvador do seu país, o muro de ferro diante do qual viria quebrar-se a raiva do maior inimigo da civilização e da liberdade?"

[363] O Guanabara, tom. II, n'm. 7, pág. 122.

Assegura-nos um amigo nosso, testemunha presidencial dessa fulminante apostrofe, que causou ela no auditório a mais profunda emoção. Quando ilustre orador, acompanhando as palavras com o gesto, tomou entre seus dedos uma moeda de ouro, parecendo parti-la, todos os olhos se baixaram ao pavimento para verem se com efeito estaria ele notando de sangue.

Vibrante como a da araponga era a voz de Monte Alverne: natural e gracioso seu acionado: comunicando ainda alguma coisa de solene ao seu majestoso porte burel de S. Francisco.

Não lhe permitia a rapidez da composição limar sempre a frase dando-lhe o contorno inteiramente português, e por isso aqui e acolá encontram-se alguns galicismos perigosos à mocidade por partirem de tão exímio mestre, e esmaltados pela pompa de sua luxuosa dicção. Prevenindo a censura que talvez um dia lhe fosse feita, assim desculpa-se o nosso autor:

"Era preciso responder a glória que nos chamava, não era possível abnegar os pundonores do amor próprio: convinha ceder ao nosso entusiasmo. Não havia tempo para lei Frei de Andrade, estudar Fr. Luiz de Souza e o Padre Antônio Vieira. Os galicismos, os termos meio apropriados, as frases menos corretas, deviam necessariamente desfigurar as belezas das nossas produções. Compondo os meus sermões nunca fui embaraçado com as formas de que devia revestir o meu estilo. Sabia com Montesquieu ser impossível realizar alguma coisa de importante desde que fosse mister levar a balança os nossos pensamentos. Quando pois eu tinha de exprimir [172] uma idéia, empregava na sua tradução o termo que me parecia mais significativo, ou mais sonoro, sem curar da sua precisão, e mesmo da sua existência. Era certamente um grande mal em ordem a literatura, era um grande defeito; mas a idéia aparecia com as suas cores fortes e originais, o prestígio da pronunciação conseguia o resto.[364]

Cumpre porém não dissimular que esse estudo profundo da língua que parecia desdenhar Monte Alverne é o que ainda hoje constitui a maior glória do Padre Antônio Vieira e convida-nos a ler muitos dos seus gongorísticos sermões.

Talvez que mais tarde, retirado do púlpito, encerrando-se em sua cela pudesse o grande pregador corrigir seus sermões aperfeiçoando-lhes a forma a fim de entregá-los a imprensa; uma fatalidade porém privou-o dessa honrosa tarefa; referimo-nos a cegueira que o acometeu no ano de 1837 em conseqüência do excesso de aplicação a que se entregara.

Rodeado de trevas e vivendo unicamente a vida do espírito, parecia Monte Alverne um glorioso espectro, uma sombra que errava em torno dos túmulos ainda tépidos dos seus imortais êmulos, prelevando o juízo, posteridade.

Deixemo-lo pintar-se a si mesmo:

"Eu era como o cego Ossian sentado sobre as cinzas do rei de Morven, para qualquer lado que estendia os braços tocava os ossos dos meus companheiros das armas. O silêncio dos túmulos me cercava, a deserção aviltava progressivamente, e para cúmulo de desventuras as trevas mais espessas envolviam este belo céu, onde tinham fulgurado tantos sóis e tão radiantes estrelas".[365]

Auxiliando pela exemplar dedicação de um amigo (o Reverendíssimo Sr. João Diniz da Silva) que acaba de praticar um ato do mais sublime desinteresse relativamente ao espólio o

[364] Obr. Orat. de Monte Alverne. tom, I; Disc. Preliminar
[365] Discurso Prel., pág., XVI.

ilustre finado pôde Monte Alverne dar a luz as suas obras oratórias em 4 volumes, que nos anos de 1853 – 1854 saíram dos prelos dos Srs. E. e H. Laemmert.

Bem fadada foi essa publicação; acolheu-a o jornalismo com entusiasmo e diversas análises e honrosas menções apareceram a seu respeito.

O acontecimento porém de maior magnitude que a ela se liga foi o desejo manifestado pelo Imperador de ouvir ao Crisóstomo brasileiro, cuja poderosa eloqüência abrilhantara as festas dos dois precedentes reinados.

Um pedido, um desejo, uma veleidade sequer do monarca é para o súbdito o mais terminante preceito. Assim pois esqueceu-se o P. M. da sua avançada idade, das suas habituais moléstias, do seu longo silêncio, que lhe entorpecera a voz, finalmente da sua cegueira, e ofereceu-se para pregar.

Sua reaparição no púlpito da Imperial Capela no dia da festa de S. Pedro de Alcântara (19 de outubro de 1854) marcou a mais gloriosa época da sua vida, o último crepúsculo da grande escola que com ele findara.

Peçamos ao nosso respeitável amigo o Sr. M. de Araújo Porto-Alegre que com o seu pincel bounarótico nos trace um quadro desse memorando dia.

"Um numeroso e inteligente auditório se primava em todo o âmbito da Capela Imperial, uma corte luzida pautava as alas do templo; os corredores [173] as escadas, e todo o adro externo se povoavam de espectadores desensofidos, de homens, de re mulheres, que vinham assistir a essa ressurreição a essa nova vida da palavra sagrada! Os velhos choravam e como que arremessavam aos assaltos de suas reminiscências, e os moços também choravam à vista daquele sublime representante de tantas glórias, daquele antigo proprietário de tantas de ovações, e do aparecimento de um homem cujo nome vagas a entre nós como a sombra de um gigante.

Parecia que tantos anos de sofrimento, de morte social, e de... perseguições atrozes por aqueles mesmos que o deviam sagrar como o laurel prestigioso da sua ordem, como o representante de tantas glorias e de um passado edificante, o do deveriam vergar, e franquear através dessa vida caótica e silenciosa, dessa ausência dos livros, e sobretudo do laboratório das idéias, porém a sua natureza privilegiada, a sua grande individualidade rutilaram através da noite em que vivia, e o homem do passado, conculcando a concha da balança do tempo, venceu os anos, as moléstias e as dores, e reúnem em uma hora dezoito anos de silêncio e de retiro.

Púlpito, templo e ele formavam uma só massa, uma só figura, um gigante, que elevado a uma esfera superior, dominando todas as inteligências que o escutavam, parecia desprender dos seus lábios uma aurora de harmonias, um lume ainda não admirado. A geração que o escutava, na imobilidade de sua admiração, como que se achava aniquilada diante daquelas proporções gigantescas, daquela voz radiante, exumada da obscuridade do claustro e oferecida ao sol da inteligência como um primor de Lê Fidias recuperado, como outrora Laocoon diante do qual a multidão de artistas do século de Leão X parecia desanimada!

De onde veio, pois, este homem que com sua palavra somente nos amesquinha, nos atrofia e nos faz ser uma família de gêmeos? Onde foi ele buscar o segredo de tantos prodígios? Em si mesmo, na fonte inesgotável da inspiração, na força da sua fé, na prática de suas virtudes!

O seu gesto era a estátua do pensamento que o animava, as suas mãos falhavam e escreviam, a sua voz concutia em todos os corações!

E porque ele; homem extraordinário, esta força civilizadora, esta palavra viva, ele cego acenava com tanto acerto, com tanta propriedade, com tanta graça, com tanta firmeza, como se a luz lhe abrisse o grande cenário que o rodeava, e o fizesse saborear os louros dessa nova conquista? Porque nas alturas a que se elevara ninguém o viu vacilar, titubear, e antes conculcar o chão do púlpito com aquela firmeza do sagitário, com a destreza do gladiador e com o denodo do atleta?

— Porque ele via com olhos de Homero![366]

Engrinaldada a fronte com os louros da vitória cumpria, que Monte Alverne se recolhesse ao claustro aguardando a morte, calmo e resignado, como o Moisés de Miguel Ângelo sobre o túmulo de Júlio lI. Tal foi o conselho que lhe deu o poeta das Brasilianas, o cantor do Colombo, nestas eloqüentes palavras:

"O meteoro que segunda a sua aparição deixa logo cair a primeira gota de neve na pyra do entusiasmo; a flama crepite, o [174] hábito começa e as misérias humanas acabam o resto, mormente quando a ostra do Aristides reproduz-se em nossas pedras. Assim pensam os bons amigos, assim dita a prudência.

Foi grande o sacrifício, foi ainda maior a vitória, foi extraordinário o triunfo: paremos no Capitólio[367]."

Inebriado pela lisonja não escutou Monte Alverne a voz da sincera amizade, e um ano depois encontrava na Igreja da Glória a sua rocha Tarpeia.

Como a luz preste a extinguir-se, desprendera a sua inteligência os derradeiros raios; e profundo marasmo sucedeu a esse vigoroso impulso que tanto nos admirara no dia de São Pedro de Alcântara. O sermão da Glória é para Monte Alverne o que a Odisséia é para Homero.

Estudemos agora o filosófico.

Reinava Condilae, representado por seu hábil intérprete Frei Policarpo de Santa.Gertrudes, quando subiu Monte Alverne a cadeira do Seminário de São José. Numerosos adeptos contava a escola sensualista que parecia dominar sem rival: e até nos claustros, como vimos, contava ela esforçados campeões. Não trepidou o sábio Franciscano em enristar a lança para combate-la, resignando com a sua locução ardente as objeções de seus contrários, e mostrando-lhes o despenhadeiro do materialismo em que iriam precipitá-los suas doutrinas. Agrupavam-se em torno da sua cadeira mancebos sequiosos de saber, e solícitos copiavam suas apostilas explanando ou contradizendo o caduco Genuense.

Os Srs. Drs. Magalhães, Felix Martins, Porto Alegre e tantos outros prestimosos condutores da nova geração, pertenciam ao número desses mancebos, que receberam o filho de São Francisco suas idéias espiritualistas, que hoje vivificam seus luminosos escritos.

A um dos mencionados discípulos de Monte Alverne (o Sr. Br. Magalhães) deve a língua portuguesa a primeira obra filosófica (os Fatos do Espírito Humano), digna de Kant, de Schelling e de Cousin.

---

[366] *O Guanbara, tomo II*, nº 9, pág. 323 – 324.
[367] *Idem, idem*, pág. 326.

Consta-nos que o P. M. ocupava-se nos últimos dias de sua vida em coordenar suas apostilas para dá-los ao lume público; não sabemos porém se faziam elas dignas dessa honra, ou se pertenciam ao número dos escritos que para a gloria dos autores convém deixar os inéditos.

Honrado pelo Imperador, que lhe tributava verdadeira afeição, idolatrado por seus numerosos amigos, cercado de privilégio e imunidades na sua Ordem, presidida por um seu discípulo e extremoso amigo, tranqüilos se deslizaram seus últimos anos. Incumbido por uma eminente personagem de um importantíssimo trabalho, retirou-se para S. Domingos para com mais sossego confeccioná-lo, e neste aprazível sítio terminou; como dissemos, sua gloriosa existência no dia 2 de dezembro do próximo ano passado.

Abrindo-se exceção aos usos de Ordem, foi o seu corpo embalsamado pelo Sr. Dr. Peixoto, transportado de S. Domingos na galeota do arsenal da marinha, e da praia de D. Manoel a ladeira de S. Antônio num carro da casa imperial. Numerosos préstito, de que faziam parte os Srs. gentis homens Cabral e Nogueira da Gama, por parte de S. M. I. seguiu o corpo; que na súbita ladeira esperava o Sr. Conselheiro Paula Barbosa da Silva, e cidadãos de todas as classes concorreram a prestar ao grande homem suas [175] últimas homenagens, e na ocasião de ser o féretro depositado numa capela, aguardando seu ulterior jazigo, pronunciaram-se algumas cênicas alocuções, sendo a mais notável e que mais impressão causou a do Sr. Porto Alegre.

Coube-nos também a honra de espargir algumas murchas saudades sobre o seu túmulo por parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no impedimento do seu ilustrado orador.

Fr. Francisco de Monte Alverne era de estatura alta, fronte espaçosa, olhos grandes, magro e de movimentos rápidos. Seu aspecto venerando, seu ar inspirado assemelhava-se ao do infeliz Savonarola, em quem, diz Michelet, residia o espírito dos profetas. Afável e cortes em seu trato familiar, discutia raras vezes com calma e freqüentemente com paixão . Irascível no último ponto, ofendia sem querer aos seus mais íntimos amigos, aos quais arrependido pedia depois perdão com verdadeira humildade. O amor-próprio e o sentimento de dignidade tornava nele por vezes as proporções de intolerável orgulho, com que alienou não poucas simpatias.

Eis em toscos traços bosquejada a vida do P. M Monte Alverne, último elo da cadeia dos grandes oradores sagrados da corte de D. João VI.

J. C. Fernandes Pinheiro.

"Uma sedição fluminense: narrativa dos tempos coloniais". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 201-207.

UMA SEDIÇÃO FLUMINENSE

———

(Narrativa dos tempos coloniais)

Pela terceira vez governava o Rio de Janeiro Salvador Correia de Sá e Benavides, que pelos seus heróicos feitos tão grande nomeada granjeara. Desvelado pelo engrandecimento do país, muito se destinguira nos seus precedentes governos; já concedendo sesmarias com o ônus do cultivo, já abrindo estradas, fundando povoações com os Índios catequizados, ou colonos europeus, e provando praticamente que era tão excelente general, quão hábil administrador. As circunstâncias porém modificam profundamente os homens; assim quando em 1658 chegou Benavides a sua pátria com o diploma de governador-geral do Sul do Brasil, seu principal cuidado era a defesa da praça ameaçada de invasão: só pensava em soldados, só cogitava em fortes e trincheiras.

Faltava porém o dinheiro, principal elemento da guerra: exaustos estavam os cofres públicos. Espreitava no entanto a *Companhia Geral do Comércio* as angústias do governador, para oferecer-lhe os recursos de que carecia a troco da tolerância em seu escandaloso monopólio. Esqueceu-se Benavides da glória do primeiro Salvador Correia, depôs a coroa cívica, que lhe ornava a fronte, e aspirou a novos troféus como o de Paligarta.

Pintam-nos com sombrias cores os cronistas o miserável estado, a que estava nessa época reduzida a nossa terra. Faltava a nossos [202] avós a mandioca, seu pão cotidiano, pois que os mercadores de Macacu abarcavam-na toda para vendê-la por exorbitantes preços. Debalde proibira a Câmara, sob a multa de cem mil réis para o Hospital da Misericórdia, tão iníquo tráfico: o mal continuava e parecia irremediável. A falta de moeda, dificultando as transações, e os novos tributos lançados para a sustentação da tropa, causavam geral consternação. Sempre fiel a seu nobre encargo, representou o Senado da Câmara ao governo-geral sobre a impossibilidade, em que se achava o povo de pagar novas contribuições, atenta a sua crescente miséria. Desatendeu Benavides as súplicas dos Fluminenses, interpretando-as por falta de civismo, como se ele próprio não fora testemunha da espontaneidade dos seus compatriotas em socorrer a Bahia, Pernambuco e Angola, quando em poder dos Holandeses.

Como soe acontecer nas erupções do Vesúvio, um longínquo ruído subterrâneo fazia-se ouvir: murmuravam os homens mais pacíficos contra esta funesta tendência de militarizar a colônia à custa de tão pesados sacrifícios, e perguntavam os moços, se a insurreição contra os abusos da autoridade não seria um direito legítimo? – Aflitiva era a situação: temiam todos o perigo, e pareciam prever as conseqüências.

Só calmo e tranqüilo estava o general: ele, que afrontara as bombardas e os pelouros dos Batavos e Castelhanos, não se receitava dos motins populares. Redobrou de severidade, e com mais aspereza tratou os procuradores do povo; e para mostrar-lhes, que nenhum temor lhe

inspiravam os seus murmúrios, resolveu ocupar-se com negócios, que mais importantes lhe pareciam. Exagerava-se então muito as riquezas das minas de S. Vicente, descobertas durante o seu segundo governo, havendo-se fundado ali as povoações de Paranaguá e de Ubatuba; e para evitar as contestações, que começavam a surgir, decidiu visitá-las, tudo esperando de sua autoridade e do prestígio do seu nome. Partindo desta cidade, delegou seus poderes a Thomé Correia de Alvarenga, em quem depositava a maior confiança.

Foi o sinal da revolta a retirada de Benavides. Como outrora os Romanos, fugindo para o *Monte-Sagrado*, a fim de subtraírem-se à tirania dos patrícios, assim ausentou-se o povo do Rio de Janeiro, reunindo-se noutro lado da baia no sítio denominado *Ponta do Brabo* (S. Gonçalo). Armado regressou à cidade no dia 30 de outubro de 1660, e a 8 de novembro reclamou a convocação da Câmara no meio de vivas a D. Afonso VI, então reinante. Restabelecido o silêncio, os procuradores do povo, quais os antigos tribunos, relataram à Câmara as queixas dos seus constituintes, transpirando em suas palavras profundo ressentimento pela nova conduta de Benavides, e fazendo-lhes a paixão olvidar os serviços prestados pela nobilíssima [203] família dos Correias de Sá, requereram que fosse ela excluída de todas as honras e empregos, atribuindo-lhe a origem de seus males. Terminavam, manifestando a esperança de que o monarca, informado das justas causas de seu proceder, aprovaria a sua deliberação.

Recolhera-se Alvarenga ao mosteiro de S. Bento apenas informado do tumulto popular, e sendo intimado a comparecer no paço da Câmara, afim de declarar se aceitava os capítulos que ali acabavam de lavrar-se à requisição do povo, respondeu por escrito, que não lhe era lícito anuir a semelhante proposta, pedindo em nome do rei aos amotinados, que não perturbassem por forma alguma a ordem, requerendo pacificamente e esperando do trono remédio aos seus males.

Lida ao povo a resposta de Alvarenga, prorromperam vozes, proclamando governador da praça e seu distrito ao capitão Agostinho Barbalho Bezerra, em quem concorriam todos os predicados necessários, para uma boa e zelosa administração, até que S. M. providenciasse acerca das novas ocorrências. O nome de Agostinho Barbalho era geralmente bem quisto: assim pois ninguém se opôs a sua eleição.

Apresentou então a sedição fluminense bem curioso espetáculo: Alvarenga e Barbalho, o delegado de Benavides e o chefe dos populares, abrigam-se à sombra dos altares, o primeiro em S. Bento, e o segundo no convento de S. Antônio.

Era nesses tempos a religião o paládio da segurança pública, e profundo respeito se votava às casas do *Senhor*. Mas a efervescência das paixões, o delírio da revolta, fazem esquecer os mais sagrados princípios: e os homens, que ainda há pouco se descobriam aos passar pela porta de uma igreja, não duvidam profanar o santuário, conculcar as imunidades eclesiásticas, arrancar a Barbalho de seu asilo, e forçá-lo a comparecer na casa da Câmara!

Não se desmentiu a coragem de Barbalho em tão críticos momentos; falou ao povo fazendo-lhe ver quão irregular era o seu proceder, e quanto convinha submeter-se a Alvarenga, seu legítimo governador. Descompassados gritos, terríveis ameaças, acolheram as palavras do honesto cidadão: dando-lhe a escolha entre a morte e a governança. Protestando finalmente sua obediência ao soberano, cedendo à coação, que sobre ele exerciam os sediciosos, entrou o novo governador no exercício das suas funções. Do ocorrido lavradores da cidade, e ninguém recusou tomar a responsabilidade dos seus atos.

Difícil, senão impossível, é parar no plano inclinado das revoluções: eleito novo governador, quiseram os populares vingar-se e legislar. Ordenaram ao tabelião Sebastião Ferrão

Freire que se dirigisse ao mosteiro de S. Bento, e intimasse a Thomé Correia de Alvarenga [204] a cessação da sua autoridade, por lhe haverem levantado a homenagem. Em seguida prenderam-no assim como ao provedor mor Pedro de Souza Pereira, mandando-os conduzir à fortaleza de Santa Cruz. Passaram depois a constranger ao ouvidor-geral Pedro de Mustre Portugal, a abrir *os pelouros* (o que se fazia no dia 1 de janeiro); não satisfeitos com os nomes neles contidos, ordenaram a confecção de novas pautas, proclamando juízes a Diogo Lobo Pereira e Lucas da Silva, vereadores a Clemente Nogueira da Silva, Fernando Falheiro Homem, Simão Botelho de Almeida, e para procurador a Euzébio Dias Cardoso.

Grande alarido, inexprimível confusão acompanhava as deliberações do povo: mas cumpre confessar, que nem um desacato à honra das famílias, nem uma violação da propriedade foi cometida, e o que mais é, nem uma só gota de sangue nodoou a sedição fluminense. Se as deliberações de *agora* e do *fórum* eram como no-las pintam Demóstenes e Cícero, notáveis pelo grande tumulto, cmo se poderia esperar que um povo, vergado ao jugo do despotismo, tremendo diante do bastão dos capitães mores, e despertado da sua letargia pela vara mágica da desesperação, se mostrasse plácido e sereno em suas assembléias?

Há portanto grave injustiça da parte dos nossos intelectuais cronistas, quando com aspereza anatematizavam aos homens, a quem os excessos do poder e a suprema miséria fizeram rebeldes.

Receavam os corifeus da revolta, que existissem ocultas relações entre o general Benavides e algum dos seus afeiçoados existentes na cidade, e para terminá-las lançaram um bando, ordenando que todo o *criado*, *amigo e afeiçoado do governador-geral*, que quisesse ir para a sua companhia, poderia livremente fazê-lo dentro de dois dias, findo o qual o prazo, seria degradado por dez anos para Angola quem quer, que com ele se correspondesse.

Não eram menores os seus temores relativamente à tropa, em cujo benefício tanto se despopularizara Benavides, e que por essa razão devera apoiar a sua autoridade. Lembrou-se então a Câmara dos seus antigos privilégios, revogados pela extensão do poder real, e chamou a si a nomeação dos oficiais de milícias, reformando os que lhe pareciam suspeitos.

Submetida à sanção do governador interino esta decisão do povo, fingiu-se ele doente, mandando-se sangrar, a fim de evitar qualquer responsabilidade, que dali lhe pudesse provir, e desejando ganhar tempo, pediu à Câmara, que se dirigisse a sua residência. Nobre e concisa foi a resposta da municipalidade, que respeitando a sua posição, recusou anuir aos desejos de Barbalho. Insistiu este em negar a sua sanção à reforma da milícia, alegando não ter para isso autoridade, e acrescentando que preferiria a morte à falta de fidelidade ao seu soberano. Por seu lado não desistiu a Câmara do propósito, [205] em que estava; e uma luta travou-se entre os dois poderes. Finalmente, vendo-se desamparado pela tropa, que se bandeava com os amotinados, e ameaçavam pelo povo, que em altos brados exigia a sua assinatura nos atos revolucionários, cedeu, protestando de novo contra a coação, em que se vira.

Espalhando-se o boato, de que os jesuítas armavam os Índios da Aldeia de S. Bernabé, para marcharem contra a cidade, pediu a Câmara explicações ao P. Antônio Maris, superior da Aldeia, e havendo-as obtido plenas e satisfatórias, ficaram por esta parte sossegados os espíritos.

Uma espécie de manifesto foi então endereçado à Câmara de S. Paulo, em que se expunham os motivos da sublevação, e pediam-se esclarecimentos acerca de alguns fatos que se diziam ali praticados por influência ou consenso de Benavides. Maquiavélica foi a resposta dos Paulistas; exprimiam seus votos, para que *em breve vissem os Fluminenses restituídos na posse*

do seu antigo sossego, para lhe darem o parabéns, assim como lhe davam os pêsames dos seus enfados. E a respeito das informações pedidas de nada sabiam, nada constava-lhes contra a administração do general Benavides, de quem folgavam em reconhecer-se reverentes súditos. E para melhor demonstrarem a sua fidelidade, ofereceram-se ao governador-geral para acompanhá-lo ao Rio de Janeiro.

Atônitos pelo seu proceder, e incertos da marcha, que convinha seguir, começaram a vacilar os chefes da revolta, e muitos arrependidos, ou temerosos, formavam secretos votos pelo restabelecimento do antigo regimen. Chegara no entanto o bando, que Salvador Correia publicara em S. Paulo no dia 1 de Janeiro de 1661, e que vinha desmoralizar completamente a sedição.

Com suma habilidade lançava o governador-geral a discórdia entre os revoltosos, assegurando que, apesar das rigorosas medidas, sabia de tudo, o que se passava, por cartas dos principais da cidade; prometia o perdão aos procuradores do povo, considerados cabeças do motim, se prontamente se submetessem a sua autoridade, ameaçando-os no caso contrário com a pena última e confisco dos seus bens; anistiava aos *poucos moradores*, que haviam tomado parte do primeiro movimento; e confirmava a Agostinho Barbalho Bezerra no cargo, para que fora eleito, em atenção as suas boas qualidades, incumbia ao vereador mais velho de desempenhar as funções de provedor de fazenda, e finalmente determinava, que nos casos mais difíceis consultasse o governador interino com o ouvidor e mais dois letrados *eleitos pelo povo, evitando-se o novo modo de parlamento*.

Como era de esperar, provocou este bando o delírio da sedição as mais extravagantes medidas foram propostas por homens ardentes, [206] que haviam assumido a direção dos negócios, e adotadas pelo inesperto povo.

Para impedir a entrada do general, que se dizia marchar com grandes forças, requereram à Câmara, que mandasse guarnecer as fortalezas com cinqüenta soldados cada uma que se estabelecessem vedetas e postos avançados, se fortificasse a cidade, numa palavra que se proclamasse a lei marcial. Assentiu a Câmara nestas propostas e pasmosa atividade desenvolveu-se para a defensão do país.

Fez desmerecer na opinião pública a confirmação, que dava Benavides à eleição de Barbalho, a confiança, que nele parecera depositar. Exigiram os populares a sua destituição, passando o governo as mãos dos vereadores, no dia 8 de Fevereiro desse mesmo ano.

Tocava o seu paroxismo a sublevação, quando recebeu o desembargador Antonio Nabo Pessanha, há pouco chegado da Bahia, a incumbência de abrir uma sindicância acerca dos acontecimentos, que havemos relatado. A escolha deste severo magistrado e a notícia das forças, que de Santos marchavam sobre o Rio de Janeiro, causaram desânimo aos populares, logo abandonados pelos seus chefes, que buscaram salvação na fuga, fazendo a Câmara entrega do governo a João Correia de Sá, filho do general Benavides. Sem a menor oposição entrou nesta cidade a força expedicionária, havendo expirado a revolta.

Chegamos ao período da reação e das vinganças, sempre lamentável nas comoções populares. Inundou a cidade a praça dos denunciantes, que pelo excesso de zelo pretendiam escurecer a parte que por ventura haviam tomado na revolta: e os ocultos partidários de Benavides alçaram a fronte e pediram vingança pelas injúrias recebidas.

Foram as primeiras vítimas os procuradores do povo, aos quais Pessanha remeteu presos para a Bahia, sendo mais tarde transferidos para os cárceres de Lisboa. Nem salvaram a

Agostinho Barbalho a sua relutância, os seus protestos de fidelidade, e a escolha do governador-geral: saciado de desgostos morreu na cadeia, tendo por companheiro

.....assim nos feitos
como no galardão injusto e duro[368]

a Jorge Pereira Bulhão.

Anulados todos os atos dos sediciosos, foi restabelecida em sua plenitude a autoridade de Benavides, e só muito depois atendeu a corte aos justos clamores dos Fluminenses.

Aguardavam em Lisboa as habituais delongas judiciárias os procuradores do povo, até que, compadecida do seu longo exílio, dirigiu a [207] Câmara do Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1666, uma respeitosa súplica ao trono, impetrando a sua graça, ou pelo menos a conclusão do seu processo. Teve esta representação uma delicada resposta del-rei D. Afonso VI, asseverando ao senado fluminense, que em atenção ao seu pedido ordenava ao conde-regedor da casa da suplicação, que abreviasse a causa dos implicados na revolta de 1660.

Releva mencionar aqui uma circunstância, que bem característica nos parece. Absolvidos de toda culpabilidade, voltam os procuradores do povo ao Rio de Janeiro, trazendo em seus peitos veneras da ordem de Cristo, como que em recompensa de seus serviços, e nesse mesmo ano de 1667 é Salvador Correia chamado à corte por esse mesmo soberano, cuja causa devotamente esposara, e pela qual na tarde de seus dias tanto sofrera.

Teriam finalmente as queixas dos povos chegado aos ouvidos do monarca, que posto que seriodiamente reparava assim as injustiças em seu nome praticadas; ou a inveja e a intriga de alguns cortesãos procuraram destarte ferir ao restaurador de Angola, ao herói de Tucuman? Inclinamo-nos pela primeira hipótese, atendendo a que só a 23 de novembro deixou de governar D. Afonso VI, e que já então achava-se em Lisboa Benavides, que até se oferecera para comandar as tropas legais contra as do infante D. Pedro.

Eis o grosseiro esboço da única sublevação, que presenciou a nossa cidade durante o regimen colonial: estudamo-la nas fontes, que mais puras nos pareceram; julgamo-la com imparcialidade; e terminamos com o profundo pensamento de M. Guizot: *são os governos, e não os povos, que fazem as revoluções*.

J. C. Fernandes Pinheiro.

[368] Lusíadas de Camões

"Educação e ilustração: estudo moral". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 330-333.

EDUCAÇÃO E ILUSTRAÇÃO

Estudo Moral

—

Quantas vezes vemos confundidas na prática estas duas palavras, que ninguém confundirá em teoria? E quantos males não resultam à sociedade da falsa aplicação de princípios, aliás verdadeiros? Ensaiemos estudar esta importante questão, que não pode deixar de interessar à maioria dos leitores.

Ouvimos diariamente dizerem pais de famílias: queremos dar aos nossos filhos boa educação, e para isso apressamo-nos em mandá-los ao colégio. E os que assim se exprimem, não ignoram a rigorosa acepção dos dois vocábulos, e muitos deles seriam capazes de fazer preleções filológicas, dignas de Fr. Francisco de S. Luiz e de Roquete. O uso, porém, prevalece, e a juventude sofre as funestas conseqüências da falsa sinonímia.

A educação precede a ilustração, e é muito mais difícil de adquirir. Pretende Buffon, que a criança começa a ser educada no útero, e, apenas cresce, compete à mãe dirigir com zelo e carinho os seus primeiros e vacilantes passos. Assim, pois, as primeiras lições, e as que mais arraigadas nos ficam, recebemo-las nós no regaço materno.

Principia felizmente a ser apreciado o importante papel, que assinou Deus à mulher, na grande obra da civilização humana.

"Nas modernas sociedades, diz Lemernier, nos dão nossas mães os primeiros sentimentos e as primeiras idéias; é a mãe quem reconhece o caráter e o gênio de seu filho, aplaude sua vocação, sustenta-a contra o [331] descontentamento paterno, consola-o, fortifica-o, entrega-o finalmente à sociedade."[369]

Se é indubitável a influência, que a mãe exerce sobre o futuro de seu filho, porque não se há de preparar convenientemente a mulher para a sublime missão, que deve um dia exercer? Toma-a no berço a fatuidade; doutrinam-na na arte de agradar pelos dotes físicos; dão-lhe mesquinha e escassa instrução; inspiram-lhe a perigosa paixão do luxo; tornam-na caprichosa, e fazem-na mãe de família numa perpétua menoridade.

Pensamos com Ainé Martin, que é fictícia a civilização, cujas bases não foram assentadas pelos inteligentes esforços da mulher. A ciência da educação, mais do que a nós lhes pertence; só elas possuem o admirável segredo de formar os corações. Baldas (na maior parte) de instrução sólida, vítimas de imensos preconceitos, prestam ainda assim relevantes serviços; moralizam a infância com essas histórias, que lhes referem, e de que tão curiosas se mostram as crianças; pagam uma boa ação com um beijo, ou com um abraço, e punem, mostrando-se enfadadas. Quantas cenas afetuosas se não praticam diariamente no interior das famílias, e que sublimes quadros não oferece o amor da mãe da esposa e da irmã! Treme o menino diante do pai, e

[369] Philosophie du Droit, tom. 1o.

continua a ser travesso; nega-lhe um sorriso a mãe, e ele corrige-se. Volta o libertino da casa de jogo, onde perdera o último real, encontra a jovem esposa curvada sobre o trabalho, para que à mingua não pareçam os filhos; envergonha-se, e corrige-se. Ameaçado de ser expulso do lar paterno, pelos seus desmandos, volve o mancebo em seu cérebro mil idéias de suicídio; eis que uma mão levemente lhe toca no ombro, volta-se, e reconhece sua irmã. Juntos choram; vem após as lágrimas o arrependimento, segue-se o perdão, e o mancebo também se corrige. Em todos estes, e infinitos outros exemplos, vemos a salutar influência de mulher.

Até agora, só a natureza tem dirigido a mulher na educação do homem, seu coração foi o único guia: cumpre que a arte venha também em seu auxílio; importa que a mestra aprenda a ensinar.

Não somos utopista; não sonhamos a emancipação da mulher no sentido, que desejam alguns escritores modernos. O teatro do sexo feminino é a família, é o lar doméstico o campo de suas operações. Sempre nos pareceram aberrações a mulher guerreira, política, agiota, &c.; mas quiséramos que se ampliasse a esfera dos seus conhecimentos, para que ela pudesse bem desempenhar a tarefa de educadora da mocidade.

Porque não seria confiada à mulher a instrução da infância? Que inconveniente haveria em termos mestras de primeiras letras, em vez de mestres? O contato dos meninos com as meninas, na idade em que ainda são *neutros*, em nada prejudicaria aos bons costumes; e não poucas seriam as vantagens, que resultariam de semelhante sistema, já adotado na França, Inglaterra, Alemanha, e em alguns outros países da Europa.

Por mais desvelado, que seja um pai, impossível lhe seria incumbir-se da educação de seus filhos. Forçam-no os deveres sociais a longas ausências, e a educação é um trabalho contínuo; exige reiterados esforços. Releva que o elogio acompanhe a boa ação, e a censura o delito. Condenamos [332] o método, adotado por algumas mais, de ameaçarem os meninos com a cólera paterna, deixando impunes suas travessuras, ou pequenas maldades. Formam a mãe e o pai um só tribunal: não deve ser lícita a apelação de um para outro.

Lançado o alicerce da educação, e havendo recebido o menino, ou menina, os primeiros elementos da ilustração, poderá então ser mandado para o colégio. Reconhecemos a superioridade do ensino simultâneo ao indivíduo colégio. Poucos são os meninos, que aproveitam com o ensino dado em casa, onde falta de regularidade nas horas de explicação e de recreio, os estorvos das visitas, e também os incômodos de família, são poderosos obstáculos ao bom aproveitamento do mais favorecido talento. Opinamos em prol dos colégios bem dirigidos, onde a moral seja escrupulosamente guardada, e onde os pais não tenham de ver destruída, em poucos dias, a obra, em que despenderam anos. Lembramos, porém, que os colégios não podem desempenhar as funções de educadores, que muita gente deles exige. Impossível é aos diretores velar de perto sobre os mais insignificantes atos dos alunos, para fazer-lhes constantes preleções morais, e assim reservam-se unicamente para o conhecimento dos que apresentam maior gravidade. E nesses atos que, à primeira vista, parecem insignificantes, estão os germens de muitos vícios, ou virtudes.

Tem-nos mostrado a experiência, que os alunos mais bem morigerados, são os que têm a fortuna de possuir pais cuidadosos; e aqueles, cujas maneiras mais nos encantam, trazem gravado o selo da educação feminina.

Não pode o colégio dar essa nova natureza, que constitui a educação: ilustra o espírito, comunica-lhe o brilhante colorido das ciências e das letras, e considera finda a sua missão.

Contemplai esse mancebo, que acaba de sair das aulas, galardoado com os primeiros prêmios, mas cuja educação foi abandonada. Se fala, é um pedante, erige-se em supremo juiz, e decide *ex-cátedra* as mais espinhosas questões; se está sentado, reclina-se na cadeira, e para mais comodidade, põe os pés na que lhe fica em frente, e enche a sala com a fumaça do charuto, parte integrante do seu organismo. Entrou para a sociedade, sem estar preparado para ela; seus hábitos são os de um colegial em férias.

Para a boa educação contribui também poderosamente o ensino religioso, não como se entende entre nós, consistindo em decorar algumas lições do catecismo e recitar maquinalmente as preces da igreja; mas na apreciação dos belíssimos exemplos, que nos oferecem os livros santos; no estudo e na meditação das verdades reveladas. Que excelente tratado de educação não nos apresenta o Evangelho! Lido por uma mãe piedosa, e por ela comentado, e aplicado à situação do menino, grava-se no seu terno coração, e dá-lhe uma norma de viver, tão singela, que apagando as ligeiras imperfeições de sua alma, torna como que inata a virtude. Parando respeitosa no peristilo do dogma, deixa a mulher ao padre a sublime tarefa de completar a educação religiosa de seu filho: conduze-o ao templo, fá-lo assistir à celebração dos mistérios, à explicação da doutrina, e constitui-se ainda sua amável repetidora.

[333] Havemos assinado à mulher a mais importante parte na educação, resta prevenir a objeção, que nos poderão fazer, de que nem todas as mais serão instruídas, nem todas as meninas serão mães.

Não exigimos, para todas as mulheres, a ilustração das Vacier e das Stäel, porque nem todos os homens são Sócrates e Platões: desejaríamos sim, que recebessem todas maior cópia de conhecimentos, mesmo para as modestas funções, que aqui lhes marcamos. Não é um sonho semelhante projeto, nossas patrícias são infinitamente mais ilustradas, do que foram suas avós: falta dar mais solidez aos seus estudos, imprimir nova direção a suas idéias, chamando-as à realidade da vida, e sobretudo deixar de lisonjeá-las com as hiperbólicas homenagens à frágil beleza corpórea.

Os vícios e defeitos das mulheres, disse com muito acerto o Sr. Alexandre Herculano, são obra dos homens; é tempo, pois, de emendar o erro, de restituir a metade da espécie humana a sua mais nobre e elevada missão, a de educar a mocidade.

A sublime dedicação da mulher, ergue-se para amparar o órfão: privado dos maternais carinhos, nem por isso deixará o menino de ser bem educado. Cuide o Estado em ter boas mestras, criando asilos da infância desvalida, e o nosso programa será ainda exeqüível.

Concluamos. Entendemos, que a educação é mais necessária, do que a ilustração: nem todos podem ser literatos, mas cumpre que ninguém ignore as regras necessárias, para ser estimado na sociedade. Sem excluir totalmente os homens, damos principal encargo, em tão nobre tarefa, às mulheres: se o leitor conheceu sua mãe, se ouviu suas lições, concordará conosco. Dirige-se a ilustração ao espírito; é obra dos colégios: pode fazer exímios sábios, não fará, porém, bons cidadãos. Faz-nos a ciência respeitados, e a educação queridos.

J. C. Fernandes Pinheiro.

“A Sra. D. Estephania: rainha de Portugal”. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. I, jan./mar. 1859, p. 371-372. (pseudônimo *F. P.*)

A SRA. D. ESTEPHANIA

Rainha de Portugal

——

A jovem rainha de Portugal viu a luz a 15 de Junho de 1837 na pequena cidade de Sigmaringen, situada nas margens do Danúbio, onde se deslizaram os primeiros anos de sua vida. Filha do príncipe Carlos Antônio e da princesa Antonieta Maria Murat, recebeu a mais desvelada educação, e já em verdes anos revelava uma inteligência, que surpreendia e encantava seus mestres.

Fixando em 1849 a sua residência em Berlim, em conseqüência da cessão, que fizera seu pai do seu ducado, em favor do rei da Prússia, constituiu-se a mais brilhante flor dos jardins aristocráticos daquela elegante capital.

A fama de suas graças e virtudes chegou aos ouvidos do esperançoso monarca português, que em sua viagem pela Alemanha, desejou conhecê-la pessoalmente. Em breve prendeu o amor essas duas existências, que pareciam formadas uma para outra, e a tocha do himeneu alumiou esse consórcio, saudado com igual entusiasmo nas ribas do Spree e do Tejo.

Notável coincidência presidiu à entrada da jovem rainha na capital dos seus estados: e o passado e o futuro serviam-lhe de séqüito: duas glórias, a militar e a marítima rodeavam-na, representadas pelo duque da Terceira, sucessor [372] de Nuno Álvares, e pelo príncipe D. Luiz, herdeiro do infante D. Henrique. Viu com júbilo o povo a pompa, que parecia fazer-lhe o céu, em tão singular encontro, e augurou de próspero o novo reinado.

Semeando benefícios, por onde quer que dirija seus passos, a senhora D. Estephania compartilha com seu augusto esposo a estima e admiração dos Portugueses, e segue gloriosamente as tradições, que lhe legaram as Mafaldas e Izabéis.

Raro exemplo de abnegação deu o augusto progenitor da rainha de Portugal. Convencido da precária existência dos pequenos estados, à faze dos grandes, e conhecendo quanto lucrariam seus súditos com serem incorporados na poderosa monarquia prussiana, abdicou seus direitos soberanos, e abraçou a vida privada. Eram, porém, mui extraordinários os seus talentos, para que ficassem sepultados na obscuridade; trocando a coroa ducal pela pasta de ministro, o príncipe Carlos Antonio propõe-se atualmente conciliar a liberdade com a ordem, e parece chamado a representar importante papel nos próximos acontecimentos da Europa.

Limitada a uma pequena porção de território alemão, é a casa de Hohenzollern uma das mais ilustres do universo.

Desde o 8.o século, que os ascendentes de Hohenzollern aparecem na história como ricos proprietários, desempenhando as funções de condes cantonais. Pelos anos de 980 Frederico,

conde de Zollern, fundou o castelo deste nome, e seus dois netos, Frederico IV e Conrado, tornaram-se chefes das duas principais linhas da casa de Suabia, das quais uma ainda possui os domínios hereditários, e a outra, a de Francônia, serviu de tronco à casa de Brandenburgo, donde descende a família real da Prússia.

No 16.o século a linha dos Hohenzollerns subdividiu-se em dois ramos, a dos Hohenzollern-Hechingen, e a dos Hohenzollern-Sigmaringen. O primeiro ramo ainda conserva a sua soberania e continua a ter uma quimérica independência, à sombra do colosso prussiano; o segundo, a que pertence a rainha de Portugal, foi recentemente incorporado aos estados de Frederico Guilherme IV, como já dissemos.

Por todos os lados, que se queira encarar, não pode deixar de ser considerado o consórcio do Sr. D. Pedro V com a Sra. D. Estephania, como muito feliz e esperançoso.

F. P.

"O carnaval". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I., t. I, jan./mar. 1859, p. 54-56(bis). (pseudônimo *F. P.*)

O CARNAVAL

—

A etimologia da palavra *Carnaval* parece-nos derivar-se destas duas latinas *caro vale, adeus à carne*; porque são os dias que precedem a quaresma, em que tal abstinência é recomendada pela igreja.

Costuma-se celebrar o *Carnaval* com máscaras e disfarces, a fim de assegurar plena liberdade, aos que se entregam a este gênero de divertimento. Perde-se na noite dos tempos a origem das mascaradas; foram elas conhecidas pelos hebreus, apesar da proibição do Deteronomio. Refere-nos Josepho, que os judeus se disfarçavam na festa dos *Phurim*, instituída em comemoração da sua liberdade, ameaçada por Aman. Encontra-se o mesmo costume entre os Gregos e Romanos, que em algumas solenidades ocultavam o rosto com folhas, ou sujavam-no com as fezes do vinho. Acham os filólogos, na palavra *triunfo*, os vestígios da antiga usança dos soldados atenienses, de cobrirem-se com folhas de figueira (*thria*), para a seu salvo motejarem dos generais vitoriosos.

Grosseiras eram as primeiras máscaras, feitas de cortiça, de pau, e até de pano; e haviam-nas de várias espécies, conhecidas pelas denominações de *mórmon*, *moson*, *larva*, e *persona*. Eram outrora indispensáveis no teatro, para assegurar a perfeita semelhança das personagens. Nas saturnais dos Romanos vestiam-se os escravos com as roupas de seus senhores; e nas festas da *Boa Deusa* tomavam-se os mais extravagantes trajos e simulavam-se atos de loucura.

A severidade dos princípios cristãos, os reiterados esforços dos concílios, [55] e dos papas, e as exortações dos padres da igreja, foram impotentes, para banir tão inveterado uso, e as mascaradas continuaram na nova sociedade, regenerada da pela do Salvador.

Nos primeiros séculos da nossa era reaparecem em Constantinopla, e reproduzem-se no Ocidente as saturnais, tão estigmatizadas pelos varões apostólicos.

Como na idade média a religião presidia a todos os atos da vida, vemo-la associada às mascaradas, que se faziam por ocasião das grandes festividades. Pela Páscoa e pelo Natal, serviam os templos de lugares de reunião, para as damas, banquetes e farsas de jograis. Os mistérios da nossa divina crença, os passos mais notáveis da vida de Jesus, da Virgem e dos Santos, serviam de assunto a composição teatrais, que se chamavam então *mistérios* e *autos sacramentais*. Calderon, Lope da Veja, e nosso Gil Vicente, puseram seu belo talento ao serviço de tão estranhas e infames composições dramáticas.

Secularizou-se a mascarada em França, no reinado de Filipe o Formoso; e na corte de Carlos VI começaram a estar em voga os bailes de máscaras, nos quais o próprio rei metamorfoseava-se em urso.

Conservou a Itália, como tradição da antiguidade, o gosto pelos disfarces; e na própria Roma solenizavam-se certas festividades com grandes e brilhantes cavalgadas de mascarados, as quais assistia o papa.

Não há quem não tenha ouvido falar no *Carnaval de Veneza*, que outrora considerava-se como uma festa européia. Concorria de todas as partes a sociedade elegante, dando-se lugar de emprazamento a rainha do Adriático, que perdendo a dignidade, que nos priscos dias de sua glória a fizera tão respeitada, entregava-se a uma loucura desordenada, que gerava o menosprezo dos próprios sócios de seus prazeres de seus prazeres. Arrancando-lhe das caducas mãos o cetro dos doges, para dá-lo à Áustria, Bonaparte pos fim à celebridade dos carnavais de Veneza.

Durante a nossa curta peregrinação pela Europa, tivemos ocasião de assistir a um carnaval em Roma, e coordenando os apontamentos, que tomamos, faremos um breve quadro desta festividade, que tão agradável impressão deixou-nos.

Não há festa mais popular na capital do orbe cristão; nem há ninguém, por mais desprovido, que seja dos bens da fortuna, que nela não queira tomar parte. Quando se aproxima um tempo tão almejado, os *montes de socorro* superabundam de objetos, levados em troco do dinheiro necessário, para a compra das máscaras, das vestimentas e dos confeitos. Pessoas há, que vivem na mais restrita economia durante o ano inteiro, para poderem fulgar nesses três dias, que perpetuam a lembrança das antigas saturnais.

Anuncia o sino grande do Capitólio a abertura do carnaval, sino solene, que só faz-se ouvir nesta ocasião e na da morte do papa. Ao meio dia em ponto desce da famosa colina o senador de Roma, vestido com um magnífico manto de seda, bordado de ouro, e seguido por guardas e pajens em rigoroso uniforme, percorre o *corso* em sua carruagem. Apenas se retira o grave magistrado, anuncia o canhão do castelo de S. Ângelo o começo da festa. De súbito enche-se o *corso* de duas filas de carros, que [56] circulam lentamente, e cujo duplo movimento de ida e volta forma uma cadeia móvel, desde a *Praça do Povo* até a de *Veneza*. Numerosos espectadores, vestidos com o maior primor, ornam as janelas, tapizadas de riquíssimas colchas, donde se lançam sobre os carros nuvens de *confeitos*. Para resguardar os rostos desses *projectis*, costumam os passeadores cobri-los com máscaras de arame, e respondem ao assalto com vivíssima metralha. Por entre carros, e em risco de serem por eles pisados, divisa-se grande número de mascarados, que dançam, cantam, fazem momices. Ocupa a multidão os passeios das ruas, e não poupa suas ruidosas demonstrações de júbilo. Nesse improvisado teatro representam-se as mais cômicas personagens, e a sátira aos costumes e às idéias da época, não deixa de aparecer, apesar dos rigores da polícia.

Um primeiro tiro de artilharia serve de sinal, para que deixem as carruagens o *corso*, e ao segundo, percorre um piquete de dragões toda a extensão da antiga *Via Flaminia*, para desembaraçá-la totalmente. Já na *Praça do Povo* conservavam-se prontos os sete cavalos selvagens (*barberi*), ornados de laços de fitas e cobertos de folhas de papel, entremeadas de aguilhões, cujo estímulo os fazem antes voar, do que correr. Atravessam em alguns minutos a cidade, sem que se desviam do seu caminho, e o que primeiro chega à meta, alcança o prêmio. Findo o que, novo tiro anuncia a conclusão dos divertimentos desse dia.

Nada oferece de extraordinário a segunda-feira, que passaria desapercebida a não ser o grande número de máscaras, que percorre as ruas, e que com seus ditos chistosos provocam a hilaridade.

Na terça-feira o jogo das *moccoleti*, pequenas velas, que cada mascarado tem nas mãos, procurando apagar a do seu vizinho, comunica mais uma originalidade ao carnaval romano, e dá ao *corso* um aspecto maravilhoso, Myriades de luzes, ondulando como as vagas de um oceano de fogo, as estrepitosas gargalhadas, os gritos de *sinza moccolo*, *sinza moccolo*! formam uma cena difícil de descrever-se. No meio, porém, desse regozijo geral, dessa febre de prazer, dá meia noite; e meia hora depois, um derradeiro tiro de canhão manda apagar os *moccoletti*, e lembra aos Romanos, que entraram na quarta-feira de cinza, peristilo da quaresma.

Por jovem, que seja o leitor, se recordará da origem do nosso carnaval, e abençoará conosco o nome do ilustre magistrado, cuja energia conseguiu extirpar dos nossos costumes esse fatal *entrudo*, de ominosa recordação: bem como louvará a índole pacífica do nosso povo, e o seu amor pelo progresso, que fê-lo trocar facilmente por novo e inocente recreio, uma velha e prejudicial usança.

F. P.

"Uma semana santa em Roma: recordações de viagem". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. II, abr./jun. 1859, p. 97-113.

UMA SEMANA SANTA EM ROMA.[370]

(Recordações de Viagem)

Se na linguagem católica a semana em que nos achamos, é chamada *grande* e *santa*, em parte alguma merece melhor este nome, do que em Roma, porque em nenhuma outra é ela tão grande, nem tão santa. São por sem dúvida augustas as cerimônias, que durante esses dias memorandos, se cumprem em Jerusalém, no Teatro dos acontecimentos; mas Jerusalém é escrava dos Turcos. No seu estado de pobreza e desolação, que pompa, que explendor pode ela dar a tão veneráveis mistérios? Demais, Jerusalém não possui essa onde de peregrinos, que das cinco partes do mundo se dirigem à cidade eterna, e cuja presença anima e engrandece as festas religiosas; nem o Pontífice Supremo, que do alto do seu trono abençoa seus filhos, a seus pés prostrados; nem essa prodigiosa coleção de monumentos e lembranças, que despertando dos seus túmulos os séculos pagãos e os séculos cristãos, fá-los assistir conosco ao drama do Calvário, e apossando-se ao mesmo tempo das faculdades da alma, eleva-as sucessivamente à bondade de um Deus, que por nós morre.

Concordam todos os estrangeiros, que a semana santa em Roma compensa, por sua magnificência, todos os incômodos inerentes a uma viagem à Itália, e nós, ainda que vindo de longes climas, deste mundo de Colombo, por tanto tempo oculto, superando tantas dificuldades, [98] através de mil trabalhos, por bem pagos nos demos das nossas fadigas, assistindo em 1853 a esses sacrossantos mistérios, cuja tosca narração oferecemos aos leitores.

I

DOMINGO DE RAMOS

As 9 e meia nos achávamos em S. Pedro, ocupando o nosso posto, no camarim reservado, que tivemos a felicidade de alcançar, graças à bondade de *monsignor* Tenegi, camareiro secreto de Sua Santidade. Outrora, todo o cerimonial deste dia fazia-se na capela sistina; à solicitação, porém, de muitos estrangeiros, o Santo Padre Gregório XVI, transferiu-o para a vastíssima basílica, onde tivemos a ventura de assistir a ele. Pouco antes da nossa chegada havia começado a benção das palmas, que deveriam servir nesse dia. A propósito de palmas, julgamos que será grato aos leitores o referirmos aqui o que conta a tradição, relativamente às que são distribuídas pelo Santo Padre.

Resolvera Sixto V elevar, na praça de S. Pedro, o obelisco de granito vermelho, meio enterrado debaixo das ruínas do circo de Nero. Confiada a operação ao arquiteto Domingos

[370] De volta da Europa, em 1854, publicamos no *Jornal do Comércio* uma série de artigos consagrados a este importante assunto. Reproduzindo-os aqui, sob nova forma, e com ligeiras modificações, acedemos ao desejo manifestado por alguns amigos nossos.

Fontana, dispusera este as cordas, que deverão abalar o monólito, levantá-lo, e dirigi-lo sem acidentes para os operários; e, para esta ereção, foi escolhido o dia 10 de Setembro de 1586. Pedia o arquiteto sepulcral silêncio, a fim de que pudessem ser ouvidas as suas ordens, e Sixto V fez publicar um bando, no qual anunciava, que o primeiro expectador de qualquer ordem, ou condição, que fosse, que *proferisse um grito*, ou perturbasse a operação, seria imediatamente *punido com a morte*. Ninguém era admitido na praça, sem que primeiro fosse informado do rigor da ordem. O som das trombetas e dos címbalos marcava o movimento, ou o repouso, e a voz do diretor era a única, que poderia romper o universal silêncio. Sabe-se quanto é difícil conseguir que fiquem muito tempo calados os povos meridionais, principalmente os Italianos, que possuem um admirável gosto, quase que instintivo, pela arte, e que sempre querem emitir o seu juízo a semelhante respeito.

As cordas, postas em movimento, levantam os obeliscos, e elevam essa massa enorme quase junto ao lugar destinado para recebê-la. O Papa animava os trabalhadores com gestos e olhares, em que cintilava a alegria; ainda um instante, e tinha-se atingido o fim proposto. Dava Fontana as suas últimas ordens, quando um capitão genovês, por nome Burca, alcançando dentre a multidão a sua vigorosa voz, exclama: "- *aqua alle fune* – águas às cordas –" e vai logo entregar-se aos guardas, que cercavam o instrumento do suplício, erguido em um dos ângulos da praça. Fontana olha com atenção para as cordas, e vê [99] que, com efeito, elas iam pegar fogo, deixando cair o obelisco, e esmagando com o seu peso os operários; ordena que, sem perda de tempo, sejam molhadas as cordas, e conclui-se a operação no meio de gerais aplausos.

Estende o Papa os braços a Fontana, corre este para o homem, que havia gritado – *água alle fune* -, abraça-o, e condu-lo à presença do Pontífice, a quem pede o seu perdão. – "Não se trata de perdão mas sim de recompensa, responde Sixto V, designe ele próprio o prêmio, que deseja ter." – Burca, que sabia, que nos jardins da sua cidade natal cultivavam-se palmeiras, pediu para si e para seus descendentes o privilégio de vender ao palácio apostólico as palmas necessárias para a festa do Domingo de Ramos. Foi-lhe entregue no dia seguinte um diploma, que lhe conferia tal privilégio, e, além disto, foi o chefe da família declarado capitão honorário do primeiro regimento, com o direito de arvorar o pavilhão pontifício, a bordo do seu navio. Está ainda hoje a família Burca, ilustrada por seu avô, na posse de fornecer palmas para o dia de ramos, e todos os anos envia-as a Roma, onde são distribuídas, na forma do estilo.

Findo este curto episódio, entremos na matéria principal. Às 10 horas desceu Sua Santidade dos seus aposentos, e encaminhou-se para a capela da Piedade, onde esperava-o o sacro colégio. Depois de se haver revestido de suas vestes pontificais, subiu a *sedia gestatória*, e dirigiu-se para a confissão de S. Pedro, precedido pelos cardeais e prelados, e seguido pelo estado maior da guarda nobre. Em torno do Papa os guardas suíços desembainharam as coruscantes espadas dos cantões católicos, nobre usança, que parece indicar, que os netos de Guilherme Tell estão sempre dispostos a derramar seu sangue, em prol do ilustre sustentáculo da liberdade humana. Como era belo e grandioso o espetáculo dessa corte, a primeira do mundo, com seus tão variados e pitorescos trajos! Os bispos latinos, gregos e armênios, representam a unidade da fé, através da variedade da disciplina.

Depois de uma curta oração, feita diante do *altar da confissão*, o Santo Padre subiu ao trono, e recebeu a obediência dos cardeais, revestidos de capa roxa. Nessa ocasião observamos um costume, que talvez não seja conhecido pela maioria dos nossos leitores, queremos falar de beijarem os cardeais unicamente a mão e os joelhos do Soberano Pontífice ao passo que todos, ainda mesmo os diplomatas católicos, beijam-lhe o pé. Elevam-se à direita e à esquerda feixes de

palmas, sobressaindo entre elas sete ramos, notáveis pela elegância dos seus ornatos, obra das religiosas camaldulas, e destinados a ornarem o altar e a cruz pontifícia. Acabada a benção, sentou-se Sua Santidade, e começou a distribuição. De pé, por detrás do trono, o cardeal decano apresentou-as, uma por uma, ao Santo Padre, que as deus sucessivamente aos cardeais, patriarcas, arcebispos, bispos, gerais das ordens. &c., e aos estrangeiros, admitidos por bilhete do mordomo. Foi-nos também concedida esta insígnia, graça de que guardaremos sempre grata lembrança.

[100] Enquanto contemplam os olhos tão majestosos cerimônias, eleva-se a alma às recordações, que elas despertam e, para torná-las mais vivas, dois contraltos cantaram a antífona *Pueri Hebraerum*, e julgamos ouvir as cândidas aclamações dos meninos israelitas, correndo em tropel ao encontro do Divino Triunfador. Começou a procissão e o Vigário de Cristo, carregado em seu trono, desce a basílica: o *Glória Laus* e outros cânticos religiosos, figuram ao mesmo tempo a entrada de Jesus em Jerusalém, e a da humanidade no céu, cujas portas lhe abre a cruz.

Subindo a procissão ao coro, o Santo Padre subiu ao trono; os cardeais deixaram os paramentos da sua ordem, tomaram os hábitos corais e a sua capa violácea, e preparou-se tudo para a missa, celebrada pelo cardeal d'Andreas. Chegou o solene momento da Paixão, e os três presbíteros, incumbidos de repetir as ordens da Grande Vítima, apareceram no meio do coro, revestidos de alvas e estolas diaconais, e havendo beijado o pé do Sumo Pontífice, começaram o lúgubre drama. O padre, que pronunciou o recitativo, é um tenor de porte e voz varonis; o segundo, chamado *ancilla*, um contralto, que repetiu em tom penetrante as palavras das testemunhas, dos juízes e dos algozes: as do Salvador eram proferidas por um baixo profundo e solene.

Este canto, superior a qualquer elogio, é quase o mesmo em todas as igrejas católicas; mas há duas coisas, que tornam em Roma esta recitação dramática, bela, ou antes, magnífica; é a justeza das vozes, e sobretudo o coro. Todo às vezes, que na história da Paixão, a turba dos judeus, ou ainda quando muitas personagens devem falar juntas, expande-se o coro em uma harmonia simples, porém larga, e, por assim dizer, compacta, e que maior expressão comunica às palavras. Assim, quando os judeus exclamam: - *Crucificai-o*-, ou então – *Barabbas* -, o canto e as palavras são concisas, e de uma terrível energia: há uma nota para cada sílaba, e nas três notas da última palavra, uma súbita mudança de tom produz um maravilhoso efeito dramático. Tão bela composição, que data do XVI século, é devida a Thomas Luiz de Vitória, contemporâneo do imortal Palestina, que nada lhe achou, que corrigir ou alterar.

Cantou-se no *ofertório* um motete do *Stabat Mater*, de Palestina, primor do patético e do sublime, reservado unicamente para este dia. Depois missa, de pé sobre o seu trono, abençoou o Papa o auditório, e o cardeal celebrante proclamou a indulgência dos trinta anos, concedida aos fiéis presentes ao ato. Pôs-se em marcha o cortejo, e entrou o Santo Padre em seus aposentos.

A benção dos ramos é uma das cerimônias mais populares na Itália, e especialmente em Roma. Não existe ali o uso das agrestes charamelas, com que os meninos atordoam os ares, com grave incômodo dos ouvidos; mas em compensação, são mais acatadas as palmas, e até os ramos de oliveira, que em sua falta se distribuem: guardam-nos os fiéis, nos lugares mais patentes de suas casas, como preciosas relíquias, como símbolo da Paixão de Cristo, e como estímulo do dever de implorar [101] as bênçãos do céu; assim como são elas pela igreja abençoadas.

II

QUARTA-FEIRA DE TREVAS.

Nenhuma cerimônia notável assinala os dias de segunda e terça-feiras, que se passam esperando pelo *ofício de trevas*, que tem lugar na quarta-feira, na Capela Sistina.

Não se pode formar idéia da afluência de estrangeiros, que para ali se precipitam, buscando achar lugar numa capela, onde apenas poderão caber de mil e quinhentas a mil e seiscentas pessoas. Anunciara-se para as quatro horas o começo do ofício, e desde as duas nós tínhamos antecipado a conquistar um posto, em que pudéssemos esperar a abertura da porta do desejado templo; mas, quando chegamos ao primeiro degrau da magnífica escada de Bernini, já ali encontramos colocada a vanguarda do exército anglo-saxônio.

Haviam os sitiadores disposto os seus aríetes diante da Sistina; e a todos os instantes crescia o número dos aliados, cujos bandos indisciplinados levavam avante a sua marcha, superando todos os obstáculos. Mas, o que tem de particular o *ofício de trevas* na Capela Sistina, para que, à custa de tantos incômodos, queiram todos assistir a ele?

Não se colocavam na primitiva igreja candelabros sobre o altar, e sim lâmpadas suspensas por cordas, ou círios postos sobre as vigas, e como o ofício prolongava-se até ao romper do dia, apagavam-se alguns círios, à proporção que a luz aparecia. Transferindo o ofício para a tarde, conservou a igreja o uso de apagar as velas, de modo que no fim do ofício reina uma obscuridade completa, o que faz dar a esta cerimônia a denominação de *ofício de trevas*. Se em toda a parte é ele objeto de devoção, muito mais o deve ser na Sistina, que é a expressão, do que de mais sublime encerra a arte cristã. Em suas paredes se acha a história do princípio, do meio e do fim desse grande drama, de que Cristo foi o protagonista. À direita, vemo-lo feito homem, recebendo o batismo; depois, fundador da igreja, dando a Pedro as poderosas chaves, que devem abrir o reino dos céus, devem-se estas belas páginas da Sagrada História ao pincel de Perugino. Levantai os olhos, e nos profetas e patriarcas da antiga lei, assim como nas sílabas do paganismo, contemplareis os primores, que Miguel Ângelo semeou na abóbada do templo.

Destacai agora vossas vistas da abóbada: sobre as paredes interiores, do drama se desenrola, o desfecho aproxima-se, e chegais ao Golgotha. O Golgotha é o altar coroado por uma grande cruz, coberta de funéreo crepe. A morte da Vítima, exaure o poder dos algozes, e torna-se cada vez mais forte. Exige a sua missão, que ressuscite: o quadro posto atrás do altar, representá-la saindo triunfante das sombras do sepulcro. Chegamos aos confins do tempo e da eternidade; é uma última cena vai completar todas as outras. O Deus tratado como rei de comédia, crucificado entre dois ladrões, deve recuperar [102] um dia o papel, que lhe convém; seus algozes, as nações perjuras, ou fiéis, o mundo inteiro, devem dar-lhe conta do seu sangue e da sua morte. Eis que do fundo da capela se destaca o terrível *fresco* de Miguel Ângelo – *o juízo final*.

O peregrino católico vê-se cercado na capela sistina, onde há três séculos se sucedem todas as glórias do gênio do poder e da virtude, das maiores ilustrações do Oriente e do Ocidente: embaixadores da cristandade, querem trazer a grande vítima o tributo das lágrimas do mundo inteiro. Atrás do altar estão prostrados os condutores de Israel; esses velhos, em cujos rostos lê-se uma grande dor, formam o senado da igreja, a cuja frente distingue-se o seu augusto chefe. É o poder dos padres, o representantes dos séculos e das nações, que resume em sua sagrada pessoa, todos os títulos de grandeza, aliada a mais sublime humildade.

Apenas chega o Sumo Pontífice, começa o lúgubre cântico, os funerais divinos. Que palavras! Que poesia! É o profeta-rei, que em sua linguagem inspirada, prediz as humilhações do Deus do Calvário; é Jeremias, que em sua voz dolente, a única capaz de igualar as lamentações às dores, conta ao céu e à terra as tramas dos inimigos e a iniqüidade dos juizes; é Paulo, enfim, o mais eloqüente intérprete do cristianismo, que vem gravar em caracteres ígneos, o epitáfio sobre o tumulo sacrossanto.

O que poderemos dizer acerca do ritmo, da harmonia, com que chegou aos nossos ouvidos toda essa sublime poesia? Emprega-se para os salmos o canto gregoriano, a mais antiga, simples e inimitável melodia. Usa-se nas lamentações do canto figurado de Allegri e do gregoriano; ao ouvi-los, dir-se-ia, que uma mão de ferro comprime-nos o peito e dificulta-nos a respiração. Resta o *Miserere*, digno pelas palavras e pela música, de terminar o soleno ofício.

Depois da antífona *Traditur autem*, o Santo Padre deixa a sua mira branca e vai prostrar-se em um genuflexório, diante do altar. Todos se ajoelham, e quando o primeiro mestre de cerimônias dá o sinal, de que o Papa acabou de recitar o *Pater* começa o *Miserere*. As pinturas da capela, os cânticos, as palavras, as cerimônias, tudo tende a fixar o espírito sobre a sublimidade do ato, e sobre a grande Vítima do mundo. Agora, que o crime está consumado pelo homem ingrato, o que resta? Que o pai comum dos fiéis caia de joelhos, humilhe-se com tudo, que o cerca, e que de todas essas almas oprimidas pela dor, escape um longo gemido, um grito prolongado de misericórdia, numa palavra – *o Miserere* -, admiravelmente colocado no *ofício de trevas*.

Quando no fim do último salmo, se apagou a derradeira vela, quando a Sistina jazia no espesso manto da noite, apenas interrompido pelo fraco clarão de quatro tocheiros, postos no meio da capela, quando todo o rumor cessara, quando o Pontífice, de joelhos com os demais assistentes, dava a esta cena um aspecto sublime; ouviu-se, saindo por entre as grades de uma espécie de coito, vozes que não pareciam humanas, e sim angélicas; uma harmonia semelhante a de muitos instrumentos, tocados por hábeis músicos, quase iguais aos divinais acentos [103] da celeste orquestra, que extasiou a alma do exilado de Pathmas. Ora pareciam as vozes queixosas do órgão num dia de tristeza, ora o som de uma harpa tangida na solidão da noite. Numa palavra, o *Miserere* da Sixtina é superior a todo o elogio; pode-se sentir a sua impressão, mas impossível é comunicá-la a outrem.

Exercitavam-se os maiores mestres em por em música este admirável salmo. Em 1533 Luigi Dentice, napolitano, publicou um *Miserere*, que fez esquecer todos os outros. Reinou sem rival até o começo do século seguinte, em que foi destronado por Allegri, que ainda empunha o cetro. Foi julgada tão perfeita esta composição, que o Papa Urbano VIII proibiu copiá-la, sob severas penas. Assegura-se contudo que Mozart a reteve de cor, depois de tê-la ouvido somente duas vezes. Em 1714 Thomaz Bai, tomando-a por modelo, variou o canto em cada verseto, e produziu um *Miserere* quase tão belo, mas que é sempre uma imitação. O mais notável, porém, é o de Baine, que se executa na quarta-feira, reservando-se de Bai para a quinta, e o de Allegri para a sexta.

III

QUINTA-FEIRA SANTA

Sabem os leitores, que é um uso antiguíssimo na igreja, não fazer-se consagrado na sexta-feira santa, assim como, que na missa de quinta consagra-se antecipadamente o corpo de Nosso Senhor debaixo da espécie do pão, o qual tem de servir para o sacrifício do dia seguinte.

A fim de representar o Cristo, que na última ceia foi o único e primeiro sacerdote, o bispo ou pároco celebra só, enquanto o resto do clero abstem-se de fazê-lo, em sinal de luto. Foi o cardeal Macchi, decano do sacro colégio, quem celebrou a missa na capela sistina. Precedido pela cruz e pelo usual cortejo, o Sumo Pontífice, revestido de capa prateada, e tendo na cabeça a mitra dourada, assentou-se em seu trono, e recebeu a obediência dos cardeais.

Cantou-se ao ofertório o célebre motete – *Fratres ego enim* -, e acabada a consagração, dois mestres de cerimônias começaram a distribuição dos círios, para a procissão ao sepulcro, e foram levados por capelães aos cardeais, patriarcas, arcebispos, bispos, abades mitrados, prelados, proto-notários e gerais das ordens. Ao terminar a missa, o cardeal celebrante pos a hóstia dos *presanctificados* em um cálice, chamado de sepulcro. Este cálice é de cristal de rocha, engastado em prata dourada; vê-se ali Jesus Cristo com os doze apóstolos, e dois círculos de pedras preciosas guarnecem a borda e o pé.

Imediatamente revestindo-se o sacro-colégio de paramentos brancos, e descendo o Santo Padre do seu trono, foram receber o *cálice do sepulcro*. Pôs-se em marcha a procissão e atravessou a sala real, esse soberbo vestíbulo da capela sistina, iluminado por doze cornucópias, donde saía grande multidão de bugias. Durante a procissão, [104]abrigava um pálio magnífico, carregado por bispos, o Soberano Pontífice, que levava o Santíssimo Sacramento; todos os cardeais caminhavam de cabeças descobertas, levando em uma das mãos o seu círio aceso e noutra a mitra, contendo o *solidéu vermelho*, enquanto cantava o coro o *Pange língua*.

No momento, em que o Santo Padre franqueou o limiar da capela Paulina, entoeu-se o *Verbum caro*. Chegando ao pé do altar entregou o Sacramento ao prelado sacristão-mor, que então era o monsenhor Castellani, bispo de Paphyro, que o depôs na urna sepulcral. Fechou-a com uma chave, que foi confiada ao cardeal Fenet, grão-penitenciário, a quem tocava oficiar na sexta-feira.

À esta dupla lembrança da instituição da sagrada Eucaristia e da morte do Salvador, seguiram-se dois atos de humildade, com os quais coroou a sua vida. Acompanhado de toda a sua corte dirigiu-se Pio IX do Vaticano à capela dos S. S. Processo e Martiniano, onde costuma ter lugar a cerimônia do *Mandatum* ou *lava-pés*. Estava o trono pontifício colocado em um recinto circular sobre um estrado erguido entre as duas colunas do altar. Desenha-se no fundo uma bela tapeçaria, representando a *Providência assentada sobre o globo do mundo entre a justiça e a caridade*; e na parte inferior vêem-se dois leões, sustentando o estandarte da igreja. Atrás existe pregado na parede a belíssima tapeçaria da *Ceia* trabalhada no hospício de S. Miguel, segundo o *fresco* de Leonardo de Vinci. À esquerda do trono ricas credencias suportavam jarras, bacias, florões, toalhas e outros objetos necessários para cerimônia e à direita via-se um largo estrado, em que sentavam os *apóstolos*.

São assim chamados os treze padres, a quem o Sumo Pontífice lava os pés. Aqui nos perguntará naturalmente o leitor, porque razão são treze e não doze? Existem várias explicações,

das quais a mais provável é a que julga, que o décimo-terceiro personagem representa S. Paulo, o Apóstolo por excelência. Como quer que seja, em virtude de uma concessão pontifícia é distribuída pela maneira seguinte a escolha dos pobres: ao cardeal carmelengo um; ao cardeal prefeito da Propaganda dois; ao cardeal secretário de estado um, ao cardeal protetor dos Armênios um; ao embaixador de França um; ao da Áustria um; ao da Espanha um; ao de Portugal um; ao mordomo do sacro-palácio três; e ao capitão do Suíços um.

Foi com verdadeiro prazer, que lemos o nome de Portugal na lista, dos que tinham direito à apresentação de pobres, para a cerimônia da *lavanda*; o que prova que os nossos maiores nos dias da sua grandeza nunca se descuidaram de inscrever a sua nação ao lado das grandes potências católicas; nunca se olvidaram dos interesses religiosos. Oxalá que os imitássemos nós!

Os apóstolos, vestidos à antiga, traziam longas togas de lã branca, capas também brancas, com capuzes, prezas ao peito por dois colchetes; na cabeça um barrete branco de forma cônica, e nos pés, sapatos de couro branco. Apenas o Soberano Pontífice sentou-se em seu trono, cantou o primeiro cardeal-diácano (Riasio Sforza) o Evangelho: [105] – *Ante diem fertum Parchae* -; depois do que, entoaram os cantores a antífona – *Mandalum* -. Levantou-se então o Papa, tirou a sua capa, mas conservou o amicto, a alva, o cíngulo, a estola roxa e a mitra prateada. O cardeal-diácono cingiu-o de um gremial de linho branco guarnecido de rendas, e o Vigário de Cristo precedido de maceiros, do guarda-roupa, do primeiro-mestre de cerimônias e de dois cardeais-diáconos dirigiu-se ao estrado dos *apóstolos*, para ali venerar o exemplo do seu Divino Mestre.

À aproximação do Pontífice o *esten feita apostólico*, vestido de preto, descalçou o pé direito de cada *apóstolo*. Um subdiácono de túnica branca e sem manípulo conservou-se à direita do Papa, e sustentou o pé de cada pobre à proporção, que Sua Majestade o lavava com água derramada por um *bussolante*, e que caía em uma bacia dourada. Esfregava-os o Papa ligeiramente, e enxugando-os beijava-os com a maior humildade. Dois *bussolanti* de capa escarlate seguiam o Santo Padre, carregando duas bacias de prata, das quais uma continha toalhas destinadas a enxugar os pés dos *apóstolos*, e a outra treze ramalhetes de flores naturais. Depois da lavagem dos pés recebeu cada *apóstolo* das mãos do Papa um ramo de flores e das do prelado-tesoureiro (monsenhor Tevoli) duas medalhas, uma de ouro e outra de prata. Vimos algumas delas e pareceu-nos terem o diâmetro das nossas moedas de dez mil réis, e têm de um lado a efígie e o nome do Papa reinante, e o ano do seu pontificado, e de outro vi Nosso Senhor Jesus Cristo lavando os pés a S. Pedro, lendo-se embaixo a inscrição seguinte: - *Ego Dominus et magister exemplum dedi volvis*. – São amarradas estas medalhas em uma borla de veludo carmesim com galões de ouro.

Guiado por um muito digno patrício nosso, que na capital do mundo católico honra o seu país pela prática de todas as virtudes, o Revm. Sr. Dr. João Nepomuceno Rocha, a quem folgamos de render saudosa homenagem, atravessamos por entre as encapeladas ondas do oceano popular, e podemos ocupar um excelente posto na grande sala, situada por cima do peristilo de S. Pedro, onde estava a mesa dos *apóstolos*. Elevava-se ela sobre um estrado separado do público por uma grade; era longa, ornada de flores e de treze estátuas de prata dourada, figurando Jesus e os doze Apóstolos. Viam-se de distância em distância, dispostos com simetria vasos dourados, cheios de frutas e de doces. No lugar de cada *apóstolo* esta um talher de prata com dois pequenos pães. De pé aguardavam os felizes pobres a chegada do Supremo Pastor, que precedido pela sua câmara e pelos prelados de *mantellone* apareceu na hora aprazada. O mestre de cerimônia pôs-lhe um avental de linho finíssimo, guarnecido de rendas, e apresentou-lhe a bacia de prata, em que vieram sucessivamente lavar as mãos os *apóstolos*, esperando, para sentarem-se, que Sua

Santidade tivesse abençoado a mesa. Findo o *benedicite*, um capelão começou a leitura do Evangelho, e do fundo da sala vieram os bispos e prelados, trazendo sobre guardanapos os pratos de comida, que entregaram ao Papa genuflectindo; o qual recebendo; o qual recebendo-os, apresentava-os aos *apóstolos*, cujos copos vimos repetidas vezes encher com água e vinho.

[106] Achava-se o Santo Padre profundamente comovido e devisamos deslizarem-se por suas faces algumas lágrimas, quando retirava-se, depois de haver abençoado os *apóstolos*. É de estilo, que os sobejos da mesa, bem como as vestes fiquem pertencendo aos pobres, que desempenharam tão sublimes funções.

Constando-nos, que o grão-penitenciário dirigia-se de tarde a S. Pedro, para exercer o seu minstério, resolvemos encaminhar-nos para essa basílica, com o intuito de assistirmos ao resto das cerimônias desse dia. Chegou Sua Eminência às 4 horas, sendo recebido pelos cônegos e penitenciários de várias nações. Havendo adorado o Santíssimo Sacramento, no sepulcro da basílica, assentou-se num estrado, que fica por baixo da cúpula, ouviu as confissões, e concedeu indulgências, segundo o antigo uso.

Da basílica subimos à capela sistina, para assistir às *trevas* do dia seguinte. Que espetáculo de luto e de tristeza! Toda a capela despojada da sua armação e dos seus ornatos; o trono do Papa sem esplendor; os bancos dos cardeais sem tapetes; a tribuna dos príncipes viúva dos seus veludos carmesins e das suas franjas de ouro; o pavimento privado do seu longo tapete verde; o altar desguarnecido de toalhas; coberto o retábulo com um véu roxo e a cruz com outro negro; seis círios de cera amarela alumiavam toda esta cena, confundindo o seu lúgubre clarão com o do candeeiro triangular, posto ao lado do altar. Quando no meio de toda esta fúnebre cerimônia ouvimos ressoar o *Miserere*, julgamos assistir ao enterro de um Deus.

Voltamos a S. Pedro, para ver despojar os altares, cerimônia cumprida pelo cabido, cantando a antífona: - *Diviserunt vestimenta meã*. – Retirando-se os cônegos, ficou o altar inteiramente despido e apagadas as cento e vinte e duas luzes, que ardem constantemente diante da *confissão de S. Pedro*.

Fomos à noite visitar algumas igrejas; tornando-se dignas de reparo pelo bom gosto da sua iluminação, a de *Sancto André della Valle*, e de *Sancto Antonio dos Portuguezes*. A glória dos pais recai sobre os filhos, e duas vezes neste dia ufanamo-nos desse povo heróico, que tão indelével vestígio deixou na história.

IV.

SEXTA-FEIRA SANTA

Conduzamos o leitor à Sistina, em que se cumprem as mais augustas cerimônias desse dia, pois que na igreja de Santa Cruz de Jerusalém, só satisfaria a sua piedade à vista do título da cruz, do cravo e de outras grandes relíquias da Paixão. Penetrando os umbrais do mais esplêndido templo católico, verá principiar o ofício no meio do mais lúgubre aparato: Moisés e os profetas lamentarem a morte do Justo; orar este pelos seus algozes; terminarem-se as orações sacerdotais e preparar-se tudo, para a adoração da cruz. Esperai um pouco, e vereis o Sumo Pontífice, o sacro-colégio, prostrados por terra. Só o cardeal [107] celebrante conserva-se de pé, descobrindo um após outro os braços da cruz, como para manifestar o grande mistério do Calvário. Havendo-a

deposto sobre um rico coxim quatro prelados e um ajudante da câmara genuflexos, tiraram as caligas de S. Santidade, que revestido solenemente de alva, cíngulo, estola roxa e mitra branca, caminha para a extremidade inferior dos bancos do sacro-colégio, de pés nus, e com as mãos juntas: tiram-lhe ainda ali a mitra e o solidéu. Despojado de todas as insígnias da sua suprema dignidade, fez uma primeira genuflexão, seguida de duas outras, à medida que se dirigia para a cruz que adorou e beijou. Três vezes a fronte do augusto Pontífice tocou o pavimento do santuário, e, quando prostrado no meio da capela, tocou com os seus lábios as sagradas feridas de Deus crucificado, exaltou-se-nos a fé de cristão, vendo essa cruz, outrora objeto de ignomínia, receber hoje, depois de ter subjugado o mundo, as homenagens do que há de maior na terra.

No momento, em que o Santo Padre fez a primeira genuflexão, começou o coro, em voz baixa e queixosa, o canto tão terno do *Improperium*: "*Populus meus quod feci tibi?*". É impossível exprimir o efeito produzido por estas divinas palavras, repetidas na capela

"Roma". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. II, abr./jun. 1859, p. 178-181.

ROMA.

—

Quantas recordações não desperta este nome, e de quantas grandezas não é ele o símbolo!!... Duas vezes senhora do mundo, viu Roma as nações curvarem-se ao potente aceno de seus cônsules, seus cesares e seus papas: nove vezes cativa, despedaçou nove vezes os grilhões que lhe arrochavam os pulsos, e, nova fênix, ergueu-se de suas ruínas, mas pulcra e majestosa.

Não pretendemos ocupar-nos hoje com as fases da sua glória ou infortúnio; apenas queremos explicar a gravura, que orna o presente número, e dar uma ligeira idéia dos monumentos que ela representa. Conhecendo a nossa incompetência em semelhante matéria, socorrer-nos-emos da importante obra do cavalheiro Nibby, intitulada: *Itinerário di Roma e delle sue vicinanze*, escrita conforme o método de Vasi, e sumamente apreciada pelos doutos. Resumindo suas luminosas apreciações, omitiremos as que se opuserem à concisão, que nos prescrevem os estreitos limites, que nos foram assinados.

Inútil será dizer que o rio, sobre o qual está lançada a majestosa ponte que nos mostra a estampa, é o *Tibre*, hoje chamado pelos Italianos *Tevere*, que banha a cidade de Roma, e cujas águas no inverno tomam tão pardacenta cor, que os antigos poetas o denominavam *fulvus Tibris*. Graças ao gênio moderno, este rio, outrora apenas acessível a pequenos barcos, vê-se hoje sulcado pelos vapores, que fazem mensalmente a viagem entre Roma e Nápoles.

Denomina-se *Angélica* a ponte, que sobre ele vemos, ligando a antiga cidade com a *Leonina*, edificada por S. Leão IV no bairro do *Vaticano*, assim chamado por ser o monte deste nome célebre outrora por [179] um templo etrusco, onde se faziam vaticínios. Foi o primitivo nome desta ponte o d'*Elia* em honra do imperador Publio Elio Trajano Adriano, que a mandou construir no ano 136 da era vulgar, a fim de comunicar o seu mausoléu com os jardins e o circo, que existiam então do outro lado do *Tibre*. Recebeu depois as denominações de *ponte Trajana Adriana*, de *S. Pedro*, e finalmente desde o século XV o de *ponte de S. Ângelo*. Pelos fins do século XVIII incumbiu Clemente IX a Bernini de restaurá-la, guarnecendo-a duma balaustrada de *travestino*, sustentada por alicerces de ferro: sobre ela erguem-se dez anjos de mármore, tendo nas mãos os instrumentos da Paixão de Cristo. É esta ponte a mais bela de Roma e talvez do mundo.

Esse castelo, que vedes à direita, é o de *S. Ângelo*, também conhecido por *Mausoléu de Adriano*. Mandou-o edificar este célebre imperador romano, com o intuito de servir-lhe de túmulo e aos seus sucessores, à imitação do que praticara Augusto. Tudo o que a arte antiga e a magnificência dos senhores do mundo podiam reunir, deparava-se nesse mausoléu, ainda mais esplêndido, do que o do rei da Caria. Assevera Procópio, que era ele rodeado de grandes lajes de mármore de Paros, fechado por cancelos de bronze, sobre os quais adejavam pavões dourados, cujos destroços ainda hoje se admiram nos jardins do Vaticano.

Conservou-se este monumento no seu primitivo estado até o tempo de Honório, que, fazendo o novo recinto fortificado, aproveitou-se dele para as obras de defesa. Continuando durante os séculos VII, VIII e IX a servir de fortificação, não era ainda considerado como castelo, nem como prisão, talvez que em veneração de S. Miguel, a quem mandara o papa Bonifácio IV erigir uma capela no alto do citado mausoléu.

Ocupado no ano 923 pela célebre Marozia e seu marido Alberico, serviu desde essa época até o século XIV de asilo às facções, que flagelavam Roma; e tais estragos sofreu, que teria desaparecido, a não ser sua extrema solidez. Fez Bonifácio IX restaurar a parte circular, que hoje existe. Alexandre VI mandou aumentar-lhe as fortificações, ligando-o ao palácio do Vaticano por uma ponte coberta e sustentada por arcadas, que serviu a Clemente VII em 1527, para subtrair-se aos furores do condestável de Bourbon. Deve o seu nome atual à estátua colossal de S. Miguel, antigamente de mármore e hoje de bronze, fundido segundo o modelo do estatuário flamengo Pedro Wanchfeld, por ordem de Benedicto XIV.

O edifício, que se divisa à esquerda, é o hospital do Espírito Santo, mandado erigir por Inocêncio III, pelos anos de 1198, servindo-lhe de arquiteto Marchione d'Arezzo, e chamado *in Sassia* ou *in Saxia*, em razão da sua contigüidade ao hospício dos Saxônios, ereto pelo seu rei Ina. Sendo confiada a sua direção a um certo Guido de Montpellier, que em França fundara uma ordem hospitaleira, conhecida pela do Espírito Santo, deveu a esta circunstância o nome, que ainda hoje conserva. Sucessivamente ampliado pelos diversos pontífices, que se seguiram ao seu instituidor, recebeu importantes melhoramentos de Paulo III, Benedito XIV e Pio VI, é hoje notável pela sua vastidão e beleza. [180] Destinado especialmente aos doentes de febre, de qualquer estado religião, sexo, ou idade, podem conter suas enfermarias para mais de 1.600 leitos, visitados diariamente por quatro médicos e dois cirurgiões. Compete a direção deste caridoso estabelecimento a um prelado que goza das honras de comendador e grão-mestre da ordem do Espírito Santo, e cuja nomeação parte imediatamente do Sumo Pontífice. Anexos a este hospital, estão um teatro anatômico, uma magnífica sala de operações, um gabinete cirúrgico, uma rica farmácia, e uma estupenda livraria, denominada *Lancisiana*, por haver pertencido ao célebre médico e literato João Maria Lancisi.

Desenha-se no fundo do quadro a magnífica cúpula de S. Pedro, coroando a maior basílica do mundo. Mais de espaço, e acompanhando especial gravura, trataremos do moderno templo de Salomão: demos por agora leve noção dessa maravilha, para a boa inteligência da presente estampa.

Como além da cúpula e das duas torres laterais, apenas se nota a fachada da basílica, deixaremos por isso de falar da praça, do obelisco e das pontes, reservando-as para mais tarde.

Investigando a origem desse portentoso monumento, pensa o cavalheiro Nebbi, que está ele situado no local, onde outrora se divisavam os jardins e o circo de Nero, e onde tivera lugar a horrível matança dos cristãos, que nos descreve Tácito, sendo sepultados seus corpos numa gruta próxima ao referido sítio, onde pouco depois se recolheram os corpos de S. Pedro e S. Anacleto. Erigindo a piedade dos fiéis um pequeno oratório, em memória do príncipe dos apóstolos, serviu ele de núcleo à suntuosa basílica, erguida por Constantino o Grande no ano de 326, a súplicas do papa S. Silvestre. Ameaçando com o correr do tempo iminente ruína, apesar das multiplicadas reparações, resolveu Nicolau V reedificá-lo, aumentando-lhe ainda as proporções. Começada a obra em 1450, sob a direção dos arquitetos Bernardo Rosselini e Leo Batista Alberti, ficou suspensa por morte de Nicolau V até o pontificado de Paulo II, que com ela despendeu 5.000

escudos. A magnificência, que caracterizava todos os atos de Júlio II, fê-lo convidar os mais hábeis arquitetos da Europa, para que apresentassem novos planos da gigantesca obra. Acedendo ao seu convite, exibiu Bramanti um com a forma de cruz-grega, donde se erguia uma imensa cúpula no meio de três ordens de colunas, com dois campanários nas extremidades. Entusiasmado pela sublimidade do plano, ordenou o papa, que fosse executado; atalhou-lhe, porém, a morte seu nobre empenho. Sucedendo-lhe Leão X, foram incumbidos da obra Juliano de San-Gallo, Fra Giacomo e Raphael d'Urbino, que afastando-se do risco de Bramanti, deram-lhe diversa direção. Foram novamente interrompidos os trabalhos por morte do ilustre pontífice, que deu o seu nome ao século em que viveu, até que subindo ao sólio de S. Pedro Paulo III, convidou o exímio arquiteto Miguel Ângelo Buonarotti, para que se passasse a Roma, assumindo a suprema inspeção da projetada maravilha. Vasto como o seu gênio foi o plano deste famoso artista: queria dar-lhe uma fachada semelhante a do Panteon, não lhe conssentindo porém a morte, [181] que realizasse o seu pensamento. Havendo-se seguido na direção da basílica vários arquitetos, coube finalmente a Carlos Maderna o terminá-la no pontificado de Paulo V, em conformidade com o desenho de Bramanti, abandonando-se o de Miguel Ângelo, por julgarem-no em extremo dispendioso; ou, talvez, porque ninguém se sentisse com força de executar as inspirações do seu audacioso gênio.

Compõe-se a fachada, feita segundo os desenhos de Carlos Maderna, de oito colunas e quatro pilastras corintias. Vêem-se sobre a balustrada treze estátuas colossais, representando Jesus Cristo e os doze apóstolos; e nas extremidades do vestíbulo duas estátuas eqüestres: uma de Constantino, e a outra de Carlos Magno, sendo a primeira obra de Bemini, e a segunda de Comacchini.

Para formar idéia das prodigiosas somas despendidas neste colossal monumento, bastará dizer que absorveu ele grande parte dos reditos tesouro pontifício no período de três séculos e meio. Segundo o cálculo de Carlos Fontana já orçava a despesa em 1693 na quantia de quarenta e seis milhões e meio de escudos romanos. Todas as artes hão contribuído para enobrecerem este maravilhoso edifício, que é sem contradição o mais portentoso, que até hoje tem existido.

F. P.

“Esboço Biográfico: Frei Francisco de S. Carlos”. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. II, abr./jun. 1859, p. 295-298.

FREI FRANCISCO DE S. CARLOS.

Esboço Biográfico

Sirva de Panteão Brasileiro a Revista Popular: abramos um ** em suas colunas, para nele colocarmos as estátuas dos grandes homens, que hão ilustrado o país por seus nobres feitos. Gozaram em todos os tempos de elevada hierarquia os mestres da palavra; ufana-se a Grécia dos Demóstenes e Eschines; Roma dos meus Cíceros e Hortêncios; a ltália dos Bembos, Sadoletos e Segneris; a França dos Bossuets, Massilons e Bourdalones; e Portugal dos Vieiras e Macedos. Também nós tivemos exímios oradores; também dos nossos púlpitos baixou a palavra inspirada, também ** nas abobadas dos nossos templos a melíflua voz de um **, o argentino diapasão de um Monte Alverne, e as graves e sonoras notas de um S. Carlos.

É deste benemérito franciscano, que pretendemos hoje falar, esboçando em ligeiros e toscos traços sua vida tão modesta, tão austera, deslizando-se entre a oração e o estudo.

Viu a luz do dia nesta cidade do Rio de Janeiro Francisco Carlos da Silva, aos 13 de agosto de 1763, e batizou-se na freguesia da Sé como filho legítimo de José Carlos da Silva e D. Ana Maria de Jesus, ambos naturais desta mesma cidade.

Madrugou-lhe o sentimento religioso, e desde os mais verdes anos irresistível atrativo chamou-o a vida claustral. Folgaram seus pais em deixar-lhe semelhante inclinação, porque naquela época (já de nós apartada) a maior honra, a que podia aspirar qualquer família, era a de contar entre seus membros alguns frades ou padres. Assim pois, apenas terminado o seu curso de latinidade, onde revelou não vulgar talento, entrou par ordem de S. Francisco, e tomou o hábito na idade de 13 anos no convento de S. Bernardino da vila de Santo Antônio de Sá (Macacu).

Havendo permanecido por algum tempo nessa nova Tebaida, que tanto aprazia a sua melancolia organização, regressou ao Rio de Janeiro, fazendo aqui os seus estudos de filosofia e teologia, e tomando ordens sacras logo que atingiu a idade legal. Conferiu-lhes o zeloso bispo D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas ** Castelo Branco, que invejou ao claustro tão esperançoso levita.

Apenas deixara os bancos escolares que já assentava-se na cadeira magistral como passante (substituto), admirando seus condiscípulos pela lucidez do método facúndia da dicção. Breve veio superior preceito interromper seus triunfos e mostrar-lhe algures o alcançar da glória.

Partiu em 1790 para a cidade de S Paulo, onde exerceu por cinco anos as funções de lente do teologia dogmática no convento da sua ordem. Agrupava-se em torno da cadeira do jovem professor tudo, o que havia de mais ilustre na pátria do Amador Bueno, e formavam as suas preleções o tema das mais doutas conversações. Ainda uma vez a obediência lhe arranca os louros do magistério, e em 1796 parte para a província de Minas na qualidade de visitador geral das ordens terceiras e confrarias franciscanas.

De volta a esta capital em 1801, recebeu do bispo Mascarenhas a honrosa provisão de professor de eloquência sagrada no episcopal seminário de S. José, e reunindo a teoria a prática, encantava seus discípulos, assim como arrebatava os fieis nas nossas igrejas. Ouvindo-o pregar,

confessou o príncipe regente (depois o rei D. João VI), que nunca ouvira nada melhor; e, perfeito entendedor da matéria, ligou-o a sua capela pelo título de pregador régio, nomeando-o mais tardo examinador da Mesa da Consciência e Ordens.

No entanto não se descuidava o seu instituto de dar-lhe reiteradas provas da mais subida consideração: exerceu ele em cinco anos duas guardianias (as dos conventos da ilha de Bom Jesus e da Penha no Espírito Santo), vindo em 1813 administrar casa-mãe, e recebendo em galardão da sua gerência as patentes de definidor e visitador geral da província de N. S. da Conceição, que assim se denomina a ordem seráfica no Brasil.

Semelhante a um velho guerreiro, que fatigado devoções recolhe-se a sua tenda, assim Fr. Francisco de S. Carlos: trocou os esplendores do púlpito pela obscuridade da cela, e lobrigando a morte no trópico da vida, engolfou-se em santas cogitações, franqueando no dia 6 de Maio do 1829 os umbrais da eternidade aos 66 anos, 6 meses e 7 dias de existência.

Terá notado o leitor, que nenhuma peripécia oferece a vida de Fr Francisco de S. Carlos: tudo nela se passa serena e melancolicamente. Morto para a terra desde a idade de 17 anos, insensível foi sempre as convulsões do mundo, e nem o terremoto político da independência pode distrai-lo do seu merencório viver. Sofrendo de nostalgia celeste, na poética frase de Lamartine, viveu sempre pela imaginação além do túmulo, incomodava-o bulício da terra, e procurava na solidão a penumbra da espiritualidade. Em quanto Sampaio reverberava seu gênio na imprensa, e Monte Alverne, metamorfoseando o púlpito em tribuna, preludiava um novo Savonarola, ouvia S. Carlos as melodias angélicas, arroubado em êxtases ascéticos.

Deixou-nos esse romeiro do céu fulgurantes vestígios da sua passagem pela terra em seus sermões e no seu poema. Pouco poderemos dizer acerca dos primeiros, porque raros temos visto; e quanto ao segundo, breve também seremos, para não repetir aqui o que em outro lugar acabamos de .escrever.[371]

Interrogai qualquer velho acerca do mérito oratório de S. Carlos e ouvi-lo-eis entusiasmado repetir prodígios da sereia do púlpito, como o apelidavam seus contemporâneos. Quando nos faltasse qualquer outro documento, bastaria essa cadies literária da tradição, para faze-lo considerar como um gigante do púlpito; quanto mais, que do dilúvio do indiferentismo, para não empregarmos outro termo, salvaram-se alguns sermões, com cujo socorro, como outrora Cuvier com os fósseis dos marthodentes e megatheiros, podemos reconstruir a sua reputação oratória.

Equilibrado nas asas da inspiração, voava S. Carlos pelas regiões da eloqüência, seguindo o luminoso século deixado pelos Crisóstomos, Basílios e Gregórios. Poeta, improvisava suas imagens, coloria seus tropos, dava vida e movimento a suas figuras; filosofo, arraigava a fé pelo raciocínio e dissipava a dúvida com a impetuosa torrente da sua aristotélica dialética; teólogo, destilava de sues lábios o néctar das Escrituras.

Do pouco, que havemos lido, conjeturamos que o seu estilo devera aproximar-se da florida linguagem de Massilon, que pertencia a escola dos magnetizadores sagrados, que adormecem o auditório com a doçura dos seus gorjeios, para dar-lhe beatificadas visões. Quando descrevia as delícias dos bem-aventurados ninguém deixava de amar a virtude, e o mundo converter-se-ia num deserto, se o inspirado orador abrisse nesse momento as portas do céu.

[371] Na introdução da recente edição do poema *Assunção da Virgem.*

Desapareceu a melhor parte desses tesouros da eloqüência, que ainda que por venturas encontrados não seria mais do que a sombra do egrégio orador. Que prodigiosa distância entre a palavra morta e a palavra viva, entre o discurso lido e o discurso recitado com ênfase, gesticulado com expressiva mímica, galvanizado pelo olhar, pelo sorriso de uma majestosa fisionomia semelhante á de S. Basílio!!…

Ainda uma palavras. Quem não sabe a escrupulosa escolha, que el rei fazia dos seus pregadores, reunindo da sua capela os mais fecundos engenhos? Pois bem, el rei considerava S. Carlos como o primeiro orador de seus estados d'aquem d'além-mar: e nas maiores e mais esplêndidas festas de uma corte, que guardava as reminiscências da de D. João V, subia ao púlpito o nosso destino compatriota. Basta-lhe isto para a sua glória, sirva de condenação do nosso culpado ouvido, para com o grande homem. Estudemos o poeta. Jamais aspirou o douto franciscano fluminense a coroa épica, nem tão pouco a grinalda lírica. A Assunção da Virgem é um poema religioso e patriótico, concebido na humildade, e escrito em grande parte na silenciosa ilha do Bom Jesus durante a primeira guardiana do seu preclaro autor, e sem vir disputar na praça pública as louvaminhas da multidão, tomou o seu lugar a nossa literatura, escudado unicamente pelo seu mérito. Diversamente julgado, poucos até hoje lhe hão feito justiça: enganaram-se os que viram nele uma epopéia, semelhante a de Homero e Virgílio; encararam como uma obra mística despida do menor interesse. Seríamos nós mais felizes na sua apreciação? Decidam-no os leitores.

Para nós é a Assunção um poema do mesmo gênero dos de Klopstock e de Milton: tem ares de família com a Missidia e o Paraíso Perdido; e se menos vasto é seu plano, e menos originais suas imagens, iguala-os muitas vezes na delicadeza das pinturas, e excede-os na castidade do metro, e quiçá na frescura da imaginação.

Soube emprestar o assunto, melindroso e circunscrito por sua natureza, todas as galas da poesia, deixando intactas as adoráveis obscuridades dos mistérios, e palpitando-lhe um coração brasileiro debaixo do burel franciscano, é na nossa natureza, que busca as comparações do seu poema, é o nosso céu que o inspira, nossas flores, nossos frutos, que celebra; é, na parte descritiva, o mais original dos nossos poetas; superior a Durão e a Basílio da Gama, é quase igual aos cantores de Colombo e dos Timbiras.

Bem como as manchas, que descobre o telescópio no disco, tem defeitos o poema de S. Carlos, defeitos pelo próprio autor reconhecidos, e de que em outro lugar fizemos rnenção. O mais saliente, e que menos leitores lhe atrai, é o da monotonia produzida pelo abuso da rima. Não valerá porem a pena suportarmos o zum-zum da rima no espirituoso dizer de Garção, para gozarmos das belezas desse poema, nós, que nos inebriamos com os versos de Cornile, e de Racine, onde o mesmo defeito aparece? Sejamos justos; não depreciemos nossas riquezas, e sem desprezar o alheio, por falso patriotismo, estimemos mais o que de bom tivermos. Sem o menor incentivo escreveu S. Carlos o seu livro nas suas horas de lazer: lutou com dificuldades sem conta; viu-se mal compreendido, se não caluniado, pelos do seu tempo; não terá ainda soado para ele a hora infalível da justiça da posteridade? ? Esperamos que sim.

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

"Notícia literária e artística". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. II, abr./jun. 1859, p. 375-376.

NOTÍCIA LITERÁRIA E ARTÍSTICA

Salve, oh, juventude!

É sobre os moços, que repousa o futuro do mundo, é deles, que tudo devemos esperar. Quando a descrença penetra nas fileiras da mocidade, quando o egoísmo se infiltra no sangue da nova geração, mal vai ao povo, onde tal fenômeno aparece. Semelhante ao naufrago, agarre-se o velho as tábuas da vida, torne-se positivo e condene as justas aspirações do progresso. Escoa-se-lhe a existência e aproxima-se-lhe com os seus salutares terrores a hora do passamento: bonum est hic esse, diz ele, e guarda a imobilidade brahminica. Sedento de gozos, troca o homem maduro seus dourados sonhos, pela triste realidade, sacrifica seus devaneios no altar do interesse, e dobra o joelho perante o ídolo do século. Desculpemo-lo; pesados compromissos forçam-no quiçá a semelhantes atos que, no íntimo da alma, ele próprio condena. Mas se a juventude, cheia de seiva, resplandecendo-lhe na fronte a aureola do gênio, compromete o futuro, por mesquinhas considerações do presente anathema sit.

[376] Sugeriu-nos estas reflexões a leitura do 1º número do jornal da Sociedade Filomática, redigido por alguns mancebos estudiosos, que freqüentam, na sua maior parte, a Escola Central. A' la bonne heure! exclamamos nós, compreendem esses jovens a sua posição; deixam aos homens positivos as questões bancarias; abandonam aos estadistas a política, e ocupam-se com a literatura, com teses filosóficas: numa palavra, cultivam o a inteligência, e não se atordoam pelo ruído dos melhoramentos materiais. Lo triumphe! Solene protesto contra as funestas tendências do século do ouro: nobre e generosa revolta do espírito contra a matéria, são essas tentativas dos moços, que, ainda que efêmeras, não deixam, a maneira dos pirilampos, despencar as trevas do indiferentismo.

"Tudo caminha e se desenvolve; uma só coisa diminui, que é a alma", diz Michelet no seu belo livro a cerca do amor. Proteste porem a juventude contra esse cataclisma moral, e a sociedade será salva.

Não desesperamos do porvir em quanto virmos reunirem-se os mancebos em sociedades literárias, fundarem jornais e discutiram com placidez. Progressista e morigerada é a juventude brasileira, e se necessário fosse demonstrar esta proposição, que ninguém contestará, compulsaríamos as páginas dos diversos jornais por ela escritos, onde não poucas lições de prudência e moderação poderíamos colher, nós os trintanários, e os nossos predecessores.

Chamamos a atenção dos leitores para o artigo intitulado – Jovens escritores e artistas da academia de S.Paulo – devido á pena de um dos seus mais inteligentes e esperançosos discípulos, cuja finura de tato, elegância de estilo e aticismo de linguagem, prognosticam um novo Planche na retidão dos juízos, e um Saint Beuve na beleza da expressão.

Saudemos o futuro na efusão do nosso patriotismo; pois que em toda a parte, em que a juventude se congrega, descobrem-se os sintomas da regeneração intelectual.

F.P.

“Rápido estudo sobre a poesia brasileira”. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. III, jul./set. 1859, p. 28-32.

RÁPIDO ESTUDO SOBRE A POESIA BRASILEIRA

A PROPÓSITO DA NOVA EDlÇÃO DOS – SUSPIROS E SAUDADES – PELO SR. D. J. G. DE MAGALHÃES.

Não inspiraram sempre aos nossos poetas os esplendores da natureza brasílica, e com pesar confessamos, que a originalidade não é o tipo característico da poesia nacional. Indiferentes as magnificências da terra americana, cerrando os olhos, para lhes não deslumbrarem os brilhantes raios da constelação do cruzeiro, os nossos bardos continuavam, nas margens dos rios gigantescos, as estrofes começadas nas pitorescas ribas do Mondego. Inspiravam seus cantos o clássico Apolo e as Musas do Parnaso, e as tradições de além-mar poderosamente atuavam em suas imaginações, a ponto do torna-los estranhos ao torrão natal. Fazia-os brasileiros o acaso do nascimento, portuguesas porem eram suas idéias.

Verdade é, que aqui e acolá divisam-se alguns vislumbres de cor local, em Gregório de Matos, Botelho de 0liveira, Anônimo Itaparicano, Brito Limas, e alguns outros poetas da primeira época. São porém ensaios furtivos, tentativas malogradas, ou quiçá devaneios da musa, condenados pelo gosto da época. De tato, quantas censuras não atrairia Botelho de Oliveira dos puritanos do seu tempo pela sua lindíssima descrição da ilha da Maré, primeiro inventário [29] poético das nossas riquezas naturais? Como não acariram prosaica a pintura, que nos faz das árvores, dos frutos, dos peixes e dos moluscos, que ali tanto abundavam? Para aplacar suas iras, hei-lo compondo insípidos versos em latim, italiano e espanhol, com que avolumou a sua Música do Parnaso. Que partido não tiraria o nosso Juvenal dos costumes contemporâneos, se as recordações de Coimbra não lhe fizessem preferir a glória do gaiato a de um espirituoso observador?

Para desculpar estes prematuros engenhos, releva que nos lembremos, que a musa de Ferreira, Miranda e Camões sofria o jugo de Gôngora, com seus intermináveis trocadilhos. Devera necessariamente influir sobre os nossos escritores a corrupção da literatura portuguesa; porque então, e ainda por muito tempo depois, não possuíamos nós uma fisionomia própria, um cunho, que nos diferençasse de nossos país.

Imperceptível e gradualmente desenha-se o tipo brasileiro nos poetas da segunda época, que, segundo o nosso modo ele entender, tem por balizas Cláudio Manoel da Costa e José Bonifácio de Andrada. Vejamos onde descobrimos esse tipo, ou essa cor local.

Imitador de Guarini e Metastásio, avantajou-se Cláudio Manoel, pela sua extrema doçura, e rivalizou com Gonzaga na poesia lírica. Nada porém revela em seus sonetos e cançonetas, que escrevia na província de Minas Gerais, seu país natal. As cenas da mineração, que quotidianamente se apresentavam a seus olhos, inspiraram-lhe a fábula do Ribeirão do Carmo, onde infelizmente ocupa tão grande lugar a mitologia grega. Seu poema, denominado Vila Rica,

é pobre de concepção, monótono, e apenas notável, por algumas descrições, em que a nossa natureza é desenhada com primor.

Fácil é a transição de Cláudio Manoel da Costa para José Basílio da Gama: o Uruguai é o complemento de Vila Rica. Vigorosa imaginação, delicado e finíssimo gosto eram as características do poeta mineiro, e na parte descritiva conserva ainda hoje o distinto lugar, que lhe assegurou a veneração dos contemporâneos. Abstraindo da pobreza da tela, em que bordou o seu belo artefato, do pensamento lisonjeiro, que o inspirou, não se pode recusar ao Uruguai o tributo de admiração, que estranhos e nacionais lhe tinham pago. Superior a Virgílio, quase igual a Homero e a Tasso, mostra-se o nosso ilustre patrício na pintura dos caracteres. Gacambo é um herói grego: sua nobre linguagem, a elevação do seu caráter cativam as simpatias. Ninguém lerá sem prazer a enérgica alocução por ele dirigida a Gomes Freire de Andrada, e que começa por estas palavras:

”..... Oh! general famoso,
”Tu tens presente quanta gente bebe
”Do soberbo Uruguai a esquerda margem...”

A cor local, que principalmente procuramos neste ligeiro estudo, revela-se nos lindíssimo quadros, que traça das campinas do sul, [30] dos usos e costumes dos indígenas, seu entusiasmo guerreiro, sua passiva obediência aos jesuítas. Se dentre tantas riquezas pudéssemos fazer seleção de alguma, escolheríamos a magnifica pintura, que faz José Basilio, da ira e indignação de Cacambo pela morte do seu amigo Crepé. Nem mais vigorosa, nem melhor descrita foi a cólera de Aquiles pelo divino Homero; e podemos sem temor dizer, que o Uruguai é uma Ilíada em miniatura.

Comunhão de idéias, uniformidade de vistas, identidade de pátria, levaram outro benemérito Mineiro a consagrar seu engenho as coisas pátrias. O Caramurú é irmão do Uruguai, menos gentil, é verdade, porém mais profundo, mais mediato e até mesmo mais regular. Falta-lhe ainda a inspiração livre, o necessário arrojo, para trilhar novas sendas; seus episódios porém são belíssimos, e o de Moema honraria as primeiras epopéias antigas e modernas. Ressente-se, como seu êmulo, da pequenez do assunto, da estreiteza dos limites, que lhe foram assinados. Mais fraca do que a do Uruguai é a sua parte descritiva, da qual apenas se recomendam a marcha das nações indígenas e a pintura de uma aldeia de Tupinambás. Seguidor de Camões, receava Fr. José de Santa Rita Durão mostrar-se por demais Brasileiros.

A Gruta Americana de Manoel Inácio da Silva Alvarenga, tem bastante mérito, bastante elegância, pecando porém pelo demasiado emprego de seres alérgicos e mitológicos. Destinava-o seu grande talento a ser um dos iniciadores da poesia nacional; prevaleceu porém nele a imitação, e tornou-se entre nós o paladim da escola francesa, assim como fora Cláudio da italiana.

Deixando de parte todos os poetas, que no Brasil escreveram, pensando na Arcádia, detenhamo-nos por um instante na contemplação de um livro, desgraçadamente pouco conteúdo, espírito por um dos nossos mais distintos compatriotas. A Assunção da Virgem, cujo título revela uma obra mística, é incontestavelmente um grande padrão da nossa literatura, um dos mais sinceros ensaios para nacionaliza-la. Frei Francisco de S. Carlos, inspirado pela ardente devoção, que nutria pela Rainha dos anjos, compôs um poema e honra sua, como outrora o

solitário de Ubatuba (Anchieta); e nos episódios e digressões descreveu sua pátria com as delicadas cores do seu pincel. A nosso ver é esta uma das poucas obras, que podemos exibir em abono nosso, quando pleiteamos a nacionalidade da nossa literatura.

Não pode ser omitido o nome do padre Antônio Pereira de Souza Caldas no catálogo das nossas preciosidades literárias. Seu mérito mais saliente, seu mais relevante serviço, foi ter poderosamente concorrido com o preclaro autor da Assunção, para o descrédito da mitologia, substituindo-a pelas galas da poesia cristã.

A ode a existência de Deus e a cantata da criação, excedem a tudo o que até então possuíamos no gênero lírico, e classificaram seu ilustre autor como membro da família dos Davids e dos Pindaros. Infelizmente de pouco nos servem as poesias de Caldas, para o (31) [31] nosso litígio relativo a nacionalidade da literatura. Longe da pátria grande parte da sua vida, o sol dos trópicos não lhe aqueceu o estro, não repercutiu em sua harpa o murmúrio das nossas cachoeiras.

Era demasiadamente filintista o nosso Franklin para emancipar-nos nas letras, como o fizera na pátria. As Poesias de Américo Elísio são o eco da escola clássica portuguesa, sobre a qual um venerando exilado tanto lustre lançara na moderna Atenas. Não pode José Bonifácio ser contato como regenerador literário.

Reservara-se essa glória a um jovem fluminense, que estreara na poesia por um ardente elmanismo, e que se fizera conhecido pela melancolia de seus versos. O Sr. Domingos José Gonçalves de Magalhães, partindo para a Europa pouco depois da revoluçao de Abril, presenciara a fasta ascençao escola romântica, os triunfos de Goëthe, Schille, Lamartine, Victor Ugo, Manzoni, Pellico, Byron, Martinez de Ia Rrosa, Garrett e Herculano. Deslumbrado por tão viva luz rompeu com o passado, repudiou as tradições classicas e alistou-se nas fileiras do romantismo. Publicou em 1836 no Niterói, revista brasileira, redigida em Pariz por alguns mancebos entusiastas, e seu manifesto de guerra, e nesse mesmo ano deu a luz os seus Suspiros Poeticos e Saudades, que para a nossa geração teve a importância de um acontecimento.

Não é do nosso propósito analisar aqui esta obra, que serviu de código sagrado, de evangelho literário a uma juventude esperançosa, que aguardava o sinal, para arremessar-se na arena das novas idéias. Todos leram comovidos esses cânticos do peregrino da ciência, errando pelas margens do Sena, do Tamisa, do Adige, do Po, e do Tibre, suspirando pela pátria no Coliseu, saudando na Catedral de Milão a augusta e benéfica influencia do Cristianismo, exprobrando em Ferrara a ingratidão para com Tasso, e no cerniterio do Père la Chaise orvalhando os ossos de Filinto Elísio, e entoando em Waterloo esse pindárico hino, que todo o Brasileiro sabe de cor.

Como o visconde de Alrneida Garrett para a literatura portuguesa, foi o Sr. Magalhães o nosso Moisés: curou-nos da servidão clássica e apartou-nos os novos horizontes românticos. Denodados campeões se ergueram a seu brado, e nos arraiais da mocidade brasileira reinou insólito entusiasmo. Mais próximo ao chefe foi o Sr. Manoel de Araújo Porto-Alegre o primeiro, que repetiu-lhe o brado, erguendo nas ruínas de Cumas o seu canto apocalíptico intitulado – Voz das Natureza. – Mais tarde inspirou o nosso céu ao distinto artista essas Brasilianas, que como a espada de Alexandre cortaram o nó górdio da nacionalidade da nossa literatura. Os Três Dias de um Noivado do Sr. A Gonçalves Teixeira e Sousa pertencem a essa escola, que chamaremos brasilico-romântica. Poema cheio de interesse, de vida, de calor é um dos monumentos mais estimáveis da nossa jovem literatura. As baladas sobre assunto nacionais do Sr. J. Norberto de

Sousa e Silva constituem uma especialidade, que na falta de tantos outros títulos, que o recomendam, [32] transmitiria seu nome a posteridade. As Poesias Americanas do Sr. A. Gonçalves Dias são viçosos frutos da frondosa árvore plantada pelo Sr. Magalhães; e a popularidade de que justamente gozam é mais eloqüente do que qualquer elogio, que lhes pudéssemos fazer.

Longe iríamos, se pretendêssemos enumerar todas as mimosas produções, que nestes últimos anos hão saído da pena dos nossos poetas. Não quisemos estabelecer preferências, e muito menos ofender pelo olvido: apontando os nomes dos irmãos mais velhos, não julgamos lesar em nada a reputação dos mais moços.

Voltando ao Sr. Magalhães, diremos que o seus Suspiros Poéticos e Saudades, de que acaba de dar uma nova edição consideravelmente melhorada, expurgando-a de alguns erros de impressão, e adicionando-lhe algumas novas produções, serão sempre considerados como um marco miliário, como a hégira da nossa regeneração literária. Fora-lhe vaticinado este brilhante futuro por um dos nossos mais profundos pensadores, o Sr. Conselheiro F. de Sales Torres-Homem, que na já citada Niterói assim se exprimia:

"Este volume de poesias do Sr. Magalhães não é somente urna coleção de belas harmonias, mas também um código de moral na sua expressão mais sublime, nas suas formas as mais ternas e consoladoras, e cuja luz ilumina sem irritar, como o doce clarão, que a lua espalha sobre um dédalo de flores. Ele é próprio a aplacar a necessidade de emoções grosseiras, que a nossa época agita. O sopro do infortúnio, da religião e da filosofia animou esses cantos, onde domina um doloroso entusiasmo por tudo quanto é grande, bom e justo. Parece que a providência faz sofrer todos os poetas de gênio, afim de que instruam os outros homens com a sublime melodia de seus gemidos: as criatura medíocres sofrem menos; porque seus queixumes não têm harmonia, e são um desacordo de mais entre os sons confusos do mundo moral.

Esta produção de um novo gênero é destinaria abrir urna nova era a poesia brasileira. Permita Deus, que não fique solitária no meio da nossa literatura, como uma suntuosa palmeira no meio do deserto."

Estas eloqüentes palavras, reproduzidas em face da nova edição, servem de gracioso pórtico ao belo templo, alçado pelo gênio do Sr. J. G. de Magalhães.

J. C. Fernandes Pinheiro.

"Anais da Academia Filosófica". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. III, jul./set. 1859, p. 54-56. (pseudônimo *F. P.*)

ANAIS DA ACADEMIA FILOSÓFICA

É sempre com o maior jubilo, que saudamos a aparição dessas brilhantes tentativas, com que a mocidade brasileira busca dissipar [55] o espesso nevoeiro do indiferentismo. Se não somos o primeiro a apregoar tudo, o que há de belo e admirável nesses repertórios literários, e porque esperamos, que mais habilitadas penas o façam, e mesmo porque nem tudo chega ao nosso conhecimento.

Queremos hoje falar da Academia Filosófica e dos seus Anais.

Em Março de 1857 reuniram-se alguns mancebos entusiastas, pela maior parte pertencentes a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e instalaram uma associação, denominada Academia Filosófica. Modestos em seu plano e em suas aspirações, desejavam unicamente estudar o espírito humano em seu amplo desenvolvimento, e abundante seara de importantes memórias coroou seus nobres esforços. Ainda uma vez verificou-se, o que tantas tem-se dito – que a grandeza da nossa terra será obra da mocidade –; ainda uma vez correram os moços pressurosos ao apelo de seus irmãos; ainda uma vez trocaram os risos e folgares, próprios dos verdes anos, por serias e profícuas lucubrações e mostraram uma assiduidade, uma constância verdadeiramente dignas de inveja.

Percorrendo ligeiramente os cinco cadernos dos seus Anais, deparamos com trabalhos de subido interesse, escritos em sua pluralidade com gosto e arte. Os Estudos Filosóficos do Sr Eduardo Augusto Montandon recomendam-se pela clareza e método da exposição, e prognosticam em seu autor um ilustre continuador dos Mont'alvernes e Magalhães. O Sr Schutel e sua espirituosa análise das obras de M. A. Alvares de Azevedo, mostra-nos, que apreciou-as como poeta e julgou-as como literato. Discordando de algumas das suas idéias, relativas a poesia nacional, fazemos justiça a sua erudição e fino critério. Lemos com igual prazer os Estudos sobre a literatura inglesa no século de Isabel, devidos a elegante pena do Sr. Saboia, onde a par de justas apreciações, brilha o ameno estilo. Duas belas poesias, uma do referido Sr. Moura e outra do Sr. J. A. Teixeira de Melo, fecham com chave de ouro o segundo caderno.

A biografia do distinto poeta baiano, Luiz Junqueira Freire, escrita pelo Sr. Dr. Cincinato Pinto da Silva, orna as páginas desta preciosa publicação. No nosso modo de entender, Junqueira e Azevedo são dois meteoros, que por um momento rutilaram no firmamento das brasileiras letras: duas poderosas inteligências, infelizmente desnorteadas pelo letal veneno de Byron, Musset H Heine. Julga com grande imparcialidade o Sr. Dr. Cincinato o seu benemérito comprovinciano, e extasiando-se ante o seu original engenho, não deixa de apontar algumas sombras, que o ofuscaram.

Elaborada com graça e suma delicadeza, a Crônica Literária do Sr. o Bonsucesso atinge o fim, a que se propôs seu talentoso autor. Passando revista as publicações saídas dos nossos prelos, ou devidas a patrícios nossos, residentes em estranhos climas, distribui com equidade o louvor, profere conselhos de animação, e jamais melindre alheio. Prossiga o Sr. Bonsucesso na vereda, [56] que tão bem estreou, e o país contará em S. S. um excelente crítico.

O luminoso escrito sobre as paixões pelo Sr. J A. Teixeira de Melo, veio corroborar o juízo, que de há muito formamos da sua capacidade intelectual e pureza da linguagem. O jovem poeta ai mostra, que sabe discutir como filósofo, analisar como fisiologista.

Ao terminar esta curta notícia não podemos deixar de recomendar a leitura dos Anais da Academia Filosófica, pela variedade dos seus artigos, importância da sua matéria e graça do estilo. Oxalá que não desanimem seus hábeis redatores e colaboradores, e que possam eles firmar sua existência no meio de nós, como um solene protesto contra as tendências dos materialistas da época.

F. P.

“Um dia nefasto – recordação do reino do Brasil”. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier. ano I, t. III, jul./set. 1859, p. 83-90.

UM DIA NEFASTO

——

(Recordação do Reino do Brasil)

Existem nos anais de todos os povos páginas lutuosos, dias de triste recordação, a que os Romanos chamavam *nefastos*.

Completam-se hoje trinta e oito anos, que a primeira assembléia eleitoral do Brasil foi dissolvida pela violência, que o sangue dos escolhidos do povo tingiu o pavimento da Praça do Comércio. Como o véu de crepe, que cobre o retrato de Marino Falliero na sala dos doges de Veneza, a negra mão do mistério parece ter sepultado no sarcófago do silêncio esse memorando fato da nossa história. Quebremos a pedra do sepulcro, interroguemos o passado, e se ainda nos restarem dolorosas dúvidas, teremos ao menos conquistado uma parte da verdade.

Pára em nossas mãos um precioso documento, fiel narrativa desse fatal sucesso, que ainda não viu a luz pública, escrita por uma testemunha ocular. Servir-nos-á de *cicerone*, a quem pediremos suas impressões e dolorosas lembranças, afastando-nos porém muitas vezes dos seus corolários.

Ao entusiasmo provocado pela proclamação do regime constitucional no largo do Rocio, no dia 26 de Fevereiro de 1821, sucedera geral descontentamento; por isso que só haviam sido mudados os nomes, subsistindo os erros e o pernicioso sistema da transata administração. Vinha juntar-se ainda aos males públicos o descrédito, em que caíra o Banco do Brasil, cujos bilhetes tinham tanto valor como as letras dum negociante falido. A absoluta impossibilidade de tornar realizável em metal os seus pagamentos, havendo suas emissões excedido muito ao fundo disponível, despertava unânime clamor contra a sua direção, que desculpava-se com as imperiosas exigências do governo. Difícil era a polícia de Paulo Fernandes renunciar aos seus hábitos de arbitrariedade, e prisões injustificáveis se haviam dado.

De ilimitada preponderância gozava a tropa portuguesa, que tão grande e indébita parte exercera nos acontecimentos do dia 26 de Fevereiro. Como porém escapava a perspicácia de nossos pais essa [84] monstruosa antinomia dos discípulos do conde de Lippe, convertidos em apóstolos da liberdade? – Os soldados da divisão lusitana foram os pretorianos dessa época.

Como sempre acontece nas épocas de decadência e corrupção moral, contrastava a miséria do povo com o luxo asiático de alguns aventureiros políticos: não se conhecia meio termo entre a púrpura e o andrajo.

Tocara a meta o desgosto popular com a notícia, de que fora revogado o decreto de 18 de Fevereiro, e que se assentara em conselho a partida de el-rei para Portugal. Caráter benigno, coração generoso, espírito elevado, seria D. João o ídolo da nação, se, como seu avô, com quem tanto se assemelhava, tivesse um Pombal a seu lado, ou se ainda o ministério do conde de Linhares houvesse sido mais duradouro e menos entorpecido. Quem sabe mesmo se seria um grande monarca constitucional, se na turba dos cortesãos, que o rodeavam, pudesse descobrir alguns estadistas!! Despertado do seu somo elísio pelos ecos da tempestade, que se formara nas ribas do Douro, conheceu que quase três lustros de felicidade eram de mais para a existência dum

soberano, e havendo perdido as últimas esperanças de permanecer entre nós, resolveu trocar a jazida, que esperava encontrar em Santo Antonio, pela de S. Vicente de Fora.

Sob tão fatias auspícios havia-se procedido à primeira eleição popular; e nem um distúrbio, nem uma dessas lamentáveis cenas, que as fizeram mais tarde denominar *saturnais*, maculara o exercício augusto desse sacrossanto direito. Não nascera ainda a cabala nos antros do egoísmo, e os mais conspícuos e respeitáveis cidadãos haviam recebido o mandato popular. Via-se com um sentimento misturado de prazer e ansiedade aproximar-se o dia aprazado para a convocação da junta eleitoral, que devera fazer a escolha dos representantes da província.

Circulavam boatos aterradores sobre as intenções da tropa portuguesa; sediciosos pasquins apareciam nas esquinas das ruas, e por ocasião das exéquias do marechal do exército João Shadwel Connel, receara-se que a ordem pública fosse perturbada. Dizia-se que larga conferência houvera em S. Cristóvão entre el-rei, o governador das armas Carlos Frederico Caula, e o ouvidor da comarca desembargador Joaquim José Queiroz. Assegurava-se que ordens haviam sido expedidas, para reunirem-se os comandantes e oficiais dos corpos de primeira e segunda linha numa das salas do antigo teatro de S. João, hoje de S. Pedro, onde o general Caula, depois duma curta alocução, exigira a reiteração do juramento do dia 26 de Fevereiro, sendo ele o primeiro a dar o exemplo.

A gravidade destes boatos, cuja exatidão está hoje provada, lançava a inquietação nos espíritos; e nenhum homem sensato deixava de nutrir as mais sérias apreensões acerca do futuro deste belo país.

[85] Um edital do ouvidor da comarca publica-se neste comenos, convocando extraordinariamente para o dia 21 de Abril os eleitores de paróquias, para escolherem os de província.

Deixava-se entrever das palavras do edital (apesar de medidas e calculadas), que alguma coisa de mais importante seria discutida nesses prematuros comícios. Perturbara todos os entendimentos a rápida transição do regime absoluto para o liberal; investida, se não aniquilada, se achava a tinha divisória entre os direitos entre os direitos e deveres, e ninguém sabia exatamente onde começassem uns e terminassem outros. Ignorando que as funções do eleitor terminam no instante, em que na urna depõe o seu consciencioso voto, pensavam alguns, que eram chamados ao papel de novos Lycurgos, podendo a seu grado mudar as leis do país, e ingerir-se na sua administração. Perdoem-lhes a inexperiência compensada pelas mais puras e santas intenções.

Divulgando-se a notícia, de que a junta eleitoral ia deliberar sobre o novo governo, que el-rei queria que ficasse no Brasil, não houve quem não desejasse ter parte nesta eleição; numerosas memórias foram redigidas, em que cada qual expunha seus sentimentos, que eram publicamente lidas sem a menor oposição das autoridades constituídas.

Ás 4 horas da tarde do dia 21 de Abril achavam-se reunidos cento e sessenta eleitores no salão do novo edifício da Praça do Comércio, e grande número de cidadãos de todas as classes assistiam ao ato, para eles tão insólito, levando muitos as suas reflexões por escrito, para apresentá-las à junta. Era defeso aos militares entrarem de espada, e os próprios paisanos deixavam as bengalas no vestíbulo: inerme totalmente se achava a assembléia eleitoral, como convinha a sua nobre missão.

Ocupando a cadeira presidencial o ouvidor da comarca, e servindo-lhe de secretário o juiz de fora, abriu-se a sessão com a leitura do decreto, em que el-rei estabelecia o governo, que devera dirigir o Brasil depois do seu regresso, seguido dum aviso idêntico do ministério dos negócios do reino. Falseado visivelmente o fim da junta, conheceram seus membros, que permitia-se, se não provocava-se, a discussão; e o povo, que devera ser mudo espectador, julgou que lhe era lícita toda a interferência. Exigiram algumas vozes dentre a multidão, que se lessem novamente os citados documentos, ao que de bom grado prestou-se o coronel José Manoel de Moraes. Terminada esta segunda leitura, um brado uníssono, revelando premeditada resolução, exclamou. – *Queremos a constituição espanhola interinamente*.

Empregando um termo parlamentar, diremos que serviu este brado *d'ordem do dia* para as deliberações da junta. Pedindo muitos eleitores a palavra, travou-se a discussão, concordando todos em recomendarem sossego e tranqüilidade ao povo com promessa de ser devidamente atendido.

Determinado o presidente que se lavrasse um termo do ocorrido, [86] procedeu-se à edição duma comissão, que o comunicasse a el-rei, expondo-lhe verbalmente o estado das coisas. Recaíram os sufrágios populares nos seguintes cidadãos: Lente de matemáticas, Antônio José do Amaral; reverendo Dr. Francisco Aires da Gama; negociante Francisco José da Rocha; desembargador-chanceler da relação do Maranhão, Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira; e desembargador do paço Francisco Lopes de Souza. Absorvendo algum tempo a assinatura do termo por todos os eleitores presentes, nenhum desacato houve nessa tão numerosa quão heterogênea reunião, que se achava congregada no salão da Praça do Comércio. Deu o povo fluminense mais um exemplo da sua morigeração, e mais um exemplo da sua índole pacífica. Reinou a maior calma e a mais comedida linguagem; e apenas interrompia o silêncio um ou outro entusiasta, que dava expansão ao seu patriotismo, falando em prol das decisões já tomadas. O Inglês, que por ventura presenciasse esse imenso congresso popular, e o comparasse com os seus *meetings*, não deixaria de surpreender-se da moderação, que guardavam esses meridionais em tão crítica conjuntura; e estamos certo de que o resultado do seu paralelo redundaria em nosso favor.

Entre os entusiastas, a quem acima aludimos, cumpre fazer expressa menção dum mancebo por nome Luiz Duprat, filho dum Francês aqui estabelecido. Ambicionando o papel de tribuno, que tão belo se antolha às verdes imaginações, tomou a iniciativa das mais temerárias propostas; e enquanto dispunha-se a comissão a dar cumprimento ao mandato, requeria o ardente e espirituoso moço, que se nomeasse um governo provisório, em cujas mãos renunciasse a junta *todos os seus poderes*, sendo fortemente apoiado por um negociante, cujo nome não chegou ao nosso conhecimento. Prevaleceu porém a idéia de adiar-se qualquer resolução até que houvessem regressado os delegados da junta.

Era já noite quando partiu a comissão, encaminhando-se ao paço da cidade. Apesar da copiosa chuva, que caía, acompanhava-a grande multidão, e iluminaram-se todas as casas que ficavam em seu transito. Não encontrando el-rei no paço por ter-se retirado nessa mesma tarde para a quinta de S. Cristóvão, foram recebidos os comissários pela rainha na sala do docel. Gastando ai unicamente o tempo preciso para que lhes fossem fornecidas seges, tomaram a direção da quinta através duma tormentosa noite, e sem o menos séqüito.

Admitida à presença del-rei, que presidia ao conselho de estado, deu a comissão conta da sua mensagem, sendo ouvida com a usual afabilidade, com que D. João VI acolhia os seus súditos. Ouvido o conselho acerca das novas ocorrências, assentou-se em aderir ao movimento

popular: em virtude do que foi lavrado o decreto dessa mesma data, em que o monarca reconhecendo na junta o poder legislativo, que havia assumido, subscrevia a promulgação da constituição espanhola.

[87] Enquanto isto se passava em S. Cristóvão crescia na Praça do Comércio a inquietação de espírito, e começavam a propalar-se sinistros boatos. Corria como certo que as tropas se achavam em armas nos seus quartéis, e a ausência completa dos oficiais portugueses, na assembléia popular, parecia justificar esta versão. Debalde alguns homens prudentes pretenderam explicar isso como medida de disciplina militar, lembrando ao povo que nada devia recear de tropas constitucionais: lavrava a suspeita de que algum atentado se premeditava. Para tranqüilizar os ânimos, mandou um dos membros da junta, o tenente-general José de Oliveira Barbosa, comandante da polícia, dispersar as patrulhas desse corpo que estacionavam nas proximidades do edifício.

Causando porém verdadeira ansiedade a demora da comissão divertiam-se os novelistas, que infelizmente soem aparecer nessas ocasiões, a fantasiar aterradoras notícias. Espalharam que el-rei retinha a deputação, pretendendo embarcar-se com ela nessa mesma madrugada; e o freqüente transporte dos móveis, que tomavam a direção da esquadra, parecia dar corpo a essa fábula.

Espreitavam alguns turbulentos esse estado aflitivo do espírito público, para proporem as mais estolidas e inexeqüíveis medidas. Requereram a junta que embaraçasse a saída del-rei até que a ordem se consolidasse; que mandasse desembarcar os dinheiros dos cofres nacionais; e ainda o dos empregados acusados de mal-versação.

Rompendo os diques da prudência, que até então caracterizara todos os seus atos, subscreveu a junta a estes injustos e impolíticos pedidos, ordenando aos comandantes das fortalezas da barra, que sob pena de morte, não deixassem sair embarcação alguma quer nacional, quer estrangeira. Sendo lido ao povo esta ilegal determinação por um eleitor da freguesia da Candelária, numerosas aclamações cobriram a sua voz. Tomando assim o povo o gosto de tumultuário domínio, entrava-se em plena revolução.

Expediu a junta soberana dois dos seus membros, o tenente-general Joaquim Xavier Curado e o coronel José Manoel de Moraes, para que fossem às fortalezas intimar-lhes a sua absurda ordem. Onze horas haviam soado no relógio do salão, quando dele saíram os dois militares, para executarem a sua arriscada missão. Prestou-lhes o inspetor do arsenal de marinha inesperado auxílio, fornecendo-lhes prontamente um escaler, em que se embarcaram com alguns indivíduos do povo, a quem estimulava a curiosidade de tão extraordinárias cenas.

Temeu-se a junta da responsabilidade de semelhante ordem, e para dar-lhe um colorido legal, mandou chamar o governador das armas, determinando-lhe que a revalidasse com a sua assinatura, para ficar registrada no livro das atas. Anuiu o general ao que dele se exigia, protestando logo o seu constrangimento, e perguntando se nada mais dele queriam, retirou-se.

No entanto era já conhecida, a deliberação regia de jurar a constituição [88] espanhola; pois que o guarda roupa João Maria Berquó fora portador da comunicação que enviara o monarca aos quartéis do campo de S. Anna, sendo pelos respectivos comandantes transmitida pacífica e regularmente aos oficiais e soldados dos seus corpos.

Era meia-noite quando entrou pela sala da junta a deputação, que esta mandara a S. Cristóvão; e indizível era a impaciência, com que todos queriam ler nos rostos dos comissários o

bom, ou o mau êxito da sua deligência. Depois de algumas palavras trocadas em voz baixa com o presidente e secretário, volveu a deputação aos seus lugares e um eleitor, major da polícia, dotado de excelente órgão recebendo um papel, dispôs-se a fazer a sua leitura.

Conticuere omnes, intentique ora tenebant

Quando foi conhecida a vontade del-rei entusiásticos vivas, ardentes aclamações abafaram a voz do leitor, que em seguida propôs que se nomeasse nova deputação, para levar aos pés do trono a expressão do reconhecimento popular. Apesar da adentada hora da noite, em que tais sucessos se passaram, foi impresso o decreto com a maior presteza e distribuindo pelos circunstantes.

Geral foi o regozijo, que se seguiu a este ato; todos se abraçavam fraternalmente; unânimes eram as bênçãos espargidas sobre o bom rei, que abdicava grande soma do seu poder em bem do povo: e o susto, que há pouco agourentava todas as esperanças, escampara ao sopro da bonança.

Difícil senão impossível é parar no plano inclinado das concessões; obtida uma constituição, que raros talvez houvessem lido, e de modo algum adaptada às nossas circunstâncias, mas que em seu todo oferecia uma série de garantias contra o regime arbitrário, quiseram alguns inespertos patriotas, que se decretasse a criação dum governo provisório, dócil executor dos plebiscitos. Opuseram-se os mais sizudos membros do congresso eleitoral a semelhante medida, temerosos de suas funestas conseqüências; prevaleceu porém a imprudente moção, graças ao tumulto, que reinava no salão, donde vários eleitores se haviam retirado logo depois da leitura do real decreto, julgando terminado o fim da junta. Confundidas as classes e promiscuamente sentados eleitores e populares, reinava a demagogia nessa assembléia tão impropriamente comparada pelo Sr. C. Rebeyrolles a da *sala do jogo da péla*, magnífica estréia da revolução de 1789.

Subindo cada vez mais a onda popular, aconselhava a prudência que dirigissem os bons cidadãos o movimento, já que não podiam comprimi-lo. Assim pois recorrendo a um hábil subterfúgio, fizeram que a voz do escrutínio proclamasse ministros de estado, ou secretários da junta, os mesmos homens, que haviam merecido a confiança del-rei e sido por ele nomeados pelo decreto do dia anterior, com a única exceção do desembargador Sebastião Luiz Tinoco, que foi [89] substituído pelo Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que então residia em S. Paulo.

Tomavam nesse ínterim maior vulto os rumores de que os batalhões portugueses estavam em movimento: o que determinou a junta a fazer comparecer as duas horas da madrugada o general Caula, governador das armas. Interpelado vivamente pelo jovem Luiz Duprat, empenhou o general a sua palavra de honra que nenhuma ordem expedira às tropas, passando a dar providências, para que de todo cessassem os movimentos, de que se temia. Exigindo alguns eleitores que o governador das armas se responsabilizasse pela segurança da assembléia, acendeu ele a essa formalidade, de cuja ineficácia ele mais do que ninguém estava convencido.

Ao passo que prosseguiu o congresso na eleição do governo provisório, grande atividade notava-se no quartel general da divisão portuguesa. Expediam-se ordens, para que marchassem seus corpos para o largo do Rocio, e era mandado um tenente do estado-maior por nome Souto à fortaleza de S. Cruz, para cassar a determinação da junta e prender os dois eleitores. Voltavam estes da sua comissão, quando se encontraram com o escaler, em que ia Souto, e depois de inútil resistência tentada pelos indivíduos, que os acompanhavam, foram reconduzidos à fortaleza como presos.

Deixando o governador das armas a Praça do Comércio, dirigiu-se ao largo do Rocio, onde à vista do marcial aspecto da divisão portuguesa, perguntou ao seu comandante, o brigadeiro Carretti, quem lhe ordenara semelhante manifestação; e não havendo obtido satisfatória resposta, pediu-lhe que se conservasse em seu posto até que fosse conhecida a vontade del-rei, de que ia imediatamente informar-se. Chegando porém à quinta de S. Cristóvão, soube da sua destituição do comando das armas, e tornando à praça do Rocio e fez dele entrega ao seu sucessor, o marechal Jorge de Avidez Zuzarte.

Finalizava a junta eleitoral a eleição dos membros do novo governo, e escolhida se achava a nova deputação a el-rei, comunicando-lhe o resultado das suas deliberações. Recaíra a escolha no general José de Oliveira Barbosa, desembargador do paço José Albano Fragoso e coronel Faro. Após tão afanosa noite, alquebrados por tantas emoções, começavam a retirar-se os eleitores às quatro horas da madrugada do dia 22 de Abril, quando se ouviu o rodar da artilharia, o troperar dos ginetes e o passo cadenciado dos batalhões portugueses, que desfilavam em frente do edifício da praça do Comércio.

Tolhidos em sua saída, retrocederam muitos eleitores, avisando os secretários e escrutadores, que arrecadassem em um cofre os papéis e atas da junta. Ignorando o que fora se passava, ocupavam-se ainda muitos cidadãos em copiar as listas dos membros do governo provisório, quando a 6ª. Companhia de caçadores de Portugal, comandada pelo major Peixoto, apresentou-se na entrada do edifício em linha de batalha, com vinte e cinco filas pela frente, [90] dando para dentro do salão uma descarga de cinqüenta tiros, e a passo de cargo, de baioneta calada, levou diante de si todos os cidadãos mermes, que ali se achavam. Traspassado por uma bala, caiu imediatamente morto Miguel Feliciano de Sousa, que havendo-se adiantado, para informar-se do que se passava, foi vítima do seu arrojo. Levaram os bárbaros janizaros a crueldade a ponto de ferirem novamente na cabeça o doutor José Clemente Pereira, que jazia por terra na porta, que dá para a alfândega, já crivado de baionetadas, devendo a vida aos nobres esforços dum capitão de artilharia e dum tenente de caçadores. Salvou-se a nado o desembargador José da Cruz Ferreira; buscou asilo numa sumaca o lente Amaral; e dois eleitores de Itaguaí ficaram tão maltratados, que ressentiram-se toda a sua vida dos funestos efeitos deste caliginoso dia. Não se pode calcular o número de mortos, por serem os cadáveres conduzidos misteriosamente à Misericórdia, e haverem outros se lançado precipitadamente ao Mar.

A estas cenas de canibalismo sucedeu-se o saque, último florão da glória da *tropa-modelo*. Nenhum objeto de valor escapou à rapacidade dos nossos vândalos, e general houve, que calcou aos pés as atas e mais documentos guardados no cofre, em que já falamos!!

Ficou de posse do campo da batalha uma companhia de granadeiros, às ordens dum tenente, que ovante apossou-se dos troféus do inimigo, consistentes em algumas bengalas, que deixavam os cidadãos à entrada do edifício.

Aqui termina o manuscrito, que nos serviu de guia, e que julgamos devido à pena de algum modesto contemporâneo, que guardando o anônimo, procurou mais um penhor da liberdade de linguagem e da exatidão dos fatos. Se por ventura alguns erros e omissões existem nesta narração, não nos pertencem eles; porque não somos coevos desses fatos; e sendo o nosso único alvo o descobrimento da verdade, aceitaremos com júbilo qualquer correção, com que nos queiram honrar.

Rio de Janeiro, 22 de Abril de 1859. *J. C. Fernandes Pinheiro*

"Boletim bibliográfico: Compêndio da História da Idade Média pelo Sr. J. B. Calogeras". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. III, julh./set. 1859, p. 175-182.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO.

—

Compêndio da História da Idade Média pelo Sr. J. B. Calageras.

Viram os leitores do primeiro número desta *Revista* o nosso juízo acerca da importante obra, com que o Sr. Calogeras brindou a sua pátria adotiva. Avaliando, o que havia então publicado, prometemos prosseguir na encetada empresa: cumpriremos nossa palavra, agora que o segundo volume acaba de sair do prelo.

Ocupa-se o autor no IV livro com o feudalismo, as comunas, as cruzadas, e o império do Oriente.

Com suma lucidez explica a origem do feudalismo, dessa famosa instituição dos séculos médios, e julgando-a com justiça, não deixa de proclamar os serviços por ela prestados à civilização européia. [176] Encontra mais duma analogia entre esses chefes de bandos tornados sedentários e prendendo-se ao solo pelos vínculos da propriedade, com os patriarcas primitivos. Passando ao estudo do feudo pinta-nos em poucas páginas, "esses verdadeiros covis de feras, onde nada absolutamente havia para as comodidades da vida e ainda menos arte alguma." O quadro, que traça desses castelos, que hoje só vivem na tradição e na história, é mui próprio para interessar os alunos; pois que o Sr. Calogeras, não ignora que grava-se melhor na memória da infância, o que impressiona a sua imaginação.

Ofereçamos ao leitor um espécime da vida castelã esboçado pelo eloqüente historiador, cuja obra analisamos.

"..... Ali habitava o barão com sua família e pajens. Em redor dele porém a uma distância respeitosa, os clérigos, leigos e camponeses, que não conheciam outra lei, senão a vontade do barão. Ao pé do castelo estava a capela e as casinhas ou senzalas dos colonos e servos: o escriba, ou homem de letras, fazia parte dos criados. ([372]) "

Confessa o autor, que de semelhante sistema resultava o embrutecimento e a permanência na ferocidade dos costumes, e admira os desígnios da Providência, fazendo sair a vida doméstica desse monstruoso caos de barbárie! Ouçamos suas judiciosas reflexões:

"Porém esta vida tão solitária foi ao mesmo tempo a origem dum dos mais belos ornamentos da nossa civilização; pois no meio deste profundo isolamento aperfeiçoou-se a vida doméstica e o espírito de família: ali sobretudo tomou a mulher o seu lugar, que lhe pertencia como esposa e como mãe. Em época nenhuma do mundo o marido, a mulher e os filhos estiveram mais separados dos estranhos, e portanto mais unidos entre si. Quando o barão ficava no castelo so vivia em companhia de sua mulher e filhos, reputando indigna de si qualquer outra convivência. Quando saía para as suas correrias, a mulher tomava o seu lugar, era a senhora do

[372] Comp. da H. da Id. Media, tom, II pág. 19.

castelo, incumbida da defesa e da honra do feudo; isto dava-lhe uma dignidade, coragem e virtude, que nunca tiveram as mulheres de Atenas, nem de Roma. Estas afeições, concentradas em pequeno espaço, por isso mesmo se robusteciam: o filho primogênito, que devia herdar o nome e o poder do barão, era o objeto de mil cuidados e atenções. Enfim as idéias religiosas deviam tomar grande ascendente na falta absoluta de qualquer objeto de meditação." ([373])

Por este e outros trechos, que teremos de cita, verá o leitor, que o Sr. Calogeras compreendendo, e executando belamente as leis da história, faz acompanhar as suas descrições e narrativas de considerações ditadas pela mais pura moral e verdadeira filosofia. Atraídos pela magia da sua linguagem lêem os meninos [177] com prazer suas graves reflexões e habituam-se a pensar madureza. Assim considerada a história, equivale a um curso completo de estudos.

Do feudalismo passa o autor à cavalaria, brilhante escola da civilização; e pesquisando sua origem vai encontrá-la nas florestas da Germânia, onde o mancebo tocando a maioridade, recebia o cavalo e as armas, sendo admitido na classe dos guerreiros. Mostra depois a sua aliança com o cristianismo, e o grande partido, que soube a Igreja tirar duma bárbara instituição. Com o habitual primor da sua palheta pinta-nos as cerimônias, que tinham lugar nessas eras, sempre que se armava um cavaleiro, e tão vivas são suas imagens, que nos parece assistir a elas, graças a sua poderosa evocação do passado. O nascimento das ordens dos Templários, dos Teutônicos, dos Hospitaleiros, etc., seus assinalados serviços à causa da humanidade, são narrados com grande veracidade e concisão. Assinalando as causas, que operaram a destruição das ordens militares e religiosas, serve-se o autor desta expressão:

"..... O que matou a cavalaria, foi o desaparecimento dos pequenos estados e a formação dos grandes: foi a destruição do poder individual dos barões, substituído pelo poder geral da nação; foram finalmente os princípios, as idéias, e sobretudo as leis gerais, que tomaram o lugar da ação e proteção individual. Cessou a cavalaria, porque não era mais necessária, mas, como todas as instituições sobrevivem na prática, quando não existem mais os princípios, em que se baseiam, ficaram ainda alguns restos de cavaleiros errantes, ou paladinos, cujas pretensões já ridículas foram condenadas pelo bom senso, e a sua melhor crítica foi escrita pelo célebre Miguel Cervantes sob o título de D. Quixote de la Mancha. Não devemos porém deixar de reconhecer os serviços, que prestou a cavalaria quando, no meio da anarquia geral, e à falta de leis, era ela a única protetora dos infelizes. A cavalaria da idade média assemelha-se aos tempos heróicos da Grécia." ([374])

As *comunas* (ou *comunidades* como lhes chama o autor) mereciam também um consciencioso exame da sua parte. A formação desses *oásis* da liberdade no meio do deserto da servidão feudal, é traçada com grande maestria; e com facilidade compreende o aluno como foi forçado o barão a pactuar com a cidade, assinando o foral de suas imunidades.

O colossal duelo entre o Evangelho e o Corão, conhecido na história pelo nome de *Cruzadas*, constitui um dos mais preciosos painéis da vasta galeria do Sr. Calogeras. Instituindo e deleitando ao mesmo tempo, descortina aos nossos olhos o magnífico panorama das oito cruzadas, descreve-nos esse sacro entusiasmo, que arrastou os povos para longe dos seus lares. Julgamo-nos transportadas a esses tempos, já de nós tão remotos, em que os soldados [178] da fé derramavam lágrimas de alegria e compulsão, saudando os muros da cidade santa, faziam alvejar com seus ossos as Campinas da Síria, suspirando por Jerusalém como outrora os israelitas pela

[373] Comp. da Hist. da Id. M., tom, II pág. 24.
[374] Comp. da Hist. da Id. M. tom. II, págs. 25-26.

terra de Canaã. Os vultos venerandos do pio eremita, que primeiro pregou a guerra sagrada, o do abade de Claraval, de Guilherme de Tiro, de Fulques de Neully, destingem-se pelo seu grave aspecto no meio dessa plêiade de heróis, em que fulguram os Godopedos, os Balduinos, os Tancredos, os Ricardos, os Dandolos, os S. Luizes.

Havendo cessado o som da harpa, ouve-se ainda o recitativo do filósofo, que julga os sucessos e pronuncia sua sentença. Tão justa nos parece, que pensamos poder afirmar, que ninguém apelara dela. Os benefícios, os abusos e os males, que resultaram das cruzadas, são expostos com extrema lealdade; o autor não dissimulava nada, e sem fazer dum compendio arma de intermináveis discussões, responde vitoriosamente às objeções, sem parecer ocupar-se com elas, e conclui, oferecendo crescido saldo em prol das cruzadas.

As dissensões entre os Comenos, que continuam no trono bizantino as tradições de intrigas, de baixezas e torpes crueldades, chamam a atenção do autor, que lhes consagra algumas páginas, percorrendo-as rapidamente com temor de macular as níveas asas da sua inspiração. Vendo surgir nas margens do Bosphoro um império formado de improviso por peregrinos, que partiram para a Palestina, e contemplando a facilidade, com que baqueara o sólio de Constantino, confrange-se-nos o coração pela lembrança de quão frágil era o baluarte, que resguardava a Europa das invasões agarenas. Em poucas páginas assistimos à morte e ressurreição do império grego, erguido por Miguel Paleólogo, e lamentamos que as discórdias dos cristãos entreguem as chaves de Constantinopla aos bárbaros otomanos.

Fecha este livro um quadro sinótico, a fim de burilar na memória dos alunos os acontecimentos, que acabam de estudar. Julgado pela experiência, é hoje este método seguido na maior parte das obras elementares, que maior aceitação hão recebido no velho mundo.

A continuação da luta entre o sacerdócio e o império, motivada pela questão das investiduras, e a dos guelfos e gibelinos, ocupa o primeiro capítulo do livro V. Conhecendo o Sr. Calogeras os estreitos limites, que lhe eram marcados, procurou os prontos salientes deste importante período, e narrou-os em breves e claras proposições. Exerce porém tal sedução a causa italiana, para todo o cultivo do espírito, que insensivelmente levou-o a maior desenvolvimento, do que talvez se tivera proposto, pegando na pena. Longe de censurá-lo, louvamo-lo por semelhante impulso, porque pensamos com o Sr. Carlos de Mayade, que a eterna questão italiana prende-se intimamente aos destinos da Europa e quiçá do mundo. Como não entusiasmarmo-nos, falando da pátria de [179] Dante, desse gigante intelectual, que amesquinha os Homeros e os Virgílios? Levado pelo imã da lógica, chega o Sr. Calogeras a esta conclusão:

"A união da Itália foi sempre um voto e nunca um fato; nem era possível, que se estabelecesse no meio dos elementos contrários, que disputavam entre si a soberania da península, nenhum deles sendo bastante forte, para sobrepujar os outros, e pôr termo às guerras intermináveis, que a todos enfraqueciam. Os papas rivais dos imperadores, excitaram o sentimento da nacionalidade contra estes príncipes estrangeiros, mas nem o seu caráter, nem as suas próprias forças, lhes permitiram estabelecer um predomínio geral e constante, pelo que eram obrigados a empregar as armas espirituais e a intervenção estrangeira, que às vezes lhes granjeava uma supremacia temporária, mas com grande detrimento do sossego e da independência da Itália." ([375])

[375] Comp. da Hist. Méd., tom, II, pág. 85.

Impossível nos sendo acompanhar passo a passo o distinto escritor, contentamo-nos com apontar as passagens do seu livro, que mais nos impressionaram, e para as quais ousamos chamar a atenção dos leitores.

A descrição das *Vésperas Sicilianas*, desse episódio de selvagem patriotismo, avantaja-se pelo seu brilhante colorido. Como sempre, sabe o autor aproveitar-se do agradável efeito, produzido pelo seu estilo no ânimo dos leitores, para doutriná-los: a moralidade segue a narrativa e põe no edifício a chave da abóbada.

Mui própria para inspirar o amor da pátria é a viva pintura, que faz das repúblicas italianas da idade média. Veneza, Gênova e Piza, empunham o tridente dos mares; levam seus pavilhões às margens do Euxino e do Palus Miotides; abatem a arrogância do crescente mulçumano, e acumulam essas fabulosas riquezas, que causam inveja aos príncipes nababos do Oriente. Mas também recompensava a pátria o cidadão, que por ela se sacrificava; e os Dandolos e Bocanegras sentavam-se nos tronos ducais.

O gérmen da rivalidade entre a Inglaterra e a França achamo-lo nas lutas entre Luiz VI e Henrique I, que servem de prelúdio à famosa guerra de cem anos. Aponta-nos o autor os móveis dessas funestas dissensões, que tanto sangue deverão custar.

O antagonismo entre a França do norte e a do sul, de que a heresia dos Albigenses serviu de pretexto, as horríveis hecatombas humanas, ordenadas por ferozes fanáticos e ambiciosos políticos, como Simão de Monfort, em nome duma religião de paz e de concórdia, foram excelentemente narrados pelo Sr. Calogeras. Pranteia como literato a ruína da língua provençal e dessa brilhante poesia dos trovadores, sepultada debaixo das ruínas de Tolosa.

Adejando sobre os paramos da história da Inglaterra, detém-se no reinado de *João-sem-terra*, para indicar a origem do sistema representativo, [180] inaugurado pela aristocracia, despeitada das ofensas verdadeiras, ou quiméricas, recebidas em seus privilégios. Longe estavam os redatores da *Magna Carta* de supor, que lavravam o auto da emancipação do povo, criavam instituições mais livres, do que as de Atenas, e abriam um parlamento mais augusto, do que o senado de Roma.

Regressando ao continente, dirige-se o autor à península ibérica e percorre a série dos reis da Espanha, desde Afonso VIII até Fernando III. As contínuas guerras, que sustentaram os descendentes de D. Pelágio contra os Árabes, e também as que se faziam mutuamente, são apresentadas em resumido quadro. Dá porem maior amplitude aos fastos portugueses, desde D. Sancho I até ao mestre de Aviz. E assim era necessário; convinha reparar a omissão dos compêndios dos compêndios de história, escritos em idiomas estrangeiros, que, ou por negligência, ou por desdém, olvidavam a história lusitana; importava ensinar ao menino Brasileiro a história de seus maiores, que tão belas e sublimes lições encerra. Se é feio desconhecermos os anais dos outros povos, é vergonhoso ignorarmos os nossos e os dos nossos pais.

Rápida revista sobre os progressos da civilização na Europa até ao século XIII serve de epílogo ao V livro. O estado das instituições políticas, o caminhar das ciências, letras e artes através dos tempos bárbaros, o encontrará o leitor esboçado com elegância, em poucas e eloqüentes páginas. Outro quadro sinótico resume o período estudado.

Formam o objeto do VI livro os graves acontecimentos, que terminando a idade média, servem de peristilo aos tempos modernos. Conduzidos por um admirável método, penetram os

alunos no dédalo da história alemã, e assistem à aparição da dinastia de Habsburgo, à promulgação da bula de ouro, e à formação da liga helvética. Narrando a independência da Suíça, não oculta o douto escritor, que sobre os feitos de Guilherme Tell pairam hoje judiciosas dúvidas, guarda-os porém como nobre e patriótica lenda.

Novamente chama a Itália a atenção do historiador filósofo: ei-lo que transpõe os Alpes, deixa os nevoeiros germânicos, para saudar o sol de cima do Capitólio, onde Rienzi evoca as sombras dos Sipiões, e sonha com o restabelecimento da república romana. Traça um vivo quadro dos temerários esforços do último dos tribunos, e no-lo mostra, inebriado pelo poder, abusando da ditadura e expirando às mãos desse mesmo povo, de quem fora ídolo. As tiranias dos dela Scalla em Verona, e a dos Viscondi em Milão, seqüestrando em seu proveito uma autoridade, que lhes haviam delegado seus concidadãos, para o bem da pátria, inspiram sábios conceitos ao nosso elegante historiador.

Tomamos a liberdade de aconselhar a leitura do parágrafo consagrado ao Piemonte, que derrama copiosa luz sobre as pretensões dessa heróica dinastia de Sabóia, que tira toda a força da sua estreita união com o povo.

[181] Lástima o autor, que exaurissem Veneza e Gênova a sua vitalidade nessas estéreis e ruinosas lutas, que povoam seus anais, em vez de se combinarem, e juntas imprimirem maior movimento ao carro da civilização.

Agradecendo a proteção dado por Joanna I de Nápoles ao maior prosador italiano, estigmatiza o autor seus crimes, narra suas desditas, que tão semelhante a tornam à não menos famosa e douta Maria Stwart.

Chegando a Sicília, entra no palácio de Affonso o Magnânimo, para assistir às palestras dos sábios, que ali se reúnem sob o seu régio patrocínio, e rende homenagem ao príncipe esclarecido e amigo do povo.

Curta porém é sua estada em Palermo, porque apressadamente o chama a guerra dos cem anos. Distraindo das ocupações literárias, que lhe oferecia a Itália, contempla cheio de horror essas carnificinas conhecidas pelo nome de batalhas de Crecy, Poitiers e Azincourt, onde sucumbe a flor da fidalguia francesa. Graciosa aparição vem iluminar o negro horizonte dessa guerra; e o Sr. Calogeras, como leal paladino de Joana d'Arc, defende-a das caluminiosas imputações, que pesam sobre a sua memória, e apresenta a seus jovens leitores esse imaculado lírio, borrifado de sangue pela mão da perfídia e da inveja.

Outra mulher célebre, que troca o fuso pela espada, que ganha batalhas, firma tratados e reúne na sua cabeça a tríplice coroa, aparece na península escandinava. Falando da união de Calmar, o autor admira o gênio de Margarida, nunca igualado pelos seus sucessores.

Viajando pelo norte da Europa, ocupa-se com a formação desses estados eslavos, que por terem chegado por último ao *caravançara* da civilização, não menos importante papel representaram, e dispõem-se ainda a representar.

Saindo dos limbos da barbaria, aponta-nos a Rússia revelando uma energia, uma fé no futuro, que lhe prognosticaram os gloriosos destinos, a que mais tarde chamou-a Pedro o Grande.

A cavalheiresca Polônia, a nobre Hungria, e a valente Bohemia, que hoje aguardam em seus sepulcros o arcanjo da ressurreição, enchiam naquele tempo o mundo com as suas proezas, embotavam em suas couraças e escudos o alfanje do Islã, e obrigavam os filhos do Profeta a

tomarem o caminho da Ásia. Inflamando as verdes imaginações com a narrativa de tão grandes façanhas, ensina-as o Sr. Calogeras a não verem o direito nos fatos consumados e a protestarem contra os abusos da força.

Remata o seu precioso trabalho com a descrição da tomada de Constantinopla. Mostra-nos o império grego agonizando nos braços do último dos Paleólogos, enquanto a Europa cerra os ouvidos a seu brado de angústia, e impassível vê os turcos acamparem nas margens do Bosphoro. Quão caro lhe custou o seu erro, e quão difícil será repará-lo!

[182] Ao despedirmo-nos do nosso ilustrado amigo, felicitamo-lo pela feliz lembrança de juntar ao seu belo livro um quadro colorido da invasão dos bárbaros. A nosso ver é ele um verdadeiro fio de Ariadne nesse novo labirinto de Creta.

J. C. Fernandes Pinheiro

"O brado do Ipiranga". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. III, jul./set. 1859, p. 307-310.

O BRADO DO IPIRANGA.

———

(Fragmento de um Livro Inédito)

.....

Nas épocas de efervescência popular mais penosa torna-se a sempre difícil tarefa de governar os povos, e maiores habilitações exigem-se nos timoneiros políticos. Entusiasta pela glória, enérgico e corajoso, D. Pedro parecia destinado pela Providência, para fundador de um grande império. Felizes circunstâncias vieram ainda em seu apoio, facilitando-lhe a obra, que imortalizou seu nome.

Prosseguiam em seus trabalhos as cortes de Lisboa, cuja hostilidade para conosco se revelara desde as primeiras sessões; contribuindo cada vez mais, por seus levianos decretos, para formentar a antipatia contra a metrópole. Haviam determinado (a 28 de Julho de 1821), que o exército brasileiro e português formasse um só corpo com o intuito de apartar de nós as tropas nacionais, substituindo-as por soldados estranhos. Por outro não menos impolítico decreto (de 29 de Setembro), extinguiram vários tribunais e repartições estabelecidas no Rio de Janeiro, e para rematarem a sua iniqüidade, ordenaram que o príncipe regente voltasse a Portugal, para, viajando incógnito por vários estados da Europa, completar a sua educação. Cheio o vaso do sofrimento, não tardou a transbordar.

Profunda indignação causara o decreto de 29 de Setembro, que, além de ofensivo ao nosso pundonor nacional, feria inúmeros interesses privados. Corria porém como certa a retirada de D. Pedro, [308] em conformidade das ordens das cortes, e públicos eram os preparativos, para a sua viagem. Com todo o brilho manifestou-se nessa crítica conjuntura o patriotismo dum benemérito Fluminense José Joaquim da Rocha, que reunindo em sua casa (na rua d'Ajuda) alguns prestimosos cidadãos, resolveram dirigir uma representação, firmada por grande número de assinaturas, em que se pedisse ao príncipe regente a sua permanência no Brasil, enviando-se ao mesmo tempo emissários às províncias, para excitarem-nas a desobedecerem às opressivas determinações das cortes.

Começava a afrouxar o laço, que unia as províncias à capital: o norte achava-se quase que totalmente separado pelo predomínio, que ali exerciam os batalhões portugueses; Minas parecia desconhecer a autoridade do regente; restava S. Paulo em sua inabalável fidelidade. Por seus vastos conhecimentos e nobreza de caráter exercia a Junta Provisória desta província incontestável influência o Dr. José Bonifácio d'Andrada, por cujo conselho endereçou a respectiva junta uma eloqüente e enérgica representação a D. Pedro, suplicando-o que não se afastasse dentre nós.

Quando essa representação chegou a esta capital (a 31 de Janeiro) já havia S. A. R. anuído ao voto do senado e da câmara, expressado por seu presidente José Clemente Pereira, e determinado fixar no Brasil a sua residência (9 de Janeiro de 1822).

Precipitando-se a marcha dos acontecimentos, cada vez pronunciava-se mais em nosso favor o príncipe regente. Por decreto de 16 de Janeiro organizava novo ministério, de que fazia parte José Bonifácio; por outro de 16 de Fevereiro convocava nesta cidade um conselho de procuradores gerais das províncias, que gozariam das honras de conselheiros de estado, e aos quais competia a proposta de medidas reclamadas pelas necessidades públicas. Ordenava a 21 desse mesmo mês, que nenhuma lei das cortes fosse executada sem o seu beneplácito.

Desagradou porém profundamente à divisão portuguesa (que tão ativa parte tomara nos eventos do último ano) a resolução de D. Pedro de ficar no Brasil, deliberando constrangê-lo a obedecer ao preceito das cortes. Para esse fim saiu dos seus quartéis em força de mais de dois mil homens, comandada por Jorge d'Avilez Zuzarte; apoderou-se do morro do Castello, enchendo de susto os pacíficos Fluminenses. Em breve apinhou-se de povo o campo de Santa Ana, e os cidadãos de todas as classes armaram-se, para resistirem à agressão lusitana. Via-se por toda a parte D. Pedro a cavalo dando providências, para o caso de ataque, que felizmente não teve lugar, porque arrependido Avilez, do que fizera, e receando-se da responsabilidade, que sobre si tomara, ofereceu capitular, passando para o outro lado da baia (Niterói); o que lhe foi concedido com a condição de ali embarcar-se para Portugal. Em seu novo acampamento demorou-se a *divisão auxiliadora* mais tempo, do que o concedido; até que irritado o príncipe regente por suas protelações e temendo a vinda da célebre expedição do Tejo, em [309] que tanto se falava, obrigou-os a se fazerem de vela a 15 de Fevereiro desse mesmo ano.

Chegaram no entanto de Minhas as mais assustadoras notícias; tudo ali fazia pressagiar a guerra civil, pela exaltação, em que estavam os ânimos. Assentou o príncipe, que poderia a sua presença evitar o mal, e partindo de S. Cristóvão acompanhado por Estevão Ribeiro de Rezende (depois marques de Valença) voou à Capital de Minas e saudado na sua passagem com vivas demonstrações de regozijo, serenou os espíritos, regressando a 25 de Abril.

Encontrou D. Pedro consternados os Fluminenses por um novo decreto das cortes, em que notificava aos agentes diplomáticos e consulares de Portugal, que vedassem a venda de armas e petrechos bélicos para o Brasil. No plano inclinado, em que haviam colocados os negócios, dir-se-ia que as próprias cortes se incumbiam de acelerar o desfecho. Assim vê-se que a 13 de Maio tomava o príncipe regente, a pedido da câmara do Rio de Janeiro, o título de *Defensor Perpétuo do Brasil*, e dez dias depois convocava ele uma assembléia legislativa constituinte, lavrando assim o primeiro ato da nossa emancipação política. Explicava o seu procedimento, queixando-se amargamente das cortes portuguesas, um manifesto dirigido às nações amigas.

Antes de prosseguirmos na narrativa dos importantes sucessos que vão seguir-se, lancemos uma vista retrospectiva sobre o estado, em que então se achavam algumas províncias.

Retalhado por dissensões civis, gemia Pernambuco sob o jugo das *tropas constitucionais*, com que o presenteara o congresso de Lisboa. Correra na Bahia precioso sangue no conflito de jurisdição entre os brigadeiros Manoel Pedro de Freitas Guimarães (brasileiro) e Ignácio Luiz Madeira (português). Vencidas as tropas do país (a 17 de Fevereiro de 1822), haviam-se retirado para o interior, deixando a cidade em poder de Madeira. Lavrava a discórdia em todos os ângulos do Brasil e geral era a inquietação dos espíritos. Oscilava o pêndulo dos nossos destinos entre a anarquia e a recolonização.

Não permitiu porém Deus que entre esses dois escolhos naufragasse o baixel do estado. Inspirou sábias medidas ao príncipe regente, e elas nos salvaram. Devemos contar por certo entre estas a resolução de apresentar-se na capital de S. Paulo, quando já as intrigas do partido português principiavam a causar funestos resultados.

Dirigia-se D. Pedro de Santos para S. Paulo, quando nas margens do Ipiranga recebeu novos despachos das cortes, impregnados de impropérios contra o Brasil e de afrontas ao seu *Perpétuo Defensor*. De súbito luminosa idéia lhe lampeja na mente; desembainha a espada, bradando: - *independência ou morte* -. Como elétrica centelha comunica-se o seu entusiasmo aos espectadores dessa grandiosa cena, e por longo tempo repetiram os ecos – *morte*, *morte* –. Digna era de assistir à aurora dum novo império a pátria [310] de Amador Bueno, ilustre berço de tantos heróis, e impossível seria narrar os transportes de ardente patriotismo e sincera efusão, com que a nobre Paulicéia recebeu o magnânimo libertador da pátria.

Recomendando aos povos união e tranqüilidade, transpôs D. Pedro em cinco dias as cem léguas, que o separavam da sua capital, onde o senado, o clero, o exército e o povo vitoriaram-no como ao enviado de Deus. Nada é comparável ao júbilo, que então experimentaram nossos pais: rojavam por terra grilhões três vezes seculares, e o sol da liberdade dourava os píncaros do Corcovado. Enebriado de alegria beijava o Rio de Janeiro as mãos do excelso príncipe, que nos outorgava o céu como um sorriso de felicidade.

Entusiasticamente aclamado a 12 de Outubro Imperador Constitucional, recebeu no dia 1º. de Dezembro na catedral e capela imperial, o óleo sagrado, que o constituía – ungido do Senhor – Do amazonas ao Prata ondulou o pavilhão auri-verde, a cuja sombra contentes sentaram-se os povos; e a mágica palavra de independência pôde, mais que os navios de Cochrane e os soldados de Labatut, operar a integridade nacional.

J. C. Fernandes Pinheiro.

"A imprensa no Brasil". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, t. IV, out./dez. 1859, p. 217-224.

A IMPRENSA NO BRASIL.

———

Ninguém hoje desconhece a importância da arte tipográfica, e quanto a nós os caracteres móveis de Guttemberg e Fausto eclipsaram a prisca glória dos mármores de Paros e das tábuas capitolinas. No pensar dum ilustre contemporâneo saiu a história dos limbos da ficção no dia, em que se vulgarizou a imprensa. Os novos Heródotos e Titos Lívios encontram no jornal, fotografados sucessos do dia, inexpugnável barreira a seus improvisos. As ciências, as letras, as artes, a indústria, o comércio, a política, e em geral todos os ramos, em que se subdivide a inteligência e atividade humana, lucraram com a imprensa, e todos lhe devem ser gratos.

Numerosos são os trabalhos acerca da origem e introdução da imprensa em vários países, seu desenvolvimento, e embaraços com que teve de lutar, suscitados pelo obscurantismo, a que tanto contrariava. [218] Não é do nosso propósito entrar em semelhante indagação por falta de tempo, além de que julgá-la-íamos ociosa para a maior parte dos leitores, aos quais sobejam luzes e conseqüente conhecimento da matéria.

Limitado é o nosso plano e quiçá mesquinhas as proporções, que lhe assinamos, porque limitada e mesquinha é também a nossa inteligência. *Como e quando foi a imprensa introduzida no Brasil?* Tal é o quesito, que procuraremos satisfazer.

Parece já lugar comum dos escritores brasileiros as constantes queixas sobre o abandono, em que nos deixava a metrópole, a quem ferrenha política aconselhava, que nos envolvesse nas trevas da ignorância, aplicando-nos o funesto sistema, que Juliano destinava aos *nazarenos*. Mas assim como nunca verá verdade a mentira muitas vezes repetida, como já alguém pretendeu, assim também não deve fatigar a exposição dum fato, que em si reúne todos os caracteres da evidência.

Foi Portugal uma das nações da Europa, que primeiro acolheu a arte tipográfica, dando-lhe entrada pelos anos de 1464 a 1465, segundo afirma um douto acadêmico ([376]), antes que a França, a Inglaterra e a Espanha gozassem desse útil invento. Multiplicadas edições saíram de seus prelos, rivalizando algumas em perfeição, com o que de melhor se conhecia na Alemanha e na Holanda.

Eram porém os Judeus, que se ocupavam neste mister, e quando a intolerância não lhes embargava a indústria, concorriam para o florescimento das letras lusitanas, difundindo os primores de Gil Vicente, Sá de Miranda e Ferreira.

Mal inspirado pelo fanatismo da época, perseguiu aos impressores judeus D. Manoel, magnânimo protetor das letras, proibindo-lhes em 1497 o uso de todos os livros escritos em hebreu, privando-se destarte duma literatura, que tão bem se aclimatara no solo português. Buscando mais tarde reparar o erro, que cometera com a expulsão dessa raça ativa e industriosa,

[376] Antônio Ribeiro dos Santos, *Memória sobre as viagens as origens da tipografia em Portugal no século XV*, inserta no tomo VIII des Mem. de Lit. Port.

atraiu a seu reino tipográfico estrangeiros, como o famoso Jacob Combreger, e outorgou a todos os impressores cristãos privilégios, honras e exempções de armas e cavalos ([377]).

Cresceram ao sopro benéfico da realeza as oficinas tipográficas em Portugal, e ainda obscuras povoações, como Alenquer, Bemfica e Bucellas, gozavam dessa prerrogativa, que tornou-se extensiva às longínquas regiões, que o valor dos Albuquerques e dos Castros avassalara. Contava Goa dentro dos seus muros, desde o meado do século XVI, dois célebres impressores, João de Éden e João Qüinqüênio, de cujos prelos saíram várias obras, quase todas místicas. Eram em 1593 impressa em Amacura, no Japão, as *Instituições de* [219] *Gramática Latina* pelo jesuíta Manoel Álvares, e dois anos depois viam a luz no mesmo lugar e nas mesmas oficinas da companhia o *Dictionarium Latino-Lusitanum ac Japonicum*.

Levaram os jesuítas a arte tipográfica aos confins do globo, imprimindo em Cantão, Hiang-Kiang, Macau e Nagazaki seus livros de devoção, revestidos das competentes licenças das autoridades portuguesas. Não nos consta porém que no Brasil lhes fosse lícito o exercício dessa indústria, e não sabemos que obra alguma fosse por eles, ou sob seus auspícios, dada à estampa em nossa terra. Ora, não podendo recusarmos a esses regulares grande amor às letras, e o ardente desejo de propagá-las (posto que para seus fins) não explicamos essa ausência de livros impressos, senão por particulares recomendações do governo metropolitano, a quem todo o desenvolvimento intelectual das colônias causava zelos.

Julgará alguém descobrir contradição no que acabamos de expender; porquanto reconhecemos que permitia o governo português a introdução da imprensa nas suas possessões asiáticas; desaparecerá porém a contradição se refletirmos, que surgindo do sepulcro, em que por sessenta anos jazera a sua nacionalidade, perdeu Portugal as esperanças de consertar o seu império asiático, que aliás lhe fugia muito antes do desastre de Alcacer-Kibir, e que olhou para o Brasil como a última âncora de salvação, que lhe restava, procurando soldar-nos ao seu jugo por todas as cadeias do egoísmo e do monopólio.

Possuem os déspotas admirável perspicácia, diríamos quase intuição dos seus interesses; e pouco atilamento era preciso da parte dos nossos governantes, para anteverem num próximo futuro a emancipação política deste grandioso país. Julgaram porém prevenir a catástrofe submergindo-nos no embrutecimento, e pondo mil peias ao natural desenvolvimento das nossas forças físicas e morais. Por experiência conheciam quanto podia a imprensa, que apesar de amordaçada pela censura prévia, ainda bastante molestava-os, e receando que longe das suas vistas mais livre se mostrasse, cortaram com a espada de Alexandre o nó da dificuldade. Eis, quanto a nós, explicado o enigma.

Veio porém a ocupação holandesa frustrar o plano concebido nos antros do obscurantismo, e acender entre nós um foco de luz, que teria antecipado a nossa autonomia se poderosos motivos lho não vendassem.

Nenhum Brasileiro, lido na história pátria, desconhece a sagacidade e tino administrativo, com que governou a colônia brasílico-neerlandesa o conde Maurício Nassau. Pois a este henemérito varão deve a nossa pátria a introdução da imprensa. Onde estão as provas? perguntar-nos-ão os leitores. Esperai.

Concordes são os cronistas e historiadores em confessar, que grandes melhoramentos de todo o governo recebeu Pernambuco na sua gerência, e o Sr. Varnhagen, cuja autoridade

[377] *Synope Chronolog*. de José Anastácio de Figueiredo, tom. I.

folgamos sempre de citar, posto que não conte a imprensa entre o benefícios da [220] sabia administração de Nassau, louva-o pelo seu sincero amor às letras, e esclarecido proteção, que dava aos seus cultores. Referem Barleus e Netscher, que fundava ele bibliotecas e museus em *Maurícia*, promovendo a instrução da juventude por todos os meios ao seu alcance. Laet dá a entender, que alguma gazeta ou pasquim se publicava, quanto fala das intrigas e calúnias, que espalhavam pela imprensa os inimigos do conde, que se viu obrigado a coibi-las, impondo silêncio aos seus infames detratores. Ora, não podia Nassau fazê-lo se fossem esses escritos publicados na Holanda, onde nenhum domínio tinha, gozando-se aí da mais ampla liberdade da imprensa, que nem ao próprio *stkathouder* poupava: é pois indubitável, que eram eles estampados em Pernambuco. A estas considerações poderemos ainda acrescentar, que identificadas com a liberdade, não receavam as Províncias-Unidas os raios do sol da imprensa, e que o seu país foi por muito tempo único e seguro asilo dos mártires do pensamento. Governador Nassau com a doçura e elevação de vistas, que lhe atribuem os seus próprios adversários, devemos supor, que não excluísse a tipografia dos elementos civilizadores, que com tanto zelo importava em nossa terra.

Caminhamos até aqui no terreno das hipóteses, tempo é de dizermos alguma coisa mais segura em abono da asserção, que acima emitimos. Temos presente um curioso opúsculo, escrito em holandês e impresso em caracteres góticos, tendo por título o seguinte: - "BRASILSCHE GELT-SACK. *Waer in dat claerlyck, vertoont wordt waer dat de Participanten van de West-Indische Comp. Haer Gelt gheblven is. – Gedruct in Brasilien op't Reciff. in de Bree-Byl. – Anno 1647-in-4.*" ([378])

Vê-se pela data deste importantíssimo documento, pertencente a um dos principais estabelecimentos literários desta capital ([379]), que fora ele impresso três anos depois de haver deixado as nossas plagas o preclaro príncipe, que associava seu nome a mais brilhante fase do domínio holandês no Brasil ([380]). Se prosseguindo em nossas investigações, nos recordamos que sucedeu à esclarecida administração do conde de Nassau um conselho, cuja política foi diametralmente oposta a sua, e da qual amargamente se queixam os escritores, tanto nacionais como estrangeiros, averbando seus membros de *ambiciosos*, *intolerantes e déspotas*, não poderemos supor, que se lhes deva a introdução da tipografia no Brasil, máxime se refletirmos, que nesse mesmo ano de 1644 rompera a guerra da independência pelos heróicos esforços de Vidal-Negreiros, secundados pela versátil ambição de Fernandes Vieira.

[221] É pois evidente, que os Holandeses introduziram a imprensa nas nossas províncias do norte, sentindo não podermos marcara com exatidão a época, em que tão grande sucesso teve lugar; crendo todavia podê-lo colocar entre os anos de 1637 a 1638, isto é, durante o primeiro período do governo de Nassau, consagrado à obra da reparação dos males inerentes à conquista, e antes que houvesse empreendido a malfadada expedição da Bahia. É isto mais um florão para a gloriosa coroa, que adorna o majestoso busto do amigo de Barleus e Plante, do esclarecido protetor de Piso e Maregraw.

---

[378] "Bolsa do dinheiro brasileiro, em que se mostra com clareza, o que foi feito do dinheiro dos acionistas da companhia das Índias Ocidentais; impresso no Brasil, cidade do Recife. typografia de Bree, ano de 1647 in 4º." Contem 28 páginas não numeradas."

[379] A Biblioteca Fluminense cita na rua do Sabão n. 45 e confiada à inteligente e zelosa administração do Sr. F. A. Martins.

[380] Embarcou-se o conde Maurício de Nassau para a Europa a 22 de Maio de 1644 havendo feito entrega do governo a 4 de Março do dito ano.

Expulsos os Holandeses pelo indomável valor dos Pernambucanos, que duas vezes nos montes Guararapes os constrangeram a vergonhosa fuga, ditando-lhes vitoriosos a capitulação de Taborda, desapareceu a imprensa dentre nós, que não convinha ela aos planos, que já apontamos da metrópole, e aos quais volveu com notável ingratidão. Se não foi respeitada a tolerância religiosa estipulada nessa convenção, que pôs termo a nossa guerra dos trinta anos, como sê-lo-ia a imprensa, esse pesadelo constante dos maus governos?

Desdobrou-se um século, antes que visse a nossa pátria uma oficina tipográfica. A Gomes Freire de Andrade, primeiro vice-rei residente no Rio de Janeiro cabe a glória de haver patrocinado a introdução nesta capital de tão útil invento, permitindo que Antônio Izidoro da Fonseca exercesse entre nós a arte, em que tanto se avantajaram os Estevãos e os Didots. Imprimiram ai algumas composições hoje mui raras, e cujo único mérito consiste na sua prioridade ([381]); curta sendo a duração dessa tipografia, que foi logo *mandala desfazer e abolir por ordem da corte*, como se expressa A. Ribeiro dos Santos na supracitada memória.

Existem fundadas suspeitas, para crer, que da mesma tipografia saíssem duas obras científicas, o *Exame de Artilheiros* e o *Exame de Bombeiros*, escritas ambas pelo tenente de mestre de campo general José Fernandes Pinheiro Alpoym.

Acerca da primeira destas obras diz-nos o Sr. Varnhagen, que fora mandada recolher por carta régia de 15 de Julho de 1744 ao corregedor d'Alfama de Lisboa, sob pretexto de não se cumprir nela com a pragmática relativamente aos tratamentos ([382]). Não podemos [222] havê-la à mão, para extrair-lhe o título; mas assevera-nos pessoa fidedigna, que acha-se nele a indicação de Lisboa, talvez com o intuito de ocultar a sua clandestinidade, como depois praticou-se com o *Exame dos Bombeiros* ([383]), que, pela confrontação das datas das cartas dos mestres de campo

---

[381] Eis os seus títulos:

"*Relação da entrada, que fez o Exm. e Rev.Sr. D. Fr. Antônio do Desterro Malheiro, bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia do ano de 1747, havendo sido seis anos bispo do Reino d'Angola, donde por nomeação de S. Majestade e Bulla Pontifícia, foi promovido para esta Diocese. Composta pelo Doutor Luiz Antônio Rozado da Cunha, juiz de Fora e provedor dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro na segunda oficina de Antônio Izidoro da Fonseca. Ano de MDCCXVII. Com licença do senhor bispo-in 4.º 20 pag.* numeradas à exceção das licenças, que ocupam duas. "

Em seguida acham-se os seguintes opúsculos:

"*Em aplauso do Exm. Rev.Sr. Dr. Frey Antônio do Destino Malheiro, digníssimo bispo desta cidade. Romance heróico* (sem lugar nem data) *in fólio*.

Coleção de 11 epigramas e 1 soneto, aqueles em latim e este em português, sobre o idêntico assunto. (Também sem data nem lugar da impressão).

Cumpre notar, que cotejando o tipo e o papel com os do primeiro opúsculo colige-se, que saiam todos da nossa oficina.

[382] *Hist.Geral do Brasil* tom. II secção XLII, pág. 184.

[383] Copiamos aqui textualmente o título da obra em que acabamos de falar.

"*EXAME DE BOMBEIROS. que compreende dez tratados: o primeiro da Geometria, o segundo de uma nova Trigometria, o terceiro da Longemetria, o quarto de Alimetria, o quinto dos Marteiros, o sexto dos Pedreiros, o sétimo dos Obuz, o oitavo dos Petardios, o nono das Baterias dos Morteiros, com dois apêndices: o primeiro do método mais fácil, que se pode inventar para saber o número das balas, ou bambus nas Pilhas; o segundo, como dado um número de balas ou bombas, se lhe podem achar os lados das pilhas, que se quiserem formar, ou sejam triangulares ou quadrangulares; o décimo da Pirobolia, ou fogos artificiais da guerra com dois apêndices: o primeiro dos fogos extraordinários, o segundo dos Fogaréus e Candeeiros de muralha. Obra Nova, e ainda não escrita de autor português,utilíssima para se ensinarem os novos soldados Bombeiros por perguntas e respostas. Dedicado ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor Gomes Freire de Andrade, do conselho de Majestade, sargento-mor de batalha e capitão general do Rio de Janeiro e Minas Gerais, por José Fernandes Pinto Alpoim, cavaleiro professo da ordem de Cristo, tenente de mestre de campo-general, com exercício de engenheiro e de sargento maior*

André Ribeiro Coutinho e Mathias Coelho de Sousa, residentes nesta capital, e a do brigadeiro José da Silva Paes, morador em Santa Catarina, com a das licenças do santo ofício, do ordinário e do paço, depreende-se que não podia ser impressa em Madrid, como ai se lê, convindo não dispensarmos a circunstância de vir errado o nome do impressor. Além de que, permitiria o santo ofício, que um livro revestido das necessárias licenças fosse impresso em reino estrangeiro e fora das suas vistas?

Demonstra-nos exuberantemente esta inocente fraude empregada pelo tipógrafo Fonseca, que fora mal recebida na metrópole a concessão do ilustre Gomes Freire d'Andrada, a quem também estranhara a corte o despender as rendas do Estado com o aqueduto da Carioca!

A frustrada tentativa de Fonseca devera profundamente desanimar a quem lhe quisesse seguir os passos; porque nem sempre homens da têmpera de Gomes Freire governaram a nossa terra; nem tampouco queria alguém arrostar a cólera do governo, com prejuízo da fazenda e quiçá da liberdade.

Força foi esperar, que melhores dias raiassem no horizonte brasílico, e que duma vez cessasse o suspeitoso temor, que nutria Portugal contra o desenvolvimento moral da sua colônia americana.

Marca a chegada del-rei D. João VI a verdadeira época da nossa emancipação política: e o dia 28 de Janeiro do ano de 1808 encerrava as premissas do glorioso 7 de Setembro de 1822 ([384]). Na longa série de melhoramentos morais e materiais, ordenados pelo príncipe-regente conta-se a criação duma imprensa régia, onde [223] começou a publicar-se nesse mesmo ano (1808) a *Gazeta do Rio de Janeiro* ([385]).

Pouco tempo depois saudou a antiga capital do Brasil o aparecimento de outro periódico, que tomou o significativo título de *Idade de Ouro*, sendo estampada na oficina de Manoel Antônio da Silva Serra, competentemente autorizado por carta-régia de 5 de Janeiro de 1811. ([386])

Em Janeiro de 1813, começou Manoel Ferreira d'Araujo Guimarães a publicação duma revista literária, impressa na mesma tipografia, em pequeno formato, durando pouco mais de um ano, distribuída em 18 números de mais de cem páginas cada um. Curiosíssimas memórias foram insertas nessa publicação, que tomara o nome de *Patriota*, e cuja coleção constitui hoje um

---

no batalhão de Artilharia de que é mestre de campo André Ribeiro Coutinho,lente da mesma, por Sua Majestade, que Deus guarde, na academia do Rio de Janeiro. Em Madri. Em la officina de Francisco Martinezabad. Ano de MADCCXXXXVIII. Com todas as licenças necessárias.

[384] Ninguém ignora, que por carta régia de 28 de Janeiro de 1808, dirigida ao conde da Ponte, então governador da Bahia, e obtida a solicitações de José da Silva Lisboa, depois visconde de Cairu, abriu o príncipe regente os portos do Brasil a todas as nações em paz com a coroa portuguesa.

[385] Era esta *Gazeta* redigida pelos oficiais da secretaria dos negócios estrangeiros a cuja propriedade pertencia e ocupava-se especialmente com as notícias da guerra, que nessa época dilacerava a Europa, pintando a Napoleão com as negras cores da mais hipergólica exageração e exaltando como assinalados triunfos os mais insignificantes sucessos obtidos pelo exercício anglo-luso na Península Ibérica. Ocasionalmente encontrava-se nesse periódico impresso em papel almaço em formato de 4.º, alguns atos oficiais, as listas dos agraciados, e ainda os anúncios das poucas obras literárias, que saiam à luz.

[386] Nota-se a este respeito um grave equívoco na *Memória sobre o progresso do Jornalismo no Brasil* pelo falecido doutor Francisco de Souza Martins e inserta no tomo 8.º da *Revista Trimestral do instituto histórico e geográfico*; quando assevera, que o periódico *A idade d'Ouro*, impresso no mesmo formato da *Gazeta do Rio de Janeiro* começava a ser publicado pelo mesmo tempo, quando pela dita graça concedida ao negociante Serva, que acima citamos, prova-se claramente que o periódico fluminense precedeu de dois para três anos ao jornal baiano. (Vide Accioli Memórias Hist. da Bahia tom. 11, pág. 177).

tesouro literário. Colige-se da sua leitura, que por alguns desgostos passara o seu redator talvez pela liberdade, com que repreendia abusos, que a muitos convinha que continuassem, e pelas nobres aspirações que manifestava.

Consta-nos, que também por essa época se imprimia na Bahia um jornal consagrado à literatura, vivendo de extratos e de traduções de pouca monta. ([387]) Se tanto custa hoje manter semelhantes publicações, quantas não seriam as dificuldades, que nessa época se atulhariam aos romeiros da civilização? Sem auditório, dizia Cícero, não há orador.

Do letargo, em que jazia o espírito público, veio despertar o movimento constitucional de 1820, e grande número de jornais apareceram cheios de entusiasmo e de inexperiência. Segundo o cálculo de Adriano Balbi ([388]) existiam em 1821 oito periódicos; dos quais eram os mais notáveis a *Aurora Pernambucana*, o *Semanário Cívico* da Bahia e o *Conciliador* do Rio de Janeiro.

Nesse mesmo ano entrou na arena jornalística o *Diário do Rio de Janeiro*, ([389]) que após uma longa e gloriosa existência parece prestes a tinar-se. Oxalá que, nova fênix, possa ressurgir das suas cinzas, e ocupe o lugar, que tão dignamente sustentava.

[224] Data de 1824 o primitivo pensamento do *Jornal do Comércio*, considerado hoje como o *Times Brasileiro*. Foi um Francês por nome de Pedro Plancher dono duma tipografia, sita numa rua do Ouvidor número 203, que se lembrou de criar um jornal noticioso e *per accidens* político, denominando-o *Expectador Brasileiro*. Favoravelmente recebido por isso, que preenchia um vácuo na imprensa geralmente reconhecido, caminhou audaz na vereda do progresso e três anos depois (em 1827), trocando o seu título pelo do *Jornal do Comércio*, marchava na vanguarda do jornalismo, não conhecendo por muito tempo rivais.

Não há quem ignore a imensa influência, que sobre os ânimos de nossos pais exerceram três jornais políticos do primeiro reinado: a *Aurora Fluminense*, fundada por Evaristo Ferreira da Veiga, a *Astrea* e a *Malagueta* redigidas pelos deputados Antônio José do Amaral, José Joaquim Vieira Souto e Luiz Augusto Mayer.

Miriadas de jornais produziu a exaltação política, que teve o 7 de Abril por paradeiro, escritos pela maior parte em estilo desabrido e empregando a sátira burlesca, e muitas vezes desonesta. Era própria da época essa virulenta linguagem, e a revolução francesa de 1848 mostrou, que ainda os mais cultos povos sabem-na empregar.

Eis-nos chegados aos tempos contemporâneos, em que só podemos ser testemunhas e nunca juízes; poremos portanto termo ao nosso mesquinho trabalho. Antes porém de fazê-lo seja-nos lícito congratularmo-nos com o pais pelo rápido desenvolvimento, que ultimamente tem tido a imprensa científica, literária e até a política, cuja moderna moderação e dignidade nos debates contrasta com o demagógico frenesi de outrora.

J. C. Fernandes Pinheiro.

---

[387] Depois de escrito o artigo deparamos com a publicação, a que nos referimos. Intitulava-se *Variedades* e saiu o primeiro número em Janeiro de 1812, impresso na tipografia de Serva.

[388] *Essai Statistique du Royaume de Portugal*, tom. II.

[389] Estreou o *Diário do Rio de Janeiro* no ano de 1821, impresso na tipografia nacional, chamada nesse tempo imprensa régia, em formato de 4º., e em péssimo papel almaço.

"Resenha Filosófica". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano I, tomo IV, out./dez. 1859, p. 5-13.

RESENHA FILOSÓFICA

Invertamos a ordem cronológica, coloquemos o discípulo depois do mestre, e falemos primeiro do Compendio de Filosofia do padre mestre Mont'Alverne, do que dos Fatos do Espírito Humano pelo Sr. Dr. D. J. G. de Magalhães.

O merecido renome, que adquirira Mont'Alverne como orador sagrado, a gloriosa tradição, que deixara o seu magistério, ilustrado pela brilhante plêiade, que a sua poderosa voz escutara, fazia lamentar, que não vissem a luz da imprensa as suas doutas lições. No caso da vida acedeu o ilustre franciscano as reiteradas solicitações dos seus amigos e discípulos, e quando no episcopal seminário de São José professara a ciência de Bacon e Descartes. Surpreendeu-o a morte no meio dos seus novos labores, cabendo ao Sr. Francisco Luiz Pinto o cumprimento do legado, que lhe fizera o seu esclarecido amigo.

Corresponderá esta nova publicação á grande nomeada de Mont'Alverne? Examinemos.

Escrevendo nesta mesma Revista um esboço biográfico do grande franciscano, assim nos exprimíamos a respeito do seu Compendio de Filosofia: "Consta-nos que o padre mestre ocupava-se nos últimos dias da sua vida em coordenar suas apostilas, para dá-las ao lume público; não sabemos se fazem elas dignas desta honra, ou se pertencem ao número dos escritos, que para a glória dos autores convém deixar inéditos".

Mais do que temíamos vejo justificar as nossas apreensões a aparição do livro tão anelado. Com a habitual franqueza diremos, que a obra póstuma de Mont'Alverne está muitos graus abaixo da sua fama, e guarda a mesma proporção para com os seus Sermões e Panegíricos, em que está o de S. Pedro de Alcântara para com o de N. S. da Gloria, que fecharam a sua carreira do púlpito. Demonstra a experiência que um autor recusa por muito tempo dar a estampa uma composição sua, é porque adverte-lhe secreto pensamento, que pode ela eclipsar sua gloria, ou pelo menos testemunhar a decadência do seu engenho. Cremos que alguma coisa semelhante devera-se passar no espírito de Mont'Alverne, quando repugnava entregar o escalpelo da crítica suas modestas apostilas, que não passavam de comentários às doutrinas do já caduco Genuense. As verdes imaginações dos seus ouvintes deslumbrara a magia da sua vulcânica palavra, e na sua entusiástica admiração tinha talvez mais parte o orador, do que o filósofo.

Não irrigamos a menor censura a piedade filial dos que quiseram subtrair ao olvido as preleções do seu mestre, fascinados, após tantos anos, pelo invencível magnetismo do rival de S. Carlos e Sampaio. Ainda a beira do sepulcro entoava-lhe este melancólico trenó seu discípulo e nosso particular amigo o Sr. M. de Araújo Porto Alegre.

"Aqueles que, como nós, passaram das mãos do frei José Policarpo, o mestre bondoso, para as mãos do rei da palavra; os que depois de ouvirem-no, rasgaram o manto da filosofia sensual, para se adornarem com a túnica do espiritualismo; os que passaram da estátua ao homem, do autômato harmonioso ao ente pensante; os que dele receberam a chave misteriosa dos hieróglifos da natureza, escritos no céu, exarados nas montanhas, coloridos pelas flores, animados por este concerto harmonioso, que abisma, que arrebata, que nos eleva e suspende aos

pés da Divindade – esses é que conhecem mais e avaliam o homem, que o sacerdócio, o púlpito, a cadeira, a sociedade fluminense e o império do Brasil acabam de perder".

Extasiados pelos arroubos do cantor de Colombo, julgaríamos Mont'Alverne quase acima da crítica, se desconfiando do nosso humilde juízo, não nos apoiássemos no conceito, que dele forma outro não menos distinto discípulo, o profundo autor dos Fatos do Espírito Humano.

"Em filosofia tinha Mont'Alverne vasta leitura e professava um ecletismo, que nada tinha de original, e não me consta deixasse trabalho algum nessa ciência, que lhe possa dar mais gloria, que as suas orações sagradas.

Como lente de filosofia, devendo ensinar a moços apenas saídos dos bancos das aulas de latim, seguia os compêndios de Genuense, cuja deficiência supria com apostilas manuscritas, que dava a copiar aos discípulos; e nas preleções mostrava-se conhecedor profundo da ciência. E como sempre orava, eram suas lições ouvidas com algum proveito. Tanto por esse dom de bem falar, que é sempre manifestação de feliz inteligência, como pela doutrina, não tinha ele rival como professor; que bem inferiores lhe (página 7) eram ****** ***** Policarpo e o cônego Januário, seus contemporâneos o primeiro, grave de caráter e de aspecto, frio no falar ********* passava por sensualismo de Condillac, com alguns comentários de Cabanis e de Tracy, que não eram os seus oráculos em filosofia. O segundo, todo dado à política, à polêmica dos diários, ao púlpito e as sociedades literárias, que ele animava com sua majestosa presença, autoridade de seu nome, seus discursos e maneiras sempre afáveis, pouco cuidava da sua cadeira de filosofia. Nem por isso o censuramos, que necessário fora todo esse entusiasmo de Mont'Alverne, todo esse fogo no meio do gelo, que o rodeava, para tomar a sério o ensino da sua ciência a poucos jovens desatentos, que freqüentava as aulas, para adquirir direito à simples formalidade de um exame por pontos, e para o qual se habilitavam nas vésperas com empenhos".[390]

Vê-se pois, que o grande mérito de Mont'Alverne foi ter sido entre nós o primeiro apóstolo da eclética de Cousin, de quem se mostrava tão apaixonado, que lamentava em 1883 a sua pouca divulgação nestas poucas palavras, que lemos numa nota a pág. 105:

"O sistema sublime de Mr. Cousin é apenas conhecido no Brasil, e Poe desgraça seus trabalhos filosóficos ainda não estão completos, nem impressos, ou conhecidos aqui em obras posteriores. Eu forcejarei entretanto por aproveitar o que ele tem feito, e restaurar com ele o sistema filosófico."

E o que é no entretanto esse ecletismo, de que o benemérito franciscano esperava a redenção da filosofia? – Uma crítica, uma apreciação de diversos sistemas, que supõe em quem o empreende consumado conhecimento de todos eles, juízo seguro, critério infalível, para seguir o bm e deixar o mau, numa palavra, um ideal impossível, que jamais existiu, nem poderá existir. – Pensamos que não era lícito a um espírito como e de Mont'Alverne, naufragar em semelhante recife.

Profundo sulco deixara na animo do padre mestre a leitura de Condillac e Cabanis; por isso vemo-lo localizar a memória no cérebro, reduzindo-a a uma operação meramente mecânica, desprezando, ou quiçá, não conhecendo as sérias investigações, que a tão importante assunto consagrara o doutor Maine de Biran.

[390] Biografia do P. M. Fr. Francisco de Mopnt'Alverne , pelo Sr. D. J. G. de Magalhães, M. S. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Confusa e por demais complicada pareceu-nos a sua classificação das faculdades da alma. Razão alguma pode justificar a separação da atenção, da reflexão, imaginação e memória da faculdade da inteligência a que indubitavelmente pertencem: e o padre mestre era muito ilustrado para desconhecer, que em um compêndio tornar-se de suma necessidade uma boa classificação. Cremos também, que a pesar das tendências espiritualistas, tão preconizadas por seus discípulos, exagerava Mont'Alverne o poderio da sensualidade, e encostava-se em psicologia para o lado sensualista.

Nada dizemos da parte lógica propriamente dita, porque as regras do raciocínio e de argumentação são por toda a parte as mesmas; e neste ponto Genezez, Chana e Barbe, não estão mais adiantados do que Aristóteles. Irrepreensíveis são a sua moral e teodecia; nem era de esperar, que um erudito teólogo, como era Mont'Alverne, deixasse de primar em tais materiais: e por uma admirável contradição, o filósofo sensualista é de uma austeridade mais que estóica em moral.

Sua divisão da filosofia em lógica, metafísica, física, matemática e ética, peca por demasiadamente antiquada. Ver-se-ia bastante embaraçado o professor, que, tomando por base do seu ensino o livro do padre-mestre Mont'Alverne, quisesse harmonizar seu método com os modernos programas.

Não podemos deixar sem reparo a propósito de método, que um filósofo, que a certos respeitos inclina-se para as idéias modernas e que escrevera suas apostilas para corrigir Genuense e Stavehenan, siga as pisadas desses velhos pedagogos, dinamizando infinitamente as grandes categorias, e as naturais divisões.

Façamos ainda outro reparo. Se conhecendo as incontáveis vantagens de serem escritos em língua vernácula os livros elementares, deu-se Mont'Alverne ao trabalho de verter as apostilas, que em latim compusera, porque deixou nesta língua tão grande número de definições? Abraçaria o padre-mestre a opinião da escola de Caraça, que só em latim se pode decorar? Não o cremos. Julgamos antes, que demasiado escrúpulo em afastar-se do Genuense, cujas doutrinas anacrônicas tão brilhantemente profligara, o induzira a queimar um pouco de incenso ante a estatua da velha usança.

No estilo sempre simples e claro como convém a uma obra didática, não se descobre o orador, que eletrizava os seus jovens ouvintes sentado na cadeira de Platão. Louvores lhe sejam dados por não haver confundido a preleção com apostila. Por vezes porém, e quando o assunto o pede, torna-se eloqüente, sem abdicar jamais o tom magistral. Ofereçamos aos leitores um espécime, e seja o começo da lição, em que se ocupa com o ateísmo:

"O ateísmo lança os homens em uma arena cheia de tristeza e horror, e destrói toda a esperança de uma sólida e verdadeira felicidade: não há segurança, nem repouso para o homem individual: tudo depende do acaso, ou de uma necessidade de fim; os bens são distribuídos sem ordem e sem escolha, e o desgraçado, que sofre, morre como viveu na mais profunda desesperação. Com este sistema deplorável as paixões embravecidas, não conhecem algum freio, e não somos outra coisa mais, do que uma vil porção de pó reunido por acaso."[391]

Como já notamos relativamente as suas obras oratórias, numerosos galicismos e locuções viciosas, afeiam a dicção de Mont'Alverne; porque, segundo ele mesmo confessava, pouco cuidado lhe merecia a parte material das suas lucubrações. A veneração, que a todos inspirava o

[391] Comp. de Phil. pág. 182.

Massillon brasileiro, tolheu certamente ao seu editor o limar um escrito, cuja impressão, fora começada em vida do autor.

Fazendo estas ligeiras considerações, não pretendemos atenuar a lisonjeara impressão, que sobre o espírito público deverá ter produzido a aparição de tão suspirado livro, do seu predileto orador – filósofo. Ninguém mais do que nós, respeitava a Fr. Francisco de Mont'Alverne: em sua vida lhe analisamos os sermões e panegíricos, lhe desfolhamos sobre a campa alguns goivos e saudades, traçamo-lhe nesta Revista um esboço biográfico; genuflectindo porém antes o seu majestoso vulto, não renunciamos a nossa liberdade, e em rude frase exprimimos, o que pensamos. Deixemos na paz do Senhor a sombra de Mont'Alverne, exímio orador cristão e medíocre filósofo.

Do mestre ao discípulo a transição é fácil. O Sr. Magalhães, um dos ornamentos do nosso corpo diplomático, e vantajosamente conhecido dentro e fora do país como distinto poeta e abalizado filósofo, aproveitando utilmente os seus lazeres, enriqueceu a literatura nacional, publicando o ano último em Paris os seus Fatos do Espírito Humano. Nada poderemos acrescentar aos encômios, que lhe tributaram os sábios estrangeiros, e os leitores se recordaram de haver lido o ano passado no correio Mercantil a honrosa carta, que ao nosso incansável compatriota endereçou por esse motivo o Sr. Flourens, secretário perpétuo da Academia das Ciências o Instituto da França. Veio ainda corroborar o valor da obra, a que nos referimos, a sua pronta versão em língua francesa pelo Sr. Ciansselle, que na sua Advertência assim se expressa:

"Nada leremos para recomendar esta obra; bastam algumas páginas lidas ao acaso para atraírem a atenção sobre todo o livro. Como filósofo o S. Magalhães pertence a grande escola, que se honra com os nomes de Platão, Descartes, Leibnitz e Mallebranch, e distingui-se o seu livro não só pela originalidade como pela erudição e pela crítica".

Demonstra o único título do livro as simpatias do autor pela escola escocesa, ilustrada em nosso século pelos imortais trabalhos de Reid e Dulgalp-Stwart. Em verdade procura o Sr. Magalhães firmar todas as teorias na prática, recorre sem cessar aos fatos e faz um constante apelo ao bom senso.

É para o povo principalmente, que escreve, para os deserdados da fortuna, aos quais não sobra tempo nem meios para os sérios estudos de gabinete; e que não devem todavia ser estranhos a marcha do espírito humano. Não existe um só ente racional, que uma, ou outra vez, não se tenha preocupado com os grandes problemas filosóficos, que não desejasse saber, de que substância é formada a alma e qual a natureza das suas operações.

"Como não falta entre nós quem cure de interesse materiais, quem com escritos os aconselhes e lucros excite a cobiça a procura-los, não será demais, no meio de tanto materialismo industrial, um único livro, que atraia por alguns momentos, se tanto merecer, a atenção sobre interesses puramente intelectuais e morais, que não são os menores para o homem, nem os menos profícuos para a propriedade, ordem e grandeza das nações, e satisfaça conjuntamente a curiosidade, senão a necessidade de muitos a respeito dos objetos, que mais relação tem com o espírito.

No meio deste labutar incessante com procura dos cômodos e prazeres da vida, não se esquece o homem dos seus mais sagrados deveres, e que não lhe foi dada a inteligência e a liberdade, para se consumirem em serviço do corpo e dos sentidos. Da filosofia mais ou menos dependem todas as ciências, principalmente as morais e políticas, das quais tanto precisa um povo livre, que aspira a tomar um lugar distinto entre as nações civilizadas: o que só se consegue

com a elevação da inteligência, a tudo o que é belo, bom e justo, e todos podiam cultivar a filosofia em prejuízo, antes com muita vantagem de todas as outras ciências e interesses".[392]

Por um esplêndido pórtico entra-se no templo alçado pela Sr. Magalhães, debaixo de cujo zimbório, e sob um rico baldaquim, vê-se colocada a filosofia, e genuflexas em torno todas as mais ciências. Explicando a causa do aparente atraso, em que se acusa de achar-se, mostra, que lhe é aplicável o mesmo método, que tão rápidos progressos tem trazido as ciências físico-matemáticas, tropeçando porém, no escolho do interesse e das paixões, que obscurecem as verdades intuitivas, chegando a negar axiomas. "As verdades filosóficas, diz ele, tem contra si as susceptibilidades de corporações poderosas, as vantagens práticas das crenças e das seitas, a ignorância de uns, o proveito de muitos, os preconceitos de uma ordem social, que dispõe sucessivamente da cicuta, da cruz, das fogueiras, de dragões e de cárceres para provar, que só ela tem razão."

Classificando todos os conhecimentos humanos, prova-nos que o espírito filosófico paira por sobre todos como o sopro de Deus, por cima das águas na poética linguagem da Bíblia. Não quer porém esse amalgama; essa confusa enciclopédia, com que haviam sonhado os discípulos da Aristóteles, e a que tão impropriamente davam o nome de filosofia. Pretende o nosso douto autor, que cada ciência tenha sua própria esfera de atividade, gravitando porém em derredor do astro da metafísica.

Passa depois em revista os diversos sistemas filosóficos, assinando a cada qual a sua importância relativa. Eminentemente espiritualista, não desconhece que as exagerações desse sistemas podem conduzir ao misticismo, ou a completa negação da inteligência humana, absorvida na inteira contemplação dos raios da divindade. Não dissimula os perigos de semelhante estado, e julga-o quase tão funesto como o cepticismo, em que se absoluta inércia de cogitar.

Fazendo passar pelo fino crisol da sua crítica, os sistemas de Descartes e Leibinitz sobre a origem das ideais, refuta a dúvida de Locke acerca da possibilidade de pensar a matéria, socorrendo-se das Isidoro de S. Vilaire, relativas ao princípio vital.

Merecem-lhe particular atenção os trabalhos filosóficos de Condillae, e a sua pretensão de explicar todos os nossos conhecimentos e faculdades pela sensação: assim como a sua hipótese do homem estátua, que entrava gradualmente na vida intelectual. Demonstra exuberantemente a completa impossibilidade de adquirir-se o menor conhecimento, e ainda a mais simples sensação, sem o auxílio das faculdades intelectuais. Ajudaram poderosamente ao Sr. Magalhães na solução dos problemas suscitados pela sensibilidade seus profundos estudos filosóficos; pois, que é fora de dúvida o grande papel, que esta ciência é chamada a representar. Lançando mão dos mais recentes e acreditados experimentos, examina a sensibilidade dos animais e dos vegetais, pesquisa os usos do cérebro e estuda os instintos dos animais.

Pisando as fronteiras da inteligência pesa o ilustre filósofo brasileiro, o valor da opinião do Reid a respeito da diferença entre perceber e sentir, e dirigindo-se ao campo das idéias gerais não esquece a famigerada contenda entre o nacionalismo e o realismo para daí passar a idéia de Deus. Aproveita-se do ensejo para refutar uma calunia histórica, de que eram ateus os selvagens do Brasil, fundadas nas levianas informações dos primeiros viajantes, que aportaram as nossas

[392] *Fatos do Esp. Hum.* Prat.

plagas. Não era possível, que omitisse o autor a tão renhida questão da origem da palavra e presta o seu assenso teoria de Guilherme d'Humboldt, que fá-la derivar imediatamente de Deus.

Arrastado pela força da lógica as idéias architipas de Platão, rende homenagem a sublime elevação deste exímio percussor do Evangelho, discordando porém do seu pensar por excessivamente poético. Aristóteles, Locke, Berkeley, Hume e Kant, são chamados sucessivamente a juízo, confrontados os seus sistemas e cotejados com a teoria das idéias representativas de Reid.

Extremando o espírito da matéria, os atos inteligentes dos meramente instintivos, analisa o autor a marcha do pensamento durante o fenômeno fisiológico do sono. Dá a razão, do que chamamos esquecimento e previsões do espírito, e a diferença entre o sonho e a lucidez dos sonâmbulos. Buscando ao clarão da ciência resolver tão complicados problemas, saíram da sua pena estas expressões, ungidas pelo mais puro espiritualismo.

"O que há verdadeiramente extraordinário, e prodigioso no meio de todos estes fatos, é o espírito mesmo, esse espelho vivo e inteligente, que ora vê passar infinidade de objetos, que nele se refletem, ora os faz repassar a sua vontade; ora muitos, ora poucos; ora juntos e seguidos, ora separados e salteados; ora reais, ora fantásticos, ora tirando-os do passado, e pondo-o no presente; ora concebendo o futuro, e pondo-o no passado; ora conhecendo a verdade, ora iludindo-se, ora querendo uma coisa, ora outra; ora confundindo-se com o corpo, ora distinguindo-se dele; e sempre o mesmo, idêntico, sem sucessão, medindo a sua duração indefinida pela sucessão dos seus pensamentos; ora procurando-se fora de si sem poder achar-se, e achando-se sempre no presente, no passado e no futuro. Se alguma coisa pode dar-nos uma vaga concepção do que é Deus, é o espírito humano, que somos: potência prodigiosa, que duvida do seu ser por se achar tão grande sem dimensões, tão forte sem corpo, tão rápida sem mover-se."[393]

Profliga o panteísmo, fazendo todavia justiça a alguns ilustres mortos, que deles foram acusados pela má inteligência dada aos seus escritos. Pondo em relevo as contradições, em que cai o materialismo, aponta os perigos, que dele puderam resultar a moral pública, sancionando o culto do interesse, e quebrando o s vínculos, que prendem os homens em sociedade.

Em suas graves cogitações encontra o Sr. Magalhães a debatida questão do presciência divina e a liberdade humana, inesgotável objeto de discussões, em que quase sempre, nenhum terreno se ganha. Julga o nosso douto compatriota fácil a conciliação dos pois princípios, reconhecendo-se, em que consiste o livre arbítrio, e distinguindo-se do elemento fatal e previsto, que lhe resiste: bastando para o mérito do homem, para a existência da virtude, que lhe seja deixada livre a intenção, com que pratica, ou deixa de praticar qualquer ato. Apesar dos esforços, com que procura esclarecer esse mistério, confessamos, que não foram dissipadas as dúvidas, que nos obumbravam o espírito, contentando-nos, como na união da alma com o corpo, em reconhecer a sua existência sem podermo-nos explicar.

Serve de epílogo aos tão importantes estudos a demonstração da imoralidade da alma, em que se revela a profunda e sincera convicção do autor neste consolador dogma do cristianismo. Vencedor na arena dialética entoa o seu cântico de triunfo, e finaliza o seu livro com expressão repassadas do sentimento, que o animara, escrevendo os Mistérios, esse belíssimo padrão da musa elegíaca.

[393] Fact. do Esp. Hum. Cap. XIII pág. 320

É tempo de emitirmos o nosso mesquinho juízo acerca do livro, que profundamente analisamos.

Não conhecemos na língua portuguesa, nada que lhe seja comparável, sendo indubitavelmente o primeira obra da alta filosofia escrita originariamente em nosso idioma, tão pobre em matéria de ciências. É pois um serviço, que a geração presente deve agradecer ao filosofo fluminense, e Oxalá que numeroso cortejo de brasílicos engenhos lhe siga os passos como outrora sucedera aos Suspiros Poéticos.

Julgamos entrever nos Fatos do Espírito Humano algumas ligeiras sombras, e feio seria se ocultássemos a nossa opinião, havendo sido francos para com o livro póstumos de um venerando amigo. Destinado ao povo, cumpria que mais elementar fosse o livro: menos tropológica a linguagem, e menos aparato científico ostentasse. Nem sempre a clareza e o melhor método serviu de fanal ao Sr. Magalhães; e algumas das questões, puramente escolástica, poderiam com vantagem ser omitidas em proveito de outras, que lucrariam em maior desenvolvimento. Guindando demasiadamente a frase, dá ao seu estilo o torneio do verso, que lisonjeando o ouvido, difícil se torna à boa compreensão. Poderíamos ainda adverti-lo de pouco original; mas não ignoramos, que em filosofia uma nova idéia equivale a um sistema completo. Aqui paramos; pedindo desculpa pela nossa ousadia.

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

"A destruição dos Palmares: narrativa dos tempos coloniais". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. V, jan./mar. 1860, p. 149-155.

A DESTRUIÇÃO DOS PALMARES.

(Narrativa dos Tempos Coloniais)

Prosseguindo em nosso propósito de vulgarizar o conhecimento da história pátria, ocupar-nos-emos hoje com a belicosa república dos *Palmares*, que por largos anos campeou nas matas de Pernambuco e Alagoas.

Durante o primeiro período da guerra holandesa quarenta negros dos arredores de Porto-Calvo, combinando-se com admirável segredo, fugiram aos seus senhores, e nos esconderijos da serra do *Barriga*, [150] acharam com a impunidade a satisfação de seus vícios. Pouco a pouco cresceu a colônia africana, e o funesto imã do exemplo não tardou em agregar-lhe crescido número de escravos de ambos os sexos, lançando desta arte o núcleo de poderosas povoações.

Em contínuos sobressaltos não podiam os soldados de Mathias de Albuquerque e do conde de Bagnuolo castigar os indômitos africanos; e, constrangidos pelas circunstâncias, pactuaram os moradores com os seus escravos sublevados.

Para que respeitadas fossem as propriedades, pagavam-lhes os brancos pesadas contribuições; e sem um salvo-conduto seu ninguém se aventurava a transitar pelas estradas e caminhos da circumvisinhança.

Alastrando, qual danosa parasita, ocuparam os *mocambos*, ou aldeias palmeirenses um perímetro de sessenta léguas, onde uma população de quinze mil almas ([394]) saboreava o fruto da liberdade, que à audácia de seus maiores devera.

Ocultos nas anfractuosidades dos rochedos, que as impervias vendas tornavam inacessíveis espreitavam esses abutres a sua preza, e, na hora aprazada, a seu salvo empolgavam-na.

Seguro ninguém se julgava; crescendo a audácia dos negros na proporção da fraqueza dos brancos. Era, como diz Brito Freire, uma calamidade, que perseguia os nossos *afligidíssimos paisanos*.

Guiado pelo amor do maravilhoso poetizou o Tito Lívio brasileiro ([395]) a organização da colônia palmeirense; na falta porém de mais seguro condutor seguiremos quase sempre seus passos na ligeira excursão, que aí vamos fazer. ([396])

---

[394] Não se acham de acordo os nossos historiadores sobre o verdadeiro local, onde existiu a república do Palmares, julgamos porém, que devera estar nos limites das duas províncias, que acima indicamos. Nem menor é a divergência sobre a sua população; atribuindo-lhes Barleu onze mil almas, Rocha Pitta, e Brito Freire trinta. Tomamos um termo médio marcando-lhe quinze mil almas, por acharmos exagerados todos os cálculos, um para menos, e os outros para mais.

[395] Rocha Pitta.

Uma república guerreira, ou antes uma vasta confederação de *mocambos*, era a forma de governo, que haviam adotado. Presidia a esta confederação um chefe supremo, denominado *Zambi* ou *Zombi*, cuja capital com mais de duas mil casas abrangia um circuito de quase uma légua, defendida por uma estacada de pau a pique, fojos, estrepes de ferro, etc.

Ignoramos quais fossem os limites da autoridade do *Zombi*; cremos porém, que devera ela assemelhar-se a dos *caciques*, *moçararas*, e *morubixabas*, entre os indígenas da América, avultando na guerra e baixando em tempos de paz. Não nos permite supor a altiva independência dos chefes das tribos, que dobrassem eles a cerviz aos caprichos de um déspota, e nada de semelhante ao servilismo dos orientais para com os seus reis devera existir nessa reunião de negros, que haviam despedaçado as cadeias da escravidão, ou nascido na liberdade à sombra das florestas.

[151] Formavam a base do seu código as reminiscências da pátria longínqua combinadas com o exemplo dos brancos; assim pois possuíam magistrados, que aplicavam de preferência a pena de talião. Eram especialmente severos para com o assassinato e o roubo e o adultério cometidos entre os membros da sua associação; e o que há mais notável é que eles, trânsfugas da escravidão, faziam cativos os pretos, que em suas correrias aprisionavam.

Bárbaro como as suas leis era o culto, que prestavam a Deus; monstruosamente amalgamando as práticas do Cristianismo com as idolátricas usanças das plagas africanas. Adoravam a cruz e os feitiços; respeitavam as imagens dos santos. ([397]); arremedavam as cerimônias do batismo e do matrimônio, desempenhando um dos mais inteligentes as funções de páraco.

Sectários do instinto e das brutais paixões não podiam os palmeirenses conhecer as vantagens e a alta moralidade da monogamia; e a pluralidade de mulheres, como entre quase todos os povos primitivos, ou degenerados, avultando-as a seus olhos, impedia as doçuras do lar doméstico, e opunha infranqueável barreira à civilização.

Semelhantes aos antigos Romanos nem todos consagravam-se à vida guerreira; e os hábitos sedentários eram adotados por muitos desses terríveis montanheses. A agricultura e a criação dos animais domésticos ocupavam muitos braços, e cremos mesmo, que certas artes e indústria não deixariam de ser aí cultivadas.

Não escapou à vigilante atividade do comércio todo o lucro, que poderia tirar, relacionando-se com esses aventureiros, e pondo de parte escrúpulos de consciência, fizeram-se alguns moradores de Porto-Calvo, Serinhaem, Uma, Cabo de S. Agostinho e de outras povoações vizinhas, seus correspondentes, comprando-lhes os roubos; e permutando-os pelos gêneros, fazendas e armas de que necessitavam.

Só os caliginosos dias da guerra brasílica poderiam presenciar tais anomalias, e logo que a capitania de Pernambuco teve regular governo pensou este em suplantar a hidra. Empunhava o bastão do mando o conde Maurício de Nassau. Retirara-se Bagnuolo com os restos do exército brasileiro; o Xenophonte indígena ([398]) escoltara com incrível desprezo a retirada das famílias,

---

[396] Afastando-nos por vezes da opinião de Rocha Pitta, escudanmo-nos nas informações ministradas pelo autor anônimo da *Relação das guerras feitas dos Palmares de Pernambuco* no tempo do governador D. Pedro de Almeida, publicada no tom. XXII da *Revista Trimestral* do Instituto Histórico.

[397] O autor da *Relação*, de que falamos, assevera terem-se encontrado entre os palmeirenses algumas imagens, como as do Menino Jesus, N. S. da Conceição e de S. Braz, às quais eles diretamente se encomendavam.

[398] D. Antônio Filipe Camarão.

que iam algures mendigar asilo, e do Recife às margens do S. Francisco tremulavam ovantes os pendões da Holanda.

Por ordem do conde governador marchou Rodolfo Baro contra os *Palmares Maiores*, e havendo queimado algumas cabanas, matou-lhes cem homens, fez-lhes trinta e um prisioneiros com perda apenas de um soldado morto e de quatro prisioneiros ([399]).

[152] Aterrados por esse revés cessaram os negros as suas depredações; e por muito tempo pareceram não aspirar senão à tolerância da sua independência. Eminentemente conciliador, e pensando fazer deles úteis aliados das Províncias Unidas, não cuidou Nassau em exterminá-los, e respeitou-lhes a autonomia, com tanto que reconhecessem a supremacia dos dominadores do país.

Não sabemos qual fosse a atitude dos palmeirenses na última fase da guerra brasílica; é porém de supor, que gratos à condescendência dos Holandeses seguissem eles o seu partido, e pertencessem ao seu número esses negros, que os antigos cronistas dizem que militavam debaixo das bandeiras batavas, e que com tanta galhardia combateram nas memoráveis batalhas dos Guararapes.

Impelido pelo desejo de vingança, ou querendo castigar seus velhos e novos delitos, resolveu o mestre de campo-general Francisco Barreto, que depois da capitulação de Taborda, ficara governando a capitania de Pernambuco, mandar uma expedição contra os negros dos Palmares. Fazendo escolha do capitão André da Rocha, ordenou-lhe que penetrasse em seus redutos, arrasando e incendiando tudo o que encontrasse. Logrou o referido capitão, auxiliado pelo tenente Antonio Jacombe Bezerra, o desejado intento, destruindo alguns *mocambos* e fazendo-lhes quase duzentos prisioneiros.

Curta foi a segurança, de que gozaram os Pernambucanos depois dessa expedição, porquanto reapareceu bem depressa o mal, agravado pelo anhelo da desforra. Vinte e cinco infrutíferas *entradas* se fizeram nos Palmares durante a administração de diversos governadores de Pernambuco até o tempo de D. Pedro de Almeida, que alcançando sobre os negros assinaladas vitórias, conseguiu firmar com eles mais duradoura paz.

Três anos (de 1675 a 1678) empregou o referido D. Pedro de Almeida em abater o poderio desses rebeldes, e sem a audácia de Fernão Carrilho, afamado guerrilheiro sergipano, que à frente de seus bravos acudira ao reclamo do governador-geral da Bahia, sem os auxílios pecuniários das câmaras de Olinda e Porto-Calvo, ainda desta vez nenhum resultado profícuo se obteria.

Plantando o arraial do *Bom Jesus e a Cruz* no mesmo sítio onde se erguia a cidade palmeirenses de *Subupira*, por eles reduzida a um montão de cinzas, havia Fernão Carrilho despedaçado o talismã dos negros, mostrando-lhes que por mais difíceis e impraticáveis que fossem as paragens, não escapavam elas à bravura de seus sertanejos. Apoderando-se da cidadela dos sublevados, fácil foi alcançar a sua submissão, que não tardaram em oferecê-la ao governador de Pernambuco, que já então era Aires de Souza.

Bastante poderosos ainda eram eles, para que não obtivessem favoráveis condições; assim pois vemos, que foi-lhes assegurado nesse tratado a pacífica posse dos seus agrestes rochedos, e

[399] Cecidere Negrit ia centum. Et nostris ipsa aggressione unus, sanciisquatuor. Captivi ab ducti triginta et unus, inter quos Brasiliani septem et mulatoe aliquot minorennes. (Barloeus Res Gestoe sub C. Mauritio in Brasília, a pág. 243.)

das férteis planuras, que a seus pés se desdobravam, a liberdade dos nascidos nos Palmares, o que então formava a grande maioria da população, [153] o livre tráfico com os moradores vizinhos, e finalmente os foros e regalias de vassalos del-rei de Portugal.

Até que ponto fossem os palmeirenses fiéis às cláusulas deste tratado, não nos dizem as crônicas e memórias, que consultamos; e porém presumível, que passado o primeiro sossobro tornassem eles as suas velhas usanças, tanto mais difíceis de desarraigar, quanto mais lucrativas eram elas, e mais adaptadas ao seu rude caráter.

Ora capitulando com os negros, ora contentando-se com por alguns destacamentos ao longo das estradas, nas vilas e povoações da vizinhança, haviam os governadores de Pernambuco deixado crescer a frondosa árvore da rebelião, que com seus gigantescos ramos sombreava grande parte da capitania. Como soe acontecer, achou o mal no próprio seu excesso o salutar remédio.

Corria o ano de 1695, e nas mãos do esforçado cavaleiro D. João de Lancastro achava-se o timão do Estado do Brasil, governando em Pernambucano Caetano de Mello e Castro, que não vulgares créditos alcançara de zeloso administrador. Fácil foi a essas duas almas generosas o combinarem-se acerca dos meios de libertar o Estado do flagelo da rebelião servil, e pondo em comum as forças de que podiam dispor, assentaram em descarregar a clava de Hércules sobre essa nova hidra de Lerna.

Apregoava a fama os grandes feitos do mestre de campo Domingos Jorge, comandante do terço dos Paulistas, então estacionado nos sertões da Bahia, e a convite do governador-geral marchou ele sobre Porto-Calvo, onde se haviam congregado os voluntários, que dos municípios mais próximos concorriam a tomar parte numa guerra, que para eles tinha o caráter de uma vingança pessoal.

Engrossados assim suas fileiras, deixou Domingos Jorge Pinhanco seu primeiro acampamento, e capitaneando mil homens, passou o rico Urubá, e foi alojar-se nos Garanhus. Ai pensou ele em acometer uma fortificação dos palmeirenses, apertando-a de antemão com os vigores do cerco. Foi-lhe porém funesta a primeira tentativa, que contra tão formidáveis inimigos fazia, e pouco faltou para que malograda fosse ainda essa expedição.

Descuidados estavam os sitiantes, e num vizinho bananal saboreavam o agradável e suculento fruto, quando de improviso arremete contra eles uma partida de negros. Cruenta peleja se trava entre os Paulistas e palmeirenses, e quatrocentos mortos, juntando o campo da batalha, deixam ainda indecisa a vitória.

Na melhor ordem regressou Domingos Jorge para Porto-Calvo, onde encontrou uma coluna de três mil homens, que da cidade de Olinda e das vilas contíguas dirigiam-se em seu socorro.

Em atenção aos serviços e importância social do capitão-mor Bernardo Vieira de Mello, foi-lhe deferido o comando do pequeno exército expedicionário, que aumentou pela junção de mais mil e quinhentos homens, que das vilas das Alagoas, Penedo, e povoações de S. Miguel e Alagoas do Norte, tinham vindo às ordens do sargento-mor Sebastião Dias, e das ordenanças de diversas localidades, atingia [154] ao número de seis mil homens, que devidamente armados e municiados se faziam a caminho para os Palmares.

Avisados os pretos da marcha do exército invasor, haviam talado todas as situações, aniquilando tudo, que ao inimigo poderia ser de algum proveito. Abandonados os *mocambos*,

cuja defesa ser-lhes-ia impraticável, recolheram-se com louvável tino para dentro de suas fortificações, que para maior segurança circunvalaram, e abastecidos dos gêneros de primeira necessidade, resolveram afrontar as durezas de um sítio.

Por seu lado não perdia tempo o capitão-mor Vieira de Mello, e dividindo as suas tropas em três colunas, reservou para si a do centro, confiando a da direita ao mestre de campo dos paulistas, e a da esquerda ao sargento-mor Sebastião Dias.

Tentadas por repetidas vezes as escaladas, foram os brancos sempre repelidos com flechas e armas de fogo, e ainda mesmo com brasas e água fervendo, que grande número de mortos e feridos causava.

Começava a escacear a pólvora e mantimentos aos palmeirenses, sem que por isso se afrouxasse o seu ardor belicoso. Inexpugnáveis pareciam as suas muralhas, e em vão açoitavam-nas vigorosos machados; e as desmesuradas pedras contra elas arrojadas nem sequer conseguiam abalar a sua granita firmeza.

Novos auxílios foram pedidos a Caetano de Mello, que prometeu ir em pessoa levar-lhe a artilharia, com que fizessem voar essas obstinadas muralhas.

No entanto ambos os arraiais sofriam os horrores da fome, sitiadores e sitiados tinham falta de viveres, e ambos faziam consistir nessa calamidade a esperança do próximo êxito da campanha.

Sucediam-se horas de angústia as do combate, e sob a lenta segure da fome sucumbiam os bravos, que o ferro inimigo havia poupado. Não desesperavam ainda os palmeirenses, que pela pátria e liberdade pugnavam, e o anjo das últimas consolações sussurrava-lhes aos ouvidos a doce palavra – *esperança*!

Um dia porém tiveram terrível decepção. Do alto do penhasco, que do centro da cidade se erguia, avistara a atalaia numerosos carros e cavalos, que do Penedo e das Alagoas vinham carregados de víveres abastecer o campo contrário, e restituir-lhes as alquebradas forças.

Fatalistas por educação, julgaram os palmeirenses ter ouvido soar a sua derradeira hora na pêndula do destino; e esses mesmos valentes batalhadores, que ainda há pouco arrancavam a admiração dos brancos, fraca resistência oferecem aos alagoanos de Sebastião Dias e aos paulistas de Domingo Jorge.

Arrombadas as portas, arrasadas as muralhas, entraram de envolta vencedores e vencidos, pelo recinto da heróica cidade, que como outrora a Tadmor, bafejavam os leques das palmeiras.

Zombi, o rei dessa Esparta africana, o denodado chefe da confederação palmeirense, morreu como um herói, depois de ter combatido como um soldado. Marcava com o seu penacho encarnado o [155] lugar do perigo e da vitória, e para os inimigos era a sua adaga o símbolo do terror.

Quebrado estava o seu cetro, esmigalhada a coroa; mas *Zombi* não queria ser escravo, e sua alma varonil achava forças de lutar com a sorte. Reúne seus mais fiéis companheiros; fala-lhes com a habitual energia, e aponta-lhes de um lado – o cativeiro e a vida – e do outro – a morte e a liberdade. – Nenhum hesitou; e com os olhos baixos e passo firme seguem o chefe, que depois de haver lançado um derradeiro olhar sobre esses montes e quebradas, que viram os brincos de sua infância, e cujos ecos tantas vezes o haviam proclamado vitorioso, abraça seus verdadeiros

amigos, e umedecendo com uma lágrima o solo da pátria, despenha-se do alto do rochedo. Um após outro seguem-lhe o exemplo os denodados guerreiros, de quem era ele o orgulho e a glória.

Com a espada em punho entram os brancos pela desolada povoação, onde as lágrimas das mulheres e das crianças, as súplicas dos prisioneiros não conseguem amerciá-los. Veio mais tarde a cobiça refrear seu furor, pensaram no número de escravos que perdiam, e deixaram então de matar.

Perdoemos porém semelhantes excessos, recordando-nos que a moderação no triunfo supõe um elevado grau de adiantamento, a que por certo não haviam ainda atingido os nossos maiores.

Grande foi o júbilo de Caetano de Mello ao receber a notícia da rendição dos Palmares, cuja guerra causara-lhe os mais sérios cuidados, dispondo-se já a ir pessoalmente com dois mil homens e seis peças de artilharia descarregar o derradeiro golpe sobre os audaciosos negros.

Extraordinárias festas foram celebradas no Recife por tão faustoso acontecimento; cantaram-se *Te-Deuns*; houve procissões, e das janelas do seu palácio distribuiu o governador dinheiro ao povo, como então era de estilo nas solenes ocasiões.

Tirados os quintos pertencentes à real fazenda, foram os restantes prisioneiros distribuídos pelos cabos e soldados, sendo transferidos para as outras províncias, e até para Portugal, aqueles, cuja futura conduta tornava-se suspeita.

Tal foi o fim da famosa república dos Palmares, que existiu por mais de sessenta anos.

J. C. Fernandes Pinheiro.

"A viagem imperial". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. V, jan./mar. 1859, p. 231-237.

A VIAGEM IMPERIAL.

———

Transplantada para o virgem solo americano, a frondosa árvore da monarquia assegura há mais de meio século, a felicidade à terra de Santa Cruz. Marca a verdadeira época da nossa emancipação política o dia 23 de Janeiro de 1808, em que o príncipe regente de Portugal, que devera ser depois o senhor D. João VI, pisou as plagas baianas, e o decreto de 28 desse mesmo mês e ano, pode ser considerado como a *magna carta* do nosso comércio e agricultura.

No apocalipse da história, fadado estava que o Brasil iria em breve inscrever-se no índice das nações livres e independentes, e essa imensa região, que a sabedoria del-rei acabava de elevar à categoria de reino-unido, não podia baixar à mísera escala de desprezada colônia.

[232] Preciso não era o olhar do lince para vislumbrar o próximo futuro, e lenta e gradualmente preparavam os ministros do Sr. D. João VI a nova fase, que tomaria o país. Acreditavam porém, que satisfeitos ficariam os Brasileiros, que entre eles se fixasse a sede da monarquia, e se idênticas instituições regessem os dois povos ligados pelos mais fortes vínculos sociais. Cumpria todavia superar a mais séria das dificuldades, a de submeter o heróico Portugal à acefalia régia, a que os sucessos de 1807 o haviam temporariamente condenado, volvendo, posto que com melhores condições, à época dos Filipes. Reclamava seu chefe o berço da monarquia e a revolução constitucional de 1820 encontrou nesse anelo dos povos seu melhor auxiliar. Força era optar entre Portugal e o Brasil.

Na vida das nações, como na dos indivíduos, existem horas tremendas, em que se decide da sua felicidade, ou infortúnio. Oscilando entre opostas deliberações hesitava o ânimo benfazejo del-rei: sentia abandonar o país, que tão cordialmente o recebera, e que tanto desejava a sua presença; atendia por outro lado aos justos queixumes dos seus fidos Portugueses, que através do Atlântico estendiam-lhe os saudosos braços.

Deste estado de dúvida ressentem-se as resoluções dessa época; sucessivamente anuncia-se ao público a partida e a permanência del-rei, e sobre o nebuloso firmamento político passam os tiros da *Praça do Comércio* como um horrível meteoro. Triunfa finalmente a idéia de confiar a regência do Brasil ao príncipe herdeiro o Sr. D. Pedro de Alcântara. Salvo estava o elemento monárquico, e assegurada a integridade do gigante dos trópicos.

Antes de anunciar as vantagens, que resultaram da viagem de S.S. M.M. II às seis províncias do norte, lícito seja-nos lançarmos um olhar retrospectivo sobre os tempos, que já passaram, confrontando depois o estado do Brasil com o dos dois povos, que mais se avantajam no continente, que à absorta Europa revelara Colombo.

Podia olhar-se como fato consumado a independência da nossa pátria no dia, em que o Sr. D. João VI deixava o Rio de Janeiro. Ninguém melhor do que ele o conheceu, e suas derradeiras palavras ao príncipe seu filho são como o testamento do passado em favor do futuro. Ensangüentada porém podia ser a luta, porque forte ainda era o domínio Português no Brasil,

como no-lo provam as resistências da Bahia, Piauí, Maranhão e Pará, e, desatado o laço da união à metrópole lusitana, difícil seria prendê-lo ao Rio de Janeiro. A idéia da formação de estados quase independentes, vivendo à sombra da longínqua autoridade de Lisboa, assomou ao espírito de alguns homens influentes nas diversas províncias.

Conjuraram porém a procela, a atividade e dedicação do príncipe regente, e as suas viagens a S. Paulo e Minas dissiparam a nuvem separatista e converteram em ardentes apóstolos da integridade, os que contra ela no começo se haviam declarado.

Desculpando os erros, que por ventura cometeram os estadistas desse tempo, filhos da inexperiência governativa, rendamos pública homenagem [233] aos seus patrióticos esforços para nos legarem uma pátria feliz e respeitada, para nos fazerem súditos de um grande império em vez de ser-mo-lo de microscópicas e efêmeras repúblicas.

A dissolução da assembléia constituinte seguida da revolução de Pernambuco, teria rasgado a túnica da união, sem a energia, e o liberalismo do primeiro imperador, que longe de seqüestrar em seu proveito o poder soberano, que em suas mãos se achava, fez largas concessões ao elemento popular no código fundamental, que ainda felizmente nos rege.

Longa e porfiada guerra tivemos a sustentar na fronteira meridional do império no dia seguinte ao da nossa emancipação. Contraria quiçá aos nossos legítimos interesses, era contudo um legado de honra, a que cumpria obedecer; fazia a Cisplatina parte do território brasileiro e reclamavam os brios nacionais, que pelos guerrilheiros de Artigas, de Lavallija e de Frutuoso Rivera não nos fosse ela arrebatada.

Apenas um decênio contava de existência, e já no mapa político avultava o império brasileiro. Reconhecida solenemente a sua independência, procuravam as nações a sua aliança, e vantajosos tratados com ele celebravam. Figuravam seus diplomatas em todas as capitais do velho e novo mundo, e uma augusta-princesa vinha sentar-se no solo adamantino, por um momento viúvo de uma santa imperatriz. Nos cálculos da humana sabedoria ridente futuro podia ser-nos augurado.

Semelhante a esses parceis submarinhos, que fazem sossobrar as naves num mar de rosas, o espírito revolucionário por muito tempo latente e habilmente espreitando os erros administrativos, alteou a fronte no ano de 1830, e, fazendo repercutir o eco dos três dias de Paris, cimentava a discórdia entre a realeza e o povo, e por meio de uma imprensa descomedida apelava para as más paixões.

Só um grande sacrifício podia salvar a monarquia; necessitava-se de um novo Codro, que se votasse pelo seu povo. Compreendeu o imperador o lugar, que lhe marcava a Providência, e, cerrando os ouvidos às vozes da sensibilidade paterna, deu aos Brasileiros mais do que a vida, deixando-lhes sua inocente progênie.

A ninguém deixou de comover tão enternecedor espetáculo; e o *órfão coroado* foi adotado pela nação. Serviram de guarda de honra ao *menino imperador* a generosidade e o cavalheirismo brasileiros, e onde quer que aparecia a revolta, sufocava-a o bom senso nacional.

Honra sobremodo os nossos anais o período da minoridade, hoje quase que esquecido. Foi uma era de entusiasmo e de abnegações: o cargo de regente do império devera ser tão cobiçado como o de papa no tempo das perseguições. Feitas as reformas exigidas pelas circunstâncias, reformas, que nos garantiram da federação com que se nos ameaçava, depôs a regência trina, já reduzida a um só de seus membros, o pesado encargo da gestão dos negócios, e um venerando

eclesiástico, a quem a ordem e a tranqüilidade pública [234] tanto deviam, prestou o juramento de primeiro magistrado no primeiro dia da América (*)

Todos sabem como o *Catão Ituano quebrou mas não torceu* depois de haver arcado por quase dois anos com a rebelião nas províncias e com uma oposição sistemática na câmara quatrienal, que não podia dissolver. Encontrou o segundo regente do ato adicional a maioridade, esse fausto acontecimento, que arraigou entre nós a monarquia, antes da expiração do seu prazo legal.

Bem como os antigos Germanos, que atribuíam às mulheres o dom divinatório, acreditamos que existe no sentimento popular a visão do futuro. O entusiasmo, diríamos quase o delírio, com que de uma extremidade a outra do império foi saudada a maioridade do senhor D. Pedro II, era um feliz agouro da sabedoria, que distinguira no porvir o seu imperador.

Semelhantes ao filósofo grego, que andando negava o movimento, existem entre nós alguns *Cassandras políticos*, que recusam a evidência dos fatos e prognosticam vindouras desgraças. Para esses praguentos a branca nuvem, que por um momento tolda o céu de safiras, é mensageira de negra borrasca. Simulam desconhecer que atravessamos um período de transformação social e econômica; que a substituição do trabalho escravo pelo livre; a introdução de colonos de diversos costumes e crenças, modificando profundamente a nossa antiga existência, e exigindo a revisão de nossas leis; a expansão dada ao crédito como condição dos melhoramentos materiais, devem trazer necessariamente certo abalo na máquina governativa, que longe de intimidar-nos, é pelo contrário seguro indício de civilização e progresso.

E quais são os países da América, que, mais do que o nosso, adiantados estejam? – Os Estados Unidos e o Chile, responder-nos-ão. Examinemos pois perfunctoriamenta o seu estado presente e as causas do seu adiantamento.

Bastante honroso é já para o Brasil, que nas duas Américas apenas se possam apontar duas nações, que nos hajam precedido na vereda da civilização. Releva ainda atender que a primitiva colonização dos Estados Unidos foi mui diversa da nossa, que outra raça mais ativa e empreendedora os povoou, outra legislação mais liberal dirigiu seus primeiros passos, animou seus primitivos ensaios de emancipação moral e político, e finalmente, que em seu prol militou um concurso de circunstâncias, que inútil seria recordar. Não obstante a prosperidade, de que gozam os *yankees*, e que folgamos em reconhecer, nem estável nem duradouro nos parece o seu estado presente. Unânime é o testemunho dos viajantes acerca do antagonismo entre o norte e o sul da União, entre os democratas e os republicanos, o que num próximo futuro ocasionará o fracionamento da obra de Washington. Cada vez mais se envenenam os certames eleitorais, [235] e confessam seus próprios escritores que nem sempre sabe deles ilesa a moralidade puritana.

O Chile, essa Fenícia americana, mais se nos assemelha pelas afinidades de raça e de religião. Defendeu-lhe o berço a espada de S. Martin, legalizou-lhe a existência a pena de Diogo Postales, em que se achavam combinados os gênios de Sólon e Licurgo. Infelizmente porém a raça dos *hidalgos*, ali chamados *pelucones*, obstina-se em dominar a república como outrora o praticaram os patrícios de Roma e Veneza, nem a prudência, e o patriotismo do ilustre Montt, que atualmente se senta na cadeira presidencial, nem o nobre proceder dos generais, contrastando com a dos seus colegas de além dos Andes, puderam impedir que a luta fratricida viesse ainda o ano passado retardar o progresso do país e que o sangue dos cidadãos tingisse o solo chileno.

* 12 de Outubro de 1823.

Dando larga margem às mais audazes aspirações a mobilidade da primeira magistratura, vacilante fica sempre o edifício, sobre que se baseia a prosperidade nacional; e muito receamos que nas futuras eleições presidenciais não se repitam as lamentáveis cenas, que por tantas vezes enlutaram as páginas dos anais hispano-americanos.

Por demais conhecida é a situação dos outros nossos conterrâneos para que se pretenda estabelecer paralelo conosco.

Provando como fica que toda a nossa prosperidade provem da monarquia, e que menos incerto é o nosso porvir do que o dos nossos vizinhos, tratemos da imediata utilidade, que ao Brasil resultou e resultará da última digressão do Imperador a algumas das nossas províncias.

É para nós Adriano o mais célebre dos Antônimos, e o seu maior título de glória foi o de ter por si mesmo conhecido e estudado o império que governava. Pudibunda e modesta evita sempre a verdade os esplendores do trono, receia o frio acolhimento dos cortesãos, e como as nayades mitológicas esconde-se nas grutas da humildade. Releva pois que o monarca a vá procurar, e que descendo do fastígio do poder, interrogue o artesão e o lavrador, entre na choupana do pobre e ouça os queixumes do povo em sua franca e rústica linguagem.

Por mais perfeitas que sejam as cartas topográficas, por mais exatos os relatórios e as comunicações oficiais, será o estudo de gabinete superficial, não passando da crosta, que oculta as verdadeiras necessidades do país. Importa profundar o terreno, e penetrar nas suas inferiores camadas. Obstam certas omissões crismadas de *conveniências* de conhecer-se toda a verdade.

Não podiam aos vastos conhecimentos e ao santo patriotismo do Sr. D. Pedro II escapar estes axiomas; assim pois vemo-lo visitar a província do Rio Grande do Sul e derramar o bálsamo da concórdia sobre as suas recentes cicatrizes, honrar com a sua presença as províncias de Santa Catarina e S. Paulo, deixando em sua passagem um sulco de beneficência. Quantas coisas não aprendeu o Imperador nessa viagem? Quão diverso do que se lhe havia pintado não se lhe apresentou o país? Preito e homenagem apressaram-se em render-lhe [236] os republicanos de Piratinim e a última veleidade de independência desapareceu do espírito dos nossos irmãos do sul.

Cioso de testemunhar-lhe seu amor e adesão suplicava o norte igual mercê, e ninguém mais do que o Imperador desejava tal viagem. Adiaram porém embaraços políticos a realização dos seus desejos, e só no 1º de Outubro do ano passado pode alfim raiar o suspirado dia. Não repetiremos aqui o que disseram todos os jornais, não enumeraremos essas festas, essas expansões de entusiasmo, que acolheram os Augustos viajantes. Nada disso surpreendeu-nos; porque Brasileiro, conhecemos o caráter dos nossos patrícios, e de antemão sabíamos que espontâneos seriam os hosannas populares, e que abstraindo a pompa oficial, restaria muito com que comover os corações imperiais. Só não estima o Imperador quem o não conhece: bastou mostrar-se para que os *Mazzinis brasileiros* abjurassem em suas mãos seus princípios democráticos. Ainda há pouco líamos no *Correio da Vitória* esta confissão de um velho republicano: “Livre e independente, como os índios das nossas florestas, não podíamos tolerar que um país americano estivesse sujeito a uma testa coroada. Parecia-nos mesmo insuportável, que povos livres fossem governados por um descendente da casa de Bragança. Eis a nossa opinião até o dia 25 de Janeiro. Estávamos em erro, porque não conhecíamos o Sr. D. Pedro II, senão pelo que líamos nos jornais, pelo que nos diziam alguns amigos, que têm ido à corte. Jornais e amigos querem dizer sempre a verdade, podiam porém enganar-se e serem enganados. –

Hoje porém tivemos a felicidade de ver de perto o chefe da nação e sua virtuosa Esposa, e *reconhecemos que um rei como o Sr. Pedro II e uma felicidade para a nação, que o possui.*"

Realmente que moderno Faraó não derreteria o bronze de seu coração, vendo um príncipe educado nas meiguices palacianas expondo-se como o último dos seus súditos para tudo ver, e examinar? – Temperados pelo aço parecem seus músculos; não conhece a fadiga, rejeita o repouso, e por uma pasmosa atividade supera o tempo e o espaço. – Visita todos os estabelecimentos, pesquisa as tradições, e as crônicas nacionais, interroga os monumentos, decifra as inscrições sepulcrais, e evoca nos *Guararapes*, e nas *Tabocas* as heróicas sombras de *Pirajá* e vai depor uma coroa de saudades sobre o túmulo de Labatut. A todas as glórias pátrias é o seu culto extensivo, e mais do que todos merece ser chamado o primeiro Brasileiro.

Conhecedor por própria experiência das mais vitais necessidades das províncias, ousamos esperar que uma nova era vai inaugurar-se. Suplantado se acha o princípio democrático contra o qual precisas se fizeram algumas das nossas leis de repressão. Não é hoje um brado revolucionário a palavra *reforma*; podem todos pedi-las e desejá-las. Cremos porém que o primeiro reformista, o primeiro agitador legal, será o Imperador. Ouviu as queixas do povo de envolta com os seus *vivas*, lamentou a impraticabilidade das nossas estradas, o atraso da [237] instrução pública, a má administração da justiça, a inabilidade dos governos provinciais, os embaraços da centralização, e mil outros males, que ao seu esclarecido ânimo se revelaram: e hasteando o pendão do progresso, à frente dos poderes do Estado, exclamara – O POVO O QUER! –

J. C. Fernandes Pinheiro.

"Literatura dramática: Gil Vicente e o teatro português – fragmento de um livro inédito". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. V, jan./mar. 1860, p. 328-334.

LITERATURA DRAMÁTICA

———

Gil Vicente e o Teatro Português.

(Fragmento de um Livro Inédito)

Nada se encontra nos primeiros séculos da monarquia portuguesa, que se pareça com as representações dramáticas, que eram apenas [329] conhecidas por alguns povos da Europa, que nos precederam neste gênero, tais como a Itália e a França. Davam nossos avós preferência à caça, como meio de destruir os animais malignos, e as justas e torneios mais aptas para adestrar-lhes os corpos, servindo-lhes de simulacros da guerra, em que de contínuo viviam.

Julga Aragão Morato ([400]) descobrir o germe do teatro nacional, nesses momos, entremezes, guinolas, e galanterias de mouros e judeus, que recreavam a corte de D. João I e de seus imediatos sucessores, divertimentos quase sempre acompanhados de danças e de músicas, agrestes e ruidosas, como soem aprazer aos ânimos grosseiros.

"É provável que as touras e guinolas (diz o referido escritor) fossem rebuços, ou máscaras, com que os mouros e judeus se disfarçavam para fazerem as suas danças e folias, e para arremedarem o espetáculo dos touros. Os momos não passavam ordinariamente de representações mímicas, acompanhadas de dança, que precediam quase sempre as justas e torneios, e lhes serviam de torneio. Finalmente o que Rezende chama *entremezes* e representações eram figuras, ou máquinas, que entravam e saiam, e que pela novidade dos trajos e semelhança, que tinham com as coisas figuradas, enchiam ora de admiração, ora de assombro os espectadores." ([401])

Nem sempre porém eram mudos esses *momos* e *entremezes*, e em muitos casos diziam as personagens palavras acomodadas ao caráter, que representavam; mas essas falas em prosa, ou em verso, estavam muito longe das representações, como devem ser entendidas, e só mui remotamente se podem ligar à história do teatro português.

A Gil Vicente cabe indubitavelmente a glória de criador da cena lusitana, e o seu monólogo pastoril, recitado no ano do 1502 por ocasião do nascimento do príncipe D. João, depois terceiro rei deste nome, serviu-lhe de incentivo a muitos e mais completos trabalhos.

Diz-nos Luiz Vicente no prefácio à primeira edição das obras de seu pai, que semelhante monólogo agradara tanto à rainha D. Beatriz, que lhe pedira que apresentasse isto mesmo nas matinas do Natal, aplicando-o ao nascimento do Redentor, o que não achando o poeta conveniente, compusera um *auto*, em que entravam seis pastores, e que adquirindo nova fama

[400] Mem. sobre o Teat. Port. por F. Trigoso de Aragão Morato, inserta no tom. V das Mem. de Academina Real dos Cien. de Lisboa.
[401] Mem. sobre o Teat. Port. pág.45.

fora sucessivamente escrevendo outros por espaço de vinte e quatro anos, e durante os reinados de D. Manoel, e de D. João III.

Muito se tem discutido acerca da originalidade do primeiro dramaturgo português, apresentando-o alguns como mestre e discípulo de si mesmo, e outros como um mero copista e servil imitador dos franceses e espanhóis. Examinemos perfunctoriamente este ponto.

Reconhecemos com Aragão Morato, que na carreira dramática precederam a Portugal, a Itália, a França e a própria Espanha; e que um século antes de Gil Vicente eram representadas nas cortes dos príncipes italianos; as tragédias e comédias de Ângelo Polizano e Ludovico Ariosto imitadas dos Gregos e Romanos. Não cremos porém que tais composições, quando conhecidas por Gil Vicente, influenciassem a sua musa, demasiadamente livre, para moldar-se pelas regras clássicas.

Nem melhor fundada nos parece a opinião dos que o fazem discípulo de João de la Enzina, porque este poeta castelhano, mui popular nessa época, como se colige do *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, não escreveu senão dramas pastoris, que apelidava *Églogas*, e não podia portanto servir de norma Gil Vicente na vastidão do seu plano.

Propendemos para os que pensam achar no teatro francês, que desde a primeira metade do XV século desabrochava, os modelos a que talvez recorresse o dramaturgo português, a quem por certo não foram estranhos a *História da Vida de Cristo*, por Jean Michel, e a *Farça de Advogado Patelin*, como no-lo testifica o seu *Breve sumário da história de Deus*, desde *o princípio do mundo até a Ressurreição de Cristo*, em que Gil Vicente parece imitar a primeira das obras francesas, e é muito possível que se inspirasse nessa escola, quanto lhe permitia a originalidade, que desejava sempre guardar.

Parece averiguado que no ano de 1495 nascera este ilustre poeta em Lisboa, posto que Guimarães e Barcellos por muito tempo lhe disputassem essa honra. Oriundo de família distinta, formou-se em direito civil na universidade de Coimbra, não constando porém que servisse lugar algum de magistratura, nem tão pouco advogasse. Decidida vocação para a poesia arredava-o quiçá de qualquer outro emprego, devendo aos seus talentos a decidida aceitação, de que gozou na corte de D. Manoel, magnânimo protetor das letras.

Já vimos porque ocasião se desenvolvera nele o talento dramático, destinando a essa nobre e infortunada carreira sua longa e gloriosa existência. Fixada a sua residência na corte, e cremos que no mesmo paço real, não houve festividade, motivo qualquer de regozijo publico, em que não fosse solicitada a sua fecunda musa.

Tão grande foi a nomeada do ilustre dramaturgo, que diz um crítico alemão (*) que não havia por esse tempo em toda a Europa poeta cômico mais afamado, nem mais querido dos seus do que o poeta português. Não se limitava a sua reputação unicamente a Portugal; estendendo-se por toda a Europa, a ponto de dizer-se que o grande literato holandês Erasmo aprendera a nossa língua, para ler as obras do que ele dominava *rival de Plauto*.

Duvidava porém a fátua mediocridade do gênio inventivo do poeta, e como já dissemos, não faltou quem o suspeitasse de plagiário. Desenganou-os [331] vitoriosamente Gil Vicente, pois que os achando reunidos em um dos serões do paço, a que costumava assistir, pediu-lhes designado o ritão – *antes quero burro, que me leve, do que cavalo, que me derrube* – serviu-lhe

---

* Bouterweck *Lit. Port. e Espanh. pag.120.*

de tema à espirituosa farsa de *Ignês Pereira* "A engenhosa aplicação deste provérbio (diz Barreto Feio), as situações verdadeiramente cômicas, que se encontram nesta farsa, a verdade sempre sustentada, com que pinta os caracteres de Ignês, de Pero e do Escudeiro; a naturalidade, graça e fluência do diálogo, o inimitável sal, a elegância do estilo, a música harmoniosa da versificação, formam a mais vitoriosa resposta, que jamais escritor, em iguais circunstâncias, deu aos seus zoilos." (*)

Depreende-se de algumas passagens das suas obras, que caíra em pobreza o grande cômico, talvez porque confiando demasiadamente na proteção dos grandes consumisse o seu patrimônio, ou porque não lhe remunerassem estas com generosidade. São bem característicos os seguintes versos por ele dirigidos ao conde de Viamão.

"Agora trago entre dedos
Uma farsa mui fermosa,
Chamo-a – *A Caça dos Segredos*,
De que ficareis mui ledos,
E a minha dita ociosa,

Que o medrar,
Se estivera em trabalhar,
Ou valera o merecer,
Ou tivera que comer,
E que dar, e que leixar."

Ignora-se ao certo em que ano faleceu Gil Vicente, supondo-se que seria na proximidade do de 1536, em que escrevera a comédia denominada – *Floresta dos Enganos*. – Herdaram-lhe seus dois filhos (Luiz e Paula) o talento dramático; sendo a última afamada pelas suas muitas letras, que tornaram-na um dos ornamentos da academia feminina, fundada pela infanta D. Maria, filha del-rei D. Manoel.

Em três classes podem-se dividir as peças de Gil Vicente, a saber: os *autos*, a que muitas vezes deve a forma de farsas, alargando assim os estreitos limites, que lhe eram assinados, as *tragi-comédias*, gênero bastardo, que servia de meio termo entre a tragédia e a comédia, e finalmente as *farsas e comédias*, em que melhor sabia desenvolver o seu talento. Seu principal móvel em todas essas composições era divertir a corte por constantes alusões por ela compreendidas, por sátiras indiretas, e também por personalidades no gosto de Aristófanes. Sabemos pelo testemunho dos cronistas contemporâneos, que não raro achava-se presente a própria pessoa, a quem dirigia o poeta as suas ervadas setas, e maravilha-nos que tão grande fosse a liberdade, de que então gozassem as letras em Portugal.

Bem estranhos pareceram os elogios prodigalizados a Gil Vicente a quem quiser julgar o seu teatro pelas regras clássicas, que acintosamente desprezou, posto que perfeitamente as conhecesse. Partindo [332] do princípio, que o drama deve ser fiel expressão da vida, espécie de fotografia moral, quis falar aos seus contemporâneos a única linguagem para eles compreensível.

Formava a Bíblia, em cuja lição era mui versado, a base da sua erudição, não descobrindo-se em suas composições nenhum vestígio dos teatros grego e latino. Assim pois não

* *Ensaio sobre a vida e escritos de Gil Vicente* por J. V. Barreto Feio. pág. XIV.

divide os seus dramas em atos ([*]); menosprezando inteiramente as unidades, como se vê do já referido auto do *Breve Sumário da História de Deus*, em que os seus interlocutores, Adão, Moisés e Jesus Cristo, tendo vivido em tão diversas épocas, aparecem sucessivamente na mesma cena. Nem menos anômalo é o enredo; por isso que as personagens chegam, falam e retiram-se quando lhes apraz, sem que disso sejam instruídos os espectadores. Falta o mais das vezes nexo nos episódios, que de todo destacam-se da ação principal. E para cúmulo de monstruosidades são estas peças simultaneamente escritas em português e espanhol, e em versos endecassílabos, de arte maior, e de redondilha.

Para com justiça julgar o patriarca da cena portuguesa, releva que nos transportemos ao tempo em que ele vivia, estudemos os usos dessa sociedade já de nós tão remota. Assim v. g. quem não achará inconveniente o emprego de algumas frases e vocábulos impróprios hoje da mais ínfima plebe, e que no entretanto causavam prazer e eram ouvidos sem escândalo pelas honestas e delicadas damas das cortes de D. Manoel e de D. João III? Não somos também obrigados a usar de perífrases para exprimir, o que com tanta naturalidade disseram os escritores agiografos? Consistindo a obscenidade na idéia e não nas palavras, claro fica, que seguem estas uma escala móvel.

Arrastado pela torrente do mau gosto, confundiu Gil Vicente o sagrado com o profano, vício este, a que não escapara o próprio Camões. Umas vezes as diversas hierarquias de anjos, as estações do ano e o mesmo Júpiter vem adorar o Deus Menino, segue-se-lhes Davi, repetindo salmos, e termina a representação com um *Te Deum Laudamus*. Outras vezes aparece um padre que vem casar dois noivos; ouve-se um diálogo entre Jesus Cristo acerca dos perigos das tentações, e para remate dos absurdos são alteradas as palavras das Escrituras e as preces da Igreja, como quando um frade chega do inferno, recitando uma espécie de invitatório amoroso, que usava no mundo, e prega por último um sermão com este tema *amor vincit omnia*.

Para boa compreensão do que acabamos de dizer, revela que digamos duas palavras sobre o modo, porque eram nesse tempo representados os *autos*.

Colige-se da leitura das crônicas, que as peças dramáticas serviam a miúdo de continuação ao serviço divino, e que os povos depois de assistirem a estes, em que parece que pouca parte tomavam, corriam às representações dramáticas, em que esperavam santificar com [333] imagens sagradas o que profano havia no divertimento, e de certo modo tatearem as verdades e mistérios da Religião, que por metafísicos escapavam a seu rude engenho. Vê-se pois que um pio e louvável sentimento presidiu à criação dos *autos*, cujos abusos porém foi bem depressa a Igreja forçada a coibir.

Geral era o uso dos dramas sacros em toda a Europa, dramas a que os Franceses chamavam *mistérios*, e os Ingleses *milagres*. Comparados com os dos seus antecessores e contemporâneos, mui graves e decentes eram os *autos* do autor português; pois que os Franceses levaram-nos a um grau de exageração repreensível.

Uma das coisas, que por certo mais contribuiu para o desalinho e pouco estudo, que se nota na maior parte das peças de Gil Vicente, consiste na absoluta falta de um auditório justo e imparcial, de um público composto de todas as classes da sociedade. Escrevia ele para os fidalgos, em cuja presença, e muitas vezes em cujos paços representava seus dramas. Imolava a substância à forma, e provocada a hilaridade finda julgava a sua missão. Ninguém porém melhor

[*] A comédia de *Rubena* é a única que aparece dividida em atos, e assim mesmo chamados cenas.

do que ele conhecia o falso terreno, que trilhava e talvez que consigo dissesse o que em idêntica situação escrevia Lope de Vega.

"*Sustento em fin lo que escrebi y conozco*
Que aunque fora mejor de outra maneira
No tuvieron el justo que han tenido
Porque a veces lo que es contra el justo
Por la mesma razon deleita el justo." (*)

Posto que não se desse Gil Vicente ao estudo dos caracteres, nem fosse a moralidade o alvo das suas composições, não se olvidou contudo de introduzi-la sempre, que para isso achava azada ocasião. Assim, v. g. encontra-se em suas comédias um usurário logrado por um cavaleiro de indústria; um ministro prevaricador por uma moça ladina, coberta de ridículo a astrologia judiciária muito em voga nessa época; e finalmente humilhada a soberba dos ricos e poderosos. Nem menos digna de encômios é a franqueza, com que se exprimia, nem menos honrosa para a corte, perante a qual representava, e que muitas vezes era ferida pelos seus sarcásticos gracejos.

Concordamos com Sismondi quando julga as tragi-comédias como a parte mais imperfeita das obras de Gil Vicente; podendo apenas recomendarem-se pela graciosidade de algumas cenas, as que foram escritas por motivo da partida da infanta D. Beatriz, casada com o duque de Sabóia, e denominadas *Nas d'amores e Fragoa d'amores*.

No unânime pensar dos críticos ocupam os primeiros lugares entre as farsas a intitulada *Ignês Pereira*, a que já nos referimos pela veracidade do diálogo, e a do *Juiz da Beira* pela *vis cômica*, e fiel transunto dos costumes do tempo.

No nosso humilde conceito o mais bem acabado e mais chistoso [334] dos seus autos é o da *Feira Virgem*, que podemos opor aos melhores de Lope de Veja e Calderon de la Barca.

Além do estudo da língua e dos costumes do tempo lucra com a leitura das obras de Gil Vicente quem desejar inteirar-se cabalmente da história do teatro português. Verá ai, que então representavam os atores em anfiteatros, que havia mutações de cenas operadas por meio de bastidores e cortinas, que já eram usadas grande número de máquinas teatrais, oferecendo o dramaturgo aos espectadores do *Triunfo do Inverno* uma vista de mar com navios, e toda a confusão de uma tormenta segundo no-lo afirma Garcia de Rezende.

Pela vereda tão bem estreada por Gil Vicente, trilharam ainda alguns engenhos lusitanos, entre os quais importa fazer expressa menção do infante D. Luiz, Antônio Prestes, Braz de Rezende, e do próprio autor dos *Lusíadas*, que não se de dignou de imitá-lo. Soara porém a derradeira hora da escola dos trovadores, e Sá de Miranda e Ferreira apressaram-se em inaugurar a *era itálica*.

Examinaremos noutro estudo se com a introdução da escola clássica lucrou o teatro português, ou se mais conviria aperfeiçoar e desenvolver a obra esboçada por Gil Vicente.

J. C. Fernandes Pinheiro.

(*) *Arte Nuevo de hacer comedias.*

"A Paixão em Jerusalém". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. VI, abr./jun. 1860, p.35-41.

A PAIXÃO EM JERUSALÉM.

———

Ici viennent mourir les derniers bruits du monde,
Nautoniers sans étoliles, abordez, c'est le port:
Ici l'âme se plonge en une paix profonde
Et cette paix n'est pás la mort.
(Lamartine – 26.me *Meditation*).

Publicamos o ano passado nesta *Revista* as impressões, que experimentamos em Roma, quando no ano 1853 foi-nos dado assistir às augustas cerimônias da semana santa. Desejáramos completar o nosso anelo visitando os lugares santificados pela Paixão e Morte do *Homem-Deus*; enquanto porém essa ventura não nos é concedida, lemos tudo o que a tal respeito pode chegar ao nosso conhecimento, e é o minguado fruto desse estudo, que ora apresentamos, por parecer-nos azada a ocasião.

Jerusalém é o termo da viagem de todos os viajantes e peregrinos, que se dirigem à Palestina. *Ver a cidade santa, e depois morrer*, diziam os cruzados, e impelidos por esse pensamento deixavam seus lares, e alastravam com seus ossos as planícies da Síria. Não é do nosso século semelhante ardor religioso, tão firme e robusta fé; vendo [36] porém essa multidão de peregrinos, que afluem à cidade de David em número de nove a dez mil, folgamos de reconhecer, que extinto não está ainda em nossos dias o sentimento religioso.

Peçamos ao Sr. de Lamartine que nos empreste a moldura para o nosso painel, e copiemos da sua *Viagem ao Oriente* esta belíssima descrição de Jerusalém, contemplada do lado do norte:

"Depois de haver subido segunda montanha, mais despida e ainda mais alta, do que a primeira, descortina-se de súbito o horizonte à direita, deixando ver todo o espaço, que se estende entre os últimos cimos da Judéia, em que estamos, e a cordilheira das montanhas da Arábia. Depois das colinas inferiores, que jazem aos nossos pés, e pardacentos montões de rochas, não distinguem os olhos senão esse espaço deslumbrante, tão parecido com o vasto mar, que foi para nós completa a ilusão nas margens desse oceano imaginário. Mais à esquerda, a cerca de uma légua, brilhava o sol sobre uma torre quadrada, um minareto elevado, e as largas e pardas muralhas de alguns edifícios, que coroam o alto de uma pequena colina: não podia ser Jerusalém.

Baça e amarelada destacava-se ela sobre o fundo azul do firmamento e o negro do monte das Oliveiras. Atrás dessas altas muralhas e baixos zimbórios de Jerusalém, alta e larga colina erguia-se no segundo plano, ainda mais sombria, do que a que ocultava a cidade: bordava, finalizando para nós o horizonte, esse segundo plano.

Perto de nós, e abaixo de nossos olhos nada senão o deserto de pedras, que serve de alameda à cidade das pedras. Estendem-se sem interrupção essas enormes pedras, desde o lugar em que estávamos até às portas da cidade.

Os últimos passos do viajante antes de descobrir Jerusalém são dados através de uma avenida imóvel e fúnebre de rochedos, que se elevam a dez pés acima da cabeça do viandante, deixando apenas descobrir a parte do céu, que está sobre eles.

Estávamos na última e lúgubre avenida, e andávamos havia um quarto de hora, quando os rochedos rasgando-se repentinamente à esquerda, deixaram-nos em presença dos muros de Jerusalém.

Cem passos apenas nos separavam da porta de Belém: esse espaço árido e ondulado como as esplanadas, que rodeiam as praças fortes da Europa, e como elas despido de vegetação, abria-se à direita e entranhava-se em estreito vale, que com insensível declive descia, povoado à esquerda por cinco velhos troncos de oliveiras meio reclinados ao peso do tempo e dos soes, árvores por assim dizer petrificadas, como os estéreis campos, que as produziam. A porta dominada por duas torres coroadas de góticas ameias, deserta e silenciosa porém, como as velhas portas de castelos abandonados, estava aberta diante de nós.

Imóveis contemplando-a ficamos por alguns minutos; suspirávamos por franqueá-la, deteve-nos porém a peste, no período então de grande intensidade. – Não entramos – e volvendo à esquerda, lentamente [37] descemos contornando as muralhas, edificadas em sentido inverso a uma quebrada, ou fosso, onde víamos de espaço a espaço os alicerces do antigo recinto de Herodes. Encontrávamos a cada passo cemitérios turcos, alvejantes por seus monumentos funerários, coroados do turbante: cemitérios povoados pela peste, e onde grupos de mulheres turcas e árabes vinham chorar seus maridos, ou pais. ”

O pensamento dominante em Jerusalém é o da Paixão do Salvador; visitemos pois o teatro, em que teve lugar tão memorando sucesso, socorrendo-nos para esse fim das narrações dos evangelistas e dos modernos viajantes.

Saindo de Jerusalém pela porta do Oriente, a que os cristãos chamam hoje de S. Estevão, desce-se para o vale de Josaphat, e depois de ter passado a torrente do Cedron, chega-se ao pé da montanha das Oliveiras, e próximo ao jardim está a gruta de *Gethsemani*.

Sabemos pelo Evangelho, que Jesus Cristo depois de haver celebrado a santa ceia com os seus discípulos foi com eles à montanha das Oliveiras, e dirigiu-se a um sítio denominado *Gesamani*, ou *Gethsemani*, que quer dizer *vale do azeite*, porque talvez nele existissem grande quantidade de lugares. Acha-se hoje fechado por um muro de pedra, tendo na sua vizinhança uma vasta gruta.

Vindo Jesus do cenáculo e encaminhando-se ao vale de Josaphat, deteve-se no jardim das Oliveiras, agora pertencente aos padres da Terra Santa, que o cercaram de um muro de oito polegadas para proteger as árvores, que ocupam esse espaço. É o mais célebre jardim, que existe no mundo pelas reminiscências históricas, que a ele se ligam; porque debaixo das suas árvores repousava Cristo, e aí orava nas horas da angústia.

Perto dessas árvores avista-se um rochedo liso, sobre o qual podem comodamente sentar-se ou deitarem-se seis a oito pessoas; e assegura a tradição, que fora esse lugar onde Jesus disse aos seus discípulos, *sentai-vos aqui, enquanto eu vou orar*. É pois esse o rochedo, em que adormeceram os apóstolos enquanto orava seu Divino Mestre. Haviam outrora nesse lugar inscrições e pinturas, que o tempo apagou, e assegura S. Jerônimo, que em seu tempo existia uma igreja vizinha a esse sítio.

A dez ou doze passos de distância do rochedo, em que se achavam os apóstolos, está o lugar, em que traiu Judas ao Salvador.

Foi aí, que S. Pedro cortou a orelha de Malcho, criado do sumo sacerdote, e onde Jesus fez o milagre de curá-lo instantaneamente.

Principia nesse lugar a *Via do Cativeiro*, que tem cerca de uma milha de extensão até à casa do sumo sacerdote no alto do monte Sião. Desce o vale de Josaphat, cruzando o caminho, que Nosso Senhor trilhara dias antes quando fizera sua entrada triunfante em Jerusalém: atravessa depois o Cedron defronte dos monumentos de Josaphat e de Absalon, sobre a colina do templo, penetra na cidade pela porta *Sterquilina*, e vai terminar na casa do ex-pontífice Anna. [38] Situada no cimo da montanha, convertida está esta casa em uma igreja pertencente aos Armênios.

Pouco distava a casa de Caiphaz da de seu sogro, e colocada fora da porta de Sião; é hoje um convento, propriedade também dos Armênios. Mostra-se no interior da igreja, junto ao altar-mor, o sítio, em que entrou Jesus preso durante a cruel noite, que passou em casa de Caiphaz, e que ora se chama *Prisão de Cristo*. Fizera aí Santa Helena edificar uma igreja dedicada a S. Pedro, mais tarde denominada do Santo Salvador. Foi no pátio dessa casa, que o Príncipe dos Apóstolos renegou o seu Divino Mestre: e onde depois fizeram os fiéis construir uma capela, que já não existe.

O Campo do oleiro, comprado com o preço do sangue, e que por isso se chamou *Haceldama* (campo de sangue) está situado ao sul de Jerusalém e na junção de três vales.

Habitava Pôncio Pilatos um palácio situado na extremidade noroeste do grande recinto externo do templo, de que uma das partes serve agora de quartel; e o lugar, em que administrava justiça (pretório), achava-se situado na parte oriental do edifício. Corresponde hoje à primeira estação do *Caminho da Cruz*, ou da *Via Dolorosa*.

Receando os Judeus macularem-se se entrassem na casa de um pagão, no mesmo dia em que deveram comer o cordeiro pascoal, ficaram no pátio, onde Pilatos foi ter com eles. *De que crime acusas a este homem?* lhes perguntou o presidente romano. *Se não fosse um malfeitor não vo-lo entregaríamos*, responderam os deicidas. Ao que tornou Pilatos: *Pois julgai-o conforme as vossas leis*. Faltava-lhes porém o *jus vita et necis* e o processo foi devolvido a Pilatos.

Entrando este no pretório, interrogou a Jesus. É conhecida por *escada santa* a que subiu o Salvador, e que atualmente se guarda na basílica de Santa Cruz de Jerusalém em Roma. Purificada pelo divino sangue, tem esta escada vinte e oito degraus e foi transportadas a Roma por ordem de Constantino. De tal modo está ela gasta pelos fiéis, que de joelhos a sobem, que forçosos foi revesti-la de grossas tábuas de nogueira, já por várias vezes renovadas.

Conhecendo Pilatos, que Jesus era da Galiléia, enviou-o para Herodes, tetrarca dessa região, que acabava de chegar a Jerusalém, e que ardentemente desejava ver aquele de quem tão grandes prodígios se contavam. Próximo ao pretório estava o palácio de Herodes, sobre uma colina por nome *Acra*, onde se erigiu depois uma igreja, cujas ruínas ainda se conservam.

Abramos o Evangelho de S. João e leiamos:

"Pilatos mandou flagelar a Jesus. E os soldados entrelaçando uma coroa de espinhos, puseram-lha na cabeça, revestindo-o com um manto de púrpura. Vinham depois ter com ele e disserem-lhe: Salve, rei dos Judeus! E lhe davam bofetões."

Era composto de muitas correias o instrumento, de que se serviam os Romanos para este gênero de suplício, e na ponta de cada correia prendiam-se pedaços de chumbo, ou de ferro. Cumpria, que completamente despido da cintura para cima estivesse o paciente, tendo [39] as mãos prezas a um anel de ferro soldado a uma coluna de pedra, que tinha de ordinário pé e meio de altura.

Designa uma pequena igreja o local da flagelação: e havia ela chegado a tal estado de ruína, que envergonhava os pios peregrinos quando foi mandada restaurar pelo duque Maximiliano de Baviera, que a visitou em 1838.

Contam-se duas colunas de flagelação, uma em Jerusalém, na igreja do Santo Sepulcro, e outra em Roma, na basílica de Santa Praxedes. Crê-se comumente, que a primeira é a do pretório e a segunda a da casa de Caiphaz.

A cem passos do pretório, na direção da *Via Dolorosa* nota-se uma galeria coberta, e passando por cima da rua. Devera ser ali o tribunal do pretor; e é provável que Pilatos, querendo sensibilizar o povo, lhe mostrasse em que estado de opróbrio, de humilhação e de sofrimento se achava Jesus depois da flagelação, e faltando-lhe no pretório lugar bastante vasto para conter a multidão, ávida de tão doloroso espetáculo, escolhesse um local elevado para ser por todos visto: e veio pois com Jesus, coroado de espinhos, e tendo na mão um cetro e nas espáduas andrajoso manto, dizendo aos Judeus: Eis o HOMEM!

É atualmente esta galeria profanada pela resistência de um derviche mulçumano, não sendo permitido aos cristãos o penetrarem nela.

Nem melhor destino tem o palácio de Pilatos, em que tão dolorosas cenas se passaram da Paixão do Salvador. Convertido em igreja pela piedade dos fiéis, caiu depois um ruínas, servindo atualmente aos Turcos de quartel e cavalhariças.

Da casa de Pilatos ao cimo do Calvário disto obra de mil e trezentos passos. Conhecia por *Via Dolorosa* conta várias estações, de que são estas as mais notáveis.

Acompanhado por seus acusadores, algozes, e grande porção de povo, passou Jesus por baixo da arcada, em que se mostrara ao povo; neste lugar a rua de quase duzentos passos de largura, vai em declive até encontrar-se com a que vem da porta de Damasco, antigamente chamada de Ephraim. À esquerda vê-se o sítio, em que a *Virgem* se conservava na vizinhança do pretório durante essa cruel manhã, e querendo ver pela última vez o seu amado filho, colocou-se em sua passagem, onde desmaiou.

Curvado ao peso da cruz e dos sofrimentos, caiu ai Jesus pela primeira vez. Um troço de coluna de mármore vermelho, meio enterrado no chão, designa este lugar à devoção dos fiéis.

Pensa-se que foi neste mesmo sítio, que forçaram os Judeus a Simão de Cyrenne, que por aí passava de volta dos campos, a carregar a cruz de Jesus. Entrara provavelmente pela porta de Ephraim, que estava na extremidade dessa rua. Segundo o costume romano deviam os condenados carregar por si próprios o instrumento de seu suplício; atendendo-se porém à extrema fraqueza de Jesus obrigaram Simão a ajudá-lo.

Sobe-se depois uma íngreme ladeira, embaixo da qual fizeram os [40] cristãos um muro, indicando o lugar da segunda queda do Salvador, e onde encontrou chorando as mulheres de Jerusalém.

No meio da rua, à esquerda, mostra-se o local da casa da Santa Verônica. Significa esta palavra – verdadeira imagem – (*vera icon*) o rosto de Nosso Senhor, impresso em um pano, é preciosamente guardado em Roma, com o nome de *Volto Santo*. Entendem alguns, que é este pano o sudário, que cobriu o rosto de Cristo, e outros, que é o lenço, com que uma santa mulher enxugara o rosto de Jesus quando ia para o Calvário.

No alto da rua existia a *Porta Judiciária*, onde terminava a cidade nessa época, assim como em nossos dias.

O *Golgotha*, ou *lugar do crânio*, onde se faziam as execuções, começava aí. Encerrado hoje no recinto da cidade e coberto de casas acha-se este lugar, sendo por isso impossível chegar ao fim da *Via Dolorosa*. Fazem também parte da igreja do Santo Sepulcro a mais elevada parte do *Calvário* e dos lugares adjacentes.

Chega-se ao *Calvário* por muitas escadas, que têm de doze a dezoito degraus. No cume há uma plataforma de cerca de quarenta e seis pés quadrados, e dividida em duas partes. A capela meridional, edificada no local, em que Jesus foi pregado na cruz, chama-se *Capela da Crucificação* e a outra a da *Plantação da Cruz*.

Ao lado do *Calvário*, fora porém da igreja, vê-se a capela de *Nossa Senhora das Dores*, para onde se sobe por uma pequena escada, que está à direita da grande porta principal. Era este o sítio, em que se conservavam a Virgem, S. João e as santas mulheres enquanto os Judeus crucificavam a Jesus, e foi daí, que partiu a Mãe de Deus para colocar-se debaixo da cruz.

Pertence aos católicos esta capela bem como a da *Crucificação*, que lhe fica contígua; sendo dos Gregos o lugar onde se erigiu a cruz. Quando foram os Latinos expulsos de Jerusalém por Saladino apossaram-se os Sírios do *Calvário*; mas não poderão tê-lo por muito tempo, sendo constrangidos a partilhá-lo com as outras comunhões cristãs. Mais tarde compraram os Gregos aos Georgianos a porção, que hoje possuem.

Junto a cavidade, em que foi plantada a cruz, começa largar e profunda fenda, que desce até à raiz da montanha, e a tradição afirmar ser ocasionada pelo terremoto, que tivera lugar no dia da paixão de Cristo.

Descendo o *Calvário* encontrar-se logo a *Pedra da Unção*, isto é, aquela sobre a qual foi o corpo de Jesus depositado por José de Arimathe, e ungido com uma preparação de mirra e de aloés sendo depois envolto em alvíssimas tiras de pano de linho.

Está atualmente coberta com uma folha de mármore vermelho a pedra, sobre que pousou o corpo do Salvador. Gomos de cobre dourado foram postos nos quatro cantos, onde também se vêem grandes candelabros, e dez lâmpadas de prata distribuídas pela sua circunferência. Comum é este santuário aos cristãos gregos, armênios e católicos.

[41] Anteriormente às cruzadas havia-se construído sobre a *Pedra da Unção* uma capela distinta das igrejas do Calvário e do Santo Sepulcro, a qual chamava-se de Santa Maria. Demoliu-se esta capela por ocasião de reunirem-se todos os santuários numa só igreja.

A igreja do Santo Sepulcro está edificada no local, em que foi achada a verdadeira cruz de N. S. Jesus Cristo. Compõe-se de três igrejas diferentes: a do *Santo Sepulcro*, do *Calvário* e a da *Invenção da Santa Cruz*. A capela do Santo Sepulcro acha-se exatamente no sítio, onde, segundo o testemunho da tradição, foi sepultado o Salvador. Forma a igreja uma cruz, não sendo a capela mais do que uma nave do templo, contígua pela parte do oriente ao montículo do Golgotha, sobre

que se erigiam mais duas igrejas, que se unem ao principal edifício por meio de muralhas e escadas. É, como o Pantheon de Roma, de forma circular, e recebe a luz por um zimbório, abaixo do qual acha-se o pequeno monumento de mármore branco, onde encerra o *Santo Sepulcro*.

Um dos espetáculos mais devotos, que existem na terra, é conforme o unânime dizer dos viajantes, o que apresenta a igreja do *Santo Sepulcro*, quando pelo tempo da Páscoa é visitada pela multidão de fiéis, que de todas as partes do globo lhe trazem o óbolo do respeito e veneração. Vêem-se todos os trajes e fisionômicas, o rosto bronzeado dos Asiáticos contrasta com a figura enérgica do Grego; o monge italiano acha-se em face do montanhês da Síria, e o cristão das Índias ajoelhado ao pé do semi-selvagem maronita.

Obrigou-nos a estreiteza do tempo e o curto espaço, de que dispomos, a resumir demasiadamente o quadro, que havíamos esboçado com mais alguma amplidão; contamos porém que ainda desta vez não nos faltará a indulgência dos leitores.

J. C. Fernandes Pinheiro.

"Nápoles". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. VI, abr./jun. 1860, p. 226-233.

NÁPOLES

—

(Excerto de um Jornal de Viagem)

Julho 15 *de* 1853 – Às sete horas da manhã entrava o vapor *Languedoc* pela barra de Nápoles. Nenhum espetáculo pode ser comparado ao deste majestoso golfo, justamente considerado como uma das maravilhas da natureza. Formara eu antecipadamente idéia de sua magnificência à vista dos quadros dos primeiros mestres, que o representavam, mas, o que raramente acontece, a realidade excedeu ao ideal. Várias enseadas formam outros tantos e formosos portos, e duma extremidade a outra do semi-círculo, que moldura a cidade, vêem-se belas casas do mais gracioso aspecto. O porto militar, em que estacionam muitos navios de guerra, formando uma respeitável esquadrilha, é separado do mercante pelo molhe denominado da *Lanterna*. Erguendo-se em pitoresco anfiteatro, ostenta Nápoles as galas de rainha do Mediterrâneo, depositando sobre o cimo do Vesúvio a sua coroa de fogo. Serve-lhe de cinto um lindo cais guarnecido em vários lugares de grades de ferro: e sobre pontes avistam-se românticas casinhas, que com suas variegadas cores, seu povo de banhadores, mexprimível encanto comunicam à cena.

Edifício de medíocre aparência é a alfândega, seus empregados porém distinguem-se pela pouca presteza, com que satisfazem a ansiedade [227] dos viajantes; e alguns há, que com o maior desembaraço pedem *una botiglia* (uma gratificação para beberem) como incentivo do cumprimento dos seus deveres. Demasiado condescendentes para com todos os objetos, são de extremo rigor para com os livros; e apesar de serem os meus comprados em Roma, não me foi possível obter licença para que desembarcassem; porque entre eles se achavam as obras do padre Ventura, que nessa época não gozava das boas graças dos censores napolitanos.

Apenas desembarcado desagradável quadro se me antolhou nessa multidão de homens mal vestidos, que deitados sobre os degraus dos templos, e debaixo das arcadas, contrastavam pela sua miséria, e direi mesmo pelo seu cinismo, com o alto grau de civilização, de que incessantes provas me rodeavam.

Havendo-me hospedado no *hotel de Roma*, situado na *Chioja de S. Lucia*, mudei de roupa, almocei, e acompanhado de um *vicerone* sai para visitar a cidade.

Levou-me a curiosidade a tão celebrada *rua de Toledo*, que é incontestavelmente a mais bela, que possui Nápoles. Larga e bordada de soberbos edifícios, está calçada de lavado Vesúvio, e extraordinariamente freqüentada por piões, cavaleiros e prodigioso número de carruagens.

Os dois magníficos palácios reais da cidade acham-se nas extremidades de Nápoles, e destinei o primeiro dia da minha chegada para visitá-los aproveitando-me da circunstância de estar o rei em Caserta. O mais notável, que fica junto ao mar, e simplesmente denominado – *Paiazze Reale* – e foi edificado no ano de 1600 pelo vice-rei espanhol conde de Lemos, sendo seu arquiteto o famoso Domenico Fontana. Consistem as suas decorações externas em três ordens de pilastras de diferentes ordens, cercadas por uma cornija guarnecida de pirâmides e vasos. Grande

parte da primitiva fachada foi consumida pelo incêndio de 1837, e renovado com magnificência pelo atual monarca Fernando II. Adornam o grande pátio duas ordens de pórticos superpostos, aos quais conduz uma belíssima escada enriquecida das estátuas colossais do Ebro e do Tejo. Os vastos aposentos franqueados nos dias de gala são embelezados por preciosos quadros a óleo, entre os quais se distinguem duas grandes composições de Camuccini representando a morte de César e de Virgínia. A magnífica sala do trono tem o teto ornado de baixos relevos representando as províncias do reino personificadas, e ornadas as suas paredes de veludo carmesim semado de lírios, e ricos arabescos bordados em fios de ouro no *Real Albergo de Poveri* no ano de 1818, e com tal luxo, que asseguram-me, que importara esse precioso artefato em mais de cem mil ducados. Nos aposentos superiores habitados pelo rei e pela rainha admiram-se belos painéis de artistas vivos e algumas valiosas pinturas de Rubens e de Miel. O teto dum desses aposentos está ornado com frescos de Camilo Guerra, figurando as façanhas de Carlos d'Anjou. No aposento contíguo vê-se a biblioteca particular do rei. Oito salas contêm as mais ricas produções [228] do espírito humano em ciências letras e artes; conservando-se ai uma raríssima coleção de estampas antigas e modernas. Da biblioteca passa-se ao gabinete de ciências físicas, fundado pelo atual soberano para o seu uso, e enriquecido com todas as espécies de instrumentos, fabricados pelos mais celebres artistas. A capela palatina foi pintada por Giacomo del Po e é da maior magnificência, admirando-se sobretudo o esplêndido altar realçado por preciosas pedras. A residência dos príncipes e princesas tem vista para o mar, e dos seus aposentos sobe-se para o terraço ornado de bustos e vasos de mármore. Nesse jardim aéreo passeia-se à sombra de bosques de laranjeiras, e limoeiros e de toda a casta de arbustos, gozando-se do mágico panorama do golfo de Nápoles.

Saindo do *Palazzo Reale* encaminhei-me para o de *Capo dinonte*, mandado edificar sobre uma graciosa colina por Carlos III de Bourbon em 1738, e terminado cem anos depois pelo soberano reinante das Duas Sicílias. Posto que menos suntuoso do que o primeiro, recomenda-se todavia pelos seus vastos aposentos, riquezas dos móveis, e valor dos seus quadros e frescos. Entre os retratos de família, que aí se guardam, ocupam distinto lugar os de Fernando I e da rainha Carolina d'Autria, cercados de seus filhos, obra d'Angélico Kaufmann. Despertaram principalmente a minha atenção dois primorosos quadros históricos, um representando Ptolomeu Philadelpho no ato de receber novas produções do espírito humano para enriquecer a biblioteca de Alexandria; e o outro tendo por assunto Carlos Magno, acolhendo os sábios italianos, que convidara para lecionarem na universidade aberta em sua capital. A leste e ao norte dessa deliciosa residência vêem-se dos lindos jardins à ingleza, que fazem o encanto da família real quando ai habita.

Julho 16. – Destinado este dia à visita das igrejas de maior nomeada, justo era que começasse pela catedral.

Il Duomo, como denominam os italianos as suas sés, é por via de regra a mais célebre igreja duma cidade episcopal. O de Nápoles foi mandado construir por Carlos I d'Anjou no local do antigo templo de Netuno. Interrompida a sua edificação em conseqüência das perturbações ocasionadas pelas *Vésperas Sicilianas*, foi continuada por Carlos II e finalizada no reinado do rei Roberto debaixo do plano e direção do famigerado arquiteto Masuccio. Guardando a forma duma cruz latina, é este templo de três naves, e o seu frontispício ornado de esculturas devidas aos cinzéis de Bombocio da Piperno. A bacia que lhe serve de pia batismal é de basalto egípcio e serviu naturalmente para uso idêntico em algum templo pagão. O trono arquiepiscopal, todo de mármore, é obra dum célebre escultor do XIV século. Logo na entrada contemplam-se os

túmulos de Carlos I d'Anjou, de Carlos rei da Hungria, e de Clemência sua mulher, eretos em 1599 pelo vice-rei conde d'Olivares. Na capela, chamada *dos missionários*, vê-se um belíssimo fresco do mestre Stefanone, representando a árvore genealógica de Jesus Cristo saindo do sei de Abraão, que jaz deitado de costas. Quarenta e quatro figuras [229] estão simbolizadas sobre esta árvores, e em cada lado o profeta Eliseu, e o falso profeta Balaão montado em um jumento e na mais curiosa postura. Debaixo da tribuna do altar-mor admira-se o hipogeu de S. Januário, construído em forma de igreja inscrutada de mármores esculpidos de graciosos arabescos, e sustentada por oito colunas de ordem jônica. Foi neste célebre altar que o Sumo Pontífice Pio IX celebrou a 6 de Setembro de 1849 uma missa como simples sacerdote.

S. Restituta. Na pequena nave à esquerda do *Duomo* acha-se a porta dessa antiga basílica, fundada no ano de 334 por concessão do imperador Constantino sendo a primeira igreja ereta em Nápoles, sobre as ruínas dum templo d'Apolo, cujas dezessete colunas servem para apoiar as suas naves. Grande número de quadros de célebres pintores adornam suas paredes, sendo o mais notável o da *Madona del principio* pela sua antiguidade, e o de *S. Restituta* por *Luca Giordano*.

Antes de deixar a catedral cumpria-me visitar o *Tesouro de S. Januário*, magnífica capela de ordem corinthia em forma de cruz grega, obra do ilustre teatino Francisco Grimaldi. O frontispício, corresponde à nave menor do *Duomo*, e é ornado de duas soberbas colunas de mármore negro. Deslumbrado pela suntuosidade desta capela, vejo-me embaraçado em descrever sua opulência em quadros, em frescos, esculturas, numa palavra em tudo o que constitui verdadeira riqueza artística, bastando para formar-se idéia do que aí existe magnífico a circunstância de ter sido edificado em virtude dum voto feito em 1527 pelo povo napolitano, cuja municipalidade concorre anualmente com a soma de quatro mil ducados para o esplendor do culto. Muitos soberanos lhe hão feito valiosíssimos presentes, realçando entre eles o do calix de ouro maciço, onde se vê cinzelada toda a paixão do Redentor; a soberba esfera de prata dourada engastada de pedras preciosas com um círculo de diamantes fechado por duas espigas de ouro, donativo da imperatriz Maria Thereza d'Austria; finalmente o riquíssimo cibório de ouro maciço corado por um crucifixo de pedras preciosas oferecido pelo soberano reinante Fernando II. É ainda célebre esta capela por ter nela lugar três vezes por ano o milagre da liqüifacção do sangue de S. Januário.

.....
.....

Dia 17 – *A Universidade*. Achava-se colocada no antigo convento dos Jesuítas chamado *Gesu Vecchio*, sendo incerta a data da sua fundação. Honraram suas cadeiras célebres professores, cujos nomes são geralmente acatados pelo mundo científico. Atualmente divide-se em seis faculdades, a saber: a de teologia matemática, ciências físicas, jurisprudência, belas-letras, filosofia, e medicina. Contam-se setenta e três professores, que todos lecionam na Universidade, com exceção do de paleografia, que faz o seu curso no edifício do arquivo público, e do de botânica, que ensina no [230] *Jardim Botânico*, e os de anatomia e química, que funcionam no *Hospital dos Incuráveis*. Franqueados aos estrangeiros as suas aulas ninguém é excluído dos graus acadêmicos mediante boa conduta e reconhecida aplicação. Senti que as férias, em que estava a Universidade, me vedassem de ouvir algumas preleções de seus doutos professores, a um dos quais devo as informações que mencionei.

Real Horto Botânico. Fundado em 1809 está situado na rua *Foria* e contíguo ao *Albergo dei Poveri*. Pareceu-me muito bem disposto e sumamente gostei de suas divisões. Dois professores da Universidade ensinam ai nos meses da primavera a fisiologia das plantas, e imprime-se anualmente o catálogo das plantas cultivadas, cujo número eleva-se a doze mil.

Biblioteca Real Borbônica. Contém esta biblioteca cerca de duzentos mil volumes, entre os quais quatro mil são do século da invenção da imprensa, e três mil manuscritos. Entre estes mostraram-me alguns de súbito valor, como sejam um Bíblia em pergaminho do XIII século, denominada *affonsina*, porque Affonso I de Aragão apostilou-a, fazendo dela presente ao mosteiro do Monteoliveto: um *Novo Testamento* grego e muitos códices dos Santos Padres, escritos em pergaminho: a segunda parte das cartas de S. Jerônimo, manuscrito do VII século: e três códices da *Divina Comédia*, enfeitados com desenhos antigos. Chamam a atenção dos bibliófilos dois papiros diplomáticos, conhecido um por *papiro gótico Ravernnante*, com a data de 551, e o outro, que supõe-se ser escrito pelo punho do rei Theodorico. No número dos autógrafos releva mencionar os *Comentários* de S. Thomaz de Aquino à *Celeste Hierarquia de S. Dionísio*, *o Aeopagita*, e a *Gerusalemme Liberata*, apostilada pelo próprio Torquato Tasso. Ricas edições do XV século guardadas em 13 armários, assim como os primeiros ensaios da arte tipográfica, aumentam a opulência desta famosa biblioteca, que acha-se aberta todos os dias úteis desde as sete horas da manhã até as duas da tarde.

Museu Real Barbônico. Este vasto monumento, cuja grandiosa arquitetura corresponde ao destino, que lhe deram, encerra tesouros inestimáveis da arte antiga, de tempos médios e modernos. Magnífica é a fachada do edifício, cujo vestíbulo ornam quatro colossais colunas, que representam Alexandre Severo, notável pela circunstância da raridade das estátuas colossais dos imperadores romanos; a de Melpomene, que decorava outrora o teatro de Pompeo em Roma; a de Flora grega, e a do Gênio de Roma. Sob pena de passar por pedante, falando do que não entendo, ou copiar servilmente o *Guia*, que comprei à entrada do estabelecimento, nada posso dizer acerca das maravilhas, que com tanto cuidado guarda o governo das Duas Sicílias nesta vasta necrópolis da arte.

Se me fosse lícito escolher para mim o que mais me agradara faria seleção do *grupo do touro* e o *Hércules*, chamados de Farnese por haverem pertencido ao museu desta histórica família. São dois primores da arte grega, que atravessaram os séculos rodeados [231] dos respeitos e homenagens dos artistas e amadores. Deixam ambos no espírito profunda veneração pelos antigos e testemunham o grau de aperfeiçoamento, a que haviam atingido as produções do espírito nos tempos anteriores à nossa era.

Teatro de S. Carlos. De volta para a hospedaria passei por este monumental teatro, cujas representações achavam-se suspensas em conseqüência da ausência da corte. Obtida a necessária vênia, penetramos em seu interior e ficamos absortos da majestade e esplendor da sua sala de espetáculos, a mais vasta de toda a Europa. Destinado às peças trágico-líricas, foi mandado construir em 1738 por Carlos III sob a direção do arquiteto Ângelo Carasale e terminou-se no curto espaço de duzentos e setenta dias. Consumido pelas chamas em 1816, foi reconstruído por ordem de Fernando I sobre um plano mais grandioso do que o primitivo, e ainda em 1844 fez el-rei Fernando II acrescentar-lhe ornatos e dourados, com magnificência verdadeiramente regia. Sua escada principal, corredores, salões e camarotes excedem a tudo o que até hoje hei visto na Europa, e asseguram-me pessoas imparciais, que o da *Scala* em Milão não lhe leva neste ponto a primazia.

Teatro del Fondo. Tendo lido nos cartazes, que se representaria nessa noite a *Graça de Deus* ou a *Linda de Chamonix*, quis ter uma idéia da cena lírica em Nápoles, e às 7 horas da noite, munido do meu competente bilhete, ocupava com o meu amigo e colega, o Dr. Raymundo José de Mattos, um camarote no pequeno teatro *del Fondo*, edificado em 1778 com o dinheiro da *caixa dos fundos dos bens de separação*, donde deriva o seu nome. Tem cinco ordens de camarotes e é destinado à comédia e aos bailetes burlescos. Cantou nessa noite a *signora Borghi-Mamo*, de quem ouvíramos falar vantajosamente nas outras cidades da Itália, em que havíamos estado. Gostei sumamente da sua voz de contralto bem como da signora Berrissi, *prima don assoluta*, que com suma delicadeza desempenharam essa belíssima *partitura* do fecundo e suavíloquo Donizzeti.

Dia 18. – *Albergo dei Poveri*. Visitei hoje a Casa de Caridade, mais conhecida pelo nome, que deixei apontado. Disse-me o meu *cicerone*, que deve Nápoles este grandioso estabelecimento ao seu melhor rei, Carlos III, cuja memória é ainda abençoada por todas as classes da população. Começado no ano de 1750 segundo o risco do arquiteto Ferdinando Fuga, só tem terminada a fachada principal com 1500 palmos de comprimento sobre 145 de largura. Entrando no vestíbulo, vê-se à direita o hospício dos homens e dos rapazes, e á esquerda o das mulheres e raparigas, cujo número asseverou-me o administrador que orçava por cinco mil. A boa ordem, a disciplina e o adiantamento, que mostravam alguns alunos, os artefatos ai fabricados, encheram-me de satisfação, e ainda uma vez admirei os milagres da caridade cristã.

Casa degl'Incurabili. Saindo do *Albergo*, ordenei ao cocheiro que me conduzisse ao primeiro hospital da cidade, apelidado *Casa dos Incuráveis*, nome por certo pouco animador para os que nele [232] se recolhem. Deve-se a sua fundação a uma senhora napolitana, chamada Fracisca Maria Longo, auxiliada por muitas personagens de grande distinção. Recebe este amplo hospital toda a qualidade de doentes, dum e doutro sexo, de qualquer crença, país e condição. Dispõe ordinariamente de 1400 leitos, que em casos extraordinários podem ser elevados a 2000. É confiado o serviço do hospital a 33 cirurgiões, ajudados os primeiros por 17 adjuntos, e os segundos por 14. Além das *irmãs de caridade*, que vêem do mosteiro de *Regina Caeli*, para assistirem às mulheres, existem mais 65 enfermeiros. Seus reditos calculam-se em 139,737 ducados, soma suficiente, atendendo-se à barateza dos gêneros alimentícios nesta capital.

Dia 20. – *Campo Santo*. Logo de manhã havendo combinado com o meu excelente companheiro de viagem, tomamos um carrinho e encaminhamo-nos ao *Cemitério do Campo Santo*, o mais afamado de Nápoles, e cuja vista torna-se obrigativa para os viajantes. Longe de mim poder traduzir nestas pobres notas a impressão, que causou-nos a sua vista; procurarei porém dar uma fraca idéia do magnífico espetáculo, que ante nós desdobra-se.

Sobre a encosta da colina, que ergue-se em anfiteatro ao pé do *Paggio Reale*, eleva-se o *Campo Santo Nuovo*, o mais belo cemitério de toda a Europa. Contemplando a amenidade do sítio e o gracioso panorama, que daí se descortina, concebe-se facilmente o motivo, que levou os Napolitanos a escolherem-no para sua derradeira morada. Religiosamente assentados sobre o pedestal dum mausoléu, espraiamos a vista ao redor de nós, e nos víamos cercados de túmulos, e o gélido sopro da morte inspirava-nos melancólicas recordações. Se porém alongávamos os olhos, víamos a nossos pés a cidade de Nápoles, como um jardim de fadas ornado de perpétua verdura, que nos trazia à lembrança a eterna primavera da nossa pátria; tínhamos em face o Vesúvio com a sua magnífica cratera, e uma longa cadeia de montes, que iam perder-se no horizonte longínquo, tomando as mais caprichosas formas. À direita divisava-se o grande campanário dos Carmelitas, cuja flecha campeava altiva, sem que nenhum rival se lhe antolhasse.

Ia-se finalmente perder a vista nesse mágico golfo, que reminiscências mitológicas faziam-se denominar palácio d'Amphitrite.

Arrancando-nos porém do doce êxtase, franqueamos o recinto do cemitério, cujo soberbo pórtico é sustentado por colunas, que rodeiam cem capelas com seus hipogeus, destinadas às confrarias leigas da cidade. São essas confrarias em número de 174, sendo um dos seus principais deveres o de acompanhar seus irmãos ao último jazigo, fornecer-lhes médicos e botica durante a sua enfermidade, mediante uma módica retribuição mensal, de que ainda são dispensados os verdadeiros pobres. Serve de habitação aos capuchinhos empregados nas encomendações um convento de estilo gótico, e ao redor deste edifício erguem-se outras igrejas com os seus hipogeus, pertencentes às diversas comunidades religiosas, assim como grande [233] porção de movimentos fúnebres de diferentes formas e estilos. A municipalidade designou um lugar separado para os túmulos dos homens de letras e para os cidadãos, que se distinguirem pelas suas virtudes e por qualquer título honrarem a pátria.

Dia 21. – *Vila Reale*. Morando tão perto do principal passeio público de Nápoles, havia, como quase sempre acontece, adiá-lo vê-lo, ocupado em admirar outras maravilhas do famoso Parthenope.

Banhado pelo mar, e fazendo frente para a bela rua da *Rivieira de Chiaja*, oferece este jardim agradável passatempo aos habitantes da cidade, máxime nos calmosos dias de estio, em que ora nos achamos. Adornam-no dois pequenos templos consagrados a Virgílio e a Torquato Tasso, obras de Tito Angelini e d'Angelo Solari. É também embelecido este jardim por lindos repuchos e fontes com estátuas e grupos copiados dos mais célebres originais antigos e modernos. O perfume das flores, o som de vários instrumentos tangidos por menestréis de nova espécie, os brandos eflúvios da brisa, fazem deste sítio uma dessas poéticas mansões imaginadas por Tasso e Camões.

Dia 30. – Haviam-me tanto falado do magnífico ponto de vista, que oferecia o castelo de Sant'Elmo, que resolvi-me a impetrar licença para visitá-lo, o que fiz esta manhã.

Poucos espetáculos podem existir no mundo, que sejam tão esplêndidos como o que apresenta Nápoles, contemplado desse *belvedere*. À esquerda ergue-se a colina de *Capo di Monte* com seu castelo real; mais longe Portici, as lavas resfriadas d'Herculanum, e o Vesúvio com os seus dois cabeços, um coberto de vinhas florescentes, que produzem o saboroso *lacryma-christi*, o outro coroado com o seu penacho de fumo, que incessantemente muda de cor e feitio. Seguindo semicírculo descrito pela praia, descobre-se Castellamare, dominado por altas colinas em face e do outro lado da Bahia Sorrento com os seus bosques de laranjeiras, Massa e o estreito de Campanella, por onde passam os barcos, que vão para a Sicília, bordejando o rochedo de Capri. À direita a branca linha dos palácios da Chiaja perde-se na verdura dos jardins. Mais longe, Posilippo com o seu pretendido túmulo de Virgílio, roubava-me a vista do cabo Miseno, e no fundo do quadro destacava-se a afortunada ilha d'Ischia. A meus pés estavam o palácio real da cidade, a Darsena, o cais de Santa Luzia, e finalmente o castelo d'Ovo, na extremidade dum molhe, que se prolonga pela baia.

.....

J. C. FERNANDES PINHEIRO.

"Bibliografia: Preleções de economia política do Dr. Autran da Matta Albuquerque". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. VI, abr./jun. 1860, p. 280-286.

BIBLIOGRAFIA

—

Preleções de Economia Política pelo Sr. Conselheiro Doutor P. Autran da Matta Albuquerque.

É sempre com o maior júbilo, que saudamos a aparição dum bom livro; e mais vivo torna-se esse sentimento quando é ele escrito por algum compatriota nosso, ou consagrado aos interesses do país. Tamanhos são os óbices com que lutam entre nós os cultores das letras, tão difícil é ainda viver a vida do espírito que não podemos deixar de votar uma coroa cívica aos beneméritos, que subtraindo-se ao poder do imundo materialismo dedicam seus lazeres à instrução do povo. No número desses beneméritos distingue-se o sr. conselheiro doutor Autran, que não satisfeito de guiar com paternal solicitude os neófitos da jurisprudência, destilando de seus lábios os favos de eloqüência e de pasmosa erudição, lança mão da pena para enriquecer a nossa literatura com as produções do seu brilhante engenho.

De há muito, que ouvíamos gabar os conhecimentos econômicos do Sr. conselheiro Autran; deles falavam seus discípulos com suma veneração; que não era porém exagerado semelhante conceito provou-o o ilustre professor no livro, que com o modesto título de *Preleções de Economia Política* publicou no Recife, e cuja segunda edição, consideravelmente melhorada, acaba de chegar de Paris.

Facilitar o estudo da *ciência da riqueza das nações*, pondo-a ao alcance das mais medianas inteligências, e dotar ao mesmo tempo as nossas faculdades jurídicas de uma obra, escrita no idioma vernáculo, que poupasse à juventude o trabalho de compulsar volumosos livros compostos em peregrinas linguagens, cujo cabal conhecimento nem a todos chega, foi certamente louvável empresa, bem digna da mais sincera e viva adesão.

Fazendo preceder seu tratado de uma luminosa introdução, procura o autor demonstrar, que à categoria de ciência foi com todo o jus elevada a Economia Política, e prova a sua utilidade com inconcussos raciocínios. Nega, que dos seus primeiros e titubeantes passos nada se possa inferir em seu detrimento por quanto: "as primeiras investigações científicas nunca foram coroados com a descoberta de toda a verdade, o que vale o mesmo que dizer, que as ciências humanas formam-se devagar. Os homens começam sempre às [281] apalpadelas, estréiam sempre pelo empirismo, diz Rossi; - porque o conhecimento das leis gerais e das causas dos fenômenos, sem o qual não pode haver ciência, demanda uma observação constante e exatíssima dos fatos, e ninguém há que possua o dom de observar em toda a sua perfeição. Não é pois maravilha, que se desse na Economia Política o mesmo, que se deu nas outras ciências, isto é, que os primeiros trabalhos tendentes à investigação das leis naturais, que regem a formação e distribuição da riqueza não fossem logo coroados com felizes resultados."

Divide o Sr. conselheiro Autran a sua obra em quatro partes; destinado a primeira à produção considerada em si própria e em suas diversas modificações; estuda na segunda as leis, que regem a oferta e a procura; examina na terceira a distribuição das riquezas em salários, lucros e renda; na quarta finalmente ocupa-se com o emprego mais ou menos profícuo da riqueza, terminando por judiciosas considerações acerca da importantíssima matéria do imposto.

Depois de haver magistralmente explicado a genuína inteligência dos vocábulos – produção e riqueza – passa o autor a falar do trabalho, tecendo o mais pomposo elogio a essa *necessidade moralizadora da espécie humana*.

Simples e elegante pareceu-nos a sua definição de capital, que copiamos textualmente com receio de desbotar-lhe o brilho com o nosso extrato. "*O capital* (diz o Sr. Autran) é um elemento indispensável da produção, porque não há exemplo, nem nas sociedades mais antigas nem nas modernas, da indústria exercida sem capital. O homem, para exercer um trabalho produtivo, que leva dias, ou meses, necessita previamente de certa quantidade de provisões, com que se alimente durante o tempo do seu trabalho: necessita muitas vezes de materiais e quase sempre de instrumentos, porque se a natureza o doutou de força física e inteligência, não o proveu de instrumentos, que o trabalho ordinariamente requer; necessita também de abrigo para trabalhar, de armazéns para guardar os produtos, de animais, de veículos e estradas para os transportar, de maquinas para aproveitar as forças materiais: enfim se o homem quiser viver de agricultura, é-lhe mister derrubar árvores, roçar matos, esgotar alagados, fazer casa de vivenda, celeiro, estribaria, abrir regos, levantar muros, ou cercas, prover-se de animais, estrume, instrumentos de lavoura, sementes. Ora, todas essas coisas são riquezas destinadas umas à conservação dos produtos, outras a uma nova produção nova, ou para melhor dizer, todas destinadas a uma produção nova; porque aquelas mesmas, que servem para conservar os produtos, são reprodutivas, pois conservar produtos é prolongar a utilidade, que eles têm. Pode-se pois definir o *capital – essa porção de riqueza criada, que serve para produzir outra.*"

Nutrido com as melhores doutrinas, sazonadas pela experiência e observação, não era possível, que o douto economista brasileiro deixasse de advogar com calor a causa do *trabalho livre*. Exuberantemente demonstra suas vantagens sobre o produzido pelos regimes [282] da escravidão, servidão, ou privilégio. Se para a perfeição do trabalho requer-se o emprego da inteligência e da boa vontade, é intuitivo que devem faltar estes predicados, quando o agente nenhuma utilidade imediata dele colhe, reduzindo-se ao papel de um força puramente animal. A emulação tão necessária para os progressos das artes e da indústria, não pode ser substituída pelo temor; sendo portanto incontestável, que o trabalho do escravo, ou do servo não pode ser tão lucrativo como o do homem livre.

Reconhecida por todos esta verdade, resta explicar a origem da escravidão, que nos mostra a história existente entre todos os povos da antiguidade, persistindo infelizmente entre alguns dos modernos, como por exemplo, no Brasil.

Apaixonado, como já dissemos, pela liberdade do trabalho, concorda o Sr. Autran, que casos há em que a *escravidão é um mal necessário*, e cuja abolição não pode ser feita senão pelo conjunto de muitas circunstâncias e pela ação lenta do tempo e da civilização. Ouçamos suas palavras:

"Concebe-se que em um pais novo, onde há muita terra a rotear e cultivar, seja mister grande soma de trabalho combinado, isto é, grande número de braços, que trabalhem simultaneamente; e neste caso havendo falta de braços, que trabalhem simultaneamente; e neste

caso havendo falta de braços a escravidão é uma necessidade. Compreende-se também pelas razões já expendidas, que os possuidores de escravos possam enriquecer, como de fato tem enriquecido; mas o que se não concebe, nem se compreende, nem está provado pelos fatos, é que o trabalho do escravo seja mais produtivo do que o do homem livre, e que as artes possam fazer progresso, onde a escravidão existe.

A escravidão é um fato antiqüíssimo; remonta à origem das sociedades, e as mesmas causas, que então a produziram, renovam-se nas colônias dos povos modernos. Naqueles primeiros tempos, em que foi mister a apropriação das terras, e forçá-las a produzirem para o consumo do homem, havia poucos trabalhadores para as preparar e cultivar, e os possuidores de terras, que não a queriam deixar incultas, recorreram à força para reduzir à escravidão os trabalhadores. Estabelecida a escravidão, conservou-se até mudarem as circunstâncias, que a ocasionaram. Porquanto ao passo que o número dos trabalhadores livres foi crescendo, o *preço corrente* do trabalho livre também se foi aproximando do seu *preço natural*, e menos lucrativo se foi tornando o trabalho dos escravos para quem os possuía; até que nivelado o preço corrente do trabalho livre com o seu preço natural, veio este trabalho a ser mais barato, mais produtivo, e mais lucrativo do que o trabalho servil."

Longe de partilhar as idéias dos que na Convenção Francesa exclamavam: *salve-se o princípio embora pereçam as colônias*, espera o ilustrado economista, que extirpado seja no Brasil o cancro da escravidão na época, já de nós bem vizinha, em que o trabalho livre for mais barato do que o do escravo. "O desenvolvimento da população, que aumenta o número dos trabalhadores (pondera o Sr. [283] Autran) e ao mesmo tempo os progressos da indústria, que restringiram o número dos obreiros em cada indústria, foram causa da abolição da escravidão no velho-mundo, e estas mesmas causas a farão desaparecer de novo."

Censurando as aberrações do princípio de associação, que deram origem aos sistemas *socialistas*, e dos que pretenderam substituir o salário pelo dividendo, expelindo os empresários, manifesta o nosso autor as suas simpatias pela força coletiva, e confessa, que sem ela não se teriam operado os prodígios de que justamente se ufana o nosso século. De fato que Crose, que Loucullo, que Rothschild, poderia subvencionar essa rede de vias férreas, que em todas as direções cobrem o globo, esses fios elétricos, que aniquilaram o espaço e suprimiram o tempo, esses *túneis* lançados através das águas e das montanhas? – Não quer porém o Sr. Autran, que ilimitada seja a liberdade de associação, e não duvida traçar-lhe regras, para que mais reais e proveitosos sejam os seus benefícios.

Chegando à questão da *unidade do padrão monetário*, tão luminosamente ventilada pelo sábio economista o Sr. Miguel Chevalier, expõe o nosso autor com franqueza as suas convicções e decide-se pelo alvitre da unidade, sustentando que seja o ouro o metal escolhido para padrão, sem que todavia exclua-se a prata como auxiliar.

"É inegável, diz ele, que a unidade do padrão monetário é um penhor de segurança para as transações comerciais, porque seja qual for a abundância, ou raridade do metal escolhido para padrão da moeda, ninguém receberá menos do que emprestou em moeda. A abundância, ou raridade do metal influirá certamente nos preços dos objetos do comércio e das propriedades, mas o valor das moedas e o metal serão sempre idênticos, e assim ficarão prevenidas as injustiças no cumprimento das convenções."

Em poucas palavras pulveriza o economista brasileiro o preconceito de alguns estadistas, que pensam que por medidas restritivas, proibições sempre odiosas, pode-se impedir a exportação

dos metais preciosos. Partindo do teorema de que sempre que uma mercadoria for mais barata num país, será exportada para o mercado, onde maior valor tiver, suporta a liberdade do comércio, demonstra que obedecem a esta regra os próprios metais preciosos, tendendo a sair do lugar, onde menos valor tiverem, para outros em que maior preço possam alcançar. Prova ainda outra verdade ainda infelizmente contestada em nosso século, apesar dos moderníssimos exemplos da Califórnia e da Austrália, vem a ser, que nos países, onde os metais preciosos são baratos, as outras mercadorias tornam-se caras; porquanto a barateza daqueles consiste em dar-se maior quantidade deles a fim de obter-se as mercadorias, de que se necessita, o que produz a carestia; reproduzindo a engenhosa fábula de Midas morrendo de fome rodeado de ouro. Não são pois as medidas restritivas e sim as leis econômicas da produção e do consumo, que determinam a entrada e a saída dos metais preciosos nos mercados das nações civilizadas, como sabiamente evidencia o autor, a que nos referimos.

[284] Insiste o distinto professor em provar, que a moeda não é mais do que um instrumento de permuta, e conquanto seja de incontestável utilidade, não constitui de per si a única e sólida riqueza. Com o louvável intuito de profligar a velha crença de que só nos cofres chapeados de ferro se deve guardar o dinheiro, afastando da circulação avultados capitais, que destarte ficavam improdutivos, desce o Sr. Conselheiro Autran a algumas minuciosidades, que talvez ache alguém impróprias dum tratado de Economia Política, mas cuja utilidade é notória desde que nos lembrarmos, que não escreveu ele o seu livro unicamente para os homens de letras, mas sim, para as classes menos ilustradas da população, a quem muito importa o conhecimento de semelhantes verdades.

Escolhendo no interessante livro do ilustre professor da Faculdade do Recife as passagens; que mais intimamente afetam o estado da nossa sociedade, não podemos deixar em olvido o capítulo, em que discute as causas da carestia dos gêneros nos países ricos. Como fácil era de supor, discorda dos que pretendem que seja tudo mais caro nos países ricos, e crê, que tal opinião não pode ter nascido senão da má inteligência da palavra *carestia*. Falando da excessiva elevação do preço dos gêneros alimentícios, que aflige alguns povos, bem como o nosso, não julga que seja isso o resultado da riqueza do país, mas pelo contrário da deficiência de capitais para melhorar as terras, ou aperfeiçoar os métodos de cultura. Não o assusta a carestia dos gêneros alimentícios quando concorre para atenuá-la o concurso de outras circunstâncias. "Da carestia geral das coisas, reflete ele, não se deve concluir absolutamente a miséria do povo. Porque, se as retribuições, ou rendimentos, avaliados em moeda, estiverem na mesma proporção da carestia, ninguém sofrerá por ela, e se forem maiores, a condição de todos será melhor. Assim encareceu tudo depois da descoberta da América, e não se tornou mais pobre a sociedade. A partir daquela época os metais preciosos diminuíram de valor, os produtos e os serviços trocaram-se por maior soma de prata e de ouro, e daí a carestia. Mas também a quantidade do trabalho para obter os metais preciosos diretamente, ou por meio da troca, foi menor."

Confessando a veracidade das teses acima estabelecidas, sentimos que na nossa terra não corresponda o preço dos gêneros de primeira necessidade à penúria dos ordenados e vencimentos dos empregados públicos, originando-se daí esse fatal desequilíbrio, que tanta inquietação causa aos homens pensadores.

Não menos merecedoras de séria atenção são as páginas destinadas ao papel- moeda, que forma a base da nossa fortuna pública e particular. Com os mais abalizados economistas pensa o Sr. Autran que *toda a emissão de papel moeda importa aumento na soma das unidades monetárias e lhes diminui o valor*. Devidamente regulada a emissão, é de provadíssima utilidade

para a facilidade das transações e expansão do crédito, sendo porém perigosíssima quando excessiva, equivalendo à alteração da moeda metálica a que recorriam [285] outrora alguns governos com grave prejuízo do crédito público "Todo o perigo do papel-moeda, pensa o nosso autor, está na emissão, e se houvesse meio de removê-lo, a substituição da moeda metálica pelo papel, seria um bem para a sociedade."

Do papel-moeda aos bancos a transição é curta, e o ilustrado economista aplica às notas desses estabelecimentos os mesmos raciocínios, que anteriormente fizera, tratando do papel do governo não convertível. Não desconhece as vantagens, que ao comércio, indústria e agricultura resultam da existência dos bancos tanto de depósito como ainda de emissão, exige porém para sua eficácia o indispensável requisito da pontualidade no pagamento das suas notas e na sua convertibilidade à mercê do portador.

Sendo esta uma das questões, que mais interesse despertam na atualidade, cremos que será lido com prazer o que a tal respeito pensa um distinto veterano das ciências econômico-políticas. Indagando dos meios, pelos quais poderá um banco pagar sempre as suas notas, serve-se destas expressões: "Para poder pagar as suas notas logo que lhe forem apresentadas, deve o banco ter sempre em caixa certa soma de moeda metálica, mais ou menos considerável, segundo as circunstância, e na carteira letras a curto prazo, que representem capitais, cujo emprego é seguro. O banco emite as suas notas descontando letra, que devem representar capitais transferidos por meio de crédito, e cujo valor os que descontam letras transferem ao banco. Ora esse capitais ou são produtos destinados a se transformarem noutros apropriados ao consumo, e que serão vendidos. Portanto os capitais, que representam as letras descontadas pelo banco, se devem converter definitivamente em moeda ou em notas do banco. No primeiro caso os devedores do banco pagam em moeda a importância das suas letras, e o banco habilita-se também a pagar na mesma espécie aos portadores de notas, logo que estes se apresentam, exigindo o pagamento delas; e no segundo caso os devedores do banco pagarão seus débitos com o papel do mesmo banco, ficando para eles extinta a obrigação de pagá-lo em moeda. Limitando-se pois o banco ao desconto de letras verdadeiramente comerciais e a prazo curto, nenhum receio pode haver de que deixe de cumprir os seus empenhos para com os portadores das suas notas. Nestas letras está principalmente o penhor das notas emitidas, e a este penhor acresce o da moeda, que o banco deve ter sempre em caixa. Se os valores, que as letras descontadas pelo banco representam, estiverem bem empregados e forem exigíveis dentro de pouco tempo, pode o banco ocorrer a um pedido de moeda instantâneo e extraordinário; porque tem o seu fundo metálico para satisfazer os primeiros, que pedirem moeda, e para os que se seguirem terá o que for cobrando das letras vencidas, porque se estas forem pagas com o mesmo papel do banco, menor será também o número dos pretendentes da moeda."

Tais são as doutrinas, que com a maior lucidez expende o Sr. [286] conselheiro Dr. Autran, e cuja não observância há ocasionado gravíssimos embaraços no velho e novo mundo.

Sobre a muito debatida questão da liberdade bancária o autor mostra-se adepto da opinião do Sr. Garnier, que pensa "que a liberdade plena e inteira está no futuro deste estabelecimentos, que então acharam a estabilidade, que debalde se lhes tem querido dar com regulamentos administrativos."

Muitos outros pontos são discutidos com rara penetração e clareza de idéias pelo digno decano da Faculdade do Recife: falecem-nos as forças e os precisos conhecimentos para acompanhá-lo no vasto campo, em que tão bem desenvolve o seu reconhecido talento. Não

pretendemos analisar as *Preleção de Economia Política*, o que da nossa parte temerário seria: mas tão somente despertar a atenção pública sobre um livro, que além da perfeição, com que foi escrito, da magnitude dos assuntos, de que se ocupa, junta ainda o mérito da oportunidade em sua aparição.

Releve-nos o Sr. Conselheiro Dr. Autran, o arrojo com que, baldo de estudos profissionais, falamos da nova e preciosa produção da sua douta e elegante pena. Supra a sinceridade do nosso juízo a imperfeição deste tosco artigo.

J. C. FERNANDES PINHEIRO.

"O Barão de Aiuruoca". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. VII, abr./jun. 1860, p. 9-13.

O BARÃO DE AIURUOCA

___

(Esboço biográfico)

Temos por mais de uma vez chamado a atenção dos leitores da *Revista Popular* sobre a vida de alguns respeitáveis varões, de que justamente se honra a nossa terra. Sair do campo das abstrações, das teorias mais ou menos belas, para descer à realidade, mostrar que a beneficência não é um formoso ideal, mas sim uma realidade mil vezes operada por este ou aquele vulto histórico, ou ainda pela humilde cidadão, cujo nome não franqueou os términos do seu município, que a dedicação pertence a todas as classes, que o heroísmo não está só no campo de batalha, ou na luta contra os elementos, mas também na coragem do médico, do padre ou do enfermeiro, que afrontam a morte para levarem ao pestiferado os socorros da ciência, da religião ou da caridade; é quanto a nós o mais proveitoso de todos os estudos, e a que melhor caberá o título de curso prático de virtude, ou moral em ação.

Não foi o protagonista da nossa tosca narrativa um denodado guerreiro, que com a espada gravasse o seu nome nos dísticos nacionais, um sábio, que com suas lucubrações alargasse o círculo dos conhecimentos humanos, um missionário, que estendesse os horizontes da fé; mas um honrado lavrador, sincero patriota, providência dos pobres, enérgico agente da civilização e do progresso.

Quem há aí nas três províncias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Gerais, que nunca ouvisse falar no coronel Custódio Ferreira Leite, condecorado na sua velhice com o título de barão de Aiuruoca? Quem há que não refira algum ato de beneficência por ele praticado? Quantas famílias não foram por ele amparadas, quantas dissensões domésticas pela sua legítima ascendência terminadas?

Não registrará portanto esta *Revista* em suas páginas a biografia de um homem obscuro, ou de algum desses enfatuados, que nenhum vestígio, senão os da vaidade e do orgulho, deixaram de sua passagem pelo mundo.

Filho legítimo do sargento-mor José Leite Ribeiro e de D. Escolástica Maria de Jesus, nasceu Custódio Ferreira Leite na fazenda de seus pais, sita na comarca do Rio das Mortes, província de Minas, aos 3 de Dezembro de 1782. Desde a mais tenra infância revelou a maior perspicácia e talento, que frutuosamente seriam aproveitados se a escassez das luzes, que alumiavam o Brasil colonial, máxime no interior de uma província central, lhe permitissem, dedicando-se às letras, seguir a sua vocação.

Mal dissimulando esta primeira contrariedade, partiu o jovem Custódio com seus irmãos para as margens do Rio Preto, a fim de entregar-se à lucrativa indústria da mineração. Ou porque as variadas [10] emoções, que semelhante ocupação oferecia, não bastassem à sua atividade, ou por qualquer outro motivo, que não chegou ao nosso conhecimento, o certo é que deixou o nosso

herói o seu país natal, e, como curioso observador, percorreu essas províncias sul-americanas, que então pertenciam à Espanha, e que constituem hoje outros tantos Estados independentes à Espanha, e que constituem hoje outros tantos Estados independentes. Peregrinando por estranhos climas, sentiu pungi-lo o espinho da saudade, e abandonando projetos de mais longínquas viagens, volveu aos pátrios lares.

O seu lugar estava de antemão marcado: necessitavam duas províncias limítrofes do Rio de Janeiro e de Minas de um homem assaz dedicado aos seus interesses, para pô-las em comunicação fácil e segura por meio de estradas e de pontes. Gênio empreendedor, o capitão-mor (posto que em sua mocidade lhe fora conferido) não trepidava em se embrenhar pelos sertões, ainda nessa época povoados por selvagens, atravessar a nado caudalosos rios, expor seus dias à sanha das feras.

Compensada era essa obrigação pela posse da maior popularidade; compreende-se pois de que auxílio fora ele aos faltores da nossa emancipação política. Quando com imparcialidade for um dia escrita a história da independência, quando se distribuir a cada um dos agentes o lugar, que lhe compete, estamos convencidos, que o nome do capitão-mor Custódio Ferreira Leite aparecerá coroado pela auréola do civismo.

Abrir fazendas era para o capitão-mor Custódio Leite negócio da maior facilidade, e no que sentia suma satisfação. Amplamente ganharam com isso seus amigos e protegidos, e mais de uma personagem deveu a origem de sua fortuna à magnanimidade do distinto mineiro.

Se com semelhantes disposições só dos seus interesses curasse, seria o maior milionário da nossa terra; esquecia-se porém Custódio Leite de si para só se lembrar dos outros, preferindo a satisfação de fazer bem às positivas vantagens da colossal riqueza.

Na ausência de mais verídicos dados sirva-nos de termômetro de seus relevantes serviços a estima, com que a honrava o fundador do império, agraciando-o com a comenda da Ordem de Cristo, com a patente de coronel de milícias, e distinguindo-o com a sua particular amizade.

Sou proverbial modéstia, o cuidado que tinha em ocultar seus serviços, coloca-nos na impossibilidade de seguir pa e passo essa benfazeja existência. Permita sua honrada memória que lhe ex-probemos tal desapego, que defraudou a biografia brasílica de numerosos lances de patriotismo, que de exemplo e edificação serviriam aos vindouros.

Escassas são as notas que nos foram confiadas por um seu ilustre parente, legatário de sua humanidade e desinteresse; ponhamo-las porém em contribuição e procedamos ao inventário de seus principais feitos.

Incumbido pelo governo, abriu o coronel Custódio a estrada chamada [11] da Polícia, que do município de Iguaçu se dirige à província de Minas; mandou fazer os aterrados do Engenho do Brejo, e por muitos anos administrou os trabalhos das estradas de Sapucaia e do Feijão Cru.

A propósito de Sapucaia, cumpre não esquecer o generoso donativo que à nossa província fez este benemérito cidadão, ofertando-lhe a estrada, que a expensas suas mandara fazer desde Magé até Sapucaia, assim como a ponte lançada sobre o rio Paraíba no trajeto dessa estrada, cedendo gratuitamente do privilégio, que por muitos anos lhe fora outorgado.

Com seus auxílios pecuniários, e com o produto das subscrições por ele agenciada, erigiram-se ou repararam-se as matrizes da Barra Mansa, Arrozal, Vassouras, Conservatório, Valença, Sapucaia e Mar de Espanha. Nesta última vila construiu ele a casa da câmara com

prejuízo de algumas dezenas de contos, concluindo pouco antes do seu passamento um formoso e vasto edifício, onde hoje se acha estabelecido o colégio Brandão.

Verdadeiro homem de ação, não abandonaria o coronel Custódio o cultivo da sua inteligência: e quando lhe permitiam as inúmeras ocupações da vida positiva, entregava-se à leitura dos bons livros, preferindo os tratados elementares da agricultura e da indústria rural. Assim introduziu ele vários melhoramentos na cultura do café, cabendo-lhe outrossim a glória de haver iniciado a da batata de demerara nos municípios de Mar de Espanha e Leopoldina.

Liberal por convicções e ordeiro por princípios, era o coronel Custódio dedicado amigo do regime político que nos rege, e desde a aurora do sistema constitucional exerceu diferentes cargos eletivos nos lugares de sua residência. Afastava-o porém do primeiro plano seu natural acanhamento, a ponto que, gozando da privança dos marqueses de Lages, Valença e Paraná, nunca quis sair da sua modesta posição. As reiteradas instâncias do último dos três marqueses aceitou ele o título de barão, com que de há muito queria galardoá-lo a munificência imperial. Foi ainda impelido por seus amigos que decidiu-se a tomar assento na assembléia provincial de Minas. Nesse plêiade de tão belas inteligências, nesse congresso de tão esperançosos talentos, era a velha experiência do barão de Aiuruoca ouvida com respeito, e o seu alvitre não poucas vezes seguido.

Grandiosos planos de melhoramentos materiais volvia em sua mente, quando no dia 17 de Novembro de 1859 soou a sua derradeira hora. Rodeado dos entes que na terra lhe eram mais caros, expirou o barão de Aiuruoca na sua fazenda da Barra do Louriçal, termo da vila do Mar de Espanha, vítima de uma congestão cerebral.

Acreditareis, leitor, que esse abastado fazendeiro, que nos últimos dias de sua existência devera fruir uma fortuna de alguns milhares de contos de réis, como aconteceu a alguns de seus irmãos, morresse pobre e onerado de dívidas?! – O luxo e loucas prodigalidades terão talvez dissipado seus tesouros, me direis vós. – Enganai-vos; o coronel Custódio (como o povo se obstinava em chamá-lo) era de uma [12] simplicidade espartana; em sua vasta habitação, mediocremente alfaiada, ocupava ele o mais pobre aposento; sua mesa porém era franca aos viandantes, seu teto abrigava com generosa hospitalidade o extraviado e noturno peregrino. Nos dias de sua opulência nunca ninguém recorreu debalde ao seu cofre, e as lágrimas da viúva e do órfão não raro foram enxugadas por suas caritativas mãos. Juntai a isso que, novo Job, foram pelo Senhor postas à prova a sua paciência e fé religiosa; destruindo seus cafezais uma horrível chuva de pedra, que por alguns anos privou-o de suas copiosas colheitas; a ingratidão de alguns entes perversos, que, abusando da magnanimidade do seu coração, extorquiram-lhe avultadas somas, e tereis a explicação da ruína dessa gigantesca fortuna, cujos restos serão apenas suficientes para satisfazer aos seus credores.

Quem visse o barão de Aiuruoca sempre em viagem, com o chapéu repleto de papéis, trajando com a maior simplicidade, diria que era um desses modernos industrialistas, ou eternos empresários, que buscam privilégios ou acionistas para sonhadas companhias, cuja única utilidade só por eles pode ser compreendida. Nada disso, o que arrojava o venerando ancião através das chuvas torrenciais e dos ardores da canícula, caminhando a desoras por nossas ínvias estradas, eram alheios negócios, interesses de parentes, amigos e conhecidos. Era uma espécie de procurador geral, quase que diríamos um Asaverus da caridade.

Completaremos este mal traçado esboço com dois passos de sua vida, que nos foram relatados por testemunhas oculares.

Costumava o barão pousar em suas peregrinações numa pobre casa situada à beira da estrada, onde era sempre bem-vindo o anjo da consolação. Aconteceu que um dia achou a família debulhada em pranto, triste e abatido seu chefe. Perguntando a causa de semelhante melancolia, soube que por atrasos de seu mesquinho negócio devera o dono da casa sofrer penhora no pouco que nela havia, expostos ficando sua mulher e filhos à mendicidade. Ouvindo isto, montou o barão a cavalo, e poucas horas depois voltou, trazendo as letras por ele pagas, que graciosamente entregou a uma das crianças, cujos brincos mais o distraíam de suas sérias cogitações.

Ainda mais característico é o seguinte fato:

Atravessava o nosso herói o campo de uma fazenda, quando um cavalheiro saindo-lhe ao encontro rogou-lhe encarecidamente que se encaminhasse à próxima situação de sua mãe, que muito desejava falar-lhe. Como de costume, rendeu-se o barão a essa súplica, e chegando ao lugar indicado encontrou-se com a aflição de uma triste viúva, a quem um ávido genro obrigava a vender os últimos escravos, para entregar-lhe a legítima de sua mulher. Já nessa época achava desmoronada a fortuna do barão de Aiuruoca, e os seus compromissos era consideráveis. Avalie portanto o leitor a dor que traspassaria aquela grande alma, vendo-se na rigorosa necessidade de pela primeira vez, em sua longa vida, negar-se a um ato de beneficência. Negou-se, pois, à viúva anuir ao que pedia.

[13] Chegando a esta capital, abrilhantou-lhe o espírito uma inspiração celeste. Lembrou-se ele, que nunca jogava, de comprar um bilhete de loteria para a viúva, e o anjo da beneficência, tomando a forma da menina que extraía os bilhetes, fez com que nesse número saísse a sorte grande. Transportado de júbilo, olvidava-se o barão dos negócios que o traziam ao Rio de Janeiro, põe-se em viagem, apeia-se na pobre habitação da desconsolava viúva, integralmente entrega-lhe o dinheiro, que em seu nome recebera, e montando de novo a cavalo subtrai-se aos agradecimentos dessa família, a quem destarte felicitara.

À vista destes e de outros tocantes quadros, que nos narram os que tiveram a ventura de conhecê-lo, concordareis conosco, benévolo leitor, que a divisa heráldica do barão de Aiuruoca deverá ser esta expressão do Evangelho – L'ERTRANSIVIT BENEFACIENDO.

J. C. Fernandes Pinheiro.

"Naturalistas Brasileiros: Fr. José da Costa Azevedo". *Revista Popular*: Garnier, ano II, t. VII, abr./jun. 1860, p. 136-139.

NATURALISTAS BRASILEIROS

———

Fr. José da Costa Azevedo.

É singular o esquecimento a que votamos os varões, que pela sua inteligência e dedicação servirão a pátria; e podemos com justiça dizer, que entre os defeitos do caráter português é este o que com mais saliência se nota no nosso. Somos os legítimos herdeiros dos desprezadores dos Camões e Albuquerques, e parece que só sabemos venerar a fátua mediocridade, ou genufletir perante estranhos ídolos.

Esqueceu a moderna geração até os nomes dos que, superando mil dificuldades, numa época em que tão escassas eram as luzes e tão árduos os meios de obtê-las, conquistaram a reputação de doutos e fizeram-se respeitar dentro e fora do país. Quem há ai que se recorde dessa brilhante plêiade de naturalistas, que à sombra do claustro entregavam-se ao estudo da natureza e revelavam ao mundo científico as riquezas do nosso solo? Apenas um ou outro estudioso pronuncia com respeito os nomes de Fr. José Mariano da Conceição Velloso, o sábio autor da *Flora Fluminense*, de Fr. Leandro do Sacramento, o criador do Jardim Botânico; ao passo que condenados ficam perpétuo olvido outros, que menos célebres do que os seus colegas, prestaram em mais modesta esfera valiosos serviços. É em prol de um desses exilados da gratidão nacional, que ergueremos hoje nossa débil voz. Queremos falar do padre mestre Fr. José da Costa Azevedo, primeiro diretor do Museu e lente de mineralogia da academia militar desta corte.

[137] Nasceu José da Costa Azevedo na cidade do Rio de Janeiro aos 16 de Setembro de 1763 no grêmio de pobre e honesta família, e revelando desde os mais verdes anos extraordinário talento e amor às letras, foi por seus pais consagrados a elas. Percorrendo com rapidez o círculo de estudos, que então existam na nossa terra, aspirou novos e mais dilatados horizontes, e testemunhas desse nobre ardor, proporcionaram-lhe algumas almas generosas os meios para transportar-se a Lisboa, onde matriculou-se no *colégio dos nobres*.

Longe da pátria não se afrouxou o entusiasmo do digno mancebo, continuando pela sua aplicação e exemplar conduta a merecer a geral estima dos seus professores. Terminado o curso de preparatórios, ou como então se dizia, *havendo feito as suas humanidades*, encaminhou-se o moço fluminense para Coimbra, a fim de freqüentar os cursos dessa célebre universidade, empório das ciências e letras da vasta monarquia portuguesa. Com tanto aproveitamento estudou ai José da Costa Azevedo, que poucos anos se haviam passado, que já trocava o banco de aluno pela cadeira de lente de teologia na ordem de S. Francisco, cujo instituto abraçara.

Chamava então o claustro todos os talentos modestos, todas as verdadeiras vocações literárias, que fugindo ao ruído da sociedade, buscavam em sua solidão esse remanso tão almejado por todos os sábios, essa *aurea mediocritas* do bom Horácio. Era Fr. José da Costa um homem de estudo; havia contraído o *vício do trabalho*, na frase dum moderno escritor, e nada

parecia mais adaptado ao seu caráter, do que o burel franciscano. Cercada de respeito era a ordem seráfica uma das mais felizes de Portugal, e sem violar o voto de pobreza, abundantemente socorrida pela piedade dos fieis, nada faltava ao bem estar de seus membros, que nas máximas do Evangelho e na prática da sua regra, haviam aprendido a contentarem-se com pouco.

Eminente teólogo não encerrou Fr. José da Costa o seu talento nesta especialidade, antes freqüentou com gosto e assiduidade os cursos de filosofia e ciências naturais, aproveitando utilmente a sua residência na Atenas Lusitana.

Tão grande reputação granjeou como filósofo, que foi chamado para reger uma cadeira pública desta disciplina em Lisboa, para onde dirigiu-se, saudoso deixando as poéticas ribas do Mondego. Acompanhou-o a estima, de que até ali gozara, e a prova do seu mérito literário, do quanto era apreciado pelos homens mais notáveis da época, achamo-la nós na sua escolha para sócio correspondente da academia real das ciências, que poucos anos antes fundara um dos mais distintos caracteres da velha fidalguia, o esclarecido duque de Lafões, verdadeiro Mecenas das letras portuguesas.

Ilustrando a pátria pelo seu saber e virtudes, consolava-se o padre mestre Costa de viver dela arredado, e não pensava sequer na possibilidade de regressar aos seus lares. Havia porém a sorte disposto o contrário.

Travara ele íntimas relações com seu ilustre conterrâneo Azeredo [138] Coutinho, que sendo eleito bispo de Pernambuco e incumbido de fundar o seminário dessa diocese, obteve do seu amigo a coadjuvação das suas luzes, e do governo o preciso beneplácito para que o seguisse em seu novo destino.

Tanta confiança depositava o bispo Azeredo Coutinho no padre mestre Costa, que a ninguém achou mais digno de confiar a direção do seu seminário, encarregando-o ao mesmo tempo de lecionar filosofia e retórica. Na memória dos anciões de Pernambuco achava-se ainda arquivado o modo lhano, sisudo e nobre, com que o douto fluminense desempenhou semelhantes encargos.

Para prova da estima, que dele fazia o sábio prelado, que no meio de tão variados deveres soube ainda adquirir renome de grande economista e ameno escritor, citemos o trecho duma carta, que de Lisboa escrevia-lhe em data de 3 de Fevereiro de 1803, quando por aí passara, indo tomar conta dos bispados de Bragança e Miranda, para onde fora removido.

"Li com gosto a dissertação, que escreveu sobre a salubridade dos ares de Olinda, e que recebi na mesma ocasião, em que recebi a sua carta; ela faz muita honra ao nome de V. R., tanto pela erudição, que encerra, como pelo excelente método, em que está disposta. Essas foram as minhas vistas sempre; formar nesse fértil torrão homens capazes de olhar sobre a sua natureza e de nos descobrirem as grandes preciosidades, que ele contem em todos os ramos, e as vantagens, que podemos tirar de suas riquezas. Eu plantei, V. R. deve regar e continuar esta grande obra de Deus lhe dará o aumento."

Proféticas foram as palavras do magnânimo bispo, e os serviços de Fr. José da Costa, seu amor pelas ciências naturais, foram devidamente aquilatadas pelo excelso conde de Linhares, que conhecendo-o pessoalmente, dele lembrou-se na organização da academia militar desta corte, destinando-lhe a cadeira de mineralogia. Mais tarde foi pelo mesmo conde despachado diretor do Museu, emprego que conservou até a sua morte, ocorrida a 7 de Novembro de 1822, repouzando os seus ossos numa urna, depositada na igreja de S. Pedro, e mandada fazer pelo seu amigo e

parente o Sr. Comendador José Victorino Coimbra, a quem devemos o obséquio das presente notas biográficas.

Privou o padre-mestre Costa com as maiores notabilidades do seu tempo, e temos presente grande número de cartas, penhores da familiaridade, com que o distinguiam. Os duques de Lafões e Cadaval, os marqueses d'Angeja e d"Aguiar, os condes de Linhares, das Galvêas e da Barca, os bispos D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, Fr. José de S. Escolástica, D. Fr. Francisco de S. Luiz e D. José Caetano da Silva Coutinho, o chanceller-mór, e depois ministro, Thomaz Antônio de Villa-Nova Portugal, os doutores José Bonifácio, e Manoel d'Arruda, e muitos outros conspícuos varões mantinham com ele assídua correspondência, e acatavam seus conselhos e observações.

Não lhe dessecaram a imaginação as ciências físico-matemáticas [139] e lemos muitos de seus sermões – onde a beleza de estilo de S. Carlos se casa com a pureza de dicção de Vieira. – Não os confiou porém ao prelo por mal entendida modéstia; porquanto, nunca deve o homem de letras recusar ao seu país o tributo da sua inteligência; não aconselhamos porém aos seus herdeiros, que o façam, se não desejarem ser multados nos gastos da impressão, por isso que as obras de gosto e de amena literatura não são da nossa quadra, que almeja em tudo descobrir o *imediato e positivo interesse*.

Para o uso de seus discípulos escrevera o padre-mestre Costa uns *Elementos de Mineralogia*, segundo o método de Wermer, os quais lamenta Adriano Balbi, ([402]) que nunca vissem a luz da imprensa.

Manuseando a coleção das cartas, que por diversas personagens lhe foram endereçadas, viemos ao conhecimento, que muitas memórias escrevera Fr. José da Costa sobre os estudos de sua maior predileção; ignoramos porém onde param esses trabalhos, que talvez a traça haja consumido, ou constituam a bagagem científica de algum moderno naturalista.

Grandemente contribuiu o acanhamento, que tinham os nossos antigos de confiarem à imprensa o fruto de seus labores para o descrédito, em que caíram as ciências em Portugal; a ponto de ignorarem muitas pessoas, aliás instruídas, quais sejam os homens, que maior nomeada por elas alcançaram na sua época. Julgamos haver soado a hora da reparação, façamos o inventário das nossas glórias: - evoquemos no Josephat da história todas as grandes sombras desses beneméritos, que pelas suas virtudes, letras e serviços enobreciam a pátria, que para eles ainda não existia. No Panteon brasileiro erga-se a estátua do distinto e modesto naturalista Fr. José da Costa Azevedo, e deixe de pesar sobre a sua memória o gélido manto da indiferença e do olvido. Tais são os nossos humildes votos.

J. C. FERNANDES PINHEIRO.

[402] *Essai Statistique du Royaume de Portugal tome II.*

"A conjuração de João de Deus: narrativa dos tempos coloniais". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano II, t. VIII, out./dez. 1860 , p. 219-222.

A CONJURAÇÃO DE JOÃO DE DEUS

———

(Narrativa dos Tempos Coloniais)

Gravado ainda estava na memória de todos o triste desfecho da tentativa republicana em Minas, parecia ainda ouvir-se as últimas palavras do *Tiradentes* ou magoados queixumes do amante de Marília, e já na antiga capital do Brasil erguia-se de novo o cadafalso e quatro infelizes alucinados expiavam ai seus sonhos de liberdade e independência.

Corria o ano de 1798, governava a capitania da Bahia D. Fernando José de Portugal, que mais tarde com o título de marques de Aguiar, veio a ser um dos ministros del-rei D. João VI, quando nesta cidade fixou a sua corte. Apesar do cuidado com que hermeticamente fechados tinha os nossos portos, o governo metropolitano, tinham aportado a estes climas os princípios que em seu triunfo derribaram o trono de S. Luiz, ateando por toda a Europa assombroso incêndio. Ansiosamente procurados eram os corifeus enciclopédicos, e com o atrativo do fruto proibido saboreadas as suas máximas. Podia-se co verdade dizer que, salvas raras exceções, simpatizavam os Brasileiros com as nossas idéias, com tanto mais entusiasmo por isso que se sentiam oprimidos, e com secreto pressentimento anteviam os arrebóis de sua emancipação.

No dia 27 de Agosto do referido ano de 1798, compareciam perante o desembargador Francisco Sabino Alves da Costa Pinto, devidamente autorizado pelo capitão-general, Joaquim José da Veiga, Joaquim José de Sant'Anna e José Joaquim de Siqueira, denunciando como conspiradores a João de Deus, alfaiate, e Lucas Dantas, soldado do regimento de artilharia.

Nem o caráter e posição social dos denunciados, nem a natureza dos planos, que lhes eram atribuídos, podiam incutir o receio pela tranqüilidade pública. Suspeita e inquieta porém andava a autoridade, e tanto bastava para que rodeando-se do aparato da lei, dessa importância ao que de si não tinha.

A má interpretação das idéias dominantes na revolução francesa, originada pela ignorância dos chefes visíveis da conjuração, davam-lhe uma cor socialista, pouco própria para angariar-lhe as simpatias das classes mais ilustradas e influentes da população. O pobre alfaiate [220] João de Deus caricático Catilina, tinha falta de energia e mesmo dessa habilidade, que muitas vezes supre o talento e a instrução.

Nem uma luz derramam os documentos que temos à vista sobre o verdadeiro chefe da malograda empresa; na lista porém dos presos deparamos com o nome do bacharel Cyprano José Barata de Almeida, cirurgião aprovado. Ora, quem se recordar do importante papel que no tempo do Sr. D. Pedro desempenhou esse fogoso tribuno, não deverá acreditar que dele partisse o pensamento, cuja execução confiara a indivíduos da plebe, porque nela principalmente procurava apoiar-se. Na lista dos trinta e seis presos avulta o seu nome, e não sabemos como escapasse essa

circunstância ao juiz formador da culpa, para, deixando imune, ir descarregar a espada da justiça sobre a cabeça de insignificantes comparsas.

Tempo é de inteirarmos o leitor do programa dos conjurados, tal qual se colige de suas proclamações e dos depoimentos dos negociantes. Anunciavam a igualdade e paternidade dos cidadãos, a abertura das portas aos navios estrangeiros; a extinção dos tributos e monopólios; a liberdade de todos os escravos; o aumento dos soldos das tropas, devendo cada soldado ganhar duzentos reis diários; a aptidão dos homens de cor aos mais elevados postos da milícia; a supressão da clausura monacal, podendo os frades e freires que quisessem sair dos seus conventos. Ao lado dessas medidas, que poderiam ser tachadas de inocentes utopias, haviam outras que revelavam os instintos ferozes da plebe, e que tanto fazem-nos temer o seu domínio. Assim por exemplo: falavam os conjurados no assassinato das principais autoridades, excetuando-se o governador, que por um singular delírio julgavam seu cúmplice, pretendendo colocá-lo à frente de sua quimérica república. Não esqueciam também a terrível ameaça do saque que como a espada de Damócles está sempre suspensa sobre a cabeça dos ricos suspeitos de não partilharem dos princípios revolucionários.

Dissemos que nem o caráter, nem a posição social dos pretendidos cabeças da revolta deveram inspirar ao governo a menor inquietação: é de fato, que preponderância poderiam ter sob um povo tão ilustrado, como, por certo era e é o baiano, o pobre pardo alfaiate João de Deus, e os soldados Lucas Dantas e Luiz Gonzaga das Virgens, elevado às honras de secretário, e de cuja perícia gramatical ficaram exuberantes provas nos documentos a que acima aludimos? Apesar da jactância com que em seus plebiscitos diziam serem 676 os filiados em sua apreciação, contando-se nesse número pessoas elevada posição, cremos piamente que não passavam eles dos 36 que foram recolhidos aos cárceres por precaução do governo alguns dos quais eram apenas conhecedores do plano, ou coniventes com ele. Aliciaram João de Deus e Lucas Dantas grande número de escravos, engodados pela esperança de alforria, e sob este ponto de vista, cumpre confessar, que bem funestos poderiam ser os resultados da planejada revolução.

Até na escolha do sítio para as suas reuniões e na hora em que [221]elas se faziam revela-se a estultícia dos conjurados. Era no *Campo do Dique do Desterro* às Ave-Marias, que fora dado o emprazamento, a que, quiçá pressentindo o mau resultado da empresa, poucos se acharam presentes. No depoimento do primeiro denunciante (Joaquim José da Veiga) com o qual substancialmente concordam os dois outros, achamos os pormenores dum desses ajuntamentos:

"Dadas as Ave-Marias foi ele denunciante, na forma ajustada para a porta do dito João de Deus, onde achou já, além desse, os seguintes: José do Sacramento, soldado do quarto regimento, oficial secretário deste estado José Pires de Carvalho Albuquerque; Ignácio da Silva Pimentel, soldado do segundo regimento; um moleque aprendiz, que lhe parece escravo do tabelião Bernardino de Sene e Araújo, e na presença de todos os sobreditos disse o dito João de Deus, para ele denunciante: - Ora venha que já tardava; pensei que não vinha mais – e daí se dirigiam para o sítio do *Campo do Dique* e no caminho passando pela porta do coronel D. Carlos Balthasar na presença de todos os sobreditos cortejou ele denunciante ao dito coronel, que se achava na janela, dizendo-lhe: - V. S. dá uma pintada de rapé? – e respondeu o dito coronel: - Para onde vás com toda essa gente? – ao que respondeu ele denunciante: - Para a minha roça, - e tornou o dito coronel: - Ora pois vão, e não façam alguma desordem – E chegando ao *Dique* não acharam pessoa alguma, do que admirado o dito João de Deus disse para ele denunciante e para os outros: - Não sei como isto é! Pois Antônio José, 1º. Boleeiro de Caetano Maurício, e Lucas Dantas, tinham ficado de vir e de trazerem ambos consigo sessenta homens – e logo se resolveram a

passar ao botequim, que faça por detrás do muro das freiras do Desterro, que é dum pardo chamado Manoel Anselmo, e ai se mandou vir um copo de aguardente...”

Eis fotografada a fisionomia desses concialibulos, compostos das fezes da população baiana, sem bases determinadas, reunidos em um lugar público e terminando em um botequim!

Do caráter irresoluto do ostensivo chefe de João de Deus, fornece-nos provas outro trecho do depoimento supra citado, quando diz:

“E na manha seguinte de domingo 26 do corrente, pelas 6 horas foi ele denunciante novamente chamado da parte do dito João de Deus pelo mesmo moleque aprendiz, e indo com efeito ele denunciante à sua tenda o achou com o mencionado capitão Joaquim José de Santa’Anna e na presença dele disse a ele denunciante o dito João de Deus: - Homem, mandei-lhe chamar para ver isto coma há de ser: onde havemos de determinar para o nosso ajuntamento. – Ao que respondeu ele denunciante, *com tenção já feita de os entregar*. – Eu assentava que o melhor era ajuntarmo-nos de dia em alguma roça, para as partes das *Bretas* o que respondeu o dito João de Deus *com sua perplexidade*: - Eu sei... de dia... enfim eu vou para fora e na volta o procurarei em sua casa.”

[222] Sei, como conhece o Sr. Varnhagen, a revolução da Bahia não tinha chefe, ou pelo menos não queria ele manifestar-se, deixando-se até nas mãos da ignorância a redação dos documentos oficiais, não vemos a necessidade das medidas de extremo rigor à que recorreu o governo português, confirmando a sentença proferida pela relação, que condenava à mote a João de Deus do Nascimento, cabo de esquadra de milícias, os dois soldados Lucas Dantas e Luiz Gonzaga das Virgens, e o crioulo liberto Manoel Faustino, que apenas contava 18 anos de idade!

No nosso entender a prisão, e talvez o desterro dos mais influentes e os castigos corporais aplicadas aos escravos, seriam mais que suficientes para abafar a idéia da revolta, malogrando uma conjuração que deveu toda a sua importância aos terrores que soube inspirar aos que nessa época governavam o nosso país. Pensavam porém os magistrados e políticos desse tempo que era necessário ostentar um grande aparato de força sempre que aparecia o menor sintoma de rebelião.

Uma proveitosa lição se pode contudo tirar dessa burlesca farsa, infelizmente terminada no cadafalso, e vem a ser que o descontentamento popular originado pelos erros dos governantes, fornecerá sempre o elemento vivaz de todas as revoluções, e que por maior cuidado que se tenha de submeter a severas quarentenas as idéias liberais farão elas, à semelhança das epidemias que zombam dos lazaretos e cordões sanitários, a sua erupção tanto mais terrível quanto mais for o sofrimento imposto pelo despotismo. Não descem as teorias metafísicas às camadas inferiores da população, não compreendem os mapas as teses de direito público, conhecem porém intuitivamente que padecem, aspiram por melhorar a sua sorte, e prestam atentos ouvidos às seduções de alguns ambiciosos, que sobre a sua credulidade firmam o pedestal do seu poder. Difícil, senão impossível, é sublevar um povo feliz, que vive sob o regime de sábias e justas leis: por conta pois dos maus governos deveremos lançar a responsabilidade de todas as perturbações da ordem social.

J. C. FERNANDES PINHEIRO.

"Literatura: Origem da Língua Portuguesa: fragmento de um livro inédito". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. IX, jan./mar. 1861, p.295-300.

LITERATURA

—

ORIGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA

(Fragmento de um livro inédito)

.....

Pensamos com o Sr. A. Herculano que Portugal é uma nação nova, nascida no XII século num ângulo da Galiza, constituída sem atenção [296] às divisões políticas anteriores, dilatando-se pelo território do Al-Gharb sarraceno; ([403]) e rejeitamos portanto a tradição que a faz descendente dos antigos Celtas, que por mais de três mil anos souberam conservar a sua vitalidade à despeito de todas as invasões porque teve de passar a península ibérica. Cremos ainda com o mesmo douto historiador que o moderno Portugal não ocupa exatamente o lugar da antiga Lusitânia; por isso que os territórios a que se deu tal nome se estendiam pelas províncias espanholas muito além das modernas fronteiras, passo que na primeira época não passavam, pelo lado do sul, além do Tejo, e na segunda findavam ao norte pelo Douro.

Sabemos que fazia parte integrante da monarquia leoneza o pequeno condado de Portucale, encravado na Galiza, até ao tempo de D. Afonso VI, que o constitui em feudo quase que independente em favor de Henrique de Bargonha casado com sua filha D. Tereza. Asseguraram-lhe a independência as vitórias de D. Afonso Henriques sobre os Mouros e sobre seu primo D. Afonso VII, que se fizera proclamar imperador dos Espanhóis; e assim começou a sua nacionalidade. Até 1140 Espanhóis e Portugueses constituíam um só povo, falavam uma só língua com ligeiras modificações.

Para esclarecimento deste ponto cumpre, que retrocedamos alguns séculos e entremos em algumas indagações históricas. Refere-nos à tradição que remotas eras duas emigrações sucessivas de Iberos e de Celtas partiram d' Ásia para se estabelecerem na Espanha, e que depois de haverem por largo tempo disputado a posse do país, acabaram por confundir-se em um só povo, que tomou o nome de Celiberos, subdividindo-se em várias tribos, como as dos Cantabros, Asturos e Vasconios ao norte, e Calaicos e Lusitanos ao ocidente. Vieram mais tarde fixar-se na Península colônias fênicas, ocupando as melhores posições marítimas enquanto as gregas se estabeleciam nas ribas do Douro e do Minho. Este amálgama de raças sofreu ainda outra alteração com a chegada dos Cartagineses, a quem dos Fenícios, haviam eles caldeado o sangue com o dos Líbios ou Mouros, formando uma casta mista, conhecida pela denominação de Libifenícios.

Ignora-se o tempo que foi mister despender para fazer destes diversos elementos um povo homogêneo; mas o certo é que já no VI século antes da nossa era Carthago contava na Espanha súbditos leais e dedicados, que em prol dos seus interesses iam verter o sangue em longínquos climas.

---

[403] *Hist. de Port.* tom. I, Intr. pag. 47.

Uma porção do existente Portugal, habitada pelos Turdetanos (celtofenícios) e pelos Celtas das margens do Ana (Guadiana) , havendo persistido em guardar a sua independência, foi submetida por Hamilcar e obrigada a reconhecer o poderio cartaginês.

Chegou porém o tempo em que, na eloqüente frase do Sr. Herculano, [297] " o braço de ferro da república romana devera cingir a Espanha para só a arrojar de si exausta e transfigurada nas mãos dos bárbaros do norte." Por duzentos anos prolongou-se a guerra da conquista e é um dos seus mais belos episódios a corajosa resistência do selvagem montanhês Veriato, que à frente dos Lusitanos, desbaratou sucessivamente os exércitos de Manlio e Pisão. Força porém foi ceder à disciplina e valor das legiões; e o domínio romano estendeu-se por toda a Península, à exceção unicamente dos desvios dos Pirineos, onde continuou com a sua agreste independência a raça indomável dos Celtas, que resistira às anteriores invasões.

Quem tiver estudado cuidadosamente a história se recordará de que os Romanos não empregavam só as armas para submeterem nações; confiando por demais na superioridade de sua civilização introduziam entre os povos vencidos as suas colônias, leis e costumes, faziam troca dos seus deuses e sem ferirem por forma alguma a suscetibilidade religiosa, conseguiam impor suas crenças, vazando os mais heterogêneos elementos no grande molde da sua vigorosa organização Semelhante sistema aplicado à Espanha produziu os mais felizes resultados, e os restos das nacionalidades que a conquista cartaginesa não tivera tempo de fundir, entraram na vasta sociedade romana.

Quando no V século desmoronava-se o colosso romano, que esmagara o mundo, vimos Gerôncio, governador de Espanha, abrir passagem pelos montes aos vândalos, alanos e suevos, que dividiram entre si o território que lhes entregara a traição. Ferozes e sangüinários esses filhos das brenhas não procuraram aliar-se com os naturais; assim pois a sua passagem foi semelhante à dos meteoros, não tardando em serem substituídos pelos wisigodos, que mais brandos e civilizados, não repeliam os vencidos, ligando-se a eles por consórcios e fazendo com que um só código regulasse as transações de ambas as raças. Tornou-se o nome de godo genérico, e como muitas vezes acontece, adotaram os conquistadores a religião, leis e costumes dos conquistados.

Tal era o estado da Península a conquista árabe trouxe-lhe nova e importante modificação. A vingança do conde Juliano abriu a Espanha aos sarracenos e as águas do Guadelete se tingiram do mais puro sangue cristão. D. Pelágio salvando na gruta de Covadonga as relíquias da nacionalidade goda, e começando essa Ilíada de oito séculos, apresente-nos um dos mais curiosos espetáculos da história humana. Esse pequeno reino d' Oviedo, oculto nas montanhas das Astúrias, que como imenso Briareo, estrangula os emigrados muçulmanos, suplanta o califado de Córdova, e vai nas pessoas de Ferman, é a mais brilhante demonstração de que jamais perece um povo que ilesa conserva a sua fé religiosa.

Profundos vestígios etnográficos deveram deixar as raças que sucessivamente estanciaram na Espanha; mas foram eles pouco à pouco se apagando em virtude das novas invasões, e raros são os [298] que se encontram na língua que falamos relativos às primeiras épocas. Algumas poucas célticas e fenícias, conservadas principalmente nas denominações geográficas, revelaram-se às pesquisas de nossos doutos filólogos: quanto porém aos vocábulos gregos, parece que nos foram transmitidos pelos Romanos, havendo-se já perdido o uso desse idioma na Península, bem como o do cartaginês.

Foi portanto a língua latina quase que a única falada por muitos séculos na Espanha, e alguns grandes nomes da sua literatura, como Seneca, Lucano e Marcial, viram ai a luz do dia.

Não falava porém o povo um latim clássico, porque nem na própria Roma isso acontecia, como no-lo testifica Cícero; e a linguagem vulgar, transplantada pelos soldados e empregados subalternos da administração, mesclou-se com os dialetos indígenas, formando o dialeto rústico ou popular, donde derivou-se o romana, romance ou romanence, base dos modernos idiomas da raça latina.

Por mais pasmosa contudo que fosse a influência do latim, para o que poderosamente contribuíram as causas que havemos indicado, a que mais tarde juntou-se a ação da predica e liturgia cristãs, não se estendia ela aos campos; porque, como muito bem observa o Sr. Guizot, a política dos conquistadores nas Gáleas e na Espanhas fora concentrar a população dentro dos muros das cidades para fazê-las esquecer até a sua língua nativa. Serviu porém um elemento, com que se não contava, de perpetuar os vestígios das antigas nacionalidades, queremos falar da escravidão. Peçamos ao Sr. A. Herculano que nos explique este curioso fenômeno.

" País domado pelas armas, a Península devera ter visto cair muitos de seus filhos na servidão. Era por meio de escravos que os Romanos cultivavam as terras, e é sabido a que ponto de tirania a escravidão chegou entre eles. Os servos agricultores foram os mais oprimidos pela desumanidade e capricho dos senhores do mundo. Longe do conversação civil, tratados ainda pior que os animais, tendo comumente por morada os cárceres subterrâneos das granjas, chamados ergástulos, sem proteção nas leis e tribunais, porque a morte ou a vida dependia da vontade do senhor, estes homens, malditos do mundo, e cuja sorte seria ainda terrível, comparada com a dos negros de uma roça d'América, alheios à civilização, que se esquecera deles, cheios de terror e de ódio para com os habitantes das cidades, deviam conservar tenazmente os costumes e a linguagem mista de céltico, fenício, grego e púnico, em tudo aquilo que por seus donos lhes fosse consentido. Quando porém as leis dos imperadores e a influência do cristianismo foram tornando mais suave sorte daqueles desgraçados, quando a decadência do império e as invasões germânicas confundiram tudo, essa raça espúria, atirada ao meio de uma sociedade moribunda, cujos usos e linguagem se corrompiam rapidamente, devia, confundindo-se com ela, trazer-lhe também a sua parte de corrupção. E' a esta causa que nós atribuímos principalmente os vestígios de tradições célticas, fenícias, gregas e pernicas, [299] que ainda subsistem não só na língua mas também nos costumes." ([404])

Para essa Alquimia lingüística trouxeram os visigodos seu contigente; e posto que se amoldassem eles aos usos e costumes dos povos vencidos, não deixaram de legar-lhes muitas locuções germânicas que se descobrem no nosso idioma.

Não podiam outrossim deixar de ressentir-se os dialetos hispânicos do longo domínio árabe; assim pois numerosos são os vocábulos que deles recebemos, e cuja enumeração sistemática fez um douto eclesiástico. ([405])

Apesar da diversidade de crenças e de aversão de raça, viveram os cristãos em grande contato com os sarracenos; porque, como se exprime o Sr. Villemain, " essa presença de tão grande número de muçulmanos, essa longa partilha do mesmo território, esse trato habitual, essa riqueza, esse gênio industrioso dos mouros, adoçava a aspereza d' antipatia religiosa." ([406])

Na decomposição da língua romana cada província procedia por um método particular; a Catalunha, a Biscaia, o Aragão e a Galiza impregnavam os seus dialetos de palavras árabes e

[404] *Hist. de Port.* tom. I, Int.
[405] *Vestígios da ling. arab. em Port.* pelo padre João de Sousa.
[406] *Litterat. Du Moyen Age*, 16 , *me Liçon.*

lançavam os gérmens de futuras línguas, que sem dúvida se formariam na Espanha se o guante de ferro de Carlos V não lhes desse a unidade política, religiosa e literária.

Portugal, como já vimos, pode cedo emancipar-se, formando distinta nacionalidade, e, sem renegar a sua origem espanhola fazendo-a derivar em linha reta dos antigos lusitanos, constituiu-se um povo independente pelo valor de seus filhos, e organizou um diverso idioma pelo lapso do tempo e perseverança de seus literatos.

Garfo destacado do tronco leonez, falando um dialeto mui próximo ao galego, conseguiu afastar-se cada vez mais dessa origem e aproximando-se ao latim, criou uma língua sonora, enérgica, expressiva, que estranhos e imparciais juizes tanto gabão.

Concorreram igualmente para a organização da língua portuguesa e provençal, e o normando que falavam os companheiros do conde Henrique de Borganha, e que com ele se estabeleceram nas margens do Douro: oferecendo-nos romance o d' Amadis de Gaula um padrão dessa literatura dos trovadores tão geralmente apreciada no meio-dia da Europa. Muitos termos que hoje nos parecem galicismos datam do berço da monarquia, e foram usados pelos primeiros escritores portugueses; provando desta arte que também este elemento entrou na formação da nossa língua.

Colige-se do que acabamos de dizer a futilidade da censura que nos fazem alguns escritores estrangeiros de falarmos um dialeto do espanhol, como o genovês e o veneziano são para a bela língua [300] de Dante. Deixemos que lhes responda um dos maiores engenhos que neste século honrou as letras portuguesas:

"Grande semelhança há, diz Garrett, entre o português e o espanhol; nem podia ser menos quando suas capitais origens são as mesmas e comuns; porém tão parecidas como são pelas raízes de derivação; no modo, no sistema dessas mesmas derivações, na combinação e amálgama de idênticas substâncias e princípios, se vê todavia que diversos agentes entraram, e que mui variado foi o resultado que à cada um proveio. Filhas dos mesmos pais, diversamente educadas, distintas feições, vário gênio, porte e ademão tiveram: há contudo nas feições de ambas (d' ambas) aquele ar de família que à primeira vista se colhe.

"Este ar de família enganou os estrangeiros, que sem mais profundar decidiram logo que o português não era língua própria. Esse achaque de decidir afoitamente de tudo é velho, sobretudo entre franceses, que são o povo do mundo entre o qual (por filáucia de certo) menos conhecimento há das alheias coisas." ([407])

Se tão nobre é a genealogia da língua portuguesa, se tão elevado posto ocupa na família neolatina, porque não é ela mais conhecida e estimada? – Causas diversas para isso concorrem, como em outro lugar examinaremos, não sendo das últimas o pouco apreço que lhe dão os seus naturais, que desprezam o seu estudo para engolfarem-se no de intricados, pobres e ásperos idiomas.

J.C. Fernandes Pinheiro.

[407] *Bosq. da Hist. da Poes. e a Ling. Port.*

"Lições de história do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II pelo Sr. Joaquim Manuel de Macedo". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. IX, jan./mar. 1861, p. 362-365.

LIÇÕES DE HISTÓRIA DO BRASIL

Para Uso dos Alunos do Imperial Colégio de Pedro II pelo Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo.

———

Pelos amadores dos estudos históricos era com impaciência esperado o livro cujo título deixamos apontado. Conhecido é o talento do Sr. Dr. Macedo, cujas produções gozam do privilégio, tão raro entre nós, de agradarem geralmente. Quer como romancista, ou como dramaturgo, poucos lhe poderão disputar a primazia: restava porém vê-lo revestido da grave toga de historiador, e como magistrado da verdade, distribuir aos vultos do passado o louvor ou o vitupério. Satisfeito se acha a curiosidade dos que, como nós, desejavam admirá-lo sob esse novo aspecto.

Chamado há alguns anos à regência da cadeira de história do Brasil do Imperial Colégio de Pedro II, viu-se o nosso distinto colega obrigado à recorrer às fontes, compulsar os cronistas, manusear velhos e ignotos documentos para não repetir os erros que infelizmente se encontram na maior parte dos compêndios por onde se costumava ensinar. Árdua foi a sua empresa; porquanto ninguém ignora quão raras sejam hoje as obras a que aludimos, quão difícil desentranhar a verdade dos caos das legendas e contradições em que por via de regra abundam. Como era de esperar superou o douto professor todas as dificuldades, brindando à juventude estudiosa com um livrinho, em que se expõe em pura e elegante frase o que de mais seguro e bem averiguado existe em semelhante matéria.

Não pretendemos analisar o belo trabalho do Sr. Dr. Macedo, porque alguém, muito mais habilitado do que nós, tenciona mais de espaço faze-lo. Nosso único fito é o de dar aos leitores da Revista uma ligeira idéia do método abraçado, emitindo por essa ocasião, com rude e habitual franqueza o nosso mesquinho juízo não só sobre ele, como sobre as opiniões que mais extremadas nos parecem.

Destinando as suas Lições para os alunos do 4° ano, segundo o plano de estudos do Colégio, abrangem apenas um período de 80 anos, isto é, desde o descobrimento do Brasil até o começo do domínio espanhol. Foi este período da maior importância para o futuro da colônia, porque durante ele começou a grande obra da colonização e estabelecimento da raça conquistadora.

Por uma erudita introdução prepara o ilustre professor seus alunos para bem compreenderem a matéria, mostrando-lhes a grande importância de que gozavam os Portugueses, seus antepassados.

Utilíssima achamos a idéia de fazer seguir à cada lição um quadro sinóptico em que num rápido olhar pode o estudante recordar-se [363] do que leu, servindo-lhe de questionário, e imprimindo-lhe ao mesmo tempo em sua memória a ordem em que se deram os acontecimentos e

os nomes dos protagonistas. Facilitar a instrução deve ser a nossa tarefa, e no século do vapor a economia de tempo é um dos principais requisitos do ensino.

Digna se faz de particular menção a clareza com que expôs o que de melhor se sabe relativamente aos indígenas, renunciando entrar em discussões impróprias para os leitores à quem principalmente se dirige.

Trilhando meio termo entre as opiniões extremas, nem se apaixona, como o filósofo de Genebra, pela vida selvagem, antepondo-a à civilizada, nem tão pouco pinta-nos os filhos das florestas americanas com essas sombrias cores com que os vemos representados em alguns cronistas. "Alguns, diz ele, poetizaram a vida e os costumes do selvagem, e com o encanto do romanesco o elevaram muito acima da esfera em que ele estava: muitos quase que o confundiram com os animais, quase que lhe negaram todas as faculdades, e somente, como aos brutos, lhe concederam notável apuramento de instinto. A verdade não pode estar em nenhum destes extremos, e para acertar, ou pelo menos escapar mais vezes ao erro, o estudo e a crítica dos escritos antigos dão em resultado uma apreciação que se afasta de ambos esses extremos."

Tratando da raça a que pertenciam as diversas tribos que habitavam o Brasil, assim se exprime o Sr. Dr. Macedo:

"Pretende-se que as tribos estranhas ao grande tronco guarani eram de uma outra nação igualmente numeroso e muito mais feroz que tinha o nome de Tapuya e era a dominadora da grande parte do país e das margens do Amazonas.

Pedimos vênia ao ilustre historiador para discordarmos da sua opinião neste ponto; porquanto não cremos que os Tapuyas formassem uma família distinta, sendo o seu nome sinônimo de bárbaro inimigo, com que as tribos rivais se mimoseavam reciprocamente. Pensamos antes, com o Sr. Dr. Gonçalves Dias, que diversos bandos ou hordas, como os Goitakazes, Aimorés, Cramecrans ou Botecudos, desceram em diversas épocas da cordilheira dos Andes, e vieram disputar o país possuído pela poderosa raça tupica. Não nos parece tão fácil, como ao Sr. Dr. Macedo, o reduzir à uma só raça, ou quando muito às duas, as numerosas cabildas que vagavam pelos nossos bosques, ou viviam à margem dos rios e enseadas.

Reconhecendo o quanto havia de defeituoso no sistema de colonização ordenado por D. João III, descobre-lhe algumas vantagens e busca atenuar-lhe os males pela perspectiva dos bens que dele poderiam provir, ou pela absoluta impossibilidade em que se achava Portugal de lançar mão doutro. Citamos suas próprias palavras.

"Cumpre lembrar outra vez que o tesouro real português não podia comportar as despesas elevadas que requeria o estabelecimento de colônias no Brasil, e devendo portanto o governo apelar para o concurso dos particulares e chamar para este país correntes de [364]

emigração, era de necessidade indeclinável criar incitamentos à ambição e estímulos à cobiça com a perspectiva de grandes interesses, e isso não se conseguiria por outros meios que não fossem concessões de privilégios extraordinários."

Sentimos ter ainda aqui de dissentir do juízo do respeitável colega. No nosso humilde conceito a divisão do Brasil em capitanias hereditárias era um passo impolítico, que nenhuma consideração podia justificar. Se por desgraça nossa semelhante sistema prevalecesse, não possuiríamos hoje a unidade que faz a nossa glória, e que encerra o gérmen da nossa futura grandeza. Seriam dez reinos, ou talvez dez repúblicas independentes e em perpétua guerra por miseráveis questões de limites, ou de preeminência. No momento em que a Europa preparava-se

para derribar o feudalismo, que em seus velhos solares fortificava opunha-se ao caminhar da civilização, queria D. João III, monarca piedoso, porém quase sempre mal aconselhado, implantar no virgem solo da América essa parasita que em breve lhe absorveria a seiva.

Não havia nesse tempo em Portugal nenhum negociante opulento, um Rothschildt, um Pereire, um Salamanca, que pudesse tomar sobre si a empresa da colonização do Brasil, isento o estado de todos os ônus pecuniários em troca de algumas concessões, ou franquias comerciais; nem eram tais idéias contemporâneas ao reinado do filho de D. Manoel. Como é geralmente sabido foram as capitanias concedidas à fidalgos da corte, em remuneração dos serviços prestados na África e no Oriente, e cremos que à maior parte deles teriam preferido uma moradia, ou a mais insignificante comenda, à 50 ou 100 léguas no litoral do ubérrimo país que a Providência acabava de dar à coroa portuguesa. Era por certo pouco animador o exemplo dos dois Coitinhos, de Pero de Góes, d'Aires da Cunha e dos filhos de Barros. Não podendo ser obra de especulação, só o erário devia carregar com os ônus inerentes as primeiras e improdutivas despesas da colonização.

Falando da proteção outorgada pelo governo português e pelo seu representante no Brasil à companhia de Jesus, serve-se o Sr. Dr. Macedo destas palavras... " essa influência dos jesuítas era benéfica e salutar para os Índios, era o verdadeiro escudo que os defendia nessa época, e ainda o foi largos anos depois em que os abusos e a prepotência dos colonizadores tanto fizeram sofrer àqueles infelizes." Concordamos com o distinto professor quanto à primeira parte, isto é, que ao tempo de Mem de Sá, quando os Nóbregas, os Anchietas, os Azevedos e os Grans dirigiam os filhos de Loiola, era a sua influência salutar aos Índios; mas que continuasse a sê-lo largos anos depois, quando já esses grandes homens tinham cessado de viver, quando trocando o nome de escravo pelo d'administrado monopolizavam os jesuítas os serviços dos Indígenas, e arvorando-se em paladinos de sua liberdade, vedavam que de seus braços se utilizassem os colonos em proveito das suas lavouras, é no que não podemos combinar com o douto colega, cuja superioridade de luzes somos o [365] primeiro em reconhecer e proclamar. Possuímos a este respeito profundas convicções, que por mais de uma vez havemos expendido, e a que daremos mais amplo desenvolvimento em um trabalho que temos entre mãos, e que esperamos dar um dia ao lume. Não duvidamos porém mudar de opinião, se a isto formos levado pela lógica do erudito professor, cujas correções serão por nós com prazer e reconhecimento recebidas.

Talvez que alguém ache em demasia filosófica a obra do Sr. Dr. Macedo e por isso imprópria para compêndio. Quem assim pensa esquece que a destinou ele para os alunos do 4º ano que possuem certa soma de conhecimentos que os habilita para bem compreenderem as lições do eloqüente escritor.

Mestre da língua e conhecedor dos segredos do estilo, sabe sempre agradar aos seus leitores, e realizando o preceito do velho Horácio habilmente reuni o útil com o agradável. Não sacrifica porém jamais a verdade histórica ao amor do maravilhoso, nem nunca deixa de contar as coisas como foram para pintá-las como deveram, ou poderiam ser.

Consideramos o livro do Sr. Dr. Macedo como uma boa fortuna para o país, uma glória para o desenvolvimento à que também temos a honra de pertencer; e de todo o coração desejamo-lhe a melhor aceitação dos verdadeiros juizes da matéria. Nenhuma obra conhecemos mais apropriada para estudar-se metodicamente a nossa história; com humildade confessamos que ai aprendemos muita coisa, e talvez que não sejamos o único a quem tal aconteça.

J. C. Fernandes Pinheiro.

"Um bispo pacificador: episódio da Guerra dos Cabanos (1832-1835)". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. XI, jul./set. 1861, p. 302-306.

UM BISPO PACIFICADOR

———

Episódio da Guerra dos Cabanos

(1832-1835)

Profunda foi a agitação causada em todo o Brasil com a notícia da abdicação do seu primeiro imperador: pareciam rebentar por toda a parte os vínculos da união: por toda a parte um exército indisciplinado dava o doloroso espetáculo da anarquia e perturbava a ordem que devera manter. Presenciou a Bahia as cenas do dia 4 de Abril; Pernambuco, as de 5 de Maio e 12 de Setembro; o Maranhão, as de 14 de Maio; o Pará, as de 22 de referido mês, e o Ceará, a louca tentativa do coronel Pinto Madeira, terminada pela sua completa derrota no engenho de Burity a 27 de Dezembro desse convulsivo ano de 1831.

O malogro das rusgas dos dias 3 e 17 de Abril de 1832, nesta capital, havia assegurado o triunfo do partido *moderado*, que tomara a direção dos negócios públicos; e, graças à energia do padre Diogo Antônio Feijó, começaram a volver os dias serenos, a que habituados estavam os fluminenses. Sentia-se, porém, ainda no norte do império tremer o solo pelos fogos subterrâneos do descontentamento [303] e desencontrados interesse. No Pará opusera-se um audaz cabecilha à posse do presidente e comandante das armas, nomeados pela regência em nome do imperador; e em Pernambuco uma soldadesca desenfreada enlutava, por espaço de três dias, a cidade do Recife, e só recuava perante as acertadas e rigorosas medidas do presidente da província.

Vencida a rebelião na capital, não tardou em mostrar-se com ameaçador aspecto no interior, açoitando-se nas matas de Panellas de Miranda. É do desfecho dessa guerra, conhecida pelo nome da dos *cabanos*, que pretendemos hoje traçar um rápido esboço.

Favorecidos pelas fragosidades do terreno, pensaram alguns ambiciosos políticos, de combinação com homens inteiramente perdidos pelos seus nefandos crimes, que poderiam menosprezar a jurisdição das autoridades legítimas e constituir nas matas de Panellas e Jacuipe uma espécie de república de Palmares. Propícias lhes eram as circunstâncias, porquanto desarmado se achava o governo e quebrada a sua força moral pelos contínuos atos de desobediência.

Fácil foi de persuadir aos incultos habitadores dessas brenhas, que pretendia o governo escravizá-los, máquina infernal, de que tantas vezes se têm servido os aventureiros, e cujos resultados jamais cessam de corresponder à sua expectativa.

É tal a cegueira dos partidos, que não trepidam, para a consecução dos seus planos, de lançar mão das mais vergonhosas alianças. Assim, vemos que os protagonistas dessa devastadora guerra civil chamaram em seu auxílio o famigerado Vicente de Paula, assas conhecido pela

hediondez dos seus crimes e pela perversidade do seu caráter. Foi a este monstro que se entregou à suprema direção das guerrilhas, verdadeiros bandos de salteadores.

Uma zona de mais de dez léguas servia de teatro às depredações dos *cabanos*, e repetidas eram as queixas que recebia o governo da parte dos moradores da circunvizinhança.

Convinha pôr termo à semelhante estado: cumpria debelar a insurreição. Apesar dos fracos recursos de que se podia dispor, conseguiu-se fazer marchar para essa localidade uma força, que sendo sucessivamente aumentada, refez o algarismo de 6.000 homens.

O que podiam, porém, a coragem e a disciplina dos nossos soldados contra inimigos invisíveis, que, à semelhança dos Parthos, combatiam fugindo? Como desalojá-los dessas naturais trincheiras? Enquanto os guerreiros da legalidade estavam de guarnição nas vilas e aldeias; enquanto estacionavam outros nas raias do deserto, indicavam-lhes um rasto de sangue e de fogo a passagem dos *cabanos*, desses semi-selvagens, de que todos os maus instintos haviam sido acintosamente açulados.

Três anos se tinham volvido sem que vantagem alguma significativa obtivessem as armas do governo; e as populações, como em outra época sucedera com os *palmeirenses*, pareciam haver desesperado da sua sorte, resolvendo-se a pactuarem com os revoltosos, [304] implorando seus *salvo-condutos* e imunidades em troca de pesadas e humilhantes contribuições.

Era a província das Alagoas que mais cruelmente sofria com essa guerra de canibais; seus estragos, porém, como dissemos, estendiam-se às limítrofes. Desesperá-los de coisa alguma poderem obter por meios ordinários, pensaram os presidentes dessas províncias que só a intervenção da autoridade eclesiástica poderia trazer um termo a tão lastimável situação. Fácil foi de obter a aquiescência do digno prelado que então (como ainda agora) sentava-se na cadeira episcopal de Olinda.

Uma única condição impôs o Exm. e Revm. Sr. D. João da Purificação Marques Perdigão, e foi ela que a mais completa anistia fosse pelo governo imperial prometida aos que depusessem as fratricidas armas e espontaneamente fossem render homenagem às legítimas autoridades.

Munido de uma proclamação do governo no sentido que desejava, deixou o seu palácio da Soledade no dia 11 de Dezembro de 1834, pelas cinco horas da manhã, suprindo o seu zelo apostólico a deficiência de forças físicas para tão extensa e penosa jornada.

Semeando a palavra do Evangelho e os dons do Espírito Santo, percorrera o venerando prelado todas as freguesias da província de Pernambuco, e a 3 de Fevereiro achava-se no *Porto das Pedras*, pertencente as Alagoas. Tomado o necessário repouso, encaminhou-se nesse mesmo dia, às quatro horas da tarde, para Porto-Calvo, de histórica recordação, onde, chegando duas horas depois, entendeu-se com o major Joaquim José Luiz de Souza, comandante superior das tropas legais. Na entrevista que houve entre o bispo e o major Souza, assentou-se que endereçasse S. Ex. Revm. Uma pastoral aos *cabanos*, corroborando as promessas, que pelo governo imperial lhe haviam sido feitas, e garantindo o seu cumprimento com o irresistível prestígio da sua palavra sagrada.

Muito se esperava da presença do bispo no teatro da luta: não calculou, portanto, este os incômodos, e ainda os perigos que teria de afrontar para obter a pacificação da sua diocese. Concluídos os primeiros trabalhos da visita, que abria por toda a parte por onde passava, partiu no dia 7 de Fevereiro, acompanhado pelo comandante superior, para o lugar denominado Água Preta, na esperança de pôr-se em mais imediata comunicação com os *cabanos*.

Perdida não foi a diligência do zeloso pastor, porque apresentaram-se-lhe aí os dois primeiros insurgentes, que, com a maior devoção, ouviram a prática que lhes dirigiu, mostrando-se sinceramente arrependidos dos passados erros, e prometendo convencer aos seus companheiros da criminosa senda que trilhavam.

No trajeto do Porto Calvo para Limeiras, presenciou o apostólico varão um quadro, que profundamente o sensibilizou; queremos falar dos engenhos e casas destruídas pelo fogo, e as pilhas de ossos que marcavam os lugares em que se haviam empenhado sérios conflitos entre as tropas do governo e as da rebelião.

[305] Tão inverossímil parecia que o bispo de Pernambuco, em avançada idade, deixasse as doçuras da vida civilizada para arrastar as intempéries das estações, e viesse com a sua veneranda presença abençoar esses sítios, onde em jorros corria o sangue brasileiro, que recusavam os *cabanos* dar crédito a tão inesperada notícia, e persuadiam-se ser este um ardil do governo, a fim de desarmá-los. Informado de semelhante desconfiança, incumbiu o Sr. D. João da Purificação aos PP. Lopes e Crouatá de irem no dia 4 de Março falar com os *cabanos*, certificando-os da sua presença entre eles e dando-lhes todas as garantias que exigissem.

Aumenta a incredulidade na razão direta da ignorância; assim, pois, enviaram os *cabanos* a um dos seus, armado, ao acampamento das forças legais, para por seus próprios olhos convencer-se da existência do bispo. Recebido o emissário com a maior benignidade, tanto pelo prelado, como pelo major Souza, ouviu cheio de respeito e humildade a exortação que lhe fez aquele, encarregando-se de ser portador de uma carta para o padre José Antônio, que no meio deles se achava, por haver sido arrebatado da sua freguesia de S. Bento.

Não se descuidou o virtuoso bispo de acompanhar seus conselhos com donativos, mandando dar 320 réis a cada um dos que se apresentaram com disposições pacíficas, além de camisas, ceroulas, saias, vestidos para distribuir pelas suas famílias; meio este que poderosamente contribuiu para ganhar-lhe as simpatias dessa gente inculta, porém reconhecida.

Não perdia o bispo uma só ocasião de impressionar-lhes com o esplendor das festas e dos paramentos episcopais: celebrava amiudados pontificais, abençoava solenemente às tropas e ao povo, que das vizinhanças afluía, e, revestido com os seus hábitos prelatícios, e de mitra na cabeça, pregava sempre numa linguagem acessível às suas rudes inteligências.

Conhecido é o estado pecaminoso em que vivem os dois sexos no interior das nossas províncias, para o que grandemente concorre a dificuldade de obterem-se as necessárias dispensas para a celebração dos matrimônios entre pessoas ligadas pelos laços de parentesco. Atendeu o caridoso prelado pernambucano à essa urgente necessidade de suas desgarradas ovelhas: facilitou os casamentos, impondo salutares penitências, mas dispensando todo e qualquer emolumento. Por si mesmo celebrava a maior parte das vezes essas uniões; batizava os filhos que delas haviam procedido; crismava os párvulos e adultos que desejavam receber este sacramento, e para que nada faltasse à sua inesgotável solicitude, passava longas horas no confessionário, ouvindo as faltas dos pecadores e conduzindo-os ao redil de Cristo, com a inefável unção de sua palavra meiga e misericordiosa.

Uma circunstância por sua natureza acidental concorreu para dar aos *cabanos* súbita idéia da dignidade episcopal: referimo-nos à [306] parada do dia 7 de Abril e às honras que por esta ocasião virão prestar-se ao bispo pelas tropas expedicionárias. Convencerão-se então que o homem, que era objeto de semelhantes homenagens, não poderia deixar de possuir grande poderio; e que mais do que em qualquer outro devera dar crédito às suas promessas. A benção

das palmas e as demais solenidades da semana santa, a que curiosamente assistiram, acabou de abalar o seu ânimo, e decididamente resolveram de abandonar a vida errante em que por tantos anos tinham vivido, trocando-a pelas incontestáveis vantagens da civilização.

Vendo-os cada vez mais propensos a desampararem os seus erros, deu o bispo na quinta-feira santa um jantar tão suntuoso, quanto permitia a penúria da localidade, a doze *cabanos*, que representaram de apóstolos, administrou a comunhão a grande número dos que com as precisas disposições pediram-na.

Sucessivamente se foram apresentando os caudilhos da rebelião, seguidos de grande número de sequazes: faltava, porém, receber a submissão do audacioso chefe, do feroz Vicente de Paula, que abusando da longanimidade do bispo, pedia incessantemente provisões com a promessa sempre iludida de sua apresentação.

Fortificado na mata de *Japarandubas*, duas léguas distante de *Água-Preta*, e somente acompanhado de negros que haviam pela fuga se subtraído ao cativeiro, prolongava Vicente de Paula a guerra, que quase terminada estava. Vencida a repugnância do bispo, que por forma alguma queria que se empregasse a violência, marchou o major Joaquim José Luiz de Souza à frente de suas melhores tropas, a fim de esperar essa tão almejada rendição. Não se animou Vicente de Paula a aceitar o combate que se oferecia e fugiu em completa debandada, apenas seguido de 70 a 80 pretos, cuja sorte tinha estreitamente ligado à sua, mas que não tardaram em cair paulatinamente em poder das autoridades, que não lhes davam guarida.

Celebrou no dia 31 de Maio missa solene o venerando prelado, dando infinitas graças a Deus pelo feliz termo da *guerra dos cabanos*; e exortando aos que se achavam presentes, para que dali em diante vivessem como reverentes filhos da igreja e bons cidadãos. Despediu-se de todos, agradecendo os respeitos que lhe haviam tributado, e a fé que em suas palavras haviam tido. Redigiu depois uma pastoral, dirigida aos seus diocesanos, comunicando-lhes o fausto resultado da sua visita, e pedindo-lhes suas orações para que frutificasse a obra da paz e da concórdia.

Se depois desta tosca narração alguém ainda nos perguntasse para que servem os bispos, lhe responderíamos: - Para repelir a invasão estrangeira, como D. Marcos Teixeira na Bahia; para serenar os ânimos, terminar a guerra civil, como D. João da Purificação em Pernambuco.

J. C. FERNANDES PINHEIRO.

"Biografia: Luis de Camões". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. XII, out./dez. 1861, p. 163-171.

BIOGRAFIA

———

Luiz de Camões

Para acompanhar a bela gravura, que hoje aos seus leitores oferece a Revista Popular, esbocemos a biografia de um homem, que, na expressão de Schlegel, "resume em si uma literatura toda inteira".

Bastante ilustre é por si o nome de Luiz de Camões para que necessite do prestígio heráldico; requer, porém, a verdade histórica que digamos que era ele descendente de uma antiga família de Galliza, e que um dos seus avoengos, Sandia de Camaño, acompanhara D. Pelaio em seu heróico refúgio de Covadonga, esse ninho de águia donde saíram os vingadores de Xeres de la Fonseca. Seguindo a parcialidade do infante D. Pedro, passou-se Vasco Pires para o reino de Portugal no ano de 1370 e foi o primeiro da família que ali estabeleceu-se. Através de uma longa serie de antepassados, cujos feitos deixaram indelével cunho nos anais lusitanos, chegamos a seu pai Simão Vaz de Camões, que foi cavaleiro fidalgo e exerceu por longos anos o emprego de procurador e recebedor do convento que a ordem de S. Domingos possuía em Coimbra.

Fez esta circunstância crer a muitos biógrafos que o autor dos Lusíadas fora natural dessa cidade, opinião esta que se acha vitoriosamente debelada, cabendo a Lisboa a honra de tê-lo visto nascer no ano de 1524. Com sobejidão de argumentos prova o Sr. visconde de Juromenha que nunca militara Simão Vaz na Índia, nem que órfão deixasse um filho em tenra idade, como assevera Pedro Mariz, sendo certo que ainda em 1550 contava-se ele no número dos vivos.

Deduz o mesmo ilustrado biógrafo das estreitas relações que mantinha Simão Vaz com os frades de S. Domingos, que em suas aulas recebera o menino Luiz os primeiros rudimentos das letras. Prodígio [164] de aplicação e talento, causava a admiração de seus mestres, entre os quais se contava o célebre Garcia d'Orta, cujas preleções filosóficas ouviu dentre os anos de 1533 – 1534 na universidade que então funcionava em Lisboa.

Madrugara-lhe o engenho poético; e aos onze anos de idade já compunha um soneto de singular perfeição dirigido ao duque de Bragança D. Teodósio. Há mesmo quem pretenda que o primeiro pensamento dos Lusíadas assomara-lhe ao espírito quando apenas contava nove anos, despertando-lhe o estro o famoso discurso que João de Barros, proferira diante del-rei D. João III, em que preconizara a necessidade de uma epopéia na qual celebrados fossem os heróicos feitos dos portugueses nas regiões da aurora.

Parece que os estudos tão brilhantemente encetados em Lisboa foi-os Camões continuar nas pitorescas ribas do Mondego quando para ai transladou-se a universidade. Crê-se que às ciências teológicas se dedicara de preferência, não só porque sob a direção de seu tio D. Bento de Camões, abade beneditino, cursava ele as aulas universitárias, como pela particular inclinação

que sempre mostrou por estes estudos. Ignoramos, porém, se os completara, e de uma carta por ele endereçada a um amigo seu coligimos que grande perplexidade reinava em seu espírito acerca da profissão que mais lhe conviria abraçar. Sumamente característico é o seguinte parágrafo:

" Tomei o pulso a todos os estados da vida e nem um achei em perfeita saúde; porque o dos clérigos para remédio o vejo tomar mais da vida que a salvação da alma; o dos frades, ainda que por baixo dos hábitos, tem uns pontinhos que quem tudo deixa por Deus nada havia de querer do mundo; o dos casados é bom tomar, ruim de sustentar e pior deixar ; o dos solteiros barca de vidro que é de bem ruim navegação: ora temperai-me lá esta gaita, que nem assim, nem assim achareis meio algum de descanso nesta vida, etc."

Depreende-se do conteúdo de outra carta que em 1542 estava ele de volta à Lisboa, sem que todavia ainda houvesse tomado profissão ou esta algum. "Achava-se o poeta (diz o sr. Visconde de Juromenha) naquela quadra da vida do homem, na qual se torna uma necessidade o amar, no ardente estio da mocidade quando o coração limpo de todas as outras paixões do interesse, ou de ambição que mais tarde, no outono da vida, se lhe arreigam, se abre todo a receber esta paixão violenta e doce, refletindo-se nele as impressões que lhe pintou uma exaltada imaginação. Uma sede impetuosa nos abraça, e esta, ou se refrigera em várias fontes, e eis o amor físico e corrompido, ou se concentra em um só objeto e forma essa voluptuosa e suave paixão que acha lenitivo na mesma pena, e eis o amor platônico, romântico, apaixonado de um Mancias, um Petrarca, um Bernadim Ribeiro."

Nas asas do primeiro destes afetos imolou Camões as primícias do seu estro: em levianos e pueris galanteios despendeu muita soma de talento, e ebroqueleando-se com certa indiferença, riu e zombou da simpatia de várias damas cujos corações farparam seus dotes e gentilezas de espírito.

[165] Vingou-se, porém, o amor dessa esquivança: de uma alma sensível e entusiástica não tardou o moço poeta em ser preso nas redes de uma ardente e verdadeira paixão. Mas quem foi a Laura deste novo Petrarca?

Para satisfazer a este quesito, vejamos qual era a sociedade que freqüentava o poeta, e como fora recebido pelas principais personagens da corte de D. João III.

Precedido por uma brilhante reputação, teve Luiz de Camões o mais benévolo acolhimento da parte da aristocracia de primeira linhagem, chegando a gozar da privança dos duques de Bragança e Aveiro, dos marqueses de Cascais e de Vila Real, e dos condes de Redondo e Sortelha.

Era, porém, D. Manoel de Portugal o seu Mecenas, e a mais íntima amizade ligava-se a esse D. Antônio de Noronha, cuja prematura morte tão sinceramente pranteou.

A lugar de Camões parecia estar de antemão preparado no grêmio da sociedade elegante dessa época: notava-se a ausência de um poeta que aos demais sobrepujasse pela riqueza de imaginação e frescura de linguagem. Gil Vicente e Ferreira tinham morrido; Sá de Miranda e Bernadim Ribeiro buscavam na solidão o estanciar da vida que precede a hora do passamento.

Era o paço o ponto de reunião da fidalguia, era nele que se celebravam esse saraus que tão grande nomeada deixaram. Fazia as honras desse círculo de galanteria e bom gosto a rainha D. Catarina, e empunhava o ceptro das letras a princesa D. Maria, ladeada das mui célebres damas Joana Vaz, Leonor de Noronha e Paula Vicente, para quem as línguas de Homero e de Virgílio eram tão familiares como o próprio idioma.

À essa academia feminina, a essa espécie de hotel Rambouillet foi apresentado Camões, e curtas sendo para ele as provas do noviciado, não tardou em revelar tudo o que nele havia de extraordinário, eclipsando logo ao seu despontar todos os astros que no firmamento fugiam.

No estilo bucólico, de que se serviam todos os poetas contemporâneos, dirige-se Camões às damas da rainha, as quais denomina de Náiades.

Desse gracioso grupo destacava-se, porém, um ninfa a quem mais especial afeto parecia consagrar, e que constantemente invoca sob o anagrama de – NATÉRCIA. – Exuberantemente provado se acha hoje que era essa senhora D. Catarina d'Attaide, filha de D. Antônio de Lima, dama do paço e que em verdes anos feneceu: sendo para estranhar a obstinação com que grande número de biógrafos a fazem filha do conde de Castanheira, que tão grande império tinha no ânimo do piedoso filho de D. Manoel.

Certa publicidade, quiçá descomedimento em uns amores que por sua natureza recatados cumpria que fossem, trouxeram ao nosso poeta o gérmen das desditas que deveram desbotar-lhe o viço da juventude toxicando-lhe o remanso da velhice.

[166] Perigosos foram sempre em Portugal esses amores com as damas do paço, e ninguém ignora qual o castigo por D. João I infligido ao seus escudeiro; e o destino de Diogo de Souza no reinado de D. Afonso V, o recente desvalimento de João Lopes Leitão, amigo do poeta, advertia-o do destino que se deparava.

Imperiosamente exigiu D. Catarina que fosse punido o audaz cavaleiro que não respeitara assas o recato de seus camarins, é que à dessoras atrevia-se a tomar a lua por testemunha de seus colóquios amorosos. Em resultado foi Camões habitar a duas léguas de Abrantes nesses românticos sítios em que as águas do Tejo, porfiando com as do Zezere, fizeram-lhe dar pelos romanos o expressivo nome de Pugna-Tagi, convertido hoje noutro pouco sonoro e quase indecente.

Comparando na elegia III a sua sorte com a de Ovídio, queixa-se da injustiça do seu degredo nestes suavíssimos versos:

"Desta arte me figura a fantasia
A vida em que morro desterrado
Do bem que em outro tempo possuía
. . . . . .
Aqui me representa esta lembrança
Quão pouca culpa, tenho, e me entristece
Ver sem razão a pena que me alcança."

Terminada a expiação, volveu Camões a sua pátria Lisboa, onde parece que recaíra nas mesmas anteriores culpas, porquanto vemo-lo de novo partir para o exílio. Da elegia II colige-se que fora Ceuta o lugar desta feita escolhido. Nessa, ou noutra subseqüente viagem, perdeu ele o olho direito em conseqüência do combate em que valentemente encetara a sua carreira marcial contra os corsários mouriscos que então infestavam o Mediterrâneo.

Sob novo aspecto contemplamos Camões nessa terra da África ilustrada pelos heróicos feitos de D. João I, pelas façanhas de D. Henrique e pelo santo cativeiro de D. Fernando. "Campeava sempre como brioso e denodado cavaleiro (diz o Sr. visconde de Juromenha) nessas

lustrosas cavalgadas e escaramuças que umas vezes por galhardia, outras por necessidade, diariamente se tinham no campo, ou quando os nossos guerreiros sequiosos de aventura desciam a talar-lhes os campos e aduares, ou quando os árabes, que não eram menos guapos cavaleiros, se apresentavam a desafiá-los nas suas almogaravias e assaltos com que ameaçavam as nossas praças."

Em 1550 estava já o nosso poeta de volta à pátria; porquanto alistou-se nesse ano na armada que para a Índia partia com o novo vice-rei D. Afonso de Noronha, nomeado para substituir ao magnânimo defensor de Dio, que na mais honrada pobreza falecera em Goa.

Triste emergência retardou por três anos a sua viagem. Na festa de Corpus-Cristi , que com grandes solenidades sagradas e profanas se celebrava então em Lisboa, teve Camões um pendência com um certo Gonçalo Borges, criado del-rei, a quem feriu no pescoço defendendo a dois amigos seus acometidos pelo referido Borges.[167] Resultou-lhe daí ser posto no tronco da cidade, devendo a sua liberdade à intervenção do bispo de Viseu D. Gonçalo Pinheiro, a quem conhecera em Tanger.

Onze dias depois da sua soltura, embarcou-se Camões para a Índia na armada de que era capitão-mor Fernão Álvares Cabral, e que a 24 de Março de 1553 largou do porto de Lisboa. Ao cabo de seis meses de trabalhosa navegação chegou à Goa, sendo afetuosamente recebido por alguns parente e amigos que contava nessas longínquas paragens. Tão satisfeito ficou ele com o acolhimento que ai lhe fizeram, que escreveu para o reino "que vivia mais venerado que os touros de Merceana e mais quieto que a cela de um padre pregador."

Foi o seu primeiro feito de armas na Índia a expedição enviada por D. Afonso de Noronha em socorro do rei de Cochim.

Por amor da brevidade omitimos todas as façanhas guerreiras do exímio poeta, nas quais granjeou o renome de extremado capitão. Do seu mérito formavam o melhor conceito os vice-reis Noronha e Mascarenhas, em cujos governos viveu dias serenos, senão felizes.

Sucedendo, porém, ao último destes vice-reis Francisco Barreto, empalideceu a estrela de Camões, havendo trocado as doçuras de Goa pela agra residência de Macau, para onde, sob pretexto de serviço público, fora enviado. Acusam alguns biógrafos gravemente ao governador dos rigores que para com o grande vate exercera; acham, porém, outras desculpas do proceder de Barreto na justa vingança contra as suas sátiras, principalmente as intituladas – Labirinto e Disparates da Índia. –

No pensar do Sr. visconde de Juromenha nem o mínimo vislumbre de vingança existe na conduta do administrador da Índia Portuguesa contra o cantor do Gama; asseverando que com o despacho de provedor dos defuntos e ausente nessa remota possessão quisera subtrai-lo às iras dos que cruelmente doestara com suas sátiras e epigramas.

Fora o poeta um dos primeiros moradores da nova cidade; e a fortuna quase sempre hostil aos cultores das Musas quis desta vez mostrar-se-lhe benigna. Avultando o seu pecúlio com o rendoso emprego que ocupava, não o distraia ele totalmente das letras; sendo certo que nesta aprazível mansão escrevera ele grande parte do poema que transmitiu seu nome à posteridade. Ainda hoje mostra-se a gruta em que o amante de Natércia ia inspirar-se ante o magnífico espetáculo que a seus olhos desdobrava-se.

Invejou-lhe, porém, o gênio da intriga tão grato viver e segredou aos ouvidos de Barreto negra calúnia contra o honrado funcionário. Conduzido debaixo de prisão à Goa, naufragou a não

que o transportava na costa de Camboja na Conchinchina, perdendo nesse naufrágio o pouco que possuía com única exceção dos Lusíadas que a nado pôde salvar.

Recolhido a um cárcere apenas chegara à capital dos Estados da Índia, agravou-se-lhe o seu infortúnio com a infausta nova do passamento [168] da dama de seus pensares D. Catarina de Attaide. A chegada, porém, de D. Constantino de Bragança, em princípio de Setembro de 1558, escolhido para vice-reinar foi sumamente satisfatória para Camões, e prognosticando na próxima reabilitação. De feito foi logo posto em liberdade, baqueando ainda por esta vez a intriga que contra ele se forjara.

Acompanhando o vice-rei a sua expedição de Damão, achou ainda ensejo de distinguir-se pelo seu valor pessoal, aprazendo outrossim aos matalotes pela jovialidade do seu espírito.

Ainda outra vez experimentou Camões os rigores da prisão no tempo de D. Francisco Coitinho, conde de Redonho, sucessor de D. Constantino de Bragança. Crêem uns que motivada fora esta prisão por certas travessuras do poeta, ao passo que atribuem-na outros às sempiternas contas da provedoria de Macau, pelas quais já satisfatoriamente respondera. Novamente reconhecida a sua inocência, foi mandado pôr em liberdade. Quando, porém, passado estava o alvará, embarcou-lho um certo Miguel Rodrigues Coitinho, por alcunha – Fios secos – alegando ser-lhe Camões devedor de uma pequena quantia. Não sabemos como venceu-se tal dificuldade pecuniária; o certo é que o vemos nesse mesmo ano acompanhar o vice-rei na sua aparatosa expedição conta o Samorim.

Não acompanharemos o maior poeta que Portugal tem tido em suas diversas peregrinações pelas partes do Oriente, onde tão vária fortuna fruiu, para assistirmos ao seu embarque para o reino em Setembro de 1569 na nau em que regressava o vice-rei D. Antão de Noronha. Novo embargo escapou de fazer-lhe falhar tão propício ensejo de volver aos pátrios lares: exigia Pedro Barreto que lhe pagasse os duzentos cruzados que lhe devia quando absolutamente baldo de meios achava-se Camões, que à liberdade de alguns amigos, em cujo número se contava o distinto historiador da Índia Diogo do Couto, deveu ficar desonerado desse encargo, podendo livremente seguir viagem.

Em seu trajeto e por mero desenfado, consta que escrevera uma coleção de poesias, a que intitulou – Parnaso de Luiz de Camões – que dizem fora-lhe roubado em Moçambique, atribuindo alguém (com a maior injustiça) essa negra ação ao suavíloquo poeta Fernão Álvares do Oriente.

Com próspera navegação ancorou a nau Sta. Clara, em que vinha o nosso poeta, na baía de Cascais em dias de Abril de 1570; e sôfrego pisou essa terra de tão saudosas recordações.

Infelizmente dois túmulos ai aguardavam-no; eram eles os da amante, que longe dele se finara, e o do dedicado amigo (Heitor da Silveira) que à vista dos píncaros de Cintra, quando já antolhava o solo da pátria, ouvira a clangoresa trombeta do arcanjo da morte e pressuroso correra a alistar-se nas legiões dos imortais.

Em aziaga hora para as letras chegava Camões a Portugal: não se falava senão em empresas guerreiras, e a mal agourada jornada da África aninhava-se no escaldado cérebro do mancebo coroado,[169] que, sonhando com a glória dos conquistadores de Ceuta, Tanger, e Arzila, queria levar além dos mares os pendões lusitanos, dilatando as fronteiras da fé.

Nessa atmosfera deletéria à poesia, conheceu Camões que mangradas estavam suas esperanças, e que, em negros bulcões, se convertiam as purpúreas nuvens que no futuro antolhava. Tentou, porém, um derradeiro esforço; e, por intermédio de D. Manoel de Portugal,

conseguiu ser ouvido pelo monarca, que, com o mais benévolo e gracioso semblante, acolheu o poeta, prometendo-lhe toda a sua proteção, empenhando-o para assunto de uma nova epopéia escolhesse as façanhas que na África propunha-se ele praticar. Afirma Faria e Souza que não duvidaria Camões de aceder aos desejos de tão alto manifestados e que começara a composição de um poemeto, que por suas próprias mãos entregara às chamas quando soubera do infelicíssimo êxito da expedição.

Desde a sua chegada ocupou-se ativamente Camões com a impressão do seu poema; e obtendo o privilégio a 4 de setembro de 1571 entregou-o ao público no princípio do ano seguinte.

A tão grandioso artefato do engenho humano não deram os contemporâneos o apreço que deles se devera esperar, posto que (contra a opinião comum) sustente o Sr. visconde de Jurumenha que valera esta obra a Camões altas proteções, como v. g. a do vedor da fazenda, Pero de Alcaçova Carneiro e a de Martim Gonçalves da Câmara, escrivão da puridade.

A este raciocínio (já por mais de uma vez apresentado) otimamente respondeu S. F. Mendo Trigoso nestas palavras:

"É bem evidente que, se esse ministro tivesse mostrado uma pequena parte daquela estimação, enquanto o poeta era vivo, isto bastaria para melhorar consideravelmente a sua sorte, e impedi-lo de morrer em um hospital. Mas duas coisas são dignas de reparo nesta ação: a primeira, que estas idéias de benevolência se despertassem em Martim Gonçalves, depois da vinda de Filipe II à Lisboa, na qual este monarca se mostrou tão interessado pelo poeta; e a segunda, que o mesmo homem, que fazia de protetor fora do tempo, tivesse a notável mania de ajuntar o seu nome com as cinzas dos escritores mais ilustres seus contemporâneos; e que assim fizesse também por versos latinos sobre a campa de Francisco de Sá de Miranda. Pretendia, talvez a tão pouco custo, ser reputado o Mecenas de Portugal."([408])

Mesquinha foi a prova da munificência régia, exibida na tença de quinze mil reis anuais com que D. Sebastião galardoava a Luiz de Camões, - cavaleiro fidalgo da sua casa, pelos serviços que lhe prestara nas partes da Índia por muitos anos, e aos que esperava que lhe faria, e pela informação que tinha do seu engenho e habilidade e a suficiência que mostrava no livro que fizera das coisas da Índia.

[170] Apartando-se do comum sentir dos biógrafos, sustenta o Sr. visconde de Juromenha que fora o grande épico apreciado pelos contemporâneos, exprimindo-se desta arte:

"É pois, pouco exata e infundada a asserção, ao menos pelo lado honorífico, do pouco apreço que da pessoa de Luiz de Camões fizeram seus contemporâneos: eles o coroaram com o título de príncipe dos poetas, e afirma mais Faria e Souza, que, quando ele aparecia na rua, todos paravam até que desaparecia. Na corte não foi menos estimado. No soneto LXIV da centúria I, feito ao grande D. Luiz de Attaide, por ocasião dos festejos e distinções que el-rei D. Sebastião lhe fez a sua volta de Goa, no qual encarece, como objeto de maior fama, o vencer no reino amigo as ingratidões e inveja, do que no Oriente os reis inimigos, e no soneto LIX, recitado sobre as cinzas de el-rei D. João III por ocasião da sua trasladação para Belém, sucessos que ambos tiveram lugar naquele mesmo ano, temos provas de que ele acompanhava a corte onde era bem aceito."

[408] *V. Exame Crítico das cinco primeiras edições dos Lusíadas.*

Não sabemos em que consistia essa aceitação de que nos fala o ilustre biógrafo, quando sabemos que, para cantor das prezas que pretendia praticar em África, escolhera esse mesmo soberano a Diogo Bernardes, por cujo motivo, como confessa o próprio Sr. visconde, argumentaram os pesares do poeta.

Só, e triste, viveu Camões os derradeiros dias da sua vida, porque por cúmulo de infelicidades, até lhe morrera o seu fiel Antônio, que segundo a tradição geralmente recebida, lhe mendigava o sustento. Nas piedosas práticas com os religiosos de S. Domingos, aos quais fora sempre muito afeiçoado, encontrava ele suas únicas consolações. Parece que a própria minguada pensão de quinze mil reis anuais não lhe era regularmente paga, como se depreende da ementa extraída dos livros da chancelaria da casa do cível de Lisboa, transcrita pelo mesmo senhor de Juromenha em sua estimadíssima obra.

Proponho golpe descarregou sobre a alma sensível de Camões o desastre de Alcacer-Kibir: o poeta-soldado chorou amargamente a desventurada sorte do rei-cavalheiro que nos areais da África sepultara a honra e glória portuguesas. Em uma carta escrita por essa ocasião a um amigo íntimo assim se expressava:

"Enfim, acabarei a vida e verão todos que fui tão afeiçoado a minha pátria, que não somente me contentei de morrer nela, mas de morrer com ela."

Satisfez-lhe Deus estes seus ardentes votos, e aos dez de Junho de 1580 sucumbiu, contando cinqüenta e seis anos de idade. Foi por muito temo litigioso o lugar em que expirara Camões; hoje, porém, graças aos esforços dos Srs. visconde de Juromenha e Silva Tullio ([409]) não é mais lícito duvidar que o cantor dos Lusíadas vira pela última vez a luz do dia em Lisboa, em uma pequena casa sita na antiga [171] rua de D. Ana, hoje calçada da mesma denominação, e que atualmente tem os números 139 141, e de que é proprietário o Sr. Manoel José Correa. O frontispício desta modesta habitação, que naquele tempo compunha-se de um só sobrado e de telha vã, repartido em duas moradas por um taboado pelo meio, temô-lo à vista em uma gravura, que orna o último número do Arquivo Pitoresco.

Afirmam Pedro Mariz e Faria e Souza que fora Camões sepultado pobre e plebeiamente na igreja dos religiosos franciscanos da invocação de Sant'Anna, logo ao entrar da porta principal, do lado esquerdo. Dezesseis anos depois foram seus ossos trasladados para outra melhor sepultura, por indústria de D. Gonçalo Coutinho, da nobilíssima casa de Marialva, íntimo amigo e admirador do poeta, mandando-lhe gravar sobre a campa singelo e expressivo epitáfio. Para que não fossem profanados os restos mortais do exímio épico, fez D. Gonçalo Coutinho aquisição perpétua da sepultura, que conservou-se intacta até o terremoto de 1755, que consideravelmente danificou-a. Diligentemente procurados os ossos de Camões pelas comissões, que desde 1817 cuidaram em erigir-lhe condigno monumento, foram encontrados em 1836 no sítio onde a tradição asseverava acharem-se eles. Cabe ao distinto poeta o Sr. A. F. de Castilho a glória de haver, com louvável persistência, poderosamente concorrido para tão patriótica obra.

É uma dívida sagrada de gratidão nacional o monumento de Camões, que após tantos empecilhos e lamentáveis protelações vai, ao fim, ser ereto na praça da fronteira à casa em que por último residira, e onde falecera, que já se honra com o título de Praça de Camões. Simples e elegante é o modelo, devido ao talento de um artista português, o Sr. Victor Bastos, atual professor de escultura da academia de Belas Artes de Lisboa, a quem também se deve o busto do

[409] Vide – *Arquivo Pitoresco* – 4º- ano cad. 6º-.

mesmo poeta, mandado fazer à expensas do Sr. Lourenço Marques, para ser colocado na mui célebre gruta de Macau.

Orçado o monumento na módica quantia de trinta e oito contos e quinhentos mil réis, não tardara em ter começo de execução; porquanto, já existem em caixa trinta contos, dos quais concorreu o Brasil com vinte e quatro e Portugal com seis.

O mais perdurável, porém, dos monumentos que à memória do grande vale se possa porventura erguer, é por certo a nítida e esmerada edição de suas obras completas, que ora empreende o Sr. visconde de Juromenha, sob o patrocínio do esclarecido e patriótico governo português.

Como brasileiro sinceramente nos associamos a grande obra de reparação, e com júbilo saudamos a aurora da justiça, que, posto que tardia, rende-se hoje ao êmulo de Homero e Virgílio, cuja glória, como piedoso legado de nossos pais, também nos pertence.

J. C. Fernandes Pinheiro.

"O dia de Finados". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. XII, out./dez. 1861, p. 172-173.

O DIA DE FINADOS

—

Meditação

Dedicada ao meu amigo o Sr. A. G. Teixeira e Souza.

" E as sombras dos finados,
Que no seu vago errar misterioso,
Velavam por seus túmulos solitários,
Deixavam esse espaço melancólico
Ao vagar de ambulantes moribundos,
Desdenhoso vagar, baldo em mistérios,
Ou se um mistério o veste o crime o oculta!
E vêm assim passar os mortos d'hoje
Os mortos que amanhã serão com eles!
(O Sr. Teixeira e Souza).

Sim, meu ilustre amigo, é bem solene o dia de amanhã, em que convoca a igreja o ecumênico concílio dos mortos, em que se ermam as cidades e se povoam as necrópoles.

Os dobres dos sinos, por tantas horas emudecidos nos campanários, parecem ser a voz dos mortos, que aos vivos pedem que por eles orem. Essa voz de ferro, na poética expressão de Shakespeare, cai do alto das torres sobre os que vão buscar distrações, inspirando graves pensamentos aos que só a rir e folgar julgar-se-iam dispostos.

É o dia de hoje poético prefácio do de amanhã: exalta a Religião à glória dos justos e dos eleitos, para que propícios medianeiros sejam das preces, que em prol dos nossos finados endereçamos aos *Senhor*.

Deus, para quem não são ocultos nossos temores e fraquezas, quis colocar junto aos sepulcros a *fé* e a *esperança*, para que, através do denso véu das lágrimas, visemos sobre as cândidas asas dos anjos transportadas às regiões celestes as felizes almas de nossos parentes e amigos.

Admirável crença, meu amigo, é por certo a que transmuta o medo em esperança, a dúvida em fé, que dá as nossas afeições uma existência, que além do túmulo se prolonga; que ao filho concede a faculdade de resgatar seu pai do purgatório, permitindo a este de no céu novamente amparar a sua prole.

Na barreira do sepulcro esmagam-se todas as hierarquias, iguais são nele o rico e o pobre, o patrício e o plebeu. Que importa que erga a vaidade ao potentado suntuoso movimento, enquanto em rasa sepultura repousa o cadáver do indigente! De que valem os embasamentos e as odoríferas injeções , se desamparou o sopro divino o templo da alma; se o cérebro já não pensa e emudeceram os lábios! Cedo ou tarde começará a corrupção, e o verme do sepulcro consumará sua obra.

Não cessa a igreja de ensinar-nos esta profunda e democrática verdade; não pode o orgulho do magnata arrancar-lhe diversa oração daquela com que sufraga a alma humilde e obscuro mendigo.

[173] Debaixo da cruz de mármore, que estende seus braços sobre os restos do rico, recitará amanhã a igreja as mesmas preces que debaixo da modesta cruz de pau que protege os mortais despojos do aldeão.

É a verdade dos mortos apanágios: diante da terrível realidade da campa deve ser banida a lisonja e a inveja. Nem um sentimento alheio a esta virtude deve ultrapassar a meta da vida. Banidos sejam, pois, da jazida dos finados esses pomposos e falazes epitáfios, que parciais e errôneos juízos transmitem às gerações futuras, às quais só verdade devemos.

Réprobo da humanidade seja o que amanhã, com a máscara da dor no semblante e satânica alegria na alma, penetrar na mansão dos mortos; que algum ignóbil pensamento depositar sobre a lápide d'algum túmulo, que se regozijar com a aniquilação corpórea de seu inimigo, ou aplaudir internamente um sucesso, que lhe antecipou a posse d'algumas quiméricas honras, ou d'algum dinheiro.

Não profaneis, mancebo libertino, a estância da morte: levai algures vossos esgares e respeitai a donzela que com seu cristalino pranto rega a sepultura de seus pais, a virtuosa esposa que com lágrimas sinceras orvalha a campa do saudoso sócio de seus castos amores.

Amanhã, meu bom amigo, espero achar-vos no cemitério em que repousam os ossos de vosso inocente filhinho, que retrogradou do limiar da vida.

" Bem como a flor inda em botão cortada,
Enquanto aromas rescendia pura,
Bem como a onda quando mal formada
Nos brancos frisos do areal murmura"

na belíssima expressão do nosso Gonçalves Dias. Quando houverdes pago o tributo à dor paterna, olhai para o espetáculo que aos vossos olhos se desdobrará.

Vereis um homem de aspecto (ao aparecer) venerando, que com ar compungido ajoelha-se sobre a sepultura da companheira de seus dias, sobre ela deposita uma coroa de saudades, e, examinando primeiro se é observado, simula derramar lágrimas ardentes. Não creiais em sua dor, meu amigo, este homem não pranteia sincero a morte de sua mulher, porque outra já lhe ocupou o lugar no tálamo nupcial. Adiante contemplareis mais aflitivo quadro: o de um pai avaro que, a miseráveis interesses, a mesquinhas considerações pecuniárias, sacrificou a débil existência de sua filha, e que ora fere os ares com seus lamentos, cobre a campa de flores e alumia-a à luz de mil círios, prestes a dar-lhe segunda morte, se agora ressuscitasse. Mais além avistareis, contrita como a estátua do arrependimento, uma mulher adúltera, que com seus desmandos precipitou no túmulo seu honrado consorte, cuja memória ainda nodoa, e cujo nome avilta. Ainda mais longe.... Basta; desviai os olhos desse lúgubre painel de degradação moral: e, de novo beijando a campa de vosso inocente filho, sai da morada da dor pela hipocrisia humana profanada.

Novembro – 1 – 1861.

J. C. FERNANDES PINHEIRO.

"Brasileiros Célebres: D. Antônio Philippe Camarão". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. XII, out./dez. 1861, p.196-200.

BRASILEIROS CÉLEBRES ([410])

—

D. Antônio Felipe Camarão.

Crê-se que nas vertentes da serra Hibiapaba, próximo ao sítio, onde hoje ergueu-se Vila Viçosa, na importantíssima província do Ceará, vira a luz do dia no começo do século XVII o valente moçarara, cuja vida ora esboçamos.

Pertencia à corajosa tribo dos carijós, que chamada ao conhecimento da verdadeira religião pelos incansáveis esforços dos jesuítas, tão poderoso auxílio prestará à civilização européia.

O apelido de Poty([411]) recebeu ele em sua taba, o nome Antônio na pia batismal, adicionando-lhe mais tarde o de Filipe em gratidão ao monarca castelhano pelas honras que lhe concedera.

Ignoramos quais foram as primeiras façanhas do ilustre guerreiro que nos bronzes da brasílica histórica gravou seu nome: pensamos, porém, que ativa devera ser a sua juventude, e que em marciais exercícios adestrara suas forças para futuras e gloriosas empresas.

Contrariando matrimônio com D. Clara, a Camila brasiliense, cuja brilhante história traçou o nosso erudito colega, ligaram-se essas duas [197] existências como dois galhos de gigantesco jequitibá, que altivo em nossas virgens florestas campeia.

Limitada era a cena do Ceará para os grandes brios do bravo Camarão, que anelava (anhelava) pôr achar ocasiões em que pusesse à prova o seu raro denodo. o suspirado ensejo não se fez esperar.

Corria o ano de 1630 quando a opulenta capitania de Pernambuco foi acometida pelas armas da Holanda: a inércia de D. Felipe IV e a cavilosa política do conde-duque de Olivares quase inerme deixaram Matias d'Albuquerque, quando no cerúleo horizonte branquearam as sessenta e sete velas do almirante Loncq. A precipitada fuga das indisciplinadas tropas pernambucanas no Rio Doce, a tomada de Olinda, a despeito da corajosa defesa de Salvador de Azevedo, levaram o general português a incendiar o Recife (que nessa época apenas cento e cinqüenta casas contava) para não cair com suas riquezas em poder do inimigo, concentrando suas exíguas forças à uma légua de Olinda, nesse famoso arraial que recebeu o nome de Forte Real de Bom Jesus.

---

[410] Faz esta biografia parte de uma galeria de homens ilustres nas ciências, letras, armas e virtudes, que deixaram de pertencer ao número dos vivos; a qual, de combinação como o Sr. Joaquim Norberto de Souza e Silva, temos entre mãos, havendo para ela escolhido o título coletivo de Pateon (Patheon) Brasileiro.

A primeira parte, devida à hábil e elegante pena do Sr. Norberto, é conhecida dos leitores pela denominação de *Brasileiras Célebres*, e se acha no prelo.

[411] Que quer dizer camarão.

Pôr cruel experiência, reconhecendo Matias de Albuquerque a absoluta impossibilidade de com vantagem lutar contra os invasores, lançou mão do expediente que aos fracos ocorre, e organizou guerrilhas que aos holandeses molestassem.

Para remir o opróbrio do Pau (Páo) Amarelo e do Rio Doce, correram os moradores a alistarem-se nas companhias de emboscadas, como então se chamavam, e livres, percorrendo os arredores das fortificações inimigas, condenavam-nas à penúria interceptando-lhes as primeiras e indispensáveis provisões.

Veloz chegou ao Ceará a nova da invasão holandesa e do estratégico propósito formado pôr Albuquerque de exaurir as forças contrárias sujeitando-as a freqüentes e inglórios combates. Martim Soares Moreno ai comandava pôr delegação de D. Diogo de Menezes, nono governador-geral do Estado do Brasil, que, convertendo em prol da pátria as simpatias que dos naturais souberam granjear, convidou-os a voarem em socorro de Pernambuco. Frustaneo não foi o seu apelo: e ecoou pelos vales e quebradas o rouco som da inúbia, cingiram os carijós os rins das suas induapes , armaram-se com seus tacapes e brandindo os arcos despediram jubilosos a certeira seta que em seu aéreo ninho traspassava a metálica araponga.

Capitaneados pelo bravo Poty, encaminham-se os selvagens para as ribas do Beberibe e anunciandp a Matias de Albuquerque suas ruidosas aclamações a chegada de oportuno e inesperado socorro.

Pôr largo tempo equilibram-se as forças, de um lado a perícia e do outro a astúcia, de uma parte a sede das riquezas e do mando, da outra a abnegação e o amor da pátria. Quem sabe mesmo para que parcialidade penderia a balança da vitória sem a negra traição de Calabar, que, amestrando os holandeses nos ardis de seus compatriotas, entregou-lhes indefeso o Rio Formoso, deu-lhes a chave de Itamaracá arrancadas das honradas mãos de Salvador Pinheiro.

[198] Alimentada pôr esse fáceis triunfos, crescia a audácia dos invasores, e aconselhados pelo pérfido mameluco([412]) abalançaram-se à agredir os pernambucanos em seu próprio campo. Advertido Matias de Albuquerque de semelhante intento, chamou a conselho o intrépido Camarão, e tomando o seu avisado parecer, confiou-lhe honrosos posto em um sítio sobranceiro ao rio Guardez, de onde pôr meio de sentinelas destacadas pudesse observar a navegação do rio. Eram duas horas da madrugada do dia 18 de Agosto do ano de 1633 quando pressentiram as sentinelas carijós o soturno ruído que a tais deshoras faziam nas mansas águas do Guardez cinco lanchas que de voga arrancada dirigiam-se ao acampamento do Bom Jesus. Ao alarma sobreveio Camarão que de emboscada achava, e reunindo-se ao esquadrão, que de Pernam-Merim viera, caiu sobre os holandeses pondo-os em completo desbarato, e obrigando-os a largarem vergonhosamente o campo. E' esta a primeira façanha do destemido morubixaba, de que fazem menção os cronistas, e que grande reputação valeu-lhe.

As atrocidades pelo inimigo cometidas em Ipojuca, Cabo de S. Agostinho, Moribeca, Gorjau, Maciape, e S. Lourenço exasperaram a tal modo o conde de Bagnuolo, que nesse tempo comandava o exército pernambucano, que abdicou a defensiva em que se achava em Porto Galvo, ordenando a Camarão que com seus guerreiros fosse a defensiva em que se achava em Porto Galvo, ordenando a Camarão que com seus guerreiros fosse a Goyana tomar do holandês ampla vingança. Como raio caiu o chefe brasílico sobre seus contrários, levou tudo a ferro e fogo,

[412] Abraçamos a opinião dos que sustentam que Domingos Fernandes Calabar pertencia à raça mista portuguesa e indígena conhecida pela denominação de *mameluca*.

arrasou redutos e fez basta colheita de despojos. Em vão buscou embargar-lhe os passos Artichofsky, que destroçado retirou-se fremente de raiva pôr ver-se humilhado pôr um indiano a quem pensava ir dar antes uma lição do que oferecer uma batalha, como se exprime o cronista Fr. J. de S. Tereza.([413])

Pensou, porém, o audaz carijó na conveniência de resguardar os moradores de Goyana das represálias que deles não tardariam em tirar os holandeses; e reunindo mil e seiscentas pessoas, escoltou-as pôr espaço de quarenta léguas através de impérvias veredas até à praça em que Bagnuolo as aguardava. Foi esta a segunda peregrinação dos pernambucanos, foragidos da pátria, curtindo os amargores da fome e da sede, expostos às garras dos tigres e ao venenoso dente das cobras. A entrada do novo Josué em Porto-Calvo foi com as mais frenéticas aclamações saudada, e ninguém houve que deixasse de nele reconhecer um miraculoso agente da Providência na hora tremenda do exílio.

Porto Calvo, tão célebre nos anais brasílicos como Dio nos fatos lusitanos, contemplou ao redor dos seus derrocados muros a intrepidez de Camarão, e de sua invicta consorte, quando arrastado pela [199] obediência levou seus bravos soldados ao estólido, combate que contra as aguerridas tropas de Artichofsky empenhara D. Luiz de Roxas y Borgia. Nesse Alcacer-Kibir da nossa história salvou Camarão os restos do destroçado exército quando inúteis se tornaram os prodígios de valor e de constância.

Pertenceu ele ao número dos corajosos cabos que presidiaram essa bela retirada para o Sergipe, comparada pelos nossos historiadores à de Xenofonte (Xenophonte), e tendo em uma mão a espada para repelir as hostes de Nassau, sobraçava com a outra o escudo, à cuja sombra tranqüilos dormiam os imbeles colonos.

Sobre a memória do invicto chefe cearense faz pairar o grave historiador Barbo uma nuvem de traição quando afirma que endereçara ele uma carta ao governador do Brasil holandês oferecendo-lhe para passar ao seu serviço, renegando desta arte (d'est'arte) toda a sua passada glória. ([414]) Faltam-nos dados para contestar tal asserto; podemos, porém, explicar o dúbio passo do nosso herói pelas desinteligências que então lavraram entre ele e o conde de Bagnuolo, que comandava o exército brasiliano, acampado no lugar denominado Torre de Garcia d'Avila. Minguadas eram as luzes de Camarão para superar o impulso das más paixões, para tornar-se sobranceiro ao ressentimento, trilhando diversa vereda da dos Alcibiades e Coriolanos.

Corramos o véu da anistia sobre este doloroso quadro para assistirmos à reabilitação do destemido caudilho, a quem a corte de Madri galardoara com o hábito de Cristo e o tratamento de dom: vejamo-lo mostrar-se digno destas distinções, denodado batalhando contra os holandeses, que ao mando do conde de Nassau investiram a cidade do Salvador da Bahia no mês de Abril de 1638. As anteriores injúrias esquecendo, rivalizou Camarão em dedicação e bravura com Vidal, Rebelo e Dias, sob o comando desse mesmo Bagnuolo, cuja prudência e talentos militares era ele agora o primeiro a reconhecer.

Depois da malograda expedição da Bahia, foi Camarão um dos que primeiros organizaram essas terríveis guerrilhas que levavam a devastação e a morte ao território pelos holandeses ocupado: foi ainda dos que mais auxiliaram a dobrez de Telles da Silva, que latente guerra promovia sob as aparências da paz. Pôr sua ordem passou ele a Sergipe, preservando-o das

[413] *Istoria delle Guerre del Brasile Part. I Liv. VI.*
[414] *Res Gesta sub Comite Mauritio in Brasilea* p. *(* pag). 164.

correrias que ai faziam as partidas inimigas em cata de provisões e abastecimentos. Acampava junto a S. Cristóvão (Christovão), nessa época sede da capitania, quando recebeu de João Fernandes Vieira uma afetuosa carta convidando-o para agregar-se aos que com ele haviam proclamado a restauração de Pernambuco.

Tardo não foi a Camarão em ouvir o clamor da pátria que pelo órgão de Vieira se manifestava; deu-se pressa em transpor com o seu terço o rio de S. Francisco e a marchas forçadas encaminhou-se para o [200] acampamento das covas em que estacionavam os sublevados. Dificuldades, porém, insuperáveis obstaram-lhe de assistir ao combate das Tabocas em que se batizaram as espadas que deveram mais tarde flamejar ao sol dos Guararapes.

Encheríamos volumes se quiséssemos historiar todos os reencontros em que o intrépido caudilho se avantajara: sobre-nos dizer que não houve uma só ação em que se pleiteasse a causa da liberdade, em que não sentissem os batavos o peso de seu braço; empalidecendo ao ouvir seu nome aqueles mesmos que nas águas de Zuiderzée haviam submergido os brasões de Castel (Castella). Diga-o Cunhau, onde, capitaneando trezentos e cinqüenta índios e duzentos e cinqüenta portugueses, pôs em completa debandada os inimigos arrasando as trincheiras que com tanto afã haviam construído e juncando o campo de mortos e feridos: digam-no finalmente os montes Guararapes, essa Termopilas (Thermopylas) pernambucanas, que a 18 de Abril de 1648 contemplaram o denodo com que, pelejando na ala direita do exército libertador, fez fugir diante dos seus carijós os aguerridos soldados de Segismundo, tecendo com suas heróicas mãos a grinalda da vitória nesse dia depositada no altar da pátria.

Como o herói tebano (thebano), pouco sobreviveu o governador dos índios à esta gloriosa facção, sucumbindo a uma moléstia que esqueceram os cronistas de diagnosticar. Envolto no sudário da sua fama, foi depositado o seu corpo na capela do Novo Arraial do Bom Jesus, conduzido o féretro pelos leais e valorosos companheiros de seus heróicos feitos, banhados nas lágrimas da sincera saudade.

Foi D. Antônio Filipe Camarão dotado de grandes prendas: impávido nos combates, generoso depois da vitória, e estóico sofredor da adversidade. Religioso sem fanatismo, bravo sem crueldade e severo sem dureza. Sabia ler e escrever corretamente, asseverando mesmo Fr. Manoel Calado ([415]) que estranho não lhe fora o idioma de Cícero e Virgílio. De poucas falas, preferia exprimir-se em seu pátrio idioma, recorrendo habitualmente a um intérprete.

Um único pesar devera acompanhar o túmulo o egrégio chefe dos carijós, e era o de não saudar a aurora da redenção da pátria, o de não assistir à expulsão desses audaciosos forasteiros, que plantado havia suas leis e falsa crença na livre terra dos tupis.

J. C. Fernandes Pinheiro.

---

[415] Valeroso Lueideno (1 e pode ser c ver R.P.) p. (pag) 165.

"Brasileiros Célebres: Cláudio Manuel da Costa". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, t. XII, out./dez. 1861, p. 367-373.

BRASILEIROS CÉLEBRES

—

Cláudio Manoel da Costa.

Nas pitorescas margens do ribeirão do Carmo, onde hoje se ostenta a episcopal cidade de Mariana, nasceu este distinto poeta aos 6 de Junho de 1729, sendo seus progenitores oriundos da heróica província de S. Paulo, a cujos filhos deve-se o descobrimento e exploração do interior do Brasil.

Nos arrebóis da vida manifestou Cláudio pasmosa inteligência que desejando seus pais que aproveitada fosse, mandaram-no para esta cidade, onde matriculou-se nas aulas que com grande esplendor mantinham os jesuítas. Rápidos foram seus progressos, de modo que ao entrar na adolescência possuía já cabal conhecimento das línguas latina e grega, comezinhos lhe sendo os prolegômenos da filosofia, retórica, matemáticas e teologia. Completado o seu curso de preparatórios, ou de humanidades, como então se denominavam, recebeu Cláudio Manoel a patente de mestre em artes, que a companhia de Jesus conferia aos seus melhores alunos.

Irresistível vocação chamava-o para o campo das letras, e anelando por adquirir um brasão que dos seus labores fosse testemunho, partiu para Coimbra quando apenas contava 17 anos de idade. Neste célebre universidade sustentou a reputação que na puerícia conquistara, compulsou com diurna atque nocturna manu os monumentos da ciência jurídica suavizado sua aridez com o ameno trato das musas.

Datam desta época algumas composições suas vantajosamente apreciadas pelos doutos, distinguindo-se entre elas o Munusculo Métrico, romance heróico dedicado a D. Francisco d'Anunciação pela segunda vez reitor, o Epicedio consagrado à memória de Fr. Gaspar da Encarnação, os Números harmônicos temperados em heróica e lírica consonância, e o Labirinto de Amor, poema que saiu dos prelos de Antônio Simões no ano de 1753.

[368] Obtido o almejado pergaminho, regressou Cláudio Manoel para a sua cara pátria, onde, abraçando a profissão de advogado, não tardou em granjear extraordinário nomeado pelo seu saber e probidade.

Fiel ao seu sistema de temperar o estudo das abstrusas questões de direito com os folguedos da imaginação, coligiu diversas poesias que em seus lazeres compusera remetendo-as para Coimbra, onde Luiz Secco Ferreira deu-as à estampa no ano de 1768 em um volume de 8º- e debaixo do nome pastoril de Glauceste Saturnio, que tomara na Arcádia Ultramarina, fundada nesta capital por Silva Alvarenga e Basílio da Gama no vice-reinado de Luiz de Vasconcelos.

Neste livro dedicado pelo bardo mineiro ao ilustre conde de Valadares, que o honrara com a sua estima chamando-o para seu lado na qualidade de secretário do governo, abundam as imitações dos poetas italianos, principalmente Petrarca, Guarini e Metatasio, chegando a escrever

nesta língua muitas das suas lindíssimas cançonetas, e cometendo desta arte um crime de lesa-patriotismo, que tanto Ferreira condenava em Sá de Miranda.

Destaca-se desse gracioso grupo a bela alegoria intitulada – Fábula do Ribeirão do Carmo – inspirada pelo mais santo patriotismo, resplendente de cor local, e que, quanto a nós, marca o segundo período embrionário da nossa literatura.

Despertou-lhe os brios o exemplo de seu benemérito comprovinciano José Basílio da Gama, e como ele quis entrar na arena da poesia épica escrevendo um poema, para cujo assunto tomou a edificação de vila Rica. Por largos anos jazeu ele inédito, até que alguns cantos fossem publicados em um jornal literário desta cidade, sendo em 1839 editado em sua íntegra pelo Sr. José Pedro dias de Carvalho.

Reservamos para outro lugar a análise deste poema, que mal cabida aqui seria; apenas diremos que impropriamente se lhe poderá denominar de épico não só pela pequenez do assunto, como pela estreiteza do plano. Era, porém, mais um passo dado na vereda da nacionalização da literatura, e como tal consideramo-lo, e estimamo-lo.

Parece que não só à poesia consagrava Cláudio Manoel sua horas de repouso; porquanto afirma o Sr. Dr. J. M. Pereira da Silva que traduzira ele e comentara o Tratado da Origem da Riqueza das Nações do célebre economista escocês Adão Smith e escrevera diversas outras obras de literatura antiga e moderna, que por fatalidade ficaram inéditas.

Por espaço de oito anos desempenhou o difícil cargo de secretário do governo, merecendo sempre o mais súbito conceito da parte dos capitães-generais que nesse lapso de tempo empunharam o bastão do mando em Minas Gerais. Havendo porém em 1788 sucedido o visconde de Barbacena a Luiz da Cunha Menezes, volveu à banca de advogado com grande contentamento dos seus antigos clientes.

No remanso da paz e fruindo dos bens que na terra constituem a felicidade, era por certo Cláudio Manoel da Costa um ente bem invejável, [369] realização desse ideal figurado por Horácio quando ao sábio desejava a aurea mediocritas. Não é, porém, permitido ao homem viver uma vida totalmente subjetiva; colocando no espaço e recebendo a ação do tempo, forçosamente sobre o seu ânimo influem circunstâncias externas. Não deve cidadão algum ser indiferente aos males da pátria, e aonde sob os governos despóticos, como o que a nossos avós oprimia, perturba o gemido das vítimas as orgias dos algozes, e a grande voz do povo distrai o sábio das sérias cogitações a que em seu gabinete se entrega. De tão fortes estímulos não necessita o nosso ilustrado patrício, e conhecedor da situação da capitania pelo emprego que exercera nutriu sérias apreensões quando viu chegar o visconde-governador munido de instruções do ministro Martinho de Mello e Castro para tornar efetiva a cobrança do imposto de capitação conhecido pelo nome de derrama. ([416])

Certa convivência literária ligava os homens mais notáveis da capitania, os quais, alargando ainda o círculo de suas relações, nele abrangiam alguns dos distintos caracteres que no Rio de Janeiro cultivavam as musas. Era Cláudio Manoel amicíssimo de Tomás Antônio Gonzaga, ouvidor da comarca de Vila Rica, e que acabava de ser despachado desembargador da

[416] Vide a *Instrução para o visconde de Barbacena Luiz Antônio Furtado de Mendonça, governador e capitão general da capitania de Minas Gerais*, inserida na Revista Trimensal do Instituto Histórico, tomo III (conferir o número certo na revista popular) – p. 3.

relação da Bahia, estando em vésperas de receber-se em matrimônio com D. Maria Dorotéia de Seixas, peregrina beldade que então contava 17 para 18 anos.

Consta das peças do processo, cuja comunicação devemos ao nosso prestante amigo o Sr. J. Norberto de Souza e Silva, que ia todas as manhãs Cláudio tomar café em casa de Gonzaga, onde também se reuniam o tenente-coronel comandante do regimento de linha Francisco de Paula Freire de Andrade, e José Alves Maciel, seu cunhado, que acabava de chegar de uma viagem à Europa e os Estados Unidos, e a quem se atribui a iniciativa da idéia republicana.

Patriotas ardentes praticavam repetidas vezes sobre os mais adequados meios de livrarem seu país do jugo que o acabrunhava, e julgando lobrigar no turvo horizonte político a possibilidade de melhores dias, acreditaram que o povo, por via de regra indiferente às mutações do governo, porém exasperado pelas extorsões dos exatores da fazenda real, não hesitaria em dar sua adesão aos planos de liberdade que, sem consultá-lo, concertavam entre si seus naturais representantes. Amadurecida a idéia, comunicaram-na a mais alguns cidadãos distintos pelas suas luzes e posições oficiais, entrando neste número o tenente-coronel de milícias da Campanha do Rio Verde Ignácio José da Alvarenga Peixoto, o doutor em medicina Domingos Vidal Barbosa, e o vigário Carlos Correia de Toledo.

Como soe acontecer em idênticas circunstâncias, de confidência em confidência foi dilatando-se a esfera dos iniciados no segredo, e não tardou que chegasse ele aos ouvidos do capitão-general, que, simulando [370] de nada saber, deu parte ao vice-rei Luiz de Vasconcelos, concertando ambos no modo de malograr a conspiração aparentando imperturbável calma. A dissimulação e a hipocrisia formavam a base do caráter do visconde de Barbacena até agora apresentado pelos nossos historiadores como modelo de paternal bondade; ([417]) deixou portanto que criasse corpo o temerário projeto, folgando que grande fosse o número dos comprometidos. Pautando seu proceder pelas supracitadas instruções, pareceu querer atender às reclamações dos povos, suspendendo provisoriamente a execução das régias determinações, enquanto levava aos pés do trono fidelíssimo as queixas dos seus leais vassalos.

Intuitivo é que frustrado estava o plano da conspiração, não se podendo contar com a anuência do povo, estranho a considerações de ordem mais elevada, e só impressionável aos interesses do momento. Assim pelo menos o pensaram Cláudio Manoel, Gonzaga, Alvarenga Peixoto que formavam o diretório revolucionário.

Desvanecida a idéia pela sua impraticabilidade, talvez que nenhum vestígios dela hoje restassem, receando o visconde de Barbacena de punir uma veleidade e baldo de provas em que pudesse assentar o processo. Quis, porém, a fatalidade que um leviano fosse sabedor da conspiração, permitiu ainda que por ela se entusiasmasse, tocando ao delírio o seu fanatismo. Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, alferes do regimento de cavalaria de linha, foi o gênio do mal desse prematuro tentame da independência do Brasil ([418])

[417] No luminoso trabalho que tem entre mãos o nosso douto colega o Sr. Norberto verá o leitor desenvolvido magistralmente este ponto da histórica pátria, que aqui sucintamente esboçamos, servindo-nos, como já confessamos, das notas, que, por bondade sua, franqueou-nos.

[418] Parecerá talvez estranho que assim qualifiquemos ao *Tiradentes*, a quem alguns mancebos de poética imaginação querem dar os foros de primeiro patriarca da independência do Brasil. Pedimo-lhes, porém, que aguardem a próxima publicação do trabalho do nosso amigo o Sr. Norberto, para conhecerem com exatidão essa figura legendaria, cujo único mérito foi o de ter sabido morrer com dignidade, buscando no martírio uma consagração de que jamais lograria seu nome.

Assoalhando projetos de que o acaso, ou melhor a imprudência, lhe fizera participante, buscou aliar a tropa, e ostentou uma desenvoltura de linguagem que, a ficar impune, aniquilaria o princípio da autoridade. Dizendo-se a Cláudio Manoel que o Tiradentes procurava cúmplices nos quartéis, disse ele que estranhava que os soldados não o tivessem prendido como merecia.

Do parecer de Cláudio eram os protagonistas de conjuração, que no fundo da alma lamentavam que semelhante homem tivesse se constituído seu oficioso e temerário auxiliar. Ignorava ele a mais recôndita parte do plano, não fora ouvido quando se discutira a forma de governo que convinha adotar, sabia, porém, quanto era bastante para perder no ânimo do governo português os mais nobres caracteres das províncias de Minas e Rio de Janeiro.

[371] Como o condor que espreita a presa para sobre ela lançar-se, aguardava o coronel Joaquim Silvério dos Reis, por alcunha Joaquim Saltério, asado ensejo para prestar um ignóbil serviço, buscando na delação o adiantamento que sonhara sua escaldada fantasia. ([419]) Passo a passo acompanhara o capitão-general a marcha da conspiração; não estava, portanto, desprevenido quando se lhe apresentou o coronel Silvério, cujo depoimento era-lhe porém de muito proveito para ferir com a espada da lei os que nas trevas do regimen colonial haviam pensado em pátria e liberdade.

Sabido é geralmente o desfecho deste lutuoso drama; ninguém ignora como, carregados de grilhões, tragando o fel da humilhação, foram arrojados em negros calabouços os homens mais conspícuos da capitania. Não é do nosso intento escrever esta história, à mais hábil inteligência confiada; queremos tão somente contemplar nessa heróica galeria o ilustre varão que forma o assunto deste mesquinho trabalho.

Denunciado como um dos primeiros fautores da projetada revolta, foi Cláudio Manoel da Costa recolhido à cadeia de Vila Rica em um estado valetudinário, exercendo-se sobre a sua pessoa todos esses inqualificáveis rigores a que estavam sujeitos os que tinham a desgraça de serem acusados do crime de inconfidência e lesa majestade da primeira cabeça.

Nos longos e fastidiosos interrogatórios a que teve de responder, sustentou ter tido conhecimento do planejado levante, mas que sempre o considerara como um ato de loucura, a que não prestara a menor atenção, procurando sempre dissuadir dele a todos que lhe falavam. Disse mais que era íntimo amigo do desembargador Tomaz Antônio Gonzaga, cuja casa costumava freqüentar, recreando-se (recreiando-se) com a leitura de seus versos. Que à essa casa iam amiudadas vezes Alvarenga, Maciel, Paula Freire, e vigário Carlos, que haviam hipoteticamente apresentado a idéia de república, por ele Cláudio sempre combatida pela absoluta falta de forças e meios de subsistência. Acrescentou que pouco conhecimento tinha do Tiradentes, com o qual apenas falara uma ou duas vezes no seu escritório, a que viera para tomar conselhos sobre os objetos totalmente estranhos à conspiração, e sempre acompanhado por outros indivíduos.

Como vê-se, entrincheirava-se Cláudio na absoluta negação, e por fraqueza do cérebro, resultante da velhice e enfermidades, não escrupulizou de acusar seus mais particulares amigos, como fosse o próprio Gonzaga. Aterrado pela imagem do suplício que o aguardava, sucumbiu à prova de que vitoriosa devera sair sua bela inteligência, [372] o elevado caráter, contradisse-se a

[419] Por única recompensa recebeu uma pensão de quatrocentos mil-réis anuais, e perseguido pela animadversão pública, teve de retirar-se para o Maranhão, donde ralado de remorsos e reduzido à pobreza pediu a el-rei D. João VI a sobrevivência da dita pensão em favor de sua mulher e filhos, alegando haver prestado relevantíssimo serviços. Vimos esta petição na qual está escrito – Escusado pela primeira letra del-rei.

cada instante, e desceu do pedestal da dignidade ao lodoso chão das retratações, e do fingido arrependimento. Revelam suas palavras o princípio dessa alienação mental, que cedo coroada seria pelo mais doloroso espetáculo! ([420])

Pungido pelos espinhos dos remorsos, de haver comprometido seus amigos, lamentando que em botão murchasse a flor da esperança da liberdade pátria, apoderou-se de seu espírito negra melancolia, e no plano inclinado da descrença ganhou terreno o sinistro pensamento do suicídio.

"Até aqui, diz o Sr. Norberto, a história sem os documentos oficiais, parando ante o cadáver de Cláudio Manoel da Costa, hesitava entre a idéia de um suicídio, ou de uma premeditação criminosa dos ministros do governo colonial; hoje, a aceitarmos as peças do monstruoso e longo processo, conhecemos que sua morte fora voluntária. Ah! que longa agonia não foi a sua à vista da posição do seu cadáver, tendo uma liga por baraço pendendo de um armário, com um dos joelhos fincado sobre uma das prateleiras, e o braço direito forcejando de baixo para cima contra a tábua em que prendera o baraço, como procurando estreitar o fatal laço que zombava da gravidade do seu corpo já tão debilitado pelos anos e trabalhos." ([421])

[373] Cumpriu seu dever a justiça dos homens, ordenando que lavrados fossem os competentes termos, dando-se a sepultura ao cadáver sem solenidade alguma, porquanto ainda nessa época eram com rigor executados os cânones que proíbem que na jazida dos católicos achem derradeiro asilo os que tão gravemente infringem a lei de Deus.

Choraram-no suas filhas ([422]) e seus irmãos, que estremecidamente amavam-no, sendo porém obrigados a esconder o pranto que por sinais de cumplicidade poderia ser tomado.

---

[420] Assim termina ele um dos seus depoimentos:
" Era em bem por benefício de Deus que a minha libertinagem, que os meus maus costumes, a minha generosa maledicência me reduzam finalmente a este evidentíssimo castigo da justiça divina, e apesar das imensas intrigas e calúnias com que me acho denegrido na presença do Exm. Sr. visconde, protesto que nunca em meu ânimo procurei, ou desejei levessimamente ofender à sua respeitável pessoa, e que só pelo gênio gracejador que tinha, poderia deslizar-me em algum dito menos decoroso, não desconfiando daqueles mesmos que teriam já em igual ocasião outras iguais graciosidades, pelo que lhe peço perdão de tanto escândalo, e lhe rogo que, sendo eu mau, como confesso, nem por isso repute virtude nos denunciantes destes ditos, que talvez sejam mais terríveis que os mesmos denunciados."

[421] Julgamos de interesse a transcrição do auto de corpo de delito e exame feito no cadáver do doutor Cláudio Manoel da Costa lavrado no dia 4 de Julho de 1789 perante o desembargador Pedro José Araújo de Saldanha e o doutor José Caetano César Manite, acompanhado do tabelião Antônio José de Macedo, do escrivão da curadoria José Veríssimo da Fonseca e dos cirurgiões aprovados Caetano José Cardoso e Manoel Fernandes Santiago. Depois do formulário do costume, assim reza o documentário a que nos referimos:
" Achou-se de pé e encostado à uma prateleira, com um joelho firme em uma tábua dela e o braço direito fazendo força em outra tábua na qual se achava passada em torno uma liga de cadarço encarnado atada à dita tábua e a outra ponta com uma laçada e no corrediço deitado ao pescoço do tido cadáver que o tinha esganado e sufocado a respiração por efeito do grande aperto que lhe fez com a força e gravidade do corpo na parte superior do laringe, onde se divisava do lado direito uma pequena contusão que mostrava ser feita com o mesmo laço quando correu, e examinado mais todo o corpo pelos referidos cirurgiões, em todo ele se não achou ferida, nódoa, ou contusão alguma, assentando uniformemente que a morte do referido doutor Cláudio Manoel da Costa só fora procedida daquele mesmo laço e sufocação, enforcando-se voluntariamente por suas mãos, como denotava a figura e posição em que o dito cadáver se achava." (Vide o Apenso ao Auto de perguntas feitas ao mesmo doutor.)

[422] De um precioso documento intitulado – *Estado das famílias dos réus seqüestrados*, apenso ao autos, copiamos o seguinte parágrafo relativo a Cláudio Manoel da Costa:
" Era solteiro e deixou duas filhas naturais, uma por nome Francisca, casada com Manoel José da Silva, à qual o mesmo seqüestrado quando a casou deu a metade de uma roça no valor de noventa mil réis, com três ou quatro escravos, de cujo casal existem três ou quatro filhos, a qual poderá ter trinta anos de idade e vive parcamente com o

Nem assim escapou sua desgraçada prole à cruel vindita da alçada, que, infamando a memória do ilustre finado, infames declarou seus filhos e netos, ordenando que confiscados fossem seus bens em benefício do fisco e da câmara real. ([423])

A despeito dos furores jurídicos atravessou a memória de Cláudio Manoel da Costa a posteridade, chegando até nós rodeada de auréola da glória, e com plácida confiança aguardando seu nicho no Pantheon Brasileiro, Foi um dos precursores da grande idéia da independência, que trinta e três anos depois devera nas margens do Ipiranga proclamar um príncipe magnânimo, foi um abalizado poeta, a quem estranhos e imparciais juizes rendem a homenagem de sua admiração; foi finalmente um homem de exemplar probidade, submisso filho da igreja de cujo grêmio só o divórcio da razão pode arredá-lo.

J. C. FERNANDES PINHEIRO.

---

seu marido e filhos no sítio da Vargem, termo da cidade de Mariana. Outra por nome de Maria, que terá de idade onze anos, pouco mais ou menos, e vive em companhia de sua mãe Francisca Cardosa, solteira, sem bens alguns e mora nesta vila."

[423] Do traslado do seqüestro feito nos bens de Cláudio Manoel da Costa consta que gozava ele de certa abastança, possuindo uma fazenda no lugar denominado – *Fundão* – termo de Vila Rica, metade de outra com matas virgens e terras de minerar nas proximidades de Mariana, metade de uma roça com casa de vivenda, moinho, engenho de farinha e oratório de dizer missa, além de animais e móveis; um sítio de lavra chamado – *Os Canelas* – termo de Mariana, de sociedade com Antônio Domingues de Cabo Pinto e Domingos Pires. Tinha mais trinta e três escravos, sessenta e uma oitavas de ouro em pó, jóias trastes e roupa de seu uso, e também uma escolhida livraria composta de trezentos e oitenta volumes impressos e dois manuscritos.

"Formação da literatura brasileira". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XIII, jan./mar. 1862, p. 45-49.

FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA.

———

Como pensa o sábio Martins, não deve a colonização portuguesa no Brasil confundir-se com as modernas empresas neste gênero: diverso era o espírito, diversas as causas que a motivaram. Na África armavam-se os cavaleiros, na Índia ilustravam-se os brasões, no Brasil pesquisavam-se as minas e corria-se após o fabuloso – el Dorado – Menos sanguinários que os espanhóis, não deixavam os portugueses de selar com o sangue dos aborígenes a posse da região que o acaso revelara a Cabral, e impressos ainda estão na memória dos adoradores de Tupã os cruentos nomes dos Saemas, Britos, Caldeiras e Macieis. Escravidão ou morte, era o feroz dilema que lhe apresentavam os conquistadores, e os filhos das palmeiras morreram para não serem escravos.

Entre os algozes e as vítimas ergueu-se a majestosa figura da Companhia de Jesus: os Nobregas, os Anchietas, os Navarros e os Azevedos rivalizaram com os Pacomios, os Basílios, os Atanásios e os Jerônimos, e nem um brasileiro desconhece os cantos dessa imensa epopéia evangélica.

Para povoar o país que cada vez mais se ermava, lançou-nos Portugal as fezes da sua população; e o primeiro provincial dos jesuítas considerava semelhante escória como mais danosa do que as antropófagas hordas. Precisos foram todos os revezes que oprimiram o reino nos fins do século XVI, para que se lembrasse ele que possuía o Brasil, para que honestos burgueses procurassem longe das ribas do Douro e do Tejo a abastanças que lhes negava a esterilidade do pátrio solo, ou da dureza do estranho jugo.

De semelhantes elementos nada podiam esperar as letras; homens rudes e ignorantes, com a única mira nos interesses materiais, deveram pôr certo ser insensíveis ao majestoso espetáculo que ante seus olhos desdobrava a natureza. No meio, porém deles existiam algumas almas privilegiadas, que não porfiavam em cada cata do ouro, que não se embrenhavam pelos sertões para fazer escravos. Eram os jesuítas, nossos primeiros cronistas, primeiros divulgadores da nossa opulência nativa, [46] da salubridade do nosso clima, da beleza do nosso céu, do sabor dos nossos frutos e do brilhantíssimo das nossas flores. Vieram depois os Hans-Stadens, os Tevets (Th), os Lerys, e os Abbevilles, que em estranhos idiomas fazia um ilustre colono da Bahia ([424]) ao passo que lançava os alicerces da sua história um amigo de Camões, distinto gramático lisbonense. ([425])

Precoce é tudo nas regiões tropicais; pôr isso vemos os filhos desse arautos da civilização, que tão grosseiras pintamos, amarem as letras, sorvendo a grossos tragos no cálix da ciência que com suspeitoso mão lhe ministrava a Companhia de Jesus. Cabe ao autor da Prosopopéia, Bento Teixeira Pinto, a glória de ser o nosso primeiro poeta, estreando-se nessa vereda em que brevemente devera segui-lo Gregório de Matos, emulo de Juvenal, e Botelho de Oliveira, delicado fotográfico da ilha da Maré.

[424] Gabriel Soares.
[425] Pero de Magalhães Gandavo.

Saturadas de mau gosto eram todas essa composições; porque em minguada hora nascera a nossa literatura, quando expirava o século dos Barros e Camões, quando já sobre o alcançar das lusas letras tremulavam os pendões de Gongora, antes que os soldados do duque de Alba, e o ouro de Cristóvão de Moura houvessem amortalhado a nacionalidade portuguesa nas cortes de Thomar. Educação, usos e costumes tudo era português: além do atlântico estava a diapasão marcando o tom em que deveram cantar os brasileiros (brasileos) bardos; só tínhamos pôr nós a natureza, essa poderosa força magnética que assimila o homem à terra em que vive. Não escapou esta verdade ao atilado conceito de um distinto escritor alemão ([426]), que, tratando da literatura brasileira, maravilha-se que os discípulos de Coimbra escolhessem não para seus cantos assuntos nacionais.

Esse crepúsculo poético em sua primeira manifestação lírica ainda não constituía uma literatura, não tinha própria autonomia, era o reflexo da portuguesa, mais ou menos modificada pôr circunstâncias puramente locais. Era o primeiro vagido do infante, cujo verbo ainda fora articulado.

Começa com Cláudio Manoel da Costa a segunda fase embrionária, mais um passo dá a nossa literatura para destacar-se dos limbos que envolviam. Folgazão e espirituoso na vida doméstica era o cantor de Eulina, melancólico quando sobraçava o alaúde nas margens do seu pátrio ribeirão. Modelando-se pôr Petrarca, Guarani e Metastasio, era Cláudio eminentemente brasileiro, não só nos assuntos que escolhia, como ainda em suas comparações e imagens. Chorava pelas ribeiras do Mondego e poeticamente descrevia as do Carmo; queixava-se da prosa que o rodeava, e em seu poema Vila Rica celebrava os Colombos do deserto, que sobre os nevados píncaros de Itacolomi (i=y) haviam [47] plantado o lábaro de Cristo. Surgiu ao aceno de Cláudio uma plêiade de brilhantes engenhos: Gonzaga, português pôr acaso e brasileira de coração, os dois Alvarengas, e sobre todos Santa Ria Durão e Basílio da Gama, que, respigando nacionais tradições ergueram os muros da epopéia. Penetra uma réstia de luz nas trevas coloniais: funda-se no Rio de Janeiro uma Arcádia, e em torno dessa colmeia esvoaçam abelhas do progresso. Sabido é como fez mangrar todas essas esperanças o mau êxito da conspiração mineira, arrojando para os areais da África os África os percursos da independência literária.

Na cor local das descrições imprimia-se o cunho da nacionalidade; faltavam, porém, idéias próprias, o traço fisionômico, que divide as literaturas, bem como os rios e as montanhas extremam os povos. Operava-se contudo uma transição, e á frente dessa época de justiça é que coloquemos os nomes de Caldas, que tão magistralmente tangeu a harpa de Sião, e de S. Carlos, rival de Klopotock, e o mais brasileiro dos nossos poetas coloniais.

Quanto no garboso tronco de anos mangueira saudava o sabiá a aurora da nossa regeneração política, quando já no horizonte bruxuleava o sol do Ipiranga, mais originais, mais originais se tornaram os nossos poetas, menos atenção prestaram ao ecos de além-mar. Natividade Saldanha cantava na cítara de Pindaro os heróis das Tabocas e dos Guararapes; Lucas Alvarenga solfejava as eróticas estrofes flores dos nossos prados; o cônego Januário em seu Niterói travara porfiosa luta entre as reminiscências mitológicas e as inspirações nativas, e João Gualberto pedia emprestada à Gesser sua pastoril flauta para cantar a Saudade Paterna.

Apesar de ser a literatura a mais exata expressão das idéias de um povo, como se expressa de Bonald, o mais fiel espelho de seus usos e costumes, nem sempre corresponde o despertar das nacionalidades ao nascimento, ou ressurreição das letras. E' pôr isso que no mapa das nações nos

[426] O Sr. Wolf em sua recente análises às obras poéticas do Sr. D. J. Gonçalves de Magalhães.

havíamos já inscrito, já ovante se despregara o estandarte auri-verde nas soberbas águas do Tejo, já os lauréis da vitória ornavam as frontes dos nossos bravos, e ainda éramos literariamente tributários à antiga metrópole, ainda lhe pagávamos as páreas da imitação.

Semelhante à calma que precede às grandes procelas, houve uma espécie de estagnação, um período de repouso literário nos tempos imediatamente posteriores à proclamação do império. Era que a política preocupava todos os espíritos, exigia o perigo da pátria o holocausto de todas as glórias, o seqüestro de todas as inteligências. Deixava José Bonifácio o remanso do gabinete pela agitada vida de ministro, e novo Francklin revelava-se ao mundo tão grande político como abalizado sábio, e até aqueles que no lumiar do claustro haviam abjurado o mundo ouviam a plangente voz da pátria e trocavam o púlpito pelo jornal.

Bem como os rios que pôr largo espaço correm subterrâneos, e que [49] de súbito se arremessam impetuosos formando majestosos catadupas, assim prorrompeu o espírito da reforma literária logo que abonançaram as paixões, e que à sombra de um berço floresceu a árvore da monarquia.

Enquanto o Brasil se constituía, enquanto passava pelas provas da iniciação política, pasmosa revolução se operara no mundo literário: começado havia a era romântica, e o nativismo, para empregar o termo de Wolf, tornava-se um elemento poético, sólida base da cultura espiritual. Vingara-se a Alemanha da influência que pôr tantos anos sobre ela exerceram as letras francesas, e pôr sua vez refletia suas idéias na obras de Chateaubriand de M.me de Stael, prenúncios da nova geração poética de que Victor Hugo e Lamartine deveram ser os chefes.

Na moderna Atenas, na metrópole das ciências, letras e artes, inaugurou um mancebo entusiasta a nova época, congregou os dispersos lidadores, emprazando-os para seus arraiais. Nos Suspiros Poéticos tivemos o padrão da moderna poesia e no Antônio José e no Olgiato a incarnação do novo teatro.

Cumpre-se antes de prosseguir reparar uma omissão. Só temos até aqui quase que falado de poetas, no olvido deixando os prosadores. Mais lenta em seu desenvolvimento, menos suscetível de receber as impressões do entusiasmo, os arroubos da inspiração, seguia a prosa com lento caminhar e triunfal carro de sua irmã primogênita. No entanto não eram somente os trovadores que se reuniam procurando no espírito da associação o segredo da sua força: instalaram também os eruditos a Academia Brasílica dos Esquecidos, e no conde de Sabugosa depararam com um novo Mecenas. Rocha Pitta, espargindo em suas páginas todos os perfumes do estilo de Tito-Lívio, iguala, senão excede a Barros, Fr. Gaspar leva às lampas aos Britos e Brandões, e lança os germens da crítica histórica, que com tão vigorosa seiva deve rebentar nas laudas do padre Aires(Ayres) do Casal.

No púlpito, única válvula aberta à respiração do povo, fulguram logo no primeiro século grandes luminares. Euzébio de Mattos maravilhou pela sua eloqüência aos seus ainda rudes compatriotas;

Antônio de Sá mereceu os gabos insuspeitos do grande Vieira, cuja glória pede a eqüidade que conosco compartilhe Portugal. Muitos outros oradores exornaram entre nós a cadeira da verdade, até à época em que todos os talentos se reuniram formando em seu harmônico gravitar a mais rutilante das constelações. Caldas, S. Carlos, Sampaio e Mont'Alverne – foram os reis da palavra, e empunharam o cetro que hoje infelizmente jaz quase que prostrado.

Mas, se não notamos a mesma uberdade oratória, se os mais belos talentos do púlpito se arredam, é porque as tribunas política e judiciária lhe fazem insustentável (insustestável)

concorrência. Incontestável é que se perde em profundidade o que se ganha em superfície; e à essa causa julgamos poder atribuir a ausência desses engenhos extraordinários que a nossos pais assombraram. Vivemos muito em pouco tempo, temos pressa de [50] tocar a meta; e pôr isso, ramificando nossos conhecimentos, opomos obstáculo à perfeição da obra.

Exige contudo a justiça que confessemos que as ciências, letras e artes contam entre nós ilustres representantes: obedecendo a nobres estímulos já começam os brasileiros a estudar com esmero seu belo país; já se ocupam com a sua história, colhem suas tradições, inventariam as riquezas do seu solo, e conseguem, pelo mérito de seus trabalhos, honroso assento nos congressos dos sábios.

J. C. Fernandes Pinheiro.

"Brasileiros Célebres: André Vidal Negreiros". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, ano IV, t. XIII, jan./mar. 1862, p. 146-154.

BRASILEIROS CÉLEBRES

———

André Vidal Negreiros.

Nas pitorescas ribas do Paraíba, três léguas acima da sua embocadura, ostentam-se a graciosa cidade outrora denominada *Filipéia* e conhecida hoje pelo nome do majestoso rio que a rega. Ai nos primeiros anos do século XVII viu a luz do dia André Vidal Negreiros, que tão preclaro nome devera granjear em nossos anais.

Oriundo de nobre linhagem, fruiu dos bens da fortuna, e destinado por seus pais à carreira das armas, recebeu os fracos conhecimentos que era de costume dar-se aos mancebos que lhe consagravam sua vocação.

Nem uma notícia podemos colher acerca dos primeiros feitos de Vidal Negreiros; só vemo-lo aparecer em 1636 distinguindo-se nessas correrias que molestavam incessantemente aos holandeses vitoriosos em Porto-Calvo. Ajudante do capitão Sebastião do Souto, opera prodígios de valor atravessando o território inimigo à frente de sós oitenta homens e destruindo-lhe para mais de quarenta mil arrobas de açúcar. Mencionam os cronistas que fora numa dessas guerrilhas gravemente ferido com uma chuçada no peito.

[147] Quando na balança do destino mais pesou a usurpação do que o direito, quando os prófugos pernambucanos buscaram algures hospitaleiro teto, acompanhou Vidal o exército de Bagnuolo e aguardou em *Garcia d'Avila* nova e inevitável leva de broqueis.

Não se fez muito esperar o almejado momento: Maurício, inebriado pelas rápidas e fáceis vantagens que em Pernambucano obtivera, aparece com poderosa frota nas águas da Bahia, a que sorte igual a do Recife se antolha. Na hora do perigo calam-se as paixões, depõem-se Telles da Silva e Bagnuolo seus ressentimentos no altar da honra, heróica e inesperada resistência se aparelha, e rechaçados por toda a parte volvem os holandeses aos seus navios levando o desengano, e perdido o talismã da vitória.

Emularam em denodo e militar perícia os chefes do exército pernambucano, e pela segunda vez lemos o nome de Vidal Negreiros, cujas proezas o assinalaram como digno sucessor do intrépido Rebellinho.

Ressentidos pelo ataque da Bahia, pensaram os brasileiros em usar de represálias contra os seus implacáveis adversários, e não contentes de lhes talarem os campos situados além do Rio de S. Francisco, armaram alguns barcos que iam surpreender as pequenas provocações do litoral submetidas às armas da Holanda. Escolhido para comandar um desses barcos, causou Vidal Negueiros graves prejuízos ao comércio inimigo sem sacrificar jamais os direitos da humanidade.

Aproximava-se, porém, a quadra em que devera sobressair o herói paraibano.

Reconhecido é por todos e confessado por alguns célebres e estranhos escritores que possui a raça portuguesa poderosa vitalidade, conservando através dos séculos a própria

fisionomia, e não abdicando jamais seu direito autonômico. Palpável tornou esta verdade a gloriosa revolução de 1640, que reergueu o abatido trono dos Afonsos, e o eco desses memorando feito repercutido nas quebradas dos Guararapes. Latentes conservaram-se as antipatia nacionais durante o sábio governo do conde de Nassau, que nivelava as classes com a espada da lei, e aferia pelo mesmo padrão brasileiros e holandeses. Logo, porém, que ao hábil administrador sucederam homens movidos pela vil ganância, quando os avultados dividendos foram antepostos à prosperidade das colônias americanas, pressagiaram ainda os menos perspicazes o grito de alarma, o recomeçar da luta.

Como acinte procedia o supremo conselho do Recife, exasperando os pacíficos moradores, e concedendo à desenfreada soldadesca larga impunidade em seus crimes. Cheia a taça do sofrimento, não tardou em transbordar.

Cedo transformou-se em veleidade o sentimento que se aninhava em todos os peitos; passando a começo de execução, logo que os Calvacantis, Azevedo, Passos, Delgado, Pessoa, Berenger e outros conspícuos pernambucanos, combinando seus planos, assentaram em hastear o pendão da revolta. Por conselho de João Fernandes Vieira, abastado [148] negociante, que enriquecera ao serviço da Holanda, refletiram os conjurados na magnitude da empresa e deliberaram ouvir a tal respeito o voto de Telles da Silva, governador geral do Brasil.

Perplexo sobre a linha de conduta que deveria trilhar, desejando de um lado restituir ao seu rei tão belas províncias, e receando por outro violar as pactuadas tréguas, necessitadas Telles da Silva de um homem de grande prudência que, transladando-se ao teatro dos acontecimentos, estudasse os ânimos, despertasse os brios, e simultaneamente contivesse açodamentos por sua natureza comprometedores. Por si mesmo indigitava-se esse homem, e o governador geral não teve dificuldade de encontrá-lo na pessoa de André Vidal Negreiros.

Pretextando ir visitar sua família, residente na Paraíba, embarcou-se Vidal em meados de Setembro de 1644 em uma caravela acompanhado do capitão Nicolau Aranha e do beneditino Fr. Ignácio. Chegando ao Recife, apressou-se em cumprimentar os membros do supremo conselho, expondo o alvo da sua peregrinação e apresentando-lhes as explicações com que Telles da Silva cuidava encobrir sua cumplicidade nas correrias de Camarão, Souto e outros audazes aventureiros. Conseguindo desta guisa adormecer a desconfiança dos magistrados holandeses, demorou-se muito tempo no Recife, onde recebeu publicamente visitas dos principais fazendeiros e proprietários da capitania.

Estreitas e antigas relações de amizade existiam entre Vidal Negreiros e João Fernandes Vieira, que sem a menor suspeita pode reunir em sua casa grande número de pessoas em um jantar dado em honra do seu ilustre hóspede. Aí, foram discutidas as bases da conjuração, lidas as instruções de Teles da Silva, a carta del-rei, de que mais trade fez Vieira menção num público documento. ([427]) Era um dos fins da viagem de Vidal o vender petrechos bélicos em Pernambuco: o que não pode todavia levar a efeito por lhe haver declarado o supremo conselho que só a ele deveram ser vendidos, no que teve de concordar o oculto emissário para assim dissipar a mínima suspeita.

Munido do indispensável *salvo-conduto*, passou-se Vidal para a Paraíba, sondando com a maior finura os ânimos e recebendo reiterados testemunhos de simpatia.

[427] Diz o sr. Varnhagen que numa representação dirigidas por Vieira ao príncipe regente, depois D. Pedro II, confessara ele haver-se sublevado em virtude de uma carta de D. João IV, que lhes fora mostrada primeiro por Martim Ferreira e depois por André Vidal Negreiros.

De volta à Bahia recebeu Vidal inequívoca prova de confiança do governador-geral, que incumbiu-o de todos os negócios relativos à libertação de Pernambuco, fazendo-o para maior comodidade comandante da fronteira do norte, onde, pelo Rio Real, se extremava o Brasil Português do Holandês.

Maquiavélico foi o proceder de Vidal nesse arriscado posto, expedindo [149] com vários e fúteis pretextos socorros aos sublevados, ora sob direção de Cardoso, ora de Henrique Dias, ou de Filipe Camarão. Dissemos *maquiavélico proceder*, sem que com isso queiramos marear a glória do nosso herói, porque só a astúcia podia lutar com a força dos invasores, só a pele da raposa podia suprir a ausência da do leão. E de mais não haviam os holandeses acometido o Maranhão e Angola em plena paz, e não curavam incessantemente de alargar suas possessões? Que muito é que o fraco oprimido fizesse o que o poderoso não se pejava de fazer!

Como nos dramas modernos, mistura-se aqui o sublime com o burlesco: a comédia com a tragédia. Ia começar o mortal pleito e ainda os antagonistas se apraziam simuladas finezas, falsos pretextos, multiplicando a dissimulação e a mentira oficial. Com singulares honras recebe em seu palácio Telles da Silva os emissários holandeses, que de sua convivência com os insurgentes vinham queixar-se, e seduz um deles, Hoogstraten, para que lhe entregue a fortaleza de Nazareth! Reprova altamente a conduta de Vieira, e para prendê-lo manda a Pernambuco Vidal Negreiros, a alma da conjuração, o agente por ele próprio escolhido para soprar o fogo da revolta!!

Alegando sempre o maior respeito aos tratados, encaminhava-se o mestre de campo André Vidal Negreiros para o acampamento de J. Fernandes Vieira, que nessa época havia tomado o pomposo título de *governador da liberdade*. Curiosa é a pintura que nos fazem os historiadores da entrevista dos dois chefes, dos quais o primeiro, vindo prender ao segundo, deixa-se facilmente persuadir pela sua argumentação; fazem junção de forças, e tornam-se desde então inseparáveis amigos e co-participantes da suprema autoridade.

Mas porque não assumiu Vidal o comando superior, logo que lhe foi possível despir a máscara que tanto devera contrariar a lisura do seu caráter? – Nem um chefe tinha mais do que ele o respeito e o amor das suas tropas, a ninguém cedia em patriotismo e talentos militares - : convinha, porém, atender ao elemento financeiro, abastecer e municiar o exército faldo de todos os recursos. – Era Vieira o mais opulento morador de Pernambuco, e a sua recente aliança com a filha do fazendeiro F. Berenger de Andrada lhe duplicara o cabedal: - forçoso foi, pois, lisonjear-lhe o amor próprio, deixá-lo figurar no primeiro plano, ficando na penumbra os que, sendo-lhe superiores em qualidades e no amor pelo torrão em que haviam nascido, não podiam rivalizar com ele no número de escravos, rebanhos, casas e engenhos, regorgitando-lhe nos cofres precioso metal.

Com o seu nobre exemplo conseguiu Vidal aplacar as dissidências que já no campo brasileiro lavravam; serenou o ânimo ofendido de Antônio Cavalcanti, que por forma alguma queria em Vieira reconhecer superioridade, contribuindo destarte para o bom êxito da causa por que todos com igual empenho pugnavam.

Nesse porfiado combate no engenho de D. Anna Paes, mais conhecido pela denominação de *Casa-forte*, entre os holandeses comandados pelo general Hus e as tropas pernambucanas ao mando de [150] Fernandes Vieira, deu Vidal Negreiros novo penhor da sua magnanimidade, salvando as vidas dos inimigos que bloqueados pelas chamas ofereciam render-se.

Conhecia Vidal a sabedoria do provérbio, que manda fazer ponte de prata ao inimigo que foge; assim contribuir com seu valioso voto para que honrosa capitulação fosse concedida aos

que com tanto denodo se haviam comportado, e que podendo atentar contra a vida e a honestidade das damas pernambucanas, suas prisioneiras, haviam-nas sempre respeitado.

Tentou depois deste memorável acontecimento o supremo conselho do Recife destacar Vidal da causa da independência, estranhando-lhe a dobres da sua conduta para com os holandeses. Se dermos crédito ao *Valoroso Lucidendo*, respondeu-lhes o mestre de campo com palavras cheias de dignidade, justificando-se pela imperiosa força das circunstâncias.

Nos postos mais arriscados estamos certos de encontrar ao heróico paraibano; assim, quando entregue foi aos independentes a fortaleza de Nazaré pelo infame Hoogstraten, a ninguém achou Vieira mais capaz de comandá-lo do que este seus amigo e primeiro colaborador na obra da restauração.

Conquanto de grande importância fosse este ponto, não era possível encerrar nele um cabo tão experimentado e prestigioso como Vidal, que não tardou em receber ordem para dirigir-se à Paraíba, onde devera exaurir os recursos que tirava o inimigo desse riquíssimo empório. Do modo por que desempenhou tão difícil comissão, serve de prova o susto que sua presença derramou no campo holandês, seu temerário cometimento contra o forte de Barreta defendido por poderosas forças ao mando do valoroso e sagaz Segismundo.

De volta desta expedição, ei-lo que parte para o Ceará-Merim em busca de gado para abastecer o exército, cuja penúria era superior a toda a expressão. Tolhido em seus passos pela vigilância do inimigo, teve Vidal de abrir caminho com a espada, comprando com o sangue mais do que com o ouro a subsistência de suas tropas.

Corria o ano de 1648 e quatro se tinham passado desde que no monte das Tabocas haviam os brasileiros recebido a unção da vitória; fatigado o governo holandês de uma luta, cujo desfecho cada vez parecia mais dilatar-se, resolveu transigir com os insurgentes. Para esse fim endereçou o presidente e mais membros do conselho do Recife aos moradores de Pernambuco e capitanias anexas um longo manifesto em que se liam as seguintes promessas: "Nós, a bem e conservação dos moradores destas capitanias, em observância das ordens recebidas (antes de sair a campanha a potência das nossas armas e por evitar as extorsões que consigo traz a guerra, em dano das gentes e das terras) de novo oferecemos o geral perdão de todos os crimes e excessos cometidos de qualquer gênero e qualidade que sejam (exceto à pessoa de Teodoro Van-Hoogstraten) a todos aqueles que dentro em dez dias desistirem da rebelião, submetendo-se ao nosso domínio com protesto e juramento de fidelidade, acudindo no dito [151] termo a pedir passaportes e aceitação de fiéis vassalos, com os quais se farão capazes de os tomarmos debaixo da nossa proteção e amparo para os conservarmos em suas fazendas, estados e honras, &c. ([428])

Convinha responder categoricamente a semelhante documento, e portanto reunindo-se em conselho todos os chefes do exército libertador, uníssonos assentaram que a Fernandes Vieira e Vidal Negreiros devera caber a honra de falarem em nome de todos, como os mais extremados campeões da causa nacional. Aderindo a este alvitre, pediram Camarão e Dias que lhes fosse também facultado manifestarem seus sentimentos em nome das parcialidades que capitaneavam, no que todos concordaram.

Pouco ou nenhum crédito damos a essas peças de que fazem alguns historiadores tanto alarde, achamo-las por demais alambicadas para serem obra de homens que mais nas espadas do que nos arrazoados e arengas procuravam o desagravo das passadas injúrias; simbolizavam,

[428] CASTRIOTO LUSITANO, Livro XI.

porém, elas as idéias do tempo, e exprimem os sentimentos de que todos deveram estar possuídos.

Notam-se contudo ai algumas bem características frases, como por exemplo estas, aludindo à clemência holandesa: " Não se curam as feridas com o mesmo ferro que as abre: porque não podem executar a vingança, escondem a espada debaixo do perdão; e para que nos custe mais a pena, nos querem vender passaportes de tormento." ([429]) Mais adiante, respondendo às ameaças dos governadores holandeses, diziam (ou fizeram dizer) os chefes pernambucanos: " Não achamos menos disformidades nas ameaças do que nas promessas. Reconhecemos o valor e a disciplina da nação holandesa avaliada neste século pela da maior opinião. Certos estamos na potência de suas armadas; e não se nos esconde a do socorro que conduziu a que agora está surta na barra deste Arrecife, e contudo estamos tão longe de a temer, que choramos com igual lástima o infortúnio que no Canal a defraudou pela glória que nos diminuiu. Experimentado têm os senadores holandeses que a espada portuguesa não necessita de medir para cortar e que o braço destes moradores, onde não chega com a força, chega com o desejo; verdade relatada e ouvida por tantas bocas quantas são as feridas dos seus contrários, e quando em alguma falte já a voz do sangue para o dizer, não haverá poucas que o digam por sinais. " ([430])

Avultava diariamente a importância de Vidal Negreiros no exército pernambucano; e bem que a sua proverbial modéstia o arredasse do proscênio, nenhuma medida se tomava sem o seu conselho, e em nenhum documento de transcendência deixava de aparecer seu preclaro nome. Era, porém, prejudicial à boa ordem, à regular direção dos negócios este dualismo de fato, que só terminou com a chegada de Francisco Barreto de Menezes, que por ordem de D. João IV veio tomar o comando superior do dito exército.

[152] Testemunha da veneração em que era tido pelos seus colegas e da profunda adesão que lhe consagravam as tropas, fazia o general o maior caso do mestre de campo Vidal Negreiros, que das mais importantes comissões costumava ser incumbido. Na memorável jornada dos Guararapes, pelejada a 19 de Abril de 1648, comandava Vidal a ala direita,e ao acerto das suas ordens, bem como ao seu valor pessoal, deveu-se em grande parte o triunfo das armas brasileiras. Mostrando-se por toda a parte onde necessária se tornava a sua presença, viu sucumbir traspassado por uma bala o cavalo em que montava.

Um ano não se havia volvido, quando de novo contemplaram essas mesmas montanhas dos Guararapes o denodo dos pernambucanos e pela segunda vez proclamaram suas quebradas o triunfo das nossas armas. Ainda aqui revelou-se Vidal Negreiros consumado capitão; ainda pesaram seus alvitres no ânimo de Barreto, e com ufania podemos dizer que a este nosso ilustre compatriota cabe o maior quinhão de glória de que nesse dia cobriu-se o estandarte das quinas.

Hugo Naker, valente cabo a quem entregara Segismundo a importante fortaleza das Salinas, rendeu-se após porfiada resistência ao impávido paraibano, que no dia 16 de Janeiro de 1654 assenhoreava-se de tão vantajosa posição estratégica.

Como se todas as glórias dessa heróica campanha estivessem reservadas para Vidal Negreiros, também se lhe entrega a fortaleza das *Cinco Pontas*, que havia reduzido à última extremidade, tingindo com o seu sangue os derrocados muros. Foi ainda ele o escolhido para negociar essa famosa capitulação do Taborda, que pôs termo à guerra brasílica dos trinta anos.

[429] CASTRIOTO LUSIT. *Loco citato*.
[430] CASTRIOTO LUSIT. *Loco citato*.

Como soe acontecer, tão assinalados serviços foram pagos com a ingratidão; porque, ao passo que se abria com profusa mão o cofre das graças para galardoar a João Fernandes Vieira, o herói paraibano que tivera ainda a honra de levar ao monarca português a nova de tão inesperada vitória, teve somenos recompensa, porque faltaram-lhe panegiristas, que, como os Manoeis do Salvador e Rafaeis de Jesus, escurecendo-se a verdade, desvairassem o juízo da presente e das vindouras gerações.

Pensava regressar aos seus lares e fruir das doçuras da vida doméstica, quando recebeu ordem d'El-rei para ir governar a capitania do Maranhão, que acabava de ser reunida a do Pará. Essencialmente obediente, conformou-se Vidal com a vontade do soberano, e a 11 de Maio de 1655 surgiu diante do porto de S. Luiz com grande alvoroço dos moradores, que dele esperavam sábia e reparadora administração.

Não se enganaram eles; porquanto, em pouco mais de um ano que aí conservou-se Vidal, corrigiu muitos abusos, e por todos os meios ao seu alcance curou da pública prosperidade. Não lhe recusa Berredo, apesar da sua habitual malevolência, louvores pela sua retidão e zelo; seu maior elogio, porém, encerra-se no seguinte trecho de uma carta do padre Vieira escrita do Pará a El-rei D. João IV: "De André [153] Vidal direi a V. M. o que me não atrevi até agora, é porque eu, que tenho conhecido tantos homens, sei que há mister muito tempo para se conhecer um homem. Tem V. M. muito poucas no seu reino que sejam como André Vidal; eu o conhecia pouco mais que de vista e fama; é tanto para tudo o demais como para soldado; muito cristão, muito executivo, muito amigo da justiça e da razão, muito zeloso do serviço de V. M. e observador das suas reais ordens; e sobretudo muito desinteressado, e que entende mui bem todas as matérias, posto que não fale em verso, que é a falta que lhe achava certo ministro, grande da corte de V. M."

Chamado Barreto Meneses ao governador geral do Estado do Brasil, foi escolhido Vidal Negreiros para suceder-lhe no de Pernambuco. Considerado no ponto de vista da subordinação, péssimo era o estado da capitania: os corifeus da revolução haviam assumido certos ares de independência difícil de suportar-se no estado normal, e da circunstância de haver sido Vidal seu companheiro de armas esperavam obter toda a indulgência e impunidade. Não era o novo governador homem que aceitasse tais compromissos, e, como já vimos, antepunha a razão e a justiça a todas as outras considerações. Daqui originou-se um estado de coisas desagradável, uma guerra aberta entre a autoridade e os mais populares cabos da guerra da independência, que fez necessária a intervenção do governador geral, que chegou a ameaçar a Vidal Negreiros com a exautoração, se presto não desse cumprimento as sua ordens em favor dos que por ele haviam sido presos ou desterrados. Curvou-se o herói dos Guararapes à vontade do seu antigo general, e cheio de dissabores terminou o prazo de sua governança entregando o bastão do mando a Fracisco de Brito Freire.

Falando dos sucessos ocorridos por essa época em Pernambuco, assim se exprime o grave historiador inglês Roberto Southey:

"Tinha a longa guerra deixado naquela capitania rancorosas inimizades com hábitos ainda piores de insubordinação e desenfreada violência. Acusam-no (a Vidal Negreiros) de ter procedido tiranicamente para com homens que, como seus conterrâneos e antigos camaradas nos campos de batalha, deviam merecer-lhe todas as atenções; pode interpretar-se a acusação como significando que administrava ele com imparcial justiça, pois que, sendo conforme ao seu caráter

proceder assim, era ao mesmo tempo semelhante conduta o maior agravo de que tal sociedade podia queixar-se"

Não podiam ser desperdiçadas as grandes prendas e raras virtudes de André Vidal Negreiros; e o governo da metrópole, que delas tinha amplo conhecimento, ordenou-lhe que partisse para Angola a empunhar o timão do estado que largava seu amigo João Fernandes Vieira. Honrosa página deixou ele nos fastos dessa remota possessão da cora portuguesa, assinalando seu governo pela brilhante vitória que alcançou sob o rei do Congo, que se opunha a uma das cláusulas do tratados que com Salvador Correia de Sá havia celebrado. Correndo o boato que os espanhóis se dispunham para invadir Angola [154], aprestou ele poderosa armada e fortificou a cidade e o litoral, preparando-se para receber o inimigo com o seu proverbial denodo. Recusou-lhe, porém, o destino mais uma ocasião para de novos louros engrinaldar a fronte.

Fazendo entrega do governo a Tristão de Cunha, demorou-se na capital do reino de Angola o tempo preciso para achar transporte para o *seu caro Brasil*, sempre querido e respeitado dos povos. Quis a Providência que durante a sua estada tivesse nova ocasião de mostrar a grandeza de seu ânimo em benefício de seu sucessor, que, havendo-o tratado com pouca consideração, achou em horas bem aziagas em sua casa asilo e proteção.

Ainda uma vez governou Vidal Negreiros a capitania de Pernambuco indo suceder a Jerônimo Furtado de Mendonça em 24 de Janeiro de 1667. Ignoramos os motivos por que tão depressa deixou a administração que a 13 de Junho desse mesmo ano passava às mãos de Bernardo de Miranda Henriques.

Perdemos aqui os vestígios da vida pública de André Vidal Negreiros: não nos consta que de nem uma outra missão fosse encarregado, suspeitando nós que, alquebrado pelos anos e pelo afano de seus verdes dias, se recolheria então ao santuário do lar doméstico vivendo para sua prole, que nos dizem ter sido numerosa.

Conquanto mesquinho fosse o seu galardão comparado com o de Vieira, gozou Vidal Negreiros de singulares honras: foi fidalgo da casa real, conselheiro de guerra, alcaide-mor das vilas de Marialva e de Morim, comendador de S. Pedro do Sul na ordem de Cristo.

De lhano caráter, era Vidal Negreiros o ídolo dos seus soldados: ativo e inteligente administrador, deixou no Brasil e Angola saudosa recordação, e como padrão da sua piedade e sentimentos religiosos divisa ainda hoje o viandante a capela de N. S. do Desterro perto de Goiânia, que erigira "*em louvor dos muitos benefícios e vitórias que por intercessão da mesma Senhora alcançara do inimigo*."

J. C. Fernandes Pinheiro.

"Estudos etnográficos: os Tupis". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XIII, jan./mar. 1862, p. 286-289.

ESTUDOS ETNOGRÁFICOS

Os Tupis

Submetemos hoje à correção dos doutos algumas idéias acerca da origem, progressos e decadência da raça *tupi* que a todas sobranceava na fertilíssima região a que ora chamamos – *Brasil*.

É para nós íntima convicção que descendem as tribos americanas dos povos da Ásia, que em épocas ante-históricas emigraram para o novo continente, tanto na direção de leste, como na de oeste; servindo-lhes de escalas as ilhas de coral esparsas pelo grande oceano; ou talvez quando ainda não existisse a cisão a que denominamos estreito de Behring.

Em abono deste asserto apresentam-se as grandes semelhanças somáticas que se descobrem entre alguns povos de origem semítica (como por exemplo os egípcios) e os astecas, toltecas, Kechúas, e outros antigos habitantes da América: bem como a singular distribuição dos vegetais úteis, ou quase adesivos ao homem.

Nem menos valioso é o contingente que nos ministra a lingüística para solução deste problema; porquanto já não é licito duvidar, depois dos importantíssimos trabalhos ultimamente publicados na Europa e na América, do íntimo parentesco que existe entre as línguas asiáticas e as do novo continente.

Achada a filiação da raça que povoava o mundo de Colombo, resta ver a qual das suas grandes espécies pertencia a dos *tupis*, que pela sua preponderância merece particular estudo.

Cremos que facilmente pode ser ela relacionada com a kechúa, que formara no Peru a poderosa monarquia de Manco Capac. Ignoramos, porém, a época em que se realizara a emigração de algumas tribos mais impacientes ao jugo da civilização, que transpondo a cordilheira dos Andes foram através das malhas da rede amazônica buscar as praias do atlântico.

[287] Deduzimos das antigas tradições, colhidas por insuspeitos viajantes, que formavam os *tupis* poderosa confederação; que, destacando-se do império dos *incas*, vieram, como uma torrente que das altas montanhas se despenha, alagar o solo onde suas provisórias tendas haviam plantado outras menos belicosas tribos, cuja origem não devera ser diversa da sua.

Mais fortes, ou melhor organizados, fizeram fugir diante de si o grande povo que habitava o interior do Brasil, conhecido por diversas denominações, e correspondentes às diferentes cabildas em que se subdividia, como v. g. *cayapós*, *chavantes*, *cherentes*, à que Martius julga dever-se dar o nome genérico de *ges*.

Representaram ele em nossa história o papel dos pelasgos nos fastos gregos, e, senhores da melhor porção do Brasil, foram pouco a pouco perdendo terreno diante da onda invasora dos *tupis*, que apelidavam-nos de *tupuyas*.

Discorda o referido Martius da comum opinião sobre o verdadeiro sentido desta palavra, e crê que não significava – *bárbaro*, - *inimigo* -, mas sim habitador da região do oeste, em que se haviam refugiado.

Aliados dos holandeses, receberam os *tapuyas* certa organização militar, avantajando-se nas guerras que tiveram aqueles de sustentar contra os portugueses. Sobre os usos e costumes

deste povos é ainda hoje a melhor fonte a excelente obra que acerca da administração do conde de Nassau escreveu o grave e sentencioso G. Barleo.

Chegando às bordas do oceano, concebeu a audaciosa raça *tupi* o projeto de devassá-lo em suas grandes *pirogas*, nas quais já haviam afrontado as águas do Amazonas e do Orenoco. Dotados dessa força de vontade que sobeja nos povos primitivos, ei-los de súbito transformados em navegadores, e, novos normando, levando a depredação às planuras do atlântico.

Caindo do improviso sobre as tribos do litoral, eram esses piratas tão temidos como os argelinos, antes que a França se apossasse do seu covil, e temos razões para supor que com o nome de *caraybas* estendiam suas excursões ao golfo de Darien.

Enquanto uma dessas colunas invasoras assenhoreava-se do Brasil Marítimo, recalcando para o interior os *ges* ou *tapuyas*, outra, partindo do mesmo ponto, descia as planícies do Paraguai, atravessava as *pampas* do Prata, e com o nome de *guaranis* estanciava na parte na parte meridional da América, operando a maravilha fusão que os nossos cronistas reconheceram, sem todavia compreender a causa.

Admitindo esta hipótese, fácil é de explicar a analogia que notamos entre quase todos os dialetos das diversas tribos que vagavam pelos nossos sertões antes que o venturoso Cabral arribasse às plagas de Porto-Seguro. "Do exame comparativo de todos esses dialetos (diz o Sr. General Bellegarde) conclui-se que a sua semelhança reside menos no vocabulário, elemento variável, especialmente entre hordas, [288] ou cabildas, separadas por grandes distâncias, ou guerras implacáveis do que na sua sintaxe, ou estrutura gramatical, que parece ser a mesma." ([431])

Variando de denominação segundo os epítetos que adicionavam ao radical *tupi*, sinônimo de *povo de Deus*, como *tupinambás*, *tupiniquis*, etc: ou segundo grau de parentesco em que se achavam, como *tamoios* (avós), *temininos* (netos); ou ainda conforme a afeição que se votavam, como *guaianazes* (estimados) guardavam o tipo característico.

Com a perspicácia que os distinguia, cedo conheceram os jesuítas as afinidades lingüística, resultado da unidade etnográfica, e, encontrada a chave, decifraram o enigma poliglota, reduzindo todos os dialetos à *língua geral* em que se exprimiam desde o cabo do Norte até às ribas do Paraguai.

Esta língua, à que com tamanha solicitude se aplicavam, à que os padres Montoya e Figueira submeteram a disciplina gramatical, em que poetizavam Anchieta e Navarro, e pregavam Nóbrega e Vieira, foi pouco a pouco caindo em desprezo, e, reduzida hoje à classe das múmias, não tardará em desaparecer dos sarcófagos da história. Porque se não leciona, como outrora, em nossos seminários e conventos a *língua geral*? Para que tanto afã pelos idiomas estranhos, e tanto desprezo pelo que falou uma raça forte e inteligência que dominou outrora o país a que hoje chamamos nosso?

Ainda sob outro aspecto releva que seja encarado o estudo da *língua tupi*. A maior parte das nossas denominações geográficas e fitológicas devem-lhe a sua etimologia; e se nos aplicamos ao grego e ao latim para saber a origem de muitos vocábulos, que ora se acham admitidos na língua portuguesa, porque não faremos o mesmo relativamente ao *tupi*, que para nós outros brasileiros tem a categoria de língua-mãe?

[431] Vide *Mem. Etnog.*, lida na sessão do Instituto Histórico de 6 de Setembro de 1861, e ainda inédita.

De quanto auxílio não poderá ainda ser a *língua geral* para a catequese dos indígenas que vagueiam pelos nossos sertões? Já numa Memória que tivemos a honra de ler perante o Instituto Histórico apresentamos com rude franqueza nossas humilde idéias a tal respeito: opinamos pela conveniência de criar-se uma ordem de missionários nacionais, que se embrenhando pelas devesas chamasse ao grêmio da civilização os que dela andam arredios, e que com o archote da fé difundisse a luz da verdade. Sem negar os relevantes serviços que alguns capuchinhos italianos hão prestado à catequese dos nossos selvagens, pensamos não serem eles os mais aptos para esse mister, por falta de conhecimentos lingüísticos e dois usos e costumes dos habitadores das selvas.

Examinemos agora perfunctoriamente quais os motivos que ocasionaram o aniquilamento da raça *tupi*, que hoje não se encontra em sua pureza primitiva em parte alguma do território brasileiro.

[289] Refratários à civilização européia, os *tupis* setentrionais preferiram abandonar suas tabas a vê-las convertidas em aldeias, e seguindo o curso dos grandes rios que banham o interior do Império, retrogradaram para a região amazônica, que pelas suas condições topográficas parecia-lhes oferecer amplo e seguro asilo. Aguardavam-nos, porém, nesse reduto os Macieis, os Caldeiras e seus sequazes, e, em vez da liberdade por que almejavam, encontraram a escravidão. Definhando no cativeiro e contraindo todos os vícios que lhe são inerentes, abastardou-se esta raça robusta, que, como vimos, levava as lampas às todas as outras nos dotes do espírito. É singular que, ao passo que ao sul do Brasil arrebanharam os jesuítas milhares de guaranis, pouco prosperassem as suas reduções do Pará e Maranhão! Idêntico era o sistema empregado, os mesmos os operários; havia, porém, diversidade no caráter de ambas as famílias, que, partindo de comum tronco, tinham, pelo lapso do tempo, pela influência do clima, contraindo diferentes usanças, que profundamente modificaram o tipo primitivo. Prestava-se maravilhosamente o guarani ao papel de *homem-máquina*, e eram nas mãos dos jesuítas aperfeiçoados autômatos; o *tupi*, porém, guerreiro e empreendedor, não podia por forma alguma forma abrir mão da própria vontade, e conservava a sua autonomia individual. Erraram, quanto à nós, os discípulos de Loyola por não haverem alterado seu método catequístico, acomodando-o à diversidade dos caracteres dos dois principais variantes da grande raça *tupi*.

Aceitando sem a mínima repugnância a civilização que pelos padres da companhia lhes fora oferecida, floresceram as missões meridionais, chegando a esse grau de esplendor que causou ciúmes aos gabinetes de Lisboa e de Madri; mas a sua rápida decadência é uma prova que nada de sólido aí existia; tudo era artificial, e o seu complicado maquinismo nem uma outra ordem religiosa, nem uma administração secular conseguiu fazê-lo funcionar. Sendo daqueles que crêem mais na força das instituições do que na dos homens, por extraordinários que sejam, não somos entusiastas por esse fantasmagórico edifício que nas ribas do Paraguai e do Uruguai ergueram os jesuítas.

Na época de reconstrução e reabilitação em que vivemos, procura o arqueólogo, o etnográfico, o historiador pelos vestígios dos filhos de Tupã, e dispersos, miseráveis e embrutecidos depara com alguns exemplares que só com demasiado esforço pode classificar nessa grande raça. Vasto é o campo das lucubrações, gloriosa a arena da discussão, e por contentes nos daremos se para o triunfo da verdade prestar este tosco esboço o mínimo contingente.

J. C. FERNANDES PINHEIRO.

"Brasileiros Célebres: Henrique Dias". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XIII, jan./mar. 1862, p. 356-366.

BRASILEIROS CÉLEBRES.

—

Henrique Dias.

Consagremos um nicho em nosso Panteão ao guerreiro ilustre que por seus gloriosos feitos bem mereceu da pátria; e que numa época em que as diferenças das cores e das castas servia de empecilho ao galardão foi mestre de campo, fidalgo e cavaleiro da antiquíssima ordem de N. S. Jesus Cristo.

Era Henrique Dias natural da província de Pernambuco, filho de pais africanos, e mui provavelmente escravos. Desconhecemos, porém, os preliminares de sua vida, nem chegou ao nosso conhecimento o modo por que obtivera a liberdade. Sua assinatura, que vimos numa preciosa coleção de autógrafos, e as cartas que lhe são atribuídas, provam-nos que aprendera a ler e a escrever em sua puerícia, sem que contudo se pudesse aperfeiçoar em tais materiais.

Semelhante a esses atores que só se mostram em cena quando indispensável se torna sua presença, de súbito deixando-a quando menos brilhante se faz o seu papel, assim Henrique Dias aparece na hora aziaga em que a fortuna lusitana sucumbia aos reiterados golpes do poderio bátavo, e não se retira do cenário enquanto não flutua novamente sobre as restauradas torres de Olinda o pendão de Aljubarrota.

Chegara a era de 1633, e para o seu acaso caminhava o mês de Maio, quando alguns pretos, capitaneados por um inteligente crioulo, [357] dirigiram-se ao forte *Real do Bom Jesus*, e com instância pediram para falar com Mathias de Albuquerque, que aí comandava. A braços com as dificuldades da sua posição, e vendo a uma submergirem-se no pélago da realidade as últimas esperanças, acolheu o general com açodamento a generosa oferta que de suas vidas vinham fazer-lhe os que sob a engra epiderme sentiam pungir-lhes patrióticos brios. Confirmando Henrique Dias no posto de capitão em que pelos seus fora aclamado, recomendou-lhe Albuquerque que encorporasse o maior número de soldados de sua cor que isentos estivessem do cativeiro.

Que, dando tal passo, só à imperiosa circunstância cedera o general português, depreende-se das seguintes palavras de seu irmão, o mais verídico cronista dessa guerra: "Bem se prova o apuro em que nos tinha posto a continuação do que contestávamos, pela ação que um preto chamado Henrique Dias praticou nesta ocasião; e foi parecer-lhe que necessitávamos da sua pessoa: pois veio oferece-la ao general, e este aceitou para servir com alguns da sua cor em tudo o que lhe determinasse."([432])

Por mais de uma vez devera ressentir-se o negro caudilho do desprezo que ressumbra das citadas palavras do donatário da capitania; ao revés, porém, de Calabar soube esquecê-lo, abnegando-se em prol da pátria.

---

[432] *Mem. Diárias da G. entre o Br. E a Hol.,* por Duarte Coelho de Albuquerque, pag. 59.

Não tardou que por seu denodo se assinalasse, sendo um dos escolhidos para prestar o auxílio que ao tenente-coronel Biman, estacionado em Iguarassú, pretendia prestar o general Segismundo. O resultado dessa refrega, em que duzentos brasileiros se bateram contra mil holandeses, não devia ser duvidoso: pondo em relevo a coragem de muitos cabos, em cujo número expressa menção releva fazer do nosso herói, a quem gravemente feriram dois mosquetaços.

A crescente reputação de Henrique Dias acabou de firmar-se nessa memorável ação de *Porto-Calvo* ([433]), pelejava aos 17 e 18 de Fevereiro de 1637: e contestes são os cronistas em tributar-lhe os maiores encômios, confessando que aos seus oitenta soldados e aos índios de Camarão deveu-se a salvação do exército votado à inevitável extermínio. Nessa famosa jornada granjeou o crioulo pernambucano glória igual à do romano Mucio Scoevola; porquanto, havendo-lhe um tiro de mosquete ferido a mão esquerda e pondo-lhe os cirurgiões um aparelho que necessitava de longo repouso, preferiu a amputação do braço, contanto que pudesse volver ao combate; proferindo nessa ocasião heróicas palavras que não citamos por duvidar da sua autenticidade ([434]).

[358] A fama de tão heróica façanha transpôs o Atlântico, e o governo de Madri quis recompensá-lo conferindo-lhe o hábito de Cristo, e dando-lhe o foro de fidalgo, que nessas eras parecia mais estimado do que hoje. A estas graças adicionou mais tarde outras de que foi portador o conde da Torre, D. Fernando de Mascarenhas, de cujas mãos recebeu Henrique Dias a patente de cabo e governador dos homens pardos e crioulos com o soldo mensal de quarenta cruzados.

Com a rendição de *Porto-Calvo*, efetuada com as mais honrosas condições pelo bravo Giberton, terminou-se o primeiro ato do grande drama pernambucano.

Malograda a resistência que pretendia opor a Nassau, retirou-se o conde de Bagnuolo, qual *Fábio Cunctator*, buscando além do rio S. Francisco seguro abrigo onde melhor pudesse refocilar o exército.

Entre os capitães que lhe acompanharam contava-se Henrique Dias, cortesão do infortúnio; e nas duras provanças por que teve de passar no acampamento da *Torre de Garcia d'Ávila* não raro apreciou as grandes prendas que arreavam a alma do governador dos pretos.

Habilmente aproveitando da forçada inação à que se vira condenado, amestrou seus soldados no manejo das armas, iniciou-os na tática européia, submetendo-os ao mesmo tempo ao jugo da disciplina, talismã da vitória.

Curtos foram seus lazeres. Maurício, ambicionando por capital do *Brasil Holandês* a cidade de Salvador, acomete-a com grande pujança; e Telles da Silva, receando-se da sorte de Diogo de Mendonça, despe-se do néscio orgulho com que recebera Bagnuolo, e chama-o em seu auxílio com os bravos guerreiros confiando-lhe o bastão do mando. Nessa crítica conjuntura revelou-se Henrique Dias rival de si mesmo; obrou prodígios de valor concorrendo poderosamente para o desbarato dos Holandeses que, escarmentados, regressaram ao Recife.

Desde o ano de 1638, em que se passaram os sucessos que acabamos de esboçar, até ao de 1645, vemos sumirem-se do cenário os heróis pernambucanos; e o silêncio da história, que, como

[433] Neste tempo chamado *Vila do Bom Sucesso*.

[434] Cada cronista refere por modo diverso estas célebres palavras; evidente prova de que não são de própria lavra. Combinam, porém, todas no sentido que reúne-se neste pensamento – que *lhe bastava uma mão para servir ao seu rei e a sua pátria*.

dizia Voltaire, é a felicidade dos povos, faz-nos quase que perder o vestígio dos seus passos. Quando, porém, o arcanjo da liberdade embocou a tuba da honra no monte das Tabocas; quando as espadas brasileiras se batizaram no Jordão da glória; Vidal, Vieira e Cardoso se lembraram do seu antigo companheiro, e das brenhas de Sergipe foi Henrique Dias chamado para sentar-se no ágape da independência. Pouco havia que do rei de Portugal recebera o hábito de Cristo, e anelava por suspendê-lo ao peito; mas tanto nele pode o amor da pátria, que jurou adiar esse júbilo para quando o solo brasileiro calcasse o pé do derradeiro holandês ([435]).

Já noutro lugar ([436]) admiramos a finura com que o governador [359] geral do Brasil iludiu o supremo conselho do Recife, obrigado como se via pela aparente paz que então subsistia entre Portugal e a Holanda; em vista, porém, de um documento que temos presente ([437]), essa admiração sobe de ponto de leva-nos a confessar que as suas artimanhas [360] valeram mais à causa da restauração do que a remessa de um exército.

---

[435] Vide Fr. J. de S. Thereza. *Inst. Delle Guerre del Brasile*, Past. 11, Liv. 11, pag. 55.

[436] Vide Biografia de André Vidal Negreiros impressa na *Revista Popular*, n. 75.

[437] Julgamos aprazer ao leitor copiando integralmente este precioso documento que deparamos na preciosa coleção ora existente no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

" Traslado de um assento que se tomou em presença do Governador deste Estado do Brasil sobre a carta que escreveu o tenente de Mestre de Campo General André Vidal de Negreiros em que dá conta de ser fugido Anrique Dias.

"Em os trinta e um dias do mês de Março de mil e seiscentos e quarenta e cinco nesta cidade de Salvador, Baia de Todos os Santos, nos Paços de Sua Majestade, mandou o Sr. Governador e Capitão Geral deste Estado Antônio Telles da Silva chamar a sua presença os Mestres de Campo João de Araújo e Francisco Rebello e aos Tenentes de Mestre de Campo General Pedro Correia da Gama de Souza, Domingos Delgado, e Gaspar de Souza Uchoa e o Provedor Mor da Fazenda de Sua Majestade, Sebastião Parni de Brito e o Dr. Antônio da Silva e Souza, Ouvidor Geral, Provedor-Mor dos defuntos e ausentes, e Procurador da Fazenda e Cora deste Estado, e sendo todos assim juntos lhes mandou ler uma carta que havia recebido do Tenente de Mestre de Campo General André Vidal de Negreiros que está na fronteira do Rio-Real em que diz que em vinte e cindo deste mês de Março, pelas duas horas depois da meia noite, fugiu Anrique Dias daquela estância com toda a tente e que vai a trilha dela na volta de Pernambuco, e que como tinha a estrada provida com os seus soldados não foi sentido nem o soube senão depois de claro dia, e que antes de fugir se queixara do Sr. Governador por lhe não dar licença para vir ver suas filhas e mulher que estava morrendo e que nunca lhe deram nada da Fazenda Real mais que servirem-se dele como se fora cativo, e que a semana antecedente o quisera mandar preso por estas e outras liberdades que dizia mas que nunca lhe pareceu que fizesse uma coisa tão mal feita, mas que como negro que era merecia um grande castigo para exemplo dos mais, que logo mandara o Camarão, trás ele com os seus índios para que o tragam preso e a bom recado, ainda que custara algumas mortes de uma e outra parte, que considerassem os ditos Ministros o que lhe parecia se devia fazer no caso e lhe dessem seus pareceres. E vista a dita carta e considerado o caso votaram cada um o que lhe pareceu e concordaram que o tenente de Mestre de Campo General André Vidal tinha feito o que naquele fragrante se podia fazer, e que posto que o caso era feio e merecedor de grão castigo se o prendessem por ora se não podia mandar mais gente em seu seguimento, porque se tinha ânimo danado em se passar aos Holandeses já tinha tempo de estar do Rio de S. Francisco para Pernambuco de vinte e cinco deste até agora que quase chegou o aviso e em tomar lá estaria mais longe que se o prenderem então se tratara do castigo que merece, e quando o não prendam, e de certo se saiba que foi para os Holandeses que vai levantado, ou se passou a Pernambuco a roubar e fazer outros malefícios será bom avisar aos mesmos Holandeses que vai levantado e fugido para que se o puderem prender o castigarem como tal.

E o Sr. Governador se conformou com o mesmo parecer o resolveu que assim se fizesse, e mandou disso fazer este assento que assinou e os ditos Ministros: e eu Gonçalo Pinto de Freitas Escrivão da Fazenda de Sua Majestade o escrevi. Antônio Telles da Silva, João de Araújo, Francisco Rebello, Padre Correia da Gama), Antônio de Freitas da Silva), João Rodrigues de Sousa, Domingos Delgado Aludas, Gaspar de Sousa Uchoa, Sebastião Parni de Brito, Antônio da Silva e Sousa. O qual assento eu Gonçalo Pinto de Freitas, Escrivão de Fazenda del-Rei nosso Senhor deste Estado do Brasil fiz trasladar do próprio que fica em meu poder no caderno dos assentos das juntas e conselhos a que me reporto com que este treslado concertei e o subscrevi e assinei na Bahia em primeiro de Abril de 1645. – *Gonçalo Pinto de Freitas*."

Era por certo muito hábil a política que fazia recair sobre o fidelíssimo Henrique Dias a pecha de desertor, mandando em seu encalço esse mesmo Camarão, seu colaço nas proezas do arraial do *Bom Jesus* e na porfiada peleja de Porto-Calvo! E note-se que era Vidal Negreiros, o protagonista da insurreição, que denunciava o governador dos pretos, e que ingenuamente confessava não esperar dele ato de tão feia traição!

Quem não vê que era tudo isto uma farsa combinada entre D. João IV, e Telles da Silva para adormecerem os Estados Gerais das províncias unidas, perante os quais não cessava Francisco de Souza Coutinho de protestar a fidelidade de seu amo à trégua entre os dois povos concertada!!

Surpreendido pela súbita invasão dos caudilhos Camarão e Dias queixava-se o supremo conselho do Recife ao governador geral da Bahia da flagrante violação dos tratados, e pedia-lhe que os fizesse retirar aos seus domínios punindo-os severamente pela sua rebeldia ([438]).

[361] Não fraquejou Telles da Silva ao peso dos argumentos: opôs o sofisma à evidência; alegou sua completa ignorância das tramas urdidas pelos pernambucanos, mostrou-se ressentido que de menos leal o suspeitassem, e referindo-se à deserção de Henrique Dias, tocou ao sublime da duplicidade! ([439])

---

[438] Eis como se expressavam os delegados do governo holandês.

" Com quanta pontualidade as pazes confirmadas entre o sereníssimo rei de Portugal D. João IV e os mui poderosos senhores, os Estados-Gerais das províncias-unidas, que os moradores destas capitanias conspiram em tudo e em cada um dos artigos delas, consta pelas cartas e embaixadores da boa correspondência a V. Ex. enviados, e o devem testemunhar todos os que da Bahia e outras partes vieram a estas capitanias, pelo menos não se achara quem mostre sombra de alguma falta. O mesmo sempre se esperou de Sua Majestade e de V. Ex. e nunca se pode recear que da sua parte se permitisse que seus vassalos fizessem, ou intentassem coisa que fosse contra contratos tão formais como aqueles, que ainda que alguns portugueses, vassalos dos ditos mui poderosos senhores, quebrando sua fidelidade jurada intentaram uma conjuração pública e tomaram armas contra este estado, tanto que veio a sua notícia que o Camarão e Henrique Dias com seus índios e negros em companhia de outros portugueses, chegaram da Bahia a estas capitanias de pancada, sem licença e sem a pedir, contra o direito público e geral, e ajuntando suas tropas e armas com as dos levantados movem e fazem uma guerra, mais como desumanos, ladrões e piratas que como os soldados usam na Europa, não podemos presumir que esta gente deveria por ordem, ou permissão de Sua Majestade, ou de V. Ex. contra seus federados tais atos intentaram: e graças a Deus não nos falta ordem, nem forças bastantes, com que obrigar a estes amotinados que se não saiam da sua devida obediência e obrigação e para fazer despesas os de fora com total ruína sua, contudo para que todo o mundo saiba quanto foi e ainda é o nosso desejo de viver com toda a paz e quietação com Sua Majestade e seus vassalos; assim como nossos superiores nos encomendam, e para tirar as suspeitas que os reis, príncipes e potentados por a chegada desta gente puderam presumir, e que constasse a desculpa de Sua Majestade e de V. Ex., e se provasse que não tem dado origem a esta conjuração, nem a sustenta, enviamos em nome dos Estados-Gerais, Sua Alteza o príncipe de Orange, e os outros senhores da outorgada companhia das índias ocidentais, com mandado e ordem plenária a declarar a V. Ex. todos os artigos alegados, e pedir a V. Ex. seja servido que logo com a chegada destes nossos deputados por públicos editais, ou outras demonstrações constringentes mande ao dito Camarão, Henrique Dias, e outra qualquer cabeça que estiver nestas capitanias se recolham logo com todas suas tropas e gente de guerra e sejam castigados com todo o rigor, e não obedecendo sejam eles todos e cada um deles declarados por inimigos de Sua Majestade, porquanto não achamos outra via por onde os muito poderosos senhores, Sua Alteza, e os outros senhores desta ilustre companhia, se dê a satisfação que esperamos de V. Ex. De V. Ex., muito afeiçoados amigos – *Henric* MAMEI. – *Adrian van* BALLESTRADE. – *Pieter Dansen* BAS. Recife, a sete de Julho de seiscentos e quarenta e cinco anos. – Por ordem dos mui nobres senhores do supremo e secreto conselho – *D. ran* WALBECCO.

(*Documentos coligidos nos arquivos holandeses* pelo Sr. Dr. J. C. da Silva, tomo VIII).

[439] Eis o trecho da carta a que aludimos:

" .....eu quis mostrar na repetição destas particularidades que esta satisfação que privadamente dou a VV. SS. de meu natural afeto e obrigação deste lugar, e para que VV. SS. tenham verdadeira notícia da absência de Henrique Dias, ele se passou uma noite do porto do Rio Real, donde estava a parte de VV. SS., e mandou-se em seu alcance ao

No seu longo ofício a el-rei D. João IV, datado da Bahia aos 19 de Julho de 1645, expôs miudamente os fatos que acabamos de narrar; e sem rebuço confessou que mandar Soares Moreno e Vidal Negreiros auxiliar os sublevados de Pernambuco, desculpando-se porém com o voto da maioria da junta que adrede convocara ([440]). Assim era preciso; não sabendo ainda de que ânimo estaria a corte de Lisboa, cumpria-lhe deixar uma avenida por onde pudesse sair, convencido de que nula se faz a responsabilidade dividida. Que bem avisado andara, mostrou-lhe o ulterior resultado: e conhecido o seu [362] tato diplomático foi conservado na Bahia por todo o tempo que sua presença aí fez-se necessária.

Insistindo sobre este tópico, levamos em mente provar que a insurreição de 13 de Junho de 1645 não tivera o cunho de espontaneidade e isolamento que se lhe tem querido atribuir; e mais que tudo arredar de sobre o heróico vulto de Henrique Dias a nódoa de traição que uma má inteligência dos documentos poderá um dia sobre ele arremessar. Urgido pelas circunstâncias, escondeu por um instante as garras do leão debaixo da pele da raposa, e, imitando Agesilao, teve sempre horror da ação de Pausanias.

Mas prossigamos em nossa interrompida narrativa.

Acudindo ao brado da honra, deixou Henrique Dias as ribas do Rio-Real, e vadeando o de S. Francisco foi reunir-se aos valentes campeões da causa nacional. De quanto auxílio lhe fora ele e do quanto se receavam os holandeses das suas correrias, colige-se dos documentos que temos à vista e em um dos quais confessa o conselheiro Balthazar Van de Voorde aos Estados Gerais a absoluta inferioridade dos seus compatriotas num gênero de guerra por eles desconhecido ([441])

Depois da gloriosa ação do monte das Tabocas anelavam os independentes por se encontrarem com os holandeses e fazerem-lhe novamente sentir de quão fina têmpera eram suas espadas, e quão certeiros os seus mosquetes. A 16 de Agosto do mesmo memorável ano de 1645 travou-se ferida peleja no engenho denominado *Casa-Forte*, entre as tropas ao mando do major

---

capitão-mor dos índios D. Antônio Felippe Camarão, vendo eu que tardavam ambos, havendo sido imaginação de todos que iria dar na Povoação e Mocambo dos Palmares do Rio de S. Francisco mandei em seu seguimento por não parecer que alteraria o sossego da paz com meter na campanha tropas de infantaria, dois religiosos da companhia de Jesus a reduzi-los, e nenhum lhe quis obedecer, ou por estarem temerosos do castigo, ou já infeccionados do intento dos moradores dessa capitania (segundo agora colijo) e deles não tive mais notícias que as que VV. SS. se serviram mandar-me, "(*Doc. Holandês* tomo VIII

[440] ..... E considerando-as eu, (as razões alegadas) vendo-me vencido nos votos, e que pareceria que obedecendo ao exato cumprimento das capitulações falava a obrigação de amparar os vassalos de Vossa Majestade maiormente quando o intento não era fazer hostilidade alguma aos holandeses senão livrar aos nossos por meio puramente defensivo da opressão pública em que ficavam e reconciliá-los com os holandeses, pressentindo também, que se enxergavam algumas demosntrações de que se eu duvidasse de mandar este socorro se ocasionaria nesta praça outro movimento pior do que o presente, por ser a maior parte dos soldados deste exército e moradores desta cidade, naturais de Pernambuco, e retirados de todas aquelas capitanias, me pareceu sucedido: que suposto que se pudera reprimir por outro meio teve por mais acertado o de condescender com a súplica dos ditos portugueses e acordo geral de todo o conselho e enviar o dito socorro; pois que com ele se divertia mais suavemente qualquer desordem e apaziguava todo o túmulo naquela."(*Doc. Holandês, loco cit.*)

[441] ...A tática dos insurgentes consiste em enviar aqui e acolá alguns destacamentos de tropas, espalhando falsos boatos, perturbando o sossego públicos e fatigando sem cessar nossas tropas com contínuas marchas e contramarchas, principalmente nas estação pluviosa. Não ousando esperar-nos em campo raso, e sendo-nos impossível mandar partidas para reconhecer sua posição e forçá-lo a deixar-nos o campo livre com o justo temor de cairmos em alguma emboscada sendo esmagados pelo número, o que sobre modo, animá-los-ia, estando, como estão, bem armados; ao passo que o nosso exército acha-se enfraquecido tendo perdido muita gente, e não podendo sair a campo, vêr-nos-emos na dura necessidade de deixá-lo franco ao inimigo recolhendo-nos a nossas praças fortes. (*Doc. Holandês*, tomo III).

Blaar e as comandadas por J. Fernandes Vieira. Já algures ([442]) comemoramos a bizarria com que aí se comportara um nosso ilustre compatriota, cabendo-nos aqui não menos satisfação em mencionar o valor com que o mestre de campo Henrique Dias acometeu o inimigo, fazendo pender para o nosso lado a vitória que incerta parecia. Não se animam a negar os próprios encomiastas do feliz madeirense que sem o denodo do chefe preto diverso seria o êxito do combate.

Em Pernambuco não descansavam as armas; mal se havia terminado uma empresa, que era logo outra executada.

Com o propósito de buscar abastecimentos para o exército, haviam Vidal e Vieira abalado do novo arraial do *Bom Jesus* para Nazaré, cometendo o mando ao mestre de campo Martim Soares Moreno.

[363] Informado o inimigo, fez sair do Recife um troço de artilharia e de gastadores com armas e aprestos necessários para erguerem um reduto entre as nossas fortalezas dos *Afogados e Cinco-Pontas*. Esqueciam-se, porém, que aí estanciava Henrique Dias, que, apenas ciente das intenções dos holandeses, dividiu a sua gente em três partidas para que por várias partes investissem sobre os terços holandeses. "O não saber o flamengo (diz um cronista) a que parte havia de fazer rosto, com o desatino da vizinhança e do repente, fez a indústria tão bem sortida que brevemente viu descompostos os soldados com balas e os gastadores com o estrondo: de sorte que uns e outros começaram a deixar o campo, que de todo lhes fez largar a segunda carga, fugindo da terceira para o abrigo das suas fortalezas, as quais despediram de si um chuveiro de balas, de que os nossos se livraram com virar as costas ao perigo, satisfeitos de conseguirem o intento e de levarem consigo a maior parte dos instrumentos que o inimigo trouxera para a fábrica." ([443])

Planejada perigosa empresa, certo era de achar-se nela envolto o nome de Henrique Dias: assim, quando em Novembro de 1647 julgou-se conveniente atacar os Holandeses em sua forte posição do Rio Grande do Norte, foi ele para aí mandado com o seu regimento, engrossado com algumas companhias dos índios de Camarão; dando no começo do ano seguinte princípio a suas operações por meter a saco e passar a fio de espada tudo quanto lhe opunha resistência. No sítio denominado Guarairas, onde o inimigo se havia entrincheirado, favorecido pela ótima posição topográfica, ostentou coragem e perícia dignas da inveja dos mais esforçados capitães de que reza a história. Instigados pelo seu nobre exemplo, arrojaram-se os soldados às águas do lago, que moldurava a fortaleza, e mergulhados até à cintura escalaram-na à ponta de baioneta. Absorto o comandante holandês diante de tanto desapego às vidas, buscou salvar a sua e a de cinco companheiros, entregando-se num frágil batel à mercê das vagas, e tomando por piloto o destino.

Enquanto ao sul do equador tão rijamente se batiam as duas parcialidades, guardavam as respectivas metrópoles quase que completa abstenção, perdidas no intricado labirinto da política européia. Arcando com o colossal poder da Espanha, temia-se Portugal de distrair suas forças, e, constando-lhe que no congresso de Munster se procuravam congraçar as Províncias-Unidas com sua antiga opressora, receava que juntas quisessem desagravar-se das ofensas que dele tivessem. Parece que infundados não eram seus temores, eque, sem a guerra que de súbito surgiu entre a Holanda e a Inglaterra, felizmente conjurada pela prudência do célebre João Wit, mas que alquebrado deixou o poderio bátavo, iriam as armadas holandesas pedir em Lisboa a explicação

[442] Vide Biografia de A. Vidal Negreiros.
[443] *Castrioto Lusitano*, Livro IX & XIX.

dos enigmas diplomáticos que em Haya propunham os Tristões de Mendonça, Franciscos Coitinhos e Luizes da Cunha. Houve mesmo um momento em que nos conselhos de D. [364] João IV despontou o pensamento de fazer-se completa cessão das províncias brasileiras em troco da aliança com a poderosa rainha de Zuyderzée, que aos sucessores dos Gamas, Cabrais e Albuquerques arrebatara o cetro dos mares ([444]). E quem sabe qual seria o nosso destino sem o esforçado ânimo dos chefes pernambucanos?!

Em contínuas escaramuças gastava-se o tempo, e prolongava-se uma situação por sua natureza intolerável: de ambos os lados almejava-se por um golpe decisivo. Conhecia o mestre de campo general Francisco Barreto de Menezes, que de novo chegara para tomar o comando do exército pernambucano, a necessidade de obrar alguma façanha que alentasse o ânimo dos seus, lançando o terror sobre o dos contrários.

Para esse fim assentou em ocupar a espécie de istmo que fica entre o Recife, os montes Guararapes e os alagados do mar, cortando deste modo ao inimigo a comunicação com o interior do país. Com facilidade logrou o seu intento, achando-se desprevenidos os Holandeses. Tornados, porém, a si do primeiro soçobro, recobraram estes o forte da Barreta, confiado a Bartholomeu Soares da Cunha, e na manhã do dia 19 de Abril do ano de 1648 marcharam, em número de quatro mil e tantos homens, ao mando do valente general Segismundo Van Schopp, em direção ao cabo de Santo Agostinho, onde esperavam encontrar o exército independente.

Conhecendo a marcha que tomaria o inimigo, aguardou-o Barreto nos desfiladeiros dos Guararapes, onde esperava, como outrora Leonidas nas Thermopylas, sofrear o orgulho dos audazes invasores. Coube ao capitão Antônio Dias Cardoso a glória de afrontar o primeiro ímpeto do inimigo, que cheio de confiança arrojou-se no meio dos regimentos brasileiros. Em três colunas havia Barreto dividido o seu exército, forte de três mil e tantos homens, confiando a da direita a Vidal de Negreiros, tendo por auxiliar Camarão; a da esquerda a Vieira, a quem Henrique Dias servia de segundo, e reservando para si a do centro, servindo-lhe Cardoso de imediato. A pouca cavalaria era capitaneado por Antônio da Silva.

Senhores do terreno, onde com toda a antecipação se haviam fortificado, resistiram os Brasileiros às repetidas cargas dos terços holandeses que quiçá ficariam vitoriosos, sem a repugnância que mostraram alguns soldados em combater por falta de pagamento de seus soldos, chegando mesmo a largarem vergonhosamente as armas! ([445])

[365] Pela nossa parte tivemos também que lamentar alguma desordem no começo da ação, proveniente do afã com que os negros e índios lançaram-se sobre os despojos dos inimigos mortos, devendo-se a esta circunstância a perda da artilharia que bem funesta nos poderia ser.

---

[444] Vejamos como desta resolução dá conta um ilustrado historiador:

"... e de sorte crescia em El-rei e seus ministros o embaraço que por vezes esteve resoluto largar-se Pernambuco aos holandeses, ponderando-se que não podia Portugal sustentar a guerra contra dois inimigos tão poderosos como os castelhanos e holandeses, e com esta comissão passou à Holanda o padre Antônio Vieira. Porém o Céu, olhando como sua para esta causa, deu mais favorável sentença para este reino. (*Conde de Ericeira*, PORTUGAL REST. tomo II, parte I, livro X, pag. 313).

[445] O coronel van der Brande, comunicando aos Estados-Gerais os pormenores desta batalha, serve-se destas textuais expressões.

" Em geral os oficiais se bateram maravilhosamente, porém os soldados comportaram-se como uma matilha de cães tímidos; o que de tal modo consternou-me que não posso encontrá-lo sem desviar o rosto com vergonha..."(*Doc. holandês*, tomo IV).

Obriga-nos o amor da verdade a não omitir esta particularidade, na qual poderá alguém enxergar alguma censura ao nosso herói. Releva, porém, que nos lembremos que comandava ele tropas irregulares, costumadas às depredações da guerra *sui generis* que então se fazia em Pernambuco, e que carecia da força moral, que só dá a disciplina, para conter seus subordinados. Mas ninguém lhe contestará que nessa célebre jornada praticou rasgos de raro valor, e que pelo exemplo, mais do que por palavras, conseguiu levar ao combate os soldados que só de saquear curavam.

Apesar das graves perdas experimentadas no dia 19 de Abril ([446]) e confessadas pelo próprio Segismundo, não foi bastante decisivo o êxito desta batalha; porquanto ficaram os Holandeses senhores do campo; ainda que tivessem dele retirar-se durante a noite.

Nenhum peso damos ao cálculo dos nossos cronistas que contam por milhares o número dos mortos e feridos do exército contrário, antepondo-lhes de boamente a asserção dos documentos oficiais remetidos ao governo holandês, que orçam em 515 o número dos mortos e 523 os feridos. Quanto as nossas perdas, nenhum dado temos para esmá-las.

Bastante cortados do ferro pernambucano saíram contudo os Holandeses a campo nos dias 21 de Maio e 18 de Agosto desse mesmo ano, sendo sempre recebidos pelos nossos com seu proverbial valor, e assinalando-se sempre nesses recontros Henrique Dias, desejoso de lavar a vergonha passageira dos seus no sangue dos contrários.

O dia, porém, em que o valente cabo dos pretos devera sobre todos assinalar-se, estava bem próximo: e a aurora de 19 de Fevereiro de 1649 saudou-o nessas mesmas montanhas dos Guararapes, pela Providência fadadas para teatro do denodo brasileiro.

Por uma operação inversa da do ano anterior, eram agora os Holandeses, comandados pelo coronel Van der Birncke, que, entrincheirados nessas montanhas, então quase inacessíveis, desafiavam a bravura dos nossos.

Como dois atletas que se contemplam antes de descer à arena, receavam ambos os exércitos empenhar a luta; e muitas horas se passaram antes que o primeiro tiro fosse disparado. Tomando finalmente por cobardia a prudência de Barreto, desceu Brincke das alturas, e empenhou a batalha em campo raso. Ferida a peleja, ordenou o general português aos mestres de campo Vieira e Henrique Dias que atacassem [366] o boqueirão fortificado e defendido por sete batalhões. Pode considerar-se este como o ponto culminante de toda a batalha, e será por certo escolhido por algum Horácio Vernet brasileiro que quiser imortalizar a tela escolhendo seus assuntos nos nossos gloriosos fastos.

Pernambucanos, Portugueses e Flamengos bateram-se com igual encarniçamento; mas a vitória, por muito tempo suspensa, bandeou-se para a causa que sombreava o estandarte da justiça. Completa foi a derrota do exército de Brincke, que ingenuamente confessa que, se os nossos lhe fossem ao encalço, completa seria a sua ruína ([447]).

---

[446] Preferimos esta data; posto que nas participações holandesas figure sempre a de 20 de Abril. Encostamo-nos ao unânime dizer dos nossos cronistas, corroborado pelo testemunho insuspeito de Netscher.

[447] A consternação e o pânico dos nossos (diz ele) foram tão grandes que se o inimigo, em vez de entregar-se ao saque, preferisse continuar a perseguir-nos, é mui provável, senão indubitavelmente certo, que o restante dos nossos ter-se-iam deixado matar sem opor a menor resistência; porque fugiam sem olhar para trás." *(Doc. holandês*, tomo IV.)

Cremos piamente, como noutro lugar já dissemos ([448]), que a esta assinalada vitória devemos o haver D. João IV saído do seu sistema de irresolução, abandonando de uma vez para sempre a política de Jano. Convinha atender à sorte de Pernambuco, que quiçá a si mesmo entregue, por si mesmo decidira do seu futuro. Durou ainda a guerra cinco anos, mas visível era o cansaço de ambos os partidos: as guerrilhas nas quais sempre vantajosamente figurava o nosso herói, debilitavam as forças holandesas, que em progressivo decrescimento caminhavam; porque a mercadores e não a estadistas estavam confiados seus destinos: anormal era cada vez mais a situação, e os próprios holandeses, cônscios de não poderem submeter pelas armas a nossa pátria, anelavam por achar meio de com honra e vantagem retirarem-se.

Proporcionou-lhes este ensejo a chegada da primeira frota da *Companhia de Comércio do Brasil*, comandada por Pedro Jacques de Magalhães, que, *cedendo docemente* às instâncias dos chefes pernambucanos, resolveu ser *espectador armado* dos seus últimos e gloriosos feitos.

Com a capitulação de *Taborda* desce o pano sobre o palco histórico; desapareceu os protagonistas, que, entrando na vida privada, depõem sobre o berço de seus filhos os lauréis adquiridos no campo de batalha.

Ninguém mais fala em Henrique Dias: ninguém sabe como se deslizou a honrada velhice do *Scaevola Brasileiro*. É de crer que a consumisse reclamando o pagamento de atrasados soldos; pedindo indenizações que nunca chegaram; e deixando a sua mulher e filhas por único legado a herança de seu nome.

Esse nome era outrora aos pósteros transmitido no de um regimento de homens pretos, que com vantagem ao país serviam: incomodou, porém, isso aos reformadores que com sacrílego arrojo apagaram mais esse brasão da nossa tão moderna, e já tão brilhante história.

J. C. FERNANDES PINHEIRO.

[448] Vide – O BRASIL HOLANDÊS, *Estudo Histórico*, tido no Instituto e publicado no tomo XXIII da sua Revista.

"Brasileiros Célebres: O irmão Joaquim". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XIV, abr./jun. 1862, p. 94-101.

BRASILEIROS CÉLEBRES.

—

O Irmão Joaquim.

Circundado pela aureola da virtude, e engolfado em uma atmosfera de abnegações e sacrifícios, aparece-nos o vulto venerando do S. Vicente de Paulo brasileiro.

Aos vinte dias do mês de março de 1761, viu a luz do dia no vila (hoje cidade) de Nossa Senhora do Desterro, capital da província de mor Tomas Francisco da Costa e D. Mariana Jacinta da Vitória, ambos naturais do arquipélago dos Açores.

Acrescenta a tradição que coincidira o seu nascimento com a passagem pela frente da casa da residência de seus pais do esquife em que ia a imagem do Senhor morto na procissão do Enterro, que com a maior solenidade e devoção então celebrava-se; e a esta circunstância, atuando sobre uma alma por demais sensível, deve-se [95] atribuir o irresistível impulso que arrastou-o desde os primeiros anos para o serviço de Deus.

Apoiando-se no testemunho de seus mais próximos parentes e no das pessoas que com ele conviveram, contesta um dos seus recentes biógrafos o fato da mudez que no dizer de alguns outros lhe cerrara os lábios por espaço de sete anos. ([449])

Na quadra da existência em que só nos aprazem violentos exercícios, em que só cogitamos em parodiar combates, entregava-se Joaquim aos atos da mais fervorosa devoção, armava oratórios e simulava festas e procissões.

Não demoveram estes prenúncios de vocação religiosa o ânimo de seu pai, para deixá-lo obedecer livremente ao chamado do céu. Antes, obstinando-se na prossecução de seus cálculos, destinou-o para a carreira comercial que seguia. Para esse fim entregou-o ao professor régio João de Almeida, que, habilmente aproveitando as naturais disposições do menino, conseguiu aprontá-lo em pouco tempo nos estudos elementares a que denominamos de primeira letras.

Ao dozes anos foi Joaquim tirado da escola, onde de há muito servia de *decurião*, para ocupar o emprego de caixeiro de uma loja de propriedade paterna. Resignou-se, como lhe cumpria, com a deliberação paterna; (ver: tal deliberação;), mas secreto aviso convidava-o a outros destinos.

Absoluta negação tinha Joaquim à vida comercial, como servirá de prova o seguinte fato referido pelo citado biógrafo:

Entrando na loja em que ele se achava de caixeiro um indivíduo em busca de pano para fazer uma jaqueta, apresentou-lhe o mancebo o que havia em casa, que tendo desagradado ao comprador começou a desdenhar dele acoimando-o de ordinário e de excessivo no preço. A estas

[449] Vide *Cartas acerca da província de Santa Catarina*, por G. S. S.

observações anuiu facilmente Joaquim apresentando por defesa a ordem que recebera para vender caro. Divulgando-se por toda a vila a ingenuidade do futuro negociante, convenceu-se o pai que jamais obteria o resultado que almejava; e consentiu a final em deixá-lo árbitro da sua sorte.

Madrugara-lhe o sentimento caridoso, e desde a puerícia que em prol dos necessitados com júbilo despojava-se ainda dos objetos mais necessários à vida. Corroboremos esta proposição com o seguinte caso relatado por um sobrinho seu:

Tendo uma escrava denunciado que Joaquim dava de esmolas a sua própria roupa, e vendo-lhe a mãe o colete sempre abotoado até à gola, chamou-o, e examinando-o achou-o sem camisa, que ele tinha dado a um pobre, e repreendendo-o por haver-se assim privado da camisa do corpo, respondeu-lhe singelamente "*que achava-se muito a gosto não precisando de camisa."* ([450])

Indizível foi o júbilo de Joaquim quando obteve de seu pai a vênia [96] por ele tão desejada de entregar-se aos exercícios de piedade que lhe ditava o coração. Assim, desde essa época trocou o apelido – *Costa* – de que então usava pelo de – *Livramento* – por devoção à imagem de N. S. do Livramento, que se venerava em um nicho colocado na esquina da rua Bella do Senado, em que moravam seus pais, e a cujo culto especialmente consagrou-se.

Convencido da vocação de seu filho, quis o sargento-mor Costa que seguisse ele a carreira eclesiástica aplanando com paternal desvelo os tropeços que pudessem tolher-lhe. Recusou, porém, Joaquim iniciar-se nas ordens sacras, julgando-se delas indigno, e levando a sua humildade ao ponto de servir de sacristão na capela do *Menino Deus*, devida ao zelo da virtuosa irmã do célebre paulista Alexandre de Gusmão. ([451])

Na aurora da vida edificava pela sua austeridade de costumes: era o amigo, o consolador dos pobres, o enfermeiro dos desvalidos, o amparo dos órfãos. Saudada como a de um bom anjo a sua presença, e ninguém exalava um suspiro que o não encontrasse a seu lado.

No meio de tantas apostólicas fadigas, concebeu um gigantesco plano, cuja única idéia bastaria para honrar e engrandecer seu nome. Queremos falar do projeto de erigir um hospital, onde a indigência e a moléstia deparassem com os indispensáveis auxílios. Não recuou Joaquim em presença dos empecilhos sem conta que embaraçavam sua caridosa idéia: cobrindo suas carnes de grosseiro saial de lã , cingindo-se de uma corda e tendo ao peito o emblema do S.S. Sacramento, hei-lo, qual S. Francisco de Assis, em cujo instituto se filiara como terceiro, tomando desde essa época o nome de – *irmão*- , a caminho das vilas e povoações, esmolando para os pobres, com grande pesar (quiçá escândalo) de seus parentes que na abastança viviam.

Escassos foram, porém, os recursos que em sua província pode achar: todas as bolsas se lhe abriram, porque a todos os corações conquistara; mas exígua era a soma arrecadada, e o empresário da caridade, o banqueiro dos miseráveis deveu cuidar em mais pingue seara. Seus passos se encaminharam para o Rio Grande do Sul, onde proverbiais eram as riquezas e generosidade dos *estancieiros*. Nessa peregrinação, em que gastou menos de uma ano, deixou gravada sua lembrança nos coraçòes dos desgraçados, impondo o respeito e admiração aos felizes do mundo pelo conjunto de suas raras qualidades.

[450] Vide as Cartas supras citadas.
[451] Vide a *Biografia de D. Joana de Gusmão*, pelo Sr. Joaquim Norberto, impressa na *Revista Popular*.

De volta à Santa Catharina, divisou-se em seu semblante essa satisfação interna que resulta do cumprimento de uma boa ação; e sem perda de tempo viram-no comprar um terreno contíguo à capela do Menino Deus, lançando os alicerces do vasto edifício que ainda hoje existe com a denominação de *Hospital da Caridade*.

Terminada a obra, e franqueado o estabelecimento, não julgou-se [97] o irmão Joaquim desonerado; antes, constituindo-se o enfermeiro, curava por suas próprias mãos os doentes, ministrava-lhes a dieta, consolava-os em suas dores, nem do seu leito se arredava quando de contagiosas moléstias eram acometidos.

Como S. Francisco de Paula, era o irmão Joaquim – *um homem simples e sem letras*; mas, como falava *ex abundantia cordis* comovia grandemente a sua eloqüência, e as práticas que aos moribundos fazia assemelhavam-se a um bálsamo divino que lhes cicatrizava as chagas do coração.

A exemplo de S. Paulo, consagrava seus *santos ocios* ao trabalho manual, fabricando lindíssimas flores de pano de um vivo, finíssimo e inimitável colorido. Deve-se-lhe, diz um dos seus biógrafos ([452]), o haver por este modo promovido uma indústria em que sobre suas irmãs se avantaja a província de Santa Catharina. Cuidadosamente conservado vê-se ainda um nicho contendo a imagem do Menino Deus adornada de lindíssimas capelas de flores, que como relíquia da sua devoção e bom gosto conservam sus compatriotas.

Não escapou à perspicácia do irmão Joaquim a nutante base da instituição que com tanto desvelo criara; receitou que resfriando a caridade viesse fenecer à mingua o prytaneu dos pobres; e não olhando a sacrifícios, não medindo suas forças, para só atender ao seu grande zelo, embarcou-se para Lisboa, e da religiosidade da rainha D. Maria I alcançou a subvenção de trezentos mil réis anuais em benefício do seu dileto hospital.

Cosmopolita era a caridade do benemérito servo de S. Francisco, estreitos os limites da sua província para a obra que meditara. Deixando a administração do hospital confiada à irmandade do Senhor dos Passos, dirige-se à cidade da Bahia, onde, seguindo os passos do grande Vicente de Paulo, põe em contribuição os ricos em favor dos infelizes meninos a quem a dura mão do destino privara do arrimo de seus pais.

Idêntico motivo que o levara a Lisboa pelos fins do século passado chamou-o a essa capital no começo do que corre; e, como da primeira vez, frustrados não foram seus passos; porquanto no ano de 1803 regressou à Bahia munido dos meios para levar ao cabo o começado asilo, que, mediante a cooperação dos fiéis, pode ao fim funcionar.

Conservando-se no grêmio de sua nova família o tempo unicamente necessário para legar-lhe o espírito que o animava, passou as rédeas do governo às mãos de um reitor em que depositava plena [98] confiança, e embarcou-se para o Rio de Janeiro, onde então já se achava a corte portuguesa.

A ninguém é desconhecido o benigno acolhimento que el-rei (nessa época príncipe-regente) D. João VI costumava liberalizar aos beneméritos varões que se distinguiam pelo seu zelo religioso; inútil será portanto dizer que o irmão Joaquim gozou das boas graças do neto de D. João III, que aprazia-se com suas práticas tão cândidas e tão humildes.

[452] O Reym, Sr. Vigário Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva.

Mostrou desejos de tê-lo a junto a si; tendo, porém, de ceder às reiteradas súplicas desse espírito *caridosamente inquieto* que almejava por novos combates coroados dos mais belos triunfos.

Foi desta vez a província de S. Paulo o teatro escolhido para as suas façanhas; e o ano de 1809 viu chegar à pátria de Amador Bueno um novo Anchieta ávido de sacrifícios e opulento de esperanças.

Misterioso atrativo, senão secretas inteligências, conduzira seus passos para Itu, esse *Porto-Reul da nossa história religiosa*, e aí com os *padres do Patrocínio*, austeros cenobitas de não vulgar erudição, viveu ele por algum tempo refocilando o corpo e temperamento a alma.

Não era, porém, o irmão Joaquim o homem da inação, e da sua estada na terra de Paula e Souza resta-nos perdurável padrão no seminário denominado do *Bom-Conselho*, e no de *Santa Anna* ereto em uma fazenda que outrora pertencera aos jesuítas.

Conformando-se com o seu louvável costume de implorar os favores do Estado em prol das suas fundações, endereçou um súplica à assembléia geral constituinte e legislativa que então funcionava. Sobremodo honra ao nosso ilustre compatriota o parecer das comissões de fazenda e de instrução pública apresentado na sessão de 23 de Setembro de 1823 ([453]), no qual propunha se que fosse socorrido o seminário de Itu com uma consignação anua de duzentos mil réis.

[99] Plantada a árvore, deixou que outros a regassem, partindo para Jacuacanga no distrito do Angra dos Reis, onde em sua passagem para S. Paulo lançara os alicerces de um seminário para meninos órfãos.

Foi esta a sua última façanha, a este empenho consagrando as debilitadas forças que lhe restavam.

Ao *fiat* da caridade ergueram-se as paredes dessa casa de educação, da qual saíram tantos varões distintos nas ciências, letras e virtudes; e quando tudo estava concluindo, retirou-se do proscênio o humilde operário do Evangelho confiando o timão da governança a um virtuoso missionário, que hoje honra e edifica uma das nossas cadeiras episcopais ([454])

Não pense o leitor que o infatigável atleta buscou ao fim o repouso que com imperiosa voz reclamava a natureza. Não: largando as rédeas da administração, assumiu as delicadas e difíceis funções de visitador; e repetidas foram então as suas visitas aos seminários de Santa

---

[453] Eis a íntegra deste parecer , fielmente copiado do *Diário da Constituinte*.

" O irmão Joaquim Francisco do Livramento pede uma módica consignação para as urgências do seminário da vila de Itu, de cuja direção ele se acha encarregado. Sua Majestade Imperial, tendo mandado ouvir o governo da província de S. Paulo, este, ouvindo a junta da fazenda, e com o parecer dela, informa que se podem aplicar para aquela útil estabelecimento duzentos mil réis anuais. As comissões de fazenda e de instrução pública estando informadas da existência daquele seminário, em ponto pequeno, o qual, não obstante achar-se ainda sem fundos alguns, existe com utilidade pública pelo zelo do seu diretor, que procura recursos na piedade dos Ituanos e mais povos circunvizinhos, é de parecer que o sobredito seminário seja socorrido com a quantia de duzentos mil réis anuais pagos pela caixa do subsídio literário da província de S. Paulo; porque sendo o préstimo principal daquele estabelecimento a instrução pública nas primeiras letras, deve esta despesa ser feita por aquela renda que foi estabelecida para estes mesmos fins. Para este efeito deve o governo ser autorizado para mandar e ordenar o efetivo e anual pagamento pela junta da fazenda da mesma província. Paço da assembléia, 23 de Setembro de 1823. – *Martim Francisco Ribeiro de Andrada, - José Arouche de Toledo Rendon – Pedro de Araújo Lima. – José de Rezende Costa.*

[454] O Exm. e Rvm. Sr. D. A. F. Viçoso, bispo de Mariana, que por nomeação do Sr. D. Pedro I foi em 1822 eleito reitor do seminário de Jacuecanga.

Anna e de Itu, demorando-se, porém, mais tempo no de Jacuacanga, que, como o Benjamim dessa família espiritual, merecia-lhe especial predileção.

Para evitar do modo por que se deslizava a vida do apóstolo catarinense nesse santo cenóbio, ouçamos a pintura que dela nos traça um seu ilustrado biógrafo:

"Enquanto aqui estava, todas as suas ações eram outros tantos exemplos de virtude para a edificação daqueles ditosos discípulos. Um só momento não estava ocioso; mas orando, ou tratando do asseio dos meninos, ou inclinando-os a acostumarem-se aos ofícios domésticos, por isso que nunca comprara escravos para os seus estabelecimentos. Era muito parco em seu sustento: velava muito em orações, nunca dizia mal de pessoa alguma, antes em todos supunha as boas intenções de que era ornada sua alma. Se tinha notícia de que naquelas vizinhanças se faziam festas rústicas, ou entretenimentos profanos, lá corria imediatamente; armava altar, para o que tinha sempre galantes adornos e boas imagens, convocava-os a rezar o terço, e todos lhe obedeciam. No fim exortava-os à prática do bem com o zelo e fervor de um santo. Ele ignorava o latim e que coisa era retórica; mas produziu maior fruto um dos seus simplices discursos que o sermão do mais eloqüente pregador. O seu tema favorito era : *Deliciae meae esse cum filiis hominum*. Muitas vezes embarcava em uma canoa com um certo Medeiros, seu fiel companheiro, e ia pedir esmolas pela costeira de Angra dos Reis: se encontrava maior pobreza, repartia generosamente do que lhe tinham dado; se via enfermos de perigo, prestava-lhes todos os ofícios de caridade, e logo mandava chamar o padre reitor para os acudir. As tempestades não o embaraçavam, nem a pouca segurança de pequenas [100] e velhas canoas. Durante a viagem entoava com os remeiros cânticos sagrados: a este sinal afluía às praias grande concurso de fiéis para o ver. Quando voltava, entregava ao reitor tudo o que tinha obtido para sustento de seus filhos; assim tratava aos seminaristas. O Exm. Sr. Bispo de Marianna, então reitor do seminário, afirmou-nos que em setembro de 1822 com ele embarcara de Mangarativa para Jacuecanga com a maior felicidade pelo perigoso passo dos Coheotás em uma canoa sem popa e com fendas calafetadas de pano. Este mesmo prelado coroa o documento que nos ministrou par esta memória, confessando que se envergonha de que um homem leigo e ignorante tenha feito tantas coisas boas que ele bispo não é capaz de fazer. Estas palavras são o maior elogio que se pode fazer ao irmão Joaquim, assim como uma grande prova da modéstia do digno prelado de Marianna. ([455])

Sentia o homem de Deus avizinhar-se a hora do seu passamento, porque mais freqüentes tornavam-se os terríveis ataques epilépticos, a que era sujeito. Antes, porém, de comparecer ante o eterno e infalível tribunal, quis prestar um derradeiro serviço ao seminário de Jacuecanga, pondo-o sob o patrocínio dos padres da congregação da Missão de S. Vicente de Paulo, embarcando-se para esse fim para Lisboa a 21 de Maio de 1826.

Não pode, porém, obter o que desejava; porquanto, havendo a nossa emancipação política quebrado os laços que prendiam as ordens religiosas às da antiga metrópole, não se achavam aquelas habilitadas para administrarem as casas de seus institutos que se formassem no Brasil. Forçoso foi recorrer à Roma, onde, recebido com o maior agasalho, teria por certo alcançado o que desejava, se, agravando-se seus padecimentos, não cuidasse em volver à pátria para entre seus amigos e pupilos exalar o último suspiro.

Recusou-lhe, porém, o destino esta doce consolação, fazendo-lhe, como a maior de todas as privanças por que na terra passara, findar tão laboriosa existência na cidade de Marselha no

[455] Vide a *biografia do irmão Joaquim Francisco do Livramento*, pelo Revm. Sr. Vigário Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, inserta no tomo 8º- da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*.

ano de 1829, na idade de sessenta e oito anos. Seu espólio, constante de algumas estampas religiosas, livrinhos de devoção, *agnus dei*, e da paupérrima roupa do corpo, foi arrecadado por piedosa mão e religiosamente entregue ao seminário de Jacuecanga.

Dois dipticos da vida foi assim eliminado este homem verdadeiramente evangélico, cuja única mira fora a felicidade do próximo, e que subtraindo-se à gratidão dos homens, só de Deus esperava o prêmio.

Nasceu rico, viveu mendigando, e expirou na miséria. Castas e puras, suas palavras tinham o odor da mirra; e, semelhantes às de [101] S. Francisco de Salles, recomendam-se suas cartas pela doçura da expressão e santidade do pensamento. ([456])

Tal foi o irmão Joaquim, cuja modéstia ousamos hoje afrontar chamando-o de *célebre*, e colocando-o no – *Panteão Brasileiro*.

J. C. FERNANDES PINHEIRO.

[456] Em abono do que acima dissemos, pedimos vênia para citar dois trecho de cartas suas que forma publicadas no tomo XXII da *Re. Trim. do Instituto Histórico e Geog. do Brasil*, e que, melhor do que poderíamos faze-lo, pintam o caráter do nosso protagonista. Escrevendo desta cidade em 22 de Janeiro de 1798 a uma pessoa de Santa Catarina, assim se expressava faltando do recato que convinha que guardassem as donzelas.

" As meninas correm muito perigo em suas vocações, se elas não forem acauteladas, pois a mocidade do tempo presente vive muito arriscada, pois o demônio em seus princípios trabalha para as derrubar dos bons propósitos para depois tê-las a sua mão; diga a elas que cuidem muito em ser acauteladas, que o Senhor é para ajudar a quem por seu amor oferece a sua vontade, que não deixa de dar as providências contra os assaltos do demônio, mundo e carne: façam muito estudo, que sempre agradem a Deus: muitos são os chamados, porém poucos os escolhidos."

Em outra missiva dirigida a uma Sra. D. Rita, e datada de 2 de Janeiro de 1810m exprimia-se deste modo a respeito do seminário de Jacuecanga:

"Estamos dando princípio na Ilha Grande sobre o que queria há muitos anos estabelecer nesta corte, e agora parece que talvez abençoe o osso bom Deus os meus antigos desejos: rogo-lhe que peça a Nosso Senhor me faça um verdadeiro humilde: e essas almas que em algum tempo queriam desagravar o mesmo Senhor que não desanimem; se não for por um modo, será por outro; façam muitas orações e mortificações; pois o nosso Deus tem sido muito ultrajado."

"Antônio José e a Inquisição". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XIV, abr./jun. 1862, p. 173-178 e 278-284.

ANTÔNIO JOSÉ E A INQUISIÇÃO.

———

Havendo encontrado no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma cópia autêntica dos dois processos formados pela Inquisição de Lisboa contra o Plauto fluminense, julgamos prestar algum serviço ao público, esboçando, a largos traços, as peripécias desta célebre causa, terminada por tão trágico epílogo. Antes porém de fazê-lo, vejamos a que família pertencia ele e as causas que motivaram sua perseguição.

Descendia Antônio José de uma dessas famílias hebreias, que, com o favor dos homizios e insenções concedidas aos donatários, tinham vindo estabelecer-se no Brasil, e que, mais tarde, com a convivência dos católicos e alumiados pela graça divina, haviam trocado o Talmud pelo Evangelho. Pela sua importância comercial era o Rio de Janeiro de preferência escolhido por essa raça ativa e industriosa, que, na calma das paixões e sob a garantia das mais solenes promessas, vivia tranqüila fruindo de aparente liberdade de consciência. Mas, sem que possamos bem atinar com a verdadeira causa, vimos no começo do século passado recrudescer o zelo religioso da Inquisição portuguesa, e as mais apertadas ordens de perseguições contra os *cristãos-novos* serem expedidas aos seus delegados ultramarinos.

Foi o bispo desta diocese D. Francisco de S. Jerônimo um dos que mais se avantajaram pelo seu desabrimento, forçando a buscarem asilo a bordo da esquadra de Durguay-Trouin muitas das vítimas destinadas às *nefandas hecatombes da fé*.

Furioso por ver escapar ao seu zelo inquisitorial tantas presas, redobrou o bispo de ardor, e, olvidando-se de que era ministro de um Deus de paz e de clemência, ordenou novas e mais diligentes pesquisas. Não tardou que a espada de Damocles, pendente sobre as cabeças dos *cristãos-novos*, ferisse um honesto burguês, que do produto da sua advocacia tirava parca, mas folgada subsistência.

[174] Nem a mais leve suspeita deveria pairar sobre João Mendes da Silva, geralmente estimado pela sua fervorosa devoção, comprovada pela estrita observância das práticas religiosas, e pelas suas poesias em louvor do culto católico. Houvera, porém, ele se ligado em matrimônio com Lourença Coitinho, pertencente a sua grei, que por algum ato impensado ou leviana expressão atraiu a vigilância dos familiares do *Santo Ofício*, que denunciaram-na como tendo *judaisado*.

Tanto bastava nessa época para derribar as mais sólidas reputações, para que fosse violado o santuário da família, e esmerilhadas as mais recônditas intenções. Assim, sem mais preâmbulo, foi arrancado João Mendes da Silva da sua banca, e embarcado com mulher e sete filhos na frota que no ano de 1713 partiu desta cidade para a de Lisboa.

Entre essas crianças que tão cedo libavam no cálice da desventura, achava-se o pequeno Antônio, que nascera a 8 de Maio de 1705, e fora batizado na freguesia da Sé, tendo por padrinho Marcos da Costa e por madrinha sua tia Josepha da Silva.

Na balança da justiça inquisitorial leves foram achadas as culpas de Lourença Coitinho; porquanto transpôs de novo os umbrais *della città dolente* e volveu aos pressurosos braços de seu esposo e caros filhinhos; não sem que o estigma da vergonha lhe enrubescesse as faces, e lhe macerassem os membros os horríveis tratos da polé.

Com o precioso capital da inteligência e probidade pôde o advogado João Mendes reparar os destroços da fortuna e readquirir a clientela que na pátria tivera. Dava a seus filhos desvelada educação, mandando-os cursar as aulas de humanidades que existiam na capital da monarquia portuguesa. Mas, como se o sinal que outrora imprimira o Senhor na fronte de Caim marcasse toda esta família, evitavam os cristãos-velhos de ter com ela relações, obrigando-a a buscar no grêmio dos recém-convertidos o escambo de serviços e obséquios tão necessários à vida.

Era Antônio José o Benjamim desse novo Jacob, o mimo de sua mãe, o predileto da parentela que lhe admirava a vivacidade do espírito, e a argúcia de suas respostas. Todos o queriam, todos o solicitavam para suas casas.

Em uma dessas práticas íntimas, dessas poderosas expansões em que a alma se abre inteira às efusões da amizade, convidou-o sua tia Esperança, viúva de Diogo Montarroyo, para que *professasse a lei de Moisés, que ela ocultamente seguia, não desertando da religião de Abraão e de Isaac em que esperava achar a sua salvação*. Prestou o incauto mancebo ouvidos a tais persuasões, e resvalou no abismo em que devera submergir-se a sua felicidade.

Consta do primeiro processo, organizado em 1726, que haviam já decorrido quatro para cinco anos que mantinha convivência religiosa com diversos membros da sua família, que secretamente observavam o rito judaico.

Por essa ocasião declarou ele que no mês de Junho do mencionado ano de 1759 (1726 ?) abjurara o moisaismo vitoriosamente convencido [175] de erro pela poderosa dialética de um religioso que na igreja de S. Domingos pregara sobre as excelências da Virgem Santíssima, dissipando-lhe de súbito o Espírito Santo as trevas que obscureciam-lhe a alma.

Sectário oculto de uma religião defesa, e com o propósito quiçá de encobrir suas crenças, matriculou-se na universidade de Coimbra no curso de cânones, que com o maior aproveitamento seguia, quando, vindo de férias à Lisboa, travou com a Inquisição estreito conhecimento.

Por ordem do tremendo tribunal dirigiam-se seus familiares no dia 8 de Agosto de 1726 a uma casa sita no *Palco da Comédia*, em que residia o advogado João Mendes da Silva, e apresentando-lhe seus imperioso mandato, arrancaram-lhe dos braços, seu filho Antônio que então contava vinte e um anos.

Pobre mancebo, que assim passava das doçuras do lar doméstico aos tétricos calabouços, dos júbilos da família ao reino *dell'eterno dolore!*

Como pode, porém, a Inquisição devassar o mistério da apostasia de Antônio José?

Como o Argos da mitologia, tinha ela cem olhos, e, semelhante aos modernos sonâmbulos, via através dos corpos opacos. Seus espiões resolviam o problema da ubiqüidade, sentavam-se à mesa com os suspeitos, acompanhavam-nos nos passeios, espreitavam através das frestas das camarinhas, e dir-se-ia que assistiam à formação do pensamento. Releva ainda que ponderemos que sua mãe Lourença Coitinho estivera nos cárceres do Rócio, e que desde esse fatal momento não deixara de ser propriedade do Santo Ofício, o qual, sobre ela e sua desgraçada prole julgava-se com inauferiveis direitos. Além de que é por sua natureza imprudente a

juventude, aquilata por si a todos, e, incapaz de dobrez, vê nos homens sem exceção amigos fiéis e dedicados.

Censuram alguns biógrafos a facilidade com que Antônio José confessara suas faltas, e, o que é ainda pior, com que denunciara seus cúmplices. Sem querermos por forma alguma justificar a delação, reconhecendo quanto tem ela de odiosa, não podemos todavia ser demasiado severos para com um mancebo que fraquejou ante o pavoroso aspecto do sangüinário tribunal. Cumpre, outrossim, que nos lembremos que procuravam os algozes iludir as vítimas com fingida caridade, com refalsada ternura, exortando-as a fazerem inteira confissão de seus delitos, não omitindo nomes, moradas e profissões das pessoas com quem se haviam relacionado, advertindo-lhes ao mesmo tempo que de toda a verdade achava-se inteirada a Inquisição. "Pessoas honestas, diz o Sr. Lopes de Mendonça, transformavam-se sem repugnância em voluntários denunciantes; os pais acusavam os filhos, as mulheres os maridos; a discórdia introduziu-se nas famílias, e o Santo Ofício não hesitava, exagerando tão funestas tendências, em impor ao povo, com severas penas, o dever da delação."([457])

[176] O vago da acusação, cujos capítulos era o indiciado constrangido a adivinhar, o segredo acerca do nome dos denunciantes, aumentava o horror da situação, e poucos havia que conservassem a precisa placidez de espírito em tão crítica conjuntura.

No insidioso interrogatório a que respondeu Antônio José no dia 16 de Agosto, declarou quais os pontos da fé cristã de que se houvera apartado, e no dédalo dos subterfúgios em que o emaranharam nunca perdeu de vista a estrela da honra.

Vendo que nenhuma outra revelação fazia, recorreu o inquisidor João Álvares Soares aos meios suasórios, e buscou com meigas palavras captar a benevolência do acusado; "admoestando-o com muita caridade da parte de Cristo, Senhor nosso, que abrisse os olhos d'alma, e deixando quaisquer humanos respeitos que o pudessem impedir de confessar inteiramente toda a verdade de suas culpas, porque era o que lhe convinha para desencargo de sua consciência, salvação de sua alma, e bom despacho de sua causa."

Depois de novo interrogatório, em que sustentou o acusado as acusações anteriormente feitas, veio o promotor da Inquisição com o seu libelo em que criminava-o pelo fato de "sendo cristão, batizado, e como tal obrigado a crer em tudo o que crê a Santa Madre Igreja de Roma, ele o fizera pelo contrário, esquecido da sua obrigação, e com pouco temor de Deus e da justiça, apartando-se da nossa santa fé católica, se passara para a crença da lei de Moisés, tendo-a por boa e verdadeira, esperando nela salvar-se, observando seus ritos e cerimônias, e comunicando-se com pessoas da sua grei... concluía pedindo que fosse o réu Antônio José da Silva excomungado como apostala, confiscados todos os seus bens para o fisco e câmara real, e relaxado à justiça secular com a costumada protestação."

Sendo-lhe lido este libelo, e perguntando-se-lhe se queria contrariar e se tinha alguma defesa que exibir, respondeu que não, dispensando por isso a conferência com o procurador; à visto do que o lançaram os juizes da defesa, e mandaram que corresse o processo nos termos ordinários, e de novo admoestando o réu, reenviaram-no para o seu cárcere.

A 3 de Setembro desse mesmo ano de 1726, chamado Antônio José pelo inquisidor Soares, fez novas denúncias atemorizado pela presença dos tormentos que o aguardavam, e gravemente comprometeu a Manoel Nunes Ribeiro, estudante de cânones, a uma menina, filha ou

[457] Vide *Damião de Goes e a Inquisição*, p. 103.

sobrinha de um certo Alvarenga Soares, e a Luiz da Terra, outro estudante de cânones, aos quais figurou como havendo-o aliciado para seguir a lei judaica com menoscabo da cristã, em que nascera e fora educado.

Ouvidas as testemunhas por parte da justiça, declararam que o réu "fazia jejuns judaicos, não comia carne de porco, lebre, coelho, nem peixe de pele, e rezava a oração do Padre Nosso sem dizer Jesus no fim; não trabalhava aos sábados, lavando-se na véspera da cintura para baixo, e vestindo os melhores vestidos."

Insaciável de delações mestrava-se Antônio José, a quem haviam talvez persuadido [177]

que desta arte se subtraíra à severidade das penas em que incorrera. Assim, na audiência de 7 do dito mês revelou a cumplicidade de um mancebo por nome João Álvares, como ele cristão novo e *estudante de artes*. Deste modo, com pouco proveito para o acusado, crescia diariamente o número das vítimas.

Após as delongas inseparáveis de tais processos, chegou o termo da defesa, e sendo perguntado o réu se tinha contraditas com que vir, e se para as formar necessitaria de procurador, respondeu que sim. Ponderando-lhe então o juiz que não poderia recair a escolha senão nas pessoas dos licenciados Jacintho Roballo e Braz de Carvalho, que *costumavam pugnar pelos presos*: considerando ambos igualmente idôneos, não optou Antônio José por nenhum deles, instituindo a ambos seus procuradores e conferindo-lhes todos os poderes em direito necessários.

A propósito desta singular maneira de garantir a defesa dos acusados, julgamos útil citar o juízo que a tal respeito formava um homem que, por sua posição, melhor que ninguém podia avaliá-la. Referimo-nos ao doutor Francisco Freire de Mello, deputado do tribunal do Santo Ofício, que em uma petição endereçada às cortes gerais e constituintes da nação portuguesa, em Maio de 1821, assim se expressava:

"Calavam-se os nomes dos denunciados, calavam-se os das testemunhas, *adivinha quem te deu*; e quando o processo estava mal, dirigia-se o presidente ao réu, ameaçando-o com a demora por dilatado tempo na tortura dos cárceres se não desistisse da sua defesa, e *com muita caridade e muitos afagos obrigava-o* a lavrar um termo de desistência. Chamava-se então o advogado, que apenas falava com o réu e mal via o processo. O mesmo inquisidor, satélite do inquisidor mor que dominava em todas as inquisições, ditava ao letrado ou rabula a alegação do réu.

Fatigados os próprios inquisidores com as cavilações jurídicas, lançaram mão de sua *última ratio* e em audiência de 16 de Setembro deliberaram *que fosse o réu posto a tormentos, e que tivesse um trato corrido, podendo-o sofrer a juízo do médico e cirurgião, e a arbítrio dos juizes*.

Sete dias depois nos estaos dos santo Ofício verificou-se a cruel determinação em presença dos inquisitores João Moraes Soares, Felippe Maciel, e do deputado D. Francisco de Almeida.

Nada faltou do sinistro aparato que sobia ser em tais casos empregado: achavam-se aí os médicos, cirurgiões e mais ministros da execução, a quem fora deferido o juramento dos Santos Evangelhos de cumprirem bem e fielmente seus ofícios, e guardarem segredo sobre tudo o que presenciassem. Triste e abatida via-se a vítima de [178] semelhantes horrores, que sendo despojada de seus vestidos, que podiam servir de embaraço, foi lançada no potro. Antes de começar a tortura, escreveu o notário a declaração do réu *que se naquela tormenta morresse,*

quebrasse algum membro, perdesse algum sentido, a culpa seria toda sua, e não dos senhores inquisidores e mais ministros o foram na sua causa e a sentenciaram conforme o merecimento dela. Não sabemos aqui o que mais deva-se admirar, se a fereza, ou a hipocrisia desses homens, que talvez por antifrase apelidavam o seu sangüinário tribunal de *Santo Ofício*.

Por espaço de um quarto de hora prolongou-se o martírio, durante o qual experimentou o desditoso mancebo acerbas e cruéis dores, de que resultou-lhe tal lesão nos dedos das mãos que por muito tempo foi-lhe impossível assinar o seu nome.

Pedimos ao leitor que note o refinamento de malícia com que mandavam os algozes exarar no auto lavrado por essa ocasião, que o réu *só invocaria o nome de Deus, e não de Jesus, ou de algum santo!*

Soou finalmente a hora da sentença, pela qual "eram-lhe confiscados todos os bens para o fisco e a câmara real, sendo absolvido da excomunhão maior em que incorrera em atenção ao seu sincero arrependimento, sendo recebido ao grêmio e união da Santa Madre Igreja Romana, devendo comparecer no ato público da fé na forma costumada, onde ouviria a sua sentença e abjuraria seus heréticos erros, sendo no cárcere e em hábito penitencial instruído nos mistérios da fé necessários para a salvação de sua alma, e cumprindo as mais penas e penitências espirituais que lhe fossem impostas."

No dia 13 de Outubro do ano de 1726 presenciou Lisboa um desses espetáculos que fazem corar as nações diante da história. El-rei D. João V, seus dois filhos, os infantes D. Francisco e D. Antônio, a mais luzida fidalguia do reino, os altos funcionários civis, militares e eclesiásticos, dirigiram-se à igreja de S. Domingos para honrarem com suas presenças um solene *auto da fé*.

Nesse *auto* compareceu o nosso distinto conterrâneo, vestido de sambenito, toucado de uma *carocha*, tendo na destra uma funérea tocha, e genuflexo prestou o juramento que dele se exigia, selado com o sinete da nulidade pela maneira violenta com que era extorquido.

Ainda não satisfeita a Inquisição com tantas atrocidades, fez assinar a sua vítima um termo, no qual prometia o mais inviolável segredo sobre tudo o que vira ou ouvira nos antros do fanatismo!!...

Fecha este informe processo outro termo lavrado a 23 de Outubro, no qual expressamente se declara que lhe é restituída a liberdade com o ônus de comportar-se como bom católico, rompendo com as antigas e perigosas relações, sob pena dos mais severos castigos. Preenchidas todas as formalidades usuais, foi Antônio José restituído a seu domicílio, após três meses e meio de *cárcere duro*.

J. C. Fernandes Pinheiro.

(*Continua.)*

ANTÔNIO JOSÉ E A INQUISIÇÃO

———

II

Havendo desta arte escapado às garras do feroz tribunal, voltou Antônio José à Coimbra a fim de terminar os seus estudos jurídico-canônicos, ([458]) o que aconteceu com a habitual distinção.

Finda a carreira acadêmica, deixou o nosso compatriota as pitorescas ribas do Mondego, volvendo às do Tejo, onde esperava-o o amor e a saudade dos seus. Amestrado por dolorosa experiência, e vendo-se constante alvo das suspeitas inquisitoriais, procurou dar arras da sua ortodoxia evitando o trato dos cristãos novos, e açodado buscando a convivência das pessoas mais devotas, e ainda a dos religiosos geralmente designados como modelos de piedade e fervoroso zelo.

De verdes anos cultivava Antônio José o vergel das musas, e decidida vocação impelia-o para o palco de que Gil Vicente fora criador e último representante.

Muito depois da restauração da monarquia continuava o teatro português a pagar o tributo da vassalagem à cena castelhana: Lope de Veja e Calderon de la Barca empunhavam sem contradição o cetro dramático. Corria pressuroso o povo de Lisboa e das principais cidades do reino para ouvir os autos, comédias e zarzuelas espanholas, que também formavam o deleite das classes aristocráticas. Achara D. João V uma grande diversão naturalizando em Portugal a ópera italiana subvencionada com essa esplêndida magnificência que o fizera comparar a Luiz XIV.

Conheceu Antônio José que nenhuma destas situações podia satisfazer as necessidades da época, e arrojou-se à cena escrevendo uma ópera, ou como hoje chamaríamos um *libretto*, para ser representada por ocasião das bodas do príncipe D. José, que depois foi primeiro rei desse nome. Passava-se isto em 1729, quando entrava o nosso herói no seu vigésimo-quarto ano.

Franqueada a primeira barreira, superado o natural acanhamento, multiplicou o nosso patrício suas composições dramáticas, e os teatros da *Moraria* e do *Bairro-Alto*, onde até então só representavam figuras inanimadas, reboaram com os frenéticos aplausos da multidão que aplaudia as óperas e comédias do advogado brasileiro. Como Aristophanes e Plauto entre os antigos, e Shakespeare, [279] Molière e Goldoni entre os modernos, falou Antônio José a sua linguagem, levou ao tablado as peripécias da sua vida, exprimiu em singela frase suas idéias e paixões, e diremos quase instintos, e o povo vitoriou o dramaturgo que tão bem o conhecia e interpretava.

[458] José Maria da Costa e Silva e o Sr. Francisco Adolpho de Varnhagen dizem que Antônio José já advogava com seu pai quando fora preso; cremos, porém, que há equivocação da sua parte: porquanto declarou ele por muitas vezes que era simples estudante de cânones, e a idade de vinte e um anos que então contava faz nos também crer que não houvesse ainda terminado o seu curso, sem o que, reunido aos dois aos de prática, lhe vedavam as ordenações do reino, livro 1, título 48, o entregar-se ao exercício de tão útil profissão.

Examinamos em outro lugar ([459]) o mérito literário das composições teatrais de Antônio José, deixando portanto de fazê-lo aqui, onde menos próprio seria. Baste-nos dizer que faziam elas o deleite de grandes e pequenos; a nossos avós proporcionando momentos de inefável prazer. No plano inclinado das ovações, e desejoso de excitar perene hilaridade, não media sempre o poeta o alcance de suas expressões, ora empregando vocábulos licenciosos, ora figurando situações pouco convinháveis à boa moral. Desse vício, porém, não escapou o próprio Lope de Veja, de quem menos se devera esperar, atento o seu caráter sacerdotal; não deixando por isso de merecer o maior conceito dos seus contemporâneos e as homenagens da posteridade.

Enfunadas pela aura popular as velas do amor próprio, olvidou-se Antônio José do solene protesto que fizera na Inquisição de jamais revelar o que aí passara, e num trecho da ópera *Anfitrião* põe na boca do protagonista palavras que tinham a maior afinidade com a sua própria anterior situação. ([460])

Nem tanto era preciso para despertar a atenção dos que sobre ele noite e dia velavam; importava, porém, buscar um pretexto para a nova perseguição que ideavam mover-lhe. Não lho forneciam as peças teatrais, devidamente licenciadas e revistas pelos censores do Santo Ofício, que por indolência, ou quiçá por ignorância, haviam deixado passar incólumes as expressões que a malícia popular assinalara a sua indignação.

A 3 de Outubro de 1737 expediram os *inquisidores apostólicos contra a herética pravidade e apostasia* um mandado contra Antônio José da Silva, advogado, morador em Lisboa, junto à igreja do Socorro, para que *fosse ele preso com seqüestro de bens por culpas* [280] *que contra ele havia no Santo Ofício, devendo ser posto a bom recado com cama e mais fato necessário a seu uso e até quarenta mil réis em dinheiro para seus alimentos*. Dois dias depois recebia-o o cárcere n.6 do corredor chamado *meio-novo*, sendo confiado ao alcaide Fernando Cardoso Coitinho, e, dada a busca na forma do regimento, achou-se-lhe somente setenta e cinco réis em dinheiro.

Qual foi, porém, e aparente motivo desta nova reclusão de Antônio José? – A denúncia de uma escrava de sua mãe, chamada Leonor Gomes, natural de Cabo Verde, que, sendo castigada por desmandos e irregularidades de conduta, resolvera vingar-se do filho de sua senhora, indo servir de instrumento a alguém que oculto desejava ficar.

---

[459] Vide o nosso *Curso Elementar de Literatura Nacional*, Lição XXXVI.

[460] Eis a passagem que no pensar de Costa e Silva devera atrair as iras do Santo Ofício:

" Sorte tirana, estrela rigorosa,
" Que maligna influis com luz opaca
" Rigor tão fero contra um inocente;
" Que delito fiz eu para que sinta
" O peso desta aspérrima cadeia
" Nos horrores de um cárcere penoso
" Em cuja triste, lobrega morada
" Habita a confusão e o susto mora!
" Mas se acaso, tirana, estrela ímpia,
" É culpa o não ter culpa, eu culpa tenho;
" Mas se a culpa que tenho não é culpa
" Para que me usurpais com impiedade
" O crédito, a esposa e a liberdade?

Declarou a referida preta que por vezes vira praticar atos que lhe pareciam suspeitos de judaísmo, como por exemplo mudarem sua senhora, filho, irmã e nora a roupa do cropo e os lençóis da cama na sexta-feira, fingirem-se de doentes aos sábados para não irem à missa aos domingos, deixando de se comportarem como verdadeiros cristãos durante o tempo da sagrada paixão de Cristo.

Conheceram os inquisidores a futilidade de semelhantes acusações, e não querendo por forma alguma largar a presa que pela segunda vez empolgavam, recorreram ao seu consuetudinário expediente de envenenarem as ações as mais simples e naturais dos indivíduos votados aos seus rancores. Para semelhante fim ordenaram que fossem cuidadosamente observados todos os atos, gestos e movimentos do desgraçado preso, cuja sorte haviam de antemão decretado.

Após seis meses de espionagens, vieram à luz os novos capítulos de acusação, e as honras da estréia couberam ao alcaide Fernando Cardoso, que aos 8 de Abril de 1738 jurou aos Santos Evangelhos que o réu não comia à hora de jantar, estando são e bem disposto, entendendo ele denunciante que assim o fazia por querer jejuar judaicamente.

Na mesma conformidade juraram todas as testemunhas, familiares do Santo Ofício que pelas *vigias* que existiam em todos os cárceres espreitavam as menores ações dos presos, dando-lhes a sinistra interpretação que deles se deveria esperar. Como espécime desses curiosos depoimentos pedimos vênia para citar o de Maximiliano Gomes da Silva, que sendo chamado à presença do inquiridor Theotonio da Fonseca Souto-Maior, e mandado dizer a verdade sob o juramento dos Santos Evangelhos, assim se exprimiu: "Que de ordem do alcaide mor da Inquisição subira a uma das vigias dos cárceres que lhe disseram ser o sexto do corredor meio-novo, sendo em uma quinta-feira que se contavam cinco desse mês de Abril, pelas cinco horas da manhã em companhia do familiar Antônio Henriques; que pondo ele testemunha os olhos na dita vigia vira um preso ainda na cama, da qual se levantara seriam seis horas sem se benzer, e logo chegara o alcaide e lhe dera os bons dias que ele aceitou e se foi deitar sobre a cama, depois de lavar as mãos e dar alguns passeios; depois que o cárcere esteve claro, vira ele testemunha ser o dito preso magro, [281] alvo, de mediana estatura, cabelo curto e castanho-escuro, vestia parda, roupão azulado, forrado de encarnado. Que sentindo o dito preso passos, levantara-se e aceitara dois pães que lhe dera o guarda Antônio Francisco Rodrigues e os pusera sobre a canastra junto da qual estava uma palangana que tinha coisas de comer, e levando a dita palangana para o canto, lançara a comida no vaso imundo e o fora por aos pés da cama e se tornara a deitar sobre a mesma, e que no tempo que ele testemunha o vigiara, o vira levantar-se três vezes, e de cada vez passear andando sempre com as mãos metidas nas mangas do roupão e bulindo com os beiços como quem rezava; até que sendo dez e meia lhe trouxera José Antunes, que servia de guarda, o jantar, que aceitara o dito preso e fora logo lançar o caldo no vaso imundo e guardar a carne na canastra dentro da mesma palangana, e lavando as mãos se fora deitar, e que sendo meio-dia para uma hora, estando o preso ainda deitado, chegaram os familiares Antônio Bautista, a quem o dito seu companheiro entregara a vigia, e Antônio Gomes Esteves, a quem ele testemunha o entregara..."

Para bem conhecer o emprego dos dias de Antônio José nos cárceres da Inquisição, e ao mesmo tempo avaliar as miseráveis contradições em que caíram os seus delatores, copiemos os dizeres desse mesmo familiar Antônio Gomes Esteves, que, como vimos, sucedera o Maximiliano no honroso posto de espião. Depois de fazer a pintura do desditoso poeta,

asseverando, em referência aos seus colegas, que desde as cinco e meia da manhã se conservara em jejum, prossegue neste termos:

"E que pondo ele testemunha os olhos na dita vigia, viu o preso deitado sobre a cama onde estivera até às duas horas, e levantando-se passeara pelo cárcere até às três, com os olhos sempre no chão e as mãos metidas nas mangas do roupão, e tornando para cima da cama nela esteve deitado até às quatro horas; e tornando a levantar-se fora assentar-se sobre um tanho junto à porta do cárcere a tempo que chegara o guarda Antônio Francisco Rodrigues com um cesto, à vista do qual se levantara o dito preso, e que em um pano recebera dúzia e meia de laranjas e as pusera juntas de uns ovos que tinha ao pé da canastra, e voltando para o canto do cárcere preparara a candeia, enchera dois púcaros com água, um dos quais pusera próximo à canastra, e fora deitar-se na cama onde se conservara até as Aves-Marias, e pondo-se então de joelhos, rezara, benzera-se e levantando-se passeara pelo cárcere até que lhe deram luz, e sendo sete horas e meia chegara à porta do referido cárcere, e voltando para dentro sentara-se sobre o tanho e pondo a candeia sobre a canastra da qual tirara pão, manteiga e queijo: que acabando de comer dera graças, benzera-se e fora fazer a cama, no qual tempo retirara-se ele testemunha da vigia com o dito seu companheiro, seriam oito horas."

Por este minuciosíssimo inventário do tempo vê-se claramente que nenhum ato repreensível praticara Antônio José, não podendo o espião Esteves achar coisa alguma que pudesse criminá-lo. Fácil é de explicar a abstenção da comida nas horas para isso determinadas [282] para quem refletir que profunda mágoa devera torturar sua alma vendo-se arrebatado da companhia de sua velha mãe, carinhosa esposa, e galante filhinha: além de que não há quem ignore que pouco apetitosa é sempre a alimentação fornecida aos presos.

Desconcertados os inquisidores por não acharem matéria suficiente para firmarem a sua sentença, e notando a palpável contradição que se dava nos depoimentos das testemunhas por eles ajeitadas, recorreram a um ente abjeto por nome Bento Pereira, que não sabemos por que motivo parava nos cárceres do Santo Ofício, e talvez com promessas de perdão, ou qualquer outra recompensa, conseguiram dele o incumbir-se do odioso papel de serpente introduzindo-o na mesma prisão em que guardavam o nosso ilustrado compatriota.

Quando julgou haver feito basta provisão de calúnias e sinistras interpretações, requereu aos *juizes da fé* audiência, e foi à barra do seu tribunal depor que o seu companheiro jejuava às quinta-feiras; nunca rezava, ria-se quando ouvia pronunciar o nome de Jesus, que se punha de joelhos às Ave-Marias sem contudo fazer a competente oração, e unicamente para iludir a ele testemunha, e outras quejandas acusações.

Perguntando sobre o que possuía, respondeu Antônio José com a maior franqueza e lealdade que ao tempo da sua prisão nenhuns bens de raiz tiha de seus, que de seus máveis era a livraria o mais precioso, declarando aos mesmo tempo que a seu irmão Balthazar Rodrigues Coitinho pertenciam algumas obras: fez menção da pouca prata que havia em sua casa; bem como de um pingente e brincos de diamantes, e dois botões de ouro que eram de sua mulher: não esquecendo de confessar que a José Gonçalves Rocha, mercador residente na rua dos Escudeiros, devia sete mil trezentos e noventa réis de fazenda que he levara de sua loja; dezesseis tostões ao aguadeiro que lhe fornecia a água; e duzentos réis a uma lavadeira por nome Paschoa. Ao passo que assim declarava-se devedor de tão insignificantes quantias, dizia que de pessoa alguma era credor; o que difícil nos é de acreditar, maxime se refletirmos que na sua profissão raramente isto acontece.

Chamado à barra do tribunal, negou formalmente Antônio José todas as acusações que se lhe faziam, afirmando que depois da sua abjuração jamais se apartara do grêmio da Igreja, fugindo cuidadosamente de todo o trato e comunicação suspeita, como podê-lo-ia provar com testemunhas superiores a toda a exceção.

Desconhecendo a nobreza de caráter do nosso compatriota, buscaram os inquisidores atrai-lo ao terreno das confidências e delações, fazendo-o queixar-se do alcaide e guardas da prisão sob a promessa do mais inviolável segredo. Não era, porém, agora Antônio José esse mancebo inexperto que aos 21 anos não duvidava comprometer seus amigos e parentes; a reflexão e o estudo haviam amadurecido o seus entendimento, e reconhecendo quão mal lhe assentava o papel que lhe queriam ministrar, fortificou-se na absoluta negação, declarando que nada lhe havia faltado e que a ninguém acusava.

[283] Após os vagares e delongas inerentes a tais processos apareceu finalmente o libelo epilogando todas as calúnias forjadas contra a desgraçada vítima da iniquidade. Ouvida a leitura desta peça, pediu o réu vênia para contrariá-lo, suplicando que lhe fosse lícito apresentar a sua defesa, nomeando para esse fim um procurador. Com a costumada hipocrisia, que já mencionamos nos primeiros processo, indicaram-lhe o licenciado José Rodrigues Leal e o doutor José da Motta Faria, que *por caridade iam advogar nos auditórios da Santa Inquisição*. E entendeu Antônio José que devera aproveitar-se dos conhecimentos jurídicos desses sábios Ulpianos, e a ambos fez seus procuradores.

Tão intuitiva era a inocência do indiciado, que inspirou a seus advogados uma concludente defesa em que pulverizaram o libelo provando vitoriosamente que o seu cliente, depois que passara da religião de Moisés para a de Cristo, não cessara um só dia de cumprir os deveres de um bom católico, freqüentando as igrejas, ouvindo nelas as missas nos dias de preceito, deixando de fazê-lo todos os dias em razão dos ônus da advocacia a que se dedicava, de que pouco lazer restava para outros deveres: que confessava-se e comungava não só por obrigação quaresmal, como em várias outras ocasiões: que com por muita devoção rezava e encomendava-se à Nossa Senhora, dava muitas esmolas não só aos pobres como também aos santos, venerava o Santíssimo Sacramento e o acompanhava sempre que era levado por viático aos enfermos: adorando e venerando como lhe cumpria as imagens de Jesus Cristo, da Virgem Santíssima e dos Santos. A estas provas adicionaram ainda o bom conceito em que era tido o seu cliente pelas pessoas piedosas do seu conhecimento, entre as quais se contavam sacerdotes e religiosos de várias ordens, inclusive a de S. Domingos, cujos depoimentos requeriam que fossem tomados.

Perfeitamente concordes foram as declarações dos domínicos frei Antônio Coitinho, frei Luiz de S. Vicente Ferreira e frei José da Câmara com as do padre-mestre frei Diogo Pantoja, religioso graciano, o padre Bruno de Almeida, mestre de cerimônias da Patriarcal, e o do Dr. Jerônimo da Silva de Araújo, juiz de fora de Alter do Chão. Afirmaram todos *una voce* que sempre tiveram Antônio José como bom cristão, inteiramente arrependido de sua anterior apostasia; e cumprindo com a maior regularidade e zelo os seus deveres religiosos.

De nada aproveitaram tão valiosos testemunhos, aos quais não tiveram os inquisidores pejo de opor as ignóbeis delações dos seus familiares e esbirros que, perseverando nas primeiras aleivosias, adicionaram-lhes outras forjadas pelas suas criminosas fantasias.

Preenchidas todas as formalidades e esgotados os recursos da cavilação, passou finalmente o processo das provas para a conclusão, e aos 11 de Março de 1739 congregou-se em

sessão magna a mesa do Santo Ofício, que maduramente pesando as alegações pró e contra foi de opinião que o advogado Antônio José da Silva estava incurso nas penas infligidas à relapsia, e como *herege*, *apostata negativo e pertinaz* devera [284] ser entregue à justiça secular, havendo incorrido na excomunhão maior, e devendo portanto serem-lhe confiscados todos os seus bens para o fisco e a câmara real.

Nenhuma apelação podendo ter esta sentença, porque até para Roma havia a Inquisição tomado as avenidas, como exuberantemente provou o Sr. Alexandre Herculano ([461]), forçoso foi que a ela se submetesse o pretenso réu, que de mãos atadas ouviu a sua leitura, sendo citado para no próximo domingo, que se contariam 18 de Outubro de 1739, sair no auto da fé que devera efetuar-se nesse dia para que recebesse a final notificação.

Perdida a última esperança, cuidou Antônio José da salvação da sua alma, e havendo-se-lhe dado por confessor o jesuíta Francisco Lopes, entrou com ele para o oratório, buscando na religião o necessário conforto.

Três dias depois era ele um dos atores da sacrílega tragédia que em nome da religião do Crucificado atraia a todas as partes de Lisboa e seus arrabaldes o clero, a nobreza e o povo. Foi no *Campo da Lã*, onde hoje se vê o Terreiro do Paço, que se acendeu a fogueira a que corajosamente subiu o êmulo de maldade ordenou o Santo Ofício que a septuagenária Lourença Coitinho, desditosa mãe do poeta, sua consorte Leonor Maria de Carvalho, e sua filhinha de quatro anos de idade fossem testemunhas desse pavoroso espetáculo, que com ígneos caracteres devera gravar-se em sua aterrada imaginação!!

Confrangida a alma por tantos horrores, sirva-nos de lenitivo a doce consolação de havermos nascido num século e num país onde tais atrocidades parecem um mito.

J. C. FERNANDES PINHEIRO.

[461] Vide *Origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*, tomo III.

"Brasileiros Célebres: D. Alexandre Rodrigues Ferreira". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XV, jul./set. 1862, p. 12-17.

BRASILEIROS CÉLEBRES

—

Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Todas as classes e condições são chamadas ao juízo da posteridade e no *Josaphat da história* cada qual receberá a pena ou o galardão que houver merecido.

Embocando a trombeta do Apocalipse despertemos da campa os mortos, interroguemo-lo pelos seus feitos, e tomemo-lhes estreitas [13] contas do bom, ou mau uso que da vida houverem feito. Tocará hoje a vez a um sábio e modesto naturalista, cujo nome digno era por certo de ser mais conhecido.

O Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na cidade do Salvador da Bahia a 27 de Abril de 1756. Madrugou-lhe o engenho e a perspicácia de suas perguntas, o atilamento de suas respostas fizeram supor a seu pai Manoel Rodrigues Ferreira que a benção do Senhor descera sobre seu lar: e que só o sacerdócio digno era de possuir tão brilhante inteligência.

Ao inverno do que hoje se pratica, criam os nossos avós que o mais belo talento da família devera, como primícia, ser consagrado a Deus; e assim se explica a aparição dessa numerosa falange de conspícuos varões de que se honram os fastos da Igreja lusitana.

Posto que não se sentisse com grande vocação para o sacerdócio, anuiu o jovem Alexandre aos pios desejos de seu pai, recebendo a 20 de Setembro de 1768 ordens menores, alistando-se desta arte na milícia de Cristo.

Com o fim de completar seus estudos e receber a sanção a que todo o mancebo de talento aspira, embarcou-se para Lisboa, matriculando-se nos primeiros dias do mês de Outubro de 1770 no curso jurídico da universidade de Coimbra.

Um acontecimento de maior magnitude para a história literária portuguesa veio interromper seus estudos e mudar-lhes a direção: queremos falar da reforma da universidade, feita pelo poderoso ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras e depois marquês de Pombal.

Durante a forçada inação a que era condenado, lia o jovem estudante no grande livro da natureza, e cada dia novos e maravilhosos espetáculos se lhe ofereciam. Comparando depois o que a seus olhos se patenteava com as reminiscências que do seu país guardava, decidiu-se afoitamente a deixar as *Institutas* e as *Pandectas* pela ciência dos Plínios e dos Linneus.

Restaurados os estudos universitários, inscreveu-se entre os alunos da faculdade filosófica, e com tanta aplicação se votou aos estudos de sua predileção, que dois anos antes de terminado o curso já exercia (gratuitamente) o emprego de demonstrador de história natural.

Estimavam-no os lentes, e respeitavam-no os condiscípulos, sendo o laurel acadêmico o justo prêmio das suas incessantes fadigas.

Almejava o Dr. Alexandre por uma cadeira no curso filosófico, como meio de aperfeiçoar-se, e prosseguir em suas científicas investigações: outro, porém, foi o destino que lhe deu o governo.

Achava-se nessa época à frente do ministério do ultra-mar o ilustre Martinho de Mello e Castro, que desejoso que Portugal acompanhasse os progressos que as ciências naturais faziam no resto da Europa, determinou ao Dr. Domingos Vandelli que lhe propusesse um indivíduo em quem reconhecesse as necessárias habilitações para tão útil quão espinhosa tarefa. Recaiu a escolha do sábio catedrático no esperançoso mancebo que tão brilhantemente acabava de completar o [14] seu curso: sendo confirmada a sua escolha pela congregação, partiu o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira para Lisboa aos 15 de Julho de 1778.

Ignoram-se os motivos que o retiveram por cinco anos na metrópole lusitana, sem que lhe fosse possível dar princípio à missão para que fora eleito; não se passaram, porém, eles na ociosidade, do que nos dão testemunho a exploração da mina de carvão de pedra de Boarcos, a que procedeu de combinação com o engenheiro João da Silva Feijó; a redução e descrição dos produtos naturais do real museu da Ajuda, e muitas outras experiências físicas e químicas ordenadas pelo ministro Martinho de Melo.

Tão conhecido fez-se o nosso distinto compatriota, tão singular o seu mérito, que a academia real das ciências de Lisboa nomeou-o seu sócio correspondente em sessão de 22 de Maio de 1780. Correspondendo a tão súbita honra, leu o Dr. Alexandre no grêmio dessa respeitável corporação algumas memórias, de própria lavra, seladas com o cunho da reflexão que caracteriza todos os seus trabalhos.

Julgava-se geralmente malogrado o pensamento da viagem científica às possessões ultra-marinas, quando viu-se no mês de Setembro de 1783 deixar o Dr. Alexandre o porto de Lisboa, indo surgir algumas semanas depois no de Santa Maria de Belém, chave da importantíssima capitania do Grão-Pará.

Deu-se pressa o ilustre viajante em visitar a grande ilha de Marajó, ou de *Joannes*, situada na embocadura do Amazonas.

Riquíssimo era o teatro de suas investigações, e com os poucos recursos de que dispunha soube tirar o melhor partido possível, prestando ao seu país serviços de ordem a mais elevada. Os sertões do Pará e do Rio Negro, os rios Brancos, Madeira, Guaporé, a serra Cuannarú foram por ele perlustrados; e com o crisol da crítica analisadas as suas incógnitas riquezas. Nem as ínvias florestas de Mato Grosso detiveram os passos do audaz indagador, que em cata dos produtos do solo, ou dos tesouros que em seu seio guarda a natureza não conhecia fadigas nem perigos.

Não era s[o como naturalista que bem servia à pátria o Dr. Alexandre Ferreira; sua pena convertia-se em gládio pugnando pelo direito que assistia à coroa portuguesa contra as ambiciosas pretensões da Espanha: e no intervalo de uma à outra expedição consagrava seus precioso tempo ao alívio da humanidade sofredora, estudando as causas das moléstias endêmicas, e descrevendo com a pena de Bernardin de Saint-Pierre a nascente civilização dos Muzas.

No arraial das Lavrinhas, onde se achava no mês de Julho de 1790, escapou de ser vítima do seu gênio investigador: porquanto, dirigindo-se a um sítio denominado *gruta das onças*, que fica por baixo da grande serra do Parecis, faltaram-lhe as forças, e sem os prontos socorros que

lhe ministrou um amigo, teria aí dado por finda a sua missão com a perda de tão laboriosa existência.

Mal restabelecido da cruel moléstia que o ia conduzindo ao túmulo, moveu-lhe a curiosidade o exame de uma famosa gruta próxima ao [15] presídio de *Nova Coimbra*, da qual contavam os viajantes tantas maravilhas. Extremou o Dr. Ferreira a verdade da fábula, e, como sempre, derramou copiosas luzes sobre as causas dos fenômenos que aí se notam.

Serviu-lhe de meta esta exploração: faltaram-lhe os recursos pecuniários; posto que lhe sobrassem os desejos de bem servir à ciência e à pátria. Força foi ceder à imperiosa lei da necessidade que lhe ordenava regressar à cidade de Belém, onde chegou em Janeiro de 1792.

Cabe por certo ao nosso ilustrado compatriota a denominação de *Humboldt brasileiro*: e se porventura forem algum dia seus *Diários* publicados, conhecer-se-á quantos descobrimentos havia ele feito, que ainda jazem, ou por largo tempo jazeram no olvido.

Temos à vista um documento, que em sua linguagem lacônica, como soe ser a das peças oficiais, reconhece a importância desses serviços, marcando-lhe merecido, posto que exíguo, galardão. ([462])

Curioso achará o leitor o saber quanto dos cofres públicos recebia este homem que percorria regiões quase que desconhecidas, que lutava com todo o gênero de dificuldades. – Quatrocentos mil réis de ordenado e mil e duzentos réis diários a título de comedorias!!

Nove meses demorou-se a sábio naturalista na capital do Pará esperando a monção favorável para volver à metrópole.

Não foi, porém, votado a um necessário e honesto ócio este período de sua vida: novas e honrosas comissões o foram procurar quando delas menos cogitava. Nomeado pelo capitão-general vogal dos conselhos da fazenda e da justiça, teve de comparecer em suas sessões, formular pareceres, estudar questões abstrusas e inteiramente alheias do gênero especial dos seus estudos.

[16] Foi durante a sua residência na cidade de Belém, que se ligou o Dr. Rodrigues Ferreira em matrimônio com D. Germana Pereira de Queiroz, filha do capitão Luiz Pereira da Cunha, que fora seus correspondente na remessa dos produtos que mandava para a corte de Lisboa. Muito abona a nobreza da alma do nosso distinto patrício uma circunstância que

---

[462] Eis como se exprimia o decreto que lhe concedeu a condecoração da ordem de Cristo:

" A rainha, nossa senhora, atendendo aos serviços do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, oficial da secretaria de estado dos negócios da marinha e dos domínios ultramarinos, obrados nas comissões extraordinárias de que foi encarregado, de examinar e descrever os produtos naturais do real museu da Ajuda, e fazer as experiências químicas que lhe foram ordenadas, em que se ocupou por espaço de cinco anos, sem perceber por isso ordenado algum; e passando ao estado do Pará com a laboriosa comissão de ser ali o primeiro vassalo português que exercitasse o emprego de naturalista, se empregou por espaço de nove anos sucessivos em contínuas e perigosas viagens pelas dilatadas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá; onde, além de ser encarregado de observar, acondicionar e remeter os produtos naturais dos três reinos animal, vegetal e mineral, foi igualmente incumbido de todo o gênero de observações filosóficas e políticas sobre as diferentes repartições e dependências da população, agricultura, navegação, comércio, manufaturas, de que deu toda a satisfação que esperar-se de sua honra, talentos e aplicações: Há por bem fazer lhe mercê, em remuneração, do hábito da ordem de Cristo, com sessenta mil réis de tença: de que se lhe passaram os competentes padrões, que se assentaram nos almoxarifados do reino, em que coubera sem prejuízo de terceiro e não houver proibição, com o vencimento na forma das reais ordens. E lograra doze mil réis da referida tença a título do hábito da referida ordem que lhe tem mandado lançar. Palácio de Queluz, em 8 de Julho de 1794. – *Rainha. – José Seabra da Silva.*

caracterizou esse enlace, e que achamo-la referida pelo conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá no elogio que lhe teceu na academia real das ciências de Lisboa, impresso no tomo V, parte II, das suas Memórias.

" Chegando o Sr. Dr. Alexandre ao Pará (dizia o erudito acadêmico) na volta da sua viagem, ponderou-lhe o capitão Luiz Pereira da Cunha que tinha remetido todos os produtos que lhe enviara para mandar à corte, mas que por isso se achava no desembolso de tão considerável despesa com a qual poderia dotar uma filha: ao que o Sr. Dr. Alexandre respondeu: - *isso não servirá de embaraço a seu casamento; eu serei quem receba essa sua filha;* e assim se fez, celebrando o seu matrimônio a 26 de Setembro de 1792."

Havendo assim pago a dívida de honra, não permitindo que dele, ainda que indiretamente, houvesse alguém que se queixasse, deixou as majestosas margens do Amazonas, saudando as do Tejo em dias de Janeiro de 1793.

Benigno acolhimento lhe fez a soberana que então empunhava o cetro da vasta monarquia lusitana; dando-lhe da sua estima exuberante prova na nomeação que dele fez para oficial da secretaria de estado dos negócios da marinha e dos domínios ultramarinos. Deste emprego não tardou em ser logo arredado pelas honrosas comissões de inspecionar o gabinete de história natural, o jardim botânico e repartições anexas, procedendo a um escrupuloso exame do seu estado, e organizando mais metódico e científico inventário que o que fora feito pelo último administrador Júlio Mattiazzi. Em dois meses deu o ilustre brasileiro conta desse novo encargo, com o que cada vez mais recomendável tornou-se no conceito do digno Martinho de Mello.

Os curtos intervalos que lhe deixavam tão multiplicados ônus, empregava-os o Dr. Alexandre Ferreira em preparar os materiais que das suas peregrinações havia trazido; estudava os progressos que haviam feito as ciências durante o tempo que estranho a elas parecia haver-se tornado pela absoluta impossibilidade de compulsar os escritos dos sábios para só ler no grande livro da natureza.

Mesquinhos, porém, eram os esforços individuais para tão gigantes empresa: forçoso foi recorrer ao governo que, triturando a sua paciência pelas dinamizações administrativas, gerou-lhe o desânimo, lançando-lhe a melancolia no fundo da alma.

Ouçamos o juízo que a tal respeito formou o sábio acadêmico já por nós citado.

" A aquisição dos subsídios para um semelhante estudo não cabia na alçada de um simples particular: e o Sr. Dr. Alexandre estava [17] verdadeiramente no caso, como advertiu um escritor nosso ([463]) de não dever reclamar semelhantes subsídios senão de quem lhe encomendara tão árdua empresa. Assim o fez, mas não haverei receio em declarar que infrutuosamente; porque nada veio a alcançar de suas tão justas reclamações ([464]); procurando-lhe, segundo ouço, não pequenos estorvos a que fossem atendidos esses gênios escuros que fazendo mui pouco não querem que os outros exercitem a sua aplicação."

Homem de gabinete, não sabia o Dr. Ferreira passar os dias nas ante-salas dos ministros e dos grandes da corte, solicitando, como graça, aquilo que por dever eram obrigados a fazer-lhe. Pungia-lhe no fundo da alma o ver malogrado o fruto de tantos anos de pesquisas, as premissas

[463] Diogo de Paiva de Andrade, a fl. 125 do *Exame de Antigüidades*.

[464] Apenas por decreto de... lhe foi nomeado para abrir as estampas pertencentes as suas viagens Manoel Marques de Aguilar, que acabava de recolher-se de Inglaterra onde fora aperfeiçoar-se na arte da gravura; e com efeito algumas das ditas estampas vi abertas com o primor que caracteriza as obras deste artista.

do seu talento, os penhores do seu amor pátrio. A inércia, o indiferentismo das regiões oficiais, matava então, como ainda hoje, as mais nobres aspirações.

Profunda tristeza enlutou seus dias; e nem as repetidas graças da soberana, fazendo-o sucessivamente administrador das suas quintas, deputado da real junta do comércio, concedendo-lhe a mercê da propriedade de um ofício na alfândega do Maranhão, puderam restituir-lhe o contentamento de que gozara quando cheio de fé, opulento de esperança, perlustrava os sertões da América.

Semelhante à lâmpada que próxima a apagar-se derrama mais intensa luz, assim mostrou-se o ânimo varonil do Dr. A. R. Ferreira, quando já nas vascas da morte tomou sobre si a brilhante defesa de amigos, com quem aliás se achava divorciado, quando de injustas argüições os viu vítimas. Outra não menos vigorosa prova deu ele dessa robusta dialética que selava seus escritos por ocasião das reivindicações, quase póstuma, dos direitos da coroa portuguesa acerca dos limites contestados de suas possessões brasileiras.

Foi, porém, este o derradeiro esforço que a amizade e o amor da pátria lhe ditaram: e a 23 de Abril de 1815 deixou o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira de pertencer ao número dos cidadãos prestimosos, dos sábios modestos, e dos virtuosos pais de família. Sua morte foi igual a sua vida: *Talis vita, finis ita.*

J. C. FERNANDES PINHEIRO.

—

"Amador Bueno de Ribeira". *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t. XVI, out./dez. 1862, p. 161-165.

BRASILEIROS CÉLEBRES

—

Amador Bueno de Ribeira.

Em seu escudo tem a heróica província de S. Paulo entalhado o ... – *semper Fidelis*. A história e as tradições lho confirmam, e nenhuma de suas irmãs cura em disputar-lhe.

... e brilhantes feitos concorreram para que à altura de um ... chegasse esta verdade, e entre eles merece por certo ... nota a nobre conduta de ilustre varão, cuja vida vamos esboçar.

Amador Bueno de Ribeira descendia de uma ilustre família espanhola; seu pai, Bartholomeu Bueno de Ribeira, era natural de ... , donde passou-se para a capitania de S. Vicente em 1571. Estabelecendo-se ai e granjeando a estima e consideração dos *homens bons*, exerceu vários cargos da governança da terra, e aliou-se matrimonialmente com D. Maria Pires, filha de Salvador Pires, de quem houve sete filhos, dos quais era Amador o primogênito.

Herdeiro de avultados cabedais, aumentou-os extraordinariamente, passando em seu tempo por um dos mais abastados fazendeiros da então opulenta capitania de S. Vicente. De um precioso documento que temos à vista extraímos o seguinte trecho, relativo à natureza e do modo por que fora adquirida essa colossal fortuna:

"Teve grande tratamento e opulência por dominar debaixo da sua administração muitos centos de índios, que de gentios bárbaros de então se tinham convertido a nossa santa fé, pela indústria, valor e força das armas com que os conquistou Amador Bueno em seus reinos e alojamentos. Com o trabalho destes homens, ocupados em dilatadas culturas, tinha todos os anos abundantes colheitas de trigo, milho, feijão e algodão ([465])"

Aos olhos da religião e da filosofia são por certo condenáveis os meios com que ampliava sua fortuna, e nada poderá justificar esse tráfico iníquo que das pessoas dos míseros indígenas se fazia. Audaciosos aventureiros entranhavam-se por nossos sertões, e, abusando da superioridade das armas européias, seqüestravam a liberdade dos filhos de Tupã, e curvavam-nos ao trabalho nesse mesmo solo que os vira nascer tão livres como o vento que agitava os leques de seus coqueiros. Não façamos, porém, cair sobre Amador Bueno a exclusiva responsabilidade de uma culpa de que ninguém nesse época isento estava.

Se puras não eram as fontes donde tão grande opulência manava, ninguém com mais magnificência e caridade dela sabia usar. Providência dos desgraçados, nunca ninguém de sua casa se retirava desvalido, e em prol da viúva e do órfão seus cofres jamais se fechavam.

---

[465] NOBLIARQUIA PAULISTANA, *pelo sargento-mor Pedro Taques de Almeida Paes Leme. – Ms. Do Inst. Histor. e Geogr. Br.*

Repetidas vezes foi a fazenda real auxiliada pelo dinheiro do rico vassalo; e, nos apertos de guerra ou de fome, copiosas provisões de mantimentos foram por ele remetidas à Bahia a pedido dos governadores gerais.

Em bem da justiça, releva que digamos que tão prestantes serviços não ficaram em olvido, e que honrosos empregos vieram, como que à porfia, solicitar a aceitação do brioso paulista. Nos acórdãos do bem público, ou nos do serviço régio, era sempre o seu voto sobre todos atendido. Exerceu o cargo de ouvidor da capitania, tomando posse a 11 de Fevereiro de 1627. Foi provedor e contador da fazenda real, e governou a capitania de S. Vicente com patente de capitão-mor e com o soldo de oitenta mil réis, que então percebiam. Dos registros da câmara de S. Paulo consta que lhe foram concedidas umas sesmarias em remuneração dos serviços que com a sua pessoa e fazenda havia prestado sempre que a presença de inimigos, ou outra qualquer calamidade, os tornavam necessários ([466]).

A mais brilhante página, porém, da vida do distinto paulista, o mais preclaro feito que sobre o seu nome chamou as vistas da posteridade, foi por certo o desinteresse, a abnegação com que renunciou o cetro que em homenagem as suas raras prendas lhe queriam ofertar seus conterrâneos.

Com elétrica rapidez havia-se divulgado por todo o Brasil a nova aclamação de D. João IV, e a mais completa adesão sancionou o ato de D. Jorge de Mascarenhas, que nessa era governava com o título de D. Jorge de Mascarenhas, que nessa era governava com o título de vice-rei. Na vila de S. Vicente, capital da capitania do mesmo nome, Luiz Dias Leme fora o feliz intérprete do geral sentimento de amor e lealdade que voltavam os brasileiros à família de ... antigos soberanos. Voto unânime parecia acolher tão acertada solução, quando constou que nas campinas de Piratininga achara ... oposição e que uma veleidade de independência passara pela ... de alguns moradores.

Durante o domínio dos Philippes haviam-se estabelecido no Brasil, principalmente nas capitanias meridionais, alguns castelhanos, que ... seu caráter ativo e empreendedor souberam adquirir certa importância, aumentada pela circunstância de estar então a nossa ... submetida ao cetro dos fanáticos herdeiros de Carlos V.

Relacionados com as principais famílias da terra e estreitamente ligados entre si, formavam os castelhanos um *status in stato*, aos quais foi certamente desagradável a notícia que de Portugal e suas possessões ultramarinas reassumiam a própria autonomia. Baldos de meios para frustrarem a obra da ressurreição lusitana, pensaram no modo de criar-lhe aqueles óbices que em seu poder estivessem.

Um destes consistia em subtrair a riquíssima capitania de S. Vicente ao poderio da casa de Bragança erigindo aí um fantasma de reino, que em breve teria de sucumbir aos golpes dos espanhóis das ribas do Paraguai.

Eis os nomes dos chefes dessa conjuração, conforme achamos no precioso manuscrito de Pedro Taques, que de seguro guia nos vai servindo. Eram eles os irmãos Rendons, dois dos quais (D. João e D. Francisco) haviam esposado filhas de Amador Bueno, D. Francisco de Lemos, seus dois filhos D. Balthasar e D. Jerônimo, D. Gabriel Ponce de Lion, D. Bartholomeu de Torales e seus filhos, D. André de Laniga e seu irmão D. Bartholomeu de Contreras e D. João de Espínola.

[466] NOBLIARCHIA PAULISTANA, cap. 1.

A estes varões, recomendáveis pela nobreza de sangue, abundância de cabedais e ânimo resoluto, se juntavam outros de menor importância, que, sob a sua direção e conforme um só plano, trabalhavam.

Por demais conhecedores do caráter paulistano encobriram artificiosamente sua trama, ocultaram suas ulteriores vistas, e, exagerando a importância da capitania, seus meios de defesa, a coragem de seus filhos, e o nenhum preito por eles ainda feito com a casa de Bragança, buscaram soprar em seus ânimos os sentimentos de altivez e de sobranceria, tão naturais em homens que principalmente consigo estavam habituados a contar, e que aos reis haviam dado muito mais do que deles recebido.

Como fácil era de prever, encontraram apoio tão insidiosas lisonjarias, e os populares aplaudiram a idéia que só pelo lado belo lhes era apresentada.

Deslumbrada a grande maioria da população com falazes promessas, cumpria pensar no modo de dar estabilidade à obra, até que chegasse ela ao seu derradeiro e suspirado período. Importava achar um chefe assas prestigioso para impor respeito à *arraia miúda*, bastante rico para fazer face às súbitas despesas que a representação da comédia política acarretaria.

Um só homem reunia em si todos estes predicados, e era ele Amador Bueno de Ribeira.

Receavam, porém, os conjurados da severidade de seus princípios e da sua lealdade proverbial. Acrescia a isto o haver ele nascido em Piratininga, e descender por sua mãe da nobilíssima família dos Pires, e julgarem-no, portanto, vinculado aos interesses portugueses.

Desesperados de poderem convencê-lo, e nem sequer ousando tentá-lo, cogitaram comprometê-lo de modo que nenhum outro alvitre lhe restasse senão o *de aceitar os fatos consumados*.

No dia e hora aprazados reuniu-se grande porção de povo, capitaneado pelos castelhanos, às portas da modesta residência de Amador Bueno, e com grande vozeria começaram a aclamá-lo por seu rei e natural senhor.

Maravilhado por semelhante sucesso, de cuja existência jamais suspeitava, falou Amador Bueno com sinceridade aos que tal proposição lhe faziam, e lembrou-lhes a obediência e sujeição que ao recém-aclamado monarca português deviam. Poderou-lhes a fealdade do seu proceder e a indelével nódoa que desta arte imprimiam no caráter paulistano, de nunca desmentida lealdade. Passando depois a argumentos menos metafísicos, mostrou-lhes que não poderiam formar corpo de nação, falecendo-lhes para isto todos os indispensáveis elementos.

Aumentava o furor popular na razão direta da oposição que lhe fazia o honrado Bueno, e houve quem lembrasse de compeli-lo pela força a aceitar a coroa.

Ouvindo isto, cessou de lutar o leal vassalo, e, conseguindo sair furtivamente pela porta do quintal, foi com a espada em punho abrigar-se no mosteiro de S. Bento.

Conheceu a multidão que lhe havia escapado a vítima, e, correndo em seu encalço bradava: "*Viva Amador Bueno, nosso rei!*" ao que ele respondia: "*Viva o Senhor D. João IV, nosso rei e senhor, pelo qual darei a vida.*"

Era por certo bem curioso espetáculo o desse rei popular que fugia ao trono, expondo seus dias; desse fidelíssimo vassalo que, para não faltar aos seus deveres, arriscava vida e fazenda!

Penetrando os umbrais do mosteiro, deu-se pressa em fechar-lhe a porta, ante a aqul respeitosa parou a multidão, não se atrevendo a violar a casa do Senhor. É que nesses tempos de fé viva e sincera, ainda no delírio das paixões, o povo não esquecia o sentimento religioso.

Satisfeito com a veneração e respeito do povo, creu o abade na eficácia de suas palavras, e, encaminhando-se à portaria, à frente da comunidade, fez ouvir a linguagem da razão. Neste ínterim convocava Amador Bueno os principais eclesiásticos e sujeitos de boa fama, os quais todos, dando-se pressa de acudir ao seu reclamo, ajudaram-no a fazer com que reinasse a ordem, e nessa mesma ocasião fosse aclamado o legítimo herdeiro do trono afonsino.

Lavrou-se do ocorrido competente termo nos livros da câmara, onde o leram Fr. Gaspar e Pedro Taques, que dele fazem expressa menção, e nesse mesmo dia foram nomeados para irem a Lisboa cumprimentar o novo soberano os dois ilustres paulistas Luiz da Costa e Balthasar da Borba Gato.

Houve quem pretendesse desbotar o brilho desta magnânima ação, sustentando que Amador Bueno nada mais praticava do que o seu estrito dever, e que, renunciando o perigoso cetro, dera apenas prova de bom senso. Mercê de Deus, não pertencemos à escola positivista, que reduz a mero cálculo os atos da vida humana, e que substitui o heroísmo e abnegações pela habilidade e interesse. Se adepto fosse desse credo, poderia Amador Bueno plantar a guerra civil nas ridentes margens do Tietê, preludiar Masaniello, ou mercadejar a servidão da pátria pelo ouro estrangeiro.

A lealdade de tão nobre vassalo, conheceu-a o governo metropolitano nos reiterados testemunhos que lhe deu, e aos seus imediatos descendentes, da grande estima e gratidão que lhe votava ([467]).

Depois deste glorioso feito, nenhuma menção achamos em nossos cronistas e historiadores de tão benemérito varão, fazendo-nos este silêncio supor que no regaço da paz, e circundado pela veneração de seus conterrâneos, se deslizassem os derradeiros anos de sua vida terrena, legando aos vindouros um nome que jamais se apagara de nossos fastos ([468]).

J. C. FERNANDES PINHEIRO.

[467] Em vários documentos mencionava-se este relevantíssimo serviço, e, entre outros, na patente de capitão concedida por Arthur de Sá e Menezes em favor de Manoel Bento da Fonseca, neto de Amador Bueno, a quem el-rei D. João V agraciou com o hábito de Cristo por ser neto do seu muito honrado e leal vassalo Amador Bueno. (Fr. Gaspar, *Mem. da Capitania de S. Vicente, pág. 135*.)

[468] Diz Pedro Taques que Amador Bueno fora casado com D. Bernarda Luiz, de quem tivera 9 filhos, sendo 4 varões e 5 mulheres.